



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal e suas Subcomissões

ANO LXVIII – SUP. “B” AO Nº 158 – QUARTA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28 Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (62,70) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87) Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85) Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24 Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99) Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Aníbal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82) Líder do PCdoB - 2 Inácio Arruda (89,99) Vice-Líder do PCdoB Vanessa Grazziotin (1,91) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14 Líder Mário Couto - Bloco (34,61) Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Cyro Miranda (31,103) Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,68) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80) Líder do DEM - 3 José Agripino (2,10,14,44,46,77) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106,110)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 15 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,63,100,109) Líder do PTB - 7 Gim (56,58,59) Líder do PR - 6 Alfredo Nascimento (41,66) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1- SECRETARIA-GERAL DA MESA		
1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL		
1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE		
Ata da 51ª Reunião, Conjunta, realizada em 28 de agosto de 2013 (Realizada em conjunto com a 36ª Reunião da CI) (Publicada no item 1.1.6)..		
Ata da 52ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de setembro de 2013.....	00004	
Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de setembro de 2013.....	00010	
1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS		
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de agosto de 2013.....	00036	
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de agosto de 2013.....	00055	
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de agosto de 2013.....	00068	
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de agosto de 2013.....	00072	
Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de agosto de 2013.....	00102	
Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de agosto de 2013.....	00123	
Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2013.....	00136	
Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de setembro de 2013.....	00153	
1.1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ		
Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de agosto de 2013	00176	
Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de agosto de 2013.....	00181	
Ata da 46ª Reunião, Ordinária, realizada em 21 de agosto de 2013.....		00192
Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de agosto de 2013.....		00229
Ata da 48ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de agosto de 2013.....		00241
1.1.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE		
Ata da 44ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de setembro de 2013.....		00265
1.1.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA		
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de setembro de 2013.....		00275
1.1.6 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI		
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de agosto de 2013.....		00294
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de agosto de 2013.....		00320
Ata da 36ª Reunião, Conjunta, realizada em 28 de agosto de 2013.....		00361
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2013.....		00390
1.1.7 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA		
Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de agosto de 2013.....		00395
1.1.8.– Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT		
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2013.....		00417
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de setembro de 2013.....		00452
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de setembro de 2013.....		00472

ATA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE SETEMBRO DE 2013, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dez minutos do dia três de setembro do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Walter Pinheiro, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Romero Jucá, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Ana Amélia, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro, Blairo Maggi, Antonio Carlos Rodrigues, Vicentinho Alves, e, ainda, do Senador Wellington Dias. Deixam de comparecer os Senadores Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, Valdir Raupp, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, José Agripino, Jayme Campos e João Vicente Claudino. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das atas das 49ª e 50ª Reunião, que são dadas como aprovadas. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. **Item 1**– Mensagem (SF) nº 81 de 2013, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que “propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US\$ 45,270,000.00 (quarenta e cinco milhões e duzentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do ‘Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado da Bahia – PROFISCO’”, tendo como relator o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Em 27/8/2013, foi concedida Vista Coletiva. O Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, designa o Senador Cyro Miranda relator “ad hoc” da matéria. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Cyro Miranda, relator “ad hoc” da matéria, Pedro Taques e Flexa Ribeiro. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência

para a matéria. São apreciados, ainda, os seguintes itens extrapauta: **Item 2**– Projeto de Lei da Câmara nº 40 de 2013, não terminativo, de autoria do Deputado Beto Mansur, que “dispõe sobre o exercício da atividade e a remuneração do permissionário lotérico e dá outras providências”, tendo como relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório favorável ao Projeto. Após a leitura do relatório, o Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 3**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 54 de 2013, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que “requer, em aditamento ao Requerimento nº 35-2013-CAE, sejam incluídos entre os convidados a participar da audiência pública destinada a analisar a conjuntura econômica nacional os senhores Nilson Teixeira, economista-chefe do Credit Suisse, e

Octavio de Barros, economista-chefe do Bradesco”. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 54 de 2013-CAE. É lido e será apreciado posteriormente o Requerimento nº 55 de 2013, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, que requer, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública, para tratar o tema da “Reindustrialização no Brasil”, com a presença dos seguintes convidados: senhor Carlos Eduardo Abijaodi – Diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI); senhor Edmar Lisboa Bacha – Diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica (Casa das Garças); senhor Mansueto Facundo de Almeida Júnior – Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); e o senhor Luiz Gonzaga Belluzzo – Pesquisador, Consultor e Diretor da Faculdades de Campinas (Facamp). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Declaro aberta a 52ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 49ª e 50ª Reuniões.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 1**MENSAGEM (SF) Nº 81, DE 2013**

– Não Terminativo –

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US\$ 45,270,000.00 (quarenta e cinco milhões e duzentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do “Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado da Bahia – PROFISCO”.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

Observações: 1. Em 27/08/2013, foi concedida Vista Coletiva

Peço ao Senador Cyro Miranda para ser Relator *ad hoc*.

De acordo com a Resolução nº 4.301, do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Eduardo Luiz Godard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional; representando o Estado da Bahia, a Srª Sonia Carneiro, representante do Governo da Bahia; e o Sr. Augusto Monteiro, Assessor Especial da Secretaria de Fazenda do Governo da Bahia.

O relatório já foi lido pelo Relator na 49ª Reunião, realizada em 27 de agosto, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Consulto o Relator se deseja fazer uso da palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero somente lembrar que o programa contará com investimentos totais de US\$50,3 milhões, sendo US\$45,270 milhões financiados pelo BID e US\$5,030 aportados pelo Estado da Bahia, segundo cronograma das liberações quanto às contrapartidas já realizadas ao longo dos próximos seis anos, 2013-2018.

Sendo assim, o voto foi, ante o exposto, pela aprovação do pedido de autorização do Estado da Bahia para contratar a operação de crédito externo nos termos seguintes: projeto de resolução do Senado autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco

Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 45,270 milhões.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio ao Governo/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho sido um crítico no que diz respeito à Resolução 43, como todos nós sabemos. Mas este caso, Sr. Presidente, é um tipo de projeto excepcionalizado dos limites da Resolução 43, portanto, não tenho nenhuma objeção à votação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Cyro Miranda.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da CAE, favorável, nos termos do PRS apresentado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – V. Exª vai pedir urgência para a apreciação?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Nós estamos nessa discussão. Assim que acabar, concedo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pensei que V. Exª já estava anunciando o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Se nenhum Senador pedir a urgência, não vamos votá-la.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Peço urgência para o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Fui socorrido. Eu insinuei por diversas vezes.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com apoio.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Estava insinuando a apresentação do requerimento de urgência, proposto pelo Senador Flexa Ribeiro.

Os Srs. Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não há nenhum baiano aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia. Logo depois, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sr. Presidente Lindbergh Farias, foi retirado de pauta o PLC 40, que trata do exercício de atividade e remuneração do permissionário lotérico, e dá outras providências. Recebi em meu gabinete o Presidente da Febralot, Roger Benac, também a representação do meu Estado, Rio Grande do Sul, Marco Antônio Kalikowisk, e Ricardo Brehm de Mattos.

Como a Relatora é a competente Senadora Vanessa Grazziotin e não há polêmica em torno da matéria, ela é consensuada, acho que é uma pauta positiva a gente analisar, tem uma repercussão social muito grande, define o marco regulatório para o setor, a Caixa Econômica Federal trabalhou intensamente, então, a solicitação que eu faço em relação a essa matéria, considerando que a Senadora Vanessa já tem relatório pronto, imagino, é que seria muito bom que pudessemos fazer isto: votar essa matéria, Senador.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Vou passar para a Senadora Vanessa Grazziotin que, com certeza, vai falar sobre o mesmo tema.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senadora Ana Amélia, nós estamos antenadas, sintonizadas. V. Ex^a falou do mesmo assunto que eu.

Eu gostaria, Sr. Presidente, da mesma forma como a Senadora, de pedir que fosse incluído extrapauta, com o apoio de nossos colegas, o Projeto de Lei da Câmara nº 40, que trata da regulamentação das lotéricas no Brasil. É um projeto meritório, importante e que já tramita na Câmara há muito tempo. Então, quero pedir que V. Ex^a inclua extrapauta.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) –

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – É no mesmo tema, Senador?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É que o pessoal dos Estados, da mesma forma como recebe o pedido e a visita... Realmente vim aqui achando até que da pauta que eu tinha fazia parte o item nº 7, se não me falha. Houve uma mudança de apenas um único título, que já foi, inclusive, aprovado. Se for possível, gostaria realmente... Parece-me que o tema não é polêmico e há consenso em relação a ele. É isto, Sr. Presidente: peço isso em relação aos lotéricos do Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Depois da solicitação da Senadora Ana Amélia, da Senadora Vanessa Grazziotin, do Senador Waldemir Moka, vamos colocar em apreciação a inclusão extrapauta.

Só quero comunicar aos senhores que nós mudamos a pauta porque, na reunião passada desta Comissão de Assuntos Econômicos, muitos Senadores, com razão, questionaram o horário de 11h30. Fizemos uma audiência muito curta com o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho. E ontem, pela manhã, falando com o Secretário do Tesouro Nacional, solicitei que começássemos antes, e ele marcou de começarmos às 10h30. Em virtude disso, modifiquei a pauta para que tenhamos um debate aqui em que os Senadores tenham condições de argumentar, de fazer réplica. Estou querendo organizar os debates, inclusive, em grupos de três Senadores, fazer blocos de três Senadores para que todos consigam fazer os seus questionamentos. Na reunião passada, Senadora Kátia Abreu, alguns Senadores, já era perto de 14 horas, não conseguiram fazer os questionamentos. Em virtude disso, modifiquei a pauta, mas nós temos tempo até 10h30.

Se este for um projeto em que exista um grau grande de consenso, se der para votar agora, vamos votar. Se houver polêmicas, divergências, concederei vista coletiva, a Senadora Vanessa Grazziotin apresentará o relatório e deixaremos para votar na outra terça-feira. Quero começar, impreterivelmente, às 10h30, com o Secretário do Tesouro Nacional.

Vamos fazer primeiro uma votação em relação à colocação extrapauta da matéria.

Os Srs. Senadores que concordam com a inclusão extrapauta da matéria permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a inclusão extrapauta da matéria.

Passo a palavra para a Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, apresentar seu relatório sobre o Projeto de Lei nº 40.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 40, DE 2013

– Não Terminativo –

Dispõe sobre o exercício da atividade e a remuneração do permissionário lotérico e dá outras providências.

Autoria: Deputado Beto Mansur

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Favorável ao Projeto.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Está muito bom, Sr. Presidente. Hoje a Secretaria da Comissão exagerou. O café está maravilhoso!

Sr. Presidente, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2013 (originalmente Projeto nº 4.280, de 2008), de autoria do Deputado Beto Mansur, que dispõe sobre o exercício da atividade e a remuneração do permissionário lotérico e dá outras providências.

A proposição em exame é resultado do Substitutivo constante do Relatório apresentado pelo Deputado Luiz Pitiman e aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara em 21 de maio de 2013. O texto final, por sua vez, resultou do aproveitamento do Substitutivo aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara, cuja relatoria coube, na oportunidade, a mim.

E quero dizer que tanto o Deputado Beto Mansur como os representantes dos lotéricos do Brasil inteiro se dedicaram muito para que a gente chegasse a um projeto viável, a um projeto que representasse se não um conceito, uma aceitação da categoria dos empresários do setor de lotéricas com a Caixa Econômica Federal.

Houve inúmeras reuniões. Não foram reuniões fáceis; foram reuniões difíceis, mas, abrindo mão de algumas coisas os lotéricos em determinado momento e abrindo mão de outras coisas a Caixa Econômica Federal, conseguimos chegar a um substitutivo, que, conforme relato aqui, foi aprimorado pelo Deputado Luiz Pitiman na Comissão de Constituição e Justiça.

A proposição tem cinco artigos, além da cláusula de vigência.

O art. 1º descreve o escopo de seus dispositivos, que é estabelecer critérios para a contratação e a re-

muneração de permissionários lotéricos e fixar providências relativamente às atividades complementares que vierem a exercer.

O art. 2º define os conceitos de permissão lotérica e de outorgante de serviços lotéricos, estabelecendo que a Caixa Econômica Federal é quem irá cumprir esse papel, na forma da lei; a permissão lotérica é definida como outorga, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos feita pelo poder outorgante a pessoa física ou jurídica.

O art. 3º estabelece as diretrizes operacionais e os critérios de remuneração a serem observados nos editais e nos contratos de licitação para as permissões:

a) admissão de conjugação de outra atividade comercial com a prestação de serviços lotéricos, nos termos e mediante autorização da outorgante;

b) admissão de exigência de atuação dos permissionários em regime de exclusividade em atividades acessórias;

c) remuneração pela venda de produtos lotéricos mediante comissão a ser estabelecida pela outorgante, que deverá incidir sobre o preço de venda das apostas, deduzidos os repasses previstos em lei e respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do produto lotérico;

d) correção anual dos preços das apostas por índice econômico oficial a ser definido pelo Ministério da Fazenda;

e) sujeição a autorização pelo outorgante de mudanças de endereço dos permissionários, ocasião em que deverão ser avaliados o potencial para a venda de loterias e a demanda de atendimento pela população;

f) prazo de vinte anos para os contratos de permissão com renovação automática por igual período; sendo que a contagem do prazo da renovação dar-se-á a partir do fim do prazo da permissão original, independentemente do termo inicial desta última.

O art. 4º prevê que o exercício da atividade de permissionário não obsta o exercício de atividades complementares impostas ou autorizadas pelo outorgante.

O art. 5º define as atribuições e responsabilidades da Caixa Econômica Federal, na condição de outorgante e contratante:

a) deverá prestar assistência técnica e consultoria, fornecer orientações, ministrar treinamentos e as demais instruções necessárias ao desempenho das atividades do permissionário e à implementação de novidades operacionais indispensáveis ao exercício da atividade e melhora da gestão, ressalvado que ficam por conta do permissionário as despesas com transporte, alimentação, hospedagem e outras que não estiverem ligadas ao objeto do treinamento ou curso necessário;

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Peço silêncio ao Plenário. A Senadora Vanessa Grazziotin está sendo seu relatório.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Alínea “b” do art. 5º:

b) deverá adotar as medidas necessárias à adaptação dos contratos vigentes à disciplina instituída pela nova legislação, dispensada nova licitação, devendo prevalecer a nova disciplina sobre as regras editalícias e demais normas legais ou administrativas que regem os atuais instrumentos.

A análise, Sr. Presidente.

A matéria veio a esta Comissão de Assuntos Econômicos para decisão não terminativa, razão por que cabe a esta Comissão analisar, além dos aspectos de mérito, a constitucionalidade, a juridicidade, a técnica legislativa, a adequação financeira e orçamentária e os demais aspectos formais e substantivos requeridos para a eventual aprovação da matéria também em Plenário.

A matéria está entre as de competência privativa da União, sobre a qual poderá dispor o Congresso Nacional, mediante sanção da Presidência da República.

A matéria não apresenta vício de juridicidade e atende aos requisitos da boa técnica legislativa.

Não há repercussões de ordem orçamentária e financeira derivadas da proposição.

Quanto ao mérito, é relevante destacar que a proposição impõe certames licitatórios para que pessoas físicas e jurídicas prestem serviços públicos na condição de permissionários, o que traz para o setor de venda de loterias e outros serviços correlatos os critérios de justiça e competição que devem nortear o acesso dos particulares às atividades reguladas pelo Estado, diretamente ou pela Administração Pública.

Também é um mérito da proposta definir com clareza a base de cálculo da remuneração dos permissionários, que será a renda líquida das loterias, sempre respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do produto lotérico.

A proposição também delimita explicitamente o tempo máximo da permissão, criando segurança para o permissionário quanto ao horizonte de rentabilidade do seu investimento. Esse prazo será de vinte anos, renovável por mais vinte. Há uma regra de transição para as permissões hoje vigentes, de forma que na renovação destas, o início da contagem do prazo de renovação será a data posterior ao fim da primeira concessão, independentemente de seu termo inicial. Dessa maneira, não são alterados os prazos das concessões hoje vigentes, importante medida de preservação da segurança jurídica desses contratos.

As balizas essenciais do relacionamento entre o outorgante e os permissionários também são estabelecidas na nova disciplina, o que permitirá um padrão de contratação e de relacionamento contratual mais eficiente e previsível; em especial prevê-se que o outorgante definirá a localização das concessões de acordo com o potencial de vendas e a demanda da população a ser atendida, evitando a concorrência predatória.

A proposição, na verdade, instaura uma disciplina equitativa e eficiente para um setor de crescente importância no ramo de serviços no Brasil – e que vai muito além de sua origem, que é a venda de produtos lotéricos –, pois hoje as lotéricas cumprem com escala e escopo sempre em expansão o papel de correspondentes bancários, contribuindo para aumentar a capilaridade das instituições financeiras e a própria bancarização da população mais carente.

Sr. Presidente, poucas vezes li um relatório na íntegra. Fiz questão de ler esse pela importância da matéria. No bojo do relatório está todo o projeto de lei, que é simples, entretanto abrangente e que levará para esse segmento a tranquilidade e a segurança de que eles efetivamente necessitam.

Eu quero dizer que, quando peguei o projeto para relatar pela primeira vez, eu não acreditei que as lotéricas, Senadores, não tivessem uma lei que regulamentasse a sua atividade, colocando, é óbvio, diante da relação Caixa Econômica, instituição financeira, com as lotéricas, a parte mais frágil, que eram as lotéricas, que sofria muito. Não havia sequer o estabelecimento de como atualizar o seu rendimento, o seu percentual, mesmo nas várias vezes em que era atualizado o valor da loteria.

Então, é um projeto fundamental. Sei que haverá vista coletiva, mas que possamos, na semana que vem, aprovar essa matéria tão importante e, em seguida, no plenário.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senhores, estou no seguinte dilema: acabou de chegar o Secretário do Tesouro Nacional, e eu estou querendo começar às 10h30. É por isso que vou fazer a concessão da vista coletiva. E a gente vota na próxima terça-feira, como primeiro ponto da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Senhores, antes de chamar o Secretário do Tesouro Nacional, quero dizer, Senador Armando Monteiro, que temos feito sempre debates nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

Na próxima terça-feira, haverá aqui um debate envolvendo três economistas: o Economista-Chefe do

Itaú/Unibanco, Ilan Goldfajn; o Economista-Chefe do Credit Suisse, Nilson Teixeira; e o Economista-Chefe do Bradesco Octavio de Barros, para escutar as posições acerca da conjuntura macroeconômica, dos desafios da economia brasileira. Então, vamos ter a votação desse primeiro ponto, que vai ser a votação do PLS nº 40, que a Senadora Vanessa Grazziotin relatou, e imediatamente começaremos esse debate. Esta Comissão tem como função aprovar os projetos que estão na pauta, mas também debater os desafios da economia brasileira. Então, creio que vai ser um debate muito importante.

Agora, naqueles requerimentos que já foram apresentados aqui, já estava o convite ao Economista-Chefe do Itaú, Ilan Goldfajn. Por isso, apresento um requerimento e peço que a gente o coloque em votação extrapauta para viabilizar essa audiência de terça-feira, um convite aos Srs. Nilson Teixeira e Octavio Barros. Então, estou apresentando este requerimento:

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 35-2013/CAE, de autoria do Senador Armando Monteiro, sejam incluídos entre os convidados a participar da audiência pública destinada a analisar a conjuntura econômica nacional os senhores Nilson Teixeira, Economista-Chefe do Credit Suisse, e Octavio de Barros, Economista-Chefe do Bradesco.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação deste requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Vou ler também, antes de chamar o Secretário do Tesouro Nacional, o requerimento do Senador Ricardo Ferraço:

Requeiro, nos termos nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos, para tratar o tema da “Reindustrialização no Brasil”. Para discutir o tema, requeiro sejam convidados Carlos Eduardo Abijaodi – Diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Edmar Lisboa Bacha – Diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica (Casa das Garças); Mansueto Facundo de Almeida Júnior – Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); e Luiz Gonzaga Belluzzo – Pesquisador, Consultor e Diretor da Faculdades de Campinas (Facamp).

Gostaria apenas de dizer ao Senador Ricardo Ferraço que o Prof. Belluzzo veio aqui um mês e meio atrás. Vamos votar isso aqui na próxima semana, e eu falei também com Edmar Bacha, que está definindo a data em outubro para vir também a esta Comissão de Assuntos Econômicos.

Depois, queria conversar com V. Ex^a para encontrar um formato. Talvez convidar dois ou três pessoas no máximo, para termos tempo de fazer um bom debate sobre os temas.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Antes de V. Ex^a chamar os convidados, gostaria de agradecer a todos os Senadores e Senadoras presentes pela compreensão, mas sobretudo a V. Ex^a, que, em contato com todos os representantes das empresas lotéricas – e aqui registro a presença do Dr. Roger Benac, Presidente da Federação, assim como de representantes de vários Estados brasileiros, inclusive o Rio Grande do Sul e o meu querido Amazonas –, Senador Lindbergh, atuou de maneira muito importante para que cumpríssemos esta etapa, a etapa de hoje, o que nos dará a segurança e a garantia de que votaremos na semana que vem. Muito obrigada, Senador Lindbergh. V. Ex^a atendeu ao pleito deles desde que pediram que eu relatasse a matéria e, agora, a coloca em votação. Muito obrigada. Sei que a sua dedicação será muito forte também no plenário.

Quero sugerir aqui que, em se votando a matéria aqui, peçamos urgência no plenário para votarmos lá rapidamente também.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, votou o nosso requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não, próxima terça.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ah, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada da presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 32 minutos.)

ATA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE SETEMBRO DE 2013, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e trinta e três minutos do dia três de setembro do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Walter Pinheiro, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Romero Jucá, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Ana Amélia, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro, Blairo Maggi, Antonio Carlos Rodrigues e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Valdir Raupp, Roberto Requião, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Jayme Campos e João Vicente Claudino. A Presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de tratar do Superávit Primário; da situação atual do montante da dívida bruta e líquida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios; do balanço da política fiscal do governo; do balanço dos limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito interno e externo; e do balanço dos limites globais e condições para as operações de crédito interno e externo da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal; do balanço das operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios; e da situação atual do endividamento dos Estados e Municípios, em atendimento aos Requerimentos da Comissão de Assuntos Econômicos nºs 38 de 2013, de iniciativa do Senador Ivo Cassol, e 41 de 2013, de iniciativa do Senador Pedro Taques e outros, tendo como expositor o Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores Pedro Taques, Ana Amélia, Sérgio Souza, Humberto Costa, Romero Jucá, Armando Monteiro, Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Blairo Maggi e Delcídio do Amaral. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor

Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico.

Senador Lindbergh Farias

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos
(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Declaro aberta a 53ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Pauta: Audiência Pública

Assunto/Finalidade: Tratar do superávit primário; da situação atual do montante da dívida bruta e líquida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios; do balanço da política fiscal do Governo; do balanço dos limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito interno e externo; e do balanço dos limites globais e condições para as operações de crédito interno e externo da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal; balanço das operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios; situação atual do endividamento dos Estados e Municípios.

Requerimentos de realização de audiência: Requerimento nº 38, de 2013, do Senador Ivo Cassol; Requerimento nº 41, de 2013, do Senador Pedro Taques e outros.

Convidado: Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional.

O convidado já se encontra na Secretaria.

Peço ao Senador Humberto Costa que acompanhe o Secretário do Tesouro Nacional até o plenário desta Comissão. (*Pausa.*)

O convidado já se encontra no plenário da Comissão.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará a sua exposição por 30 minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos.

Conforme anunciei antes, estava marcada esta reunião para 11h30. O Secretário se dispôs a começarmos às 10h30. Na verdade, estamos querendo fazer blocos de três Senadores, para que todos possam fazer suas interpelações. Vamos tentar encerrar esta audiência às 13 horas. O Secretário tem compromisso, o Presidente desta Comissão também e, creio, todos os Srs. Senadores. É um esforço acabar às 13 horas.

Concedo a palavra ao Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO – Em primeiro lugar, queria registrar minha grande satisfa-

ção por estar aqui na CAE. Cumprimento o Presidente da Comissão, Senador Lindbergh, o Vice-Presidente, Senador Sérgio Souza, e todos os Srs. Senadores.

Registro a satisfação que temos de poder discutir com esta Casa, que define as políticas para os Estados, o que é também função da Secretaria do Tesouro, poder acompanhar isso e esclarecer algumas questões que considero importantes.

Nos termos do convite, dividi a apresentação em duas questões. Primeiro, vou falar um pouco do momento da economia brasileira e da situação fiscal em que nos encontramos, o setor público como um todo, inclusive porque isso é necessário para a compreensão da segunda parte, que é a nossa política para Estados e Municípios do ponto de vista de melhoria da sua capacidade de investimento e de financiamento.

Gostaria de começar falando um pouco do momento da economia brasileira.

Nesta planilha que temos aqui, apresentamos o resultado trimestral da economia brasileira, desde o terceiro trimestre de 2010. A linha preta é o valor do trimestre em relação a 12 meses anteriores, e o que está em azul é o valor do trimestre contra trimestre.

No segundo trimestre de 2013, tivemos um crescimento de 1,5%, dado recém-divulgado. Na relação do segundo trimestre de 2013 com o segundo trimestre de 2012, isso significa um crescimento de 3,3%. Penso que o gráfico é bem ilustrativo do momento de retomada da economia brasileira que nós vivemos, ou seja, estamos numa clara retomada, e isso é importante, no nosso modo de ver, para a avaliação das políticas estaduais, mas também é um resultado de um conjunto de políticas que entendemos serem necessárias, inclusive o aumento da capacidade dos Estados e Municípios de proverem infraestrutura.

Um dos grandes problemas do País, que pode ou não sustentar um crescimento de médio e longo prazo, é a capacidade de infraestrutura. Digo isso porque a nossa política de financiamento, de capacidade de endividamento dos Estados tem a ver com uma política de crescimento. Ou seja: ela não deve, na nossa visão, ser considerada de forma isolada. Felizmente, o resultado de uma insistência em prover recursos no sentido de que pudéssemos ter a infraestrutura andando com rapidez tem também um resultado econômico, e ele está aparecendo já.

Esta planilha apresenta, segundo os mesmos conceitos, trimestres de 12 meses anteriores – o preto é 12 meses contra 12 meses, o azul é o trimestre anterior – e mostra a mesma retomada. Ou seja, a formação dupla de capital fixo, que é onde estão os investimentos de Estados e Municípios, assim como outros investimentos, da indústria em especial, estão

em franca retomada. Então, viemos de um momento difícil e agora estamos já, evidentemente, na nossa visão, em um processo de retomada sustentável.

Os nossos fundamentos são sólidos. Temos hoje reservas internacionais de US\$372 bilhões, bem mais do que em outros períodos da nossa história. Temos um investimento estrangeiro direto, em 12 meses, de US\$62 bilhões, dado de julho, e uma dívida líquida do setor público em franca queda. Saímos de um patamar de algo em torno de 60% do nosso PIB de dívida, para 34,1%, que é o número último divulgado agora em julho de 2013. Ou seja: está evidente uma melhoria significativa de todos os fundamentos da economia brasileira. Isso se expressa em vários itens e também no mercado financeiro, em que nossos títulos, quando lançados, têm tido uma demanda muito forte e taxas muito baixas historicamente com relação àquilo que o Brasil tradicionalmente tinha.

As principais despesas do Governo Federal e do País estão sob controle. Essa planilha mostra o resultado da previdência. O déficit previdenciário brasileiro, que já foi de 1,8% do PIB em 2006, está em franca queda, abaixo de 1% do PIB, e essa é uma tendência não só da previdência, que é uma das nossas principais despesas, mas também uma tendência da despesa de pessoal, que está sendo mantida em patamares equilibrados. Estamos com 4,2 em 2012, com estimativa de 4,2 para 2013. De 2012 para cá, portanto, a tendência é de estabilidade e de queda. Essa é uma tendência importante particularmente porque temos dado reajustes e temos contratado servidores. Mesmo assim, há um equilíbrio.

A dívida pública mostra tendência clara de queda. Já tivemos uma dívida que custava 8,5% do PIB, em 2013, e hoje está em patamar em torno de 4,7%.

Esta planilha reproduz a dívida líquida, que cai de 60% para 34,1% como já referi, e a dívida bruta. Mais recentemente, tem havido um debate mais forte acerca da dívida bruta. Eu gostaria de deixar claro que a nossa dívida bruta está em patamares, na nossa visão, absolutamente equilibrados. Estamos com 59,4%; já estivemos, em 2009, com 60,9%; e ela é decorrente de um conjunto de itens, inclusive, do aumento das nossas reservas internacionais. Como referi no início, temos hoje reservas internacionais muito significativas, e elas têm uma contrapartida em títulos. Qual é essa contrapartida? São as chamadas operações compromissadas, que o Banco Central lança para efeito de enxugar aquela liquidez decorrente das reservas internacionais.

Então, quando se diz que a dívida bruta é maior do que a líquida – é normal que seja assim – é preciso considerar que essa é uma notícia que tem um lado

muito positivo, que é o fato de que as reservas estão em patamares muito positivos. Evidentemente, quando há situações de volatilidade internacional, como a que estamos vivendo neste momento, isso ganha enorme importância.

Então, acerca da discussão sobre dívida bruta, o Brasil tem uma dívida bruta bem posicionada, se comparada com a dos países com melhor desempenho econômico do mundo, como Estados Unidos e países da Europa. A nossa dívida é menor, está estável e em uma circunstância em que as reservas estão aumentando. É normal que, uma vez que as reservas estão aumentando, a dívida bruta suba. Ela não sobe porque a dívida líquida está caindo. Então, há um efeito positivo de melhoria fiscal, e esse efeito positivo se reflete na dívida líquida e também no fato de que, mesmo com reservas em franca ascensão, temos uma dívida bruta equilibrada.

Há também um efeito decorrente das operações que o Tesouro faz com o sistema oficial de crédito – BNDES, Caixa, Banco do Brasil e outros bancos oficiais – que são fundamentais, na nossa visão, para a restauração de um investimento, uma formação bruta de capital fixo mais forte no Brasil. Se não fizéssemos esse tipo de política, dificilmente teríamos a retomada que estamos tendo neste momento bem como um crescimento do investimento em relação ao PIB, que é necessário no Brasil. Então, trata-se de uma política de médio e longo prazo absolutamente sustentável, como se demonstra aqui.

Vou falar um pouco dos Estados porque penso que se trata de uma preocupação importante desta Comissão e, talvez, objeto principal do convite para a minha presença aqui. Primeiramente, registro um número bem expressivo de que a situação fiscal dos Estados vem melhorando significativamente ano a ano. Em 2002, tínhamos uma dívida líquida em relação ao PIB de 17,5%. Hoje, temos uma dívida líquida dos Estados em relação ao PIB de 9,9%. Portanto, é uma melhora significativa do endividamento dos Estados. Essa é uma notícia importante. Acho que a análise dos Estados deve ser feita a partir da realidade de hoje e não da realidade de 10, 15 anos atrás, em que, de fato, o nível de endividamento era mais alto.

Os governos municipais apresentam a mesma tendência, ou seja, uma queda de 2,4% do PIB, em 2002, para 1,8%. Não é uma queda tão forte, mas ela é expressiva na medida em que o endividamento é baixo. A participação da dívida dos Municípios em relação ao PIB é pouca, em relação à sua receita também, e esse é um dado positivo.

A dívida dos governos estaduais – temos aqui a dívida total, a dívida bruta – vem caindo. Aqui, tomei

um dado mais recente, 2006 para cá, e fiz uma comparação, para efeito de compreensão, do perfil dela. Acho que é um dado importante. A parte da dívida dos Estados com a União, que já foi de 12,7% do PIB, em 2006 – antes era maior –, caiu para 8,9. Então, não só há uma melhora no tamanho da dívida como, aos poucos, os Estados passam a ter outros atores na tomada de endividamento. Ou seja: a União passa a ter uma parcela menor, e as dívidas em mercado, decorrentes do sistema financeiro nacional, internacional, organismos multilaterais como Banco Mundial e BID, vão aumentando sua participação. Consideramos isso positivo. Entendemos que, aos poucos, a participação da dívida da União vem diminuindo – e isso é positivo – e a participação da dívida financeira vai aumentando, a bancária. E achamos que isso também é uma tendência boa.

Este gráfico é bem importante para a compreensão da parte da dívida externa. Primeiro, a dívida externa brasileira como um todo não só caiu muito como hoje temos um superávit, somos credores líquidos, como se diz tecnicamente, em relação à dívida externa. Ou seja: o Brasil hoje tem reservas maiores do que sua dívida. Isso nem sempre foi assim. Em 2002, 2003, nós tínhamos uma dívida PIB líquida de 16% do PIB e hoje ela é negativa, ou seja, hoje somos superavitários em 15% do PIB.

A dívida dos Estados se mantém em patamares bem tranquilos, 1,1% do PIB, é o último dado. E a dos governos municipais, 0,1% do PIB. Elas tiveram uma pequena queda, depois subiram um pouco e essa subida tem a ver com aquele outro gráfico, ou seja, há uma mudança no perfil. Aos poucos o Governo Federal deixa de ser o principal credor e passa a haver outros credores, dentro de projetos, de financiamento, de investimento, de crescimento da infraestrutura principalmente dos Estados.

Aqui é outra leitura do mesmo dado que mostra a dívida dos governos estaduais, a dívida bruta em relação à receita líquida real, que é um dos critérios importantes de análise. Ela cai de 2,3% da receita dos Estados, em 2003, para 1,3%. Ou seja, hoje, em relação à receita líquida real, que é um dos critérios de receita, nós tivemos uma queda bem expressiva, e numa tendência muito favorável.

Aqui temos esse mesmo dado por região, que mostra que em todas as regiões do País há esse efeito de queda. Na Região Sudeste, de 2,9 para 2; na Região Sul, de 2,5 para 1,4; na Região Centro-Oeste, de 2,1 para 0,8; na Região Norte de 0,8 para 0,4; e na Região Nordeste, de 1,6 para 0,6. Ou seja, uma tendência muito positiva em todas as regiões do Brasil.

Esse é outro critério também usado para efeitos de análise, previsto na nossa legislação, que é a dívida consolidada líquida em relação à receita corrente líquida. Aqui é outro critério. A dívida consolidada é líquida, ou seja, ela inclui as disponibilidades do ente federativo e a receita é a receita corrente líquida, uma receita um pouco maior do que a receita líquida real em termos de conceito. Ela cai de 2 para 1. Ou seja, o total da dívida consolidada líquida é hoje igual à receita de um ano dos Estados. Antes era o dobro. Caiu de 2 para 1. Evidentemente é um dado muito positivo na nossa visão.

Temos aqui a análise por Estado. Vou tentar demonstrar para vocês que em todos os Estados da Federação a dívida consolidada líquida em relação à receita corrente líquida cai, em todos.

Roraima cai um pouco acima de 1,3 para 0,4; Acre cai para 0,5, já foi algo em torno de 0,9; e assim sucessivamente no Amazonas, Pará, Tocantins, Amapá, Roraima – esses são os Estados da Região Norte. Em todos eles temos aqui a relação e se mostra uma queda.

Região Nordeste. Há uma queda expressiva em todos os Estados. No Estado de Alagoas, uma queda expressiva; Bahia, uma queda expressiva; Piauí é um dos Estados que não mais tem 9496, ou seja, o Piauí já quitou a sua dívida com a União, portanto é um dos Estados que já não tem essa circunstância. Também na Região Nordeste o Rio Grande do Norte já quitou totalmente a 9496, a sua dívida com a União. Ou seja, há um processo no qual os entes federados vão diminuindo o seu endividamento com a União e vão substituindo isso por dívida financeira, bancária, o que, na nossa visão, é positivo; estão indo em direção ao mercado, que é a situação normal. Em todos eles também há uma queda.

Região Sudeste. Todos os Estados mostram uma queda da dívida consolidada líquida em relação à receita corrente líquida. Em alguns, há uma queda mais forte. Nos Estados maiores, que são aqueles que historicamente tiveram uma dívida maior – é o caso de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e também o Rio Grande do Sul, na Região Sul –, todos eles foram melhorando, e é normal que a queda aqui seja um pouco mais lenta porque o volume dessas dívidas é alto em relação à receita dos Estados. Todos eles apresentam essa tendência.

Na Região Centro-Oeste, a mesma coisa: há uma tendência forte de queda – Mato Grosso do Sul, Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal.

E, na Região Sul, o Rio Grande do Sul apresentou uma queda não tão significativa, em torno de 2,7, 2,8 para 2,1; Santa Catarina, uma queda mais expressi-

va; e o Paraná também uma queda não tão forte, mas importante.

Esse dado aqui foi solicitado por uma preocupação desta Casa com as garantias que a União dá aos entes federados. Então, esse gráfico mostra o total das garantias que a União dá. Há um limite definido pela Resolução nº 48 do Senado Federal que é de 60% da receita líquida real.

As garantias que a União presta já foram de 78% da receita líquida real e hoje estão em 21%. Portanto, há uma queda expressiva e não há nenhum excesso do ponto de vista das garantias.

Aqui há um elemento importante que eu gostaria de esclarecer. Por que a União dá garantia para dívida de Estados e Municípios? Não é porque o ente não teria condições de tomar esse financiamento se não houvesse as garantias. Se a nossa avaliação é a de que o ente não tem condições de tomar o financiamento, nós não o autorizamos – há uma série de regramentos que analisamos – e também não damos a garantia. A garantia é basicamente um instrumento que nós usamos para diminuir taxas de juro, para diminuir *spread*. Nós não achamos que seja correto que os entes federados tenham que pagar taxas muito expressivas para o sistema financeiro. Então, a garantia da União reduz substancialmente essas taxas. Esse é o motivo principal pelo qual nós temos uma política de dar garantias para os entes federados. Por quê? Porque, com a garantia da União, quanto menor a taxa cobrada desse ente federado – são financiamentos para investimentos, são financiamentos de médio e longo prazo, ou seja, financiamentos que as populações dos Estados vão pagar ao longo de um período grande – melhor para a capacidade de investimento de longo prazo dos entes federados, os Estados principalmente.

Então, nós temos, sim, uma política de dar essas garantias porque isso é fundamental para que as taxas sejam baixas. Isso vale para os organismos multilaterais, para o crédito externo e também para muitas operações de crédito interno. E entendemos que há uma total tranquilidade, porque o volume está bem abaixo do limite e também porque há uma facilidade muito grande, caso haja alguma inadimplência, de retenção pela União de repasses para os entes federados. Portanto, é um sistema que, na nossa opinião, está bem e significa uma situação fiscal sólida para o País e também taxas menores que contribuem, em muito, para a situação favorável dos entes federados no médio e longo prazo.

Eu já tive oportunidade de colocar para vocês que, aos poucos, a dívida deixará de ser dívida com a União e passará a ser dívida com o sistema financeiro. Portanto, um elemento fiscal de grande importância é

identificar quais são as taxas desse endividamento. E nós nos preocupamos muito com isso, razão pela qual temos uma política firme de prover garantias.

Vamos falar um pouquinho dos Municípios. Isso aqui representa os limites de endividamento em relação à legislação dos Municípios brasileiros. Dos mais de 5 mil Municípios, apenas 7 publicaram o Relatório de Gestão Fiscal com uma dívida acima do limite, que é de 120% – 1,2% da receita corrente líquida. A grande maioria dos Municípios tem inclusive uma relação dívida-receita líquida – ou seja, as disponibilidades deles entram na dívida com um lado positivo – abaixo de zero. Estão nessa circunstância 1.256 Municípios, que, provavelmente, não têm endividamento algum ou um endividamento muito pequeno e alguma disponibilidade. Então, é uma situação muito favorável, do ponto de vista da solidez dos entes federados, um número muito pequeno de Municípios acima do limite, portanto, não tendo possibilidade de tomar novos financiamentos.

Esse é um ponto importante. Principalmente a Lei 9.496, que é a legislação que tratou da renegociação com os Estados, historicamente, foi uma relação equilibrada ou não entre a União e os entes federados.

O valor dos subsídios que a União deu nesse processo da dívida, da Lei 9.496, é muito grande. Não é verdadeiro, mesmo com taxas que hoje são altas em relação ao mercado, que se tenha tido uma vantagem da União em relação aos entes federados.

Aqui é uma comparação, por Região, dos valores que foram dados como subsídio inicialmente, na renegociação, os valores acumulados ao longo do período, ou seja, a diferença entre o valor que foi refinanciado, o custo dele baseado na Selic, e o custo contratual dele. Hoje, IGP mais 6, por exemplo, está acima da Selic, mas, no passado, não estava. No passado, estava muito abaixo. Então, isso tudo, à época, a União suportou e hoje é uma situação nova e diferente. O subsídio total é 223 bilhões ao longo desse período – é um período longo, de mais de 15 anos – em que essas dívidas estão sendo trabalhadas pelos Estados, fazendo seus pagamentos.

Não é verdadeiro que os Estados pagam a dívida e ela só aumenta. Eu demonstrei que a dívida como um todo caiu, e a dívida com a União, em especial, vem caindo.

Mais do que isso, nós temos, aqui no Congresso, uma proposta de mudança do indexador, que sempre foi uma reivindicação dos Estados. A partir do momento em que se verificou claramente que o critério de indexação que nós vínhamos usando é hoje superior ao do mercado, nós passamos a propor ao Congresso Nacional – e está tramitando aqui, desde o início do

ano – um projeto que limita essa variação à taxa Selic. Passa a ter uma taxa de juros de até 4%, mas limitada à Selic. Portanto, há uma concordância do Governo Federal, uma vez que as taxas de juros, de forma geral, caíram no Brasil, é correto, mesmo que tenha havido um subsídio muito alto até hoje, que isso seja também repassado aos Estados. Portanto, temos uma proposta nesse sentido para avaliação do Congresso Nacional. Entendemos que ela vai ser importante para a melhoria ainda maior da situação fiscal dos Estados e dos Municípios no médio e longo prazo. Esse efeito de médio e longo prazo é muito importante na análise das finanças públicas.

Para não fazer uma exposição inicial muito longa, tentei colocar aqui as principais questões, o nosso ponto de vista, dar um panorama mais geral, e me coloco à disposição para esclarecimento dos senhores e senhoras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Agradeço ao Secretário do Tesouro Nacional, Arnold Augustin, que falou por 25 minutos, menos que os 30 estabelecidos.

Vamos começar agora, direto, os debates, passando a palavra, primeiro, ao autor do requerimento, Senador Pedro Taques.

Como estabelecido, vamos fazer blocos de três. O primeiro inscrito é o Senador Pedro Taques; segunda, a Senadora Ana Amélia; terceiro, o Senador Sérgio Souza.

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Secretário Arnold Augustin, quero expressar ao senhor o meu respeito pelo trabalho que vem desenvolvendo na Secretaria do Tesouro Nacional.

Sr. Presidente, é interessante que eu sou um bacharel em Direito e, como todo bacharel em Direito, um pouco obtuso no conhecimento econômico. Mas eu tenho procurado fazer meu dever de casa. Cada ciência tem suas expressões, mas nós precisamos fazer com que essas expressões sejam entendíveis pelo cidadão. Se eu aqui falasse sobre **docimásia hidroestática de Galeno**, por exemplo, poucos saberiam o que isso significa. Protrairamento do momento consumativo, eliminação hipotética de Thyrén, por exemplo, são institutos da minha ciência.

A fala técnica do senhor me deixa muito alegre pelo seu conhecimento, mas nós temos que falar de uma maneira – ao menos assim eu busco como político – que o cidadão possa entender. É lógico que nós estamos numa comissão técnica e precisamos ter

esses conhecimentos técnicos. E eu estou buscando fazer o meu dever de casa.

Seria interessante, Sr. Presidente, nós atendermos também aquele requerimento, que já foi feito aqui, de que os convidados pudessem nos remeter antes o material que aqui fosse debatido para que nós pudéssemos trabalhar esse material e já nos prepararmos para as perguntas sabendo o que ele aqui vem dizer.

Muito bem. Sr. Secretário, eu poderia aqui falar sobre esse chamado eufemismo da contabilidade criativa para que o cidadão possa saber – o cidadão bem simples do Estado de Mato Grosso, aliás, seu irmão mora no Estado de Mato Grosso –, mais ou menos assim, um gato para evitar um curto circuito na economia, isso para aqueles que entendem que existiria uma contabilidade criativa. Eu poderia perguntar ao senhor sobre essa invenção da colocação direta de títulos, uma maneira de financiar despesa pública e aumentar a dívida da União. É o caso, e eu vou fazer menção aos fundamentos, por exemplo, da Medida Provisória 618, que são 15 bilhões Valec e 15 bilhões para o BNDES. Mas existem outras medidas provisórias. Eu poderia falar do endividamento para gastar hoje pagando juros e gastar hoje os créditos contra Itaipu binacional a que a União só terá direito em parcelas até 2023 – é o caso da Medida Provisória 615 de 2013. Mas eu vou fincar as minhas indagações nas transações com os bancos públicos federais, notadamente o BNDES e a Caixa Econômica Federal. E vou me valer, Sr. Presidente, dos dados básicos na fonte do Banco Central do Brasil, notas para imprensa, política fiscal de dezembro de 2011 a agosto de 2013.

Muito bem. Sobre essa chamada maquiagem, como alguns dizem – eu não tenho conhecimento ainda para dizer que é uma maquiagem, por isso não vou dizer isso, estou fazendo referência ao que dizem –, o Governo Federal toma dinheiro emprestado do mercado, paga taxa Selic – uns 8% a 10% ao ano – e tem que renovar esses empréstimos a cada quatro anos em média. E não é pouco. Entre dezembro de 2010 e julho de 2013, esse endividamento cresceu 677 bilhões, eu tenho aqui a fonte, isso considerando a dívida mobiliária. Em seguida, pega esse mesmo dinheiro caro e empresta para o BNDES e a Caixa Econômica cobrando juros camaradas da TJLP. Para traduzir para o cidadão simples do Estado do Mato Grosso: não seria a mesma coisa de eu ter um cunhado que está quebrado, está precisando de dinheiro e eu pegar empréstimo no cheque especial a juros altíssimos para pagar a curto prazo e emprestar a ele a juros baixos para pagar a longo prazo? Não seria mais ou menos isso o que vem sendo feito? E não é pouco. No mesmo período aqui dito, esses empréstimos aumentaram de 183 bilhões,

e alcançam hoje 440 bilhões, se esses dados estão corretos. Nós tomamos dinheiro caro e de curto prazo e emprestamos barato a longo prazo; é mais ou menos essa a analogia pedestre que aqui eu fiz.

A nossa situação financeira piorou, e muito, ou eu estou errado em relação a isso? A minha indagação, Sr. Secretário, vem diante daquilo a que V. S^a fez referência: seria correto ainda dizer que a posição financeira líquida do Governo Federal não se alterou para pior em razão desses 440 bilhões? Essa analogia que fiz está equivocada? O senhor ainda insiste em dizer que essas operações não mudam a situação econômico-financeira da União? É errado o que estou dizendo?

Eu gostaria, com todo o respeito, que o senhor justificasse isso.

A respeito das dívidas estaduais, eu analisei as 36 mensagens que solicitam autorização de empréstimos recebidas no Senado da República e analisadas pela CAE, desde a edição da Portaria 306/2012, do Ministério da Fazenda; 10 dessas 36 traziam a exceção do seu art. 11. Traduzindo em miúdos: essa exceção significa que o Tesouro Nacional demonstra, em análise técnica, que esses Estados não vão ter a capacidade de honrar o pagamento – está na exceção do art. 11 –, descrevendo sua situação fiscal como – aspas – “fraca ou muito fraca”, e o risco de crédito, como – aspas – “alto ou muito alto”. Das 36, 10 tinham essa expressão. O próprio Tesouro Nacional está dizendo que considera que o Estado não conseguirá pagar, de forma voluntária, essa dívida, e a União terá que assumir o pagamento. Muito bem. E nós temos contragarantias oferecidas nesses casos: são cotas do Fundo de Participação dos Estados e arrecadação do ICMS.

A minha pergunta ao senhor: qual a razão econômico-administrativa que autoriza o Governo Federal a empurrar os Estados para essa situação?

Dos 36 requerimentos que aqui chegaram, 10 têm essa expressão. Eu vi aqui o endividamento do Estado de Mato Grosso, e a minha preocupação é que me parece que estamos jogando a responsabilidade para os próximos administradores.

São essas as minhas dúvidas, que são bem simples. Gostaria que o senhor fizesse a gentileza de nos esclarecer.

A primeira participação minha é essa, e, tendo em conta o que ele responder, eu gostaria de usar do direito da réplica.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Antes de passar a palavra para a Senadora Ana Amélia, vou ler aqui a lista de inscrição.

Primeiro bloco: Senador Pedro Taques, Senadora Ana Amélia, Senador Sérgio Souza.

Segundo bloco: Senador Waldemir Moka, Senador Humberto Costa e Senador Eduardo Suplicy.

Terceiro bloco: Senador Ricardo Ferraço, Senador Cristovam Buarque, Senador Armando Monteiro.

Quarto bloco: Senador Eduardo Braga.

Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Presidente Lindbergh Farias, Senador Sérgio Souza.

Queria agradecer a exposição feita pelo Secretário Arno Augustin a respeito do tema. Embora ele tenha feito uma avaliação positiva, inclusive sobre o Rio Grande do Sul, o nosso Estado – o Secretário foi também da área da Fazenda do Estado –, a Consultoria do Senado tem dados que preocupam do ponto de vista do conjunto do endividamento do Estado.

Segundo informações da própria Secretaria enviadas ao Senado, e conforme artigo recente publicado no *site* Brasil, Economia e Governo sobre a evolução da dívida dos Estados brasileiros nos últimos dez anos, o Rio Grande do Sul consta com a maior relação dívida consolidada líquida/receita corrente líquida entre os demais Estados, tanto no ano 2000, como em 2012, com essa relação variando de 2,66 para 2,18 – mais ou menos o número que V. Ex^a apresentou, respectivamente. Observa-se, inclusive, que, em 2012, o nosso Estado foi o único a superar o limite disposto pela Resolução 40/2001, do Senado Federal, fixado em 2. Naturalmente, o volume da dívida existente em 1997, por ocasião da renegociação pactuada com a União, afeta fortemente esse quociente. Porém, outros Estados com perfil semelhante optaram por reduzir seu ao grau de endividamento.

Como o senhor, que foi Secretário de Fazenda em nosso Estado, explicaria esse perfil de endividamento?

O senhor considera que essa trajetória trouxe resultados positivos para o desenvolvimento do Estado?

Esse tipo de política compromete a liberdade dos governos estaduais no tocante à decisão de investimentos?

Qual é a saída, Secretário?

A gente percebe certa resistência da União em alterar o indexador das dívidas dos Estados e Municípios repactuadas pela Lei nº 9.496, de 1997, e pela Medida Provisória 2.185-35, multiplicando o passivo e limitando fortemente a capacidade de investimento dos entes federativos, Estados e Municípios.

O Governo examinou a hipótese de criar o fundo de investimento em infraestrutura, ao qual seriam vinculados 50% dos recursos desembolsados pelos Estados, com o pagamento das prestações, confor-

me proposta do Grupo de Trabalho das Dívidas dos Estados e Municípios, criado na Câmara para analisar essa questão. Como está isso? Evoluiu ou não? Não há interesse do Governo em avançar nesse processo?

Existe, de fato, Secretário Arno Augustin, a perspectiva de que o Governo venha a oferecer aos Estados e Municípios linhas de crédito especiais para o financiamento de projetos de mobilidade urbana? Por quê? Porque esta Comissão discutiu um tema muito relevante. Do Governo, não houve muita – me pareceu – sensibilidade com o que foi definido aqui, e as ruas pressionaram muito em cima dessa questão, que tende a se agravar. Há maior número de automóveis, as ruas são as mesmas, e há uma pressão muito grande pelo uso de transporte. Então, se existe, pelo menos, em relação a isso... Faço até em homenagem ao Senador Lindbergh Farias, porque ele foi um ativo protagonista nesse processo.

E, para não ir mais longe, pois eu teria muitas outras coisas, e os outros Senadores também têm, tenho uma curiosidade, Secretário, talvez mesmo como jornalista. Falou-se muito, quando o Governo criou a política de energia elétrica para baratear o preço de energia – e isso é global, não é específico para isso, mas o senhor está responsável –, de um determinado percentual de desembolso do Tesouro para suportar o subsídio que seria criado no custo da energia elétrica, para reduzir o preço aos usuários. E as informações que temos é de que esse valor é muito maior do que aquele originalmente previsto. Eu gostaria de saber se o senhor pode dar os valores reais que serão desembolsados com essa política, como o Governo vai administrar essa situação e, se houve realmente essa, digamos, diferença, qual foi o motivo de haver isso.

Muito obrigada, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra para o Senador Sérgio Souza, Vice-Presidente desta Comissão, último inscrito do bloco.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Bom dia, meu caro Presidente Lindbergh, Secretário do Tesouro, Arno Augustin, Sr^{as} e Srs. Senadores.

As perguntas, Secretário, vão se confundir muito durante o tempo que V. S^a vai passar aqui nesta Comissão, mas também vão se aprimorar. Uma delas o Senador Taques fez, quanto a essa preocupação da classificação fiscal que é feita pelo Tesouro Nacional, muito fraca, de alto risco, de crédito, e depois vem a Secretaria do Tesouro Nacional e acaba autorizando, vem para esta Comissão de Assuntos Econômicos e nós aqui acabamos votando, porque eu não vi até hoje

– estou aqui há dois anos e alguns meses – nenhum empréstimo ser negado para ninguém.

Pressupõe-se que quando o STN...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Não, nem o Paraná. Não foi.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – É, um pouquinho de resistência no caso do Paraná, meu Estado. Mas há, lógico, alguns debates, e sempre há a crítica de que, às vezes, a classificação é de alto risco, mas acaba vindo e nós acabamos aprovando, porque se pressupõe que a União, através de seus órgãos, com os técnicos altamente competentes, fizeram uma análise detida, e nós fazemos uma análise muito mais política do que técnica, apesar de termos aqui, no Senado Federal, técnicos de altíssima capacidade para também poder analisar. Então, essa é nossa preocupação.

Segundo questionamento, Secretário Arno. Muito se tem falado a respeito da piora nas contas públicas brasileiras. Fala-se em contabilidade criativa, também já rapidamente colocada, fala-se em crescimento dos gastos públicos, e, além disso, houve uma grande onda de políticas anticíclicas, que promoveram inúmeras desonerações em busca de mais crescimento em nossa economia. Afinal, como estão, efetivamente, nossas contas? É possível conceder mais isenções fiscais depois de todas as concessões já promovidas? Podemos continuar nessa política de desonerações? Porque escutamos também, nos bastidores, que o Governo colocou o pé no freio e vai diminuir sua vontade de promover as desonerações fiscais, inclusive dentro do Plano Brasil Maior, atingindo as folhas de pagamento das empresas.

Terceira pergunta: qual é o impacto efetivo dessa alta do dólar nas contas públicas do País? É sabido que há efeitos positivos nas exportações e na proteção da indústria nacional, porém, há efeitos negativos na inflação doméstica. Afinal, qual é o patamar ideal para o preço do dólar frente ao real para atingirmos um ponto de equilíbrio na economia nacional?

Outra pergunta, ainda sobre o dólar: quais são as medidas que o Governo pretende tomar para evitar a fuga de dólares do País? Nós vimos recentemente um controle do Governo anunciando leilões diários para que não haja especulação, mas especialmente agora, que a autoridade monetária norte-americana sinaliza para a elevação das taxas de juros naquela economia.

Muito se fala das dificuldades que enfrentaremos – essa é uma nova pergunta – quando as principais nações do mundo retomarem o crescimento. Naquele momento da retomada do crescimento das principais

nações, muito se fala que nós vamos ter dificuldades, pois estarão mais competitivas, principalmente a zona do euro e os Estados Unidos da América, porque é sabido por nós que aqueles que enfrentam as guerras, com o passar do tempo, voltam, e voltam ainda mais fortes porque aprendem com seus erros.

Quais são os ajustes aí necessários, neste período de crise, que o Governo tende a fazer? Comenta-se que este período deve se iniciar a partir de 2015 ou pouco depois. Afinal, como V. S^a entende essa questão? A saída da crise nas economias mais ricas do mundo pode representar um perigo para a economia brasileira?

E, por fim, o que é possível fazer em termos das negociações das dívidas – isso já foi colocado aqui pelos meus pares – dos Estados e Municípios para que possamos dar um alívio às contas dos entes? V. S^a já disse, inclusive, que está nesta Casa uma nova proposta de indexação, mas cito o caso do meu Estado do Paraná, quando houve a intervenção da União para que houvesse aquisição do Banestado, o Banco do Estado do Paraná. Primeiro houve a necessidade de securitizar, de sanear as contas, e depois se fez a venda.

O Governo do Estado do Paraná tomou emprestado do Governo Federal R\$5 bilhões há dez, doze anos. Já pagou cerca de dez bilhões e ainda deve em torno de dez bilhões, e vendeu o banco por R\$1,2 bilhão naquele momento. Então, ficou um prejuízo para o povo do Paraná. O Governo Federal, lógico, emprestou o dinheiro para que fossem saneadas as contas, mas, mesmo assim, já foi pago um valor superior. Sabemos que há juros e correção, mas o povo do Paraná ainda deve muito mais do que aquilo que tomou emprestado há dez, doze anos, claro que em face da indexação como está.

Eram esses os meus questionamentos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Passo a palavra para o Secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO – Vou tentar ao máximo ser objetivo, mas peço desculpa se tiver que fazer algumas considerações, porque são todas questões muito importantes, penso, e precisam uma avaliação, às vezes é necessário algum tempo.

Vou começar pelas questões que o Senador Pedro Taques levantou, agradecendo a S. Ex^a por ter trazido o assunto, que considero de grande importância. É uma discussão que hoje existe no Brasil, cuja síntese penso que seja exatamente o ponto que mais o Senador enfatizou, isto é, nossa política de apoio às

instituições oficiais de crédito, notadamente o BNDES, Caixa, mas também outras instituições federais.

Existe um debate que é muito adjetivado. Procuro evitar entrar nesse aspecto adjetivado, porque entendo que o debate político e econômico brasileiro hoje tem um nível muito alto, e a gente não deve entrar muito nesse aspecto dessas expressões como criativo e não sei quê. Mas acho que há um debate de mérito econômico, e eu queria falar sobre ele.

Qual é o debate de mérito econômico? Deve ou não o Governo Federal colocar recursos com taxas baixas menores do que as usuais de mercado para o crescimento, para, particularmente, o processo de industrialização, de elaboração de infraestrutura e de capacidade de crescimento maior? Isso é um debate.

Nós, Governo Federal, entendemos que sim, entendemos isso claramente. Então, nossa política, no que concerne ao BNDES, ao PSI (Programa de Sustentação de Investimento) e outras políticas é uma política de médio e longo prazo para que o Brasil possa crescer. No nosso entendimento, o Brasil estava numa espécie de círculo vicioso em que, por não ter capacidade instalada na indústria e não ter infraestrutura, começava a crescer, isso gerava um processo inflacionário, na medida em que a capacidade instalada não estava em linha com o crescimento da demanda, ou seja, nós não tínhamos a capacidade instalada da indústria brasileira, não tínhamos infraestrutura suficiente para aquele crescimento econômico. Na sequência, era necessário, pela política monetária, para que não houvesse inflação, um aumento de taxas de juros e, na sequência, uma diminuição do crescimento. Esse era um círculo vicioso que o Brasil tinha.

Então, ao tomar claramente essa linha de financiar o crescimento de médio e longo prazo, penso que demos um passo importante enquanto nação. Permitiu-se que hoje tenhamos um patamar de taxas de juros Selic bem abaixo do que tínhamos há um tempo e uma retomada de crescimento importante mesmo no momento de volatilidade.

Portanto, aqui, Senador, não se trata de falar, no meu modo de ver, que haja um prejuízo fiscal, porque sequer isso ocorre. Vou explicar por quê. Porque a possibilidade que essa política gera é de uma redução importante das taxas de juro, particularmente da Selic.

Apresentei aqui para vocês e quero reiterar que as taxas de pagamento de juros no Brasil caíram significativamente em relação ao PIB. Ou seja, hoje o País paga menos juros do que pagava antes. Por que ele paga menos juros do que pagava antes? Porque as taxas caíram. Por que as taxas caíram? As taxas caíram porque você tem uma indústria com maior capacidade instalada, você tem mais infraestrutura, então

você tem condições de ter um nível de taxa de juros mais baixo. Então, o resultado fiscal disso é positivo.

Quando fizemos o primeiro financiamento para o BNDES – eu já estava na Secretaria do Tesouro – nós o fizemos à taxa de TJLP mais 2,5. À época, isso era superior à Selic. Eu me lembro de que eu fui muito criticado porque diziam que aquilo ia dar um grande prejuízo fiscal, e me lembro de que eu disse: “Olha, não sei se daqui a dois, três anos, isso aqui não vai ser uma taxa maior do que a Selic.” E, de fato, dois, três anos depois, aquele TJ mais 2,5 já estava acima da Selic. Hoje não é o caso, mas é próximo.

Então, nós estamos enxergando em longo prazo o Brasil. Esse é nosso objetivo. Nosso objetivo é fazer com que o Brasil possa crescer sustentadamente e ter taxas de juros menores, patamares menores. Aqui não estou me referindo à política monetária desse ou daquele momento. Em algum momento vai ser necessário ter uma política monetária mais restritiva, às vezes não, e ela vai subir um pouco ou cair um pouco, mas o importante é qual é o patamar em que estamos falando, e esse patamar caiu significativamente.

Portanto, essa política, na nossa visão, traz um resultado fiscal positivo. Por quê? Porque ele permite um patamar de taxas de juros menor no Brasil, sem falar nos resultados de tributação, de impostos, etc. Então, estamos absolutamente tranquilos com essa política, achamos que ela foi muito importante, mas também achamos que o ideal é fazer com que esse tipo de mercado seja com uma participação fundamentalmente do setor privado, e estamos criando condições para isso.

Agora, enquanto você tem uma taxa de juros de curto prazo, a Selic, muito alta, não há como o mercado financeiro privado emprestar para o longo prazo. Não é essa a cultura. Então, é necessário, para quebrar esse círculo vicioso, fazer o que fizemos. E nós o estamos fazendo, conscientemente, com o objetivo de fazer crescer o Brasil. Então, estamos muito tranquilos quanto a isso.

Aliás, essa política, de alguma forma, já está na Constituição Federal. Uma parte do FAT é utilizada para financiar o BNDES. O problema é que o valor que está colocado para isso não era suficiente. Portanto, tivemos que fazer o empréstimo do Tesouro. Mas essa é uma política estratégica, de longo prazo, e nós a achamos necessária, correta; estamos com toda a tranquilidade quanto a isso.

A nossa situação fiscal, Senador, é melhor. Não tenho dúvida disso. Mas alguém pode ter opinião diferente – é da democracia, é do debate político-econômico. Mas existe um local onde essas coisas todas se expressam, e esse local é o mercado. Então, vou referir-lhe, por exemplo, quais foram os últimos lança-

mentos que o Brasil fez e as taxas que ele teve nos seus títulos de dez anos. Há alguns anos, as taxas eram, em dólar, o global, de dez anos, em 2008, em 2007, em torno de 6%, 5,8%. O nosso último lançamento de títulos foi este ano, em maio deste ano, bem recente, e foi a 2,75%. Portanto, há uma queda significativa daquilo que o mercado financeiro internacional paga por títulos brasileiros. Ou seja, o mercado não acha que a nossa situação fiscal está pior.

As pessoas falam: “mas a gente vê os economistas criticando o pessoal do banco” Eu digo: “ouçam menos o que eles dizem e prestem mais atenção ao que eles fazem”. Quanto é que eles pagam pelos títulos brasileiros? Aí, vemos o que realmente eles pensam. O Governo vai lá, lança o título, e eles pagam taxas muito baixas. Portanto, há alguma questão importante aqui, ou seja, o mercado. Na hora de validar as taxas, ele diz: “este é um País com risco baixo”. Pelo menos, essa é a nossa visão, respeitando as críticas, tentando melhorar a transparência. Nós somos muito considerados, em todos *rankings* internacionais de transparência, e procuramos ao máximo melhorar isso.

A questão da capacidade de pagamento. Vejo que, aqui no Senado, isso sempre causa grande discussão. O que é aquela portaria e as informações que mandamos sobre capacidade de pagamento? Basicamente, são informações que estão previstas na resolução desta Casa, que nos são solicitadas e que mandamos junto com o projeto de financiamento. Então, essa classificação de risco é feita, basicamente, para efeitos inclusive, educativos do próprio Estado. É muito comum que um governo estadual, quando está classificado não positivamente, reclame duramente de nós, porque isso traz, para ele, um problema, uma necessidade de melhorar. Então, ela tem uma função.

Mas a principal função dela não é dizer que há risco de não pagamento. Todos os projetos que mandamos – demonstrei aqui – são sustentáveis, absolutamente sustentáveis. Senão, não teríamos mandado. E há casos em que os processos não chegam aqui. Se não chegam aqui, é porque não passaram pelo nosso crivo. Os que chegam são os que passaram.

Então, a existência de uma capacidade de pagamento um pouco menor de um ente, ela não... E a nossa resolução, quando fala de excepcionalidade, entendemos aquilo como alçada. Ou seja, alguns casos são automáticos; em outros casos, ele sobe. É este o sentido dessa resolução: é, basicamente, dar informações para a análise dos senhores, das senhoras, dos Senadores, sobre a situação do Estado, e para o próprio governador.

Quero chamar atenção para o fato de que o principal trabalho que fazemos é bem mais detalhado do

que aquele item de capacidade de pagamento. Temos programas com os Estados. A nossa equipe vai aos Estados, fica vários dias discutindo a situação fiscal do Estado, faz um programa de ajuste. Todos os anos os governadores encaminham para, que discutimos com eles, fazemos uma discussão com os próprios governadores, muitas vezes, com a sua equipe – vários dos senhores já foram governadores e tiveram oportunidade de ter essa interação com o Tesouro – e, a partir daí, é que encaminhamos ou não os programas.

Então, não é correto entender que se encaminha algo sem análise profunda e sem absoluta tranquilidade de que aquilo é sustentável no tempo, Senador. Absolutamente tranquila a nossa posição de que todos os financiamentos são sustentáveis no médio e longo prazo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/ PDT – MT) – Sr. Presidente, me permita.

É justamente por isto, Sr. Secretário, a minha preocupação, por confiar nos dados técnicos da Secretaria. Imagine, eu, como Senador da República, analisando esses relatórios. O relatório da equipe técnica competente da Secretaria do Tesouro diz: “A situação fiscal é fraca ou muito fraca, e o risco de crédito é alto ou muito alto.” Daí a União, ao estabelecer a garantia, pede uma contragarantia dos Estados, por meio do FPE. Se o Estado não tem capacidade de investimento, a não ser via FPE e a arrecadação do ICMS, como ele vai dar isso em contragarantia? Confio, justamente; por isso, minha dúvida é essa.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO – Senador, a classificação de risco é um elemento importante, mas, se o Estado passou por todos esses critérios, é porque tem, sim, capacidade de pagamento. Senão, não estaria aqui. O fato de ser fraca é uma classificação – uns têm uma capacidade maior; outros, menor –, mas têm capacidade de fazer o pagamento, sim, não há nenhuma dúvida sobre isso.

Mas, evidentemente, toda vez que se faz uma análise de capacidade de pagamento, faz-se a análise das receitas que o ente tem. Evidentemente, que ele vai pagar esse financiamento com ICMS e com o FPE, ele não tem outras receitas. Essa análise e essa garantia dão absoluta tranquilidade.

O mais importante, quero ressaltar, nesse processo de garantia, é diminuir a taxa de juro no longo prazo. O Estado vai pagar taxas de juros menores, porque a capacidade legal do Estado se endividar é colocada pelos senhores nas resoluções do Senado, que dizem o que pode e o que não pode. Nós, meramente, fazemos análise técnica. Se o Estado se endividar a uma taxa de juros maior, Senador, aí, sim, estaríamos pe-

nalizando o futuro. O nosso trabalho tem o objetivo de diminuir o risco de crédito para diminuirmos as taxas.

Senadora Ana Amélia, está em tramitação, nesta Casa, o projeto de lei complementar que altera o indexador. Estamos já em setembro, esse projeto foi encaminhado no início do ano pela Presidente da República, Dilma. Foi uma proposta discutida com os Estados, e essa é a saída para os Estados mais endividados. É absolutamente necessário, do ponto de vista de manter o processo de melhoria dos Estados, que eles continuem a investir – foi que a Senadora colocou. Então, é correto, necessário, e estamos trabalhando para isso, no sentido de que esses novos financiamentos que têm vindo ao Senado possibilitam o crescimento do Estado, no médio e longo prazo. E é isso que vai lhe dar uma situação fiscal mais confortável. Mas, acerca especificamente da dívida, a União concorda e propôs uma mudança no indexador, porque, no médio e longo prazo, isso vai melhorar muito a situação fiscal dos Estados. Com o crescimento que todos os Estados estão tendo, aquelas curvas mostram claramente uma tendência de queda, e essa tendência de queda se aprofunda significativamente se tivermos uma limitação do indexador. Como disse, isso vale para os empréstimos novos, mas também vale para os antigos.

Uma coisa fundamental no médio e longo prazo é a taxa de juros. Ela é o principal elemento que vai mostrar a solidez ou não de um empréstimo. E estamos propondo uma redução da taxa de juros. Portanto, cabe aos senhores, à Câmara, fazer essa análise e ver se a proposta do Governo é correta, analisá-la e, enfim, tomar a decisão soberana que o Congresso achar adequada. Mas, do ponto de vista do Executivo, devemos, sim, fazer isso. Fizemos a proposta e achamos muito importante, porque ela é coerente com tudo o que falei até aqui.

Trabalhamos para reduzir o patamar da Selic, trabalhamos para que, no médio e longo prazo, os Estados tenham taxas baixas. Na dívida que é nossa, em que nós somos credores, estamos propondo uma taxa mais adequada ao mercado atual. Então, temos acordo com isso, concordamos, propusemos aos Estados. Felizmente, a informação que eu tenho, que pode ser ou não confirmada pelos Estados, é a de que, no momento, todos os Estados estão concordando com a proposta.

(Interferência fora do microfone.)

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO – Bom, a informação que eu tenho seria nesse sentido. No Confaz, pelo menos, manifestaram os Secretários de Fazenda, com todos eles em apoio à proposta.

Achamos que o caminho de votar esse projeto é importante. Ele está hoje na Câmara, mas chegará

ao Senado. Para nós, um esforço para a votação ajuda muito os Estados. Achamos muito importante que o projeto seja votado, porque ele é que dá expectativa de médio e longo prazo.

Sim, nós vamos continuar e aprofundar os nossos programas de infraestrutura, conforme a Senadora colocou muito bem. A infraestrutura em nossas cidades precisa melhorar de forma significativa, particularmente mobilidade urbana e transporte coletivo nas suas várias modalidades. E nós temos projetos nesse sentido. Então, vamos continuar, sim, a fazer programas grandes de financiamento. Felizmente, a equação fiscal de Estados e Municípios permite isso. A União vai fazer parte com orçamento próprio, que vai repassar aos Estados e Municípios. E parte importante será com a situação fiscal melhor que eu tentei apresentar aqui.

A conta de energia elétrica, de fato, hoje, está diferente do programado originalmente, mas não em função da redução que houve, mas em função de um outro fenômeno que ocorreu que foi o fato de que, em 2012, choveu no Brasil aproximadamente o mesmo que choveu em 2001. Nós tivemos um ano, em 2012, em que o patamar de chuvas foi igual ao do de 2001. Todos se lembram do que ocorreu em 2001, quando houve aquele patamar de chuvas. Ao haver isso, o que foi necessário para o sistema elétrico? Aquilo que chamamos de ligar as térmicas. Ligar as térmicas significa um custo muito elevado para o sistema elétrico. Esse custo elevado para o sistema elétrico, à época, não estava previsto, porque não havia ainda o fenômeno hidrológico caracterizado de uma forma mais definitiva, como veio a ocorrer poucos meses depois do anúncio da redução. Nós decidimos suportar esse custo a mais das térmicas através de recursos do Tesouro. Isso é verdadeiro. Nós achamos que era uma política importante para o Brasil. A rigor, o que ocorreria? Haveria uma elevação das tarifas e, depois, uma redução das tarifas. Nós não achamos positivo esse processo de aumento e redução. Achamos que essa política seria melhor para a economia, no médio e longo prazo, pois a competitividade da nossa economia exige estabilidade. Como é um fenômeno de curto prazo, nós entendemos que deveria suportá-lo.

Originalmente, trabalhamos até com a questão, que foi referida, dos créditos de Itaipu. Para deixar bem claro, nós começamos o processo imaginando uma antecipação daqueles recursos de Itaipu – diga-se de passagem, eles são recursos do sistema elétrico, eles não dão resultado fiscal positivo para nós, são recursos do sistema elétrico para pagar uma conta do sistema elétrico –, mas, agora, alteramos isso e estamos trabalhando com recursos do Tesouro.

Estão previstos, Senador, para 2014, no Orçamento, R\$9 bilhões para esse fim. Essa é uma previsão, que não necessariamente vai ocorrer. Isso vai depender de quando vamos ou não desligar as térmicas. Neste ano, tivemos, recentemente, já no mês de setembro, 2 bilhões; no mês passado, 1,5 bilhão; anteriormente, 400 milhões. Também já há recursos dos meses anteriores. Infelizmente, ainda não há a conta total, um número final. Por que não há? Porque cada uma das distribuidoras, cada uma das geradoras e cada uma das empresas de transmissão são analisadas pela Aneel, que faz uma conta disso e avalia todos os custos, inclusive aqueles que são repassados pela tarifa e aqueles decorrentes da questão ideológica das térmicas.

Então, esse é um processo que ela vai fazendo ao longo do tempo. Não temos um número preciso, inclusive porque ele depende do mês exato em que todas as térmicas serão desligadas. Já houve o desligamento das térmicas mais caras e, agora, estamos na fase, talvez final, ainda, de manutenção de algumas térmicas, mas, em breve, deverão estar todas desligadas. Isso vai facilitar, portanto, uma previsão exata do custo. O custo em torno disso é um custo expressivo. Para o ano que vem, orçamos em até R\$9 bilhões – eu acredito que vá dar um pouco menos, mas fizemos um orçamento conservador, com uma previsão mais alta –, e para este ano não temos ainda o número final, mas será um número expressivo, possivelmente um pouco menor do que este de 2014, mas um número expressivo.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Agora, esse número está já acomodado com a eventualidade de uma nova estiagem que possa afetar. É isso?

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO – É uma previsão que chamamos de conservadora, ou seja, é uma previsão máxima, supondo que as coisas não estão no melhor nível. Há coisas que podem ocorrer, porque às vezes ocorrem, como ocorreu, mas, felizmente, este ano não está acontecendo até o momento. Até o momento, está bem o regime hidrológico e tal.

Senador Sérgio, de alguma forma, da questão da capacidade de pagamento, acho que já tratei na outra. Vou, então, falar sobre os demais quesitos que o Senador levantou.

Primeiro, sim, o Governo entende que o processo de desoneração deve ir um pouco mais lento no próximo período. Por que isso? Porque fazemos um balanço entre a necessidade da economia, a situação fiscal, aquilo que é ou não possível fazer em cada momento.

Então, fizemos uma desoneração forte, particularmente da folha de salários, porque isso implica competitividade para a economia brasileira. Isso tem a ver, inclusive, com a questão cambial, ou seja, a ideia

de que, se o Brasil não tivesse condições de melhorar sua competitividade internacional em um mundo com uma volatilidade grande, com uma crise significativa, isso seria ruim. Então, fizemos uma série de desonerações para vários setores, e o resultado é aquele que eu apresentei, ou seja, estamos voltando a ter um processo de crescimento – acho que isso está bem claro nos dados –, e esperamos que isso continue.

Em função do fato de que já fizemos um nível de desonerações bem significativo, é verdadeiro que, no momento, vamos trabalhar isso com maior moderação. Não quer dizer que não possa haver algum ato residual, mas a política como um todo é de menor desoneração no próximo período.

O efeito do câmbio nas contas públicas.

No passado, quando o Brasil era devedor líquido em moeda estrangeira, toda vez que subia o dólar, as contas públicas ficavam muito mal, a nossa dívida PIB ia para as alturas. Mas, hoje, isso inverteu. Hoje, quando há um aumento do dólar em relação ao real, quando há uma desvalorização do real, o efeito na nossa dívida é positivo. Por que é positivo? Porque o Brasil é credor líquido. O Brasil tem, como referi no início, quase US\$400 bilhões de reservas. Portanto, quando a moeda interna e a moeda externa têm esse comportamento, o efeito sobre a nossa dívida é de diminuição.

Então, esse também é um avanço importante do ponto de vista fiscal. Hoje, a nossa dívida tem um perfil melhor. Não é só o fato de que ela é menor, mas o perfil dela é melhor. Ou seja, temos uma dívida externa que, na verdade, é um crédito externo; devemos menos do que temos reservas em moeda estrangeira; temos uma dívida com um prazo maior; temos uma dívida com um custo melhor. Então, toda essa composição, quando há uma volatilidade, o efeito na dívida PIB não é negativo como foi no passado. Essa é uma coisa importante que a gente acha que deve se trabalhar.

Acerca da taxa de juros americana, realmente o Senador tem toda a razão, é uma coisa de grande importância. Precisamos estar muito atentos a isso, é um fenômeno, na nossa avaliação, que trará e já trouxe muito impacto em todo o mundo e vai continuar a trazer no sentido de que haja uma reacomodação da liquidez internacional em direção aos Estados Unidos. Isso vem ocorrendo.

No caso brasileiro, o nosso nível de reservas está muito tranquilo, tem se mantido e vai se manter na nossa avaliação. E achamos – por isso coloquei aquela planilha sobre os fundamentos brasileiros – que temos fundamentos muito bons. Nós, na outra crise, demonstramos isso e estamos demonstrando novamente nesta. Estamos conseguindo retomar o crescimento,

temos uma situação fiscal muito sólida, e os nossos títulos, quando vão ao teste de mercado, passam de forma muito positiva. Então, essa é a nossa avaliação.

Agora, fazer ajustes é uma questão importante e isso tende a influenciar muito a evolução da economia brasileira no próximo período. Agora, a nossa posição sobre isso é trabalhar no sentido de diminuir volatilidade. Então, uma última frase...

O Senador colocou observações sobre o nível de dólar. Nós não falamos em nível de dólar, não achamos que seja adequado para o governo se manifestar nesse sentido porque criaria expectativas de mercado. Agora, o que nós colocamos, e é verdadeiro, é que nós achamos que o real não deve ter demasiada volatilidade, não deve se desvalorizar demasiadamente nem se valorizar demasiadamente. Quando achamos que isso está ocorrendo, através do órgão competente, que é o Banco Central, nós fazemos uma política de diminuir os impactos, fazer com que a volatilidade seja a menor possível. Estamos fazendo isso, e acho que estamos indo bem e vamos continuar trabalhando.

O Tesouro, subsidiariamente, também atua. Nós, por exemplo, fazemos sempre compras de títulos. Ou seja, se o mercado está mais volátil e há muita gente dizendo que quer sair do Brasil porque está com medo, nós dizemos: “Quer vender o título? Estamos aqui à disposição para comprar”. Por exemplo, no último leilão de compra e venda que fizemos juntos, nós tivemos mais compra dos nossos títulos do que venda. Ou seja, mais uma vez o mercado se mostrou comprador de Brasil e não vendedor de Brasil, tivemos, inclusive, um *spread* positivo – não é essa a função, mas até houve lucro no leilão de compra e venda porque nós vendemos a taxas melhores do que as que compramos. Então, fazemos uma política de estabilização de mercado – nós e o Banco Central, mas principalmente o Banco Central. Achamos que está indo bem, vamos continuar trabalhando para que continue assim.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio ao Governo/PT – RJ) – Antes de passar para o próximo inscrito – o primeiro Senador inscrito neste segundo bloco é o Senador Humberto Costa –, quero dizer, Senador Pedro Taques, que o Presidente do BNDES Luciano Coutinho veio aqui na terça-feira passada e enfrentou um pouco o debate desse impacto fiscal para a União do aporte ao BNDES.

Ele trouxe aqui números que dizem o seguinte. Subsídio bruto: R\$12,687 bilhões. Tributos: o BNDES pagou... Rendeu à União R\$2,7 bilhões. De dividendos: R\$7,7 bilhões. Fica com o déficit de R\$2,23 bilhões. Fazendo uma análise do acréscimo de investimento de R\$8 bilhões na economia, do acréscimo no PIB de R\$12 bilhões, com uma carga tributária conservadora

de 20%, dá mais R\$2,4 bilhões, ou seja, você anula um pouco o custo fiscal e, no cálculo do Presidente do BNDES, você teria até um superávit de R\$200 milhões.

Com a palavra o Senador...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PT – MT) – Sr. Presidente, o senhor me citou.

Nós não estamos discutindo aqui se o Tesouro deve ou não emprestar aos bancos federais, mas, sim – é o que foi contestado – o registro disso como se fosse uma acumulação de reservas e não como gastos e custeios em obras. Esse é um ponto.

Quanto a essa fala do Presidente do BNDES: eu estava aqui, eu a acompanhei e eu argumentei que existem estudos que não revelam isso, inclusive citei a fonte, e ele ficou de mandar outros estudos no sentido. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio ao Governo/PT – RJ) – Claro, Senador Petecão, na verdade este Presidente aqui...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PT – MT) – E há outro detalhe: o Secretário do Tesouro fez referência à questão da taxa de juros nos Estados Unidos, e isso também repercute, por óbvio, no momento em que há emissão de títulos da dívida aqui no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio ao Governo/PT – RJ) – Essa intervenção da Presidência foi até... O Presidente tem que conduzir os trabalhos, mas às vezes não aguentamos e entramos um pouco no debate.

Eu passo para o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, ilustre Secretário do Tesouro Nacional, o Presidente Lula dizia uma coisa interessante. Ele dizia que não lia jornal, porque, se ele lesse, entraria numa crise de ansiedade todos os dias, enfim.

Observando a exposição de V. S^a aqui, acho que pelo menos a parte econômica não se deveria ler, porque quem pega hoje os analistas econômicos, os consultores principalmente – hoje no Brasil, quando a imprensa quer se referir a qualquer assunto, há o especialista e há o consultor –, e as opiniões dessas pessoas traduzidas nos jornais, é como se o Brasil vivesse à beira de um abismo. Falam em descontrole inflacionário, dívida elevada, pouco crescimento, enfim. E V. S^a teve a oportunidade aqui de nos mostrar que, de fato, continuamos a ter fundamentos econômicos muito importantes, muito sólidos, e que temos uma perspectiva de continuar crescendo.

E o importante também é que precisamos sempre analisar de forma relativa. Por exemplo, eu me lembro de que, no mês passado, tivemos, não sei se

foi pelo IBGE, uma leitura do desemprego que saía de 5,8% para 6%. E já era aquela leitura de que está chegando, quer dizer, está chegando o desemprego. Não é que os postos de trabalho foram eliminados; é porque eles cresceram menos do que tinham crescido anteriormente. E se compararmos com os outros países em situação de crise, o que temos enfrentado é a estagnação do emprego ou a redução do nível de emprego. Eu queria só fazer essa referência, porque, como a própria economia depende muito do ânimo das pessoas, da expectativa, enfim, há uma demonstração de que o Brasil realmente é muito forte, porque consegue enfrentar essa tempestade dos analistas e dos especialistas e consegue ter resultados bons.

Bom, eu queria fazer uma pergunta: o Governo Federal adotou, eu acho que corretamente, a estratégia de fazer uma espécie de reforma tributária de forma fatiada. Todas as vezes que vinha uma proposta completa, ninguém conseguia ir para canto nenhum, e o Governo tem feito, tem conseguido fazer isso. Mas um tema que sempre é levado em consideração nessa discussão é a questão do pacto federativo. E aqui já tivemos algumas decisões do Congresso Nacional sobre alguns desses temas. Logicamente algumas decisões não foram decisões. Acerca do caso do Fundo de Participação dos Estados, por exemplo, nós só adiamos o problema. No caso dos *royalties* do petróleo, também ainda permanece uma situação não totalmente definida.

Mas temos ainda duas questões para serem resolvidas: a questão do ICMS e a questão da renegociação das dívidas dos entes da Federação. Será que não era o momento de o Governo fazer o que ele não fez anteriormente, de tentar discutir com o Congresso Nacional esses dois temas de forma conjunta? Porque quem ganha aqui pode perder ali, e, ao final das contas, pode-se fazer uma situação de encontro de contas em que não saiam daqui perdedores e vencedores.

E a outra questão que eu queria levantar: primeiro, pergunto se é possível identificar o efeito direto que essas desonerações que vêm sendo feitas têm especificamente sobre segmentos da economia. Tenho dúvida em relação a algumas questões. Por exemplo, entendo que a desoneração, principalmente da folha de pagamento, deveria recair sobre aquela atividade econômica que tem o uso intensivo da mão de obra. E o que a gente vê é que muitas das propostas – não só os jabutis que o Congresso coloca, mas também o Governo Federal – pretendem desonerar um setor que nem é intensivo em mão de obra, nem tem um peso tão grande em relação ao PIB, não é? Enfim, eu queria saber um pouco a lógica de algumas dessas proposições que vêm para cá, para o Congresso Nacional,

se é um critério político, se é um critério econômico, enfim. Às vezes é difícil, realmente, entendermos aqui.

E outra questão é a dos efeitos. Isso que V. Ex^a demonstrou do crescimento já tem o efeito dessas políticas de desoneração? A gente vê que, em alguns setores, essa redução de cargas, na verdade, foi incorporada na sua margem de lucros, não foi em elevação do investimento, não.

Então, pergunto a V. S^a se pode me explicar um pouco algumas dessas coisas.

Obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Senador Humberto, queria lhe pedir um aparte, porque vou ter de sair para fechar o texto da Medida Provisória 615.

Eu queria fazer duas pequenas observações.

Primeiro, registrar a competência do Secretário Arno Augustin e dizer que ele demonstrou aqui os princípios da economia, o equilíbrio. Hoje, por exemplo, eu estava lendo uma matéria que falava sobre a questão das reservas internacionais da Argentina. A Argentina está hoje com reservas de US\$35 bilhões, a previsão é ficar em torno de US\$25 bilhões no próximo ano, e US\$19 bilhões no ano seguinte. Portanto, a reserva atual da Argentina equivale ao que tínhamos em dezembro de 2002. Em dezembro de 2002, nós tínhamos US\$37 bilhões. Hoje nós temos US\$372 bilhões. Então, isso, por si só, já demonstra, efetivamente, um tipo de solidez e de política fiscal que o Governo faz.

Queria registrar a importância dos investimentos e dos financiamentos para os Estados e Municípios. Apesar de os dados demonstrarem aqui que o endividamento caiu, graças à política dos últimos oito anos, Estados e Municípios estão podendo fazer investimentos decisivos. E dou um único exemplo: a cidade de Boa Vista, capital de Roraima, está implantando 100% de esgoto sanitário nas obras de Boa Vista, exatamente para resolver o problema que é um problema grave em todo o País.

Então, eu queria registrar a importância desses financiamentos e dizer que tenho acompanhado, ao longo de todos os anos, a forma como a Secretaria do Tesouro encaminha a questão das análises. Aqui foi dito: “Nunca vi ser rejeitado aqui nenhum processo de financiamento”. Claro, porque o que é rejeitado é rejeitado na Secretaria do Tesouro. Quando vem para cá, o processo já vem, de certa forma, mais ajustado.

E gostaria de registrar duas coisas a mais, para concluir: primeiro que os projetos de mobilidade urbana precisam ser analisados rapidamente. Essa é uma prioridade das ruas, da sociedade, e, portanto, é importante que se resolva isso.

E um caso que o Senador Humberto Costa falou, que está na mão do Congresso, que é nós resolvermos e votarmos aqui a lei complementar que define os indicadores das taxas de dívidas de Estados e Municípios, que hoje impactam efetivamente o endividamento dos Estados e Municípios, porque todo mês a taxa de juros que está corrigindo os empréstimos é algo fora da realidade do patamar da Selic que está hoje.

Por fim, quero registrar que nós precisamos, no mesmo projeto de lei complementar, convalidar os investimentos que foram feitos nos Estados em desenvolvimento. Nós estamos com várias ações tramitando no Supremo Tribunal Federal, e essas ações, a qualquer momento, podem descaracterizar esses investimentos e gerar um problema grave para a economia brasileira. O projeto de lei complementar que trata do indexador da dívida trata também da convalidação dos investimentos, e isso precisa ser votado pelo Congresso urgentemente, independentemente de se votar ou não a uniformização das alíquotas do ICMS.

Era esse o registro. Muito obrigado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Presidente, eu só queria dizer que nós falamos em contabilidade criativa, e o Senador Romero inaugura aqui a inscrição criativa, que não respeita a ordem de inscrição e que faz, portanto, intervenção, que é sempre enriquecedora quando se trata do Senador Romero. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Você sabe que o aparte do Senador Romero Jucá confirma a máxima do movimento estudantil, Senador Humberto Costa, que diz o seguinte: “O que é aparte? Quando a gente está inscrito por último e quer falar antes, pede um aparte”. *(Risos.)*

Mas eu quero agradecer a participação do Senador Romero Jucá, que abrilhanta o debate e é um Senador dos mais importantes desta Casa.

Quero passar para o próximo inscrito, Senador Eduardo Suplicy; depois, o Senador Armando Monteiro.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Presidente Senador Lindbergh Farias, prezado Secretário do Tesouro Nacional Arno Augustin, achei muito didática a sua exposição, sobretudo com as boas novas no que diz respeito a como o Brasil vem constantemente retomando a sua taxa de crescimento de forma positiva, com todos os gráficos mostrando também melhoria na situação da dívida tanto a União quanto dos Estados e dos Municípios.

Com respeito à evolução do comportamento das unidades da Federação e dos Municípios, agradeço se puder aqui ilustrar com um exemplo da maior cidade brasileira, o Município de São Paulo, pois o atual Prefeito, Fernando Haddad, herdou, a exemplo de seus

últimos três antecessores, um dos maiores endividamentos entre os maiores orçamentos do País.

Proibida pela Lei de Responsabilidade Fiscal de obter novos empréstimos, a Prefeitura tem tido dificuldade de acompanhar o ritmo de expansão dos investimentos públicos nos últimos anos.

É preciso assinalar, entretanto, que, ainda há cerca de um mês, a Presidenta Dilma esteve na Prefeitura de São Paulo, onde anunciou uma injeção de R\$8 bilhões para investimentos importantes. Mas a dívida somava, em março último, segundo o Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico da Cidade de São Paulo, Marcos de Barros Cruz, com quem acabei de falar, algo em torno de R\$54 bilhões. E nenhuma das demais grandes metrópoles se aproxima desses números.

O custo da dívida e o baixo nível de investimento têm prejudicado a gestão das contas paulistanas, embora o Município tenha bons resultados em termos de arrecadação e controle de gastos com pessoal.

Para dirimir os efeitos do comprometimento da dívida do Orçamento municipal nos investimentos necessários à cidade, o Secretário Barros Cruz, em audiência aqui realizada na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, em março último, fez algumas sugestões e, justamente, eu gostaria de submeter à sua apreciação essas propostas.

1º – substituir o indexador atual por IPCA mais juros de 2% ou Selic, o que for menor;

2º – recalculer os saldos devedores e dos resíduos dos contratos, desde o início da vigência, utilizando a taxa Selic como teto mensal de encargo. Assinalo que essas duas proposições estão tramitando presentemente na Câmara dos Deputados. Então, acredito que se trata de decisão do Congresso, mas a sua apreciação seria obviamente interessante:

3º – Essa depende significativamente do Governo Federal e da Secretaria do Tesouro: possibilitar que os Municípios realizem em operações de crédito através do Programa de Ajuste Fiscal, o PAF, a ser firmado com a União, excepcionalizando, portanto, a aplicação dos limites de endividamento impostos pela legislação vigente;

4º – reduzir o limite de comprometimento das receitas com os pagamentos da dívida em 4 pontos percentuais.

Agradeço também, e queria aproveitar a sua presença na Comissão de Assuntos Econômicos, para lhe perguntar sobre a sua visão sobre para onde deve caminhar o sistema tributário brasileiro, à luz de todas as demandas, sugestões e, inclusive, as proposições que tantos de nós temos aqui, inclusive a construção de utopias.

Em 2016, se comemorará, na Universidade Católica de Louvain, os 500 anos de *Utopia*, de Thomas More. Muitos de nós aqui, inclusive, do PT, não desistimos de pensar nas grandes utopias.

O senhor sabe que eu tenho como uma das grandes utopias algo que está registrado como meta da Presidenta Dilma: um dia, ser instituída a renda básica de cidadania, que já é lei. Ela disse que o será por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, como hoje se tem feito – e cada vez mais – com o Programa Bolsa Família. Mas, um dia, teremos que pensar nessa meta. Mesmo que o senhor possa ter um tempo para melhor refletir, eu agradeço se puder fazê-lo e inclusive agradeço se, um dia, pudermos conversar pessoalmente sobre isso. Fica, então, essa questão para o médio e longo prazo, conforme está previsto na própria Lei 10.835.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senador, eu vou pedir desculpas pela rapidez da minha pergunta. Ninguém pede desculpas por isso...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Nós agradecemos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ...e talvez por ter que ir e vir aqui, porque é preciso um para dar quórum lá. Por isso eu preciso estar lá e cá.

Dr. Arno, eu vinha preparado para fazer algumas perguntas com base no que venho analisando, escrevendo da economia. Mas, sinceramente, depois da sua apresentação, eu não tenho mais perguntas, porque, de fato, está tudo tão bem arrumado, tão bem seguro, sua apresentação inclusive tão robusta que eu vou fazer aqui o que eu fiz com o Luciano Coutinho, da outra vez. Eu preparei um conjunto de perguntas depois que eu estou entregando hoje ao senhor, daqui a pouco, para ser enviado a ele e, se for o caso, fazermos aquela reunião com ele.

Vou estudar sua apresentação e ver se faço um documento só parabenizando ou colocando algumas dúvidas. Mas, de qualquer maneira, eu vou fazer uma pergunta. Diante disso tudo que isso foi apresentado, tem alguma coisa preocupante ainda na economia brasileira que a gente precise estar preocupado ou nada? É apenas ficar tranquilo esperando os resultados apresentados no final do ano?

É a única pergunta que eu faço agora e, depois, mandarei algumas perguntas por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Eu queria cumprimentar o Secretário Augustin e fazer aqui algumas colocações que pudessem merecer o esclarecimento do Secretário.

A primeira, Secretário, é como o Brasil trata a questão do conceito de dívida bruta, que é, de resto, o conceito que o Fundo Monetário Internacional e todas as instituições internacionais consagram. Há de se registrar que o Brasil valoriza muito alguns conceitos que não são, de resto, valorizados no debate, vamos dizer, que se trava quando se estabelece comparações. Por exemplo, o Brasil valorizou muito esta ideia de superávit primário quando, na realidade, de há muito nós devíamos ter consagrado a ideia de resultado nominal. Quer dizer, ou o País produz superávit nominal ou mascara certas posições que, a meu ver, poderiam já nos ter conduzido a uma situação melhor utilizando esse conceito de superávit primário. Agora, nós falamos muito em dívida líquida quando, na realidade, o que se considera mesmo nas avaliações, é o conceito de dívida bruta. Quando nos valemos dessa análise do conceito de dívida bruta verificamos que o Brasil situa mal no contexto internacional.

Por exemplo, o México e até a Argentina – o Senador Romero Jucá trouxe para essa avaliação – tem uma dívida bruta menor do que a nossa, algo em torno de 43%, 44%. O México, um pouco mais de 40%. A África do Sul, alguma coisa também próxima de 40%. Não vou nem sequer referir os países sul-americanos, porque, se tomarmos o Chile, a Colômbia e o Peru, estaremos falando de 20%, trinta e poucos por cento, no caso da Colômbia. Enquanto isso, o Brasil fica discutindo se retira os tais títulos livres da carteira do Banco Central, ou seja, aqueles que não têm compromisso de recompra, que não estão diretamente ligados ao processo de gerenciamento da liquidez. E aí pede ao Fundo Monetário Internacional, quer dizer, que se faça uma revisão no critério para excluir os títulos, os chamados títulos livres, desse cálculo.

Não já é tempo de o Brasil convergir para aceitar certos padrões e a uniformização dos critérios, em vez de querer criar excepcionalidades para poder, vamos dizer, melhor situar-se nessas análises? Isso de alguma maneira também não afeta a credibilidade do País? É a primeira questão.

No fundo, essa posição de elevação dos títulos compromissados e livres, que eram 12%, mais ou menos, do PIB e, hoje, são 20% já, não está havendo aí certa... Parece-nos que o Banco Central está invadindo um pouco a competência do Tesouro no ge-

renciamento dessa questão da liquidez e da própria rolagem da dívida.

O segundo ponto que eu gostaria de destacar é a discussão da contabilidade criativa. O Secretário falou sobre um debate adjetivado.

Não há dúvida nenhuma, Secretário, que existem artifícios que vêm sendo utilizados e que de alguma maneira arranham a credibilidade na interpretação dos resultados fiscais. V. Ex^a coloca a questão dos créditos extraordinários do Tesouro no aporte de recursos aos bancos públicos. Acho que ninguém discute – eu, por exemplo, não discuto – a importância disso em um país que tem um sistema financeiro pouco afeito a realizar operações de financiamento do investimento e operações de prazo longo. Temos uma acentuada dependência do sistema BNDES, que cumpre um papel central como provedor de recursos para financiamento do investimento. Não seria muito mais razoável, do ponto de vista da contabilidade, que esses recursos fossem aportados na conta de capital, capitalização dos bancos? Agora, o que faz o Tesouro? Faz sob a forma de créditos extraordinários para melhorar o superávit primário, porque isso deveria, se fosse aportado via capitalização, figurar na conta de despesa primária, mas termina se anulando com esse crédito que aparece na contabilidade, o crédito, ou seja, o ativo representado pelo valor dos créditos e das operações. Por que não colocar logo na conta de capital? Por que não capitalizar as instituições, em vez de recorrer a esse artifício de créditos extraordinários?

Acho que essa é uma questão, a meu ver, relevante que afeta, de alguma maneira, essa compreensão dos mercados e a percepção dos agentes econômicos.

Quero também me referir, Secretário, a uma elevação significativa dos restos a pagar. Analisando o desempenho do orçamento, verificamos um forte incremento nessa conta de restos a pagar. Isso é uma espécie de orçamento paralelo, e fica, evidentemente, uma dúvida sobre a possibilidade de essa despesa potencial ser ou não liquidada no futuro.

Finalmente, ainda nessa questão da contabilidade criativa, a questão da receita de dividendos. Fazendo uma análise dessa conta, verificamos que, há pouco tempo, essa receita tinha origem, por exemplo, em pagamentos da Petrobras, da Eletrobrás, que representavam quase 50% dos dividendos. A receita de dividendos oriunda dos bancos, no caso do BNDES, representava pouco mais de 10%. Agora, essa posição se inverte. A receita de dividendos dos bancos representa quase 50% da receita de dividendos do Tesouro e está claramente associada não ao melhor desempenho das instituições, mas à extraordinária elevação dos ativos e aplicações em decorrência desses aportes e

dos créditos extraordinários que o Governo Federal fez. Mais do que isso, o Governo está fazendo cada vez mais antecipação de receita de dividendos. Isso que representava pouco mais de 0,1% agora representa 0,3%, quase triplicou esse artifício da antecipação de receitas de dividendo. Então, parece-me, Secretário, que tudo isso justifica um pouco essa percepção de vários analistas de que há, sim, um certo gosto por ampliar esse repertório de artifícios, de modo a que se possa oferecer um quadro mais róseo das contas públicas no Brasil.

Eu queria, só para finalizar, dizer ao Secretário que ouvi atentamente a sua exposição e permito-me aqui fazer dois reparos. O Secretário disse que como as taxas de juros baixaram, nós ampliamos a capacidade instalada da indústria e isso de alguma maneira coloca hoje o Brasil em condições melhores para afrouxar um pouco a política monetária.

Ora, Secretário, não há evidências disso. O Brasil continua investindo pouco, ou pouco mais do que 17% do PIB. Os analistas, quando avaliam a questão do PIB potencial, continuam a verificar que há os mesmos constrangimentos. Quando o País cresce mais de 2,5% ou 3%, percebe-se logo que há uma espécie de teto para o crescimento. Por quê? Porque a taxa de investimento ainda é baixa. E o que nos deu, Secretário, nos últimos anos, certa folga, não foi a ampliação da capacidade instalada, foi a maior penetração de produtos importados. Ou seja, uma parte significativa do consumo foi atendida pelo produto importado e não pela ampliação da capacidade instalada da indústria doméstica. Tanto é verdade, que o grau de penetração dos produtos importados na indústria, no atendimento do consumo de bens industriais, passa a quase 23% em pouco mais de seis, oito anos. Então, essa demanda foi atendida pela importação e não pela ampliação da capacidade instalada.

De outro modo, gostaria também de fazer um pequeno reparo. Quando o Secretário diz que o verdadeiro teste se dá pelo mercado e que nós captamos a 2,75% quando era 6%, antes de 2008, na realidade, Secretário, não se pode fazer essa análise abstraindo as condições do mercado internacional. O que se deu nesse período foi uma extraordinária mudança nos fluxos de capitais em decorrência da mudança da política monetária nos países centrais.

Então, na hora em que o juro é zero nos Estados Unidos e há um excesso de liquidez, é evidente que os países emergentes como o Brasil podem captar recursos a taxas mais baixas. Devem captar recursos a taxas mais baixas porque o investidor internacional não tem muita opção. Então, 2,75% ainda é um bom negócio.

A pergunta é: isso se deu por uma melhor percepção do risco do País ou por uma extraordinária mudança que ocorreu no ambiente internacional em relação a esses fluxos de capital e à política monetária dos países centrais? Essa é a pergunta.

E finalmente, Secretário, eu gostaria de endossar as colocações do Senador Humberto Costa com relação a essas políticas de desoneração. Elas foram concebidas dentro do contexto do Plano Brasil Maior para, sobretudo, aliviar setores que estavam fortemente pressionados pela competição, pelo acirramento da concorrência externa. E o que se olhava aí era a indústria, era a necessidade de desonerar a indústria, que estava sofrendo com a importação e cada vez mais deslocada da exportação. Por quê? Porque o Brasil tem encargos pesados que incidem sobre a folha, porque os salários no Brasil cresceram também no setor industrial de maneira significativa. Aí, o que se verifica nesse processo? Antes de desonerar de forma mais significativa vários setores da indústria, o Governo faz uma incompreensível inflexão e começa desonerar, por exemplo, o comércio varejista. Ora, o comércio varejista, em certa medida, era sócio da importação. As grandes redes varejistas não sofrem com essa questão dos encargos porque, a rigor, elas podem buscar o produto importado mais barato para vender.

Ora, eu não quero que pareça que o meu discurso é contra a desoneração. Eu gostaria que houvesse uma desoneração horizontal ampla, sistêmica, mas a política não teve uma coerência, Secretário. Como se imaginar que antes de desonerar ainda expressivos setores da indústria... E vou dar a V. S^a uma informação: o setor gráfico, por exemplo, foi desonerado parcialmente. E, no entanto, nós demos desoneração às grandes cadeias varejistas do Brasil.

Agora há uma oportunidade extraordinária para promovermos uma desoneração, essa, sim, de caráter horizontal, para reduzir o chamado custo Brasil, que é a eliminação dessa multa adicional de 10%, que passou a ser agora, cuja receita o Governo quer incorporar de forma definitiva, mesmo tendo já cumprido o seu papel. Isso foi feito para fazer em face de passivos que tinha origem no Plano Verão, no Plano Collor ainda, isso tudo foi resolvido, quer dizer esses passivos foram equacionados, e o Governo quer se apropriar dessa receita. Ora, isso é custo Brasil na veia!

Portanto, eu acho que cabe fazer, sim, uma crítica a essas políticas de desoneração que não tiveram foco nítido e coerente.

Eram essas as observações.

Muito obrigado, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Obrigado, Senador Armando Monteiro.

Como último Senador inscrito, passo a palavra para o Senador Blairo Maggi. Em seguida, passarei a palavra ao Secretário Arno Augustin para responder e fazer as considerações finais.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o Secretário Arno Augustin por estar em nossa Comissão.

A pergunta é simples. Não será longa a minha intervenção.

Secretário Augustin, eu fui Governador até 2010 do Estado de Mato Grosso e V. S^a me atendeu muitas vezes lá na Secretaria Nacional do Tesouro, eu sempre tentando buscar espaço fiscal para tomar algum empréstimo, para fazer algumas obras a mais no Estado de Mato Grosso. No entanto, até 2010, nós tínhamos grande dificuldade, não conseguíamos avançar muito, a não em um empréstimo, durante o período em que eu fui governador por dois mandatos. Nós conseguimos um empréstimo junto ao Banco do Brasil, o BNDES quem repassou ao Banco do Brasil, para um programa de equipamentos, que foi de R\$250 milhões o valor total.

Finalizado o meu governo, o Governador Silval assumiu e, desde então, ele tem conseguido buscar vários financiamentos, a ponto de, se não me engano, quando terminei o governo a nossa dívida deveria estar em torno de R\$4,5 bilhões, R\$5 bilhões, e, segundo informações, nós vamos, até o final de 2014 com juros já embutidos, para uma dívida em torno de R\$9 bilhões.

Claro que existe no Estado uma preocupação com isso. Nós, como Estado, teremos condições de honrar com isso no futuro? Eu tenho a seguinte observação: quando assumi o governo em 2003, o PIB do Estado era em torno de R\$27 bilhões. E hoje o PIB do Estado de Mato Grosso, no ano de 2012, se não me engano, foi em torno de R\$70 a R\$75 bilhões. A dívida, se a considerarmos de R\$5 para R\$9 bilhões, ela estará aumentando 80%, e o PIB 159%. Então, dá para entender que há um espaço para você dever mais: você está arrecadando mais você vai poder honrar isso.

A pergunta que faço a V. S^a é a seguinte: a STN continua com os mesmos critérios que foram aplicados de 2003 a 2010, quando havia uma grande dificuldade de buscar esses empréstimos? Quer dizer, se não mudaram os critérios da Secretaria do Tesouro Nacional, isso significa, então, que o Estado fez o dever de casa e acabou tendo condições de mais espaço fiscal. É isto que eu gostaria de entender do Secretário: se o aumento da nossa dívida foi possível porque o Estado cresceu, ele está mais forte, ele tem mais PIB, ele

arrecada mais, portanto ele pode dever mais. Se essa é a afirmação correta, nós não temos medo nenhum do futuro, mas “não, não é essa a afirmação correta”; se a afirmação correta é que a STN relaxou nos seus critérios, nós poderemos ter problemas no futuro.

Então, não sei se o Sr. Arno conseguiu entender bem a minha colocação. Eu gostaria, se possível, que o senhor explicasse isso não só para mim. O Senador Pedro Taques aqui também é do Estado do Mato Grosso, e tenho certeza de que esta audiência pública está sendo acompanhada também pelos mato-grossenses. Então, tipo assim: vamos botar mais uma pulga na orelha do Estado, ou vamos ficar tranquilos, porque nós vamos dar conta de pagar nossas contas. Eu, pessoalmente, desejo e torço para que o Estado não tenha nenhum tipo de problema no futuro.

Para finalizar, Dr. Arno, e também para fazer uma reflexão, desde 2003 até 2010, quando estive no Governo do Estado de Mato Grosso, eu vi um declínio da capacidade do Estado na sua fonte própria – lá nós chamamos de Fonte 100; acho que no Governo aqui é 00.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – É Fonte 100 também. A fonte própria, em que o recurso é seu, ele está livre. A cada ano ela vai diminuindo, e a receita corrente líquida tem influência sobre isso, porque cada vez que a União transfere recursos, uma emenda parlamentar que vai para o Estado, um fundo que é criado especificamente no Estado para rodovias ou para saúde, isso acaba contaminando essa Fonte 100. E me parece que um dos grandes desafios que as contas públicas do Estado do Mato Grosso têm pela frente é como você não perder mais capacidade nessa Fonte 100 para se fazer frente às despesas correntes do dia a dia que o Estado tem.

Se a STN está olhando isso também com cuidado, para que não tenhamos surpresas no futuro.

No mais, quero cumprimentá-lo, Dr. Arno, pela forma como sempre tem atendido o Estado do Mato Grosso. Fui lá muitas vezes e fui sempre muito bem-atendido. Não levei o que queria, mas fui sempre bem-atendido, e o café sempre quentinho.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Senador Maggi, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Pois não, Senador Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O Senador Romero Jucá fez escola!

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Esse é um Líder do Governo eterno!

Permita-me, só para concordar com o que disse o Senador Maggi.

Segundo dados da Secretaria de Fazenda, o saldo devedor do Estado de Mato Grosso, no último balanço, foi R\$4,253 bilhões. Já era 40% da receita corrente líquida. Disso aqui, 23% desse saldo eram em dólar. Quase R\$1 bilhão. E do dia 31/07/2013 até hoje, em razão da alta do dólar, o endividamento subiu mais de 150 milhões, em razão de mecanismos de proteção ao risco. Existe no contrato. E existe uma projeção, em relação a esse número a que o Senador Maggi fez referência, este valor de R\$4,2 bilhões – aqui sem o MT Integrado –, R\$1,4 bilhão sem as obras da Copa, o VLT. Isso chega a quase, realmente, R\$9 bilhões – chegará no final de 2014.

Apenas para me associar ao Senador Maggi nessa preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Secretário, só que quero dizer: há uma preocupação de Senadores, de ex-governadores, de futuros governadores também. Eu me referi aos Senadores Pedro Taques e Blairo Maggi.

Com a palavra o nosso Secretário Arno Augustin.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO – Bem, são várias questões. Vou tentar ser objetivo.

Primeiro, o Senador Humberto Costa se referiu à nossa estratégia para a reforma tributária, o Senador Jucá também falou da reforma tributária. Eu queria falar sobre isso.

Primeiro, nós conseguimos aprovar aqui, no Senado, uma questão que acho de grande importância para o futuro do País, que é o fim da guerra dos portos; ou seja, o ICMS não é mais do Estado por onde entra a mercadoria. Desde o início deste ano, não há mais essa distribuição para o Estado por onde a mercadoria entra. Portanto, isso reduziu em muito a guerra fiscal, pelo menos da importação.

Estou falando isso porque quero estimular todos os senhores a pensarem que reformas no sistema tributário podem ser feitas e dão certo. Essa foi feita; aumentou e muito a arrecadação da maior parte dos Estados. E os Estados que temiam muito isso, praticamente alguns Estados em que havia benefícios fiscais fortes para a importação, não sofreram. Pelo contrário, estão indo muito bem. Então, eu digo isso para estimular o processo de discussão da reforma tributária. Vários Senadores falaram que isso é importante. Nós achamos importante. E achamos que demos um primeiro passo. Vamos fazer um balanço. Deu certo? Deu certo. Isso deve servir como estímulo para votarmos o conjunto da reforma do ICMS, que é algo que eu pessoalmente discuto desde o tempo em que eu era Secretário de...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Secretário, permita-me um aparte.

Eu tenho conversado com o Ministro Mantega e com o Secretário Executivo, o Dyogo, e queria aproveitar a presença de V. S^a aqui para fazer um apelo. Eu acho que temos todas as condições de votar a reforma do ICMS em plenário. A distância, que era gigantesca, hoje é muito pequena, Senador Armando Monteiro. E, de fato, pelas conversas, pelo debate que estamos tendo nesta Comissão de Assuntos Econômicos, há uma insegurança muito grande para novos investimentos. Há investimentos sendo paralisados. Sinceramente, a partir de conversas com os Secretários de Fazenda, eu acho que o Senado Federal está pronto para votar em plenário. O projeto já foi votado nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

Peço desculpas por intervir, mas eu acho que é importante V. S^a saber que o quadro político aqui está bem trabalhado para levarmos à votação ao plenário.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO – Perfeito. Eu acho que esse é um desejo do País. Inclusive, com relação a boa parte desse processo, se for aprovado, a União colocou uma série de garantias, de fundos, para tentar viabilizar. Enfim, vamos torcer para que assim seja feito.

O Senador Humberto Costa e o Senador Armando Monteiro falaram da desoneração. Eu queria expor o que estamos tentando fazer. O único critério que se usa não é apenas a quantidade de funcionários que aquele setor tem e o PIB daquele setor. Nós também olhamos muito para o mercado internacional. Por que olhamos para o mercado internacional? O produto importado não paga contribuição sobre folha de salários no Brasil, não é? Ele não paga isso. O produto nacional paga. Então, na medida em que vamos retirando a contribuição sobre folha de salários dos diferentes setores – a nova contribuição que substitui isso incide sobre o produto nacional e sobre o importado –, na medida em que fazemos esse processo, nós estamos dando maior competitividade. Boa parte da desoneração olha isto: a competitividade da nossa economia. São critérios que utilizamos, o efeito fiscal. Muito de estar ou não no setor, Senador Armando, às vezes é o setor que não concorda com a proposição que o Governo fez, há um processo... Eu sei que talvez não seja um dos casos que o Senador citou, mas, em muitos casos, alguns não foram ainda porque não chegamos ao melhor ponto.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Se V. S^a me permite, esse argumento do senhor é fundamental. Eu acho que o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Armando, fale no microfone.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – A questão da competitividade, que deveria ser o critério orientador...

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO – E é. E é.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – E como situar o comércio varejista nessa sua...

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO – Eu vou chegar lá.

Então, entendemos que aqui nós temos um objetivo, certo? No caso do comércio, nós também achamos que se você reduzir a folha de salários do comércio, você está estimulando fortemente, na nossa visão, um desenvolvimento de custos menores, não necessariamente desvinculados da economia interna. Nós achamos que parte do comércio pode ser dividido, e é, para a economia interna, assim como alguns setores de serviço que foram beneficiados. Então, nós olhamos para o nível de produção, o PIB; nós olhamos para o número de empregos naquele setor; nós olhamos para o comércio internacional e nós olhamos o efeito sobre o mercado interno. Então, no caso do comércio e de alguns setores de serviço, é importante que nós possamos ter custos menores. No caso, por exemplo, de comércio, se você conseguir ter custos menores no comércio, eu acho que ajuda, e muito, a indústria nacional. É uma avaliação, Senador; há outra, respeitamos, enfim.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO – Perfeito. Prosseguindo. Nós olhamos muito a questão da exportação e fazemos uma discussão com setores.

Nós estamos olhando todos os setores. A tendência é que todos venham a ter esse processo de substituição. Aqui é uma questão de velocidade, de haver acordo. Alguns setores insistem, alguns setores que não querem porque a tributação é muito complexa. Às vezes, há fatores que fazem com que aquele setor entenda que não há vantagem, enfim.

O Senador Cristovam, no seu jeito elegante, fez uma ironia fina, que a gente respeita. Mas não acho que eu tentei aqui mostrar apenas coisas positivas, Senador. Tentei mostrar minha visão sobre alguns assuntos que são polêmicos e que exigem, evidentemente, que o Governo coloque a sua visão.

Quando o seu governo não está convencido de que a sua política é a melhor, ele não deveria executá-la. Se ele a está executando é porque ele acha que... Então, esse é o objetivo nosso aqui, vir defender o que

a gente está fazendo, procurando ouvir com atenção o que pode ser melhorado. Então, de forma alguma, eu pelo menos não tive a intenção de apresentar um quadro não correto, não. Mas, sim, de defender, com os nossos argumentos, o que vimos fazendo e, evidentemente, há muitas questões importantes que precisam melhorar na economia, na área fiscal; quanto a isso, não resta dúvida. E não tome a defesa convicta do que se está fazendo como o não reconhecimento de problemas, e, sim, como uma convicção que eu acho que devemos ter, na defesa do que a gente acha o correto. Então, essa é...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Permita-me?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero retirar o laudo aparência irônica, que houve sim, é verdade. Vou colocar o concreto de preocupação.

Todo administrador, todo gestor tem em vista cenários que podem preocupar. E é nesse sentido que eu queria...

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO – Vou falar de um...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com o que nós podemos nos preocupar?

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO – Perfeito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Por exemplo, o câmbio...

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO – Perfeito, é claro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... é preocupante ou não? O endividamento das famílias é preocupante ou não? Então, eu gostaria de saber quais são os pontos...

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO – Perfeito. Eu vou chegar a esse ponto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... em que acende uma luzinha amarela e que o Governo tomará as medidas corretas, no momento oportuno, mas que, neste momento, acendeu no seu escritório.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO – Perfeito. Eu inclusive ia me referir, já ia colocar que hoje nós estamos no momento de enormes cuidados com algumas áreas. Uma delas é a inflação, que sempre é uma preocupação importante, a que não me referi para não fugir do lado fiscal e do lado dos Estados, que era uma questão que eu entendi ser a preocupação principal desta audiência, e a questão do câmbio, por óbvio. Há uma acomodação internacional de ativos.

Eu me referi a isso, o Senador Armando também. E, evidentemente, os efeitos disso no Brasil exigem uma sintonia fina de acompanhamento muito importante.

E no caso dos Estados e Municípios – eu ainda não me referi, mas ia referir-me na resposta ao Senador Suplicy – há um caso de, vamos dizer assim, preocupação maior ainda, mas que está contemplado no Projeto de Lei Complementar nº 238, que é o do indexador das dívidas, que são aqueles Municípios que estão ainda com o IGP+9. Então, só para dar um exemplo, o Município do Rio de Janeiro, nós produzimos junto com o Município e o Banco Mundial, uma reestruturação da sua dívida, de forma que ele pagou a chamada parcela extraordinária e desceu de IGP+9 para IGP+6.

Alguns Municípios ainda estão no IGP+9, como é o caso do Município de São Paulo, em relação ao qual o Senador Suplicy colocou a sua preocupação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

É só para aproveitar que o Secretário mencionou a questão do câmbio, que preocupa.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/ PT – RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Só queria fazer o gancho com a questão do déficit comercial que o Brasil está registrando dentro dessa ótica...

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO – Sim, claro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – ... se isso está dentro do radar do Governo nessa preocupação.

Isso que o senhor falou do câmbio, que foi desvalorizado o real, se pode essa valorização suprir de alguma forma esse déficit que é repetido agora, mensalmente.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO – Agradeço muito a intervenção, até porque me permite esclarecer. Não estou dizendo que é ruim para o Brasil – acho que é bom – ele ter uma capacidade de competitividade maior. Estou me referindo ao excesso de volatilidade, que eu acho que ninguém deseja, ou seja, aqueles momentos em que para cima ou para baixo – houve momentos em que era para baixo – havia um excesso de valorização. Agora entendemos que devemos tomar cuidado pelo inverso. Mas tomar cuidado pelo inverso não significa não enxergar que, do ponto de vista estrutural de médio e longo prazo, há uma vantagem importante de competitividade, um novo patamar. Mas é preciso alcançar um bom patamar e nele permanecer, porque toda vez que sobe esse

patamar isso tem um efeito inflacionário. Então é uma administração que a gente tem que...

Estava eu me referindo ao IGP+9. Acho, portanto, importante – e aqui já respondo ao Senador Suplicy – a votação do projeto que nós mandamos, o Projeto nº 238, que muda os indexadores. Por exemplo: para o Município de São Paulo é muito importante que aquilo que o Município do Rio conseguiu com uma renegociação, uma reestruturação da sua dívida seja proposto para o conjunto dos Estados e Municípios. Portanto se trata de votar o projeto. Isso daria para vários Municípios e Estados uma vantagem importante.

Não concordamos, quero deixar bem claro – ouvi essa proposta, e não posso não me referir a ela –, com a diminuição do percentual de pagamento da dívida dos Estados e Municípios. Por que não concordamos? Porque nós olhamos o longo prazo. Aachamos que, se fizermos isso, estaremos transformando uma dívida que hoje está absolutamente coerente e possível em algo não necessariamente assim.

Queria responder às várias questões do Senador Armando com rapidez, porque sei que o tempo já está bastante avançado.

De fato, o critério primário é um critério que muitos países não usam, é um critério mais brasileiro, o resultado primário, que é o que, aliás, gera essa discussão a que o Senador está se referindo. No resultado nominal, que o Senador defende e eu, também – acho que é o caminho do Brasil –, essa discussão sobre se o BNDES, por exemplo, é um crédito ou uma despesa primária não existe, porque, do ponto de vista nominal, que o Senador considera importante e eu, também, isso não tem relevância.

Por que nós usamos os critérios que usamos na estatística fiscal e não fazemos aquilo que o Senador falou? Porque a estatística fiscal que nós usamos é a estatística fiscal internacional, aquela que foi normatizada através de um conjunto de discussões coordenadas pelo FMI. Então nós usamos a estatística internacional.

Não acho que seria bom para o Brasil dizer que o empréstimo à pessoa física no mercado não é um crédito para o setor público, porque ele é.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Mas até 2007 o Brasil também classificava assim.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO – O Brasil sempre classificou assim. Por exemplo: o Brasil teve, em 2001, operações muito grandes com o seu sistema financeiro. Não sei se, à época, o Senador acompanhou.

Naquela época, foram várias dezenas de bilhões de reais de créditos da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil para a Engea ou para o Tesouro,

e eles não deram resultado primário, porque o Brasil seguia a estatística internacional. E continua a seguir e acho que faz bem em seguir. Esse é o nosso posicionamento. Então, enquanto tivermos essa linha, nós vamos registrar a estatística na forma internacional. Respeitamos quem pensa diferentemente, mas todos os nossos critérios estatísticos, todos eles, são da discussão com o FMI.

Quanto ao gerenciamento da liquidez ser tarefa nossa ou do Banco Central, eu entendo que a divisão está muito clara feita na LRF pelo País do que é tarefa do Banco Central e do que é tarefa do Tesouro. A nossa tarefa é fiscal e a liquidez é tarefa do Banco Central.

A dívida bruta no Brasil tem que ser analisada, reitero, olhando as nossas reservas. A dívida bruta é diferente da dívida líquida fortemente no Brasil e não é diferente na Argentina, porque a Argentina tem um nível de reservas muito baixo, o Brasil tem um nível de reservas muito alto. Se compararmos o Brasil com os Estados Unidos, vamos ver que o Brasil tem uma dívida bruta muito menor que a americana; se compararmos com a Alemanha vamos ver a mesma coisa. Se compararmos com esses países, vamos chegar a esta conclusão de que a nossa dívida bruta está absolutamente num patamar adequado. Agora, a diferença dela com a líquida é basicamente reserva. Então, quando alguém diz: “A dívida bruta deve ser igual à líquida” está dizendo que o Brasil não deve ter reservas, porque essa é a diferença básica. Então, nós achamos que sim, que a reserva é importante, ajuda a ter o câmbio correto, dá competitividade para a nossa indústria e ajuda termos estabilidade nos momentos de volatilidade.

Por fim, o Senador falou das receitas de dividendos como tendo aumentado. Vou dar um exemplo: o BNDES citado. Em 2006, Senador, foram distribuídos R\$6 bilhões de dividendos do BNDES. Em 2012, seis anos depois, R\$7,7 bilhões. Então, não vejo essa diferença tão acentuada como o Senador falou. As nossas empresas, de uma forma geral, não apenas as do sistema financeiro, aumentaram seus dividendos e achamos isso bom. A Eletrobras, por exemplo, quitou uma dívida antiga que ela tinha de mais de 30 anos, dividendos que não eram pagos para os acionistas públicos ou privados da Eletrobras. Nós conseguimos colocar isso em dia, felizmente, assim como vários outros. Hoje as empresas estatais são superavitárias, nós trabalhamos para que isso ocorra, achamos isso positivo.

Por fim, a questão da taxa a que me referi. Essa última emissão, Senador, não apenas teve essa taxa, ela teve a menor diferença do título americano, ela teve o menor *spread* da história do Brasil. Essa emissão de 275 não foi apenas a taxa mais baixa porque a *treasury* era mais baixa. O *spread*, infelizmente, foi essa última,

a última emissão que o Brasil fez, que foi neste ano, ano em que temos sido muito criticados. Em maio de 2013, houve o menor *spread* da história. Por isso que estou dizendo que o mercado não sanciona essa visão tão negativa. A gente ouve muitas vezes falarem muito negativamente, mas na hora em que a gente lança o título, não necessariamente é isso que ocorre.

Mas, enfim, é da democracia e é do bom debate econômico que haja visões diferentes, não vejo nenhum problema nisso, estou colocando a nossa visão.

Então, pedindo desculpas por alguma eventual questão que eu não tenha esclarecido bem...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O Senador Cristovam quer falar um segundo...

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – ... e o Senador Delcídio do Amaral, retardatário, fará uma breve intervenção.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Apenas para ver se eu estou certo ou errado. Mas, quando se diz que a dívida bruta se igualaria à dívida líquida, seria por que se abandonaria reserva? A gente pode dizer que não, pode ser que tivéssemos um crédito. Se você tiver a dívida bruta igual à líquida e mais uma reserva, nós temos um crédito.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO – É que o crédito, Senador, é a diferença entre a bruta e a líquida. Ela abate da bruta aquele crédito que a gente tem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sim, mas se a gente tiver um crédito, uma reserva que vá além da nossa dívida, é porque haveria um crédito.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO – Mas essa é a diferença entre bruta e líquida.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, a diferença é que continua uma dívida bruta. Ou seja, a reserva é insuficiente para cobrir toda a dívida.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO – Não, desculpe-me. A dívida líquida é aquela que abate os créditos...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Isso.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO – ... portanto, essa é a diferença.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Isso.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO – Como nós temos reservas, temos um crédito, essa é a diferença.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas se a nossa reserva for capaz de pagar toda a dívida e ainda sobrar, nós passamos a ter um crédito líquido.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO – Perfeito, ainda assim haveria diferença de dívida bruta e líquida. No caso, por exemplo, do crédito externo...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Muito bem, muito bem, estou de acordo, mas haveria um crédito superior. Então, não é questão de dizer que não precisa ter reserva, tem que ter uma reserva tão grande que é capaz de cobrir toda a dívida e ainda sobrar, o que eu sei que é quase impossível em qualquer país do mundo.

Mas uma coisa que não vai dar para discutir, talvez, aqui, não sei se os outros debateram enquanto eu estava na Comissão de Educação, é que a diferença entre a dívida bruta e a dívida líquida, segundo muitos analistas, tem sido conseguida graças ao que hoje se chama, muito elegantemente, de contabilidade criativa, sobretudo na relação do Tesouro com as nossas estatais, por exemplo, considerando receitas que ainda não ocorreram, receitas apenas visualizadas para o futuro.

Acho que seria outra audiência, talvez, mas muitos analistas acham que essa diferença tão favorável que nós temos entre a dívida bruta e dívida líquida é fruto de uma contabilidade criativa, que é uma maneira muito elegante de, na democracia, chamar o que, na ditadura, a gente chamava de manipulação de dados, só que ali era explícito e contando com o controle da opinião pública, da mídia, dos analistas. Hoje em dia há, sim, uma dúvida se temos tido o uso de contabilidade criativa. A primeira vez que usei essa expressão que levaria a fazer essa redução, ela foi dita pelo Senador Monteiro, mas, na realidade, se tirássemos todos esses instrumentos de jogo, a alíquota estaria muito mais próxima da bruta do que hoje está.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – O retardatário Senador Delcídio do Amaral. Eu queria cumprimentar o Secretário Arno Augustin e cumprimentar o Presidente Senador Lindbergh.

É evidente que existem muitas perguntas e a vinda do Secretário Arno Augustin suscita uma série de questionamentos. Isso é muito saudável para os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos. Mas, como cheguei atrasado, porque eu estava numa agenda nos ministérios, em algumas agendas, e vinha no carro ouvindo meu Presidente falar sobre o ICMS, eu não poderia perder essa oportunidade também.

Primeiro, quero reiterar aquilo que o Senador Lindbergh disse: todos nós aqui da Comissão de Assuntos Econômicos trabalhamos alguns anos nesta Casa na unificação das alíquotas de ICMS. O Secretário Arno já foi Secretário de Fazenda também, portanto, conhece muito bem essa velha discussão, que não é simples, é um assunto polêmico, mas é importante que seja enfrentado. O Governo tomou uma decisão correta de começar pelo ICMS, que representa quase 70% de uma reforma tributária no Brasil. O importante também é que as outras reformas não deram certo porque resolveram dar um tratamento ecumênico, um tratamento amplo para a reforma, por isso ela não andou. Esta reforma ataca, talvez, dentre os tributos, aquele que está nos levando a uma situação absolutamente fora de controle, em função da guerra fiscal estabelecida entre os Estados, e o pior, a judicialização dessa guerra. Isso, em algum momento, Secretário Arno Augustin, vai acabar, vai ter que terminar, porque a situação está ficando incontornável.

Não tenho dúvida nenhuma de que a ausência dessa definição, como disse o Presidente Senador Lindbergh Farias, vai começar a fazer vítimas. Existem muitas empresas que têm seus créditos não reconhecidos e algumas empresas que já estão nas barras dos tribunais discutindo isso. Todos nós sabemos aqui que o STF julgou vários dos incentivos dados no Brasil como inconstitucionais, porque não passaram pelo Confaz. E não passaram por quê? Porque o Confaz exige unanimidade. E alguns Estados brasileiros, para não falar um, usavam a unanimidade para bloquear qualquer tipo de iniciativa nesse sentido.

Então, nós acabamos caindo nessa babel tributária. Empresário que tem investimento em vários Estados brasileiros tem que ter uma equipe para cada regime fiscal, porque nós criamos, efetivamente, uma árvore de Natal tributária, especialmente no que se refere ao ICMS. Então, esse é um problema sério. O Governo, quando lançou o pacote, no ano passado, era a unificação das alíquotas. Depois, ao longo da discussão que o Senador Lindbergh disse aqui, nós chegamos a 2028. Portanto, um tempo considerável para acomodar os interesses dos Estados.

Foi proposto um fundo de compensação para mitigar os efeitos nos Estados desses incentivos, e o Fundo de Desenvolvimento Regional, que seria, esse sim, um instrumento de alavancagem de investimentos nas demais unidades da Federação, contribuindo, com isso, com a redução do desequilíbrio regional, que é função de todos os governadores e está previsto na Constituição de 1988.

Nós, até agora, não logramos êxito nessa caminhada. Estamos por muito pouco, como disse o Senador

Lindbergh aqui, e esse muito pouco, se equacionado, representaria um grande avanço, um grande avanço para o Brasil, para a economia brasileira. E eu não tenho dúvida nenhuma de que isso seria extremamente salutar para o nosso crescimento e para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

É importante registrar que nesse pacote, como disse o Senador Lindbergh Farias, que nós não estamos falando só de redução das alíquotas, ou unificação das alíquotas interestaduais, que é o que cabe ao Senado. Nós não podemos interferir nas alíquotas internas de cada Estado, isso é atribuição do governador. Mas esse pacote, além dessa redução até 2028, amplamente discutida aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, o Fundo de Compensação, o Fundo de Desenvolvimento Regional, que passaria a ser o grande instrumento para garantir um desenvolvimento integrado e todo o desenvolvimento nacional, trazia, junto com isso, a convalidação dos incentivos. E é esse problema que algumas empresas vão começar a enfrentar.

Existe, inclusive, uma espada de Dâmocles, do STF, que, se tornar vinculante, se editar uma súmula vinculante, interpretando já os julgamentos que próprio STF já definiu, nós vamos ter uma situação extremamente delicada no Brasil, em todos os Estados brasileiros, praticamente sem exceção.

Junto com isso, a renegociação da dívida dos Estados. Meu Estado aqui, acho que vários Senadores já devem ter falado, devia R\$2 bilhões. Pagou R\$5 bilhões e deve R\$7 bilhões. Agora, há um desatrelamento, como o Secretário Arno Augustin disse, há um descasamento entre os indexadores negociados anteriormente e, hoje, a realidade de juros brasileira. Portanto, isso é absolutamente fundamental.

E, junto com esse pacote também, a PEC do comércio eletrônico, que representa mais recursos para os Estados e que está engavetada lá na Câmara dos Deputados. Talvez, um engavetamento produzido pelas próprias mãos que, usando a unanimidade, não permitiam ou não permitiram que outros Estados brasileiros garantissem novos investimentos, para gerar emprego e gerar riqueza.

Nós, meu caro Secretário Arno Augustin, vamos ter que tomar uma decisão nesse segundo semestre. Se o ICMS não sair, o caos vai continuar. Vai chegar uma hora em que esse caos precisa acabar. Uma empresa agora está indo aos tribunais, ela vai ter que provisionar no balanço dela R\$1,3 bilhão de perdas por não reconhecimento dos créditos. E não é uma empresa pequena. Junto com ela, outras empresas. Então, se o ICMS não sair, mas essa é uma tragédia anunciada, se não explodir este ano, vai explodir no ano que

vem, porque isso é um verdadeiro caos, é um círculo vicioso que o Brasil, lamentavelmente, hoje, vivencia.

Mas nós temos três questões, no meu ponto de vista, fundamentais. Primeiro, a convalidação das dívidas pelos problemas que eu aqui mencionei, a consolidação dos incentivos; a renegociação da dívida, pelo menos o indexador; e o terceiro, o comércio eletrônico. Alguma coisa precisa ser feita, porque eu já ouvi falar que o Governo, hoje, não tem ânimo para fazer qualquer tipo de discussão nesse sentido. Portanto, nós vamos deixar esses assuntos no banho-maria.

Esses assuntos não vão ficar no banho-maria! Eles vão explodir a qualquer momento. Porque a situação é muito mais grave do que talvez algumas pessoas dentro do Governo Federal imaginam. Ou às vezes até não tendo as informações necessárias para ter a sensibilidade que o momento exige, especialmente em questões tão delicadas como esta.

Eu não poderia deixar de destacar isso, até porque todos nós, Senadores e Senadoras, trabalhamos muito nesse sentido. E a gente percebe que, hoje, talvez até em função de 2014, um assunto tão importante parece que está sendo colocado na geladeira. Esse assunto não vai ficar na geladeira!

Alguns desses itens que eu citei aqui vão explodir e não vai demorar muito tempo.

Muito obrigado, Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Quero parabenizar V. Ex^a. Eu acho que essa última fala sua... V. Ex^a foi o relator dessa reforma do ICMS aqui e conduziu... nosso eterno Presidente Delcídio do Amaral, não estou aqui rasgando seda, mas são poucos os Senadores que teriam a capacidade, habilidade e condição que V. Ex^a teve.

Eu concordo integralmente com essa fala; já tinha externado isso aqui ao nosso Secretário do Tesouro Nacional. Não há grandes divisões, pode haver um ponto ou outro em que um Estado discorde, mas sabe-se que há uma maioria aqui, sabe-se que o impacto nesse Estado não vai ser tão grande.

Então, eu também já tinha falado isso. Eu acho que a decisão agora é do Ministro da Fazenda, da Presidência da República. O que eu queria externar aqui, como Presidente da CAE, junto com o Relator, é que, no clima político aqui, estamos prontos para avançar-mos nessa reforma do ICMS.

No mais, queria parabenizar V. S^a pela explanação aqui. V. S^a não fugiu de nenhuma pergunta. Entrou em todos os temas, enfrentou as questões. Eu chego a dizer que eu acho que isso tem que ser feito mais pelo Governo. Acho que há um problema aqui na comunicação, Secretário. Aqui é a batalha das expectativas. Há um clima de pessimismo – a gente sabe das

dificuldades e dos problemas –, mas há um clima de pessimismo exagerado, artificial. Eu acho a clareza, a presença, essa batalha de comunicação tem que ser ganha. Aproveitar agora o resultado de 1,5% do PIB do segundo semestre. Enfrentar isso.

Acho que está faltando mais comunicação, entrar no debate, entrar nessa batalha em relação às expectativas, porque a gente sabe que isso é muito importante.

V. S^a apresentou números que mostram claramente um processo de retomada que nós estamos tendo agora no País. Eu pergunto...

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO – Ainda queria, rapidamente, responder à questão de Mato Grosso, que eu acho importante, dois Senadores colocaram – Senador Blairo e Senador Taques.

Senador Blairo, de 2003 a 2010, a dívida do Mato Grosso caiu de algo em torno de 1,7% da receita corrente líquida para 0,5%, ou seja, na sua gestão, a dívida do Mato Grosso caiu uma receita corrente líquida inteira. Portanto, a situação do Mato Grosso, hoje, é muito favorável. Hoje, ele tem uma dívida que é 0,2% da receita corrente líquida. Então, aqui há uma mudança importante do perfil; evidentemente que tem muito a ver com o crescimento do Estado, é um dos Estados que mais crescem no Brasil. Mas esse desenho é o que nos dá a tranquilidade de fazer as análises.

Além disso, é verdade que, às vezes, um projeto é apresentado no momento, mas, em função do tempo dos projetos, acaba sendo executado mais à frente. Então, vários dos projetos que nós aprovamos mais recentemente foram encaminhados ainda quando o Senador Blairo era o Governador do Estado. É normal isso, assim como outros estão sendo encaminhados agora. Então, esse é um processo que nós entendemos que está indo bem. Os números mostram isso. Esse é o nosso argumento principal, de que há uma tranquilidade e que isso significa infraestrutura a mais, que é o que os Estados precisam.

Só uma última frase sobre reforma tributária: os três assuntos que o Senador referiu estão aqui, estão no Congresso Nacional. Evidentemente, o Governo também, no Congresso, tem que colocar à sua disposição, e esse é um assunto que a gente está permanentemente discutindo, qual é o melhor momento, qual é a melhor forma. As opiniões que vocês colocaram aqui, evidentemente, agregam muito em termos da nossa compreensão sobre o clima no Congresso Nacional. Eu sou um dos maiores defensores da reforma tributária. Trabalho por isso há muitos e muitos anos. Fiquei muito satisfeito ao ver que a dos portos deu certo, o que eu acho que é um ânimo. Ou seja, se fez e os Estados que diziam que o mundo ia terminar... Verificou-se que não só não terminou como cresceram

bastante. Portanto, acho que é um desafio do Brasil. Não é um desafio do Governo, ou do Congresso, ou desse ou daquele Estado. É um desafio importante que, mais cedo ou mais tarde – espero que mais cedo –, o Brasil vai encarar.

Agradeço a todos. Fico muito honrado pela possibilidade, pelo convite, Senador Lindbergh, e a nossa função é esta: vir, dar as explicações, fazer o debate e tentar recolher também a sensibilidade. Não é só colocar o nosso posicionamento, mas verificar o que os Senadores e o Congresso de uma forma geral avaliam dos posicionamentos que a gente vem tendo.

Obrigado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Secretário, antes de terminarmos...

Senador Blairo Maggi.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Presidente, eu também queria...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – É só para complementar aqui o elogio que iniciei antes, porque ficou aqui demonstrado pela transparência que a STN não mudou a fórmula de analisar os pleitos dos Estados. É isso que dá tranquilidade ao País. Eu sou testemunha, durante oito anos como Governador – sete anos e oito meses – de que esse pessoal é duro na queda. Não é fácil fazer o convencimento, mostrar os números. E o que eles nos pedem, o que nós temos de responsabilidade, enquanto governadores, de seguir o que está escrito no receituário de quando da negociação das dívidas, lá em 1996, é algo incrível. Há números colocados para todos os quesitos. Se você não atingir um deles, você já cai fora do que está sendo discutido com a STN.

Então, eu gostaria de dar o meu depoimento: se não houve mudanças, nós estamos no caminho correto, porque a Lei de Responsabilidade é dura. Ela é dura, tanto é que pegou os governadores de dois mandatos para trás e não concedeu nenhum tipo de empréstimo para a gente alargar os nossos endividamentos, mas conseguimos avançar ao ponto de hoje termos grandes empréstimos que farão a mudança do perfil econômico e de logística do Estado do Mato Grosso.

Então, parabéns, Dr. Arno.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Parabéns a V. Ex^a, que como Governador, em oito anos, conseguiu reduzir de forma tão substantiva a dívida, quase uma receita corrente líquida.

O SR. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO – Mais que uma receita, mais de 1,7...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Mais do que uma receita corrente líquida. Quero anunciar aos Srs. jornalistas, Sr^{as} jornalistas e Srs. Senadores que o Senador Delcídio do Amaral está decidido a atrapalhar o almoço nosso no dia de hoje.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Até porque eu já almocei.

Sr. Presidente, eu só queria fazer uma observação. Aproveitando que o Secretário Arno está aqui presente, quero registrar que a reforma tributária é complicada. Eu presidi a CAE quando nós votamos a resolução dos portos. Essa aprovação foi muito mais difícil – a resolução dos portos – do que a reforma tributária. Veja o surrealismo que nós estamos vivendo. Então, quando a gente fala: “A dificuldade é demais, é complexo”, aqui a votação da resolução dos portos foi muito mais difícil do que a da resolução da unificação de alíquotas.

Eu queria até fazer um registro, Secretário, em função dessa transparência que foi apresentada. O senhor vê que Mato Grosso do Sul está pau a pau lá. Foi feito um esforço muito grande nas contas do Estado. Eu espero que a gente tenha um desempenho parecido com o de Mato Grosso, porque nós também aprovamos aqui. Foi o primeiro Estado que renegociou sua dívida, vendeu sua dívida, se não me engano, acho que para o Bank of Boston... Foi para o Bank of America, o BofA. Então, esses números aparecem também exatamente fruto de um trabalho inovador, ou seja, o governo do Estado... Isso acabou caindo na mão do sucessor do Governador Blairo, mas essa negociação com o BofA foi fundamental para rearrumar o serviço da dívida de Mato Grosso. Nós estamos indo pelo mesmo caminho: Mato Grosso do Sul está tentando fazer o mesmo, ou seja, ousando, saindo um pouco daquela lenga-lenga ou daquele arroz com feijão que não é mais possível em um País como é o Brasil que hoje nós vivemos.

Por último, meu caríssimo Secretário Arno, competente Secretário Arno, divergindo de V. Ex^a, acho que, no caso do ICMS, a vontade política que pautou a reforma dos portos não é a mesma, infelizmente, no caso do ICMS. Nós não estamos vendo a mesma... E aqui a gente sabe muito bem: é o Congresso que tem sua autonomia; mas, muitas matérias aqui, se o Governo não quiser, não andam nem na Câmara nem no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Muito obrigado. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião foi encerrada às 13 horas e 16 minutos).

SECRETARIA DE COMISSÕES**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

ATA DA 34ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE AGOSTO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e doze minutos, do dia sete de agosto de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, João Alberto Souza, Paulo Davim, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Sérgio Souza, Benedito de Lira, Sérgio Petecão, Cyro Miranda e Armando Monteiro, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, de 2013 – Não Terminativo – Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal. Autoria:** Deputado José Chaves. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2013. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2013. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 699, de 2011 – Não Terminativo – Disciplina a utilização de coletes a prova de balas por profissionais que fazem cobertura jornalística e acompanham operações policiais. Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 699, de 2011. **Resultado:** Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Aprovado Parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 699, de 2011. A matéria vai à Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, de 2013 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, em dobro, do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, das despesas incorridas com a contratação de empregados com mais de cinquenta anos de idade.**

Autoria: Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2013. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2013. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2010 – Terminativo – Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.991, de 13 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências, para proibir a produção, a importação, a comercialização e a prescrição de anfetaminas no País.**

Autoria: Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Leitura do Relatório do Vencido pelo Senador Humberto Costa. **Resultado:** Lido o Parecer Vencedor pelo Relator do Vencido, Senador Humberto Costa. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para prosseguimento da tramitação. **ITEM 5 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2010 – Terminativo – Ementa do Projeto:** Dispõe sobre a instalação e manutenção de cercas eletrificadas ou energizadas. **Autoria do Projeto:** Deputado Silvinho Peccioli. **Relatoria do Projeto:** Senador João Alberto Souza (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Cyro Miranda. **Resultado:** Não foram oferecidas emendas ao Substitutivo durante o Turno Suplementar. O Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2010, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 6 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, de 2005 – Terminativo – Ementa do Projeto: Altera o artigo 134 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. (“As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período nos 12 (doze) meses subseqüentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito”). **Autoria do Projeto:** Senador Paulo Paim. **TRAMITA EM CONJUNTO – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, de 2007 – Terminativo – Ementa do Projeto:** Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho,

para dispor sobre a concessão de férias proporcionais.

Autoria do Projeto: Senador Valdir Raupp. **Relatoria do Projeto:** Senador Armando Monteiro. **Resultado:**

Adiado. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, de 2010 – Terminativo** – Dispõe sobre o exercício da profissão de Oleiro ou Ceramista. **Autoria:** Deputado Wandenkolk Gonçalves. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2010. **Resultado:** A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy. Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2010. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, de 2007 – Terminativo** – Institui o Cartão de Seguridade Social (CSS), altera dispositivos a respeito do registro de empregados e dá outras providências.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi. **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2007. **Resultado:** Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2007. **ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 406, de 2008 – Terminativo** – Altera a Lei nº 8.630, de 1993, para revigorar a cobrança do Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso – AITP, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Ada Mello. **Relatoria:** Senador Sérgio Souza. **Relatório:** Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2008. **Resultado:** Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 406 de 2008. **ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2012 – Terminativo** – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a execução de ações voltadas para a promoção da alimentação saudável. **Autoria:** Senador Gim. **Relatoria:** Senadora Angela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2012. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2012. **ITEM 11 – EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 41, de 2013.** Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais – CAS, com vistas a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 74 de 2011 (PL 06049 de 2005, na origem), de autoria do Deputado Alex Canziani, que Dispõe sobre a regulamentação da profissão de cozinheiro, com a participação dos seguintes convidados: Senhor Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio José Domingues de Oliveira Santos; Senhor Presidente da Associação de Bares e Restaurantes – ABRASEL, Paulo Solmucci Júnior; Senhor Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, Moacir Roberto Tesch Auersvald; e Senhor Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Refeições de Campinas e Região – SINTERCAMP, Paulo Eduardo Ritz.

Autoria: Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 – EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 42, de 2013.** Requeiro, na forma do disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para promover consulta junto a entidades da sociedade civil, órgãos públicos e organismos internacionais a respeito da proposta de instituição, por lei, de uma semana voltada à conscientização dos cuidados a serem garantidos às crianças de 0 a 24 meses (bebês), inclusive o do aleitamento materno. Também se devem debater as ações a serem realizadas durante esse período para alcançar, do modo mais amplo e efetivo, os resultados almejados. A título de sugestão, apresentamos o seguinte rol de entidades para que sejam convidadas a se fazer representar na referida audiência pública: Rede Nacional da Primeira Infância (RNPI); Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê (ABEBÊ); Ministério da Saúde (MS); Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 – EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 43, de 2013.** Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V da Constituição Federal, e nos arts. 90, incisos II, V e XIII, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Diligência na cidade de Salvador – BA, com o objetivo de discutir do Projeto de Lei da Câmara nº 133 de 2011 (PL 07209 de 2010, na origem), de autoria do Deputado Ricardo Berzoini e outro(s) Sr(s). Deputado(s), que Acrescenta o art. 59-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o direito à informação do segurado do Regime Geral de Previdência Social, quanto a resultados de exames médico-periciais para concessão de auxílio-doença; do Projeto de Lei do Senado nº 389 de 2012, de autoria do Senador Waldemir Moka, que Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e

dá outras providências, para conceder benefício mensal à pessoa portadora de doença hereditária associada a fatores raciais, e altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para incluir a doença falciforme e outras hemoglobinopatias entre as doenças e condições cujos portadores são beneficiados com a isenção do cumprimento de prazo de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez; e do Projeto de Lei do Senado nº 174 de 2013, de autoria da Senadora Ana Amélia, que Altera o caput do art. 45 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor sobre o acréscimo do benefício para o segurado diagnosticado com doença grave, que tramitam em conjunto, com a participação dos seguintes convidados: Senhor Diretor do Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz (Fiocruz Bahia), Mitermayer Galvão dos Reis; Senhor Diretor do Instituto de Saúde Coletiva – ISC, da Universidade Federal da Bahia – UFBA, Eduardo Luiz Andrade Mota; Senhora Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) Salvador, Maria do Carmo Brito de Moraes; Senhor Diretor do Hospital Ana Neri, Professor Francisco Reis; um representante da Coordenação-Geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde; e um representante da Associação Baiana de Pessoas com Doenças Falciformes – ABADFAL. **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 – EXTRAPAUTA -REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 44, de 2013.** Requeremos, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, em atenção à proposta apresentada por meio do Portal e-Cidadania do Senado Federal, para incluir o fisioterapeuta na Norma Regulamentadora 4 (NR4), que trata de Serviços Especializados de Segurança em Medicina do Trabalho nas empresas públicas e privadas. Os nomes dos convidados serão encaminhados posteriormente à Secretaria da Comissão. **Autoria:** Senadora Ana Amélia e outros. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores: Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, João Alberto Souza, Paulo Davim, José Pimentel, Sergio Souza, Benedito de Lira e Cyro Miranda e as Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Lídice da Mata e o Senador Waldemir Moka, Presidente da CAS. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor

Presidente, Senador **Waldemir Moka**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Waldemir Moka**

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais
(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A presente reunião destina-se à apreciação de dez itens conforme pauta previamente divulgada, sendo três não terminativos e sete terminativos.

Antes de iniciar a nossa reunião, quero dizer que o Congresso Nacional recebeu nessa segunda-feira, dia 5 de agosto – lamentavelmente, em função de compromissos anteriormente assumidos, eu não pude estar presente –, um projeto de lei complementar de iniciativa popular para aumentar o orçamento da rede pública de saúde. Lembrando que em uma audiência pública em que estive presente, nesta Comissão, o chamado movimento Saúde+10 disse que iria coletar essas assinaturas. Portanto, fico muito à vontade, porque esta Comissão desde o início se manifestou favoravelmente e hipotecou total e irrestrita solidariedade a esse projeto de cunho popular.

É uma proposta que reuniu quase dois milhões de assinaturas e foi entregue por representantes da sociedade civil com o apoio da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Pelo texto, o Governo deverá aplicar 10% da receita corrente bruta no SUS, excluídas restituições do Imposto de Renda.

Quero lembrar que o Congresso já apreciou a chamada Emenda nº 29 e, lamentavelmente, deixou de fora o Governo Federal.

Segundo dados do Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública Saúde+10, com a aprovação do projeto o Governo teria que desembolsar cerca de 40 bilhões a mais do que investe hoje no SUS.

Em 1995, os gastos federais em saúde representavam 11,7% da receita corrente bruta da União; em 2011, somavam apenas 7,5%. Veja a diferença. Isso tudo na mesma base de cálculo.

As perdas acumuladas ao longo dos anos, do ano 2000 para cá, somam cerca de R\$180 bilhões.

Vale lembrar que em 2011 foi aprovado o projeto de lei complementar que regulamenta a Emenda Constitucional nº 29, sancionada em janeiro de 2012. Os Estados mantêm-se obrigados a investir 12% da arrecadação com impostos, e os Municípios, 15%. É aí que está a chamada injustiça. Quer dizer, obrigam-se os Municípios, obrigam-se os Estados, e o Governo Federal, que é quem fica com a maior parte da arrecadação dos impostos, não tem obrigação de investir nenhum percentual.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Presidente Moka, e nesses sete alguma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – 7,5%.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Isso. Já está incluso o que os Municípios investem também. Isso é a média.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Isso é a média.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Veja que a União investiu muito menos ainda do que esses sete. O cálculo que temos do que a União está investindo é algo por volta de 5%. Porque se contar que são 15% dos Municípios e 12% dos Estados, para dar essa média de sete, eles investiram muito menos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Claro que a saúde tem vários problemas, sabemos disso. São problemas de gestão, a questão de recursos públicos, mas fundamentalmente temos um subfinanciamento da saúde, porque o Governo Federal, no início do SUS, já chegou a fazer um aporte do total de recursos que representava 73%; hoje, esse aporte representa 43%. É evidente isso.

Por isso eu acho que agora, com essa coleta de quase dois milhões de assinaturas, o Congresso vai ter de corrigir essa falha e realmente destinar um percentual. O projeto fala em 10%. É claro que aqui nós criamos uma Subcomissão especial. O Senador Humberto Costa tem uma proposta e vai apresentá-la a esta Comissão e nós vamos debater o assunto.

Mas eu quero registrar que foi entregue esse projeto chamado popular, com praticamente dois milhões de assinaturas.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Presidente, como eu tenho outro compromisso em outra Comissão, gostaria de propor a V. Ex^a a inversão da pauta para que nós pudéssemos apreciar o item 3, considerando que dos itens 2 e 1 os Relatores ainda não se encontram aqui.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Nós vamos de imediato, então.

Eu só queria ainda fazer um registro de uma questão importante. O Estatuto da Juventude, aprovado por esta Comissão de Assuntos Sociais e pelo Plenário do Senado, no primeiro semestre, foi sancionado, nesta segunda-feira, pela Presidente Dilma Rousseff. O Relator do Estatuto da Juventude está aqui; é o Senador Paulo Paim.

Eu acho que esta Comissão deu uma importante contribuição, seja aqui na Comissão, seja na articulação para a aprovação disso no Plenário do Senado Federal.

O texto ficou dividido em dois grandes temas: Dos Direitos e Das Políticas Públicas de Juventude e Do Sistema Nacional de Juventude, ampliando os direitos fundamentais para garantir aos jovens maior acesso social e cultural.

Eu vejo essa como uma vitória da juventude, é claro, mas esta Comissão deu uma importante contribuição.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu também quero dizer que fiquei extremamente satisfeito em colaborar com o pedido de V. Ex^a em abrir mão para que tramitasse na nossa Comissão de Educação, para dar celeridade, já que V. Ex^a cumpriu todos os ritos e nós endossamos plenamente. Então, com isso, nós tivemos um sucesso em conjunto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Exatamente. Ele teria de passar por aqui, pela Comissão de Educação, pela Comissão do Senador Blairo Maggi, que é a do Meio Ambiente, e em todas as outras Comissões. Nós fizemos tudo numa única audiência pública e com isso, evidentemente, nós ganhamos tempo para aprovarmos ainda no primeiro semestre o chamado Estatuto da Juventude.

V. Ex^a deseja a palavra?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Governo/PT – CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, ainda sobre o seu comentário inicial da entrega das assinaturas pelo movimento Saúde+10 ontem, quando, por sinal, foi o Dia Nacional da Saúde. Oportunamente, foi entregue na Câmara Federal essa solicitação de iniciativa popular solicitando maior aporte de recursos públicos para a saúde, o que é um tema extremamente debatido na nossa Comissão. E

por isso mesmo, foi criada a Subcomissão para discutir o financiamento da saúde.

Eu acho que isso é oportuno, porque, na minha avaliação, os dois Ministérios, o da Saúde e o da Educação, interpretaram corretamente os clamores das ruas, mas infelizmente encaminharam de forma errada as soluções, porque o Saúde+10, que traz, dentre outras coisas, a preocupação em levar médicos para lugares de difícil provimento, esqueceu-se de um detalhe fundamental que é o financiamento da saúde.

Aliás, ele se esqueceu de ir ao cerne da questão.

Dentre outras impropriedades praticadas pela MP, como, por exemplo, provimento sem concurso público, desrespeito às obrigações trabalhistas, condições de trabalho, enfim, um montão de coisas, houve até mesmo a ampliação do curso médico sem uma discussão prévia do Conselho Nacional da Educação, sem discussão com as entidades de classe, sem discussão prévia com o Conselho Nacional de Residência Médica, com as universidades. Enfim, é essa miscelânea de soluções que, na minha avaliação, foram de certa forma até atabalhoadas. Mas um novo alento me traz saber que o Congresso Nacional, outra vez, terá uma oportunidade de uma discussão do cerne da questão da saúde pública no Brasil, que é o financiamento. Não se concebe a 7ª economia do mundo destinar apenas 3,7% do PIB.

Eu estive no Parlatino, em Cuba, e fui para conhecer que milagre era aquele de Cuba. Nós estivemos lá, onde o Senador Cyro estava também. Sabem qual era o milagre? O milagre é que lá se destinam 15% do PIB; o milagre é que eles têm uma saúde básica forte; o milagre é que Havana, uma cidade com dois milhões de habitantes, tem menos da metade da frota de Natal; e lá as leis são rígidas, os acidentes de trânsito são muito poucos, não entram drogas, problemas causados pela bebida são muito poucos, a violência entre as pessoas é praticamente inexistente, em função da rigidez das leis. Então, isso é que leva a uma saúde bem avaliada.

Não adianta fazermos interpretações equivocadas. Os indicadores não podem ser analisados isoladamente. Foi-nos dito lá “Ah, mas por que a expectativa de vida em Cuba é de 78 anos?” Olha, isso isoladamente não diz nada, até porque, no meu Estado a saúde está um caos, a prefeitura declarou calamidade pública na saúde, faltam condições em todo o Estado e o maior hospital público do Estado está falido, está um caos total; entretanto, o Rio Grande do Norte é o Estado de maior expectativa de vida no Brasil, onde há uma dissonância entre as condições de trabalho na saúde e a expectativa de vida. Então, são outros fatores que também interferem.

Portanto, eu acho que essas avaliações de indicadores e essa interpretação equivocada de alguns fatos, de alguns eventos acontecidos, sobretudo nas cobranças na saúde, precisam ser ponderadas e discutidas de uma forma mais ampla.

Mas fica aqui o meu alento e a minha inteira aprovação à iniciativa popular, até porque, na discussão da regulamentação, foram poucas vozes que defenderam os 10%.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vou colocar, para apreciação, o item 3 da pauta, cujo Relator é o Senador Benedito de Lira, que pediu a inversão da pauta em função de haver outra Comissão. Essas Comissões, lamentavelmente, sempre chocam o horário.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 131, DE 2013

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, em dobro, do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, das despesas incorridas com a contratação de empregados com mais de cinquenta anos de idade.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2013.

Observações: – *A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em Decisão terminativa.*

– *Votação simbólica* Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, compete a esta Comissão, nos termos do disposto no art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), emitir parecer sobre a presente proposição.

Não há nenhum óbice do ponto de vista formal ou material à aprovação da matéria. Ela está entre aquelas de competência legislativa de Parlamentar, não fere princípio geral de direito e está harmonizada com os ditames da boa técnica legislativa.

Relativamente ao mérito, na avaliação que cumpre a esta Comissão, temos que a iniciativa é medida necessária, e tende a ser mecanismo de contenção do processo de exclusão a que estão submetidos os trabalhadores acima de cinquenta anos.

É fato que as empresas tendem a substituir os trabalhadores com mais tempo de serviço, porque gradativamente se tornam mais dispendiosos, pois recebem salários maiores e, por consequência, consolidam encargos sociais mais pesados.

Assim, não é raro que profissionais experientes, com muitos anos de trabalhos dedicados a uma determinada empresa, se vejam numa contingência de desemprego, encontrando maiores dificuldades do que os mais jovens para se realocarem, acabando por aceitar colocações de menor qualificação e remuneração, por questão de sobrevivência.

Assim, a iniciativa que ora analisamos tem a virtude de romper esse ciclo vicioso, permitindo que as empresas deduzam de seu imposto de renda as despesas operacionais relativas a salários e encargos sociais desses funcionários, fazendo com que a experiência de que são portadores seja força produtiva bem aproveitada.

Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do PLS nº 131, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Para discutir, Senador?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu quero louvar o autor e o Relator Benedito de Lira pela iniciativa e pelo belo relatório e ainda tenho certeza de que não passaria na Comissão de Economia, mas acho que deveria ser progressivo, um percentual para 50 anos, 60 anos.

Acabo de receber o *e-mail* de um engenheiro de 57 anos, desempregado há dois anos e meio, com sérias dificuldades na recolocação no mercado de trabalho, pois no mercado há contratação de engenheiros recém-formados que são contratados com salários abaixo do piso da categoria. Por aí, vai. Então, é meritório. Pena que a gente não possa fazer uma escala porque, imaginem, com 50 e 50 e poucos anos sofrem essa discriminação, com 60 anos a coisa é muito pior. Hoje, com a longevidade, eu me sinto jovem como V. Ex^a. Nós estamos no vigor e no auge da nossa produtividade.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – V. Ex^a tem mania de me incluir na sua geração. Eu sou, pelo menos, dez anos mais novo que V. Ex^a, embora não pareça. Eu reconheço.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – A vida não lhe foi tão justa assim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É verdade, mas acho que o Senador Cyro Miranda faz uma abordagem muito... É verdade que hoje as pessoas...

Evidentemente, lembro-me que quando menino, uma pessoa com 60 anos era considerada uma pessoa velha, e hoje com 60 anos é muito nova. Eu acho que o projeto realmente tem esse mérito.

Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Queria reforçar o argumento do Senador Cyro Miranda.

De fato essa questão – e o Senador Paulo Paim também tem falado na questão da desaposentadoria – tem a ver com isso. Há uma transversalidade desse tema com a questão da taxa de longevidade dos brasileiros, homens e mulheres. Temos de nos atentar a isso e não perder a experiência que essas pessoas com maior capacidade podem ter, como aponta essa carta do engenheiro enviada ao Senador Cyro Miranda.

Queria aplaudir também a relatoria do Senador Benedito de Lira, dando meu integral apoio.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2013.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão que será terminativa naquela Comissão. Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 13, DE 2013

– Não Terminativo –

Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros Agrônomos ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal.

Autoria: Deputado José Chaves

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2013.

Observações: – A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

– Votação simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir o seu relatório.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente, Senador Waldemir Moka, caros

colegas Senadores e Senadoras, esta matéria já foi submetida à apreciação na Câmara dos Deputados e para evitar a delonga e a demora de uma matéria de interesse de categorias tão importantes como a dos engenheiros, dos arquitetos e dos engenheiros agrônomos, tratei, apesar de algumas sugestões de emendas, de manter o texto que veio da Câmara, para que seja mais rápida a tramitação da matéria.

Aqui na Comissão de Assuntos Sociais ela não é terminativa e ainda terá que ser submetida à Comissão de Constituição e Justiça. E lembro também que, na Câmara, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou integralmente esse texto.

Vou direto à análise do assunto, ressaltando a sua relevância.

Sem o trabalho relevante dos engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos, o desenvolvimento econômico seria impensável, e as políticas públicas, todas voltadas em última instância para o bem-estar social, não poderiam ser levadas a efeito.

Veja, no caso dos engenheiros, agora mesmo na questão dos programas que o Governo faz, o Minha Casa Minha Vida, o das grandes obras como Copa do Mundo, essas atividades, principalmente arquitetura e engenharia civil têm ganhado uma relevância extraordinária. Chegou ao ponto, em algum momento, em que se falou em apagão de mão-de-obra, até de importar não só médicos, mas outras categorias. Isso revela exatamente a necessidade de darmos a consistência, a segurança para as atividades envolvidas nessas respectivas áreas.

Se voltarmos o pensamento para a construção de um futuro mais próspero, precisamos cada vez mais contar com esses profissionais, responsáveis pela edificação de uma infraestrutura que permite o desenvolvimento em todos os sentidos, incluindo a sustentabilidade e todas as políticas com vistas a levar o Brasil a se tornar um País de primeiro mundo.

Tendo em vista a grandeza do trabalho desses especialistas já referidos, engenheiros civis, arquitetos e engenheiros agrônomos... E eu, especialmente, que sou de um Estado como V. Ex^a, Presidente, nosso querido Senador Waldemir Moka, Mato Grosso do Sul, Estados que têm a produção de alimentos, a produção agrícola com um avanço cada vez maior, graças à participação ativa e protagonista dos engenheiros agrônomos, sabemos o valor que essa categoria tem. Isso tem sido exatamente a base desse crescimento extraordinário, que é a grande máquina e motor que sustentam a economia brasileira.

Nosso superávit comercial está sustentado exatamente pela produção agrícola; e a produção agrícola se dá com avanço tecnológico aplicado por esses

especialistas que estão usando essas novas tecnologias. Então, queria dizer que sem o trabalho muito importante dos engenheiros, dos arquitetos e dos engenheiros agrônomos, o desenvolvimento econômico, a erradicação da pobreza e o estabelecimento de políticas públicas promotoras do bem comum seriam impossíveis. No âmbito desta Comissão, portanto, o projeto merece acolhida.

Meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2013, para o qual peço apoio dos colegas Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para discutir, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Quero parabenizar o autor e a Relatora Ana Amélia. Extremamente meritório e não podia ficar esquecido. A Senadora Ana Amélia foi muito feliz quando lembrou que hoje a necessidade dos engenheiros e arquitetos está tão grande que se pensou novamente em importar. Então, mais do que meritório, tem aqui a minha total aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Eu também queria fazer o registro em comum, mas acho que realmente é importante. A Senadora Ana Amélia foi muito feliz ao lembrar que nos Estados em que há essa vocação agrícola, além dos engenheiros civis e arquitetos, os engenheiros agrônomos têm um papel fundamental na pesquisa avançada, na tecnologia. Hoje, enfim, pegar uma máquina chamada agricultura de precisão é uma coisa fantástica, correção de solo; e também o avanço dos engenheiros nos últimos tempos.

Eu acho fundamental. É um projeto que tem todo o mérito.

Para discutir, Senador Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/PT – RS) – Não, nem vou discutir, Sr. Presidente. Só para descargo de consciência, a orientação que recebo do Governo é pela rejeição do projeto e o argumento mais forte de três laudas é quanto à inconstitucionalidade.

Como aqui não é terminativo, não estamos discutindo essa questão, vou acompanhar a Relatora e a Comissão correspondente faça o debate no momento adequado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Na verdade, o mérito, aqui,

é o que nós temos que avaliar. Agora, essa questão constitucional não tem jeito. A CCJ não tem jeito de... porque fomos começar o debate a rigor desse jeito e a tramitação... todos os projetos teriam que... a primeira Comissão a ser...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/PT – RS) – Por isso eu disse que acompanharia a relatora. Os engenheiros e agrônomos, enfim, estavam aguardando a entrada de nossos Senadores. E coloquei para eles a minha posição de que acompanharia a relatora; e o debate sobre se é constitucional ou não se faria na CCJ, pelos argumentos que recebi aqui.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Está bom.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o relatório ao projeto permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2013. (Palmas.)

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde a decisão é terminativa e onde, evidentemente, será discutida essa questão da constitucionalidade.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu sou Relator do item 9 e é terminativo. Nós estamos com outras duas Comissões em andamento: a Comissão da CCJ com sabatina de uma indicada ao CNJ e também a Comissão de Infraestrutura. E eu preciso me deslocar até a CCJ.

Indago a V. Ex^a, com anuência dos colegas, se não poderíamos, no caso de termos quórum, ir para o item 9, que é terminativo?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com mais um Senador nós adquirimos quórum para os terminativos. Mas eu avalio que se o próprio Plenário concordar, V. Ex^a faz a leitura. E imagino que nossa assessoria também já tenha informação de que teremos o quórum. Então, se o Plenário permitir a inversão, V. Ex^a faz a leitura do item 9 da nossa pauta.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – É um relatório bem rápido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) –

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 406, DE 2008

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.630, de 1993, para revigorar a cobrança do Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso – AITP, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Ada Mello

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2008.

Observações:

– Em 26.03.2013, a Comissão de Assuntos Econômicos e,

Em 05.06.2013, a Comissão de Serviços de Infraestrutura aprovaram Pareceres pela recomendação de Prejudicialidade do Projeto.

– Votação nominal.

Eu concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, agradeço a deferência face à instalação de outras Comissões, passo ao relatório.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 406, de 2008, de autoria da Senadora Ada Mello, tem o escopo de revigorar a cobrança do Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso (AITP), instituído pela Lei nº 8.630, de 1993, e cuja vigência expirou em 31 de dezembro de 1997.

O Projeto em apreço busca reativar mecanismo de cunho indenizatório como forma de garantir o direito de trabalhadores portuários avulsos que requereram o cancelamento de seu registro profissional, nos termos do art. 58 da Lei nº 8.630, de 1993. Tais trabalhadores devem já estar devidamente cadastrados e com a Autorização de Pagamento emitida pelo Banco do Brasil, devendo ainda declarar que não ingressaram nem ingressarão em juízo para discutir qualquer aspecto da indenização.

A proposição foi distribuída à Comissão de Assuntos Econômicos, à Comissão de Serviços de Infraestrutura e à Comissão de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa sobre a matéria.

Em 26 de março de 2013, foi aprovado na CAE parecer pela prejudicialidade do PLS 406, de 2008, e das Emendas 1 e 2 a ele apresentadas.

Em 5 de junho de 2013, foi aprovado, na Comissão de Infraestrutura, parecer que também conclui pela prejudicialidade da matéria.

Passo, então, à análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 22, inciso I, da Constituição Federal, cabe à União legislar sobre direito do trabalho, motivo pelo qual a questão relativa ao restabelecimento do AITP (Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso) inclui-se na competência legislativa do mencionado ente federado.

Além disso, não trata de matéria cuja iniciativa seja reservada ao Presidente da República, aos Tribunais Superiores ou ao Procurador-Geral da República, motivo pelo qual aos Parlamentares, nos termos do art. 48 da Constituição Federal, é franqueado iniciar o processo legislativo sobre a matéria.

No tocante à atribuição da CAS para examinar a proposição, o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a ela confere tal prerrogativa.

Ressalte-se, ainda, que não se trata de questão cuja disciplina exija a aprovação de lei complementar, motivo pelo qual a lei ordinária é o instrumento apto à inserção do tema no ordenamento jurídico nacional.

Entretanto, em face da promulgação da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, fruto da conversão da Medida Provisória nº 595, de 6 de dezembro de 2012, e do disposto no art. 334, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a proposição resta prejudicada, pois o citado diploma legal, em seu art. 76, inciso I, revoga a Lei nº 8.630, de 1993, cuja alteração era buscada pelo projeto de lei em exame.

Ante o exposto, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2008.

Era o relatório e o voto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Encerrada a discussão.

É declarado o projeto prejudicado, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado.

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2008.

Quem vota com o Relator vota “sim” para a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2008.

A votação é nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/PT – RS) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Governo/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Governo/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Governo/PSB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Governo/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Sérgio Souza é o Relator, voto conhecido.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com o Relator e pedindo ao Relator que fique presente para que o quórum permaneça, pois o meu item 5, que já foi lido, será votado em seguida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço a contribuição de V. Exª.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – O pedido de V. Exª será atendido, Senador Cyro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Está nomeado o fiscal do quórum do nosso Plenário.

Resultado: aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2008.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O item...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Governo/PT – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senadora Angela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Governo/PT – RR) – Quanto ao item 10 da pauta, Sr. Presidente, também já foi lido o relatório e eu gostaria que ele fosse colocado para que pudéssemos votar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Nós temos aqui, veja bem, o item 8 e o item 10, que foram lidos, e só está faltando a votação. E temos também o do Senador Cyro Miranda da mesma forma. Então, vou colocar esses três projetos em votação para que já haja um avanço grande na pauta.

Mas, antes, quero ler o seguinte:

A Presidência comunica que, no dia 22 de julho do corrente ano, o Presidente do Senado distribuiu a esta Comissão de Assuntos Sociais Sugestão nº 10, de 2013, de iniciativa do cidadão Tiago Amaral, propondo a realização de audiência pública sobre a inclusão do fisioterapeuta na Norma Regulamentadora nº 4 do Ministério do Trabalho.

O tema proposto foi apresentado por meio do Portal e-Cidadania, disponível no site do Senado Federal, e teve apoio superior a dez mil manifestações individuais da sociedade civil.

O Portal e-Cidadania é um instrumento de interação do Senado com a sociedade, por meio de Internet e das redes sociais, especialmente voltado para o debate do sistema legislativo e para fomentar o diálogo resultante da representatividade parlamentar.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Primeiro, queria saudar a Presidência da CAS e a assessoria da nossa querida Dulcília, pela eficiência nessa interatividade de audiência da sociedade com o trabalho da Casa. Isso é extremamente relevante. Aliás, quando discutimos aqui a questão das motocicletas, dos acidentes, foi o momento de maior demanda e de interesse do assunto.

Nesse também há uma grande demanda. Acho que todos aqui somos usuários dos serviços dos fisioterapeutas. Como não há, no Regimento – penso –, uma possibilidade de que o cidadão, mesmo com, digamos, hoje, o processo democrático, faça ele um pedido e requeira, porque não há a previsão disso no Regimento, queria verbalmente requerer a audiência pública que está sendo solicitada pelo cidadão Tiago Amaral, que não conheço, para essa audiência pública.

Subscribo, como Senadora, e posso fazer isso, para realizar a audiência pública requerida por ele. Penso dessa forma.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Também, na mesma linha da Senadora Ana Amélia, essa é uma profissão para a qual precisamos dar a atenção devida e gostaria de subscrever esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Na verdade, eu iria propor que a Comissão de Assuntos Sociais pudesse fazê-lo, em nome da Comissão, mas, claro, tendo, como primeira subscritora, a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Estamos ouvindo a voz das ruas.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A minha assessoria também tem mantido contato e acho que isso é superimportante e nós queremos realmente...Então já vamos fazer essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O item nº 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 294, DE 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a execução de ações voltadas para a promoção da alimentação saudável.

Autoria: Senador Gim

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2012.

Observações:

– Em 25.04.2013, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou Parecer Favorável ao Projeto.

– Em 10.07.2013, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

– Votação nominal.

Eu já havia encerrado essa discussão. Portanto, temos é que colocar em votação, que será nominal.

Desculpe-me, a Dulcília me informa que essa discussão foi apenas adiada. Não havia encerrado. Portanto, em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Como vota o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/PT – RS) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com a Relatora, Senadora Angela Portela. Voto conhecido.

Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Governo/PDT – BA) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Governo/PSB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Governo/PSB – BA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Resultado: o Projeto de Lei do Senado nº 294/2012 foi aprovado. Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 269, DE 2007

– Terminativo –

Institui o Cartão de Seguridade Social (CSS), altera dispositivos a respeito do registro de empregados e dá outras providências.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatoria: Senador Casildo Maldaner (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2007.

Observações:

– Em 28.05.2013, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou a recomendação de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2007.

– Em 17.07.2013, o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais designa Relator “ad hoc” o Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador Casildo Maldaner. Lido o Relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria.

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para fazer alguma consideração se julgar necessária.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/ PT – RS) – Uma frase só Senador. Só uma homenagem ao Senador Sérgio Zambiasi pela iniciativa do cartão de seguridade que na época do Ministro Pimentel foi praticamente implementado via sistema *on-line* de Internet. Enfim, a ideia de S. Ex^a foi aproveitada, por isso o projeto está prejudicado, mas fica aqui a homenagem à iniciativa desse sistema, que surgiu por parte do Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em votação.

Senador Paulo Paim, Relator *ad hoc*, voto conhecido.

Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Governo/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Governo/PDT – BA. *Fora do microfone*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Governo/PSB – DF. *Fora do microfone*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka – Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. *Fora do microfone*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Governo/ PV – RN. *Fora do microfone*) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Governo/PSB – BA. *Fora do microfone*) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR. *Fora do microfone*) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aprovada a declaração de prejudicialidade do projeto de Lei do Senado nº 269, de 2007.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) –Item 5 da pauta:

ITEM 5

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2010

– Terminativo –

Ementa do Projeto: *Dispõe sobre a instalação e manutenção de cercas eletrificadas ou energizadas.*

Autoria do Projeto: Deputado Silvinho Peccioli
Relatoria do Projeto: Senador João Alberto Souza (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senador Cyro Miranda
Observações:

– Em 17.07.2013, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 2-CI-CAS (Substitutivo), com a Subemenda nº 1-CAS, ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2010.

– Ao Substitutivo poderão ser oferecidas Emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2010, é dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 150, DE 2010

– Terminativo –

Dispõe sobre o exercício da profissão de Oleiro ou Ceramista.

Autoria: Deputado Wandenkolk Gonçalves

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2010.

Observações: – *Votação nominal.*

Eu pergunto se o Senador Paulo Paim pode relatar como Relator *ad hoc*?

Então, nomeado o Senador Paulo Paim como Relator *ad hoc*. Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/PT – RS) – Eu vou tentar simplificar.

Sr. Presidente, o projeto conforme descreveu V. Ex^a, que vem da Câmara dos Deputados, dispõe sobre o exercício da profissão de oleiro ou ceramista.

O Senador Suplicy deu parecer pela rejeição do projeto de lei, no entendimento que o mesmo teve, em um debate já feito. Vou simplificar, porque tenho mais ou menos acompanhado essa questão das profissões.

O Senador entendeu que o projeto não poderia ser aprovado na forma como se encontra porque não atende a todos os requisitos levantados pelo próprio Ministério do Trabalho. Por isso, o voto do próprio Senador Eduardo Suplicy foi pela rejeição do projeto em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) –Em discussão o projeto cujo Relator é o Senador Eduardo Suplicy, mas o Senador Paulo Paim é o Relator *ad hoc*, e o relatório é pela rejeição. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Eu quero só alertar que quem vota com o Relator vota, portanto, “não”, pela rejeição do projeto. (Pausa.) (Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É que eu aguardo a Senadora Vanessa Grazziotin, que está só dando uma entrevista. Acho que podemos colher o voto dos demais aqui. Então, por favor.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/PT – RS) – Acompanho o Relator, que foi o Eduardo Suplicy. E eu fui *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Voto conhecido.

Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Governo/PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Governo/PDT – BA. *Fora do microfone*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Vanessa está ainda dando entrevista.

Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Governo/PSB – BA. *Fora do microfone*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN. *Fora do microfone*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR. *Fora do microfone*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin, deixe-me atualizá-la, em função de V. Exª estar dando uma entrevista ao vivo aqui.

O Senador Eduardo Suplicy foi Relator de uma matéria que trata da profissão de oleiro ou ceramista. O relatório do Senador Eduardo Suplicy, que foi lido pelo Senador Paulo Paim, é pela rejeição, porque no relatório o Senador Eduardo Suplicy diz que a matéria não contempla os requisitos do Ministério do Trabalho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/PT – RS) – E ainda cria, como li aqui, Sr. Presidente, uma série de obstáculos, porque esse profissional terá que possuir curso técnico, o que vai tirar da praça milhares e

milhares de artesãos que atuam nessa área, segundo o próprio Relator, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em se tratando do Senador Eduardo Suplicy, nessa área como em outras, acho que é um relatório que tem toda a credibilidade.

Então, V. Exª, se acompanhar o voto estará votando “não”, rejeitando o projeto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Governo/PCdoB – AM) – Exatamente, com o argumento...

Primeiro, quero agradecer toda essa preocupação e atenção que tiveram comigo. Muito obrigada, Presidente. Obrigada aos Senadores e às Senadoras pela atenção.

Mas, como V. Exª disse, partindo de um relatório do Senador Eduardo Suplicy e tendo o Senador Paulo Paim como Relator *ad hoc*, obviamente eu acompanho o voto desses dois competentíssimos e compromissados Senadores.

Então, voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, a Senadora Vanessa Grazziotin também vota com o Relator *ad hoc*.

Resultado.

Rejeitado o projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2010.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Do item 2 a Relatora é a Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 699, DE 2011

– Não Terminativo –

Disciplina a utilização de coletes à prova de balas por profissionais que fazem cobertura jornalística e acompanham operações policiais.

Autoria: Senador Vital do Rêgo.

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy (Substituído por *Ad Hoc*).

Relatoria Ad Hoc: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 699, de 2011.

Observações: – Em 10.07.2013, o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais designa a Senadora Vanessa Grazziotin Relatora “*ad hoc*”, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.

Lido o Relatório, é concedida Vista Coletiva aos Senadores Paulo Davim e Jayme Campos, nos termos regimentais.

- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em Decisão Terminativa.
- Votação simbólica.

Consulto o Senador Paulo Davim se há alguma manifestação em decorrência do pedido de vista.

É o item 2 da pauta. A página é 21.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não. V. Ex^a relatou, houve um pedido de vista coletiva, o Senador Jayme Campos...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Governo/PCdoB – AM) – Eu gostaria, Sr. Presidente, se possível...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não. Então, não há por parte do Senador Paulo Davim nenhuma consideração. Eu concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para as considerações que julgar necessárias.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Governo/PCdoB – AM) – É muito rapidamente, Sr. Presidente.

É muito ruim apresentar, mesmo tendo sido eu Relatora *ad hoc*, um projeto pela rejeição, um projeto de lei de iniciativa de um Parlamentar, de um colega. Nunca é interessante que se faça isso.

Entretanto, no caso específico, como o projeto prevê que a Polícia Federal forneça o colete à prova de balas para os jornalistas que acompanhem ações policiais, isso poderia levar a uma observação ou a uma conclusão de que a responsabilidade pela integridade física do jornalista passe a ser da polícia. Então, acho que seria interessante que o nobre Relator, o Senador Vital do Rêgo, pensasse em outra iniciativa diferente dessa, em que a responsabilidade fosse do órgão ou da empresa onde o jornalista tivesse vínculo empregatício e jamais da polícia, Sr. Presidente.

Por isso acompanhei o voto do Relator, mantenho-o pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Continua em discussão. (Pausa.) Encerrada a discussão.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que acompanham o voto da Relatora *ad hoc* permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o relatório, ele passa a constituir parecer da Comissão, que é contrária ao Projeto de Lei do Senado nº 699, de 2011.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão que lá será terminativa.

Nós temos ainda dois itens, mas o Senador Humberto Costa e o Senador Armando Monteiro...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Governo/PSB – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – ...embora já tenham sido lidos, também. Mas agora não temos quórum e eu concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata, porque nós temos os requerimentos da Senadora e eu vou colocá-los em votação.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 41, DE 2013

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais – CAS, com vistas a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 74 de 2011 (PL 06049 de 2005, na origem), de autoria do Deputado Alex Canziani, que Dispõe sobre a regulamentação da profissão de cozinheiro, com a participação dos seguintes convidados: Senhor Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio José Domingues de Oliveira Santos; Senhor Presidente da Associação de Bares e Restaurantes – ABRASEL, Paulo Solmucci Júnior; Senhor Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, Moacir Roberto Tesch Auersvald; e Senhor Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Refeições de Campinas e Região – SINTERCAMP, Paulo Eduardo Ritz.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 42, DE 2013

Requeiro, na forma do disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para promover consulta junto a entidades da sociedade civil, órgãos públicos e organismos internacionais a respeito da proposta de instituição, por lei, de

uma semana voltada à conscientização dos cuidados a serem garantidos às crianças de 0 a 24 meses (bebês), inclusive o do aleitamento materno. Também se devem debater as ações a serem realizadas durante esse período para alcançar, do modo mais amplo e efetivo, os resultados almejados. A título de sugestão, apresentamos o seguinte rol de entidades para que sejam convidadas a se fazer representar na referida audiência pública: Rede Nacional da Primeira Infância (RNPI); Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê (ABEBÊ); Ministério da Saúde (MS); Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR); Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef); Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

Autoria: Senadora Lídice da Mata

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 43, DE 2013

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V da Constituição Federal, e nos arts. 90, incisos II, V e XIII, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Diligência na cidade de Salvador – BA, com o objetivo de discutir do Projeto de Lei da Câmara nº 133 de 2011 (PL 07209 de 2010, na origem), de autoria do Deputado Ricardo Berzoini e outro(s) Sr(s). Deputado(s), que Acrescenta o art. 59-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o direito à informação do segurado do Regime Geral de Previdência Social, quanto a resultados de exames médico-periciais para concessão de auxílio-doença; do Projeto de Lei do Senado nº 389 de 2012, de autoria do Senador Waldemir Moka, que Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, para conceder benefício mensal à pessoa portadora de doença hereditária associada a fatores raciais, e altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para incluir a doença falciforme e outras hemoglobinopatias entre as doenças e condições cujos portadores são beneficiados com a isenção do cumprimento de prazo

de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez; e do Projeto de Lei do Senado nº 174 de 2013, de autoria da Senadora Ana Amélia, que Altera o caput do art. 45 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor sobre o acréscimo do benefício para o segurado diagnosticado com doença grave, que tramitam em conjunto, com a participação dos seguintes convidados: Senhor Diretor do Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz (Fiocruz Bahia), Mitermayer Galvão dos Reis; Senhor Diretor do Instituto de Saúde Coletiva – ISC, da Universidade Federal da Bahia – UFBA, Eduardo Luiz Andrade Mota; Senhora Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) Salvador, Maria do Carmo Brito de Moraes; Senhor Diretor do Hospital Ana Neri, Professor Francisco Reis; Um representante da Coordenação-Geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde; e Um representante da Associação Baiana de Pessoas com Doenças Falciformes – ABADFAL.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 44, DE 2013

Requeremos, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, em atenção à proposta apresentada por meio do Portal e-Cidadania do Senado Federal, para incluir o fisioterapeuta na Norma Regulamentadora 4 (NR4), que trata de Serviços Especializados de Segurança em Medicina do Trabalho nas empresas públicas e privadas. Os nomes dos convidados serão encaminhados posteriormente à Secretaria da Comissão.

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Governo/PSB – BA) – Apenas para sugerir esse encaminhamento, Presidente, e pedir o apoio das Sr^{as} e dos Srs. Senadores para as nossas proposições.

Trata-se de requerimento solicitando audiências públicas para que nós possamos instruir projetos de votação nesta Comissão. É o caso do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de autoria do nobre Deputado Alex

Canziani – que tive como companheiro de trabalho na Comissão, um grande Deputado –, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de cozinheiro.

Nós precisamos de uma audiência pública entre os representantes do empresariado do setor de turismo, da Abrasel e também dos trabalhadores; especialmente dos trabalhadores.

Também outra audiência pública conjunta, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e da Comissão de Assuntos Sociais – também apresentei lá –, para que nós possamos debater junto à sociedade civil e organismos internacionais a instituição, por lei, de um projeto de lei de uma semana voltada à conscientização dos cuidados a serem garantidos às crianças de zero a 24 meses, inclusive o aleitamento materno. Há uma recomendação da CCJ, no caso, para que essas proposições passem por um debate maior, por isso, a indicação.

E a outra, Sr. Presidente, é o caso de uma diligência na cidade de Salvador para que possamos instruir um projeto de sua autoria, extremamente importante, que dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências, para conceder benefício mensal a pessoa portadora de doença hereditária associada a fatores raciais, e altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para incluir a doença anemia falciforme ou a doença falciforme, e outras hemoglobinopatias, entre as doenças e condições cujos portadores são beneficiados com isenção do cumprimento de prazo de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

Acoplado a isso, também o projeto da Senadora Ana Amélia, que dispõe sobre o plano de benefício da Previdência Social para o acréscimo de benefício para assegurados diagnosticados com doença grave, que tramita em conjunto; e até mesmo o projeto do Deputado Ricardo Berzoini na mesma direção.

Portanto, no sentido de que possamos ter essa audiência pública, na Bahia já há uma mobilização para essa diligência dos especialistas no atendimento à anemia falciforme em nosso Estado – creio que vai ser uma audiência importante – para que possamos tê-la aqui, no Senado, registrados seus resultados.

Então, eu agradeceria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/ PMDB – MS) – Penso que a Senadora Lídice da Mata já falou sobre a importância dos três requerimentos.

Consulto o Plenário se posso fazer a votação dos três requerimentos em globo, dos três requerimentos da Senadora Lídice da Mata, que acabou de dar todas as justificativas sobre a importância de se realizar essas

audiências públicas, em especial, uma, em Salvador, que, na verdade, é uma diligência.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que aprovam os três requerimentos permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados os três requerimentos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco Governo/PSB – BA) – Obrigada.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka, Bloco Maioria/ PMDB – MS) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Estamos já na primeira semana de agosto, dia 7, e vamos ter um mês complicado, vamos ter uma agenda pesada no plenário, e eu queria, aproveitando aí os requerimentos da Senadora Lídice da Mata...

É que V. Ex^a deve ter uma grande dificuldade de fazer o agendamento das audiências públicas requeridas. Há audiências que foram solicitadas já no primeiro semestre, se puder, alguma delas... Eu chamaria a atenção, Presidente, para uma audiência que é de apenas uma autoridade, o Presidente da Previc, que trata dos fundos de pensão.

Essa é uma área muito sensível. Quando fiz o requerimento, já comecei a receber, nas redes sociais, uma demanda muito grande. Como é uma coisa mais simples, é apenas o Presidente da instituição... O Senador Paim está envolvido, o Senador Alvaro Dias, com o negócio do Fundo Aerus, e ele é o ponto de partida até dessas preocupações com os demais fundos de pensão.

Aliás, lembro bem do Senador Paim, no início do mandato, muitas audiências debatendo esse tema com o pessoal de portos, o pessoal de vários fundos de pensão, que envolve o patrimônio dos trabalhadores. Então, penso que é a hora oportuna de evitar um problema maior de um prejuízo ao patrimônio dos trabalhadores na aplicação do recurso destinado a fazer o fundo que vai fazer a aposentadoria complementar, que é a natureza do fundo de pensão.

Tem-se notícia de algumas aplicações grandes e que provocaram perdas ao fundo. Então, é exatamente trazer a autoridade da Previc, para avaliarmos qual é a política de aplicações. A nossa preocupação não é polemizar, mas ter uma visão clara, uma transparência disso, para garantir o direito dos trabalhadores nesses fundos de pensão.

Então, eu penso, são todos, não só das estatais, mas do setor privado também, a Petros, a Previ, o fundo da ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) e tantos outros fundos. A Codesul tem fundo de

pensão. Então, eu acho que é um momento oportuno. E apenas o Presidente da Previ, que é a autoridade máxima nessa área, para a gente ouvir. Então, eu queria chamar a atenção, e de outras audiências públicas que são solicitadas.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Uma informação, primeiro. A partir de quinta-feira... Nós precisamos de pelo menos uma semana para organizar a audiência. Então, eu estou colocando já aqui, se a Senadora Ana Amélia concordar, que essa audiência do Presidente da Previ seja quinta-feira da próxima semana. Não vamos fazer na quarta-feira, porque aí prejudicamos a nossa reunião ordinária. Então, quinta-feira da semana que vem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu alerto, Presidente, para que quinta-feira da semana que vem há a posse do Presidente do Paraguai. Eu pertenço à Comissão de Relações Exteriores e, como sou requerente dessa Comissão, gostaria de estar presente. Além do mais, nessa mesma data, teremos reuniões com os dirigentes dos demais fundos de pensão. Então, eu queria receber os elementos primeiro. Então, se V. Exª puder...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pode ser também na outra terça. Sem ser na quinta-feira que vem, na próxima terça-feira. Dia 20.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Perfeito. Dia 20. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, está marcado. E eu vou, evidentemente, pegar todas as audiências... Faremos audiência pública terça-feira e quinta-feira; e, na quarta-feira, a nossa reunião ordinária.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Ótimo. Muito obrigada.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Governo/PSB – BA) – Sr. Presidente. Presidente!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, na mesma linha da Senadora Ana Amélia, eu também encaminhei junto a V. Exª... Devo ter uns dez pedidos de audiências públicas e sei das dificuldades, claro. Todos os Senadores querem as audiências públicas. Eu gostaria de ter um espaço com V. Exª – não precisa ser aqui, em público, mas não é que a gente não possa falar em público – no sentido de ver como é que a gente pode construir um calendário em que algumas dessas audiências públicas, que sejam consideradas de mais urgência, possam ser agendadas com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – V. Exª tem um número grande de pedidos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/PT – RS) – Grande, grande.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu peço a V. Exª, então, que encaminhe já a sua lista de prioridades, o que V. Exª julgar como primeiro, segundo... E eu já digo aqui, de antemão, que há uma dos aeronautas que já tem previsão, inclusive. Mas nós vamos discutir com a assessoria de V. Exª e, a partir daí, vamos tomar as providências.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Governo/PT – RS) – Só para o final, Sr. Presidente, quero lembrar que é tão importante a audiência proposta pela Senadora Ana Amélia que o Fundo Aerus está acampado dentro do Congresso. Ontem, eu consegui que eles não ficassem dentro do Senado. Saímos de lá às 23h. Fomos para a Câmara. Quero cumprimentar o Presidente da Câmara, que deu todo o apoio – deu lanche, água, deu assistência –, coisa que não aconteceu outras vezes, no passado, e eles ficaram, passaram a noite dentro do Nereu Ramos. E agora fiz contato com o Presidente Renan Calheiros, que também vai recebê-los. O Fundo Aerus é um desespero geral. Eles estão ganhando menos que um salário mínimo, muitos deles comandantes, pilotos de avião, que ganhavam um salário de R\$10 mil. Por isso, procede a iniciativa da Senadora Ana Amélia quanto a uma audiência pública para debater esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Governo/PSB – BA) – É só para solicitar a V. Exª a inclusão na pauta, em homenagem à Senadora Vanessa Grazziotin, da audiência em relação à duração da jornada de trabalho do farmacêutico. Embora nós não vamos impor à digníssima Senadora essa jornada de trabalho – ela, como farmacêutica –, ela é uma lutadora da categoria, e nós queremos aqui debater. Inclusive queremos substituir, porque já há algum tempo, nós tínhamos colocado como membro dessa audiência pública o Presidente do Ipea, que já mudou, então que apenas fizéssemos essa substituição pelo atual Presidente do Ipea, porque aqui ainda está o nome de Marcio Pochmann.

Eu acho até que poderíamos, quem sabe, Presidente, depois agrupar uma série de audiências públicas que sejam, talvez, menos problemáticas, e tentar ver se conseguiríamos fazer duas audiências públicas no mesmo dia, talvez uma de 9h às 11h, outra de 11h às 13h. Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lídice, nós temos

várias, mas nada que não resolvemos, se fizermos na terça-feira e na quinta-feira.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Governo/PSB – BA) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Nós resolveremos, com certeza.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Governo/PSB – BA) – Está certo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 63, DE 2010

– Terminativo –

Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.991, de 13 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências, para proibir a produção, a importação, a comercialização e a prescrição de anfetaminas no País.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Leitura do Relatório do Vencido pelo Senador Humberto Costa. (Pendente de Relatório)

Observações:

– Em 17.07.2013, a Comissão de Assuntos Sociais rejeitou o Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2010, por 11 (onze) votos NÃO e 1 (um) voto SIM.

– A Presidência designou o Senador Humberto Costa Relator do Vencido, nos termos do artigo 128 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao senador Humberto Costa para a leitura do Relatório do Vencido.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Governo/PT – PE) – Sr. Presidente; Srªs Senadoras, Srs. Senadores, por haver sido rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2010, contrariamente ao entendimento da Relatora e mediante designação da Presidência desta Comissão, apresento o seguinte relatório nos termos do que disciplina o art. 138 do Regimento Interno do Senado Federal.

O PLS nº 63, de 2010, de autoria do senador Marcelo Crivella acrescenta dispositivo à Lei 5.991, de 13 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos e dá outras provi-

dências para proibir a produção, a importação, a comercialização e a prescrição de anfetaminas.

A proposição foi distribuída às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e a de Assuntos Sociais (CAS), cabendo à última decidir terminativamente sobre a matéria nos termos do que preceitua o art. 91, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Na CAE, a proposição foi aprovada na forma da Emenda nº 1, CAE–Substitutivo, de Autoria da Senadora Rosalba Ciarlini. Designada Relatora da matéria na CAS, a Senadora Vanessa Grazziotin concluiu pela aprovação do PLS 63/2010, com emenda por ela apresentada, e pela rejeição da Emenda nº 1, da CAE–Substitutivo.

Em 17 de junho, na 33ª Reunião Extraordinária da III Sessão Legislativa da 50ª Legislatura, a CAS discutiu a matéria. Encerrada a discussão, o PLS 63/2010 foi submetido à votação nominal, tendo sido obtidos 11 votos contrários e um voto favorável ao seu prosseguimento. Assim, por tratar-se de matéria que se encontra em sede decisão terminativa nesta Comissão, a proposição foi rejeitada, restando prejudicada, por conseguinte, a Emenda nº 1, da CAE, de acordo com o que dispõe o art. 301 do Regimento Interno do Senado Federal.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Portanto, o chamado Relatório do Vencido, pelo Senador Humberto Costa.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo discussão, será apenas comunicada decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Então, informo que, na verdade, o parecer foi rejeitado (o projeto) e agora nós estamos encaminhando o Relatório do Vencido do senador Humberto Costa.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 6

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

TURNOSUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, DE 2005

– Terminativo –

Ementa do Projeto: Altera o artigo 134 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. (“As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período nos 12 (doze) meses subseqüentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito”).

Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim

TRAMITA EM CONJUNTO
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO
OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 286, DE 2007
– Terminativo –

Ementa do Projeto: Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a concessão de férias proporcionais.

Autoria do Projeto: Senador Valdir Raupp

Relatoria do Projeto: Senador Armando Monteiro

Observações:

– Em 17.07.2013, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2005.

Fica rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2007, que tramita em conjunto.

– Ao Substitutivo poderão ser oferecidas Emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral.)

A pauta está encerrada. Cumprimos a pauta.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente vai encerrar...

Antes, porém... Senador Humberto Costa, eu só gostaria de V. Ex^a... Em relação... Até porque foram entregues aqui quase dois milhões de assinaturas. V. Ex^a é o Relator da Comissão Especial que trata dessa questão do financiamento da saúde. V. Ex^a teria uma data? Porque a Comissão certamente vai ouvi-lo com relação a esse tema.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Governo/PT – PE) – Sim, Sr. Presidente. Inicialmente, muito obrigado pela oportunidade.

Eu quero relatar a V. Ex^a e aos membros desta Comissão os passos que foram dados. Na última segunda-feira, foram entregues um milhão, oitocentas e noventa mil assinaturas, havendo ainda um número de assinaturas que resta ser reunido para também ser entregue, em defesa de uma proposta de iniciativa popular que propõe 10% das receitas correntes brutas da União para a área da saúde.

Foi um evento importante muito participativo. O Presidente da Câmara recebeu e disse que daria o encaminhamento habitual. Encaminhou para uma Comissão da Câmara dos Deputados, mas disse que aguardaria a possibilidade de algum entendimento com o Governo Federal para o mais rapidamente possível colocar em votação.

Ele não deu ao projeto um regime de urgência urgentíssima. Por quê? Porque ao longo das últimas duas semanas, durante o recesso, tanto eu quanto o Deputado Rogério Carvalho, que é Relator na Câmara, tivemos algumas conversas com o Governo. E a partir dessas conversas, o Governo se mostrou sensível a fazer uma discussão sobre isso. Então, o Presidente da Câmara, provavelmente a pedido do próprio Governo, não deu de imediato o regime de urgência urgentíssima.

No dia seguinte, nós fomos ao Palácio do Planalto. O movimento Saúde+10 e mais o Deputado Rogério e eu. Fomos recebidos lá por quatro Ministros: Ministra da Casa Civil, das Relações Institucionais, da Saúde, e o Secretário-Geral da Presidência. Entregamos o documento, houve ali um debate e ficou definido que haverá uma comissão formada pelo Governo e a coordenação do Saúde+10, com a nossa participação, para tentar encontrar um caminho – digamos – consensual. Ficou estipulado que esse caminho consensual teria de ser buscado dentro de no máximo 20 a 30 dias. Não passaria dessa data. Não havendo entendimento, nós vamos votar aqui e lá na Câmara.

Hoje, nós teremos uma reunião dos dois Relatores com o movimento, para prepararmos essa reunião com o Governo, que tudo indica será amanhã pela manhã. Então, a nossa expectativa é de que possamos de fato avançar com isso. Se não houver avanço, vamos então partir para a votação da proposta que estamos terminando de relatar.

Era isso que eu queria comunicar a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu agradeço.

É importante e oportuno esse esclarecimento, até porque os membros desta Comissão certamente, assim como eu, estão sendo cobrados em função de qual caminho, agora, o Congresso pretende dar.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – É apenas um comentário curto.

Esse tema saúde, hoje, está em primeiro lugar no Brasil, parece-me. Está muito forte. Vamos votar isso e inserir no orçamento 10%? Como vamos resolver? Como vamos financiar a saúde?

Eu nunca me esqueço do debate que tivemos na casa do nosso Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, o último encontro com uns 12 ou 15 Senadores e a presença do Ministro Alexandre Padilha, questionando-se inclusive a vinda de médicos de outros países.

O noticiário tem informado, ontem e hoje, que setecentos e poucos Municípios – ou seiscentos – ainda continuam sem inscrição de ninguém. Quer dizer, está faltando médicos. E eu sei que naquele debate, à

noite – o Humberto Costa também estava, vários colegas daqui –, foi dito que se médicos brasileiros não se inscrevessem, daríamos preferência àqueles que são de países lusófonos, que conversem em língua portuguesa. Essa foi a preferência de como vamos encontrar esse caminho.

E o assunto é tão premente e palpitante que inclusive aqui nas comunicações sociais... Eu queria que o Cláudio... Onde está o Cláudio para ver aqui? Eu vi aqui... Estão chegando, olhe aqui! Chegando aqui, Presidente, olha: “Primeiro grupo de médicos cubanos já está chegando.” E aqui tem uma foto, ainda, aparecendo. Eu recebi hoje, nos assuntos sociais. Está entrando um caminhão aqui carregando socorro, levando os cubanos. Quer dizer, a primeira leva está chegando. Está nos Assuntos Sociais. Não sei se é ou não é. Então é muito premente hoje encontrarmos uma solução para isso, é um tema muito presente hoje no Brasil.

Apenas um comentário, porque já que é a Comissão de Assuntos Sociais e justamente na Casa de V. Ex^a houve um encontro com vários colegas e o Ministro da Saúde Alexandre Padilha.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Governo/PT – PE) – Só para lembrar, Sr. Presidente, hoje à tarde teremos a instalação da Comissão Mista que trata da Medida Provisória 621, que é exatamente a que define o programa Mais Médicos; então acho que, hoje, inclusive nessa discussão, já poderemos colocar essas dúvidas, pedir que o Ministério da Saúde esclareça.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Na verdade, o assunto está aqui, hoje, no Congresso, numa Comissão Mista, de deputados e Senadores, que vai tratar exatamente desse programa Mais Médicos, dentro dessa Medida Provisória. Acho que essa discussão se dará aqui mesmo, é uma discussão importante, não há como dizer que não há falta de médicos – estamos vendo a dificuldade –, mas acho que essa discussão é mais ampla, passa, sobretudo, por essa questão. Insisto em dizer que temos vários problemas, mas, na minha avaliação, todos eles são consequência do subfinanciamento da saúde. Aí começa uma série de outros problemas. Mas esse assunto será tratado aqui.

Agradeço ao Senador Humberto Costa e acho que estamos com o assunto aqui no Congresso e haveremos de encaminhar essas soluções.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada.

(Iniciada às 9 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 29 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 35ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e três minutos, do dia quatorze de agosto de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Waldemir Moka, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, João Alberto Souza, Paulo Davim, Cícero Lucena, Jayme Campos, Moza-rildo Cavalcanti, Vicentinho Alves, José Pimentel, Sérgio Souza, Benedito de Lira, Sérgio Petecão, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Ana Rita e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1 – SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 370, de 2007 – Não Terminativo – Autoria: Senador Edison Lobão. Dispõe sobre a regulamentação do exercício das profissões de Conservador– Restaurador de Bens Culturais e de Técnico em Conservação–Restauração de Bens Culturais. Relatoria: Senador Sérgio Souza. Relatório: Pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados e conseqüente manutenção do texto do Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007, aprovado pelo Senado Federal. Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir Parecer da Comissão contrário ao Substitutivo da Câmara dos Deputados e favorável ao Texto aprovado pelo Senado Federal ao Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007. A Comissão aprova, EXTRAPAUTA, o Requerimento nº 45, de 2013-CAS, de iniciativa do Senador Sérgio Souza, de urgência regimental para a matéria (art. 336, II, do RISF). ITEM 2– PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, de 2013 – Não Terminativo – Autoria: Senador Ruben Figueiró. Relatoria: Senador João Vicente Claudino. Cria a Guia Única do Trabalho Doméstico (GTD), estabelece alíquotas para as contribuições referentes ao contrato de trabalho domésti-

co e dá outras providências. Relatório: Pela recomendação de Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2013. Resultado: Aprovado Parecer recomendando a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2013. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. ITEM 3 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, de 2005 – Terminativo – Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim Ementa do Projeto: Altera o artigo 134 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. (“As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito”). TRAMITA EM CONJUNTO – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, de 2007 – Terminativo – Autoria do Projeto: Senador Valdir Raupp. Ementa do Projeto: Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a concessão de férias proporcionais. Relatoria do Projeto: Senador Armando Monteiro. Resultado: Não foram oferecidas durante o Turno Suplementar. O Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 62 de 2005 é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 4 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, de 2011 – Terminativo – Autoria: Deputada Laura Carneiro. Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de Guarda-Vidas. Relatoria: Senador João Durval. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2011, e da Emenda que apresenta. Resultado: Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a matéria é retirada de Pauta em virtude da aprovação EXTRAPAUTA do Requerimento nº 46, de 2013– CAS, de iniciativa do Senador Humberto Costa, solicitando Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2011, nos termos do artigo 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria fica sobrestada nos termos do artigo 335 do Regimento Interno do Senado Federal, aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna. ITEM 5 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, de 2013 – Terminativo – Autoria: Deputado Penna. Relatoria: Senador Paulo Davim. Dispõe sobre a regulamentação do exercício profissional de Designer e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 24 de 2013. Resultado: Retirado de Pauta em virtude da aprovação EXTRAPAUTA do Requerimento nº 47, de 2013-CAS, de iniciativa do Senador Humberto Costa, solicitando Audiência Pública para instrução

do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2013, nos termos do artigo 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria fica sobrestada nos termos do artigo 335 do Regimento Interno do Senado Federal, aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna. ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 406, de 2005 – Terminativo – Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Angela Portela. Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar, e promover ações para a alimentação e nutrição adequadas de crianças e adolescentes. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2005, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovada, em Turno Único, a Emenda nº 3-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2005. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. Poderão ser oferecidas Emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, de 2010 – Terminativo – Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para excepcionar os concedentes de estágios não-obrigatórios para estudantes de medicina do cumprimento de exigências com repercussões pecuniárias. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2010. Resultado: Adiado. ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, de 2010 – Terminativo – Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos a preço de custo a aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social e a lançar a diferença entre esse preço e o de mercado como despesa operacional da empresa. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2010, e das Emendas nºs 1 e 2-CAE. Resultado: Retirado de Pauta a pedido da Relatora. ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 244, de 2012 – Terminativo – Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Altera a Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, para permitir que a Mútua destine parte de sua arrecadação para medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultural do engenheiro e do engenheiro-agrônomo e para desenvolvimento de ações fiscalizadoras promovidas pelos Conselhos Regionais de Engenharia e

Agronomia. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2012. Resultado: Adiado. ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, de 2013 – Terminativo – Autoria: Senador Gim. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para tornar obrigatória a cobertura da internação domiciliar e da assistência em regime de hospital-dia, pelo plano-referência e pela segmentação que inclua internação hospitalar. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2013. Resultado: Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. EXTRAPAUTA – ITEM 11– REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 45, de 2013 – Autoria: Senador Sérgio Souza. Nos termos do disposto no art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos urgência para o SCD nº 370, de 2007. Resultado: Aprovado. ITEM 12 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 46, de 2013. Autoria: Senador Humberto Costa. Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de Audiência Pública para instruir o PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66 de 2011, que “dispõe sobre o exercício da atividade profissional de Guarda-Vidas”. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Resultado: Aprovado. ITEM 13 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 47, de 2013. Autoria: Senador Humberto Costa. Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de Audiência Pública para instruir o PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24 de 2013, que “dispõe sobre a regulamentação do exercício profissional de Designer e dá outras providências”. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores: Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, Casildo Maldaner, Paulo Davim, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Souza, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e as Senadoras Angela Portela, Vanessa Graziotin, Ana Amélia, Ana Rita, Lídice da Mata e o Senador Waldemir Moka, Presidente da CAS. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais
(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A presente reunião destina-se à apreciação de dez itens, conforme pauta previamente divulgada, sendo dois não terminativos e oito terminativos.

Eu só queria alertar que, hoje, depois da nossa sessão ordinária, nós teremos uma outra sessão em que nós vamos aprovar as emendas à LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias, que eu pedi que a Assessoria enviasse a todos os Gabinetes. Isso foi feito, e tomei o cuidado de que, se o próprio Senador não fosse contactado, fosse informada a chefia do gabinete. O prazo da Proposta de Emenda vence, e nós temos que aprovar hoje essas Emendas à LDO, para que a gente possa encaminhá-las até amanhã. Então, hoje, logo depois, haverá uma reunião.

Eu indiquei o Senador Casildo Maldaner para ser o Relator dessas Emendas, porque o Casildo é também membro da Comissão Mista do Orçamento na LDO.

Eu achei que a gente pudesse aproveitar, já que o Senador já faz parte da Comissão Mista do Orçamento, especificamente, e relata lá uma das questões da Lei de Diretrizes Orçamentárias, para que ele pudesse também relatar aqui.

Pedi que a gente fizesse todas as emendas, mas, oportunamente, a Presidência e o próprio Relator vão dizer os critérios adotados para a escolha das três emendas que serão selecionadas, sendo mais duas que podem também constituir, na prática, cinco emendas da Comissão de Assuntos Sociais à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Então, já ficam os Senadores pré-convidados para esta reunião.

ITEM 1
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
AO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 370, DE 2007
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a regulamentação do exercício das profissões de Conservador-Restaurador de Bens Culturais e de Técnico em Conservação-Restauração de Bens Culturais.
Autoria: Senador Edison Lobão

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados e conseqüente manutenção do texto do Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007, aprovado pelo Senado Federal.

Observações:

– Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza, para proferir o seu relatório.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, Sr^a Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado 370, de 2007, tramita há seis anos no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta matéria já tramita nas Casas do Congresso Nacional há anos. O relatório já foi distribuído e já é de conhecimento dos membros desta Comissão. Portanto, serei muito breve na apresentação do meu voto.

Antes, porém, gostaria de registrar os meus agradecimentos ao Presidente desta Comissão, Senador Waldemir Moka, por ter-me concedido a relatoria deste projeto. Gostaria também de parabenizar o Senador Edison Lobão, ora exercendo o cargo de Ministro de Estado de Minas e Energia, por ter apresentado uma proposição de tamanha importância para a área cultural e para a memória do nosso País.

Trata-se de apreciar o substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007, que objetiva regulamentar a profissão de conservador-restaurador dos bens culturais móveis e integrados, criar o Conselho Federal de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados e os Conselhos Regionais de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados.

Nos termos do disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais discutir e votar projetos de lei que versem sobre condições para o exercício de profissões.

O poder do Estado de interferir em determinada atividade para limitar seu livre exercício só se justifica se o interesse público assim o exigir. Nesse aspecto, o PLS 370, de 2007, atende plenamente essa exigência, eis que a profissão de conservador-restaurador de bens culturais móveis e integrados é de fundamental importância para a preservação de nosso patrimônio cultural e histórico.

O caráter multidisciplinar e extremamente técnico desse ofício exige do profissional não só o domínio de Ciências Exatas, como Química, Microbiologia e Física, mas também a compreensão de cada movimento

ou manifestação artística, além do conhecimento de tintas, texturas e técnicas usadas por artistas.

Relativamente ao substitutivo apresentado pela Câmara dos Deputados, temos restrições à sua adoção. Ao regulamentar uma determinada profissão, o legislador, geralmente, estabelece uma regra de transição, a fim de resguardar os direitos dos que já a exercem há algum tempo, em respeito à experiência por eles adquirida ou à formação em outros cursos específicos que frequentaram que não aqueles que passaram a ser exigido pela nova lei. Foi com essa percepção que esta Comissão de Assuntos Sociais, no ano de 2008, aprimorou o projeto original do Senador Edison Lobão, e, em caráter terminativo, o encaminhou para revisão da Câmara dos Deputados.

Entretanto, o substitutivo da Câmara promoveu profunda alteração no texto do Senado Federal, tornando a lei mais restritiva aos que já exercem a profissão. Causou-nos estranheza, por exemplo, o texto da Câmara ter excluído o aproveitamento dos que foram diplomados em cursos técnicos na área de conservação-restauração de bens móveis e integrados, com carga horária mínima de oitocentas horas. Sabe-se que esses profissionais não são muitos, no momento, e seu aproveitamento é imprescindível.

Também considero injustificada, Sr. Presidente, as disposições sobre o conservador-restaurador de nível técnico, que passaria a desenvolver suas atividades sob supervisão do profissional de nível superior. Essa mudança cria uma hierarquia e mostra-se inconveniente, pois, além de se exigir daquele profissional que à época da edição da lei esteja atuando na atividade de conservação e restauração de bens culturais há mais de cinco anos, determina ainda que ele terá o prazo máximo de três anos, após a aprovação da lei, para regularizar sua situação, após comprovação de ter sido aprovado em curso de ensino médio técnico de conservação/restauração.

Por fim, parece-nos de todo descabida a supressão dos artigos que tratam da autorização ao Poder Executivo para a criação, estruturação, funcionamento e composição do Conselho Federal de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados e de seus Conselhos Regionais.

Ora, para haver certeza de que a imposição de sanções será efetiva, essa regulamentação deve trazer a garantia de fiscalização sobre o exercício profissional, que, em nosso ordenamento jurídico, é executada por órgãos específicos, ou seja, pelos conselhos profissionais, cuja instituição também deve constar da lei reguladora.

Essa constatação deixa clara a inadequação do substitutivo da Câmara, vez que não haveria a fisca-

lização do exercício da profissão por parte do Poder Público, ante a absoluta ausência de sanções e de órgão fiscalizador.

Enfim, no momento em que se atribui ao conservador-restaurador de bens culturais móveis e integrados determinadas competências, há que se ter um órgão fiscalizador que passe a vigiar e acompanhar as atividades desses profissionais e, assim, garantir não só a excelência de seus serviços, mas também o exercício da profissão de conservação-restauração dentro de precisos e determinados parâmetros éticos.

Voto.

À vista do exposto, opinamos pela rejeição do substitutivo da Câmara dos Deputados e pela manutenção do texto do Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007, na forma em que foi aprovado pelo Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Para discutir o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, primeiro vou dizer que votarei favorável, mas lembro que eu particularmente não sou contra a regulamentação de profissão. Mas dentro do Governo há todo um debate, as profissões aqui são aprovadas por nós – inclusive por mim, encaminhei algumas – e o Governo veta.

Então o que o governo está pedindo muito, Sr. Presidente – e podíamos fazer de forma coletiva –, que a gente fizesse num certo momento – a combinar com V. Ex^a – uma audiência pública para discutir o tema, e partir daí nós teríamos, digamos, parâmetros definidos na questão da regulamentação das profissões.

Então eu não estou me posicionando contra. Inclusive, está aqui o documento que recebi do Governo. Seria importante nós fazermos um debate. Eu me lembro que em uma época fizemos isso lá na Câmara, e lá fizemos um tipo de protocolo. Desde que se preenchessem aqueles requisitos, seria mais fácil não ser vetado, e nós aprovarmos para valer.

Enfim, eu acompanho o Relator, mas com essa consideração rápida.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – V. Ex^a tem razão. Eu já discuti o tema aqui. Inclusive, estou formalizando, Senador Paulo Paim, uma audiência pública para a gente realmente discutir essa questão, porque não faz sentido. Em todos os últimos projetos que regulamentam profissões, sistematicamente há vetos do Governo. E o que mais chama a atenção é o argumento técnico colocado, realmente chama a atenção. Quer dizer, nós precisamos realmente debater e estabelecer um crité-

rio aqui de quando é que nós vamos poder apresentar, em que condições, quais os critérios, para a gente não ficar também criando ou gerando expectativa em determinados segmentos, e, depois de um processo, de uma tramitação às vezes até longa, não vê aquilo sendo realmente sancionado.

Passo a palavra para o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, eu concordo em tese com V. Ex^a, porque, na verdade, essa preocupação e a construção desses critérios deveria há muito tempo ter sido feita pelo Ministério do Trabalho.

Então, como existe uma omissão por parte do Ministério do Trabalho, eu acredito que a gente não pode penalizar os segmentos que se organizam, que querem, de certa forma, dar legalidade à sua atividade. Eu acho que penalizar esses segmentos e essas atividades também não é justo.

Então, na medida em que há uma omissão por parte do Ministério do Trabalho, eu acho que esta Casa, que é uma Casa do povo, é uma Casa que procura estabelecer justiça na medida do possível... Qual é o cidadão, qual é a cidadã que tem uma atividade e que não quer ver a sua atividade legalizada? A gente tem que analisar por esse lado também.

Eu até pensei, em certo momento, dessa forma, mas eu acho que a gente não pode ser a palmatória do mundo, Sr. Presidente. Esta Comissão não pode ser. A Comissão de Assuntos Sociais é a Comissão que tem, por tratar de assuntos sociais, tem que ter essa sensibilidade muito mais aflorada.

Então, na hora em que isso estiver de fato incomodando o Executivo, caberá ao Executivo estabelecer regras e parâmetros. Enquanto o Executivo não fizer isso, eu acho que a gente deve muito mais estar ao lado dos segmentos que se sentem de alguma forma prejudicados, pela ilegalidade da sua atividade, do que propriamente estar preocupado em criar situações que levem o Executivo a vetar.

A minha visão é essa, eu acho que esses segmentos que se organizam e buscam esta Casa no sentido de dar o mínimo de legalidade às suas atividades, eu acho que é louvável. Por isso, Sr. Presidente, eu me coloco a favor. Enquanto o Executivo não estabelecer que compete a ele, não a nós, estabelecer as regras, as normas e os parâmetros, eu acho que a Comissão deverá, sim, aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Na verdade eu não estou, absolutamente, querendo impedir a votação. Acho que nós vamos aprovar o projeto, que é legítimo. Estou dizendo que talvez, em função de sucessivos vetos, fosse o caso...

Eu já chamei a responsabilidade de fazer essa audiência pública para que a gente estabeleça alguns critérios. Agora, dentro desses critérios, os critérios absolutamente não vão cercear o direito. Até porque mesmo que a gente estabeleça critérios, qualquer Senador e qualquer Senadora vai continuar apresentando os projetos. Isso é legítimo. Só que a Comissão, a partir daí, poderia ter ou não alguns critérios objetivos para que a gente pudesse nortear também a nossa aprovação. Porque o argumento técnico diz o seguinte: “mas essa...” – não é o caso específico desse projeto, porque é até uma coisa bem específica essa profissão. Mas existem determinadas profissões que eles argumentam que já estão contempladas num segmento maior.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se V. Ex^a me permitir um pequeno aparte, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Claro, como não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Inclusive, nos argumentos – eu tenho aqui um documento –, há algumas profissões que são reservas de mercado. Significa demissão ou não permitir que estejam na atividade outros milhares e milhares. É só esse cuidado que nós queremos ter.

O Executivo, na verdade, o Ministério do Trabalho já tem critérios. Só que nós não estamos concordando com os critérios. Se seguir os critérios do Ministério do Trabalho, pode-se saber que tem que rejeitar todos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Todos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está aqui escrito. Então, se nós tivéssemos aqui um debate tranquilo... Eu quero concordar com V. Ex^a, ninguém está contra esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Votaríamos, com certeza, por unanimidade. Mas só levantamos a reflexão...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não, a discussão é oportuna.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... principalmente, eu diria, devido à reserva de mercado, que facilita para um grupo e prejudica outros tantos grupos.

Só vou dar um exemplo, se V. Ex^a permitir: eu sou relator de um projeto que regulamenta a profissão de historiador, em que eu achava que havia consenso, mas virou uma guerra, e o projeto está tramitando aí.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Relator Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu acho que estamos aqui discutindo duas coisas muito importantes. Ontem, ainda na Comissão de Assuntos Econômicos, nós travamos uma discussão da necessidade de atualizarmos o Regimento Interno. Em alguns projetos que são rejeitados na Comissão de Constituição e Justiça, por evidente vício de inconstitucionalidade, o Regimento determina que ele continue tramitando. É um verdadeiro desperdício de tempo de todos nós, aqui no Senado.

A nossa preocupação com relação à quantidade de vetos que o Congresso Nacional acaba recebendo por parte da Presidência da República é absurda. No entanto, era uma prática, e eu coloco isso no passado. Aquilo que não se acordava, não se ajustava dentro do Parlamento, depois se vetava, ia para uma gaveta e ficava lá por décadas até.

Agora, o Congresso Nacional resgatou o poder de dar a última palavra em processo legislativo. Nós não temos a exclusividade da iniciativa, que pode ser dos outros Poderes e pode também ser, inclusive, da população brasileira, mas o Congresso Nacional é, sim, a última instância para dizer sobre o processo legislativo, que é a análise dos vetos. E vamos analisar vários vetos, inclusive um deles que diz sobre a questão do médico.

Eu gostaria de rapidamente citar aqui que, nos últimos anos, várias carreiras foram criadas, assim como, por exemplo, o Conselho de Despachantes e Documentalistas, o Conselho de Medicina Veterinária, o Conselho de Corretores de Imóveis e o Conselho de Medicina, que foi através da Lei 11.000, de 2004. Acho que, de fato, há algumas profissões com que nós temos de ter um pouco mais de tato, mas essa profissão é tão específica, detém tanto conhecimento técnico... Estamos falando da preservação de um patrimônio do cidadão brasileiro, do povo brasileiro.

Peço a atenção de todos os Senadores e agradeço àqueles que se manifestaram positivamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Sérgio Souza, a discussão não surgiu em função especificamente deste projeto e deste relatório, que acho que é legítimo e que será aprovado, mas em função dos sucessivos vetos. V. Ex^a lembrou bem que o ciclo legislativo é: nós apresentamos a proposta, aprovamos, a Presidenta tem o preceito constitucional de vetar, mas o Congresso Nacional, no prazo de 30 dias, apreciará os vetos; quer dizer, aí, sim, vai se encerrar o ciclo.

Encerrada a discussão.

Em votação, o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer contrário da Comissão ao Substitutivo da Câmara dos Deputados e favorável ao texto aprovado pelo Senado Federal ao Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2007.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Na continuidade, nos termos do disposto no art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, eu requeiro a urgência para que esse projeto seja analisado rapidamente pelo Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em votação, o pedido de urgência.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o pedido de urgência.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 45, DE 2013

Nos termos do disposto no art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos urgência para o SCD nº 370, de 2007.

Autoria: Senador Sérgio Souza.)

Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria que V. Ex^a determinasse a retirada de pauta do Item 10, do qual sou Relatora, o PLS 229. Essa matéria tem suscitado muitas dúvidas, e, como falou o Senador Paim, nós teríamos o caminho da audiência pública, mas prefiro que a minha assessoria fale com o autor, que é o Senador Gim Argello, para que, junto com as partes envolvidas, trate de verificar a possibilidade de um entendimento melhor.

Mesmo que a Consultoria do Senado tenha elaborado uma sugestão para esta matéria absolutamente adequada, dentro da racionalidade econômica e das questões que envolvem muitos detalhes técnicos – e uma lei para mim só é boa quando é aplicável e tem moderação também nos seus efeitos –, penso que

o melhor caminho é a retirada de pauta, para que o autor possa ter uma interlocução melhor com a ANS (Agência Nacional de Saúde) e também com as partes envolvidas nessa matéria.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Como Relatora, regimentalmente, de ofício, a Presidência concede e retira de pauta o item 10.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 229, DE 2013

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para tornar obrigatória a cobertura da internação domiciliar e da assistência em regime de hospital-dia, pelo plano-referência e pela segmentação que inclua internação hospitalar.

Autoria: Senador Gim

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2013.)

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 151, DE 2013

– Não Terminativo –

Cria a Guia Única do Trabalho Doméstico (GTD), estabelece alíquotas para as contribuições referentes ao contrato de trabalho doméstico e dá outras providências.

Autoria: Senador Ruben Figueiró

Relatoria: Senador João Vicente Claudino

Relatório: Pela recomendação de Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2013.

Observações:

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

– Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador João Vicente Claudino para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, em exame, nesta Comissão, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 151, de 2013, do Senador Ruben Figueiró, que pretende instituir uma guia única para recolhimento das contribuições referentes ao contrato de trabalho doméstico e reduzir, para 5%, as

contribuições previdenciárias a cargo de empregados domésticos e de seus empregadores.

Nós entendemos, Sr. Presidente, que a matéria é meritória e vem ao encontro do trabalho competente e cuidadoso do Senador Ruben Figueiró, mas essa matéria foi discutida agora no Senado e aprovada através da chamada PEC dos Empregados Domésticos. Nessa PEC dos Empregados Domésticos, há um capítulo que é o Simples Doméstico. Então, isso foi amplamente debatido e aprovado pela Casa.

Em relação e em referência a isso, vamos direto ao voto.

Opinamos pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2013, em face da prejudicialidade que o atingiu.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador João Vicente Claudino.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, recomendando a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2013.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

No item 3 da pauta, o Relator é o Senador Armando Monteiro, mas esse projeto já foi relatado. Na verdade, é aquilo que nós chamamos de turno suplementar. Eu vou colocar em votação, porque não há nenhum prejuízo.

ITEM 3

TRAMITAÇÃO CONJUNTA TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, DE 2005 – Terminativo –

Altera o artigo 134 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. (“As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período nos 12 (doze) meses subseqüentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito”).

Autoria: Senador Paulo Paim

TRAMITA EM CONJUNTO

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, DE 2007 – Terminativo –

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a concessão de férias proporcionais.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Observações: – Em 17.07.2013, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2005. Fica rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2007, que tramita em conjunto.

– Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas, até o encerramento da discussão, vedada a apresentação do novo substitutivo integral.

Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, só para esclarecer a todos, este projeto, na verdade, eram dois. Ele rejeitou um e aprovou um de nossa autoria. Na verdade, era uma anomalia, porque o que os outros trabalhadores têm, aqueles que têm menos de 21 e mais de 50, a juventude não tinha. Então, foi assegurado a todos o mesmo direito das férias parceladas.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)
Encerrada a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2005, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O item 4 da pauta é terminativo, e nós temos quórum para deliberar.

ITEM 4 PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2011 – Terminativo –

Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de Guarda-Vidas.

Autoria: Deputada Laura Carneiro

Relatoria: Senador João Durval

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2011, e da Emenda que apresenta.

Observações: – *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador João Durval, para proferir o seu relatório.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA) – Relatório.

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 66, de 2011 (na origem, PL nº 1.685, de 2003), de autoria da Deputada Laura Carneiro.

Sr. Presidente, eu vou à análise.

Nos termos do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, à Comissão de Assuntos Sociais compete opinar sobre organização do Sistema Nacional de Emprego e condição para o exercício de profissões, pelo que a matéria se encontra no âmbito de competência desta Comissão.

Tampouco se verifica vício de iniciativa ou outra inconstitucionalidade a obstar seu processamento, a teor do art. 22, I, em concorrência com o *caput* do art. 61 da Constituição Federal, salvo, como veremos, quanto à remissão a eventual órgão de fiscalização da profissão.

Não identificamos, ademais, óbices de ordem regimental ou de técnica legislativa.

O PLC nº 66, de 2011, é mais uma das inúmeras proposições a tratar da regulamentação de ofício ou profissão que ora tramitam no Congresso Nacional.

Podemos afirmar que regulamentação de profissões é uma demanda social de notável persistência, pois, não obstante a existência de dispositivo constitucional que garante a liberdade de exercício de qualquer ofício ou ocupação, é enorme a quantidade de projetos que se destinam a regulamentar profissões e o afincamento com que tais categorias buscam a edição de lei para regê-las.

É de se ponderar quais seriam as causas dessa persistência: em parte, o tradicional gosto – de matriz ibérica – pelas soluções legislativas e pela burocracia; em alguns casos, o desejo de restringir o ingresso de profissionais no mercado de trabalho e garantir uma reserva de mercado aos profissionais já atuantes.

Outros projetos, contudo, são animados pela necessidade de proteger a sociedade dos danos advindos do exercício negligente, imprudente ou imperito da profissão. Nesses casos, a regulamentação profissional busca instituir um padrão profissional adequado aos interesses de toda a sociedade.

Esse é precisamente o caso do projeto ora em exame. A profissão de guarda-vidas, ou salva-vidas,

pertence à categoria daquelas de cujo desempenho depende a vida e a integridade física das pessoas.

Desnecessário se alongar na descrição das atividades desses profissionais, que já é conhecida de todos. Basta dizer que às ações de salvamento propriamente dito, particularmente no mar e em piscinas, agregou-se uma dimensão preventiva, pela qual, a esse profissional compete diagnosticar situações de risco potencial e eliminá-las ou alertar as autoridades competentes ou os proprietários das instalações, conforme o caso.

A natureza das atividades exercidas, portanto, demanda profissional que tenha capacidade e formação para cumpri-las adequadamente, pelo que razoável a imposição de condições mínimas para seu exercício, notadamente quanto à higidez física e mental e à aprovação em curso de formação específico.

Não obstante sua relevância e pertinência, a proposição merece algumas alterações quanto a seus aspectos formais e quanto a seu conteúdo.

A redação do art. 1º é redundante, dado que o propósito da lei, se aprovada é, justamente, o de reconhecer a profissão de guarda-vidas, sendo desnecessária sua reiteração naquele dispositivo, pelo que optamos por sua supressão.

O art. 4º determina que o credenciamento dos profissionais deve ser feito e revalidado pelo órgão competente, sem, no entanto, definir qual seria ele. Trata-se, em verdade, de artifício comum em projetos desse tipo. Ocorre que a criação de órgão de fiscalização profissional é considerada como de competência inequívoca do Poder Executivo, a teor do art. 61 da Constituição Federal.

Por esse motivo, o art. 4º não chega a criá-lo, mas atribui competência a esse órgão inexistente, a ser criado oportunamente, como se fora uma indicação ao Poder Executivo. Ora, esse tipo de legislação, ainda que não flagrante inconstitucional é, na melhor das hipóteses, inútil, dado que nada indica que tal órgão virá algum dia a ser criado, hipótese em que, sem dúvida, sua competência deverá ser estabelecida.

Apesar dos problemas apontados, cremos que o Projeto possui evidentes méritos, pelo que, sanados tais problemas, opinamos por sua aprovação.

Voto.

Do exposto, o voto é pela aprovação do PLC nº 66, de 2011, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CAS

Suprimam-se os arts. 1º e 4º do Projeto de Lei da Câmara nº 66 de 2011, renumerando-se os demais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Presidente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Só uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Eu gostaria de pedir vista a esse projeto e, ao mesmo tempo, estou apresentando um requerimento para que nós possamos fazer uma audiência pública que possa tratar de todo esse debate sobre regulamentação de profissões, sem nenhum demérito ao trabalho muito bem feito pelo Senador João Durval e sem, também, minimizar a importância dessas profissões.

Infelizmente, no Brasil, nós temos quase que uma verdadeira obsessão pela regulamentação de profissões. E todos os governos – os que passaram, o atual e, certamente, os outros que virão – têm o entendimento de que a Constituição brasileira prevê a liberdade do exercício das profissões. Então, tantas regulamentações, tantas definições do que pode e do que não pode, as exigências, enfim, terminam se sobrepondo à própria Constituição. Além disso, eu tenho informações consistentes de que esses projetos, assim como outros, serão vetados.

Então, a minha sugestão é a de abirmos aqui um debate mais global sobre essa questão da regulamentação de profissões e trazermos aqui representantes do Ministério, representantes de conselhos de profissões, enfim, ou interessados, para fazer um debate e adotar, digamos, uma orientação que para lidar com todos eles. É óbvio que há tipos de profissão exigem uma formação específica, principalmente aqueles que mexem com a vida humana, com o risco, a segurança, etc., mas já tivemos aqui tantos debates de regulamentação de profissões que acho que terminam impondo barreiras ao exercício de profissões no País, onde sabemos que há muita gente precisando entrar no mercado de trabalho.

Então, eu faria esse pedido de vista, obviamente novamente dizendo que não é nenhum demérito ao trabalho feito pelo Senador João Durval. Apresentei esse requerimento para que pudéssemos fazer esse debate numa audiência que V. Ex^a poderia marcar.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só um minutinho.

Eu não quis interromper a fala do Senador Humberto, mas essa discussão que V. Ex^a levantou, Senador Humberto, nós já havíamos discutido. Inclusive, já havíamos aprovado aqui outra matéria que tratava também de regulamentação, dizendo que era importante que pudéssemos fazer uma audiência pública para tratar, sim, dos critérios e da forma com que isso está acontecendo aqui, na Comissão.

Então, eu acolho o requerimento de V. Ex^a e lhe concedo vista, porque é regimental, mas a decisão de fazer essa audiência pública já havia sido tomada.

Agora, vou aproveitar para colocar em votação o requerimento do Senador Humberto Costa.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 47, DE 2013

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de Audiência Pública para instruir o PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24 de 2013, que “dispõe sobre a regulamentação do exercício profissional de Designer e dá outras providências”. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Humberto Costa

Então, esse é o requerimento para a audiência, só que nesta audiência pública nós vamos discutir todas essas questões, os critérios, as condições, para que possamos, realmente, decidir a respeito dessa questão de projeto de lei regulamentando profissões.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Presidente, eu também gostaria de expressar um pouco a minha opinião, até porque o próximo projeto também trata de regulamentação de profissão e têm sido muito recorrente aqui projetos que regulamentam profissões.

Eu concordo plenamente com as preocupações levantadas pelo Senador Humberto Costa. Eu acho que o Senado precisaria regulamentar o processo de regulamentação de profissões. Na verdade, nós não temos – pelo menos, eu não conheço – quais são os princípios e os critérios que devem ser assegurados no momento de regulamentar uma profissão. E, muitas vezes, os trabalhadores, de forma muito legítima, carecem de um reconhecimento do seu trabalho, para

que eles possam também se beneficiar de direitos trabalhistas. Então, uma coisa é a regulamentação da profissão, e outra coisa é o reconhecimento da profissão. Então, é importante esse debate ser feito, sim, para que tenhamos critérios claros e, assim, não gerar expectativas em determinadas categorias que ainda, possivelmente, não preencham os critérios necessários para que aquela profissão seja regulamentada, mas ela poderá, sim, ser reconhecida. Esse debate precisa ser feito.

Quero aqui ratificar as preocupações do Senador Humberto Costa e já manifestar que o próximo item da pauta trata de um tema semelhante relacionado a uma outra profissão. Na minha opinião, o tratamento deverá ser o mesmo no sentido de pedir vista e fazer uma audiência pública que possa nos orientar, possa disciplinar melhor esse processo de regulamentação de profissões.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A Presidência, evidentemente, Senadora Ana Rita... Praticamente, os argumentos estão sendo repetidos. No início desta reunião, nós tratamos exatamente disso: os argumentos usados, inclusive pelo Senador Paulo Paim, são exatamente esses. Então, essa decisão está tomada. Inclusive, eu ia fazer um requerimento, mas vou aproveitar o requerimento do Senador Humberto Costa, que dispõe sobre a atividade de *design*, mas há também o projeto que trata da profissão de guarda-vida.

Na verdade, nós vamos fazer uma discussão mais ampla, que é exatamente em cima de quais os critérios. Acho que esse assunto está superado.

Os Srs. Senadores e as Sras Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovados os requerimentos de instrução dos Projetos de Lei da Câmara nº 66, 2011, e nº 24, de 2013.

As matérias ficam sobrestadas até a realização das audiências.

(São os seguintes o requerimentos aprovados:

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 46, DE 2013

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de Audiência Pública para instruir o PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66 de 2011, que “dispõe sobre o exercício da atividade profissional de Guarda-Vidas”. Os convidados serão

enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Humberto Costa.)

Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria informar ao Senador Waldemir Moka e aos colegas, especialmente à Presidência, que a Senadora Vanessa Grazziotin e eu temos um compromisso no Ministério da Defesa, que vai se realizar na sede do Ministério da Marinha, para entrega das comendas. Por esse motivo estamos nos afastando agora de matérias importantes, mas gostaríamos estar aqui.

Falo em nome também da Senadora Vanessa Grazziotin.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu lamento, porque são projetos terminativos e não sei se vamos garantir... Mas acho que sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vou pedir...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu tenho um item, o item 8. Seria possível a retirada desse item da pauta de hoje e analisaríamos na próxima?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não. Concedido, como Relatora.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 181, DE 2010

– Terminativo –

Autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos a preço de custo a aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social e a lançar a diferença entre esse preço e o de mercado como despesa operacional da empresa.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2010, e das Emendas nºs 1 e 2-CAE.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, o item 6 já foi lido inclusive. Se elas pudesse, votar antes de sair...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vou pedir para o item 5, Senador Paulo Davim... É o item 6, desculpem-me.
Senadora Angela Portela.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 406, DE 2005
– Terminativo –

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar, e promover ações para a alimentação e nutrição adequadas de crianças e adolescentes

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2005, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações: – Em 20.03.2007, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer Favorável ao Projeto com as Emendas 1 e 2-CE.

– Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.
– *Votação nominal.*

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela, para proferir o seu relatório.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente, vou procurar fazer um resumo do relatório, considerando a necessidade de quórum para votação desse projeto, que é terminativo.

O primeiro ponto é a necessidade de explicar que os estabelecimentos instalados em escolas de educação básica ficam proibidos de comercializar bebida com baixo teor nutricional ou alimentos com quantidade de elevada de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans ou de sódio, sujeitando os infratores às penalidades previstas na legislação sanitária federal. Isso porque os estabelecimentos poderiam deixar de vender aqueles produtos apenas quando necessitarem renovar seu alvará voltando a vendê-los após terem concluído esse trâmite. Sugerimos, por conseguinte, a introdução de um novo dispositivo no art. 45 do Decreto-Lei nº 986, de 1968.

O segundo ponto importante a destacar concerne ao uso da expressão “alimentos ricos em açúcar, gordura saturada, gordura trans ou sódio”. O termo “rico” implica uma imagem positiva e não se coaduna, portanto, com a idéia de um produto cujo consumo se pretende restringir por não ser saudável. Portanto, sugerimos a substituição pela expressão “alimentos com quantidade elevada de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans ou de sódio”, que é compatível com a terminologia atualmente utilizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pelo Ministério de Saúde.

O terceiro ponto refere-se à redação proposta pelo art. 14 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que poderia ser mais fiel ao texto original do Estatuto, sem, contudo, deixar de introduzir as modificações propostas.

Vale ressaltar que os dois primeiros aprimoramentos apontados estão em perfeita sintonia com as idéias que fundamentaram as emendas ao projeto aprovado na Comissão de Educação.

Então, para resumir o nosso relatório eu gostaria de ir direto ao nosso substitutivo.

O nosso voto, objetivando o aprimoramento da iniciativa do Senador Paulo Paim, é pela rejeição das emendas apresentadas pelo Senador Antonio Carlos Valadares e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 406, de 205 nos termos da seguinte emenda:

EMENDA Nº 3 – CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 406, DE 2005

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, e as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e 11.947, de 16 de junho de 2009, para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar, bem como promover ações para a alimentação e a nutrição adequadas de crianças e de adolescentes.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 45 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 45.
Parágrafo único. Os estabelecimentos situados em escolas de educação básica ficam proibidos de vender bebidas com baixo teor nutricional e alimentos com quantidades elevadas

de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans ou de sódio, sujeitando-se os infratores às penalidades estabelecidas na legislação sanitária federal.” (NR)

Art. 2º O art. 46 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 46.

Parágrafo único. Não serão licenciados nem terão seus alvarás renovados os estabelecimentos situados em escolas de educação básica que venderem bebidas com baixo teor nutricional ou alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans ou de sódio.” (NR)

Art. 3º O art. 14 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o parágrafo único como § 1º:

“Art. 14.

§ 1º

§ 2º O Sistema Único de Saúde desenvolverá ações de educação nutricional, de promoção de alimentação saudável e de prevenção e controle de distúrbios nutricionais e de doenças associadas à alimentação e à nutrição de crianças e de adolescentes.” (NR)

Art. 4º O art. 2º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:

“Art. 2º

.....

VII – a manutenção do equilíbrio energético e do peso saudável dos alunos.” (NR)

Art. 5º O art. 12 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o parágrafo único como § 1º:

“Art. 12.

§ 1º

§ 2º É vedada, na forma do regulamento, a utilização, nos cardápios da alimentação escolar, de bebidas de baixo teor nutricional e de alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans ou de sódio.” (NR)

Art. 6º Aplicam-se aos serviços de alimentação e aos alimentos preparados nas escolas de educação básica, públicas e privadas, as disposições desta Lei, observada a regulamentação aplicável.

Art. 7º As definições de bebidas de baixo teor nutricional e de alimentos com quantidades

elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans ou de sódio serão dispostas em regulamento.

Art. 8º A critério da autoridade sanitária, outros alimentos e bebidas, além daqueles mencionados no art. 7º, poderão sofrer restrições de uso na alimentação escolar.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação.

Então, Sr. Presidente, este é o nosso Substitutivo ao projeto de lei do Senador Paim.

Esse é o nosso voto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a Relatora, com o seu substitutivo, que aprimorou o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Angela Portela, voto conhecido, voto “sim”.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia. (*Pausa.*)
Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2005, que tem preferência regimental.

Aprovada, em turno único, a Emenda nº 3 da Comissão de Assuntos Sociais, Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2005, a matéria vai a turno suplementar.

Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno, poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Último item da pauta. Nós estamos sem quórum.

Eu vou encerrar a reunião normal e vou, em seguida, chamar a reunião para que a gente possa aprovar de imediato o relatório do Senador Casildo Maldaner com relação às emendas de comissão à LDO.

Então, nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais.

De imediato, convoco a reunião extraordinária.

(Iniciada às 09 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 09 horas e 58 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 36ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2013, QUARTA-FEIRA, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinquenta e oito minutos, do dia quatorze de agosto de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **WALDEMIR MOKA**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, João Alberto Souza, Cícero Lucena, Paulo Davim, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves, José Pimentel, Sérgio Souza, Benedito de Lira, Sérgio Petecção, Armando Monteiro e João Vicente Claudino e das Senadoras Angela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Ana Rita e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente Reunião destinada à discussão e à votação das Emendas da Comissão

de Assuntos Sociais ao **PROJETO DE LEI Nº 2, de 2013-CN** (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2014), que “*dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências*”. **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria das Emendas na CAS:** Senador Casildo Maldaner. **Resultado: Aprovadas 17 Emendas da CAS ao PLDO 2013, sendo 05 (cinco) Emendas de Inclusão de Meta e 12 (doze) Emendas ao Texto da Lei, a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Emendas de Inclusão de Meta: Emenda nº 1–CAS – 2629 – 300 – Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo. Emenda nº 2–CAS – 6148 – 2.000.000 – Assistência médica qualificada e gratuita a todos os níveis da população e desenvolvimento de atividades educacionais e de pesquisa no campo da Saúde – Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais. Emenda nº 3–CAS – 6175 – 30.000 – Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Emenda nº 4–CAS – 6181 – 1.000.000 – Implantação de Políticas de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência. Emenda nº 5–CAS – 8535 – 8.000 – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde. Emendas ao Texto da Lei: Emenda nº 6–CAS – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 82. **Iniciativa:** Senador Paulo Davim; **Emenda nº 7–CAS – Aditiva – Anexo III – Item 61. Iniciativa:** Senador Waldemir Moka; **Emenda nº 8–CAS – Aditiva – Anexo III – Item 32. Iniciativa:** Senadora Vanessa Grazziotin; **Emenda nº 9–CAS – Aditiva – Anexo III – Item 60. Iniciativa:** Senadora Vanessa Grazziotin; **Emenda nº 10–CAS – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 52, Inciso XII. Iniciativa:** Senadora Vanessa Grazziotin; **Emenda nº 11–CAS – Modificativa – Corpo da Lei – Artigo 4. Iniciativa:** Senadora Vanessa Grazziotin; **Emenda nº 12–CAS – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 36. Iniciativa:** Senador Paulo Davim; **Emenda nº 13–CAS – Aditiva – Anexo III – Item 4. Iniciativa:** Senador Mozarildo Cavalcanti; **Emenda nº 14–CAS – Modificativa – Corpo da Lei – Artigo 4. Iniciativa:** Senador Paulo Paim; **Emenda nº 15–CAS – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 50. Iniciativa:** Senador Paulo Paim; **Emenda nº 16–CAS – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 4. Iniciativa:** Senador Paulo Paim; **Emenda nº 17–CAS – Aditiva – Corpo da Lei – Artigo 36, parágrafo 5. Iniciativa:** Senador Paulo Paim. Usa da palavra o Senador Casildo Maldaner, Relator das Emendas na CAS. O Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta 36ª Reunião (Extraordinária), que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e oito minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos**

Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas desta Comissão de Assuntos Sociais ao Orçamento de 2014, Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2013.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Foram recebidas 58 emendas de inclusão de metas e 12 emendas ao texto da lei. A votação será simbólica.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 2, DE 2013

– Não Terminativo –

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República

Relatório: Apreciação e votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 2, de 2013-CN (Mensagem nº 27, de 2013-CN, nº 153/2013 na origem) – LDO/2014.

Eu concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner, para proferir o seu relatório.

Antes, porém, a Presidência quer dar algumas explicações.

A votação da LDO – V. Ex^{as} acompanharam –, na verdade, ela atrasou muito. Eu pedi, ainda no final de semana, aos gabinetes de todos os Senadores e Senadoras, para que V. Ex^{as} pudessem fazer as emendas. Percebo que funcionou: 58 emendas! Quer dizer que todos os Senadores e Senadoras foram devidamente avisados. Ocorre que amanhã é o prazo final na Comissão Mista de Orçamento para que a gente já esteja lá com essas emendas. Eu nomeei o Senador Casildo

Maldaner, que aliás faz parte da Comissão Mista de Orçamento. Evidentemente, na minha avaliação, é até melhor escolher um membro desta Comissão que já atua também na Comissão Mista de Orçamento.

Com a palavra, o Relator da matéria, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente Waldemir Moka e caros colegas, designado que fui pela Presidência para fazer o relatório das emendas apresentadas nesta Comissão em função da Lei de Diretrizes Orçamentárias, eu passo aqui a fazer a exposição, uma análise, em relação a isso.

As emendas propostas são relacionadas às competências regimentais desta Comissão, além de atenderem às disposições constitucionais e legais, motivo pelo qual entendemos sejam todas admissíveis. No que se refere às emendas ao texto, tendo em vista o mérito das proposições e a inexistência de limite quanto ao seu número, consideramos devam todas ser apresentadas.

Deve-se ressaltar que as emendas com a mesma redação serão aglutinadas pela Secretaria da Comissão.

Já em relação às emendas de inclusão de ações no Anexo de Metas e Prioridades, levamos em consideração, na análise, a relevância das ações propostas, conjugando a isso a frequência com que foram apresentadas e a necessidade de se atender a um maior número de áreas relacionadas às competências desta Comissão.

De acordo com esses critérios, foram selecionadas as ações a seguir relacionadas.

Descrição da ação: fiscalização para erradicação do trabalho escravo. Emendas nºs 4, 8, 19, 31 e 54, apresentadas pelas Sr^{as} e Srs. Senadores Lídice da Mata, Cyro Miranda, Romero Jucá, Lúcia Vânia e Paulo Paim. Essas que nós aglutinamos tratam de uma ação de fiscalização para a erradicação do trabalho escravo.

A segunda ação relacionada, em que chegamos à conclusão de que houve mais apresentações, é sobre assistência médica qualificada e gratuita a todos os níveis da população e desenvolvimento de atividades educacionais e de pesquisa no campo da saúde, serviço social, Associação das Pioneiras Sociais. Foi nessa área que obtivemos mais indicações. Emendas nºs 14, 24, 38, 50 e 58. Senadores: Lídice da Mata, Cyro Miranda, Romero Jucá, Lúcia Vânia e Waldemir Moka.

A terceira ação é a implantação e implementação de políticas de atenção integral à saúde da mulher. Também, pelo volume de apresentações, elencamos aqui essa terceira ação, relativa às Emendas nºs 10,

20, 32, 51 e 55. Senadores: Cyro Miranda, Lídice da Mata, Romero Jucá, Vanessa Grazziotin e Lúcia Vânia.

Outra emenda, que é a quarta. Não é pela ordem, mas são até cinco ações, então, nós implantamos, aqui, a quarta: implantação de políticas de atenção à saúde da pessoa com deficiência. Entendemos que aqui também houve uma demanda muito forte: políticas para pessoas que têm alguma deficiência. Emendas nºs 2, 12, 22, 35 e 57. Senadores: Cyro Miranda, Lídice da Mata, Paulo Paim, Romero Jucá e Lúcia Vânia.

E a quinta ação trata da estruturação de unidades de atenção especializada em saúde, que são as Emendas nºs 7, 18, 30, 46, 52 e 53. Senadores: Cyro Miranda, Lídice da Mata, Waldemir Moka, Romero Jucá, Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin.

Vale ressaltar, Sr. Presidente, caros colegas, que o mérito de cada emenda será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Por isso, vamos para o voto.

Em face do exposto, somos pela apresentação, por esta Comissão, das Emendas de texto de nºs 1 a 12 e das cinco ações a seguir relacionadas para compor o Anexo de Metas e Prioridades do PLDO 2014.

Descrição: fiscalização para erradicação do trabalho escravo; assistência médica qualificada e gratuita a todos os níveis da população e desenvolvimento de atividades educacionais e de pesquisa no campo da saúde, de serviço social autônomo, Associação das Pioneiras Sociais; implantação e implementação de políticas de atenção integral à saúde da mulher; implantação de políticas de atenção à saúde da pessoa com deficiência; e estruturação de unidades de atenção especializada em saúde.

Recebi essa incumbência da Presidência. Subcrevo e, naturalmente, o Presidente, concordando, também vai subscrever e submeter à consideração dos eminentes colegas.

Essa foi a maneira que encontramos, Sr. Presidente, com a ajuda naturalmente da assessoria técnica da Comissão. Até entendia que haveria umas seis, sete emendas, e, como disse V. Ex^a, no preâmbulo, 58 emendas surgiram – mais forte ainda. Diria que houve uma demanda muito forte e tentamos, então, em cinco ações, aglutinar as que tinham semelhanças, procurar fazer com que praticamente todas elas, de uma forma ou de outra, sejam enquadradas como prioridades nas ações desta Comissão para o próximo exercício.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação. Os Srs. e Sr^{as} Senadoras que aprovam o relatório do Senador Casildo Maldaner, que tem exatamente as cinco emendas da Comissão de Assuntos Sociais à LDO, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Presidência agora vai encaminhar essas cinco ações.

Quero agradecer e elogiar o trabalho, feito absolutamente com critério de convergência; quer dizer, as emendas que tiveram o maior número de convergência, evidentemente em função da importância também dos temas, foram aqui devidamente contempladas.

Quero agradecer ao Senador Casildo Maldaner.

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável, com as emendas desta Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 2, de 2013, do Congresso Nacional. As emendas aprovadas desta Comissão irão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Com base no art. 36, parágrafo único, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 36ª Reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 08)

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas desta Comissão de Assuntos Sociais ao Orçamento de 2014, Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2, de 2013.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Foram recebidas 58 emendas de inclusão de metas e 12 emendas ao texto da lei. A votação será simbólica.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO
NACIONAL Nº 2, DE 2013

– Não Terminativo –

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República

Relatório: Apreciação e votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 2, de 2013-CN (Mensagem nº 27, de 2013-CN, nº 153/2013 na origem) – LDO/2014.

Eu concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner, para proferir o seu relatório.

Antes, porém, a Presidência quer dar algumas explicações.

A votação da LDO – V. Ex^{as} acompanharam –, na verdade, ela atrasou muito. Eu pedi, ainda no final de semana, aos gabinetes de todos os Senadores e Senadoras, para que V. Ex^{as} pudessem fazer as emendas. Percebo que funcionou: 58 emendas! Quer dizer que todos os Senadores e Senadoras foram devidamente avisados. Ocorre que amanhã é o prazo final na Comissão Mista de Orçamento para que a gente já esteja lá com essas emendas. Eu nomeei o Senador Casildo Maldaner, que aliás faz parte da Comissão Mista de Orçamento. Evidentemente, na minha avaliação, é até melhor escolher um membro desta Comissão que já atua também na Comissão Mista de Orçamento.

Com a palavra, o Relator da matéria, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente Waldemir Moka e caros colegas, designado que fui pela Presidência para fazer o relatório das emendas apresentadas nesta Comissão em função da Lei de Diretrizes Orçamentárias, eu passo aqui a fazer a exposição, uma análise, em relação a isso.

As emendas propostas são relacionadas às competências regimentais desta Comissão, além de atenderem às disposições constitucionais e legais, motivo pelo qual entendemos sejam todas admissíveis. No que se refere às emendas ao texto, tendo em vista o mérito das proposições e a inexistência de limite quanto ao seu número, consideramos devam todas ser apresentadas.

Deve-se ressaltar que as emendas com a mesma redação serão aglutinadas pela Secretaria da Comissão.

Já em relação às emendas de inclusão de ações no Anexo de Metas e Prioridades, levamos em consideração, na análise, a relevância das ações propostas, conjugando a isso a frequência com que foram apre-

sentadas e a necessidade de se atender a um maior número de áreas relacionadas às competências desta Comissão.

De acordo com esses critérios, foram selecionadas as ações a seguir relacionadas.

Descrição da ação: fiscalização para erradicação do trabalho escravo. Emendas nºs 4, 8, 19, 31 e 54, apresentadas pelas Sr^{as} e Srs. Senadores Lídice da Mata, Cyro Miranda, Romero Jucá, Lúcia Vânia e Paulo Paim. Essas que nós aglutinamos tratam de uma ação de fiscalização para a erradicação do trabalho escravo.

A segunda ação relacionada, em que chegamos à conclusão de que houve mais apresentações, é sobre assistência médica qualificada e gratuita a todos os níveis da população e desenvolvimento de atividades educacionais e de pesquisa no campo da saúde, serviço social, Associação das Pioneiras Sociais. Foi nessa área que obtivemos mais indicações. Emendas nºs 14, 24, 38, 50 e 58. Senadores: Lídice da Mata, Cyro Miranda, Romero Jucá, Lúcia Vânia e Waldemir Moka.

A terceira ação é a implantação e implementação de políticas de atenção integral à saúde da mulher. Também, pelo volume de apresentações, elencamos aqui essa terceira ação, relativa às Emendas nºs 10, 20, 32, 51 e 55. Senadores: Cyro Miranda, Lídice da Mata, Romero Jucá, Vanessa Grazziotin e Lúcia Vânia.

Outra emenda, que é a quarta. Não é pela ordem, mas são até cinco ações, então, nós implantamos, aqui, a quarta: implantação de políticas de atenção à saúde da pessoa com deficiência. Entendemos que aqui também houve uma demanda muito forte: políticas para pessoas que têm alguma deficiência. Emendas nºs 2, 12, 22, 35 e 57. Senadores: Cyro Miranda, Lídice da Mata, Paulo Paim, Romero Jucá e Lúcia Vânia.

E a quinta ação trata da estruturação de unidades de atenção especializada em saúde, que são as Emendas nºs 7, 18, 30, 46, 52 e 53. Senadores: Cyro Miranda, Lídice da Mata, Waldemir Moka, Romero Jucá, Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin.

Vale ressaltar, Sr. Presidente, caros colegas, que o mérito de cada emenda será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Por isso, vamos para o voto.

Em face do exposto, somos pela apresentação, por esta Comissão, das Emendas de texto de nºs 1 a 12 e das cinco ações a seguir relacionadas para compor o Anexo de Metas e Prioridades do PLDO 2014.

Descrição: fiscalização para erradicação do trabalho escravo; assistência médica qualificada e gratuita a todos os níveis da população e desenvolvimento de atividades educacionais e de pesquisa no campo da saúde, de serviço social autônomo, Associação das

Pioneiras Sociais; implantação e implementação de políticas de atenção integral à saúde da mulher; implantação de políticas de atenção à saúde da pessoa com deficiência; e estruturação de unidades de atenção especializada em saúde.

Recebi essa incumbência da Presidência. Subcrevo e, naturalmente, o Presidente, concordando, também vai subscrever e submeter à consideração dos eminentes colegas.

Essa foi a maneira que encontramos, Sr. Presidente, com a ajuda naturalmente da assessoria técnica da Comissão. Até entendia que haveria umas seis, sete emendas, e, como disse V. Ex^a, no preâmbulo, 58 emendas surgiram – mais forte ainda. Diria que houve uma demanda muito forte e tentamos, então, em cinco ações, aglutinar as que tinham semelhanças, procurar fazer com que praticamente todas elas, de uma forma ou de outra, sejam enquadradas como prioridades nas ações desta Comissão para o próximo exercício.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação. Os Srs. e Sr^{as} Senadoras que aprovam o relatório do Senador Casildo Maldaner, que tem exatamente as cinco emendas da Comissão de Assuntos Sociais à LDO, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Presidência agora vai encaminhar essas cinco ações.

Quero agradecer e elogiar o trabalho, feito absolutamente com critério de convergência; quer dizer, as emendas que tiveram o maior número de convergência, evidentemente em função da importância também dos temas, foram aqui devidamente contempladas.

Quero agradecer ao Senador Casildo Maldaner.

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável, com as emendas desta Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 2, de 2013, do Congresso Nacional. As emendas aprovadas desta Comissão irão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Com base no art. 36, parágrafo único, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 36ª Reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 08

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 37ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS ONZE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e trinta e três minutos, do dia quinze de agosto de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Mozerildo Cavalcanti, Eduardo Amorim, Eduardo Suplicy, José Pimentel e Cristovam Buarque, e das Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Rita. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência em exercício declara aberta a presente Reunião. Por conseguinte assume a Presidência o Senador **Paulo Paim**. Passa-se ao início da Audiência Pública destinada a debater o tema “Leilão do Petróleo e Precarização do Trabalho”, em atendimento ao **Requerimento nº 32**, de 2013 da CAS, de autoria do Senador Paulo Paim, com a presença dos seguintes oradores: **Fernando Leite Siqueira**, Vice-Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás – AE-PET; **Aparecido Donizeti da Silva**, Secretário-Adjunto de Administração e Finanças da Central Única dos Trabalhadores – CUT Nacional, Representante de **Vagner Freitas de Moraes**, Presidente Nacional da CUT; **João Antônio de Moraes**, Coordenador-Geral da Federação Única dos Petroleiros – FUP; **Jorge Alves de Almeida Venâncio**, Secretário de Saúde do Trabalhador da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB, Representante de **Ubiraci Dantas de Oliveira**, Presidente da CGTB; **Magda Maria de Regina Chambriard**, Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. A Presidência registra a presença dos Senhores Dalton Francisco do Santos e Francisco Soriano. Usam da palavra os Senadores Jayme Campos e Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador **Paulo Paim**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador

Paulo Paim, Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Minoria/DEM – MT) – Declaro aberta a 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária e da 54ª do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização da audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 32, de 2013, da CAS, de iniciativa do Senador Paulo Paim, com o objetivo de debater o tema “Leilão do Petróleo e Precarização do Trabalho”.

Antes de convidar as autoridades que irão fazer parte da Mesa, comunico de antemão que a Presidência vai considerar dez minutos. Evidentemente, se for o caso, estendemos até 15 minutos.

Quero convidar para compor a Mesa as ilustres autoridades.

Convido o Sr. Aparecido Donizetti da Silva, Secretário-Adjunto de Administração e Finança da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O representante do Sr. Vagner Freitas de Moraes, Presidente da CUT, está convidado a fazer parte da Mesa.

Convido o Sr. João Antonio de Moraes, Coordenador-Geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP).

Convido o Sr. Jorge Alves de Almeida Venâncio, Secretário de Saúde do Trabalho da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, representando nesta oportunidade o Sr. Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da CGTB. Seja bem-vindo.

E convido a nossa ilustre Presidenta Drª Magda Maria de Regina Chambriard para também compor a Mesa de autoridades para esta audiência pública.

Agradeço, antes de mais nada, a presença de todos os senhores.

E comunico também a ausência do Dr. Alberto Ercílio Broch, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Esta reunião foi requerida pelo ilustre e valoroso companheiro Senador Paulo Paim e espero que ela seja a mais proveitosa possível.

Vamos iniciar a nossa audiência concedendo a palavra por dez minutos, eventualmente também podendo protelar por mais cinco minutos.

Já se encontram presentes aqui o Dr. João, o Dr. Jorge, a nossa Presidente Magda, mas eu convido o Coordenador João Antonio Moraes para fazer uso da palavra por dez minutos.

V. Sª tem dez minutos para fazer uso da palavra, mas, antes de mais nada, com a devida vênia, eu quero convidar o Senador Paulo Paim para presidir essa

reunião. É V. Exª autor do requerimento e pediu-me o Senador Waldemir Moka, como Presidente desta Comissão, para que a Presidência a abertura. Diante dos compromissos que já tenho, convido V. Exª, Senador Paulo Paim, para presidir esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Meus amigos, antes de iniciar, primeiro eu quero agradecer muito ao Senador Waldemir Moka, que abriu esse espaço para essa audiência, e naturalmente ao Senador Jayme Campos, porque eu estava presidindo lá o debate sobre a visão das APA-Es e as pessoas com deficiência, e S. Exª se prontificou, inclusive quase atrasando-se para seu voo, para assegurar o movimento e a abertura até o tempo em que eu chegasse.

Então, uma salva de palmas aos dois, Waldemir Moka e Jayme Campos. Um é ex-presidente e outro é o Presidente atual desta Comissão. *(Palmas.)*

Jayme, como sempre você parceiro. Obrigado. Por isso que me perguntam por que sou tem amigo. Eu sou teu amigo por causa disso. Você é parceiro em todas as horas.

Então, vamos ao nosso debate. Já foi declarado aqui o motivo dessa audiência pública.

Eu fui procurado, naturalmente, pelas centrais, pelo movimento sindical para que se fizesse um debate sobre esse tema tão importante. E por isso que, neste momento, nós estamos aqui para debater o leilão do petróleo e precarização do trabalho.

O Senador Jayme Campos já havia dado a palavra para alguns dos convidados.

Então, está com a palavra o Sr. João Antonio de Moraes, Coordenador-Geral dos Petroleiros ligados à FUP, Federação Única dos Petroleiros.

O SR. JOÃO ANTONIO DE MORAES – O.k.! Todos me ouvem?

Bom dia a todos os presentes aqui na audiência, à Diretora Magda; ao companheiro Donizetti, da nossa CUT; ao companheiro Jorge Alves, também da CGTB, grande parceira da CUT e da FUB nessas lutas em defesa do nosso País; e ao nosso querido Senador Paulo Paim, Senador dos trabalhadores brasileiros e que, com bastante frequência, atende àquelas questões que consideramos fundamentais para os trabalhadores e para a sociedade brasileira como um todo aqui nesta Casa.

Quero cumprimentar a Comissão pela iniciativa. Esse tema é atualíssimo e importantíssimo. Nós não temos dúvida de que, a depender da maneira com que o Brasil trate esta questão para os próximos anos, poderemos ter um outro país no futuro não muito distante; a depender da maneira que trate, os riscos são

muito grandes, conforme a gente vai tocar aqui nessa pequena apresentação.

Senador, de acordo com o tempo estipulado, a gente preparou poucos eslaides só para a gente realmente tocar na questão do leilão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Governo/PT – RS) – O tempo é dez minutos com mais cinco, mas, pela importância do tema, quem tiver que usar mais cinco vai usar, extrapolando 20 minutos para cada orador.

O SR. JOÃO ANTONIO DE MORAES – Então, eu agradeço bastante, porque certamente é um tema complexo e difícil focar em pouco tempo. Mas nós vamos focar realmente, na questão do leilão, nas questões das condições do trabalho, o que dialoga diretamente com o desenvolvimento nacional.

Já me concederam aqui, Senador, uma tecnologia avançada para apresentação. Então, eu mesmo vou tocar por aqui.

Bom, quem somos? Eu sou Moraes, conforme o Senador Paulo Paim já me apresentou. Sou atual Coordenador da FUP. A FUP é a principal entidade de representação dos petroleiros do nosso País; de 18 sindicatos existentes 13 são filiados a FUP. Ela foi fundada em 1993, temos uma base de cerca de 30 mil trabalhadores sindicalizados – 61% dos trabalhadores da Petrobras são sindicalizados – e trabalhamos com uma base total de cerca de 250 mil trabalhadores entre terceirizados, trabalhadores privados e também os companheiros aposentados.

Também gostaria de salientar que nós da Federação Única dos Petroleiros e os petroleiros do Brasil sempre nos apresentamos para a sociedade brasileira, para esse debate. Só não nos apresentamos na campanha “O petróleo é nosso!”, na década de 40 e 50, porque no País ainda não havia petroleiro, Senador. De lá para cá, todas as vezes em que esta questão esteve pautada ou ameaçada, os petroleiros se apresentaram com ideias, com propostas e também nos mobilizamos, não meramente como uma defesa da corporação dos nossos interesses, mas, sim, como interesse do nosso País. Foi dessa forma que nos abordamos. Defendemos os nossos direitos, mas sabemos que o petróleo é uma riqueza que não pertence a quem nela trabalha e, sim, ao conjunto da sociedade pela importância que tem no mundo moderno.

Dialogando diretamente com o que eu tocava anteriormente, por que nós petroleiros somos bastante críticos em relação à realização dos leilões? Essa transparência, rapidamente, mostra como é que se comporta o petróleo no mundo. A partir da invenção do motor à explosão, o petróleo foi adquirindo cada vez mais importância para a sociedade e, hoje, ele re-

presenta mais de 50% da energia do Planeta. Mesmo no Brasil que tem uma matriz energética, que eu diria ser a melhor matriz energética do mundo, na medida em que é diversificada e que é bastante renovável, o petróleo e o gás ainda representam mais de 40% da matriz energética. Portanto, não existe futuro para uma nação que não tenha um olhar estratégico para essa riqueza e não meramente um olhar econômico.

Vejamos aqui. Na década de 70. Nós tínhamos cerca de 85% das reservas mundiais na mão de empresas privadas. Se considerarmos aqui, ainda naquela ocasião, as empresas mistas, esse número seria um pouquinho diferente, mas vou aprofundar no final, que é mais importante.

A partir da primeira crise do petróleo, na década de 70, o mundo passou a assumir mais e mais o controle dessa fonte de energia. Eu falei como fonte de energia, mas é importante que se diga também que o petróleo e o gás estão presentes em 90% de tudo que se move no mundo como energia, mas estão presentes em mais de três mil produtos da vida moderna. Nenhum de nós, certamente, poderia se locomover nesta sala sem esbarrar por algo feito de petróleo, como matéria prima. Portanto, o controle do Estado e da sociedade é absolutamente fundamental.

Por isso, a partir da primeira crise do petróleo, quando as empresas privadas sequestraram o mundo, aumentando abruptamente o preço do petróleo, a sociedade passou a controlar cada vez mais, a ponto de chegarmos em 2006, com uma invenção total disso aqui.

Em 2006, quase 80% das reservas de petróleo no mundo estavam na mão do Estado, em empresas públicas. Se considerarmos as empresas de capital mista, como é o caso da Petrobras, esse número salta para praticamente 90%, com pouco mais de 6% sob controle de empresas privadas.

Portanto, não temos dúvida ao afirmar que a quebra do monopólio do petróleo no Brasil em 1995 e 1997 e o avanço do setor privado nessa área da nossa economia vai na contramão do que acontece no mundo. Os Estados assumem cada vez mais o controle.

Nós aqui apresentamos também uma rápida abordagem do que foi a 11ª rodada realizada recentemente pela Agência Nacional de Petróleo, propagandeada pelo Governo e pela agência como um grande êxito. Para nós trabalhadores, pode até ser um êxito para quem está à frente do Estado, para o Governo e para o Executivo. Do ponto de vista da sociedade e do povo, como futuro, para nós foi um grande prejuízo, primeiramente econômico, mas, mais do que econômico, um prejuízo à nossa soberania, na medida em que avançou a participação do capital privado nesse setor importante da economia.

Como o mundo se move pela economia – não é Senador? –, vou tocar um pouquinho na questão econômica.

A principal área leiloadada foi a chamada margem equatorial, que fica no litoral norte do nosso País, cuja geologia é bastante semelhante com a geologia da África, da época ainda que os continentes estavam juntos na pangeia. Então, lá na África já se tem a certeza de reservas importantes já descobertas lá. Portanto, foi tratada pela própria Agência Nacional de Petróleo a margem equatorial como a mais importante, com uma previsão da existência até 30 bilhões de barris. Se a gente considerar a cotação atual, pela qual gira em torno de US\$100 o barril – já está, na verdade, US\$105, em média –, nós teríamos, portanto, nessa área, pelos dados apresentados pela ANP, cerca de US\$3 trilhões em reservas de petróleo. É este o número: US\$3 trilhões em reservas. Colocando a extração a um custo total estimado em cerca de US\$30 – o que é um valor bastante alto, porque, em média, o custo é bem menor que esse, mas nós estamos sendo pessimistas –, daria um custo de extração da ordem de US\$900 bilhões. Portanto, o lucro líquido das empresas que adquiriram essas áreas vai se situar na casa de US\$2,1 trilhões, e o Governo e a ANP se vangloriaram de ter arrecadado US\$1,3 bilhão. Para nós, aqui é um grande prejuízo para a Nação. Esses dados são dados aproximados. Não se trata aqui de querer nenhum absolutismo. São dados bastante razoáveis; aproximados, mas razoáveis.

Se olharmos para a bacia do Espírito Santo, outra área também tratada na 11ª rodada, o número é US\$250 milhões arrecadados para US\$5 bilhões em reservas, US\$150 bilhões de custos. Portanto, US\$350 bilhões de lucro para quem extrair.

Lembrando que essa 11ª rodada, Senador, foi feita ainda sob a Lei das Concessões, a lei imposta ao nosso País pelo regime neoliberal, pelo Consenso de Washington, que tinha à frente do País o governo do PSDB. E essa lei não foi mudada em absolutamente nada de lá para cá. Portanto, foi dessa forma que feito esse leilão.

Tocando agora na projeção para o campo de Libra, que é o leilão já anunciado para meados de outubro. Libra tem sido tratado também como uma reserva da ordem de 12 bilhões de barris. Aqui a gente já colocou a US\$105 o barril, o que equivaleria a US\$1,2 trilhão; com um custo estimado de produção da ordem de US\$30, isso significaria US\$900 bilhões de lucro, e está sendo colocado pelo edital um bônus de R\$15 bilhões, portanto da ordem de cerca US\$6,5 bilhões. Também da mesma ordem, vejam bem vocês: uma área que vale US\$1,2 trilhão está sendo colocada com um bônus de US\$6,5 bilhões.

Bom, está sendo estipulado também que 40% iriam para o Estado. Eu vou me ater um pouquinho mais aqui, porque esse leilão está sendo marcado já sob a nova lei, a Lei da Partilha, que prevê, sim, um controle maior do Estado sobre a reserva, mas, para nós, ainda é aquém. A nossa proposta é mais avançada do que a Lei da Partilha, mas reconhecemos o avanço da partilha, com uma característica também: na partilha, após apurada, como é que vai ser remunerada a empresa? Tira-se o petróleo, o chamado petróleo de custo – portanto, esse bônus que está sendo pago agora, salvo engano, entrará como petróleo de custo –, os impostos, tudo o que foi gasto para produzir, e do chamado petróleo de lucro, ficarão 40%, no mínimo, para o Estado, e o restante, para a empresa.

Agora, um dado muito importante a gente vai apresentar lá na frente sobre essa questão. O equívoco que a gente considera bastante grande é porque Libra já é uma área totalmente mapeada, a agência já tem praticamente certeza do que está presente ali, a Petrobras foi contratada para mapear completamente a área de Libra. Portanto são dados muito concretos, e a Lei da Partilha prevê a possibilidade de que o Ministério de Minas e Energia poderia ter convocado diretamente a Petrobras para produzir nessa área, sem a necessidade de realização de leilão. O leilão foi uma opção apresentada pelo MME e pela ANP.

Bom, uma rápida olhada aqui: cerca de 50 empresas entraram no Brasil após a quebra do monopólio entre 1995 e 1997. Eu peguei as 11 primeiras empresas, as que estão com mais áreas, têm um portfólio maior: das 11 empresas, apenas duas são brasileiras – Petrobras e OGX; nove empresas são estrangeiras; e não é muito diferente para as outras 19 empresas. Esse é um dado da produção de petróleo no Brasil em 2012. Isso aqui para a gente já revela o equívoco que foi a realização dessas 11 rodadas, quer dizer o Brasil passou uma boa parte do controle de um setor estratégico da nossa economia para empresas estrangeiras.

Agora, um olhar rápido também. Eu dizia que alguma classe social pode ter os seus direitos respeitados sem que o País não se desenvolva ou não cresça. Com a classe trabalhadora, efetivamente, isso não acontece. Para nós trabalhadores os nossos interesses caminham diretamente ligados aos interesses do nosso País. Portanto, qualquer trabalhador, qualquer sindicato, qualquer organização que imagina que é possível defender o direito do trabalhador sem um olhar estratégico para o crescimento da Nação, para o desenvolvimento social como um todo do País, estará cometendo um grande equívoco para a sua corporação. Portanto, nós trabalhadores, organizados na Federação Única dos Petroleiros, olhamos o País como um todo;

não temos a pretensão de olhar, de forma alguma, de uma maneira separada. Então – eu menciono ali no final –, condições de trabalho e desenvolvimento da cadeia produtiva são absolutamente fundamentais. Com a privatização, nós estamos convictos de que isso não acontecerá.

Hoje há, segundo dados do Sinaval, sindicato patronal da construção naval no País, cerca de 53 navios petroleiros encomendados no Brasil, principalmente a partir da mudança da política da Petrobras a partir de 2003, porque, até então, não havia nenhum. O Brasil já foi o segundo armador do mundo. Em 2002, nós tínhamos dois mil trabalhadores, Senador, nos estaleiros brasileiros; tínhamos reduzido esse número praticamente a zero. Só havia os vigilantes tomando conta do mato, que tomava conta dos nossos estaleiros. A partir de 2003, com a mudança governamental, é importante que se diga – nessa questão, para nós, tem de haver mudança de Estado e não, mudança de Governo. O País não pode ficar à mercê do governo que lá esteja. –, uma mudança de governo foi importante, porque obrigou a Petrobras a encomendar os navios no Brasil, e isso mudou completamente o quadro dos estaleiros brasileiros.

Mas vejam bem vocês: das 50 empresas presentes no nosso País no setor do petróleo, 30 operadoras têm 53 navios encomendados, aliás, 52 navios; des-ses 49 navios são encomendados pela Petrobras. Aí, poderíamos perguntar: e esses outros três de onde são? Esses outros três navios são encomendados pela PDVSA. A PDVSA do Chávez, aquele monstro que muitos pintam pelo País afora, é quem fez as únicas três encomendas aos nossos estaleiros. Não há uma encomenda dessas operadoras privadas que entraram no País a partir dos leilões. E aqui, sendo claro, amigos e amigas presentes nesta audiência, empregos em plataforma, refinaria, terminal, escritório são altamente especializados e em número muito pequeno. Onde é que está o desenvolvimento e a renda? O desenvolvimento e a renda estão na cadeia produtiva, antes e depois. Fabricando, Senador, os metalúrgicos fazendo os nossos navios, os químicos, aqui representados pelo companheiro Donizetti, produzindo os derivados plásticos, produzindo na petroquímica. Lá é que estão os empregos e a renda.

Só para ilustrar – o companheiro Donizetti é meu companheiro lá da região do ABC –, Senador, observamos que lá no ABC há cerca de 20 mil trabalhadores envolvidos na cadeia produtiva do petróleo na região, entre petroquímica, derivados plásticos e tudo mais. Nós temos, Senador, no petróleo, na refinaria, cerca de 1,5 mil trabalhadores. Então, portanto, é na ponta da cadeia que há o emprego e a renda. Produzir petróleo

e exportar não adianta para o desenvolvimento nacional, vai ser mais uma exaustão dos nossos recursos naturais. E nós vamos mostrar um pouquinho como, infelizmente, o nosso País se move nesse sentido.

Vocês vão ver que essa transparência é um pouco diferente das demais. Isso eu peguei do *site* da Petrobras. São dados da Petrobras, disponíveis na página – porque a Petrobras é bastante transparente – para todos. A Petrobras planeja produzir em 2015, para pegar um dado bem real, cerca de 3 milhões de barris, para um consumo – aqui em verde. Em verde é o mercado derivado de petróleo no Brasil; a carga processada nas nossas refinarias, em azul; aliás, a produção está em verde; o meio amarelinho ali não dá para distinguir direito, mas é o mercado de derivados e a produção que a Petrobras planeja. – Então, ela planeja, para 2015, 3 milhões de barris, e o Brasil estará consumindo cerca de 2,5 milhões; portanto, a Petrobras estará exportando 500 milhões de barris em 2015. Planeja, para 2020 – olhem esse dado aqui –, produzir 5 milhões de barris para o mercado brasileiro de cerca de 3,2 milhões. É esse o dado. Então, exportará 1,7 milhão de barris só a Petrobras. Quanto às empresas privadas – existe muito chute –, mas fala-se em um milhão de barris. Mas só esse número da Petrobras já é um número muito alto para nós.

Há que se aproximar esses dois dados aqui no gráfico. Nós não podemos nos movimentar no sentido de exportar petróleo. Se nós nos movimentarmos nesse sentido, nós estaremos repetindo a tragicomédia de países de terceiro mundo que exportam recursos naturais, em vez de processar o seu desenvolvimento, gerando emprego e renda no nosso País.

Agora, se isso já aconteceu de maneira equivocada em outros momentos, quando a gente trata de um bem estratégico, como o petróleo e gás, é ainda mais grave. Há uma outra transparência que aponta o quanto cresce o consumo de petróleo e gás na China e na Índia. Quero dizer para vocês, com muita franqueza: em relação o petróleo do pré-sal, que o Presidente Lula apontava como um bilhete premiado, de que alguns faziam chacota, cada vez se confirma mais o quanto de fato o peão metalúrgico estava certo enquanto muitos doutores que desdenhavam estavam equivocados. Do petróleo do pré-sal cada vez se confirma mais não só a existência quanto a sua qualidade.

Agora, eu digo para vocês...

(*Soa a campanha.*)

O SR. JOÃO ANTONIO DE MORAES – ... com muita tranquilidade: é a maior descoberta petrolífera dos últimos 30 anos. A maior, se usarmos para o nosso povo; se colocarmos à disposição dos sugadores de energia do planeta, não vai dar para nada. Outros

países já se iludiram com isso. Indonésia exportou petróleo a US\$1.00 e hoje exporta a US\$105; os nossos *hermanos* argentinos exportaram petróleo a US\$5 e hoje estão exportando a US\$100, porque os sugadores de energia do mundo consomem esse petróleo do pré-sal de uma maneira muito rápida. Um americano consome seis, sete vezes mais energia que um brasileiro, consome dez vezes mais petróleo para movimentar a sua máquina de guerra. Então, é muito importante e pode significar a redenção nacional, se for voltada para os nossos interesses; se for voltada para exportação, não vai dar para nada.

A gente aponta aqui ainda alguns dados do mercado de trabalho, Senador, que é o pedido da Comissão. Olhem só: nós temos, na Petrobras, cerca de 85 mil trabalhadores próprios, cerca de 360 mil trabalhadores terceirizados, divulgados pela Petrobras.

Quanto à Statoil da Noruega, com muito orgulho, nós dizemos que as condições de trabalho dos trabalhadores da Petrobras só têm como paralelo no mundo os trabalhadores da Statoil na Noruega, porque aqui no Brasil não; aqui no Brasil ela atua como uma empresa privada qualquer: ela tem cerca de 200 trabalhadores próprios, 500 trabalhadores terceirizados. Agora, esses trabalhadores próprios são basicamente trabalhadores administrativos dos escritórios; nas plataformas, nas áreas produtivas, não há trabalhadores próprios, são todos terceirizados.

A mesma coisa a Shell, que é ainda pior, porque a Shell não divulga as coisas. A Statoil ainda tem um pouquinho de transparência. A Shell tem cerca de 700 trabalhadores. Ela mistura tudo nos seus dados: coloca trabalhadores das plataformas junto com os trabalhadores do comércio de petróleo, de derivados; mistura comerciante com petroleiro. Dá uma confusão, mas o nosso sentimento, pelos dados que a gente de companheiros de sindicatos irmãos, é que desses 700 trabalhadores da Shell também não estão presentes trabalhadores próprios nas plataformas. E quem conhece um pouco das condições de trabalho no nosso País sabe o quanto terceirizar é precarizar. Essa é a história.

A OGX, do Sr. Eike Batista, a mesma coisa: tem 6 mil trabalhadores ao todo, mas apenas 350 trabalhadores próprios. E a mesma coisa: todos são trabalhadores administrativos; as plataformas estão todas subcontratadas, terceirizadas.

Então, qual o resumo que a gente faz do que significaram até aqui os 11 leilões para as condições de trabalho no País, Senador? Terceirização ainda maior que a da Petrobras, que nós já consideramos um completo equívoco; jornada trabalho maior do que as jornadas praticadas pela Petrobras; sem negociação coletiva, ou, quando existe, muitas com o sindicato cartorial.

Qualquer um pode acessar a página do Sinditob, que é um sindicato de trabalhadores criado pelas empresas de petróleo no nosso País, e ver que não é página de sindicato de trabalhadores. Não tem sequer relação com alguma central sindical, não aponta o Dieese. É, realmente, um sindicato patronal, com o qual a maior parte das empresas negocia.

Falta transparência na divulgação dos resultados, falta desenvolvimento da cadeia. Nenhuma dessas empresas se propõe a construir uma refinaria em nosso País, nenhuma delas. Dizia-se muito que a abertura viria para fazer refinarias, não é, Senador? Nós ficamos 30 anos sem fazer refinaria e só passamos a fazer com uma mudança política, de governo, porque, se depender das empresas que estão entrando, não sai refinaria, muito menos cadeia produtiva.

Então, o que nós pensamos? Precisamos mudar essa história, desenvolvendo a cadeia produtiva como um todo; exigindo melhores condições de trabalho, atualizando a Lei nº 5.811, de 1972, que é a lei que rege as condições de trabalho para esse setor, exigindo o seu cumprimento, porque as empresas privadas também não cumprem essa lei; e, principalmente, não podemos permitir uma política industrial para esse setor calcada na exportação de petróleo *in natura*.

O Projeto de Lei nº 531/2009, apresentado na Comissão de Direitos Humanos desta Casa, é uma referência muito importante. Ali, nós propomos o controle dessas questões todas. Foi construído pelo conjunto das centrais sindicais brasileiras, pelo movimento social brasileiro, e a FUP teve o orgulho de ter a confiança dessas entidades para dar letra a essa proposta. Não temos dúvida de que é a melhor proposta para o nosso País.

(*Soa a campanha.*)

O SR. JOÃO ANTONIO DE MORAES – Permitiremos que um recurso como o pré-sal, que a natureza levou 130 milhões de anos para construir – 130 milhões de anos! É da época da pangeia ainda –, repita a tragédia de outros recursos, como o pau-brasil, como o ouro, como o ferro? Essa é a grande questão sobre a qual nós, brasileiros, temos que nos debruçar. O petróleo do pré-sal vai ser para a redenção nacional? Ou o petróleo do pré-sal vai ser como foi o ouro? Não sei se todos sabem, mas o Brasil chegou a produzir, em um só ano, três vezes todo o ouro produzido no Planeta. O que ficou para o nosso País desse ouro? Nós, trabalhadores, sabemos que ficou muito pouco. Aqueles que se endinheiraram, que construíram suas mansões, seu patrimônio pessoal, talvez tenham levado um pouco do nosso ouro, mas o povo brasileiro e os trabalhadores certamente não levaram.

Era isso. Nós agradecemos o espaço e nos colocamos à disposição para o debate.

Obrigado em nome da Federação Única dos Petroleiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, João Antonio de Moraes, Coordenador-Geral da Federação Única dos Petroleiros.

O projeto que ele mencionou foi apresentado por ele na Comissão de Direitos Humanos, em nome das entidades. Eu o peguei para relatar – acabou sendo aprovado na Comissão de Direitos Humanos – mais para suscitar o debate. Ele foi, depois, se não me engano, para as mãos do Senador Delcídio do Amaral. Ajudou, mostrando a visão dos trabalhadores. O debate é importante.

Então, passamos a palavra agora ao Fernando Leite Siqueira, Vice-Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras.

Antes do Fernando Siqueira, permitam-me: eu quero registrar a presença entre nós do meu querido amigo e companheiro, único Senador aqui presente – o horário também não ajudou –, Mozarildo Cavalcanti, que é Senador que está sempre acompanhando os debates e se posicionando no lado social. Meus cumprimentos ao Senador Mozarildo, que está aqui acompanhando este debate. (*Palmas.*)

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – Muito bom-dia, Senador Paulo Paim e demais companheiros da Mesa, Srs. Deputados, senhoras e senhores.

O companheiro Moraes já relatou bastantes coisas e eu vou tentar complementar o que foi apresentado. Eu perdi o início porque eu estava na outra sala, no outro auditório onde Senador estava. Mas ele correu para cá e eu fiquei lá perdido.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer para todos os senhores que não há nenhum sentido a realização de leilões de petróleo. Em primeiro lugar, porque nós já temos descobertos mais de 60 bilhões de barris de petróleo. Temos Tupi (9 bilhões), Iara (4 bilhões), Franco (9 bilhões), Libra (15 bilhões), Carioca (10 bilhões), Sapinhoá (2 bilhões), Área das Baleias (5 bilhões). No total, com outros, são 60 bilhões, que, com os 14 que tínhamos antes do pré-sal, nos dão autossuficiência para mais de 50 anos. Portanto, não tem sentido nós entregarmos petróleo para empresas estrangeiras em vez de deixar a Petrobras produzir o que já encontrou e, gradativamente, ir desenvolvendo os demais campos.

Nós precisamos hoje é de construir refinarias para exportar petróleo com valor agregado; derivados de petróleo e não, petróleo bruto, porque, de cara, a União perde 30% em impostos (Cide, PIS, Cofins, ICMS). Então, não tem sentido nenhum exportarmos

petróleo bruto e muito menos entregarmos o pré-sal para empresas estrangeiras.

Rapidamente, eu queria dizer que o petróleo é extremamente estratégico, porque energeticamente tem uma relação de 100 para 1 (no Oriente Médio, você gasta uma unidade para obter 100). Em águas profundas, cai para 23 para 1, mas, ainda assim, está muito na frente do segundo colocado, que é o carvão (a biomassa dá uma média de 1 para 1). Além disso, há outra função estratégica da petroquímica. Nós temos hoje 3 mil produtos que têm a participação da indústria petroquímica, que vêm do petróleo – são computadores, fertilizantes, componentes eletrônicos, etc. Para substituir esses derivados do petróleo, seriam necessários aproximadamente 25 a 30 anos com altos investimentos. Os países desenvolvidos, irresponsavelmente, se tornaram reféns desse produto e, a partir dos anos 80, o consumo passou a superar o descobrimento, e hoje nós temos esta alarmante proporção: para cada barril que se descobre, quatro são consumidos.

Para mostrar essa irresponsabilidade, nós temos hoje aqui que a matriz energética mundial tem 87% em combustíveis fósseis não renováveis: petróleo, gás e carvão.

Não vou falar no pré-sal porque o tempo é curto.

Quando o pré-sal foi descoberto, os diretores da Petrobras foram falar com o Presidente Lula e ele retirou esses blocos em laranja, que estavam incluídos no nono leilão, e mandou criarem um grupo de trabalho interministerial para fazer uma nova legislação.

Aí está o pré-sal – creio que o Moraes já mostrou –, a província do pré-sal; é a “picanha azul”, segundo os gaúchos, e a “baleia azul”, segundo os baianos. Temos aqui o núcleo central, onde foi descoberto o campo de Tupi, que hoje está produzindo. O pré-sal já está produzindo 310 mil barris por dia, e ali estão assinalados os campos sobre os quais falei no início, cujas reservas me foram passadas pelo ex-diretor da Petrobras Guilherme Estrella.

Este círculo vermelho aqui mostra os blocos que foram fruto de uma das leis do grupo de trabalho do Presidente Lula, que foi a Lei de Capitalização da Petrobras, que estabeleceu que a Petrobras teria uma cessão onerosa de algo em torno de 6 blocos, e esses blocos deveriam conter 5 bilhões de barris.

A Petrobras perfurou o primeiro bloco, o campo de Franco, e achou 9 bilhões de barris – já ultrapassou os 5 bilhões. Depois, furou o campo de Libra, que deu 15 bilhões de barris. Os dois são integrados. A ANP não aceita isso, mas a geologia diz que esses campos são uma estrutura única, o que dificultaria o leilão para outras empresas. É a questão da produção unitizada. Então, esse bloco de Libra, de 15 bilhões, com o de

Franco – são contíguos –, tem uma reserva de algo em torno de 24 bilhões de barris.

O que deveria fazer a Agência Nacional de Petróleo? Usar a lei nova em seus arts. 2º e 12, chamar a Petrobras e dizer: “Olha, a sua descoberta ultrapassou o contrato de cessão onerosa. Então, vamos fazer um contrato de partilha do excedente, porque a lei diz que áreas estratégicas devem ser entregues à Petrobras sem leilão”. Quer dizer, leilão já não tem sentido. Agora, entregar um campo descoberto pela Petrobras, por conta da cessão onerosa, que é o maior campo do mundo é um contrassenso inaceitável, absurdo e antinacional!

Aqui nós mostramos por que há essa pressão externa tão grande.

Mais de 60% das reservas mundiais estão no Oriente Médio. Os Estados Unidos têm uma reserva hoje de 30 bilhões de barris. Isso se nós computarmos o *shale gas*, que está se mostrando um fracasso retumbante, não só por ter uma depressão de mais de 40% ao ano, mas porque a água injetada com produtos químicos para fraturar o reservatório e contamina violentamente o meio ambiente. Há filmes aí, inclusive da Rede Globo, mostrando, nos Estados Unidos, o absurdo que é a poluição dessa água, a poluição causada no meio ambiente, inclusive como a deformação de animais e a afetação de pessoas. Mas, mesmo assim, os Estados Unidos, que têm uma reserva de 30 bilhões e consomem 10 bilhões por ano; portanto, estão numa insegurança energética brutal, assim como toda a Europa e a Ásia, regiões onde estão os países mais desenvolvidos.

Então, quando aparece o pré-sal, se reativa a Quarta Frota americana para “proteger” – entre aspas – o Brasil, mas, na realidade, no Atlântico Sul estão Brasil e Argentina, e a Argentina havia desnacionalizado o seu petróleo. Portanto, o Bush reativou a Quarta Frota para “proteger” – entre aspas – o Brasil, ou seja, para pressionar o governo e as instituições brasileiras a entregar essa riqueza para os americanos.

O outro conjunto de pressionadores é o cartel internacional do petróleo, que está alojado no Instituto Brasileiro de Petróleo – lá, na audiência da ANP, eu o chamei de “instituto beneficente das petroleiras estrangeiras”, porque, além de pressionar para abrir leilões para entregar uma área que eles tiveram em mãos durante 13 anos e não investiram nada, querem agora que o Governo brasileiro a entregue de bandeja.

Isso aqui é o pico de produção mundial que a Agência Internacional de Petróleo negava, mas, agora que o *shale gas* deu uma folga aos Estados Unidos, ela admitiu que o pico de óleo convencional já ocorreu em 2013. Então, a tendência agora é uma queda

fortíssima e, como os países estão numa insegurança energética brutal, querem o nosso petróleo.

Rapidamente: nós tínhamos a Lei do Monopólio Estatal do Petróleo, que foi quebrada em 1995 com a Emenda nº 9. Para regulamentá-la, foi feita uma lei ordinária – em todos os aspectos, legislativos e morais, porque é uma lei incoerente, ela tem artigos conflitantes. O art. 3º diz que as jazidas de petróleo pertencem à União, os direitos de exploração pertencem a União, mas o art. 26, que é o artigo feito pelo *lobby* aqui no Congresso, diz que quem produz o petróleo é dono dele, gerando uma obrigação de pagar apenas 10% de *royalty* em dinheiro.

Para se ter uma ideia do absurdo disso, os países exportadores ficam com 80% do petróleo contra 20% das empresas exploradoras. Nós aqui, com a lei antiga, que regeu o 11º leilão... O Moraes falou aqui que inclui áreas da margem equatorial, margem essa que ainda não foi explorada, pode conter áreas estratégicas, pode conter pré-sal e, portanto, seria enquadrável na nova lei e não na Lei nº 9.478, que entrega toda a propriedade do petróleo.

Durante a discussão da lei do Presidente Lula aqui no Congresso, incluíram uma... Como não conseguiram derrubar a partilha da produção nem a regra de a Petrobras ser operadora única...

E por que a reação contra a operadora única ser a Petrobras? Porque as duas fontes de corrupção na produção mundial são o superdimensionamento dos custos de produção e o subdimensionamento do óleo produzido e, com a Petrobras como operadora, essa corrupção não aconteceria. Então, eles tentaram derrubar, mas, como não conseguiram, colocaram uma emenda dizendo que o *royalty* pago será devolvido em petróleo. Então, essa emenda está vigorando hoje no contrato da ANP, pela qual o *royalty* pago em dinheiro é devolvido ao produtor em petróleo.

Temos aqui mostra da pressão do IBP, da Fiesp, da Onip – Organização Nacional da Indústria do Petróleo – sobre o Congresso, sobre a ANP, sobre o Senado, sobre o Judiciário.

Então, o Wikileaks publicou o telegrama. Saiu na grande mídia, que é favorável ao capital estrangeiro. Portanto, é insuspeito.

Diz assim Patrícia Pradal, Diretora da Chevron: “A estratégia das petroleiras para barrar o novo marco regulatório do Pré-Sal é fazer um forte *lobby* no Senado por meio do IBP, da Onip e da Fiesp”.

Fizeram oito audiências públicas, sendo 6 no Senado e 2 na Câmara, só em 2010.

Outro telegrama [do consulado do Rio a Washington] diz: “As petroleiras não terão mais, como em outros países, a concessão dos campos sendo

donas do petróleo. No Pré-sal o modelo é de partilha”. A União é a dona.

Para Carla Lacerda, da ExxonMobil, o controle da Petrobrás sobre as compras de equipamentos, tecnologia e serviços poderá prejudicar os fornecedores americanos.

Então, eles não queriam que a Petrobras fosse operadora única.

Os telegramas revelam a insatisfação das petroleiras com a nova lei, em especial com a Petrobras sendo operadora única, e como elas atuaram no Senado para tentar mudar a nova lei, inclusive, o contrato de partilha.

E recomendaram – é importante frisarmos isto: “É preciso atuar com muito cuidado, para não despertar o nacionalismo dos brasileiros”.

Isso mostra bem a estratégia, não é?

Agora, o Moraes já cobriu bastante, mas vamos falar um pouquinho sobre o 11º leilão, que foi regido pela lei do Fernando Henrique, a Lei nº 9.478.

O petróleo é todo do produtor, que só paga apenas 10% de *royalty* em dinheiro. E, no mundo, os países exportadores ficam com 80% do total do petróleo produzido.

Foi incluída a margem equatorial – e o Moraes também já falou disso –, que é a área que a Petrobras ainda não explorou e que pode ter áreas estratégicas ou mesmo pré-sal, que, no caso, têm que ser regidas pela nova lei, e não cabe mais a Lei nº 9.478, de 1997.

Agora, vindo para o 12º leilão, ele é específico para um campo de Libra, esse que a Petrobras descobriu por conta da cessão onerosa e lhe foi tomado, porque excedeu os 5 bilhões. A estimativa inicial é que fossem encontrados 5 bilhões, mas a Petrobras pagou pelos campos com títulos do Governo e, com esses títulos, o Governo recomprou ações da Petrobras, passando a participação governamental, no capital social, de 38% para 48%. Essa foi uma ótima engenharia financeira.

Mas, quando a Petrobras perfurou o primeiro campo de Franco, achou cerca de 9 bilhões de barris; já ultrapassou os 5. Quando perfurou Libra, com 15 bilhões, já deram 24. O que teria de acontecer pela nova lei? Uma negociação, um contrato de partilha: a Petrobras contrataria com a União o excedente, cerca de 19 bilhões de barris.

Então, o que a ANP fez? Retirou o campo da Petrobras, retomou o campo, e vai leiloar um petróleo descoberto com risco zero, o maior campo do mundo hoje. Uma coisa desse tipo só acontece em país militarmente ocupado; não pode acontecer em um país democrático.

Aí fizemos uns questionamentos na 2ª audiência pública do 12º leilão: por que a ANP criou, no edital, a

exigência do Operador A em todos os consórcios, se, por lei, a Petrobras é operadora única dos campos do pré-sal? Existe a intenção de o Governo estrangular ainda mais a empresa, inviabilizando a sua atuação?

Nessa questão da pressão externa, Senador Paim, veio pessoalmente o Vice-Presidente americano, Joe Biden, falar com a Dilma e com a Graça. No meu entender, ele foi dizer: “Olha, Dilma, leilão Libra ou desiste da reeleição”; e foi dizer para a Graça: “Não participe desse leilão. Compre o mínimo que você puder, senão o bicho vai pegar”, porque é isso o que está acontecendo, ao mesmo tempo em que ilegalmente o Governo manda a Petrobras importar derivado e vender mais barato para as suas concorrentes, que não repassam para a população. Qual é a idéia disso? É inviabilizar a Petrobras como operadora.

Vamos ver mais à frente mais indícios disso aí.

Então, por que exigir Operador A, se “Operador A”, por lei, é a Petrobras?

Segundo, a lei estabelece um percentual fixo do excedente em óleo. Quer dizer, do óleo-lucro. Ganha o leilão quem der um percentual maior do óleo-lucro, mas a ANP estabeleceu uma tabela de variação desse óleo-lucro, desse percentual, e ainda estabeleceu um valor monetário para esse percentual. Então, duas coisas surgem aí e geram dúvidas.

Primeiro, há a idéia de pagar a Petrobras em dinheiro e não em petróleo, como manda a lei? Por que estabelecer um valor do petróleo? Por que estabelecer um valor variável do percentual do petróleo?

Aí existe uma tabela, Senador, que, nas condições mais favoráveis, quando um poço produzir acima de 24 mil barris e o preço do petróleo for acima de US\$170.00, o consórcio abre mão de 3,9% do seu percentual para a União. Mas quando as condições forem ruins para os dois, ou seja, produção abaixo de 4 mil barris por dia e o preço do barril a menos de US\$60.00, a União abre mão de 26,9% para o consórcio. Quer dizer, é um favorecimento explícito. Se as condições forem maravilhosas, o produtor abre mão de 3,9% ou 3,7%; quando as condições forem péssimas para os dois, a União abre mão de 26,9% para o produtor. É estranhíssimo. Isso não está previsto em legislação nenhuma, não existe isso. Nós vamos entrar com ação judicial contra isso.

Aqui há outro questionamento. O campo de Libra foi vendido à Petrobras, já falei, por conta da cessão onerosa, etc. A ANP tomou o campo e vai leiloá-lo. Qual é a lógica para isso? Existe isso no mundo, a não ser em país militarmente ocupado?

Há questionamento sobre o bônus de assinatura. *(Soa a campanha.)*

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – O bônus de assinatura estabelecido de R\$15 bilhões vai eliminar as empresas brasileiras e dificultar muito a participação da Petrobras num campo que já era dela para perfurar, já era da União cedido a ela. A ideia é entregar esse campo mesmo para o cartel internacional do petróleo? O que a Nação ganha com isso?

O Diretor da ANP me respondeu, quando eu perguntei por que o percentual mínimo foi estabelecido em 41,65% se, no exterior, esse percentual é acima de 80% que, nas contas dele, a União vai acabar ficando com 75% do petróleo, e o Ministro Lobão também falou essa bobagem. Está todo mundo acreditando nisso.

Então, fizemos umas contas elementares para ele, na hora. Eu olho o lucro, é 100%. Abate-se o custo de produção, e do *royalty* sobram 45% para dividir. Se o vencedor der 60% – o que já vai ser uma benesse, porque estabeleceram 41,5% –, a União vai ficar com 27% e o consórcio vai ficar com 40% do custo de produção mais 15% do *royalty*, que lhe será devolvido em petróleo, e mais 18%, que é a sua parte no óleo-lucro. Setenta e três por cento do petróleo vai para o consórcio, dos quais a Petrobras fica com 30%; portanto, 21,9%.

Então, de onde o Ministro e a ANP tiraram esses 75%? Estou procurando até hoje.

Por essa razão, por esse erro de contas é que se está entregando do o pré-sal para cobrir o déficit em transações correntes. No Governo Fernando Henrique começou um processo selvagem de desnacionalização das empresas brasileira, e os novos proprietários dessas empresas começaram a remeter lucro para o exterior, o que gerou um déficit de transações correntes. O Governo brasileiro começou a incentivar a vinda de dólares, de qualquer maneira, para tapar o buraco. Veio dólar para especular na Bolsa – o chamado capital-motel: fica uma noite, ganha dinheiro e vai embora; e veio dólar para comprar empresas brasileiras eficientes, lucrativas. Só que aí essa remessa de lucro vai aumentando cada vez mais. O cara que especula vem com um dólar e remete dois; o que compra empresas nacionais remete, pelo menos, 30% ao ano de lucro. Em três anos, ele já pagou o seu capital e começa a exportar ativos brasileiros, começa a exportar o patrimônio nacional.

Hoje, esse déficit em transações correntes já está em US\$45 bilhões e está projetado para chegar a US\$75 bilhões no fim do ano. Se colocar o pré-sal para financiar isso, ele vai todo embora, e o Brasil não verá o resultado desse dinheiro. Então, não tem sentido. Pré-sal é para o bem do povo brasileiro; não é para pagar superávit primário nem para cobrir transações

correntes que são fruto de um modelo econômico absolutamente equivocado.

Como é que se faz isso, então? Tem-se de entregar os campos para a Petrobras, porque ela não remete lucros para o exterior. Assim, estanca-se essa sangria de remessa de lucros. Temos de refazer a política industrial brasileira, que não existe.

Quando entrei para a Petrobras, o Presidente Geisel permitiu que ela comprasse equipamentos, no Brasil, até pelo dobro do preço do exterior. Isso permitiu que, no Brasil, se formassem 5 mil fabricantes de equipamentos de petróleo e 2 mil prestadores de serviços, de projeto, inspeção e manutenção. Veio o Collor e tirou a vantagem do Geisel; veio o Fernando Henrique e jogou uma pá de cal, criando o Repetro, um decreto que isenta as empresas estrangeiras de impostos de importação e não isenta as nacionais. Resultado, Senador: 5 mil empresas foram desmontadas, e as que restaram, hoje, foram compradas pela General Electric e outras internacionais.

Quando se fala que o conteúdo nacional tem de ser de x por cento não quer dizer nada. Conteúdo nacional é qualquer empresa que esteja situada no Brasil. Sob conteúdo nacional, hoje, estamos defendendo o interesse de empresas estrangeiras. Então, temos de ter uma política industrial. A Petrobras é que tem de produzir e aplicar no Brasil, gerando tecnologia, gerando desenvolvimento.

Temos de recriar condições para que o empresário nacional refaça o parque de empresas genuinamente brasileiras. Assim se estancará a sangria da remessa de lucros, que virou uma bola de neve perniciosa e que, se continuar nesse ritmo, não para nunca.

Então, Senador, há uma desinformação imensa no setor petróleo.

Quando a Presidente Dilma viu que deu o 2º turno, pediu para a Aepet dar a ela um discurso, a gente mandou: o pré-sal é a maior oportunidade que o Brasil já teve de deixar de ser o eterno país do futuro para ser uma potência financeira, econômica e tecnológica. A Presidente traduziu: o pré-sal é o nosso passaporte para o futuro e entregar o pré-sal é jogar dinheiro fora. O País precisa desse recurso. Então, não estou entendendo. Não sei se Presidente Dilma está se pressionando a nível de vir o Vice-Presidente aqui e, se fosse o caso, o Obama também. Não sei o que está havendo. Acho que a Presidente tem de retomar o seu discurso nacionalista e continuar o avanço causado pelo Presidente Lula, quando derogou essa maldita Lei nº 9.478 e fez um novo projeto para passar de concessão para partilha, e a partilha de produção retoma a propriedade para a União. Então, acho que a Presidente Dilma tem de rever um pouco essa questão.

Acerca da terceirização, temos aqui uma revista do Ministério Público que mostra que a Petrobras tinha, em 2002, 120 mil terceirizados. Hoje, como o Moraes já mostrou, são 360 mil. A terceirização vulnerabiliza a Petrobras, primeiro porque não mantém a tecnologia na empresa. Inclusive, podem os espões industriais colocar técnicos para fazer espionagem industrial na Petrobras. Hoje, temos, no centro de pesquisa, 50% dos pesquisadores terceirizados, que podem levar isso para a empresa que lhes pagar, que lhes comprar mais caro.

Então, vemos que o terceirizado é um explorado por gigolôs de mão de obra, que não lhes dão treinamento, não lhes dão assistência médica, não lhes dão vantagens sociais, que os exploram profundamente. Muitas vezes, não lhes pagam nem aquilo que é devido, obrigando-os a apelar para a Justiça.

Temos, enfim, uma insegurança muito grande. Isso está acontecendo no Brasil inteiro. Estou aqui com o setor elétrico, que está com o mesmo problema. Acidentes ocorrem. Enfim, há uma insegurança grande para os trabalhadores e para a contratante.

A Petrobras fica vulnerável não só porque coloca trabalhadores não treinados no nível dela. Ela não pode treinar os terceirizados. Ela não pode dar treinamento, eles são fatores de risco tanto para eles quanto para as instalações, por falta de treinamento. Além disso, o fato de o trabalhador estar inseguro reduz drasticamente a sua capacidade de trabalho, reduz drasticamente suas condições emocionais e, portanto, não eles têm o mesmo desempenho que um trabalhador que faz um trabalho com segurança.

Temos aí uma média de 80 mil concursados que não conseguem entrar para a Petrobras. Fizeram o concurso. O primeiro colocado do cadastro de reserva ainda não foi chamado. Temos um absurdo completo. Há 80 mil empregados que se projetaram no concurso – eram mais de 10 concorrentes por vaga – que não têm chance de entrar na Petrobras e mostrar a sua capacitação.

Quando o Reichstul fez um trabalho para desnacionalizar a Petrobras, fez o mesmo esquema da Argentina. Foram os mesmos grupos: o Credit Suisse First Boston, o Rothschild. Todos os concorrentes da Petrobras estavam lá fazendo a privatização da IPF argentina. Inclusive, houve uma auditoria nas suas reservas, que passaram de 3,2 bilhões de barris para 1,6 bilhão, da noite para o dia. Depois da privatização, voltaram ao normal sem nenhuma descoberta nova. Quer dizer, houve uma manipulação explícita mostrada pela Fundação Bariloche. Esse mesmo grupo se instalou no 12º andar do edifício da Petrobras, durante um ano, e colheu todas as informações estratégicas

alegando que era para analisar as ações da Petrobras que foram vendidas na Bolsa de Nova Iorque.

Então, chegou-se a um processo de desnacionalização da Petrobras que previa terceirizar brutalmente a empresa. Depois de desnacionalizada, esses terceirizados seriam os empregados da Petrobras que sairiam da empresa, como foi feito na Argentina. E o Reichstul, nesse processo de desnacionalizar a empresa, chegou a mudar seu nome para Petrobrax, para ficar mais palatável para os compradores estrangeiros. Ele fez uma compra da consciência dos chefes, dobrando a gratificação de chefia, triplicando a gratificação de chefia. Então, um chefe passava a ganhar R\$25 mil por mês e um técnico de último nível ganhava R\$6 mil. Um cara que ganha R\$25 mil não abre mão desse trabalho, vira um defensor do seu chefe e não mais da empresa. Ele deu a esse pessoal liberdade para contratar pessoas, para contratar empresas. Essas empresas contrataram pessoas terceirizadas. Aí, teve de tudo. Houve nepotismo, contratação de amantes dos chefes, coisas que denegriram a imagem e a integridade da Petrobras.

Portanto, a terceirização, a meu ver, é uma grande ameaça à companhia e uma grande precarização à segurança dos trabalhadores.

Muito obrigado, Senador.

Não sei se ultrapassei meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não. Ficou dentro do limite.

Foi o Dr. Fernando Leite Siqueira que fez sua exposição. No final, lembrou os dados que temos da Comissão de Assuntos Sociais e também da Comissão do trabalho. Noventa por cento dos acidentes nas empresas são com terceirizados. Praticamente, em cada dez, oito são com terceirizados. É mais ou menos esse o dado que nos passam os próprios fiscais do trabalho e, é claro, preocupa todos.

Passaremos a palavra, agora, ao...

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – Só um dado a mais aqui. (*Fora do microfone*).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois não.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – Saiu em *O Globo* do dia 11/08 que as maiores clientes da Justiça são, hoje, as empresas (*Fora do microfone*.) terceirizadoras, são as mais questionadas na Justiça por não cumprirem os contratos dos seus trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com certeza. Há até uma expressão, são os chamados gatos. Contratam e depois somem. O trabalhador fica sem receber sequer a indenização.

Passaremos a palavra, agora, ao Sr. Aparecido Donizetti da Silva, Secretário-Adjunto de Administra-

ção e Finanças da Central Única dos Trabalhadores Nacional representando aqui o Sr. Vagner Freitas de Moraes, Presidente Nacional da CUT.

O SR. APARECIDO DONIZETTI DA SILVA – Bom dia a todos e todas. Quero saudar a mesa na figura do Senador Paim.

Não vou nem utilizar todo o meu primeiro tempo, até porque nós, da Central Única dos Trabalhadores, temos como referência a FUP. Somos, e reforçamos aqui, contra os leilões que estão para acontecer. Estamos tendo um acompanhamento muito próximo da FUP sobre a política que porventura vem sendo discutida na FUP, obviamente fazendo uma adequação disso ao cenário e à CUT Nacional. Então, acho que isso é importante.

Antes de começar, quero dizer que vou focar muito mais o lado da precarização, que é outra parte. Não trouxe dados, porque não vim especialmente para essa atividade, mas posso comprometer-me de, em outro momento, trazer dados muito mais concretos. Mas pela prática, pelo que andamos, pelo que vivenciamos durante todo esse período... Lógico, sabemos que os números são importantes, mas, em nosso cérebro, por nossa experiência, isso está muito vivo.

Quero salientar, até como reflexão, aos companheiros e às companheiras, em especial a você, Paim, que, no momento em que forem trabalhar essa regulamentação, devem levar em consideração onde a CUT está no tocante à precarização dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Antes de começar, quero agradecer o que vocês vêm fazendo pela classe trabalhadora, como participante da Central Única dos Trabalhadores. Soube que você esteve no Espírito Santo em outra atividade importante. Precisamos bastante da sua ajuda naquela demanda lá. Já tenho todos os históricos. É importante que você continue dentro dessa linha, nos ajudando porque precisamos. Hoje, sabemos o quanto é importante ter pessoas comprometidas com a classe trabalhadora aqui neste espaço político, que também é nosso, já que fazemos parte da sociedade. Então, até publicamente, quero agradecer seu interesse por essa demanda e também o parabenizo pelo espaço.

Bom, falarei da precarização. Com certeza, não devo ter utilizado meus dez minutos. A primeira coisa – e já foi mencionada aqui – é a terceirização, fato real que me trouxe aqui.

Todos nós sabemos – estávamos na CCJ ontem – que havia a probabilidade de votarem a regulamentação do 4330, que tem alguns avanços, mas que também traz bastante preocupação em alguns itens, principalmente o item quarto. Isso deixamos bastante

claro. Os números já foram colocados, tanto pelo companheiro Moraes quanto pelo advogado, parece-me...
(Intervenção fora do microfone)

O SR. APARECIDO DONIZETE DA SILVA – Isso, da Petrobras. Os índices de acidentes que ocorrem nas bacias, nas refinarias é esse mesmo. Estamos falando de Petrobras, que usa os título de “O Petróleo é nosso”, a “Petrobras é nossa”. É um pouco do *lobby* que existe nacionalmente, e gostamos e queremos ter orgulho de estar dizendo isso. Preocupa-me, no momento dos leilões, se essa preocupação também deva ocorrer.

Então, no momento em que estamos falando de precarização no local de trabalho – é o foco em que estou –, temos que estar atentos a isso. A Petrobras, que é nossa, tem todos esses índices de acidente, e a maioria desses acidentes – eu não trouxe dados, mas eu posso trazer e sei que vocês têm – são dos companheiros e companheiras terceirizados. E os números também foram apresentados; as empresas que porventura comprem essas bacias também têm um número gigantesco, triplicado, quadruplicado de terceirizados – é só nós focarmos onde estão os acidentes e até as mortes. Então, aí, já começa a nossa primeira preocupação.

A segunda é “petróleo é nosso”. Nós também gostaríamos de ter a responsabilidade de trabalhar não só os acidentes ou a precarização na Petrobras como também na cadeia de fornecedores da Petrobras. Eu mesmo participei, há um ano e meio, de uma discussão de um grupo de trabalho que havia com todos esses fornecedores da cadeia produtiva da Petrobras. Isso também é acidente de trabalho e é de responsabilidade da empresa mãe.

Ao mesmo tempo em que olhamos empresas não brasileiras também participando e utilizando essas bacias, também teremos que ter essa preocupação. E eu estou falando da Petrobras, que é nossa, que já tem um índice preocupante. E, aí, vamos definir, apoiar, aprovar... Eu fico ouvindo muitos discursos, lendo muitas coisas e, até então, não é esse tipo de coisa.

É fato que os acidentes nunca acontecem comigo, nem com meu filho, nem com meu irmão, não é? Sempre vai acontecer com o seu. Sempre é assim: “comigo nunca acontece”; “nunca vão me assaltar”; “nunca vai acontecer comigo”. Não, nunca. Sempre com o outro. E, portanto, eu não me preocupo. Eu procuro fazer uma política somente para mim e não para os demais.

Uma terceira coisa que está indiretamente ligada à precarização também é a responsabilidade da qualificação da mão de obra, principalmente na terceira geração; que eu conheço muito bem, que também é uma responsabilidade de todo este universo que estamos colocando.

E vou repetir: o petróleo é nosso, o petróleo é da sociedade brasileira. E, se não houver uma política da mão de obra qualificada lá na terceira geração também... É só entrar nos setores de plásticos, por exemplo, de injetores e ver o que ocorre dentro dessa realidade e onde estão os acidentes. E os acidentes lá são: perda de mão, perda de braço, perda de dedo, pernas, pé. É esse tipo de acidente que está em nossas mãos no momento em que, equivocadamente, tomamos decisões sem conhecer o todo.

Eu não trouxe dados, e poderei, num outro momento, Paim...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. APARECIDO DONIZETTI DA SILVA – Isso.

Eu posso mostrar esses dados aqui, e fotos, e mostro onde foi e onde está acontecendo isso. Então, isso não é teoria; é “vi”, sei onde está”. Como você falou, em outro momento, podemos trazer.

Também essa é uma preocupação, e eu estou falando de Petrobras. Eu me preocupo no momento em que vejo números e dados de empresas internacionais, colocados principalmente com esses recados, podemos chamar assim, ou seja, preocupados cada um com o seu ponto de vista, com o seu mundinho, com os seus trabalhadores. Acho que cabe a nós, também, fazermos uma reflexão e olharmos, nós também, os nossos irmãos aqui; olharmos a nossa sociedade, já que estamos aqui é para isso. E há muitos trabalhadores e trabalhadoras que, muitas vezes, não conhecem profundamente o que estamos fazendo aqui e esperam – e nós sabemos – que tenhamos responsabilidade no momento de tomarmos essas discussões e não sermos influenciados.

Uma terceira e última coisa, até para eu já ir fechando também, é – e foi dito aqui – a construção naval. Temos que ter uma política na qual valorizemos a compra e os produtos feitos aqui no Brasil, principalmente na construção naval. Principalmente, repito. Inclusive, no seminário que estava acontecendo há uns dois anos – que foi interrompido, e eu também não sei por que – havia políticas trabalhando nesse sentido. Obviamente. Também intervêm na qualificação tanto da mão de obra dos trabalhadores como também em tecnologia dessas pequenas empresas. Porque empresas brasileiras que não tenham investimento em tecnologia também estão propícias a gerar um número grande ou um bom número de acidentes de trabalho.

Então, eram essas três reflexões que eu queria trazer para os companheiros e para as companheiras. Nós, que estamos atentando a esse tema da precarização, devemos observar, olhar. E proponho talvez fazermos uma visita à terceira geração, a esse número de acidentes, a esse universo de terceirizados – alguns

estão falando que é a salvação da classe trabalhadora –, para ver como estão e como vivem. E isso é de responsabilidade nossa.

Então, sempre coloco: sou responsável por isso que conheço e que vi. E tenho certeza que não sou só eu. Principalmente hoje, eu, que estou aqui vivo, para não falar dos demais, e todos nós somos responsáveis por esses índices. Parece que é normal sabermos que existe um acidentado, que alguém perdeu um braço, que alguém perdeu um dedo. Vemos uma falta de indignação tão grande. Sempre ouvimos: “isso comigo não vai acontecer”; “com certeza não vai acontecer com o meu filho”; e “eu tenho certeza de que não vai acontecer com ninguém da minha ligação direta”. É um pouco essa relação que colocam.

Então, encerro, Paim, fazendo essas reflexões e até pedindo desculpa por não trazer dados mais qualificados. Eu estou colocando muito mais a experiência de saber quais são as minhas preocupações como Central Única dos Trabalhadores. É nesse sentido que faço as minhas intervenções na direção, no momento em que se trata de ser contra os leilões. Então, é nesse olhar, é nesse viés que eu, particularmente, procuro conversar com os trabalhadores e com as trabalhadoras da Central Única dos Trabalhadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Aparecido Donizetti da Silva, que falou em nome da Central Única dos Trabalhadores. *(Palmas.)*

E, pegando aí a palavra “responsável”, é o pequeno príncipe que diz: “você é responsável por todos aqueles que cativa”. E nós poderíamos dizer: você também é responsável pela indiferença, quando a situação do outro poderá ser fatal ou mesmo um acidente. Por isso, entendo que a palavra “responsável” é muito bem colocada aí. Somos responsáveis se ficarmos indiferentes à situação, principalmente, a de precarização do trabalho.

Passamos a palavra de imediato a Jorge Alves de Almeida Venâncio, Secretário de Saúde do Trabalhador da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), representante aqui do Sr. Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da CGTB.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO

– Bom dia a todos. Queria saudar o Senador Paim, nosso parceiro de sempre do movimento sindical. saúdo o restante dos membros da mesa e os senhores e as senhoras aqui no plenário.

Recebi aqui a difícil missão de representar o nosso Presidente Ubiraci Oliveira, o Bira. Quero me apresentar. Eu represento a Central no Conselho Nacional de Saúde e fui por dois anos, até recentemente,

coordenador da Comissão de Saúde do Trabalhador e também participei da Comissão de Orçamento.

E queria registrar, em primeiro lugar, que tivemos, no dia de ontem, uma importante vitória do povo brasileiro que foi a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto que dirigiu uma verba substancial do Fundo Social para a saúde e para a educação.

Essa verba, em dez anos, deve atingir um total de R\$270 bilhões, portanto, uma média de R\$27 bilhões por ano, que devem ser divididos, grosso modo, em R\$20 bilhões para a educação e R\$7 bilhões para a saúde. Isso ainda é pouco.

A proposta que o movimento social levou à Câmara dos Deputados, agora no último dia 5, é uma proposta de iniciativa popular, com 1 milhão e 900 mil assinaturas, sugerindo que 10% da receita corrente bruta vá para a saúde, o que significa crescer não apenas R\$7 bilhões por ano, mas crescer R\$35 bilhões por ano para a saúde, para que se possa ter um SUS com o mínimo de qualidade.

É importante termos o dado de que a Argentina, aqui, nossa vizinha, que não tem sequer um sistema universal, ou seja, não atende a toda população, tem um sistema parecido com o do antigo Inamps, que atende basicamente as pessoas com carteira assinada. Apesar disso, gasta por habitante o dobro do que gasta o Brasil em saúde. Isso é para mostrar o grau de “desfinanciamento” que temos nessa área, portanto.

Mas eu acho que a pergunta que é necessário fazermos é: por que a equipe econômica do Governo resistiu tanto a essa proposta aprovada na Câmara? Fez a pressão que fez sobre o Senado Federal, e nem esse pouco que se conseguiu na votação de ontem queria deixar passar. Por quê? Parece-me que a resposta a essa pergunta é: a nossa política econômica, objetivamente, analisando friamente os fatos, não é nem tudo pela educação, nem tudo pela saúde, nem tudo pelos transportes, que foram as bandeiras centrais pelas quais o nosso povo encheu as ruas nesses últimos meses, mas tem sido sistematicamente tudo pelo superávit primário. Nós estamos pagando mais de R\$230 bilhões de superávit primário, ou seja, de pagamento aos banqueiros, enquanto as verbas somadas da saúde e da educação não chegam a esse montante.

Além disso, reparem que, para se conseguir aprovar o projeto de ontem, teve que se aceitar reduzir o que estava no projeto aprovado anteriormente na Câmara dos Deputados: a cota mínima de óleo lucro para União, no leilão do petróleo, de 60 para os 40%, que foram colocados no edital. Isso foi necessário aceitar para que se aprovasse o projeto na Câmara dos Deputados ontem. Isso quer dizer o quê? Essa é a questão sobre a qual devemos refletir também em conjunto

com todos os presentes. Significa que, primeiro lugar, está havendo uma resistência aberta, escancarada, à lei da partilha. A tentativa de fazer esse leilão do jeito que ele está sendo feito é uma tentativa de ressuscitar, na área do pré-sal, a Lei das Concessões de 1997.

Reparem só como funcionava a lei das concessões: o petróleo era da União enquanto estivesse debaixo da terra; saiu de debaixo da terra, ele passava a ser de quem tirou. Essa é a diferença básica. E, além disso, havia um bônus inicial que, frente ao conjunto de rendimento daquele campo – eu diria, para ser modesto aqui – era irrisório, como já foi demonstrado aqui pelos outros expositores que aqui colocaram os números.

Quando fomos para o sistema de partilha, qual era o mecanismo básico? Ganhava a disputa quem oferecesse a maior cota de óleo lucro para a União. E nós sabemos que a média mundial é acima de 80%. No entanto, se faz um leilão em que o mínimo foi definido como 40% apenas. E isso em uma área em que o risco é zero, porque, como já foi demonstrado, ela já foi pesquisada pela Petrobras. Qual é a lógica disso? Essa é a pergunta que precisamos fazer.

A lógica é, primeiro, tudo pelo superávit primário, porque há um bônus de R\$15 bilhões que, como se viu, é uma coisa irrisória. Quinze bilhões de barris, se se dá R\$15 bilhões como bônus, está se dando R\$1,00 por barril. E o barril custa R\$200,00, quase R\$250,00. Portanto, R\$1,00 em R\$250,00 não é nada. Mas os R\$15 bilhões são suficientes para excluir concorrentes nacionais, para dificultar muito a participação da Petrobras no leilão e, portanto, para favorecer o cartel internacional, que tem muito dinheiro.

Como ele tem esse dinheiro? Além, evidentemente, das atividades que exploram no mundo inteiro, vamos lembrar que todos eles têm grandes bancos, que fazem parte dos seus grupos econômicos. Esses bancos, quando houve a crise econômica de 2008, se disseram *too big too fail* – grandes demais para quebrar. E receberam uma emissão de trilhões de dólares emitidos pelo governo americano, rodando a maquininha de fazer dólar e, com isso, emprestando esses recursos emitidos sem lastro nenhum, a juros negativos, a esses bancos *too big too fail*. Ou seja, isso é dinheiro público recebido a juro francamente subsidiado.

E é com esse dinheiro que eles estão vindo aqui para o Brasil para comprar as empresas nacionais e para produzir uma remessa de lucros inteiramente inédita na história do País, que já ultrapassou os US\$75 bilhões ao ano.

Então, estamos assistindo à tentativa, mais uma vez – porque já vimos isso no governo Fernando Henrique, e deu no que deu –, de entregar, de delegar ao capital estrangeiro o desenvolvimento do País. É mais

ou menos colocar o lobo para tomar conta do galinheiro ou, como disse a nossa Presidente Dilma no tempo em que defendeu o pré-sal, delegar ao lobo tomar conta do nosso passaporte para o futuro.

Parece-nos que essa é uma política que não tem nada a ver com o interesse do Brasil, do povo brasileiro. Essa política pode gerar uma assessoria chique para um ex-diretor da ANP em uma petroleira estrangeira, a HRT. Mas, para o povo brasileiro, ela não tem nenhuma vantagem.

Essas me parecem que são as questões fundamentais. A política de tudo pelo superávit primário é desastrosa para o País. O que o povo brasileiro precisa é de educação, de saúde, de transporte, de que suas necessidades básicas sejam atendidas. A política de delegar ao capital estrangeiro o desenvolvimento do País é conduzir o País a um beco sem saída. Isso já aconteceu; nós já vimos esse filme. Repeti-lo não leva a nada; leva à destruição das forças progressistas que seguirem nesse caminho. porque o povo não vai seguir. O povo vai querer o desenvolvimento verdadeiro.

E, para concluir, eu queria tocar um pouco na questão das condições de trabalho. Eu não vou tratar do futuro nessa questão; eu vou tratar do que já está acontecendo.

Eu tive oportunidade de participar de um debate lá na Câmara de Campinas, em que se tratou da situação do Aeroporto de Viracopos, que, como vocês sabem, foi desnacionalizado também recentemente, no ano passado. E o que vimos? Trabalhador morrendo no mês de março. No mês de abril – pasmem –, a obra do aeroporto derrubou uma laje inteira na cabeça de 14 trabalhadores. Isso me parece uma barbearagem grosseira. Não só em dinheiro, mas em termos de engenharia me parece um absurdo completo.

Aí, qual foi a denúncia que os companheiro da Cerest de Campinas fizeram nessa reunião em que eu estive presente? Reparem como funciona o processo; vamos entender bem. A obra tem que ficar pronta até a Copa do ano que vem – faz parte das obras da Copa. Então, ela tem uma multa, se houver atraso na entrega, de R\$300 milhões. E mais R\$3 milhões por cada dia de atraso, certo? E a multa da vigilância sanitária, que é quem fiscaliza em primeira instância esse tipo de problema, oscila entre R\$6 mil e R\$10 mil. A multa do Ministério do Trabalho, que é uma multa mais encorpada, digamos assim, varia de R\$60 mil a R\$80 mil. Então, o que isso está causando? O consórcio que está levando a construção do aeroporto, se precisar matar quantos for, ele está economizando. Esse é o critério das empresas estrangeiras que estão vindo para cá. É para isso que estamos querendo entregar o nosso petróleo, a preço de banana? Para ganhar al-

gumas assessorias de luxo? Meu Deus do céu! Isso não é possível!

É isso. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi Jorge Alves de Almeida Venâncio, que falou pela CGTB, representando Ubiraci Dantas de Oliveira, que esteve ainda ontem aqui conosco, numa audiência junto ao Presidente da Casa.

Bom, agora, vamos à expectativa muito grande para ouvir aqui a Dr^a Magda Maria de Regina – agora, a pronúncia, você me ajuda – Chambriard, Diretora-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Você vai ter o tempo que for necessário para responder os outros painelistas e expor o ponto de vista da Petrobras sobre o tema da ANP, sobre o tema em debate. Fique bem à vontade. O tempo é seu.

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Senador Paim, eu queria lhe agradecer muito essa oportunidade. Nós estávamos sentindo, na Agência Nacional de Petróleo, a necessidade desse diálogo com a sociedade, com o Senado Federal, com as grandes centrais de trabalhadores, porque estávamos percebendo que as necessidades de esclarecimento eram muitas.

Então, eu quero agradecer sinceramente, cumprimentar a todos na Mesa e dizer o seguinte: pelo que vi aqui, vamos tentar explicar o máximo possível, mas hoje não vai ser suficiente. Assim, eu gostaria que as cinco centrais de trabalhadores e o senhor fossem meus convidados, quantas vezes forem necessárias, na Agência Nacional de Petróleo, para que possamos prosseguir com esse diálogo, que certamente virá em favor da sociedade brasileira.

Eu trouxe para vocês uma apresentação, mas, antes dela, eu queria homenagear o discurso do meu colega aqui, Aparecido Donizetti, da CUT. Uma das coisas que mais me comoveu na Agência Nacional de Petróleo, a partir do momento em que fui Diretora, foi uma visita do Sindicato do Norte Fluminense, da Diretoria do Sindicato do Norte Fluminense, à Agência Nacional de Petróleo. Eles pediram a audiência ao Diretor Haroldo Lima, que era o Diretor-Geral à época, e eu, como Diretora Técnica, também participei dessa reunião.

Nessa reunião, que aconteceu em 2010, logo depois do acidente do Golfo do México, o Sindicato do Norte Fluminense colocou uma questão que foi, sem dúvida nenhuma, a que mais me emocionou e emociona até hoje – e é por isso que eu me emocionei também com a apresentação do Donizetti. O Norte Fluminense disse assim: “Diretora, houve um acidente no Golfo do México, muito se fala em passarinho contaminado,

muito se fala em mangue contaminado, mas morreram 11 trabalhadores e ninguém fala deles. Estamos aqui para dizer para a senhora que não queremos morrer também." Não há como não se sentir tocado por uma palavra como essa. Não há como.

Então, vocês podem ter certeza absoluta de que a ANP vem trabalhando nisso. O relatório de incidentes, que engloba os incidentes mais graves e menos graves, estão na *homepage* da Agência Nacional de Petróleo, como todas as ações da Agência. Aprovamos o relatório de 2012 ontem, de forma que ele também vai para a página. Então, todas as ações da ANP, todas as estatísticas, toda essa questão relativa a acidentes estão na nossa *homepage*, e a colaboração de vocês é absolutamente bem-vinda e necessária.

O Norte Fluminense nos ajuda muito, e eu gostaria que todas essas cinco centrais nos ajudassem com esse quesito, porque ele é de responsabilidade de todos nós, como disse aqui o Donizetti, e eu endosso. Então, as portas estão absolutamente abertas para todo e qualquer auxílio e diálogo que vocês queiram fazer em relação a esse assunto. Essa é a nossa obrigação.

Vamos lá, então, começar com a apresentação que eu trouxe para vocês aqui, para mostrar que temos na mão um grande projeto de Brasil, um projeto importante, um projeto que tem muito a contribuir, sob o ponto de vista da Agência Nacional de Petróleo, ao nosso País, à nossa sociedade.

Eu quero também dizer para vocês que a Agência Nacional de Petróleo, como autarquia federal contratadora, reguladora e fiscalizadora, não faz política. Isso está bem expresso na Lei do Petróleo. Nós somos implantadores de políticas emanadas do Governo Federal, por meio das resoluções do Conselho Nacional de Política Energética.

Como eu passo aqui? Tem que apontar para onde isso? Aponta para onde? Se alguém puder passar para mim, eu agradeço.

Então, vamos lá. Passa uma.

Eu não vou passar todos os eslaides. Eu queria que vocês olhassem para esse mapa. Esse mapa do Brasil todo mundo conhece. Em amarelo claro, estamos vendo as áreas sedimentares, que são áreas onde podemos e devemos buscar petróleo. Em terra, as amarelo claro. Ao longo da costa, estão as áreas sedimentares marítimas. E, ali no sudoeste, no mar, vemos um pequeno polígono, que é a área do pré-sal. Esses quadradinhos coloridos que vocês veem no mapa, tanto em terra quanto no mar, são as áreas que estão sob contrato para exploração e produção de petróleo e gás no nosso País.

No frigor dos ovos, temos 7,5 milhões de quilômetros quadrados de área sedimentar, dos quais tra-

balhamos em 4,5%. Isso significa que 95,5% da nossa área sedimentar estão fora do jogo. Não há ninguém trabalhando nela. Isso significa também que o polígono do pré-sal, que cobre hoje Campos Santos e Espírito Santo – as águas profundas de Campos Santos e da Bacia de Campos, até o sul do Estado do Espírito Santo –, é uma área definida por lei, e tudo que está ali dentro é definido como fazendo parte da área do pré-sal. Essa área do pré-sal tem 2% da nossa imensa área sedimentar brasileira.

O nosso País é um país absolutamente continental e que precisa de tudo. Nós temos, nessa área imensa, uma pequena área onde foi feito um contrato de cessão onerosa. O regime de cessão onerosa permitiu capitalizar a Petrobras para enfrentar os desafios do pré-sal, permitiu também aumentar a percentagem do Estado brasileiro na Petrobras e permitiu que a Petrobras produzisse nessas áreas até cinco bilhões de barris de petróleo.

Foi uma imensa capitalização, uma capitalização bem-sucedida, na qual a Agência Nacional de Petróleo teve uma participação importante e uma capitalização que, certamente, envolveu ativos que têm muito mais que 5 bilhões de barris. Assim, a sugestão do Fernando Siqueira de continuar com partilha o que vai além desses 5 milhões também é boa. Eu acho que temos que estudar isso. Nós, na ANP, estaremos completamente disponíveis para dar ao Governo brasileiro todo e qualquer subsídio técnico que ele precise em relação a esse assunto.

Vamos prosseguir. Mais um.

Eu vou falar do cenário atual e de perspectivas de investimentos no Brasil.

Próxima, por favor.

Encerramos o ano de 2012 com 15 bilhões de barris de reserva aprovada. Encerramos o ano de 2012 com uma média de produção de petróleo e LGN de 2,2 milhões de barris de petróleo por dia. Certamente, faço parte, sou uma das 250 mil – ouviu, João? – pessoas que, segundo você falou, estão sob o âmbito da FUP. Pois é, eu sou uma delas. Só que eu já estou aposentada.

Então, no primeiro dia que eu comecei a trabalhar no petróleo, o Brasil produzia 187 mil barris de petróleo por dia. Participei da campanha dos 200 mil, da campanha dos 500 mil, da campanha do 1 milhão, e é com uma alegria imensa que vejo o Brasil de hoje ter a aspiração de dobrar a sua produção e as suas reservas nos próximos 10 anos.

O Brasil dobrou a sua produção e as suas reservas nos últimos 15 anos, nos últimos 15 anos de vida da Agência Nacional do Petróleo, mas, nesses últimos 15 anos, ele dobrou de um para dois, e nós então co-

locamos um. Então, vamos fazer, nos próximos dez anos, mais do que fizemos nos últimos 15, porque vamos dobrar acrescentando dois. E essa é uma alegria imensa para quem participou de todo esse caminho para chegar até lá.

Próximo, por favor.

Eu queria mostrar para vocês um gráfico que é fruto de um estudo do BNDES. O BNDES fez esse estudo no ano passado, atualizou esse estudo este ano. Esse mapa é do *Perspectivas de Investimento*, do BNDES, de fevereiro de 2013, e ele mostra que o Brasil pretende investir no setor petróleo e gás, entre 2013 e 2016, R\$406 bilhões. Isso é mais de seis vezes o que o setor automotivo vai investir no Brasil nesse mesmo período, mais de seis vezes o que todo o setor mineral vai investir no Brasil nesse período, além de outros muito importantes da nossa economia. Isso não é por outra coisa além do grande objetivo de dobrar a produção e reservas do País. Isso é absolutamente necessário para que possamos fazer isso.

Além disso, tenho aqui um número em que eu gostaria que vocês prestassem muita atenção, porque é esse número que está chamando a atenção do mundo. Nós estimamos que, para dobrar a produção e reserva do Brasil, nos próximos dez anos, nós vamos gastar em bens e serviços – veja bem, em bens e serviços – até US\$400 bilhões, nos próximos dez anos.

Quero chamar a atenção de vocês também para uma coisa que foi dita aqui nesta mesa e que merece ser destacada: para cada emprego que geramos numa petroleira, geramos no mínimo cinco na indústria parapetroleira. Isso foi dito aqui na mesa, e eu quero aplaudir a menção e reforçar que, para cada emprego que geramos numa petroleira, pelo menos cinco são gerados na indústria parapetroleira, nessa indústria que fornece bens e serviços.

Próximo, por favor.

Todos os contratos assinados até hoje pela Agência Nacional do Petróleo têm cláusulas de conteúdo local. Essas cláusulas de conteúdo local obrigam que qualquer empresa, seja ela estatal ou não, adquira uma parte significativa dos seus bens e serviços necessários à exploração e produção de petróleo na indústria brasileira, em benefício da sociedade brasileira.

Nós estamos atrás dessa boa parcela daqueles US\$400 bilhões que serão gastos e que serão geradores de emprego e renda, empregos de grande qualidade. Uma coisa é você cortar cana, outra coisa é você ser empregado da indústria do petróleo. Então, estamos atrás de uma boa parte daqueles US\$400 bilhões para ajudar na aceleração do desenvolvimento industrial do nosso País e ajudar na geração de emprego de boa qualidade no País.

Próximo.

Esse aqui que eu trouxe para vocês é um balanço do PAC. É o último balanço do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) do Brasil. Esse é o PAC 2, 2013, sétimo balanço. Eu trouxe neste – também foi citado nesta mesa – o exemplo da indústria naval. Ele é um dos bons exemplos que nós temos conseguido por meio dessa política de Estado, que é a política de conteúdo local. Por meio disso, eu não botei barco de apoio, não botei as outras coisas. Botei as grandes plataformas, as grandes sondas de perfuração, etc.

Hoje, nós temos trabalhando para a indústria do petróleo estaleiros brasileiros, desde o Nordeste até o Sul do País. Estaleiros cheios de encomendas, estaleiros nos seus gargalos, estaleiros sendo construídos, com um conjunto de encomendas jamais pensado, e que serão muito mais perenes do que se pensa, porque nós temos muito pela frente, e o País tem um potencial imenso.

A Agência Nacional do Petróleo fez também, este ano – e isso está em consulta pública, foi aprovada consulta pública no ano passado, este ano já está na praça –, uma atualização da sua portaria, da sua resolução de conteúdo local. Por meio dessa resolução, nós estamos considerando como conteúdo local uma coisa que não considerávamos antes, que eram as manutenções e reconstruções de sondas, navios, barcos de apoio, como conteúdo local, quando feitos em estaleiros brasileiros.

Só para vocês terem uma ideia, nós temos de 90 a 100 sondas de perfuração atuando no Brasil, no mar. Se cada sonda dessas docar para manutenção a cada 4 anos, nós teremos cerca de 25 encomendas por ano, para esses estaleiros, apenas por essa atualização da resolução da Agência Nacional do Petróleo. Então, prestem atenção nela.

Eu estou mostrando isso para vocês, mostro mapa, mostro coisinhas escritas, mas eu gosto mesmo é de mostrar foto.

Próxima, por favor.

Então, eu trouxe para vocês algumas fotos de resultados de políticas de conteúdo nacional. Uma das coisas mais emocionantes também que eu vivi: eu fui madrinha desse barco de apoio que está na base do eslaide da esquerda. Ele é o SEA Brasil. Esse barco, quando foi lançado ao mar, o estaleiro permitiu que os trabalhadores saíssem do trabalho e fossem direto. Eles foram de macacão, igualzinho naquela foto ali em cima.

Eu vou dizer para vocês o seguinte: difícil não chorar, porque a alegria por ter colocado o barco no mar era imensa. Era absolutamente imensa. Nós estamos fazendo – nós, quando eu digo, é a sociedade brasileira, não sou eu – muita coisa. E o Senador Paulo Paim

certamente sabe disso, porque muita coisa está sendo feita também no seu Estado. Não é isso, Senador? Então, estamos fazendo coisas demais. Os estaleiros estão cheios e vão continuar cheios.

Quando eu fui num lançamento de um desses navios, o Sindicato dos Metalúrgicos falou assim: “Diretora, nós vamos estar desempregados a partir de 2015.” Eu lhes disse: “Tenha a certeza de que não estarão.”

Próximo.

Fruto dessa política de conteúdo local, temos também um avanço muito significativo em bens de alta tecnologia, equipamentos submarinos. São equipamentos submarinos de alta tecnologia que estão sendo feitos no Brasil, com conteúdo local de 60% a 70%. Esse conteúdo local está apurado pela Agência Nacional do Petróleo. Hoje nós temos cerca de 23 mil certificados emitidos de 2009 a 2012, que apuraram muito bem os investimentos feitos no âmbito dos contratos de concessão da Agência Nacional do Petróleo de 2009 a 2012. Foi o período em que o conteúdo local se aprimorou...

(Soa a campainha.)

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – ... e inseriu a Certificação de Terceira Parte.

Importantíssimo para nós, da Agência Nacional do Petróleo, que vocês conheçam e nos ajudem a aditar esses certificados, inclusive. Está bom? Está aqui uma demanda nossa para as Centrais. Da mesma forma que o Sindicato do Norte Fluminense nos ajuda com segurança operacional, eu gostaria que vocês nos ajudassem com segurança operacional e também com conteúdo local.

Nós estamos a ponto, a poucos passos, de nos tornar exportadores de equipamentos submarinos, porque eles têm alta tecnologia. Eu não sei se vocês viram que, no dia da ANP, que comemoramos os 15 anos da Agência Nacional do Petróleo, fizemos um prêmio de tecnologia. O que é isso? Os contratos de concessão assinados pela Agência Nacional do Petróleo – o contrato de partilha e o de cessão onerosa também terão – uma cláusula que diz que grandes campos, muito produtivos e muito lucrativos precisam investir em pesquisa e desenvolvimento no Brasil. Em 98, não investimos nada. Do período de 98 para 2012, investimos R\$7,5 bilhões. Nós vamos investir quase R\$30 bilhões nos próximos 10 anos em pesquisa e desenvolvimento em prol de inserir a tecnologia de que precisamos para desenvolver bens e serviços para a indústria nacional. Tudo isso, gente, está no âmbito de Contratos de Concessão de Partilha e de Cessão Onerosa. É muito bom que vocês conheçam, acompanhem e até nos digam: “Olha, gostamos disso, mas só 60%, ainda há 40% de melhoria ou gostamos de 40%

e ainda há 60% de melhoria.” E, certamente, todos nós seremos absolutamente sensíveis a essas sugestões.

Nós ainda temos um caminho a percorrer, importante, no sentido de dar às sondas de perfuração um aprimoramento importante. Quando trazemos o conteúdo local para a fase de exploração, vemos que 60% do investimento são relativos à sondas de perfuração em si e outros 40% são todo o resto. E nas sondas de perfuração, inclusive em algumas daquelas, Senador Paim, que estamos fazendo no Rio Grande do Sul, ainda cabe aprimoramento. É responsabilidade de todos nós garantirmos esses aprimoramentos.

Próximo.

Estes são os números de que falei para vocês. Investimos, de 98 a 2012, R\$7,5 bilhões. Vamos investir quase R\$30 bilhões nos próximos dez anos. Vocês todos precisam tomar conta desses investimentos para que eles sejam absolutamente proveitosos porque a cláusula diz: “São investimentos a serem feitos em universidades e centros de pesquisas brasileiros.” Nós temos universidades de 16 Estados recebendo esse dinheiro. São mais de 40 instituições públicas que tiveram laboratórios construídos, com importantes trabalhos feitos. E nós vamos continuar com esse trabalho.

E nós vamos continuar com esse trabalho. É isso aí que está permitindo, por exemplo, que tenhamos um prêmio de tecnologia possível e há de ser dado no Brasil. Vamos fazê-lo em todo dia 06 de agosto.

Próximo.

Vamos falar, então, da 11^a Rodada de Licitação. Eu concordo com vocês que dissemos, realmente, e reiteramos, que a 11^a Rodada foi um absoluto sucesso. Vou mostrar a vocês por que consideramos isso.

Próximo.

A primeira coisa é o que está neste mapa. Não é razoável que a maioria, a esmagadora maioria, do investimento brasileiro em exploração e produção de petróleo e gás do Brasil se dá no litoral do Rio de Janeiro. Eu sou carioca, gente! Eu sou carioca e petroleira. Mas, veja bem, é razoável que quase 90% ou mais do investimento da indústria do petróleo se dê no litoral do Rio de Janeiro? Nós temos 28 Estados nesta Federação. Então, eu não estou querendo que vocês concordem comigo, mas quero que vocês pensem no assunto.

Nessa 11^a Rodada, colocamos áreas em 11 Estados brasileiros. Nesses 11 Estados brasileiros, 10 são do Norte e Nordeste. Por isso, falamos, então, da Margem Equatorial. Se vocês forem ver o que é a Margem Equatorial, verão que é uma área de alto risco exploratório. É uma área difícil, uma área onde estimamos recursos, mas que não podemos desconsiderar

um risco elevadíssimo. Nessa área, quase não temos trabalho exploratório: temos pouquíssimo.

Nessa área, os reservatórios de petróleo em águas profundas, de qualidade, ainda não foram achados. Nenhum. Nessa área, quando perfuramos, achamos maus reservatórios. Ainda há muito estudo a ser feito. Nós, da Agência Nacional do Petróleo, defendemos que há de ser feita uma importante modelagem de bacia (isso é um termo geológico) para que, efetivamente, consigamos puxar o fiozinho dessa meada, porque o fiozinho dessa meada há de ser proveitoso para o Brasil.

Próximo.

Nessa Rodada, tivemos um bônus de assinatura muito maior do que todas as outras Rodadas. Mais importante que isso: amarramos um compromisso mínimo de investimentos nesses 11 Estados brasileiros, que foi o maior compromisso já amarrado em todos os tempos. Não sei se vocês se deram conta, mas, de 2007 para cá, a Agência Nacional do Petróleo tem investido verba do Plano de Aceleração de Crescimento, do Governo Federal, em prol de adquirir dados geológicos e geofísicos em bacias a que nós chamamos de “novas fronteiras brasileiras”. O que significa nova fronteira? Significa: não conheço. Esses estudos vêm agregando informações importantes e fizeram que Estados que nunca sonharam em participar do jogo do petróleo viessem a participar, por exemplo: o Estado do Piauí. Quem já foi ao Piauí – tenho certeza de que todos os representantes da sociedade aqui já foram ao Estado do Piauí – já viu que, de Floriano para baixo, a região é muito pobre.

A Agência Nacional do Petróleo, de 2007 a 2008, botou ali 500 trabalhadores para fazer uma aquisição sísmica. Isso mexeu com o Governador do Estado – só para vocês terem a ideia da magnitude desse investimento em um Estado como o Piauí. O Governador do Piauí foi a nossa 11ª Rodada e disse: “Diretora, o que estamos amarrando de investimentos compulsórios nesses projetos, nesses contratos licitados no Piauí é muitas vezes mais do que tudo o que vai ser investido no PAC, excetuando-se o setor de petróleo e gás.” Então, estamos falando de investimento forte em Estado pobre. Vocês não podem se esquecer disso. Emprego de qualidade em Estado que não tem emprego, não há medida de valor.

Próximo.

Nós temos interesse do mundo inteiro... Viu, Fernando Siqueira, você está certo quando diz que a gente tem interesse do mundo inteiro em nossas áreas de petróleo. Isso é pura verdade. Nessa rodada, nós tivemos a possibilidade de as empresas fazerem o *download* dos dados necessários para estudar a rodada

através da Internet. Obviamente, nós monitoramos essas vistas do *site* e esses *downloads*. Nós tivemos 177 mil visualizações de nosso *site*. Tivemos 16 mil *downloads* e tivemos interesse de 21 países diferentes. Mas eu quero que vocês vejam o seguinte: que o País que mais acessou nosso *site* foi o Brasil. Logo a seguir, Estados Unidos, China e Japão.

Então, somados Estados Unidos, China, Japão, Reino Unido e Canadá, os que mais acessaram, o Brasil acessou muito mais do que a soma de todos esses que eu mencionei.

Próximo.

Nós habilitamos para a 11ª Rodada 64 empresas. Nós habilitamos 30 empresas como “Operadoras A”, aquelas empresas que podem operar em todos os ambientes, inclusive em águas profundas. Treze delas foram vencedoras. Habilitamos, como “Operadoras B”, aquelas que só podem operar em águas rasas ou em terras, 10 empresas. Nove foram vencedoras. E habilitamos como “Operadoras C”, aquelas que só podem operar em terra, 18 empresas. Oito foram vencedoras.

Aí há diversas empresas genuinamente brasileiras. Só não temos mais porque não tivemos mais licitações, inclusive para campos marginais. Essa é a entrada para as operadoras brasileiras. Para o capital brasileiro, essa é a melhor entrada. Para o futuro, nós podemos contar com essas empresas. Nós temos diversas delas brasileiras, genuinamente brasileiras.

Próximo.

Quero falar para vocês de resultado da 11ª Rodada e dizer para vocês que a empresa que mais ganhou bloco na 11ª Rodada foi a Petrobrás que ganhou 34 blocos. A Petrobrás até optou por não ser operadora na maior parte desses blocos, mas ela tem hoje parceria em 34 blocos. A segunda empresa que mais ganhou bloco foi a Petra, empresa genuinamente brasileira e que vem se consolidando como uma operadora terrestre com aptidão para gás natural.

Próximo.

Dessas empresas habilitadas para gás natural em terra ou para bacias maduras, nós temos 16 vencedores: 11 em bacias maduras e 08 em novas fronteiras. Diversas delas brasileiras, inclusive empresas do Governo de Minas, etc. Empresas que foram pretoras e eram originalmente prestadoras de serviço na Bacia de Campos, ou seja, o movimento do investimento brasileiro na direção das companhias de petróleo está acontecendo sim e está dando certo.

Próximo.

Vamos falar, então, da primeira licitação da partilha.

Próximo.

Nessa licitação da partilha, nós vamos ofertar uma área, que também já foi dita aqui, é gigante. Exatamente por ser gigante que desperta extrema atenção. Exatamente por ser gigante é que vai merecer um investimento gigantesco, um investimento de centenas de bilhões de dólares. Exatamente por ser gigante é que esse investimento de centenas de bilhões de dólares, em bens de serviços, há de ficar, em grande parte, no Brasil. Isso daí é absolutamente prioritário! Essa indústria petroleira que vai trabalhar aí precisa ser, em grande parte, brasileira. Isso é uma coisa que precisa ser objeto de atenção, não apenas da Agência Nacional do Petróleo ou das certificadoras de terceira (?) parte etc. Isso precisa ser objeto de atenção de toda sociedade brasileira.

Fernando Siqueira colocou um *slide* que dizia o seguinte: “Fazer, no Brasil, tira espaço das grandes supridoras de bens e serviços internacionais. É verdade... E é por isso que a gente tem de estar atento, porque a política de conteúdo local não pode desaparecer no Brasil, ela tem de ter vindo para ficar.

Eu sou de um tempo, quando o Brasil produzia 187 mil barris de petróleo por dia – e há muita gente aqui desse tempo, pois eu os reconheço –, a indústria naval era grande. Eu tinha diversos colegas, formados comigo, que trabalhavam na indústria naval. Nem um deles ficou! Todos esses colegas que trabalhavam na indústria naval, formados na UFRJ, foram para o mercado financeiro. Eu espero que as pessoas que trabalhem hoje na indústria naval, mais adiante não precisem ir para o mercado financeiro, que elas persistam na indústria naval.

Bom, vamos falar aqui, então... Neste momento de contrato de partilha, nós temos um único parâmetro de oferta que é o excedente em óleo para o Estado brasileiro. Bônus de Assinatura vai ser fixo em edital; Programa Exploratório Mínimo, que é o investimento mínimo para ser amarrado, vai ser fixo em edital; Conteúdo Local, fixo em edital. Olhem em nossa *homepage*. Nós temos a tabela das exigências de Conteúdo Local. É importante que vocês olhem. O vencedor, obviamente, é o consórcio ou a empresa que ofertar maior percentagem de conteúdo local. A Petrobras é a operadora mandatária com, no mínimo, 30% de Conteúdo Local. A Petrobras há de participar dos consórcios e, se seu consórcio for vencedor, aumentará sua participação. Caso não o seja, ela vai ficar com 30% honrando a oferta vencedora. É este “honrando a oferta vencedora” que nos fez obrigar a que tenhamos, em todos os consórcios, uma “Operadora A”. Imagine vocês que nessa licitação está vedada a participação de bancos, estão vedadas a participação de fundos de investimento. Só se permite a participação de petrolei-

ras. Por quê? Porque as petroleiras têm de ser capazes de ofertar um projeto viável. Se elas não forem capazes de ofertar um projeto viável será prejuízo para o Brasil, será prejuízo para a Petrobras e será prejuízo para a indústria brasileira. Por isso, a gente exige que as empresas que forem participar do consórcio sejam qualificadas para tal.

Próximo.

Todas essas informações estão no brasil-rounds.gov.br

Observem que nosso Brasil está sempre com s, não é o caso...

Volta uma, por favor... Dá para voltar uma?

Nosso Brasil, o do pré-sal, não está com z, está com s. Nosso Brasil, de nossa *homepage*, também está com s. Espero que vocês também reflitam sobre isso.

Volte uma, por favor.

Acho que já dei meu recado: No Brasil-rounds o Brasil está com s, se é que vocês me entenderam.

Próximo.

Eu estou mostrando aí para vocês que o pré-sal já é uma realidade.

Esse polígono vermelho, pontilhado em vermelho, é a área do pré-sal conforme definida em lei, está certo? Essa linha aí no meio mostra a divisa das Bacias de Santos e Campos – Campos para o norte, Santos para baixo.

Nós temos pré-sal produzindo muito; nós temos pré-sal produzindo pouco. Nós temos pré-sal produzindo 600 barris por dia; nós temos pré-sal produzindo 20 mil, 25 mil barris por dia. Por poço, é claro!

Eu vou mostrar para vocês que, em Trilha, o pré-sal produz 385 barris por dia; em Linguado, produz 466 barris por dia; em Pampo, 565; em Lula, 25 mil por poço; no Parque das Baleias, 25 mil por poço. Então, isso já está fazendo uma distinção que também é importante que vocês entendam.

Próximo.

A Agência Nacional do Petróleo é bastante transparente, ouviu. Eu convido vocês a visitarem a nossa *homepage*. Todo mês, a gente emite um relatório que está lá na página e que diz o seguinte: os campos que mais produziram petróleo, os campos que mais produziram gás, os campos que declinaram a produção, os campos que aumentaram de produção, os poços que mais produziram no Brasil óleo, os poços que mais produziram no Brasil gás, etc.

Esse pré-sal – eu concordo também com o Fernando Siqueira –, que é maravilhoso e que é, mesmo, como a Presidenta Dilma disse, o nosso passaporte de futuro, ele é altamente produtor, sim. Ele tem áreas. Ele não é todo isso. Ele tem áreas altamente produtoras.

Só para vocês olharem, aqueles são os 15 maiores poços produtores de petróleo no Brasil, no mês de maio de 2013. E com essas estrelinhas ali nós pusemos a marca dos poços que produzem só do pré-sal: estrelinha amarela, Parque das Baleias; estrelinha verde, área da Bacia de Santos. E vocês veem que nós temos produções jamais pensadas no pré-sal.

Eu me lembro de que, no passado – o Fernando Siqueira vai me ajudar nisso –, a gente teve um poço de Marlim Leste, se não me engano, que chegou a produzir, durante pouquinho tempo, 36 mil barris de petróleo por dia. Mas foi um só, e não demorou muito. Então, vocês estão vendo aí que o pré-sal realmente tem essa magnitude de que se fala – estrelinhas em bastantes poços, estrelinhas em poços importantes.

Próximo.

Esse pré-sal foi muito bem mapeado. E também é verdade quando o Fernando Siqueira fala que nós conhecemos bastante da oportunidade que nós vamos licitar.

Através da Agência Nacional do Petróleo, nós autorizamos, num tipo de 0800, ou seja, grátis para o Estado brasileiro...

Eu queria que vocês prestassem um pouquinho de atenção no que estou falando, gente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Estamos prestando.

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu vou ter que dizer que a única coisa que ele disse foi que queria ir ao banheiro.

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Não vai ao banheiro, não, João. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu o orientei.

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Espere mais um pouquinho, João. *(Risos.)*

A Agência Nacional do Petróleo tem um dispositivo que se chama Autorização para Aquisição de Dados. Através disso, o Estado brasileiro conseguiu, grátis, um acervo imenso de dados geológicos e geofísicos que custam zero para este Estado brasileiro. Então, como é que funciona isso? A gente permite que empresas adquiram esse dado. Esse dado vai diretamente para o banco de dados de exploração e produção da Agência Nacional do Petróleo.

Nós podemos usar esse dado no dia zero, sob confidencialidade, por um período. Ou seja, a Agência Nacional do Petróleo usa o dado, mas não pode vender o dado.

Sob esse regime, foi adquirida pela agência uma quantidade muito grande de dados. E um dado espe-

cífico adquirido pela empresa CGGVeritas mudou a nossa cabeça. Esse dado é recente.

Vocês vão ver que, um tempo atrás, nós fomos ao mercado dizer: “Queremos adquirir dez mil quilômetros quadrados, com verba do Plano de Aceleração do Crescimento, de sísmica 3D altamente sofisticada”. E o mercado disse assim para a gente: “Não precisa gastar esse dinheiro, a gente adquire sob compromisso de um período de confidencialidade.”

Então, esse dado altamente sofisticado permitiu que nós mudássemos o nosso entendimento sobre Libra. Essa mudança de entendimento aconteceu exatamente no mês de abril deste ano. Nós achávamos que Libra era grande, hoje nós achamos que Libra é muito maior.

O Libra, para nós, é uma área onde podemos recuperar de oito a doze milhões de barris de reserva. Por que achamos isso? Porque Libra foi descoberto pelo poço ANP – 2A. E esse poço ANP – 2A tem uma coluna de óleo de 326 metros. Isso é do tamanho do Pão de Açúcar! Só para vocês terem uma ideia, isso é da ordem de grandeza do Pão de Açúcar, de um óleo que foi testado (tem 27 graus API) e produziu.

Foi feito também um teste. Esse teste foi feito num dos piores intervalos desses 326 metros e indica para a gente uma produção de 3.600 barris por dia.

É claro que isso é uma projeção instantânea e que não vai ser isso. Mas eu sou engenheira de petróleo e poço dizer para vocês o seguinte: um poço, no local desse ANP – 2A, bem desenhado para ser um produtor, seria um poço que poderia produzir, por baixo, uns 25 mil barris de petróleo por dia. Então, é disso que estamos falando, de uma coisa altamente produtiva, de uma coisa altamente lucrativa – é verdade, mesmo, ouviu, Fernando – e de uma coisa muito grande, que tem que vir e que só tem sentido ser licitado se em benefício da sociedade brasileira. Não há outra razão para isso ser licitado.

Próximo.

Próximo. Vamos passar, porque são dados.

Próximo.

Bom, vamos falar então de lei.

Essa lei do pré-sal, que aconteceu por iniciativa do então presidente Lula, aconteceu porque durante dois anos, ou seja, de 2006 a 2008, o Estado brasileiro foi apresentado a jazidas e a poços que seriam altamente lucrativos e altamente rentáveis.

O então presidente Lula disse para diversas testemunhas que ele não queria passar à história como o presidente que tomou conhecimento de uma coisa dessas e nada fez. Em função disso, ele constituiu um grupo interministerial que estudou esse assunto, emitiu um relatório, que foi submetido ao Congresso Nacio-

nal, discutido extensivamente no Congresso Nacional por anos, na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, e virou lei.

Essa lei, aprovada, eu entendo, pela sociedade brasileira – porque essa sociedade brasileira se faz representar pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal –, teve um veto presidencial na distribuição dos *royalties* e persiste sendo discutida, porque ela é realmente de extrema relevância.

Várias vezes, as pessoas dizem o seguinte: “Magda, o que você acha disso?” Eu digo: eu não acho nada. A Agência Nacional do Petróleo vai estar disponível para dar todo o subsídio técnico que a sociedade precisar para essa discussão. Mas nós não vamos pender nem para um lado nem para o outro, porque esse não é o nosso papel.

Nós temos, através dessa Lei do Pré-sal que vigora hoje, um tempo contratual do contrato de partilha improrrogável de 35 anos. Nós fizemos as nossas contas, sim, ouviu, Fernando, e podemos abri-las para vocês, porque é um direito da sociedade conhecer isso. Um bônus de assinatura de R\$15 bilhões. Esses R\$15 bilhões representam, sim, 75% de participação governamental. Esse bônus não é um empréstimo, ouviu, João – voltou do banheiro atento. Esse bônus não é um empréstimo. Esse bônus é pago na assinatura do contrato e não vai ser deduzido de custo-óleo coisa nenhuma. Está certo?

Nesse contrato, prevê-se também conteúdo local. Esse conteúdo local está com 37% de conteúdo brasileiro na fase de exploração...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A senhora tem mais cinco minutos.

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – ... Na fase de exploração. Estou quase acabando.

Porque a fase de exploração é aquela em que os estaleiros estão terminando (falha na gravação) 55% para a fase de desenvolvimento até 2021 e 59% de conteúdo local a partir de 2022.

Próximo.

Próximo.

Aquela célula amarela é o que vai ser ofertado.

Próximo.

Isso aí é importante. O que é participação governamental? Olhem para o barrilzinho de petróleo da esquerda. Descontados os custos, nós temos óleo a partilhar. Esse óleo a partilhar, com os 41,6% naquela tabela, vai dar três partes para o Estado brasileiro, representados por União, Estados e Municípios, e uma parte para o grupo empreiteiro, vamos dizer assim.

O que está nessas três partes? Bônus de assinatura, imposto de renda e contribuição social e a própria partilha. Isso faz com que, nesse patamar aí de 41,66%, nós tenhamos três partes do óleo lucro para União, Estados e Municípios e uma parte para o grupo empreiteiro.

Se a oferta da participação governamental for de 50% naquela célula amarela – porque aquilo ali é o mínimo, e vai haver uma competição –, a participação governamental vai para 80%. Se for 60%, vai para 86%, que é mais do que o Fernando Siqueira queria.

Agora, Libra é um caso especial. Isso não podia ficar na lei com 60%, porque vai haver casos dentro do pré-sal em que isso não vai ser verdade, e 60% inviabilizariam a exploração de uma coisa que é importante para o País.

Próximo.

Próximo.

Décima segunda rodada.

Muito se fala de gás não convencional. Gente, nós estamos com um País imenso...

Próximo.

... Que tem indícios de gás natural de norte a sul. É isso aí que estamos buscando, porque isso aí está virgem. E aí eu vou convidar vocês para discutir isso na Agência Nacional do Petróleo, porque senão o Senador Paulo Paim vai brigar comigo, eu vou passar muito dos cinco minutos.

O nosso País tem muito potencial, em terra, para gás natural. Nós não podemos deixar isso de lado.

Próximo.

Próximo.

Volte um, por favor.

Essas áreas roxinhas são as áreas para a 12^a rodada. Eu gostaria que vocês olhassem primeiro que elas são muito pequenas em relação ao montante de áreas amarelas. Então, mesmo licitando isso, vai ficar muita área fora do jogo.

Eu gostaria que vocês olhassem também que nós estamos descentralizando esse investimento exploratório e evitando que esse investimento exploratório fique só no litoral dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Próximo.

Próximo.

Gente, a mensagem que eu quero deixar para vocês é que este nosso País é um continente. Um continente rico. Um continente que tem muito a beneficiar esta sociedade brasileira. As oportunidades são muitas, para gás, para óleo, para a pequena empresa, para a média empresa, para a grande empresa, para a sociedade como um todo, para a empresa de petró-

leo, para os prestadores de serviço, e nós temos que nos beneficiar disso.

E isso tem que ser uma coisa que aconteça com a participação de todos. Não pode estar o Governo achando que está fazendo o bem e a sociedade achando que está sendo lesada, porque isso não é verdade. Nós estamos absolutamente dispostos e disponíveis para receber vocês a qualquer hora que queiram na Agência Nacional do Petróleo. É só agendar e ter um pouquinho de paciência com a minha agenda.

Eu queria que vocês lembrassem o seguinte: a Agência Nacional do Petróleo não faz política nem fará política. A política emana do Governo, em consonância com as leis do País. Está certo? Então, isto eu gostaria de dizer para vocês: qualquer que seja a lei, a Agência Nacional do Petróleo a implantará, como é obrigação da Autarquia. Não vou pender nem para um lado nem para o outro. Só vou estar disponível para todo e qualquer esclarecimento que a sociedade precisar e demandar.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Magda Maria Regina Chambriard, Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Isso é porque ela não faz política. O que dirá se ela a fizesse. Com essa fala tranquila, foi envolvendo a nós todos de uma forma tal que a ficamos ouvindo quase uma hora. Faz política, e faz muito bem.

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD – E tenho um voo às 15h30min. De forma que o Neto veio aqui me avisar que às 14h30min eu tenho que ir embora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não, mas está bem. Nesse horário, nós já teremos terminado.

Eu quero só também reafirmar aqui uma questão que foi dita na mesa. Na região lá do meu Rio Grande, a partir do momento em que o presidente Lula começou a fortalecer o polo naval – você esteve lá, não é, Moraes? –, mudou totalmente. Era considerada a região dos primos pobres do Rio Grande. Agora, Rio Grande, Pelotas, Palmares têm em outra realidade, um potencial enorme, baseado especificamente na visão do nosso Governo em relação àquele polo naval.

Pois bem, nós temos aqui dois senhores no plenário que pediram a palavra. Eu vou dar somente aos dois, devido ao tempo, que está escasso aqui, tanto o da nossa diretora, como também o que tenho aqui para o Plenário.

É o Francisco Soriano, do Sindipetro do Rio de Janeiro, e o Dalton, que é do Sindipetro de Alagoas. Está certo?

O SR. DALTON FRANCISCO DOS SANTOS – De Sergipe e Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – De Sergipe e Alagoas.

Eu vou pedir para cada um cinco minutos, para fazerem suas perguntas. Aí voltamos para a mesa, para as considerações finais dos nossos convidados.

Primeiro, o Sr. Francisco.

O SR. FRANCISCO SORIANO – Eu quero cumprimentar o Senador Paim, na pessoa de quem eu cumprimento toda a mesa, também não deixando aqui de render a minha homenagem à bela exposição que todos fizeram dentro dos seus pontos de vista.

Eu quero enumerar aqui alguns pontos que a gente tem batido, como Sindicato dos Petroleiros, sediado no Rio de Janeiro, e no âmbito da Federação Nacional dos Petroleiros.

O companheiro da CUT falou sobre a Federação Única dos Petroleiros, uma grande federação. Mas existe outra federação. Inclusive, o nosso sindicato é filiado à Central Única dos Petroleiros.

Sobre desinvestimento, sobretudo, é a minha preocupação, Senador. A Petrobras hoje pratica uma política que tem, vamos dizer assim, uma metáfora de dizer a palavra “desinvestimento”, em nome da qual ela pode comprar tudo que for aí – campo de Libra, Bacia Potiguar –, e no dia seguinte, sem que ninguém saiba como aconteceu, a Petrobras aparece sem o BS-4, foi vendido. E com a anuência da Agência Nacional do Petróleo, porque tem que passar por esse referendo.

Ninguém sabia que o campo BS-4, que contém dois campos de petróleo – BS-4 significa Bacia de Campos –, foi vendido para o Sr. Eike Batista. Está lá escrito em inglês.

Apesar de a nobre e vigilante colega fazer questão do s, todas as empresas do Sr. Eike Batista têm o x, o guia GTX, em que contou com a presença dela, essa inauguração, que deu muitos postos de trabalho, que é uma coisa, sob esse ponto de vista de empregar, elogiável.

Mas o que menos a gente tem a elogiar é com relação às demandas da mão de obra precarizada, sobretudo das empresas do Sr. Eike Batista, que chegam lá também no nosso sindicato, em todos os 19 sindicatos. Os 19 sindicatos estão unidos numa única causa que é exatamente lutar contra os leilões. E todas as centrais sindicais, logo depois que apareceu o passe livre, o movimento que explode, que também não nasceu espontaneamente, as centrais sindicais também foram para a rua, junto com a UNE, a oposição da UNE, a Aneel, e está lá entre os dez pontos também dos movimentos sociais: um deles é lutar contra os leilões do petróleo.

Então o BS-4 foi vendido, e sem que ninguém soubesse. Nós só sabemos que foram vendidas todas as participações da Petrobras também dos campos de Potiguar porque quem comprou, para poder ver valorizadas as suas ações, que é a British Petroleum, aquela mesma do grande acidente no México, contou isso para suas ações valorizarem. Você telefona para a Petrobras hoje e ninguém vai informar. Essa tão importante e enaltecida transparência que precisamos ter, a democracia, não tem hoje na Petrobras. Telefona para lá e pergunta por quanto foi vendida a participação dos campos da Bacia de Potiguar. Só sabemos que foi um grande negócio porque a British Petroleum, para se ver mais rica e ter suas ações valorizadas, disse para o mundo: acabamos de fazer um ótimo negócio, um negócio da China. O Brasil continua sendo o paraíso das multinacionais.

Então, eu queria dizer que esse 11º leilão está *sub judice*. Há ações da Federação Nacional dos Petroleiros, da FUP, do Sindipetro, do Sindicato de Alagoas e de Recife, e não poderia ter sido...

(*Soa a campanha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O senhor tem um minuto para concluir.

O SR. FRANCISCO SORIANO – ... assinado. Nós também entramos com mais uma ação para tornar nulos os 24, naquele dia foram 24. E ao contrário do que a nobre colega e companheira falou, dos campos que foram anunciados, 117 não foram sequer objeto de licitação pública. A licitação que foi feita dentro de um quartel das Forças Armadas, de guerra naval, não contou com 117. Depois correu tão bem aquilo ali... Depois foram colocados pela Agência Nacional de Petróleo mais 117. Isso é um dos objetos da nossa...

Para concluir, tenho uma porção de pontos a levantar, mas, lamentavelmente... Agradeço assim mesmo a generosidade do nobre Senador. Quero dizer que gostaria de mandar isso para o Senador por escrito, para a Agência Nacional de Petróleo.

Parabéns e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu quem agradeço.

Eu só queria dizer que quando a gente convida os painelistas, eles representam vocês que estão no plenário. Eles é que fazem a exposição.

De uma forma espontânea, acabo abrindo a oportunidade, quando faço audiência pública, para que duas ou três pessoas façam algum questionamento à mesa.

Mas os que estão na mesa é que têm que fazer a exposição. Porque, se eu abrir, sei que V. S^a faria outra exposição, e legítima também. Só que precisaríamos de outro momento.

Registro a presença no plenário também do Roni Barbosa, da Central Única dos Trabalhadores.

Devido ao nosso tempo e ao fato de a nossa diretora ter que sair, não dá para abrir a palavra, além dos dois que eu já havia anunciado.

Vou conceder a palavra ao Dalton e, em seguida, volta para a mesa para que façam as suas considerações finais.

Lembro ao Dalton que são cinco minutos.

O SR. DALTON FRANCISCO DOS SANTOS –

Pela importância do tema, quero parabenizar a mesa, especialmente o Senador Paim, pela iniciativa de trazer esse tema nessa audiência.

É importante que todo o povo brasileiro tome conhecimento dessa discussão. O que ocorreu aqui foi bastante esclarecedor, pelo menos para quem está aqui neste momento ou deve estar nos ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ficamos ao vivo pela TV Senado, das 11 horas da manhã até agora.

O SR. DALTON FRANCISCO DOS SANTOS –

Tudo que foi colocado aqui é verdade. A grande questão é sabermos para que vai servir esse pré-sal. Essa é a grande questão. Se vai servir para continuarmos pagando juros e serviço da dívida pública; se vai servir para resolver o problema do povo brasileiro, da miséria; se vai servir para resolver a crise do capitalismo em nível mundial, resolver a melhoria da situação do mercado financeiro internacional e das *Big Oil*, porque os donos dessas *Big Oils* que estão se apoderando do nosso petróleo são os banqueiros. E esses mesmos banqueiros, hoje, têm a maioria das ações da Petrobras. Por isso temos como palavra de ordem: “Todo petróleo tem que ser nosso. Petrobras 100% estatal e sob o controle dos trabalhadores”. Essa é a palavra de ordem da nossa campanha.

Mas eu quero fazer uma pergunta a todos, para quando forem fazer suas considerações finais, sobre a questão do desinvestimento. Discutimos aqui as questões dos leilões de petróleo, a precarização, que é tudo isso que foi colocado aqui e mais ainda. Porque hoje existe na Petrobras um programa chamado Programa Progredir, que quando as gatas ganham uma licitação na Petrobras têm que se dirigir a um banco para o banco comprar aquele contrato. Então, quando a Petrobras paga a fatura do serviço prestado pelos trabalhadores, a prioridade de pagamento é para o banqueiro e não para os trabalhadores.

Depois, lá na frente, ela simula uma falência que é a recuperação judicial. Aí a Petrobras é obrigada a ficar com essas empresas, mesmo sem pagar salário dos trabalhadores, como está acontecendo lá em Sergipe. Há trabalhadores que ficam três, quatro meses

sem receber salário, trabalhadores terceirizados, por conta dessa situação. E chegou a um ponto, Senador, que a Petrobras tem que fazer o supermercado de empresas que ganharam um contrato para fazer a comida para alimentar os trabalhadores, vejam a situação a que chegou.

As bacias do Norte e Nordeste – essa é a pergunta, que é a questão do desinvestimento. Nós temos as unidades de negócio, as UOs; lá no Norte e Nordeste nós temos a Bacia do Amazonas, a Bacia de Sergipe e Alagoas, no Rio Grande do Norte, no Ceará e a do Recôncavo. Nessas bacias, de 2004 até hoje, houve uma queda de extração de 17%. A mesma queda de extração é lá de Sergipe e Alagoas, porque lá nós temos um campo gigante de petróleo que foi o primeiro pré-sal a ser descoberto no Brasil em 1963.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto.

O SR. DALTON FRANCISCO DOS SANTOS

– Queda de extração de barril de petróleo na Bacia de Campos. O Campo de Marlim foi citado aqui que é outro campo gigante, que está com uma queda de extração de petróleo de mais de 50%, o que provoca a queda de 50% na Bacia de Campos. E isso a gente está identificando que seja por conta do desinvestimento que está sendo feito nessas bacias para priorizar os investimentos do pré-sal ultraprofundo, como foi colocado aqui.

Eu gostaria que todos falassem sobre essa questão. Porque, além dos leilões, da questão da terceirização, há a questão do desinvestimento que a gente está sentindo como se fosse uma navalhada na carne.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vamos agora às considerações finais da mesa.

A Dr^a Magda, como tem que pegar o voo em seguida, disse que prefere falar primeiro. Entendemos e desde já agradecemos a sua presença aqui conosco.

Dr^a Magda Maria de Regina Chambriard está com a palavra. Fala aqui pela ANP.

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – A primeira coisa que tenho a dizer é o seguinte: desinvestimento da Petrobras, a Petrobras ela própria, terceirizados da Petrobras, destino do dinheiro e salários não pagos, nada tem a ver com a Agência Nacional do Petróleo. Então eu posso até ter uma opinião particular, mas como dirigente da Agência Nacional do Petróleo, eu não posso falar sobre isso.

Sobre desinvestimento e o BS-4, temos uma regra: você tem que fazer isso, isso e isso. Preenchendo a nossa regra, a autorização é praticamente automáti-

ca, da ANP, porém, de uma forma muito transparente. Nós não interferimos no negócio alheio. Está certo?

Da mesma forma, isso vai ser submetido ao Cade e ele também não vai interferir no negócio alheio. Então, isso tem que ficar bem claro porque não nos cabe priorizar negócios alheios. Nós não temos essa responsabilidade legal. A Agência Nacional do Petróleo não tem essa responsabilidade legal.

Quanto às bacias e à queda de produção, isso nos preocupa. Vocês têm lido bastante nos jornais que a Agência Nacional do Petróleo tem tratado desse assunto.

Preocupa-nos principalmente a queda de produção dos dez maiores campos de petróleo da Bacia de Campos. Por quê? Porque eles representam 75% da produção nacional. Então, nós temos discutido com as empresas, exacerbadamente, a questão da produção principalmente nesses dez grandes campos simplesmente por causa da sua representatividade; eles são 75% da produção nacional.

Quanto ao nosso *bunker*, Francisco, vou lhe dizer o seguinte: vocês são absolutamente bem-vindos em todos os nossos eventos e é por isso que todos vocês foram convidados. Para nossos eventos nós convidamos, nós fazemos questão que a representação sindical do Brasil não seja excluída. Isso é novo. Ouviu, Francisco? Vocês nunca foram convidados antes.

O SR. FRANCISCO SORIANO – Mas íamos.

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Mas iam. Agora vocês são convidados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Agora têm convite. O que ela está dizendo é isso.

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Agora vocês são convidados para todos os nossos eventos, porque eu não quero que vocês acreditem em mim; eu quero que vocês saibam do que está acontecendo e tirem suas próprias conclusões, como um adulto faz.

Então, nossos eventos, nossas atitudes, nossas opiniões vão estar sempre disponíveis. Como nossos relatórios de segurança operacional também estão disponíveis em nossa *homepage*.

Nossa *homepage* é muito rica. A ANP tem-se pautado por ser transparente, de forma que tudo que vocês quiserem saber da ANP procurem em nossa *homepage*; procurem o Neto, que é chefe do escritório da ANP em Brasília. A Janaína é nossa representante e também está aqui em Brasília. O Paulo está aqui em Brasília. Eles estão sempre aqui no Senado e na Câmara. O que não estiver em nossa *homepage* podem nos perguntar, porque nós vamos ter prazer

em responder-lhes. Vocês tenham a certeza de que são nossos convidados para todo e qualquer evento.

Vocês me perdoem, mas vou ter que pegar meu avião.

Espero que essa reunião continue na ANP, porque eu já estava mesmo para chamar as cinco grandes centrais sindicais – estendo o convite ao Senador Paulo Paim –, porque eu acho que essa discussão tem que se aprofundar.

Na semana que vem, a convite do Senador Lindebergh, nós devemos estar aqui para discutir esse mesmo assunto na Comissão de Assuntos Econômicos, de forma que se vocês quiserem estar lá também serão bem-vindos. É mais um momento para a gente continuar discutindo isso, porque o que não pode haver nesse momento, com um projeto de Brasil tão bacana como o que temos na mão, é desinformação. Está bom? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/ PT – RS) – Muito bem, Dr^a Magda Maria de Regina Chambriard. A gente lhe agradece em nome da Comissão de Assuntos Sociais.

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/ PT – RS) – Vamos às considerações finais dos nossos convidados.

Já falou a Dr^a Magda. Na sequência do último para o primeiro, falará neste momento Jorge Alves de Almeida Venâncio, que aqui representa a CGTB.

Só peço a todos que sejam efetivamente...

Agora considerações finais, devido ao nosso horário...

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Infelizmente não vamos poder contar com a presença da Dr^a Magda aqui na minha contestação.

Eu queria dizer o seguinte: primeiro...

É melhor esperar um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pode esperar.

Enquanto a Dr^a Magda está se retirando, eu quero, de pronto, agradecer a todos. Estamos indo para o final agora.

Com a palavra o Dr. Jorge Alves Almeida Venâncio.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Vai ser uma colocação rápida.

Primeiro, considerar conteúdo local as empresas estrangeiras que montam filiais aqui para maquiagem a produção externa me parece claramente uma coisa que não procede. As empresas estrangeiras do Brasil importam, pelo menos, três vezes mais equipamentos do que as empresas nacionais.

Portanto, aumentar a participação brutalmente das empresas estrangeiras, que no momento detêm menos de 8% da produção de petróleo, seguramente vai reduzir, e muito, a oportunidade para a indústria verdadeiramente nacional de produção de equipamentos e não vai aumentar essas possibilidades.

Essa é a primeira questão que considero importante deixar claro.

Segundo, o fato de o leilão ser feito só através das petroleiras não quer dizer, evidentemente, que os bancos estão fora, ou alguém ignora que a Exxon e o JP Morgan Chase são a mesma coisa?

Nós não estamos precisando ensinar isso aqui a ninguém, não é? Quando se usa esse tipo de argumento, evidentemente, está-se tergiversando o mérito da questão.

Por último, eu gostaria que a Dr^a Magda estivesse presente, mas eu acho que é minha obrigação falar de qualquer maneira, que é a terceira questão que eu queria colocar aqui.

Ela disse que a ANP é transparente. No entanto nos apresenta aqui um gráfico para tentar sustentar a fábula do sucesso da décima primeira rodada de leilão, em que se compara reais de 2013 com reais de 2007 sem fazer correção monetária. Eu queria conhecer qual é a faculdade de Estatística que ensina fazer a conta desse jeito, porque, se fizer a correção monetária, o que a nona rodada apurou foi mais do que a décima primeira rodada. No entanto se tenta sustentar essa conversa de que foi onde houve mais apuração, etc., que a décima primeira rodada foi um sucesso, quando fica claro que houve um fracasso enorme, houve uma quantidade enorme de áreas por que ninguém se interessou, inclusive em função da posição reticente que a Petrobras assumiu, lamentavelmente. O que aconteceu foi que uma quantidade enorme de áreas ninguém arrematou.

O SR. FRANCISCO SORIANO – Mais da metade.

O SR. JORGE ALVES ALMEIDA VENÂNCIO – Exatamente.

Então, essa história de que esse leilão foi um sucesso se sustenta nesse gráfico que retira da realidade a correção monetária elementar, porque só se pode comparar real de um ano com o de outro se corrigir o dinheiro, quanto valia naquela época. É óbvio. Não precisa entender muito de Estatística para saber disso.

Então, é essa transparência que nós precisamos ter. Eu lamento, mas para mim isso não é uma coisa séria.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Jorge Alves de Almeida Venâncio, que falou pela CGTB.

De imediato, vamos passar a palavra a João Antonio de Moraes, Coordenador-Geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP).

O SR. JOÃO ANTONIO DE MORES – Eu queria, antes, fazer um registro aqui, Senador Paim, para os que a nós assistem e nos ouvem. Quero registrar aqui a presença dos meus companheiros de direção da FUP: companheiro Paulo Neves e o companheiro Aldenir Caetano. (Palmas.)

Vou começar pelo final. Primeiramente, lamentar que esse debate tão importante que nós travamos esteja completamente anuviado, encoberto pelo debate dos *royalties*.

Não tenho dúvida...

Eu o cumprimento e registro o importante trabalho do Senador dos trabalhadores brasileiros, o Senador Paim, que tem tanto compromisso com o País e com a classe trabalhadora brasileira. Agora, a pouca presença de Senadores nesse debate é em função dessa questão.

A FUP, a CUT, nós emprestamos todo o apoio à importância da destinação dos *royalties* para as questões estratégicas do País. Lá atrás já alertávamos sobre o risco de isso acontecer, isto é, só se discute *royalties* no Brasil em prejuízo completo de discutir o todo.

Royalty é de 5% a 15% da riqueza. Então nós estamos discutindo 5% a 15% e esquecendo, discutindo pouco, os 85%. Essa é a questão primordial. E me lembravam esses dias – que é importante, acho, até para que a gente saiba aqui –, de onde vem o termo *royalty*.

Royalty é imposto do rei. E qual a origem dele? Quando o petróleo era dominado, mais de 80%, pelas empresas privadas... Inclusive, quero registrar que a diretora não negou isso aqui, que realmente os leilões de petróleo no Brasil estão na contramão da história, porque no mundo avança a presença do Estado e no Brasil reduz.

Os grandes céus das petrolíferas, quando iam lá para o Oriente Médio para fazer as reuniões e discutir como se dava a exploração, incomodavam-se com a presença dos reis árabes nos seus trajes nas reuniões e diziam: Bom, a gente precisa dar alguma quixerinha aqui para eles, para pelo menos comprarem terno. Aí o termo vem disso *tié*, que é o terno do rei. Vem dessa origem, era a esmola para os reis do Oriente Médio discutirem o petróleo.

E o Brasil privilegiou esse debate, o debate da esmola em detrimento do todo, lamentavelmente. Agora, a diretora fechou aqui com uma questão que eu quero deixar muito claro. No Brasil se confunde crescimento econômico com desenvolvimento.

Nós trabalhadores somos vítimas desse processo. E eu quero dizer claramente, Senador, que nós petro-

leiros não nos orgulhamos do aumento da produção do petróleo a qualquer custo. Nós não nos orgulhamos disso. Ela disse que se orgulha. Nós não nos orgulhamos, porque nós queremos desenvolvimento! E desenvolvimento não significa exportar recurso natural. Ainda mais recurso natural tão importante e estratégico quanto o petróleo e o gás.

Então, para nós só vale a pena produzir o petróleo, primeiro, se não ameaçar as futuras gerações. Eu mencionei aqui que o pré-sal levou 130 milhões de anos para ser feito. Quem desta geração tem o direito de, para produzir esse recurso, ameaçar os brasileiros que estão por vir? Não tem, não é direito de ninguém isso, que dirá de uma agência, de um Ministro, de um Senador? Agora, se ela diz que a agência não discute política, nós queremos discutir. E queremos discutir política com “p” maiúsculo.

E política com “p” maiúsculo passa necessariamente por essa abordagem. Ninguém tem o direito de torrar esse recurso sem pensar no País. E pensar no País o que é? Garantir soberania nacional, primeiramente, porque é energia. Não é possível fazer nada sem energia, portanto tem que garantir as futuras gerações e garantir o retorno econômico dessa imensa riqueza para o conjunto da população brasileira, o que efetivamente não pode acontecer dessa forma.

Agora, eu queria ainda dialogar aqui rapidamente, Senador. Ficou muito claro na nossa apresentação, e ela não negou, a ANP não negou, na apresentação deles, que os leilões têm significado avanço do setor privado e do setor privado estrangeiro. Eles não negaram. Ela não negou isso na apresentação dela. E lembrar por que o Brasil foi às ruas em junho? O Brasil de maio era um, o Brasil de agosto é outro, graças ao povo nas ruas. Fundamentalmente a juventude brasileira tomou as ruas e praças deste País para exigir mais presença do Estado; e leilão é redução da presença do Estado.

Nós precisamos cobrar isso, porque esse projeto que governa o nosso País foi eleito para não privatizar, foi eleito garantindo que não teríamos privatização. E o leilão é avanço da privatização. Isso está muito claro. Não tem como negar. É isso que eles precisam explicar.

Agora, por que a juventude vai às ruas querendo mais Estado? É objeto da vontade, é uma mágica? Não, porque sente na carne o que significou as privatizações, sente na carne o prejuízo do País. É impossível olhar para a quebra do Lehman Brothers e não lembrar o que fizeram a Vale do Rio Doce e a Embraer privatizadas, Senador? Naquele momento em que o País mais precisava de investimentos, demitiram cinco mil trabalhadores: três mil a Vale e dois mil a Embraer. Quem garantiu investimento, se não o Presidente Lula chamando a Petrobras e determinando o aumento dos

investimentos naquele momento? Do contrário, a crise teria se aprofundado no nosso País.

Portanto, não bastam cartas de boas intenções. Não basta o conteúdo nacional. Não adianta colocar no edital do leilão o conteúdo nacional e não garantir que ele seja exequível. E como se garante que seja exequível? Não é a presença das multinacionais, que não cumprem isso. O que é mais importante para esse grande capital privado internacional? É garantir o desenvolvimento das suas nações de origem, garantindo as encomendas lá fora. E se for preciso pagar as multas aqui, ou respeitar o nosso edital? Lógico que não é respeitar... E eu queria também denunciar, porque acho importante trazer isso aqui, qual é o grande equívoco dessa história do conteúdo nacional?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tem dois minutos.

O SR. JOÃO ANTONIO DE MORAES – Nós defendemos essa tese. Agora, as multas do conteúdo nacional se reverterem para a ANP. Então indiretamente a agência que deveria fiscalizar o conteúdo nacional tem interesse econômico de que ele não seja cumprido. Então é uma inversão completa dessas questões.

Agora, são debates muito importantes e eu quero concluir aqui claramente, Senador, dizendo o seguinte: Nós não temos dúvida de que o desinvestimento, Dalton, é fruto dessa política de produzir a qualquer custo, de exportar petróleo; é fruto disso.

Porque estão sim colocando a Petrobras na parede. E a Petrobras, como agente econômico que é, vai fazer o quê? Ela vai tirar de onde rende menos e colocar onde rende mais, é isso o que a Petrobras está fazendo. Então, ao contrário do que foi dito aqui, o desinvestimento tem tudo a ver com a política em curso no nosso País, uma política de produção a qualquer preço que não vai priorizar o desenvolvimento social.

Eu agradeço mais uma vez e cumprimento, Senador Paim, pelo trabalho. Conte sempre com a Federação Única dos Petroleiros e com a Central Única dos Trabalhadores. Todo o apoio e compromisso com a batalha travada pelo Senador aqui neste *front*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, esse foi o João Antonio de Moraes, Coordenador-Geral da Federação Única dos Petroleiros, a FUP.

Passamos a palavra agora ao Aparecido Donizete da Silva, Secretário-Adjunto de Administração e Finanças da Central Única dos Trabalhadores, que representa aqui Vagner Freitas, Presidente Nacional da CUT.

O SR. APARECIDO DONIZETTI DA SILVA – Primeiro, assim, agradecer a participação, a audiência, o debate, a riqueza... Eu acho que é assim que forma-

mos opinião, respeitando, ouvindo e colocando aquilo que nós achamos que deve ser o melhor para um todo.

E até respondendo aos dois companheiros e companheiras, os dois companheiros que praticamente fizeram a pergunta ou comentaram. Primeiro, acho que a gente deve ter – e eu particularmente tenho isso bastante bem definido – o papel e a importância da audiência pública, o papel e a importância da ANP, o papel e a importância do Governo, o papel e a importância da Petrobras.

Agora, também sei que as centrais e os trabalhadores e as trabalhadoras têm o seu papel e o seu dever. Eu jamais vou deixar de vir, participar, debater, ajudar, contribuir. E nos colocamos à disposição. Mas sei o que eu quero, sei como fazer e vou sensibilizar os trabalhadores, porque está para mim muito claro que cada um desses atores sociais que eu coloquei tem os seus papéis, assim, de uma forma geral.

É importante a audiência aqui, como a que estamos passando. E muitas outras devem acontecer. ANP, Governo, Petrobras, mas a Central também e os trabalhadores de sindicatos têm o seu papel. Então não vou querer nada pronto.

No que eu puder ajudar aqui, vou ajudar sim, vou contribuir, mas não vou esperar, porque na história, desde 1500, a classe trabalhadora não ganhou nada de presente. E eu duvido que ganhemos daqui para frente. Portanto, acho que tudo isso aqui é importante, mas também nós temos o nosso papel.

Então se nós não fizermos o que temos que fazer, e sei que estamos fazendo e temos ainda que melhorar o que fazer, nós não vamos alcançar nada daquilo que nós almejamos que seja o ideal. Acho que até respondendo. E aquilo que eu também acho que é.

Em alguns momentos nós vamos ter muito mais mobilizações, organizações, cumprindo nossos papéis; respeitando esses espaços democráticos. Temos que estar aqui fazendo a nossa discussão porque somos agentes políticos deste Brasil e deste País, como classe trabalhadora. Mas sei também do meu papel e do que temos que fazer para que essas pessoas no mínimo dirijam um olhar na busca daquilo que nós achamos que é o melhor para tudo isso.

Muito obrigado, Paim. Pode contar com a CUT, também estamos à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Aparecido Donizete da Silva, que falou em nome da Central Única dos Trabalhadores, demonstrando que dialogar, conversar e pressionar faz parte do jogo democrático.

Passamos a palavra ao Vice-Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras, Dr. Fernando Leite Siqueira.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – Queria saudar a todos os presentes e parabenizar o Senador Paim pela iniciativa de debater assunto de tamanha importância estratégica para o País.

Lamentavelmente, a Diretora Magda se ausentou. É ruim criticarmos alguém na sua ausência, mas vamos fazer o quê? Nós estamos aqui.

Ela me disse no final: “Fernando, não fique bravo comigo.” Nós fomos colegas na Petrobras no Departamento de Produção. Eu falei: “Não, Magda. Eu sou seu admirador até porque você agora está fazendo milagres. Está criando participação do Governo onde não há.”

Eu fiz um ensaio na minha apresentação de que o custo de produção é de US\$40,00 por barril, mas há a possibilidade de ser US\$50,00. Então, ao se tirarem 50% do petróleo produzido para remunerar o custo de produção e também o *royalty* que é devolvido pelo contrato da ANP, são 65%. Sobram 35% para a União. Se alguém der 100% para a União, vai dar 35%. Onde vão aparecer os outros 40% para chegar a 75%? É um milagre de multiplicação de percentuais.

Essa tabela que ela mostrou rapidamente é a tabela que eu também mencionei. Se olharem para o canto esquerdo em cima, se o petróleo estiver a US\$60,00 o barril, com produção de 4 mil barris por dia, a União vai perder 31% do seu percentual. Se olharmos para a parte de baixo, à esquerda, o poço produz 24 mil barris por dia e o petróleo está a US\$160,00 – a produção está na coluna lá em cima e, na linha à esquerda, está o preço do petróleo –, verificaremos que, na melhor condição, a produtora abre mão de 3,91% para a União e, na pior condição, a União abre mão de 31% para a produtora. Quer dizer, isso é um favorecimento, não está em lugar nenhum. Não há amparo legal para fazer essa tabela. Ganha-se o leilão com tantos por cento e acabou-se. Não há como relativizar esse percentual, mas relativizaram para favorecer as empresas estrangeiras.

Cito outro ponto que ela coloca: “Só 4% das áreas brasileiras foram exploradas; o resto está virgem.” Isso é falácia da ANP, dos lobistas, porque a Petrobras investigou as 29 áreas brasileiras com exceção somente lá da margem equatorial nas águas profundas. O resto do Brasil foi vasculhado, e a Petrobras diz que apenas nos 4% existe a possibilidade de haver óleo, tanto é que, nos dez leilões que aconteceram, só compraram áreas dentro desses 4%. Então, essa é uma falácia gigantesca da ANP.

Ela falou que a Petrobras é a operadora mandatária, por isso pediram operador A. Não! A lei diz:

“A Petrobras é operadora única.” Não é operadora mandatária. No pré-sal, pela Lei 12.351, a Petrobras é operadora única. Então, colocar operador A na exigência das outras significa querer dar possibilidade de a Petrobras não ser operadora.

O SR. JOÃO ANTONIO DE MORAES – É o ovo da serpente.

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – É o ovo da serpente.

Então, o 11º leilão foi um sucesso. Para quem? Depende, porque a Petrobras, que compra habitualmente 80% das áreas, comprou 20%, sendo que só em 3% a empresa é operadora. O resto pertence às sócias que entraram com ela. Então, foi um sucesso para as empresas estrangeiras que tiveram o direito de entrar numa área que ainda é margem equatorial de águas profundas.

Lamentavelmente, a ANP não respondeu às questões, não detalhou o cálculo que ela fez para chegar a 75%, porque não há como, não há sustentação para chegar. Então, é lamentável ter que falar isso na ausência da pessoa. E, lamentavelmente, a ANP, desde que foi criada, foi criada para entregar o petróleo brasileiro para empresa estrangeira. Tanto é que o seu primeiro diretor, o Sr. David Zylbersztajn, na posse, perante um auditório cheio de empresas estrangeiras, declarou tacitamente: “O petróleo agora é vosso”. E depois dividiu os blocos com áreas 210 vezes maiores do que as áreas licitadas no Golfo do México.

Eu queria também dizer que as empresas estrangeiras que ela disse que vão trazer um monte de vantagens para o Brasil são as empresas que causam os maiores desastres ambientais no mundo. A Transocean, que é uma das perfuradoras especialistas, que trabalha para todas as petroleiras, perfurou, no Golfo do México, para a British Petroleum, e causou o maior estrago, um desastre que matou onze trabalhadores.

A Chevron usou a mesma Transocean na Bacia... Por que houve o desastre da British Petroleum? Porque se economizou na cimentação dos poços. E a Chevron contratou a mesma Transocean no Campo de Frade, aqui na Bacia de Campos, perfurou e causou desastre. Por quê? Porque ela furou dois reservatórios em níveis diferentes; quando furou o primeiro, ela tinha que isolar, porque a pressão do inferior podia ser maior, mas ela não fez isso por economia e não deu outra: a pressão foi maior, teve que colocar mais lama e arrombou o reservatório superior.

Então, a Petrobras já furou com a mesma Transocean quase 30 poços no pré-sal sem desastre ne-

nhum. Por quê? Porque a Petrobras, sendo uma empresa estatal, com compromisso com a sociedade, não visa apenas lucro; ela visa o meio ambiente; ela visa o conceito social, que ela tem desde a sua fundação; e visa também aprimorar a tecnologia e a segurança das suas perfurações. Então, é mais uma desvantagem para o povo brasileiro trazer empresas estrangeiras para explorar.

E, como eu mostrei no começo, nós já temos 60 bilhões de barris descobertos no pré-sal, como disse a Magda, poços maravilhosos de 25 mil barris/dia de produção. Já tínhamos 14 bilhões. São 74 bilhões de barris que nós temos descobertos, mapeados, comprovados. Qual é a razão de a gente entregar o melhor desses campos, já mapeados, descobertos, para empresa estrangeira que não investiu nada e lhe dar 73% do óleo produzido, e a parte da Petrobras fica na base de 53% do petróleo produzido, que é o bem mais estratégico hoje no mundo, porque tem um poder extraordinário geopolítico, um poder de barganha fantástico. Então, o Brasil entregar esse petróleo para empresa estrangeira, como está sendo dirigido esse leilão, é um crime de lesa-pátria, meus amigos, irreparável. Estamos agredindo o futuro dos nossos filhos, dos nossos netos, entregando esse campo e, depois, entregando o pré-sal.

Essa tendenciosidade ficou clara quando o Governo, ontem, barrou os 60% mínimos que tinham sido colocados pelo Relator André Figueiredo, do PDT; retirou os 60%. Quer dizer, há uma má intencionalidade nisso aí.

Por último, para falar rapidamente sobre a questão do desinvestimento. Na AGO deste ano – Assembleia Geral dos Acionistas da Petrobras –, eu coloquei que a administração da Presidente da Petrobras estava caminhando para a linha Reichstul, porque o Reichstul fazia venda de ativos. E ela colocou um nome bonito: “desinvestimento”. O Reichstul tirou a equipe de planejamento da Petrobras e colocou a americana Artur D. Little. Hoje na Petrobras há duas americanas: Pricewaterhouse, no planejamento estratégico, e a Boston Consulting Group, fazendo o planejamento tático operacional. Então, meus amigos, a pressão externa sobre o Brasil, depois do pré-sal, é terrível. Espero que o Governo não continue a capitular. Nós temos de fechar questão, apoiar o Governo nessa questão, mas exigir dele que dê uma guinada para a esquerda, porque ele está muito à direita para o nosso gosto. Está caindo numa questão do entreguismo neoliberal. E isso não pode acontecer, porque o povo brasileiro agora já despertou que pode ir para a rua impedir isso.

Então, nós temos de conscientizar o Governo Dilma de que não é aceitável a entrega do maior campo do mundo...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO LEITE SIQUEIRA – ... e da maior riqueza que o Brasil já teve na sua história.

Muito obrigado. Um abraço. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Dr. Fernando Leite Siqueira, Vice-Presidente da Associação de Engenheiros da Petrobras.

Esse debate sobre leilão de petróleo tornando precário o trabalho é claro que vai continuar.

A Dr^a Magda – ela não está aqui agora e não pôde ouvir as considerações finais – colocou à disposição de todos nós – das Centrais e dos militantes – uma reunião na própria ANP. Eu vou fazer questão de que então marquemos com ela. Naturalmente, apresentamos a ela as considerações finais da mesa. É importante que ela ouça – e ela teve de sair por causa do voo –, para que possa também fazer as suas considerações e defender o seu ponto de vista, porque é assim que todos nós crescemos: no bom debate e no contraditório.

Eu encerro dando esse encaminhamento e dizendo também que teremos outra audiência na Comissão de Assuntos Econômicos – onde ela vai estar presente –, promovida pelo Senador Lindbergh Farias, que vai tratar do mesmo tema.

Eu agradeço muito ao Fernando Leite Siqueira pela presença aqui, representando os engenheiros da Petrobras; ao Aparecido Donizetti da Silva, representando a CUT; ao João Antonio de Moraes, representando a FUP; ao Jorge Alves de Almeida Venâncio, representando a CGTB, e à Dr^a Magda, que teve de sair mas veio ao debate, e só não ficou até o final devido ao seu voo, mas colocou à disposição tanto idas à ANP como sua presença em outros encontros aqui, no próprio Senado da República.

Antes de encerrar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ele pede que eu cite aqui uma homenagem ao Brigadeiro Rui Moreira Lima, herói da 2^a Guerra Mundial e da campanha O Petróleo é Nosso. Fica aqui a nossa solidariedade e uma homenagem ao Brigadeiro Rui Moreira Lima.

Antes de encerrar, tenho de aprovar o requerimento, como item extrapauta.

Os que concordam com o item extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 48, DE 2013

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso I, do RISF, requero a realização de audiência pública para contemplar os Requerimentos de números 36/2013 e 37/2013, por tratarem de matérias afins. Os convidados para compor a mesa dos expositores são: 1. Marcelo Ceriotti – Sindicato Nacional dos Aeronautas. 2. Fernando Santos – Superintendente Nacional das Empresas de Taxis Aéreos. 3. Rafael Lara Martins – Presidente do Instituto Goiano de Direito do Trabalho 4. Arturo Spadale – Sindicato Empresas Aéreas – SNEA. 5. Carlos Seixas – Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil – Abrapac. 6. Paulo Rogério Licati – Especialista em gerenciamento de risco de fadiga humana.

Autoria: Senador Paulo Paim

Esse é um debate que teremos aqui sobre o transporte aéreo e um projeto aqui apresentado que aumenta a carga horária daqueles que trabalham no transporte aéreo.

Naturalmente, eu fui contra. Peguei para relatá-lo e não concordei. Estamos numa campanha nacional – eu digo nós porque tenho identidade com esse tema no movimento sindical – pela redução da jornada e não por querer ampliá-la. E pelo projeto em debate – e por isso eu sou o autor do requerimento – há aumento da jornada, criando uma insegurança aérea muito maior do que aquela que existe hoje no Brasil e no mundo.

Enquanto o mundo caminha para reduzir a jornada dos pilotos, enfim, dos profissionais dessa área, nós temos um projeto aqui que quer aumentar a carga horária desses profissionais, extrapolando o que recomenda aqui o sindicato dos aeronautas.

Em votação.

Aqueles que concordam com o teor do requerimento lido por mim permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Assim, nós concluímos esta audiência pública. Agradeço a todos. Ela foi muito importante, uma verdadeira aula que vocês deram para grande parte dos brasileiros, que assistiram até este momento a esse debate pela TV Senado.

Muito obrigado a todos.

O debate continua. *(Palmas.)*

(Iniciada às 11 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 46 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 38ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE AGOSTO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS ONZE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e sete minutos, do dia vinte de agosto de dois mil e treze, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Waldemir Moka, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Amorim, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Sérgio Souza, Romero Jucá, Benedito de Lira e Paulo Bauer, e das Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Ana Rita. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência em exercício declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata anterior, que é dada por aprovada. Passa-se ao início da **Audiência Pública** destinada a debater o tema “a efetividade da fiscalização sobre os fundos de pensão brasileiros, em relação aos investimentos de alto risco, como os realizados nas empresas do Grupo EBX, do empresário Eike Batista, e outras”, em atendimento ao Requerimento nº 40, de 2013 da CAS, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a presença do seguinte orador: José Maria Rabelo – Diretor da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). Usam da palavra a Senadora Ana Amélia e o Senador Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e oito minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador **Waldemir Moka**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores que aprovam a proposta queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 40, de 2013, da Comissão de Assuntos Sociais, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de discutir “a efetividade da fiscalização sobre os fundos de pensão brasileiros, em relação aos investimentos de alto risco, como os realizados nas empresas do Grupo EBX do empresário Eike Batista, e outras”.

Eu convido para compor a Mesa o ilustre orador José Maria Rabelo, Diretor da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Eu comunico ao orador convidado que lhe será concedida a palavra por 15 minutos. Penso ser esse um prazo razoável, mas, evidentemente, poderá ser prorrogado se for necessário.

Concedo a palavra à autora do requerimento para a realização desta audiência pública, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Cumprimento o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, Senador Waldemir Moka, e o Dr. José Maria Rabelo, Diretor-Superintendente da Previc, órgão responsável pela fiscalização da aposentadoria complementar, ou previdência complementar, termo técnico.

Eu queria primeiro registrar, Senador Moka, o seguinte. Nós aqui estamos habituados, com razão, a fazer críticas às autoridades que demoram em nos atender – em alguns casos tivemos até que fazer uma convocação, não um convite –, mas assim que foi apresentado o requerimento e V. Exª entrou em contato com o Dr. José Maria Rabelo, imediatamente foi marcada esta audiência. Eu queria fazer este registro na presença da autoridade para demonstrar o nosso reconhecimento – é preciso fazer isso quando há esse atendimento adequado, respeitoso, competente, diligente da parte de uma autoridade pública que quer agir republicaneamente. Faço questão de registrar isto.

Queria também agradecer a presença das pessoas que são representantes de fundos de pensão. Assim que foi dada divulgação ao convite ao Dr. Rabelo, eu, no meu gabinete, designei Barbara Salles,

que é minha assessora aqui para a Casa, para cuidar do assunto. Ela quase não deu conta da demanda que veio do Brasil inteiro a respeito dessa matéria. Isso significa dizer que previdência complementar, especialmente das empresas estatais, é uma questão extremamente delicada e que sobre ela devemos ter uma permanente vigilância.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só quero dizer que aqui também, na Presidência da Comissão de Assuntos Sociais, foi grande o número de manifestações recebidas no sentido de querer participar desta discussão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Até por uma questão de justiça para com as pessoas que nos procuraram, quero fazer o registro das visitas que recebi no gabinete ou que recebi pessoalmente: Engenheiro Raul Bergmann, da Associação dos Engenheiros da Petrobras; Engenheiro Nélio Heilmann, da Associação dos Engenheiros da Petrobras; Marco Cestari, da Associação dos Engenheiros da Petrobras; Carlos Alberto Furlan, Associação dos Engenheiros da Petrobras; Luiz Carlos Pigozzi de Araujo, Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas da Companhia Petroquímica do Sul (Copesul); Sérgio Caminha, Vice-Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas da Companhia Petroquímica do Sul (Copesul); Luiz Alberto Menezes Barreto, Presidente da ADCAP; Maria Inês Capelli Fulginitti, Vice-Presidente da Associação dos Profissionais dos Correios (ADCAP); Fernando Siqueira, Conselheiro da Petrus; Fioravante Mieto Filho, contador dos Correios; Antônio Luiz Benevides Xavier, Gerência de Mercado de Capitais, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ); Marcel Barros, Diretor de Seguridade da Previ; Marcelo Coelho de Souza, Chefe de Gabinete da Presidência da Previ; Maria do Carmo Estebanez Neves, da Funcef (Fundação dos Economistas Federais da Caixa Econômica Federal); Dr. Leônidas Maia Albuquerque, do grupo Veteranos do Banco do Brasil.

Mais de duzentos e-mails foram recebidos também, como o de Sérgio Salgado, Elson Magno da Silva, Dione Piccini, Leobardo Souza, Nelza Martins. Não vou ler todos os nomes porque a relação é muito grande, mas quero dizer que nós todos em meu gabinete ficamos atentos a essa questão.

Penso que a exposição do Dr. Rabelo, seguida pelas perguntas que tenho – eu as estou apenas reproduzindo, são questões que nos foram apresentadas –, dará resposta adequada a todas essas preocupações do setor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antecipo meus agradecimentos ao Dr. José Maria Rabelo.

Esta é a primeira, eu imagino, de uma série de outras audiências que teremos sobre esse mesmo tema.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu é que agradeço pela explicação, Senadora Ana Amélia.

Eu concedo a palavra ao Diretor-Superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), Dr. José Maria Rabelo, pelo prazo de 15 minutos.

Dr. José Maria, o relógio vai marcar exatamente 15 minutos. No 14º minuto vai soar uma campainha que não será tocada por mim, ela é automática, exatamente para que V. Sª saiba que terá mais um minuto. Mas como eu disse, se precisar de mais tempo, ele será disponibilizado.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Bom dia, prezado Senador Waldemir Moka, Presidente desta Comissão; bom-dia, Senadora Ana Amélia, digna Senadora autora do requerimento; bom dia, senhoras e senhores presentes.

Antes de mais nada, com muito orgulho, eu gostaria de agradecer, em primeiro lugar, pela oportunidade de nósirmos aqui informar um pouco sobre o trabalho de supervisão e fiscalização dos fundos de pensão no Brasil feito pela Previc.

Quero agradecer de modo muito especial a menção feita pela Senadora com relação à nossa disponibilidade de vir. Eu lhe asseguro, Senadora, que de fato nós temos a compreensão de que o papel do gestor público é prestar contas do seu trabalho e, nesse sentido, nada é mais adequado do que vir a esta Casa fazer isso. Então, V. Exª pode estar certa de que, assim como fizemos desta vez, estaremos sempre à disposição para fazer esclarecimentos.

Aliás, só para ilustrar o respeito que nós temos por esta Casa e pelo requerimento feito, estou aqui nesta Mesa, mas estão presentes os meus colegas da diretoria colegiada da Previc. Portanto, a Previc toda está presente. Como se sabe, a Previc funciona sob uma diretoria colegiada. Somos cinco diretores, e eu tenho a honra de ser o Diretor-Superintendente, mas os demais diretores estão presentes exatamente em consideração e respeito ao requerimento.

Tentarei me ater ao prazo concedido, que acredito ser mais do que suficiente.

Esclareço, para quem eventualmente não tenha familiaridade com o sistema, que a Previc é uma autarquia especial vinculada ao Ministério da Previdência, criada pela Lei nº 12.154, aprovada por este Congresso em 2009. Ela iniciou a sua instalação em

2010 com a migração das atividades correlatas que até então eram exercitadas pela Secretaria de Previdência Complementar no âmbito do Ministério da Previdência. Na verdade, eu tive a honra de assumir a Previc em 2011. Então, parte desse processo aconteceu ainda na gestão anterior – alguns dirigentes já estavam lá, mas eu assumi em março de 2011.

A Previc vem, desde então, desde 2010, se estruturando. Nós funcionamos com uma diretoria colegiada, como eu mencionei, na qual há quatro diretores: um Diretor de Administração, que cuida de toda a parte de funcionamento...

Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero convidar as pessoas que estão de pé ali – desculpe a interrupção – a ocuparem a segunda bancada aqui, sobretudo as mulheres. Por favor, tomem assento aqui – se quiserem naturalmente. Fui repreendido aqui por minha assessora. Ela me chamou atenção para o fato de que eu estava cometendo essa indelicadeza. Por favor.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Pois não, Senador. Acho que o convite é muito oportuno.

Nós funcionamos numa diretoria colegiada, na qual temos um Diretor de Administração cuidando das funções a ela inerentes, como o nome já sinaliza; um Diretor de Análise Técnica, que é o responsável por todo o processo de licenciamento de um fundo de pensão, desde os atos constitutivos da entidade em si, estatutos, regulamentos dos planos, e todo o processo de aprovação de operações inerentes aos fundos de pensão naquilo que caiba à Previc; uma Diretoria de Assuntos Atuariais, Contábeis e Econômicos, que é responsável pelo monitoramento de investimentos – talvez seja o ponto principal da preocupação da Senadora Ana Amélia ao subscrever o requerimento –, que cuida de contabilidade, de atuária, de todo o conjunto de indicadores fundamentais que mostram a hígidez, a saúde, ou, eventualmente, riscos inerentes a um fundo de pensão; e, finalmente, apenas para ilustrar um pouco a lógica do requerimento e da prestação de contas que viemos fazer aqui, a nossa Diretoria de Fiscalização, que é, como o nome diz, responsável por fazer o trabalho de campo, fiscalizando os planos e as entidades de previdência complementar. Essa diretoria é composta, Srs. Senadores, senhoras e senhores, por auditores fiscais da Receita Federal do Brasil. Por lei, o trabalho de fiscalização em nosso âmbito compete privativamente aos auditores fiscais da Receita Federal e nós temos a alocação, então, de um contingente de auditores que é responsável por esse trabalho de fiscalização. O nosso Diretor presente aqui é um Auditor Fiscal de carreira.

A lei, ao criar a Previc, outorgou a essa autarquia especial autonomia administrativa, financeira e operacional, o que para nós, de fato, e para o sistema representa o grau de autonomia que tem. Claro, como contrapartida, temos a responsabilidade de desenvolver bem esse trabalho, porque temos, por lei, as condições e os recursos adequados para que esse trabalho se desenvolva.

Voltando um pouco à história: desde a sua criação, a Previc vem fazendo um trabalho de implementação de sua própria estrutura, de solidificação da sua atuação. Nós podemos dizer que essa fase de trabalho se completou este ano com o ingresso da segunda leva de concursados para a Previc. São servidores especialistas que fizeram concurso específico para a Previc. Nós tivemos o início da posse desses funcionários ainda no final de 2011 e em 2012, e a conclusão desse processo se deu em 2013. Internamente nós costumamos dizer que nós atingimos a nossa maturidade, então, temos condições plenas de desenvolvimento desse trabalho, e é nesse sentido, então, que venho aqui prestar contas.

Como se faz o trabalho de fiscalização da Previc? Como eu mencionei, a fiscalização *in loco*, em campo, direta, é exercitada por auditores fiscais que estão alocados em nosso quadro. Esse trabalho é feito a partir de um planejamento anual. Nós aprovamos – a diretoria colegiada da Previc aprova –, a cada ano, nosso Plano Anual de Fiscalização, que é elaborado considerando uma série de fatores, inclusive uma matriz de risco, para que, de fato, a nossa ação *in loco* possa contemplar os principais riscos inerentes à operação, identificados de acordo com a situação de cada um dos planos de benefícios e entidades fechadas de previdência complementar.

Essa matriz busca situar todos os nossos planos de benefícios – e nós temos, no Brasil, em operação mais de 1,1 mil planos de benefícios em mais de 300 entidades fechadas de previdência complementar. São plotados nessa matriz aspectos variáveis da gestão desses planos de benefícios. Considerando o grau de risco, a severidade desse risco, o potencial de impacto desse risco, nós temos 16 quadrantes em que, por uma questão de lógica, de racionalidade de uso dos recursos, priorizamos aqueles casos identificados como de maior risco.

Mas, como a matriz não é suficiente por si para trazer todos os elementos importantes, nós complementamos nosso plano anual de fiscalização com outros indicadores – apontamentos internos, denúncias, representações que recebemos – e há, claro, ainda um componente aleatório, porque não há medida científica

que seja suficientemente capaz de abarcar todos os riscos envolvidos.

Essa matriz é aprovada anualmente, como eu mencionei, e cabe à Diretoria de Fiscalização da Previc dar-lhe consequência. Então, nós identificamos a quantidade de planos que serão fiscalizados, quais planos, naturalmente isso é tratado com a reserva devida, e aí se desdobram, então, as ações fiscais, que são de responsabilidade da Diretoria de Fiscalização, que tem a sua sede em Brasília, mas nós temos seis escritórios regionais, que são aqueles que fazem, de fato, o trabalho de campo nos diversos fundos de pensão no Brasil. Esse trabalho, dentro do prazo que temos aqui, que não dá para detalhar, obviamente, considera, então, aspectos fundamentais com relação a riscos de governança, controles internos, investimentos, todos esses aspectos são levados em consideração no trabalho de campo.

Além do trabalho de campo, nós temos todo um conjunto de ações que nós chamamos de supervisão contínua, que são os tratamentos dados, exatamente resultantes dessas ações de campo. Estão aí identificadas oportunidade de melhoria, ocorrências que devam ser tratadas pelo órgão de supervisão, são estruturados os processos que nós chamamos, como eu disse, de supervisão contínua, para que essa supervisão se faça até a conclusão daqueles apontamentos realizados no trabalho de campo.

A propósito da supervisão, desde 2010, e com o auxílio de literatura e mesmo um trabalho de consultoria do Banco Mundial, a Previc vem implementando, na verdade entendemos que esse é um trabalho permanente, o que é chamado, no mercado, de supervisão baseada em risco, exatamente para que o seu trabalho possa ter como fundamento os aspectos mais nobres do ponto de vista de garantia da sustentabilidade de um fundo de pensão, que é a identificação dos riscos e o tratamento adequado desses riscos. Então, esse trabalho se fez com uma consultoria do Banco Mundial e formalmente ele se concluiu em 2012, mas, como eu estou mencionando, na verdade, entendemos que esse é um trabalho contínuo, deve ser objeto de permanente aprimoramento.

A supervisão baseada em risco não abandona o que é chamado também de supervisão baseada em regras, porque o nosso arcabouço legal, a lei brasileira prevê limites, prevê necessidades de conformidades em relação a esses limites, regras objetivas que não podem ser abandonadas pelo órgão supervisor e, consequentemente, pelos gestores, mas pressupõe algo a mais, algo mais qualitativo, num reconhecimento de que não basta cumprir o que é exigência legal, não basta ficar no limite do cumprimento da lei, mas é preciso ir

um pouco mais. Então, questões também, além das quantitativas, que são mais inerentes à supervisão baseada em regras, os aspectos qualitativos. E aí envolve todo o trabalho, digamos, de educação que deve ser realizado e de capacitação, de conscientização dos gestores com relação a sua responsabilidade, o que significa arrecadar poupança de terceiros, administrar essa poupança por 30, 40, 50 anos, e garantir, lá na frente, o pagamento de benefício, a responsabilidade que todos nós temos em relação a isso. Então, a supervisão baseada em risco busca trazer um pouco mais de consciência quanto ao nosso papel – nosso, como supervisores, fiscalizadores e gestores.

A contrapartida, digamos, o espelho da supervisão baseada em risco num órgão de supervisão é, obviamente, a gestão baseada em risco na própria entidade nos fundos de pensão. Quer dizer, o que é que isso traz de novidade em relação ao nosso trabalho? Digamos que exige de nós mesmos um pouco mais de habilidade, porque não basta seguir um roteiro de *checklist* de cumprimento dos dispositivos legais, mas é importante conhecer um pouco mais do que se realiza na gestão de cada plano de benefício, o nível de consciência do gestor, o nível de capacitação desses gestores, as práticas que se realizam. Então, um aspecto muito relevante é a disseminação que cabe ao órgão de supervisão com relação às melhores práticas, aquelas práticas que sejam no nosso mercado, sejam fruto do trabalho de análise comparada com outros ambientes, inclusive, eventualmente, mais maduros do que o nosso, aquelas práticas que já se mostraram vencedoras, importantes. Cabe ao órgão de supervisão compilar essas práticas e disseminá-las, então daí nasceram os guias de melhores práticas. A Previc já editou cinco desses guias por assunto: um guia geral, um guia por investimento, melhores práticas em licenciamento, melhores práticas em governança, melhores práticas em atuária e vamos lançar em breve melhores práticas em contabilidade. O papel da Previc não é inventar isso. Na verdade, é um trabalho exatamente de compilação daquelas experiências vencedoras, inclusive em relação aos nossos supervisionados, porque há boas iniciativas, e é fundamental que isso aconteça, porque um órgão de supervisão apenas não seria capaz, não tem recursos, não tem meios, não tem capacidade mesmo para garantir essas melhorias. Isso deve acontecer, naturalmente, no âmbito da própria gestão.

Essas ações desenvolvidas, como mencionei, em termos muito resumidos, mas prestando conta até um pouco na linha, Senadora Ana Amélia, do que foi o requerimento de V. Ex^a, essas ações, das quais posso prestar contas rapidamente em termos objetivos, são

as seguintes. Em 2011, a Previc fiscalizou, *in loco*, 78 planos de benefícios.

(*Soa a campanha.*)

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Em 2012, foram 101; em 2013, no nosso planejamento, são 112.

Em 2011, esse trabalho gerou 396 ou recomendações, ou determinações da Previc; em 2012, foram 1.075, desse trabalho, então, de troca de informações com os nossos supervisionados. Em 2011, foram 11 autos de infração. Quer dizer, esse é o pior dos resultados. Nós não nos orgulhamos desse resultado, mas, no limite, ainda temos situações que devem ser tratadas com processo sancionador, como a lei atribui – desculpem-me, não 11, mas 17. Em 2012, foram 21.

E o mais nobre, aí, sim, é que, dentro da própria lógica da supervisão baseada em risco, nós estamos investindo bastante no que é chamado TAC (Termo de Ajustamento de Conduta). Então, interessa muito mais para o supervisor, como papel de Estado, que, de fato, aquela ocorrência seja resolvida do que eventualmente usar um processo sancionador que puna os gestores, que eventualmente afaste o gestor, mas que, pela natureza da ocorrência, você tenha elementos para a sua correção, e que não haja outros riscos envolvidos.

Senador, se V. Ex^a me permite, solicito mais dois minutos, só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – V. S^a tem o tempo que julgar necessário.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Muito obrigado. Vou tentar falar rapidamente.

Encaminhando para concluir, a nossa visão geral quanto ao sistema, dentro da preocupação da Senadora com relação à efetividade e ao trabalho de fiscalização, eu posso dizer, Senadora e Senador, senhoras e senhores, que é uma visão muito positiva. Quer dizer, no geral, o sistema tem uma evolução muito positiva ao longo desse tempo, eu diria de 2001 em diante, talvez com um pouco mais de ênfase em 2003, mas, a partir de 2001, com a edição das Leis Complementares nºs 108 e 109, nosso arcabouço foi reformulado. Então, isso trouxe uma evolução muito positiva para o sistema. Portanto, entendemos que o sistema, no geral, tem uma solidez bastante grande.

Se pegarmos um período de 9 anos, de 2004 a 2012, ano fechado, a rentabilidade nominal agregada do sistema foi 266%. Se compararmos essa rentabilidade com a meta atuarial, que é aquele objetivo que o gestor tem que cumprir, essa meta seria, no mesmo período, 171%, ou seja, a rentabilidade foi superior à meta do ponto de vista agregado. Se pegarmos no mesmo período o que foi a valorização do Ibovespa, que é um indicador importante para comparação, foi

156%, consequentemente a rentabilidade foi bastante acima. E a Selic, que mede a remuneração dos títulos públicos, foi 191%.

Então, em dados agregados, eu diria que o sistema é sólido, hígido e tem uma boa rentabilidade. Agora, é evidente que esse é o dado agregado. O dado agregado não diz tudo. É claro que sabemos que temos exceções que devem ser tratadas como exceções, quer dizer, não refletem a média do sistema, felizmente. Mas temos exceções que requerem preocupação e que são tratadas como tais.

E, para concluir, com esse aspecto importante nesta breve exposição, eu queria dizer que a lei que criou a Previc, a Lei nº 12.154 estabeleceu no seu art. 8º um acordo de gestão entre a Previc, a nossa Diretoria colegiada e o Ministro da Previdência, o Ministério da Previdência. Esse acordo traz metas objetivas. A sua versão atual traz quinze metas objetivas quantitativas mais nove metas qualitativas. Ou seja, nós temos vinte e quatro indicadores sobre os quais prestamos contas permanentemente para o Ministério da Previdência. De seis em seis meses, há uma comissão interministerial que avalia esse trabalho e emite um parecer. E eu posso dizer com muito orgulho que temos tido a felicidade de cumprir os objetivos que foram contratados nesse acordo. E, claro, nem teríamos argumentos para não fazê-lo. Como já mencionei aqui anteriormente, nós entendemos que temos hoje a maturidade e a suficiência de recursos e de responsabilidades para que o trabalho seja exercitado. É apenas um testemunho de que, por lei, nós prestamos contas à sociedade em geral,...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – ... mas mais diretamente ao Ministério da Previdência, por meio de um acordo de gestão, com metas que perpassam todo esse conjunto de atividades que eu mencionei aqui e que cabe à Previc.

Isso feito, eu fico à disposição para quaisquer perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Senador Moka. O senhor tem que falar pouco hoje, pois está com disfonia. Cuide da voz, porque o senhor, como nosso ativo Presidente, terá muitos desafios esta semana.

Eu queria, Sr. Presidente, apenas duas informações. São 1.100 planos fechados, inscritos ou regularmente funcionando. Desses 1.100, quantos são de empresas privadas e de empresas estatais? O senhor tem esse número?

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Peço desculpas, Senadora. Eu não tenho esse número. Eu não arriscaria dizer porque não tenho esse número aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – De qualquer maneira, o volume maior de patrimônio, pelo tamanho, ainda é das empresas estatais?

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Ainda é das empresas estatais. Sim. Pelo seu grau de maturidade. São planos que, em geral, se iniciaram há mais tempo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Exatamente. E a razão do convite a V. Exª é exatamente porque, neste ano, a imprensa divulgou, jornais como o *Correio Braziliense*... Aqui está uma matéria do jornal *O Globo*: “Postalis tem R\$ 127 milhões em ações das ‘X’”, das empresas do Eike Batista.

A crise no império de Eike Batista deve afetar o resultado financeiro do fundo de pensão dos funcionários dos Correios, o Postalis. Com patrimônio de R\$ 7,68 bilhões e um déficit de R\$ 985 milhões em conta nos últimos dois anos, por conta da elevação da expectativa de vida de associados e a queda dos juros, o fundo concentrou cerca de 20% de suas aplicações em Bolsa em papéis das empresas do grupo EBX. O Postalis aplica 7,98% do seu patrimônio em ações, o equivalente a R\$ 613 milhões. E as empresas de Eike respondem por R\$ 127,5 milhões.

Esse é apenas um caso, para dar início ao nosso debate.

Vou começar perguntando: embora o senhor tenha fornecido agora um relatório, aparentemente satisfatório, de como vem funcionando a Previc, sua estrutura hoje é suficiente para a demanda requerida pela situação que está vivendo o Brasil em relação a esse setor? Primeiro ponto.

Há um detalhe relevante. É preciso, via diploma legal, organizar a gestão e a fiscalização das fundações de uma forma que vede, na prática, a ingerência do Executivo na gestão dessas entidades, ficando o Poder Público limitado, efetivamente, à regulação e fiscalização das fundações. A patrocinadora e o Governo, através dela, dispõem de poder absoluto sobre a gestão das fundações. O presidente é nomeado pela patrocinadora. No conselho deliberativo, que possui três representantes eleitos pelos participantes e três nomeados pela patrocinadora, o voto de Minerva é prerrogativa da patrocinadora, significando que jamais os conselheiros eleitos conseguiram fazer aprovar uma só deliberação que fosse contrária à vontade da patrocinadora. Nessa condição, a porta está aberta para o Governo utilizar os recursos da fundação em negócio que não se coaduna com o interesse dos assistidos.

Aí vem o detalhe, Presidente, e eu queria que o Sr. Superintendente comentasse. O conselho fiscal, onde

também figuram representantes dos participantes, não dispõe de poder efetivo, tanto que vem reprovando as contas da Petros há quase uma década, sem qualquer resultado prático. Aí é a questão do Conselho Fiscal e o poder que deveriam ter os que são assistidos dos fundos. Para isolar os fundos de estatais da influência do Governo, seria necessário promover o equilíbrio de poder na gestão, esse poder do Conselho Fiscal. A participação e o peso dos participantes na gestão, além disso, deveriam aumentar na mesma medida em que a proporção da massa de recurso referente aos planos de contribuição definida em relação ao todo aumenta, pois, nesses, o risco é exclusivamente do participante, o que lhe confere, naturalmente, maior direito de interferir na gestão dos recursos.

A Previc estabelece uma rotina de acompanhamento da gestão das fundações com fluxo normal, periódico e patrocinado de informações abrangentes sobre a situação atuarial, receitas e investimentos? O senhor falou um pouco sobre isso.

Como age a Previc quando detecta algum problema que possa estar prejudicando o atingimento da meta atuarial, como investimentos de retorno insuficiente ou negativo, descumprimento de obrigações por parte da patrocinadora ou outras irregularidades?

A Previc considera adequado o desempenho do conjunto de investimentos da fundação Petros denominado investimentos em participações ou carteira de ações em participações?

A base legal sobre a qual se assenta a atuação da Previc é suficiente para uma intervenção eficaz nos eventuais problemas detectados? Por quê?

A Previc avalia o perfil de investimentos das fundações analisando-os sob os aspectos de rentabilidade, liquidez e compatibilidade com o fluxo de caixa de longo prazo? Caso afirmativo, qual a avaliação que a Previc faz dos investimentos da Petros na Itaúsa, na Invepar e no financiamento da construção da usina de Belo Monte? Caso negativo, a Previc entende que, mesmo sem esse tipo de análise, ela pode agir eficazmente na garantia do cumprimento das obrigações das fundações para os seus participantes?

São umas das questões.

Quando recebi os representantes da Petros, eles me argumentaram o seguinte: houve uma separação de massas entre os que repactuaram e os que não repactuaram – isso lá em 2007, quando se deu a repactuação do sistema feito pela Petrobras –, dos quais 75% aceitaram a repactuação e 25% não aceitaram. Houve um abono disfarçado para os ativos, pagamento de tabelas de cargos para pessoas que não foram atualizadas, mas o principal é que existem hoje 23 mil ações contra o fundo Petros. E quanto à questão da

separação de massa – isso é um patrimônio indivisível –, qual o critério para essa separação massa, a retirada do patrimônio? Qual é o critério para essa separação? Então, esse caso específico é uma situação extremamente delicada, que pode comprometer exatamente a situação dos próprios fundos de pensão.

Queria também saber do senhor – e aí veio a contribuição do Postalis –: quais as aplicações que deram prejuízo nos fundos? Aí não cito especificamente o Postalis, mas os outros, que eventualmente a Previc tenha apontado.

Que avaliações foram essas que recomendaram que o nosso dinheiro saísse de uma aplicação rentável para uma deficitária? Aí é o caso das empresas do Eike Batista. Pergunto quem assinou essas avaliações e se ainda continua avaliando o que deve ser feito com o nosso dinheiro. Será que alguém até agora foi responsabilizado pelo que aconteceu? Por que o patrocinador investe dinheiro público no Postalis e não cobra explicações sobre tanto “azar” nos investimentos – azar deve ser posto entre aspas, porque não há azar nesse caso, e, sim, um descuido ou um alto risco sem ter medido a perda que isso provocaria.

Por que a patrocinadora se cala diante de tantos indícios de graves irregularidades? Por que os órgãos fiscalizadores não tomam medidas concretas de saneamento no caso do fundo Postalis? Por que a inércia da patrocinadora? Por que o silêncio do Postalis e da patrocinadora? Como é possível uma organização que só dá prejuízo, com uma gestão tão pouco preparada, agora fundar um plano de saúde? Quem vai pagar mais essa conta?

Queremos uma direção e gestores comprometidos com a transparência, com a honestidade, com a decência. Fora os ratos e as ratazanas indicados... Bem, eu não vou entrar nisso aqui, porque é questão mais de mérito; não é o meu caso. Eu quero saber dessa questão dos riscos que isso representa.

Outra questão relevante aqui, Dr. Rabelo, diz respeito à Previ, o fundo do Banco do Brasil. Aliás, eu até recebi dirigentes da Previ e queria depois... O fundamental nisso me foi apresentado já antes desta audiência, há pelo menos dois anos, no início do meu mandato, por associados do fundo. Eu até os encaminhei à Ministra Gleisi Hoffmann, da Casa Civil, pela situação delicada. O que era? Estava havendo uma autoconcessão de salários a dirigentes do Banco do Brasil, até superando o teto permitido pela lei, que é de R\$26 mil ou R\$28 mil, o teto para o setor público. Esses salários chegavam a valores bem acima disso e acabavam sendo considerados direito adquirido. Mesmo que o dirigente do Banco do Brasil ficasse na diretoria dois ou seis meses, aquilo era incorporado ao

seu salário final e ele passava a receber pela Previc o valor acima do teto. Ora, isso configuraria uma injustiça para os demais participantes, porque, na verdade, esse gasto adicional seria repartido com todos os associados, todos os assistidos.

Agora, antevendo-se que a forte reação do corpo de associados e a posição da Previc, muito correta, está levando à falência os argumentos e procrastinações por parte do Banco, implanta-se a possibilidade – abre aspas – “de facultar ao patrocinador (Banco do Brasil) a hipótese de assumir, sob sua inteira responsabilidade, os pagamentos dos valores já percebidos e os futuros pelos ex-dirigentes estatutários já em gozo de benefício ou por novas aposentadorias nas mesmas bases, que excedam o limite regulamentar.” Ora, Dr. Rabelo, o verbo é “facultando, para parecer que não vai custar nada à Previ que o patrocinador use recursos seus que tenha no fundo decorrente de eventuais superávits, que são os Itens 16, 17 e 18 do Despacho nº 10, de 2013, Difis/Previc, o que foi tomado. O senhor deve saber que documento é esse. Ou seja, ou pagam os associados do fundo ou pagam os acionistas, porque, se é o Banco que vai fazer esse pagamento, os acionistas é que vão pagar essa conta. Aliás, o maior acionista, nesse caso, é a própria União.

Então, de sua parte, os associados estão protestando e recorrendo judicialmente, através de suas associações, e, em caso de derrota, certamente, vão querer para si também os benefícios que os dirigentes incluíram indevidamente sob o aspecto previdenciário em seus honorários.

O que pensam os acionistas a respeito disso? Eu queria uma palavra do senhor a respeito dessa situação extremamente delicada. Aparentemente, o que se está vendo é que a Previc já tomou as providências, e que elas não foram, digamos, levadas a cabo.

Nesse particular também, eu queria uma opinião de V. Ex^a, porque existe um órgão que é responsável pelo acompanhamento do que se chama de abertura total de informações do mercado de ações, que é a Comissão de Valores Mobiliários. Aparentemente, esse órgão – e aí fui alertada por dirigentes da Previ – não está oferecendo adequadamente, no tempo adequado, as informações dessa transparência, para que dê mais segurança aos que são responsáveis pelos investimentos.

Pergunto se, eventualmente, V. Ex^a pode sugerir providências que, do ponto de vista legislativo, possam ser tomadas em relação a essa forma de transparência nas informações a respeito dos investimentos de empresas de capital aberto, como é o caso das empresas do Sr. Eike Batista.

São essas as questões iniciais para V. Ex^a. Em seguida, dependendo das suas respostas, eu continuarei a fazer as perguntas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/ PMDB – MS) – Com a palavra o Sr. José Maria Rabelo, para responder os questionamentos da Senadora Ana Amélia.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Obrigado, Presidente; obrigado, Senadora. Eu espero ter tido condição de apontar aqui os principais itens, Senadora, e comentar, mas, por gentileza, caso eu não tenha tido capacidade de fazê-lo, a senhora pode me cobrar que eu terei o prazer de comentar aquilo que eu possa.

Exatamente começando por isso, eu queria pedir desculpas ao Presidente Waldemir Moka, à Senadora Ana Amélia, aos senhores e às senhoras, mas quero alertar que, como gestor público, como dirigente da Previc, tenho uma limitação legal no sentido de não tratar de casos concretos, específicos de entidades e fundos aqui mencionados. A Senadora, a partir de notícias públicas e de representações que tenha recebido, mencionou alguns nomes, mas não posso tratar, por uma questão de vedação legal, desses casos específicos, porque esse tratamento deve ser feito dentro do processo institucional que transita na Previc. É claro que há um pressuposto de publicidade nos atos do gestor público, mas essa publicidade tem também o seu rito e as suas épocas. Então, peço desculpas, mesmo, por não poder tratar de casos específicos. Creio que...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Desculpa, mas aí tenho impressão de que esta audiência fica prejudicada. Se você não pode falar, como é que... Nós vamos fazer o que, então, aqui? (*Palmas.*)

Senadora, desculpe, mas, como é que nós vamos fazer se ele não pode falar? Eu queria primeiro que... Era preferível uma argumentação para que a gente pudesse avaliar também a justificativa em poder tocar ou não, porque aí...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Desculpe. V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Nós temos duas saídas. Penso que a gente não pode violar lei. Se o Dr. José Maria Rabelo argumenta e se fundamenta num dispositivo legal, nós não podemos fazer isso publicamente. Mas podemos fechar esta sessão e, com as pessoas interessadas, sem a gravação da TV Senado, fazer a discussão desse tema. É a forma mais adequada de fazer isso, como fazemos na Comissão de Relações Exteriores, nas sabatinas,

nas questões: cancela-se a transmissão ao vivo – porque isso é gravado e transmitido publicamente pela TV Senado –, encerra-se e se discute o assunto como foi apresentado. Depois as pessoas vão comentar. O problema é que não viola lei nem nada, porque estamos num processo democrático, de transparência. Penso que essa é a alternativa, senão seria muito frustrante, imagino, até para o próprio Dr. José Maria Rabelo, que se dispôs a vir aqui, e para as pessoas que vieram acompanhar, dada a relevância desse tema, a gente ficar nisso. Então, é a alternativa que sugiro: que a gente continue sem a transmissão da TV Senado e com a participação das pessoas, eventualmente.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Se eu tiver licença para sugerir,...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, claro.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – ... eu gostaria de fazer alguns comentários sobre cada item apontado pela Senadora. Caso se entenda que essa minha resposta, de fato, seja inconclusiva, não atenda a finalidade, pela necessidade de preservar algum tipo de reserva...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Legal.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – ... que a lei me atribui, aí nós podemos, os senhores e as senhoras, avaliar a alternativa. Creio que eu tenha condição de passar por todos os itens fazendo observações, comentários, dando informações, que, no geral, teriam condições de atender as preocupações justas e muito oportunas trazidas pela Senadora e pelo Presidente da Comissão. Caso se entenda, em algum momento, que isso não tenha acontecido, é claro que cabe a V. Ex^{as} encaminhar da melhor forma. Mas creio que não haverá muito – tenho a pretensão de dizer isso, permitam-me – prejuízo ao objetivo desta Comissão, a partir dos elementos que eu possa trazer aqui. Caso se entenda de forma diferente, humildemente, coloque-me à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, vamos ouvi-lo e, se V. Ex^a julgar necessário,...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – ... podemos ter outra alternativa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Perfeito.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Obrigado.

Percorrendo alguns dos itens apontados pela Senadora Ana Amélia, em primeiro lugar, com relação a se nós entendemos, se eu entendo como tendo a

estrutura suficiente na Previc para que a gente faça o trabalho que a lei nos atribui, eu entendo que sim. É claro que esse é um processo dinâmico e nós temos uma perspectiva de crescimento do sistema. Aliás, mais do que perspectiva, nós temos eventos que trazem crescimento do sistema, como a aprovação da previdência complementar dos servidores públicos federais, a Funpresp, e a aprovação dos regimes dos planos específicos dos servidores públicos de outras unidades da Federação. Então, isso traz um crescimento do sistema.

Nós trabalhamos concretamente no esforço conjunto com a própria sociedade, com os representantes da sociedade civil, por exemplo, no Conselho Nacional de Previdência Complementar – e aqui temos a Dr^a Cláudia Ricaldoni, que é um dos membros do Conselho –, no sentido de fomentar o crescimento do sistema. Então, nós, claro, trabalhamos com a perspectiva de que o sistema vá crescer e vá requerer mais recursos no trabalho de supervisão e fiscalização. Então, eu entendo adequada a estrutura, adequados os recursos para a demanda atual.

Claro que nós trabalhamos, Senadora, com a perspectiva de crescimento do sistema e reforço dessa estrutura. Evidentemente nós trabalhamos, também, com uma busca de maior produtividade. Não é lícito a qualquer gestor – seja um gestor público, seja privado – trabalhar imaginando que as suas demandas serão sempre atendidas com aumento de recursos. Nós temos também que ter capacidade de racionalizar procedimentos e de implementar ganhos de produtividade para fazer face a essas responsabilidades. Mas eu asseguro que, do ponto de vista da gestão da Previc, as condições estão dadas para que a sua responsabilidade seja exercitada.

A Senadora mencionou, a partir de correspondências, enfim, de provocações que recebeu, algumas críticas com relação à – digamos que a gente pode colocar uma rubrica geral – governança de alguns fundos e, claro, ali há uma preocupação com relação a fundos patrocinados por estatais, pela origem da representação – aparentemente é a conclusão a que nós podemos chegar.

Eu diria que esse é um tema nobre, importante e caro para o setor. O que estabelece essa governança, hoje, é a Lei Complementar nº 108. E ela estabelece, de fato, um critério de paridade nas representações de participantes e de patrocinadores nos conselhos dessas entidades, sendo que prevê o voto de qualidade ao Presidente do conselho, que é indicado pela patrocinadora no conselho deliberativo, e o voto de qualidade ao Presidente do conselho fiscal, que é eleito pelos participantes no conselho fiscal.

Então, eu diria aqui que, do ponto de vista objetivo, acho que a lei foi – seria pretensioso fazer qualquer tipo de avaliação – sábia em buscar esse equilíbrio. Entendemos que isso não é um ponto pacífico. Há críticas, sim, à existência do voto de qualidade, consequentemente à possibilidade de que a patrocinadora, neste caso o estatal, exerça esse voto.

De nossa parte, nós entendemos como importante essa discussão, mas não entendemos como um problema na governança dos fundos a existência desse voto de qualidade. Preocupa-nos mais, sim, o eventual exercício – e como esse exercício se faz – desse voto de qualidade. Ele existir eu acho que é uma defesa até para que se evitem impasses que eventualmente possam ser danosos para o conjunto de participantes e assistidos daquele plano de benefícios.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Que tipo de conflito?

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Eu diria, Senadora, que o voto de qualidade... Como nós temos representação paritária, treze e treze, como V. Exª mesmo mencionou, eventuais não concordâncias poderiam paralisar ou trazer algum tipo de repercussão negativa da gestão do fundo. Talvez essa eventual perpetuação do impasse pudesse trazer um dano ainda maior – isso como possibilidade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sim. Agora...

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Do ponto de vista lógico, Dr. Rabelo, parece que o representante dos participantes, dos assistidos no fundo de pensão – sejam eles da ativa ou já aposentados – tem um maior rigor no cuidado com o patrimônio que é deles do que eventualmente um diretor que esteja lá de passagem. É uma questão de raciocínio lógico. Não é que, na verdade, pode acontecer, mas, do raciocínio, se depreende isto, quer dizer, que a presença do representante lá do conselho fiscal, do funcionário, do participante do fundo teria um peso no sentido da preservação do patrimônio dos participantes desse fundo.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Concordamos com essa visão como uma hipótese, Senadora, mas volto ao ponto: na verdade, por lei, o gestor – claro, vou dizer uma obviedade, a senhora me desculpe –, seja indicado, seja eleito, tem exatamente a mesma responsabilidade e responde pelos seus atos da mesma forma. E a lei é bastante incisiva, em termos de cobrança do exercício dessa responsabilidade. Então, para a Previc, é, sinceramente, completamente indiferente a origem do dirigente, se ele é indicado ou se é eleito. Se ele é indicado, é claro, é indicado pela

patrocinadora, porque a lei lhe atribui essa prerrogativa, e, se é eleito, é eleito também por um grupo de participantes.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Permita-me. Mas, em caso de empate, sempre a patrocinadora decide.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Vai ser o voto dela.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Perpetua-se sempre a decisão.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Exato. Senador, uma crítica que se faz, e eu iria só complementar, é que, para a Previc, dado que essa regra está na Lei Complementar nº 108, entendemos oportuno, legítimo, importante o debate com relação à eventual mudança da lei. Conhecemos iniciativas voltadas, inclusive, para isso, mas o nosso papel, é claro, considera o sistema vigente. E aí, novamente, nesse sistema, entendo que, objetivamente, a lei busca um equilíbrio, por essa decisão, porque também no conselho fiscal se tem a presidência do conselho fiscal pela representação de participantes e o voto de qualidade ali previsto. Novamente, para a Previc, interessa mais, nesse caso, saber se o voto de qualidade é usado, com que fundamentos ele é usado, quando e como ele é usado.

E aí cito um dado muito específico, nesse caso eu posso dizer, porque é público. Eu fui dirigente do Banco do Brasil e tive a honra de ser também Conselheiro da Previ, o nosso fundo de pensão. Por sinal, exatamente na função de representante da patrocinadora, fui Presidente do Conselho, nos anos 2008 e 2009. Só posso dizer, Senadora e Senadores, que, nesse período, o voto de qualidade jamais foi usado. Na experiência, eu digo de memória, tenho a impressão que posteriormente também não o foi. Então, é uma ferramenta que a lei prevê. Agora, acho que a gente tem que se preocupar muito mais com o mau uso, se é que ele está acontecendo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu acrescentaria isto: em relação à lei, à norma vigente – o senhor não quis entrar no mérito desse aspecto da composição, que é da lei, embora reconheça a racionalidade da questão da representação do servidor –, por que a Previc não edita norma que estabeleça critério de seleção e regras rigorosas para os dirigentes dos fundos de pensão, objetivando profissionalizar esse tipo de trabalho e evitar as indevidas injunções políticas? De novo, é uma questão de mérito, e certamente V. Exª vai sair pela tangente nesse aspecto.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Não, nesse caso, absolutamente. E aí tenho a oportunidade, inclusive, essa é uma discussão pública, então, não há nenhum problema em fazê-la, de dizer aqui que, na verdade,

a Previc tem uma preocupação, sim, com relação à boa governança dos fundos, e essa preocupação não é privativa da Previc. Normalmente, os outros atores, sejam governamentais, sejam representantes da sociedade, das próprias entidades, têm essa preocupação.

A Previc não tem a competência para editar essa norma, mas ela participa, é um membro governamental do Conselho Nacional de Previdência Complementar – novamente, me permita dizer que a Dr^a Cláudia, que está presente, é também um membro. E nós temos na agenda – e por isso estou dizendo isso aqui, porque isso é público – do Conselho Nacional de Previdência Complementar uma discussão envolvendo governança dos fundos de pensão e, certamente, critérios de seleção, critérios de eleição, qualificação dos dirigentes, trabalho preventivo com relação a conflitos de interesses, ingerência indevida, quer dizer, defesa com relação a qualquer tipo de interesse que não seja o mais legítimo na defesa da poupança arrecadada e administrada pelo fundo de pensão. Tudo isso certamente vai estar no bojo dessa discussão que aí está.

Por sinal, ontem houve essa reunião do Conselho Nacional de Previdência Complementar, que decidiu pela constituição de alguns grupos para tratar, entre outros temas, da governança nas entidades. Então, nós participaremos disso, assim como haverá a participação de todos os oito membros do Conselho Nacional de Previdência Complementar, lembrando que há cinco membros governamentais: a própria Previc, o Ministério da Previdência, o Ministério do Planejamento, o Ministério da fazenda e a Casa Civil, mais representantes e participantes que estarão assistindo – a Dr^a Cláudia nos honra com a sua presença –, representantes de entidades e de patrocinadores e instituidores. Então é um...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É um bom caminho.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Entendemos que sim.

Se eu posso seguir, Senadora, em alguns apontamentos aqui a respeito da intervenção de V. Ex^a, com relação à rotina de acompanhamento, a preocupação muito lícita, muito justa, muito adequada, que um dos signatários da correspondência para a senhora mencionou foi qual é a nossa capacidade de enxergar os riscos e direcionar melhorias ou correções com relação a esses riscos e prevenção. Na estrutura da Previc, como mencionei rapidamente na fala introdutória, nós temos uma área, uma diretoria, cujo diretor está presente, que cuida especificamente do monitoramento de todos esses 1,1 mil planos de benefício do ponto de vista de atuária, do ponto de vista de investimento e contabilidade. Então, esse é um trabalho que se faz

todos os dias. E, é claro, identificadas situações de não conformidade, identificadas situações de risco, os gestores são acionados. Não significa que nós tenhamos um problema, uma irregularidade, mas temos, no mínimo, uma necessidade de esclarecimento ou de alguma medida preventiva ou mesmo corretiva. Então, esse trabalho se faz permanentemente.

Até aproveitando outra intervenção de V. Ex^a, mais adiante, houve menção ao trabalho da CVM. É claro que não vou aqui comentar o trabalho da CVM, mas a CVM é um parceiro, um órgão assemelhado a nós – nós somos assemelhados a eles, somos muito mais recentes. Nós temos acordos de cooperação, convênios com a CVM para troca de informação sobre aquilo que cabe ao gestor fazer no sentido de que situações de risco identificadas possamos conhecer e tratar, assim como o inverso. Situação que eventualmente nós identifiquemos em nosso sistema que deva ser de conhecimento da CVM, para que ela, dentro do seu papel legal, aja, ela também recebe. Assim como temos o mesmo trabalho com os demais órgãos, como Banco Central e Susep – o Banco Central pela supervisão e fiscalização do sistema financeiro; a Susep pela fiscalização das seguradoras e a previdência aberta.

Então, esse trabalho, hoje, é feito de forma bastante articulada. Inclusive existe um Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec), que tem reuniões trimestrais em que essas informações são tratadas.

Eu diria que não temos a pretensão de entender que estejamos no nível mais avançado, mas temos tido condições de fazer um trabalho que, com a desculpa pela presunção, entendemos adequado, mas sempre com oportunidade de melhoria.

A Senadora, também, em uma das observações, perguntou sobre a base legal. Quer dizer, se nós identificarmos algum tipo de ação que a Previc entenda que deva ser objeto, como V. Ex^a mencionou, de uma intervenção – intervenção no sentido amplo, uma demanda por correção –, sem dúvida, a base legal é plena para que a Previc faça isso a partir da sua própria lei de criação, a Lei nº 12.154, assim como dos demais diplomas legais que preveem essa responsabilidade.

Eu mencionei alguns números, por exemplo, de determinações, recomendações que a Previc faz e que eventualmente podem desaguar, no limite e na extrema exceção, inclusive, em um processo sancionador, que é tratado também na forma da lei, com a lavratura de um auto de infração que tenha um julgamento pela diretoria colegiada da Previc e, posteriormente, em grau de recurso, pela Câmara de Recursos da Previdência Complementar.

Então, eu diria que, sim, nós temos plenas condições de fazer isso. E aí, no limite, digamos, estrito da intervenção, eventualmente, as situações mais graves, mais críticas, na forma da lei – e aí é a Lei Complementar nº 109, lá no seu art. 44 –, se identificarmos situações que requeiram até intervenção mesmo, a Previc pode afastar os gestores e fazer o seu processo, essa base existe, temos plenas condições de fazê-lo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Nesse caso, eu voltaria ao caso do Banco do Brasil, à questão dos salários dos diretores do Banco, que passam a ser integrados para efeito de aposentadoria paga pela Previc. A Previc já teria, digamos, notificado a direção, mas não houve nenhuma providência, mas apenas isto que falei: a intenção de a patrocinadora assumir a hipótese de ela pagar isso, que vai cair nas costas do acionista. Então, eu queria uma referência de V. Exª a respeito desse processo, em relação à relevância que ele tem para os aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Dr. Rabelo, eu tenho uma informação, aqui – não sei se é possível –, de que, em 2012, os recursos dos funcionários do fundo Previ somavam 15 milhões, aplicados no grupo EBX e que, hoje, não passam de 300 mil. E que o fundo de pensão dos funcionários dos Correios, Postalís, o terceiro maior do País, com 130 mil participantes, já acumula perdas de quase um bilhão só nos dois últimos anos. É possível o senhor comentar essas informações que a imprensa veiculou?

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Bom, Senador, depois poderíamos voltar ao tema. Acho que ainda ficaram alguns pontos da Senadora Ana Amélia que eu gostaria de comentar. Mas, nesse caso, nós temos exatamente a situação típica em que a lei me impede de fazer comentário público específico.

Neste caso, a própria lei que cria a Previc estabelece a obrigação de o gestor da Previc guardar reserva sobre informações que sejam disponibilizadas internamente. E no caso específico, pela própria Lei Complementar nº 105, que estabelece o sigilo bancário, essas operações naturalmente envolvem operações bancárias, e eu estaria impedido também de comentar. No entanto, reconhecemos, temos conhecimento das informações publicadas com relação ao tema.

Com relação à preocupação da Previc, falando um pouco de forma mais geral, tem-se a pretensão de que eu poderia, digamos, nesse panorama, atender...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Só para acrescentar, diante das informações publicadas, a Previc fez um foco maior nessas aplicações?

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Sim. É exatamente isso que eu queria mencionar, Senadora e

Senadores. A Previc se guia a partir de informações, lembrando que o nosso trabalho de fiscalização se estrutura, como eu tinha mencionado, numa matriz de riscos, em que procuramos pontuar aqueles elementos ou fatores que indiquem a necessidade de priorização do trabalho de fiscalização da Previc. E um dos elementos, indiscutivelmente, vem da eclosão de notícias ou de fatos supervenientes que eventualmente requeiram um olhar mais atento da Previc. Então, os senhores e as senhoras não tenham dúvida de que essas notícias geram, sim, um foco, um aprofundamento maior da Previc em relação a esses ativos. Não só as notícias, claro, mas o comportamento, eventualmente fora da expectativa, de determinados preços de mercado, ou seja, uma ação que eventualmente tenha uma queda drástica, como aconteceu – é público e notório – com relação, no geral, às empresas do chamado Grupo X. Então, é claro que o nosso trabalho de monitoramento vai fazer um aprofundamento com relação a quais entidades, quais fundos de pensão têm aplicação nesses ativos.

E, claro, isso por si não nos permite uma conclusão sobre a adequação ou não dessa aplicação. Cabe ao nosso trabalho aprofundar um pouco mais. O fato de eventualmente um fundo de pensão ter aplicado nesse ou naquele ativo que por alguma razão não tenha performado na forma prevista pode ser sim um elemento de preocupação que gere uma ação da Previc. Mas nós não podemos, obviamente, fazer qualquer tipo de prejulgamento. Então, o nosso trabalho é verificar esse processo desde o seu nascedouro. Quando foi feita a...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas Presidente, veja, uma empresa como a EBX, que tem financiamento, recursos e aporte do BNDES...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – E capital aberto e a CVM em cima.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só para o meu raciocínio, se em algum momento os funcionários pudessem optar, diriam: “Vamos retirar essas aplicações”. Mas aí é uma coisa que me parece... Porque o próprio banco também não tem interesse de que retirem os investimentos, pois a empresa pode ficar ainda com maiores dificuldades financeiras.

Isso é que traz uma incoerência quando a patrocinadora, vale dizer, o Governo que indica... Aí há um conflito e, parece-me, precisaria ter, pelo menos, alguma preocupação de resguardar isso. Você está vendo que a empresa está despendendo do ponto de vista de investimento, quer dizer, está perdendo o valor de suas ações, e o fundo vai continuar aportando? Parece-me que essa é a preocupação daqueles

que têm recursos depositados com finalidade de sua aposentadoria.

Entendo sua dificuldade, mas acho que essa discussão precisa ficar clara exatamente neste ponto: qual é o grau de autonomia que tem a Previc para dizer “vamos recomendar que deixem de fazer investimento em uma empresa que publicamente está com dificuldades”.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Perfeito, Senador. Creio que possa detalhar um pouco mais a ação da Previc e trazer, talvez, um pouco mais de tranquilidade para V. Ex^a com relação a isso. Embora, começando pelo final, não caiba, por lei, à Previc qualquer tipo de recomendação para que se faça este ou aquele ativo ou que se desfaça deste ou daquele ativo, porque essa é uma responsabilidade do gestor. E a Previc tem o papel de verificar se aquela transação efetivamente foi feita de forma adequada, com os elementos adequados, com o julgamento adequado. Até para preservar esse papel de fiscalizador, não cabe à Previc se imiscuir na ação em si, na operação em si.

Mas voltando, o Grupo EBX é um caso mais presente, tendo sido o objeto do fundamento do requerimento, mas vale para outros eventos de mercado que tragam algum tipo de repercussão em preços de ativos, em liquidez desses ativos, por exemplo, intervenções em bancos, em gestores de ativos, liquidações de bancos, todos esses eventos geram na Previc o acionamento de uma rotina específica. Temos um comitê interno, um comitê exatamente formado para agir nessas situações, digamos, se puder radicalizar um pouco, situações de crise, em que temos que fazer um trabalho coordenado para verificar.

Eu estava dizendo que não podemos prejudicar, porque, é claro, hoje, olhando com esse benefício de já ter a história percorrida, é evidente que temos uma facilidade maior de fazer um julgamento de que determinado negócio não foi o melhor. Mas o trabalho da Previc é um trabalho de Estado, é tirar um pouco essa emoção do momento da notícia e fazer um trabalho mais profundo de verificar o seguinte: quando foi tomada essa decisão, as informações disponíveis recomendavam, indicavam, aconselhavam que essa decisão pudesse ter sido tomada? O processo interno de análise foi percorrido? Então houve um comitê que analisou, que recomendou? Houve um comitê de controle, um trabalho de análise de risco, de avaliação de risco? A decisão tomada percorreu todo o caminho? Vale dizer, Senador, que não há nenhum indicativo – isso são perguntas; não estou afirmando – de que a decisão tenha deixado de percorrer alguns caminhos inevitáveis, necessários, indispensáveis, básicos de avaliação da oportunidade daquele negócio, da ade-

quação daquele negócio do ponto de vista do preço, da adequação com relação aos demais intervenientes, as contrapartes daquele negócio. Tudo isso é objeto de análise da Previc.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

Já que o senhor usou a palavra informação, queria aproveitar esse gancho. O que se observa é que os fundos de pensão e as patrocinadoras não oferecem condições de participação e de conhecimento adequado aos participantes em relação às várias decisões tomadas, inclusive de investimentos. Mesmo com aquilo que falei da abertura da informação, com toda estrutura institucional exigida legalmente, ainda se observam problemas sérios de comunicação. Como a Previc pode proteger o direito dos participantes, como faz a ANS em relação aos planos de saúde? Existe um setor de ouvidoria da Previc que pode exigir das entidades a transparência e a garantia das informações aos participantes, ou eventualmente ele vai lá, faz uma queixa: “Olha, não estou recebendo informação tal” ou “quero saber tal coisa”? A Previc opera dessa forma?

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Sem dúvida nenhuma. Primeiro, existe uma Ouvidoria que recebe todo dia críticas, sugestões, denúncias. A denúncia como tal, ao ser recebida pela Ouvidoria, é tratada na nossa Diretoria de Fiscalização, ela faz com que se gere um ato específico de apuração dessa denúncia. O gestor, entre aspas, “denunciado” ou objeto de algum tipo de representação vai ser ouvido. Se o objeto específico mencionado no exemplo da Senadora é o não fornecimento de informação, há exigências concretas de que se forneça informação, é papel do gestor, e no limite, apenas no limite, se isso não acontecer, a Previc pode inclusive autuar o gestor por não prestar informação adequada ao participante. Então, sem dúvida nenhuma, temos todos os elementos para isso.

Só para não perder, Senador Moka, e, voltando, queria usar só um pouco mais de tempo, com a permissão das senhoras e dos senhores, para falar um pouco sobre esses investimentos convencionados de alto risco.

O papel nosso é, primeiro, conhecendo esses eventos, fazer uma análise profunda. Voltando aos pontos: quando foi tomada essa decisão, quais as informações disponíveis? Era lícito e adequado que se tomasse essa decisão à época? O julgamento que se fez é um julgamento adequado? Porque o risco faz parte. Os intervenientes nesse processo são os intervenientes legítimos? Percorreu-se o caminho de governança normal na gestão de um fundo de pensão, vale dizer, houve uma análise, há uma política de investimento, a política prevê aquele tipo de investimento, daquela

natureza, daquela espécie? Essa análise percorreu os caminhos adequados, a análise técnica? A decisão foi tomada no órgão, na instância adequada?

A partir da decisão, há o acompanhamento que o senhor mencionou, Senador. Eventualmente, em algum momento, qualquer um de nós, e o gestor da mesma forma pode se ver na circunstância em que a alienação daquele ativo pudesse ser mais interessante. Também isso nos interessa verificar.

Quer dizer, a decisão foi tomada adequadamente e a sua condução foi feita também, ao longo do tempo, adequadamente? Com a eclosão dessas notícias, desses eventos que trouxeram repercussão no preço desse ativo, teria sido mais adequado vender? Havia mercado para se vender? Ou, então, essa decisão foi analisada, foi considerada?

Tudo isso é analisado, é percorrido todo esse caminho. Por isso não é um trabalho que se faça de um dia para o outro, E eu posso dizer, assegurar aqui, para os Srs. Senadores, às Sr^{as} Senadoras, à sociedade brasileira enfim, que todos, 100% desses eventos – o caso específico das empresas do Grupo X, casos de quebra de bancos e, mais recentemente, é público, mais uma liquidação –, todos esses eventos geram, na Previc, o acionamento de um trabalho específico em que verificamos todos os investimentos feitos nesses atores, nesses gestores de ativos, do início ao fim.

Eventualmente nós podemos ter situações em que a decisão de fato já tenha sido tomada sem o grau de cuidado adequado. Mas também podemos ter, apesar do insucesso, situações em que a decisão, quando se verifica, foi tomada na época, aparentemente, com as informações disponíveis, em que seria legítimo tomar, como uma alternativa normal de investimento de um fundo de pensão.

Lembrando que os gestores dos fundos de pensão por lei – na verdade, há uma resolução que mais diretamente disciplina esses investimentos, que é uma resolução do Conselho Monetário Nacional, prevista na Lei Complementar nº 109 – devem diversificar os seus investimentos a seis segmentos de aplicação, ou renda variável, com limites próprios para cada segmento. Então, renda fixa, renda variável, operações com participantes, operações estruturadas, operações no exterior e com imóveis.

Então, há limites com relação a isso, limites de concentração em relação ao total de ativos geridos pelo fundo, limites de concentração em relação ao risco que se vai correr, ao emissor daquele risco, seja um papel, um título privado, seja uma ação. Tudo isso é observado.

Mas, como eu tinha mencionado na minha fala introdutória, isso é básico. A nenhum gestor é lícito

deixar de observar aquelas condições e aqueles limites, mas o trabalho da supervisão baseada em risco, o trabalho da gestão baseada em risco, obviamente, vai além. Além de cumprir o que a lei determina, que a nenhum cidadão é lícito não cumprir, nós queremos saber a qualidade dessa decisão.

Eu posso passar alguns dados, digamos, ou uma visão com relação a esses casos. E, voltando, Senadora, por mais que eu não possa, de fato, tratar de um caso específico, há exemplos mencionados por V. Ex^a, em que todos os casos são conhecidos e objeto de ações específicas da Previc.

Esse processo, como disse, tem o seu rito, porque envolve responsabilidade de gestores, mas a Previc não tira conclusão que não seja a partir de uma análise profunda, que pode simplesmente dizer: “Olha, não encontramos irregularidades”, ou eventualmente: “Encontramos determinadas irregularidades, identificamos os responsáveis”, apurando-se assim essa responsabilidade na forma da lei.

Sem qualquer pretensão de ter um dom de maior capacidade do que, de fato, temos, posso dizer que esses eventos, que são públicos obviamente – e não trabalhamos apenas com os eventos públicos. É claro que nós temos o nosso próprio julgamento interno –, trazem para a Previc uma oportunidade ímpar de fazer uma apuração com relação à eclosão dessas situações de potencial perda para os gestores.

Só para assegurar às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, às senhoras e aos senhores, se considerarmos os eventos mais recentes que tivemos no mercado de perdas importantes – por exemplo, liquidações de bancos, como os casos públicos do BVA, Cruzeiro do Sul, Morada e Rural –, posso dizer que, do ponto de vista agregado – e sempre o agregado não é tudo –, com essa ressalva, os investimentos dos fundos de pensão nesses bancos liquidados ou sob intervenção são proporcionalmente menores, se considerarmos o volume total que temos de ativos em investimentos nos fundos de pensão, do que os que o mercado em geral fez nesses bancos.

Ou seja, a leitura objetiva que fazemos é a de, no geral, os fundos de pensão são mais conservadores, têm uma gestão de risco mais refinada do que o mercado em relação a esses bancos específicos. Esse é um dado agregado. É dado real. Inclusive, posso passar os números, caso haja interesse.

O dado não agregado, obviamente, não é suficiente para nós. Então, do ponto de vista geral, para nós, a leitura nossa é de segurança com relação à qualidade da decisão de investimento nos fundos de pensão. Há exceções? Há exceções – não há dúvida – e são tratadas como tal. Há situações de irregulari-

dades que requerem a ação da Previc? Há situações que requerem, e estamos atuando em relação a elas. Mas a separação que procuramos fazer é não trazer um estigma, não permitir que eventuais situações específicas, pontuais, com responsabilidades próprias de falta de cuidado na gestão desse patrimônio, que é de terceiro – e aí são, de fato, exceções – não possam passar uma ideia de que o sistema, no geral, tenha essa característica.

De fato, asseguro que, no geral, o sistema está bastante sólido e é mais conservador, cuidadoso, no tocante à gestão dos seus investimentos do que o mercado como um todo.

Em relação a esses bancos quebrados, esses bancos liquidados ou em intervenção, se olharmos o percentual total da sua participação, em termos de ativos totais do mercado, esse percentual é mais do que o dobro do que eles representam percentualmente em relação aos investimentos do fundo de pensão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Gostaria de perguntar ao Dr. Rabelo sobre a adequação ao teto dos salários dos direitos, que foi solicitado em relação ao Banco do Brasil.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Nesse caso, até porque é um processo em andamento, ele é objeto – e isso é público – de denúncias, apresentadas à Previc. Então, obviamente, peço desculpas, mas, de fato, estou impedido de comentar.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – A Previc teria dado o prazo até 10 de agosto, e isso não teria sido resolvido.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Senadora, peço a compreensão de V. Ex^a, mas, de fato, ele é um processo em curso.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sim.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Não posso comentar aqui, mas a posição da Previc é bem conhecida, não por publicidade que ela tenha dado. Como se trata de um processo em curso, peço licença para não comentar sobre ele.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sim. Agora, Dr. Rabelo, e a questão da separação de massas?

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Perfeito. Essa é importante. Tudo, aliás, é importante, mas me faltou comentar sobre esse caso.

De fato, todas as operações, como mencionei, que envolvem naturalmente necessidade de monetização de ativos e naturalmente uma retirada de patrocínio, que é operação que traz uma repercussão séria e sen-

sível para o setor, têm de ser analisadas e aprovadas previamente pela Previc. Na sua implementação, eventualmente temos situações como essas mencionadas pela Senadora Ana Amélia, em que, por nós termos numa mesma entidade de Previdência Complementar mais de um plano de benefício, é normal ter ativos compartilhados entre esses planos.

Por lei, os ativos e passivos de cada plano de benefício não se comunicam uns com os outros; eles são segregados. No entanto, é possível a detenção conjunta de um mesmo ativo, na forma de condomínio, cotas ou fundos de participação. Então, isso é normal, regular e comum de existir, até por uma questão de escala em muitas vezes.

Algumas operações, quando aprovadas pela Previc, podem requerer algum tipo de alienação ou venda desses ativos, havendo algum tipo de compartilhamento destes.

Os exemplos mencionados pela Senadora são exatamente nessa linha. Quer dizer, para a implementação de uma decisão tomada pela Previc, havia necessidade de alienação de alguns artigos, e, eventualmente, ao invés de alienar para o mercado, outro fundo da mesma entidade poderia ter interesse em comprar do fundo de que esteja saindo, da massa – V. Ex^a falou em separação de massa – de que esteja saindo.

V. Ex^a falou da situação do patrimônio indivisível, como é que se separa...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Qual o critério que a Previc usa para aceitar essa separação de massa?

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Isso. Exatamente. Em primeiro lugar, queria dizer que, até recentemente, essa operação não poderia ser feita. Isso era um problema. A Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional, veda – no melhor dos propósitos, que é evitar qualquer tipo de subsídio de um plano para com o outro, qualquer tipo de arbitramento interno que se possa fazer – a transferência, a migração, a negociação de ativos entre um plano de benefícios e outro na mesma entidade.

Então, essa vedação acabou impactando a situação que V. Ex^a havia mencionado, que é exatamente a situação de um patrimônio chamado indivisível, em que, para que determinado grupo pudesse sair, eles precisariam lançar mão dos seus recursos.

Essa situação foi resolvida recentemente, Senadora, numa resolução aprovada no âmbito do Conselho Nacional de Previdência Complementar, uma revisão de uma resolução anterior, de 1988, tratando de retirada de patrocínio. Ao aprovarmos no Conselho Nacional de Previdência Complementar essa nova resolução – ela foi aprovada neste ano –, houve a inserção de um

artigo, permitindo que, para essas situações de retirada de patrocínio, quando houver necessidade de monetização e esses ativos estiverem detidos em conjunto, permite-se que haja uma alienação de um fundo – do que V. Ex^a chamou de massas – de que esteja saindo para o fundo que permanece. Então, primeiro, há a possibilidade.

A SR^a. ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Esse é o critério.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Sim. Antes não havia nem possibilidade. Hoje, o Conselho Nacional de Previdência Complementar estabeleceu a possibilidade que permite a possibilidade desses casos específicos, pontuais, residuais, mas que acabam impactando.

A própria Resolução nº 11 do Conselho Nacional de Previdência Complementar traz, se não me engano, no seu art. 16, as condições em que essa operação deve ser feita. Então, deve ficar demonstrado inequivocamente – o termo da resolução é manifestamente – que ela atende ao interesse das duas partes envolvidas, inclusive do ponto de vista do preço praticado. Ou seja, não é possível, não é imaginável, não é aceitável que haja qualquer tipo de subsídio de um plano para com outro, mas, se dois planos detêm em conjunto o mesmo ativo, e um plano precisa da sua monetização, é mais do que adequado no entendimento do Conselho Nacional de Previdência Complementar e no nosso também, da Previc, que se permita excepcionalmente que essa operação seja feita.

Detalhe: exatamente por esses cuidados, a resolução já traz em que condições ela pode ser feita e quais os pré-requisitos básicos no sentido de atender os interesses das duas partes, sem nenhuma possibilidade de subsídios de uma para outra.

Exatamente, por ser uma operação excepcional e que deve estar revestida desses cuidados, ela deve ser aprovada previamente pela Previc. Isso deve ser demonstrado. Então, o gestor deve mandar um pedido para a Previc, demonstrando inclusive que preço está praticando, qual o ativo que está sendo alienado, em que preço, em que condições. Obviamente, inclusive, se for um ativo que tem uma referência de preço de mercado, é mais fácil; senão, ele tem de apresentar avaliação feita por avaliadores independentes. Então, eu diria, Senadora, que, nossa visão, esses critérios blindam adequadamente todos os participantes. Este é o nosso papel: cuidar de defender as duas frentes.

A SR^a. ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Aliás, essa é uma grande preocupação.

Agora, ainda nessa linha, eu queria perguntar-lhe: no caso da apuração de um excedente patrimonial decorrente da avaliação atuarial, decorrente do patrocínio, não seria mais justo que os recursos não

se destinassem totalmente aos participantes? Qual seria a justificativa para que o excedente também fosse repartido com o patrocinador? Essa possibilidade não pode estar servindo de estímulo para que as empresas deixem de ser patrocinadoras?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora, eu também quero... É claro que V. Ex^a tem a prerrogativa de perguntar primeiro, mas o Senador Suplicy também já manifestou o interesse de fazer algum questionamento.

Eu e Senadora Ana Amélia, na verdade, estamos perguntando aquilo que nos parece ser...

A SR^a. ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É o que veio. É que o Senador Suplicy é um Senador que dá muito atenção às redes sociais, que acolhe o que vem das pessoas. E essa audiência só vem, pelo que recebi, das pessoas. Então, não é a Senadora que está perguntando; são as pessoas que participam dos fundos. Eu tenho só mais uma para deixar o Senador Suplicy falar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Primeiro, devo dizer que não houve pedido. O pedido do Senador Suplicy é que ele gostaria também de perguntar, mas, evidentemente, vamos esperar V. Ex^a terminar os questionamentos. Só estou dizendo que existe também por parte dos outros Senadores essa intenção.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Estou aprendendo com as perguntas da Senadora Ana Amélia.

A SR^a. ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Já emendo a segunda questão, porque é o mesmo tema da retirada de patrocínios, para concluir. Embora tenho sido exatamente a requerente desse encontro, não quero ser monopolista da presença do Dr. Rabelo aqui.

Como mencionei a questão do que é mais justo sobre o excedente, em relação à questão do excedente patrimonial, o que me preocupa é a possibilidade da devolução de recursos aos patrocinadores quando os planos permanecerem por alguns anos sucessivos apresentando superávits. Entendo que a lei não deixa margem para que ocorra essa hipótese, pois se pode perfeitamente revisar as contribuições de patrocinadoras e de participantes, mantendo o caráter essencialmente previdenciário desse fluxo de recurso ou fluxo de caixa. Essa devolução de recursos, atualmente normatizada por meio da Resolução CGPC nº 25, de 2008, não estaria criando uma tensão grande entre entidades, participantes e patrocinadoras? Não estaria havendo estímulo a uma contabilidade criativa para manipular os balanços e criar artificialmente

superávits atuariais? O que a Previc está fazendo a respeito disso?

Encerro as minhas perguntas e permito que os demais Senadores participem.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu pediria também que a resposta fosse o mais objetiva possível.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Obrigado.

Especificamente, Senadora, na verdade, a Resolução nº 26 foi aprovada à época pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar. Ela não é isenta de críticas, e a gente conhece bastante. Há discussões bastante intensas com relação a ela, mas a posição não poderia ser diferente na Previc. A nós, como gestores públicos, cabe-nos aplicar a regra existente. Permito-me não fazer qualquer tipo de avaliação quanto à sua adequação ou não. Então, a Resolução nº 26 está em vigor e cabe à Previc, no seu processo, aplicá-la.

Sim, defesa com relação ao que foi mencionado sobre contabilidade criativa, sem dúvida nenhuma, tem de existir. A própria resolução já, digamos, tem esse intento. Ela estabelece algumas condições mais rígidas para o uso desse excedente, que V. Ex^a chamou de excedente patrimonial e que são superávits, uma reserva especial, na forma dessa resolução. Ela estabelece condições, em termos de taxas de juros, nas formas de desconto dos ativos desse fundo e também tábuas atuarial mais conservadora.

A Previc, ao analisar um processo de uso dessas reservas, faz uma checagem de todas essas variáveis, digamos, no geral, sem a pretensão de acertamos em 100% dos casos. No geral, há uma defesa bastante forte com relação a esse risco de uso indevido de qualquer tipo, como foi mencionado, de contabilidade que não fosse a mais adequada.

Discussões com relação à adequação da resolução, adequação ou não, ou incentivo mencionado para que, eventualmente, a patrocinadora retire patrocínio, existem. Essa resolução, no âmbito do CNPC, é anteriormente vigente, é de 1988, como mencionei para V. Ex^a. E aprovamos neste ano, após algo como dois anos de discussão – a Dr^a Cláudia está ali – muito combativa. Ao final, foi a solução possível. Ela pode não ser aquela de desejo de todos os atores, mas foi a convergência possível, e estabelece essas condições.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Prezado Presidente Waldemir Moka, da CAS, quero, primeiramente, cumprimentar a Senadora Ana Amélia pela iniciativa de solicitar esta audiência e cumprimentar o Sr. José Maria Rabelo, Superintenden-

te da Previc, por sua disposição de aqui prestar todos os esclarecimentos e tendo em conta inclusive o que o senhor nos explicou, de que há algumas limitações legais. Algumas das questões não puderam ser respondidas inteiramente, mas tudo que pôde o senhor procurou responder.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para aprender um pouco mais sobre a relevância dos fundos de pensão na economia brasileira.

Observo aqui, no quadro que obtive da assessoria, que o número de entidades consideradas fundos de pensão no Brasil chegou a 371 – não sei se foi o maior número que já houve – em 2008, mas vem progressivamente diminuindo e hoje seriam, ou em 2012, 327, não sei em 2013, pelas suas informações.

Muitos fundos são conhecidos, como a Previ e a Petros, e alguns outros, mas não tanto outros de que não se costuma muito falar. As entidades correspondentes aos fundos de pensão são todas elas, as que são objeto de atenção da Previc, apenas aquelas relacionadas a empresas do setor público ou envolvem as relacionadas às empresas do setor privado? Se houver de ambas, que importância têm e quantas são as que estão no setor público e quantas estão no setor privado?

Vejo que também há um número de instituições, associações, tipo, digamos, a OAB, que é também objeto, parece, da atenção da Previc; essas eram zero em 2008 e, de repente, em 2009, 312, 496 e, agora, em 2012, 470.

Depois, eu queria compreender bem o que são os patrocinadores e que diferença existe entre as entidades, os fundos de pensão, as instituições e os patrocinadores. E se os patrocinadores são apenas as empresas públicas ou também as privadas.

O que o senhor efetivamente compreende por planos? Qual é a definição?

O volume de investimentos ou de ativos por parte dos fundos de pensão, hoje, chega a qual montante? Que diferença há entre total de ativos e total de investimentos? Uma é parte ou não da outra nas estatísticas?

Eu vejo que o senhor tem uma exposição sobre quais são os planos que estão com superávit e quais são os que estão com déficit. Há um número bem maior dos que estão com superávit em relação aos que estão com déficit.

Qual é a diferença entre a definição, portanto, de planos e o total de ativos de investimentos? Gostaria de saber com maior clareza isso.

Fundos de pensão que estão relacionados aos patrocinadores públicos, como Banco do Brasil, Petrobras, BNDES e tantos outros, podem fazer aplicações, digamos, de investimentos em todo e qualquer tipo de

empresa ou só naquelas que estão no mercado de capitais ou na bolsa de valores, na Bovespa, por exemplo? Pode um fundo de pensão aplicar numa empresa privada que não tenha ações na bolsa?

Há aqui alguns Senadores, como Waldemir Moka e Ana Amélia, que acompanham a vida das cooperativas de produção. Se porventura constar nos estatutos de uma cooperativa a possibilidade de haver sócios institucionais, um fundo de pensão eventualmente pode aplicar numa cooperativa?

Essas são algumas indagações. Eu quero aprender com a oportunidade de sua visita à nossa Comissão.

O senhor mencionou empresas do grupo X e também mencionou o que teria ocorrido com os bancos BVA e Safra.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Safra, não, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Se eu puder lhe perguntar, mesmo que não tenha citado...

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Por favor.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Como o sistema de previdência complementar teria sido afetado por liquidações de algumas instituições financeiras, tais como o BVA, o Safra?

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Perdão, Senador. O Safra eu não mencionei e não é o caso. Desculpe a liberdade.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu agradeço o esclarecimento.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Eu mencionei o Rural. Talvez haja uma confusão entre Rural e Safra, mas são coisas bem distintas.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ele falou Banco Rural. Vamos deixar claro, porque daqui a pouco...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu agradeço.

Mas como foi a atuação da Previc no caso do BVA e de outras instituições que foram objeto de liquidação?

São essas as indagações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Na verdade, se eu participasse de fundos como a Previ, a Petros ou qualquer outro, a preocupação seria com aquelas empresas em que se fizeram investimentos e que sabidamente perderam valores nas suas ações. A preocupação seria: isso evidentemente será sanado? Está sendo acompanhado de perto? Não há motivo para preocupações? É mais ou menos isso.

E eu gostaria que fosse o mais objetivo, porque nós temos que sair daqui, Senadora Ana Amélia, no mínimo com uma resposta: se há problema? Porque

ele foi objetivo: “quando do investimento”. Está bom, quando do investimento foi legal, era oportuno, ninguém podia prever que determinada empresa teria esse tipo de problema. Mas teve. Na realidade teve e há prejuízos, sem dúvida. As ações tinham um valor e hoje derreteram. Há prejuízo? É claro que há. E qual a garantia de que isso no futuro...

A Senadora tem aqui um problema de um fundo, Aerus, que derreteu o investimento, e as pessoas que hoje teriam direito a aposentadoria não têm mais.

O que precisamos saber aqui é: “Não, estamos dando garantia de que isso não vai acontecer”. Em tempo e hora hábeis a Previc vai atuar, tem condições para isso. E eu sugeriria também que a gente pudesse trazer aqui um desses fundos. Como você tem dificuldade para falar, quem sabe aqueles que comandam esses fundos possam ter mais objetividade para responder.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

Eu quero apenas subscrever o que V. Exª disse, porque a grande preocupação das pessoas é saber qual é o futuro do sistema. Primeiro: a Previc tem condições de dar credibilidade e segurança aos assistidos e aos que serão assistidos amanhã pelos fundos?

Quando o nosso Superintendente menciona o fato de que, focado no caso do Eike Batista, que o Senador Suplicy trouxe também e que tínhamos discutido bastante... Aí é remediar. Aí não é Previc, não é prevenir. É sobre o leite derramado. Já aconteceu. O prejuízo já foi contabilizado. Essa é a questão, prevenir questões que venham apresentar risco da aplicação do patrimônio.

Então eu queria subscrever essa preocupação e informar ao Presidente e também ao Superintendente que a minha assessoria já está preparando um requerimento para que venham aqui os presidentes do Petros, Previ, Postalís e Fundef. Acho que é a maneira de trazer. Vou apresentar a V. Exª e ficaria feliz se V. Exª pudesse subscrever comigo esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu tenho certeza de que não só o Presidente, mas todos membros desta Comissão, temos interesse em debater esse assunto da maior importância para o conjunto da sociedade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com a palavra, o Sr. José Maria.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Obrigada, Senador Suplicy. Vou tentar rapidamente passar pelos temas que V. Exª apresenta aqui. Acho que é uma oportunidade ímpar de passar um pouco a visão do sistema para V. Exª.

Em primeiro lugar, tentando ser objetivo para não tomar muito tempo, se nessa tentativa me omitir, por gentileza, V. Ex^{as} me cobrem.

A atuação da Previ, que é indistinta para fundos patrocinados por empresas públicas ou por empresas privadas e também pelos fundos instituídos, que é uma modalidade que V. Ex^a mencionou, dando como exemplo o caso da OAB.

Na nossa lei, na nossa regra vigente, temos o plano de previdência fechada convencional, se posso dizer assim, tradicional, é o plano patrocinado, em que uma empresa pública ou privada decide instituir um plano de previdência para os seus respectivos empregados. Aliás, hoje, o próprio setor público, não só a empresa pública, mas os próprios servidores públicos, a exemplo do Funpresp, também estão participando de um fundo de pensão patrocinado, esse convencional.

Mas desde 2013, Senador Suplicy, nós temos uma modalidade nova, os chamados planos instituídos. Na forma da Lei Complementar 109, isso foi complementado por uma resolução da época do CGPC, nós podemos ter um plano que não é patrocinado nesse sentido estrito de ter um empregador contribuindo com parte das contribuições, mas nós temos a possibilidade de pessoas que façam parte da mesma associação, que tenham algum tipo de vínculo entre si, como, por exemplo, membros de conselhos profissionais, membros de associações e sindicatos. Estes podem instituir um plano de previdência em que não haja a previsão de contribuição patrocinal, mas, sim, que eles próprios se organizem na forma de uma associação e instituem um plano com regulamento próprio. Este é o exemplo do plano da OAB, como o de n outros, os mais de 400 planos hoje que nós temos no Brasil. É uma modalidade de ampliar, de fato, a cobertura previdenciária para a população brasileira.

O Senador perguntou o que é plano, ou seja, qual a definição de plano. Às vezes, de fato, a gente se confunde com relação ao que seja um fundo de pensão e um plano de previdência. Na verdade, Senador, sem querer ser didático, mas dentro da observação de V. Ex^a, um fundo de pensão é uma entidade fechada de previdência complementar. Um fundo de pensão pode administrar um plano apenas, ou seja, ter apenas um regulamento e um grupo de participantes dentro do mesmo plano, ou ele pode administrar mais de um plano, dependendo da situação. Pode ser um plano patrocinado em que, eventualmente, haja planos de características distintas, alguns planos já fechados para novos ingressos e um plano novo para os novos empregados da mesma patrocinadora. Então, são planos distintos. Por isso que nós temos, pelo último dado que V. Ex^a mencionou, 327 entidades ou fundos de pen-

são e mais de 1.100 planos, visto que alguns fundos administram mais de um plano. Inclusive, há uma modalidade, chamada de multipatrocinado, em que, por natureza, por definição, essas entidades administram vários planos de previdência. Assim, o plano é a menor célula, eu diria, onde haja um regulamento próprio para um grupo próprio, específico de participantes.

Com relação ao total de ativos e ao total de investimentos, pode-se dizer que o total de investimentos faz parte de um conjunto maior, o total de ativos. E os investimentos, que são parte desse conjunto, é a parte mais relevante, ou seja, exatamente os recursos empregados na administração dos planos de previdência para a garantia da geração de valor para o pagamento dos benefícios. As diferenças entre um e outro estão em patrimônio, em alguns elementos patrimoniais do plano de previdência que não os investimentos, inclusive recursos destinados à sua gestão administrativa, aqueles destinados à manutenção do seu funcionamento.

Sobre os planos com déficits e com superávits, na verdade, nós temos a preocupação de acompanhar, sim, e ambas as situações geram atenção e interesse: o superávit pela eventual oportunidade de melhoria de benefícios ou algum tipo de repercussão positiva, seja para o participante, seja para a patrocinadora, na forma da lei vigente; o déficit pelo risco envolvido na necessidade de seu reequilíbrio para que, de fato, se tenha o que é mais nobre, como mencionado pela Senadora Ana Amélia e pelo Senador Moka, a garantia, de fato, do cumprimento do seu papel. Então, ambos os casos geram a atenção imediata da Previc, sendo que uma visão estanque não é, no nosso sentir, o mais importante. Ambos os casos são relevantes, requerem uma ação do órgão de fiscalização, mas é importante ter uma visão de tendência, porque, eventualmente – e estou falando em tese, mas acontece –, podemos ter uma situação de déficit por uma questão meramente conjuntural, de uma perda momentânea, natural no mercado de valores de ativo, em que se tem uma segurança quanto à sua recuperação. Em outros casos, não; a gente tem uma visão de que há questões estruturais que devem ser tratadas nesse plano de benefícios, sob pena de ter uma situação altamente indesejável, como mencionada pela Senadora, em que um plano não possa pagar os benefícios contratados. Mas, novamente: interessa a visão estanque, mas interessa muito também a visão dinâmica.

Quanto ao número de entidades, Senadora – e, de fato, o dado que V. Ex^a deu é correto –, há uma queda, mas essa queda não deve ser interpretada como uma perda de substância do sistema, e, sim, como um processo normal, em alguns casos, de consolidação,

decorrente da própria consolidação que acontece no mercado. São empresas, eventualmente, no mundo corporativo, adquirindo outras empresas e consolidando a gestão de um plano de benefícios da mesma entidade. E nós tivemos também um movimento em que algumas entidades, rigorosamente, estavam nessa estatística mais alta que V. Ex^a mencionou, de 371 entidades em 2008, mas algumas, na verdade, não tinham atividade. Eram cadastros que estavam fazendo número, mas não tinham relevância. Por isso, fizemos uma limpeza nesse dado, que hoje é mais consistente e tem substância. Então, as 327 têm substância.

Se fundos de pensão podem aplicar em empresas que não têm ação em bolsa. Podem aplicar, digamos, com algumas limitações bastante fortes. Na verdade, vou falar começando pelo inverso. A regra vigente hoje, a Resolução 3.792, prevê seis segmentos de aplicação, como já mencionei e não vou repetir. Mas o mais aberto é em renda fixa, para títulos públicos; teoricamente, ele pode aplicar até 100% das suas reservas em títulos públicos, em renda fixa. Pode aplicar, nos limites da resolução, até 70% em renda variável, ou seja, basicamente em ações ou em outros papéis, títulos que tenham essa característica, mas começam as exigências: tem de ser empresas que estejam no mercado e que passem por uma série de requisitos, do ponto de vista do atesto da qualidade da governança e tudo o mais.

Então, a abertura maior, em se tratando de renda variável, é a aplicação em ações de empresas de capital aberto, fiscalizadas pela CVM, mas são possíveis as chamadas aplicações estruturadas em limite bem mais baixo em empresas que ainda possam ter, digamos assim, ações em bolsa, mas que ainda não tenham; as chamadas *startups* ou *venture capital*, nomes técnicos dados pelos mercados geralmente a empresas iniciantes. É possível também fazer mesmo com empresas não iniciantes e que não estejam em bolsa o chamado *private equity*, ou seja, uma operação privada. É possível fazer e alguns fundos têm movimento nesse sentido, o que é bem visto pelo órgão de supervisão, dentro de uma regra de diversificação dos seus investimentos. Então, é possível, sim, fazer esse investimento, dentro das regras previstas, limites e condições.

Só para passar um dado, como V. Ex^a mencionou o total de ativos: a despeito de a gente entender que haja espaço para um crescimento mais vigoroso do nosso sistema, em termos absolutos, o Brasil tem o oitavo volume de previdência complementar fechada do mundo. Não é algo pouco relevante; é bastante relevante. E a gente entende que esse número vai crescer ainda de forma bastante substantiva.

Complementando, já passando para as intervenções do Senador Moka e da Senadora Ana Amélia, de fato, acho que V. Ex^{as} apontaram o que para nós todos faz sentido: faz sentido para o Estado organizar-se tendo uma autarquia especial como o Previc, que é de fato sua atuação acontecer de forma a garantir com que não haja situações de não cumprimento dos compromissos de responsabilidade dos gestores. Então, a atuação nossa todo dia é focada nessa responsabilidade.

É lógico que, mais do que as minhas palavras aqui, é a visão da nossa ação que vai eventualmente demonstrar o que, de fato, nós estamos fazendo, mas posso assegurar – não há alternativa neste momento do que dizer isso – que nos interessa muito que a nossa atuação seja observada, acompanhada e observada no dia a dia, nos nossos atos e não apenas nas nossas palavras aqui. Neste momento, é o que eu posso dizer em nome da Diretoria colegiada da Previ, que, como mencionei no início, está presente, já nos disponibilizando para outras necessidades e oportunidades. Não é mencionar apenas da boca para fora. Somos gestores públicos e não faz sentido nenhum assumir um papel como este se não for com a disposição de prestar contas de forma permanente.

Então, sim, a Previc está atuando, a Previc atua no sentido de evitar que aconteçam situações altamente indesejáveis de perda significativa de valor dos ativos geridos pelos fundos e, claro, com comprometimento nos benefícios.

Todos os eventos – aí, de fato, não é só o pós-fato, Senadora –, a Previ não está olhando esses eventos a partir apenas da eclosão da situação pública, como liquidação de um banco, já mencionada anteriormente. Eu próprio mencionei os nomes dos bancos, porque são dados públicos e já tivemos oportunidade de fazer a correção com relação à menção do Senador Suplicy.

Claro que essa é uma situação concreta específica, mas de fato, aí, digamos, boa parte do estrago, se é que ele existe, já está feito mesmo – concordamos com isso. Então, interessa para a Previc acompanhar com antecedência, por isso monitoramos os investimentos dia a dia. Em aplicações financeiras há um mecanismo que é conhecido, que são os depósitos com garantia do FGC, o Fundo Garantidor de Crédito. Então, é claro que nos interessa muito verificar, eventualmente, em instituições que, por alguma medida objetiva do mercado, ou eventualmente também pelas medidas não tão objetivas, paliativas, que possam de alguma forma trazer para o gestor uma preocupação, interessa muito para a Previc acompanhar a postura do gestor, a ação do gestor no dia a dia antes da eclosão de um fato, porque, a partir daí, é um pouco

mais aquela situação de buscar minimizar as perdas. O que nós queremos e procuramos fazer no dia a dia é o monitoramento atuarial, o monitoramento de investimento, exatamente para prevenir essas situações indesejáveis de perda de valor.

O Estado, nesse pequeno papel – altamente relevante, mas dentro da organização do Estado é pequeno – tem, pela própria lei, o dever de proteger interesses de participantes e assistidos. Está lá na Lei Complementar nº 109: a razão de existência da Previc, segundo o art. 3º, inciso VI da lei, é exatamente proteger interesses de participantes e assistidos, e a nossa atuação, todo dia que a gente sai de casa e vai para a Previc, é pensando em fazer isso, pensando em cumprir o dever legal e não ficar apenas no cumprimento do dever, fazer um pouco mais, que é o que eu tinha mencionado e que é a lógica da supervisão baseada em riscos.

Agora, não temos a pretensão e eu não seria superficial e irresponsável o suficiente para dizer que essa atuação vai ser capaz de evitar todas as hipóteses de perda de valor para participantes e assistidos porque há circunstâncias em que eventualmente o Estado não é onipresente para prevenir. Mas, no geral, sim. Esses casos indesejáveis, altamente indesejáveis de perda de valor, no geral temos tido condição de atuar previamente e adotar, induzir às correções adequadas, para que se preservem os interesses de participantes e assistidos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Uma questão que faltou responder: Algum fundo de pensão, seja Previ, Fundef, Petros etc., porventura um dia interessou em ter cotas de participação ou comprar ações de alguma cooperativa? Isso seria viável? Há alguma cooperativa cujo estatuto porventura preveja essa possibilidade?

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Eu imaginava ter respondido de forma mais geral, Senador, porque essa pergunta de V. Exª veio junto com aquela dúvida sobre se os fundos podem investir exclusivamente em ações. Aí eu havia mencionado que não. Podem investir em estruturas mais específicas, dentro de determinados limites.

O caso específico de cooperativas, falando muito em tese, se V. Exª me permite, em princípio, como cota de uma cooperativa, não. Mas, a cooperativa, legalmente, se ela pode emitir um papel, um determinado título, teoricamente, poderia sim. Tem de se enquadrar em um daqueles seis segmentos de aplicação previstos na Resolução nº 3.792.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Como a Previc fica muito limitada na questão da fiscalização, a gente percebeu aqui exatamente esse limite. Embora eu tenha falado, agora V. Sª sublinha que não é só remediar a situação já ocorrida, em que entra a Previc para olhar isso, mas que é para prevenir. Penso que está até no próprio nome, não fazendo trocadilho, Previc de prevenir. É preciso, porque a preocupação continua e, por isso, eu queria agradecer os limites que V. Sª observou em função da lei.

Quero agradecer ao Presidente Waldemir Moka pela forma como conduziu os trabalhos, entendendo as circunstâncias.

E já está com o Presidente um requerimento meu, pedindo que a gente continue nesse debate, porque ele é inadiável. É preciso que continuemos tratando.

Estou acompanhando há muito, como jornalista, o drama dos assistidos do fundo Aerus e sei hoje o que esses aposentados, com 80 anos, 90 anos estão padecendo, e não quero que aconteça com a Previ, com a Petros, com o Postalís, com a Funcef ou com qualquer outro fundo o que mesmo que aconteceu com esse fundo.

Então, essa é a minha preocupação.

Obrigada, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora, quero só informar que, em função do quórum, vou deixar para aprovar o requerimento na próxima reunião, mas tenho certeza de que será aprovado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Se V. Exª puder fazer a leitura...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Exª pode fazer a leitura para a aprovação na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) –

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 49, DE 2013

Requeremos, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para discutir com os representantes dos fundos Previ, Petros, Funcef e Postalís a situação dos fundos de pensão de brasileiros.

O requerimento é assinado pela Senadora Ana Amélia, pelo Senador Eduardo Suplicy e por mim mesmo, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião, antes agradecendo a presença e as explicações do Dr. José Maria Rabelo.

O SR. JOSÉ MARIA RABELO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 08 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 39ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e oito minutos, do dia vinte e um de agosto de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Waldemir Moka, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, Rodrigo Rollemberg, João Alberto Souza, Paulo Davim, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, Sérgio Souza, Benedito de Lira, Sérgio Petecão, Cyro Miranda, João Vicente Claudino, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Ana Rita, Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, de 2013 – Não Terminativo. Autoria: Deputada Dra. Clair. Dispõe sobre a imprescindibilidade da presença de advogado nas ações trabalhistas e prescreve critérios para fixação de honorários advocatícios e periciais na Justiça do Trabalho, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2013. Resultado: Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista ao Senador Cyro Miranda, nos termos regimentais. Relatoria: Senador Jayme Campos. ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2012 – Complementar – Não Terminativo – Autoria: Senador Cícero Lucena. Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º

do art. 198 da Constituição Federal, para determinar o percentual mínimo da receita corrente líquida que a União deverá aplicar anualmente em ações e serviços públicos de saúde. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2012. Relatoria: Senador Roberto Requião Resultado: Adiado.. ITEM 3 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, de 2012 – Terminativo – Autoria: Deputado Lincoln Portela. Dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2012 e da Emenda nº Relatoria: Senador Cícero Lucena (Substituído por Ad Hoc) Relatoria Ad Hoc: Senador Paulo Paim. Resultado: A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador Cícero Lucena. Aprovados o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2012, e a Emenda nº 1-CMA-CAS. ITEM 4 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 406, de 2005 – Terminativo – Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim. Ementa do Projeto: Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar, e promover ações para a alimentação e nutrição adequadas de crianças e adolescentes. Resultado: Aprovado, após Discussão no Turno Suplementar, o Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2005, e rejeitadas as 4 (quatro) Emendas apresentadas, no Turno Suplementar, pelo Senador Romero Jucá, de acordo com Parecer contrário proferido oralmente pela Relatora, Senadora Angela Portela. Relatoria do Projeto: Senadora Angela Portela. ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, de 2010 – Terminativo – Autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos a preço de custo a aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social e a lançar a diferença entre esse preço e o de mercado como despesa operacional da empresa.. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2010, e das Emendas nºs 1 e 2-CAE. Resultado: Retirado de Pauta a pedido da Relatora. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, de 2010 – Terminativo – Autoria: Senadora Selma Elias. Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para determinar que o programa do Seguro-Desemprego conceda bolsa de estudos provisória ao trabalhador desempregado e a seus dependentes, desde que comprovada a matrícula em instituições particulares de en-

sino superior. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2010. Resultado: A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador Humberto Costa, em substituição ao Senador João Vicente Claudino. Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2010. Relatoria: Senador João Vicente Claudino (Substituído por Ad Hoc) Relatoria Ad Hoc: Senador Humberto Costa. ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, de 2011 – Terminativo – Altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, a fim de estabelecer a obrigatoriedade de manutenção, pelo empregador, de berçário ou creche no local de trabalho para os filhos dos trabalhadores até a idade de cinco anos. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2011. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. Relatoria: Senador Eduardo Suplicy. ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, de 2012. – Terminativo – Autoria: Senador Vital do Rêgo. Insere o art. 103-B à Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, de forma a permitir a suspensão temporária do pagamento de débito previdenciário para aplicação dos recursos correspondentes em atividades e ações em benefício direto da população afetada pela seca ou estiagem prolongada, e dá outras providências. Relatório: Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2012. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator. Relatoria: Senador Casildo Maldaner. ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 244, de 2012 – Terminativo – Autoria: Senador Eduardo Amorim. Altera a Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, para permitir que a Mútua destine parte de sua arrecadação para medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultural do engenheiro e do engenheiro-agrônomo e para desenvolvimento de ações fiscalizadoras promovidas pelos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2012. Resultado: A Presidência designa Relatora “ad hoc” a Senadora Vanessa Grazziotin, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2012. Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senadora Vanessa Grazziotin. ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, de 2013 – Terminativo – Autoria: Senador Gim. Dispõe sobre a estabilidade provisória da empregada gestante durante o avisoprêvio. Relatório: Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2013. Resultado: Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2013. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. EXTRAPAUTA – ITEM 11 – REQUE-

RIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 49, de 2013. Autoria: Senadora Ana Amélia e outros Requeremos, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para discutir com os representantes da Previ, Petros, Funcef e Postalis a situação dos fundos de pensão brasileiros. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores: Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, João Alberto Souza, Paulo Davim, Jayme Campos, Sérgio Petecão, Cyro Miranda, João Vicente Claudino, e as Senadoras Angela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Ana Rita e Lídice da Mata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinco minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Waldemir Moka**

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Marioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de dez itens, conforme pauta previamente divulgada, sendo dois não terminativos e oito terminativos.

O primeiro item da pauta tem decisão não terminativa.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 33, DE 2013

– Não Terminativo –

Dispõe sobre a imprescindibilidade da presença de advogado nas ações trabalhistas e prescreve critérios para fixação de honorários advocatícios e periciais na Justiça do Trabalho, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Autoria: Deputada Dra. Clair

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2013.

A votação será simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, demais Senadores e Senadoras aqui presentes, início pelo relatório dessa matéria, Sr. Presidente.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2013 (Projeto de Lei nº 3.392, de 2004, na Casa de origem), que tem por objetivo tornar imprescindível a presença de advogado nas ações trabalhistas, assim como estabelecer critérios para fixação de honorários advocatícios e periciais no âmbito de tais ações.

O texto atual da proposição, que altera o art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), resulta de exaustivos debates havidos em sua longa tramitação na Câmara dos Deputados.

De acordo com o inciso IV do art. 91 de nosso Regimento Interno, o projeto foi também distribuído à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a esta cabendo decisão terminativa.

Transcorrido o prazo regimental, nos termos do art. 122, II, “c”, não foram apresentadas emendas ao PLC nº 33, de 2013.

Análise.

Quanto aos aspectos constitucionais e formais, de juridicidade, ineditismo e técnica legislativa, não há o que se questionar.

No que se refere ao mérito, cabe ressaltar a inegável importância social do projeto, consistente tanto na exigência da presença de advogado nas ações trabalhistas, quanto na fixação de honorários advocatícios de sucumbência na Justiça do Trabalho.

No que concerne à primeira alteração proposta, há que se observar que, com base no art. 133 da Constituição Federal de 1988, “o advogado é indispensável à administração da justiça”.

Evidentemente tal preceito constitucional se encontra fragilizado pelo enunciado do art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, este anterior à Carta Magna, segundo o qual “os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final”.

Por essa razão, na Justiça do Trabalho, excepcionalmente, admite-se que a parte defenda pessoalmente seus interesses perante o Poder Judiciário, tornando-se facultativa a presença de advogado. Trata-se de *jus postulandi*, que confere capacidade postulatória ao demandante para atuar em causa própria.

Em que pese esse instituto ter sido criado para facilitar o acesso à Justiça, o que se consegue observar é o distanciamento entre o julgador e a parte. O fato de que a ausência de advogado no patrocínio dos interesses do trabalhador prejudica o pleno exercício do seu direito de ação, tornando-se verdadeira armadilha processual. As partes que postulam diretamente perante o Judiciário têm grande dificuldade de assimilar conceitos básicos inerentes à técnica processual, como, por exemplo, a distribuição do ônus da prova, os prazos processuais, bem como o próprio procedimento a ser seguido. Carecem as partes também de conhecimentos mínimos do direito material que pleiteiam.

A hipossuficiência, no caso, não é apenas econômica, mas também técnica, o que torna imperiosa a assistência do demandante por um advogado legalmente habilitado, com conhecimentos técnicos necessários para a representação do seu cliente em juízo.

A ausência de advogado conduz à violação a diversos princípios constitucionais, tais como a ampla defesa, o contraditório e, principalmente, a isonomia. Isso porque não há dúvida de que o empregado, ao demandar em nome próprio contra a parte representada por advogado, se encontra em posição manifestamente desvantajosa no litígio. Essa hipótese configura verdadeira violação ao princípio da paridade de armas, ampliando ainda mais a hipossuficiência do demandante.

Quanto à segunda alteração proposta, referente aos honorários de sucumbência na Justiça do Trabalho, vale destacar que o advogado “presta serviço público e exerce função social”, nos termos do art. 2º, §1º, da Lei nº 8.906/94, razão pela qual faz jus a uma contraprestação equivalente à natureza dos serviços prestados.

Neste contexto, não obstante o caráter pedagógico de que se reveste a condenação em honorários, não se pode ignorar sua natureza alimentar, além do aspecto da dignidade profissional que envolve o patrono da causa.

Assim, cumpre ao Poder Legislativo corrigir as injustiças persistentes na Justiça do Trabalho, adequando-a aos princípios constitucionais da ampla defesa, contraditório, isonomia e dignidade da pessoa humana.

Voto, Sr. Presidente e demais Senadores.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2013.

É o voto, Presidente Waldemir Moka.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Está em discussão a matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Vou pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pedido de vista regimental concedido ao Senador Cyro Miranda.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2012 – Complementar – Não Terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para determinar o percentual mínimo da receita corrente líquida que a União deverá aplicar anualmente em ações e serviços públicos de saúde.

Autoria: Senador Cícero Lucena.

Relatoria: Senador Roberto Requião.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2012.

A Presidência está apenas aguardando o Senador Roberto Requião – ele disse que está vindo para cá – para relatar a matéria.

Os outros itens são terminativos, mas temos aqui o item nº 4, cuja Relatora é a Senadora Angela Portela.

ITEM 4

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 406, DE 2005 – Terminativo –

Ementa do Projeto: Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar, e promover ações para a alimentação e nutrição adequadas de crianças e adolescentes.

Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim

Relatoria do Projeto: Senadora Angela Portela

Observações:

– Em 14/08/2013, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em turno único, a Emenda nº 3-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2005;

– Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Em 20/08/2013, o Senador Romero Jucá apresentou quatro emendas ao substitutivo.

Eu consulto a Relatora, Senadora Angela Portela, se pode, desde já, relatar as emendas apresentadas pelo Senador Romero Jucá ou se retiramos a matéria para pautá-la na próxima reunião.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente, eu peço a retirada de pauta porque quero analisar com maior profundidade as emendas apresentadas pelo Senador Romero Jucá.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Permita-me, é sobre o tema, como autor do projeto.

Eu lamento a posição do Senador Romero Jucá. É difícil, em um projeto que eu apresente aqui, conseguir unanimidade da Casa Civil, de acordo com o documento que está na mão da Relatora, e do MEC. E S. Exª ainda apresenta quatro emendas em cima de um substitutivo que discutimos aqui, em que aprofundamos o debate, que se tornou unanimidade em âmbito nacional. O substitutivo da Senadora Angela Portela é elogiado por todos os setores da sociedade. E me aparecem quatro emendas! Eu entendo que é legítimo apresentá-las, mas pergunto, de público – se ela não puder, eu vou entender –, se a Relatora não poderia dar o parecer e votar a matéria. Até hoje, ninguém fez qualquer tipo de argumentação sobre o projeto de forma negativa. Pelo contrário, tanto a Casa Civil, cujo documento está na mão da Senadora, como o MEC recomendam a aprovação do projeto. O que eu pergunto à nobre Relatora, que sabe do respeito e do carinho que eu tenho por ela – o seu substitutivo aprimorou o projeto original, e muito inclusive –, é se não haveria condições de dar o parecer neste momento. Se não houver, eu entendo, e vamos para a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A Mesa esclarece, e V. Exª já disse: o prazo para apresentar as emendas é regimental. Quer dizer, o Senador Romero Jucá pode divergir no mérito, eu entendo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas, regimentalmente, ele não está cometendo... Então, é legítimo. Por isso que estou consultando. A Senadora já manifestou a intenção de pedir vista para analisar, aliás, a retirada de pauta, melhor dizendo, para que tenha tempo de analisar as quatro emendas.

Eu consulto V. Exª, Senadora, se, em função da argumentação do Senador Paulo Paim, mantém o que pretendia ou vai...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só um minutinho.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Bem, analisando aqui, superficialmente, as emendas apresentadas, a minha tendência é rejeitá-las, porque, no nosso texto, no nosso substitutivo, nós sugerimos a proibição da venda de bebidas, nas cantinas escolares na educação básica, com baixo teor nutricional e de alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, enfim. E a emenda do Senador Romero Jucá apenas sugere a restrição, quer dizer, a redução, a limitação, a diminuição desses alimentos à venda nas cantinas escolares. Então, é basicamente isso.

Nós temos aqui uma série de argumentações que defendem o projeto, e uma das que gostaríamos de destacar aqui é que a escola, sem dúvida nenhuma, é considerada um ambiente prioritário para a realização de ações de promoção da alimentação saudável por sua característica de espaço de formação de hábito e prática de vida. Então, nada é mais justo do que, na escola, um ambiente em que se faz a formação das pessoas, dos jovens, estimular a alimentação saudável. Todos os dados das entidades de saúde pública do Brasil mostram o avanço da obesidade entre os adolescentes, entre as crianças do nosso País.

Na semana passada, nós aprovamos, na Comissão de Educação, um projeto semelhante a este, que também se preocupa em reduzir a oferta de alimentos considerados não saudáveis a crianças e adolescentes nas escolas. Então, a nossa tendência aqui, já que o autor do projeto, Senador Paulo Paim, está querendo que se dê um posicionamento imediato sobre as emendas, a minha tendência, a minha posição é de rejeição, porque eu considero muito importante, num ambiente escolar, no processo de ensino e aprendizado, que é um ambiente educativo de pais, famílias, alunos, estimular a alimentação saudável.

O que nós queremos, no nosso substitutivo, é proibir a venda desses alimentos que são prejudiciais à saúde das crianças e dos adolescentes nas escolas de educação básica do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora, V. Exª argumentou, mas fez um pedido para que a Presidência retirasse de pauta. Eu indago se V. Exª vai relatar as emendas, rejeitando-as.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Já que o autor do projeto pediu, eu acabei de fazer a minha defesa pela retirada, pela rejeição das emendas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria sugerir...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Desculpa. Corrigindo, pela rejeição das emendas, atendendo ao pedido do Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu ia fazer uma sugestão à Senadora Angela Portela. Mas, ela rejeitando, vai ser votado?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Tem que ser votado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Está bem. Se não fosse ser votado, em vez de se retirar de pauta, eu iria sugerir vista coletiva, porque aí retornaria naturalmente na próxima semana. Então, seria a outra alternativa mais viável, mas, de qualquer maneira, como ela já emitiu o juízo sobre as emendas, então, o mais prático é realmente votar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – De qualquer forma, o projeto é terminativo. Vou apenas aguardar o quórum para que possa submeter à votação as emendas e, depois, o substitutivo do Senador Paulo Paim.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim, o substitutivo é dela, mas o autor do projeto é o Senador Paulo Paim.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O substitutivo é da Senadora Angela Portela.

A Senadora Vanessa Grazziotin pede a retirada de pauta do item 5, e a Presidência atende de ofício. E também o Senador Eduardo Suplicy pede a retirada de pauta do item 7, o PLS 236.

(São os seguintes os itens retirados:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 181, DE 2010

– Terminativo –

Autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos a preço de custo a aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social e a lançar a diferença entre esse preço e o de mercado como despesa operacional da empresa.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2010, e das Emendas nºs 1 e 2-CAE.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 236, DE 2011

– Terminativo –

Altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de estabelecer a obrigatoriedade de manutenção, pelo empregador, de berçário ou creche no local de trabalho para os filhos dos trabalhadores até a idade de cinco anos.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2011.)

Como nós estamos na iminência de atingir o quórum, para ganharmos tempo, Senador Humberto Costa, pediria a V. Ex^a que relatasse o Projeto de Lei do Senado nº 240.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 240, DE 2010

– Terminativo –

Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para determinar que o programa do Seguro-Desemprego conceda bolsa de estudos provisória ao trabalhador desempregado e a seus dependentes, desde que comprovada a matrícula em instituições particulares de ensino superior.

Autoria: Senadora Selma Elias

Relatoria: Senador João Vicente Claudino (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2010.

Em 29 de maio de 2012, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou parecer contrário ao Projeto.

A votação será nominal e eu concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para proferir a leitura do relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais, em decisão de caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2010, da Senadora Selma Elias. Referido Projeto modifica a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 e cria bolsa de estudos provisória para o trabalhador desempregado e para seus dependen-

tes, a ser custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Referida bolsa seria devida caso se demonstrasse a matrícula do trabalhador ou dependente seu em instituição de ensino de nível superior e consistiria em suplementação provisória do seguro-desemprego.

Para atender a sustentabilidade financeira do FAT, o projeto dispõe sobre o aporte de dotações orçamentárias anuais da União, até o limite de R\$100 milhões.

Análise.

A Comissão de Assuntos Sociais possui competência para apreciação de proposições referentes ao Direito do Trabalho e temas correlatos, nos termos do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Tampouco se verifica vício de iniciativa ou outra inconstitucionalidade a obstar seu processamento, a teor do art. 22, I, em concorrência com o *caput* do art. 61 da Constituição Federal. A matéria não viola a iniciativa privativa estabelecida no § 1º do art. 61.

No mérito, tendemos a acompanhar o entendimento já adotado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Conquanto motivada por elevados propósitos, a matéria não deve prosperar.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador destina-se ao financiamento do programa de seguro-desemprego e do abono salarial aos trabalhadores de baixa renda. Sua função, portanto, é a de oferecer amparo material ao trabalhador que, em virtude de desemprego, tenha ameaçada a capacidade de garantir seu sustento e o de sua família ou, ainda, servir como instrumento de redistribuição de renda ao trabalhador que conte com rendimentos muito baixos, caso do abono.

Um dos elementos centrais para a configuração de programas sociais é a delimitação da questão social a ser abordada e o delineamento do mecanismo de gestão que será utilizado para tal abordagem.

Como bem ponderou a Relatora na Comissão de Educação, o Projeto parece não levar em conta a existência de programas federais mais adequados para cumprir a função, nomeadamente, o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

Tais programas foram especificamente projetados para amparar estudantes universitários e famílias de renda mais baixa durante o período de estudo, bem mais extenso, frise-se, que o período de pagamento do seguro-desemprego, ora limitado, em condições normais, a quatro prestações mensais.

Ainda, e particularmente importante, do ponto de vista temático desta Comissão de Assuntos Sociais, temos que orientar a análise do projeto pelo prisma da preservação da liquidez do FAT. O recente ciclo de

expansão econômica aumentou os índices de emprego, o que, de um lado, ampliou as fontes de receita do Fundo, mas, por outro, aumentou a quantidade de benefícios concedidos, nas duas modalidades financiadas.

Acrescente-se que, além do seguro-desemprego regular e do abono, o FAT recebeu o encargo de financiar benefício similar aos trabalhadores libertados de situações de trabalho análogo ao escravo (pela Lei nº10.608, de 20 de dezembro de 2002) e de financiar medidas de qualificação, orientação e recolocação profissional, inclusive pela concessão de bolsa de estudos profissionalizantes (pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001).

A criação de mais um encargo a ser suportado pelo FAT poderia constituir um ônus excessivamente pesado para o Fundo, que há anos vem apresentando tendência de déficit de conta corrente, com desembolsos maiores que suas receitas diretas, mantendo-se superavitário unicamente pelos rendimentos financeiros de seus recursos.

Pela ausência de maior vinculação às especificidades do FAT e pela possível pressão à higidez financeira do fundo, recomendamos a rejeição ao projeto.

Voto.

Do exposto, o voto é pela rejeição do PLS nº 240, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, vou encerrar a discussão, e o projeto vai estar apto a ser votado.

A votação é nominal, e eu aguardo a formação do quórum para votação desses projetos terminativos.

Enquanto isso, eu queria aproveitar o momento, pois há um item extrapauta que é um requerimento da Senadora Ana Amélia, de minha autoria e do Senador Eduardo Suplicy.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 49, DE 2013

Requeremos, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para discutir com os representantes da Previ, Petros, Funcef e Postalis a situação dos fundos de pensão brasileiros.

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para encaminhar a votação desse requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sr. Presidente, Sr.ªs Senadoras e Srs. Senadores, ontem aqui, por requerimento meu, compareceu a esta

Comissão, numa reunião extraordinária de audiência pública, o diretor-superintendente da Previc, que é o órgão responsável pela fiscalização da chamada previdência complementar, os fundos de pensão.

Esse é um setor importantíssimo para qualquer economia do mundo porque forma uma poupança capaz de ajudar a financiar áreas importantes e também assegurar aos aposentados uma aposentadoria complementar que tenha patrocinador e a própria contribuição do participante do fundo de pensão.

Os maiores fundos de pensão, dos 1.100 no País, são de empresas estatais, entre as quais Banco do Brasil, Petrobras e ECT.

Ontem o Dr. José Maria Rabelo não pôde, por determinação legal, avançar em informações muito necessárias. Houve a participação, na audiência pública, dos representantes dos fundos de pensão, aliás, dos assistidos pelos fundos de pensão, que também, como nós, estão preocupados com as aplicações, algumas de alto risco, que podem representar prejuízos aos participantes dos fundos de pensão. Isso com relação, por exemplo, às aplicações das empresas X, do empresário Eike Batista, que tiveram uma desvalorização muito grande num curto período de tempo.

Então, como não houve um esclarecimento geral do que se pretendia em relação a isso, a divisão e separação de massas, como está acontecendo no fundo Petros, da Petrobras, e outras iniciativas – no Banco do Brasil, também há uma pendência em relação a salários que são incorporados para recebimento de aposentadorias de forma integral, inclusive superando o teto determinado pela lei –, nós, então, apresentamos a proposta de ouvir os dirigentes desses fundos de pensão.

Penso que é uma transparência necessária para aqueles que participam dos fundos, especialmente os trabalhadores. Nosso objetivo aqui é exclusivamente proteger, com base no que aconteceu com o fundo Aerus, Varig. O Senador Paulo Paim, que está aqui, está acompanhando intensamente as negociações com o Governo, e não queremos que se repita, com outros fundos de pensão, o que aconteceu, lamentavelmente, com o fundo Aerus, da Varig.

Essa é a razão desse requerimento para essa audiência com esses representantes da Petros, fundo de pensão da Petrobras; da Funcef, da Caixa Econômica Federal; da Previ, do Banco do Brasil; e do Postalis, da ECT.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 70, DE 2012
– Terminativo –

Dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes.

Autoria: Deputado Lincoln Portela

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2012 e da Emenda nº 1-CMA.

Observações:

– Em 21.05.2013, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA.

– Votação nominal.

Peço a Senador Paulo Paim que faça a leitura do relatório. Está na página nº 38.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, vamos ao relatório.

Vamos direto à análise.

Agora temos quórum para votar, serei mais rápido ainda. Faltava um.

Como compete a esta Comissão a decisão terminativa, analisaremos, além do mérito, os aspectos referentes à constitucionalidade da proposição.

Com relação ao mérito, temos a louvar a iniciativa da Câmara dos Deputados. De fato, os sistemas de climatização de ambientes – cada vez mais comuns em nosso País –, necessitam de manutenção constante para não se tornarem foco de variadas doenças.

Por fim, entendemos ser necessário o acolhimento da emenda proposta pelo Senador Jorge Viana, Relator da matéria na CMA, que visa a aumentar o rol de profissionais capacitados a supervisionar os procedimentos de manutenção desses sistemas, de forma a evitar uma série de doenças.

Pelo exposto, somos favoráveis à aprovação do projeto.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

A votação é nominal.

Primeiramente, vou voltar ao projeto relatado pela Senadora Angela Portela

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

V. Ex^a tem de colocar em votação, primeiro, o projeto cuja leitura foi feita agora. Aí V. Ex^a volta à ordem de votação, ou seja...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Desculpe-me. Regimentalmente...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Não há impedimento. E também seria mais saudável se nós votássemos...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não. V. Ex^a está só argumentando que acha que seria melhor.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Está acatado, mas regimentalmente não haveria... É que como a Senadora Angela Portela chegou até a dar o parecer pela rejeição das quatro emendas, eu iria voltar. Nós já temos alguns projetos em condição de votação: o da Angela, relatado pelo Humberto, e agora o do Senador Paulo Paim. Mas acato a opinião de V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sem problemas, Sr. Presidente. Votaremos os dois.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, em votação nominal, deliberaremos sobre o Item nº3 da pauta. Vou repetir: Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2012. O Relator *ad hoc* é o Senador Paulo Paim. A matéria entrou em discussão e foi encerrada a discussão. Vou passar à votação, que será nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim, Relator *ad hoc*?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Como vota a Senadora Angela Portela?

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É claro que o projeto está sendo votado ressalvada a emenda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone.*) – O Relator foi o Senador Jorge Viana. Eu só o substituí.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Certo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone.*) – O parecer dele foi “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não. O Relator é o Senador Cícero Lucena.

Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – “Sim.”

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo / PDT – BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – “Sim”, como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – “Sim.”

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, só um esclarecimento para que não haja dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só um minutinho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só para esclarecer que o Senador Jorge Viana deu parecer favorável a este projeto na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Está certo.

Aprovado o projeto, consulto as Srªs. Senadoras e os Srs. Senadores se podemos repetir a votação para a Emenda nº 1 da Comissão de Meio Ambiente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. *Fora do microfone*) – Sim, da minha parte.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Havendo concordância, está aprovado.

Aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 70/2012, e a Emenda nº 1 da CMA/CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Agora, volto ao projeto de autoria do Senador Paulo Paim. A Relatora é a Senadora Angela Portela. Foram apresentadas quatro emendas ao substitutivo e o relatório da Senadora Angela Portela foi pela rejeição das quatro emendas.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo, em turno suplementar, ressalvadas as emendas oferecidas pelo Senador Romero Jucá.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo /PT – RS) – Voto com o substitutivo da Senadora Angela Portela

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Angela Portela, voto conhecido, voto “sim”.

Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo /PT – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo / PDT – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria /PMDB – MA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria /DEM – MT) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Benedito de Lira.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Saiu.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria /PSD – AC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria /PSDB – GO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força /PTB – PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aprovado o substitutivo, colo-co em votação as emendas do Senador Romero Jucá, que têm parecer contrário da Relatora.

Quem vota com a Relatora, vota “não”.

Já que o voto é pela rejeição, eu gostaria de votar as quatro emendas em globo. Tenho a concordância do Plenário?

Votação nominal.

Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo /PT – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Quem vota com a Relatora, vota “não” às quatro emendas.

Angela Portela, voto conhecido.

Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Gover-no /PT – PE) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – “Não”.

João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo /PDT – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria /PMDB – MA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria /DEM – MT) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria /PSD – AC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria /PSDB – GO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força /PTB – PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aprovado o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 406/2005.

Rejeitadas as quatro emendas de iniciativa do Senador Romero Jucá.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O item 6, cujo relatório também já foi lido, é o Projeto de Lei do Senado nº 240. A votação será nominal. O Relator é o Senador João Vicente Claudino e o seu relatório já foi lido aqui pelo Senador Humberto Costa.

Eu já encerrei a discussão e nós estamos apenas para fazer a votação, que será nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo /PT – RS) – Com o Relator

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com o Relator.

Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo /PT – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo /PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo /PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria /PMDB – MA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria /DEM – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria /PSD – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria /PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – João Vicente Claudino é voto conhecido; é autor deste relatório.

Rejeitado o Projeto de Lei nº 240/2010.

Será comunicada a decisão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O item 8 é o item em que houve pedido para retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Item nº 10 da pauta, p. 162.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 61, DE 2013
– Terminativo –

Dispõe sobre a estabilidade provisória da empregada gestante durante o aviso prévio.

Autoria: Senador Gim

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2013.

Observações:

– *Votação nominal.*

Eu concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se do projeto de lei que dispõe sobre a estabilidade provisória da empregada gestante durante o aviso prévio.

É um projeto que insere novo dispositivo na CLT. É da nossa atribuição, da Comissão, tratar disso em decisão terminativa.

Compete à União legislar privativamente sobre direitos do trabalho, motivo pelo qual a concessão de estabilidade provisória à gestante, ainda que no curso do aviso prévio, insere-se no âmbito normativo do referido dispositivo constitucional.

Além disso, por não se tratar de matéria cuja iniciativa seja privativa de Presidente da República e dos Tribunais Superiores, aos Parlamentares é facultado iniciar o processo legislativo sobre o tema, nos termos do art. 48 da Carta Magna.

Quanto à atribuição da Comissão de Assuntos Sociais para o exame de tão importante proposição, a ela se confere tal prerrogativa.

Note-se, ainda, que não se está protegendo, de maneira genérica, as relações de emprego contra a dispensa arbitrária, motivo pelo qual a exigência de que a matéria seja disciplinada pela lei complementar a que

alude o art. 7º, I, da Constituição Federal de 1988 não incide à espécie. Assim, a lei ordinária é o instrumento legislativo apto à inserção do conteúdo da proposição em exame no ordenamento jurídico nacional.

No mérito, a proposição torna efetivo o disposto no art. 227 da Carta Magna, que impõe ao Estado e à sociedade o dever de conferir à criança, com absoluta prioridade, os direitos relativos à vida, saúde e alimentação, dentre outros. Assim sucede, pois garante à mulher a manutenção da fonte de renda necessária ao atendimento do dever constitucional de assistir, criar e educar seus filhos menores, nos termos do art. 229 da Constituição Federal.

Além disso, deve-se ressaltar que, nos termos do art. 487, §1º, da CLT, o aviso prévio, ainda que indenizado, integra o tempo de serviço do empregado para todos os efeitos legais.

Em face disso, qualquer interpretação que impeça a gestante de gozar da mencionada estabilidade de no emprego, tão somente por estar o seu contrato de trabalho sujeito ao termo final do aviso prévio, não encontra amparo na interpretação da legislação infraconstitucional que disciplina as relações de trabalho no País, além de contrariar o espírito da norma prevista no art. 10, II, “b”, do ADCT, qual seja, a preservação do direito ao trabalho da gestante, a fim de que a empregada proporcione à criança, nos seus primeiros momentos de vida, condições para que ela se desenvolva plenamente, em atendimento ao já citado art. 227 da Carta Federal de 1988.

Argumenta-se que a matéria reclama regulamentação em face do dissenso doutrinário e jurisprudencial que se instalou sobre o tema e que divide opiniões.

O próprio autor salienta que o Tribunal Superior do Trabalho (TST), recentemente, decidiu no sentido de que, tendo em vista que o aviso prévio não determina o fim da relação empregatícia, mas tão somente a manifestação formal de uma vontade, que se pretende concretizar mais adiante, ou não, o contrato de trabalho continua a surtir seus efeitos legais até o término do cumprimento do aviso prévio.

De fato, a Terceira Turma do TST decidiu que mulheres que engravidarem durante o aviso prévio adquirem direito à estabilidade até o quinto mês após o parto. A estabilidade já é um direito para gestantes em contrato regular de trabalho e, com a decisão, vale também para quem cumpre aviso prévio. Ou seja, quem já foi dispensado ou pediu demissão.

A decisão foi tomada no último dia 6 de fevereiro de 2013, por unanimidade.

O caso analisado foi o de uma enfermeira de São Paulo que pediu reintegração ao trabalho após rescisão do contrato de trabalho durante gravidez. No

caso, o tribunal não reintegrou a mulher ao trabalho, mas concedeu à gestante o direito ao pagamento dos salários e da indenização referentes ao período entre a data em que ela foi despedida e os cinco meses posteriores ao nascimento da criança.

Para o Relator do processo, Ministro Maurício Godinho Delgado, a razão do provimento do recurso da reclamante fundamenta-se no fato de que a data de dispensa do empregado, a ser anotada na Carteira de Trabalho e Previdência Social, deve corresponder àquela do término do aviso prévio, ainda que indenizado.

Assim, de acordo com o art. 489 da CLT, “dado o aviso prévio, a rescisão torna-se efetiva depois de expirado o respectivo prazo”. Percebe-se, com clareza, que o aviso prévio não equivale à rescisão do contrato de trabalho, o qual terá vigência até o término de seu prazo.

Todavia, compete esclarecer a esta Comissão que recentemente foi promulgada a Lei nº 12.812, de 16 de maio de 2013, que insere o seguinte art. 391-A na CLT:

Art. 391-A. A confirmação do estado de gravidez advindo no curso do contrato de trabalho, ainda que durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado, garante à empregada gestante a estabilidade provisória prevista na alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nesses termos, a aprovação do PLS nº 61, de 2013, por contemplar idêntica providência àquela prevista na referida lei, encontra óbice no disposto no art. 334, I, do Regimento Interno do Senado Federal, em face de sua prejudicialidade, pois a matéria, que reputamos da maior importância para as mulheres, já está em vigência na forma da lei supramencionada.

Voto.

Em face do exposto, voto no sentido da declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2013 – apesar, volto a dizer, do mérito, da boa intenção do Senador Gim Argello –, justamente por esta proposição já estar garantida, já estar prevista no art. 391-A da Lei nº 12.812, de 16 de maio de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro prejudicado o projeto, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação a declaração de prejudicialidade.

Quem vota com a Relatora vota “sim” para a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2013.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Voto com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – “Sim”, com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Lídice da Mata, voto conhecido, pois é a Relatora. Voto “Sim”.

Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2013.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item 9, p. 145.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 244, DE 2012
– Terminativo –

Altera a Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, para permitir que a Mútua destine parte de sua arrecadação para medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultural do engenheiro e do engenheiro-agrônomo e para desenvolvimento de ações fiscalizadoras promovidas pelos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia.

Autoria: Senador Eduardo Amorim.

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2012.

Observações:

– Em 26.03.2013, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer Favorável ao Projeto.

– Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, Relatora *ad hoc*, para proferir a leitura do relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu vou passar à análise, porque, com esse preâmbulo feito por V. Exª, já deu para compreender o conteúdo do projeto apresentado pelo nobre Senador Eduardo Amorim.

Análise.

A Mútua, que é o fundo dos engenheiros, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, criada pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), pela Resolução nº 252 de 17 de dezembro de 1977, conforme autorização legal contida no artigo 4º da Lei nº 6.496, de 1977.

O principal objetivo da Mútua é oferecer a seus associados planos de benefícios sociais, previdenciários e assistenciais, de acordo com sua disponibilidade financeira, respeitando o seu equilíbrio econômico-financeiro.

Conforme o art.11 da Lei nº 6.496, de 1977, constituirão rendas da Mútua: um quinto da taxa de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica); uma contribuição dos associados, cobrada anual ou parceladamente e recolhida, simultaneamente, com a devida aos CREAs; doações, legados e quaisquer valores adventícios; e outros rendimentos patrimoniais.

O Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2012, flexibiliza a aplicação desses recursos, permitindo que também sejam oferecidos como benefícios iniciativas

de aperfeiçoamento técnico e cultural de seus associados e dos profissionais registrados nos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia por meio de instituições de ensino e entidades de classe, desde que cadastradas no Confea.

Além disso, o Projeto de Lei do Senado em pauta também autoriza que a renda da Mútua seja utilizada para o desenvolvimento de ações fiscalizadoras promovidas pelos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia.

Em se tratando de decisão terminativa nesta Comissão, opinamos ainda que, no que concerne à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade, não foram detectados vícios que prejudiquem o projeto.

Entendemos que a proposição é meritória, pois haverá mais recursos para investir na capacitação dos profissionais de engenharia e de agronomia, incentivando o processo de educação, reciclagem e aprimoramento desses trabalhadores, além de promover a motivação dessas pessoas e melhorar a sua autoestima.

O voto é favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2012, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – De acordo com o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com o relatório.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN)

– Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com esta votação, está aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2012.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O item 2 da pauta é um projeto cujo Relator é o Senador Roberto Requião e a autoria do Senador Cícero Lucena. Quero tratar disso com a maior transparência.

O projeto do Senador Cícero Lucena determina o percentual mínimo da receita corrente líquida que a União deverá aplicar anualmente em ações e serviços públicos de saúde. Nós temos aqui tramitando aquela questão da receita corrente bruta, cujo Relator de uma Comissão Especial é o Senador Humberto Costa, que até a semana que vem deve concluir o seu relatório. Então, eu quero ver se podemos fazer essa discussão em conjunto, para não termos prejuízo em nenhum dos textos e, claro, se possível, avançarmos e aprovarmos aqui na Comissão, depois de aprovado na Comissão Especial, um texto que possamos levar ao plenário do Senado para, enfim, votar essa questão do financiamento de saúde.

Eu vou adiar – o Senador Roberto Requião não está presente –, vou retirar da pauta esse projeto para que, na próxima semana, na quarta-feira, possamos fazer essa discussão, se houver, evidentemente, anuência do Plenário.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2012 – Complementar

– Não Terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para determinar o percentual mínimo da receita corrente líquida que a União deverá aplicar anualmente em ações e serviços públicos de saúde.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2012.)

Todos os itens foram apreciados.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada.

(Iniciada às 9 horas e 8 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 5 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 40ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE AGOSTO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatro minutos, do dia vinte e oito de agosto de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Waldemir Moka, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, João Alberto Souza, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Sérgio Souza e Cyro Miranda, e das Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Ana Rita. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, de 2007 – Não Terminativo – Dispõe sobre o atendimento de requisitos específicos, nas li-

citações para a compra de medicamentos e insumos farmacêuticos. Autoria: Deputado Walter Feldman. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM 2 – SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2001 – Não Terminativo – Regulamenta a profissão de árbitro de futebol e dá outras providências. Autoria: CPI – Futebol – 2000 (CPI). Relatoria: Senador Paulo Davim. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator. ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, de 2010 – Terminativo – Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para excepcionar os concedentes de estágios não-obrigatórios para estudantes de medicina do cumprimento de exigências com repercussões pecuniárias. Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Resultado: Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2010. ITEM 4 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2010 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social, para instituir o abono natalino referente ao benefício de prestação continuada. Autoria: Senador Mão Santa. TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, de 2011 – Terminativo – Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 para instituir o abono anual para os beneficiários do benefício da prestação continuada pago pela assistência social. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Resultado: Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva aos Senadores João Alberto Souza e Cyro Miranda, nos termos regimentais. ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, de 2010 – Terminativo – Autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos a preço de custo a aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social e a lançar a diferença entre esse preço e o de mercado como despesa operacional da empresa. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva aos Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, nos termos regimentais. ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, de 2011 – Terminativo – Altera o § 2º do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para equiparar ao filho do segurado o menor sob sua guarda judicial, mediante declaração do segurado, desde que ele não possua condições suficientes para o próprio sustento e educação. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Resultado: Lido o Relatório na Comissão de Assuntos

Sociais e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, de 2012 – Terminativo – Insere o art. 103-B à Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, de forma a permitir a suspensão temporária do pagamento de débito previdenciário para aplicação dos recursos correspondentes em atividades e ações em benefício direto da população afetada pela seca ou estiagem prolongada, e dá outras providências. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Casildo Maldaner. Resultado: Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, de 2012 – Terminativo – Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para fixar limite mínimo de fornecimento de medicamentos de uso contínuo pelas empresas produtoras e obrigá-las a advertir os consumidores sobre eventual encerramento da produção. Autoria: Senador Jorge Viana. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Adiado. ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 478, de 2012 – Terminativo – Institui o consórcio de empregadores urbanos. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senador Sérgio Souza. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, de 2013 – Terminativo – Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para dispor sobre o contrato de experiência. Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Adiado. EXTRAPAUTA – ITEM 11 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 50, de 2013. Autoria: Senadora Ana Amélia. Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta desta Comissão de Assuntos Sociais, com as Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Assuntos Econômicos (CAE), de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater sobre o termo de cooperação assinado pelo Ministério da Saúde com a Organização Panamericana de Saúde (OPAS/OMS), para contratar coletivamente médicos de Cuba para atuar no Brasil. Para tanto, sugiro sejam convidados: – Excelentíssimo Senhor Alexandre Padilha – Ministro da Saúde; – Senhor Joaquín Molina – Representante no Brasil da Organização Panamericana de Saúde. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores: Paulo Paim, Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, João Alberto Souza, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Souza, Cyro Miranda, e as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia

Vânia, e Ana Rita, e o Senador Waldemir Moka, Presidente da CAS. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador Waldemir Moka

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais
(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 40ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneceram sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de dez itens, conforme pauta previamente divulgada, sendo dois não terminativos e oito terminativos.

Antes de começarmos nossa pauta, queria, rapidamente, abordar um assunto na Comissão, e queria ouvir a opinião da Senadora Ana Amélia, do Senador Cyro Miranda e de outros que porventura estejam nos ouvindo. Sobre a discussão que se está travando sobre a presença de médicos estrangeiros, sobretudo de médicos cubanos, tenho uma opinião que vou externar.

A questão de ser médico de Cuba ou da Espanha ou de Portugal não é relevante. O que precisa de explicação é a forma, é o contrato, como é que esses médicos cubanos vão trabalhar, em que condições, qual o contrato? Essa é a questão. Acho que a Comissão tem condições de tratar disso com a maior tranquilidade. Esse é um assunto.

O outro, Senadora Ana Amélia, é uma questão que, como Presidente da Comissão, me sinto obrigado a dizer, o foco da nossa discussão sobre a saúde, o caos da saúde, que, ainda ontem, o Globo Repórter mostrou, a dificuldade, médicos que varam plantões em cima de plantões. Não é possível. Esses médicos vão tratar da atenção básica da saúde, mas os nossos hospitais vão continuar superlotados, com pacientes em macas, sem condições, com médicos que têm de decidir quem fica em UTI e quem sai, pela falta de vagas. A estrutura da saúde é que é que é o foco.

Trazer médicos estrangeiros por dois anos, por três anos, por quatro anos não vai resolver. O que vai resolver é um plano de carreira. Estamos discutindo

realmente um projeto que vai fazer com que os jovens médicos possam ir para uma cidade iniciar uma carreira médica. Quanto mais distante, mais difícil for o acesso a essa cidade, mais rapidamente esse médico que começar poderá ir para outras cidades, terá direito a um curso de especialização. Coisas que promovam e que estimulem sobretudo os jovens médicos a ir para o interior do País.

O fundamental que precisamos discutir e votar: o recurso, o financiamento público para o Sistema Único de Saúde. Toda vez que vamos votar, mascara-se isso com uma discussão aqui, outra lá, sendo que eu tenho comigo que o que desorganizou a saúde foi a falta de recurso, de financiamento. Nós temos um sistema que é universal, que tem uma demanda enorme, e não há recurso suficiente para isso.

Então, eu queria abrir esta reunião chamando a atenção para isso.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – V. Ex^a me permite um aparte, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A Senadora Ana Amélia havia pedido.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – É dentro desse assunto. A Senadora Ana Amélia tem uma ideia que acho brilhante.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu só queria resumir o que o senhor falou com algo que ouvi ontem.

A pergunta não é “faltam médicos?”, mas “por que faltam médicos?” A pergunta que tem que ser respondida é esta: por que faltam médicos? Aí vem esse arrazoado todo que V. Ex^a pontuou. É a escolha de Sofia para esses médicos, é uma série de coisas.

Então, V. Ex^a tem toda a razão. Depois eu vou falar sobre o que ouvi ontem, na 621, na Medida Provisória da qual faço parte.

Mas eu gostaria de ouvir a Senadora Ana Amélia. Ela tem uma proposta bastante viável.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aliás, há um requerimento da Senadora Ana Amélia aqui na mesa para ser examinado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Senador Moka, Senador Cyro, nossa querida Dulcília, Secretários e Assessores desta Comissão; Senador Moka, o diagnóstico que V. Ex^a fez é até, eu diria, como médico, absolutamente adequado.

Primeira questão, eu queria até fazer um registro: eu fico triste, como brasileira, de ver manifestações hostis aos médicos estrangeiros, especialmente

aos cubanos. Acho que isso não é bom. Isso não faz parte do espírito brasileiro, da cordialidade brasileira. Ponto. Não somos xenófobos, não. A questão não é essa. Esse é um contrato internacional com implicações no mercado de trabalho. Não está havendo até agora transparência do acordo feito com o governo de Cuba e a interveniência da Opas sobre questões como quanto nós estamos pagando à Opas para fazer essa intermediação. Por que essa intermediação custa tão caro, se o Governo pode fazer diretamente com o governo de Cuba? A própria Procuradoria Geral da República está fazendo alguns questionamentos, assim como o Ministério Público do Trabalho, que são os foros adequados para essas questões.

Então, como Senadora, tenho obrigação, e a sociedade brasileira tem o direito de saber e de ter informações claras sobre isso – claras sobre isso! Sabemos da necessidade de atendimento médico nas áreas longínquas do Amazonas, do Nordeste, mesmo do meu Estado, o Rio Grande do Sul, onde, na fronteira, como os médicos uruguaios ou argentinos, pela legislação, só podem exercer a Medicina mediante o Revalida, o exame de habilitação, e não foram feitos ou não se submeteram a ele, o que acontece? Eles atendem à clientela do lado da fronteira – e fronteira viva é assim, V. Ex^a conhece, é do Mato Grosso do Sul –, e o Prefeito, que é médico, assina a receita, porque ele não pode emitir uma receita. Ele não pode fazer a receita. Então, é um faz de conta. Por que não legaliza aquela convivência na fronteira, também criando uma zona diferenciada disso? Então, veja, temos vários caminhos para essa questão e minha preocupação básica é essa.

A questão do financiamento, Senador Moka, é muito relevante. Aliás, nosso colega Humberto Costa está liderando uma subcomissão que trata dessa matéria. Nós tivemos a discussão – eu não estava nesta Casa – quando se discutiu a Emenda 29. Ela deu com os burros n'água, como se diz no meu Rio Grande. Os Municípios são pressionados a aplicar muito mais do que a legislação determina – 15% da receita – porque a pressão é direto nas prefeituras e as prefeituras estão financeiramente muito mal. Hoje, a média é de 22% da receita das prefeituras, ou seja, desviam recursos de áreas também fundamentais para atender à saúde.

Há um outro problema na área da saúde, que é a questão da gestão, Senador Moka. O Ministro Alexandre Padilha, ao assumir o Ministério – e eu não esqueço, porque li com atenção uma entrevista dele às páginas amarelas da *Veja* – ele adotou alguns procedimentos, por exemplo, na compra de medicamentos. Um rigor maior na compra de medicamentos, com escolha de preço. Hoje há pregão eletrônico e ele economizou R\$1 milhão apenas numa medida de controle para compra

dos medicamentos. Quantas ações como essa poderiam ser adotadas em relação à qualidade da gestão? Então, além da questão da falta do recurso, é como você aplica. Porque não adianta você ter muito recurso se você aplicar mal esse recurso. Então, essa é outra questão que tem que ser analisada no âmbito da saúde.

Por isso eu fiz uma proposta, porque o Senador Pedro Taques fez um requerimento de informações pedindo a presença do Ministro da Fazenda, Guido Mantega. Como as questões de saúde estão muito centradas nesta nossa Comissão presidida por V. Ex^a, falei com o Senador Pedro Taques que o ideal seria, para economizarmos energia – porque muitos Senadores terão interesse de ouvir –, fazermos uma audiência pública conjunta desta Comissão, da Comissão de Educação, presidida pelo nosso Cyro Miranda, que tem a ver com a questão das universidades, dos cursos de Medicina, e da Comissão de Assuntos Econômicos, do ponto de vista do impacto fiscal, financeiro e tributário a respeito do contrato, que é um contrato de monta. Então, penso que dessa forma podemos, com equilíbrio, com muito bom senso, com muita vontade de resolver o problema, trabalhar dessa forma. Porque, se a gente fizer ao Governo um pedido de informações, um debate numa audiência pública conjunta poderá ser muito mais rico e muito mais completo em relação às dúvidas que ainda temos a respeito desses contratos.

Muito obrigada.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Depois pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Até para oportunizar a quem queira discutir o assunto, vou colocar em discussão o requerimento da Senadora Ana Amélia, que diz o seguinte:

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 50, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta desta Comissão de Assuntos Sociais, com as Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Assuntos Econômicos (CAE), para debater sobre o termo de cooperação assinado pelo Ministério da Saúde com a Organização Panamericana de Saúde (OPAS/OMS), para contratar coletivamente médicos de Cuba para atuar no Brasil. Para tanto, sugiro sejam convidados: – Excelentíssimo Senhor Alexandre Padilha – Ministro

da Saúde; – Senhor Joaquín Molina – Representante no Brasil da Organização Pan-americana de Saúde.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Em discussão o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que quiserem se manifestar sobre o tema terão já a oportunidade e, ao final da discussão, aprovamos ou não o requerimento.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoridade/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, concordo plenamente e acho até por uma questão de economicidade que afeta realmente essas três Comissões. Eu acho que pode ser bastante produtiva.

Eu queria salientar a V. Ex^a que ontem a Medida Provisória 621, que trata desse capítulo foi bastante polêmica para começar a fazer a cronologia. Começou-se já com o problema das audiências públicas, quem vai ser ouvido? Então, foi levantado por dois colegas médicos e Deputados de V. Ex^a que não se poderia saber quem vai ser trazido se não tivéssemos o contrato feito pela Opas. Nós não conhecemos nenhum Senador, nenhum Deputado; ninguém conhece os termos desse contrato. E é muito importante que isso venha a ser bem transparente.

Senador Moka, concordo com a Senadora Ana Amélia, que foi muito feliz; nós não podemos discriminar ninguém, inclusive fica muito mal para nós. Nós não somos contra cubanos, mexicanos, de maneira nenhuma, mas nós temos os nossos procedimentos.

Primeiro, eu tive a garantia do Ministro Aloizio Mercadante de que nenhum médico de fora, mesmo brasileiro formado fora, não entraria no País sem passar pelo Revalida. Essa regra já foi posta de lado; os cubanos estão vindo sem passar pelo Revalida.

Segundo, do que o País vai desembolsar... Para mim, é uma forma de financiamento para Cuba, porque os médicos não vão ficar nem com 10% do que será repassado. Hoje nós até estávamos analisando se isso não é um trabalho escravo. Amanhã, como vai funcionar se ele pedir um asilo político? Como vai ficar a família desse médico? Então, há todo um arrazoado.

Aqui no Brasil, a gente costuma remendar as coisas. No caso da educação, cotas; não se vê o problema fundamental, que é oferecer ensino público de qualidade a todos, mas criam-se cotas. No caso da saúde, se importam médicos por dois, três anos, mas não se vê aquilo de que V. Ex^a falou, que são os problemas de base. Isto é, o sujeito é feio, sabe como corrige? Quebra o espelho.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Senador Moka; Senadora Ana Amélia, autora do requerimento; Sr^{as} e Srs. Senadores, este é um tema que, de fato, nós precisamos debater, nada mais apropriado que seja nesta Comissão, que é a Comissão de Assuntos Sociais, e também na Comissão de Educação. Perfeita a inteligência do requerimento.

No entanto, todos nós temos as nossas opiniões, todos nós vivenciamos a realidade dos nossos Estados, das nossas unidades federativas.

Eu acabo de vir de um café da manhã, na Câmara dos Deputados, em que um hospital lá do Paraná, da cidade de Toledo, o Hospital Bom Jesus, mostrou um filme do trabalho que eles fazem. E extremamente aguçado ficou o meu sentimento de cidadão com a reportagem a que assisti ontem, num programa, o Profissão Repórter, da Globo. Aquilo não é Brasil! Aquilo lá não serve para lugar nenhum do mundo. Então, qual é o fato? Na verdade, não é só médico; na verdade, é infraestrutura de saúde; na verdade, é carreira de médico; na verdade, é uma série de situações.

Eu acho que, realmente, nós precisamos debater. Mas este requerimento é específico e vamos nos ater a ele.

Vamos falar sobre os cubanos.

Qual é o regime brasileiro? Democrático de direito; esse é o regime do Brasil. Quando nós conquistamos isso? Depois de 20, 30 anos de luta que nós colocamos isso numa Constituição, a de 88, que vai fazer 25 anos agora. Nós vivemos aqui um período de ditadura e assim por diante.

Qual é o regime de Cuba? Comunismo. Nós temos que respeitar. É uma decisão de Estado. Está lá. Se nós concordamos, nós temos que respeitar. Se é um regime comunista o de Cuba e se aquele país está liberando o excedente de médicos... Nós sabemos que Cuba é referência mundial; não sei se a qualidade de hoje é a mesma de 20, 30 anos atrás – a gente precisa estudar isso um pouco mais –, mas é referência no que diz respeito a saúde. Agora, há um excedente naquele país, que concede ou libera esses cidadãos cubanos para trabalhar num vizinho, para prestar um serviço – outro ponto perfeito, está autorizado pelo país –, mas, de acordo com o seu regime comunista, só libera com uma condição, qual seja, que os valores sejam repassados ao governo, que vai distribuir da forma desse regime.

Mas esse cidadão cubano que virá ao Brasil, Sr. Presidente Waldemir Moka, vai ter noções, vai conviver, durante três anos, com uma democracia consolidada. São três mil, ou quatro mil, ou mil ou quinhentos que vêm, e a influência que nós vamos exercer sobre esses cidadãos, e a democracia no Brasil, eles vão voltar

para o país deles com um sentimento sobre isso e vai disseminá-lo. Talvez, dessa forma, nós estejamos até mesmo ajudando para uma futura democracia. Além do mais, atendendo a função básica aqui no País, que é a de dar um melhor atendimento na saúde. Agora, é lógico, com as condições necessárias, com os testes, com as avaliações necessárias para que o cidadão brasileiro tenha o melhor serviço médico e não apenas um serviço médico. Mas o melhor serviço médico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu só quero ressaltar que o requerimento quer discutir o contrato: quanto está pagando, quem paga, quanto recebe. É essa a discussão. Até para a gente não polemizar a questão. Então, o requerimento é específico para que o Ministro Alexandre Padilha, da Saúde, e o representante da Opas no Brasil, Sr. Molina, venham aqui, em conjunto, por uma questão de economia de tempo mesmo.

Senador Humberto Costa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Só para esclarecer: o Senador Pedro Taques fez um requerimento idêntico para as três Comissões na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa, com a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, primeiro, quero colocar, claramente, que sou favorável a que nós aprovemos esse requerimento e façamos o debate aqui. Acho que, quanto mais debate, quanto mais discussão, melhor.

Mas acho que, se a gente for olhar, concretamente, como esse debate tem evoluído desde que começamos a conversar sobre a temática da carência de médicos, nós vamos ver que, infelizmente, os argumentos vão mudando o tempo inteiro em defesa... Não estou falando aqui da Senadora Ana Amélia, mas dos debates que estão acontecendo na sociedade.

Primeiro era o argumento de que não vão médicos para os lugares de difícil acesso porque não há salário condizente com as necessidades desse tipo de profissional.

Segundo se dizia que não se deveria ampliar o número de médicos porque havia médicos em número suficiente e seria necessário apenas que houvesse uma descentralização. Isso também caiu por terra. Qualquer comparativo mostra que países com a mesma dimensão ou países mais desenvolvidos do que o nosso têm mais médicos por habitantes do que nós.

Depois vem a argumentação de que as pessoas não vão para esses lugares por falta de infraestrutura.

Qual é a infraestrutura necessária para se fazer a atenção básica? Eu me lembro de um professor de semiologia que eu tinha na faculdade. Ele dizia que um médico com um estetoscópio é capaz de fazer muitas e muitas coisas. Então, esse argumento também é falho. Até porque qual é a infraestrutura necessária? Uma boa unidade de saúde. Hoje, o Ministério da Saúde está reformando e construindo unidades básicas em todo o País, para o Município que quiser, para qualquer Município. Precisa de quê? Da disponibilidade de um laboratório para fazer exames simples. Hoje, é a coisa mais simples do mundo. Faz-se a coleta, coloca-se um centro de coleta. Se no Município houver um laboratório, tudo bem; se não, manda para um Município próximo. O resultado vem pela Internet e se conhece rapidamente qual o problema, qual a situação.

Fala-se da necessidade de medicamentos. Ora, a farmácia básica atende a isso. O que o médico da atenção básica faz? Acompanha pré-natal, pode fazer um parto normal, faz consultas, identifica e acompanha o diabético e o hipertenso, vai acompanhar o crescimento e o peso das crianças... Enfim, essas condições estão absolutamente dadas. Precisa de referência. Então, chegando a ele uma pessoa cujo problema não pode ser resolvido com atendimento básico, ele tem que ter um hospital ou uma clínica para onde ele possa mandar essa pessoa. Além disso, um resgate, em caso de urgência urgentíssima. Está aí o Samu, que está se disseminando por todo o País. Então, isso também não é argumento.

Aí, agora vem o argumento das condições de trabalho dos outros. Não é deles, mas dos outros. Quer dizer, fica claro que é mais um argumento para tentar macular o projeto. Esses médicos cubanos não estão desempregados, não, Presidente; eles trabalham, eles são funcionários públicos do governo cubano. Diferentemente dos que vieram, individualmente, se inscrever para trabalhar no programa, eles vêm com uma missão. É muito importante que eles aqui aprendam, como disse aqui a Senadora Ana Rita, sobre democracia e é muito bom que os nossos aprendam um pouco sobre solidariedade, sobre humanismo. É importante que também esse tipo de coisa aconteça.

Então, acho que nós temos de fazer essa discussão, esse debate, mas nós, principalmente aqui, que podemos ser médicos, advogados, professores, o que quer que seja, estamos aqui para representar o povo. Então, nós temos que pensar mais que em médicos, advogados; nós temos que pensar nas pessoas que estão lá na ponta, que não têm esse acesso, muitos que até, talvez, nunca tenham visto um médico na vida e, agora, vão passar a ter essa oportunidade.

O Senador Randolfe Rodrigues estava me dizendo que só no Estado do Amapá serão 618 aldeias indígenas que passarão a ter um médico em tempo integral. Isso faz diferença ou não faz?

Ninguém quer tomar o emprego dos médicos; ninguém quer comprometer o futuro deles. O que nós queremos é que o povo tenha os seus direitos resguardados. Então, eu acho que é importante que a gente possa fazer esse debate.

Outra coisa que eu acho terrível é o preconceito. Este, realmente, é um absurdo, como o fato daquela jornalista do Rio Grande do Norte ter agredido, ao mesmo tempo, os negros, as empregadas domésticas e os médicos também. Então, eu acho que a gente deveria combater e coibir isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa, no início desta nossa reunião, eu fiz questão de dizer – e eu sempre me preocupo com isso – que o foco dessa nossa discussão... Eu absolutamente disse o seguinte: na questão dos médicos cubanos, eu acho que tem razão; há que se trazer o Ministro aqui e discutir qual o contrato com transparência, para deixar claro isso. Eu acho que o foco, repito, são os nossos hospitais – e não estou falando de atendimento básico, Senador Paim, mas de hospitais –, onde os pacientes estão em macas pelos corredores, com dificuldades. Ali, colegas médicos têm que decidir quem fica e quem sai de UTI. Essa é a condição maior.

Agora, por três ou quatro anos, os médicos estrangeiros vão ficar, mas não é essa a solução permanente. A solução permanente é um plano de carreira para os médicos, que interiorize esses profissionais. Essa é a solução permanente! E nós precisamos agilizar e votar. E o fundamental, Senador Humberto Costa, V. Ex^a que tem essa missão como Relator: nós precisamos votar os recursos para o Sistema Único de Saúde. Nós temos que dar ao Governo Federal também a obrigatoriedade de alocar recursos.

Então, como V. Ex^a disse, qualquer Município pode ter uma Unidade Básica de Saúde – e há Municípios que têm duas ou três –, mas os Municípios não aguentam o custeio, Senador Humberto Costa. As prefeituras não aguentam custear uma Unidade Básica de Saúde. A construção é uma coisa; a manutenção dessas Unidades Básicas de Saúde é outra.

Eu vejo uma discussão, agora, sobre um percentual das emendas parlamentares ser destinado para saúde. Talvez fosse interessante dizer: será que a gente pode ajudar destinando recursos para custeio? Porque o difícil é o custeio disso. Eu sei disso porque os prefeitos, às vezes, me falam assim: “Senador, eu até queria mais uma Unidade Básica de Saúde, mas

o Município não tem condições de dar a manutenção ou de fazer o custeio dela.”

Era só para a gente dialogar sobre isso e voltar ao foco. A discussão sobre a vinda de médicos estrangeiros ou não está tirando o foco da discussão mais importante: mais recursos para a saúde. Aí sim, uma discussão sobre uma solução permanente, ou seja, como fazer para interiorizar os médicos brasileiros, por meio de uma carreira que estimule, que faça com que eles fiquem lá ou que comecem por lá, mas que tenham uma carreira definitiva.

Eu quero colocar em votação o requerimento, porque, aí, vamos começar a pauta de hoje.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Nós não conhecemos o teor do requerimento, Sr. Presidente. V. Ex^a poderia lê-lo, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não. Eu vou proceder novamente à leitura do requerimento de autoria da Senadora Ana Amélia.

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta desta Comissão de Assuntos Sociais, com as Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Assuntos Econômicos (CAE), para debater sobre o termo de cooperação assinado pelo Ministério da Saúde com a Organização Panamericana de Saúde (OPAS/OMS), para contratar coletivamente médicos de Cuba para atuar no Brasil. Para tanto, sugiro sejam convidados: – Excelentíssimo Senhor Alexandre Padilha – Ministro da Saúde; – Senhor Joaquín Molina – Representante no Brasil da Organização Panamericana de Saúde.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – E o convênio? Temos o termo do convênio assinado?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim, é exatamente isso.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Mas já está aqui?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não, que eu saiba, não.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – E não era melhor pedir primeiro esse convênio?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Alberto, como ninguém tem esse contrato, a expectativa é de que, na discussão, possamos ver os termos desse contrato.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Mas convidar logo o Ministro para vir? Não era melhor termos conhecimento para, depois, chamarmos o Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas a Opas é que está intermediando, Senador João Alberto, e o Ministro é, em tese, responsável pelo contrato, representando o Governo brasileiro.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – V. Ex^a está participando de uma discussão semelhante a esta em outro setor, em que, inclusive, já foi pedido esse convênio, e nós vamos discutir lá. Devem ter chamado, talvez, o Ministro, e nós vamos chamá-lo logo agora aqui?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Bom, essa é uma decisão da Comissão. Eu acho que a Comissão de Saúde é um fórum adequado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – E a de Educação também tem o mesmo princípio.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sr. Presidente, há a Senadora Ana Rita, e podemos incluir a Comissão de Ciência, Tecnologia e Defesa do Consumidor, que tem a ver com a questão do consumidor.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – E a Comissão de Direitos Humanos. Poderíamos fazer conjuntamente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu preciso formalizar.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Seriam cinco Comissões.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu vou apresentar o requerimento solicitando essa audiência pública e a inclusão na Comissão de Direitos Humanos, na próxima terça-feira, em que há deliberativa. Está bem?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Está ótimo.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Pode ser, Senadora Ana Amélia?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Paim.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu gostaria de já, agora, na aprovação, fazer constar a sugestão da Senadora e a minha também da Comissão, para votar essa inclusão já.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vou fazer constar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, eu queria rapidamente dizer que principalmente, nos jornais do Sul, não estava se colocando de forma ostensiva, nem de um lado, nem de outro, mas vi hoje algo interessante: a partir do momento em que eles começam a hostilizar os médicos,

a vaiar os profissionais que estão vindo como convidados nossos, não à força, e com posições, inclusive, preconceituosas e racistas, como em alguns casos, mostra que a população começa a ter posição clara. Isso eu li no editorial desta manhã favorável aos médicos.

Quanto ao requerimento, Sr. Presidente, só para esclarecimento: por que especificamente Cuba e por que não todo o projeto? É um projeto para que venham médicos do exterior.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador, o que a Senadora está pedindo é um esclarecimento sobre o contrato, a forma de pagamento, porque a discussão – V. Ex^a não estava...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não, cheguei agora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ela deixou muito claro que não se tratava absolutamente de médicos de Cuba. É apenas o contrato. Na verdade...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas o que eu ouvi aqui foi Cuba.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O contrato, que é coletivo, é sobre os médicos cubanos.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só um segundo.

A minha colocação é que se faça, então, o debate sobre a vinda de médicos do exterior para o Brasil, como estão vindo da Espanha e de outros países, e não, especificamente, porque o contrato, em tese, vai ter que ser feito com cada país, mas a causa da Medicina... Eu apenas estou querendo contribuir para o debate. Que debatamos se virão os médicos – que estão vindo, naturalmente – e que o debate seja aprofundado mais amplamente, e não só em cima do contrato de Cuba.

Estou querendo contribuir, não sou contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O requerimento é claro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Permita-me, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não, a Senadora Ana Amélia queria colocar; depois, a Senadora Vanessa, e Ciro. Vamos organizar com tranquilidade.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Primeiro, renovando aqui o que disse na abertura desta reunião, Senador Moka, e V. Ex^a levantou o assunto: absolutamente, é uma atitude inaceitável qualquer tipo de agressão, qualquer tipo de xenofobia, de violência,

de atitude desrespeitosa a qualquer pessoa que seja, médico, não médico, todos, as questões raciais, as questões sociais. Isso é inadmissível. Ponto.

Por que o requerimento refere-se, Senador Paim, a contrato? Porque nos outros casos de médicos espanhóis, de médicos portugueses são contratos individuais, a pessoa vem aqui e se inscreve no programa e recebe seu salário. Ela recebe individualmente. Então, teríamos de chamar todos aqueles estrangeiros que vieram, portugueses, espanhóis ou argentinos, porque são individuais, não há um contrato coletivo de um governo. Se tivesse um da Argentina, também pediria. O único que tem um contrato governo a governo é o de Cuba, e o interesse não é outro, não questionaremos nada, não vamos aqui tratar de qualidade dos serviços médicos, a não ser que a sociedade brasileira tenha o direito de ter informações sobre como se processa, quanto estamos pagando a Opas, por que pagamos a Opas, qual o trabalho que faz a Opas, qual é o valor que será repensado, por quanto tempo, em que condições será operacionalizado. Essa é a questão. Só isso. Nosso interesse é esclarecer, porque o dinheiro a ser usado como serviço a ser recebido é da população brasileira. É disso que estou tratando, em função de ser um contrato entre governos; os outros não são entre governos.

É apenas isso, não há nenhuma discriminação, não há nenhum tipo de xenofobia. Já visitei Cuba, conheço o país, acho que o Brasil deveria adotar o sistema penitenciário cubano, nunca ninguém falou sobre isso, é um dos melhores do mundo, onde o preso faz o trabalho e, com seu trabalho, custeia 80% da prisão. Por que não copiamos esse sistema cubano que é maravilhoso? São essas questões que temos de tratar.

Fiz apenas esse aparte, para colocar outro tema em relação às questões e às mazelas sociais que vivemos em nosso País.

Senador Paim, respeito muito sua preocupação, é procedente, a Casa é política, entendo bem, mas eu precisava explicar. É apenas porque é o único contrato governo a governo, quem paga o salário dos médicos, seja para o governo cubano ou para os médicos, é o povo brasileiro. Assim, os pacientes das aldeias indígenas, citadas pelo Senador Humberto Costa, no Amapá, como das populações ribeirinhas do Amazonas ou do Nordeste, são a população brasileira, que está na ponta dos dois lados, recebendo serviços e também...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu entendi. É claro que, nosso convidado

chegando, vou pedir também qual é o tratamento dos outros médicos. Farei no momento adequado. Não há mistério algum.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Tenho certeza.

Senadora Vanessa.

Vamos objetivar o debate, para votarmos o requerimento ou não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero dizer que considero o requerimento importante. Precisamos debater de fato. Há um contrato, um convênio, até agora, nesse caso, mas esse tipo de convênio é a coisa mais comum, não apenas no Ministério da Saúde, mas no de Ciência e Tecnologia, principalmente com organismos transnacionais, com organizações transnacionais, como é o caso da Opas, que é vinculada à Organização Mundial da Saúde.

Sr. Presidente, pedi a palavra, porque no requerimento há várias comissões. Ontem, e está aqui o Presidente da Comissão, tivemos um debate acerca dessa questão na Comissão Especial da Medida Provisória. Não seria o caso, não sei, porque a Comissão Especial é mista, mas vários membros da Comissão manifestaram interesse em debater a matéria. Se não fizermos em conjunto, Sr. Presidente, se não houver condições regimentais, sugiro que a Comissão participe. Se regimentalmente não puder, que convidemos todos os membros, porque senão teremos que fazer outro debate sobre a mesma questão. Essa é a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Regimentalmente, não há como fazer.

Em discussão o requerimento com uma inclusão, proposta pela Senadora Ana Rita, que seja incluída, além das Comissões de Assuntos Sociais, Assuntos Econômicos e Educação, as Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Essa segunda proposta é minha.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É sua.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – A Senadora Vanessa...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Em discussão o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Eu gostaria de discutir.

A Senadora Vanessa deu uma sugestão muito interessante.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas eu já coloquei, Senador.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Espera aí, Presidente. Permita-me. A Comissão é mista. Sugeriu que nós convidássemos não só os Senadores como os Deputados Federais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vou convidar V. Ex^a e vou mandar para que V. Ex^a estenda a todos os membros da Comissão que quiserem participar. Eu só não posso fazer e expliquei regimentalmente.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só isso.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Portanto, para que não haja dúvida, o requerimento terá o seguinte texto: além das três propostas originariamente pela Senadora Ana Amélia, CAS, CAE e Comissão de Educação, Direitos Humanos, Meio Ambiente, Ciência Tecnologia e um ofício ao Presidente da Comissão Mista que vai dar parecer sobre a Medida Provisória nº 621, para que convide todos os membros daquela Comissão que quiserem participar. Eu acho que estão bastante claros os termos.

O primeiro item da pauta...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu pediria a retirada do Item 1 porque nós vamos ter uma reunião para tratar do assunto com a Anvisa, que nos pediu essa reunião, o que eu acho que é bem apropriado, para que esse relatório possa ser melhor consubstanciado.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Retirado de pauta o item 1.

Já vou avisar. No item 2, o Relator, Senador Paulo Davim, está em missão oficial e pediu para retirá-lo porque ele gostaria de relatar a matéria e a Presidência já o atendeu.

Pela ordem, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu também, da mesma forma, peço a retirada do item 9, que é o PLS nº 478, de 2012, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que me ligou hoje pela manhã dizendo que quer discutir um pouco mais o projeto. Depois de conversar com o Senador Rodrigo Rollemberg, nós pediremos, novamente, a inclusão em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Como não?

Também, da mesma forma, retirado de pauta.

Item 3 da pauta. O Senador Cyro Miranda é o Relator.

Temos quórum para esse projeto, que é terminativo.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 17, DE 2010

– Terminativo –

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para excepcionar os concedentes de estágios não obrigatórios para estudantes de medicina do cumprimento de exigências com repercussões pecuniárias.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2010

Observações:

– Em 03.07.2012, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou parecer contrário ao projeto.

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu vou fazer um resumo desse projeto.

A proposição pretende permitir que as pessoas jurídicas de direito privado, os órgãos da Administração Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e os profissionais liberais de nível

superior que ofereçam estágio não obrigatório a estudantes de medicina, mediante prévio e formal acordo com os estudantes, sejam dispensados da contratação de seguro contra acidentes pessoais, do pagamento de bolsa ou outra forma de contraprestação e do pagamento de auxílio-transporte.

Na Comissão de Educação, Cultura e Esporte foi aprovado o voto pela rejeição do projeto.

Esta relatoria considera o projeto discriminatório, pois permite que uma instituição hospitalar ofereça seguro contra acidentes pessoais a seus estagiários nas áreas de administração hospitalar, psicologia e fonoaudiologia e neguem tal benefício aos estudantes de medicina que atendem pacientes com doenças contagiosas e manipulam objetos perfurocortantes sujos de sangue e secreções contaminadas.

No que se refere à constitucionalidade da proposição, julgamos que a Carta Magna permite, excepcionalmente, a imposição de regras diferenciadas para determinado grupo de pessoas, desde que haja razoabilidade e proporcionalidade nessa imposição. No entanto, a supressão das garantias legais apenas para os estagiários de medicina – que delas necessitam tanto ou mais que os outros estudantes – não nos parece uma discriminação razoável, passível de ser albergada pela Constituição Cidadã.

Por esse motivo, Sr. Presidente, somos pela rejeição desse projeto.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

A votação será nominal, e quem vota com o Relator vota “não” ao projeto.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu voto com o Relator, porque ele vai na linha, Sr. Presidente, de um debate que já tivemos aqui de assegurar direitos do estagiário e não retirar.

Então, o Relator está com toda a razão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – “Não”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – “Não”, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – “Não”, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda, voto conhecido, é o Relator.

O resultado.

Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2010.

Será comunicada a decisão da comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e a publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item 4 da pauta.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, eu pediria vista deste projeto.

Eu gostaria de verificar a repercussão financeira.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Está.

Eu vou conceder vista, regimentalmente, mas logo após...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu só posso conceder depois da leitura do relatório, Senador João Alberto.

ITEM 4
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 165, DE 2010
– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social, para instituir o abono natalino referente ao benefício de prestação continuada.

Autoria: Senador Mão Santa

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 79, DE 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 para instituir o abono anual para os beneficiários do benefício da prestação continuada pago pela assistência social.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2010, e da Emenda nº 1-CDH; e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2011, que tramita em conjunto.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoría/PSDB – GO)

– Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria apenas de lhe dizer que a minha relatoria se deu em função do mérito, porque, como esse projeto vai à Comissão de Assuntos Econômicos, o impacto financeiro do projeto será analisado naquela Comissão.

Quanto ao mérito, eu não poderia deixar de entender que este abono é legítimo. Sem dúvida nenhuma, é uma coisa importante para complementar o benefício da ação continuada. No entanto, eu gostaria de apenas resumir o projeto e, inclusive, solicitar ao Senador João Alberto que deixasse o projeto tramitar pelo mérito nesta Comissão e que deixasse o impacto financeiro para ser avaliado na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Mas ele é terminativo aqui, Senadora. Ele é terminativo aqui?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoría/PSDB – GO) – Se ele é terminativo aqui? Não, ele vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ele é terminativo aqui, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoría/PSDB – GO)

– Ah, sim. Então, ele tem razão.

O Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2010, de autoria do Senador Mão Santa institui o pagamento de parcela adicional, a título de abono natalino, aos assistidos pelo benefício de prestação continuada, mediante a inclusão dos §§ 9º e 10 ao art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social. A proposição também estende aos beneficiários da renda mensal vitalícia o direito de receber o abono.

Estabelece, também, que a despesa decorrente da criação do benefício será custeada pelo orçamento da seguridade social e que o aumento de despesa proveniente da criação do novo benefício será compensado pela margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado explicitada na Lei de Diretrizes Orçamentárias referente ao exercício em que a proposição ora em exame entrar em vigor.

A cláusula de vigência prevista no art. 4º determina que a lei entre em vigor no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da sua publicação.

Na justificação do projeto, o Senador Mão Santa ressalta o fato de que, diferentemente do que acontece com os trabalhadores formais, os assistidos pelo benefício de prestação continuada e pela renda mensal vitalícia vivem, nessa época, seu pior momento. Tal situação seria causada pelo aumento dos preços resultante da exploração comercial das festividades.

Ainda segundo o autor da proposição, a concessão do abono natalino para esses beneficiários constitui uma estratégia de recuperação da autoestima dessas pessoas, questão fundamental para o efetivo exercício da cidadania.

Na Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDH), a matéria foi aprovada em reunião do dia 24 de novembro de 2010, sob a relatoria do Senador Paulo Paim.

O Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2011, do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para instituir o abono anual para os beneficiários do benefício de prestação continuada pago pela assistência social, é no mesmo sentido do antecedente, diferenciando-se apenas na forma, pois promove o acréscimo do art. 20-A na Lei nº 8.742, de 1993, para a mesma finalidade legislativa.

O art. 3º desta proposição estabelece que o abono anual somente passará a vigorar e gerar efeitos pecuniários a partir da aprovação de previsão de dotação orçamentária específica na Lei Orçamentária Anual.

Na Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDH), a matéria foi rejeitada na reunião de 11 de dezembro de 2012, sob a relatoria do Senador Paulo

Paim, em face da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2010, antes referido.

Ainda, no âmbito da CDH, foi aprovada emenda de redação para dispor que os §§ 9º e 10 sejam remunerados como §§ 11 e 12 do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Não foram oferecidas emendas ao projeto nesta Comissão de Assuntos Sociais.

Análise.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais discutir e votar, em caráter terminativo, os projetos de lei ora em discussão.

Alterações promovidas na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS inserem-se no campo da Seguridade Social.

Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Observados esses pressupostos, a proposição está desprovida de vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade no que se refere aos seus aspectos formais.

No mérito, importante ressaltar que o art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, define o Benefício de Prestação Continuada (BPC) como a garantia de recebimento de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

A proposição em análise acrescenta uma parcela ao BPC, a título de abono anual, a ser paga no mês de dezembro. Trata-se de reforçar a assistência garantida, inclusive constitucionalmente, a um segmento que se encontra entre os mais vulneráveis de nossa sociedade, pois não tem meios para manter sua subsistência e ainda enfrenta os desafios próprios das pessoas com deficiência ou daquelas em idade avançada, como bem frisou a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

No que se refere ao custeio do abono anual para os beneficiários assistidos pelo BPC, lembro que o art. 203 da Constituição Federal dispõe que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: (...)”

Não há como assegurar pela via legislativa o pagamento de gratificação natalina a todos os trabalhadores, servidores, e demais segurados da Previdência Social, seja qual for o regime previdenciário, e negar

aos pobres, principalmente idosos e deficientes, um benefício que todos os outros já têm.

A República Federativa do Brasil tem como fundamentos, dentre outros:

a) a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais (art. 3º III, da CF);

b) a promoção do bem todos, sem preconceitos ou quaisquer outras formas de discriminação (art. 4º, IV, da CF).

Tratam, ambas as proposições, de medida de grande alcance social, que propiciará a equiparação de direitos e a construção de uma sociedade mais solidária, que é também um princípio constitucional a ser perseguido.

Destacamos, ainda, que a proposição observa os critérios que a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – a Lei de Responsabilidade Fiscal – reserva a proposições que estabelecem despesas a serem cumpridas pelo erário, especificamente no que diz respeito às de caráter continuado.

Com efeito, como se trata de ampliação de despesa pública, em seus arts. 2º e 3º o projeto prevê, para atender aos ditames legais, a designação da fonte dos recursos necessários ao custeio da elevação de despesas que certamente advirá da implantação do abono proposto.

Estabelece, ademais, que os efeitos da aprovação deste projeto somente irão se concretizar no exercício seguinte ao do início de sua vigência, a fim de que o orçamento anual imediatamente posterior possa promover as adequações exigidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Nestes termos nos posicionamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2010, com a emenda de redação da CDH e, em consequência, pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2011, que fica prejudicado em face da aprovação da primeira proposição.

Será necessário, porém, apresentar mais uma emenda de redação para corrigir a referência interna constante no antigo §10 e agora 12, que fazia referência ao §9, mas que alterou o §11 em virtude da aprovação da Emenda nº 1-CDH.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2010, nos exatos termos do Parecer aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, inclusive da Emenda nº 01-CDH, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2011, com a seguinte Emenda de Redação:

“Dê-se ao § 12 do art. 20, da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 2013, nos termos do Projeto de Lei do Senado nº 165 de 2010, a seguinte redação:

O abono natalino referido no §11, será estendido aos beneficiário da Renda Mensal Vitalícia.”

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Eu peço vista, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Eu queria só, Sr. Presidente, antes de V. Exª conceder vista, indagar ao Senador João Alberto e os demais Senadores, se é possível, do ponto de vista regimental, Sr. Presidente, encaminhar esse projeto, já que ele é terminativo nesta Comissão, para que antes de ser apreciado terminativamente pela Comissão em caráter definitivo ele possa ser apreciado pela CAE para, exatamente, poder avaliar o impacto econômico dessa medida, porque ela me parece de altíssimo conteúdo social. Talvez, após uma manifestação da CAE sobre o impacto econômico, nos tivéssemos mais elementos para tomar uma decisão, podendo, nesse caso, até ser favorável em função do alto alcance social do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Respondendo. Concedo o pedido de vista coletiva ao Senador João Alberto e Cyro Miranda, mas V. Exª ou qualquer outro membro aqui pode requerer, no plenário, que esse projeto vá para Comissão de Assuntos Econômicos. Aí eu penso que atenda à condição que V. Exª está colocando.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Presidente, eu tenho dúvida até se constitucionalmente é possível nós aprovarmos esse projeto, porque aumentam as despesas. Nós vamos aumentar as despesas.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Não, quanto à constitucionalidade, ele está o.k.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Então, até constitucionalmente. Eu quero ver o projeto, justamente o impacto financeiro e olhar a parte constitucional. Eu peço vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – V. Exª tem o pedido de vista. Vista coletiva.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Exatamente.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só um minutinho. Se o Senador Rodrigo Rollemberg ou qualquer outro Senador da Comissão entender da necessidade que, na Comissão de Assuntos Econômicos, se avalie o impacto financeiro desse projeto, é só requerer à Mesa Diretora a tramitação.

Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Acredito que a sugestão do Senador Rollemberg é importante e eu própria vou fazer isso porque eu imaginava que esse projeto não poderia ser aprovado aqui sem que houvesse o estudo do impacto financeiro, tanto que é constrangedor para nós, e para mim, principalmente, que implementei o benefício da ação continuada, negar ou dizer que esse projeto não é importante. É um projeto extremamente importante e que precisa ser avaliado com muita delicadeza.

Eu jamais entenderia uma Comissão de Assuntos Sociais apresentar um voto negativo a esse projeto. Mesmo porque esse benefício não foi reajustado na sua implementação. Hoje, quando há dois idosos dentro da casa, um só recebe. Então é uma coisa que precisa ser modernizada, e esta Comissão tem essa função. Portanto, agradeço a V. Exª esse espaço.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senadora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Concordando com a Senadora Lúcia Vânia, até porque eu fui Relator na Comissão de Direitos Humanos e entendo que esse abono faria justiça no momento que as famílias pobres mais precisam. Por que não lembrar do Natal de fim de ano? É um abono que eles receberiam. Dei o parecer, mantenho a minha posição, acompanho a Senadora Lúcia Vânia e entendo, também, o que ela coloca, que seria bom que a Comissão de Assuntos Econômicos, então, também, olhasse o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não. Vista concedida ao Senador João Alberto e ao Senador Cyro Miranda, portanto vista coletiva do projeto.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu pediria uma inversão de pauta. Eu relato o nº 6 e eu tenho o pessoal do TCU no meu gabinete me esperando para decidir uma posição na LDO.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero dar uma informação ao Plenário.

Os próximos projetos são todos terminativos. Lamentavelmente, nós perdemos o quórum. Neste momento, não temos quórum para deliberar. Eu pergunto ao Plenário se vamos somente insistir na leitura dos projetos que estão aqui, o que podemos fazer, ou se vamos suspender a reunião, transferindo os projetos terminativos para a reunião ordinária da próxima semana. Eu gostaria que o Plenário pudesse se manifestar.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu queria só pedir a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

É que nós temos aqui, eu já falei com V. Ex^a, um grupo de árbitros de futebol que vieram hoje acompanhar a votação de um projeto de lei que está na pauta, o item 2 da pauta, do Senador Davim, que V. Ex^a retirou a pedido do Senador Davim. Eu acabo de falar com o Senador por telefone. Ele não conseguiu viajar, teve um problema e está aqui, mas pediu que o projeto não fosse votado hoje porque ele gostaria de conversar com os árbitros.

Esse projeto tem 11 anos. Ele não é de nenhum Parlamentar, ele é de autoria de uma CPI, a CPI do Futebol. Foi aprovado no Senado, foi à Câmara, a Câmara aprovou um substitutivo. Os árbitros querem o projeto original que foi aprovado no Senado. Então eles vão conversar com o Senador Davim agora, eles estão se encaminhando para lá. Lamentável. Inclusive do seu Estado há representante aqui, Presidente, do Mato Grosso. Eles vão conversar com o Senador Davim...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O meu Estado é o Mato Grosso do Sul, Senadora.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Ô, meu Deus do céu! Mas eu acho que é do Mato Grosso do Sul, não é não?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É Cuiabá mesmo.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É de Mato Grosso.

Mas então veja, Senador, eles vão conversar com o Senador Davim, mas seria importante que buscássemos um acordo para, pelo menos na semana que vem, a gente votar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero garantir a V. Ex^a e

aos árbitros que vieram aqui, que quarta-feira, com a presença ou não do Relator... Mas tenho certeza... E eu quero dizer que o Paulo Davim me pediu que ele gostaria de relatar, exatamente para dar as explicações aos árbitros, até em respeito. E ele não está aqui porque está numa missão oficial. Não está simplesmente ausente. E comunicou, infelizmente só ontem, à Comissão. Então eu retirei de pauta, mas fica o compromisso: quarta-feira que vem já está na pauta e será votado de qualquer forma. Garanto...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu queria fazer um apelo, já que a Senadora Lúcia Vânia está presente, se ela pudesse ler o relatório do item 6, de forma simplificada. É um projeto muito tranquilo, que estende ao menor sob tutela o mesmo direito dos outros dependentes. Se ela pudesse ler...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não. Eu só preciso fazer uma consulta. Senadora...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu que agradeço a presença dos senhores. Muito obrigado.

Senadora Vanessa Grazziotin, a Senadora Lúcia Vânia pediu uma inversão. V. Ex^a seria a próxima. Posso?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia. Vamos então ao item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 161, DE 2011

– Terminativo –

Altera o § 2º do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para equiparar ao filho do segurado o menor sob sua guarda judicial, mediante declaração do segurado, desde que ele não possua condições suficientes para o próprio sustento e educação.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2011.

Observações: – Em 06.06.2013, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou parecer favorável ao Projeto.

– A votação será nominal.

Eu concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, para proferir a leitura do seu relatório.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o autor, argumentando em defesa da iniciativa, afirma a existência de um tratamento discriminatório entre os menores sob guarda judicial, pois quando o responsável pela guarda é servidor público estatutário da União, são concedidos ao menor todos os direitos, enquanto que, aos menores sob guarda de celetistas, nenhum direito previdenciário é conferido.

Esse tratamento diferenciado é inconstitucional, segundo expõe o proponente, e está em desacordo com as normas e tratados internacionais referentes aos direitos dos menores.

Análise.

Normas que definem os beneficiários do Regime Geral da Previdência Social inserem-se no âmbito do direito previdenciário. Compete privativamente à União legislar sobre seguridade social. Sobre o tema, podem os parlamentares apresentar proposições, nos termos do caput do art. 61 da mesma Carta. Nesse aspecto, em nosso entendimento, não há impedimentos constitucionais.

Tampouco identificamos restrições jurídicas ou regimentais a regular a tramitação da matéria. Nos termos do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, os temas “seguridade e assistência social” são de competência da CAS.

No mérito, somos favoráveis à aprovação da proposta e nisso acompanhamos a orientação adotada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Aos argumentos já registrados naquela Comissão, gostaríamos de acrescentar algumas ponderações.

A proposição inclui novamente no rol dos dependentes equiparados a filho, previsto no §2º do art. 16 do Plano de Benefícios da Previdência Social, o menor sob guarda declarada judicialmente. Essa categoria de dependente constava da redação original do dispositivo, tendo sido eliminada pelas modificações promovidas pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997.

Em decorrência dessas mudanças, a equiparação do enteado e do menor tutelado ficou condicionada à comprovação da dependência econômica, nos termos do Regulamento da Previdência Social, e o menor sob guarda foi absolutamente excluído do rol de dependentes equiparáveis a filho. No texto em análise não

há referências a normas regulamentares, mas cremos que isso não é necessário, dado o poder regulamentador do Executivo.

O autor fundamenta a proposição na necessidade de proteção da criança e do adolescente e no art. 26 da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil. Nesse documento, os Estados Partes assumiram o compromisso de reconhecer a todas as crianças o direito de usufruir da previdência social, sendo que os benefícios devem ser concedidos levando-se em consideração os recursos e a situação da criança, do adolescente e das pessoas responsáveis pelo sustento delas.

De qualquer forma, não se justifica a exclusão do menor sob guarda do elenco de dependentes do segurado para fins previdenciários do RGPS e sua manutenção no Regime Próprio dos Servidores da União. Essa discrepância caracteriza distinção que não possui amparo constitucional ou legal. Tampouco existem bases factuais para se estabelecer tal distinção entre o menor sob guarda e o menor sob tutela, dado que a situação objetiva deles é muito semelhante.

A orientação preponderante da jurisprudência tem se baseado nessa percepção para conferir aos menores sob guarda de segurado falecido a concessão de benefício previdenciário, nas mesmas condições em que é conferida ao enteado ou ao menor sob tutela.

Pode-se argumentar que a proposição não estabelece normas sobre o financiamento dos benefícios eventualmente concedidos aos menores por ela incluídos na proteção do RGPS. Seria a extensão de benefícios a quem, pela norma atual, não possui direito claro ao seu percebimento. Julgamos, entretanto, mais razoável entender que não se trata de pura extensão de direito, mas de restabelecimento da condição anterior, que foi alterada sem que existisse base fática para tanto.

De toda forma, o impacto financeiro da proposição é dificilmente estimável, dado que não há registros nacionais sobre qual o número de menores que se encontram sob guarda de segurados da previdência.

Nosso voto, em face dos argumentos expostos, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Encerrada a discussão, esta matéria vai à votação na próxima reunião, em função de que precisamos, o projeto é terminativo, de quórum qualificado.

Passa-se ao item 5 da pauta.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 181, DE 2010

– Terminativo –

Autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos a preço de custo a aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social e a lançar a diferença entre esse preço e o de mercado como despesa operacional da empresa.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2010, e das Emendas nºs 1 e 2-CAE.

Observações: – Em 02.06.2011, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou Parecer Favorável ao Projeto.

– Em 07.08.2012, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer Favorável ao Projeto com as Emendas 1 e 2-CAE.

– Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, para proceder à leitura do seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – O projeto, Sr. Presidente – V. Exª já explicou e leu exatamente o objetivo –, se convertido em lei, possibilitará às farmácias e drogarias deduzir a diferença referida da base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, reduzindo a carga tributária sobre os medicamentos e incentivando a venda a preço de custo aos consumidores.

A lista, Sr. Presidente, de medicamentos que poderão ser vendidos – não são todos os medicamentos – que poderão ser vendidos a pensionistas e aposentados, aqueles que participam do regime de aposentados pela Previdência social, será definida pelo Ministério da Saúde segundo critérios técnicos e estatísticos, que deverão considerar a prevalência de doenças na população dos idosos, principalmente os medicamentos de uso contínuo.

A cláusula de vigência prevê que lei entra em vigor 180 dias após a data da publicação.

O autor do projeto, que é o Senador Crivella, argumenta a questão da dificuldade financeira que têm os aposentados do Brasil, porque, infelizmente, o sistema de previdência não aposenta as pessoas com o salário que ganham na ativa. É exatamente nessa fase que as pessoas têm mais necessidade de utilização do medicamento, têm a suas despesas pessoais aumentadas e o seu salário diminuído. Então, uma medida como essa poderia contribuir, enormemente,

com a qualidade de vida dos aposentados. Esse é o principal argumento, Sr. Presidente.

E o projeto passou pela Comissão de Direitos Humanos, onde foi aprovado. Ele passou pela CAE. Somente após a manifestação da CAE é que foi remetido para cá. Ou seja, ele já foi apreciado em duas comissões e aprovado.

Eu considero meritório o projeto. Há muitos argumentos. Já existe a Farmácia Popular, só que ela não é só para aposentados. É para a população brasileira que tenha a receita do SUS. E são alguns itens. Neste, o Senador prevê a elaboração de uma lista. Então, é o próprio Governo, o Ministério da Saúde, que vai elaborar a lista. Então, eu o considero meritório e apresentei o parecer favorável, Sr. Presidente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com a vênia da nossa Relatora, eu vou pedir vista.

Eu tenho uma dúvida de ordem... As pequenas farmácias trabalham com lucro presumido, e as redes não. Então, são beneficiadas só as redes, que vão poder abater. Então, queria analisar melhor. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Concedido pedido de vista ao Senador Cyro Miranda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pode ser vista coletiva, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pode ser vista coletiva, Senador Paulo Paim.

Em função do quórum, Senador Casildo Maldaner, gostaria de fazer a leitura do parecer?

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 121, DE 2012
– Terminativo –

Insere o art. 103-B à Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, de forma a permitir a suspensão temporária do pagamento de débito previdenciário para aplicação dos recursos correspondentes em atividades e ações em benefício direto da população afetada pela seca ou estiagem prolongada, e dá outras providências.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Casildo Maldaner

Relatório: Pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2012.

Observações: – Em 21.05.2013, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou parecer recomendando a declaração de prejudicialidade do projeto.

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, caros colegas, dispensando até o preâmbulo ou o relatório do projeto, que V. Ex^a, praticamente, deixou muito claro agora, dessa proposta do Senador Vital do Rêgo, eu vou para a análise, para as conclusões.

Ele pede que este projeto venha a suspender o recolhimento da Previdência nesses Municípios onde haja declaração de seca prolongada, um sinistro forte que o valha.

Não obstante isso, como apontou a CAE, quando votou pela prejudicialidade do PLS, a ideia já foi contemplada por meio da Medida Provisória nº 565, de 2012, convertida na Lei nº 12.716, de 21 de setembro de 2012. Por essa norma, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passou a vigor com o seguinte art. 103-B – leio este detalhe apenas para dizer que já substitui:

Fica autorizada a repactuação do parcelamento dos débitos previdenciários, por meio dos mecanismos previstos nesta lei e mediante suspensão temporária, na forma do regulamento, para o Município em situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência de seca

Em resumo, Sr. Presidente, sem ler todo o exposto, essa medida provisória já contempla a proposta do Senador Vital do Rêgo. Ela fica alterada numa lei que já existe, que surgiu no ano passado. Então, vem ao encontro.

Como satisfaz, optamos pela prejudicialidade.

Essa é a conclusão do relatório, resumindo, Sr. Presidente, com a conclusão de V. Ex^a e dos demais colegas.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

A matéria exige também quórum qualificado, a votação é nominal.

Nós vamos, então, encerrar a reunião, uma vez que a pauta, primeiro, está esgotada e, segundo, os projetos que precisariam ser votados precisam de quórum qualificado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 4 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 22 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 41ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 4 DE SETEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatorze minutos, do dia quatro de setembro de dois mil e treze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Waldemir Moka, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Roberto Requião, Casildo Maldaner, João Alberto Souza, Paulo Davim, Cícero Lucena, Jayme Campos, Vicentinho Alves, Cyro Miranda, Paulo Bauer e Armando Monteiro e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Ana Rita. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, de 2013 – Não Terminativo – Autoria: Deputada Dra. Clair. Dispõe sobre a imprescindibilidade da presença de advogado nas ações trabalhistas e prescreve critérios para fixação de honorários advocatícios e periciais na Justiça do Trabalho, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Relatoria: Senador Jayme Campos. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2013, e pela rejeição das 03 (três) Emendas apresentadas pelo Senador Armando Monteiro. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2013. Votam vencidos os Senadores Humberto Costa e Wellington Dias. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa em atendimento à solicitação constante do Ofício nº 1949, de 2013, da Presidência do Senado Federal. ITEM 2 – SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2001– Não Terminativo – Autoria: CPI – Futebol – 2000 (CPI) Regulamenta a profissão de árbitro de futebol e dá outras providências. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2001. Resultado: Aprovado Parecer contrário ao Substitutivo da Câmara dos Deputados

ao Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2001. ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 178, de 2007 – Não Terminativo – Autoria: Senador Paulo Paim Regula o inciso VII do parágrafo único do art. 194 da Constituição Federal para dispor sobre a gestão quadripartite da seguridade social, a cargo dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2007. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 728, de 2011 – Não Terminativo – Autoria: Senador Marcelo Crivella. Define crimes e infrações administrativas com vistas a incrementar a segurança da Copa das Confederações FIFA de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014, além de prever o incidente de celeridade processual e medidas cautelares específicas, bem como disciplinar o direito de greve no período que antecede e durante a realização dos eventos, entre outras providências. Relatoria: Senador João Alberto Souza. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 728, de 2011, e das Emendas nºs 1 a 5-CE. Resultado: Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, de 2013 – Não Terminativo – Autoria: Senador José Sarney. Altera o art. 57 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para dispor sobre direitos dos Auxiliares Locais do Serviço Exterior Brasileiro. Relatoria: Senador Paulo Bauer. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2013. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2013. A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em Decisão Terminativa. ITEM 6 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2013 – Terminativo – Autoria: Deputado Nelson Pellegrino. Regulamenta a profissão de Salva-Vidas. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2013, e da Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, de 2010 – Terminativo – Autoria: Senador Marcelo Crivella. Autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos a preço de custo a aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social e a lançar a diferença entre esse preço e o de mercado como despesa operacional da empresa. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2010, e das Emendas nºs 1 e 2-CAE. Relatoria: Senador Humberto Costa Resultado: Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. A Comissão de Assun-

tos Sociais rejeita o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2010, com 8 (oito) votos NÃO, 6 (seis) votos SIM e nenhuma ABSTENÇÃO. Votam vencidos os Senadores Paulo Paim, João Durval, Paulo Davim, Jayme Campos e as Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia. A Presidência designa Relator do Vencido o Senador Humberto Costa nos termos do artigo 128 do RISF. A matéria será incluída na Pauta da próxima Reunião para leitura do Parecer Vencedor. ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, de 2011 – Terminativo – Autoria: Senador Paulo Paim. Altera o § 2º do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para equiparar ao filho do segurado o menor sob sua guarda judicial, mediante declaração do segurado, desde que ele não possua condições suficientes para o próprio sustento e educação. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2011. Resultado: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2011. ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, de 2012 – Terminativo – Autoria: Senador Vital do Rêgo. Insere o art. 103-B à Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, de forma a permitir a suspensão temporária do pagamento de débito previdenciário para aplicação dos recursos correspondentes em atividades e ações em benefício direto da população afetada pela seca ou estiagem prolongada, e dá outras providências. Relatoria: Senador Casildo Maldaner. Relatório: Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2012. Resultado: Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 121 de 2012. ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, de 2013 – Terminativo – Autoria: Senadora Ana Amélia. Acrescenta o § 13 ao art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para estabelecer que cônjuge ou companheiro não perde a condição de segurado especial mesmo quando o outro cônjuge ou companheiro ou qualquer um dos filhos maiores de 16 (dezesesseis) anos exercer atividade remunerada permanente ou por período superior a cento e vinte dias. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2013. Resultado: Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. EXTRAPAUTA – ITEM 11 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 51, de 2013 – Autoria: Senadora Ana Amélia. Em aditamento ao Requerimento de nº 50, de 2013 – CAS, de minha autoria, aprovado no dia 28 de agosto, requeiro que seja incluída, também, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Resultado: Aprovado. ITEM

12 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 52, de 2013 – Autoria: Senadora Ana Amélia. Em aditamento ao Requerimento nº 49, de 2013 – CAS, de minha autoria, aprovado no dia 21 de agosto, requeiro que seja incluído o nome da Sra. Cláudia Muinhos Ricaldoni, Presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundo de Pensão (ANAPAR). Resultado: Aprovado. ITEM 13 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 53, de 2013. Autoria: Senadora Lídice da Mata e outros. Requeiro, em aditamento ao RQS nº 43, de 2013, aprovado em sessão de 07 de agosto próximo passado, a retificação dos nomes dos convidados para a realização de Diligência na cidade de Salvador – BA, com o objetivo de discutir o Projeto de Lei da Câmara nº 133 de 2011 (PL 07209 de 2010, na origem), de autoria do Deputado Ricardo Berzoini e outro(s) Sr(s). Deputado(s), do Projeto de Lei do Senado nº 389 de 2012, de autoria do Senador Waldemir Moka, e do Projeto de Lei do Senado nº 174 de 2013, de autoria da Senadora Ana Amélia, de acordo com a relação abaixo arrolada: 1. Dr. Mitermayer Galvão dos Reis, Pesquisador do Centro de Pesquisas Gonçalo Muniz – FIOCRUZ/BA; 2. Dr. Eduardo Luiz Andrade Mota, Professor do Instituto de Saúde Coletiva – ISC da Universidade Federal da Bahia; 3. Dra. Maria do Carmo Brito de Moraes, Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; 4. Dra. Joice Aragão de Jesus, Coordenadora Nacional para a Doença Falciforme do Ministério da Saúde; e 5. Sra. Ozenilde Batista, Representante da Associação Baiana das Pessoas com Doenças Falciformes – ABADFAL. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores: Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg, Roberto Requião, Casildo Maldaner, João Alberto Souza, Paulo Davim, Jayme Campos, Cyro Miranda e Paulo Bauer e as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Ana Rita e o Senador Waldemir Moka, Presidente da CAS. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e três minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais (*Texto com revisão*.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de dez itens, conforme pauta previamente divulgada, sendo cinco não terminativos e cinco terminativos.

Antes de iniciarmos o item 1 da pauta, eu quero registrar e agradecer a honrosa presença do Dr. Júlio Cesar Souza Rodrigues, que é o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Mato Grosso do Sul. Permita-me, Dr. Júlio Cesar, saudar todos os advogados do meu Estado por meio do seu nome. Também registro e agradeço a honrosa presença do Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. Por meio do Dr. Marcus Vinicius, saúdo todos os advogados do nosso País.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2013

– Não Terminativo –

Dispõe sobre a imprescindibilidade da presença de advogado nas ações trabalhistas e prescreve critérios para fixação de honorários advocatícios e periciais na Justiça do Trabalho, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Autoria: Deputada Dr^a Clair.

Relatoria: Senador Jayme Campos.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2013, e pela rejeição das 03 (três) emendas apresentadas pelo Senador Armando Monteiro.

Observações: – Em 21.08.2013, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede vista ao Senador Cyro Miranda nos termos regimentais.

– Em 22.08.2013, o Senador Armando Monteiro apresentou 03 (três) emendas ao Projeto nos termos do art. 122, I do RISF.

– Em 28.08.2013, foi recebido novo relatório do Senador Jayme Campos, contrário às três emendas do Senador Armando Monteiro.

– Votação simbólica.

Esta Presidência informa que foi recebido ofício do Presidente do Senado Federal solicitando a remessa desse projeto para atender a requerimento de au-

diência em outra comissão, de iniciativa do Senador Humberto Costa.

Esta Presidência decidiu manter o projeto em pauta e, após deliberação da matéria, encaminhá-lo à Mesa, já instruído por esta Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para proferir a leitura do relatório sobre as três emendas.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, demais Senadores e Senadoras e autoridades da Ordem dos Advogados do Brasil já referidas pelo nosso Presidente Waldemir Moka, essa matéria já foi lida na semana passada, retrasada, melhor dizendo, houve pedido de vista do companheiro Senador Cyro Miranda, ocasião em que foram apresentadas três emendas pelo valeroso e competente Senador Armando Monteiro e me coube, como Relator, naturalmente, dar meu parecer.

A Emenda nº 1, ao alterar o §2º, objetiva limitar os honorários de sucumbência, quando cabíveis, ao percentual de 15% sobre o valor líquido da condenação. Não havendo a fixação de um percentual mínimo, como o proposto pelo projeto, que é de 10%, a sugestão proposta permite ao juiz fixar valores pouco representativos e condizentes ao trabalho desenvolvido pelo advogado. A remuneração pelo serviço prestado é o modo digno para viver e sobreviver em sociedade. Não há trabalho justo sem remuneração. Dessa forma, é preciso garantir um patamar mínimo aos honorários para que não sejam arbitrados em valor irrisório. Pela rejeição. Essa é a Emenda nº 1, Sr. Presidente.

A Emenda nº 2 altera o §4º e procura preservar a proporcionalidade do pagamento dos honorários advocatícios nos casos em que ambas as partes forem sucumbentes na reclamatória trabalhista. Todavia, ao determinar a vedação da condenação recíproca e proporcional nos casos que aponta, a emenda não resolve a questão da sucumbência recíproca para fins de condenação em honorários de maneira satisfatória. Caso se estabeleça a possibilidade de compensação de honorários de sucumbência, estar-se-ia trazendo para a execução do crédito trabalhista, na sua fase de liquidação da sentença, mais um conflito de difícil mensuração e com consequências muito danosas para a celeridade do pagamento do crédito, que tem natureza alimentícia.

A condenação em honorários, em casos de sucumbência recíproca, implicaria apuração do valor devido a esse título. Assim, na liquidação da sentença, teriam que ser quantificados, um a um, os pedidos procedentes e improcedentes para que fossem recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados os honorários devidos por cada parte. Tal situação geraria inúmeros conflitos e, conseqüentemente, múltiplos

recursos, atrasando, injustificadamente a percepção, pelo reclamante, dos valores que lhe são, reconhecidamente, devidos.

Além dos aspectos apontados, ressalta-se que o projeto privilegia a parte hipossuficiente, que é o trabalhador, respeitando ainda as peculiaridades presentes no processo do trabalho. Essa também é pela rejeição.

A Emenda nº 3 altera o §7º e estabelece critérios para a concessão de benefício da justiça gratuita. Como se sabe, a Lei nº 10.537, de 10 de agosto de 2002, já disciplinou a justiça gratuita no corpo da Consolidação das Leis do Trabalho, art. 790, superando algumas questões sobre a aplicabilidade da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970, à Justiça do Trabalho, após a edição da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950. Assim, desnecessário o estabelecimento de novos critérios para sua concessão. Pela rejeição, Sr. Presidente.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2013, e pela rejeição das três emendas apresentadas pelo Senador Armando Monteiro.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

Para discutir a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente, Waldemir Moka, eu penso que essa iniciativa não tem caráter corporativo, mas um caráter de justiça na remuneração de um trabalho de grande alcance social, que é o advogado em uma causa trabalhista.

Eu queria cumprimentar o relatório do Senador Jayme Campos e também a reação dele às emendas apresentadas.

Em homenagem à OAB do meu Estado, na pessoa do Marcelo Bertoluci e do Claudio Lamachia, que são líderes da advocacia gaúcha, e do Presidente da OAB, aqui presente, Marcus Vinicius Coêlho, eu queria dizer que o meu voto é favorável ao projeto, porque, se nós não estabelecermos, diante das evoluções que a própria lei criou, na definição clara das funções da Justiça do Trabalho, em que foi sendo modificada a estrutura da eficácia e da prática dessa justiça, ela chegou a um nível em que é preciso exatamente, não criar uma discriminação e uma desvalorização do trabalho feito pelos advogados trabalhistas.

Então meu voto é favorável ao projeto e à relatoria competente do Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Paim.

Inscrito também Humberto Costa, Paulo Davim e Senador Cyro Miranda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, eu quero, primeiro, dizer que esse projeto é da Dr^a Clair, que é do Partido dos Trabalhadores.

Quando ela comentou comigo esse tema, há muito tempo, o projeto não é de hoje, eu já dizia para ela: claro que é importante essa questão da regulamentação dos honorários dos advogados, mas eu vou ainda além. Porque eu tentei, uma vez, aprovar um projeto para garantir que, pelo menos, senão o advogado, tinha que ter um dirigente sindical na hora da rescisão do contrato. Fui derrotado; fui derrotado. O projeto pelo menos diz: na hora de uma rescisão, de acordo tem que ter a presença do advogado da outra parte.

O que eu dizia na época e repito aqui? Calculem chegar a uma empresa para fazer uma rescisão, do outro lado tem 7, 8 advogados, do lado de cá, não tem nenhum, só o trabalhador e ele assina e tem validade total. Com essa lei, de uma vez por todas, ou tem o advogado do sindicato e ele, claro, vai ter os seus honorários, ou o advogado particular do trabalhador. Então ela vai na linha da Justiça, tanto para o trabalhador como para o profissional. Aqueles que perseguem a Justiça não têm que ter medo. É aquela história do voto secreto que, felizmente, a Câmara aprovou ontem. Por que ter medo de acabar com o voto secreto? Aqui também, quem não deve não teme. Que o advogado acompanhe toda e qualquer rescisão e, claro, que tem os seus honorários.

Por isso eu quero cumprimentar o Senador Jayme Campos, pela sua posição, firmeza, convicção, como todo o respeito ao outro Senador, o nosso companheiro aqui, Armando Monteiro, a quem respeito muito, mas a minha posição também seria a mesma que a sua, seria pela rejeição das três emendas e aprovar o projeto da forma que veio.

Meus cumprimentos ao Senador Jayme Campos, a todos que apresentaram emendas também porque o debate é assim, aceita-se ou não, e à Dr^a Clair por ter apresentado o projeto, que vai na linha da Justiça, para ambos os lados, para o empregador e para o profissional da área.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu quero dizer, estive na semana passada me colocando contra essa proposta, pedindo a sua retirada de pauta no sentido de que se pudesse construir um entendimento entre o Governo, os empresários, os trabalhadores e, especificamente, os representantes da categoria dos advogados.

Eu não tenho nenhum tipo de implicância contra os advogados nem contra qualquer categoria profissional. A preocupação que nós temos aqui, primeiramente, é quanto ao questionamento da constitucionalidade dessa proposta, se ela estaria interferindo numa definição constitucional, o que provocaria a impossibilidade da sua aprovação; em segundo lugar, porque no meu entendimento, no entendimento também do Ministério da Justiça, do Ministério do Trabalho nós não deveríamos tirar essa possibilidade de o demandante à Justiça do Trabalho poder se apresentar sem a necessidade da intermediação de um advogado. Até por que nós sabemos que as causas trabalhistas são de pequena monta, são de trabalhadores, muitas vezes, que não têm a mínima condição de estabelecer um contrato prévio com um advogado.

Enfim, me foi dito por algumas pessoas da representação da OAB de que haveria uma aceitação, por parte do Governo, de que, em se mantendo essa possibilidade do acesso sem a necessária presença do advogado, o Governo aceitaria que, nessas causas, houvesse o pagamento de honorários. No entanto, essa não foi a informação que nos dada aqui pelos representantes dos diversos ministérios que estão acompanhando essas proposição.

Eu entendo que serei voto vencido, votarei contra e eu espero que na CAE, já que nós fizemos um requerimento para que esta proposta vá para CAE, se possa construir esse acordo, pedir que tanto a OAB quanto o Ministério se sentem e tentem encontrar uma proposta que seja satisfatória para todas as partes.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu informo – alguns Senadores não estavam presentes – que há um requerimento da Mesa Diretora do Senado que atende a um pedido do Senador Humberto Costa, no sentido de que ela tramitaria aqui, na CAS, e iria para a CCJ, e seria terminativo na Comissão de Constituição e Justiça. O requerimento do Senador Humberto Costa pede que, antes de ir para a Comissão de Constituição e Justiça, vá também à Comissão de Assuntos Econômicos. Eu achei por bem manter na pauta, não enviar à Mesa Diretora, até porque já tínhamos lido o relatório do Senador Jayme Campos, e tínhamos que deliberar sobre as três emendas do Senador Armando Monteiro. Depois dessa deliberação, que será feita hoje, a Comissão de Assuntos Sociais vai remeter à Mesa Diretora, e se aprovado o requerimento do Senador Humberto Costa no Plenário do Senado, irá para a Comissão de Assuntos Econômicos. Se rejeitado o requerimento, vai para a CCJ.

Eu penso que essas informações sejam importantes para que os Senadores possam deliberar sobre

a votação do relatório pela rejeição das três emendas do Senador Jayme Campos.

Com a palavra, o Senador Paulo Davim. Na sequência, o Senador Cyro Miranda.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, serei breve porque o meu pensamento já foi contemplado pelas palavras do Senador Paim. Eu também acho que a presença de um advogado dá mais segurança a ambas as partes, mas sobretudo à parte mais vulnerável, à parte mais frágil nesse processo, nesse litígio. Portanto, o relatório do Senador Jayme Campos me agrada bastante. Eu acredito que é uma segurança adicional que o trabalhador terá – evidentemente, não só o trabalhador, mas, como eu falei há pouco, ambas as partes. Eu sou a favor e apoio o relatório do Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana retrasada, eu pedi vista em função de ter sentido, aqui nesta Comissão, muitas divergências entre o Governo, o setor empresarial e o relatório. Então, no sentido de querer harmonizar, ver se arrumaríamos um consenso para não prejudicar, nós pedimos vista. Mas, conversando com o Senador Armando Monteiro – e é uma prerrogativa que lhe é de direito –, ele resolveu apresentar as emendas. Em relação à juridicidade ou constitucionalidade, não cabe a esta Comissão analisar, e sim à terminativa. Portanto, essa é a justificativa por que pedi vista, e tenho meu voto favorável, ainda homenageando o Relator com as medidas da rejeição. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Ex^a, cumprimentar as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores, cumprimentar o Presidente da OAB, Marcus Vinicius, o representante da OAB do Distrito Federal, que representa a OAB aqui, Dr. Igor Tokarski, e me associar ao Relator dessa matéria, Senador Jayme Campos, ao Senador Paulo Paim, à Senadora Ana Amélia e ao Senador Cyro, no sentido de manifestar meu apoio a essa matéria. Também entendo que a presença do advogado dará maior segurança jurídica, maior tranquilidade aos trabalhadores diante das demandas trabalhistas.

Como esse projeto não é terminativo nesta Comissão e ainda passará certamente pela Comissão de Constituição e Justiça e, se houver deliberação positiva do Plenário, pela Comissão de Assuntos Econômicos, entendo que há um espaço para a construção de um

entendimento com o Governo dentro de algumas questões que ainda não estão – digamos assim – acordadas completamente entre o Governo e os que defendem o projeto. Portanto, a minha manifestação é no sentido de votar favoravelmente ao projeto no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não havendo mais inscrição...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não. Para discutir, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, nós estamos aqui dialogando para tentar encontrar uma alternativa, como já foi feito na exposição pelo Senador Humberto Costa. Nos honramos aqui com a presença do Presidente da OAB e outros dirigentes. Veja, Presidente, o ponto principal – e essa é uma defesa do ponto de vista da sociedade – é sobre a obrigatoriedade da presença do advogado nas causas. Nós conhecemos a realidade desse País e sabemos que é possível, em determinadas circunstâncias, se ter a presença da defensoria, enfim, às vezes, o próprio autor, pelo parecer do procurador, se sente contemplado.

Por essa razão, Sr. Presidente, estamos aqui tratando, para não haver empecilho no andamento, de uma alternativa que é caminhar pela aprovação aqui, porém com o compromisso de fazermos uma alteração. A OAB coloca que a essência do projeto é essa regulação da parte de honorários, e nisso temos concordância. Qual é o ponto? Que possamos fazer a aprovação aqui e termos um entendimento para, no plenário, podermos apresentar uma alteração que possa permitir as condições de aprovação com esse entendimento.

Queria ouvir aqui o Senador Humberto se temos entendimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Não tem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Também gostaria de dizer que não há entendimento.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – É meu Líder, viu?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se me permitir, Senador Wellington um aparte, só para deixar claro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Por favor, vamos deixar todo

mundo que quiser se manifestar. Senador Wellington, parece que não há unanimidade nem no Partido de V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – É verdade. Cheguei aqui para tentar um entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Wellington Dias, por favor, para concluir.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Vou ter de ouvir o Senador Humberto, para nos posicionarmos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Presidente, acho que o melhor caminho é aquele que apresentei: se vota aqui, o Ministério da Justiça, em princípio, pode sentar e discutir. O problema é que não é uma posição do Ministério só, essa posição é secundada por outras razões – pela Casa Civil, pela Secretaria de Relações Institucionais –, então teríamos aí um prazo para esse entendimento acontecer. Em acontecendo, retiro o meu requerimento para que ele vá para a CAE e ele vai à CCJ e pode-se aprovar. Então, votamos hoje, não há problema de ser voto vencido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Correto, Senador. O Senador Paulo Paim desistiu da palavra.

Vou colocar em votação. Pode ser? A votação é simbólica e o relatório do Senador Jayme Campos rejeita as três emendas.

Senadores que votarem com o relatório do Senador Jayme Campos estão rejeitando as três emendas.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Com o voto contrário do Senador Humberto Costa e do Senador Wellington Dias, foi aprovado o relatório do Senador Jayme Campos.

Então, aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, que é favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2013. Ficam rejeitadas as emendas do Senador Armando Monteiro.

Primeiro, tenho que remeter à Secretaria-Geral da Mesa.

Aprovado...

(*Interrupção de som.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – ...o requerimento do (*Fora do microfone.*) Sr. Senador Humberto Costa, no Plenário, ela irá à CAE; se não for aprovado, penso que, como está sugerindo o Senador Humberto Costa, os advogados, as partes interessadas, poderiam fazer um acordo e, em vez de ir à CAE, o Senador Humberto

Costa retiraria o requerimento – que me parece ser o melhor caminho – e o projeto vai direto à Comissão de Constituição e Justiça, então a matéria vai à Secretaria da Mesa para atender requerimento de audiência de outra Comissão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Quero apenas agradecer aqui o apoio que recebemos, no nosso relatório, dos nossos colegas Senadores. E dizer que o projeto, indiscutivelmente, é meritório. Evitaremos, com certeza, inibindo a litigância de má-fé que existe, por muitas vezes, por advogado. Existe uma indústria. Particularmente, como Relator da matéria, estou muito à vontade, pelo fato de que acho que estamos votando um projeto meritório e, sobretudo, até acaba com o pouco de uma picaretagem que, muitas vezes, existe na própria área na questão jurídica.

Quando o Senador Humberto Costa alegava a questão da constitucionalidade, era em caráter terminativo, pelo encaminhamento, lá na CCJ. Aqui, na verdade, já estão aprovados os aspectos sociais, e, sobretudo, eu entendo que o advogado, de acordo com o art. 133 da Constituição, é indispensável na administração da Justiça. Só se justificava a *jus postulandi* quando os trabalhadores tinham os representantes na junta de conciliação. Como não há mais, é importante a presença do advogado.

De maneira, Sr. Presidente, que quero crer que o projeto é meritório e certamente também terá aprovação lá na Comissão de Constituição e Justiça.

Era o que tinha a dizer.

Agradeço o apoio que recebi dos demais pares desta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 294, DE 2001

– Não Terminativo –

Regulamenta a profissão de árbitro de futebol e dá outras providências.

Autoria: CPI – Futebol – 2000 (CPI)

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela rejeição do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2001.

Observações: – *Em 12.12.12, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou Parecer Contrário ao SCD nº 294, de 2001.*
– *Votação simbólica.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, eu serei bem objetivo porque esta matéria já é de conhecimento de todos, até porque já existe um projeto de lei original que partiu, ou surgiu, da CPI do Futebol.

Este Projeto de Lei nº 294 foi à Câmara e lá recebeu um substitutivo. Esse substitutivo foi votado na CCJ, onde foi rejeitado.

Então, o meu parecer foi também pela rejeição por todo o elenco de motivos.

Agora, o principal deles, Sr. Presidente, é que, em sendo derrubado esse substitutivo, passa a valer o projeto de lei original, o projeto que surgiu com a CPI do Futebol.

Na verdade, nós precisamos derrubar esse substitutivo, que não agrada, traz vícios e, sobretudo, não contempla satisfatoriamente o objeto da matéria, que são os árbitros de futebol.

Portanto, o meu parecer foi pela rejeição para que o projeto de lei originário da CPI do Futebol possa avançar.

Inclusive esse projeto de lei original tem parecer favorável do Ministério do Trabalho. Portanto, o Governo está a favor do projeto de lei original e não tem por que nós aprovarmos um substitutivo que já foi rejeitado na CCJ.

Portanto, o meu parecer foi pela rejeição para preservar o projeto de lei original, que tem a concordância e o parecer favorável do Ministério do Trabalho.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

Para discutir, Senadora Ana Amélia; logo em seguida, inscrita a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Waldemir Moka, eu queria cumprimentar o relatório do Senador Paulo Davim, que, com absoluta clareza, deixa muita transparência sobre uma matéria da maior relevância no País do futebol, em que nós temos de cuidar, não só de bonitos estádios, mas do exercício das profissões diversas que estão ali desempenhadas; uma delas, evidentemente, o árbitro,

que é o mais atacado. Coitadas das mães dos árbitros! São as que mais sofrem em todas as partidas.

Então, eu queria cumprimentar o Senador Paulo Davim pela relatoria e dizer que, no dia 21, eu recebi lá no meu gabinete – e eles acompanharam aqui a votação – esse PL nº 640, referente ao reconhecimento da profissão de árbitros de futebol.

Como o meu Estado é um Estado em que o futebol é muito importante – nem vou dizer para quem eu torço, para evitar problemas com a torcida adversária –, eu queria saudar aqui o Ciro Camargo, que é o Presidente do Sindicato de Árbitros de Futebol do meu Estado e também Arthur Alves Junior, que é Presidente do Sindicato de Árbitros de Futebol do Estado de São Paulo, e, em nome deles, saudar toda a categoria de árbitros do futebol do País, particularmente os do meu Estado, Rio Grande do Sul.

Diante disso, voto favoravelmente a esse relatório do Senador Paulo Davim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, V. Exª tem jeito de ser colorada. (*Risos.*)

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Mas é só o jeito, parece que o time é outro, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu também quero falar a respeito dessa matéria, cumprimentando, em primeiro lugar, o Relator, Senador Paulo Davim, que, na semana passada, em diálogo com os representantes do árbitros que estão novamente aqui em Brasília, se comprometeu em colocar a matéria, como V. Exª também o tinha feito, em votação. Hoje estamos votando uma matéria fundamental porque, como disse a Senadora Ana Amélia, o Brasil é o país do futebol. O árbitro de futebol é obrigado a ter outra profissão para poder sobreviver. A partir daqui, tenho convicção de que estaremos criando condições para que ele se dedique integralmente a essa profissão. Reparem que quem está debatendo a matéria são duas mulheres, não só na defesa das mães dos árbitros, mas porque em breve nós seremos também uma presença muito forte – temos a Ana Paulo já como bandeirinha, enfim – nesse segmento.

Mas eu quero cumprimentar o Dr. Ciro, que a Senadora Ana Amélia já mencionou, do Rio Grande do Sul, o Dr. Arthur e Marco Antonio, que estão representando toda uma categoria que se dedica por amor e que merece ter essa atividade regulamentada. Então, cumprimento V. Exª também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Encerrada a discussão.

Quero chamar a atenção para o fato de que o relatório do Senador Paulo Davim é pela rejeição. Então,

quem votar com o Relator, estará rejeitando o projeto, conforme já disse o Senador Paulo Davim...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – O substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É o substitutivo. Na verdade, ao rejeitar o substitutivo, está fazendo prevalecer o projeto original.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, que é contrário ao substitutivo da Câmara dos Deputados nº 294, de 2001.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da sua tramitação.

O item 3 da pauta é de relatoria do Senador Cícero Lucena, que está se dirigindo ao plenário e me pediu que eu o aguardasse, o que vou fazer.

Vou pedir ao Senador Paulo Paim para relatar *ad hoc* o item 4. (*Pausa.*)

Senador João Alberto, eu estava pedindo ao Senador Paulo Paim, mas V. Exª acaba de chegar. Trata-se do item 4, página 62.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 728, DE 2011

– Não Terminativo –

Define crimes e infrações administrativas com vistas a incrementar a segurança da Copa das Confederações FIFA de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014, além de prever o incidente de celeridade processual e medidas cautelares específicas, bem como disciplinar o direito de greve no período que antecede e durante a realização dos eventos, entre outras providências.

Autoria: Senadores Marcelo Crivella, Ana Amélia e Walter Pinheiro

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 728, de 2011, e das Emendas nºs 1 a 5-CE.

Observações:

– Em 04.06.2013, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou parecer Favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 a 5-CE.

– Em 03.07.2013, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou parecer recomendando a prejudicialidade do projeto.

– A votação será simbólica.

Eu concedo a palavra ao Senador João Alberto Souza, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, vem ao exame desta Comissão o projeto de lei do Senado de autoria do Senador Marcelo Crivella, hoje Ministro da Pesca, e de outros Senadores, que tem por finalidade dispor sobre normas com vistas a aumentar a segurança pública na Copa das Confederações de 2013 e na Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, bem como definir crimes e sanções administrativas, disciplinar o incidente de celeridade processual e o direito de greve no período que antecede e durante a realização dos eventos.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre proposições que versem a respeito de relações de trabalho.

Em relação ao mérito da matéria, alinhamo-nos aos argumentos do autor, em sua justificação, que afirma que a proposição que o Poder Executivo enviou à Câmara dos Deputados, que assumiu a forma do Projeto de Lei nº 2.330, de 2011, transformado em norma jurídica, a Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012, preocupa-se, mais do que tudo, em proteger os interesses dos organizadores, patrocinadores e participantes dos eventos.

É bem verdade que o direito de greve é um direito relativo, não absoluto. Por isso, em confronto com outros direitos, ele sofre restrições a fim de atender exigências supraestatais e direitos decorrentes dos princípios fundamentais da ordem jurídica nacional e, para muitos, até mesmo dos direitos naturais.

Sr. Presidente, esta foi uma proposta muito discutida nas Comissões que V. Exª já falou. Daí, eu queria oferecer o voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 728, de 2011, com as emendas oferecidas pela Comissão de Educação.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Para discutir, Senadora Ana Rita. Senador Paulo Paim, em seguida.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, analisando aqui o projeto e também analisando o parecer da nossa assessoria, esse projeto foi aprovado na Comissão de Educação, mas deu-se pela sua prejudicialidade na Comissão de Desenvolvimento Regional.

Avaliando aqui melhor, eu acho que, com a conclusão da Copa das Confederações, nós entendemos

que dificilmente haverá tempo hábil para que as discussões aqui propostas por este projeto possam ser realizadas por ocasião da Copa de 2014.

Na verdade, muitas tipificações aqui também mencionadas já estão sendo discutidas e garantidas no Código Penal. Portanto, poderá haver uma sobreposição de várias questões aqui.

Diante disso, Sr. Presidente, solicito vista, para que nós possamos analisar melhor e, se for o caso, até fazer um voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu já passo a palavra.

Senadora Ana Amélia, que é uma das autoras, não é? Para discutir.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Waldemir Moka, caras colegas Senadoras, Senadores, esse projeto nasceu, foi iniciativa do Senador, nosso competente colega Marcelo Crivella, no início de 2012, quando se estava discutindo até a Lei Geral da Copa. E ele fez o projeto, ele elaborou o projeto e buscou o meu apoio e do Senador Walter Pinheiro.

Nós lemos o projeto, e havia uma ideia em relação aos aspectos legais dessa matéria. Fizemos, muito em solidariedade ao colega, porque ele fez a solicitação, e ao longo do tempo veio uma justificativa, quer dizer, com um fato que aconteceu em Boston, nos Estados unidos, com aquele atentado da maratona.

Mais tardiamente, aqui no Brasil começou a haver manifestações relacionadas diretamente à Copa do Mundo. Todos sabem o que aconteceu, não preciso rememorar o que aconteceu. Não houve coincidência da opinião pública em relação ao entendimento disso, e pareceu uma forma de censura.

O Senador Walter Pinheiro e eu trabalhamos intensamente nas redes sociais, explicando que não havia isso. Quando uma lei não é entendida pela sociedade, não adianta a gente tentar querer impor uma lei, por melhor que ela seja, em relação à realidade do País e ao momento que nós estamos vivendo. Não se trata de uma lei de conveniência, mas uma lei de praticidade, de viabilidade, de aspectos políticos, de aspectos legais e em todos os sentidos.

Então eu agradeço aí a manifestação da Senadora Ana Rita e, como nós acertamos – eu penso estar falando também pelo Senador Walter Pinheiro –, nós acertamos que o melhor, neste momento, para o País, apesar de todas as boas intenções, da correção e dos objetivos do Senador Marcelo Crivella, que foram as melhores, foram as melhores, não há conveniência da aprovação desse projeto. Embora o Senador Walter Pinheiro e eu estejamos, tenhamos assinado solidariamente esse projeto.

Então eu proponho também a prejudicialidade nesta Comissão, agradecendo o Senador João Alberto pelo trabalho que ele e a Assessoria Legislativa do Senado tiveram em apresentar esse relatório.

Essa é a minha posição, Presidente Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Regimentalmente eu precisaria de um pedido de vista, para que a Senadora Ana Rita pudesse apresentar então o voto em separado, porque regimentalmente é a forma de a gente fazer isso. Estou me atendo à questão regimental.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, de forma muito rápida, desde que o projeto, o meu querido amigo e Ministro Marcelo Crivella, desde o momento que ele apresentou esse projeto, houve um grande movimento, claro, de parte dos sindicatos, das federações e confederações contra o projeto.

A Senadora Ana Amélia foi muito feliz na explicação que deu aqui, justificando – eu sabia que não poderia ser diferente a sua posição nem do meu amigo e colega Walter Pinheiro –, e entendo que a melhor posição nesta altura do campeonato com certeza é essa.

Eu não sei se o próprio Relator não poderia retirar o seu parecer e dar o parecer pela prejudicialidade. Com isso, resolveríamos o problema. Eu particularmente não gosto de derrubar projeto de Senadores nossos colegas. Claro, quando isso não seja mesmo obrigado. Como entendo que está se construindo um consenso, inclusive, pela prejudicialidade do projeto, eu chego a propor isso e ponto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, se o conjunto aqui, o Colegiado desta Comissão entender que realmente o projeto é prejudicial, porque o voto em separado que eu iria fazer era justamente pela prejudicialidade. Então, se houver, aqui, um consenso, um acordo de que nós...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É favorável.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ...prejudicado, então, eu retiro o pedido de vista para que seja votado aqui, agora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu ainda acho, Senadora, vamos regimentalmente: V. Ex^a faz o pedido de vista, na próxima semana, é conversado com o Relator, em segmento, podem fazer, ou não, um voto em separado.

Mas, aí, de acordo com o Relator, porque acabou de ler um voto favorável.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Em respeito ao Relator.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Está bem. Então eu mantenho o pedido de vista, com essa orientação. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pedido de vista, vista coletiva da retirada do projeto.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Vista coletiva, para preservar, inclusive, o trabalho e em respeito ao trabalho do relator.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Se V. Ex^a permite, seria possível inverter a pauta para votarmos o item 7 porque estou sendo chamada em uma agenda aqui no Interlegis?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu ia sugerir exatamente isso, Senadora.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Nós temos quórum, temos matérias terminativas que já foram lidas. Eu gostaria de aproveitar o quórum.

Foi concedido vista.

O item 7 da pauta, eu estou atendendo a um pedido da Senadora Vanessa Grazziotin, que, eu acho que todo mundo entende, para aproveitar o quórum.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 181, DE 2010

– Terminativo –

Autoriza as farmácias e drogarias a vender medicamentos a preço de custo a aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social e a lançar a diferença entre esse preço e o de mercado como despesa operacional da empresa.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2010, e das Emendas nºs 1 e 2-CAE.

Observações:

– Em 02.06.2011, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou Parecer Favorável ao Projeto.

– Em 07.08.2012, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer Favorável ao Projeto com as Emendas 1 e 2-CAE.

– Em 28.08.2013, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede vista coletiva aos Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, nos termos regimentais.

– *Votação nominal.*

Eu consulto aos Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista. (*Pausa.*)

Então, concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para as considerações que julgar necessárias.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Apenas para lembrar, Sr. Presidente, que esse projeto de lei prevê a venda, como V. Ex^a falou, a preço de custo, dos medicamentos para aposentados do INSS e pessoas que também medicamento de uso contínuo e sejam de baixa renda. É um projeto importante, Sr. Presidente, porque não a saúde – nós que estamos discutindo tanto saúde – não se completa se não houver o acesso dos pacientes ao medicamento, que é que vai restabelecer a saúde.

Então, acho que o projeto ajuda no sentido de ampliar o acesso, principalmente dos mais idosos, aposentados de baixa renda, aos medicamentos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senador Cyro Miranda, para discutir.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu também tinha pedido vista porque tinha uma dúvida em relação às farmácias. As pequenas farmácias têm lucro presumido, então, não se beneficiariam desse “prejuízo” que teriam, entre aspas, nos seus balanços; só as grandes. Mas o fundamental é que protege o aposentado. Portanto, não fiz nenhuma emenda e só elogio o projeto e voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para discutir, Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – É evidente que não teremos votos contrários a esse projeto. Mas eu quero só aprofundar um comentário. Os medicamentos são objetos de patentes na mão de grandes laboratórios internacionais. De pouco adianta eliminar o imposto quando o preço absurdo é estabelecido pelos monopólios.

Recentemente, por exemplo, eu tomava um remédio contra a pressão que era muito barato, histori-

camente muito barato no mercado. Semana passada, o meu cardiologista me advertiu: “Olha, vamos trocar porque eles tiraram do mercado o seu remédio. Eles vão colocar este sal incorporado a outro, porque eles não querem sustentar o preço”.

Então nós estamos simplesmente abrindo mão do imposto do Governo sobre um remédio e deixando na mão do monopólio o exagero dos preços. Eu voto favoravelmente porque não poderia ser de outra forma, mas a medida, do ponto de vista da economia popular, me parece inócua.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de levantar duas questões em relação a esse projeto.

A primeira questão diz respeito ao fato de que é obrigação do Sistema Único de Saúde garantir a distribuição de medicamentos gratuitamente a todos os brasileiros e brasileiras, sejam eles e elas associadas, afiliadas ou não ao Regime Geral da Previdência Social. Essa é a primeira questão, de modo que acho que, em vez de nós trabalharmos com a possibilidade de deduções, de venda por preço de custo, etc., deveríamos trabalhar para incrementar os recursos da área de assistência farmacêutica do Governo Federal no sentido de que todos possam ser atendidos na sua necessidade.

Em segundo lugar, nós temos já um programa, que é o programa Farmácia Popular, que não só permite a aquisição de medicamentos a preços mais baixos nas chamadas farmácias próprias do programa Farmácia Popular, que eu tive a honra de ter sido o criador no Ministério do Trabalho, como já garante hoje a pessoas que tem hipertensão e diabetes a distribuição gratuita desses medicamentos, inclusive na rede privada. Então eu acho que seria uma redundância e também nós poderíamos trabalhar a ampliação da lista de medicamentos gratuitamente distribuídos no programa Farmácia Popular.

Em terceiro lugar, essa vantagem vai ser absorvida pelas grandes redes, que têm a possibilidade de fazer a sua quitação de impostos via esse processo do lucro presumido. E as pequenas farmácias, que não fazem isso, como é que vão ficar? Então eu acho que, pela redundância e pelo fato de não ter um alcance universal no sentido de garantir os mesmos benefícios a todos os empresários envolvidos nessa área, eu sugeriria que nós votássemos contra. E esse será o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Continua em discussão.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não!.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu tinha declarado um voto favorável e feito a minha manifestação pela iniquidade do protesto. Agora diante a experiência do nosso ex-Ministro da Saúde, dos exemplos colocados, o meu voto será como o dele, contrário ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu começo a colher em votação nominal os votos dos Srs. Senadoras e das Sras Senadoras.

Encerrada a discussão, a votação será nominal. Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com a Relatora.

Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Voto “não”, com todo o respeito à Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vota com a Relatora.

Senadora Vanessa Grazziotin é voto conhecido, voto “sim”.

Senador Roberto Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Voto contra, com as considerações do nosso ex-Ministro da Saúde Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Voto contra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Contra o voto da Relatora?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Contra o voto da Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vota “não”?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia?

A SRA ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Jayme Campos?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Voto com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Considerando as argumentações do Senador Humberto Costa voto, com todo o respeito a nossa querida companheira Senadora Vanessa Grazziotin, mas eu voto contra também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Moka, as fundamentações do Senador Humberto Costa fazem eu mudar o meu voto. Com todo o respeito à Senadora Grazziotin, eu voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE. *Fora do microfone*) – Pesaroso de não poder votar com a Relatora, acompanho a orientação do Ministro Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – É uma situação que, sem dúvida alguma, não é fácil. Claro que o aposentado vai querer preço de custo, mas, como diz o Senador Requião, se já existe de graça... Eu acho que é uma questão em que temos de classificar os aposentados. Se o aposentado não tem poder aquisitivo e se há de graça, por que não? E àquele aposentado que tem poder aquisitivo acho que não é justo que ele tenha por preço de custo. São essas classificações que precisam existir. Apesar da minha amizade e o respeito à Senadora Vanessa Grazziotin, catarinense por nascimento, devo me posicionar em sentido contrário.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Qual é o voto, Senador?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – No sentido contrário. Infelizmente, contrariando a querida catarinense de nascimento, Senadora Vanessa, voto contra. Portanto, voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com 08 votos NÃO e 06 SIM, é rejeitado o projeto.

Ficam prejudicadas as emendas a ele oferecidas.

Designo o Senador Humberto Costa Relator do vencido.

Se V. Ex^a quiser, nós podemos fazer agora.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Eu o apresento na semana que vem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. (Bloco Maioria/PMDB – MS) – A matéria será pautada para a próxima reunião.

O item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 161, DE 2011

– Terminativo –

Altera o § 2º do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para equiparar ao filho do segurado o menor sob sua guarda judicial, mediante declaração do segurado, desde que ele não possua condições suficientes para o próprio sustento e educação.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2011.

Observações:

– Em 06.06.2013, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou Parecer favorável ao Projeto.

– Em 28.08.2013, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria.

– Votação nominal.

Vou aguardar, então, a chegada da Senadora Lúcia Vânia. (Pausa.)

Então, estou retirando, momentaneamente, de pauta este projeto para aguardar a presença da Relatora.

À página 178, item 9:

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 121, DE 2012

– Terminativo –

Insere o art. 103-B à Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, de forma a permitir a suspensão temporária do pagamento de débito previdenciário para aplicação dos recursos correspondentes em atividades e ações em benefício direto da população afetada pela seca ou estiagem prolongada, e dá outras providências.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Casildo Maldaner

Relatório: Pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2012.

Observações:

– Em 21.05.2013, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer recomendando a Declaração de Prejudicialidade do Projeto.

– Em 28.08.2013, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria.

– Votação nominal.

Em votação a declaração de prejudicialidade. (Pausa.)

Quem vota com o Relator, vota “sim” para a Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2012.

Eu vou proceder à votação do relatório do Senador Casildo Maldaner, mas, antes, consulto se o Senador quer fazer alguma consideração.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu acredito que V. Exª já, no preâmbulo, deixou muito claro. Como para os Municípios, quando há intempéries e calamidades, já existe uma lei que prevê a prorrogação do prazo para recolhimento da Previdência, a proposta fica prejudicada, pois, em caso de intempéries e de catástrofes, os Municípios já estão protegidos.

Essas são as considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Votação nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Se é com o Relator, voto “sim”. João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Resultado: aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2012, será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Eu, aproveitando a presença da Senadora Lúcia Vânia, volto a colocar o Item 8.

Eu já li o item, que tem decisão terminativa. Em 06/06/2013, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou parecer favorável ao projeto; em 28/08/2013 foi lido aqui o relatório da Comissão de Assuntos Sociais e encerrada a discussão, ficou só adiada a votação da matéria.

A votação será nominal, mas, antes, consulto a Senadora Lúcia Vânia, que é a Relatora da matéria, se deseja fazer alguma consideração antes de a Presidência fazer a votação nominal.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu não sei se os Senadores já tiveram acesso ao texto, mas, de qualquer forma, vou ler só o assunto, para que os Senadores possam se inteirar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia, só lembrando, isso V. Exª já leu e nós encerramos a discussão, mas, evidentemente, fica a critério de V. Exª.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – É só para clarear um pouquinho o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, pois não.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Em análise nesta Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado, de 2011, do Senador Paulo Paim.

A proposta altera o §2º do art. 16 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, para equiparar ao filho do segurado o menor sob sua guarda judicial, mediante declaração do segurado quando o menor não possuir condições suficientes para o seu sustento e educação.

Era só o que eu desejava fazer, Sr. Presidente. Pode colocar em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Votação nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com a Relatora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Alberto de Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Lúcia Vânia, Relatora, voto conhecido, voto “sim.”

Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Voto “sim”.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Resultado: aprovado o Projeto

de Lei do Senado nº 161, de 2011, será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item 10 da pauta:

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 263, DE 2013

– Terminativo –

Acrescenta o §13 ao art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para estabelecer que cônjuge ou companheiro não perca a condição de segurado especial mesmo quando o outro cônjuge ou companheiro ou qualquer um dos filhos maiores de 16 (dezesseis) anos exercer atividade remunerada permanente ou por período superior a cento e vinte dias.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2013.

Observações: – *Votação nominal*

Eu concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para proferir a leitura do seu relatório.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Em exame nesta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 263, para dispor que o cônjuge ou companheiro não perde a condição de segurado especial mesmo quando o outro cônjuge ou companheiro ou qualquer um dos filhos maiores de 16 anos exerçam atividade remunerada permanente ou por período superior a 120 dias.

Ao justificar sua iniciativa, a autora argumenta:

O que se pretende é que as mulheres agricultoras não sejam penalizadas com a perda da condição de seguradas especiais pelo simples fato de seus maridos ou companheiros exercerem outra atividade remunerada.

Ressalte-se, por outro lado, que o §9º do art. 11 da Lei nº 8.213, de 1991, estabelece que ‘não é segurado especial o membro de grupo familiar que possuir outra fonte de rendimento’. Por este raciocínio, a eventual desvinculação de um dos cônjuges da condição de segurado especial não teria o condão de atingir o outro cônjuge ou companheiro, mas infelizmente não é esta a interpretação adotada pelo INSS, razão pela qual se faz necessária a presente adequação legislativa.

Eu acredito que todos os Srs. Senadores têm em mãos a matéria.

Portanto, esclarecido o objetivo do projeto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2013, cumprimentando a Senadora Ana Amélia pela autoria do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Bloco Maioria/PMDB – MS)

– Em discussão a matéria.

Para discutir, Senadora Ana Amélia. Logo em seguida, Paulo Davim.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) –

Eu queria apenas agradecer a Senadora Lúcia Vânia pela relatoria desse projeto, que praticamente consolida até as políticas sociais do Governo, no sentido de uma proteção especial às classes menos favorecidas. Não seria justo, Senador Moka. Eu penso até que as pessoas que recebem Bolsa Família deveriam receber o Bolsa Família mesmo trabalhando, mesmo tendo carteira assinada. Você cria um ambiente de maior – eu diria assim – realismo, de maior realidade, de maior formalização do trabalho, de estímulo às pessoas para ter um padrão melhor de vida. Então, o objetivo simplesmente é esse.

Impede-se a família, porque uma pessoa que tem esse seguro especial sofre de limitações, e, quando o membro da família trabalha, tem uma carteira assinada, perde-se esse direito. Então, parece incoerente com o espírito do interesse social e das questões relacionadas a dar às pessoas uma condição melhor de vida, e até para sua sobrevivência. Então, este é o meu ponto de vista ao apresentar o projeto. Recebi de segurados – de mulheres, especialmente, que mais sofrem – essa circunstância.

Então, esse é o objetivo e eu queria agradecer a Senadora Lúcia Vânia pela relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Bloco Maioria/PMDB – MS)

– Paulo Davim, para discutir.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN)

– Sr. Presidente, eu acho o projeto extremamente... *(Falha na gravação.)*. O projeto realmente amplia as políticas que constroem a justiça social neste País. Entretanto, é uma matéria técnica. A despeito da minha simpatia pela matéria, do meu respeito, não só à autora, a ilustre Senadora Ana Amélia, como também à ilustre Senadora Lúcia Vânia, que fez a relatoria do projeto, eu peço vênha às ilustres colegas para pedir vista, não mais que uma semana.

Comprometo-me para que essa matéria seja apreciada na próxima quarta-feira, sem nenhum prejuízo com a questão de detalhamento técnico. Comprometo-me que, quarta-feira, de forma inadiável, essa matéria será novamente apreciada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não encerrei a discussão. Então cabe o pedido de vista, sim.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, caros colegas, não sei de onde a Senadora Ana Amélia conseguiu essa iluminação. Várias vezes, tenho pensado nisto: a família recebe o Bolsa, mas, se algum membro da família consegue outro emprego que seja um pouco melhor, anula o Bolsa Família. Vamos supor que ele consiga trabalhar por um salário mínimo, ele já tem uns 18, 19 anos, mas a mãe está ganhando Bolsa – estão todos aí com quatro, cinco filhos –, se alguém da família conseguir um emprego por um salário mínimo, a mãe perde aquele auxílio.

Acho que até por questões técnicas, talvez, o Senador Paulo Davim tenha razões para tentar tirar dúvidas, mas, quanto ao mérito, foi uma luz que surgiu aí com a Senadora Ana Amélia.

E quero cumprimentar a Relatora Lúcia Vânia com relação a isso.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Peço vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vista concedida ao Senador Paulo Davim e ao Senador Cyro Miranda.

Item 5 da pauta.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Só um aparte, Sr. Presidente. Solicitaria que fosse colocado em apreciação, depois evidentemente de apreciadas todas as matérias, o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Os requerimentos sobre a mesa vou colocar em votação.

O item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 246, DE 2013

– Não Terminativo –

Altera o art. 57 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para dispor sobre direitos dos Auxiliares Locais do Serviço Exterior Brasileiro.

Autoria: Senador José Sarney

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2013.

Observações: – *A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em Decisão Terminativa.*

– *Votação simbólica.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Bauer para proferir leitura do seu relatório.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Pois não, Sr. Presidente.

O relatório que apresento é o seguinte.

Em análise nesta Comissão, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 246, de 2013, que altera o art. 57 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para dispor sobre direitos dos Auxiliares Locais do Serviço Exterior Brasileiro.

A iniciativa estende os seguintes direitos trabalhistas, previstos no art. 7º da Constituição Federal, aos Auxiliares Locais do Serviço Exterior Brasileiro:

- décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

- remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

- duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e a quarenta e quatro horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

- repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

- remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento a do normal;

- gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

- licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

- licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

- adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

- proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

Garante, ainda, que aos Auxiliares Locais e aos Auxiliares civis, estes últimos, que prestam serviços aos órgãos de representação das Forças Armadas brasileiras no exterior, seja paga remuneração nunca inferior ao salário mínimo vigente no país em que estiver sediada a repartição, assegurada sua revisão anual.

Ao justificar sua iniciativa, o autor argumenta:

Não se pode admitir que nosso País não garanta aos trabalhadores que para ele prestam seus serviços, ainda que em postos no exterior, o mesmo patamar mínimo de direitos. Essa é uma situação que cumpre ao Legislativo equacionar.

Após deliberação desta Comissão de Assuntos Sociais, a matéria será analisada, em caráter terminativo, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais discutir e votar projetos de lei que versem sobre relações de trabalho.

Relativamente ao mérito da proposta, concordamos com os convincentes argumentos apresentados pelo autor em sua justificação.

Como se sabe, de acordo com o art. 56 da Lei 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o Auxiliar Local é o brasileiro ou o estrangeiro admitido para prestar serviços ou desempenhar atividades de apoio nos postos do Serviço Exterior Brasileiro. Dele é exigida, além de preparo técnico, familiaridade com as condições de vida, os usos e os costumes do país onde esteja sediado o posto.

O Auxiliar Local que é contratado em missões e postos do Governo brasileiro no estrangeiro deve ser aprovado por processo seletivo publicado em edital oficial. Muitos desses auxiliares têm nível superior completo, mestrado e até doutorado. Suas funções abrangem desde serviços gerais até processamento de documentos oficiais e assistência executiva. Também desempenham funções técnicas e tecnológicas, como tradução de documentos oficiais, informática, contabilidade, economia, assistência social a presos ou desvalidos brasileiros, promoção comercial e, recentemente, vêm auxiliando no programa da área de educação Ciência Sem Fronteiras. Ao funcionário local, também fica a incumbência de dar continuidade aos projetos e processos administrativos das repartições públicas brasileiras no exterior. O trabalho desses auxiliares é peça fundamental para as diversas e importantes tarefas realizadas pelas missões do Brasil no exterior, pois conhecem a língua, os costumes e a cultura local.

As relações trabalhistas e previdenciárias concernentes ao Auxiliar Local são regidas pela legislação vigente no país em que estiver sediada a repartição – quero repetir, Sr. Presidente: as relações trabalhistas e previdenciárias concernentes ao Auxiliar Local são regidas pela legislação vigente no país em que estiver sediada a repartição. Se uma funcionária de uma embaixada brasileira estiver trabalhando em um país, e ela estiver gestante, e, naquele país, a licença-maternidade for de uma semana, a brasileira que trabalhar na embaixada do Brasil naquele país terá uma semana de licença-maternidade, e não o mesmo período que é concedido em nossa Pátria. Portanto, o projeto trata desse e de outros assuntos, por exemplo –, tendo em vista o disposto no art. 198 do Código de

Bustamante, de seguinte teor: “Também é territorial a legislação sobre acidentes do trabalho e proteção social do trabalhador.”

Em muitos países, a aplicação das leis locais a esse trabalhador tem-lhe garantido pouca proteção legal, como nos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, entre outros. Isso porque a proteção estatal ao trabalho é bastante restrita, tendo em vista que lá é a negociação coletiva entre as partes que estabelece o sistema de garantias, direitos e deveres dos contratos de trabalho de maneira setorial. Como isso não é possível aos Auxiliares Locais, estes trabalham com pouca proteção normativa. Some-se a isso a situação constrangedora de disparidade de tratamento entre os que trabalham como servidores, que estão protegidos pela legislação brasileira, e os Auxiliares Locais, que não estão.

Como muito bem argumentou o nobre autor da proposta em sua justificação, Senador José Sarney:

O Brasil, Estado democrático de direito, tem entre os seus fundamentos a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho. Toda pessoa que presta seu trabalho em solo brasileiro está protegida por garantias que a Nação entende serem o patamar mínimo civilizatório para que o trabalhador possa garantir sua subsistência, e de sua família, com dignidade.

Ademais, ressalta-nos a convicção de que a iniciativa da matéria reveste-se de absoluta constitucionalidade, pois o tema abordado não se encontra entre aqueles que são de iniciativa privativa do Presidente da República. Isso porque a proposta não trata de servidores públicos, mas de auxiliares locais, que, destaque-se, não ocupam cargos públicos, nem desempenham funções públicas. Mais ainda, as relações trabalhistas e previdenciárias desses trabalhadores são regidas pela legislação vigente no país em que estiver sediada a repartição brasileira no exterior.

A iniciativa reservada, como a prevista no art. 61, §1º, inciso II, da Constituição Federal, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliativa, na medida em que, por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo, deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.

Na proposição, portanto, não se está a dispor sobre servidores públicos, criando cargos, nem funções na Administração Pública. Também não se está alterando remuneração, nem o regime jurídico de servidores da União, pois que os auxiliares locais não guardam essa modalidade de vínculo com o Estado brasileiro.

Está o Congresso Nacional, no caso, a fazer tão somente uso de sua competência constitucional de regular as relações de trabalho, conforme disposto nos arts. 22, inciso I; 48 e 61 da Constituição Federal.

Não se pode olvidar de que o direito ao trabalho digno, fundamento da República Federativa do Brasil, consoante se depreende dos art. 1º, incisos III e IV, e art. 170, *caput*, da Constituição Federal, obriga o Estado brasileiro a dispensar a qualquer trabalhador a seu serviço um tratamento que lhe assegure uma vida saudável e digna.

Além dessas informações que constam do relatório, também impresso e à disposição dos Srs. Senadores, eu quero registrar, Sr. Presidente, que este é um projeto de lei de autoria do Senador José Sarney, que se encontra em recuperação de uma situação de gravidade de saúde. Por isso, eu tenho muito prazer em relatá-lo, uma vez que conversei com o Senador Sarney a respeito da matéria antes de ser designado Relator por V. Ex^a.

O projeto é bom, porque ele apresenta e dá aos trabalhadores, nas embaixadas e nos consulados e em outros estabelecimentos do Brasil no exterior, uma condição trabalhista semelhante ou igual a que há no Brasil.

Não são todos os direitos. Por exemplo, Fundo de Garantia e outras coisas que não é possível serem aplicadas no país estrangeiro não estão contempladas neste projeto. Mas o que foi possível buscar da nossa CLT, do nosso Direito Trabalhista em benefício desses trabalhadores está neste projeto.

Além do mais, é preciso mencionar, Sr. Presidente, que nós Senadores frequentemente nos deslocamos para o exterior cumprindo missões oficiais da Casa e do País. E eu posso dizer a V. Ex^a que não foram poucas as vezes em que fui solicitado por funcionários de embaixadas brasileiras no exterior, para que este projeto tivesse andamento.

Há um constrangimento. Os funcionários das embaixadas que são concursados têm um tipo de direito. Convivem numa embaixada vinte, trinta pessoas no máximo. Há um grupo de vinte, que têm todos os direitos legais inerentes ao serviço público brasileiro, e os outros dez, que não têm direito algum e têm que se submeter às regras do país onde estão efetivamente trabalhando. E ficam, naturalmente, olhando para a bandeira do Brasil e imaginando se é justo que eles estejam lá, falando do nosso País, defendendo o nosso País e mesmo prestando serviços menos importantes, sem ter os mesmos direitos que tem o seu colega de trabalho que está lá naquele mesmo endereço.

Por isso, Sr. Presidente, considero o projeto muito interessante. Ele atende, sem dúvida alguma, a todos os trabalhadores que servem ao Brasil no exterior e, por que não dizer, atendem ao próprio País.

Com isso, apresento o meu voto: à vista do exposto, opinamos pela aprovação do PLS nº 246, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

Para discutir, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Moka, não questionamos a qualidade, a responsabilidade e o compromisso do autor dessa matéria, nosso Presidente do Senado, o Presidente da República José Sarney, que foi o introdutor da política de ampliação do espaço do Brasil no exterior. Eu mesma, como jornalista, acompanhei centenas, ou sei lá, dezenas de viagens do Presidente Sarney pelo mundo. Então, a valorização da diplomacia é crucial.

O Senador Paulo Bauer fez um primoroso relatório, e eu encaminhei à Mesa da CAS um requerimento pedindo uma audiência pública a respeito desse assunto para instruir o PLS nº 246. Mas, em gesto de atenção ao Relator, eu fui falar com o Senador para dizer que havia esse requerimento, e o Senador Paulo Bauer me informou que já foi feita uma audiência pública e mais uma reunião de trabalho.

Então, eu penso que, diante dessa circunstância – embora reconheça que a audiência pública seja um ambiente extremamente democrático para tratar dessa questão, por considerar o argumento do Senador Paulo Bauer e por entender que como não é terminativo nesta Comissão, nós podemos, se for o caso, na Comissão de Relações Exteriores, que é o foro terminativo, a comissão terminativa, fazer uma construção de alguma alternativa para não criar um problema e uma discriminação.

O Senador lembrou aqui os países cujas legislações sociais e trabalhistas são duras. Mas há países, como a Suécia, em que o trabalhador pode ficar um ano fora do trabalho. Os países escandinavos têm uma proteção muito grande. Aí, seria dizer que, então, os nossos servidores estão sendo – digamos – punidos, quando são designados para essas missões, seja na Escandinávia ou em outros países que têm uma proteção social muito maior: vários benefícios, carga horária, uma série de outras vantagens que há nessas legislações? E nós não estamos discutindo aqui essa questão; apenas a questão dos servidores.

O Senador também argumenta sobre a questão do orçamento, do impacto que isso poderia representar sobre a situação e à própria categoria no campo diplomático, que é uma área, uma atividade profissional, de Estado, em que existe a hierarquia, muito citada agora nesse episódio do Senador boliviano, mas que, do ponto de vista administrativo, também tem ingredientes que precisam ser examinados.

Diante disso, eu retiro, por ter sido informada de que já houve duas audiências públicas, Senador Paulo Bauer: uma audiência pública, se não me engano; e

uma reunião também dos grupos interessados nesse assunto.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC. *Fora do microfone.*) – Eu posso lhe informar, Senadora Ana Amélia.

Houve uma audiência pública convocada para o dia 4 de julho de 2011.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Ela foi realizada.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC. *Fora do microfone.*) – Ela não se realizou em função do luto no Senado pelo falecimento do ex-presidente e então Senador Itamar Franco. Foi transferida para o dia 8 de julho, que, na verdade, não aconteceu. Aconteceu uma reunião de trabalho da qual participaram várias entidades, inclusive o Ministério das Relações Exteriores, a Aflex, o Sinditamaraty e outras instituições, não com a característica de audiência pública.

Depois, houve uma audiência pública, também convocada pela Casa, para discutir a questão de assédio moral no serviço público. E naquela audiência, parece-me, eu não tenho certeza o assunto foi muito subjetivamente mencionado. Então, não foi específica para esse aspecto.

Mas eu acho que V. Ex^a está muito certa na sua decisão de transferir para a Comissão de Relações Exteriores a possibilidade de – eu, até como membro da Comissão, e V. Ex^a, que também o é – pedir uma audiência lá na Comissão, antes da matéria ser votada naquela Comissão.

Seria, tenho certeza, uma providência muito adequada para a gente até estabelecer alguma coisa nesses casos onde os países têm direitos ou até superiores e melhores do que os esses que o Brasil pratica.

Acho muito prudente e adequada a sua proposição. Conte com o meu apoio.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, Senador Casildo Maldaner.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, de fato, sobre esse assunto, na Comissão de Direitos Humanos, fizemos duas audiências públicas sobre o tema, não sobre o projeto.

De fato – desculpe a expressão –, é uma lambança, tanto lá fora quanto aqui dentro. Inclusive, há casos de brasileiros que trabalham aqui nas embaixadas em que, de repente, os caras mandam embora e dizem o seguinte: “Aqui é território neutro. Quem manda sou eu e fim de papo”. Aí fica todo mundo correndo atrás, e muitos brasileiros não são sequer indenizados minimamente daquilo que têm de direito.

Eu sou simpático à ideia da audiência pública para aprofundar o debate. Cumprimento o Presidente Sarney pela iniciativa e o Senador Paulo Bauer pelo relatório. Acho que ambos aqui, com a Senadora Ana Amélia, encaminharam, no meu entendimento, muito bem. Votamos aqui, que já é um passo. Lá na Comissão de Direitos Humanos eu não estou conseguindo votar o projeto que tenta aprimorar a situação de um outro projeto que apresentamos tanto lá fora como aqui dentro. Esse já um passo. Por isso cumprimento tanto a iniciativa do autor quanto o Relator. Que é uma lambança, é uma lambança.

Eu chegaria a dizer – e pode ser a construção a se fazer coletivamente – que no meu entendimento, deveria aparecer a lei que mais couber para o trabalhador. Se ele está no exterior, trabalhando lá fora e lá a licença é de seis meses, aplica-se a lei que mais couber, de acordo com a máxima do Direito: na dúvida, *pro misero*. Mas é a audiência pública que vai apontar o caminho.

Eu voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Não há dúvida, como já houve a decisão de ir para a Comissão de Relações Exteriores para votar. Pelo que eu senti, nos países em que a legislação não obedece à brasileira, a gente aplica. Agora não há a mesma perspectiva no caso inverso, de estrangeiro trabalhando no Brasil. Quando trabalham aqui, segue-se a legislação dos países deles ou vai-se seguir a nossa? Eu não quero fazer nenhuma comparação com o Mais Médicos ou com os médicos estão chegando, mas daqui a pouco alguém pode levantar essa questão. Mas eu acho que esse debate que poderá haver na Comissão de Relações Exteriores vem bem ao encontro desse tema, sem dúvida alguma.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Encerrada a discussão, a votação é simbólica.

O entendimento da Senadora que tem um requerimento aqui é de que seja retirado o requerimento. Aprovado o projeto, que não é terminativo, ele vai à Comissão de Relações Exteriores. Já há um entendimento entre o Relator, o Senador Paulo Bauer, e a própria Senadora Ana Amélia, e ambos têm assento na Comissão de Relações Exteriores, de que essa audiência pública – claro, desde que aprovada pela Comissão – seria feita lá.

Então, em votação o relatório do Senador Paulo Bauer.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável, ao Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2013.

A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde a decisão será terminativa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem a nobre Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Quero aproveitar a presença de médicos Senadores e dos colegas Senadores não médicos, muitos dos quais deram grande apoio a uma audiência pública que esta Comissão realizou há seis meses, no dia 19 de março, tratando de um problema sério, Senador Moka. E o senhor, como Presidente da Comissão, teve também uma atuação exemplar, quando nós ouvimos aqui a Sociedade Brasileira de Análises Clínicas.

O Presidente, Irineu **Grinberg**, fez uma exposição aqui que nos deixou atônitos. Há 18 anos, as tabelas do SUS para os serviços prestados por laboratórios de análises clínicas não são reajustadas – R\$1,40 um hemograma, R\$5,00 outro exame de sangue que fazem os laboratórios.

Ora, o que isso acaba acarretando? A morte e a falência dos pequenos laboratórios que estão no interior; a concentração e uma queda na qualidade do trabalho prestado.

Naquele momento, até por interferência de V. Exª, estava a representante do Ministério da Saúde, sugeriu-se criar um grupo... (*Falha na gravação.*) Até hoje, o Ministério não está sequer atendendo os representantes da categoria.

Eu penso, Senador Moka, que o senhor, que teve um envolvimento muito grande no encaminhamento dessa questão do Programa Mais Médicos, deve falar ao Ministro Alexandre Padilha.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu acho, Senadora, que eu e V. Exª devemos pedir uma audiência com os representantes dos farmacêuticos, para que a gente vá ao Ministro Padilha.

Eu me comprometo a fazer o pedido de audiência...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu peço a V. Exª, publicamente, para fazer isso. Vamos lá acompanhá-lo, porque eu acho...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu pediria...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu quero só dar o exemplo de audiência pública que dá resultado, Senador Moka, porque, há pouco menos

de seis meses, há três meses, eu fiz na Comissão de Relações Exteriores um debate muito interessante sobre os *drones*.

Drones são os VANTs – veículos aéreos não tripulados. Os dois nomes são a mesma coisa. São essas pequenas engenhocas que voam, uns grandes, outros pequenos, que fazem um serviço fantástico, relevante, por exemplo, para acompanhar uma linha de transmissão de energia elétrica, para acompanhar as unidades de uma refinaria como a Petrobras, para acompanhar o tráfico de drogas na região da fronteira com o Paraguai. Eles têm câmeras altamente potentes – são veículos não tripulados –, para filmar inclusive à noite.

O que falta para essa indústria, que pode crescer enormemente no Brasil? A regulamentação, o marco regulatório, para a indústria definir as regras de como vai processar. E o Brasil poderá ser um exportador de *drones*. Quer dizer, terem uma tecnologia avançada a Embraer e as outras empresas que trabalham nessa área.

Pois bem, ontem e hoje, a Anac, que é a responsável pela regulamentação, já chamou toda a indústria, depois dessa audiência, para exatamente discutir os padrões dessa regulamentação. Isso é trabalho do Senado. É uma alegria dizer que as coisas acontecem.

Então, não há razão. Há seis meses não se decide uma coisa de uma singeleza como essa, matando as empresas que trabalham no setor. Estão asfixiados. Todo dia o meu gabinete recebe muitas reclamações, porque não está havendo, digamos, uma solução para esse problema, que é muito grave.

Muito obrigada, Presidente. Eu preciso fazer esse pedido. Agradeço a sua aceitação de marcar uma audiência com o Ministro da Saúde, levando pelo menos o representante dos laboratórios.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Último item da pauta. O Relator é o Senador Cícero Lucena. É o item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 178, DE 2007

– Não Terminativo –

Regulamenta o inciso VII do parágrafo único do art. 194 da Constituição Federal para dispor sobre a gestão quadripartite da seguridade social, a cargo dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2007.

Observações:

– A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em Decisão Terminativa.

– Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só um minuto, Senador Cícero Lucena.

Mas V. Ex^a quer fazer um apelo como autor?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Pois não. Concordo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É uma ponderação ao Senador Cícero Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Por favor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como notei que o parecer de S. Ex^a não é quanto ao mérito,...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Não, eu ia começar elogiando.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... mas sim pela iniciativa, a pergunta que eu faço é se nós poderíamos tirar o projeto de pauta e colocar o projeto...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Como é vício de iniciativa e é fundamental, no meu entendimento, que a gestão quadripartite seja deliberativa, para o bom funcionamento da seguridade social, pergunto se nós poderíamos caminhar para a redação de uma proposta indicativa e não impositiva. Aí, claro, depende de diálogo com V. Ex^a.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Eu concordo com a retirada do processo e sento com o Senador Paim, porque eu ia abrir a leitura, fazendo o elogio e o reconhecimento do mérito da iniciativa do autor.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero dar o testemunho de que o Senador Cícero Lucena pediu que eu não colocasse nenhum relator *ad hoc*, porque ele, exatamente, queria dar essa explicação, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, em consideração à autoria de V. Ex^a e pelo mérito da intenção.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Então, está retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, a matéria é retirada para reexame.

Vou colocar, agora – só um minuto, Senadora Ana Amélia –, os requerimentos que tenho sobre a mesa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Agradeço ao Senador Cícero pela compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) –

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 51, DE 2013

Em aditamento ao Requerimento de nº 50, de 2013 – CAS, de minha autoria, aprovado no dia 28 de agosto, requeiro que seja incluída, também, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Autoria: Senadora Ana Amélia

Concedo a palavra à Senadora, para que possa fazer o encaminhamento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É apenas uma questão de formalidade, porque as outras Comissões já aprovaram, incluindo a Comissão de Relações Exteriores no debate sobre o Programa Mais Médicos, que já apreciamos, que vai incluir a Comissão de Direitos Humanos, a Comissão de Defesa do Consumidor, todas elas. Então, apenas formalizar a inclusão dessa matéria, Senador Waldemir Moka, caros Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, o requerimento que nós aprovamos, em conjunto, é para debater a questão do contrato. É claro que o requerimento é embasado, há um objeto, mas, é claro que, durante a audiência pública, vai-se discutir a questão do projeto, que decorre da Medida Provisória 621, cujo Presidente da Comissão Especial é inclusive o nosso colega Senador João Alberto.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Senador, eu queria agradecer a V. Ex^a pelo esclarecimento. Eu fui incompleta no esclarecimento de que a audiência pública é para o contrato feito com a Opas e o Governo de Cuba. Agradeço o esclarecimento. É exatamente para isso. Eu falei no Programa Mais Médicos porque o contrato está dentro desse programa global. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há outro requerimento também da Senadora Ana Amélia.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 52, DE 2013

**Em aditamento ao Requerimento nº 49, de 2013 – CAS, de minha autoria, aprovado no dia 21 de agosto, requeiro que seja incluído o nome da Sra. Cláudia Muinhos Ricaldoni, Presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundo de Pensão (ANAPAR).
Autoria:** Senadora Ana Amélia

Senadora Ana Amélia, para encaminhar o requerimento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Na verdade, caro Senador Waldemir Moka, eu lhe agradeço também.

Fizemos aqui uma produtiva audiência com o Superintendente da Previc, órgão fiscalizador dos fundos de pensão ou instituições de aposentadoria complementar. Como decorrência das informações que nos trouxe o Sr. José Maria Rabelo, nós entendemos que seria muito importante – e estavam aqui representantes dos fundos de pensão, beneficiários do fundo de pensão ou assistidos pelos fundos –, fazer uma audiência pública com os presidentes ou responsáveis pelos fundos de pensão da Petros; da Previ, que é do Banco do Brasil; do Postalís, que é da ECT; e da Funcef, que é da Caixa Econômica Federal. Esse requerimento foi aprovado, com o nome dos respectivos Presidentes. Estou incluindo um nome, porque nós estávamos vendo só o lado dos gestores e não estávamos vendo o lado dos integrantes dos fundos de pensão, os que são beneficiados ou assistidos, ativos ou inativos. Então, a Sr^a Cláudia Muinhos Ricaldoni representa essa parte nesse processo da questão dos fundos de pensão. Esse é o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em votação o requerimento que inclui a Sr^a Cláudia Muinhos Ricaldoni, Presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar), nessa audiência pública.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Último requerimento.

ITEM 13**REQUERIMENTO DA COMISSÃO
DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 53, DE 2013**

Requeiro, em aditamento ao RQS nº 43, de 2013, aprovado em sessão de 07 de agosto próximo passado, a retificação dos nomes dos convidados para a realização de Diligência na cidade de Salvador – BA, com o objetivo de discutir o Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2011 (PL 07209 de 2010, na origem), de autoria do Deputado Ricardo Berzoini e outro(s) Sr(s). Deputado(s), do Projeto de Lei do Senado nº 389, de 2012, de autoria do Senador Waldemir Moka, e do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2013, de autoria da Senadora Ana Amélia, de acordo com a relação abaixo arrolada: 1. Dr. Mitermayer Galvão dos Reis, Pesquisador do Centro de Pesquisas Gonçalo Muniz – FIOCRUZ/BA; 2. Dr. Eduardo Luiz Andrade Mota, Professor do Instituto de Saúde Coletiva – ISC da Universidade Federal da Bahia; 3. Dra. Maria do Carmo Brito de Moraes, Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; 4. Dra. Joice Aragão de Jesus, Coordenadora Nacional para a Doença Falciforme do Ministério da Saúde; e 5. Sra. Ozenilde Batista, Representante da Associação Baiana das Pessoas com Doenças Falciformes – ABADFAL.

Autoria: Senadora Lídice da Mata e outros

Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Davim para encaminhar esse requerimento.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, essa diligência foi de iniciativa da Senadora Lídice da Mata, para discutir um tema extremamente importante, até porque, na Bahia, há uma incidência mais visível da doença. Portanto, haverá esse debate, essa diligência, com essas pessoas que dominam bastante essa temática e que, seguramente, vão apontar para alguns conhecimentos elucidativos que possam balizar as ações do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu acho importante a Senadora Lídice da Mata discutir isso na Bahia. Realmente a prevalência da doença nos negros é muito grande. E na Bahia, se não me falha a memória, é muito grande a prevalência dessa doença na população.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É o maior número no Brasil, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, eu acho que é muito

oportuna a discussão com essas pessoas todas aqui indicadas.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós não apreciamos o item 6. A matéria foi retirada da pauta pelo Senador Vicentinho, que é o Relator. (É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 6**PROJETO DE LEI DA CÂMARA**

Nº 42, DE 2013

– Terminativo –

Regulamenta a profissão de Salva-Vidas.

Autoria: Deputado Nelson Pellegrino

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2013, e da Emenda que apresenta.

Observações:

– Votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Nada mais havendo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, se me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu me comprometi, rapidamente, a falar e eu o farei neste momento.

Eu quero cumprimentar a Câmara dos Deputados pela decisão de ontem à noite. É uma batalha que vimos travando há 25 anos e que começou na Assembleia Nacional Constituinte. Enfim, eu sempre digo que não importa o nome do autor do projeto, importa a causa. E, de forma bem resumida, quero apenas cumprimentar a Câmara dos Deputados pela decisão de acabar com o voto secreto em todas as situações. A votação, se não me engano, foi por unanimidade e por meio do botão – todo mundo foi lá e apertou o botão. Parece que houve somente uma abstenção.

Tenho certeza de que, mediante essa decisão, o Senado também vai acompanhar. A CCJ já havia aprovado por duas vezes um projeto de nossa autoria idêntico a esse, mas, infelizmente, no plenário não foi apreciado. O importante é que a causa ganhou volume, a Câmara deliberou e agora a matéria vem para o Senado. Eu estou convicto de que, ainda neste esforço concentrado de setembro, nós votaremos a PEC do fim do voto secreto.

Era isso.

Obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Só quero me somar à fala de V. Ex^a dizendo que realmente eu acho que agora é importante. E eu o parabeno. A autoria não é de V. Ex^a, mas, sem dúvida nenhuma, V. Ex^a tem muito mérito na votação dessa matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada.

(Iniciada às 9 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 3 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 2013, QUARTA-FEIRA, APÓS A 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às treze horas do dia quatorze de agosto de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Aníbal Diniz, Antônio Carlos Rodrigues, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, Ciro Nogueira, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Eduardo Lopes, Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Humberto Costa, Inácio Arruda, José Agripino, José Pimentel, Luiz Henrique, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Davim, Pedro Simon, Pedro Taques, Randolfe Rodrigues, Ricardo Ferraço, Rodrigo Rollemberg, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Sérgio Souza e Waldemir Moka, e das Senadoras Ana Rita, Angela Portela e Lídice da Mata, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Antônio Carlos Valadares e Eunício Oliveira. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação das Emendas desta Comissão ao **PL nº 02, de 2013 – CN, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências”**, nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem competência para propor emendas ao pro-

jeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva. **ITEM ÚNICO: EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 02/2013-CN** (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014). O Senador Sérgio Souza apresenta o Relatório sobre as 23 (vinte e três) Emendas de Inclusão de Meta e as 21 (vinte e uma) Emendas ao Texto da Lei, sugeridas ao referido Projeto. Após a discussão, pautada nos critérios estabelecidos na Resolução nº 1, de 2006-CN e no artigo 101, do Regimento Interno do Senado Federal, que determina a competência da CCJ, **são aprovadas: Emendas de inclusão de meta nºs 1 a 5 e Emendas de Texto nºs 6 a 21. EMENDAS DE INCLUSÃO DE META: Emenda 1: Ementa:** Crack, Álcool e outras Drogas; **Programa:** 2060 – Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas; **Ação:** 201E – Gestão da Política sobre Drogas; **Produto (unidade de medida):** Projeto apoiado; **Acréscimo de meta:** 100; **Emenda 2: Ementa:** Segurança Pública com Cidadania; **Programa:** 2070 – Segurança Pública com Cidadania; **Ação:** 201C – Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON; **Produto (unidade de medida):** Operação apoiada; **Acréscimo de meta:** 120; **Emenda 3: Ementa:** Apoio às Instituições de Segurança Pública; **Programa:** 2070 – Segurança Pública com cidadania. **Ação:** 201D – Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública; **Produto (unidade de medida):** Projeto apoiado; **Acréscimo de meta:** 382; **Emenda 4: Ementa:** Reestruturação do Sistema Criminal e Penitenciário; **Programa:** 2070 – Segurança Pública com cidadania. **Ação:** 20UH – Reestruturação e Modernização do Sistema Criminal e Penitenciário; **Produto (unidade de medida):** Iniciativa apoiada; **Acréscimo de meta:** 94; **Emenda 5: Ementa:** CCJ – Indenização aos atuais possuidores de títulos das áreas sob demarcação indígena; **Programa:** 2070 – Segurança Pública com Cidadania; **Ação:** NOVA – 14.125.2065.20UF – Indenização aos atuais possuidores de títulos das áreas sob demarcação indígena – Nacional; **Produto (unidade de medida):** Terra indígena regularizada / protegida; **Acréscimo de meta:** 500. **EMENDAS DE TEXTO: Emenda 6: Tipo de Emenda:** Aditiva; **Referência:** Corpo da lei – Artigo 18 Parágrafo 5; **Ementa:** Proíbe executar obras em ferrovias ou rodovias concedidas sem receber o ressarcimento financeiro do concessionário privado; **Texto Proposto:** Art. 18-A. O Projeto e a Lei Orçamentária de 2014 e os créditos suplementares, especiais e extraordinários, somente conterão ações ou subtítulos novos que contemplem a destinação de recursos a obras em ativos públicos federais que são objeto de

concessão, arrendamento ou outro tipo de cessão da exploração a terceiros alheios à Administração Federal se constar do próprio descritor da ação ou do subtítulo a individualização do número e da data de publicação no Diário Oficial da União do aditivo contratual que tenha por objeto o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão ou arrendamento em função dos efeitos da obra ou serviço objeto da despesa. Parágrafo único A partir da entrada em vigor desta Lei, a execução física, financeira e orçamentária de qualquer despesa relativa a obras nos ativos públicos federais de que trata este artigo, ainda que na forma de pagamentos em Restos a Pagar, fica condicionada à prévia formalização do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato respectivo e à retificação na descrição da programação, na forma definida no caput; **Emenda 7: Tipo de Emenda:** Aditiva; **Referência:** Corpo da lei – Artigo 23 Parágrafo 4; **Ementa:** Detalha os procedimentos para a inclusão integral ou eventual correção das propostas; **Texto Proposto:** § 5º As propostas recebidas na forma deste artigo serão incorporadas pela totalidade de suas receitas e despesas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2014, exceto nas hipóteses dos arts. 99, § 3º, e 127, § 5º, da Constituição Federal, cuja ocorrência exige a demonstração quantitativa e qualitativa, na Mensagem de que trata o art. 11 desta Lei, da incompatibilidade das propostas com limites desta lei de diretrizes orçamentárias, bem como especificação das razões e da memória de cálculo dos ajustes eventualmente realizados; **Emenda 8: Tipo de Emenda:** Aditiva; **Referência:** Corpo da lei – Artigo 51 Parágrafo 13; **Ementa:** Determina que a necessidade de conter despesas para cumprimento de meta fiscal se faça por meio da limitação do art. 9 da LRF e não do contingenciamento; **Texto Proposto:** § 14. O ato de que trata o caput, bem como os que o modificarem, bem como todo ato destinado a dar cumprimento ao art. 8º, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, deverá contemplar a execução, ao longo do exercício, de toda a despesa constante da respectiva programação orçamentária, vedada a fixação de tetos inferiores à dotação que lhe for destinada na lei orçamentária anual e eventuais créditos adicionais. § 15. Verificada qualquer situação na qual a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, inclusive pela constatação da possibilidade de aumento imprevisto de despesas obrigatórias ou do pagamento de Restos a Pagar, adotar-se-á os mecanismos de limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo os critérios a parâmetros esta-

belecidos neste artigo, vedada a utilização para essa finalidade dos atos destinados a dar cumprimento ao art. 8º, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, ou de qualquer outro instrumento de programação financeira da despesa; **Emenda 9: Tipo de Emenda:** Aditiva; **Referência:** Corpo da lei – Artigo 57 Inciso XII; **Ementa:** Elimina a possibilidade de desvio de finalidade de recursos de convênio para pagar despesas administrativas e de manutenção das entidades convenientes; **Texto Proposto:** XIII – aplicação dos recursos exclusivamente no objeto finalístico dos convênios, com expressa vedação do pagamento de quaisquer despesas administrativas ou de manutenção das entidades; **Emenda 10: Tipo de Emenda:** Aditiva; **Referência:** Corpo da lei – Artigo 58 Parágrafo único; **Ementa:** Estabelece critérios mínimos de regularidade da condição de qualquer beneficiário privado de transferências de recursos públicos; **Texto Proposto:** Art. 58-A Toda e qualquer transferência a entidade privada ao amparo de qualquer das modalidades estabelecidas nesta Lei, somente será realizada se o beneficiário atender cumulativamente aos seguintes requisitos, sem prejuízo dos demais estabelecidos nos demais dispositivos desta Lei: I – estar em situação jurídica regular há pelo menos quatro anos; II – ter objeto social compatível com o objeto da transferência; III – estar materialmente em funcionamento de suas atividades sociais, quando da formalização da transferência e do desembolso dos recursos; IV – ter exercido, na prática, atividades similares às que serão o objeto da transferência, a ser aferido mediante a comprovação do funcionamento concreto de atividade semelhante, em qualidade e quantidade, à do objeto da transferência, por pelo menos dois anos ininterruptos; V – não ter tido, no exercício anterior ao da transferência, mais de setenta por cento da receita provenientes do Poder Público; § 1º A verificação do cumprimento dos requisitos de que trata o caput por parte do beneficiário: I – é responsabilidade pessoal do ordenador da despesa; II – far-se-á: a) em relação ao inciso I do caput, mediante a apresentação perante o órgão repassador dos atos estatutários atualizados e das certidões fiscais correspondentes, admitidos os cadastros e verificações automatizados estabelecidos no SICONV; b) em relação ao inciso II do caput, mediante análise e manifestação de parecerista do órgão repassador em relação à compatibilidade do objeto; c) em relação ao inciso III do caput, mediante verificação física pessoal e direta funcionamento da atividade do beneficiário no local em que alegadamente a exerce realizada exclusivamente por servidor do órgão repassador ou de outro órgão da Administração Pública Federal para o qual se estabeleça convênio com essa finalidade es-

pecífica do; d) em relação ao inciso IV do caput, mediante verificação de mesma natureza que a mencionada na alínea 'c' deste inciso, complementada por certidões, fotografias, contratos, documentos contábeis ou outros meios de comprovação documental da atividade exercida, que deverão ser expressamente mencionados e avaliados na manifestação do parecerista do órgão repassador; e) em relação ao inciso V do caput, mediante a apresentação perante o órgão repassador dos demonstrativos contábeis do exercício anterior, que deverão ser expressamente mencionados e avaliados na manifestação do parecerista do órgão repassador quanto aos seus aspectos intrínsecos e extrínsecos de validade. § 2º O responsável por laudo, relatório ou parecer técnico emitido para as verificações de que trata o § 1º, bem como para verificação da satisfatória execução do objeto da parceria ou convênio, responderá civil, administrativa e penalmente pelas afirmações e conclusões que formular, nos termos da legislação pertinente. § 3º. Todas as transferências de que trata o caput somente serão executadas mediante a realização prévia de processo seletivo para o qual se publiquem pelo órgão repassador as normas que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, bem como os prazos de apresentação de propostas por parte dos beneficiários. § 4º. Excetuam-se da obrigatoriedade do processo seletivo de que trata o § 3º, exclusivamente: I – aquelas transferências que tenham o beneficiário nominalmente identificado na lei orçamentária anual; e II – nos casos de emergência ou calamidade pública, quando caracterizada situação que demande a realização ou manutenção de convênio ou contrato de repasse pelo prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação da vigência do instrumento; III – para a realização de programas de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer sua segurança. § 5º. As exigências estabelecidas neste artigo não excluem qualquer outra exigência adicional estabelecida em disposição desta lei ou da legislação específica de cada modalidade de transferência, não sendo entretanto dispensadas ou reduzidas em função de qualquer outro de seus dispositivos; **Emenda 11:** **Tipo de Emenda:** Modificativa; **Referência:** Corpo da lei – Artigo 60 Parágrafo único; **Ementa:** Observação Lei 10522/2002; **Texto Proposto:** Parágrafo único. A demonstração, por parte dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, do cumprimento das exigências para a realização de transferência voluntária se dará exclusivamente no momento da assinatura do respec-

tivo convênio ou contrato, ou na assinatura dos correspondentes aditamentos de valor, e deverá ser feita por meio de apresentação, ao órgão concedente, de documentação comprobatória da regularidade ou, a critério do beneficiário, de extrato emitido pelo Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC, ou por sistema eletrônico de requisitos fiscais que o substitua, disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, para os itens nele previstos, observando-se ainda o disposto no art. 26 da Lei 10.522, de 19 de julho de 2002; **Emenda 12:** **Tipo de Emenda:** Aditiva; **Referência:** Corpo da lei – Artigo 103; **Ementa:** Participação Popular; **Texto Proposto:** Art. 104. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e o Ministério Público da União deverão realizar audiências públicas e adotar estratégias de participação popular nas etapas de elaboração e discussão do Projeto de Lei Orçamentária, de acordo com o art. 48 da Lei complementar 101/ 2000; **Emenda 13:** **Tipo de Emenda:** Modificativa; **Referência:** Corpo da lei – Artigo 59 Parágrafo 1 Inciso I; **Ementa:** Percentuais de contrapartida; **Texto Proposto:** I – no caso dos Municípios: a) 1% (um por cento) e 2% (dois por cento) para Municípios com até 50.000 (cinquenta mil) habitantes; b) 2% (dois por cento) e 4% (quatro por cento) para Municípios acima de 50.000 (cinquenta mil) habitantes localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO; e c) 8% (oito por cento) e 40% (quarenta por cento) para os demais; **Emenda 14:** **Tipo de Emenda:** Aditiva; **Referência:** Corpo da lei – Artigo 109; **Ementa:** Transparência dos programas de governo; **Texto Proposto:** Art. 110. O Poder Executivo manterá atualizada na internet a relação das programações orçamentárias e a execução orçamentária e financeira dos Programas-Fantasia, como PAC, PBSM, Rede Cegonha, Brasil Carinhoso dentre outros existentes ou que venham a ser criados; **Emenda 15:** **Tipo de Emenda:** Modificativa; **Referência:** Artigo 100 Parágrafo único; **Ementa:** Garantia ao direito à informação; **Texto Proposto:** Parágrafo único. Os cidadãos e as entidades sem fins lucrativos, credenciados pelos órgãos gestores dos sistemas, poderão ser habilitados para consulta aos sistemas e cadastros de que trata este artigo; **Emenda 16:** **Tipo de Emenda:** Modificativa; **Referência:** Corpo da lei – Artigo 51 Parágrafo 11; **Ementa:** Garantia de transparência ao processo de limitação e movimentação financeira; **Texto Proposto:** § 11. Os órgãos setoriais

de planejamento e orçamento ou equivalentes mantido atualizado no respectivo sítio da internet demonstrativo bimestral com os montantes aprovados e os valores da limitação de empenho e movimentação financeira por unidade orçamentária, programa e ação; **Emenda 17: Tipo de Emenda:** Aditiva; **Referência:** Corpo da lei – Artigo 104 Parágrafo 1 Inciso I; **Ementa:** Mais transparência no detalhamento físico-financeiro da execução; **Texto Proposto:** s) cadastro, atualizado mensalmente, dos planos orçamentários e respectivos produtos, correlacionados com as ações orçamentárias e subtítulos; **Emenda 18: Tipo de Emenda:** Aditiva; **Referência:** Corpo da lei – Artigo 109; **Ementa:** Participação popular e realização de audiência pública; **Texto Proposto:** Inclua-se o seguinte art. no Capítulo X Da Transparência Art. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e o Ministério Público da União deverão realizar audiências públicas e adotar estratégias de participação popular nas etapas de elaboração e discussão do Projeto de Lei Orçamentária, de acordo com o art. 48 da Lei complementar 101/2000; **Emenda 19: Tipo de Emenda:** Aditiva; **Referência:** Corpo da lei – Artigo 87 Parágrafo 6; **Ementa:** Prazo para publicação do Relatório Anual do impacto das operações de crédito das agências oficiais; **Texto Proposto:** O relatório anual de que trata o inciso III do §5º deverá ser divulgado até maio do exercício seguinte; **Emenda 20: Tipo de Emenda:** Aditiva; **Referência:** Corpo da lei – Artigo 12 Inciso XXVI; **Ementa:** Texto – TRFs Artigo 12 , XXVII; **Texto Proposto:** XXVII – a instalação dos Tribunais Regionais Federais da 6ª Região (Paraná), 7ª Região (Minas Gerais), 8ª Região (Bahia) e 9ª Região (Amazonas), conforme Emenda Constitucional 73; **Emenda 21: Tipo de Emenda:** Modificativa; **Referência:** Corpo da lei – Artigo 83; **Ementa:** Art. 83. O limite relativo à proposta orçamentária; **Texto Proposto:** Dê-se ao artigo 83 do Projeto de Lei a seguinte redação: Art. 83. O limite relativo à proposta orçamentária para os Poderes e o Ministério Público da União, concernentes ao auxílio-alimentação ou refeição, à assistência pré-escolar, à assistência médica e odontológica, nesta incluídos os exames periódicos, e ao auxílio-transporte, corresponderá à projeção anual, calculada a partir da despesa vigente em março de 2013, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos, na forma da lei. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a Reunião, às treze horas e dezesseis minutos e, **para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que foi lida e aprovada e será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal,**

juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.
– Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 22013-CN – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2014 (PLDO/2014), que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Relator: Senador Sérgio Souza.

Com a palavra S. Exª para proferir seu relatório.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores.

É prerrogativa desta Comissão analisar as emendas de Comissão à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Passo ao relatório, Sr. Presidente.

A teor do disposto no art. 166 da Constituição Federal, e nos termos da Resolução nº 1 de 2006, do Congresso Nacional, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2, de 2013, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias aplicáveis ao exercício de 2014.

A futura Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 (LDO/2014) orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual e suas alterações, compreenderá as metas e prioridades para a Administração Pública Federal, disporá sobre as alterações na Legislação Tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A fim de oferecer o devido tratamento a esses itens, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias é integrado pelo texto propriamente dito e por seis documentos anexos ao texto, os quais visam a relacionar tanto os demonstrativos quanto as informações que devem integrar o Projeto de Lei Orçamentária de 2014; fixar as metas fiscais para os exercícios de 2014, 2015 e 2016; relacionar as despesas isentas de eventual limitação de empenho e movimentação financeira; evidenciar os riscos fiscais para os exercícios vindouros e explicitar os objetivos das políticas monetárias creditícia e cambial.

De acordo com as normas de tramitação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, definidas pela Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e pelo Parecer Preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), a CCJ tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

As emendas possíveis de serem apresentadas pelas Comissões Permanentes do Senado Federal e pela Câmara dos Deputados são de dois tipos: emendas de textos e emendas de inclusão de meta.

Quanto às emendas de textos, nos termos do item 2.1.3 da Parte Especial do Parecer Preliminar da CMO, são passíveis de emendas o próprio texto da LDO, os quadros orçamentários demonstrativos e as informações complementares que devem acompanhar o Projeto de Lei Orçamentária de 2013, o anexo de metas fiscais anuais, referentes a 2013/2015, o demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado e a relação das programações isentas de limitação de empenho. Não há limites aplicáveis à propositura de emendas de texto.

Em relação às emendas de inclusão de meta, de acordo com o art. 87, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, cada Comissão Permanente pode apresentar até cinco emendas, nos termos do item 2.1.10 da Parte Especial do Parecer Preliminar. O Anexo de Metas e Prioridades será elaborado por meio de emendas de inclusão de ações e metas fiscais, constantes das leis orçamentárias para 2012/2013, ou ações novas, desde que compatíveis com iniciativas constantes do Plano Plurianual 2012/2015.

Cumprе salientar que o item 2.4.1 da Parte Especial do Parecer Preliminar indica que deverão receber proposta de parecer pela aprovação por parte da relatoria até três ações por Comissão Permanente, em face da apresentação de emendas de comissão.

A emenda proposta ao Anexo de Metas e Prioridades deve se restringir aos programas listados em anexo específico do Parecer Preliminar e identificar a ação e meta física pretendidas, consoante o item 2.2.5 da Parte Especial do Parecer Preliminar da CMO.

Vale destacar que o Parecer Preliminar exige no item 2.3.1, da Parte Especial, que as emendas de comissão estejam acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação e sejam restritas a competências regimentais da comissão.

Foi apresentado a esta Comissão, Sr. Presidente, de Constituição, Justiça e Cidadania, um total de 44 propostas de emendas, sendo 21 de textos e 23 de inclusão de metas, relacionadas no Anexo I, Propostas de Emendas de Textos, e no Anexo II, Emendas

de Inclusão de Meta a este parecer, com seus respectivos autores.

É o relatório.

Passo, então, à análise, Sr. Presidente, propriamente das emendas.

A totalidade das emendas de texto propostas coaduna-se às competências regimentais desta Comissão, além de atenderem às disposições constitucionais e legais.

Considerando a ausência de um limite máximo de emendas de texto passíveis de serem apresentadas pela CCJ à Comissão Mista de Orçamentos, optamos por aprovar o encaminhamento de todas as propostas com as adequações necessárias em função da repetição de pleitos. As propostas de conteúdo idêntico devem ser unificadas quando da elaboração das emendas no sistema de informação apropriado. Lembramos que a análise de mérito de cada emenda caberá posteriormente à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

No que concerne às emendas de inclusão de meta, após análise acurada de seu conteúdo, não obstante reconheçamos o inegável mérito de todas elas, considerando o limite máximo de 5 emendas por comissão permanente, optamos por selecionar as seguintes propostas de emendas listadas no Anexo II, ressaltando que vão ser agrupadas em uma única emenda quando do encaminhamento à Comissão de Orçamento:

– Nºs 2, 8 e 13 (de autorias da Senadora Lídice da Mata, dos Senadores Romero Jucá e Waldemir Moka) – Ação 20IE – Gestão da Política sobre Drogas, com meta física de 100 projetos apoiados;

– Nºs 14 e 16 (autorias dos Senadores Waldemir Moka e Inácio Arruda) – Ação 20IC – Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron), com meta física de 120 operações apoiadas;

– Nºs 15, 17 e 20 (autorias dos Senadores Raulo Rodrigues, Inácio Arruda e Vital do Rêgo respectivamente) – Ação 20ID – Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública, com meta física de 382 projetos apoiados;

– Nº 22 (autoria do Senador Vital do Rêgo) – Ação 20UH – Reestruturação e Modernização do Sistema Criminal e Penitenciário, com meta física de 94 iniciativas apoiadas; e

– Nº 23 (autoria do Senador Waldemir Moka) – Ação nova, a ser incluída no sistema de emendas no programa 2070, com o título “Indenização aos atuais possuidores de títulos das áreas sob demarcação indígena”, com meta física de 500 terras indígenas regularizadas.

Dessa forma, atendemos todos os Senadores que apresentaram propostas de inclusão de meta nesta Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

O voto.

Em face do exposto, votamos para que esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apresente à Comissão Mista de Orçamentos as emendas de texto listadas no Anexo I deste Parecer, unificando-se as propostas de mesmo teor; apresente também à Comissão Mista de Orçamentos as cinco emendas de inclusão de ações, com as metas indicadas no item 2 deste Parecer, contidas nas proposições de nºs 2, 8, 13, 14, 16, 17, 20, 22 e 23, arroladas no Anexo II deste Parecer.

É o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Parabenizo V. Ex^a, que, em tão pouco tempo, conseguiu, com a consultoria de Orçamento e a consultoria da Comissão, concluir um relatório que contempla todos as Sr^{as} e os Srs. Senadores que, de forma interessada, propugnaram por apresentar propostas à LDO.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação as emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas por unanimidade, a matéria segue à Comissão Mista de Planos e Orçamento.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Lembro às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que está confirmada para amanhã, dia 15 de agosto, às 9 horas, neste mesmo plenário, audiência pública destinada a discutir Proposta de Emenda à Constituição nº 15, que visa a transformar os recursos extraordinários e especial em ações rescisórias, com a presença do Sr. Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Sr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho. A referida audiência pública será feita em atendimento ao requerimento da Comissão de Constituição e Justiça nº 32, de autoria do Senador Francisco Dornelles.

Nada mais havendo a tratar, tenham todos um bom-dia. Fiquem com Deus.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 13 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 16 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta e nove minutos, do dia quinze de agosto de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Inácio Arruda, Eduardo Suplicy, Sérgio Souza, Francisco Dornelles, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim e das Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Taques, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Lopes, Randolfe Rodrigues, Eduardo Braga, Pedro Simon, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Sérgio Petecão, Romero Jucá, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião. A Presidência registra a presença dos Senhores Carlos Alberto Marques Soares, Ministro do Superior Tribunal Militar, e José Barroso Filho, Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça Militar da União. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública. Assunto / Finalidade:** Discutir a PEC 15, de 2011, que visa transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias. O Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Desembargador Henrique Nelson Calandra, foi convidado pelo Presidente da Comissão, Senador Vital do Rêgo, a compor a Mesa durante a Audiência Pública, tendo feito uso da palavra. **Requerimento de realização de audiência:** RQJ 32/2013, de autoria do Senador Francisco Dornelles. **Reunião destinada a instruir a seguinte matéria:** PEC 15/2011, de autoria do Senador Ricardo Ferraço e outros. **Participante:** Marcus Vinicius Furtado Coelho, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. O Senhor Senador Vital do Rêgo passa a Presidência para o Senador José Pimentel. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dez horas e quarenta e quatro minutos; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira

ra, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se ao cumprimento de realização de audiência pública para instruir a PEC nº 15, de 2011, de autoria do Ex^{mo} Sr. Senador da República Ricardo Ferraço, que altera os arts. 102 e 105 da Constituição, para transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias, conforme o Requerimento nº 32, de 2013, de autoria do Ministro Senador Francisco Dornelles.

Presente, como convidado palestrante e debatedor, o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, a quem tenho a honra de convidar para fazer parte da Mesa. Nosso Presidente...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Quero convidar também o Presidente da AMB, meu queridíssimo companheiro, sempre presente em nossos trabalhos, o Dr. Nelson Calandra.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Senadora Lídice, Senador Ricardo, Senador Dornelles, no início dos nossos trabalhos nesta manhã, cabe à Presidência informar a V. Ex^{as} que hoje serão realizadas duas reuniões da nossa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; não apenas uma. Em primeiro lugar, haverá a reunião extraordinária, e, logo após, a confirmação das emendas e do trabalho do Relator, Senador Sérgio Souza, sobre a LDO.

É uma honra muito grande tê-lo aqui, Sr. Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, uma companhia que tem ombreado conosco diversos temas que constam da pauta desta Comissão. Apesar dos inúmeros compromissos, por ser a Ordem uma sentinela permanente e vigilante das grandes questões que envolvem o País e por desafiar temas os mais diversos e salutarres à democracia, V. Ex^a tem se multiplicado física e espiritualmente nos diversos painéis em que tenho o prazer de encontrá-lo.

V. Ex^a, Dr. Marcus Vinicius foi eleito com a batuta, com a tarefa de aproximar cada vez mais a Ordem do cidadão. Receba desta Presidência a confirmação do êxito desse exercício. Há muito tempo que eu não encontrava, em tantas e múltiplas ações, a OAB. E V. Ex^a, como bom nordestino, paraibano do Maranhão, cumpre esse desiderato com propriedade, com esmero, com zelo. Por isso, é uma honra muito grande ter a OAB nos dois painéis, participando deste encontro que a Comissão de Justiça faz, no momento que antecede a deliberação de uma PEC da mais alta relevância para o Poder Judiciário, para todos os operadores do Direito e, por fim, para o cidadão, que precisa de uma Justiça célere, cada vez mais próxima de seus anseios e de seus desejos, em forma de direito.

Com a palavra, o Senador Dornelles, antes de iniciarmos a exposição.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente Vital do Rêgo, meu caro Presidente Marcus Vinicius, meu caro amigo Nelson Calandra, eu queria perguntar ao Sr. Presidente se, antes da exposição do Presidente Marcus Vinicius, eu poderia fazer alguns questionamentos, que ele poderia inclusive abordar na sua exposição.

Sr. Presidente, esta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Antes de passar a palavra a V. Ex^a, Senador Dornelles, eu queria dizer ao Dr. Marcus que esta é uma reunião de debates, uma reunião de exposição e debate.

V. Ex^a tem a palavra para antecipar alguns questionamentos que já poderão fazer parte do corpo da exposição do Presidente da Ordem.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, esta... *(Falha na gravação.)* ...tem como primeiro signatário meu queridíssimo e ilustre amigo que honra o Estado do Espírito Santo e que honra o Senado Federal, que é o Senador Ricardo Ferraço, e que tem como Relator o Senador mais votado do Brasil, que é o Senador Aloysio Ferreira.

Eu não sou especialista na matéria, estou estudando o assunto. Quero dizer que, como toda matéria polêmica, esta tem vários posicionamentos. Nenhum deles decorre de problemas pessoais ou corporativistas, mas seu objetivo é fortalecer o ordenamento jurídico do Brasil e defender os direitos e garantias individuais. Dentre os trabalhos que me foram apresentados, eu queria colocar alguns pequenos pontos para ver se V. Ex^a poderia abordar, confirmar ou não, durante a sua exposição.

Em primeiro lugar, diz o trabalho que é quase consenso na comunidade jurídica, em virtude de dados oficiais, que não são as inúmeras oportunidades

abertas aos cidadãos, de apelarem de sentenças, que travam o Judiciário, mas a quantidade de recursos impetrados pelo setor público, que lidera de longe as estatísticas de maiores litigantes.

Em segundo lugar, que a PEC proposta fere direitos individuais e garantias pétreas da Constituição, ou seja, a segurança jurídica de garantias tratadas no art. 5º. Todas as garantias ali tratadas – o respeito ao processo legal, ao direito à ampla defesa, à coisa julgada, à presunção de inocência, ainda o acesso à Justiça –, são valores prestigiados pelo Constituinte originário no rol das cláusulas pétreas.

De acordo com informações da Secretaria de Tecnologia do Supremo Tribunal Federal, até 2010, 25% dos recursos criminais foram providos pelo Supremo, providos totalmente, e 3% providos parcialmente. Isso somado, 28% dos recursos foram reformados pelo Supremo Tribunal.

No caso do STJ, assume proporção mais grave. A última instância tem papel preponderante. Se tomarmos como base a estatística de 2012, tem-se 65 mil recursos especiais pela Corte. Ou seja, a 37 foi dado provimento.

E conclui o trabalho dizendo o seguinte:

A proposta de emenda constitucional, além de inconstitucional, por ferir cláusulas pétreas da Constituição, principalmente a presunção de inocência, parte de premissas equivocadas. Pelas estatísticas anuais de tribunais e órgãos de controle, além de afirmações de autoridades que estudam e trabalham no órgão, não são os recursos os grandes vilões da sobrecarga do Poder Judiciário. Essa é uma repetição feita à exaustão, que acaba tendo aparência de verdade. Embora sendo necessário repensar na diminuição da incidência de recursos, não se apresenta nada razoável a subtração de instâncias superiores de apreciação de direitos e garantias processuais e constitucionais individuais, o que pode, ao oposto do que se pretende, contribuir para o aumento significativo do processo em fase de execução.

Esses pontos foram levantados e, se V. Exª pudesse abordá-los, eu ficaria extremamente agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Feita a exposição de alguns pontos que podem ser abordados pelo Sr. Presidente da OAB, antes de passar-lhe a palavra, registro a presença, para honra desta Comissão, do Ministro do Superior Tribunal Militar. Carlos Alberto Marques Soares, e do Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça Militar da União, queridíssimo José Barroso Filho.

Passo a palavra ao expositor, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, para a sua livre exposição.

O SR. MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO

– Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Vital do Rêgo, que é herdeiro da melhor tradição jurídica do Brasil, ele que mantém a qualidade da energia, da firmeza e da bravura de seu pai, Vital do Rêgo, que foi presidente da OAB, cassado pela ditadura militar, um homem de muitas qualidades, de muitas lutas, de muitos sonhos e de muitas realizações. Seu filho prossegue essa saga de seu pai, levando o bom nome do Estado da Paraíba, o Estado que não nega a luta, desde a sua bandeira, para o cenário nacional, e agora presidindo a Comissão de Constituição e Justiça.

Agradeço, em nome dos 800 mil advogados brasileiros, a forma sempre afetuosa e carinhosa com que a Ordem dos Advogados do Brasil é recebida na Comissão de Constituição e Justiça por todas as Sras Senadoras e os Srs. Senadores e, em especial, pelo seu Presidente.

Minha saudação especial ao Senador Ricardo Ferraço, um Senador efetivamente trabalhador, militante efetivo, sempre presente nas comissões, sempre atento às grandes causas da Nação, que é o proponente desta PEC. Embora a Ordem dos Advogados do Brasil, como iremos verificar, vá apresentar dados e elementos no sentido de sua rejeição, não nos poderíamos furtar do devido reconhecimento ao trabalho do Senador Ricardo Ferraço no Parlamento brasileiro, como bem já fez o Senador Francisco Dornelles.

E gostaria de saudar o Senador Francisco Dornelles.

Estive, Senador, na última semana, na OAB do Rio de Janeiro e, diante de cerca de mil advogados do seu Estado, participando de um evento, tive a oportunidade de saudá-lo – e a saudação feita perante os seus pares, os seus coestaduanos e perante os seus colegas cariocas, me parece mais legítima –, pelo seu trabalho, sempre atento ao devido processo legal, ao Estado de direito, à ordem constitucional. Penso que este é um papel que compete à Comissão de Constituição e Justiça: o controle preventivo de constitucionalidade.

Sabemos que o Supremo Tribunal Federal tem o controle repressivo de constitucionalidade. Ele pode declarar uma norma inconstitucional após a norma ser editada. Não pode declará-la inconstitucional ainda em tramitação, mas, após ser editada, sim. E a CCJ é que efetua o controle preventivo de constitucionalidade. E ter V. Exª nesta Comissão é certeza e segurança de que o Brasil e a Constituição se encontram protegidos pela sua palavra.

Faço uma saudação ao Senador Mozarildo Cavalcanti, à Senadora Lídice da Mata, da Bahia, aqui também presentes, que prestigiam esta audiência pública. Agradecemos penhoradamente, portanto, em nome dos

advogados brasileiros, a atenção de V. Ex^{as}. Sei que as atribuições dos Senadores são inúmeras, são muitas as comissões que funcionam ao mesmo tempo, são muitas as atividades que os Senadores têm ao mesmo tempo, e a presença, sem dúvida alguma, de todas as senhoras e todos os senhores significa o apreço pela matéria. Convergindo com a nossa opinião ou com a opinião dos advogados brasileiros, ou dela divergindo, a advocacia aprecia o debate, aprecia, portanto, que esta questão venha a lume nesta tão alta Casa da República para este diálogo de alto nível.

Vimos o Papa Francisco, recentemente, instando todos nós a realizarmos esse diálogo construtivo em prol do País, e é o que estamos fazendo neste momento, um diálogo construtivo pelo Brasil.

Temos a PEC, que, na realidade, já foi modificada com relação ao substitutivo. A PEC original previa uma ação rescisória constitucional. Quer dizer, em vez de se ter direito ao recurso, fazer previsão de que havia o trânsito em julgado e, em vez do recurso, a parte teria direito a uma ação rescisória constitucional. De fato, uma inovação, e me parece que, regimentalmente falando, com a apresentação do substitutivo, é sobre o substitutivo que deveríamos centrar o nosso olhar neste momento.

O substitutivo já mantém o direito ao recurso, mas ele diz que o recurso não obsta o trânsito em julgado. O que isso significa na prática? Significa a clareza da inconstitucionalidade mais flagrante. A inconstitucionalidade já era presente com a ação rescisória, mas, com o substitutivo, fica ainda mais evidenciada a inconstitucionalidade. Por quê?

Porque, se a Constituição Federal assegura o recurso, e a norma do substitutivo continua assegurando o direito ao recurso, como a matéria transitou em julgado? Ora, o trânsito em julgado diz respeito à inexistência do recurso. É da natureza do trânsito em julgado. É algo como, por exemplo, colocar na Constituição Federal, Senador Dornelles, que o direito de propriedade não significa o direito de propriedade; que o direito de propriedade significa outra coisa. Mas o direito de propriedade é uma construção milenar da humanidade. E o direito de propriedade todos nós sabemos, e não precisa a Constituição dizer o que é. O direito de propriedade está assegurado na Constituição Federal, dizendo que se assegura a propriedade. Mas a Constituição Federal não qualifica a propriedade. Por quê? Porque essa é uma construção milenar da humanidade. Todos sabemos o que significa o direito à propriedade. Isso está insito à cultura. E, no direito processual, do mesmo modo: o que significa trânsito em julgado de uma matéria? Significa que não cabem recursos a essa matéria. É um atestado de óbito jurídi-

co. Então, como há direito ao recurso e isso não obsta o trânsito em julgado? Ou seja, o cidadão ingressou com o recurso... Porque esse é o substitutivo, que diz: “a interposição dos recursos extraordinário ou especial não obsta o trânsito em julgado da decisão que os comporte”.

Penso que essa matéria – e vou fazer um desvio já até para trazer novamente... Eu sempre percebo que o Senador Ferraço tem essa abertura para o diálogo, como a OAB também possui. Nós vimos isso na questão do Estatuto da Criança e do Adolescente. E estamos em falta ainda com o Conselheiro, mas iremos agora suprir essa falta com a apresentação do estudo da OAB sobre a matéria. Mas essa matéria está sendo resolvida no Código de Processo Civil.

O Código de Processo Civil que o Senado já aprovou, que foi a debate na Câmara, que a Câmara, na próxima quarta-feira, já pautou para o plenário – já aprovado na Comissão Especial da Câmara –, está criando sistemas inovadores para dar conta da questão do acúmulo de processos nos tribunais, inclusive nos tribunais superiores, de Justiça e no Supremo, sem criar questões como essa de que o direito ao recurso não obsta o trânsito em julgado.

Por exemplo, o Senado aprovou – e a aprovação foi unânime de parte das Sr^{as} e dos Srs. Senadores – o incidente de resolução de demandas repetitivas, que é uma forma de resolver milhões de questões de uma só penada, assegurando tratamento isonômico a todos os brasileiros. É uma proposta do Senado, que a Câmara manteve – e, assim, sequer sofrerá a reanálise pelo Senado –, mas o projeto retornará ao Senado, uma vez que outras matérias foram alteradas, e o Senado terá a oportunidade de, ao apreciar o novo Código de Processo Civil, pôr o seu olhar sobre essa questão do acúmulo de processos. Então, no novo CPC, a questão processual estará sendo discutida.

Também lá há elementos, aprovados pelo Senado, como, por exemplo, Senador Ferraço, a retirada do efeito suspensivo da apelação, dando às sentenças judiciais já a possibilidade da execução em matérias cíveis, salvo se houver a cassação por um desembargador, que irá apreciar a matéria. Já no primeiro despacho, ele irá dizer se recebe ou não com efeito suspensivo. Ou seja: essas preocupações todas que são postas no projeto quanto a uma celeridade e uma rapidez nas decisões da Justiça, a meu juízo, devem ser discutidas no âmbito do Código de Processo Civil.

Eu tenho dito – e foi essa a palavra, inclusive, que levei à Presidente da República quando ela propôs a Constituinte para a reforma política: “Presidente, é muito complicado alterar a Constituição Federal para qualquer ideia que surja no Brasil”. Não podemos con-

vocar uma Constituinte como se convoca uma conferência de economistas para discutir a inflação ou uma conferência de advogados para discutir uma questão penal. Não podemos alterar a Constituição da República a todo e qualquer momento!

Nós vivemos 25 anos da Constituição Federal; temos um período de estabilidade constitucional nesses 25 anos. A OAB, inclusive, homenageará todos os Constituintes no dia 1º de outubro, inclusive os dois Constituintes que foram Presidentes da República: Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso. Faremos essa homenagem na OAB a todos os Constituintes, para dizer da importância do Parlamento brasileiro, do Parlamento Constituinte e para dizer da importância da Constituição Federal.

Então, parece-me que essas questões todas podem e devem ser discutidas no âmbito do Código de Processo Civil, que voltará, já no próximo mês, ao Senado. O Senado aprovou um Código de Processo Civil; e por que aprovou um Código de Processo Civil pela unanimidade dos Senadores? Porque o Senado apostou que o novo Código pode trazer celeridade. Então, como já alterar a Constituição Federal com o mesmo objetivo? Não seria mais adequado implantar o novo Código de Processo Civil? E o Senado poderá novamente reavaliar. Assim, aprovado o novo Código de Processo Civil, Senador Dornelles, implantado, posto em efetividade, se ele não der conta de resolver as questões de celeridade postas, poderemos analisar uma alteração na Constituição Federal.

Eu percebo que, no Brasil, há uma espécie de sofreguidão. O Congresso acaba de aprovar uma medida, o novo Código de Processo Civil, uma medida que objetiva a celeridade, e já estamos cuidando de outra medida constitucional para tratar da celeridade, sem que aquela primeira tenha sido posta em prática. Então, se o Senado aprovou, à unanimidade, o novo CPC, é porque a unanimidade do Senado disse que o novo CPC trará celeridade. Então, vamos apostar no novo Código de Processo Civil!

Então, já fazendo esses parênteses para dizer que, na nossa opinião, nós teríamos de esperar os resultados do novo CPC para ver em que medida ações como essa seriam necessárias, eu volto ao debate sobre esta ação especificamente.

Na opinião dos advogados brasileiros, respeitadas as opiniões diferentes, ainda porque, como costume dizer, não somos donos da verdade – trazemos só a nossa opinião, fruto de uma análise que o Conselho Federal da OAB fez juntamente com o Instituto dos Advogados Brasileiros –, mas trata-se de uma voz uníssona na advocacia brasileira de que esse projeto fere princípios constitucionais.

Então, além de ser um projeto que poderia esperar o novo CPC, ele, em si, é um projeto que fere também diversos dispositivos constitucionais. E o primeiro deles é este: considerar que o trânsito em julgado irá ocorrer mesmo com a interposição de recursos.

Não vou repetir o que já disse, porque a Constituição Federal pode muito, mas não pode tudo. A Constituição não pode mudar a natureza das coisas. Ela não pode dizer que em um pote de sal há açúcar. “Fica declarado que o pote de sal contém açúcar”, ou ainda, “fica declarado que propriedade privada não é mais propriedade privada, mas outro instituto”. Há coisas que não podem ser mudadas!

O que é o trânsito em julgado de uma matéria? O trânsito em julgado de uma matéria é não comportar recursos. Ora, se comporta recursos, não pode ter trânsito em julgado. Podemos discutir outros assuntos, outras questões, mas não essa do trânsito em julgado.

Então, parece-me que fere, sim, uma cláusula pétrea constitucional, além da questão da essência do instituto, e a cláusula pétrea constitucional, aprovada pelo Congresso Nacional, é aquela segundo a qual a todos fica assegurado o direito à ampla defesa com os recursos que lhe são inerentes.

Senador Dornelles, o que significa uma ampla defesa? E veja que as Sr^{as} e os Srs. Constituintes foram sábios, pois eles não asseguraram a “defesa”; eles asseguraram a “ampla defesa”. Veja que veio qualificada a defesa na Constituição Federal. E o que é uma ampla defesa? É uma defesa efetiva!

Do que adianta recorrer se já fez trânsito em julgado? Do que adianta recorrer se o cidadão vai para a cadeia? E, depois, esse tempo que ele ficou preso quem vai restituir? Se o recurso for provido, quem irá restituir os dias em que o cidadão ficou preso indevidamente? Não há restituição alguma para um dia, um minuto que o cidadão ficar injustamente preso! É disso que se cuida aqui. É algo muito grave!

Eu até vejo que as intenções são as melhores possíveis, mas é papel da OAB trazer esse alerta ao Congresso Nacional. Aliás, creio que fomos convidados com essa base.

E o Senador Dornelles já trouxe os números, que são os números que nós realmente temos apurados, das estatísticas do Judiciário. Senadores, 65 mil recursos especiais foram providos por ano pelo Superior Tribunal de Justiça! Isso equivale a 37% do total. O que significam 65 mil recursos providos por ano? São 65 mil seres humanos, 65 mil vidas, 65 mil brasileiros, 65 mil pais de família injustiçados, que já teriam cumprido ou uma sanção penal, ou cumprido uma decisão na área civil; enfim, ele há teria sofrido um contratempo

peçoal, familiar, processual para, que, só depois, fosse reconhecido a ele o seu direito.

Eu penso que o legislador e nós todos, brasileiros, não podemos colocar 65 mil pessoas por ano em risco para resolver um problema de acúmulo de processos em tribunais superiores. Acúmulo de processos em tribunais superiores pode ser resolvido de outra forma.

Por que o STJ não admite aumentar o número de ministros, por exemplo? Por que ele nunca admitiu isso? O prédio do STJ já foi feito para ter três vezes mais ministros. São só 33 ministros para o Brasil. Comparem com o que acontece com o resto do mundo. A questão pode ser posta também nesse nível. Outras maneiras podemos verificar para se diminuir o acúmulo de processos, mas não deixar, por ano, 65 mil pais e mães de família em dificuldade no Brasil por conta de acúmulo de processos. Eu penso que um cidadão que for injustiçado não justifica termos uma medida como esta. Então, nós temos, no Supremo Tribunal Federal, 28%, Senadora Lídice da Mata...

Tudo bem, prezada Senadora Ana Rita, do nosso queridíssimo Estado do Espírito Santo?

Vinte e oito por cento dos recursos criminais no Supremo Tribunal Federal são providos, de algum modo. São 28%! É mais do que um quarto dos recursos. Então, como se pode dizer que são recursos protelatórios, se são providos? E essas pessoas já terão cumprido pena, já terão sentido, novamente, dissabores... Portanto, contra fatos não há argumentos, contra os números não há argumentos.

Então, respeito as boas intenções do proponente, tanto do ex-Ministro Peluso, do Supremo Tribunal Federal, como do Senador Ricardo Ferraço, sempre muito atuante, como eu disse, republicano, preocupado com as causas do País, mas a Ordem dos Advogados do Brasil traz este alerta ao Congresso Nacional. Lembrem-se de que, há alguns anos, no Estado do Maranhão, um desembargador determinou que, com um maçarico, o cidadão fosse abrir a porta do Banco do Brasil para tirar o dinheiro de uma indenização de R\$200 milhões por danos morais. Isso faz tempo. Se não houvesse direito ao recurso, aquela cena estaria consolidada.

Quer dizer, então, penso que retirar o direito ao recurso ao Superior Tribunal de Justiça ou dar trânsito em julgado ou criar ação rescisória não é o adequado.

Eu queria também, Presidente, trazer uma preocupação, uma preocupação dos tempos atuais que vivemos no nosso País. É que o projeto, o substitutivo, que é o que está em discussão neste momento, prevê, Senador Presidente e Presidente da AMB, dois dispositivos que a população brasileira vai considerar que estabelecerão uma desigualdade entre os nacionais.

Eu escrevi um artigo intitulado “Não somos tão iguais assim”. Por quê? Porque está dito aqui que vai caber recurso ordinário para as ações penais decididas em única instância pelos tribunais. Ou seja, as ações contra prefeito, contra deputado estadual, contra governador de Estado, essas ações penais têm recurso, recurso, portanto, ordinário, que, portanto, vai à instância superior. Para todos os brasileiros, um tratamento, para todos os demais, mas, para os brasileiros de foro privilegiado, outro tratamento. Penso que isso aqui também é um alto risco no momento que vivemos em nosso País. Quer dizer, a PEC, ao ponto em que põe o cidadão desprotegido do recurso, põe a salvo quem possui foro privilegiado, porque, efetivamente, todos sabemos que temos de ter direito ao recurso. O ideal é fazer isso para todos os brasileiros, para todos terem direito a recurso. Não pode haver a previsão de um recurso para os que têm foro privilegiado e, para os demais, um recurso diferente, um recurso que obsta o trânsito em julgado.

Então, em minha opinião, todos os brasileiros têm o mesmo tratamento, o mesmo direito ao recurso, sem discutir o trânsito em julgado.

Ora, temos, portanto, estas observações a fazer. Eu trago, também, um parecer escrito, para não tomar muito tempo de V. Ex^{as}, uma nota técnica do Conselho Federal sobre a matéria, na qual todas essas questões estão postas, e penso que é chegada a hora de nós construirmos, Senadores, outro viés, que não só o legislativo, para análise dessas matérias. O Judiciário tem que fazer sua parte. O Judiciário tem que se organizar. Os presidentes de tribunais têm que deixar de fazer de sua gestão uma gestão estanque, que não se comunica com a gestão anterior e não se comunica com a gestão seguinte. Parece que se faz uma capitania hereditária naquela gestão de presidente de tribunal. Ele tem que administrar os processos judiciais. Temos de fazer a administração de processo. Temos que ter uma administração organizada, planejada, do Judiciário. Então, fica uma cobrança muito grande sobre o Legislativo. Eu perguntei na revista *Veja*... O que eu falo aqui, Senadores, eu falo em qualquer lugar. Eu perguntei na revista *Veja* desta semana: o que o Presidente do Supremo está fazendo concretamente para planejar o Judiciário, organizar o Judiciário e trazer celeridade?

Quer dizer, joga-se para o Legislativo toda uma responsabilidade, e o Judiciário não faz sua parte. O dinheiro que vai para o Judiciário é mal aplicado, fica encastelado nos tribunais, gastos absurdos na cúpula dos tribunais, e o dinheiro não é espalhado onde a população se encontra, nas varas e comarcas. Prédios suntuosos dos tribunais, mas cadê o dinheiro lá

na comarca, onde o juiz trabalha – o Presidente sabe disso, pois esteve em Parnaíba –, ele trabalha sem computador...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O que a OAB acha das eleições diretas nos tribunais de justiça nos Estados?

O SR. MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO – Apoiamos essa importante pauta da Associação dos Magistrados Brasileiros. Eu já estive com o Presidente Calandra quando a AMB completou 60 anos, no ano passado. Eu estive numa sessão do Senado. Naquela oportunidade, eu disse que a OAB está a favor dessa proposta para democratizar a Justiça brasileira. Então, o Judiciário tem que se abrir também. Nós temos muita cobrança sobre o Legislativo, e o Judiciário continua encastelado, distante da realidade, jogando uma culpa sobre o Congresso Nacional. “A culpa é do legislador!” Não, a culpa também é do Judiciário, que não administra os processos.

E outra: estamos apoiando também, Senador Ferraço, uma campanha do corregedor do CNJ, que significa o juiz presente na comarca.

O que acontece hoje no Brasil? Magistrados trabalhando às terças, quartas e quintas. É o que nós chamamos de “magistrados TQQs”. Não trabalham nem sexta nem segunda. O que o CNJ está fazendo? Obrigando todos a marcarem audiências segundas e sextas-feiras, de todos os níveis. Por quê? Porque, havendo audiência nas segundas e sextas-feiras, serão obrigados a trabalhar a semana inteira.

São questões também estruturais importantes que nós temos de cobrar do Judiciário, e não jogar a culpa pela falta de celeridade só no Congresso Nacional. Então, penso que, além dessa mudança estrutural, da mudança cultural, nós, advogados, temos de fazer a nossa parte. Os advogados públicos têm que deixar de recorrer de tudo. Direito de férias de servidor público... A AGU, a Advocacia Pública recorre até o Supremo. Ora, não foram pagas as férias de servidor público... Que matéria constitucional tem nisso? Mas há um recurso, e nós sabemos, Senador Ferraço, que existe a possibilidade de a Advocacia Pública editar súmulas administrativas pelas quais os advogados públicos não teriam a obrigação de recorrer, Senador Dornelles. Então, nós temos que cobrar da Advocacia Pública por que não editam mais súmulas administrativas. Foi o Ministro Gilmar Mendes que instalou, quando era da AGU, as súmulas. Então, nós temos que ver por que a Advocacia Pública não edita as súmulas. Mais da metade dos processos que estão nos tribunais é da Advocacia Pública, que recorre de tudo. Nós, advogados, temos que fazer nossa parte também.

Então, penso que, com a mudança cultural de todos os atores, a mudança estrutural e com um novo Código de Processo Civil, que o Senado já aprovou e que retornará a apreciar alguns pontos, nós teremos já a resposta legislativa para a questão da celeridade, sem tirar do cidadão, principalmente em matéria penal, o direito ao recurso, ou manter o direito a recurso, mais o trânsito em julgado.

Na minha opinião, Senador, não há um bem maior do que a liberdade. Tirar um dia a liberdade de um ser humano, tendo ainda direito a recurso, para cumprir pena? Esse não é o sistema penal brasileiro. Nós somos um país que acredita na dignidade da pessoa humana, um país essencialmente cristão, um país que respeita o próximo, um país que diz o seguinte: é preferível que não tenhamos um inocente preso; que tenhamos mil culpados soltos a ter esse um inocente preso. Esse um inocente não justifica, porque esse um inocente é um ser humano que será detido indevidamente por um dia, por um minuto que seja. Não podemos permitir esse poder ao Judiciário brasileiro.

Enquanto houver recurso, não pode haver cumprimento de pena. Enquanto houver recurso, o cidadão tem direito, sim, a ser respeitado como inocente. Isso está na Constituição Federal, Senador Dornelles. A Constituição Federal diz...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Um minuto...

O SR. MARCOS VINICIUS FURTADO COELHO – Estou concluindo. Esse dispositivo, essa PEC, revoga indiretamente, Senadoras queridas, prezadas e competentes Senadoras da República, esse dispositivo revoga indiretamente outro dispositivo constitucional que diz que se presume-se inocente até que haja sentença penal condenatória transitada em julgado, ou seja, definitivamente julgado, portanto, que não caiba recurso. Condenar alguém, fazer com que alguém seja preso antes de ter a culpa formada completamente, enquanto for presumido inocente, é, portanto, inconstitucional. Então, ao dizer que não obsta o trânsito em julgado, está revogando aquele dispositivo da presunção da inocência. Por quê? Se eu vou responder a uma pena como se já condenado fosse, eu estarei sendo considerado culpado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito bem.

O SR. MARCOS VINICIUS FURTADO COELHO – Portanto, quero aqui trazer esses elementos pela rejeição da PEC, porque a PEC, no início, criava uma ação rescisória, mas mudou; agora mantém o recurso, mas obsta o trânsito em julgado, transformando alguém que ainda tem recurso, portanto, alguém que ainda é inocente, em culpado. Não podemos permitir que isso

aconteça em nosso Brasil, porque, assim, estaríamos ferindo uma cláusula pétrea constitucional, portanto imodificável, que diz que todos somos inocentes enquanto tivermos direito a recursos.

Essa é a opinião do Conselho Federal dos Advogados do Brasil e dos 800 mil advogados brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a exposição...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... brilhante do Presidente da OAB e determino à Secretaria que encaminhe física e eletronicamente a nota técnica a todos os membros desta Comissão.

Com a palavra, pela ordem, o autor da proposta, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu estou aqui em uma situação das mais delicadas, tendo que fazer uma escolha de Sofia: a escolha entre continuar aqui na condição de autor para que nós possamos esgotar, estressar esse debate, que é da maior relevância, e cumprir a minha tarefa como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, cuja abertura temos de fazer, e já estamos atrasados.

Mas quero cumprimentar evidentemente o Dr. Marcus Vinicius, o Dr. Henrique Calandra e pedir a V. Ex^a que ouça também a voz dos nossos magistrados, porque o que precisamos aqui é firmar juízo de valor. Eu já tenho o meu, e as minhas convicções estão postas. Mas é importante que esse juízo de valor possa estar disponível através das várias visões.

Na verdade, Dr. Marcus Vinicius, quero apenas fazer um registro. Existem alguns mitos e algumas jabuticabas. Uma delas é a que vou registrar aqui. Nenhum país civilizado tem quatro instâncias. O Brasil, aliás, até 1988, tinha três. A quarta só surgiu com a criação do Superior Tribunal de Justiça. Teve três. Nunca ninguém reclamou porque tinha três. Agora é o único país do mundo que tem quatro estágios de recurso. Estados Unidos, Inglaterra, França, Espanha, Portugal, Itália, Alemanha, em nenhum desses países há quatro graus de jurisdição. Somente no Brasil. Esses países tratam de maneira desigual o direito individual dos seus cidadãos?

Então, há uma série de questões que nós precisamos considerar, até porque, quando foi instituída a súmula vinculante, o instituto de repercussão geral, a expectativa é de que isso pudesse produzir celeridade à Justiça brasileira; e, na verdade, isso não tem acontecido, sobretudo em relação aos superiores tribunais.

Esse debate é muito bem-vindo em que pese a legitimidade, não apenas isso, mas a competência de V. S^a, que traz brilho, traz luz. Mas nós precisamos aprofundar um pouco esse debate. Então a presença de V. S^a aqui, quero crer que o posicionamento da AMB, do Dr. Henrique Calandra, tudo isso é muito importante para a construção desse valor de juízo.

Eu peço, assim, mil desculpas, as minhas escusas solenes por ter de seguir para a Comissão de Relações Exteriores. Mas quero crer que as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que terão, daqui a uns dias, de decidir sobre esse tema possam estar aqui para firmarem seu juízo de valor, porque nós temos ainda um debate muito, muito intenso a fazer em relação a essa matéria. Mas agradeço sempre a generosidade, a cordialidade, o brilho e a competência que V. S^a traz à Comissão de Justiça e peço escusas ao nosso Presidente Calandra por ter de seguir a minha tarefa na Comissão de Relações Exteriores.

Muito obrigado.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Presidente, também terei que me afastar para acompanhar o Presidente, porque sou membro da Comissão, e nós vamos ter uma agenda de votações naquela Comissão da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco Maioria/PP – RJ) – Presidente, nós perdemos muito com a ausência do Senador Ferraço e de V. Ex^a, mas eu compreendo perfeitamente o que está ocorrendo nas Relações Exteriores.

O SR. HENRIQUE NELSON CALANDRA – Um minutinho só para um esclarecimento antes de saírem, se me permite, Presidente.

Eu queria só apresentar duas pequenas objeções ao meu querido amigo e *bâtonnier*, Marcus Vinicius, agora coestaduano, porque eu também virei nordestino – recebi ontem o título de cidadão. Queria colocar duas questões. Primeiro, o recurso ordinário constitucional é obrigatório porque o Brasil firmou um pacto internacional de direitos humanos que obriga haja pelo menos duplo grau em matéria penal. Então, não há nenhuma incongruência e nada de errado quando políticos que são julgados nos tribunais estaduais ou regionais têm acesso ao recurso ordinário constitucional, porque isso decorre de um compromisso internacional subscrito pelo Brasil.

O processo que agora está sendo julgado no Supremo, a Ação Penal nº 470, traz, no seu bojo, o julgamento em primeira, única e última instância. O resultado disso é a violação desse tratado. Eu queria só dizer isso. E mais: eu presidi um júri onde o réu foi condenado a 38 anos, depois de recorrer durante dez

anos. Ele saiu pela porta da frente junto com a família da vítima. Será que é isso que as ruas querem?

Só para colocar antes da saída dos queridos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco Maioria/PP – RJ) – Está aberto o debate. *(Pausa.)*

Eu queria dizer da minha discordância do ilustre Presidente Marcus Vinicius quando disse que o Poder Judiciário é o grande responsável pela lentidão das decisões que envolvem o exame de processos, exames de pendências. Os grandes responsáveis são o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Não existe lugar no mundo onde exista uma fúria legislante tão grande quanto o Brasil. Leis malfeitas, leis que são feitas dentro de critérios que levam tudo em consideração, menos os seus aspectos constitucionais e jurídicos.

Em cada medida provisória baixada pelo Governo, na realidade, há milhares de pendências, porque são mal redigidas, não levam em consideração o que está disposto na Constituição. De modo que eu concordo plenamente com os trabalhos que têm sido realizados em que temos de estabelecer alguns critérios, tirando do Poder Executivo ou da Advocacia-Geral da União o direito de recorrer sobre assuntos já praticamente consolidados, porque, pelo que se vê, 77% dos casos litigantes são decorrentes da presença do Poder Público.

Também devo dizer, aproveitando o assunto, embora praticamente não seja da matéria examinada, que esse problema de o juiz ter que ficar na cidade de segunda à sexta parte do pressuposto que ele só está trabalhando quando está sentado lá. O grande trabalho que ele faz, muitas vezes, é o trabalho em casa, é o trabalho de fim de semana, é o trabalho em que ele não está presente na comarca.

De modo que eu acho que essa ideia é a mesma coisa de dizer que o Deputado só trabalha de terça à quinta. Mas precisam ver o que ele faz sexta, segunda, sábado e domingo na sua base.

Então, é um conceito errado dizer que o juiz só está trabalhando na hora em que está sentado dentro do seu escritório. O grande trabalho, muitas vezes, é feito em casa, é feito à noite, é feito nos fins de semana. Talvez poucos profissionais, poucos setores trabalhem tanto quanto o Poder Judiciário brasileiro.

Os responsáveis pelo que existe hoje de lentidão do processo decisório, pelo acúmulo de processos são o Executivo e o Legislativo. O Executivo, pelo seu poder legislante, e o Legislativo, porque legisla mal, ignora suas consultorias, ignora parecer de seus técnicos e, muitas vezes, toma decisões totalmente absurdas, que têm de ser realmente decididas no Judiciário.

Eu queria cumprimentar o ilustre Presidente da OAB pela sua exposição e dizer que esse assunto tem

de ser debatido, muito. Eu sou totalmente contra que um assunto de tal relevância seja votado de forma apressada. Eu diria que nós precisaríamos de muitas audiências e pediria, inclusive, à Senadora Ana Rita que conhece profundamente a matéria para apresentar sugestões, a fim de que possamos ter outras audiências e debater profundamente a matéria, com a presença de todas as partes interessadas. Uma reforma constitucional dessa profundidade não pode ser feita através de debates superficiais, de que não participe um maior número de representantes da sociedade.

Queria cumprimentar o Presidente da OAB pela sua exposição, coerente com a sua competência, com a tradição da Ordem dos Advogados do Brasil, que está presente em todos os grandes movimentos mais importantes da vida pública do País.

Parabéns! Estou certo de que esse assunto vai ser amplamente debatido. Precisamos muito da presença aqui do meu querido amigo, Dr. Henrique Calandra, que tem tido uma posição extremamente importante na defesa do Poder Judiciário. Que traga a esta Comissão condições para que façamos um debate profundo sobre a matéria.

O SR. HENRIQUE NELSON CALANDRA – Senador, eu queria pedir um minuto a mais porque, diante dos compromissos dos Senadores que aqui comparecem, primeiramente, queria homenageá-lo, porque o senhor representa para nós uma reserva moral do povo brasileiro. O Senador Dornelles é um amigo queridíssimo, e essa PEC nasceu de um trabalho feito na Fundação Getúlio Vargas, onde o Senador é um símbolo, um ícone. Esse trabalho resultou na PEC nº 15.

Eu queria rapidamente, Senador, em nome da Magistratura brasileira, expressar o inteiro apoio para que nós mudemos o sistema recursal existente no Brasil de hoje. O clamor das ruas indica que alguma coisa precisa mudar.

Nós, advogados... e fui advogado durante vários anos, antes de ser juiz, fui advogado da Ordem dos Advogados do Brasil, no tempo da ditadura e posso efetivamente testemunhar que o Brasil precisa de mudanças. No Espírito Santo, nós reunimos milhares de pessoas na rua, porque dez anos depois de assassinado o meu colega Alexandre Martins, Senadora e Senador, ainda não foram julgados os mandantes do crime, tal o volume de recursos que há no Brasil.

Nós tínhamos, anteriormente, no processo do júri, Senador Dornelles, pena de morte, nos anos de 1800 e nós continuamos com a mesma dinâmica. A fase de pronúncia no júri leva a perplexidades e a retardamentos injustificados.

A senhora, que é uma expoente, uma mulher brasileira, sabe que uma jornalista brasileira foi assas-

sinada pelo jornalista Pimenta Neves por questões de somenos, e 11 anos se passaram sem que esse brasileiro começasse a cumprir o primeiro dia da pena.

E nós temos exemplos imensos no Brasil. Eu trago aqui a minha experiência. Eu completei, no dia 16 de julho, 68 anos de idade, 53 anos trabalhando sem parar. Fui quatro vezes dirigente da União Internacional de Magistrados, que envolve países de todo o mundo. Conheço sistemas recursais e constitucionais de pelo menos 100 países. O Brasil é um país maravilhoso, mas precisa ter efetividade naquilo que decide. As agências controladoras têm que exercer o seu papel; elas não podem jogar todas as demandas para o Poder Judiciário. O inverso da atuação da agência reguladora é o epicentro dos processos que chegam e aportam ao Poder Judiciário.

Então, quanto mais eficiente a agência reguladora, menor o número de demandas, menor a violação a direitos de pessoas.

Eu fico feliz por esta oportunidade que o Senado concede à Magistratura, ainda que seja nesta audiência com tempo muito curto, porque posso trazer aqui, não como juiz apenas, mas também como parte, trazer como cidadão brasileiro que escuta as ruas também – às vezes dá vontade de pintar a cara e sair para a rua – que cinco juízes brasileiros foram assassinados, e não temos nenhum dos mandantes punido, tal é o volume de recursos existentes.

A minha colega do Estado de Mato Grosso foi morta dentro do fórum com quatro tiros nas costas, e a pessoa que a matou, presumidamente inocente, mas filmada atirando nas costas da mulher, se é que há algum álibi para isso, está em liberdade. Gil Rugai, condenado a 38 anos pelo assassinato do pai e da madrasta, saiu pela porta da frente junto com os jurados.

Esse resultado traz, para nós, a seguinte consequência: no Rio de Janeiro, 92% dos casos de homicídio na Meta 2 foram arquivados. Ninguém se dispõe a ser testemunha, num processo de júri em que o indivíduo, perigosíssimo, que mata um juiz, que pica um jornalista, sai pela porta da frente junto com a testemunha e vai ali tomar a condução junto com eles.

Eu queria homenagear a Advocacia, homenagear o Senado, aqui na Comissão presidida pelo meu queridíssimo Senador Vital do Rêgo, um grande amigo do povo brasileiro, um brasileiro ímpar, e pedir que esta Comissão vote a emenda na sua formalidade. Ela tem forma para chegar ao plenário. Eu acho que não é porque nós fizemos uma reforma processual ou processual penal que nós não podemos mudar aspectos fundamentais. Nós temos de abandonar o velho. Um trânsito em julgado não é atestado de óbito para um

direito; pelo contrário, é atestado de vida para aquele que sofreu uma lesão terrível.

Eu tenho uma prima, Rita de Cássia, uma médica, que, num Dia dos Pais, em Salvador, foi sequestrada, abusada, maltratada e assassinada diante da filha de 2 anos. E esse indivíduo tem direito a ficar em liberdade porque é presumidamente inocente; vai começar a cumprir o primeiro dia da pena no dia em que Deus quiser, depois de 10, 11 anos de recursos. Isso não é porque o juiz demore ou o tribunal demore; é o sistema recursal: ações rescisórias, ações de revisão criminal aportam nos tribunais todo dia. No Paraná, 40% das revisões criminais foram providas. Não é porque o tribunal errou ao julgar, mas porque o Senado mudou a lei em matéria de tráfico de drogas, e o regime de cumprimento de pena era outro. Então, bastava uma petição; não precisava de uma ação de revisão criminal.

Números, meus queridos amigos, são aqueles que o Senador Aloysio apresenta no seu relatório: 4% em matéria cível e 2,7% em matéria penal.

É lógico que constrange dizer, porque um inocente que cumpra um dia a mais é triste, é difícil, mas um culpado que deixa de ser encarcerado é passe livre para que outros tirem a vida dos nossos concidadãos. A Magistratura brasileira se posiciona a favor – e com o nosso Presidente, Senador Dornelles – de um debate mais amplo. Somos a favor de que acabe a impunidade no Brasil!

Nós não podemos, Senador, ter um País onde cinco juízes são mortos. E eu, lá na sua terra, abraço a Maria Clara, com doze anos. E eu não tenho o que dizer pra ela, porque muita gente – envolvida na morte da mãe dela – que matou uma juíza diante da família, com 21 tiros, ainda não está sequer sentada no banco dos réus, a responder por esse horrível homicídio cometido.

Eu agradeço e conclamo os Srs. Senadores e sobretudo o povo brasileiro, que assiste à TV Senado, que nos unamos em torno de medidas urgentes. E o Senado brasileiro pode, alterando a Constituição, ministrar o remédio – estava aqui o Senador Mozarildo, médico; o Senador Vital do Rêgo – de que o povo brasileiro precisa para cessar essa violência incontida que autoriza pistoleiros a atirarem contra um juiz, a matar um promotor dentro do fórum, a tirar e ceifar vida de advogados, testemunhas, policiais, jornalistas, qualquer pessoa que enfrente de frente a onda de violência que existe nas ruas e no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco Maioria/PP – RJ) – Muito obrigado, meu querido amigo Henrique Calandra.

Para as considerações finais, dou a palavra ao Presidente Marcus Vinicius.

O SR. MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO

– Em primeiro lugar, Presidente Dornelles, para reiterar a admiração dos advogados brasileiros pela sua vida política, sua vida pública e seu compromisso com o Estado de direito e com a democracia.

Em segundo lugar, para dizer do nosso apreço ao Presidente da AMB, Calandra, e a todos os que compõem a Associação dos Magistrados Brasileiros. A Advocacia não acha que a Magistratura brasileira efetue um desserviço ao País. Nós entendemos que a Magistratura brasileira cumpre importante papel, tanto que a OAB, durante a ditadura militar, foi a entidade que defendeu as garantias da Magistratura brasileira.

O magistrado tem que ser respeitado em suas garantias. Acho que deve ser valorizado. A OAB está à disposição da AMB para fazer uma grande campanha pelo retorno do adicional de tempo de serviço para os magistrados, porque penso que há um grande equívoco, hoje no Brasil, que é retirar o incentivo para permanência na carreira. Hoje, o magistrado fica 30 anos na carreira com o mesmo salário. Isso não existe e não estimula a permanência na carreira. Estamos à disposição, portanto, para demonstrar que a valorização da Magistratura é algo que a Advocacia também entende como importante para o País.

Para o ponto que se discute, o diagnóstico do Presidente da AMB, com todo respeito, não corresponde ao remédio. Ele está tratando de um ponto em que a reforma constitucional, a reforma da Constituição da República retira a presunção da inocência quando o cidadão ainda tem direito de recurso para enfrentar um problema que pode e deve ser enfrentado de outra forma.

Ele falou de liberdade. Ora, nós sabemos que há, no Brasil, o instituto da prisão provisória, da prisão temporária. Para prender, no Brasil é possível fazer uma prisão preventiva, quando há casos em que haja a ocorrência de novos crimes, ou quando há o impedimento do processo penal; quando as testemunhas – o caso que ele mencionou de testemunhas – se sentirem ameaçadas por um criminoso, pode o juiz mandar prender o criminoso. A prisão preventiva serve para esses males em que a soltura choca a população brasileira, porque crimes em série são cometidos. Então, parece-me que é o caso de o Judiciário fazer sua parte.

Quando digo que é o Judiciário fazer sua parte é nesse sentido, porque o sistema legal já cria a prisão preventiva. Então, tem que ser utilizada a prisão preventiva. A interpretação da prisão preventiva deve ser feita, mas não, Senadora e Senador, mudar a Constituição Federal. Eu vou ler a Constituição Federal. Porque daí já não é uma opção nossa. Nós estamos aqui diante de um Poder Constituinte derivado e não

originário. Veja, um poder de reforma: “Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”. Logo em seguida, vai dizer a Constituição Federal: “Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.

Ora, esse artigo é cláusula pétrea constitucional, por opção do Constituinte. O que faz a PEC? Ele vai dizer que o direito ao recurso não obsta o trânsito em julgado. Então, o que está fazendo a PEC? Revogando esse dispositivo constitucional de forma indireta. Então, não é possível que o modelo constitucional brasileiro com a cláusula pétrea constitucional seja modificado para enfrentar problemas. Os problemas é que devem ser ajustados e modificados, mas respeitando a Constituição Federal. Esse é um ponto.

E por falar em estudo da FGV, eu trago aqui o estudo da Fundação Getúlio Vargas chamado “Supremo em Números”. O que diz a FGV sobre o problema do acúmulo de processos? Diz a FGV que o grande usuário recursal do Supremo Tribunal Federal é o governo. Quanto a isso não há a menor dúvida.

Analizamos todas as partes do Supremo recursal, e somados os últimos 21 anos alcançaram mais de mil processos cada. Encontramos que 75% dos processos do Supremo vêm do Poder Público! Setenta e cinco por cento dos processos vêm do Poder Público. Esse é o problema.

Então, o que nós temos de cobrar? Repito: é que a Advocacia Pública edite súmulas administrativas para dizer que não pode haver recursos de matérias já pacificadas. Essa é a questão. Estamos matando o boi para tirar o carrapato do boi. Quer dizer, estamos acabando com a presunção da inocência para resolver o problema de acúmulo de processos, quando na realidade o grave problema está na litigância recursal do Governo. Esse é o ponto que precisa ser enfrentado, dos advogados públicos inclusive.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO –

Portanto, vai o agradecimento ao Senado da República e a solicitação de que a Constituição Federal não seja modificada por via transversa, de forma indireta. Logo, esta PEC é inconstitucional, porque fere uma cláusula pétrea constitucional, que é a presunção da inocência enquanto houver direito a recurso.

Obrigado, Presidente Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco Maioria/PP – RJ) – Eu quero agradecer a presença do Presidente da OAB, meu caro Marcus Vinicius, e do prezado amigo Henrique Calandra, e dizer que foi uma honra enorme tê-los recebido nesta reunião.

E estou certo de que em uma matéria dessa importância, como toda matéria complexa, há divergên-

cias, as quais fazem parte do regime democrático. E as posições aqui tomadas, de um lado ou de outro, em quaisquer lados, não vão decorrer de problemas corporativistas ou pessoais, mas, sim, da preocupação do fortalecimento do ordenamento jurídico do País e de defender os dogmas básicos da Constituição.

Eu agradeço imensamente...

O SR. HENRIQUE NELSON CALANDRA – Senador, só para uma réplica...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco Maioria/PP – RJ) – Não. Do contrário a réplica terá tréplica. Fica a réplica para a próxima reunião que tivermos aqui.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 44 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e cinco minutos, do dia vinte e um de agosto de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Sérgio Souza, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Carlos Rodrigues, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Wellington Dias, Ciro Nogueira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Blairo Maggi, Vicentinho Alves e das Senadoras Ana Rita, Angela Portela, Lídice da Mata e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Luiz Henrique, Romero Jucá e Magno Malta. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A

Presidência registra a presença dos Senhores Nino Oliveira Toldo, Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJUFE); José Marcos Lunardelli, Vice-Presidente da AJUFE; Alexandre Vidigal de Oliveira, Diretor de Relações Institucionais da AJUFE; Fernando Marcelo Mendes, Diretor-Tesoureiro da AJUFE; Décio Gabriel Gimenez, Diretor de Comunicação da AJUFE; e da Senhora Candice Jobim, Presidente da Associação dos Juizes Federais da 1ª Região – AJUFER. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, de 2013.** Não Terminativo. Modifica os arts. 119, 120 e 121 da Constituição Federal, para proceder a alterações na forma de escolha dos membros dos tribunais eleitorais, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Pedro Taques e outros. **Relatoria:** Senador Anibal Diniz. **Relatório:** Pela constitucionalidade e juridicidade da matéria e, no mérito, favorável à Proposta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 2) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 11, de 2013.** Não Terminativo. Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970, o Regimento Interno do Senado Federal, acrescentando os §§ 3º e 4º ao art. 99, para disciplinar o comparecimento trimestral do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à Comissão de Assuntos Econômicos, em audiência pública, a fim de expor e discutir a execução e os fundamentos da política de financiamento de investimentos em todos os segmentos da economia nos quais o Banco atua, incluindo-se as suas dimensões social, regional e ambiental. **Autoria:** Senador José Agripino. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Em 17/07/2013, a Presidência concedeu vista ao Senador Sérgio Souza, nos termos regimentais, que apresentou a Emenda nº 1 (Substitutiva). A matéria será apreciada pela Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno. Em 20/08/2013, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Sérgio Souza, acolhida parcialmente pelo Relator. Aprovado o Requerimento nº 43, de 2013, de urgência para a matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, de 2009.** Não Terminativo. Disciplina o funcionamento de bancos de dados e serviços de proteção ao crédito e congêneres e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Bernardo Ariston. **Relatoria:** Senador Sérgio Souza. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 3, na forma do Substitutivo que apresenta, e contrário às demais emendas. Em 17/06/2009, foram apresentadas as Emendas nº 1 e 2, de autoria do Senador Arthur Virgílio. Em 27/08/2009, foi apresentada a Emenda nº 3,

de autoria do Senador Arthur Virgílio. Em 27/08/2009, foram apresentadas as Emendas nº 4 e 5, de autoria da Senadora Lúcia Vânia. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2009.** Não Terminativo. Acrescenta art. 2º-A, com §§ 1º e 2º, à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, para dispor que o bloqueto bancário poderá ser pago em qualquer agência bancária, inclusive após a data do seu vencimento. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 2010.** Não Terminativo. Estabelece o direito do consumidor de pagar contas vencidas, utilizando os mesmos meios a ele disponibilizados para efetuar o pagamento antes do vencimento e dá outras providências. **Autoria:** Senador Raimundo Colombo. **Relatoria:** Senador José Agripino. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, contrário aos Projetos. As matérias serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. Em 14/08/2013, foi recebido Voto em Separado do Senador Rodrigo Rollemberg, favorável ao PLS 138/09, com a emenda que apresenta, e contrário ao PLS 21/10. **Resultado:** Concedida vista ao Senador Francisco Dornelles, nos termos regimentais. **ITEM 5) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, de 2011.** Não Terminativo. Altera o art. 37 da Constituição Federal, para determinar a publicação, em meio impresso e eletrônico, dos atos da administração pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Autoria:** Senador Pedro Taques e outros. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, e, no mérito, favorável à Proposta, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido da relatora, para reexame. **ITEM 10) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, de 2011.** Não Terminativo. Altera o art. 159 da Constituição Federal, para aumentar a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios. **Autoria:** Senador Clésio Andrade e outros. **Relatoria:** Senador Gim (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Favorável à Proposta. Em 14/08/2013, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta. Votam vencidos os Senadores Anibal Diniz, Armando Monteiro, Eduardo Suplicy, José Pimentel e Wellington Dias. **ITEM 11) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 65, de 2005.** Não Terminativo. Altera o Art. 159 e o art. 34 do Ato das Disposições Constitu-

cionais Transitórias, ambos da Constituição Federal. (Altera os percentuais dos tributos arrecadados destinados ao Fundo de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e aos programas de financiamento do setor produtivo das regiões). **Autoria:** Senador Pedro Simon e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2007.** Não Terminativo. Dá nova redação ao inciso I do art. 159 da Constituição Federal, para incluir o produto da arrecadação das contribuições sociais que especifica no compartilhamento com Estados e Municípios. **Autoria:** Senador Francisco Dornelles e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, de 2009.** Não Terminativo. Altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a compensação de benefícios tributários concedidos pela União, relativos aos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados. **Autoria:** Senador José Agripino e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, de 2009.** Não Terminativo. Altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a compensação aos Estados, Distrito Federal e Municípios dos benefícios tributários e reduções temporárias de alíquotas concedidas pela União, relativos aos impostos referidos nos incisos I e II desse artigo. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, de 2009.** Não Terminativo. Altera o art. 159 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para criar o Fundo Nacional de Defesa Civil. **Autoria:** Senador César Borges e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, de 2009.** Não Terminativo. Altera o art. 159 da Constituição Federal, para destinar ao Fundo de Participação dos Municípios parte da arrecadação da União relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas b e c do inciso I do art. 195. **Autoria:** Senador Alvaro Dias e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, de 2009.** Não Terminativo. Altera a redação das alíneas a, b e c, do Inciso I do art. 159 da Constituição Federal, para modificar o percentual de repasse da arrecadação de impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados. **Autoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, de 2011.** Não Terminativo. Acrescenta o art. 159-A à Constituição Federal, para determinar a compensação financeira pela União aos demais entes federados, e pelos Estados aos res-

pectivos municípios, nas hipóteses que especifica. **Autoria:** Senador Aécio Neves e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 125, de 2011.** Não Terminativo. Altera a Constituição Federal para destinar dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção do domínio econômico, divididos igualmente, aos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE e dos Municípios – FPM. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz e outros. **TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, de 2012.** Não Terminativo. Acrescenta o art. 159-A à Constituição Federal, para determinar a compensação financeira pela União aos demais entes federados de gasto tributário relativo aos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados. **Autoria:** Senador Benedito de Lira e outros. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação da PEC nº 31, de 2011, e pela rejeição das PECs nº 65, de 2005, 17, de 2007, 9, 12, 20, 23 e 35, de 2009, 125, de 2011, e 2, de 2012. Em 21/08/2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira reformula o Relatório para acolher a Emenda nº 1, apresentada pelo Senador Eduardo Lopes, durante a discussão. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à PEC nº 31, de 2011, com a Emenda nº 1– CCJ, e contrário às PECs nºs 65, de 2005, 17, de 2007, 9, 12, 20, 23 e 35, de 2009, 125, de 2011, e 2, de 2012, que tramitam em conjunto. Votam vencidos os Senadores Eduardo Suplicy e José Pimentel. **ITEM 27) CONSULTA (SF) Nº 1, de 2013.** Não Terminativo. Consulta do Requerimento nº 38, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que requer manifestação da CCJ quanto à constitucionalidade e à juridicidade dos projetos de lei que visam alterar a relação descritiva de transportes, constante do anexo da Lei nº 5.917/73. **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (PERMANENTE). **Relatoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatório:** Voto nos seguintes termos: 1 – a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, foi revogada pela Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que regula inteiramente a matéria por ela tratada; 2 – as relações descritivas dos componentes do Sistema Federal de Viação são inventários de bens federais, devendo ser editadas por ato do Poder Executivo; 3 – a inclusão em relação descritiva do Sistema Federal de Viação de componente inexistente ou que não integre o patrimônio da União é uma impropriedade e não acarreta qualquer consequência jurídica; 4 – a transferência de bens entre os entes da Federação somente pode ser realizada por meio de convênio de cooperação ou de desapropriação e independe de autorização legislativa federal; 5 – nenhu-

ma norma legal impede a destinação de recursos federais para a construção ou conservação de infraestrutura de transporte dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios; 6 – a inclusão de novos componentes no Sistema Federal de Viação deve ser precedida de estudos técnicos e econômicos que a justifiquem; 7 – são inconstitucionais as proposições legislativas que visam à alteração ou à inclusão de componentes em relações descritivas do Sistema Federal de Viação; 8 – consequentemente, são inconstitucionais as seguintes proposições: Projetos de Lei da Câmara nos 96, 106, 183, 189, 190, 195 e 197, de 2008; 28, 45, 103, 149, 313 e 327 de 2009; 2, 55, 67, 72, 73, 82, 83, 96, 98, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 152, 161 e 175, de 2010; 47, 99, 115, 116, 117, de 2011; e 43, 47 e 111, de 2012; Projetos de Lei do Senado nos 655, de 2007; 358, de 2008; 50 e 120, de 2010; 115, de 2012; Emenda da Câmara dos Deputados a Projeto de Lei do Senado nº 610, de 2007; Substitutivos da Câmara dos Deputados a Projetos de Lei do Senado nos 549, de 1999; 693 e 696, de 2007; 9 – não se enquadram no objeto desta consulta os Projetos de Lei da Câmara nos 27, de 2006, e 85, de 2008, e o Projeto de Lei do Senado nº 723, de 2007. **Resultado:** Aprovado o Parecer. **ITEM 28) MENSAGEM (SF) Nº 82, de 2013.** Não Terminativo. Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos dos arts. 84, inciso XIV, 52, inciso III, alínea e, e 128, §1º, da Constituição Federal, o nome do Senhor RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do segundo mandato do Senhor Roberto Monteiro Gurgel Santos. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, automaticamente, conforme o disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. **EXTRAPAUTA: ITEM 29) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 43, de 2013.** Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PRS nº 11, de 2013. **Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Resultado:** Aprovado o Requerimento. A Presidência suspende a Reunião às doze horas e cinquenta e três minutos do dia 21 de agosto de 2013 e no dia vinte e sete de agosto de dois mil e treze, o Senhor Senador Anibal Diniz (Vice-Presidente da Comissão) reabre a Reunião às dez horas e três minutos. Passa-se à apreciação da pauta. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dez horas e quatorze minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e treze,

restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2011; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 417, DE 2011; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, DE 2012; ITEM 9) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2007 (TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2007; PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 128, DE 2007; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, DE 2007; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 192, DE 2007; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, DE 2007; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, DE 2007; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 257, DE 2007; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 383, DE 2007; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, DE 2007; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 462, DE 2007; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 550, DE 2007; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 594, DE 2007; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 613, DE 2007; PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2008; PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 165, DE 2008; PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 172, DE 2008; PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 198, DE 2008; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, DE 2008; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2008; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, DE 2008; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, DE 2008; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, DE 2008; e PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2009); ITEM 12) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 55, DE 2012; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 545, DE 2011; ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 733, DE 2011; ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 250, DE 2005 – COMPLEMENTAR; ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, DE 2012; ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 244, DE 2011; ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2011; ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2013; ITEM 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 2006; ITEM 21) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2007 (TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, DE 2007; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, DE 2007; PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, DE 2007, e PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 2008); ITEM 22) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 494, DE 2008; ITEM 23) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, DE 2009; ITEM 24) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, DE 2011; ITEM 25) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 727, DE 2011; ITEM 26) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, DE 2012; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a

presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. –Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria. PMDB – PB) – Muito bom dia a todos.

Convido as Sr^{as} e os Srs. Parlamentares para tomarem os seus assentos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa, da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de nº 1 a 27.

Sr^{as} e Srs. Senadores, como tem sido praxe, no início das nossas reuniões, esta Presidência presta a V. Ex^{as} alguns esclarecimentos a respeito da pauta de matérias elaboradas para os trabalhos.

Primeiramente, desejamos informar que, tendo em vista que neste mês tivemos apenas uma sabatina de autoridade, estamos concentrando o tempo das reuniões para exame de quantidade ainda mais expressiva de proposições. Constan da pauta de hoje 27 itens, sendo 10 para exame terminativo e os 17 restantes, para apreciação não terminativa.

A Presidência gostaria de chamar atenção para a diversidade das matérias selecionadas. Considerando os critérios de diferenciação das matérias, tais como modalidade das proposições, em decorrência de tratar-se de assuntos constitucionais ou infraconstitucionais, áreas do Direito sobre as quais versam os projetos, bem como seus autores ou relatores, esta Presidência tem procurado elaborar a pauta da forma mais plural e democrática possível. Dessa forma, procura estimular e valorizar a participação de todos os integrantes da nossa Comissão, sem desconsiderar, por outro lado, as proposições de autoria dos Senadores que não têm assento à Comissão.

Para isso, ou, além disso, o equilíbrio entre as matérias terminativas e não terminativas ou por áreas de Direito visa manter os nossos trabalhos abertos aos mais diversos temas políticos, sociais e jurídicos.

Por último, deseja lembrar a V. Ex^{as} que, em audiência pública, programada para as 9 horas de amanhã, receberemos o ex-Presidente e ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, Cezar Peluso, que participará da instrução da PEC nº 15, de 2011, que visa transformar os recursos extraordinários e especiais em ações rescisórias. É a chamada PEC dos recursos, cujo primeiro signatário é o Senador Ricardo Ferraço.

É o esclarecimento inicial.

Registro a presença de autoridades sempre muito bem-vindas que compõem as diversas representações de associações do nosso País: o Sr. Nino Oliveira Tolado, da Ajufe; o Sr. José Marcos Lunardelli, da Ajufe; o Sr. Alexandre Vidigal, também da Ajufe; o Sr. Fernando Marcelo, Décio Gabriel Gimenez, a Sr^a Candice Jobim, todos da Ajufe. Sejam bem-vindos!

Passamos ao item nº 1 da pauta.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 31, DE 2013

– Não Terminativo –

Modifica os arts. 119, 120 e 121 da Constituição Federal, para proceder a alterações na forma de escolha dos membros dos tribunais eleitorais, e dá outras providências.

Autoria: Senador Pedro Taques e outros

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela constitucionalidade e juridicidade da matéria e, no mérito, favorável à Proposta.

Concedo a palavra ao Senador Anibal Diniz, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente. Aproveito para, também, fazer um cumprimento especial aos integrantes da Associação dos Juízes Federais aqui presentes e passo à defesa do relatório.

Vem à análise desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 31, de 2013, de autoria do ilustre Senador Pedro Taques e outros Senadores e Senadoras, que modifica os arts. 119, 120 e 121 da Constituição Federal, para proceder à alteração na forma de escolha dos membros dos tribunais eleitorais, e dá outras providências.

A proposta visa a promover diversas alterações na organização da Justiça Eleitoral, a saber:

a) prevê a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no processo de escolha dos advogados que compõem o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e os Tribunais Regionais Eleitorais (TRE);

b) amplia o número de juízes dos Tribunais Regionais Eleitorais de sete para nove, acrescentando na sua composição dois juízes federais, escolhidos pelo Tribunal Regional Federal (TRF) respectivo;

c) transfere do Tribunal de Justiça para o Tribunal Regional Federal respectivo a atribuição de elaborar a lista com os nomes dos advogados que irão integrar o Tribunal Regional Eleitoral, para escolha pelo Presidente da República;

d) estabelece que o Corregedor Regional Eleitoral seja eleito entre os membros efetivos do respectivo TRE, à exceção dos desembargadores que compõem o Tribunal;

e) substitui a expressão *juízes de direito* pela expressão *juízes eleitorais* no *caput* e no § 1º do art. 121 da Constituição Federal, para fins de padronização.

A proposição não recebeu emendas.

Análise

Compete a esta Comissão, conforme o art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, proceder à análise da proposição quanto à sua admissibilidade e mérito.

Quanto à admissibilidade, a Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2013, preenche o requisito do art. 60, I, da nossa Carta Magna, sendo subscrita por mais de um terço dos Senadores.

No tocante às limitações temporais, nada obsta à apreciação da matéria, uma vez que o País não se encontra na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio. A proposta não trata de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa nem atinge as chamadas cláusulas pétreas.

Está, assim, atendido o disposto no art. 60, I, e §§ 1º, 4º e 5º da Constituição, e nos arts. 354, §§ 1º e 2º, e 373 do Regimento Interno do Senado Federal.

Também, não incorre a PEC na proibição prevista no art. 371 do Regimento Interno do Senado Federal, em razão de a proposta não visar à alteração de dispositivos sem correlação entre si.

No tocante ao mérito, igualmente, parece-nos que a proposição deve ser acolhida.

Efetivamente, as alterações propostas pelos ilustres autores da PEC nº 31, de 2013, com certeza, aperfeiçoam a organização da nossa Justiça Eleitoral.

A participação da OAB no processo de escolha dos advogados que compõem o Tribunal Superior Eleitoral e os tribunais regionais eleitorais, além de representar a aplicação, à Justiça Eleitoral, das normas gerais previstas na Carta Magna para os demais tribunais, se traduz como importante providência na direção da democratização da composição das Cortes Eleitorais.

Quanto à alteração da composição dos tribunais regionais eleitorais, trata-se de providência que não apenas vai ao encontro da necessidade de ampliação dessas Cortes para fazer frente ao aumento de processos que lá tramitam, como torna essa composição mais consentânea com a sua natureza de órgão de um dos ramos do Poder Judiciário da União, promovendo equilíbrio entre a participação da magistratura federal e estadual na Justiça Eleitoral.

Na mesma direção, vai a transferência – do Tribunal de Justiça para o Tribunal Regional Federal respectivo – da atribuição de elaborar a lista com os nomes dos advogados que irão integrar o TRE para escolha do Presidente da República.

O disciplinamento dos procedimentos para a escolha do Corregedor Regional Eleitoral supre omissão hoje existente na Constituição e caminha na direção de mais bem organizar os trabalhos dos tribunais regionais eleitorais.

Finalmente, a substituição da expressão *juízes de direito* pela expressão *juízes eleitorais* no caput e no § 1º do art. 121 da Constituição Federal, é providência correta na direção de aperfeiçoar o texto da Lei Maior.

Assim, temos a certeza de que a aprovação da presente PEC representará providência importante para aprimorar o funcionamento da nossa Justiça Eleitoral, permitindo que os seus órgãos continuem a caminhar no sentido de garantir aos brasileiros a realização de eleições justas e limpas, com precisão e celeridade na divulgação dos resultados.

Ante o exposto, Sr. Presidente, opinamos pela constitucionalidade e juridicidade da matéria e votamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição de nº 31, assinada pelo eminente Senador Pedro Taques.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão a matéria.

Pela ordem o Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Eu solicito vista.

Eu quero discutir com o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo o que afeta o nosso tribunal em São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vista coletiva concedida.

A matéria estará na pauta na próxima reunião.

Próximo item seguinte. O Senador Aloysio Nunes Ferreira está a caminho. Vamos para o item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 85, DE 2009

– Não Terminativo –

Disciplina o funcionamento de bancos de dados e serviços de proteção ao crédito e congêneres e dá outras providências.

Autoria: Deputado Bernardo Ariston

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 3 apresentada nesta Comissão, na forma do Substitutivo que apresenta, e contrário às demais emendas.

Observações:

– Em 17/06/2009, foram apresentadas as emendas nº 1 e 2, de autoria do Senador Arthur Virgílio;

– Em 27/08/2009, foi apresentada a emenda nº 3, de autoria do Senador Arthur Virgílio;

– Em 27/08/2009, foram apresentadas as emendas nº 4 e 5, de autoria da Senadora Lúcia Vânia.

Senador Sérgio Souza, com a palavra.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o voto é um pouco longo. Vou fazer de forma resumida, primeiramente, uma parte do relatório.

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 85, de 2009, de autoria do Deputado Bernardo Ariston, que tem por objetivo regular os cadastros positivo e negativo de informações creditícias, bem como autorizar os gestores de banco de dados a ofertar serviços de análise de riscos de pessoas que estejam cadastradas.

É um projeto que visa proteger o consumidor, Sr. Presidente.

No mérito, deve ser afastada a tese de que o PLC nº 85, de 2009, deva ser declarado prejudicado, em razão da aprovação da Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, a qual regula os bancos de dados que operam cadastro positivo de crédito.

De fato, o PLC nº 85, de 2009, trata de ambos os cadastros, tanto o positivo como o negativo de crédito. A Lei nº 12.414, de 2011, disciplina apenas o cadastro positivo de crédito.

Observa-se claramente que a Lei nº 12.414, de 2011, ao criar e definir regras legais sobre o cadastro positivo, foi literalmente inspirada nos dispositivos originários do PLC nº 85, de 2009. Há poucas mudanças e todas elas no sentido de conceder ao consumidor de crédito as mesmas garantias do que as originariamente previstas no projeto. Em alguns pontos, a Lei nº

12.414, de 2011, chegou mesmo a ampliar as garantias ofertadas ao consumidor, se comparadas às garantias originais previstas na proposição.

Mas em relação ao cadastro negativo, verifica-se que o PLC nº 85, de 2009, também regula esse tema, enquanto que a Lei nº 12.414, de 2011, se limita a regular o cadastro positivo.

Em outras palavras, o PLC nº 85, de 2009, ao regular ambos os cadastros, positivo e negativo, é mais abrangente que a Lei nº 12.414, de 2011, o que afasta a tese de sua prejudicialidade em razão da aprovação da lei citada.

O PLC nº 85, de 2009, é meritório, face à necessidade de se regular o cadastro negativo, não previsto na Lei nº 12.414, de 2011. Há temas no PLC nº 85, de 2009, que devem ser rejeitados por falta de mérito, a despeito de não terem sido regulados na Lei nº 12.414, de 2011, a saber: a) regras que obriguem os gestores a armazenar, por alguns anos, dados que forem suprimidos do banco; b) regras que permitam o *marketing* direto; c) regras sobre responsabilidade civil pelo mau uso dos bancos de dados, tais como ação de regresso, foro de eleição e prazos prescricionais; e d) regras que criminalizem condutas sobre o mau uso do banco de dados.

No tema meritório, qual seja, a regulação do cadastro negativo, o PLC nº 85, de 2009, em seu art. 3º, permite que o banco de dados possua informações negativas (de inadimplemento do cadastrado). E, em seu art. 6º, é meritória a exigência de prévia comunicação escrita ao devedor, por meio de carta com aviso de recebimento, para cada informação de inadimplemento que for incluída no banco de dados, salvo se a dívida estiver vinculada a título previamente protestado. Exige-se que o gestor do banco de dados mantenha em seu poder, por cinco anos, o comprovante de comunicação escrita ao devedor.

Ainda sobre o cadastro negativo, o art. 7º do PLC nº 85, de 2009, permite a inclusão de qualquer dado de inadimplemento oriundo de lei ou de contrato, desde que emitido o documento ou título fiscal correspondente. Se decorrente de decisão judicial, a inscrição em cadastro negativo exige trânsito em julgado da decisão. Não se admite a inclusão em cadastro negativo de contrato feito por telefone ou por outro meio que gere dúvidas sobre a identidade do devedor. Não se admite, também, a inclusão em cadastro negativo de obrigação inferior ou igual ao valor de R\$ 60,00 (sessenta reais).

Sr. Presidente, o projeto de lei visa proteger o consumidor brasileiro, para que não usem de má-fé na inclusão de seus nomes nos cadastros negativos.

Nós temos uma lei aprovada, sancionada, em vigor que protege e dá ao bom comprador, aquele que está em dia, que é o cadastro positivo, benefícios no

momento de comprar. Agora, nós temos também que proteger o cidadão – não só pelo Código de Defesa do Consumidor, mas por essa lei também – no momento em que ele for inadimplente, para que ele tenha todas as garantias também a seu favor da citação devidamente, para que não haja a inscrição do seu nome de forma indevida.

Em consonância com as justificativas apresentadas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2009, e da Emenda nº 3 apresentada nesta Comissão, na forma do Substitutivo a seguir, e pela rejeição das demais emendas.

A emenda, Sr. Presidente, visa manter a parte do cadastro negativo e deixar a parte do cadastro positivo, que está já instituída na Lei nº 12.414.

O Substitutivo já foi distribuído às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, já é de conhecimento, pelo avulso.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O projeto está em discussão.

Com a palavra a Senadora Ana Rita, que já havia pedido, e, em seguida, o Senador Ricardo Ferraço, Senador Humberto Costa e Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Vital do Rêgo, quero parabenizar o Senador pelo relatório imenso, bem feito, bem elaborado. No entanto, ele merece uma análise maior.

Quero solicitar vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vista concedida.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vista coletiva.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O projeto estará na pauta na sessão seguinte.

Passamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 11, DE 2013

– Não Terminativo –

Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970, o Regimento Interno do Senado Federal, acrescentando os §§ 3º e 4º ao

art. 99, para disciplinar o comparecimento trimestral do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à Comissão de Assuntos Econômicos, em audiência pública, a fim de expor e discutir a execução e os fundamentos da política de financiamento de investimentos em todos os segmentos da economia nos quais o Banco atua, incluindo-se as suas dimensões social, regional e ambiental.

Autoria: Senador José Agripino.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Com a palavra, Senador Aloysio Nunes.

A Presidência informa que concedeu vista ao Senador Sérgio Souza por duas reuniões.

A matéria está em pauta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu já apresentei o meu relatório a respeito dessa matéria. A relevância da matéria, da proposição do Senador Agripino, é autoexplicativa, além dos argumentos que já constam no meu parecer e, sobretudo, das manifestações do próprio autor, o ilustre Senador Agripino.

Entretanto, Sr. Presidente, eu queria fazer apenas uma modificação no meu parecer – com a plena concordância do autor e espero contar também com o sufrágio do Senador Sérgio Souza, que pediu vista –, no sentido de tornar essa presença, que é absolutamente fundamental para que o Congresso possa acompanhar, fiscalizar, debater os rumos dessa instituição, cuja atuação numa parceria, às vezes, pouco responsável com o Tesouro Nacional, para que o Congresso possa acompanhar e discutir os rumos e as opções do BNDES.

Em vez de uma presença a cada três meses, à semelhança do que ocorre hoje com o presidente do Banco Central, eu queria propor uma presença a cada seis meses, duas vezes por ano. Creio que seria uma solução que não vulgarizaria a presença do Presidente do BNDES e, ao mesmo tempo, nos daria, numa frequência razoável, um contato com essa autoridade sem prejuízo de outros convites. Aliás, o atual Presidente do Banco Central sempre se dispõe a comparecer à Comissão, ao Senado e ao Congresso, quando convidado.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Para discutir, Sr. Presidente, como autor do Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos entrar num processo de discussão para iniciarmos o processo de votação. Esta matéria está madura e pronta para ser votada, espero.

Senador Sérgio Souza e Senador José Agripino, que é o autor da matéria, Senador Cássio, Senador Ricardo e Senador Pedro Taques.

Peço a Secretaria para me ajudar.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, este é um projeto que já está na terceira sessão seguida, em razão de um pedido de vista que fiz. Conversei, nesse período, com o Senador Agripino e com o Senador Aloysio de que, de fato, a obrigatoriedade de vir aqui o Presidente do BNDES era trimestral. Se considerarmos que o Congresso Nacional funciona, em média, por dez meses, ele virá aqui a cada, praticamente, dois meses e alguns dias. Talvez fique exagerado, até mesmo porque esta Casa, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, pode convidar ou convocar, a qualquer momento, qualquer autoridade, inclusive o presidente do BNDES, que estará na próxima semana na Comissão de Assuntos Econômicos a convite daquela Comissão e já não será a primeira vez que estará no Congresso Nacional neste ano.

Eu sugeri, na forma de substitutivo, tendo em vista que o Banco de Desenvolvimento Social é muito diferente do Banco Central, que controla a economia, a inflação, a movimentação das moedas estrangeiras, como, por exemplo, o dólar; atua diariamente. O BNDES, não; ele atua em políticas de longo prazo. Portanto, sugeri, através de um substitutivo já distribuído às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, que tenhamos a obrigatoriedade de o Presidente do Banco de Desenvolvimento Social estar aqui uma vez por ano, ou seja, no início do ano, no mês de março ainda. Foi assim que coloquei no §3º do art. 99 do Regimento Interno, e, no §4º, inseri a seguinte expressão: “A audiência de que trata o §3º – que é a audiência do mês de março de todos os anos – “ocorrerá no mês de março de cada Sessão Legislativa e, conforme as competências estabelecidas pelo art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, sempre que os membros da Comissão assim deliberarem.” Esse artigo trata especificamente das competências da Comissão de Assuntos Econômicos: a obrigatoriedade de vir uma vez, no início do ano, e sempre, se for mais duas, três ou quatro vezes, que aquela Comissão assim o quiser.

Então, Sr. Presidente, este é o Substitutivo que apresentei a esse projeto de resolução. Eu peço a compreensão e o apoio dos meus colegas, se nós pudéssemos avançar nesse sentido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, o autor, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoridade/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadoras, o que me moveu a apresentar esse projeto? A necessidade de o Congresso Nacional participar da alocação de recursos dentro de um processo de economia dinâmica, de uma instituição financeira que foi criada para gerar desenvolvimento, mas que principalmente hoje vem operando, em grande medida, com recursos públicos.

Como recursos públicos? Recursos decorrentes da captação, por parte do Tesouro, através de letras do Tesouro, pagando juro alto e transferindo para o BNDES, que está se transformando numa espécie de caixa único do Governo. Que o Congresso Nacional possa opinar.

A economia é dinâmica, ela muda a cada mês. Por que eu estou propondo que ele venha a cada três meses? Senador Sérgio, a economia do Brasil muda de perfil, muda de tendência a cada mês.

O BNDES hoje é o principal órgão financiador do desenvolvimento. Sobre a atuação do BNDES pairam dúvidas. Eu não quero dizer questionamentos, mas dúvidas. “Ah, por que tanto dinheiro para o Friboi?” “Ah, por que tanto dinheiro para as empresas de Eike Batista?” São perguntas que podem ter respostas convincentes ou não, mas que o Congresso Nacional tem a obrigação de fazer. Não é que queira fazer, tem a obrigação de fazer, porque, repito, o BNDES hoje atua empregando recursos próprios, mas recursos também transferidos pelo Tesouro Nacional, recursos captados no mercado financeiro, captados da poupança dos brasileiros, pagando um juro menor do que o juro cobrado pelo BNDES.

Claro, o BNDES é um banco de fomento, é um banco de desenvolvimento, tem que empregar realmente dinheiro a juro subsidiado, eu concordo com isso. Mas que o Brasil saiba, que o Congresso Nacional saiba. O objetivo é só esse.

Eu conheço o Dr. Luciano Coutinho, tenho por ele o maior respeito e a maior admiração. Conheço pessoalmente ele, que é um homem íntegro, um homem correto e competente, mas o BNDES está acima de Luciano Coutinho. É uma instituição que passa de governo para governo. Quem é oposição hoje pode ser governo amanhã, e vice-versa. E a nossa obrigação, como brasileiros, é fiscalizar os bons negócios do Estado brasileiro.

Por que eu, portanto, solicitei que viesse três vezes? Por conta da dinâmica da economia brasileira. Nós estamos passando por turbulências muito fortes. Muito fortes. Então, de três em três meses, poderíamos atualizar. E há mais um detalhe, como aqui foi colocado por V. Ex^a, Senador Sérgio: a qualquer momento pode-se apresentar um requerimento na Comissão de

Assuntos Econômicos, e os Senadores deliberarem pela convocação. Só há um detalhe: é que na hora em que existir um projeto de lei aprovado, que sinaliza para a presença do Presidente do BNDES a intervalos de tempo, tudo o que for ação do BNDES vai estar já sob o aviso de que aquilo vai ter que ser objeto de prestação de contas ao Congresso Nacional.

Então, é um alerta que se coloca, para que aquilo que, se for bem feito, seja melhor, mais bem feito ainda. Porque o Congresso Nacional vai estar atento, porque de três em três meses vai a Diretoria do BNDES comparecer ao Congresso para responder às indagações, aos questionamentos e às dúvidas.

Agora, ao final, eu quero concordar com a colocação feita pelo Senador Aloysio Nunes, e concordando com V. Ex^a, que a qualquer momento a Comissão pode deliberar, que juntemos o objetivo de dar ao BNDES a informação de seis em seis meses, ou duas vezes por ano, vai-se querer a presença do BNDES para responder aos questionamentos e às dúvidas, mas vai haver, duas vezes por ano. Eu concordo em que haja duas vezes por ano e pediria ao Senador Sérgio Souza para que concordasse com os termos do relatório do Senador Aloysio Nunes, e nós pudéssemos prestar mais esse serviço ao Brasil.

É a minha opinião, Sr. Presidente, com o de acordo aos termos da manifestação do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a concordância do autor e Líder Senador Agripino, nós caminhamos para uma solução do projeto.

Com a palavra, para continuar discutindo, o Senador Cássio Cunha Lima. Depois, o Senador Ferraço e Senador Taques e aí por fim o Senador...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoridade/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, inicialmente, quero louvar a iniciativa do sempre brilhante, atuante e competente Senador José Agripino, bem como o trabalho realizado pelo Senador Aloysio Nunes e a contribuição trazida para o não menos talentoso Senador Sérgio Souza, dentro de um debate que julgo importantíssimo para o Brasil e notadamente para o Senado Federal.

Preocupa-me muito a desfuncionalidade do arranjo institucional brasileiro. Essa desfuncionalidade tem provocado verdadeiras aberrações. Ontem vivemos uma delas. O Senado Federal, que, dentro desse arranjo institucional, existe para representar os Estados – e é por isso que somos três em qualquer ente federado, não importa a dimensão territorial, não importa a relevância econômica, não importa a expressão populacional –, estamos aqui para representar os nossos Estados e

este Senado votou contra o interesse dos Estados que representa e dos Municípios também, ao manter o veto da Presidente Dilma no item que protegia as receitas estaduais das desonerações realizadas pelo Governo Federal. Desonerações com as quais nós concordamos, compreendemos a necessidade de adoção de medidas macroeconômicas para o bom desempenho da nossa economia.

Mas não é mais suportável, não é mais admissível que o Governo Federal continue preservando as suas receitas, aumentando as contribuições que não são partilhadas, como todos nós sabemos, e atacando de forma permanente as receitas partilhadas, sobretudo as que têm origem no Fundo de Participação com o IPI e o Imposto de Renda. É claro que, com esse modelo, o País não poderá dar certo. Não há como se ter políticas públicas de qualidade com educação, saúde, sem que os Estados possam preservar suas receitas. Somente a Paraíba, o Estado que aqui represento com muita honra, perdeu no ano passado mais de R\$250 milhões de suas receitas com essas desonerações.

Eu fiz esse preâmbulo, e é um tema que vou levar – preâmbulo longo, diga-se de passagem – também ao plenário, para chamar a atenção da importância do que propõe o Senador José Agripino. A proposta do Senador José Agripino protege o País de maiorias políticas eventuais, porque todos nós sabemos que, através de requerimentos, nós podemos convocar autoridades – quaisquer que sejam, do BNDES ou qualquer outro órgão do governo –, mas estamos cansados de ver a maioria política do Governo, de acordo com o sabor da circunstância, impedindo o chamamento de autoridades para prestarem esclarecimentos públicos de interesse da sociedade brasileira.

Portanto, o apelo que nós fazemos é para que a proposta do Senador José Agripino, com a bonificação sugerida pelo Senador Aloysio Nunes, seja acolhida por este Senado, para que nós possamos...

Senador Pedro Taques, por favor.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Me permite um aparte Senador Cássio?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Claro!

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – V. Ex^a tocou em um tema de suma importância, que é a feitura institucional. O Legislativo no Brasil, e esta Casa principalmente, o Senado, tem uma função de fiscalizar o Executivo. Isso não é exceção, tem que ser a regra. Apesar de vivermos um Executivo – não estou dizendo este governo, estou dizendo Executivo como órgão do Estado – que é monárquico, imperial, cabe ao órgão legislativo... Aliás, esta é uma de suas funções históricas. E este Projeto de Resolu-

ção do Senador Agripino, por mais que seja singelo, traz no seu bojo, Senador Agripino, a restauração da função do Legislativo, que é efetivamente, Sr. Presidente, fiscalizar o gasto do dinheiro público. Essa é uma função, com a presença, sim, de servidores públicos que manipulam com recursos que são de todos nós.

Parece uma coisa simples, mas não é simples. Ela está no bojo da restauração da função do Legislativo.

Portanto, eu quero concordar inteiramente com aquilo a que o Senador Cássio fez referência. Nós não podemos abrir mão desta função. Isso já está na Constituição, mas, infelizmente, no Brasil, tudo precisa ser bem escrito, tim-tim por tim-tim, e aí o Senador Agripino trouxe esse projeto.

Quero, Sr. Presidente, abrir mão da minha fala, já, com este aparte, me sentindo contemplado pelo que disse o Senador Cássio: instituição. Nós não estamos tratando de pessoas, mas de instituições.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Agradeço o Senador Pedro Taques pela contribuição valiosa e encerro a minha participação apenas lembrando aquela expressão muito popular: no Brasil, muitas vezes, nós precisamos reafirmar que é cocada de coco de coqueiro. Cocada de coco de coqueiro. E é o que faz o Senador José Agripino, em uma terra de tão belas paisagens naturais e que também tem a visão clara do que é importante para o Brasil, não em uma relação de oposição e governo, mas em uma relação de instituições, pelo bem do futuro do nosso País.

Voto, portanto, antecipando minha posição, com a proposta, acompanhando a modificação do Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Ricardo Ferraço, como último orador, para discutir a matéria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, o propósito do Senador José Agripino, parece-me, é institucionalizar a presença do Presidente do BNDES, qualquer que seja ele. Conjunturalmente, o Presidente é o Prof. Luciano Coutinho, um técnico de elevada reputação e credibilidade. Mas eu vou na direção daquilo que falou aqui o Senador Cássio Cunha Lima. A presença institucional, periódica, permanente... Nós fizemos o mesmo na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional: permanentemente, com calendário pré-estabelecido, os Ministros da Defesa e das Relações Exteriores se fazem presentes à Comissão, para que possam apresentar as suas diretrizes para o ano que se inicia, e podem também fazer uma prestação de contas do ano que se encerrou.

Dessa forma, o Senado da República evolui, avança, aperfeiçoa os seus instrumentos para monitorar as políticas que são hegemônicas do Poder Executivo, mas nem por isso nós precisamos estar ausentes, ou mesmo omissos.

O BNDES é uma instituição fundada nos anos 50 pelo Presidente Getúlio Vargas, com o propósito de ser uma grande ferramenta de política industrial para o nosso País. Tem, teve e continuará tendo um papel relevante no processo de produção e construção de políticas para o nosso País. Nos últimos anos, ampliou muito seu papel e a sua responsabilidade. Eu tomo aqui emprestada a fala do Senador José Agripino. Nos últimos anos, o Governo Federal, portanto o Tesouro Nacional, portanto os contribuintes brasileiros, transferiram para o BNDES R\$300 bilhões para que recursos do contribuinte brasileiro, recursos do Tesouro Nacional, fossem aplicados em políticas públicas.

Portanto, a iniciativa é absolutamente necessária, inadiável. Eu quero cumprimentar o Senador Aloysio Nunes Ferreira, pelo relato que fez, e a iniciativa tempestiva do Senador José Agripino, manifestando meu voto favorável a essa iniciativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Embora já tenhamos encerrado o período de discussões, os Senadores Suplicy e Aécio Neves pediram para se inscrever para rápidas manifestações.

Com a palavra, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senador Vital do Rêgo, queria apenas assinalar que o Presidente Luciano Coutinho tem sempre se disposto a vir. Virá terça-feira que vem à Comissão de Assuntos Econômicos. Mas eu acho muito positiva a iniciativa do Senador José Agripino e também a proposta do Senador Aloysio Nunes de termos aqui a presença regular, a cada seis meses. Uma vez ao semestre está de ótimo tamanho e acredito que preencha inteiramente. Estou de acordo e vou votar a favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Sr. Presidente, é realmente bastante breve a minha intervenção, mas eu não poderia deixar de registrar meus cumprimentos ao Senador Agripino por mais essa oportuna iniciativa, relatada com a competência habitual do Senador Aloysio Nunes, porque é um tema sobre o qual eu tenho me debruçado, Sr. Presidente, e, por algumas vezes, no plenário do Senado e em outras reuniões, tenho alertado para a situação ou a relação existente hoje entre Tesouro e BNDES,

que tem permitido ao BNDES executar quase que um orçamento paralelo, sem a participação e a anuência do Congresso Nacional.

Sabemos todos nós que os Parlamentos existem, em primeira instância, fundamentalmente, para aprovar o Orçamento e acompanhar e fiscalizar a sua execução feita pelo Poder Executivo. No momento em que o Tesouro capitaliza o BNDES, sem qualquer controle das ações do BNDES, como vem ocorrendo nos últimos sete ou oito anos – apenas para lembrar, o Tesouro capitalizou os bancos públicos até 2007 alguma coisa em torno de R\$14 bilhões; de 2007 para cá, esse volume chega a cerca de R\$400 bilhões –, nada mais natural do que recuperar a posição e a prerrogativa do Congresso Nacional.

Nós podemos ter aqui, por parte do dirigente do BNDES, explicações e detalhamentos sobre a estratégia de investimentos do banco. Não se trata aqui de uma convocação individual, daquele que, circunstancialmente, dirige o banco, mas, obviamente, uma convocação institucional. É, portanto, a oportunidade que nos dá o Senador Agripino de o Congresso Nacional readquirir, retomar uma das suas principais prerrogativas, acompanhando e, quem sabe, sugerindo e aprimorando a política de investimentos ou de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Era apenas essa consideração, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias e Senador Pedro Simon.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Senadoras, oportunidade a iniciativa do Senador José Agripino e a solução do Senador Aloysio Nunes em relação ao comparecimento semestral também me parece ser adequada.

É fundamental. Nós estamos verificando que o BNDES foi aos poucos se transformando numa espécie de caixa preta. Temos tido dificuldades para obter informações, acesso a documentos sobretudo, e fica visível o desvio de finalidade da instituição financeira. Nós já chegamos a afirmar que seria interessante, para que o Governo adotasse uma postura de maior sinceridade, retirar o S da sigla, porque deixou de ser um banco social há muito tempo.

Nós questionamos os empréstimos externos do BNDES. Ele tem sido transformado numa espécie de fábrica de superávit primário. O Governo, com a sua contabilidade criativa, tem-se utilizado do BNDES para dourar a pílula em relação ao superávit primário.

Nós verificamos que os trabalhadores estão sendo sacrificados com a utilização dos seus recursos através do BNDES. A remuneração dos recursos do

FGTS e do FAT, via BNDES, está muito aquém da realidade econômica do País. Os trabalhadores são aqueles que recebem a menor remuneração pelo seu dinheiro, já que o BNDES pratica taxas privilegiadas de juros e lança mão, substancialmente, dos recursos do FGTS e do FAT.

O Tesouro Nacional tem abastecido, generosamente, o BNDES. Nos últimos anos, mais de R\$400 bilhões foram transferidos do Tesouro Nacional ao BNDES. Tudo isso recomenda fiscalização mais rigorosa, e a presença aqui, como rotina, do Presidente da instituição é essencial.

Recentemente, adotou-se a estratégia dos empréstimos secretos, empréstimo sigiloso para Cuba e para Angola, empréstimos com a tarja de sigiloso. Isso é inusitado! Por que haveria o BNDES de oferecer empréstimos sigilosamente, secretamente? Nós não sabemos qual é o valor dos empréstimos oferecidos, nós não sabemos as taxas de juros, o tempo para o pagamento desses empréstimos, o objetivo do empréstimo, o que se fará com esses recursos... Nada! Segredo absoluto!

Portanto, são questões essenciais que devem preocupar sim o Parlamento brasileiro, por isso estamos louvando a iniciativa do Senador Agripino e votando favoravelmente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, como Relator. Aloysio! Ah, sim, o Pedro ainda vai falar. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Ainda tem Pedro Simon e aí V. Ex^a pode falar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Ouço com maior prazer o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Posso falar?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Senador, eu não sabia que V. Ex^a havia pedido a palavra. Pensei que a discussão já estivesse concluída. Mas ouço V. Ex^a, como sempre, com o maior prazer e o maior proveito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – RO) – O assunto é palpitante; então, o Senador Inácio Arruda tomou-se de ânimo também para falar.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Uma das coisas que sempre admirei no Governo do PT foram os Presidentes do BNDES, o anterior e o atual. São dois economistas que, modéstia à parte, estiveram com a oposição nas horas mais difíceis. Anos e anos, todos os domingos, reuníamos no final

da tarde e lá estavam os dois: o Lessa e o Coutinho. Eu acho que Lessa foi um grande companheiro e um grande presidente. Só que o Lessa, vamos dizer assim, está em um ponto mais adiantado, enquanto Coutinho já recuou ao nível do PMDB. Quer dizer, o Lessa está muito adiantado para o PT de hoje, está muito à esquerda. O Coutinho está mais identificado com o PT.

Acho que ninguém aqui tem o direito – e não tenho dúvida de que alguém pense nisso – de levantar qualquer tipo de dúvida com relação ao comportamento dos dois, na dignidade, na seriedade, na credibilidade, na competência e na capacidade. Acho que o ilustre Líder do Democratas está preenchendo um vazio que chega ser ridículo de nossa parte. Nos Estados Unidos é normal: todas as entidades prestam conta, de vez em vez, no Congresso Nacional. Isso é normal, é rotina. Eles prestam e vão com medo, porque o negócio lá é onde as coisas realmente aparecem. Por exemplo, esse empréstimo que o BNDES deu para o antigo açougue que se transformou no maior frigorífico, o Friboi, e depois comprou uma empreiteira, é algo absurdo e que não tem explicação. No entanto, ficou por isso mesmo.

Uma discussão que é digna de ser analisada, é interessante, foi a compra da Sadia pela Perdigão. Duas empresas monstros concorreram e resolveram, sob o argumento de que, em nível internacional, as duas seriam superadas; então, as duas unidas... Eu assisti, casualmente, a convocação que foi feita pelo Presidente e respeitei o argumento, argumento interessante de ser analisado, pois ele está demonstrando que as duas não tinham condições de fazer frente. Mas é algo que deve ser discutido com anterioridade aqui no Congresso Nacional.

Então, eu acho que isso... E V. Ex^a foi muito competente, não digo muito sagaz, porque isso aqui deveríamos ter feito há muitos anos. Isso aqui alguém já deveria ter feito há muitos anos, mas antes tarde do que nunca. Acho que o próprio BNDES vai achar importante. Não sei, mas acho que a Petrobras tem de ter um projeto semelhante a este: de tanto em tanto tempo, vir aqui prestar contas e explicar aquilo que se fez.

Acho que hoje é dia importante, porque são aquelas afirmações positivas do Senado e era incompreensível que o Senado não tivesse. Felicito o autor e o relator, ambos brilhantes como sempre, e dou com muita satisfação meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco/Maioria. PMDB – PB) – Muito obrigado, Pedro Simon.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, considero que a iniciativa é muito interessante e devemos discuti-la, não pela realidade episódica que se possa querer levantar,

porque o BNDS tem uma história. É um banco criado por Getúlio, na década de 50, é um banco que cumpre um grande papel no nosso País, às vezes um papel às avessas que já cumpriu em período recente da grande investidora neoliberal no Brasil que gerou uma política grande de desmonte da economia nacional via privatizações, quando o banco atuou como lastreador do processo de privatização do Brasil.

Então, não vamos discutir essas coisas mais episódicas, vamos discutir qual é a estratégia de um banco de desenvolvimento para o Brasil, para a nossa região onde estamos inseridos – nós fazemos parte do Mercosul, nós fazemos parte da Unasul e temos que ter uma política para essa região. Esse banco é muito importante para essa região, então, nós vamos discutir essa estratégia. Acho que é esse o sentido que nós devemos dar à vinda do Presidente do BNDES à Comissão de Assunto Econômicos: de um patamar elevado, porque senão nós vamos ficar discutindo episódios de hoje, de ontem, como é que foi.

O papel do banco é estratégico para o desenvolvimento do Brasil. Esse que é o problema central. Acho que é aqui que nós temos que atuar.

Eu estou de acordo com o Senador Simon, essas duas figuras extraordinárias que ocuparam a Presidência do Banco recentemente. O Lessa é mais extrovertido, digamos assim, e já vinha logo chutando a canela de um e de outro, já dizia logo a opinião dele antes de dizer a estratégia do banco...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Eu felicito o meu ilustre Líder do PCdoB. A diferença que ele vê do Lessa com relação à realidade é que ele é mais extrovertido. Eu não tinha dito a palavra certa. (*Risos.*)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/ Apoio Governo/ PCdoB – CE) – O Luciano é também um pensador, um homem da Academia, conhecido por todos nós lá pela sua atuação especialmente na Unicamp, o que ele tem defendido, a batalha que ele tem travado no Brasil, o que ele tem posto no papel, também é um homem avançado, um homem progressista. Eu acho que isso é muito interessante.

Então, é exatamente isto: não vamos fulanizar debates, vamos discutir a estratégia do banco. É o papel do banco no projeto do desenvolvimento do Brasil. E ele teve papéis diferentes, em períodos diferentes. Qual é a diferença que podemos anotar em dias atuais? É que o Banco passou a jogar um papel no processo de desenvolvimento do Brasil de um grande alavancador. Veja o caso dos investimentos na indústria naval brasileira que estava no chão, que tinha acabado. É papel do BNDES.

Hoje, na retomada da malha ferroviária brasileira: papel do BNDES. Empréstimos para a retomada do programa de mobilidade urbana brasileira: BNDES. A Embraer! Eu acho que tem um papel alavancador em questões centrais da economia brasileira.

Eu acho que essa é uma questão que nós temos que frisar do papel que joga este banco na atualidade, é forte, é muito forte. E eu acho que nós temos que trabalhar no sentido de ampliar a capacidade de planejamento e de projeto do Banco do Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil. E a ele estão associados outros bancos. Por exemplo, há um outro banco de fomento do Nordeste, há um banco de fomento do Norte, o Centro-Oeste busca uma alternativa de ter o seu banco de desenvolvimento. Ou não? O sul tem um banco regional de desenvolvimento, lá no Rio Grande do Sul, que é um banco local, alguns Estados têm banco local, têm caixas locais, e a sua atuação gera impacto no seu Estado, mas gera impacto também fora do seu Estado, gera impacto na região.

Então, eu acho que é importante termos ideia dessas questões todas. O Presidente do Banco, inclusive, está subordinado a um Ministro de Estado, que é convocado obrigatoriamente, sempre a gente desejar, mas acho que é de bom alvitre que possamos ter o Presidente do Banco para discutirmos a estratégia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do nosso País, porque é muito importante para o Brasil, de forma a clarear sempre mais aqui as nossas ideias sobre o que é o desenvolvimento da nossa Nação.

Acho que é o sentido do Senador Agripino Maia. E, por isso, creio que há uma concordância geral em que possamos ter aqui o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e do Presidente do Banco Central, e de outras agências. Futuramente, podemos ampliar para outras agências de desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Na mesma linha do Senador Inácio Arruda.

Temos que entender e influir na estratégia do Banco. Nós não estamos, com essa medida que veio, como diria o nosso Senador Taques, no bojo do Senador Agripino, revelar a nossa vocação de bancários, mas, sim, de administradores. Acho isso muito interessante.

E vejo que estamos avançando muito. Ontem, nós votamos vetos. E o Congresso mostrou responsabilidade. A Presidente tinha razão, e os vetos foram mantidos. Caíram dois na Câmara, e o Senado os sustentou.

Acho isso muito bom. E que, daqui para frente, seja a regra: aprovados ou derrubados, quando necessário.

Estamos avançando, sem dúvida, mas precisamos avançar um pouco mais, Presidente. Por exemplo, eu gostaria muito de votar os diretores da Agência Nacional de Transporte Terrestre, que a Presidenta indicou há meses, e que nunca foram examinados pelo Congresso Nacional. Gostaria de votar e sabatar os presidentes da Agência Nacional do Petróleo.

Então, as prerrogativas do Congresso estão engatinhando, mas nós estamos deixando de lado muitas coisas. Por que o Congresso está silente com a nomeação, sem o seu exame, dos diretores da ANTT e da Agência Nacional do Petróleo? E ao mesmo tempo, queremos saber o que o BNDES está fazendo.

Estamos vivendo contradições e temos que avançar nessas questões. A recuperação da votação do veto foi extraordinariamente interessante.

E, sem sombra de dúvida, na linha do Senador Pedro Taques, o meu voto será a favor do bojo do Senador Agripino também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Aloysio Nunes, por favor, para arrematar o seu relatório e irmos à votação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Vou arrematar, Sr. Presidente, com a minha conclusão...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sobre a emenda apresentada, inclusive.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sobre a emenda, mas não me omitirei em elogiar tanto a extroversão do Presidente Carlos Lessa, quanto a sisudez do Presidente atual do BNDES, Coutinho, e a honradez e a competência de ambos.

Agora, para o tema em questão, o meu voto, Sr. Presidente, acolhe em parte a proposta contida no Substitutivo do Senador Sérgio Souza, com a redação que dá ao §3º do art. 99.

E o §4º, que trata da periodicidade, eu diria: nem tanto ao mar, nem tanto a terra. O Senador Agripino, ao formular sua proposta, teve como parâmetro a regra do comparecimento do Presidente do Banco Central, que é trimestral, que, cá entre nós, vem suscitando certa vulgarização. As reuniões com o Presidente do Banco Central têm-se esvaziado – essa é a realidade dos fatos –, porque não há tempo suficiente para a maturação e reflexão dos processos, que se desenrolam no curto e no médio prazo.

Então, fica aqui acolhida a preocupação de ambos os Senadores.

E eu daria ao §4º do Substitutivo a seguinte redação: “Audiência de que trata o §3º ocorrerá na última reunião ordinária de junho, da Comissão de Assuntos Econômicos, conforme as competências estabelecidas pelo art. 90 do Regimento Interno do Senado.”

Essa é uma subemenda do Relator que estou apresentando à consideração dos Srs. Senadores.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Dou o aparte a V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Aloysio, é fato que nós todos aqui não estamos discutindo o mérito. É extremamente meritório este projeto de iniciativa do Senador Agripino. O único tema é com relação à quantidade de vezes. É somente isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu acolhi em parte a preocupação de V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Quero concordar com V. Ex^a, de fato, e acho, inclusive, o momento atual do Brasil e as questões que estão sendo levantadas talvez justifiquem realmente as duas vezes. Concordo com V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Muito obrigado. Fico satisfeito com isso.

Presidente, eu não gostaria de encerrar antes de glosar o mote lançado aqui pelo Senador Cássio Cunha Lima. Em primeiro lugar, com relação ao desarranjo institucional brasileiro. Eu diria a balbúrdia institucional. Veja o que está prestes a acontecer: no dia 27 deste mês, a pauta do Congresso Nacional estará trancada, e, portanto, não poderemos deliberar sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Essa deliberação só poderá ocorrer no dia 17, uma vez que o Presidente do Senado, com o apoio dos Líderes da situação, e em desacordo com os partidos oposicionistas, retirou da pauta de ontem dois vetos – apostos à Medida Provisória nº 610 e ao projeto que suprimia a multa sobre o FGTS – para remetê-los à sessão do dia 17.

Acontece que o Orçamento federal será remetido ao Congresso no dia 31. Então, o Orçamento, que, nos termos da Constituição, deveria ser feito tendo como baliza a LDO, chegará aqui antes que o Congresso delibere sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou seja, é uma bagunça completa.

Em relação ao tema que S. Ex^a feriu com mais contundência, que é a rejeição do veto a respeito do dispositivo da lei que disciplina o Fundo de Participação dos Estados, concordo plenamente com S. Ex^a. Os números que ele traz com relação às perdas da Paraíba,

o seu Estado e Estado dele, são alarmantes: R\$250 milhões para um Estado do tamanho da Paraíba, com a receita da Paraíba, é realmente uma paulada, sem falar da situação dos Municípios que se degradam em função dessas desonerações!

A Presidente Dilma vetou, alegando razões constitucionais, que não haveria amparo constitucional. Pois há remédio para isso, Sr. Presidente, e ele está nas nossas mãos: no item 11 da pauta desta reunião. É exatamente uma proposta de emenda à Constituição, ou várias que foram apresentadas, com este tema: impedir que continuem as marretadas com o chapéu alheio. Eu estou acolhendo – já li meu parecer – aquela apresentada pelo Senador Aécio Neves, que, de todas, é a mais abrangente, porque prevê a compensação das desonerações concedidas pela União aos demais entes federativos e também as compensações concedidas pelos Estados à custa de receitas que não lhes pertencem.

Feita a crítica, temos aqui o remédio, que é o item 11, para o qual eu aproveito para pedir preferência sobre a sua deliberação.

Muito obrigado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, só para pedir a V. Ex^a preferência para o item 27, que já se encontra com inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Deixem-me votar logo o item, por favor.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o item 2 da pauta. *(Pausa.)*

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão. A matéria vai à Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Pela ordem, Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Na verdade, corroborando com aquilo que solicitou o Senador Aloysio, trata-se de um tema absolutamente urgente. A matéria já deveria ter sido votada na última reunião desta Comissão, mas houve pedido de vista. Portanto, peço também preferência para que o item 11 da pauta possa ser votado imediatamente,

aproveitando o alto quórum desta Comissão. Trata-se exatamente de proposta de emenda à Constituição que permite que o Governo Federal continue dando das desonerações quando achar necessário, mas não mais com as parcelas de Estados e Municípios, já que seria obrigado a repô-las no mesmo exercício fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu requiro urgência para o Item que acabamos de aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vai à outra Comissão, mas vamos... Solicitada a urgência, em discussão a urgência. *(Pausa.)*

Em discussão a urgência. *(Pausa.)*

Aprovada a urgência, por unanimidade.

Senador Walter Pinheiro também requereu a inversão de pauta para tratar o item 27. Vamos tratar do item 27, que é uma matéria meramente consultiva nesta Comissão, é uma consulta da Comissão de Infraestrutura da Casa; depois vamos ao item 11, tratado pelo Senador Aloysio Nunes.

Senador Pedro Taques, com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, apenas para dar notícia à Comissão de Constituição e Justiça e a V. Ex^a que existe um Projeto de Lei nº 245 de V. Ex^a, do qual sou Relator, que trata do chamado desaparecimento forçado. Existem dados de um professor chamado Fábio Alves Araújo, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, que, a partir dos dados do Instituto de Segurança Pública, indica que, entre janeiro de 1991 e 2013, foram registrados 91 mil casos de desaparecimentos somente no Rio de Janeiro. Existem também estudos aqui em Goiás a respeito disso, e no Distrito Federal.

Esse Projeto está anexado ao projeto do Novo Código Penal, cujo relatório apresentei ontem, mas esse projeto do Código Penal, se nós todos assim estivermos concordes, será votado este ano, aqui no Senado, e será remetido à Câmara dos Deputados e, com certeza, ficará numa gaveta escura da Câmara dos Deputados, como a Câmara tem sido useira e vezeira em fazer.

Por isso, solicitei à Mesa que ele seja desanexado para que possamos votá-lo logo no Plenário do Senado, que já está com o relatório apresentado, Sr. Presidente.

Um outro pedido: existe o Projeto de Lei nº 221, de 2013, que trata do número de Deputados Federais por Estados, a nova composição, tendo em conta as pesquisas censitárias do IBGE. Esse projeto já foi apre-

sentado e é interessante que seja votado antes do final do mês de setembro, em razão do calendário eleitoral.

Solicito que seja colocado em pauta.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco Maioria/PMDB – MG) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Acato a solicitação do Senador Pedro Taques para ambos os projetos, para que seja colocado em pauta.

Senador Clésio, com a palavra.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco Maioria/PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço também a possibilidade da antecipação do item 10, porque é correlata à mesma do Senador Aécio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos votar o item do Senador Walter Pinheiro, o 27; o 11, do Senador Aécio; e, depois, imediatamente, o do Senador Clésio.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Valadares, com a palavra

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Só queria lembrar a V. Ex^a que o item 4 foi retirado de pauta na última reunião e já voltou à pauta de hoje. Ele tem, como Relator, o Senador José Agripino. Logicamente que há uma divergência entre o Relator, o autor, e também o Senador Rodrigo Rollemberg, que apresentou voto separado, então seria bom que terminássemos essa questão hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Imediatamente após essas inversões, Senador Valadares, me comprometo com V. Ex^a de votar, não vamos mais fazer nenhuma inversão.

Com a palavra a Senadora Lídice.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB – BA) – Rapidamente, Sr. Presidente, como, na semana passada, já havia retirado de pauta o item 5 e temos recebido contribuições de diversas organizações, inclusive a Empresa Gráfica da Bahia me procurou para discutir esse assunto, já comuniquei ao autor, Senador Pedro Taques, que concordou, e o Senador Dornelles havia me dito que pediria vistas ao processo, então novamente peço a retirada de pauta do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Fica retirado de pauta, para a próxima sessão, o item nº 5.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 20, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera o art. 37 da Constituição Federal, para determinar a publicação, em meio impresso e eletrônico, dos atos da administração pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Autoria: Senador Pedro Taques e outros

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, e, no mérito, favorável. Vamos ao item 27, do Senador Walter Pinheiro.

ITEM 27

CONSULTA (SF) Nº 1, DE 2013

– Não Terminativo –

Consulta do Requerimento nº 38, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que requer manifestação da CCJ quanto à constitucionalidade e à juridicidade dos projetos de lei que visam alterar a relação descritiva de transportes, constante do anexo da Lei nº 5.917/73.

Autoria: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Voto nos seguintes termos:

1 – a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, foi revogada pela Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que regula inteiramente a matéria por ela tratada;

2 – as relações descritivas dos componentes do Sistema Federal de Viação são inventários de bens federais, devendo ser editadas por ato do Poder Executivo;

3 – a inclusão em relação descritiva do Sistema Federal de Viação de componente inexistente ou que não integre o patrimônio da União é uma impropriedade e não acarreta qualquer consequência jurídica;

4 – a transferência de bens entre os entes da Federação somente pode ser realizada por meio de convênio de cooperação ou de desapropriação e independe de autorização legislativa federal;

5 – nenhuma norma legal impede a destinação de recursos federais para a construção ou conservação de infraestrutura de transporte dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios;

6 – a inclusão de novos componentes no Sistema Federal de Viação deve ser precedida de estudos técnicos e econômicos que a justifiquem;

7 – são inconstitucionais as proposições legislativas que visam à alteração ou à inclusão de componentes em relações descritivas do Sistema Federal de Viação;

8 – consequentemente, são inconstitucionais as seguintes proposições: Projetos de Lei da Câmara nos 96, 106, 183, 189, 190, 195 e 197, de 2008; 28, 45, 103, 149, 313 e 327 de 2009; 2, 55, 67, 72, 73, 82, 83, 96, 98, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 152, 161 e 175, de 2010; 47, 99, 115, 116, 117, de 2011; e 43, 47 e 111, de 2012; Projetos de Lei do Senado nos 655, de 2007; 358, de 2008; 50 e 120, de 2010; 115, de 2012; Emenda da Câmara dos Deputados a Projeto de Lei do Senado nº 610, de 2007; Substitutivos da Câmara dos Deputados a Projetos de Lei do Senado nos 549, de 1999; 693 e 696, de 2007;

9 – não se enquadram no objeto desta consulta os Projetos de Lei da Câmara nos 27, de 2006, e 85, de 2008, e o Projeto de Lei do Senado nº 723, de 2007.

O Senador Walter Pinheiro é o Relator. Com a experiência que tem na área, concedo a palavra a S. Ex^a para proferir seu relatório.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, há um conjunto de solicitações feitas, inclusive, à Comissão de Infraestrutura, e, nesse particular, no caso específico da CCJ – e aqui até secundando o que disse bem meu companheiro Sérgio Souza –, o que nos cabe aqui é exatamente o aspecto não do mérito das matérias, mas o aspecto da consistência, da constitucionalidade e, principalmente, dos aspectos legais em relação a esses pleitos.

Então, o voto nosso, da Comissão de Infraestrutura, em relação a esta consulta trata, primeiro, a partir das mudanças que ocorreram na lei; as relações descritivas ou os componentes do Sistema Federal de Viação – os bens, a forma como os atos são editados pelo Poder Executivo; a inclusão em relação descritiva do Sistema Federal de Viação dos componentes; a transferência de bens entre os entes da Federação. Isso pode ser realizado, inclusive, por meio de convênio, como já executam diversas unidades da Federação, ou seja, a relação entre departamentos estaduais e o próprio DNIT;

Nenhuma norma legal impede a destinação de recursos federais – é para isso que eu quero chamar a atenção, Senador Vital – para a construção ou conservação de infraestrutura de transporte dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Então, não há nenhuma proibição. Portanto, os Parlamentares podem, inclusive, aportar esses recursos ao Orçamento da União;

A inclusão de novos componentes no Sistema Federal de Viação, inclusive com base na legislação – e aí eu quero chamar a atenção para a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, ajustada pela Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011 –, deve ser precedida de estudos técnicos e econômicos que a justifiquem. Portanto, não há proibição para a apresentação, mas há a exigência legal para a apresentação dos estudos técnicos.

Há inconstitucionalidade nas proposições legislativas que visam alterar essa relação ou a inclusão de componentes descritivas do Sistema Federal de Viação.

Aqui eu listo, inclusive, quais os projetos que cometem esse vício de inconstitucionalidade e separo aqueles que não se enquadram nesse objeto, como matérias sobre as quais já havia sido feito esse plano de estudos, inclusive uma ferrovia na Região Norte do País. Então, ela está sobejamente bem amparada com os estudos prévios – portanto, estou excluindo –, assim como outros projetos que denominam as rodovias, principalmente fazendo homenagem a algumas figuras que batalharam por essas ferrovias.

Nesse sentido, Sr. Presidente, o nosso voto é pela inconstitucionalidade dessas matérias por não obedecerem ao rigor da lei e, obviamente, com a devida exceção daquelas que se enquadraram nos aspectos legais.

Esse é o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a pelo estudo. Essa consulta deve ter, pelo menos, apensados a ela 80 projetos de iniciativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. E V. Ex^a se dedicou, Senador Walter Pinheiro, ao longo dos últimos meses, para tratar da constitucionalidade dessas matérias.

Em discussão a consulta e o relatório do Senador Walter Pinheiro. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Como sempre, um trabalho bem feito do Walter Pinheiro. Como sempre.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sempre. Ele, quando recebe missões, as cumpre com zelo. Esta Presidência atesta.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – O problema, Senador Aloysio, é que só me entregam cascalho. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Esta Presidência e o povo da Bahia. Senador Aloysio, olhe o tamanho do processo.

ITEM 11
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 65, de 2005
– Não Terminativo –

Altera o Art. 159 e o art. 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ambos da Constituição Federal. (Altera os percentuais dos tributos arrecadados destinados ao Fundo de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e aos programas de financiamento do setor produtivo das regiões).

Autoria: Senador Pedro Simon e outros

TRAMITA EM CONJUNTO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 17, DE 2007
– Não Terminativo –

Dá nova redação ao inciso I do art. 159 da Constituição Federal, para incluir o produto da arrecadação das contribuições sociais que especifica no compartilhamento com Estados e Municípios

Autoria: Senador Francisco Dornelles e outros

TRAMITA EM CONJUNTO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2009
– Não Terminativo –

Altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a compensação de benefícios tributários concedidos pela União, relativos aos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.

Autoria: Senador José Agripino e outros

TRAMITA EM CONJUNTO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2009
– Não Terminativo –

Altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a compensação aos Estados, Distrito Federal e Municípios dos benefícios tributários e reduções temporárias de alíquotas concedidas pela União, rela-

tivos aos impostos referidos nos incisos I e II desse artigo.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro e outros

TRAMITA EM CONJUNTO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 2009
– Não Terminativo –

Altera o art. 159 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para criar o Fundo Nacional de Defesa Civil.

Autoria: Senador César Borges e outros

TRAMITA EM CONJUNTO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 23, DE 2009
– Não Terminativo –

Altera o art. 159 da Constituição Federal, para destinar ao Fundo de Participação dos Municípios parte da arrecadação da União relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas b e c do inciso I do art. 195.

Autoria: Senador Alvaro Dias e outros

TRAMITA EM CONJUNTO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 35, DE 2009
– Não Terminativo –

Altera a redação das alíneas a, b e c, do Inciso I do art. 159 da Constituição Federal, para modificar o percentual de repasse da arrecadação de impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti e outros

TRAMITA EM CONJUNTO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 31, DE 2011
– Não Terminativo –

Acrescenta o art. 159-A à Constituição Federal, para determinar a compensação financeira pela União aos demais entes federados, e pelos Estados aos respectivos municípios, nas hipóteses que especifica.

Autoria: Senador Aécio Neves e outros

TRAMITA EM CONJUNTO**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 125, DE 2011**

– Não Terminativo –

Altera a Constituição Federal para destinar dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção do domínio econômico, divididos igualmente, aos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE e dos Municípios – FPM.

Autoria: Senador Acir Gurgacz e outros

TRAMITA EM CONJUNTO**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 2, DE 2012**

– Não Terminativo –

Acrescenta o art. 159-A à Constituição Federal, para determinar a compensação financeira pela União aos demais entes federados de gasto tributário relativo aos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.

Autoria: Senador Benedito de Lira e outros

Relatório: Pela aprovação da PEC nº 31, de 2011, e pela rejeição das PECs nº 65, de 2005, 17, de 2007, 9, 12, 20, 23 e 35, de 2009, 125, de 2011, e 2, de 2012.

Observações: – *Em 21/08/2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira reformula o Relatório para acolher a Emenda nº 1, apresentada pelo Senador Eduardo Lopes, durante a discussão.*

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, para suas considerações finais.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu já li o relatório e tive a oportunidade, no item anterior, de ressaltar a importância dessa matéria, porque ela fornecerá a base constitucional para o anseio que é absolutamente unânime, eu creio, entre nós. E foi também algo que surgiu como uma reivindicação, igualmente unânime, das reuniões promovidas pelo Presidente da Câmara e Presidente do Senado com os governadores e prefeitos do nosso País, a coisa de seis meses atrás.

Toda vez que um ente federal conceder algum tipo de benefício fiscal em detrimento de receitas que pertencem a outro ente federal, ele se verá obrigado a compensar. É isso, pura e simplesmente, na forma da lei que será editada para disciplinar essa matéria.

Então, acaba por...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Essa matéria já foi amplamente discutida.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu consulto aos Srs. Senadores se vamos voltar a discutir.

Senador Wellington Dias, Senador Aécio, Senador Alvaro Dias, pela ordem.

Senador Wellington Dias com a palavra.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, eu queria só fazer aqui um raciocínio para entendermos do que nós estamos tratando.

Acho que é inegável que qualquer Parlamentar de qualquer partido, qualquer brasileiro compreende, neste momento, as dificuldades pelas quais estão passando os Municípios. Nós tivemos uma queda na economia e isso resulta numa queda das receitas.

Eu pude experimentar isso, em 2003, como Governador, numa queda de receita, numa dificuldade muito grande de Estados e Municípios, principalmente os que têm maior dependência da receita de fundo de participação. O que eu quero chamar a atenção é que, quando há queda das receitas para os Municípios, também cai para os Estados e para a União.

Nós estamos pegando aqui como exemplo, em 2012, nós tivemos um PIB nominal de R\$4,4 trilhões. Nós tivemos uma carga tributária de 36%, R\$1,584 trilhão; a receita bruta da União, R\$1,134 bilhão, 71% da carga tributária total. Por isso, a grita da sociedade em relação à carga tributária.

As transferências obrigatórias da União para os Estados e Municípios são R\$518 bilhões hoje, ou 32,7% da arrecadação federal, e a receita corrente líquida da União é, portanto, de R\$616 bilhões, ou 38,9% da carga tributária total.

O que eu chamo a atenção é que, segundo esses dados que são tratados aqui, nós estamos agora tratando da Lei das Diretrizes para o ano de 2014. Então, a renúncia da receita de Imposto de Renda e de IPI prevista para 2014 é da ordem de R\$108,3 bilhões, dos quais R\$82 bilhões de Imposto de Renda e R\$25,9 bilhões de IPI. Isso significa que haverá uma renúncia anual de aproximadamente R\$42 bilhões, ou seja, 35% disso de dedução com despesas médicas. Nós estamos falando aqui de deduções de despesas médicas, não estamos falando de... Quando se trata de Imposto de Renda, nós estamos falando não só de empresas industriais, comerciais. Estamos falando também de Imposto de Renda, como essa questão das despesas médicas.

A renúncia de receitas prevista com benefícios à pessoa jurídica chega a 39 bilhões. Repito: 35% disso são com dedução de despesas médicas. No caso do IPI, que é o maior impacto, quero lembrar aqui que ele se refere à Zona Franca de Manaus e à Amazônia Ocidental e é 11,4 bilhões.

Eu cito isso, porque nós estamos aprovando aqui uma regra que coloca a necessidade de a União fazer a reposição, com um impacto de 42 bilhões, de um recurso que é relacionado a receitas de Zona Franca de Manaus e a receitas de Imposto de Renda de Pessoas Física e Jurídica. Por essa razão, eu acho que é uma matéria que tem um impacto muito forte na economia do País.

O que eu quero aqui? Eu não sei se ainda, Sr. Presidente, é possível. Foi pedida vista na última reunião? Foi vista coletiva na última reunião?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A vista foi coletiva, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Isso.

Eu aqui, como Líder do PT, também me somo ao esforço feito para que haja alternativas para os Municípios e chamo atenção para o efeito colateral que isso aqui tem para o País.

Normalmente, quando vemos isso, lembramos a dedução de impostos que é feita e os incentivos que são feitos para uma nova indústria, para garantir a atração de investimentos. No entanto, quero lembrar que, com as deduções desses tributos, quando somamos um incentivo como este, que é estratégico para uma região do País, como a Zona Franca de Manaus, ou para uma região especial, como o Nordeste, ou para uma área estratégica, como a área da saúde, em que as pessoas físicas e jurídicas também contribuem, isso dá um impacto superior à metade disso.

Do ponto de vista da constitucionalidade, eu acho que é correto que um Parlamentar possa apresentar a matéria, é correto que, com quórum qualificado, tanto a Comissão quanto o Plenário possam aprová-la, mas chamo atenção de quem conhece as contas da União: onde nós vamos encontrar 42 bilhões e manter, ao mesmo tempo, esses benefícios que eu citei aqui? E citei aqui apenas alguns benefícios como exemplo.

É por essa razão que acho que valeria a pena tratarmos melhor dessa matéria, para evitar que houvesse uma situação em que pudéssemos colocar em dificuldades o País. Qualquer um tem responsabilidade de encontrar uma alternativa para este momento de dificuldade de Estados e Municípios – eu também tenho, eu também quero. Agora, como fazer isso tam-

bém garantindo as condições do equilíbrio fiscal, do equilíbrio financeiro da União?

Todo mundo aqui percebe que temos uma situação de aperto. Nós vamos ter que cortar onde para tirar 42 bilhões, hein, Senador Dornelles? É o que estou aqui questionando. De onde vamos tirar o dinheiro para manter o benefício na área da saúde, com as isenções que são feitas? E repito: 35% dessas deduções são na área da saúde. De onde vamos tirar dinheiro para manter os benefícios para a Zona Franca de Manaus, para citar outro exemplo?

É esse o raciocínio aqui. Eu considero legítima a proposta que foi apresentada, mas, com a responsabilidade que tenho como Senador e como Líder de um Partido que representa não só o Partido da Presidenta da República mas o Bloco de Apoio ao Governo nesta Casa, eu queria chamar aqui todos os partidos para essa reflexão, quem é Governo, quem é oposição. Quem é Governo hoje amanhã vira oposição, mas acho que todos nós temos uma preocupação com o equilíbrio fiscal, com a responsabilidade do equilíbrio financeiro da União. É sobre esse tema que eu quero tratar aqui.

Quero lembrar que, ontem, nós votamos um veto, na sessão do Congresso, que tratava de algo semelhante em relação à reposição com base na Lei do FPE. E aqui, por uma maioria do Senado, se deram as condições de não ter aprovação do veto, por quê? Na minha avaliação, porque eu acho que ali pesou principalmente a preocupação com o impacto que aquela regra traria para as contas públicas. E todos estamos no mesmo País, independente de quem é governo e quem é oposição.

É por essa razão, Sr. Presidente, que eu estaria aqui fazendo um apelo para que pudéssemos não votar hoje e ter um espaço de diálogo sobre esse tema. Votando hoje, mesmo compreendendo o aspecto legal... Aqui, hoje, a gente, na Comissão de Constituição e Justiça, analisa o aspecto legal. Do ponto de vista legal, é claro que tem a condição de legitimidade de quem apresenta, legitimidade da aprovação. Mas chamo a atenção para um ponto crucial, porque acho que a sociedade lá fora espera isso de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Wellington Dias, a matéria não é terminativa. São diversas propostas de emendas à Constituição. O Senador Aloysio relata, escolhe uma que condensa todas as outras e somente o Senador Aloysio, na condição de Relator, pode proceder a retirada de pauta, já que houve vista coletiva. A matéria está pautada para a reunião de hoje, e ele, na condição de Relator, a qualquer momento da discussão da matéria pode regimentalmente interferir no debate.

Há outra PEC do Senador Clésio que também vai ser votada mais ou menos ou com assunto similar a esse, dentro da mesma órbita.

Mas temos ainda para apreciação, Senador Aécio Neves, Senador autor, Senador Alvaro Dias e Senador Pedro Simon, pela ordem.

Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não há tema mais recorrente nesta Casa do que aquilo que se estabeleceu chamar pauta da Federação, e exatamente é essa a Casa responsável pela representação da Federação.

Vários temas são colocados em discussão nas várias Comissões da Casa e sempre há, no momento final dessa decisão, uma ponderação aqui ou acolá, prevalecendo sempre o entendimento da maioria governista nesta Casa, que não permitiu até agora nenhum dos vários temas, inclusive colocados aqui pelo conjunto de governadores e de prefeitos de capitais, convocados pelo Presidente do Senado e pelo Presidente da Câmara. Nenhum daqueles temas começa, por exemplo, com a renegociação da dívida dos Estados, com o aumento de alguns pontos percentuais no Fundo de Participação aqui proposta já apresentada pelo Senador Clésio, o fim da tributação do Pasep a Municípios e Estados... Nenhum desses temas, Sr. Presidente, avançou de forma consistente até aqui. E, ao mesmo tempo, há uma constatação que não é apenas dos Senadores – seja de oposição seja da situação –, mas da sociedade brasileira, da crescente fragilização dos Municípios e dos Estados.

Talvez poucos temas possam adquirir aqui a unanimidade que esse tema certamente já adquiriu. Basta andarmos pelo Brasil para percebermos que estamos avançando para vivermos num estado unitário. Os Estados e Municípios cada vez mais dependentes da benevolência, da boa vontade e em alguns momentos até de algum alinhamento com o Governo Federal.

Não é apenas a consequência administrativa que me preocupa, Sr. Presidente, quando discutimos a fragilização da Federação. É também consequente ou derivada dela uma subordinação política, já que grande parte dos Municípios brasileiros... Segundo dados da Confederação Nacional dos Municípios, cerca de dois mil deles chegarão ao final deste ano sem condições de honrar na data adequada sequer, Senador Wellington, com o pagamento do 13º salário.

V. Ex^a, digno representante que é e ex-governador do Estado do Piauí, sabe exatamente do que estou falando. Aqui nós não estamos usurpando, nós não estamos tirando do Governo Federal nenhuma das suas atribuições constitucionais. Houve, quando da

discussão para apresentação dessa proposta, ponderações de que nós não poderíamos permitir que o Governo Federal desse ou fizesse as desonerações com as parcelas que compõem o Fundo de Participação. Não. Nós fizemos o inverso. Propor desonerações de determinados determinados setores da economia, seja em razão de crises circunstanciais, ou de perda de competitividade, ou de ações comerciais nefastas de outros países ou de outros blocos, é uma prerrogativa que deve permanecer, e nós a estamos preservando. Segundo a nossa proposta, o Governo Federal poderá, quando achar adequado, propor desonerações de determinados setores da economia – na verdade, o que vem fazendo com muito pouco parcimônia ao longo dos últimos anos.

É preciso que os Srs. Senadores compreendam com muita clareza a proposta que apresentei, na verdade representando o sentimento de inúmeros Senadores e Senadoras, e relatada pelo Senador Aloysio. É simplesmente o seguinte: a União compensará financeiramente os demais entes federados no próprio exercício financeiro e na forma da lei. Chamo a atenção para isso: “e na forma da lei”, em que, obviamente, algumas ressalvas serão discutidas e certamente colocadas, assim como os Estados compensarão os seus respectivos Municípios sempre que adotarem a concessão de qualquer subsídio, isenção, redução de base de cálculo, redução de alíquotas, concessão de crédito presumido, anistia, remissão, favores fiscais ou financeiros fiscais, ou qualquer outro benefício de natureza tributária relativo a impostos ou contribuições cujas receitas sejam compartilhadas na forma estabelecida nesta Constituição.

De forma clara e objetiva, Sr. Presidente, o que nós estamos fazendo aqui é preservar a autonomia dos Municípios e dos Estados que têm seus orçamentos aprovados pelas respectivas Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas e, no meio do exercício, vem esse orçamento contingenciado. Por quê? Porque as receitas previstas não são efetivadas em razão de uma ação unilateral do Governo Federal, certamente em alguns momentos correta, em outras nem tanto.

Portanto, o que nós estamos fazendo hoje aqui, o que esta Comissão de Constituição e Justiça tem é a oportunidade de iniciar, agora sim de verdade, corretamente, a reconstrução da Federação no Brasil. Vamos preservar ao Governo as condições de fazer as desonerações que ache adequadas, mas sem que adentre receitas que não são suas, que não são próprias. Quando a Constituição definiu que uma parcela do IPI e do Imposto de Renda seja transferida automaticamente aos Municípios e aos Estados, cabe a nós, Senadores, preservarmos o que define a Constituição.

No momento em que o Governo adentra essas receitas com medidas absolutamente individuais, monocráticas, sem qualquer discussão com Estados e Municípios, nós estamos ferindo aquilo que prevê a Constituição.

Portanto, preservar a Constituição é responsabilidade desta Casa, e aprovar esse projeto é resguardar os interesses dos Municípios e dos Estados brasileiros. Não se trata, Senador Wellington, de aqui estarmos na oposição ou no Governo. Trata-se de sermos representantes da Federação e, portanto, é nosso dever, é nossa responsabilidade preservá-la. Não estamos aqui diminuindo receitas da União. Talvez até estejamos dando um sinal e um alerta para que a União seja mais criteriosa, para que o Governo Federal seja mais criterioso no momento de aprovar, ou no momento de definir essas desonerações.

Portanto, não posso crer, Sr. Presidente – e encerro esta minha intervenção, querendo que essa matéria vá a voto –, não posso acreditar que qualquer Senador da República, seja do Governo ou seja da oposição, possa privar os Municípios brasileiros, os Estados brasileiros, das receitas previstas constitucionalmente, que vêm sendo tolhidas, vêm sendo inibidas, vêm sendo diminuídas pela ação do Governo Federal, sem que essas decisões de desoneração sejam compartilhadas com os Municípios ou com os Estados. O que nós estamos fazendo, Senador Wellington, não é diminuir receitas. É distribuir adequadamente as receitas. É garantir que os recursos para a saúde para os Municípios do Piauí não sejam diminuídos em razão de uma desoneração para um determinado setor da economia, definido aqui pelo Governo Federal. Nós queremos que os recursos previstos nos orçamentos municipais e estaduais, para garantir a boa qualidade da educação dos Municípios brasileiros, sejam garantidos e preservados até o final do exercício.

Portanto, é algo absolutamente razoável e necessário, e não há tema – me permita dizer, Sr. Presidente – mais urgente para ser debatido nesta Casa, na Casa da Federação e nesta Comissão, do que este. Vamos votar “sim” pela Federação, ou vamos votar “não” pelo Estado unitário, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Inscreva-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Alvaro Dias, Senador Pedro Simon, Senador Dornelles, Senador Valadares.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoridade/PSDB – PR) – Presidente, devo agradecer à Associação dos Municípios do Paraná, que me inspirou na apresentação da Emenda nº 23, de 2009, que está também nesse pacote. A emenda do Senador Aécio Neves, por ser mais abrangente, segundo o Relator Aloysio Nunes,

açambarcou as demais, inclusive esta que foi sugerida pela Associação dos Municípios do Paraná, que homenageio nesta hora, através de seu ex-presidente, o ex-prefeito de Sabáudia, Almir.

A proposta que apresentei pretendia fazer com que, dos recursos oriundos das contribuições sociais, 23,5% fossem também contabilizados para a composição do Fundo de Participação dos Municípios. Na verdade, esse debate nos remete às distorções vigentes no sistema federativo. A distribuição dos recursos entre os entes federados é comprometedora, sobretudo em relação aos Municípios, os entes mais fragilizados financeiramente neste momento crucial vivido pelo Brasil.

Vejam que os Municípios foram perdendo receita na medida em que foram aumentando a participação das contribuições sociais na arrecadação federal. Em 2008, por exemplo: 39,28% de impostos contra 56% das contribuições sociais. E, repito, as contribuições sociais não são contabilizadas para a composição do Fundo de Participação dos Municípios. Isso significa que 56% do total da receita pública no País ficam, exclusivamente, nos cofres da União, provocando essa enorme distorção.

Desde a Constituição de 1988, os encargos foram sendo repassados aos Municípios brasileiros cada vez com mais força. E a contrapartida dos recursos não ocorre; não se repassam recursos de forma compatível com os encargos repassados e, por consequência, com as demandas que surgem desses novos encargos sob a responsabilidade dos Municípios brasileiros.

A prestação de serviço público é o maior exemplo. Há Município, no interior do Paraná, que visitei nos últimos dias, que aplica 35% do seu orçamento em saúde pública. Portanto, essa rediscussão do pacto federativo, esse reequilíbrio do sistema federativo é essencial, e essa proposta do Senador Aécio Neves vem nessa direção.

Ontem, o Congresso Nacional quase derruba um veto da Presidente Dilma – faltaram três votos do Senado para que caísse o veto da Presidente Dilma – relativamente à obrigatoriedade de a União compensar recursos retirados dos Estados em razão das concessões que faz em determinados setores da economia com isenções e com desonerações tributárias. Isso significa que a União quer continuar fazendo cortesia com o chapéu dos Estados e dos Municípios brasileiros.

Portanto, Sr. Presidente, com a nossa homenagem à Associação dos Municípios do Paraná, que cuidou de estudar a matéria e preparar essa proposta de emenda à Constituição que levou o nº 23, de 2009, nós vamos, aceitando o relatório do Senador Aloysio Nunes, votar favoravelmente à proposta que ele con-

siderou prioritária entre as que foram encaminhadas ao Senado Federal pelos Srs. Senadores.

Portanto, é uma tentativa de...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoridade/PSDB – PR) – ... redistribuir recursos de forma isonômica, fazendo justiça aos Municípios brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Sr. Presidente, essa matéria vimos discutindo, há longos e longos anos, apresentando emendas que lamentavelmente não são aceitas nesta Casa.

Nós reconhecemos que a lei que incentiva o Nordeste e o Norte é absolutamente correta. É justa. Mas nós achamos que lá no Rio Grande do Sul está acontecendo um caso de uma dolorosa e dramática realidade. Infelizmente, esta Casa não consegue aceitar o argumento, e o Governo Federal faz com que cada vez fique pior.

O Rio Grande do Sul nem sempre foi considerado um Estado rico. E, quando houve a Revolução de 30, o Rio Grande do Sul era o segundo Estado arrecadador. Primeiro, São Paulo com 20 e poucos por cento; segundo, o Rio Grande do Sul com 12%.

O tempo passou e as medidas que foram tomadas fizeram com que aquela metade sul e a zona de fronteira do Brasil com a Argentina – que era talvez, no Brasil, a zona mais rica, a mais próspera – se transformassem em uma zona que foi depauperando aos poucos, diminuindo. E hoje a gente só ouve falar.

A Ipiranga, a grande e a primeira empresa de produção de gasolina no Brasil, nasceu lá em Uruguaiana. Ficou durante muito tempo como a grande iniciadora, quando veio a Petrobras determinar o fechamento da Ipiranga.

A Varig nasceu lá no Rio Grande. Foi a primeira e a pioneira nessa região. Foi região de grande progresso e de grande desenvolvimento, até que se espalhou a determinação de que o Brasil teria uma guerra com a Argentina. E, com isso, essa zona de fronteira foi decisiva, no sentido de quartéis e mais quartéis. Cidade como Santiago tem cinco quartéis do Exército. Cidade como Itaqui tem mais cinco. Cidade como Alegrete tem mais cinco. Cidade como São Borja tem mais três. E, durante um longo período, metade do Exército brasileiro ficou na fronteira do Brasil com a Argentina.

Eu disse se nós, ao invés de construírmos essa infinidade de quartéis que não resolveu coisa nenhuma, tivéssemos dado a chance de se construir fábricas, essas fábricas hoje teriam feito daquela região a mais próspera do Brasil.

Até hoje, Sr. Presidente, em uma região de 100km da fronteira é proibido ter uma fábrica lá no Rio Grande do Sul. Eles não podem sob hipótese nenhuma ter. É proibido se desenvolver, progredir, crescer.

Durante a vida inteira, a cidade de Uruguaiana foi o local onde há a maior produção de lã do mundo. Ainda hoje é. Pois a lã ia de trem para São Paulo, levando a lã e a sujeira. Nem uma lavanderia deixaram construir no Rio Grande do Sul. Para a lavanderia... lá, e se pagava o frete da sujeira que ia para São Paulo. Aí ia para a lavanderia, ia para o lanifício e se transformava em um produto de primeira grandeza. E o Rio Grande do Sul comprava o produto fabricado em São Paulo. Da matéria prima, recebia 2%; e 98% ficavam com os Estados que desenvolveram.

Do Rio Grande do Sul, Sr. Presidente, esta análise deverá ser feita: são dois milhões de gaúchos que saíram do Rio Grande do Sul, em uma ação promovida pelo Governo Federal – num místico de reforma agrária ou coisa parecida. Esses dois milhões receberam estímulo e foram para o Amazonas, o Pará, o Acre, o Maranhão, a Bahia, o Mato Grosso do Sul e o Mato Grosso do Norte. E essa gente, que era a melhor matéria-prima que nós tínhamos – colonos que vieram da Itália, da Alemanha, avós colonos, pais deles, acostumados a trabalhar na terra, fazendo milagre na terra –, foi para essas regiões. E nessas regiões, a começar aqui por Brasília, onde não havia um verde. E hoje em roda de Brasília, os gaúchos realmente a transformaram em uma grande produtora de matérias-primas.

Esses gaúchos levaram o desenvolvimento e esse milagre na agricultura. Mato Grosso chorou quando Mato Grosso do Sul se emancipou porque achou que ia terminar, mas os gaúchos foram lá e hoje o Cerrado, a região do Centro-Oeste é a maior região agrícola do mundo e tem condições de se transformar na maior produtora agrícola do mundo. E isso foram os gaúchos, Sr. Presidente.

Agora, esses dois milhões que saíram daqui fizeram falta lá no Rio Grande. Hoje nós temos zonas e zonas de terra que estão abandonadas, que não têm coisa nenhuma porque não resolve, eram pequenas propriedades que àquela época eram trabalhadas por famílias com 14, 15 filhos. Hoje, o Rio Grande do Sul, que durante a vida inteira era o Estado que tinha a maior natalidade, as famílias tinham 10, 12, 13, 14 filhos, é o Estado do Brasil que tem menor natalidade; é de 1,7 o número de filhos por famílias.

Pois até hoje, Sr. Presidente, não se deu um tratamento, não se teve uma preocupação, uma análise, um estudo. Hoje que nós temos a Embrapa, que é uma empresa fantástica. Eu digo isso, que se a Embrapa tivesse nascido 30 anos antes, quando esses colonos

estavam lá em Caxias, com 25 hectares, e com 25 hectares não podiam produzir coisa nenhuma, se tivessem lá hoje com 25 hectares, estavam ricos. Como conheço muita gente que com 25 hectares, com a terra irrigada e com a plasticultura, produzem uma enormidade e produzem o ano inteiro.

Então, eu sempre achei que essa situação merecia. Porque, nessa situação, não é questão de gente que passa fome ou de gente que não tem condições, é gente que precisa condições para ir adiante, é gente que precisa incentivo, estímulo para poder desenvolver, progredir.

Na época, eu briguei, era deputado estadual e berrei contra o governador e contra o Governo Federal, por darem ônibus e trazerem aquela nossa colonada todo aqui apara o Amazonas. Eu digo: mas, por que não levam uma parte lá para a fronteira? Por que não fazem isso também aqui na região de fronteira? E que hoje é um latifúndio enorme, que produz praticamente nada. Por que não fazem isso? E nós poderíamos mudar, revolucionar aquela região. Infelizmente, isso até hoje não aconteceu, Sr. Presidente.

São vários os projetos, eu estou aqui há 32 anos e pelo menos uns cinco ou seis projetos eu apresentei, mas não consegui nem a sensibilidade dos colegas do Congresso e muito menos a sensibilidade do Governo Federal.

Então, nós estamos aqui num projeto que é importante e que acho que o Senador Aécio, com muita inteligência e com muita categoria analisa o contexto geral, e dentro da análise do contexto geral, estou corretamente e totalmente ao lado dele. Mas digo que o Rio Grande é um caso à parte. O Rio Grande era um caso que merecia. Durante tanto tempo vamos olhar, vamos ... porque a remuneração seria imediata, nós não estaríamos dando dinheiro, como em alguns casos do Nordeste, para sobreviver ou coisa que o valha, nós estaríamos dando chance para essa região se transformar numa das regiões mais prósperas do Brasil.

E, infelizmente, até hoje a 100 quilômetros da fronteira da Argentina, o Brasil não pode construir fábricas. É proibido construir fábricas. E até hoje está assim. Quer dizer, temos o Mercosul, o Brasil e Argentina estão integrados no Mercosul, e na fronteira do Rio Grande do Sul não pode ter uma fábrica. É duro, Sr. Presidente. Mas, infelizmente a fraqueza dos meus argumentos... pode ser que eu indo embora, o que vier no meu lugar convença mais os companheiros da maldade que estão fazendo com o Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul está vivendo, está sofrendo, está diminuindo. O Rio Grande do Sul sempre foi o primeiro Estado em educação da criança, de crianças alfabetizadas, hoje caiu. O Rio Grande sempre

foi o primeiro Estado em diminuição de mortalidade infantil, hoje caiu. O Rio Grande do Sul sempre foi o primeiro Estado em testes de fertilidade, hoje está em último lugar.

E, infelizmente, nós temos regiões, temos cidades que nem Três Passos, que está na zona da produção, que era época em que produzia, que plantava, que desenvolvia. Três Passos, nessa época, tinha 35 mil habitantes. Hoje, 20 anos depois, tem 17 mil habitantes, porque os outros 17 foram para o resto do Brasil. E ela está com terras abandonadas, no lixo, ninguém dando bola, ninguém olhando, ninguém tendo nenhum tipo de preocupação.

É uma pena, Sr. Presidente. Eu não digo nada, estou fazendo isso porque é um desabafo para eu pelo menos dizer: eu falei. Não deu para fazer, não tive competência, fui fraco na argumentação, mas eu falei.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço.

V. Ex^a tem autoridade para fazer o desabafo. Sua história é reconhecida.

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu acho extremamente complexo o cálculo de uma perda de arrecadação em decorrência de uma redução de alíquotas.

Muitas vezes a redução de alíquotas dentro de determinada conjuntura econômica pode provocar o aumento da arrecadação, não exatamente do imposto que teve sua alíquota reduzida, mas de outros impostos que figuram dentro de um quadro econômico.

A redução do IPI muitas vezes pode provocar o aumento da arrecadação do imposto de renda, da Cofins, do ICMS, e é por isso que o Senador Aécio teve o cuidado de se referir na forma da lei, porque a lei simplesmente terá meios de calcular e de fazer o cálculo dessa perda.

Agora, eu queria considerar que existe uma preocupação generalizada com a situação financeira dos Estados e Municípios.

Estava na hora de a União comandar esse Pacto Federativo através de discutir a dívida dos Estados que é hoje da maior importância. Realmente, ninguém compreende por que a União fica atendendo, em pílulas, a Estados e Municípios, sem entrar no problema básico, que é a renegociação da dívida.

O Senador Aécio mostra essa preocupação e, no momento em que ele coloca na forma da lei, a lei simplesmente terá condições de estabelecer e calcular qual é o montante de perdas dos Estados e Municípios em decorrência de reduções de impostos feitas pela União.

Por esse motivo, a nossa posição é favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a síntese...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... do Senador...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ...Francisco Dornelles...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ...que ajuda a apreciação do projeto.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Agripino, com a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Só para fazer o registro de que eu tenho uma PEC, a PEC nº 9, que foi considerada pelo Senador Aloysio Nunes, de teor semelhante, igualzinho. É uma PEC que propõe que as desonerações feitas pelo Governo Federal e que atinjam as finanças estaduais e municipais sejam objeto de ressarcimento.

Lamentavelmente, esse assunto foi vetado pela Presidente Dilma e o Congresso de ontem manteve o veto. Um fato profundamente lamentável, porque é o famoso “atirar com a pólvora alheia” e, principalmente, com a pólvora de quem não tem onde cair morto, que são os Estados e Municípios hoje.

De modo que, por essa razão, pelo fato de entender que a PEC que aqui foi relatada pelo Senador Aloysio Nunes de certa forma recupera o fato que aqui estou expondo, é que meu voto, coincidentemente com a Proposta de Emenda à Constituição que apresentei, é, claro, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Agripino, a PEC nº 9 tramita em conjunto com a PEC que nós apreciamos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A iniciativa de V. Ex^a, que vale o registro. O Senador Aloysio apreciou em conjunto com essa PEC.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – É um dossiê escrito ao que o Senador Aloysio acabou de relatar.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É de 2009 a PEC de V. Ex^a.

Senador Valadares e Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos apressar a discussão para ganharmos tempo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sim.

Senador Valadares e Senador Cássio.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Apenas pelas citações que foram feitas pelo Senador Aécio, embora eu reconheça aqui que de forma muito elegante, mas eu queria, me sinto na obrigação de fazer...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Deixe-me ver...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Em seguida à última fala eu queria pedir para fazer um esclarecimento apenas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Valadares, Senador Cássio e o Líder falará.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Todos os oradores que me antecederam foram enfáticos ao afirmar a penúria e a pobreza dos Estados e dos Municípios nessa fase que estamos vivendo. Há Municípios que não estão conseguindo pagar nem a sua folha de servidores. Isso implica num imenso desgaste político para o administrador municipal.

De outro lado, os Estados, já soberbamente endividados, têm feito operações de crédito as mais diversas para manter ou, pelo menos, atenuar a situação reinante nas administrações estaduais, no sentido de fazer as obras de infraestrutura e manter a máquina funcionando em condições adequadas.

Por isso, nós achamos que essa proposta é consentânea com essa realidade. Agora, temos que refletir e analisar sobre situações pretéritas da União, que fez renúncias fiscais que implicam num impacto financeiro incomensurável, e a União não poderá dar conta. Basta dizer o seguinte, Sr. Presidente: segundo a LDO, as renúncias fiscais previstas para o próximo ano, 2014, referentes ao Imposto de Renda e ao IPI, somam a R\$108 bilhões. Se essa proposta for aprovada, pelo

menos R\$42 bilhões a União terá que transferir para os Estados e Municípios.

À primeira vista, eu, V. Ex^a e tantos outros que estão aqui, todos nós que estamos aqui reconhecemos que a União detém o maior bolo da arrecadação federal. No entanto, se levarmos em consideração não a receita bruta, mas a arrecadação real, que é a receita líquida atribuída à União, nós verificamos que, em vez de 60%, esse índice baixa de apropriação da União para 38,9%, e não 60 ou 65, como sempre nós falamos em nossos discursos, que a União detém o maior bolo tributário. Mas a responsabilidade maior da União é a de arrecadar, e essa arrecadação não vai assim num montante tão grande para a própria União. Senão, vejamos – Sr. Presidente, já estou encerrando, porque nós temos outras matérias: a receita corrente bruta da União corresponde a 71% da carga tributária total; as transferências obrigatórias correspondem a 32%; e a receita corrente é de 38,9% da carga tributária total. Ou seja, de todas as receitas municipais, estaduais, federais arrecadadas no País, a União fica com 38,9%, ou seja, um pouco mais de um terço do montante. O restante, 61%, em números redondos, é transferido e apropriado por Estados, Distrito Federal, municípios também, o sistema de Previdência. Porque o dinheiro da Previdência arrecadado pela União para Previdência, das contribuições, elas não vão para o cofre da União, vão para o cofre da Previdência, para pagar os seus compromissos. E a Previdência, como todos nós sabemos, é uma instituição que tem uma arrecadação deficitária para cumprir as suas obrigações.

Portanto, Sr. Presidente, muito embora a União tenha triplicado a arrecadação, só em 2009 que houve uma queda, em virtude da crise –, ainda assim os compromissos assumidos pela União no que diz respeito às transferências obrigatórias e também aquelas que são próprias da legislação, que são verbas carimbadas, a União não poderia, se, por exemplo, houver essa previsão de 108 bilhões de renúncia fiscal para o próximo ano, não poderia, não teria condições de colocar 42 bilhões e redistribuir para os Estados e Municípios. O melhor, a situação mais lógica, mais realista, seria a seguinte: de agora em diante, a União pensasse duas vezes antes de fazer uma renúncia fiscal...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – V. Ex^a...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – ... segundo, que o Senado Federal providenciasse que, de agora em diante – e não a partir de agora, não a partir do passado –, se a União impusesse alguma renúncia fiscal, teria que pagar. Agora, já houve um veto que o Congresso Nacional derrubou. Eu não sei qual foi o placar. Mas,

ontem, inclusive contra o meu voto, porque eu votei favorável aos Municípios...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – V. Ex^a, Senador Valadares, me permite apenas um esclarecimento?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Eu ainda não encerrei meu voto. Eu estou na discussão, estou no preâmbulo.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Apenas uma contribuição a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Mas eu dou a palavra a V. Ex^a, Senador, candidato, pré-candidato.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Agradeço as homenagens, mas V. Ex^a traz luz a este debate. Apenas para contribuir com ele. No momento em que na nossa proposta está previsto que essa questão será definida nas formas da lei, é exatamente para que esse cálculo seja feito no momento de definirmos, no momento da regulamentação da proposta. Então, exatamente para definirmos com exatidão quais serão efetivamente essas perdas.

Mas concordo com V. Ex^a: a simples aprovação do projeto, da PEC, gerará uma parcimônia maior, um cuidado maior do Governo no momento de definir as desonerações. Mas a lei definirá isso que é uma preocupação de V. Ex^a e é minha também.

Portanto, eu queria apenas dizer a V. Ex^a que foram 38 votos apenas favoráveis ontem à derrubada do veto. A maioria dos Senadores presentes, como V. Ex^a e eu, votou favoravelmente à derrubada do veto, mas não alcançou o quórum necessário de 41 votos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Então, como V. Ex^a se referiu, eu ainda não havia terminado. Em virtude desse dispositivo que não será autoaplicável, pois haverá uma lei complementar no sentido de regulamentar este projeto, esta PEC, eu votarei favorável.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria. PMDB – PB) – O Senador Valadares, sempre muito lúcido nas suas intervenções, meu caro Presidente.

Senador Cássio Cunha Lima. Senador Pedro Taques. Aí, encerramos para irmos a voto.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, serei o mais objetivo possível, até porque já me manifestei sobre esta matéria em diversas outras oportunidades.

Eu gostaria apenas de sublinhar e destacar aquilo que foi dito pelo Senador Aécio Neves no final da fala que ele realizou há poucos instantes, quando, de forma muito sintética, mas objetiva, disse “o que nós vamos votar aqui é um Sim à Federação”, que aqui nós defendemos e representamos, “e um Não a um

Estado unitário, que começa a se formar lenta e progressivamente no nosso País”.

Eu tenho profundo respeito e mais do que respeito, tenho uma admiração pessoal ao Líder do PT, Senador Wellington Dias, com quem tive a honra de ser governador durante dois mandatos, nós tendo desafio de governar um dos Estados ou os Estados mais pobres da Federação, Piauí e Paraíba, respectivamente.

Nutro por V. Ex^a respeito, carinho pessoal e posso dizer até amizade.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Exato. Realmente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Peço vênica para discordar da forma como V. Ex^a apresenta o seu pensamento e aí vou dar o motivo final para o requerimento do art. 14, Senador Wellington. Lamentavelmente, desculpe-me se sou rude na minha classificação, V. Ex^a traz um pensamento sofisticado: parte de uma premissa verdadeira para chegar a uma conclusão falsa.

É óbvio que a intenção do Senador Aécio Neves não é quebrar o Governo Federal, até porque, se Deus quiser e pela vontade do povo brasileiro, muito brevemente ele estará comandando este Brasil.

A intenção é preservar os Estados e os Municípios brasileiros. E a intenção fica tão clara, tão nítida que não se trata de um golpe da oposição contra o Governo, longe disso, e dou destaque a esse aspecto para concluir, que o Senador remete-se à uma legislação infraconstitucional a definição dos critérios das barreiras do teto de preservação desta medida.

Na verdade o que pretende e deseja o Senador Aécio, sequenciado pelo Senador Agripino e por tantos outros que apresentam propostas similares, é barrar, pôr fim a essa verdadeira farra que o Governo Federal faz de atirar com a pólvora alheia, de fazer cortesia com o chapéu alheio.

Vamos, sim, obviamente, com a responsabilidade de que temos com o Brasil, preservar a Zona Franca, preservar os descontos com saúde que foram aqui elencados pelo Senador Wellington Dias.

O que se pretende, portanto, para concluir, é por fim a essa prática, para que ela não perdure de forma infinita. Ou seja, aquilo que foi concedido será preservado, mas, daqui para frente, em qualquer desoneração que a União possa realizar, que sejam preservadas as receitas dos Estados e Municípios. Por isso, voto favoravelmente à proposta do Senador Aécio Neves, tão bem relatada pelo Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o sempre proverbial poder de síntese, Senador Taques com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito obrigado pelo elogio.

Sr. Presidente, recebi um telefonema aqui de um cidadão de um Município chamado Acorizal, lá em Mato Grosso. Ele disse que está assistindo à TV Senado e não está entendendo o que está acontecendo. Ele quer saber: “os Municípios onde o cidadão mora, o Estado onde o cidadão mora vai ganhar ou vai perder com isso?”.

Eu estava dizendo a ele o seguinte: nós temos três pessoas: uma recebe o nome de União, outra de Estado, outra de Município. Será que a União pode fazer cortesia com o chapéu dos outros? Não pode, porque as três pessoas, apesar de terem tamanhos diversos, Sr. Presidente, como nós todos sabemos, os tamanhos são diversos, mas elas são iguais naquele acordo que fizeram. E esse acordo recebe o nome de pacto federativo, muito bem dito pelo Senador Cássio. Portanto, a União não pode fazer cortesia com o chapéu do outro.

E aqui se trata de uma norma constitucional que precisa de uma integração futura de uma lei, como se está dizendo aí.

A questão orçamentária pode ser debatida, sim, a questão fiscal, mas, na questão de constitucionalidade, essa proposta de emenda garante a Federação. Não existe diferença entre União, Estados e Municípios, em uma Federação, a não ser a divisão constitucional de competência, que está prevista na própria Constituição.

Então – para que o cidadão possa entender –, a União não pode fazer cortesia com o chapéu de outra pessoa jurídica sem que haja essa compensação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Professor Pedro Taques, com sua natural didática.

O Senador Wellington quer fazer um reparo. Meu Líder, vamos votar.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, é só para sabermos o que estamos votando.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Aqui, tanto o Senador Aécio, o Senador Cássio... Tive o privilégio de conviver com os dois, como Governador. E, se há uma característica que aprendi, é não ter medo da verdade, independente de qual seja a consequência.

Estamos falando aqui, primeiro – Senador Dornelles, veja se estou vendo alguma coisa diferente do que está no texto. Está dizendo que a União vai compensar, financeiramente, os entes da Federação. Aí, está correto o Senador Pedro Taques: é a União que vai

compensar Estados e Municípios – vejam o que está dito aqui – “por qualquer subsídio e isenção”, Senador Armando Monteiro, “redução de base de cálculo ou redução de alíquota”. Se quiser reduzir a carga tributária brasileira: para fazer isso, precisa compensar Estados e Municípios, mesmo não havendo mais receita futura. Vejam o que estou dizendo aqui!

Não há nenhum aqui... Aqui, pode haver igual, agora, para defender Estado e Município mais do que eu aqui, duvido. Duvido que haja algum aqui que defenda Estado e Município mais do que eu. Duvido que haja aqui, pela realidade do meu Estado, o Piauí, e pela realidade dos Municípios do meu Estado, o Piauí.

Estou falando do que estamos votando aqui. E fala aqui que é no próprio exercício financeiro. Estamos falando aqui de uma coisa simples. Aqui, está sendo dito que é para o futuro? Não; é do exercício financeiro. Aqui, está sendo dito que, depois, se vai discutir o que foi realmente a perda? Não; é toda e qualquer redução, contribuição...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – É claro! Está aqui no texto!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Está aqui no texto. Não, não é auto-aplicável. Agora, vamos aprovar isso?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – É dispositivo não auto-aplicável, Senador.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Gente, é isso que está colocado aqui.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Haverá regulamentação em legislação infraconstitucional.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Então, por que não faço já adequado para eu não ter um desvio na regulamentação? Não pode a regulamentação fugir da regra geral. Isso aqui é uma emenda constitucional. Não estou dizendo que sou contra; estou dizendo que quero tratar para termos o que estão dizendo aqui inclusive. Para termos o que estão dizendo aqui. Estão dizendo que é para futuro, e não está escrito, em nenhum lugar aqui, que é para o futuro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Não está dizendo. Está dizendo que é para o exercício financeiro. Está dizendo aqui que é só isenção de IPI? Não; é, inclusive, redução de alíquota. Vamos amarrar o País. O País quer reduzir alguma tarifa, algum imposto, não pode, porque, para fazer, não recebendo mais receita, tem que continuar compensando financeiramente Estados e Municípios. É o que

está na lei, gostando ou não, é a letra da lei que está aqui. Se quiser, leio o artigo todo. É verdade que diz aqui que é na forma da lei, mas é o que está na emenda constitucional e que vai ser regulamentado; não é outra coisa. O meu querido Pedro Taques sabe o que isso representa mais do que outro. “A União compensará financeiramente os demais Estados federativos”.

Chamar a atenção para outra coisa: os Estados também vão fazer a mesma coisa, Senador Dornelles e Senadores aqui presentes. O meu Estado, que dá hoje uma concessão de ICMS. O Ceará faz para o futuro. o governador adotou o seguinte: “Daqui para frente, o que eu der de redução, dou só da parte do Estado, o que é meu”. Isso acho perfeito, acho correto, estaria aqui votando favorável. Estamos dizendo que também a Estados e Municípios se aplicam a regra do exercício financeiro, a regra de tarifa, de isenções, de alíquotas ou redução de alíquotas. Estou chamando a atenção, porque estamos falando de algo realmente de grande impacto na economia brasileira.

Eu gostaria, ganharia um bocado de voto, se eu pudesse chegar para o meu Município e dizer que há R\$42 bilhões para todos os Estados e Municípios brasileiros, vai aumentar um terço o fundo de participação. Meu Deus do céu! Ia chegar no meu Estado como um herói, agarrado nos braços.

Quero aqui dizer que, se a gente quiser fazer... E mais ainda, me permitam dizer – vejam aqui a realidade dos fatos: quem não quer dobrar recursos para a educação? Todo mundo quer. Quanto custa? R\$ 200 bilhões. O que estamos tratando aqui? Fazendo um plano para dez anos. Quem não quer colocar R\$40 bilhões para a saúde? Todo mundo quer. O que a sociedade está apresentando aqui? Vamos fazer em dez anos. Estamos fazendo aqui uma regra que tem o mesmo impacto para a saúde para o ano seguinte à aprovação; é disso que se trata.

Então, estou aqui, me permito aqui a ousadia de colocar isso, porque o normal é estar lá no seu Estado ouvindo, os prefeitos ficarão insatisfeitos, os eleitores. Não! Estou no mesmo barco chamado Brasil. Quero aqui defender as coisas, mas defender aquilo que tenha sustentação. Acho que aquilo que está sendo priorizado aqui precisa ser botado na letra da lei; se não, na regulamentação, não terá jeito. É a minha avaliação. O que estou pedindo é para que a gente não faça votação aqui, estou me dispondo a me sentar com o Senador Aécio, sentar com outros e vermos como transformar a ideia que está sendo verbalizada na lei. Aqui o que está não é isso, aqui é – repito –: alterar um volume de receita da União em R\$42 bilhões e alterar o volume das receitas do Estado em cerca de R\$500

bilhões, que é o total de isenção de ICMS. Discutimos isso aqui recentemente.

A Presidente não está fazendo nada? Está, mandou para cá uma lei da dívida, quem não está votando é o Congresso, não há é entendimento aqui entre as partes. Votou aqui uma lei que faz o País crescer, faz as receitas do ICMS crescerem, dando compensação; os Estados que não tiveram o entendimento. É verdade que deu uma emergencial para os Municípios – e é só emergencial –? É verdade.

Sou favorável que a gente encontre um caminho para viabilizar o financiamento dos Estados e dos Municípios, mas o apelo que estou fazendo é apenas para a gente não aprovar algo aqui que venha depois a causar problema à Nação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – o apelo do Senador Wellington Dias está registrado.

Vou passar a palavra ao Senador Eduardo Lopes; depois, vou ouvir o Sr. Relator. Vamos continuar discutindo, a matéria é importante, essa Presidência não tem nenhuma pressa em ultimá-la, enquanto o assunto não estiver absolutamente maduro nesta Comissão.

Com a palavra, Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Pela ordem para uma dúvida e para uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Por favor.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – O texto afirma que é conforme a lei; isso, inclusive, dito pelo Senador Valadares e isso é o que leva a votar o “sim”. Por que não colocamos, como sugestão, vendo o meio possível para isso... Já que o Senador Wellington Dias está falando do exercício, o referente ao exercício atual, por que não se coloca que essa compensação possa ser feita no exercício seguinte com a previsão orçamentária?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sua sugestão...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Essa é a sugestão

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sua sugestão está posta, a sugestão de V. Ex^a está posta para a apreciação do Relator. Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Uma última consideração para que o Relator possa falar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Rapidamente, Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – ...e possamos ir a voto. Essa matéria já foi extensamente discutida não apenas nessa...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Senador Aécio, Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – ...nessa... apenas nessa ocasião...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Me permita só clarear, eu dei um número errado aqui. Na verdade, os Estados... Deram-me um número aqui num papel e é que é R\$ 52 bilhões a R\$ 79 bilhões, não são R\$ 500 milhões, só para ficar claro aqui.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Muito bem. Mas essa não é a questão central, Senador, porque nós teremos oportunidade na lei. Por isso o cuidado em colocarmos na forma da lei. Isso será discutido amplamente. Surpreende-me que – eu obviamente não vou incorrer aqui no equívoco de permitir de novo o art. 14 – o Partido dos Trabalhadores sempre encontra, em todas as medidas que buscam fortalecer Estados e Municípios, algum óbice, alguma ação ou alguma justificativa para atender àquilo que quer a União: não compartilhar receitas com Estados e Municípios.

Esse assunto está discutido, eu acho que o Relator deve falar, e nada impede que, no Plenário, eventual Emenda possa ser apresentada, e eu estou absolutamente aberto a essa discussão. Não dá mais para postergar. Não dá mais para adiarmos aqui essa discussão. É nossa responsabilidade. E resumo no seguinte: nós estamos aqui garantindo que isenções possam ser dadas sim, pela União, nas receitas que são de sua responsabilidade, pelos Estados, nas receitas que são de sua responsabilidade, e também pelos Municípios, da mesma forma. Mas não mais a União definir qual será o corte de receitas dos Municípios e dos Estados. É algo claro, objetivo, cristalino, e, por isso, eu tenho absoluta convicção de que nós vamos, aqui, todos aprovar essa proposta e, eventualmente, aprimorá-la, em última instância, no Plenário.

Era o que eu gostaria de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Passo a palavra ao Senador Aloysio e peço a atenção do Sr. Senador para uma sugestão agora, há pouco, encaminhada pelo Senador Eduardo Lopes. Sugestão verbal.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – E V. Ex^a já conclui para iniciarmos o processo de votação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – O Senador Wellington Dias compartilha sempre comigo de preocupações quanto ao equilíbrio fiscal, evitar que a nossa situação fiscal se deteriore ainda mais. Nós temos sido, nós temos concordado em muitas coisas no que diz respeito à cautela com que se votam matérias aqui no Congresso, sem levar em conta a situação fiscal do País.

Agora, esta Proposta de Emenda à Constituição, meu querido colega Wellington Dias, é cercada de cautelas. Primeiro, ela é uma Emenda Constitucional. Se for aprovada, será uma Emenda Constitucional de eficácia contida. Ela só será aplicada a partir da sua regulamentação e a partir do momento em que for promulgada. De modo que não há a perspectiva com que V. Ex^a acena, talvez num argumento *ad terrorem*, de que o Estado arcará com o prejuízo imediato de não sei quantos bilhões de reais. V. Ex^a sabe, como eu sei, que não é assim.

Segundo, a Zona Franca de Manaus tem um regime tributário especial, com base constitucional, que continua valendo.

Terceiro, os benefícios que são dados, por exemplo, a pessoas físicas ou pessoas jurídicas, como, por exemplo, o desconto no imposto de renda das despesas de saúde, foram concedidos por lei, e por lei serão mantidos, porque a Proposta de Emenda do Senador Aécio Neves, e dos demais que apresentaram Emendas na mesma linha sempre condicionam a eficácia da Emenda a uma lei regulamentadora.

O que a Emenda diz é algo que é fundamental, que é curial, que é óbvio, que é evidente, é que, quando a receita é compartilhada, as partes que se apropriam, que têm direito ao bolo, têm direito constitucional, essas receitas pertencem aos Estados e Municípios.

Então, a União não pode, ao decidir por razões de política econômica, como tem feito recentemente, privar os Estados e Municípios, por decisão da União, de receitas que são dela, que lhe pertencem constitucionalmente. É isto.

Aprovada essa Emenda, inclusive, a União será mais prudente nas políticas que vem adotando e que não têm dado resultado, infelizmente. Essas desonerações fiscais não têm dado resultado em termos de crescimento econômico. Têm tido como resultado, sim, o debilitamento da situação fiscal da União.

De qualquer forma, Sr. Presidente, sugestões como essa do Senador Eduardo Lopes, que eu acho interessante, de que essa apuração se dê no exercício fiscal seguinte, eu acho uma sugestão interessante, mas a minha sugestão é de que nós, saindo a emenda aqui da Comissão, nós no plenário levássemos em conta tanto essa sugestão como as cautelas...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria. PMDB – PB) – V. Ex^a se compromete a absorver a emenda do Senador Eduardo Lopes em plenário?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Claro. E as cautelas que possam dar tranquilidade ao Senador Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria. PMDB – PB) – O.k.

Em votação.

Reiterando, então, fica a emenda para o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria. PMDB – PB) – E V. Ex^a fará a emenda em plenário. A Comissão, inclusive, já define que V. Ex^a haverá de subscrever essa emenda em plenário, já com anuência de antemão do Sr. Relator.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Vamos votar, Presidente?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Presidente, eu quero fazer uma sugestão. Por que não transformar essa sugestão do Senador Eduardo numa emenda de redação? Em vez de ser “no próprio exercício financeiro”, “no exercício financeiro seguinte”? É uma emenda de redação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria. PMDB – PB) – O Senador Aloísio fará em plenário. Em votação o relatório favorável.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente. Eu quero saber o que estamos votando. Sr. Presidente, há duas coisas aqui. Eu queria fazer um apelo. Vejam só, gente. Não estou aqui dizendo que sou contra. Aliás, só estou chamando a atenção do Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria. PMDB – PB) – Deixe-me passar a palavra novamente a V. Ex^a, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Me perdoe, eu agradeço. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria. PMDB – PB) – V. Ex^a tem a palavra, pela terceira vez, em atenção a V. Ex^a, Senador Líder do PT. Com a palavra, o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Agora não falo pelo Governo. Falo em meu nome. E digo aqui que não sei como cada um vai votar aqui. Eu acho apenas, como bem lembrou o Senador Aloysio, que não posso deixar de dizer o que penso. Para isso, o povo me elegeu.

Então, veja só. Primeiro é isto: se tem “a partir do exercício seguinte”, isso já faz uma diferença enorme.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Está fechado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Escutem só. O segundo ponto que eu

queria chamar a atenção, que é o outro aqui é quando fala também da parte de isenção ou redução de alíquotas, porque, veja, isso é para todo o País, gente. Se eu tenho a redução, a isenção e a redução de uma alíquota do Imposto de Renda – o Imposto de Renda hoje, a tabela vai até 35% –, se eu, pessoa física, se eu tenho uma redução, é para todo o Brasil, é para os brasileiros de cada Município. Pessoa jurídica tem uma alíquota. Quando eu faço uma redução, é para as pessoas jurídicas de todo o Brasil. Então, o Brasil inteiro ganha. Mais empresas lá. É mais receita própria de Estados e Municípios.

Então, são essas duas coisas que me chamaram a atenção, de forma sincera.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria. PMDB – PB) – Então, vamos objetivar. Vamos objetivar as duas sugestões.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) –Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria. PMDB – PB) – Por favor. Vamos objetivar.

De forma clara: o Senador Wellington Dias propõe, como já propôs o Senador Eduardo Lopes, a questão do exercício para o exercício seguinte. Isso o Senador Aloysio já aceitou.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) –Aceito de pronto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria. PMDB – PB) – Agora, eu pergunto de forma clara. A segunda sugestão do Senador Wellington Dias. Como V. Ex^a se posiciona, para encerrarmos o assunto?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) –Sr. Presidente, essa segunda sugestão envolve questões mais técnicas, que exigem uma análise mais minuciosa. Então, eu me comprometo, Senador, a examinar, se for eu o Relator em plenário. Ou qualquer que seja o relator, nós teremos tempo daqui até a votação em plenário, até o tramite de cinco sessões de discussões, depois três turnos de votação, nós teremos tempo para, com cuidado, com cautela, ouvindo a opinião de especialistas, ouvindo sempre o bom conselho do Senador Dornelles, nós chegarmos a uma redação que leve em conta as preocupações de V. Ex^a e que são minhas, do Senador Aécio Neves e dos demais proponentes das emendas que estão sendo apreciadas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria. PMDB – PB) – Com a emenda do Senador Eduardo Lopes – V. Ex^a vai fazer a emenda agora. Com a emenda do Senador Eduardo Lopes e com a promessa ou o compromisso de uma avaliação dessa segunda sugestão do Senador Wellington dias, coloco em vo-

tação a proposta, o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira permaneçam como se encontram. Os Senadores que divergem do relatório se posicionem.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de dizer que considero inteiramente pertinentes as preocupações do Senador Wellington Dias, mas confio que, com a relatoria sempre competente do Senador Aloysio, haveremos de encontrar uma forma que não crie essa...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Governo/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Aprovado o relatório com a emenda, com o voto contrário do Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Governo/PT – PI) – Não, Sr. Presidente. Eu queria... Eu não estou votando contra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Wellington...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Governo/PT – PI) – Eu não estou votando contra. Eu queria só uma declaração.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Um momento, Senador Wellington Dias.

Com o voto contrário do Senador José Pimentel. O voto contrário apenas do Senador José Pimentel. Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu voto a favor...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Então, com o voto contrário do Senador José Pimentel.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ... reservando ao direito de apresentar uma emenda de plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o voto contrário do Senador José Pimentel.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Eu acompanho o Senador Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Aprovado o relatório, que passa a

constituir parecer da Comissão, favorável à PEC nº 31 e contrário às PECs nºs 65, 17, 9, 12, 20, 23 e 35, 125 e 2, que tramitam em conjunto.

A matéria vai ao plenário.

A proposta seguinte é a PEC do Senador Clésio. Item 10.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Um minuto, por favor.

ITEM 10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 33, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera o art. 159 da Constituição Federal, para aumentar a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios.

Autoria: Senador Clésio Andrade e outros

Relatoria: Senador Gim (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Romero Jucá

Relatório: Favorável à matéria.

Observações: *Em 14/08/2013, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.*

Consulto os Senadores sobre eventual manifestação a respeito dos relatórios do Senador Romero Jucá.

É uma matéria correlata. Essa matéria estava entre as matérias relatadas pelo Senador Aloysio, que foi desmembrada e está para parecer desta Comissão.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Governo/PT – PI) – Presidente, eu queria... Se é uma matéria correlata, Sr. Presidente, qual é o sentido que tem...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – A Mesa desmembrou a pedido do senhor autor da matéria.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Governo/PT – PI) – Então, eu estou... A minha recomendação é o voto contrário. Se nós temos uma que é uma alteração da Constituição, que é mais abrangente, qual é o sentido que há em se apreciar outra menos abrangente?

Com todo carinho que eu tenho pelo Senador Clésio, com todo o respeito, eu queria, em razão do encaminhamento feito, dizer aqui que o meu compromisso é de tratar sobre o tema da matéria anterior no plenário, tratar nos caminhos que nós traçamos aqui para evitar problemas de desequilíbrio para a Nação

e para os Estados também e para evitar problemas relacionados à própria execução da lei.

A minha posição, nesse caso, é contrária à matéria, em razão inclusive do encaminhamento que foi dado aqui anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Governo/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Aprovado, com...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Governo/PT – PI) – Eu sou voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o voto contrário do Senador Wellington Dias, do Senador Armando Monteiro, do Senador Eduardo Suplicy, do Senador José Pimentel, do Senador Anibal Diniz.

Vamos ao item...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Governo/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. No item anterior, eu havia também registrado o meu voto “não”, acompanhando o Senador Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Registrado.

Item 4.

Senador José Agripino.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB, com a palavra.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, é só para dar conhecimento a esta Comissão de que, na tarde de ontem, foi apresentado pelo Senador Pedro Taques, na Comissão Especial que trata do Código Penal, o seu relatório, e nós abrimos prazo, a partir do dia 2. Eu quero dar conhecimento aos Senadores da Comissão Especial e da Comissão de Constituição e Justiça, que, a partir do dia 2, está aberto prazo para emendas até o dia 14 de setembro. Na sequência, o Relator terá mais dez dias para dar parecer, votar essa matéria na Comissão Especial e fazer o encaminhamento devido.

O segundo item. Eu queria pedir a anuência de V. Ex^a, se houver a concordância por parte da Mesa e de V. Ex^a, para comunicar que V. Ex^a me designou e me deu a honra de ser o Relator do parecer ao novo indicado para ser o Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot.

O relatório já está pronto, Sr. Presidente, mas eu não queria que esse relatório fosse lido em pauta extraordinária, ou seja, em extrapauta. Portanto, já conversei com o Senador Pedro Taques, que é Líder do PDT, já conversei com o Senador Aloysio Nunes, já conversei com os Senadores José Agripino, Wellington Dias, Francisco Dornelles e outros Líderes, Sr. Presidente, para que possamos, já que esta pauta, feita por V. Ex^a, é intensa e extensa, na terça-feira, complementar essa pauta e incluir a leitura desse relatório na próxima terça-feira como primeiro item da pauta, apenas para leitura, já que temos aqui uma questão de ordem definida, quando eu ainda presidía esta Comissão. Também nós temos uma instrução que orienta seja feita a sabatina depois da leitura e depois de ser dada vista coletiva.

Solicito a V. Ex^a que, se pudesse – se fosse possível –, já com a anuência dos Líderes – já fiz um acordo com os Líderes, depende só de V. Ex^a agora) –, fizesse a inclusão na pauta de terça-feira e faríamos a sabatina na quarta-feira ou na quinta-feira, conforme for conveniente a esta Presidência e a esta Comissão. Portanto, é a solicitação que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Eunício, esta Comissão encarregou V. Ex^a, ontem, de encaminhar a avaliação e proceder ao relatório do Sr. Procurador-Geral Rodrigo Janot. V. Ex^a, já em trabalho eficiente, encaminha a esta Comissão o relatório. Todavia, há uma necessidade documental, por parte da Mesa, e uma exigência regimental para que a leitura, em plenário, seja feita no dia de hoje.

Esta Presidência também, com os demais Líderes, quer dar prioridade à avaliação dessa matéria por conta da necessidade de o Ministério Público Federal ter seu comandante avaliado, por sabatina, pelo Senado. Depois que V. Ex^a fez a consulta a esta Presidência, solicitei que o encaminhamento fosse dado não apenas por uma decisão do eminente Líder do PMDB, mas, sim, pelo conjunto de Líderes que V. Ex^a expressa agora e com uma sugestão que esta Presidência acata, ficando marcado, portanto, para terça-feira, de forma extraordinária, reunião desta Comissão, com as matérias remanescentes de hoje, e quinta-feira, reunião para a sabatina, pela manhã, às 9h – nós teremos, quinta-feira, uma audiência pública – faremos a sabatina do nosso Procurador Rodrigo Janot.

Será quinta-feira... Terça-feira, faremos o restante de nossa ordem do dia de hoje; quarta-feira, teremos outra remessa de projetos novos a serem tratados e, na quinta-feira, faremos a sabatina do Dr. Rodrigo quando teremos, também, uma ordem do dia.

Nós teremos ainda um projeto para encerrarmos a pauta e liberarmos os senhores.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Eu agradeço a V. Ex^a e ao Colégio de Líderes pela compreensão, até mesmo pela urgência que temos de sabatar e indicar o novo Procurador-Geral, tendo em vista que o mandato do Procurador-Geral da República, Dr. Gurgel, se encerrou no dia 15 próximo passado. Eu agradeço a V. Ex^a pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço ao Colégio de Líderes que foi extremamente gentil e participativo.

Eu não encerro a reunião de hoje, mas a suspendo, até para que possamos recomençar na próxima terça-feira. Mas temos mais um item, que será o último item da reunião de hoje.

É o item 4 da pauta, pág. 100.

ITEM 4

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 138, DE 2009

– Não Terminativo –

Acrescenta art. 2º-A, com §§ 1º e 2º, à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, para dispor que o bloqueto bancário poderá ser pago em qualquer agência bancária, inclusive após a data do seu vencimento.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 21, DE 2010

– Não Terminativo –

Estabelece o direito do consumidor de pagar contas vencidas, utilizando os mesmos meios a ele disponibilizados para efetuar o pagamento antes do vencimento e dá outras providências.

Autoria: Senador Raimundo Colombo

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, contrário aos Projetos.

Observações:

– As matérias serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa;
– Em 14/08/2013, foi recebido Voto em Separação do Senador Rodrigo Rollemberg, favorável

ao PLS 138/09, com a emenda que apresenta, e contrário ao PLS 21/10.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino para proferir seu relatório.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para mim não há nada mais desagradável do que oferecer parecer contrário à iniciativa de colegas, principalmente quando as iniciativas são revestidas das melhores das intenções, que é o caso.

Eu vou procurar ser sintético com relação ao propósito do projeto; e as minhas considerações e preocupações e o meu voto ao final.

O Senador Valadares, o operoso Senador que patrocina sempre boas idéias, junto com o atual Governador de Santa Catarina, Senador Raimundo Colombo, tiveram a ideia de proteger o cidadão fazendo com que aquele que compra e que tem o boleto bancário decorrente de uma operação financeira e financiamento de uma compra por um banco e que tenha tido dificuldade em pagar na data, fique livre da obrigação de só poder pagar aquele boleto bancário no banco que financiou a compra e que é detentor do boleto; poder pagar em qualquer agência bancária, protegendo o contribuinte, protegendo o cidadão, protegendo a sociedade, transferindo o benefício à sociedade.

Em princípio, inteiramente de acordo. Ocorre que eu tenho preocupações de com um giro estarmos fazendo um jirau. E é o que eu quero colocar aos membros da Comissão. O que acontece? O projeto de lei foi apresentado em 2009. De 2009 até 2013, muita coisa aconteceu principalmente em matéria de novidade na informática e agilização de procedimentos com o auxílio de informática.

Hoje há uma coisa que é consagrada. A Internet é uma ferramenta de trabalho, para quem compra e para quem vende, extremamente moderna, operosa e eficiente. E o que acontece hoje é que os bancos que financiam as eventuais compras de cidadãos têm os seus sites. E hoje é possível, se você atrasa o pagamento, você consultar o site do banco e o site do banco lhe oferecer o novo valor a ser pago com o código de barra, para poder pagar em qualquer banco, mas com o controle do banco que emitiu e fez o financiamento.

Qual é a minha preocupação? É o que a perda do controle por quem financiou a compra possa produzir. Por exemplo, alguém atrasa o pagamento, não paga no dia, paga no outro banco, fora do banco que emitiu, e o banco que tem o controle do pagamento, que foi quem fez o financiamento, protesta. Venceu-se o prazo, protesta. E o comprador já teria até pago o seu compromisso no outro banco, mas por falta de controle terá tido o seu título protestado.

Segundo ponto. Ah, mas aí os bancos podem se proteger fazendo uma relação entre eles. Mas isso vai envolver custos que alguém que vai pagar. Quem vai pagar? Claro que o tomador do empréstimo. Numa hora em que você busca competitividade, você vai determinar custo para que o sistema bancário, que considera a necessidade de se proteger, coloque isso no financiamento. Quando você pode resolver isso tudo, Senador Armando Monteiro, com a modernidade oferecida pela Internet. Você hoje pode...

Em 2009, não, mais hoje pode consultar o site do banco x. Quanto está o meu débito hoje? Diga-se que atrasou 20 dias, não chegou ainda o prazo de protesto. No site você faz o cálculo e imprime o novo boleto para pagar em qualquer agência, mas com o controle do banco. Se você, porventura, paga fora do banco que o financiou, você corre esses riscos todos. E o banco, que não tomou conhecimento de que você pagou, protesta o seu título e vai causar uma grande confusão no sistema financeiro.

Então, a minha preocupação e a razão do meu voto contrário ao projeto foi exatamente o de proteger o cidadão em função de uma novidade que aconteceu entre 2009 e 2013. Eu digo isso lamentando muito porque a intenção do Senador Raimundo Colombo, esposada ou agasalhada pelo Senador Valadares, é a melhor possível, é a de proteger a sociedade. Só que acho que com este projeto você vai...

Primeiro de tudo, na hora em que os bancos souberem que aquilo que foi financiado por ele pode ser pago em qualquer agência bancária, eles vão, para se proteger, aumentar custo de financiamento. E, depois, vão agilizar procedimentos de protesto. Vai criar uma grande confusão dentro do processo. Então, de um giro você poderá ter feito um jirau.

Eu peço a compreensão dos Senadores, do Senador Antonio Carlos Valadares, com quem até conversei sobre esse assunto, expondo as minhas razões. Gostaria até de nem ter relatado essa matéria, porque eu não gostaria de relatar contra uma iniciativa que é eivada das melhores intenções de S. Ex^a, mas, para não tirar a minha responsabilidade de uma preocupação que eu tenho, manifesto a minha posição contrária e a rejeição do projeto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Para discutir, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Da mesma forma como se manifestou o Senador Relator, José Agripino, eu

não me sinto bem em debater em campos opostos contra o meu amigo, sempre brilhante e cordial, Senador José Agripino.

Acontece, Sr. Presidente, que esta matéria, que foi apresentada em 2009, tem o objetivo de assegurar ao devedor a possibilidade de pagar no mesmo banco para o qual ele recebeu a recomendação do empresário.

Vamos supor que eu compre pela Internet um computador, e está lá no boleto: “pagar no Banco do Brasil até o dia 20”, ou melhor, “pagar em qualquer banco até o dia 20 e, a partir do dia 20, no Banco do Brasil”. Eu acho que isso não vai prejudicar em nada o credor, nem prejudicar em nada o devedor. Ao contrário, vai facilitar a vida do consumidor, porque o sistema bancário hoje é totalmente integrado.

A argumentação do Senador José Agripino ocorre em minha ajuda, de vez que o sistema de Internet hoje facilita não apenas para o consumidor, mas, sobremaneira, para os bancos, porque os bancos mantêm, diariamente, de hora em hora, uma atualização da situação de todos os credores, de todos os devedores, das empresas.

Eu ainda propus a exclusão de dois parágrafos. O primeiro, que competia à agência calcular os juros pelo atraso ocorrido, e também uma penalidade que seria atribuída à empresa eu sugeriria e ainda sugiro ao relator que isso seja excluído. Ficaria apenas um artigo, que diz que o boleto bancário poderá ser pago em qualquer agência bancária, inclusive após a data do seu vencimento. O projeto só seria isso. Qual o mal que existe nisso? Nenhum. Não prejudica o consumidor. Não prejudica o banco, porque o banco que recebeu aquele crédito vai passar para o credor, com a cobrança da multa devida por atraso.

Quem vai ganhar com isso, sem dúvida alguma, é a sociedade, o cidadão, que não será obrigado a se deslocar de um banco que é do seu bairro para um banco que, às vezes, não é nem do seu bairro nem da sua cidade. Ele vai ter que se deslocar para um banco muito mais distante do que aquele em que era obrigado a pagar e, infelizmente, por esta ou aquela condição, por motivo de doença ou qualquer outro, ele diz: “Olha, não vou pagar hoje; vou pagar daqui a dez dias.” Quando chega lá no banco, dizem: “Não. Você vai ter que pagar agora no Banco do Brasil, que fica na cidade tal, distante não sei quantos quilômetros...”. É disso que nós estamos falando. É uma coisa prática.

Agora, eu peço ao nobre Relator que tire a punição do banco e que não obrigue ao banco originário calcular a multa, mas, sim, ao banco que receber.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Senador Valadares. V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Aqui na Comissão de Constituição e Justiça nós teríamos de debater constitucionalidade e regimentalidade. Não há inconstitucionalidade...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Mas é constitucional... O próprio Relator...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – O ideal seria, como questão de mérito, que isso fosse debatido na CMA, que é consumidor também.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Claro. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – Existe um voto em separado, do Senador Rodrigo Rollemberg, que trata disso. Pode ser debatido o mérito lá. Inclusive...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Eu me referi a ele.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Governo/PDT – MT) – Inclusive, existe uma circular do Banco Central que rege essa situação. Desde 2004, existe essa circular do Banco Central. O ideal... Como bem disse o Relator, não há inconstitucionalidade no projeto. Agora, o mérito, penso que não calha aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Aqui.

O que o senhor pensa, Relator?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Maioria/DEM – RN. *Fora do microfone*) – Não calha.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Não calha. Isso. Porque aqui há constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco Governo/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Com os argumentos apresentados pelo Senador Valadares e pelo Senador Agripino, gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco Governo/PT – AC) – Vista concedida.

Antes de suspendermos a presente reunião, lembramos que, amanhã, dia 22 de agosto, às 9h, realizaremos audiência pública para instruir a PEC nº 15, de 2011, que altera os arts. 102 e 105 da Constituição para transformar em ações rescisórias o recurso extraordinário e o recurso especial. Teremos a presença do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Cezar Peluso.

Nada mais havendo a tratar, declaro suspensa a presente reunião, informando que será retomada no dia 27 de agosto de 2013, às 9h, neste plenário da Comissão de Constituição e Justiça.

Declaro suspensa a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 05 minutos e suspensa às 12 horas e 53 minutos do dia 21 de agosto de 2013, a reunião é reaberta às 10 horas e 03 minutos do dia 27 de agosto de 2013.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Declaro reaberta a 46ª Reunião Ordinária a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente será destinada à leitura do relatório do item 28:

ITEM 28

MENSAGEM (SF) Nº 82, DE 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos dos arts. 84, inciso XIV, 52, inciso III, alínea e, e 128, §1º, da Constituição Federal, o nome do Senhor Rodrigo Janot Monteiro de Barros, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do segundo mandato do Senhor Roberto Monteiro Gurgel Santos.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

Relatório: Dependendo de relatório.

Passo a palavra ao Senador Eunício Oliveira para proceder à leitura do relatório.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Apresento o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem nº 82, da Presidência da República, que encaminha para a apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Rodrigo Janot Monteiro de Barros para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, o qual tenho a honra de ter sido designado, por esta Presidência, para ser o seu Relator.

A Excelentíssima Presidenta da República, Senhora Dilma Rousseff, submete à apreciação do Senado Federal, por meio da Mensagem nº 82, de 2013 (nº 352, de 2013, na origem), e nos termos dos arts. 84, inciso XIV, e 128, § 10, da Constituição Federal, o nome do Senhor Rodrigo Janot Monteiro de Barros, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do segundo mandato do Senhor Roberto Monteiro Gurgel Santos.

A matéria vem ao Senado Federal porque, nos termos do art. 52, inciso III, alínea e, da Constituição Federal, compete a esta Casa, privativamente, aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha do Procurador-Geral da República. Consoante o Regimento Interno do Senado Federal – RJSF, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (art. 101, inciso II, alínea i) compete realizar a referida arguição pública do indicado, bem como emitir o respectivo parecer, observadas as regras pertinentes ao rito (art. 383).

O currículo do Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, encaminhado em anexo à Mensagem Presidencial, contempla as informações necessárias ao exame da matéria por esta Comissão.

Sua Excelência graduou-se Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no ano de 1979. Na mesma instituição, Sua Excelência obteve os títulos de Especialista em Direito Comercial, no ano de 1985, e de Mestre em Direito, em 1986.

Estudou ainda na *Schola Superiore di Studi Universitari e di Perfezionamento S. Anna*, em Pisa, Itália, nos anos de 1987 a 1989, onde concluiu Especialização na área de concentração “Meio Ambiente e Consumidor”.

Ingressou no Ministério Público Federal mediante concurso público, tendo tomado posse no dia 10 de outubro de 1984, no cargo de Procurador da República. Nessa condição, exerceu a função de Procurador-Chefe substituto da Procuradoria da República no Distrito Federal, no período de 1984 a 1987.

Tornou-se, ainda, Coordenador do Meio Ambiente e dos Direitos do Consumidor da Procuradoria da República, no ano de 1991, permanecendo até 1994. Enquanto exercia a supracitada função de Coordenador do Meio Ambiente e Defesa dos Direitos do Consumidor, Sua Excelência foi promovido, em 1993, ao cargo de Procurador Regional da República, que exerceu até o ano de 2003.

Em 2003, foi promovido ao cargo de Subprocurador-Geral da República, destacando-se que, neste cargo, atuou perante o Supremo Tribunal Federal.

De 2003 a 2005, exerceu a função de Secretário Geral do Ministério Público Federal.

Em 2006, foi Coordenador-Geral do Centro de Pesquisa e Segurança Institucional do Ministério Público Federal.

De 2006 a 2009, foi Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União. Sua Excelência foi, ainda, membro do Conselho Superior do Ministério Público Federal, eleito por toda a categoria para os mandatos de 2005 a 2007, 2010 a 2012 e de 2012 a 2014.

Foi também membro da 7ª, 3ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, em diversos períodos.

No âmbito corporativo, foi Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), mandato eletivo que exerceu de maio de 1995 a maio de 1997.

Deve-se assinalar, ainda, que o Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, antes de ingressar no Ministério Público Federal, atuou profissionalmente como Advogado autônomo, de 1980 a 1984, e como Professor Assistente das disciplinas Teoria Geral do Processo e Títulos de Crédito, ambas na Faculdade de Direito Milton Campos, em Belo Horizonte (MG), de 1981 a 1984.

No período em que já integrava o Ministério Público Federal, Sua Excelência foi ainda Professor Titular de Direito Processual Civil I do Centro Universitário do Distrito Federal – UDF, atividade exercida até o ano de 1995.

Em 1994, atuou no Poder Executivo, ao exercer o cargo de Secretário de Direito Econômico, da estrutura do Ministério da Justiça.

Em seu currículo, encaminhado ao Senado Federal, constam as seguintes publicações:

1) *Le point de vue Du Ministère Public: les particularités Du Ministère Public brésilien*. Petites Affiches, 2006, França; e

2) o Caso, Embraer, *im Atualidades Jurídicas*. Livraria Del Rey, 1993. Belo Horizonte.

Cabe informar, também, que a Mensagem veio acompanhada de declaração do Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, em atendimento à Resolução do Senado Federal de nº 7, de 2005, em que manifesta:

a) não ser cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta o colateral, até o terceiro grau, de membro ou servidor do Senado Federal;

b) ser membro do Ministério Público desde 1º de outubro de 1984, atualmente ocupando o cargo de Subprocurador-Geral da República;

c) não haver sofrido nenhuma sanção de natureza criminal ou administrativo-disciplinar, e que não existem procedimentos dessa natureza contra a sua pessoa;

d) não ser membro do Congresso Nacional, de Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, nem ser cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Sua Excelência apresentou também as declarações de que trata o Ato nº 1, de 2007 – CCJ, a saber:

a) declaração de que a filha, Letícia Ladeira Monteiro de Barros, possui inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), exercendo, portanto,

atividade privada vinculada à atividade profissional do indicado;

b) declaração de que não participa, nem participou, como sócio, como proprietário ou como gerente de empresas ou entidades não governamentais;

c) declaração de que se encontra em situação regular quanto aos tributos federais e aos de competência do Distrito Federal, acompanhada das respectivas certidões negativas;

d) declaração de que foi corréu em ações judiciais em trâmite perante a 12ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Brasília, relativas à ação anulatória de compra e venda e respectiva consignação e pagamento, tendo ambas sido julgadas improcedentes em primeira e segunda instâncias, com trânsito em julgado, aguardando somente o recolhimento das custas finais pela parte vencida;

e) declaração de que tem atuado, nos últimos cinco anos, como membro do Ministério Público Federal, junto às duas Turmas do Supremo Tribunal Federal;

f) argumentação escrita de que preenche os requisitos de formação, experiência e afinidade intelectual e moral para exercer o cargo para o qual foi indicado.

Por derradeiro, Sr. Presidente, ainda que limitado pelas circunstâncias constitucionais da votação secreta da indicação, não posso deixar de externar um comentário quanto à escolha do Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros para ocupar o cargo de Procurador-Geral da República.

Na honrosa missão de relatar esta indicação, devo salientar que o fato de haver sido o primeiro colocado na votação promovida entre seus pares pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), órgão do qual foi o Presidente de 1995 a 1997, resulta numa síntese plena de simbologia sobre a vida profissional e pessoal de S. Exª.

Homem de reconhecida qualificação jurídica, o Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros é também admirado pela seriedade e equilíbrio no exercício profissional por onde passou, sendo ainda muito elogiada sua capacidade de diálogo, o que é extremamente importante para esta Casa.

Certamente essas qualidades, reconhecidas pelos Procuradores da República no resultado do pleito a que se submeteu, mostram que S. Exª, se aprovada sua indicação pelo Senado Federal, estará à altura dos desafios que o cargo requer.

Com essas informações, Sr. Presidente, julgo que esta Comissão possui plenas condições de arguir S. Exª e, posteriormente, realizar a votação sobre a indicação do Dr. Rodrigo para o cargo honroso de Procurador-Geral da República.

É o relatório, Sr. Presidente, com a recomendação que V. Ex^a fará, em função da resolução desta Casa, desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Obrigado, Senador Eunício Oliveira. Parabéns pelo relatório.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva automática e convocada nova reunião para quinta-feira, dia 29 de agosto, às 9 horas, para o processo de arguição do candidato e votação, nos termos do Ato nº 1, de 2007, da Comissão de Constituição e Justiça.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 05 minutos e suspensa às 12 horas e 53 minutos do dia 21 de agosto de 2013, a reunião é reaberta às 10 horas e 03 minutos do dia 27 de agosto de 2013 e encerrada às 10 horas e 14 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e dezesseis minutos, do dia vinte e dois de agosto de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Anibal Diniz, Inácio Arruda, Sérgio Souza, Aloysio Nunes Ferreira, Wellington Dias, Ciro Nogueira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Paulo Davim, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Cyro Miranda e das Senadoras Ana Rita, Angela Portela e Lídice da Mata, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Lopes, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Eduardo Braga, Pedro Simon, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Romero Jucá, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, José Agripino, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública. Assunto**

/ Finalidade: Discutir a PEC 15, de 2011, que visa transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias. O Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Desembargador Henrique Nelson Calandra, foi convidado pelo Presidente da Comissão, Senador Vital do Rêgo, a compor a Mesa durante a Audiência Pública, tendo feito uso da palavra. **Requerimento de realização de audiência:** RQJ 32/2013, de autoria do Senador Francisco Dornelles. **Reunião destinada a instruir a seguinte matéria:** PEC 15/2011, de autoria do Senador Ricardo Ferraço e outros. **Participante:** César Peluso, Ministro do Supremo Tribunal Federal. **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. O Senhor Senador Vital do Rêgo passa a Presidência para o Senador Aloysio Nunes Ferreira. A Presidência registra a presença do Senhor Elísio Teixeira Lima Neto, Diretor da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dez horas e quarenta e três minutos; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir a PEC nº 15, de 2011, que altera os art. 102 e 105 da Constituição Federal para transformar os recursos extraordinários e especial em ações rescisórias, conforme o Requerimento nº 32, de 2013 desta Comissão, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles.

Esta Proposta de Emenda à Constituição tem como primeiro signatário o eminente Senador capixaba Ricardo Ferraço.

Esta Presidência esclarece que, na última quinta-feira, realizamos em nossa Comissão a primeira audiência pública com o propósito de analisar a conhecida PEC dos Recursos. Naquela oportunidade, ouvimos o Dr. Marcus Vinicius Furtado Coelho, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Na audiência de hoje, daremos continuidade ao exame desta Proposta de Emenda à Constituição, que

visa a permitir a transformação em ações rescisórias os recursos que chegam em última instância ao Supremo Tribunal Federal (recursos extraordinários) e ao Superior Tribunal de Justiça (recurso especial).

Para os trabalhos desta manhã, foi convidado o Dr. Antonio Cezar Peluso, ex-Presidente, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, um dos primeiros juristas brasileiros a cogitar essa proposta de mudança do Texto Constitucional.

A relevância desta matéria, que conta com a relatoria sempre diligente e competente do Senador Aloysio Nunes Ferreira, pode ser aferida pelo fato de haver merecido outras duas audiências públicas também realizadas ainda no ano de 2011.

A primeira audiência destinou-se a ouvir exatamente o convidado de hoje quando ainda exercia o cargo de Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Da segunda audiência, participou o Ministro Ari Pargendler, então Presidente do Superior Tribunal de Justiça, outros Ministros daquela Corte e representantes de diferentes segmentos do mundo jurídico nacional.

Com esta audiência de hoje, solicitada pelo Senador Dornelles, poderemos concluir esse ciclo de consultas sobre o tema para podermos avançar na apreciação da proposta e na conclusão do relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Esses são os esclarecimentos iniciais.

Solicito ao Senador Ricardo Ferraço que conduza o Ministro Cezar Peluso à nossa mesa.

É sempre um prazer, Ministro, tê-lo aqui como nosso convidado.

Também convido o Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Henrique Calandra, nosso queridíssimo companheiro de trabalho, figura sempre presente, autoridade das mais atuantes em defesa de seus representados.

Presidente, seja bem-vindo.

Registro a presença do Sr. Relator, do eminente Senador paraibano Cícero Lucena, do Senador Ricardo Ferraço. E, de pronto, iniciamos os nossos debates com a exposição inicial do eminente jurista e Presidente Cezar Peluso.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CEZAR PELUSO – Ex^{mo} Senador Vital do Rêgo, Srs. Senadores, é uma grande honra poder retornar ao Senado Federal, particularmente a esta Comissão de Constituição e Justiça, atendendo ao lisonjeiro convite de V. Ex^{as} e dos Senadores Ricardo Ferraço e Aloysio Nunes, autor e relator da PEC nº 15.

Como não podia deixar de ser, eu não deixaria, em nenhuma circunstância, de comparecer para colaborar com o Senado Federal no exame, na reflexão de uma proposta que me parece extremamente importante

para os destinos do País, sobretudo numa época em que crescem com intensidade as reivindicações e as demandas da sociedade brasileira.

De modo que eu estou disponível para as indagações dos eminentes Senadores. Não vou, porque acho que seria até uma forma deselegante de me manifestar, reiterar os termos de uma longuíssima apresentação que fiz pouco mais de um ano atrás nesta mesma Comissão, examinando profundamente todos os aspectos que me pareceram relevantes no encaminhamento do substitutivo da PEC nº 15. De modo que eu vou me permitir não reiterar todos aqueles argumentos que já foram avançados naquela oportunidade.

E, se V. Ex^{as} me permitirem, vou apenas tentar trazer dados como resposta às objeções que vi na última audiência pública realizada há cerca de uma semana, em que se ventilaram alguns aspectos que já tinham sido, aliás, objeto de resposta específica, mas que, dado o caráter recente das questões novamente levantadas, talvez merecessem uma consideração a respeito desta proposta.

Antes de começar a responder, Sr. Presidente, eu gostaria de deixar bem clara minha posição nos seguintes termos. Eu considero, independentemente da origem da ideia dessa proposta, tal como ele está hoje formulado e enunciado, eu o considero perfeito e irretratável do ponto de vista técnico no sentido de que ele não merece nenhum acréscimo, nenhuma subtração. Eu acho que nada pode ser acrescido que o torne melhor e dele nada por ser retirado que o torne melhor. Acho que esse substitutivo foi concebido de tal ordem que todas as possíveis dificuldades que a aprovação dessa emenda poderiam trazer já foram objeto de providências específicas de substitutivo. Não há receio, portanto, segundo meu juízo, que do ponto de vista – e isso que me parece relevante – do interesse da sociedade brasileira como um todo, essa PEC atende plenamente às demandas por uma Justiça mais rápida e mais justa.

Evidentemente, como um todo, a proposta de produção de ato normativo possivelmente pode trazer desagrado, inconformidade, uma certa incompreensão para setores, para corporações e, digo até, quem sabe até para a Fazenda Pública no contexto do Judiciário brasileiro, mas não são esses interesses específicos ou essas posturas – às vezes, todas elas bem intencionadas, mas nem sempre substanciais do ponto de vista das finalidades da proposta –, não são elas que devem mover, a meu juízo, o exame desse substitutivo. Eu acho que o ponto de vista que ajuda a compreender de um modo objetivo, desarmado, sem preconceitos esse substitutivo é o ponto de vista das necessidades,

dos interesses e das demandas, aliás, de demandas renitentes da sociedade brasileira.

Então, Sr. Presidente, com base nisso e a partir desse ponto de vista, no qual evidentemente não há nada de caráter pessoal, não se trata de empenho nem do meu ponto de vista e acredito que nem do Senador Ricardo Ferraço e nem do Senador Aloysio Nunes tenham alguma coisa de caráter pessoal. Estamos tratando de tentar produzir uma solução que responda à necessidade de uma Justiça mais célere e mais justa.

Eu diria que os argumentos que foram trazidos à consideração mais recentemente e que já foram objeto, como disse na minha manifestação anterior, não me convenceram. Não me convencem pelo seguinte, vamos começar pelo primeiro deles, consistente de que o fato de haver recurso significa necessariamente impossibilidade de trânsito em julgado. Já expliquei longamente na minha manifestação anterior que não existe uma relação dogmática e muito menos de Direito positivo necessária entre recurso e impossibilidade de trânsito em julgado. E o fiz trazendo exemplos para mostrar que não se tratava e não se trata de uma invenção brasileira contida no substitutivo e na proposta da emenda – aliás, se fosse uma invenção brasileira, eu até consideraria muito inteligente – não se trata de nenhuma invenção brasileira a existência, a admissibilidade da existência de recursos contra decisões transitadas em julgado. Nós temos, no ordenamento jurídico de Portugal – isso consta da minha manifestação anterior –, no ordenamento jurídico da Espanha, no ordenamento jurídico da Itália.

Aqui me referi, naquela oportunidade, sem prejuízo de outros sistemas, a vários recursos contra decisões transitadas em julgado. São os chamados recursos extraordinários, que não têm, evidentemente, nenhuma afinidade com o nosso recurso extraordinário constitucional. Mas eles são chamados extraordinários nesses sistemas jurídicos exatamente porque a sua função é atacar a coisa julgada.

Noutras palavras, a existência de recursos contra decisões transitadas em julgado é uma velha figura da dogmática jurídica na nossa raiz romano-germânica. Em outras palavras, não há novidade nenhuma nisso e, portanto, não há nenhuma heresia jurídica em admitir a existência de um recurso contra decisão transitada em julgado, o que leva à seguinte consequência: o fato de o sistema continuar admitindo os recursos tais como eles hoje estão disciplinados na Constituição, que não define as funções dos recursos. A Constituição não define a função dos recursos, nem do extraordinário nem do especial. Simplesmente traça algumas normas sobre a sua admissibilidade e sobre o seu procedimento,

mas não diz qual é a função que esses recursos têm no ordenamento jurídico.

De modo que nada impede que o legislador infraconstitucional e, muito menos, o legislador constitucional, atribua uma função específica para estes recursos, o especial e o extraordinário. Então, esse argumento, com o devido respeito, não é um óbice nem jurídico, nem um óbice de caráter material. Nós vamos ter recursos com outra função, de revisão, mas com caráter rescindente e rescisório. Dependendo da hipótese, tanto o recurso especial quanto o recurso extraordinário terão a função rescindente ou função rescisória, isto é, ou de simplesmente cassar as decisões emanadas de segundo grau de jurisdição ou de reformá-las.

Vamos também considerar que, do ponto de vista prático, hoje, nós temos, com outra nomenclatura – e aí não nos podemos perder com uma mera nomenclatura –, pelo menos dois institutos, que poderíamos dar o nome de recursos, e nada se alteraria. Nós temos, na área criminal, a revisão, e na área civil, a rescisória. Se tivessem o nome de recurso, não perderiam nenhum sentido. Por quê? Porque se trata de institutos destinados a desconstituir a coisa julgada. É um problema de nomenclatura. Não se quis – e eu acho que se fez bem em não se dar o nome, acho que não seria o caso, até demandaria uma regulamentação mais específica a esse respeito – alterar a denominação de recurso extraordinário e de recurso especial. O que se e pretende fazer com essa proposta, com essa PEC, é exatamente mudar a função ou as funções desses recursos, que não é impedir o trânsito em julgado, mas é de desconstituí-lo. Isso, a meu ver, com o devido respeito, não atenta contra a natureza das coisas.

A segunda objeção é que a PEC ofenderia o princípio da ampla defesa, porque vulneraria uma cláusula pétrea, que seria a questão da essência do instituto, no sentido de que a Constituição assegura a ampla defesa. A Constituição assegura a ampla defesa com os recursos imanescentes. Mas os recursos continuarão existindo e, como a Constituição, ao se referir à ampla defesa com referência aos recursos, não disse quais os recursos, não disse quais as funções que esses recursos devem ter, e como esses recursos, na concepção da PEC, continuarão a existir, eles servirão aos mesmos propósitos, eles continuarão tendo a função de assegurar a eventual defesa dos interessados.

De algum modo, esse argumento diz respeito a um argumento anterior, que é saber se a existência de recurso traz em si ou não, implicitamente, a ideia da impossibilidade de trânsito em julgado.

Fez-se referência na oportunidade, e eu também já tratei especificamente dessa questão, de que a PEC,

eventualmente, poderia trazer alguma inquietude, sobretudo na área criminal.

E aqui quero, mais uma vez, desfazer um equívoco. O equívoco está em supor que, no sistema atual, os riscos e os atentados e as violações da liberdade física dos cidadãos sejam objeto de tutela imediata de recurso especial, de recurso extraordinário.

Quem tem o mínimo de experiência e vivência da advocacia criminal sabe que contra o atentado à liberdade física ninguém usa de recurso especial e de recurso extraordinário. Por quê? Porque ambos os recursos têm um procedimento moroso. Sabemos quantos anos levam para serem julgados. Portanto, ninguém usa esses recursos para defender a liberdade contra um atentado ostensivo.

De que se valem os advogados, e a meu ver com toda razão? Do *habeas corpus*. É mediante o uso dos *habeas corpus* que se tende a reparar todos os danos, ameaças e riscos à liberdade de ir e vir do cidadão.

Ora, a PEC não tem nenhuma interferência na existência dos *habeas corpus*. Os *habeas corpus* continuarão a ser concebidos, usados e concedidos nos mesmos termos que são hoje. A PEC não se refere a *habeas corpus*, não interfere nos *habeas corpus*, não impedirá os *habeas corpus*.

O segundo motivo óbvio, pelo qual não se defende criminalmente a liberdade por via de recurso especial e recurso extraordinário, como as estatísticas, aliás, mostram – vou fazer referência novamente a um dado estatístico a que já recorri anteriormente –, é que ambos os recursos impedem que os tribunais superiores e o Supremo Tribunal Federal examinem os fatos.

Ora, na área criminal, o que determina o resultado, a solução da causa é fundamentalmente os fatos.

Ora, nesses recursos, os tribunais estão impedidos de examinar os fatos, por isso ninguém vai rediscutir os fatos sobre os quais se baseia um decreto, por exemplo, de prisão preventiva, ou de uma condenação, porque sabe que o tribunal não poderá fazer isso; vai ter que simplesmente examinar o recurso do ponto de vista das questões jurídicas. Ora, em matéria criminal, as questões jurídicas são poucas e todas elas, salvo uma ou outra, têm soluções jurisprudencial assentadas, e é por isso que se concedem tantos *habeas corpus*.

Então, não há dúvida: entra com um *habeas corpus* e resolver o problema. Em outras palavras, o recurso especial e o recurso extraordinário não são meios adequados para a tutela imediata da liberdade individual e, portanto, a PEC nada altera nesse ponto. Nada altera nesse ponto.

Essa é a razão pela qual eu trouxe aos Srs. Senadores, naquela oportunidade, a estatística que colhi durante os cinco últimos anos da data em que pedi aos

órgãos competentes o levantamento dessa estatística: dos recursos extraordinários em matéria criminal interposto perante o Supremo Tribunal Federal só um recurso da defesa foi provido para efeito de absolver o réu. Só um, só um. E que vários outros recursos extraordinários foram providos, mas provindos do Ministério Públicos, noutras palavras, para agravar a sorte do réu. O que significa que o uso do recurso extraordinário, e isto vale *mutatis mutandis* para o recurso especial, que o uso do recurso extraordinário não serve para tutelar a liberdade; ao contrário, nos casos excepcionais, serve para agravar a situação de condenação ou a situação danosa que o réu sofreu dentro do processo.

Medidas alternativas: aumentar o número de Ministros. Reporto-me, agora, já fiz esse exercício outras vezes, à oportunidade em que servi na Corregedoria-Geral de São Paulo, como juiz auxiliar, na gestão do saudoso Desembargador Humberto de Andrade Junqueira, e que precedeu, em poucos meses, à grande reforma de 1977, que acabou levando à extinção dos tribunais de alçada e ao aumento dos tribunais de justiça. E S. Ex^a fez um discurso na cidade de Bragança Paulista, naquela oportunidade, e recordo-me bem desses termos, não apenas porque nasci em Bragança Paulista, mas pelo fato em si, ele disse o seguinte: “Se nós continuarmos na tentativa de solucionar o problema da morosidade do Judiciário, aumentando o número de membros dos tribunais, vamos chegar a uma época em que não haverá espaço físico para que os desembargadores se assentem e vamos criar um maracanã judiciário.

E o que sucedeu de lá para cá? O Tribunal de Justiça de São Paulo, hoje, tem um desembargador por dia, 360, faltam cinco dias do ano, 360 desembargadores. Se o senhor pegar um metrô em São Paulo e esbarrar em alguém, provavelmente esbarrou num desembargador, além dos juízes de vara que auxiliam nos tribunais. E temos 500 mil processos dos tribunais de justiça dependendo de distribuição e julgamento, a tal ponto que os advogados de São Paulo se queixam, e, hoje, convivo com eles, de que não podem nem cobrar do cliente os honorários devidos, porque não sabe quando terminará a causa. E não há perspectiva de terminar a causa. E fiquei abismado, não sei se os senhores ficariam, quando, numa causa em que tive que atuar com parecer, mas que tinha que me inteirar de aspectos dessa causa, perguntei quanto tempo levaria para que aquela petição com o meu parecer fosse juntada aos autos. Tratava-se de um processo eletrônico, não processo físico. Não vou dizer qual foi a Vara de São Paulo porque acho que isso não é pertinente, mas o advogado interessado me disse: “Naquela vara, para juntar num processo eletrônico, uma petição são três

meses.” Eu falei: o quê? Inserir no processo eletrônico? Ele falou: “Sim, senhor, três meses.” Para inserir uma petição num processo eletrônico!

Então, a solução de criar mais juízes e mais membros de tribunais é uma solução que não resolve problema nenhum, a experiência demonstra, até porque, até porque não temos, e isso é da vida, não temos juízes em condições de, com experiência suficiente de ascender ao tribunal para ter uma atuação compatível com o grau da jurisdição, e nem temos, nos concursos, aprovados suficientes. O Estado de São Paulo está passando uma crise – não quero generalizar – de vocação na área da magistratura. Noutras palavras, não temos pessoas habilitadas sequer para responder a uma solução baseada em puro e simples aumento de cargos.

A terceira objeção é que, segundo estatísticas cujos dados não quero contestar, cerca de 30% dos recursos, sejam de caráter cível, sejam de caráter criminal, são providos no sistema de hoje nos tribunais superiores.

Eu vou tomar como verdadeiro o argumento e dele vou extrair a conclusão. O sistema atual, portanto, é um sistema que beneficia 30% e, por via de consequência, prejudica 70% da população. Não fossem todos os outros benefícios decorrentes da eventual aprovação da proposta, nós teríamos a seguinte mudança: em vez de o sistema atender a 30%, ele vai passar a atender a 70%. Isso é uma vantagem ou é uma desvantagem? Isso é alguma coisa boa para a sociedade ou é uma coisa ruim para a sociedade? É melhor que atenda a 30%, em vez de atender a 70% da sua população? Em vez de fazer justiça para 70%, vamos continuar a fazer justiça só para 30%?

Nem quero descer à questão dessas estatísticas, porque elas envolvem aspectos secundários que demonstram que o argumento, em si, não tem o peso sequer que deveria ter, se fosse abstraída essa consequência grave. Na verdade, esse argumento significa o seguinte: vamos manter o *status quo* que prejudica a maioria.

Quanto à questão da prerrogativa de foro, que foi o quarto argumento, os detentores do foro privilegiado ou de foro especial estariam recebendo um tratamento desigual porque a PEC lhes assegura um recurso ordinário. Ora, a PEC lhes assegura um recurso extraordinário exatamente para que essas pessoas, mantido o foro privilegiado, ou melhor, o foro especial, não sejam injustiçadas, porque, de outro modo, elas teriam um único grau de jurisdição. O que a PEC fez com essa proposta foi, exatamente, permitir que essas pessoas tenham direito a um julgamento no tribunal onde começa o seu processo e um recurso ordinário

para um tribunal superior, que vai atuar como segundo grau. Sem isso, eles teriam apenas um julgamento, como sucede hoje no Supremo Tribunal Federal, uma instância única.

Esses estariam, sim, sem a solução da PEC, numa situação de extrema injustiça, senão, de certo modo, até de inconstitucionalidade. Não é o caso daqueles que estão sujeitos à competência originária do Supremo, que não há solução. No sistema atual, quem está sujeito à competência originária dos outros tribunais tem a possibilidade de recorrer a outro tribunal. Então, é preciso que se preveja esse recurso. E foi o que a PEC fez. Noutras palavras, não se trata de dar tratamento desigual. Trata-se, sim, de uma solução que dá tratamento igual. É exatamente o contrário.

O sexto argumento é de que a PEC violaria o princípio da presunção de inocência. Eu também já versei – suponho que com suficiente clareza – sobre essa matéria na minha manifestação anterior, mas eu quero retomá-la agora, primeiro, sob outro ponto de vista.

O que a cláusula da garantia da chamada presunção de inocência assegura? Que o réu não seja considerado culpado até que sobrevenha uma sentença condenatória definitiva. A pergunta é: essa norma constitucional diz quando é que uma sentença criminal se torna definitiva? Não, não diz.

A lei ordinária poderia fazê-lo? Poderia, porque a Constituição não diz. Mas não se trata de lei ordinária, trata-se de uma emenda constitucional que vai dizer quando se dá o trânsito em julgado. Portanto, não se altera em nada o enunciado da garantia. Ela continuará valendo: ninguém poderá ser considerado culpado até que sobrevenha uma sentença condenatória definitiva. Isso vai continuar valendo do mesmo modo. O que se vai saber agora, diferentemente, é quando se vai dar a exaustão dos recursos e vai tornar a sentença definitiva. Isso a Constituição agora vai dizer, se for aprovada a emenda.

Então, não há alteração do enunciado da garantia, sequer do alcance da garantia. Por que não se altera o alcance da garantia? Porque, na verdade, essa chamada garantia da presunção da inocência não contempla nenhuma presunção.

Vou tentar explicar outra vez, porque a impressão que eu tenho é que muitas vezes eu me expresso tão mal que não sou entendido. Mas vou tentar novamente explicar.

Qual é o conteúdo dessa garantia? Primeiro: ela é chamada presunção de inocência como um resíduo da redação do art. 9º, inciso I da constituição francesa revolucionária de 1789, que dizia, no seu enunciado inicial: “Em se presumindo que todo réu é inocente, não se pode admitir etc. etc. etc.” e enunciava a regra. Era

uma introdução para uma série de garantias. Então, pelo fato de essa norma revolucionária ter-se referido à condição do réu como um presumido inocente, passou-se como uma tradição a denominar a garantia como presunção. Muito bem.

E nisso ficou. Ela, em vez de ajudar, pelo jeito, ela atrapalha a compreensão da garantia. Por quê? Porque, de fato, essa garantia não envolve presunção em nenhum sentido jurídico. Em nenhum sentido jurídico.

Em direito, a palavra presunção tem dois sentidos técnicos. O primeiro: é uma técnica de criação de realidades científico-jurídicas. Isto é, o direito, como qualquer ciência, tem técnicas de criação de suas realidades operacionais. Isto é, de realidades que a ciência cria para poder operar.

O direito usa também de técnicas, usa da ficção e usa da presunção. Em que consiste essa técnica? Consiste em criar uma verdade jurídica que, contemplada em comparação com a sua realidade extrajurídica, corresponde àquilo que ordinariamente acontece.

Em outras palavras, o direito estabelece como verdade jurídica, um fato que, no mundo real, acontece ordinariamente. Um exemplo escolar é a chamada presunção *pater is est*, presunção segundo a qual o marido da mulher é o pai do filho dela. Por quê? Porque, fora do direito, na realidade, isso é o que ordinariamente acontece. Excepcionalmente, não; mas ordinariamente acontece. Por isso é chamada de presunção, porque acontece ordinariamente.

A pergunta é: a garantia constitucional cria alguma realidade jurídica de que todos os réus são presumidamente inocentes?

Para fazê-lo, o Direito teria de ter-se valido de uma estatística para saber se, na verdade, de todos os réus sujeitos a processos criminais, a grande maioria deles é inocente. Isso nunca se fez e nunca se pensou fazer, porque não tem sentido nenhum. Não se trata de afirmar um fato histórico, uma realidade: os réus todos são presumidamente inocentes. Não é disso que se trata. Portanto, a garantia não envolve, não hospeda nenhuma presunção nesse sentido.

Segundo: a palavra presunção ainda pode ser usada em Direito como um modo de raciocinar, e isso nem é próprio e exclusivo do Direito, porque vem da lógica. É um método de raciocínio pelo qual o juiz parte de um fato conhecido e, com base em regras de frequência, ele passa à consciência da existência de um fato desconhecido que tinha relação com esse fato.

Já me referi a esse exemplo, que também é um exemplo bem claro: num acidente de veículo, se um veículo abalroa outro pela parte traseira, as regras de frequência mostram que quem bateu por trás, de regra, ou estava distraído (imprudência); ou não guar-

dava distância regulamentar (imprudência); ou o freio do seu veículo não estava funcionando por falta de cuidado (negligência). Demonstra que houve culpa. Daqui o juiz diz o seguinte: “Desse fato, se ninguém prova mais nada, eu passo à convicção de que o réu é culpado”. Do fato conhecido, eu passo à convicção de que o fato da culpa é presente. É um modo de raciocínio, é um tipo de raciocínio por indução.

A pergunta é: o que a garantia da presunção de inocência tem com isso? O juiz vai aceitar algum fato desconhecido? Não. Claro que não. Em outras palavras, a expressão “presunção de inocência” é usada para exprimir, por nome, um valor político-jurídico, que significa o quê? Que nenhum réu pode ser tratado como culpado no curso do processo, enquanto não sobrevem uma sentença condenatória definitiva. Esta é a garantia dos réus de não serem tratados no curso do processo como culpados antes de uma sentença definitiva o declarar como tal. Esse é o conteúdo e o alcance da garantia.

A pergunta é a seguinte: em que a PEC altera a necessidade de que a lei e os juízes continuem tratando dignamente os réus no curso do processo? Em síntese, em que a PEC poria em risco, diminuiria, atenuaria ou mutilaria a garantia? Em nada. Os juízes continuarão tendo o dever jurídico de, de acordo com a norma constitucional, garantir a todo réu no processo, enquanto não sobrevem uma sentença definitiva, um tratamento condigno como se ele fosse inocente. Ele tem que ser tratado no processo como se fosse inocente. E a PEC nada altera em relação a isso.

Fez-se um sexto argumento, fez-se referência aqui a um bom número das causas – não chega a ser a metade, mas se aproxima –, de que os recursos provêm de áreas das fazendas públicas e de outras grandes empresas, etc.

Mas a PEC vem dar resposta exatamente a isso. A PEC vem exatamente dar resposta a isso. Vai acabar com isso? Porque o Poder Público não vai gastar dinheiro à toa nos casos em que ele não tenha razão. Gastar dinheiro não significa que vai pagar custas. Significa remunerar a sua máquina administrativa, que podia estar sendo aproveitada para outras funções, para defendê-las em outras causas, em vez de estar interpondo recursos protelatórios destinados apenas a dilatar o pagamento dos débitos fazendários.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Mas a condenação tardia também tem custos.

O SR. ANTONIO CEZAR PELUSO – Também tem custos. Isso é para todos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Pagar juros.

O SR. ANTONIO CEZAR PELUSO – Exatamente.

Isto não é uma objeção. Este é um problema que a PEC resolve. “Ah, mas não sei quantos por cento e tal provém da Fazenda Pública”. Não, com a PEC, não provirá mais. Não provirá mais! Em outras palavras, é uma solução. É um problema que a PEC soluciona.

A última coisa que eu gostaria de abordar. Isso não foi aventado, mas tem sido cogitado, no âmbito dessa preocupação, que eu considero absolutamente natural, de que toda mudança causa uma certa ansiedade, uma certa insegurança, que já foi revelada, por exemplo, antes de terem sido aprovadas as normas constitucionais sobre arguição de relevância, sobre súmula vinculante.

Sempre que se tenta mudar um sistema estabelecido, é natural que as pessoas fiquem inseguras. Nem todos percebem o alcance que aquela mudança pode trazer. Fica-se com receio de que, na prática, aquilo não atenda satisfatoriamente às finalidades. Tudo isso cria certa instabilidade, que gera uma espécie de autodefesa, que eu acho absolutamente natural.

Entre essas autodefesas, eu já observei, certa feita, que uma das coisas que preocupam sobremaneira os advogados é o fato de que a PEC poderia, de algum modo, representar uma desvalorização dos advogados. E esse é um engano mortal. Basta fazer uma pergunta: qual é o advogado que vale mais? É aquele que consegue solucionar a causa, em segundo grau, em dois ou três anos, ou aquele que para solucionar a causa leva 20 anos?

Enfim, esses foram os aspectos mais recentes, que mereciam uma reafirmação da minha profunda convicção nessa PEC, a despeito de todos os argumentos que já ouvi, nenhum dos quais – e digo com a consciência tranquila e com absoluta superioridade em relação aos fatos envolvidos, nos quais eu não tenho nenhum interesse pessoal – me convenceu de que essa PEC pudesse, de algum modo, representar um atraso, enfim, um retrocesso na marcha que o País tem que tomar em direção a um futuro melhor, como um país civilizado.

Estou absolutamente convencido de que, do ponto de vista dos interesses da sociedade, essa PEC faria ou fará como que uma revolução importante na área da Justiça.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pois não, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Indago a V. Ex^a, em razão de termos de iniciar os trabalhos na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, se nos são permitidos, neste momento, algumas perguntas e alguns questionamentos ao Dr. Peluso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Claro, claro, são todos eles bem-vindos. V. Ex^a tem a palavra para isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Dr. Peluso, V. Ex^a nos honra com sua presença, evidentemente, e honrou o Judiciário brasileiro...

O SR. ANTONIO CEZAR PELUSO – Muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... Por uma jornada íntegra, prova, de absoluta eficiência por onde passou, alcançando a Presidência da mais alta Corte brasileira e deixando uma marca de excepcionais serviços prestados à sociedade brasileira.

A pergunta que faço a V. Ex^a é a seguinte: em debates anteriores, em que temas como a súmula vinculante ou até mesmo o instituto da repercussão geral foram anunciados como medidas que pudessem melhorar a produtividade da Justiça brasileira, as mesmas vozes que se voltam contra a PEC dos recursos, a PEC nº 15, se voltavam também naquela oportunidade contra a súmula vinculante e o instituto da repercussão geral. Esses dois instrumentos são largamente utilizados pela Justiça brasileira, mas não resolveram a questão do congestionamento dos nossos tribunais superiores.

Na avaliação de V. Ex^a, por que essas vozes se levantam de novo, impedindo que um avanço tão claro e tão evidente que não subtrai conceito, não subtrai a doutrina, se levantam de novo impedindo que esses avanços possam continuar acontecendo para que a sociedade brasileira, o contribuinte brasileiro possa ter uma justiça mais ágil, respondendo com efetividade, valorizando, sobretudo, a magistratura de primeiro e de segundo grau, por estarem mais próximos da sociedade? Quais as razões históricas que levam essas vozes a estarem se colocando de novo contrariamente a esses avanços da Justiça brasileira?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Indago ao Senador Cyro Miranda se tem perguntas a fazer.

Eu queria registrar, antes de passar a palavra ao Ministro Peluso, a presença, entre nós, com muita honra para nós, do Dr. Elísio Teixeira Lima Neto, que é Diretor da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.

Eu queria também fazer uma indagação a V. Ex^a, suscitar de V. Ex^a uma palavra sobre os benefícios que a aprovação dessa proposta de emenda à Constituição traria, resumidamente. Em que consiste? O Senador Ferraço se referiu, com muita adequação, à revolução. Em que consiste? Resumidamente, apenas para que aqueles que não têm acompanhado os debates que já acontecem nesta Comissão há mais de ano possam tomar conhecimento. A aprovação da PEC trará que benefícios para que tenhamos uma justiça mais rápida, mais eficiente, uma duração razoável dos processos como é, aliás, norma constitucional.

O SR. ANTONIO CEZAR PELUSO – Agradeço muito as palavras elogiosas do eminente Senador.

Quero dizer que realmente é difícil fazermos uma avaliação assim extremamente correta a respeito de todas as razões que estão atrás das objeções, até porque a grande maioria delas é muito bem intencionada. As razões objetivas são, do meu ponto de vista, fáceis de serem replicadas e respondidas. Mas há razões pessoais íntimas que, às vezes, nem nós próprios sabemos de que maneira atuam nas nossas dúvidas, nas nossas inquietudes, etc.

A verdade, a meu ver, de um ponto de vista geral, é que há realmente uma certa dificuldade de conviver tranquilamente com uma experiência que ainda não foi feita. É o receio da mudança, que é próprio do ser humano. O ser humano não gosta muito, porque ele tem que se sentir seguro e confortável, em sua vivência e tal, com mudanças a cujo respeito ele ainda não tem uma experiência prévia que lhe permita situar-se. Então se diz assim: vamos entrar num outro sistema, não sabemos o que vai acontecer. E aí, a partir daí, a nossa cabeça, o nosso psiquismo começa a produzir, a elaborar uma série de objeções que nos dão uma certa tranquilidade em dizer: “Eu não concordo por causa disso, eu não concordo por causa daquilo.” Mas, no fundo, são formas de autodefesa pessoal. Eu diria que é isso. Essa instabilidade é decorrente do fato de ser uma coisa nova! Uma inovação.

Recordando um velho humorista, falecido há muitos anos, que dizia assim: “Há certas circunstâncias em que temos que renovar ou morrer; então, vamos renovar!”

Vamos tentar inovar! Se verificarmos que essa experiência eventualmente não dá certo – e a probabilidade de que dê certo é elevadíssima –, mudamos. Não há nada... Todos nós vivemos de experiências. Aquelas que não dão certo são reformuladas, etc. Não há nada que impeça de ensaiarmos uma forma nova de encarar as coisas, sobretudo em relação à justiça.

V. Ex^a fez referência às súmulas e à repercussão geral e eu achei muito importante e pertinente no

contexto lembrar que, com o sistema atual, nem as súmulas nem a repercussão geral estão funcionando.

O Supremo Tribunal Federal tem hoje 500 temas de repercussão geral que não estão sendo objeto de julgamento. Por quê? Pela evidentíssima sobrecarga do serviço que decorre do sistema atual. Noutras palavras, sequer no sistema atual os expedientes da súmula vinculante e da repercussão geral estão funcionando, porque o sistema não permite. É o sistema que afoga o Supremo Tribunal Federal.

Um dos eminentes Ministros, há dois ou três dias, fez uma queixa pública de que os recursos que recebeu ultimamente, agora, no segundo semestre, já inviabilizam a produção de decisões num grande espaço de tempo.

Vocês imaginem que 500 temas de repercussão geral têm por trás de si – eu não sei dizer a escala – milhões de processos idênticos e que não são resolvidos, porque o Supremo Tribunal Federal não consegue julgar esses temas, sobrecarregado pelo volume de recursos. E por via de consequência, quando não se pode consolidar jurisprudência, não se editam súmulas vinculantes novas. E, em outras palavras, continua tudo como dantes. É o sistema atual.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – O direito comparado mundo afora, sendo analisado e observado, existe algum país...

O SR. ANTONIO CEZAR PELUSO – Nenhum.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... que opera com um sistema com quatro graus de recursos, como o Brasil?

O SR. ANTONIO CEZAR PELUSO – Nenhum. Só o Brasil.

E isso suscitou uma observação – e eu também já referi, outra vez – daquela *justice* norte-americana, que se aposentou, Sandra Day O'Connor, falando com um professor brasileiro e dizendo que conhecia razoavelmente o sistema jurídico brasileiro. Ela dizia que só não entendia porque no Brasil havia quatro instâncias recursais. E ela disse, em inglês: “*Two are enough for the rule of law*”. Duas são suficientes para o Estado de Direito!

E mais, na minha manifestação anterior, fiz referência a um documento emitido pela União Europeia, por um dos seus órgãos consultivos, recomendando que nenhuma terceira instância fosse instituída, senão em casos excepcionálíssimos. Recomendação para todos os países da União Europeia. A pergunta é: nós somos mais civilizados do que os países da União Europeia ou do que os Estados Unidos? Porque temos quatro!

Bem, em relação aos benefícios, isso é uma demanda que desde que meus olhos alcançaram as mesas, eu tenho ouvido. Nós estamos em crise do Ju-

diário há não sei quantos anos! Para resolver uma causa, hoje, são 15 anos, 20 anos! Cada um de nós aqui, se não possui, tem parentes ou conhecidos com causa no Judiciário há 20 anos!

Na área cível, quem vence em primeiro e segundo grau não pode desfrutar dos efeitos das decisões favoráveis, somente durante dez, 20 anos depois, porque os outros recursos não permitem o trânsito em julgado, não permitem execuções definitivas, não permitem a produção de outros efeitos não executórios. Noutras palavras, quem ganha e tem razão não vê a sua razão reconhecida na prática concretizada, porque o sistema não permite. Isso em si já seria suficiente como benefício. Mas é o benefício fundamental.

Na área criminal, responde à inquietação da opinião pública quanto ao problema da impunidade. Nós sabemos que uma das causas fundamentais do aumento da criminalidade não é a falta de boas leis criminais, é o sentimento de impunidade! O criminoso sabe que, até ser preso, ser condenado definitivamente e cumprir pena, vale a pena correr o risco de cometer o crime.

O sistema em que as punições sejam mais imediatas funciona, de algum modo, não como um freio total, mas com força suficiente para diminuir muito o índice de criminalidade. E digo mais, a rapidez do processo criminal é até benéfica para certos réus.

Eu trouxe o caso aqui, e reitero, daquele famoso jornalista que acabou sendo condenado e foi preso depois de 70 anos de idade...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pimenta Neves.

O SR. ANTONIO CEZAR PELUSO – ... depois de 70 anos de idade. Se ele tivesse sido definitivamente condenado dez anos antes, já teria obtido o benefício do regime aberto ou semiaberto há muitos anos, o que ele vai conseguir só agora, depois de 70 anos de idade.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Ou já tinha morrido na cadeia, nas famosas penitenciárias brasileiras.

O SR. ANTONIO CEZAR PELUSO – Pior do que isso, não é?

Enfim, a sociedade sente, de algum modo, que está amparada por um sistema eficaz e rápido. É claro que o sistema penitenciário brasileiro não merece qualificativos; mas, enfim, é uma demanda da sociedade brasileira.

E mais, a máquina judiciária vai estar preparada para responder mais prontamente. Por quê? Porque isso levará inevitavelmente à ausência absoluta ou quase total de recursos meramente protelatórios que sobrecarregam os tribunais. Por quê? Pela razão óbvia de que ninguém, em sã consciência e com todas as suas faculdades mentais organizadas, vai propor um recurso

extraordinário ou recurso especial em que sabe que não será bem-sucedido porque não tem razão. Ele vai gastar dinheiro com custas, com advogados? A troco do quê, se ele sabe que aquilo vai resultar em nada? Não vai mais procrastinar o trânsito em julgado, não vai mais impedir a execução quando for o caso, não vai impedir a produção dos efeitos da decisão. Por que vai entrar com aquilo?

Então, isso vai diminuir drasticamente o número dos recursos inúteis e protelatórios. Com isso, vai aliviar a carga dos tribunais superiores. E daí o recurso especial e o recurso extraordinário vão poder ser usados com rapidez e sem nenhum risco de injustiça, porque em boa hora o substitutivo previu a possibilidade de os tribunais superiores expedirem uma medida cautelar para suspender o efeito da decisão. É o que está na PEC.

Num caso de injustiça flagrante, interpõe-se o recurso especial e o Superior Tribunal de Justiça, no caso, suspende, até que o recurso especial seja julgado. Só que o recurso especial será julgado rapidamente, porque o número de recursos será menor. Noutras palavras, ganhamos todos! Ganham os tribunais, ganham as partes, ganha o sistema. E mais, com esses efeitos colaterais, vamos desestimular os proveitos que decorrem do sistema para quem pratica atos ilícitos. Por quê? Porque hoje alguém que pretenda, por exemplo, se apossar de um bem sabendo que, até ele ser retirado de lá, vai levar muito tempo, esse será desestimulado a fazer isso se a resposta for rápida. De certo modo, há um grande benefício, ele pensa: “Não, eu vou entrar lá e, até acabar de julgar essa causa, eu vou tirar todos os proveitos econômicos que a situação ilícita me permitiria.”

E reproduzido isso para esferas financeiras, a coisa ainda é mais significativa, porque deixará de ser feito aquele cálculo, a que o Ministro Nelson Jobim, na Presidência, certa feita, já se referiu, que é o fato de certas empresas avaliarem que é mais rentável ficar discutindo durante 20 anos em vez de pagar imediatamente, porque a aplicação daquele dinheiro, durante 20 anos, vai permitir que, ao fim de 20 anos, se pague com correção monetária e juros e ainda há sobras daquele crédito que ele sabe que teria que honrar imediatamente e não honra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, pedindo a V. Ex^a licença e aos nossos convidados, para abrir a Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pois não. Eu sei que V. Ex^a vai presidir agora a Comissão de Relações Exteriores.

Nós já estamos também nos aproximando do final desta reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – A mim, Sr. Presidente, o que resta, a esta altura dos nossos trabalhos, concluindo as nossas audiências públicas, ouvindo todos os argumentos de todas as partes, agradecendo muito, evidentemente, aos argumentos do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Marcus Vinicius, que esteve aqui em audiência anterior, juntamente com o Dr. Calandra. E, agora, com a presença do Ministro Cezar Peluso, me parece que as nossas audiências públicas estão esgotadas, não havendo mais necessidade de oitivas.

O apelo que precisamos fazer ao diligente Presidente Vital do Rêgo é que nós possamos submeter o relatório de V. Ex^a a projeto de minha autoria, que esteve, à luz do Ministro Peluso, a debate nesta Comissão. Esta Comissão não pode continuar procrastinando, adiando *sine die* o enfrentamento de uma questão tão importante como esta para o cidadão e o contribuinte brasileiro.

É o apelo que deixo aqui a V. Ex^a, publicamente, ao nosso queridíssimo e diligente Senador Vital do Rêgo, para que, com a conclusão das nossas audiências públicas, nós possamos fazer o debate e possamos votar. Possamos votar na CCJ e possamos levar esta matéria para o plenário, para que o Senado Federal possa dar uma satisfação à sociedade brasileira.

Muito obrigado a S. Ex^a, muito obrigado ao Ministro Peluso, muito obrigado ao Dr. Calandra.

Eu peço desculpas e vou seguir para minha outra missão.

O SR. HENRIQUE NELSON CALANDRA – Eu só queria fazer uma pequena observação...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. HENRIQUE NELSON CALANDRA –... que se refere ao Estado do Senador Ricardo Ferraço. Lá, assassinaram um juiz, Alexandre Martins. E, em razão dos recursos protelatórios interpostos, há dez anos, os que são acusados de serem os mandantes do assassinato, até hoje, não sentaram no banco dos réus. É uma coisa lamentável e que se refere a isso.

A magistratura brasileira quer expressar, Presidente Aloysio Nunes Ferreira, integral apoio a esse projeto. A OAB aqui falou em certidão de óbito da coisa julgada; eu digo aqui “carta de alforria” para o povo brasileiro, ingressa em tempos de modernidade para o Brasil, porque não é possível nós vivermos esse paradoxo de dez anos discutindo um processo sem a concretização daquilo que foi deliberado no Judiciário.

Não há nada que possa garantir a segurança de um magistrado, de um cidadão brasileiro, quando

nós temos, no Rio de Janeiro, 92% dos inquéritos por homicídio arquivados, ou seja, apenas 8% dos casos de homicídio no Rio, na Meta 2, tiveram a investigação iniciada; 92% dos inquéritos das pessoas mortas no Rio foram parar na gaveta, não havia como apurar, porque ninguém quer depor num júri, em que o juiz impõe uma condenação de 38 anos de reclusão, autoria certa e confessada, materialidade confessada, grupo de extermínio, e o réu sai pela porta da frente junto com a família da vítima porque ninguém pode ser considerado culpado até o dia em que o Supremo Tribunal, através de seus Ministros, botar a mão na cabeça e falar: “Chega de recurso”.

É essa a posição inteiramente favorável.

Agradeço a esta Casa e a V. Ex^a pelo trabalho, que produziu uma alternativa adequada, jurídica, com sua larga experiência como ex-Ministro da Justiça do Brasil, Senador da República e Secretário de Governo, que vê e sente bater a angústia no peito de cada brasileiro. Muitas vezes, até para a minha mãe, que tem 92 anos, não tenho como explicar que ela sofreu uma desapropriação, e só vai receber o dinheiro na outra encarnação, porque nesta não haverá solução, a Fazenda tem que recorrer e, no dia em que o Supremo resolver uma dessas 500 pendências, o que não tem tempo para fazer em razão da pluralidade da protelação de recurso...

Falaram aqui que a Procuradoria-Geral da República e a Procuradoria da União podem fazer os enunciados. O Ministro Gilmar fez e até hoje não são cumpridos os enunciados que foram feitos.

É muito mais fácil fazer um recurso extraordinário do que justificar para o Procurador-Geral por que não estou recorrendo. E se parte do princípio de que todo procurador ou é irresponsável ou tem alguma vantagem indevida em não interpor recurso. E lá vem recurso para o Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Muito obrigado, Desembargador Calandra. V. Ex^a e a AMB sempre, desde o início da tramitação dessa Proposta de Emenda nº 15, sempre manifestaram solidariedade à ideia e contribuíram para que ela chegasse a esse estado de elaboração. Muito obrigado, mais uma vez.

Com a palavra, o Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Ministro Peluso, Henrique Nelson Calandra, acho que esse tipo de audiência pública, mesmo com o quórum precário de Senadores, mas transmitida pela TV Senado, é importantíssima para o amadurecimento das posições e o esclarecimento das coisas.

Acho o projeto do recurso extraordinário excelente. Lembro que, quando Governador do Paraná, discutíamos com o Ministro Jobim, quando ele era o Presidente do Supremo, a possibilidade de uma ação rescisória em relação, por exemplo, à dívida dos Estados, às vezes, consolidadas por chicanas em tribunais mal organizados e que tornavam a adimplência dos Estados brasileiros absolutamente impossível, com dívidas impagáveis, absurdas. Então, nós temos que discutir, para que a sociedade, a comunidade jurídica entenda esse processo e passe a aceitar soluções.

Acho que a coisa realmente está muito complicada na prestação da jurisdição do direito no Brasil. Eu lembro, Ministro Peluso, que quando assumi o Paraná, consegui descobrir que o Presidente da Cotel, que era Secretário de Estado ao mesmo tempo, havia feito uma negociata para pagar indevidamente, à época, R\$147 milhões. Essas gravações, inclusive, caíram na mão da Rede Globo, foram para o Fantástico. O dinheiro foi parcelado e mandado para empresas inexistentes do Ceasa do Rio de Janeiro, lá da Zona Sul. Fiz a denúncia, os VTs foram distribuídos pela mídia, todo mundo tinha conhecimento disso, o doleiro era conhecido, estava filmado, e, até hoje, faz 20 anos, não foram citados os ladrões, porque há uma discussão sobre qual é o foro apropriado. Não foram citados. Esses R\$147 milhões hoje dariam qualquer coisa perto de um bilhão, um bilhão e pouco. Essas coisas realmente não andam.

Aquela idéia do Ministro Jobim, das rescisórias, não prosperou mais. Seria interessante que nós, inclusive, Senador Aloysio, na linha do seu bom projeto, pensássemos em prosseguir com aquelas tratativas, aqueles exames, inclusive trazendo o Jobim informalmente, para a gente formular um projeto.

Agora, eu queria aproveitar a presença do Presidente da AMB e do Ministro Peluso para perguntar aos dois o que eles acham de um projeto sobre o Supremo Tribunal Federal que eu apresentei. Discuti com alguns ministros do Supremo – não vou dizer com quais para evitar desgastes internos e aborrecimentos para eles – e formulei um projeto estabelecendo qualquer coisa parecida com o sistema alemão: mandato para ministro do Supremo. Eu propus mandato de oito anos, uma maneira de colocar um bode na sala – pessoalmente, eu acho que nós deveríamos ir para a linha do Direito alemão, de 12 anos –, impedindo que um presidente da República escolhesse, indicasse mais que um terço dos ministros durante seu mandato. Talvez nós até pudessemos transformar essa visão para um presidente, mas para um partido no poder. Se houvesse a reeleição na mão do mesmo partido, estaria o presidente impedido de nomear mais do que quatro dos onze.

Esse projeto está meio que dormindo aqui no Senado. E dormindo com ele está outro projeto, que estabelece um sistema parecido com o norte-americano, da sabatina e da aprovação de ministros do Supremo e de autoridades públicas, abrindo para a Internet, inspirado mesmo na escolha dos ministros do Supremo dos Estados Unidos. Também está devidamente engavetado. Dormiu sem Relator durante um ano. Outro dia eu dei um estrilo no plenário e nomearam um Relator. Logo, o Relator teria que ser o nosso inefável e glorioso Romero Jucá. E eu vou passar a cobrar o relatório no plenário.

Os relatórios, aqui, Dr. Henrique, têm 30 dias para serem apresentados. Senão, a Mesa da Comissão, a Presidência, deve mudar o Relator. Mas eles são, sistematicamente, engavetados.

E dentro dessa visão de revisão de coisas que atrapalham o Judiciário brasileiro, essas duas propostas devem ser analisadas ainda este ano. Eu gostaria de saber a opinião dos nossos dois palestrantes fundamentalmente sobre esses dois projetos: a abertura da sabatina, à moda americana, com abertura para a Internet, para manifestação da sociedade, e o mandato dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoridade/PSDB – SP) – V. Ex^a, como eu, é célebre na produção dos seus pareceres. Nós não nos enquadraremos...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Nós não estamos aqui para brincar. Muito menos para engavetar.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoridade/PSDB – SP) – Ministro Peluso.

O SR. ANTONIO CEZAR PELUSO – Agradeço, Senador Requião, por essas palavras.

Em relação a mandato de ministro do Supremo, seja para 8, 9, 10 ou 12 anos, acho que não alteraria muita coisa porque realmente é a média, salvo casos excepcionais, do tempo que os ministros cumprem o seu mandato no Supremo. Normalmente, é isso mesmo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Se me permite mais uma observação... Eu acabava com a tal da compulsória, a expulsória. O mandato interrompe a expulsória.

O SR. ANTONIO CEZAR PELUSO – Ah, sim! Essa, sem dúvida nenhuma. Essa, com o devido respeito... Não é pelo fato de eu ter me aposentado, porque eu me aposentaria de qualquer maneira. Nem que voltasse agora, eu não voltaria. Mas, com o devido respeito, essa é uma medida que eu acho burra. O Estado retirar o profissional experimentado – não estou falando, portanto, do Judiciário, mas do Estado como um todo –, retirar o profissional que, durante 20 ou 30

anos, se dedicou ao exercício da sua função pública, que adquiriu conhecimento e experiência, retirá-lo no auge da sua produtividade para aposentá-lo, pagando seus provento e colocando no seu lugar uma pessoa que vai aprender tudo de novo, para pagar outra vez, com o devido respeito, pelo menos do ponto de vista econômico, não é uma coisa inteligente.

Mas, enfim, a pergunta era sobre o mandato do Supremo.

Eu acho que, em regra, os ministros do Supremo permanecem no Supremo é de 8 a 10 ou 12 anos, não mais. Excepcionalmente, ministros que são nomeados mais jovens ficam um pouco mais de tempo. Mas, de regra, acho que é mais ou menos isso. Acho que isso não alteraria muito. E poderia propiciar até uma renovação.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Evitava a distorção.

O SR. ANTONIO CEZAR PELUSO – Ah, sim!

E, em relação ao outro ponto de V. Ex^a, que é a restrição à nomeação feita pelo Presidente da República, eu acho particularmente o seguinte: eu acho que não há sistema perfeito. Todos têm defeitos e qualidades. Agora, em relação à sabatina pública, já é uma coisa inclusive que tem na Argentina. Nos Estados Unidos e na Argentina. O candidato apresentado ao Senado fica sujeito ao escrutínio público durante certo período. Todo mundo levanta as objeções possíveis e imagináveis durante aquele período, e ele tem que responder àquilo tudo. Eu acho que isso seria altamente saudável.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoridade/PSDB – SP) – Eu reivindico a relatoria desse projeto na sabatina.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Esse projeto de resolução está relatado, aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça. Depois daquela reclamação que fiz em plenário, ele está na pauta. Só que ele está na pauta há 20 dias e não vai à votação. E é um projeto simples de resolução, aprovado com a maioria simples do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoridade/PSDB – SP) – E muito oportuno.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Outro dia, nós aprovamos aqui um membro da Agência Nacional de Saúde, que era nada mais nada menos do que os advogados das empresas de saúde. E passa! Passa porque ninguém tem como aprofundar a questão. Isso tem que ser aberto, e a ideia é utilizar o sistema de informática do Senado. Publica-se o parecer, o currículo, na Internet, e espera-se a manifestação da sociedade.

O SR. HENRIQUE NELSON CALANDRA – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoridade/PSDB – SP) – Henrique Calandra.

O SR. HENRIQUE NELSON CALANDRA – Eu queria só dizer ao Senador Requião que ele para mim é um dos paradigmas de homem público no Brasil, por sua coragem, por sua luta.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoridade/PSDB – SP) – Apoiado.

O SR. HENRIQUE NELSON CALANDRA – E queria lhe dizer que a Magistratura vê com bons olhos uma revisão num processo de indicação de ministros. O ministro do Supremo protagoniza um dos Poderes mais visíveis para a população, e o seu recrutamento, a sua sabatina tem que ser aberta, tem que haver maior participação da sociedade. Isso não pode ser feito intramuros. A Associação dos Magistrados Brasileiros – e penso que expresse o pensamento de todos os colegas – apoia de modo expresse o seu projeto no sentido de democratizar o processo de sabatina e de exame pelo Senado dos candidatos.

Quanto à duração do período, o Ministro Peluso já praticamente esgotou o assunto, porque o nosso tempo de permanência no Supremo é limitado. Normalmente, nós não permanecemos no Supremo por mais de dez, doze anos. Só há algumas precocidades.

Mas eu queria dizer que esse sistema pode quebrar o princípio da vitaliciedade, que é uma das garantias da Magistratura. Até já ouvi muitas opiniões, dentro do próprio Supremo, favoráveis à existência de um mandato.

Quanto ao limite de idade, penso que a escolha de alguém deve ser de alguém com idade compatível para exercer esse pesado encargo que temos no Supremo. Hoje, eu tenho 56 anos de trabalho, 68 anos de idade, 32 anos como juiz.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – O Ministro Peluso é um menino ainda!

O SR. HENRIQUE NELSON CALANDRA – Menino! Estou na rabeira aqui, chegando perto!

Mas eu queria fazer um apelo, Senador Requião, o senhor que é um homem de tanta coragem, juntamente com o nosso Senador Aloysio. No Supremo Tribunal Federal, nós estamos esquecendo de uma regra, e o Ministro Peluso, pela excelente Presidência que exerceu no Supremo, por tudo que ele já fez na sua vida profissional, é o retrato disso. No Supremo, nós não podemos introduzir pessoas que não tenham como profissão julgar. Seria a mesma coisa que me soltar aqui dentro do Senado e me transformar em Senador da noite para o dia.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoridade/PSDB – SP) – Seria um excelente Senador!

O SR. HENRIQUE NELSON CALANDRA – Não. Seria um péssimo Senador, porque não entendo absolutamente nada da vida política. Acho que o político nasce, cresce e vive a política a vida inteira.

Então, no Supremo, meus queridos Senadores, aqueles que nos veem pela televisão, faltam juízes profissionais. Eu tenho apelado à Presidente da República, como apelei ao Presidente Lula, em nome da Magistratura brasileira, que nós tenhamos, no Supremo, pessoas, profissionais do julgamento. Não é possível que em 17 mil magistrados no Brasil não se encontre um para compor os quadros do Supremo. E notamos, nesses desgastes que surgem em alguns julgamentos, a falta de vivência.

O Ministro Peluso integrou comigo o Plenário do Tribunal de Justiça de São Paulo. São 25 desembargadores. Imagine, se não houver equilíbrio, se não houver educação, se não houver prática naquilo que é feito, você ter de votar num plenário em que você apresenta o seu voto, ninguém sabe o que se vai votar, e vai haver um debate com mais 24.

Então, eu queria deixar lançado este apelo: nós temos que ter um número significativo de magistrados no Supremo. E o Ministro Cezar Peluso é o exemplo mais evidente que juiz no Supremo dá certo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Aloysio, se V. Ex^a me permite...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira Bloco Minoridade/PSDB – SP) – Pois não.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Apenas para colocar algumas inquietações da observação de um advogado que há algum tempo já não advoga, porque me transformei num ator político, não é?

O que me preocupa muito na questão do Supremo, Ministro Peluso, são as decisões monocráticas. O Supremo acaba não sendo um colegiado para tudo. É decisão monocrática acima de decisão monocrática.

Outra coisa são os tais pedidos de vista. Imaginemos uma câmara com cinco pessoas. Três votam pela condenação de um réu; um vota contra. Três a um. Se o presidente resolver votar, fica três a dois, está condenado. Mas em cima daquele princípio de que o juiz pode mudar o seu voto até o fim do julgamento, o presidente, por exemplo, pede vista, e não há prazo para devolver. E o prazo da devolução pode ser o prazo da prescrição. Como é que se regulamenta isso? Tem que ser pelo Regimento Interno do próprio Supremo Tribunal, no caso.

Existem alguns casos semelhantes conhecidos. E eu não estou dizendo que as vistas foram engavetadas propositalmente. Às vezes, até por falta de

tempo e por acúmulo de serviço, mas acaba caindo na prescrição.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoridade/PSDB – SP) – Ministro Peluso, por favor.

O SR. ANTONIO CEZAR PELUSO – Eu só queria agradecer a atenção de V. Ex^a, do Senador Ferraço, do Senador Requião, e dizer que, realmente, nós ainda temos alguns problemas que eu acho que decorrem do sistema. Aliás, o excesso de decisões monocráticas decorreu exatamente, ou decorre exatamente, porque continua vigente, como tal, do fato de o Supremo ter um volume de recursos que o colegiado não pode, como tal, apreciar. Então, tem que legar para as decisões monocráticas, que é uma forma de tentar resolver com certa celeridade aquilo que deveria ser realmente rápido em termos de decisões colegiadas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoridade/PSDB – SP) – Muito bem.

Ministro, eu quero mais uma vez agradecer a sua presença aqui entre nós. Foi um privilégio revê-lo depois de algum tempo que V. Ex^a se ausentou de Brasília. Aliás, é uma pena. Agradeço mais uma vez a sua contribuição.

Esgotada a fase de instrução com esta audiência pública requerida pelo Senador Dornelles, o Presidente Vital do Rêgo deve agora programar a deliberação da Comissão sobre essa proposta de emenda à Constituição.

Quero agradecer também, mais uma vez, Desembargador Calandra, a sua presença, a sua solidariedade e as suas luzes, sempre colaborando com a nossa Comissão e com o Senado.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 43 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA CIDADANIA

ATA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e seis minutos, do dia vinte e oito de agosto de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Vital do Rêgo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Anibal Diniz,

Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Eduardo Suplicy, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Souza, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Romero Jucá, Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Alvaro Dias, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Mozarildo Cavalcanti, Magno Malta, Antonio Carlos Rodrigues, Acir Gurgacz, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Wellington Dias, Ciro Nogueira, Roberto Requião, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Eduardo Amorim, Blairo Maggi, Vicentinho Alves e das Senadoras Ana Rita e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Randolfe Rodrigues e Luiz Henrique. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 46ª Reunião Ordinária e 47ª Reunião Extraordinária, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, de 2009.** Não Terminativo. Disciplina o funcionamento de bancos de dados e serviços de proteção ao crédito e congêneres e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Bernardo Arston. **Relatoria:** Senador Sérgio Souza. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 3 apresentada nesta Comissão, na forma do Substitutivo que apresenta, e contrário às demais emendas. Em 17/06/2009, foram apresentadas as emendas nº 1 e 2, de autoria do Senador Arthur Virgílio. Em 27/08/2009, foi apresentada a emenda nº 3, de autoria do Senador Arthur Virgílio. Em 27/08/2009, foram apresentadas as emendas nº 4 e 5, de autoria da Senadora Lúcia Vânia. Em 21/08/2013, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). **ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 221, de 2013** – Complementar – Não Terminativo. Dispõe sobre o número total de Deputados Federais, fixa a representação por Estado e pelo Distrito Federal para a Quinquagésima Quinta Legislatura (2015-2019), nos termos do art. 45, § 1º, da Constituição Federal, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Eduardo Lopes. **Relatoria:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 10, de 2012.** Não Terminativo. Insere parágrafo no art. 15 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para regular a extinção de unidades escolares da educação básica públicas e o destino de seu patrimônio. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço

(Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Sérgio Souza. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, favorável ao Projeto. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 6) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 98, de 2002** – Complementar – Não Terminativo. Dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal. **Autoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002 – Complementar, com a rejeição de emendas de mérito da Câmara contidas no art. 5º, inciso I, e no art. 11, inciso IV, daquele texto, para que voltem a ter o mesmo conteúdo aprovado pelo Senado, nos termos que apresenta, e com oito emendas de redação. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, de 2012.** Terminativo. Altera a redação dos art. 8º, 11, 16, 17-A, 26, 28, 36, 37, 38, 45, 47,52,57-A e 77, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para eleições, para reduzir o tempo e diminuir o custo das campanhas eleitorais e dá outras providências. **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com o acolhimento parcial da Emenda nº 1, na forma do substitutivo que apresenta. Em 21/08/2013, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Eduardo Lopes. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. O Senhor Senador Vital do Rêgo passa a Presidência para o Senador Sérgio Souza. O Senhor Senador Sérgio Souza passa a Presidência para o Senador Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às doze horas e dezoito minutos do dia vinte e oito de agosto de dois mil e treze, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: **ITEM 1) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, de 2013;** **ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 2009, TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 2010;** e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Vital do Rêgo) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 48ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 46ª Reunião Ordinária e 47ª Reunião Extraordinária.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas, que serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 7.

Dos sete itens que constam da pauta desta quarta-feira, os seis primeiros serão apreciados em caráter instrutório. Ou seja, são matérias sob exame da Comissão de Constituição e Justiça em caráter não terminativo. Desses, os três primeiros itens tiveram análise iniciada na reunião ordinária da última quarta-feira, quando foram objeto de pedidos de vista coletiva.

Nos termos regimentais, decorrido o intervalo de uma semana, as matérias retornam à pauta da Comissão.

Somente o item nº 7 será apreciado em caráter terminativo por esta Comissão.

A matéria em questão é o Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2012, de autoria do Senador Romero Jucá, que, entre outros propósitos, pretende reduzir o tempo e diminuir o custo das campanhas eleitorais.

Essa proposição, em virtude de modificar o processo eleitoral, se vier a ser transformada em lei até o dia 3 de outubro próximo, poderá ser aplicada já no pleito de 2014.

A Presidência ainda deseja lembrar a V. Ex^{as} que marcou para amanhã, às 9 horas, a apreciação da Mensagem nº 82, de 2013, por meio da qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete, nos termos dos arts. 84, inciso III, alínea “e”, e 128, §1º, da Constituição Federal, o nome do Sr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros para exercer o cargo de Procurador-Geral da República na vaga decorrente do término do segundo mandato do Sr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.

Consoante as nossas normas processuais, em reunião extraordinária, na manhã de ontem, o Senador Eunício Oliveira leu o relatório sobre a referida mensagem.

Desse modo, amanhã será realizada a arguição do Dr. Rodrigo Janot e, na mesma reunião ainda, em

votação secreta, se deliberará sobre o relatório sobre a indicação de S. Ex^a.

Eram estas as informações preliminares a V. Ex^{as}.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2013

– Não Terminativo –

Modifica os arts. 119, 120 e 121 da Constituição Federal, para proceder a alterações na forma de escolha dos membros dos tribunais eleitorais, e dá outras providências.

Autoria: Senador Pedro Taques e outros

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela constitucionalidade e juridicidade da matéria e, no mérito, favorável à Proposta.

Observações: – Em 21/08/2013, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Há, sobre a mesa, requerimento do eminente Senador Antonio Carlos Rodrigues: “Requeiro, nos termos regimentais (art. 93, I, do RISF), a realização de audiência pública para instrução da matéria.”

Com a palavra, para esta preliminar, o Senador Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Bom dia, Sr. Presidente.

Embora eu concorde com a necessidade de aperfeiçoamento da organização da Justiça Eleitoral, eu entendo que as alterações propostas são muito significativas e, por isso mesmo, exigem desse colegiado uma análise mais detida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Consulto o autor e o Relator se concordam, para uma instrução rápida da matéria.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, expressando meu respeito ao Senador Antonio Carlos – eu até já havia conversado com ele anteontem, Sr. Presidente –, fiz uma reflexão. Para a matéria não cabe, a meu juízo – não há necessidade disso, Senador Antonio Carlos –, dilação de uma audiência pública. Então, eu expresso a V. Ex^a meu respeito e entendo a posição que manifesta acerca da necessidade de audiência pública, mas vou me manifestar contrário à sua realização, pedindo licença a V. Ex^a.

Eu vejo que a matéria é constitucional. O orçamento não será sobrecarregado. Nós temos estudos a respeito da necessidade do aumento de juízes fede-

rais. Como todos sabemos, a Justiça Eleitoral é uma Justiça federal especializada, mas em razão de uma distorção, e essa distorção vem desde a Lei nº 5.010, de 1966. Como todos sabemos, até 1966, não existiam no Brasil juízes federais em primeiro grau de jurisdição. A Lei nº 5.010, de 1966, cria a Justiça Federal de primeiro grau de jurisdição com número reduzido de juízes federais. Daí a necessidade do princípio da delegação, previsto no Código Eleitoral, delegando-se aos juízes estaduais. Nós sabemos da importância do trabalho dos juízes de Direito na Justiça Eleitoral, mas não vejo necessidade.

Mais uma vez, expresso meu respeito ao Senador Antonio Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu gostaria de ouvir o Relator da matéria antes de passar a palavra ao Senador.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente e Sr. Senador Antonio Carlos Rodrigues, entendo a preocupação de V. Ex^a como sendo altamente relevante. No entanto, a construção dessa proposição do Senador Pedro Taques tem uma história. Na realidade, desde 2011 vimos discutindo essa matéria. Nós fizemos uma audiência pública aqui, logo no início de 2011, e contamos com a presença de vários juízes federais e também de integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil, e este era um dos assuntos que estavam em pauta: justamente uma participação com maior equilíbrio da Justiça Federal, dos juízes federais nos Tribunais Regionais Eleitorais.

Essa matéria foi amadurecida. Não foi feita uma proposição açodada. Tivemos inúmeras reuniões, e chegou-se ao entendimento de que seria adequado que essa proposição partisse do Senador Pedro Taques, e assim foi construída com um entendimento com a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe). Depois do pedido de vista de V. Ex^a, nós tivemos a oportunidade de nos reunir novamente com a representação da Ajufe e também com o eminente Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, que apresenta discordância em relação à matéria.

O que eu teria a propor? Se V. Ex^a tem uma discordância específica, poderia apresentar em forma de emenda essa proposição, mas que pudéssemos dar celeridade à aprovação dessa matéria, porque é uma matéria muito reivindicada pela Justiça Federal brasileira. A minha proposição é que, se o Senador Antonio Carlos Rodrigues tem uma proposição de emenda, que ele a apresente, mas que possamos dar celeridade sem a realização dessa audiência pública, em que pese haver toda uma discordância da Associação dos Magistrados Brasileiros em relação a essa matéria.

Então, por uma questão de celeridade na aprovação dessa matéria, eu também me colocaria, da mesma forma como o Senador Pedro Taques, seu proponente, contrário à realização dessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Não há concordância entre o Relator, o autor e o signatário do requerimento. Eu haverei de colocar em votação o requerimento.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Rodrigues, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Sr. Presidente, eu solicito ao Relator e ao proponente que adiemos essa votação para semana que vem para que eu possa preparar as emendas. Eu tinha conversado com diversos Senadores. Eu nem preparei, porque eu tinha quase certeza de que iríamos ter essa audiência pública. Eu vou até encaminhar ao Relator e ao proponente. Tenho um parecer do Presidente Tribunal de Justiça de São Paulo. Eu acho que podemos... Uma semana não adiará tanto e podemos crescer vários pontos que temos nesta PEC.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ótimo, com a concordância...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ... do Relator, vou ouvir o autor.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Nenhuma discordância. Tenho certeza de que as contribuições do Tribunal de Justiça de São Paulo e do Senador Antonio Carlos trarão luzes à proposta de emenda à Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – O interesse da audiência pública do Senador Antonio Carlos Rodrigues era colher subsídios para aprofundar seu entendimento e o entendimento do Colegiado. Isso poderá ser feito durante esta semana através da própria ação do Senador Antonio Carlos Rodrigues, que vai propor emendas ao relatório, à proposta inicial, também ajudando e aperfeiçoando o relatório do Senador Anibal Diniz.

Com essa possibilidade e dentro desse entendimento, nós retiramos de pauta a presente proposta, já inserindo-a como primeiro item da pauta da reunião da próxima quarta-feira. Assim, está devidamente acertado e combinado no entendimento dos senhores.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Pela ordem. Eu agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a compreensão do autor, do Relator e do Senador Antonio Carlos Rodrigues.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 85, DE 2009

– Não Terminativo –

Disciplina o funcionamento de bancos de dados e serviços de proteção ao crédito e congêneres e dá outras providências.

Autoria: Deputado Bernardo Ariston

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 3 apresentada nesta Comissão, na forma do Substitutivo que apresenta, e contrário às demais emendas.

Observações:

– Em 17/06/2009, foram apresentadas as emendas nº 1 e 2, de autoria do Senador Arthur Virgílio;

– Em 27/08/2009, foi apresentada a emenda nº 3, de autoria do Senador Arthur Virgílio;

– Em 27/08/2009, foram apresentadas as emendas nº 4 e 5, de autoria da Senadora Lúcia Vânia;

– Em 21/08/2013, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Concedo a palavra, para as suas considerações terminativas, ao Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, o relatório já foi lido. Não houve proposta de emenda ao substitutivo. Eu peço a apreciação com a votação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Encerrada a discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório favorável ao projeto e à Emenda nº 3, na forma do substitutivo que apresenta, e contrário às demais emendas.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Eu, inclusive, Senador Antonio Carlos Rodrigues, franqueio a nossa sala da Presidência para que V. Ex^a possa continuar os entendimentos a respeito da PEC, com muito prazer.

Aprovo o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1.

Peço à Secretaria para prestar assessoria ao Senador Antonio Carlos Rodrigues, ao Senador Alfredo Nascimento e ao Senador Vicentinho Alves, na sala da Presidência, com a maior satisfação, e também aos senhores membros de associações interessados na matéria.

Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2009. Estamos trazendo coisas antigas para discussão na Casa. Item 3, que está na p. 70.

ITEM 3

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 138, DE 2009

– Não Terminativo –

Acrescenta art. 2º-A, com §§ 1º e 2º, à Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, para dispor que o bloqueto bancário poderá ser pago em qualquer agência bancária, inclusive após a data do seu vencimento.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 21, DE 2010

– Não Terminativo –

Estabelece o direito do consumidor de pagar contas vencidas, utilizando os mesmos meios a ele disponibilizados para efetuar o pagamento antes do vencimento e dá outras providências.

Autoria: Senador Raimundo Colombo.

Relatoria: Senador José Agripino.

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, contrário aos Projetos.

Observações:

– Em 14/08/2013, foi recebido Voto em Separação do Senador Rodrigo Rollemberg, favorável ao PLS 138/09, com a emenda que apresenta, e contrário ao PLS 21/10;

– Em 21/08/2013, a Presidência concedeu vista ao Senador Francisco Dornelles, nos termos regimentais;

– As matérias serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa;

Consulto os Srs. Senadores sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista. Concedo a palavra ao Senador José Agripino para as suas considerações finais.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, o Senador Dornelles, que pediu vista do projeto, do processo, não está presente, e eu acho que deveríamos aguardar a manifestação de S. Ex^a.

Eu mantenho os meus pontos de vista e estou disposto, em nome da proteção ao consumidor, à sociedade, a fazer os ajustes necessários ao projeto. Porque eu acho que, como está posto, ele mais prejudica o consumidor do que facilita. E há um erro de pensamento, um erro de origem. Quem é dono do boleto bancário não é o banco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB. *Fora do microfone.*) – É o consumidor.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – O dono, Senador Vital do Rêgo, é o comerciante que vendeu. O proprietário da mercadoria que foi cedida por venda a alguém é o comerciante: o Magazine Luiza, o Extra, o empresário, até o bodegueiro. O banco é um prestador de serviços. E isso está desconsiderado no projeto como um todo.

O que eu acho que tem que ser considerado é a origem do processo. Então, nesse sentido e no sentido até de facilitar a vida do contribuinte, do consumidor, é que o Senador Dornelles pediu vista do processo, e nós temos que estabelecer um diálogo produtivo e confluyente no sentido de atender a pretensão do Senador Valadares, que é a melhor possível, assim como a minha, que também é de proteger o consumidor.

Agora, como o Senador Dornelles não se encontra presente, eu quero sugerir a V. Ex^a que adie ou retire de pauta esta matéria, pelo menos pela reunião de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Atendida a solicitação de V. Ex^a.

O Senador Dornelles teve o prazo e não apresentou nenhuma manifestação sobre o seu pedido de vista. Mas, em respeito à ausência do Senador Dornelles – e o respeito vem exatamente da manifestação de V. Ex^a –, nós o retiramos hoje da pauta e o adiamos para a próxima reunião. A matéria precisa ser deliberada definitivamente por esta Casa.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Item 4 da pauta, p. 101.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 221, DE 2013 – Complementar

– Não Terminativo –

Dispõe sobre o número total de Deputados Federais, fixa a representação por Estado e pelo Distrito Federal para a Quinquagésima

Quinta Legislatura (2015-2019), nos termos do art. 45, § 1º, da Constituição Federal, e dá outras providências.

Autoria: Senador Eduardo Lopes

Relatoria: Senador Pedro Taques

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/ PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de projeto de lei complementar que visa regulamentar o art. 45, §1º, da Constituição Federal, revogando a Lei Complementar n. 78, de 1993, que hoje disciplina a matéria.

O Projeto foi motivado pela edição da Resolução nº 23.389 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de 9 de abril de 2013, que alterou a distribuição de vagas na Câmara dos Deputados para a legislatura 2015-2019, tendo em vista o último recenseamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010.

O art. 1º da proposição mantém em 513 o número de Deputados Federais, prevendo expressamente que cada Estado e o Distrito Federal terão, no mínimo, 8 e, no máximo, 70 Deputados Federais.

O art. 2º do Projeto, Sr. Presidente, adota os mesmos critérios de distribuição de cadeiras de Deputado Federal por Estado e Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Peço licença ao Senador Pedro Taques para pedir absoluto silêncio.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/ PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O art. 2º do projeto adota os mesmos critérios de distribuição de Deputado Federal por Estado e Distrito Federal da Resolução 23.389, de 2013, do TSE. Ambos se utilizam de analogia dos arts. 106 a 109 do Código Eleitoral, com base nos dados populacionais do IBGE, adotando o critério da Média Ideal para o cálculo das sobras.

Dessa forma, segundo o Projeto, a distribuição das cadeiras é feita da seguinte forma:

1) Calcula-se o Quociente Populacional Nacional (QPN): número total de habitantes do País dividido por 513 – número de Deputados Federais;

2) Calcula-se o Quociente Populacional Estadual (QPE): número de habitantes de cada Estado e Distrito Federal dividido pelo QPN, desprezando-se a fração;

3) O Quociente Populacional Estadual (QPE) aponta o número de deputados federais, respeitando-se o limite mínimo de 8 e máximo de 70 deputados.

As sobras são calculadas da mesma maneira que as sobras para as eleições proporcionais: divide-se a população de cada Estado e Distrito Federal pelas cadeiras obtidas mais 1 (um). A Unidade Federativa que obtiver a maior média recebe uma cadeira, repetindo-se os cálculos até que todas as cadeiras tenham sido distribuídas. No cálculo das sobras excluem-se os Estados com Quociente Populacional Estadual (QPE) menor do que 8 e maior que 70.

O art. 3º estabelece, nos termos do Anexo do Projeto e para a próxima legislatura a se iniciar em 2015, o número de cadeiras de Deputados Federais, calculado com base na estatística demográfica para 2012 do IBGE.

O art. 4º define a competência do TSE para, por meio de resolução, atualizar a distribuição de cadeiras de Deputado Federal entre Estados e Distrito Federal conforme evolução da população, tendo por base as futuras estatísticas demográficas do IBGE.

O art. 5º revoga a Lei Complementar 78/1993.

O art. 6º estabelece a chamada cláusula de vigência a partir da publicação.

Passo à análise.

Compete a esta Comissão avaliar o Projeto de Lei Complementar do Senado nº 221, de 2013, em seu mérito, tendo em conta a sua distribuição terminativa, e com respeito a sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, como determina o art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

No que se refere à constitucionalidade, não há nenhum vício a reparar. Compete à União legislar sobre direito eleitoral, nos termos do art. 22, inciso I, da Constituição Federal. Tampouco há aspectos de juridicidade ou regimentalidade a serem corrigidos.

O Projeto de Lei Complementar do Senado nº 221, de 2013, de autoria do Senador Eduardo Lopes, vem em boa hora para corrigir eventuais dúvidas a respeito da interpretação e aplicação da Lei Complementar nº 78, de 1993. Isso porque a Lei Complementar foi promulgada há quase 20 anos e deve ser revista para que exista a readequação da distribuição das cadeiras de Deputado Federal, conforme a modificação da população brasileira, tendo em vista o comando constitucional do art. 45, §1º, da Lei Fundamental.

De fato, deve ser observado que a Lei Complementar n. 78, de 1993, não traz critérios detalhados para o cálculo da distribuição das cadeiras para Deputados Federais. O Projeto, de forma semelhante à Resolução nº 23.389, de 2013, do TSE, adota critério razoável para o cálculo, consubstanciado em analogia possível com os artigos 106 a 109 do Código Eleitoral. Adotam-se os conceitos de Quociente Populacional Nacional (QPN) e Quociente Populacional Estadual

(QPE), em semelhança ao quociente eleitoral e quociente partidário, respectivamente, para as eleições proporcionais. Da mesma forma, as sobras das cadeiras de Deputado Federal são distribuídas com base no sistema da maior média ideal, como determinado pelo art. 109, do Código Eleitoral.

Deve-se observar que há diferença relevante da distribuição de cadeiras na forma proposta pelo Projeto e as cadeiras atuais. Caso aprovado o Projeto, serão promovidas as seguintes alterações para a legislatura que se inicia em 2015:

1) Pará ganhará 4 cadeiras e contará com 21 Deputados;

2) Minas Gerais ganhará duas cadeiras e contará com 55 Deputados;

3) Ceará ganhará uma cadeira e contará com 23 Deputados;

4) Amazonas ganhará duas cadeiras e contará com 10 Deputados;

5) Santa Catarina ganhará uma cadeira e contará com 17 Deputados;

6) Paraíba perderá duas cadeiras e contará com 10 Deputados;

7) Pernambuco perderá uma cadeira e contará com 24 Deputados;

8) Piauí perderá duas cadeiras e contará com 8 Deputados;

9) Rio Grande do Sul perderá uma cadeira e contará com 30 Deputados;

10) Paraná perderá uma cadeira e contará com 29 Deputados;

11) Espírito Santo perderá uma cadeira e contará com 9 Deputados;

12) Alagoas perderá uma cadeira e contará com 8 Deputados;

13) Rio de Janeiro perderá uma cadeira e contará com 45 Deputados.

Deve ser observado que há pequenas diferenças entre a distribuição de cadeiras de Deputado Federal prevista no Projeto de Lei Complementar do Senado nº 221, de 2013, e na Resolução nº 23.389, de 2013, do TSE, uma vez que o projeto utiliza os dados populacionais estatísticos de 2012, enquanto a resolução utilizou os dados do censo de 2010 do mesmo órgão. A utilização dos dados estatísticos e não somente dos dados do censo é medida positiva no projeto, uma vez considerado o grande lapso de tempo entre um censo e outro: até 10 anos, nos termos da Lei 8.184, de 1991. Desse modo, o Projeto de Lei Complementar do Senado nº 221, de 2013, mostra-se adequado na medida em que se utiliza de critério mais próximo da evolução da população brasileira.

Com o intuito de aprimorar o projeto, são oferecidas duas emendas.

A primeira emenda oferecida objetiva mudança pontual do art. 4º, do projeto, para que seja previsto que o TSE deverá utilizar os dados estatísticos populacionais do órgão competente disponibilizados até 1º de julho do ano anterior à eleição. Isso para se evitar que surja insegurança jurídica a respeito de quais dados deverão ser utilizados, caso o IBGE divulgue suas estatísticas no final do ano, em momento posterior aos cálculos feitos pelo TSE.

A segunda emenda visa à correção de erro material no Anexo do Projeto de Lei Complementar do Senado nº 221, de 2013 – este projeto. Da forma como apresentado, o Anexo prevê a existência de 521 Deputados Federais e não 513 como seria o correto. Dessa maneira, o Estado do Rio de Janeiro deve ter seu número de Deputados corrigidos de 53 para 45, conforme seus dados populacionais.

Voto.

Em face do exposto, o nosso voto é no sentido da aprovação do Projeto de Lei Complementar do Senado nº 221, de 2013, com as duas emendas que apresento e o anexo único ao projeto com a proposição do número dos novos Deputados Federais.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, quero pedir vista.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Eu quero também. Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vista coletiva concedida.

Agradeço ao Relator pelo enfrentamento da matéria. V. Exª enfrentou uma matéria delicada para a Federação. No momento que antecede uma eleição nacional como esta, V. Exª continua encarregado de articular com os Srs. Senadores que solicitaram vista coletiva uma melhor solução para o problema a curto, médio e longo prazo.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 10, DE 2012

– Não Terminativo –

Insere parágrafo no art. 15 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para regular a extinção de unidades escolares da educação básica públicas e o destino de seu patrimônio.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, favorável ao Projeto.

A matéria será apreciada pela Comissão de Educação em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Passamos direto ao relatório.

O Projeto de Lei sob exame, de autoria do Senador Vital do Rêgo, tem por objetivo inserir parágrafo único ao art. 15 da lei supracitada, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para determinar que as unidades escolares públicas de educação básica somente poderão ser extintas ou sofrer reestruturação de sua oferta de escolarização mediante aprovação do conselho de educação do respectivo sistema, sem prejuízo para a continuidade dos estudos de seus alunos e observada a destinação total da receita da venda ou aluguel de seu prédio ao órgão responsável pela educação, para manutenção e desenvolvimento do ensino público.

A justificação começa por lembrar que, até 2016, todos os entes federativos deverão assegurar às crianças e aos adolescentes brasileiros vagas nas pré-escolas, e nos ensinos públicos médio e fundamental. Todos os pais serão obrigados a matricular seus filhos dos quatro aos 17 anos, sob as penas da lei.

As mudanças na sociedade brasileira estão a exigir reestruturação de oferta no ensino, incluindo a educação profissional em parte do ensino médio. Também se fazem necessárias reformas prediais para acolher a entrada de crianças em creches na pré-escola, demandando construções, demolições de prédios e reestruturação de espaço. Mas infelizmente tais movimentos nem sempre ocorrem no benefício da educação e aprendizagem dos alunos. Muitas vezes, Sr. Presidente, os terrenos resultantes da extinção de escola têm servido para especulações imobiliárias, e a demolição frequente dos prédios sujeita as crianças à troca de ambientes que exigem uma ressocialização forçada.

Segue a justificação, ressaltando que o objetivo do projeto é conter os prejuízos materiais e morais que atingem a vida dos estudantes e de suas famílias, surpreendidos por escolas que se fecham, prejudicando a gestão democrática e a autonomia há muito conquistada pelas comunidades escolares.

Não foram apresentadas emendas ao projeto durante o quinquídio regimental.

O projeto irá, em seguida, em decisão terminativa à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Passamos à análise.

O projeto encontra todo amparo nos princípios constitucionais e jurídicos, especialmente naqueles referentes à educação e à cultura. Com efeito, cremos que todos os dispositivos magnos relativos ao assunto dão respaldo à presente iniciativa, a começar pelo art. 205, que consagra a educação como direito de todos e dever do Estado.

Por sua vez, o inciso I do art. 208, alterado pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009, garante educação básica e gratuita dos 4 aos 17 anos, assegurando ainda oferta gratuita a todos os que não tiveram acesso à escola na idade própria. Tal mandamento evidencia o mérito do projeto sob análise, na sua intenção de evitar solução de continuidade nos estudos, altamente prejudicial aos educandos, bem como às suas famílias.

No nosso entendimento, Sr. Presidente, e no entendimento do Relator original, Senador Ricardo Ferraço, a proposição não interfere na autonomia dos Estados e Municípios, na gerência de seus sistemas de ensino, pois não trata de questão que possa eventualmente ser considerada peculiar às pessoas federais. Sua determinação em evitar que a extinção das unidades escolares ou sua reestruturação tenham de ser antecedidas de aprovação dos conselhos de educação pode ter alcance nacional, dado o seu grande objetivo social no zelo pela educação de nossas crianças e nossos adolescentes.

A iniciativa, assim, aprimora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, vinda a lume para garantir o cumprimento dos princípios norteadores do ensino no Brasil, consagrados no art. 206 da nossa Lei Maior.

Atende igualmente aos ditames da técnica legislativa, consubstanciados na Lei Complementar 95, de fevereiro de 2008, com a redação dada pela Lei Complementar 107, de abril de 2001.

O voto, Sr. Presidente, é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2012.

É o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório favorável ao projeto.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Projeto seguinte.

ITEM 6

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 98, DE 2002

– Não Terminativo –

Dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, para proferir o seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a proposição tem origem no PLS nº 98, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, aprovado pelo Senado Federal em 15 de outubro de 2008. Encaminhado à Câmara dos Deputados, onde foi registrado como PLP nº 416, de 2008, o projeto foi aprovado, sob a forma de substitutivo, e remetido para revisão final do Senado em seis de junho de 2013. A Presidência do Senado encaminhou a matéria para análise da CCJ um dia após sua chegada, cabendo a mim a tarefa de relatá-la.

Em sua estrutura geral o SCD 98/2002 é muito similar ao texto aprovado pelo Senado:

- estabelece um limite mínimo de população e outras condições para a criação de Municípios, tais como a existência de um núcleo urbano, a manutenção da continuidade territorial e o respeito às fronteiras estaduais;

- define as características do Estudo de Viabilidade Municipal (EVM), que constitui condição necessária à alteração das fronteiras municipais e deve oferecer parecer conclusivo sobre a viabilidade econômico-financeira, político-administrativa, socioambiental e urbana;

- define quatro tipos distintos de alteração dessas fronteiras: criação, incorporação, fusão e desmembramento;

- estabelece os critérios para questionamentos e impugnações do EVM pela população e pelo Ministério Público;

- regulamenta a realização de plebiscitos e os procedimentos legais para instalação dos novos Municípios e as regras de gestão durante a transição entre a antiga e a nova divisão administrativa;

– estabelece procedimentos através dos quais os governos estaduais devem manter atualizados os seus cadastros de informações municipais.

Uma vez que estamos tão somente avaliando emenda substitutiva da Câmara a projeto aprovado no Senado, cabe analisar exclusivamente as alterações feitas pela Câmara, em respeito ao princípio do bicameralismo, expresso nos arts. 285 a 287 do Regimento Interno do Senado Federal e no art. 137 do Regimento Comum das duas Casas. Passo, então, a descrever as alterações de mérito contidas no substitutivo da Câmara.

O texto do Senado estipulava que o requerimento para criação ou desmembramento de Municípios deveria ser subscrito por, no mínimo, 10% dos eleitores da área que pretendesse se emancipar ou desmembrar. No texto da Câmara, tal percentual foi elevado para 20%. Já antecipo que considero elevado o percentual fixado pela Câmara, e que pretendo propor o retorno ao texto do Senado.

Por outro lado, o texto da Câmara inseriu dispositivo determinando que o cadastro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) será a base de cálculo para o número de eleitores necessários à admissibilidade dos requerimentos de alteração de fronteiras político-administrativas. O texto do Senado não legislava a esse respeito.

Os limites populacionais mínimos exigidos como pré-condição para criação de Municípios foram alterados pela Câmara. No texto do Senado, tais limites eram: 5 mil habitantes nas Regiões Norte e Centro-Oeste; 7 mil habitantes na Região Nordeste; 10 mil habitantes nas Regiões Sul e Sudeste. No substitutivo da Câmara, os limites populacionais passaram a ser calculados com base na população municipal média do País. Tal média será calculada excluindo-se 25% dos Municípios com menor população e 25% daqueles com maior população.

Uma vez calculada essa média aparada, as populações mínimas dos Municípios a serem criados passam a ser: 50% da média nas Regiões Norte e Centro-Oeste; 70% da média na Região Nordeste; e 100% da média nas Regiões Sul e Sudeste.

O cálculo desses valores, com base no censo demográfico de 2010, nos dá os seguintes valores mínimos populacionais: 5.997 habitantes no Norte e Centro-Oeste (ante 5 mil no texto do Senado); 8.396 habitantes no Nordeste (eram 7 mil no texto do Senado); e 11.995 habitantes no Sul e Sudeste (10 mil no texto do Senado). Houve, portanto, pequeno acréscimo na população mínima exigida. Além disso, esse limite será automaticamente reajustado à medida que a população cresça.

Houve alteração, também, no número mínimo de imóveis existentes no núcleo urbano do novo Município. No texto do Senado, exigia-se que houvesse mais imóveis que nos Municípios que representem os 10% menores do Estado. Já o texto da Câmara passou a exigir a existência de imóveis que abriguem pelo menos 20% das famílias residentes no núcleo urbano. Não é possível, *a priori*, dizer qual das duas regras é mais rígida. Em Estados onde abundem pequenos Municípios, a regra da Câmara será mais exigente e vice-versa.

A Câmara eliminou exigência adicional feita pelo Senado, que estabelecia, como condição necessária à criação de novo Município, arrecadação estimada superior à dos Municípios entre os 10% que menos arrecadam do Estado. Por outro lado, foi introduzido dispositivo que exige que o EVM comprove a capacidade do novo Município para cumprir as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ademais, o texto do Senado restringia a criação de novos Municípios a áreas urbanas não situadas em reservas indígenas, área de preservação ambiental ou área pertencente à União, suas autarquias e fundações. A Câmara alterou tal redação, suprimindo a restrição à criação de Municípios em área pertencente à União, suas autarquias e fundações. Esse é outro aspecto de mérito no substitutivo da Câmara ao qual me oponho e, portanto, proporei que se retorne ao texto original do Senado.

No que diz respeito ao conteúdo dos Estudos de Viabilidade Municipal, a Câmara introduziu uma série de alterações e inovações, valendo registrar, no que diz respeito à viabilidade econômico-financeira...

Sr. Presidente, vamos direto à análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição em análise. Tendo em vista ser esta a única Comissão à qual foi submetido o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002 – Complementar, também se faz necessária a avaliação de mérito e técnica legislativa.

Do voto.

Por fim, ressalto que se trata de cumprimento de mandamento constitucional e que a aprovação da matéria possibilitará a criação de, no máximo, 180 Municípios – é importante atentar para esse número –, conforme dados divulgados pela União Brasileira em Defesa da Criação de Novos Municípios. Isso se eles se enquadrarem nessas novas regras.

Frente ao exposto, voto pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002 – Complementar, com a rejeição de emendas de mérito da Câmara contidas no

art. 5º, inciso I, e no art. 11, inciso IV, daquele texto, o que exige alteração na redação de tais dispositivos, para que voltem a ter o mesmo conteúdo aprovado pelo Senado, nos seguintes termos.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Em discussão, a matéria.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoridade/DEM – RN) – Sr. Presidente, peço vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vista coletiva concedida aos Senadores Mozarildo, Cássio Cunha Lima, Eduardo Suplicy, a partir do Senador José Agripino.

A matéria estará pronta para votação e será incluída na próxima reunião.

Item 7 da pauta.

Senador Romero Jucá, dê uma visão geral do projeto.

Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2012...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoridade/PSDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Cássio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoridade/PSDB – PB) – Por gentileza, não sei se estou com o Avulso equivocado, mas, no meu, não consta o item 7.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Está acostado, segundo a Secretaria.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoridade/PSDB – PB) – Obrigado, Presidente, pela diligência de sempre.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Item 7 da pauta.

Eu peço a atenção dos senhores. É um esforço que o Senado está fazendo no que diz respeito à reforma eleitoral, e, por decisão dos Srs. Líderes, a matéria foi pauta hoje, nesta Comissão.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 441, DE 2012

– Terminativo –

Altera a redação dos art. 8º, 11, 16, 17-A, 26, 28, 36, 37, 38, 45, 47, 52, 57-A e 77, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para eleições, para reduzir o tempo e diminuir o custo das campanhas eleitorais e dá outras providências.

Autoria: Senador Romero Jucá

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável ao Projeto, com o acolhimento parcial da Emenda nº 1, na forma do substitutivo que apresenta.

Observações:

– Em 21/08/2013, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Eduardo Lopes.

A Emenda nº 1, de autoria do Senador Eduardo Lopes, foi acolhida parcialmente no substitutivo.

Nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido – o substitutivo – a turno suplementar.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Vou ler o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para a leitura do seu relatório. Depois, no processo de discussão, o primeiro orador inscrito é o Senador Romero Jucá.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a proposição buscar alterar a data das convenções partidárias, que passariam a ser realizadas entre 10 e 31 de julho do ano em que se realizarem as eleições, em vez de 10 a 30 de junho, como vigente.

Em decorrência dessa modificação, as campanhas eleitorais, que hoje se iniciam em 5 de julho, passariam a ocorrer em 5 de agosto do ano das eleições.

Na mesma linha, reduz-se a campanha eleitoral no rádio e na televisão, que passa dos atuais 45 para 30 dias.

Promovem-se, igualmente, diversas outras adaptações da Lei nº 9.504, de 1997, que estabelece normas para as eleições, para ajustá-la ao novo calendário eleitoral proposto.

Ademais, são feitas diversas modificações nas normas aplicáveis às campanhas eleitorais. Nessa direção, proíbe-se a colocação de placas e pintura de muros em propriedades imóveis particulares, bem como o chamado envelopamento de carros e outros bens particulares móveis, mediante a restrição ao tamanho dos adesivos que podem ser utilizados como material de campanha.

Na justificação, o ilustre autor, o Senador Romero Jucá, afirma que o conjunto de medidas possui razoável potencial, não para equacionar a questão do abuso do poder econômico nas eleições, que é objetivo muito mais ousado a ser enfrentado com iniciativas estruturais, mas, sim, para reduzir os vultosos gastos das campanhas eleitorais e contribuir para a retomada da normalidade, da legitimidade e da maior isonomia nas eleições em todos os níveis da federação.

O projeto recebeu a Emenda nº 1, do Senador Eduardo Lopes, que busca ampliar o tamanho dos adesivos permitidos como material de campanha eleitoral e permitir a utilização, em veículos, de adesivos micro-perfurados até a extensão total do para-brisa traseiro.

Da análise.

No tocante à sua constitucionalidade, a matéria encontra arrimo no art. 22, inciso I, da Lei Maior, que atribui competência à União para legislar sobre Direito Eleitoral.

De outra parte, a apresentação do projeto de lei por Senador não constitui óbice à sua tramitação, uma vez que a matéria não se inclui dentre aquelas reservadas à iniciativa privada do Presidente da República, nos termos do art. 61, §1º, da Constituição Federal.

Com respeito à juridicidade e à regimentalidade do projeto, de igual maneira, não vislumbramos qualquer imperfeição que possa configurar obstáculo à implantação das medidas propostas.

Judicialmente na circunscrição especial judiciária de Brasília, inclusive nas ações de natureza cível ou trabalhista (art. 15-A)...

Ademais, estamos propondo que a filiação a outro partido implique automaticamente a desfiliação do partido a que o cidadão estava filiado antes, para evitar confusões e fraudes (art. 22).

Outrossim, estamos propondo que, no exercício financeiro em que a fundação ou instituto de pesquisa não despenda a totalidade dos recursos que lhe forem assinalados, a eventual sobra reverterá para outras atividades partidárias (art. 44). Entendemos tal previsão como justa e adequada.

Ainda na Lei nº 9.096, de 1995, pretendemos agilizar e atualizar o procedimento para envio dos programas partidários ao rádio e à TV, prevendo que o material de áudio e vídeo, com os programas em bloco ou as inserções, será entregue às emissoras com antecedência mínima de doze horas da transmissão; e que as inserções de rádio poderão ser enviadas por meio de correspondência eletrônica (art. 46).

Finalmente, cabe observar que estamos também acolhendo parcialmente, no substitutivo, as disposições da Emenda nº 1, do Senador Eduardo Lopes.

O voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do PLS nº 441, de 2012, na forma do seguinte substitutivo, que incorpora parcialmente a Emenda nº 1.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Essa matéria caminha para, de ofício, a Presidência conceder vista coletiva. Mas, pela importância do projeto, os senhores hão de notar que hoje a pauta foi mais restrita, apenas sete itens, por

quê? Porque nós a oferecemos como condição de dar maior prioridade à discussão deste projeto. Por isso, antes da concessão de vista, quero iniciar um processo de discussão, ouvindo as Lideranças que propugnaram pela apresentação dessa proposta, a partir do senhor autor, para que, na próxima semana, estejamos todos maturados na apreciação do projeto.

Então, eu passarei...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Eu quero me inscrever, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – ...a dar um prazo regular de dez minutos para cada intervenção, na forma regimental, ouvindo todas as Lideranças, para que, com a vista coletiva concedida, passemos à votação na sessão seguinte.

Estão já inscritos os Senadores: Romero Jucá, Antonio Carlos Valadares, Sérgio Souza, Rodrigo Rollemberg, Cássio Cunha Lima, Eduardo Lopes, Alvaro Dias.

Vamos discutir, agora, Senador Aloysio, com a vista... Depois da discussão, vou conceder vista, até para amadurecer mais o projeto.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Vamos fazer um *brainstorming*.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, primeiro eu quero agradecer ao Senador Valdir Raupp exatamente por assumir a relatoria. Essa relatoria estava designada para o Senador Luiz Henrique. O Senador Luiz Henrique teve que viajar, vai se ausentar toda a semana, e o Senador Valdir Raupp, prontamente, assumiu a relatoria e, sem dúvida nenhuma, vai construir uma proposta ainda melhor do que a que foi apresentada.

Eu queria apenas registrar alguns pontos. Primeiro, dizer que, em entendimento com os Líderes, nós acordamos que a essa matéria será dada vista coletiva, exatamente para que possa ser aprofundada, melhorada, avaliada, porque a ideia nossa, no projeto, é exatamente reduzir custos e clarear procedimentos para que não se tenha efetivamente algum tipo de procedimento que seja interpretado diferentemente de um Estado para o outro.

Então, eu queria registrar que, já no Substitutivo, nós estamos voltando o período de convenção para de 12 a 30 de junho, exatamente de acordo com o pleito

feito por determinados partidos. Houve esse entendimento. Estamos retroagindo o prazo da convenção.

Estamos colocando um dispositivo importante nesse prazo de convenção: uma vez feita a convenção, em até 24 horas, a ata terá que ser disponibilizada, publicizada exatamente para evitar o que ocorre sistematicamente de um partido fazer convenção, ficar com ata aberta, demorar para entregá-la cinco, dez, quinze dias, dependendo do prazo do TRE, e normalmente essa ata vem com modificações que não foram aprovadas na convenção. Então, a convenção vai decidir, e a sua ata terá que ser publicada na Internet, encaminhada ao TER e publicizada em até 24 horas, acabando, pois, com esse prazo de negociação entre partidos ao arrepio do que foi decidido nas convenções.

Outra questão importante, Sr. Presidente, é a definição de alguns pontos que dizem respeito aos partidos políticos: fóruns para serem citados, a questão de recursos da administração do partido político, que são o saldo no final do ano.

Estamos definindo, uma vez que muda de Estado para Estado, que os programas eleitorais e as inserções podem ser entregues no prazo de até 12 horas. Em alguns Estados, as televisões pedem o prazo de 24 horas, 36 horas. E, em muitos casos, esse programa fica disponível, adversários assistem ao programa, mudam o programa e, quando você vê, a confusão está formada. Então, nós estamos acabando com isso, dando um prazo exíguo de 12 horas para que a televisão tenha tempo de fazer a montagem e a definição daquilo que será veiculado.

Nós estamos também cortando uma série de despesas, proibindo uma série de despesas que oneram a eleição: colocação de placa, pintura de muro, envelopamento de veículos. Ou seja, uma série de despesas estamos visando proibir para diminuir o poderio econômico na eleição.

Outro dado importante é que, nas prestações parciais de conta, os partidos deverão, além de definir as despesas, definir também os doadores, exatamente para a transparência daqueles que estão doando os recursos para a campanha.

Outra questão importante, que considero fundamental, é que nós estamos deixando claro o que é atividade de pré-campanha, portanto, passível de punição pelo Tribunal Eleitoral, e o que não é atividade de pré-campanha, propaganda eleitoral antes da campanha.

O que é possível o partido fazer? Primeiro, discussão de prévias, porque não se pode discutir prévia com nome de candidato antes do período eleitoral, porque, se falar em candidato, o Ministério Público ou o Tribunal pode entender que é uma campanha antecipada. Então, estamos liberando a discussão de

previas, estamos liberando a discussão de programa de governo, estamos liberando as reuniões partidárias para discutir políticas públicas, desde que sejam custeadas pelo partido e em recinto fechado. Ninguém vai permitir reuniões abertas, como comício, antes do período eleitoral.

Discussão em rádio poderá ser feita desde que não haja pedido de voto, mas será liberada a cobertura de imprensa dessas atividades que estamos discutindo.

Colocamos para discutir aqui que não se devem considerar como pré-campanha manifestações livres na Internet e nas redes sociais, porque é difícil caracterizar, é difícil coibir a manifestação de qualquer pessoa a respeito de qualquer nome. Por exemplo, nada impede que um candidato adversário monte um *fake*, faça propaganda do adversário, e efetivamente o adversário seja punido exatamente porque um *fake* estava colocando que vota em fulano ou vota em sicrano. A rede social é algo incontrolável. Então nós estamos aqui excepcionalizando as manifestações pessoais, não partidárias, não de candidatura. Mas a manifestação pessoal do cidadão nós não estamos colocando nas redes sociais como pré-campanha, punindo os candidatos que forem referidos.

Essa é a síntese da proposta, Sr. Presidente. É uma proposta simples. É claro que nós teríamos outros assuntos para colocar, mas seriam mais polêmicos e, como o prazo é muito curto para que a gente aprove isso em setembro, dê condição à Câmara de aprovar em setembro, a fim de que tenha validade para a eleição de 2014, eu preferi restringir os pontos exatamente em questões fundamentais que diminuem gastos e dão transparência às eleições.

Gostaria de registrar que tenho mantido contato permanente com a Câmara dos Deputados, com o Deputado Vaccarezza, exatamente discutindo essas questões para facilitar, em o Senador aprovando, a tramitação na Câmara dos Deputados.

Então, era esse o registro que eu gostaria de fazer, pedir a análise dos Senadores e Senadoras, pedir a contribuição. Esse não é um projeto pronto, cada um tem sua vivência eleitoral, sua vivência política e, portanto, as emendas serão bem-vindas. Nós iremos discutir na próxima quarta-feira essa matéria, Sr. Presidente, e eu faço votos que possamos aprová-la, porque ela é importante, e remetê-la à Câmara dos Deputados para que possa efetivamente dar sequência e aprovar esse texto para a eleição de 2014.

Era esse o registro, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Eu poderia fazer um aparte ao Senador Romero?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Ex^a não pede inscrição? Eu acho melhor V. Ex^a se inscrever para discutir.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Peço inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rego. Bloco Maioria/PMDB – PB) – V. Ex^a se inscreve para discutir. Eu inscrevo V. Ex^a imediatamente.

Nós estamos tentando amadurecer o projeto até pela rapidez com que queremos votar a matéria no Senado Federal. Por isso teremos essa discussão preliminar agora, V. Ex^{as} passarão a oferecer emendas durante a semana e na próxima quarta-feira já votaremos o projeto de forma terminativa nesta Comissão. A Presidência colhe a manifestação dos senhores, mesmo sabedora de que vamos, ao final, conceder vista coletiva. E vai haver debate na quarta de novo, nós não vamos cercear, até porque nós estamos ampliando o debate, já está dada a vista coletiva e vamos ouvi-los para dar o maior amadurecimento possível às decisões desta Comissão.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Sr. Presidente, preliminarmente eu quero louvar o esforço do autor da matéria, Senador Romero Jucá, e também do seu Relator, Valdir Raupp, para tornar menos dispendiosa a campanha eleitoral. Sabemos que são medidas que exigem, pela realidade, uma decisão até o dia 5 de outubro para que tenha validade para a próxima eleição. Por isso reconhecemos que, pelo tempo exíguo, o Senador Romero Jucá não poderia fazer melhor. E reconheço que seu Relator, com o brilhantismo que lhe é peculiar, também andou nessa direção.

Entretanto, Sr. Presidente, o fato de o Senador Romero Jucá já ter entrado em entendimento com a Câmara dos Deputados foi uma atitude consentânea com aquilo que nós achamos: ser a Câmara dos Deputados sempre indiferente ao que nós aprovamos aqui. Mas, como disse o Senador Romero Jucá, que é do PMDB, que também é o Partido do nosso Presidente da Comissão, que é o maior Partido do Congresso Nacional, é possível que, diante das propostas que estão sendo discutidas lá na Câmara, possam ser inseridas estas que nós estamos a discutir na Comissão de Justiça do Senado Federal.

A meu ver, Sr. Presidente, aqui nós aprovamos, por meio de uma Comissão Especial criada pelo ex-Presidente do Senado, José Sarney, tendo como Presidente Francisco Dornelles, vários temas, alguns dos quais, senão a maioria, já foram para a Câmara dos Deputados, e não tivemos nenhuma consequência,

como a questão dos sistemas eleitorais – se o voto é distrital misto, se o voto é em lista fechada, se o voto é de acordo com a lista belga. Nenhuma decisão foi tomada pela Câmara dos Deputados a esse respeito. Financiamento eleitoral e partidário: o financiamento de campanha é público, é privado, é misto? Nenhuma decisão. Filiação partidária e domicílio eleitoral: igualmente. Coligações proporcionais foram proibidas? Até agora, não. Voto facultativo: nenhuma decisão a respeito. Cláusula de desempenho, para que um partido possa receber o Fundo Partidário, participar da televisão: a Câmara dos Deputados não tomou qualquer decisão. Sobre candidato avulso: igualmente.

E há uma proposta que eu considero muito importante, da qual eu sou autor e, se eu não me engano, também o Senador Alvaro Dias e o Senador Suplicy, sobre coincidência de mandatos, ou seja, eleições gerais para todos os cargos. Eu acho que seria vital para a economia de gastos nas campanhas eleitorais, de tal modo que eu acho que estas medidas – diminuir tamanho do cartaz, acabar com propaganda nos muros, que já não existe mais, não envelopar mais os carros –, tudo isso, a meu ver, é um esforço, reconheço, mas é uma medida paliativa, diante dos gastos astronômicos que são realizados de dois em dois anos, nas eleições municipais e, posteriormente, nas eleições gerais.

De tal modo, Sr. Presidente, sem a coincidência de mandatos, sem o financiamento público de campanha, sem a proibição de coligações partidárias, é a mesma coisa, é a gente deixar a mesma coisa, sempre a mesmice, em todas as eleições: a corrupção acontecendo, a fraude eleitoral e os mandatos sendo conquistados ao bel prazer daqueles que detêm o poder econômico e daqueles que enganam o povo, aqueles que prometem uma coisa e fazem outra, e que são eleitos, muitas vezes, na garupa daqueles que detêm uma maior quantidade de votos, em face do defeito da aliança proporcional, do voto proporcional.

Por isso, Sr. Presidente, eu votarei favorável, fazendo essas restrições, para que um novo modelo de política eleitoral seja aprovado, e também um novo modelo político seja aprovado para o Brasil, inclusive, com a introdução do *recall*, que é a substituição de mandatos pelo povo, a cassação de mandatos pelo povo, e também que a aprovação de vetos possa ser considerada não só pelo Congresso, mas pela população, como é hoje a consulta popular, o plebiscito ou o referendo.

Por essa razão, Sr. Presidente, eu enalteço, mais uma vez, o esforço inaudito de Romero Jucá. Lamentavelmente, sei que isso que nós vamos votar não redundará no aperfeiçoamento do sistema eleitoral do nosso País.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza; depois, ao Senador Rodrigo Rollemberg e ao Senador Cássio Cunha Lima. Esses são os três próximos inscritos.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, não vou usar os dez minutos; vou usar um pouco menos que isso.

Primeiro, quero dizer a todos os meus pares e àqueles que nos acompanham pela TV e que nos escutam pela rádio que nós estamos num sistema em que a reforma deve ser constante, porque a função da lei e do legislador é regular esse convívio em sociedade, regular os costumes. E os costumes mudam. Inclusive, imaginem que, no campo político, no campo eleitoral, em cada eleição, nós temos novas formas de fraudes, de meios de ludibriar o eleitor, de enganar o eleitor. E nós vemos isso no dia a dia. Por isso, nós temos uma Justiça Eleitoral especializada para tanto.

Eu recebi, há pouco, o parecer do meu colega de partido, Senador Valdir Raupp, que rapidamente conseguiu fazer um relatório e, inclusive, sugeriu um substituto. Fiz uma leitura rápida e tenho aqui, Sr. Presidente, alguns pontos que eu gostaria de rapidamente discutir, se o...

Sr. Presidente. Sr. Presidente, está...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu peço...

(*Soa a campanha.*)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Eu não estou conseguindo nem me ouvir.

Então, Sr. Presidente, veja só, nós estamos falando aqui de uma minirreforma política, que parece muito mais uma minirreforma do texto eleitoral e não de política, porque questões políticas não estão inseridas dentro desse tema. Na verdade, não entramos nos grandes temas, como unificação de eleição, obrigatoriedade de voto, sistema eleitoral, voto distrital, distritão, distrital misto.

Estamos aqui nos atendo a buscar dar maior seriedade ao pleito eleitoral, buscar dar mais transparência ao pleito eleitoral, mas eu não sei, por exemplo, em alguns casos que aqui sinalizei rapidamente... Por exemplo, no art. 46, §5º: “O material de áudio e vídeo, com as propagandas em bloco, serão entregues às emissoras com 12 horas”. Eu vi, há pouco, o Senador Alvaro Dias dizendo: “Realmente, 12 horas não é muito tempo?” Como é que você vai rebater o adversário se ele, no primeiro programa, lhe questionar ou lhe imputar uma inverdade? Como é que você vai, se for retirado no segundo bloco de propaganda, colocar

um novo texto? Vai perder o tempo? Nós temos que dar uma olhada.

No art. 22, inciso V, filiação a outro partido: “Havendo coincidências e coexistências de filiações partidárias, vai prevalecer a última”. Mas a última pode ser uma fraude. Nós temos de rever, porque o cidadão induzido a se filiar a outro partido... Acho que nós temos que respeitar o registro, o cadastro e uma regra para desfiliação. Não basta... Lógico que o debate aqui é importante, e nós vamos poder aprimorar, na forma de emendas, este projeto.

Nós estamos falando aqui da Lei nº 9.504, agora. Antes, era da Lei nº 9.096. Agora, é da Lei nº 9.504, que é a Lei Eleitoral.

O art. 13, §3º diz assim: “Tanto nas eleições majoritárias, como nas eleições proporcionais, a substituição só se efetivará se o novo pedido for apresentado até 20 dias antes do pleito, exceto em caso de falecimento”. E no caso de cassação? E no caso em que o candidato foi impedido ou deu causa ao seu impedimento no processo eleitoral? O partido político não tem direito de substituir? O partido político não é superior ao candidato?

No art. 17-A: “Caberá à lei, observadas as peculiaridades locais, fixar, até o dia 12 de junho do ano eleitoral, o limite de gastos”. Eu vi que há uma exceção, caso a lei não o faça, que permita isso também ao partido político. Nós vamos ter lei em todas as eleições? Nós já tínhamos antes da Lei nº 9.504. O Congresso Nacional editava uma lei no ano anterior à eleição para todas as eleições. Era uma confusão total. Aí, a Lei nº 9.504 regulou isso. Eu não sei se criar mais burocracia é o caminho correto.

Vamos adiante.

O art. 36-A, inciso I, fala da participação de filiados a partidos políticos em entrevistas, programas. O art. 36-A diz que não será considerada propaganda antecipada e poderá ter cobertura dos meios de comunicação social, inclusive via Internet. Propaganda eleitoral antecipada é aquela que ocorre imediatamente antes da propaganda eleitoral permitida. “I – a participação de filiados a partidos políticos [...] em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na internet [...], desde que não haja pedido de votos [...]”.

Há mensagem subliminar. Nós temos que rever e pensar isso, porque muitos dos políticos são detentores do meio de comunicação. Às vezes, o meio de comunicação tem uma tendência político-eleitoral. Nós temos de analisar isso. Às vezes, até mesmo era dono de programas em rádio e televisão recentemente.

O inciso IV desse mesmo artigo diz assim: “a divulgação de atos de parlamentares e debates legislativos desde que não [...] se faça pedido de votos [...]”

Até quando? Aparentemente, até o dia em que se inicia o pleito eleitoral. Eu acho que isso desequilibra o pleito. Nós temos que ter uma regra. A divulgação de atos parlamentares, sim, deve haver, porque é uma forma de prestação de contas, de dar satisfação ao eleitor e ao povo em geral do trabalho que vem fazendo perante o Parlamento.

O §2º do art. 37 da Lei nº 9.504 – aqui trata da veiculação de propaganda – diz que em bens particulares é proibida a veiculação de propaganda eleitoral por meio da fixação de faixas, placas, pinturas ou inscrições ou posição de cavaletes, bonecos, exceto na forma do disposto no §3º do art. 38.

O que diz o §3º? Diz que os adesivos não podem ser superiores de 50 cm por 40 cm. A casa é minha, o terreno é meu, se eu quiser pôr uma faixa, um boneco, é bem particular. Eu estou opondo aqui uma limitação ao direito de propriedade do cidadão, à vontade do cidadão.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex^a, que permitiu o início do debate agora, mesmo com pedido de vista coletivo, que é importante que o debate ocorra agora, para que nós, membros desta Comissão, possamos entender e sugerir um texto mais adequado, um texto que venha, realmente, atender a maior segurança no processo eleitoral, dar mais igualdade entre os candidatos no processo eleitoral.

Eu sei que nós deveríamos, de repente, discutir financiamento de campanha. É um tema polêmico. Nós não temos velocidade para isso. Isso aqui, talvez, seja uma forma de o Congresso Nacional tentar dar uma resposta ao cidadão, que espera, no mínimo, uma minirreforma, mas, mesmo assim, não sei se teremos velocidade. Nós estamos, agora, quase findando o mês de agosto. Temos o mês de setembro, 30 dias, para aprovar aqui, no Senado, e na Câmara dos Deputados, para valer nas próximas eleições. Não sei. Nem toda legislação tem de ser aprovada um ano antes da eleição; somente aquela em que há alteração do processo eleitoral. E, na maioria desses dispositivos, não há alteração no processo eleitoral, mas, sim, nas regras para a condução do processo eleitoral.

Era essa a minha intervenção, Sr. Presidente, agradecendo a todos pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu cumprimento V. Ex^a, que estudou a matéria.

Quando esta Presidência, de forma excepcional, abriu a discussão, mesmo sabedora da necessidade de vista coletiva, era exatamente para que a discussão pudesse propiciar o aperfeiçoamento do projeto, tão importante e tão necessário para as eleições que se aproximam.

Com a palavra, o Senador Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu quero dizer que o Senador Sérgio Souza se referiu a essa proposta de reforma eleitoral, de minirreforma eleitoral. Eu diria que, na verdade, não é nem mini, nem micro; é uma nanorreforma eleitoral. Embora queira aqui registrar que o objetivo é louvável, embora também concorde com o Senador Valadares, no sentido de que nós temos de efetivamente ter coragem de nos debruçar e de fazer efetivamente uma reforma política no Brasil, não o conseguiremos mais para essa eleição.

Aí tem de ser enfrentada a questão da unificação das eleições, a questão das coligações, do fim das coligações, que são duas questões que basicamente dariam uma moralizada na questão dos partidos políticos no País e, ao mesmo tempo também, barateariam, de forma significativa, as campanhas eleitorais.

Mas aqui quero saudar uma modificação que, nessa nanorreforma eleitoral, nos preocupava muito. Quando ela foi, pela primeira vez, anunciada no colégio de Líderes, eu, na condição de Líder do PSB, imediatamente manifestei a posição contrária do nosso Partido em relação a qualquer redução de prazos da campanha eleitoral.

A campanha eleitoral é um dos momentos mais importantes da atividade política. É um momento em que os candidatos se apresentam livremente à sociedade, com todas as suas propostas. É um momento de debates, de indagações, de formulações, de mobilizações, e, portanto, qualquer restrição ao prazo da campanha eleitoral é, na verdade, uma restrição ao livre exercício da democracia, ao livre exercício das manifestações de ideias dos candidatos a cargos eletivos.

E é claro que, se aprovássemos alguma coisa nesse sentido, estaríamos provocando, às vésperas da eleição, um grande casuísmo eleitoral, porque é claro que, embutido nisso, estaria o objetivo de prestigiar ou de privilegiar aqueles que estão no poder, que têm visibilidade, uma exposição muito maior – isso é óbvio – e que, como é cultura no nosso País, utilizam recursos milionários nas publicidades, seja da União, seja dos Estados ou dos Municípios.

Portanto, isso iria reduzir o valor da democracia, o valor da igualdade de condições no processo democrático. Nesse sentido, quero cumprimentar o Relator da matéria, por ter corrigido isso, e também o autor da matéria, por ter concordado em retirar isso, o que, desde o primeiro momento, manifestamos como a grande preocupação do Partido Socialista Brasileiro.

É claro que todas as medidas – todas, absolutamente todas – que forem iguais para todos, que não vão prejudicar determinados candidatos ou que não

signifiquem nenhum casuísmo eleitoral e que efetivamente reduzam o preço das campanhas terão de nossa parte todo o apoio.

Esse é um grande problema. Nós precisamos, efetivamente, reduzir o preço das campanhas, até para democratizar as oportunidades de participação no processo eleitoral.

Entendo que há um avanço importante, introduzido a partir de uma iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares, que é a de reduzir o prazo, que antes era cinco dias, para 24 horas da apresentação da ata da reunião.

Certamente serão as 24 horas mais intensas do processo eleitoral, porque sabemos que, infelizmente, ainda há no Brasil um comércio de atas, de partidos, de legendas de aluguel, que negociam os seus apoios em troca de tempo de televisão, em troca de recursos financeiros, enfim. E essa questão certamente será reduzida com essa proposta do Senador Valadares incorporada nesse projeto.

Entendo também que a ampliação, a limitação para a troca de candidatos, que hoje pode ser feita até quase à véspera da eleição, para um prazo de 20 dias, isso também permitirá uma informação melhor para o eleitor, que poderá saber efetivamente em quem está votando, e não ser ludibriado, muitas vezes, em função de uma troca de candidato às vésperas do pleito.

Portanto, aqui eu quero manifestar, Sr. Presidente, a nossa concordância com várias questões trazidas por esse projeto que contribuem para reduzir o preço da campanha. Vamos estudar o tema com maior profundidade ao longo da semana.

Quero cumprimentar o esforço do autor e do Relator dessa matéria, mas registrando o nosso alívio com a retirada desse artigo que nos preocupava muito: a ideia de reduzir os períodos das campanhas eleitorais. Isso, sim, traria enorme prejuízo à democracia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Passo a palavra ao próximo inscrito, Senador Cássio Cunha Lima. V. Ex^a tem o prazo regimental.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não tive tempo ainda de me debruçar sobre a proposta – eu a recebi há poucos instantes. Mas, naturalmente, há de se louvar sempre a tentativa, o esforço, o trabalho, a dedicação dos que se envolveram na sua elaboração.

O princípio geral da ideia, pelo que pude depreender, é a redução dos custos de campanha. Até aí, tudo bem, desde que não estejamos discutindo algo

que, a rigor, ataque apenas despesas periféricas, realizadas em uma eleição.

Na prática, o que acontece é isto: ao longo do tempo, o Congresso Nacional vem proibindo a utilização de determinados instrumentos de divulgação por parte dos candidatos e dos partidos, sempre com o argumento de redução de custos. E, na verdade, você termina criando um ambiente onde quem já é mais conhecido – e os mais conhecidos estão aqui, porque já foram eleitos – termina levando vantagem em relação aos postulantes de primeira viagem; aos candidatos e candidatas que estarão disputando, pela primeira ou segunda vez, um pleito eleitoral.

Eu vou fazer a análise da proposta. Já identifiquei algumas iniciativas louváveis, como, por exemplo, a proibição de pintura de muro, uma despesa extremamente onerosa, sobretudo para quem, como eu, cumpre rigorosamente a lei e, depois, tem de cobrir os muros que foram pintados. Existem mecanismos mais modernos para difundir, mais do que o nome e número de um candidato.

O que me preocupa é exatamente este aspecto: estamos olhando apenas para os itens que permitem a promoção e a divulgação do nome e do número dos postulantes, uma vez que todos nós, no dia da eleição, nos transformamos em um número. E a pergunta fundamental é: onde fica o espaço para a divulgação das ideias, das propostas, dos programas, dos conteúdos programáticos que os partidos e candidatos devem apresentar de forma ampla, transparente e clara para a sociedade?

Acredito que lá fora receberemos críticas, porque estamos fazendo um arremedo. Não se pode chamar isso sequer de reforma; é um arranjo que se faz, sem atacar os pontos fundamentais do problema político brasileiro ou da reforma política exigida há muito pelo povo brasileiro.

Para concluir – teremos mais debates na próxima quarta-feira –, quero, com o tempo escasso que foi ofertado, apresentar algumas sugestões, algumas emendas, mas deixar aqui lembrado algo que defendo já há algum tempo. Enquanto o Congresso Nacional não se deslocar do cotidiano, do aqui e agora, nós não conseguiremos fazer reforma política, reforma tributária, por uma razão simples e inata do homem: há sempre um espírito de defesa; há sempre uma reação natural àquilo que lhe atinge.

O ideal, portanto, é que possamos aproveitar as mentes iluminadas que aqui se encontram, os homens e as mulheres de bem que formam – tenho certeza – a maioria deste Parlamento, para que façamos um desenho de reforma política que vigore daqui a 12 anos, Pedro Taques. Eu venho defendendo isso des-

de a Constituinte, e me convenci de que, toda vez que nós tentamos fazer uma reforma política, ou mesmo a tributária – eu acho que são as duas com o mesmo problema –, com efeito a médio e curto prazo, elas não passam, porque, por uma reação humana, cada um olha para seu Estado, olha para seu Município, olha para sua circunstância eleitoral e termina sem criar um ambiente de consenso.

Os 12 anos permitem que todos estejam livres dos seus mandatos: oito mais quatro. Então, quem tem um mandato mais longo de Senador – no nosso caso, de oito anos –, prefeitos, Presidente da República, governadores, que potencialmente podem ter mandato de oito anos, não serão atingidos por aquelas normas. Há quem diga: “mas 12 anos é muito tempo”. Já passamos o dobro desse tempo da Assembleia Nacional Constituinte. Já são 25 anos. Se assim tivéssemos feito lá atrás, em 1988, já estaríamos com esse modelo redesenhado. Então, acredito que o que vamos fazer aqui é um arremedo, é um desenho, é um rabisco de reforma que não é reforma a rigor; são apenas medidas pontuais.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/ PDT – MT) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/ PSDB – PB) – Claro, com muita honra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/ PDT – MT) – Concordo inteiramente com V. Ex^a. Nós não vamos mudar nada se Deputados e Senadores têm interesse. E essa minirreforma é uma perfumaria, com todo o respeito. Vai mudar tamanho de cartaz. Não é disso que nós precisamos. Quero concordar inteiramente. Vou estudar nesta semana essa minirreforma eleitoral – não é reforma política.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/ PSDB – PB) – Política, claro.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/ PDT – MT) – Não é reforma política. E quero concordar inteiramente com V. Ex^a.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Antes de concluir, V. Ex^a me permite apenas uma brevíssima observação? Esse é um tema que eu costumo dizer complexo por natureza, mas essa complexidade se vê agravada porque encontra na Câmara dos Deputados, no momento da discussão, 513 especialistas e 81 também profundos especialistas no Senado da República. Então, não nos assustemos com o tempo demandado para que cheguemos a algum consenso.

Eu tenho conversado com o Relator Jucá, com V. Ex^a, Senador Cássio, um dos mais brilhantes membros da nossa Bancada, dirigente do Partido que é, conhecedor profundo também das regras eleitorais. Eu apenas me opus de pronto a qualquer medida

que signifique a diminuição do tempo da propaganda eleitoral, da possibilidade do debate e do embate. Nós sabemos – temos aqui que ser francos, e digo isso na condição, inclusive, de correligionário do Governador do meu Estado – que obviamente a diminuição do tempo favorece, independentemente da utilização maior ou menor da máquina pública ou maior ou menor dos espaços de comunicação pelo governante de ocasião, mas obviamente, de alguma forma, privilegia aqueles que estão no momento no poder, que são detentores de mandato – repito –, independentemente de utilizarem ou não esse mandato para fins eleitorais. Portanto, na busca de uma isonomia maior – se é que esse termo possa ser utilizado, porque isonomia com o princípio da reeleição jamais existirá –, pelo menos minimiza a diferença, minimiza a inferioridade com que os opositores têm de entrar no processo eleitoral.

Portanto, de pronto essa me parece uma questão dentro dessa maquiagem à qual se referiu o Senador Pedro Taques, dessa perfumaria... Está tudo na mesma loja. As prateleiras estão ao lado.

Mas, na verdade, essa me parece uma questão mais de fundo. Portanto, houve uma posição nossa, que espero possa ser acompanhada pelos demais companheiros, de que mantenhemos o período da propaganda eleitoral, em especial a propaganda televisiva, nos parâmetros atuais.

Era apenas essa a observação que gostaria de fazer, Senador Cássio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/ PSDB – PB) – Eu agradeço a valiosa contribuição do Senador Aécio, sempre oportuna, e igualmente, a não menos valiosa do Senador Pedro Taques.

Concluo, Presidente, apenas para não tomar muito mais tempo, manifestando uma preocupação sobre as restrições que existem na legislação sobre o que chamamos de inserções comerciais.

(Soa a campanha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/ PSDB – PB) – Acredito que deveria haver – e vou propor, no tempo próprio, de forma obviamente tempestiva essas modificações, para que as regras que servem para o programa propriamente dito sirvam também para os chamados comerciais, as inserções. É uma incongruência permitir-se que, no programa, computação gráfica, imagens externas sejam realizadas, e, nos comerciais, haja uma vedação nesse sentido. Não tem lógica. E aí, os publicitários, com sua imensa criatividade, ficam encontrando formas de burlar a legislação.

Acredito que temos de, pelo menos neste instante, criar um consenso de uma postura um pouco mais liberal, um pensamento liberal, na acepção mais pura da doutrina liberal, em vez de o Estado controlar tudo,

o Estado mandar em tudo. Isso precisa ser incorporado, definitivamente, no Brasil, que tem um povo que, na sua essência, no seu âmago, na sua raiz, tem uma visão liberal da sua vida, sem que o Estado esteja interferindo – como V. Ex^a, Presidente, disse, há poucos instantes – até mesmo no tamanho de um cartaz que eu possa afixar na minha casa.

Tenho, graças a Deus, uma acolhida na Paraíba que me encanta: recebo manifestações espontâneas, manifestações comoventes, que tocam o coração, de campanhas que movem multidões. Os showmícios foram proibidos – eu conversava com o Senador Magno há poucos instantes –, mas, graças a Deus, mesmo sem artistas locais ou de renome nacional, na Paraíba, em Campina Grande, faço ainda concentrações públicas com 5 mil, com 10 mil, com 15 mil pessoas, por força de um trabalho que é feito, há muito tempo, com transparência, com seriedade.

E colocar o Estado para, cada vez mais, controlar, monitorar, limitar a ação desse debate, a transmissão dessas ideias favorece – desculpem a franqueza, e concluo com isso – apenas os que já estão aqui, e me incluo entre eles. A norma, como está sendo criada, vai beneficiar, de forma clara, os que já são conhecidos, os que já são renomados, em prejuízo daqueles que estejam querendo iniciar uma trajetória na vida pública.

E precisamos de alternância, precisamos de renovação, precisamos dar oportunidade aos mais jovens, a esses jovens que foram para as ruas e que estão distantes da política, para entrarem nela. E, para que isso aconteça com êxito, eles precisam ter espaço para difundir não apenas os seus nomes e números, mas, sobretudo, as suas ideias.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Cássio Cunha Lima.

A V. Ex^a assiste razão. O fato de nós limitarmos a expressão, principalmente daqueles que estão fora do processo político, reduzindo a participação nos debates, acho que temos de rever, de fato, e acho que precisamos... Sabemos, por exemplo, que as redes sociais serão um instrumento ou o meio de maior debate político da história deste País. Não tenho dúvida de que 2014 será pautado pelas redes sociais.

Passo, agora, a palavra ao Senador Eduardo Lopes, próximo inscrito, pelo tempo regimental.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – Sr. Presidente, agradeço.

Nós conversamos a respeito desse projeto em uma reunião de Líderes, e eu lembro bem que, na última sessão, antes de entrarmos em recesso, o Presidente do Senado, Renan Calheiros, falava sobre essa

questão eleitoral e essa questão política – a reforma política e a reforma eleitoral.

É claro que qualquer mudança no sistema eleitoral vai depender, exclusivamente, de PEC, e isso seria impossível para qualquer coisa, pensando-se na próxima eleição. Daí foi conversado, então... Ele disse isso em plenário, depois nós também falamos na reunião de Líderes, com respeito a essas mudanças, que, realmente, não vamos chamar de reforma, mas são realmente mudanças no sentido da campanha eleitoral, no sentido desse momento específico da campanha. E o objetivo maior é a redução de custos.

Então, sabemos, por exemplo, da questão das placas. Já vi que vai ser muito debatida a questão do uso, em bens particulares – o próprio Senador Sérgio falou sobre isso, e, agora aqui, o Senador Cássio Cunha Lima também; quer dizer, essa questão do bem próprio, do bem particular, vai ser discutida.

Uma questão importante – e creio que aqui todos vivem isso –, falando do Rio de Janeiro, por exemplo, é que se estabeleceu o fim da propaganda em *outdoor*, e mantiveram-se os quatro metros quadrados permitidos para propaganda tanto em veículo, no seu envelopamento, quanto também daqueles mini *outdoors* que ficam nas ruas, nessa medida de quatro metros quadrados. Acho que a melhor adequação seria a seguinte: nos bens particulares, poder-se-ia manter algo em torno disso, mas, nas ruas, isso traz uma grande dificuldade, porque esse material, que é feito com *plotter*, com lona, com uma estrutura de ferro ou de madeira, realmente, é um dos mais caros da campanha. Além do mais, ainda é exigido que alguém fique tomando conta dessa placa. Então, você tem o custo da placa e ainda tem de manter uma pessoa cuidando da placa. Em alguns lugares, alguns juízes exigem isso. Se não tem alguém tomando conta, a placa é arrancada, é recolhida, o candidato é multado, e você tem, portanto, dois gastos. A mão de obra, na contratação dos cabos eleitorais, também é uma parte muito cara dentro da eleição, e você tem de colocar essa pessoa tomando conta de cada placa, ou, no máximo, duas placas dobradas, mantendo-se os quatro metros quadrados.

Acho um avanço, realmente, você tirar as placas das ruas, sejam cavaletes, sejam essas placas de 2x2 ou 1x4. E, nos bens particulares – claro, como foi citado aqui, é uma propriedade –, não podemos limitar isso. Se eu quero colocar uma placa do meu candidato na fachada da minha casa ou no muro da minha casa, eu teria esse direito.

Portanto, foi neste sentido: diminuir o custo das campanhas eleitorais. Eu acredito, repito e reafirmo que a retirada dessas placas de quatro metros qua-

drados, com pessoas tomando conta delas, vai trazer uma redução muito grande para a campanha.

Com respeito aos veículos, ficou da mesma forma: não sendo permitidos mais os quatro metros quadrados no envelopamento dos carros, mas, sim, um adesivo.

Eu estava olhando aqui – inclusive foi uma emenda minha – e creio que me enganei na hora em que fiz o texto, que será corrigido. A medida 50x40 já é uma medida razoável. Se você colocar o adesivo 50x40 no vidro traseiro, atrapalha a visibilidade do motorista. Por isso, vou refazer essa emenda. Normalmente, os adesivos que são usados nos veículos têm, mais ou menos, 15x40, 15x50, pouco maior do que a placa que identifica os nomes aqui. Esse adesivo, sendo de 15cmx40cm, mais extenso do que alto, não atrapalhará a visibilidade do motorista, e é aí que entra a minha emenda pedindo para que seja liberado o adesivo chamado microperfurado – em alguns lugares, chamam-no de *perfurador*. Por quê? É um material de que eu gosto muito, porque traz uma boa visibilidade, como existem, hoje, as propagandas em táxis, que usam seus espaços também para propaganda. No microperfurado, de fora, você tem a visibilidade perfeita da propaganda, e quem está conduzindo o veículo em nada é atrapalhado na visibilidade no retrovisor.

Vou refazer a emenda, tratando a medida do adesivo em 15x40 ou 15x50, algo assim, e colocando, mais uma vez, a questão do microperfurado que pode ocupar o espaço total do vidro traseiro de cada carro. Não dá para especificar a medida do microperfurado, porque cada veículo tem uma medida diferente de vidro traseiro. Quando se coloca que é possível ocupar todo o vidro traseiro, atende-se a todos.

Nesse sentido, quero fazer a minha manifestação. Vamos discutir realmente isso.

E termino. Vou defender a questão do fim das placas nas ruas, na medida 2X2 ou nos quatro metros quadrados, e vou defender a questão de liberarmos a utilização do microperfurado no vidro traseiro dos veículos. Essa é a minha manifestação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Eduardo Lopes.

Com a palavra, o Senador Alvaro Dias.

Na sequência, temos o Senador Humberto Costa.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, a autocritica é necessária. É visível o constrangimento de todos nós, quando debatemos reforma política, porque estamos devendo, e devendo muito, Senador Magno Malta. Há quantos anos debatemos reforma política, e ela não ocorre?

Mas temos que, evidentemente, registrar que não podemos gerar falsa expectativa, quando anali-

samos um projeto dessa natureza. Precisamos deixar registrado que não estamos fazendo reforma política; estamos discutindo alterações de normas que regulam o processo eleitoral. Portanto, estamos tratando daquilo que é o mínimo diante do máximo, que seria conferirmos ao País um modelo político compatível com as exigências da nossa sociedade. Portanto, não podemos gerar falsa expectativa.

Imagino que o ideal seria, nesta hora, celebrarmos um pacto político – as forças políticas, Senador Suly, os partidos do Governo, da oposição, na Câmara e no Senado, com a Presidência da República – para que o próximo Congresso seja responsável pela promoção da reforma política. Estaríamos, dessa forma, elegendo, de forma direta ou indireta, Constituintes; os eleitos estariam constituídos para promover a reforma política no País.

O atual Congresso me parece estar contaminado em relação a essa matéria, sobretudo; não tem autoridade que se exige para a reforma. Estamos sob a égide de um presidencialismo forte, e é inevitável a participação da Presidência da República no processo, do Poder Executivo. No presidencialismo forte, quando não há interesse direto de quem preside o País, grandes reformas não ocorrem. Sem a presença, a liderança, a articulação política, a busca do consenso pela Presidência da República, as grandes reformas ficam no papel.

Particularmente, tenho convicção de que essa proposta, se aprovada aqui no Senado, ficará na Câmara, aguardando vez; não será aprovada para o pleito de 2014.

Há questões que são essenciais. Fala-se em custo de campanha, mas, ao falarmos em custo de campanha, estamos discutindo qual a forma de financiamento da campanha eleitoral; não estamos resolvendo essa questão. Falamos em custo de campanha, mas não confessamos que o maior custo da campanha é naquela fase preliminar quando os candidatos buscam as alianças e procuram somar siglas que não contribuem com o patrimônio eleitoral – que muitas vezes não possuem –, mas contribuem com seu tempo de televisão, e passam a vender o tempo de televisão e de rádio. Um projeto de minha autoria que foi rejeitado nesta Comissão impedia se contabilizasse o tempo de televisão dos partidos coligados na eleição majoritária. Só contabilizaria, para efeito do tempo, o tempo do partido do candidato majoritário e do seu vice.

Essa é uma questão essencial que não podemos ignorar. Não podemos falar em reforma política sem abordarmos a necessidade da construção de verdadeiros partidos políticos, porque o que temos, hoje, são siglas para registro de candidaturas, partidos sem

identidade programática, partidos comandados a partir da cúpula. São partidos cartoriais que se reúnem em *petit comité* e decidem a vida de todos os seus líderes e de todos os seus militantes. Isso é essencial numa reforma política.

No processo de escolha de candidatos, nós temos que avançar para as primárias ou as prévias, que sejam, democratizando os partidos políticos, ampliando o poder de influir dos seus militantes, valorizando as suas lideranças.

O voto facultativo, por exemplo. Por que nós fugimos desse debate? Não é hora de adotarmos o voto facultativo? Já não houve uma evolução, conscientização política, que nos permita oferecer ao eleitor a liberdade de decidir se deve votar ou não votar? Não temos nós de concorrer com competência para convencer o eleitor de que é importante a participação dele? Ou queremos abdicar desta responsabilidade de ter competência de convencer?

Enfim, são questões que não são tratadas neste momento. E eu imagino que o ideal seria transferir a responsabilidade da realização da reforma política ao Congresso a ser eleito em 2014, porque nós teríamos um Presidente energizado pelas urnas, com entusiasmo e disposição para comandar o processo e teríamos um Congresso também oxigenado pelas urnas. Nós teríamos a possibilidade de ver os postulantes debatendo na campanha eleitoral as suas propostas de reforma política, porque é a matriz de todas as reformas.

Ao discutirmos reformas no País – e elas são várias –, a matriz de todas elas é a reforma política. E nós teríamos esse debate na campanha eleitoral. O eleitor, ao votar, estaria exigindo do seu eleito o compromisso de promover esta reforma. Nós teríamos uma reforma política certamente com maior eficiência e legitimidade.

Enfim, Sr. Presidente, não vamos analisar os detalhes desta proposta. Ela tem este objetivo, sim, de reduzir o custo da campanha, mas nós temos que reduzir o custo com eficiência, sobretudo com respeito ao eleitor brasileiro.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Eu acho que a reforma política passa por uma reflexão muito mais profunda, Senador Alvaro. Veja só: partido político. A regra hoje é de que nós votamos em partidos políticos. Isso está na regra. Mas o fato é que nós votamos nas pessoas. Nós votamos nos candidatos. Não votamos mais em um partido.

O que é partido político? O que é ideologia? Onde surgiu? Era um grupo de pessoas que tinham a mesma ideia, uma mesma causa e assim defendiam. Hoje, no Brasil, qual é a ideologia partidária dos partidos?

Elas votam, de fato, num partido. Fidelidade partidária. Eu acho que essa é a discussão que nós temos de retomar, porque o cidadão brasileiro está votando no candidato, no outro cidadão, e não no partido.

Então, nós temos que repensar. Mas eu ouvi uma máxima quando eu cheguei ao Senado, há dois anos e pouco, de que nós estávamos aqui debatendo reforma política exaustivamente, dizendo assim: “Olhem, vocês foram eleitos por esse sistema. Vocês vão alterá-lo?” Eu acho que nós temos que ter coragem talvez de acatar essa sugestão de V. Ex^a, que é criar ou eleger, na próxima legislatura, o Congresso para que tenha por finalidade também promover a reforma política. É inteligente. Nós devemos debater isso.

Na sequência, os demais oradores inscritos.

Senador Humberto Costa, V. Ex^a tem a palavra pelo tempo regimental.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu também me associo àqueles que, de certa forma, se mostram extremamente insatisfeitos com o fato de, depois de tantos debates, tantas conversas, nós nos reduzirmos a essa verdadeira perfumaria em relação ao sistema eleitoral brasileiro. Mesmo assim, melhor essa perfumaria do que nada. E, por essa razão, acho que devemos fazer esta discussão.

Eu, naturalmente, irei apresentar também, como outros Senadores, emendas para tentar melhorar este projeto. Mas eu queria, mais do que apresentar emendas, chamar a atenção para algumas questões. E eu espero que o Relator as leve em consideração.

Primeiro, sobre essa questão que diz respeito à filiação automática e desfiliação automática, mesmo que seja desejável que nós possamos eliminar o que hoje ocorre quando é preciso comunicar ao partido, enfim, mas eu acredito que é necessário que se faça algum tipo de comunicação à Justiça Eleitoral, num determinado prazo, até para evitar que aconteça, como acontece muitas vezes, de alguém ir se filiando a diferentes partidos num espaço de tempo curto, tentando escolher o que for melhor para as suas pretensões eleitorais.

Segundo, no que diz respeito à possibilidade de aplicação dos gastos das fundações partidárias em outras atividades, eu vejo um pouco temerária essa proposição, porque o que pode acontecer é de, numa decisão partidária, a fundação, por decisão própria, não aplicar integralmente os recursos a que tem direito, e, com isso, esses recursos serem aplicados em outras atividades, em especial, em campanhas eleitorais. Eu acho que tem de haver algum tipo de ressalva em relação a isso ou, simplesmente, retirar esses artigos que dizem respeito a isso.

Eu sou defensor de que tenhamos uma campanha eleitoral mais curta, realmente. Não a de televisão e rádio; essa deveria manter-se no espaço dos 45 dias, porque, na verdade, já não são 45 dias. É a metade disso, porque a campanha para Presidente e governador acontece num dia; para Deputados e Senadores acontece em outro; no Município, para prefeito e vereadores é, também, dessa forma.

Então, reduzir mais ainda esse tempo eu creio que não é bom. Ainda bem que o projeto abandonou isso. Mas, quando nós pudermos, nós deveríamos, o mais imediatamente possível, reduzir o tempo da campanha eleitoral como um todo, até porque o tempo na televisão e no rádio é quando a campanha começa na verdade. Mas aqueles 45 dias terríveis para os candidatos, antes do início da campanha pela televisão, realmente, não vejo sentido que continuem a acontecer.

Outra coisa que me causa preocupação é essa regulamentação da campanha antecipada, principalmente, quando fala da possibilidade de cobertura dos meios de comunicação social. Se há uma coisa boa na campanha, principalmente para os menores partidos, para os candidatos novos em disputas majoritárias, é que todas as atividades têm que ser cobertas igualmente pelos meios de comunicação social. Imagine se vai ter a mesma importância o debate entre candidatos ou pré-candidatos de um pequeno partido e os candidatos ou pré-candidatos dos grandes partidos. É óbvio que isso vai criar uma condição de desigualdade extrema.

Além do mais, ainda, é subjetivo definir o que é ou não o pedido de votos. Eu preferiria que esse tema não fosse objeto de uma regulamentação diferente da que há hoje.

E, por último, eu não entendi muito bem aqui, o §2º do art. 37, quando fala da proibição de veiculação de propaganda eleitoral em bens particulares. Eu sou francamente favorável a que se proíba. O que a gente sabe, na prática, é que a maioria das pessoas que deixam pintar o muro da sua casa cobram por isso. A maioria das pessoas que botam uma placa de um candidato sequer votam nele, e cobram por isso. E isso é um verdadeiro absurdo.

Agora, é um absurdo também continuar a possibilidade de colocação de placas em vias públicas. Nós temos que acabar com isso. Nós acabamos com o *outdoor* sob a alegação de que ele era caro e de que ele criava uma situação de desigualdade. No entanto, essas placas de metal, que nós temos de botar no meio da rua, com alguém para tomar conta, sujando as calçadas, é um absurdo maior ainda!

Então, teria de ficar claro aqui, nesse §2º do art. 37, que é proibido fazer isso em bens particulares, mas

em bens públicos também. Tem que acabar isso. Isso é de uma desigualdade extrema.

Na última eleição lá em Recife, para a prefeitura municipal, um dos candidatos após uma tal quantidade de placas no meio da rua que talvez só aquele ali tenha sido o custo de toda a campanha eleitoral dele, enquanto os demais nem tinham condição de fazer isso, nem havia espaço para fazê-lo.

Então, eu queria pedir ao Relator que coloque claramente que a proibição de aposição de faixas, de placas, de tudo isso se estende aos bens públicos, às calçadas, às ruas, a tudo, enfim, que pudesse caracterizar esse abuso do poder econômico, sob pena de a gente não estar, de fato, reduzindo os gastos de campanha, os custos de campanha. Então, eu apresentarei emendas em relação a esses temas, mas acredito que, mesmo que a reforma venha a ser um pouco mais limitada, é preferível que ela de fato comece a acabar com os abusos das campanhas eleitorais.

Por último, eu pretendo analisar a possibilidade – não sei como é que se poderia fazer – de inibirmos esse assalariamento nas campanhas eleitorais. Isso é um absurdo! Já houve casos de vereadores, em determinados Municípios, que contratam o número de pessoas suficiente para lhe dar os votos necessários a se elegerem. Isso é um verdadeiro absurdo! Isso é um absurdo! Isso é um crime. Nós teríamos que regulamentar isso, para que houvesse, pelo menos, uma limitação do número de pessoas contratadas para participar de uma campanha eleitoral. Na verdade, o ideal é que quem fizesse campanha fosse militante político, pessoas defendendo as suas ideias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

O próximo inscrito é o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Souza, eu gostaria de refletir, com respeito à limitação do abuso do poder econômico nas eleições, nas campanhas eleitorais. Será muito importante que nós levemos em consideração as sugestões que, por exemplo, o Movimento Eleições Limpas tem realizado e nos proposto.

Com base nessas recomendações, o Senador Jorge Viana apresentou o Projeto de Lei nº 264, de 2013, que havia até sido objeto de requerimento de V. Ex^a, Senador Sérgio Souza, para que fosse apensado ao projeto do Senador Cristovam Buarque. Mas, ontem, V. Ex^a mesmo ponderou que poderíamos examinar o projeto do Senador Jorge Viana e eu, inclusive, empenhei-me para que pudesse ser apreciado ainda hoje. Mas eu vou fazer um apelo, já que hoje não temos o quórum necessário...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Eduardo, o Senador Vital do Rêgo, Presidente desta Comissão, antes de se ausentar por uma questão de saúde, me pediu para dizer a V. Ex^a que vai ser atendido o pedido de V. Ex^a, mas será incluído na pauta da próxima semana, que é uma pauta temática, que vai debater esse tema especificamente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Exatamente. Muito bem. Era o pedido que eu ia fazer, já então atendido.

Mas gostaria de ressaltar que eu dei o parecer favorável ao projeto do Senador Jorge Viana, que proíbe a contribuição de pessoas jurídicas para as campanhas eleitorais. Retiro o item que ele diz que só seria válido para depois das eleições de 2014, porque a minha intenção é de que possamos, inclusive, votar essa matéria. Se for votada semana que vem, na quarta-feira, teremos tempo ainda. Como será apreciada em caráter terminativo, uma vez aprovada no Senado, poderá ser encaminhada à Câmara dos Deputados, para que, ainda em setembro, se vote essa matéria positivamente.

E eu acrescento à proposta do Senador Jorge Viana outra, também sugerida pelo Movimento Eleições Limpas, segundo a qual cada cidadão, cada eleitor pode contribuir com até R\$700,00, uma quantia módica, próxima ao valor de um salário mínimo, para as campanhas de cada partido político ou candidato.

Então, acredito possamos, na próxima semana, ter esse projeto. Agradeço.

Agradeço, também, se puder ser designado o Relator e se puder o Relator apreciar, até a semana próxima, o outro projeto de lei, de minha autoria, segundo o qual todas as contribuições aos partidos políticos e candidatos venham a ser registradas, em tempo real, nas respectivas páginas eletrônicas, ou sítios eletrônicos, de cada partido e candidato. Assim, quando chegarmos às vésperas das eleições, todos os eleitores e a opinião pública poderão saber a natureza do financiamento de cada partido e de cada candidato da forma mais transparente possível.

Então, gostaria de deixar este registro também, Sr. Presidente, para que também seja considerado. Precisa ser designado, ainda, o Relator, se já não o foi, deste outro projeto de lei, de minha autoria: transparência, em tempo real, das contribuições aos partidos políticos e candidatos.

Muito obrigado, Presidente Sérgio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra, o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Sr. Presidente, da mesma forma que o

Senador Humberto Costa começou falando, isso aqui, na verdade, não é uma reforma política, não dá nem para chamar de reforma eleitoral, mas acho que é uma discussão importante.

É claro que o Brasil exige uma discussão mais a fundo sobre uma reforma política, que é muito mais do que uma reforma eleitoral: a discussão, por exemplo, de uma democracia cada vez mais participativa, sem se contrapor com a democracia representativa; a discussão de canais de participação pela Internet.

Aprovamos, agora há pouco – eu fui o Relator –, um projeto do Senador Rodrigo Rollemberg que fala da figura da iniciativa popular para a PEC. Só que nós colocamos, dentro desse projeto do Senador Rodrigo Rollemberg, a possibilidade de colher assinaturas por meios eletrônicos, pela Internet. Há vários outros projetos aqui nesse sentido.

A discussão de fundo é a discussão sobre financiamento público, sobre proibição. E, aí, há a campanha feita pela OAB contra a proibição de contribuição de empresa a partir de um determinado valor, como bem falou o Senador Eduardo Suplicy. Esse debate nós temos de enfrentar.

Agora, acho que é muito importante essa iniciativa do Senador Romero Jucá, porque temos de trabalhar também no que é possível ser aprovado, até o final de outubro, no Senado e na Câmara Federal.

Tomei conhecimento da última versão agora e vou estudar para a próxima reunião de quarta-feira. Sei que houve o pedido de vista coletiva. Agora, acho que o Senador Valdir Raupp, em conjunto com o Senador Romero Jucá, tirou pontos que considero muito importantes.

No início, o Senador Romero Jucá falava em redução do tempo de televisão, de 45 dias para 40 dias. É um erro. Essa é uma conquista democrática. Programa de televisão, temos de manter os 45 dias. Ele recuou dessa posição.

Começou, também, querendo adiar por um mês o prazo das convenções e diminuir a campanha de três meses para dois meses. De fato, a tese de diminuir a campanha para dois meses é simpática para todos que escutam e para nós também. Isso ajuda a reduzir os custos da campanha. Só que havia ali um problema. Se adiássemos em um mês as convenções partidárias e diminuíssemos a campanha para dois meses, teríamos um problema legal: como fazer uma convenção partidária, começando a campanha imediatamente depois, se, depois de 15 dias, já teríamos que começar o programa de televisão? O problema era de contratação inclusive. Os partidos e as candidaturas iam ter um problema legal. A convenção confirmaria a candidatura ali, naquele prazo de dois

meses, e teríamos 15 dias para contratar as equipes de televisão e começar a elaboração dos programas. Sabemos que a elaboração dos programas de televisão começa muito antes.

E haveria outro problema também. No projeto inicial do Senador Romero Jucá, era permitido ao governante fazer a inauguração até o último momento; ou seja, você poderia fazer inaugurações. Hoje, no prazo dos três meses que antecedem a eleição, não se podem fazer inaugurações. Do jeito que ele tinha apresentado, você poderia ficar dois meses antes fazendo inaugurações.

E aqui nós conhecemos o Brasil real. Lá, nas eleições nos Municípios, há – nós sabemos – governantes que marcam, no último mês possível, 300 inaugurações, inauguração de manhã, de tarde, de noite. Então, dar um mês a mais seria aumentar muito a vantagem de quem está no governo.

Ontem, eu conversava com o Senador Aécio Neves, que reclamava desse ponto, com razão. A oposição precisa ter direito de ter os seus três meses de eleição para colocar o debate. Vai ter os 45 dias finais com programa de televisão e os 45 dias anteriores sem o programa de televisão. Então, eu também considero esse recuo feito pelo Senador Romero Jucá muito importante. É um projeto que se restringe a poucos pontos, mas a pontos importantes.

A proibição de placas, Senador Eduardo Suplicy, não é secundária; é um gasto gigantesco em todas as campanhas. Agora, é a moda. Nas últimas eleições, há regiões em que a placa é de casa a casa. Esse não é um gasto secundário. Eu diria que é um gasto que se aproxima do gasto de um programa de televisão. Então, eliminar as placas e esse tipo de propaganda – aqui fala-se em bens particulares, e eu acho que é preciso proibir nas ruas também – é um debate que nós temos que fazer com o Relator na próxima quarta-feira. E eu acho que isso vai ter um grande impacto na redução dos custos da campanha. E digo mais: não tem serventia alguma essa placa; ninguém ganha eleição por placa. Sabe o que acontece? É aquele tipo de coisa que só funciona porque o adversário colocou a placa lá e você também tem que colocar, mas ninguém vota porque a pessoa tem uma placa ali. Agora, se você não coloca, fica sem volume de campanha. Então, eu acho que a retirada desse ponto é muito importante.

Agora, eu diria, Senador Suplicy, para avançar, Senador Wellington Dias, nesse tema de barateamento das campanhas, que há um ponto central: contratação de pessoal. Em alguns lugares, há comunidades de 20 mil pessoas, bairros com 20 mil pessoas. Há candidatos a vereador, a deputado que, nesse bairro de 20 mil pessoas, nos últimos 15 dias de campanha,

contratam 2 mil pessoas para trabalhar com eles. De 20 mil, contratam 2 mil. É quase uma compra de votos. O Senador Wellington Dias riu aqui. É quase... Mas é isso que está acontecendo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Governo/PT – PI) – Nesse caso aí, não é quase.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Governo/PT – RJ) – Então, eu quero trazer para esse debate aqui a experiência da vida real, de lá, de um prefeito de Nova Iguaçu, da Baixada Fluminense, que roda aquele Estado todo. O que está acontecendo é isso. São máquinas gigantescas. Então, há candidatos que seguram os recursos para os últimos 15 dias. Para quê? Para contratar pessoal.

Então, nós estamos dando um passo importante em relação às placas, mas tínhamos de avançar nessa coisa de pessoal também. Eu acho que pode existir um consenso entre todos os partidos em relação a isso aqui. Isso pode ajudar muito a baratear as campanhas, a impedir compra de votos. Acho que esse ponto...

Eu vou conversar com o Senador Romero Jucá, com o Senador Valdir Raupp. O Senador Romero Jucá tem uma qualidade, nesse debate todo: ele é muito aberto ao debate. Ele foi retirando vários pontos, escutando a colaboração de todos. Eu acho que é uma reforma limitadíssima, mas que pode ter um importante papel.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Permite-me um aparte, Senador Lindbergh?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Governo/PT – RJ) – Claro, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Senador Lindbergh, eu acho que o que V. Ex^a está colocando é apropriado.

O Senador Romero Jucá é um dos mais experientes Parlamentares aqui do Senado, é muito dedicado, conhece a prática parlamentar, os procedimentos, a sistemática, e conhece a chance real de se aprovar ou não aprovar um projeto.

Qual é o espírito desse projeto? É conseguir-se uma coisa mínima, viável para a eleição de 2014, porque, se a reforma política fosse levada à discussão neste momento, com esses itens dentro dela, poderia esquecer, porque não se conseguiria fazer essas matérias valerem para a eleição do próximo ano.

O que se pretende?

Destacar alguns itens que são importantes. Para o barateamento do custo de campanhas, há possibilidade de substituir o candidato, mas estabelecendo-se um prazo mínimo de 15 dias, para evitar a presepada de eleger um candidato com a fotografia de outro candidato, o que é uma coisa que nivela por baixo a classe política.

Então, coisas como essa. Acabar com o leilão entre as siglas, oferecendo-se o prazo de 24 horas para a ata da convenção, para evitar que o prazo fique de cinco dias; com o leilão estabelecido, com as siglas nanicas se oferecendo à coligação A, B e C em troca de dinheiro. Tudo isso são coisas que nós, políticos, entendemos que existem na prática e que nós, políticos, podemos fazer com que elas deixem de existir, se conseguirmos aprovar esse projeto mínimo.

Agora, ele está pronto e acabado?

Não, como V. Ex^a acabou de colocar. Com essa contribuição da contratação de pessoal, cabos eleitorais, concordo inteiramente. Agora, é uma contribuição que V. Ex^a pode dar – por isso foi concedida vista coletiva ao projeto –, para que possamos incorporar alguns mais pontos viáveis de aprovação, para vigorarem na eleição do próximo ano, porque duvido que algum Senador ou algum Deputado Federal se coloque contra sugestões como as que ele colocou ou como a que V. Ex^a está colocando, que efetivamente moralizam o processo e barateiam o custo de campanha.

Então, com essa manifestação, quero dizer que o que se objetiva aqui não é uma reforma política; é a reforma eleitoral viável de implantação em 2014. É a contribuição dos Senadores à melhoria ou ao aperfeiçoamento do processo eleitoral com vigência imediata.

Quero cumprimentar V. Ex^a – e o Senador Romero Jucá – pelo esforço que está fazendo no sentido de oferecer ao debate temas que podem melhorar a qualidade, o padrão ético, a respeitabilidade do processo eleitoral já em 2014.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu agradeço o aparte, concordo na totalidade. Acho que é isso. Tendo o Senador Romero Jucá e o Senador Valdir Raupp, agora é fazer um esforço coletivamente. Esse é o tipo de matéria que tem de ser construída com o máximo de consenso possível em todos os partidos. E acho que vai dar para avançar até a próxima quarta-feira.

Amanhã teremos um debate no plenário do Senado Federal. E é isto que o Senador Agripino falou: é uma reforma possível, que pode baratear muito, Senador José Agripino, os custos de campanha no próximo processo eleitoral.

Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Obrigada, Senador Lindbergh Farias e Senador José Agripino.

Com esse elevado debate, vamos dar por encerrada a nossa presente reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 18 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2013.

Às onze horas e dezessete minutos do dia dez de setembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Romero Jucá, João Alberto Souza, Benedito de Lira, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Lindbergh Farias, Pedro Simon, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Lídice da Mata, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Armando Monteiro, Gim e Ana Amélia, que justifica a ausência. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, faz a leitura dos seguintes comunicados: **Comunicado 1**: “Comunico a(o)s Senhores(as) Senadores(as) o recebimento de convite do Movimento Todos Pela Educação e a Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP), para o coquetel de apresentação do livro ‘Justiça pela Qualidade na Educação’, a ser realizado no dia 11 de setembro, quarta-feira, às 17h, no Conselho Nacional de Educação – CNE, SGAS, Av. L2 Sul, Quadra 607, Lote 50, Brasília-DF. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. O convite vai ao arquivo. **Comunicado 2**: “Comunico a(o)s Senhores(as) Senadores(as) o recebimento de convite do Movimento Todos Pela Educação, para Coquetel comemorativo dos 7 anos do movimento, a ser realizado após o primeiro dia do ‘2º Congresso Todos Pela Educação – Educação: agenda de todos, prioridade nacional’, no dia de hoje, terça-feira, às 19h, no Brasília Palace Hotel, SHTN, Trecho 1, Lote 1, Brasília-DF. O evento contará com a presença da cantora paraense Luê Soares. Os Sena-

dores que desejarem uma cópia do Convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. O convite vai ao arquivo. Logo após, a presidência inicia a deliberação da pauta. **Item 8: Projeto de Lei da Câmara nº 304, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Gilmar Machado, que “Dispõe sobre as medidas a serem adotadas no traumatismo dentário ocasionado pela prática esportiva e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o parecer é pela rejeição do projeto. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Rennan Calheiros, que “Dispõe sobre a qualificação profissional dos beneficiários do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), pelos Estados e Municípios”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o parecer é favorável, com a emenda oferecida, acatando a emenda nº 1-CAE, nos termos da subemenda, rejeitando as emendas apresentadas pelo Senador Cyro Miranda. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 4: Substitutivo (Turno Suplementar)**, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, ao **Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Sandes Júnior, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para instituir a obrigatoriedade de criação e manutenção de bibliotecas escolares em todas as instituições públicas de ensino”. O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 5: Substitutivo (Turno Suplementar)**, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, ao **Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cyro Miranda, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dar aos programas de mestrado o caráter de formação para a docência e a seus diplomas a titulação mínima para ingresso no magistério da educação superior pública”. O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 2: Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do

Deputado Deley, que “Modifica a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, instituindo penalidade ao atleta que violar regras antidoping”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Lúcia Vânia e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 437, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que “Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, registra a presença para acompanhar a votação do Item 3 da pauta, do Senhor Marcus Brandão, presidente da Confederação Brasileira de Empresas Juniores. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2008, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº 8 e nº 544, de 2009; Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2010 e Itens 9 e 11: Requerimentos, de autoria da Senadora Lídice da Mata**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às doze horas e quatro minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Srs. Senadores e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Comunicados.

Comunico às Sr^{as} e aos Srs. Senadores o recebimento do convite do Movimento Todos pela Educação e da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude para o coquetel de apresentação do livro *Justiça pela qualidade na educação*, a realizar-se no dia 11 de setembro, quarta-feira, amanhã, às 17 horas, no Conselho Nacional de Educação, na Avenida L2 Sul.

Os Senadores que desejarem uma cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

O convite vai ao Arquivo.

Comunicamos também às Sr^{as} e aos Srs. Senadores o recebimento do convite Movimento Todos pela Educação para o coquetel comemorativo de sete anos da instituição, a ser realizado após o primeiro dia do II Congresso Todos pela Educação: Agenda de Todos, Prioridade Nacional, no dia de hoje, terça-feira, às 19 horas, no Brasília Palace Hotel. O evento contará com a presença da cantora paraense Luê Soares.

Os Senadores e as Senadoras que desejarem uma cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

O convite vai ao Arquivo.

Passo a palavra, em seguida, ao Senador Cristovam Buarque, para fazer a leitura do relatório do item 8, enquanto aguardamos o quórum.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 304, DE 2009

– Terminativo –

Dispõe sobre as medidas a serem adotadas no traumatismo dentário ocasionado pela prática esportiva e dá outras providências.

Autoria: Deputado Gilmar Machado

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela rejeição.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, é de autoria do Deputado Gilmar Machado o Projeto de Lei da Câmara nº 304, de 2009, que tem por propósito garantir aos atletas, profissionais e em formação, cuidados especiais com sua saúde bucal, além da seguridade à sua integridade física, mental e sensorial.

Análise.

Compete a esta Comissão opinar sobre proposições que digam respeito a esse assunto.

Em relação à técnica legislativa, o fato de o projeto haver sido elaborado para originar lei extravagante contraria a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração de textos normati-

vos. De fato, não parece haver sentido na aprovação de uma nova lei, quando se encontra em vigor a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, conhecida como Lei Pelé, que já dispõe sobre as obrigações das entidades desportivas em relação aos atletas em formação e profissionais. Também não vislumbramos razão convincente – salvo o intuito de favorecer os especialistas em odontologia desportiva – para explicitar os cuidados especiais com a saúde bucal, em detrimento do estado de saúde global do atleta.

Quanto ao conteúdo, diversos pontos merecem reparo. Primeiramente, ressaltamos que a citada lei já estabelece que o desporto, como direito individual, tem como base doze princípios, entre os quais o da segurança.

Assim, não há razão para novamente se garantir aos atletas o direito a sua integridade física, mental e sensorial. Também não vislumbramos razão convincente – salvo o intuito de favorecer os especialistas em odontologia desportiva – para explicitar os cuidados especiais com a saúde bucal, em detrimento do estado de saúde global do atleta.

O relatório do Senador Papaléo Paes, apresentado na Legislatura anterior, opta por apresentar emenda substitutiva que altera a Lei Geral sobre Desporto para obrigar as entidades de prática desportiva, tanto as de formação quanto as empregadoras, a oferecer assistência médica e odontológica de urgência e emergência aos atletas.

Assim, compartilho da opinião do Senador Roberto Cavalcanti de que não necessitamos de uma lei nos moldes da proposição contida no projeto sob análise.

Entretanto, Sr. Presidente, eu gostaria de voltar a debater este projeto com o Senador Papaléo, que tem algumas considerações. Como ele não está mais nesta Casa, seria conveniente ouvir outras pessoas, outros Senadores. A minha proposta hoje é pela rejeição. Deixo aberto, entretanto, se houver interessados, já que o Senador Papaléo não é mais Senador, eu me comprometeria a trabalhar se esta é ou não a melhor proposta.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Vou sobrestar a discussão, porque nós não temos quórum, então, vamos ter tempo caso V. Ex^a queira fazer algum requerimento para uma audiência ou mesmo para uma discussão mais ampla aqui em plenário.

Então, fica sobrestada a discussão da matéria, para posterior deliberação.

Consulto o Senador Mozarildo Cavalcanti se aceita ser Relator *ad hoc* do item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 9, DE 2010

– Terminativo –

Dispõe sobre a qualificação profissional dos beneficiários do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), pelos Estados e Municípios.**Autoria:** Senador Renan Calheiros**Relatoria:** Senador Benedito de Lira**Relatoria Ad Hoc:** Senador Mozarildo Cavalcanti**Relatório:** Favorável, com a emenda oferecida, acatando a emenda nº 01-CAE, nos termos da subemenda, rejeitando as emendas apresentadas pelo Senador Cyro Miranda.**Observações:**

1 – *Serão realizadas quatro votações nominais, uma para o projeto, uma para a emenda, uma para subemenda à emenda 01-CAE e outra para as 3 emendas rejeitadas;*

2 – *A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 27/8/13 e 3/9/13.*

Conforme deliberação desta Comissão, na terceira vez que vai para a pauta, não comparecendo o Relator, nós passamos para a relatoria *ad hoc*. Pergunto, então, ao Senador Mozarildo Cavalcanti se aceita a relatoria.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Pois não, Presidente. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com a palavra o eminente Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente, eu quero partir da análise do relatório elaborado pelo Senador Benedito de Lira.

De acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre matérias de natureza educacional e aperfeiçoamento de recursos humanos, entre outras. Ademais, por se tratar de decisão em caráter terminativo, prevista no art. 91, inciso I, do mesmo normativo, este Colegiado deve se pronunciar quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto.

O mérito do PLS reside em dois pontos, essencialmente. Primeiro, a resolução do problema da inadimplência entre os devedores do Programa de Financiamento Estudantil (Fies). Em segundo lugar, contribui para a dotação de serviços públicos dos entes federados subnacionais com profissionais de maior qualificação, a um custo reduzido, sem maior comprometimento dos recursos públicos no longo prazo. Os profissionais egressos da educação superior são duplamente bene-

ficiados: de um lado, com a redução de sua dívida junto ao Fies; de outro, com a oportunidade de contato com o mundo do trabalho, importante ao enriquecimento e desenvolvimento profissional.

Na prática, a proposta não representa exatamente uma novidade no âmbito do Congresso Nacional. Conforme destacou o Relator da matéria na CAE, a Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010, já trata de preocupação similar, no entanto, restrita à concessão do benefício da redução de dívida a professores efetivos das redes públicas de ensino e médicos integrantes de equipes do Programa Saúde da Família. Com efeito, a proposta do Senador Renan Calheiros constitui o meio oportuno para ampliar a cobertura da norma em referência, abrigando os novos profissionais sem vínculo com o Estado ou com o mercado de trabalho.

Dessa maneira, a proposta se mostra relevante do ponto de vista social e educacional. Quanto à educação, em particular, apontada como dever do Estado, entendemos que não deveria ser oferecida de maneira diferenciada a cidadãos com as mesmas obrigações. A proposta envolve, assim, uma medida de pouco custo, mas capaz de atenuar essa distorção na satisfação do direito e princípio constitucional de acesso à educação, segundo a capacidade de cada um.

Passando à análise das emendas, concordamos com o Relator do projeto na CAE, no tocante à incorporação parcial das Emendas nºs 1 e 2 em emenda de relatoria (Emenda nº 1 – CAE), por entender que aprimoram o projeto. A Emenda nº 1 tratava da fixação dos valores das bolsas em reais, ao passo que a Emenda nº 2 estabelecia prioridade para o atendimento aos interessados atuantes em áreas de maior necessidade por parte do ente federado contratante.

Também nos parece acertada a rejeição da Emenda nº 3, na CAE, que, ao tratar da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ficaria fora de contexto, uma vez que o projeto não intenta criar nova despesa, mas apenas incentivar e regulamentar futuros convênios com a União.

A análise dos demais aspectos da proposição, consoante ressaltou o Relator da matéria no Colegiado que nos precedeu, evidencia equívocos da proposta original atinentes aos aspectos jurídicos e de técnica legislativa. Em relação a esta, é certo que, a teor da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro 1998, o projeto deveria incidir sobre a Lei nº 10.260, de 2001, norma que regulamenta o Fies. No que tange ao aspecto de constitucionalidade, o projeto deve ser adequado ao princípio federativo de nossa estrutura político-administrativa, que dispensa os entes da Federação de autorização de outrem para a realização de sua missão constitucional.

Daí a pertinência da Emenda nº 1 – CAE, ao determinar à União que incentive Estados e Municípios a celebrar tais convênios. A nosso juízo, deve também ser o Distrito Federal igualmente contemplado na alteração.

No mais, ante a impossibilidade de renumeração de artigos de lei ordinária por meio de lei superveniente, cabe-nos sanear lapso de técnica legislativa detectado na Emenda nº 1 – CAE. Para esse fim, apresentamos subemenda, em que, além de fazer a inserção da norma em novo art. 20-C acrescido à Lei do Fies, alteramos os valores nominais das bolsas de qualificação, conformando-os à nova realidade do salário mínimo.

Por oportuno, com o fim de refletir adequadamente o objeto da proposição em face da modificação da CAE, sugerimos, por meio de emenda, nova redação para a sua ementa.

Feitos os reparos aventados, inclusive nas modificações propostas pela CAE ao projeto, ponderamos que a matéria estará pronta para seguir sua tramitação sem óbices de qualquer natureza.

Passo ao voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 09, de 2010, e da Emenda nº 01 – CAE nos termos da subemenda oferecida, apresentando ainda uma emenda à ementa da proposição e rejeitando as três emendas apresentadas pelo Senador Cyro Miranda na CAE.

Aqui, então, seguem as emendas apresentadas da seguinte forma:

EMENDA Nº – CE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2010, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), para prever o incentivo da União à criação de programas de qualificação profissional no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, visando ao atendimento dos egressos da educação superior que especifica.”

SUBEMENDA Nº – CE (à Emenda nº 1 – CAE)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2010, nos termos da Emenda nº 1 – CAE, a seguinte redação:

“Art. 1º A Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 20-B: “Art. 20-B. A União incentivará Estados e Municípios e o Distrito Federal a celebrar convênios visando à qualificação profissional de

estudantes do ensino superior beneficiários do Fies que não estejam no mercado de trabalho.

§ 1º A qualificação profissional compreenderá atividades estritamente relacionadas aos objetivos do curso superior, em períodos de vinte ou quarenta horas semanais, a critério da Administração.

§ 2º A participação nos programas de qualificação profissional será de até doze meses, podendo ser prorrogada por igual período, conforme as necessidades e prioridades da Administração.

§ 3º O Fies, na forma do regulamento, abaterá mensalmente 1% (um por cento) do saldo devedor consolidado dos participantes no programa de qualificação, incluídos os juros devidos no período e independentemente da data de contratação do financiamento.

§ 4º Não será permitido o abatimento a que se refere o §3º quando o participante do programa de qualificação for beneficiário de outra modalidade de redução do saldo devedor do Fies prevista em lei.

§ 5º Os participantes do programa de qualificação farão jus a bolsa de qualificação, em valor equivalente a:

I – R\$678,00 (seiscentos e setenta e oito reais), na hipótese de jornada de vinte horas semanais;

II – R\$1.356,00 (mil trezentos e cinquenta e seis reais), na hipótese de quarenta horas semanais.

§ 6º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, se autorizados pelas respectivas assembleias legislativas ou câmaras municipais, poderão, por meio de complementação com recursos próprios, adotar valores superiores aos estabelecidos no § 5º.

§ 7º A União poderá efetuar transferências financeiras aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, destinadas ao pagamento das bolsas de qualificação de que trata o § 5º.

§ 8º O número de participantes do programa de qualificação previsto no *caput* não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do total de servidores ativos do ente federado.

§ 9º Na impossibilidade de contemplar todos os interessados nos programas de qualificação previstos no *caput*, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios darão prioridade aos beneficiários do Fies cuja qualificação atenda às áreas de maior necessidade do ente federado.”

O voto é, portanto, pela aprovação, com emendas.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti, pela gentileza de ser Relator *ad hoc* do Projeto de Lei do Senado nº 9.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Como não temos quórum para deliberar, vamos sobrestar a discussão.

Passo ao...

ITEM 4

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 28, DE 2012

– Terminativo –

Ementa do Projeto: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para instituir a obrigatoriedade de criação e manutenção de bibliotecas escolares em todas as instituições públicas de ensino.

Autoria do Projeto: Deputado Sandes Júnior

Relatoria do Projeto: Senador Cássio Cunha Lima

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido

Observações:

1 – O substitutivo de autoria do Senador Cássio Cunha Lima ao PLC 28/2012 foi aprovado na reunião do dia 3/9/2013

2– Não sendo oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o art. 284, combinado com os arts. 92 e 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 5

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 291, DE 2012

– Terminativo –

Ementa do Projeto: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dar aos programas de mestrado o caráter de formação para a docência e a seus diplomas a titulação mínima para ingresso no magistério da educação superior pública.

Autoria do Projeto: Senador Cyro Miranda

Relatoria do Projeto: Senador Cássio Cunha Lima

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido

Observações:

1 – O substitutivo de autoria do Senador Cássio Cunha Lima ao PLS 291/2012 foi aprovado na reunião do dia 3/9/2013

2– Não sendo oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o art. 284, combinado com os arts. 92 e 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Consulto a nobre Senadora Lúcia Vânia se aceita ser Relatora *ad hoc* do Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2012.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 91, DE 2012

– Terminativo –

Modifica a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, instituindo penalidade ao atleta que violar regras antidoping.

Autoria: Deputado Deley

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido

Observações:

1– Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

2– A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 27/8/13 e 3/9/13.

Se V. Ex^a aceitar, Senadora Lúcia Vânia, o relatório é favorável na forma do substitutivo oferecido. Pergunto à nobre Senadora se aceita.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com todo o prazer, Senador. É um prazer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Passo a palavra a V. Ex^a.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para decisão em caráter terminativo, o Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2012 (Projeto de Lei nº 1.185, de 2007, na origem). De autoria do Deputado Deley, o projeto altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, para impedir a concessão da Bolsa Atleta a atletas que violem regras antidopagem.

Para tanto, o PLC estabelece, mediante acréscimo de inciso IX ao art. 3º da Lei da Bolsa Atleta, novo requisito a ser cumprido por candidato à bolsa, segundo o qual o atleta deverá não ter violado, por no mínimo dois anos, qualquer das regras antidoping contidas na Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes, ratificada pelo Decreto Legislativo nº 306, de 26 de outubro de 2007.

O art. 2º contém a cláusula de vigência da lei, com início previsto para a data de sua publicação.

Na justificativa do projeto, o autor argumenta que a não concessão da bolsa a quem não cumpre o requisito proposto é uma forma de punir e educar atletas que se utilizam de dopagem para violar os princípios do esporte. Além de coibir o uso de substâncias proibidas na prática desportiva, a medida sugerida se harmoniza com a recomendação da convenção supracitada.

Não foram apresentadas emendas à matéria.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria se insere no rol daquelas sujeitas à competência desta Comissão. Em adição, por força do disposto no art. 91, inciso IV, do mesmo Regimento, que faculta às comissões decisão terminativa em PLC de iniciativa parlamentar, deve este Colegiado se manifestar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa do projeto.

No que tange ao exame de constitucionalidade, verifica-se que a União está legitimada a dispor, concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal, sobre educação, cultura, ensino e desporto, não havendo qualquer objeção à iniciativa parlamentar para esse fim. Em relação à juridicidade, a inovação se mostra plenamente compatível com o ordenamento vigente.

Do ponto de vista do mérito, é de se louvar a iniciativa, pois a matéria enquadra-se dentro das ações de defesa dos princípios da ética desportiva, combate às fraudes esportivas e garantia de justiça no futuro do esporte. Ademais, como determina o art. 3º da Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes, de 19 de outubro de 2005: “os Estados Partes comprometem-se a: (a) adotar medidas apropriadas nos níveis nacional e internacional que sejam consistentes com os princípios do Código; [...]”.

Com efeito, trata-se de mais um critério objetivo que poderia ter constado da lei desde sua origem. Nada obstante, ante a iminência e o estado de preparação para os Jogos Olímpicos de 2016, a correção dessa lacuna se mostra deveras pertinente e oportuna.

No que respeita à técnica legislativa, somos da opinião de que o projeto apresenta problemas. Em primeiro lugar, a ementa não reflete o objeto da lei,

consoante apregoa a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Em segundo lugar, o critério de não fazer, quando junto com obrigações positivas, pode gerar confusão na aplicação da lei.

Impõe-se, assim, a adequação da ementa ao objeto da lei. Da mesma forma, entendemos que, em lugar de integrar um inciso adicional ao *caput* do art. 3º, o novo requisito deve ser alocado em dispositivo específico, para evitar os problemas apontados.

Somem-se a isso as ponderações enviadas pela Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem a esta relatoria. Segundo a entidade, o projeto é omissos em relação à imposição de penalidades aos atletas que, já beneficiados pela Bolsa Atleta, forem flagrados violando as regras antidopagem da Convenção Internacional em relevo.

A par da procedência e bom senso das preocupações da ABCD, julgamos cabível a inclusão das penalidades por ela aventadas na lei. Uma de suspensão do recebimento da bolsa por prazo igual ao de suspensão da participação em competições; e outra que impeça o atleta de se beneficiar de bolsa por período de dois anos ou exercícios do programa Bolsa Atleta em caso de reincidência em violação das normas antidopagem. Em qualquer caso, a imputação dessas penalidades será lastreada em decisão da Justiça Desportiva, devidamente transitada em julgado.

Por fim, não podemos deixar de mencionar que constatamos na Lei nº 10.891, de 2009, a existência de dispositivos distintos, no caso os arts. 4º-A e 11, tratando do mesmo assunto. O art. 11 se apresenta desde a edição da lei com falha de técnica legislativa. Já o 4º-A decorre de inserção recente na norma, por meio da Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011.

É certo que os dispositivos têm teor similar no tocante à renovação de bolsas de atletas bem-sucedidos em jogos oficiais. O art. 4º-A refere-se à prioridade de renovação, enquanto o art. 11 determina a indicação automática. Desse modo, a coexistência dos dispositivos pode dar margem a questionamentos e suscitar conflitos. Como o mais recente está vazado em melhor técnica legislativa e apresenta redação mais condizente em face de eventual e desejado aumento da demanda por bolsas, optamos por mantê-lo e sugerir a revogação do art. 11.

Para albergar as alterações e aprimoramentos suscitados, sem prejuízo da iniciativa original, oferecemos uma emenda substitutiva à proposição.

Como a emenda substitutiva está nas mãos dos Srs. Senadores, vou apenas ler o voto.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei

da Câmara nº 91, de 2012 (Projeto de Lei nº 1.185, de 2007, na Casa de origem), e no mérito, por sua aprovação, nos termos da emenda substitutiva que já se encontra nas mãos dos Srs. Senadores.

O voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço à nobre Senadora Lúcia Vânia e coloco o Projeto de Lei da Câmara nº 91, de 2012, em discussão.

Como não há número suficiente para deliberarmos, sobrestou-se então essa discussão.

Eu pergunto ao Senador Flexa Ribeiro se concordaria em ser Relator *ad hoc* do Projeto de Lei do Senado nº 437, de 2012.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 437, DE 2012

– Não Terminativo –

Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior.

Autoria: Senador José Agripino

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

Observações:

1– Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pergunto se V. Ex^a concorda em ser o Relator *ad hoc*, sendo o relatório favorável, com as emendas oferecidas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Cyro Miranda, para mim é uma honra poder relatar *ad hoc* o parecer da Senadora Kátia Abreu, o que passo a fazer.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, encontra-se sob exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 437, do Senador José Agripino, que disciplina a criação e a organização das empresas juniores, com funcionamento no âmbito de instituições de educação superior.

O projeto define empresas juniores, ressaltando seu vínculo com estudantes matriculados em cursos de graduação. Essas empresas possuem, entre outros, o fim de aperfeiçoar o processo de formação de profissionais em nível superior, proporcionar a seus membros as condições necessárias para a aplicação prática dos conhecimentos teóricos referentes à respectiva área de formação profissional, estimular o espírito empreendedor e promover o desenvolvi-

mento técnico, acadêmico, pessoal e profissional de seus membros associados, por meio de contato direto com a realidade do mercado de trabalho.

De acordo com o projeto, as empresas juniores não têm finalidade lucrativa, mas poderão cobrar pela elaboração de produtos e prestação de serviços, independentemente de autorização do conselho profissional regulamentador da respectiva área de atuação profissional, nas condições que especifica. O projeto permite que pessoas físicas ou jurídicas possam colaborar com as empresas juniores, mediante deliberação de sua assembleia geral.

Outros critérios éticos também são estipulados na proposição, como: proibição de captar recursos financeiros para seus integrantes ou para instituição de ensino a que estiver vinculada, por intermédio da realização de seus projetos ou qualquer outra atividade; dever de reinvestir a renda obtida com os projetos e serviços prestados na atividade educacional da própria empresa; respeito ao regime de “livre e leal concorrência”; proibição de propagar qualquer forma de ideologia e de pensamento político-partidário; e seleção e aperfeiçoamento de seu pessoal com base em critérios técnicos.

Nos termos da iniciativa, os acadêmicos matriculados nos cursos de graduação associados às respectivas empresas juniores exercem trabalho voluntário, nos termos da Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. As atividades desenvolvidas pelas empresas juniores deverão ser orientadas e supervisionadas por professores e profissionais especializados, mas terão gestão autônoma em relação à direção da faculdade, centro acadêmico ou qualquer outra entidade universitária.

O projeto não contém cláusula de vigência.

Na justificação do projeto, o autor enfatiza a relevância das empresas juniores na formação dos futuros profissionais. A seguir, lembra a origem dessas empresas na Escola Superior de Ciências Econômicas e Comerciais de Paris, em 1967, e sua introdução em nosso País, por meio da Câmara de Comércio França-Brasil, em 1987. Conclui com a argumentação de que existe uma lacuna na regulamentação do funcionamento dessas empresas que precisa ser preenchida.

O projeto tem decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A ele não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação, entre outras atribuições, opinar sobre proposições que versem a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas, e diretrizes e bases da educação nacional. Dessa maneira, a apreciação

do PLS nº 437, de 2012, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

O mercado de trabalho exige, cada vez mais, que os profissionais estejam capacitados para lidar não apenas com as rotinas dos diferentes ramos de atividades, mas também com os novos desafios que o dinamismo da sociedade atual apresenta. Isso requer do sistema escolar uma grande capacidade de renovação e de criatividade. A ligação entre as competências e os saberes ensinados nas instituições educativas e a realidade do mundo do trabalho constitui um aspecto sensível da formação profissional dos jovens. Assim, são muito frequentes as reclamações de que a realidade do mundo profissional encontra-se bastante distanciada da experiência que se obtém ao longo da vida escolar.

Os estágios constituem um dos recursos para aproximar os dois mundos. Grande parte dos cursos prescreve a experiência dos estágios na integralização de seus currículos. A renovação das normas sobre o assunto, por meio da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, representou significativo avanço nesse terreno. Contudo, novas experiências são necessárias e o surgimento das empresas juniores constitui uma inovação de grande valor na formação de novos profissionais pelas universidades.

As empresas juniores são formadas pela união de alunos de graduação, sob a forma de associações civis que prestam serviços e realizam projetos para os mais diversos setores da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento do País e para a formação mais plena dos futuros profissionais.

A primazia educacional das empresas juniores merece ser ressaltada, o que o projeto contempla bem. O objetivo maior dessas empresas é o de promover a capacitação e o crescimento profissional e pessoal dos alunos participantes, na respectiva área de atuação. No entanto, para que isso possa ocorrer, é preciso que os serviços e os projetos desenvolvidos tenham boa qualidade e baixos custos, como forma de atrair interessados, que muitas vezes são pequenas e médias empresas impossibilitadas de recorrer ao apoio de grandes consultorias.

O projeto é de grande pertinência, pois traz a garantia jurídica de que as empresas juniores precisam para que se multipliquem e continuem a desempenhar o papel relevante que lhes cabe na formação de profissionais de nível superior.

Desse modo, no mérito educacional, a proposição merece ser acolhida por este Colegiado, ficando ressalvada a análise de sua constitucionalidade e juridicidade pela CCJ. Quanto à técnica legislativa, apresentamos adiante emendas para inclusão da cláusula

de vigência e mudança da menção à Lei nº 9.608, de 1998, no §2º do art. 3º.

Vamos ao voto, Sr. Presidente, já que as emendas já são de conhecimento dos Srs. Senadores.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 437, de 2012, acolhidas as emendas, como eu disse, a seguir apresentadas, já de conhecimento das Srs. Senadoras e dos Srs. Senadores.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro, pela gentileza de ser Relator *ad hoc* desta matéria.

A matéria está em discussão.

Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, eu quero aqui, primeiramente, destacar a intenção do autor da matéria, o Senador José Agripino. Imagino aqui e vejo a sua grande preocupação com as instituições juniores ligadas às universidades.

Ressalto também a relatoria *ad hoc*, feita pelo Senador Flexa Ribeiro. No entanto, quero aqui levantar algumas preocupações. Por isso, quero pedir vistas ao projeto, mas quero fazer algumas considerações.

Em nota técnica, o MEC, o Ministério da Educação, justifica-se contrário à matéria, considerando que a criação das empresas juniores no âmbito das instituições de ensino superior não é de muito tempo, é de certa forma recente, de 1987, mas já existem no País cerca de 27 mil universitários brasileiros organizados em 1.200 empresas juniores. O Ministério também informa que realmente é um quantitativo expressivo que demanda atividades que precisam realmente ser regulamentadas. Também coloca que a competência para normatizar as atividades das empresas juniores encontra-se definida na própria LDB.

Diante disso, Sr. Presidente, acho que é prudente eu pedir vista para que possamos avaliar melhor a matéria, para que não cometamos nenhum equívoco de definir aqui algo quando já existem órgãos, existem colegiados competentes nas universidades de ensino para definir melhor o regulamento próprio da empresa júnior.

Portanto, Sr. Presidente, peço vista, para que possamos fazer essa análise.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Ana Rita, o pedido de V. Ex^a é regimental, tem todo o direito, só lembro que a matéria é terminativa na Comissão de Constituição e Justiça; ela é não terminativa aqui. Mas, concedo vista e pergunto se alguém deseja pedir vista coletiva desta matéria. *(Pausa.)*

Vista coletiva.

Então, na próxima reunião, esta matéria voltará.

Com a palavra o autor, nobre Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu quero, inicialmente, agradecer a manifestação de certa forma elogiosa da Senadora Ana Rita com relação à intenção. Ocorre que não é intenção, é um apoio a uma realidade. Ela mesma reconhece, o MEC reconhece que as empresas juniores existem já funcionando em diversas universidades do País.

Fui procurado, por um acaso, pela Prof. Beatriz, pelo Prof. Marcos Bruno, que são professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – estou nominando para que as coisas fiquem claras –, manifestando-se entusiasmados com a matéria. Eles são tutores, são orientadores de empresas juniores, como eles chamam, na UFRN.

Em diversas universidades do Brasil, já existem aglomerações, conjuntos de universitários que se organizam no sentido de produzir uma coisa que eu reputo da maior importância numa nação moderna que é a capacidade de empreender. Na universidade, já ter a iniciativa de empreender, prestar serviços na administração de um hospital, na administração de um conjunto de negócios, na prestação de serviços no campo da economia, no campo da advocacia, no campo da assistência médica de diversos campos de atuação. Eles se organizam e formam a empresa júnior. Só tem um detalhe: é que eles não têm nem suporte institucional e muito menos fiscal, que é o que eu estou procurando dar. Daí o entusiasmo dos professores em me procurar para trazer ideias novas, deles, em função da vivência deles, para aprimorar um projeto que eu tive a iniciativa de preparar.

O que eu espero é que o Ministério da Educação não esteja sugerindo pedido de vista para tentar obstaculizar a tramitação de uma coisa que interessa ao Brasil inteiro – tenho sido procurado pelo Brasil inteiro com relação a isso – ou para o Ministério tomar a iniciativa de mandar um projeto igual ao que eu tive a iniciativa de tomar. Até eu ficaria feliz. Já houve casos disso, a bolsa de aperfeiçoamento escolar que eu fiz tramitar durante anos terminou sendo aprovada, pensada a uma iniciativa do Governo, como se o Governo tivesse tido a ideia. Eu quero é que a minha ideia se junte com a do Governo, que veio três anos depois, e que seja aprovada, para beneficiar o estudante, que terminou tendo a bolsa de aperfeiçoamento escolar.

Então, essas questões todas eu coloco porque a intenção da Senadora Ana Rita é a melhor possível, tenho certeza absoluta! Agora, eu não vou permitir

que o Ministério da Educação atrepele a ideia de um projeto do Senado no qual estudantes universitários estão de olho, haja vista o que aconteceu: no meu gabinete, recebi já grupos de jovens, grupos de jovens interessados no projeto, grupos de jovens interessados em oferecer emendas adicionais. No meu Estado, como vou lá todos os fins de semana, fui procurado por professores universitários, gente da melhor qualidade, que são os orientadores, e que estão vivamente interessados neste projeto.

Não é um projeto a mais. E me desculpem, ele pode ser da autoria de mil pessoas. Ele não é um projeto a mais. Ele é um projeto atual, que diz respeito a uma palavrinha mágica chamada incentivo ao empreendedorismo de jovens desde os tempos dos bancos universitários.

Se nós fizermos aquilo que foi feito no Vale do Silício, nos Estados Unidos, em diversos segmentos, com as empresas juniores, nós estaremos fazendo uma coisa positiva em benefício do futuro do País.

Dito isso, eu quero, desde já, colocar a minha palavra, o meu empenho neste projeto, a minha confiança em que a Senadora Ana Rita vai examinar detidamente o projeto, vai consultar o Ministério da Educação e vai ter uma atitude confluyente com a nossa. O que nós queremos aqui é confluir no sentido de levar o benefício para quem está precisando, que são jovens universitários.

Então, é o apelo que faço àqueles que pedem vista – e têm todo o direito de fazê-lo –, no sentido de que nós possamos estudar, de forma confluyente, uma coisa que não pretende ser contra ninguém. Pelo contrário, o que ele quer é ser a favor da juventude empreendedora do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador José Agripino.

Eu sou um apoiador dessa ideia, convivo muito com juniores e acho que uma das medidas que precisam ser adotadas para valorizar o empreendedorismo é justamente um projeto como esse.

Tenho certeza de que a Senadora Ana Rita, junto com o MEC, virão para melhorar. Tenho certeza de que, na próxima semana, nós seremos convergentes, para que possamos levar este projeto adiante.

Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu quero aqui cumprimentar também o Senador Agripino e dizer que a fala de V. Ex^a é bastante esclarecedora. Quanto ao projeto em si, o MEC reconhece a importância de regulamentar isso. Ele não está dizendo que não precisa regulamentar. Eu entendi, pela nota técnica, que é uma questão apenas de competência,

e nós precisamos é dialogar com o MEC. Acho que é apenas isso, Senador.

Acho que a iniciativa de V. Ex^a é altamente importante e precisa realmente ser regulamentada. Embora a existência dessas empresas juniores não seja de longa data, é de 1987, também se passou um tempo razoável, de quase 15 anos. Então, a regulamentação é necessária.

A minha dúvida, que surgiu aqui a partir da nota técnica, é se nós não estaríamos passando por cima da competência que seria das universidades. Se as universidades... E eu também preciso deste esclarecimento: se cabe a cada universidade fazer isso, porque, se for para cada universidade fazer isso, possivelmente, nós teremos muitos problemas, porque aquelas universidades que não fizeram como é que ficam?

Então, acho que é um debate que precisa ser feito. Assim, peço vista, até para compreender melhor, mas, com certeza, levarei em consideração tudo o que V. Ex^a acabou de informar aqui agora. E agradeço inclusive pelas informações.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Eu agradeço a palavra da Senadora Ana Rita e confio no seu equilíbrio, no seu bom senso e no pragmatismo que ambos temos que ter no sentido de produzir alguma coisa de forma confluyente que beneficie os nossos jovens estudantes universitários e o empreendedorismo – fundamentalmente, o empreendedorismo neste País.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Tenho certeza de que, na semana que vem, será pautado, e teremos já uma convergência para esse projeto.

Eu também registro e agradeço a presença do Sr. Marcus Barão, presidente da Confederação Brasileira de Empresas Juniores.

Como não temos quórum e, provavelmente, não vamos ter, porque hoje, simultaneamente, estamos tendo quatro audiências públicas, o que para mim é um absurdo – há comissão aqui que está trabalhando agora a semana inteira: terça-feira, quarta-feira e quinta-feira. Faz a deliberativa e depois mais duas reuniões de audiências públicas –, vai ficar impossível jogar toda a pauta para terça-feira.

Eu pretendo conversar com o Presidente desta Casa, Senador Renan, sobre isso porque precisamos disciplinar. Na Comissão aqui ao lado, a CAE, tinha um Senador; aqui do outro lado, na CAS – e o dia dela é amanhã –, também um Senador, que era o requerente. Hoje, aqui, nós batemos o recorde, chegamos a ter sete Senadores. Passaram sete Senadores por esta Comissão.

Eu vou agradecer a presença de todos e lembrar que teremos uma audiência pública amanhã, às 10 horas, sobre “O Reconhecimento e Validação dos Diplomas do Mercosul e a Situação dos Estudantes Transferidos das Universidades Públicas e Privadas”. A autoria do requerimento é do Senador Paulo Paim e os convidados são: Senadora Mirtha Palacios Melgarejo, Representante do Paraguai no Parlasul/Mercosul; Deputado Gonzaga Patriota, autor do Projeto de Lei da Câmara nº 1.981, de 2011; Sérgio Kieling Franco, Representante do Conselho Nacional de Educação (CNE); Vicente Celestino de França, Presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior (ANPGIEES); Virgínia Barros, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); Paulo Speller, Secretário da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

Agradeço mais uma vez a presença e a paciência de todos. Que tenham todos um bom dia!

(Iniciada às 11 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 4 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 8H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às oito horas e quarenta e seis minutos do dia dez de setembro de dois mil e treze, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Anibal Diniz, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Valdir Raupp, Ivo Cassol, Cícero Lucena, Blairo Maggi, Eduardo Amorim, Vanessa Grazziotin e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ana Rita, Rodrigo Rollemberg, Romero Jucá, Luiz Henrique, Garibaldi Alves, Kátia Abreu, Alvaro Dias, José Agripino e Fernando Collor. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior e da ata da 26ª reunião da CMA. As atas foram aprovadas. A Presidência faz um breve resumo das atividades da comissão e passa à **PAUTA**, destinada à realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para discutir a exploração de minérios no Amazonas, em atendimento aos Requerimentos nº 26/2012, de autoria da Senadora

Vanessa Grazziotin. Comparecem como convidados: Roberto Ventura Santos, Diretor de Geologia e Recursos Minerais da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e Serviço Geológico do Brasil – CPRM; Daniel Borges Nava, Secretário da Secretaria Estadual de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos do Amazonas; Sinésio Campos, Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas – ALEAM; Jonatas Souza da Trindade, Coordenador de Mineração e Obras Cíveis do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Joseias Lopes da Silva, Prefeito do Município de Nova Olinda do Norte; e Raimundo Wanderlan Penalber Sampaio, Prefeito do Município de Autazes. O Senhor Presidente faz a apresentação inicial do tema, concedendo, a seguir, a palavra aos convidados para exposição pelo prazo de dez minutos. Após, usam da palavra os Senhores Senadores Vanessa Grazziotin e Ivo Cassol para apresentação de perguntas e comentários. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. A Presidência encerra a presente reunião às dez horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Raimundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

*NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO DE
10/09/2013*

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior e da Ata da 26ª Reunião da CMA.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Eu farei, depois, essa releitura.

Resumo da nossa reunião do dia 03/09/2013.

Foi aprovado o seguinte requerimento:

Requerimento nº 48, de 2013, da CMA, de minha autoria, que requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja extinta a Subcomissão Permanente de Monitoramento e Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20, para a criação da Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos, aprovada no Requerimento nº 33, de 2013, da

CMA, tendo em vista que o Regimento Interno limita a quatro o número de subcomissões que podem funcionar simultaneamente nesta Comissão.

Também foram lidos três requerimentos que constarão da pauta da próxima reunião deliberativa e foram deliberados os seguintes projetos:

– Aprovado parecer pelo conhecimento, pelo envio de cópias para a CCJ, CAE e CI, para instrução dos membros dessa Comissão, previamente à oitiva do Diretor-Geral da Aneel, e posterior arquivamento do Ofício “S” nº 20, de 2013, que encaminha cópia do relatório de questão da gestão da prestação de contas ordinária anual da Aneel, referente ao exercício de 2012, com a relatoria *ad hoc* do Senador Acir Gurgacz.

– Aprovado o parecer pela aprovação, nos termos do substitutivo, na CCJ, do Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2008, que dispõe sobre o patrimônio cultural subaquático brasileiro, com a relatoria *ad hoc*, também, do Senador Acir Gurgacz.

– Aprovado o parecer pela aprovação, nos termos do substitutivo apresentando pelo Projeto de Lei nº 18, de 2012, com a relatoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que altera a Lei Geral de Telecomunicações para disciplinar a oferta de descontos nas tarifas e preços dos serviços de telecomunicações.

– Aprovado o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 289, de 2012, com relatoria *ad hoc* da Senadora Vanessa Grazziotin, que trata da obrigatoriedade de relatório de sustentabilidade para as companhias ou sociedades anônimas.

– Adotado, definitivamente, em turno suplementar, o substitutivo apresentado pelo Senador Randolfe Rodrigues ao Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2010, com relatoria *ad hoc* do Senador Ataídes Oliveira, que trata do Estatuto da Cidade, no que diz respeito à arborização urbana.

– Aprovado, terminativamente, o Projeto nº 172, de 2007, com a Emenda nº 01-CMA, apresentada durante a discussão, que trata da destinação de madeira apreendida em operações de fiscalização realizadas pelos órgãos públicos, e rejeitado o PLS nº 71, de 2009, que tramita em conjunto, com a relatoria *ad hoc* do Senador Valdir Raupp, de Rondônia.

Ainda foi aprovado, extrapauta, parecer pela rejeição do requerimento do Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2013, com relatoria do Senador Ivo Cassol, que trata de normas gerais aplicáveis aos serviços sociais autônomos instituídos pela União.

Os demais itens da pauta foram adiados.

Bom dia a todos que vieram a esta audiência pública, solicitada pela Senadora Vanessa Grazziotin.

Ela ainda não se encontra presente, mas vou começar a convidar os presentes para compor Mesa

e darmos início à nossa audiência pública. Temos horário para cumprir e não podemos ficar enrolando e esperando aqueles que chegam um pouco atrasado.

Convido, se já estiver presente, o Sr. João Frederico Guimarães Cruz, Superintendente Adjunto do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Sr. Roberto Ventura Santos, Diretor de Geologia e Recursos Minerais da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e Serviço Geológico do Brasil; Sr. Daniel Borges Nava, Secretário da Secretaria Estadual de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos do Estado do Amazonas; o Deputado Sinésio Campos não se encontra presente; Sr. Raimundo Wanderlan Penalber Sampaio, Prefeito do Município de Autazes; o Sr. Joseias Lopes da Silva, Prefeito do Município de Nova Olinda do Norte, não se encontra presente; Sr. Jônatas Souza da Trindade, Coordenador de Mineração e Obras Civas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Sr. Anderson Bittencourt, Coordenador de Energia da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas.

Vamos dar início à nossa audiência pública com os membros presentes. Depois, conforme os demais forem chegando, vamos fazer o convite para tomarem assento à mesa.

Passo a palavra, por dez minutos, ao Dr. Roberto Ventura Santos, Diretor de Geologia e Recursos Minerais da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e Serviço Geológico do Brasil (CPRM).

Gostaria de dizer a V. S^{as} que esta audiência pública será transmitida pela Rádio Senado e pela TV Senado. Estamos ao vivo neste momento e, depois, ela é reprisada várias vezes durante a semana. Portanto, a informação que é dada a esta Comissão não fica presa aos *Anais*, aos documentos da Comissão. Todos aqueles que acompanham a TV Senado têm acesso à informação. É importante que todos os brasileiros saibam do que nós estamos tratando não só neste momento nesta Comissão, mas principalmente sobre essa matéria, a questão do cloreto de potássio ou da silvinita no Estado do Amazonas, já que o Brasil é um grande consumidor desse insumo para agricultura e temos uma exploração ainda muito pequena e ainda limitada no Estado de Pernambuco, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – É em Sergipe, se não errei a região.

E que, de certa forma, coloca o Brasil em condições de desvantagem.

Vejamos bem: somos uma das potências agrícolas do mundo e poderemos ser a primeira. Não há dúvida nenhuma disso, mas, para mim, fica meio esquisita, meio manca essa questão. Quer dizer, somos uma grande potência agrícola, podemos dominar o mundo

na questão da alimentação, mas, de repente, não se consegue produzir – Bom dia, Senador Amorim. Seja bem-vindo! –, porque você não tem o insumo. Então, falta ao Brasil, realmente, esse insumo e uma política mais clara sobre isso, embora, nos últimos anos, o ex-presidente Lula tenha dado uma atenção a esse assunto.

A província dessa jazida no Estado do Amazonas é muito falada há muitos anos. Tenho acompanhado alguns estudos e sei que os prefeitos, as lideranças da região e o próprio Governo são entusiastas dessa questão. E nós queremos que esta audiência pública possa ajudar, então, a esclarecer o que temos lá, como podemos explorar, se somos competitivos a ponto de que o Brasil fique independente da importação do cloreto de potássio ou do potássio para fazer a sua grande agricultura, ser o grande País agrícola que é, o fornecedor de insumos e alimentos para o resto do mundo como somos e queremos ser.

Somos um país forte também na indústria, somos um país forte em comércio de serviços, mas principalmente somos um país forte em agricultura. E não há nenhum demérito em ser um país forte em agricultura. Somos o setor primário, e setor primário não significa que é primeiro e ignorado; ele é primário porque é o mais importante. O mundo começou a se organizar como mundo e sociedade depois que dominaram e conseguiram fazer com que a agricultura fosse programada pelo homem. Não há vida sobre a Terra, não há a mínima possibilidade de vivermos os bilhões que vivemos hoje neste Planeta se não tivermos alimentos em abundância, de forma barata, que chegam à mesa de qualquer cidadão no mundo. O Brasil é um dos grandes *players* nesse assunto, mas precisamos do potássio do Amazonas.

Passo a palavra ao Dr. Roberto Ventura dos Santos, para que ele possa fazer a sua apresentação.

Com a palavra, por favor.

O SR. ROBERTO VENTURA SANTOS – Antes de mais nada, bom dia a todos. Senador Blairo Maggi, é um prazer estar nesta Comissão e apresentar algumas reflexões e dados da CPRM, a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais.

Vou falar sobre o Estado do Amazonas – pelo menos é o que está no documento que recebemos – e vou tocar também na questão do potássio, que, como o senhor colocou, é realmente muito importante. O Brasil, hoje, possui apenas uma mina de potássio, que fica no Estado de Sergipe. Somos um dos poucos países fortemente agrícolas que importamos mais de 90% do potássio que consumimos.

Gostaria de mencionar também que, além do potássio, para a agricultura, é fundamental a ques-

tão do fosfato, de que o Brasil também é dependente de importação. Vou mostrar a vocês que, nos últimos anos, tivemos algum avanço no fosfato, mas pouquíssimo avanço no potássio. Por fim, o último elemento nutriente na indústria de fertilizantes é justamente o nitrogênio, que vem da indústria do petróleo.

Eu fiz, de fato, uma apresentação envolvendo recursos minerais do Estado do Amazonas. Senador, perdoe-me, eu fiz para 20 minutos e vou cortar vários eslaides. Então, se eu passar alguns eslaides, gostaria que vocês me perdoassem.

A CPRM é o serviço geológico brasileiro, uma empresa pública. O nosso papel principal é gerar e difundir o conhecimento geológico e hidrológico básico do Brasil, de uma forma sustentável. A CPRM está em quase todos os Estados da Federação, inclusive em Manaus, em que temos uma superintendência que é responsável por várias atividades tanto em recursos hídricos quanto de levantamento geológico de recursos minerais no Estado do Amazonas.

Esse é um mapa geológico do Brasil, e o Estado do Amazonas está colocado justamente aqui. Gostaria de chamar a atenção porque vou mencionar um termo aqui que espero que vocês compreendam. Boa parte do Estado do Amazonas é uma bacia sedimentar. Do ponto de vista geológico do potencial mineral, existe uma diferença muito grande entre áreas de bacia sedimentar e essa área mais em rosa, que são as que chamamos cristalino. Vou mostrar para vocês daqui a pouco qual é o impacto dessa diferença de terrenos até do ponto de vista dos recursos minerais.

Esses quadradinhos que vocês estão vendo aqui, tanto os grandes quanto esses pequenos, são chamados de mapas geológicos que a CPRM tem realizado nos últimos anos no Estado do Amazonas. Observem que boa parte desses mapas do Brasil tem sido feita nas áreas em rosa, que são as áreas de maior potencial para minerais metálicos, como o ferro, cobre, chumbo, zinco e assim por diante. Isso não quer dizer que nós não tenhamos depósitos minerais em bacias sedimentares. Temos sim. Mas esse é um trabalho que está sendo desenvolvido agora, principalmente com relação a fertilizantes, fosfato, petróleo etc., o que não é um tema da CPRM em si.

Além dos levantamentos geológicos, é muito importante dizer que, nos últimos anos, houve investimento significativo do Governo Federal nos chamados desmatamentos geofísicos. Essa é uma outra forma de nós conhecermos o nosso subsolo, uma forma muito mais rápida, em que se usam aviões como esse para fazer verdadeiros levantamentos no País inteiro. Aqui está o que temos levantado no Brasil desde 2003 aproximadamente. Diria que esse foi um dos principais projetos

de levantamentos geofísicos já realizados no mundo nos últimos anos. Houve um investimento de quase US\$200 milhões. E no Estado do Amazonas, gostaria de que vocês observassem, estão sendo feitos ainda levantamentos principalmente na parte do cristalino.

Gostaria de enfatizar também que, além da CPRM, a ANP também desenvolve esse tipo de levantamento. Obviamente que a ANP foca esse tipo de estudo nas bacias sedimentares. Então, aqui estão somente os levantamentos realizados pela CPRM nesses últimos anos.

Um exemplo para vocês desses levantamentos. Diria que o Estado do Amazonas tem várias áreas de potencial interessantes não só para potássio, mas para fosfato, para terras-raras. Eu diria que a principal reserva brasileira de terras-raras está no Estado do Amazonas e vou mostrar para vocês a importância disso, mas, antes de colocar essas questões, mostro um levantamento que foi feito há uns dois anos, no Estado do Amazonas, na região do Juma. Esse é o levantamento geofísico de Juma e essas são, digamos, as nossas informações geológicas preliminares. Do ponto de vista geológico, essa é uma área com potencial geológico muito grande. Obviamente que é uma área ainda virgem, pouco conhecida, a questão de acesso é crítica ainda, a logística não é das melhores. De certa forma, vai demorar algum tempo para que a gente consiga conhecer melhor o potencial geológico da região.

Esse é o mapa do Brasil que mostra as áreas indígenas e as áreas de preservação ambiental. O Estado do Amazonas se destaca por ter várias dessas áreas.

Uma coisa importante que eu gostaria de colocar é que, mesmo sendo a CPRM uma empresa pública que, eu diria, penso, faz parte da inteligência do Estado brasileiro, nós não temos autorização para fazer estudos geológicos nem em área indígena nem em área de preservação. E a gente entende que é importante que o Estado brasileiro conheça o seu potencial mineral tanto em área indígena quanto em área de preservação total até para que possamos planejar e eventualmente dirimir determinadas crises.

Só para citar um exemplo para vocês, essa é a área do Juma. Há cinco anos, houve um garimpo de ouro e, em menos de dez dias, mais de 10 mil pessoas se dirigiram para essa região. Tínhamos pouco conhecimento geológico. Isso quer dizer o seguinte: que muito ainda há a se descobrir no Estado do Amazonas ou na Amazônia como um todo. E, eventualmente, essas áreas de potencial muito grande, principalmente para minerais agregados como ouro e diamante, podem, sim, ser, até hoje, um foco de atração de pessoas muito forte. E nós precisamos nos antecipar no conhecimento

desse tipo de questão até para planejarmos melhor a ocupação do espaço e esse tipo de atividade.

Eu queria tocar agora, tenho ainda três minutos e dez segundos, na questão do potencial mineral sobre o Amazonas. É muito importante colocar que eu tenho dois tipos de terreno principais do ponto de vista geológico: as áreas potenciais para minerais, que são aquelas áreas cratônicas ou em rosa, que eu mostrei para vocês, e as áreas para minerais como agrominerais, recurso energético como petróleo e gás natural, que são as áreas de bacias sedimentares.

Esse é um mapa com os processos do DNPM tanto do Estado do Amazonas quanto do Estado do Pará.

Esses são os títulos minerais como conhecemos hoje.

Eu gostaria de chamar a atenção de que é uma comparação com o Estado do Pará, por quê? Porque no Estado do Pará eu tenho grandes áreas de cristalino, quer dizer, essas áreas antigas. E observem que a mineração em si prefere essas regiões às áreas de bacia. Agora, há um diferencial com relação ao Estado do Amazonas que é muito importante, que é essa região aqui, onde está a região da silvinita, que é a Bacia do Solimões. Realmente, aqui nós temos uma perspectiva de depósito de potássio que talvez seja bastante grande e importante para o País.

Mas gostaria também de chamar a atenção para o fato de que o Estado do Amazonas tem um potencial muito grande para terras raras e, principalmente, para o fato de aqui está começando a aparecer um potencial para potássio, que eu diria que é da maior importância inclusive para a agricultura brasileira.

Esse é outro eslaide, detalhando essas questões. Então, do ponto de vista de ouro, cobre, chumbo, zinco, estanho, prata, enfim, vários outros minerais, há essa outra região do Estado do Amazonas e essa outra região, que são todas aquelas regiões de cristalino, que comentei com vocês e em cujo conhecimento acho que precisamos evoluir muito.

Quanto ao potencial para o fosfato no Estado do Amazonas, que é um item essencial para a agricultura brasileira, essa uma das áreas mais importantes. Infelizmente, esse eslaide não esteja muito claro, mas aqui seria no sul do Estado do Amazonas. Diria que esse é um projeto completamente novo, porque se trata de bacia sedimentar, ou seja, há fosfato em bacias sedimentares com potencial muito grande no Estado. Isso está particularmente próximo de Rondônia, que é um centro consumidor. Espero que consigamos evoluir nessa questão.

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO VENTURA SANTOS – Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pode continuar.

O SR. ROBERTO VENTURA SANTOS – Outra área muito importante para terras-raras, que é um conjunto de elementos muito importante, principalmente na indústria tecnológica brasileira e do mundo, fosfato e nióbio é essa região chamada Seis Lagos, que, do ponto de vista geológico, é um antigo vulcão que ocorre no norte do Amazonas.

Infelizmente, a imagem não está muito clara, mas essa região tem seis lagos e é um tipo de ambiente geológico muito semelhante ao que temos em Minas Gerais e em Goiás, onde temos um potencial gigantesco, talvez seja o maior depósito de nióbio que temos no País, um depósito não explorado, obviamente, e de que temos pouco conhecimento.

A CPRM descobriu esse depósito em 75. Fizemos algumas pesquisas ainda na década de 80 sobre o nióbio, fosfato em terras raras. Em 1976, foi descoberto, foram feitas algumas realizações de pesquisa em 1981 e, posteriormente, em 1984, só que, hoje, essa região de Seis Lagos se transformou numa área indígena. Então, a CPRM, hoje, já não tem acesso a essa área, e, de certa forma, temos bloqueado aí um potencial bastante grande em função de área indígena.

Aqui estão, só para termos uma ideia, os seis lagos, quais são os elementos que temos aí de potencial mineral como terras-raras: ferro, manganês, nióbio, enfim, e até mesmo o fosfato.

Queria comentar também sobre uma área fundamental que diria que é a principal de terras-raras no mundo hoje, em termos de perspectiva mineral e fica no Estado do Amazonas, numa região chamada Pitinga.

Aqui está Manaus, e Pitinga fica na porção norte do Estado de Manaus. Para quem se lembra disso, Pitinga foi uma reserva muito grande e importante de estanho na década de 80. E Pitinga tem uma particularidade que a diferencia de boa parte de nossas reservas de terras-raras. Esses são os chamados elementos terras-raras; são esses aqui embaixo, incluindo o ítrio. Esses elementos, hoje, são fundamentais na indústria de alta tecnologia, não só para a fabricação de computadores, mas também na fabricação, por exemplo, de ímãs para a produção de energia, para energia eólica e assim por diante.

Vou seguir isso aqui.

Pitinga já é uma mina bastante antiga de estanho. Quem descobriu Pitinga foi a CPRM – é importante que se coloque essa questão. Pitinga tem uma particularidade: esse HREE se refere a elementos terras-raras pesados. Diria que ela é uma mina única.

Hoje, o principal produtor de terras-raras no mundo é a China. Praticamente, é o único produto mineral

do mundo. Essa notícia sobre terras-raras está, a todo momento, em discussão na imprensa. Nós temos uma reserva bastante significativa na região do Amazonas de terras-raras pesados, que é particularmente fundamental e muito diferente de outros depósitos que temos no Brasil. Diria que precisamos, do ponto de vista estratégico, de avançar nessa questão do ponto de vista estratégico.

Por fim – este já é o último item – queria falar um pouco sobre a sulvinita, sobre os depósitos de potássio na Bacia do Amazonas. Nós temos, no Brasil, na verdade, duas áreas com portaria de lavra para potássio: uma justamente na região de Nova Olinda do Norte; e outra, na região de Sergipe.

A mina de Sergipe é subterrânea e está em produção hoje, mas é importante colocar que está em produção declinante, porque é a única fonte brasileira hoje de potássio. Então, de certa forma, precisamos, do ponto de vista estratégico da nossa agricultura, de encontrar uma solução para a produção de potássio no Brasil, que é fundamental para a nossa agricultura, tendo em vista que o nosso solo é muito pobre nesse elemento.

Existem algumas opções, digamos assim, do ponto de vista potencial geológico para potássio no Brasil. Já foi colocada como uma delas a Bacia do Parnaíba, mas existe ainda, em toda a margem continental brasileira. Todos nós já ouvimos falar do pré-sal, do óleo da indústria do petróleo; esse sal do pré-sal tem potássio, só que é um depósito de potássio que está em profundidade bastante grande. Não é tão simples do ponto de vista tecnológico.

Aqui estão colocadas também, em roxo, as duas áreas que considero mais promissoras, onde conseguimos uma luz no final do túnel com relação a uma produção futura de potássio: uma, em Sergipe, onde já produzimos; e a outra, essa região aqui chamada Bacia dos Solimões.

Na Bacia dos Solimões, já tenho duas jazidas cubadas desde 1985, pela Petromisa. Uma é a chamada Fazendinha; e a outra é chamada Araí. Uma questão importante com relação a esses depósitos, e que não trivial, é que o potássio estaria a 1,2 mil metros de profundidade. Isso não é algo simples, até mesmo para se fazer um *shaft*. Então, de certa forma, já está cubado isso desde 1985, e a questão que se coloca é a da viabilidade econômica de um depósito dessa natureza nos dias atuais.

Gostaria também de colocar que, além dessas jazidas, existem vários outros projetos de pesquisa em andamento nessa Bacia dos Solimões, e aqueles que já viram ou tiveram acesso, por exemplo, ao cadastro

mineiro no DNPM pode perceber que toda essa área já está bloqueada ou requerida para pesquisa de potássio.

Esse é o meu último eslaide.

Gostaria de agradecer. Estou à disposição para contribuir com qualquer questão nesse ponto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Roberto Ventura Santos, Diretor de Geologia dos Recursos Minerais da CPRM.

Também quero dar as boas-vindas à nossa Senadora Vanessa Grazziotin, que é a requerente dessa audiência pública, e também ao Deputado Sinésio Campos, do Estado do Amazonas, entusiasta desta matéria, já conosco à Mesa, e também ao Joseias Lopes da Silva, Prefeito do Município de Nova Olinda do Norte. Os demais já estavam aqui quando começamos a nossa audiência pública.

Passo, então, a palavra ao Dr. Daniel Borges Nava, Secretário da Secretaria Estadual de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos do Amazonas.

V. S^a terá a palavra por 10 minutos.

Antes, pela ordem, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, temos vários prefeitos aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Vou pedir a V. Ex^a que apresente os prefeitos, por favor.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Temos aqui o Prefeito de Borba... O problema é que não sei o nome inteiro de todos; vou ficar aqui falando o apelido...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – V. Ex^a pode falar conforme faz política com eles.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Temos o Prefeito de Borba, José Maria Bahia, conhecido por todos nós como Bahia; está aqui o Presidente da Câmara de Autazes, cujo Prefeito se encontra à Mesa, assim como o Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de Autazes – Autazes é o Município que, ao lado de Nova Olinda, há mais tempo luta por esta questão da sulvinita; o Prefeito Nadiel Serrão, de Itapiranga; o Prefeito de Silves, Bojo; o Prefeito do Município de Urucará, Felipe Cabeça Branca; a Vereadora de Itacoatiara, cidade em que o Senador Blairo Maggi tem um grande empreendimento.

Então, esses são os Prefeitos e Vereadores que estão, e ficamos muito felizes de vê-los todos aqui.

Sr. Presidente, às 19h, vamos ter uma audiência com o Ministro das Minas e Energia. Seria muito im-

portante que o Presidente Blairo Maggi e o Senador de Sergipe, Estado onde está a mina que está sendo explorada, estivessem presentes.

Queremos que façam com a gente o que já fazem com Sergipe: explorar as minas e as reservas.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin. Sejam bem-vindos todos os Prefeitos e Vereadores que estão aqui conosco. Sintam-se em casa na Comissão de Meio Ambiente, Controle e Fiscalização.

Então, passo a palavra ao Dr. Daniel Borges Nava.

O SR. DANIEL BORGES NAVA – Bem, bom dia a todos e a todas, Senador Blairo Maggi, essa apresentação foi constituída, para que possamos identificar essa grande possibilidade do setor no Estado do Amazonas.

Essa é uma imagem das áreas de pesquisa de uma empresa privada, Potássio do Brasil, que vem desenvolvendo ações nos Municípios do Estado do Amazonas desde 2009, com investimentos que se somam a mais de R\$200 milhões.

É importante registrar que, desde a década de 80, as reservas de potássio do Estado do Amazonas eram reconhecidas, mas foram muito mais discutidas a partir de 2003, por uma iniciativa muito importante da Assembleia Legislativa do Estado, quando criou uma Comissão Especial e passou a discutir a potencialidade mineral no Estado.

O Governador Omar Aziz criou, em 2011, a Secretaria de Estado de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos, e temos construído, junto com a Secretaria de Planejamento, ações para o planejamento estratégico do Estado até 2030. E nós entendemos que os recursos minerais têm um papel importante no desenvolvimento econômico do nosso Estado.

Gostaria de perder um pouco de tempo nesses eslaides, Senadores, por conta das atuais relações internacionais. Se hoje estourar, por exemplo, uma guerra, um conflito, estaremos numa condição bastante dependente para quem hoje é o principal produtor de alimentos no mundo ou quer se tornar o principal produtor de alimentos do mundo.

Percebam que temos uma relação de confiança comercial entre o Canadá, que é o principal produtor – aqui há uma grande produção –, e os Estados Unidos, que têm também uma produção de alimentos importante. A Europa também tem, a partir da Alemanha, relações fraternas de produção e consumo. No Leste Europeu, provavelmente, a Rússia atenderia às demandas da China, e o Oriente Médio também tem uma produção a partir de Israel. Nós temos uma grande produção de alimentos, mas produzimos muito pouco.

Temos reservas no Chile, na Argentina e as reservas em produção no Estado de Sergipe.

Então, temos uma condição muito dependente. A nossa preocupação é a de que, hoje, se o Brasil importa 92%, em 2019, se nada for feito, as reservas de Sergipe se extinguem. Existe o Projeto Carnalita, que está em desenvolvimento, mas é diferente do Projeto Sulvinita; é um projeto com teores muito mais baixos e com investimentos são maiores. Isso requer uma relação de que o Brasil, em 2019, pode ficar totalmente dependente, se nada for feito, se os investimentos não forem garantidos, para que tenhamos o potássio, os sais de potássio, como reservas estratégicas dentro do cenário nacional.

Isso requer, então, um esforço muito grande, não somente dos Estados Federativos, como vínhamos discutindo há algum tempo, mas da iniciativa privada, que vem investindo no Estado do Amazonas, inclusive com empresas dentro da relação direta. Há empresas privadas que hoje já usufruem da Zona Franca de Manaus e que se tornaram parceiras no investimento e no desenvolvimento da mineração no nosso Estado.

Foi criado, em 2011, um grupo de trabalho que juntou toda a *expertise* das instituições, sejam estaduais, sejam federais, para que pudéssemos levar ao Governador Omar Aziz uma relação direta de insumos agrominerais, porque o Estado do Amazonas é altamente dependente e diretamente ele, talvez como um dos poucos Estados Federativos, concentraria a possibilidade de produzir, a partir do gás natural, a ureia, o nitrogênio; as reservas de fosfato, que foram apresentadas agora pelo Diretor da CPRM, o Dr. Roberto Ventura; e o potássio. Então, nós podemos ter, dentro do *cluster* industrial do Distrito Industrial do Amazonas, provavelmente, uma indústria de fertilizantes que poderá atender diretamente as relações geopolíticas a que essas reservas se impõem diante das principais regiões produtoras de alimento no Brasil.

Esse grupo de trabalho chega a uma conclusão – e é um trabalho que vem sendo discutido desde 2003, para o qual já pedimos um esforço muito grande à Associação Amazonense de Municípios –, que vem exatamente ao encontro da realidade da questão da silvinita, desde as discussões do Presidente Lula. Entendemos que, hoje, essas áreas da Petrobras e as demais áreas que hoje estão sendo pesquisadas pelas empresas privadas, especialmente em Autazes, trouxeram novos conhecimentos significativos sobre essa região, particularmente reservas novas surgiram. Então, hoje nós temos condições, efetivamente, de contribuir para o desenvolvimento da agroindústria, da pequena agricultura e também da produção de biocombustíveis,

que são extremamente dependentes desses insumos agrominerais.

Esta aqui já é uma amostra extraída no Estado do Amazonas. São testemunhos demonstrando as reservas de potássio já existentes; particularmente esta aqui é uma amostra no Município de Autazes.

A realidade dessa reserva, que a gente coloca como a terceira, mas pode ser até a maior reserva de potássio do Planeta, é que se estende, Senadora Vanessa, desde Borba até o Estado do Pará, que pode seguir, se continuarmos o desenvolvimento, até Santarém. Quer dizer, é uma grande bacia de sal, com um potencial enorme, que só no Estado do Amazonas envolve um consórcio da ordem de 14 Municípios interessados – alguns prefeitos estão aqui: Nova Olinda do Norte, Itacoatiara, Borba, Autazes, Silves, São Sebastião do Uatumã, Maués, Urucurituba, Urucará, Itapiranga, Barreirinha, Parintins, Boa Vista do Ramos e Nhamundá.

É uma grande área que hoje precisa ser pesquisada, precisa receber esses investimentos de pesquisa. Em um projeto como esse, se produzirmos na primeira mina 2 milhões de toneladas/ano, nós teremos ali, em termos de empregos diretos no interior, 800 vagas e mais 5 mil indiretos, entendendo que, na cadeia do setor mineral, são gerados quatro a cinco novos empregos. Então, você tem uma capacidade de produção de riqueza e geração de renda para o interior do Amazonas extremamente importante, fora a arrecadação, hoje, das compensações financeiras pela exploração mineral.

E nas reservas, hoje, se somarmos as reservas das empresas privadas e as reservas reconhecidas pela Petrobras, nós temos uma ordem de quase 1 bilhão de toneladas de potássio, o que seria extremamente significativo no aspecto de atendimento das demandas por mais de duzentos anos, isso numa previsão mínima, reconhecidas as reservas que estão aí.

Quero dizer que existe um *site* da empresa privada Potássio do Brasil, www.potassiodobrasil.com.br, onde seus dados atualizados podem ser acessados. Mas o mais importante, Senador Blairo, é que tínhamos reservas de Arari e de Fazendinha, que estão profundas, entre 900m e 1.200m de profundidade, e as reservas de Autazes estão a 650m de profundidade, ou seja, são mais próximas da superfície, portanto, são reservas de classe mundial, isto é, são reservas superiores – foram anunciadas ao Governador Omar Aziz no início do ano – a 500 milhões de toneladas.

Da pesquisa, já consagrada, estão sendo revelados agora os próximos passos junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral. Eles começam já a tratar a relação do licenciamento ambiental. O Estado

esteve, recentemente, em Sergipe, conversando com a Secretaria de Meio Ambiente de Sergipe, que já faz o processo do licenciamento ambiental, junto à empresa Vale, para que possamos ter os termos de referência e os estudos ambientais comecem a ser desenvolvidos, e a expectativa nossa é que já tenhamos a primeira licença emitida no próximo ano, a partir desses estudos ambientais.

Nossa Secretaria encaminhou ao Ipaam, o órgão do Estado que faz o licenciamento ambiental, uma proposta de termo de referência. Isso está sendo discutido para que as empresas, ao chegar a essa fase, já possam receber as orientações necessárias e seguir...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Secretário, como se chega a essa jazida? Como é a logística para chegar aí?

O SR. DANIEL BORGES NAVA – Vamos lá. A jazida está localizada exatamente na confluência do Rio Madeira com o Rio Amazonas, na foz. Autazes está aqui, e Nova Olinda está do outro lado do Rio Madeira. E ela está localizada estratégica e geopoliticamente aos principais corredores que se estudam para uma estratégia da exploração e produção de alimentos no País.

Se aproveitarmos as hidrovias – sei que o senhor é entusiasta de projetos ferroviários nessa região – e se tivermos uma atuação firme de infraestrutura, teremos esses corredores aproveitados, atendendo a principal área de produção de grãos brasileira. Isso por quê? É uma coisa importante. Quando vamos fazer a relação da viabilidade logística, se, hoje, quisermos comprar... Não sei de onde o senhor traz, para a produção de alimentos; falaram-me que é de Israel. Se traz de Israel, essa é a vinda até aqui e daqui sobe até a Região Centro-Oeste. Se trouxermos do Canadá, que é o principal produtor, ele atravessa 1,5 mil quilômetros de ferrovias até o Pacífico, segue, atravessa o Panamá e vem até o porto de São Paulo, subindo para a região. Isso, provavelmente, é um custo extremamente elevado para a produção brasileira. Então, todo o esforço...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Tudo vem de Paranaguá?

O SR. DANIEL BORGES NAVA – Provavelmente, quase tudo. Toda essa logística, se pensarmos na competitividade, naquilo que a produção de alimentos gera na balança comercial, provavelmente, estaremos empatando. Aquilo que nós temos de superávit, estamos importando em termos dos insumos agrominerais. Assim, ao realizar e desenvolver um projeto como esse, nós poderemos, no mínimo, ter uma economia em torno de US\$178,00 a tonelada. Esses são dados da empresa privada que tem desenvolvido estudos de viabilidade econômica desse projeto.

Falando de competitividade internacional, se quiséssemos atender, por exemplo, os Estados Unidos, nós somos até mais competitivos. Por quê? Porque só teríamos que sair daqui, atravessar a hidrovía do Amazonas e seguir para a Flórida. Se quisermos atender o Brasil, temos uma posição extremamente vantajosa, e, se ainda quisermos exportar, porque são reservas estratégicas, podemos ter realmente uma relação de sair da dependência que hoje temos – conforme aquele primeiro quadro que anunciei, em que produzimos muitos alimentos e dependemos muito desses insumos agrominerais – para uma relação de pelo menos autossuficiência.

Nesse sentido, há um elemento importante a inserimos nisso – e esta é a Comissão de Meio Ambiente, uma comissão especial: é a tecnologia, que é um fator fundamental para a preservação da Floresta Amazônica. Quando você utiliza os fertilizantes, você aumenta a produtividade sem, necessariamente, precisar de novas áreas. Então, você tem o aumento da produção de alimentos sem a necessidade de novas áreas. Por quê? Porque você tem um efetivo consumo de fertilizantes. Então isso é um bloqueio natural para que continuemos a produzir os alimentos com uma maior produtividade e criemos ali uma menor pressão da fronteira agrícola contra a Floresta Amazônica. Isso é usar da inteligência da tecnologia para que possamos também ter vantagens competitivas nessa relação.

Esse é um encontro com a empresa – aqui, hoje é o secretário atual de Geologia, Mineração do Ministério de Minas e Energia, o presidente do banco internacional, que vem investindo no Estado e se associou a grupos locais do Estado, como o Grupo Fogás, o Grupo Simões e outros investidores; aqui é o Diretor de Exploração da Potássio do Brasil; essas são pessoas que passaram pelo Ministério, estão no Ministério e acompanharam essa discussão que foi feita no Canadá. Esta foto foi quando foram anunciados os investimentos que seriam feitos no Estado do Amazonas, e estamos falando de 2007 ou 2008.

Para concluir, as grandes oportunidades.

Primeiro, como temos uma importante reserva, Senadora, temos que partir para uma discussão importante junto à ANP: a questão do polo gás-químico, a possibilidade de nós não somente queimarmos o gás natural para produzir energia, mas que possamos produzir ureia, possamos produzir o nitrogênio, que é o primeiro componente do NPK. Quanto ao fosfato, nós entendemos que a CPRM, ao estudar esses fosfatos no sul do Estado, pode nos garantir ocorrências importantes, mas Mato Grosso, Tocantins, os Estados laterais, limítrofes ao Estado do Amazonas, já produzem fosfato e podem nos garantir, ali, uma relação de

sinergia importante para a economia desses Estados federativos e para a própria Amazônia.

A interiorização do processo de industrialização. Nós temos uma mina que é subterrânea, com baixo impacto ambiental, claro, desenvolvidas as questões dos sais, porque nós estamos trabalhando com sal e existe tecnologia. A engenharia nacional já domina essa tecnologia para explorar a essas profundidades e garantir, ali, a sustentabilidade do empreendimento nos condicionantes ambientais.

Além dessas possibilidades, consolidar, para o Estado do Amazonas, a hidrovía do Madeira; reduzir a dependência brasileira de potássio; a proteção da floresta; e a contribuição para a produção de alimentos e biocombustíveis.

Eu quero colocar que a Presidente Dilma, em 17 de março de 2011 – nós entendemos isso como o marco zero –, anunciou, em seu discurso, a importância do papel da exploração de silvinita no Estado do Amazonas.

Então, nós entendemos que, no seu plano de governo e nas ações que o Governo tem tomado, é importante que nós possamos fazer valer essas palavras da nossa Presidenta, no sentido de que o Estado contribua para que a gente possa, efetivamente, ter menor dependência nas relações que se mantêm com a produção de alimentos e a produção de biocombustíveis.

Eu queria agradecer, então, este espaço e colocar à disposição a Secretaria de Mineração do Estado do Amazonas para esclarecimentos adicionais não somente a esta Comissão, mas a todos os Parlamentares do Congresso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Daniel Borges Nava, que é Secretário da Secretaria Estadual de Mineração.

Agora, eu passo a palavra ao nosso querido Deputado Estadual Sinésio Campos, da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas e Presidente da Comissão de Minas, Gás e Energia da Assembleia Legislativa do Amazonas.

Com a palavra, o Deputado Sinésio.

O SR. SINÉSIO CAMPOS – (*Fora do microfone.*) todos e a todas.

O requerimento é de autoria da nossa Senadora Vanessa Grazziotin e temos à Mesa dos trabalhos o nosso Senador Blairo Maggi, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, que conhece a realidade do Amazonas e que nós gostaríamos que fosse o quarto Senador do Amazonas, para defender esse projeto tão importante, como também o

Senador Jorge Viana, do PT do Acre – há pouco, nós tivemos a honra de tê-lo aqui –, e o Vice-Presidente da Comissão, o Senador Eduardo Amorim, de Sergipe.

No perfil técnico – eu até estava falando aqui para o nosso companheiro Roberto Ventura –, há uma matéria, Senador, de abril de 2005, quando o companheiro Ventura não tinha um cabelo branco ainda e era bem cabeludo ainda, em que ele está à Mesa dos trabalhos, lá no Município de Nova Olinda do Norte. Lá, já se falava: “A silvinita é prioridade do Governo Federal.”

Então, nós temos alguns anos, mais de dez anos na luta por esse projeto e nós entendemos que, antes, se dizia que era um projeto que não se sustentava, porque não havia o modal da produção energética, que, hoje, o Linhão de Tucuruí resolve; além das novas descobertas do gás, que dão tranquilidade para termos uma indústria cloroquímica, uma indústria de fertilizantes.

O outro item que também foi colocado aqui, na apresentação do nosso Dr. Roberto Ventura, mostra um gargalo da época em que eram as pesquisas feitas, ainda, pela Petromisa, na década de 80. Essa subsidiária da Petrobras deixou de existir, e a Petrobras deixou de colocar como prioridade o projeto de fertilizantes, entrando de cabeça no petróleo e gás. Então, fertilizante deixou de ser prioridade para a Petrobras.

Ali tem Fazendinha e Arari, sobre o que é bom que se diga que houve uma licitação – feita pelo Governo Federal, com ágio de 30% – na qual houve uma empresa vencedora; depois, foi desfeita, houve o destrato dessa licitação, coisa que é inédita.

Inclusive, quando nós estivemos, já por três vezes, no Canadá, porque o Brasil... (*Falha na gravação.*) ... tem um estande, no maior evento de mineração do mundo, em Toronto, no Canadá, em que o Brasil vai em busca de investimentos estrangeiros, internacionais para o País. Eu disse que o Brasil é um país sério e, naquele momento, Senador Blairo, ficou algo constrangedor. Eu queria externar isso aqui, no Senado da República, tendo em vista que houve destrato de uma licitação já feita. Mesmo assim, esta área ainda tem como detentora a Petrobras. Então, nós queremos colocar aqui, de público, que já tive, pessoalmente, duas ou três conversas com a Presidente Graça Foster, da Petrobras, e lá no Amazonas, e na Petrobras no Rio de Janeiro, e já deixou claro que a Petrobras não tem interesse de explorar o fertilizante lá de Fazendinha e Arari, entre os Municípios de Itacoatiara e Nova Olinda do Norte.

Então, qual o apelo que fazemos? Que a Petrobras faça de novo, coloque em licitação, como foi feito anteriormente.

Outro dado é que o Ministério de Minas e Energia deu uma decisão extremamente saudável para todos nós, entusiastas da produção de fertilizantes, quando abriu novos blocos de licitação e deixou claro... Hoje aqui estão na mesa alguns prefeitos, entre eles o Vice-Presidente da Associação Amazonense de Municípios, nosso companheiro Prefeito Wanderlan Penalber. Lá, só este ano, investiu mais de 100 milhões, Senador, a empresa Potássio do Brasil. E aqui não estamos fazendo propaganda, mas foi quem acreditou, pois sabemos que investimento na mineração é investimento de risco, e está lá, investindo mais de 100 milhões só em pesquisa. E o resultado foi o que já foi mostrado aqui. Dizia-se que só havia ali, na área de Fazendinha e Arari, que já tem todo o levantamento por parte do Governo Federal, e agora se ampliou: é uma área de mais de 400km, chegando à ordem de mais de 3m de espessura de silvinita.

Entendo que por isso que temos feito, com o Presidente da **Comissão de Geodiversidade, Recursos Hídricos, Minas, Gás e Energia da Assembleia Legislativa do Amazonas**, juntamente com 14 Municípios, audiências públicas no Município de Borba, com participação de mais de mil e quinhentas pessoas, a população presente. Fizemos em Itapiranga, aqui com o companheiro Nadiel; fizemos audiência no Município de Silves, com o companheiro Bojó, com participação maciça da população; com nosso Felipe Cabeça Branca, também lá no Município de Urucará, que é uma área que também tem produção extremamente importante, tendo em vista a produção do calcário, que se extrai, em Urucará e São Sebastião de Uatumã, para abastecer o mercado da produção de cimento, uma fábrica de cimento instalada; também com nosso Prefeito Joseias Lopes, do Município de Nova Olinda do Norte, que lá começou, em 2005, em 2004, esses primeiros debates; como também em Nhamundá, com Nenê, na fronteira já com Pará.

Ou seja, Senador, eu, como Deputado já de quatro mandatos, estou aqui como Líder do Governo e falo também em nome do Governador nesta plenária, para dizer que tem total e irrestrito apoio do Governo do Estado esse projeto. O projeto da exploração do potássio não é de interesse somente do Amazonas. Se pensamos numa exploração sustentável e ambientalmente correta e que possa deixar mais de 180 milhões de brasileiros com a tranquilidade... Como foi dito aqui pelo nosso Secretário Daniel Nava, a única secretaria de mineração é a da Amazônia, que foi criada exatamente para tratar disso e não ter os exemplos negativos de exploração predatória que ocorrem no Amazonas. Muito se fala aqui de Serra Pelada como exemplo de mineração. Aquilo ali foi uma garimpagem clandestina,

que nunca foi oficializada pelo Governo, que não pode ser parâmetro de mineração.

Quero também dizer que já descemos três vezes à mina de Sergipe. Com o Senador Vice-Presidente desta Comissão, Eduardo Amorim, estivemos na Assembleia Legislativa de Sergipe e contamos, Senador Blairo Maggi, com o apoio da Assembleia Legislativa de Sergipe. Lá encontramos ex-trabalhadores da Petrobras que hoje são deputados em Sergipe e que atuaram no trabalho da Petrobras na década de 80.

Eu coloco como ilustração que nessa área, na década de 50, estiveram dois presidentes da República: Juscelino Kubitschek e Café Filho.

Essa luta hoje tem, primeiro, sustentabilidade econômica; tem parceiros nacionais e locais que querem investir e estão investindo; tem um Governo de Estado que criou uma Secretaria para tratar da matéria. Há ainda a questão energética com o Linhão de Tucuruí e há também a necessidade de que o Brasil possa produzir o seu próprio fertilizante.

Então, fico muito feliz de estar aqui a Senadora.

Eu tenho aqui um vídeo que mostra um pouco, Senador, o quanto temos feito uma peleja. Já estivemos no Canadá, em Sergipe e peregrinando em vários Municípios, mas faltava exatamente a Casa maior do Poder constituído no Brasil, que é o Senado da República. E exatamente esta Comissão, a pedido da Senadora Vanessa, abre-nos a porta, com todo prazer. Então, há uma matéria que mostra um pouco do que é o trabalho que estamos pela Comissão e pelo Brasil.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. SINÉSIO CAMPOS – Então, Senador, eu queria agradecer esta oportunidade e dizer que é um momento ímpar para nós, tanto do Poder Legislativo do Amazonas quanto para os Prefeitos, vir ao Senado da República dizer que o Amazonas não tem somente como modelo de desenvolvimento o distrito industrial, a Zona Franca de Manaus. Nós queremos tornar a indústria cloroquímica, a indústria de fertilizantes efetiva e promissora. Sabemos que produção de grãos, o agro-negócio no Brasil, como também a agricultura familiar passam pela produção de fertilizantes. O Amazonas não é problema neste momento; ele é uma solução.

O que eu trago aqui à Comissão de Meio Ambiente, como mostrei nas imagens aos prefeitos, é para dizer que a população desses 14 municípios, que têm uma distância de uma laje de 400km de extensão do potássio, já deu o sinal verde, ou seja, um dos gargalos de qualquer empreendimento minerário é a população ser contrária. Então, o Amazonas, tanto a parte do Poder Executivo como o Poder Legislativo e a população, diz sim ao projeto do potássio do Amazonas para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Deputado Sinésio Campos, Deputado Estadual pelo Amazonas, também Presidente da Comissão de Minas, Gás e Energia, da Assembleia Legislativa, e Líder do Governo naquela Casa. Agradeço a sua participação.

Também quero dar as boas-vindas e cumprimentar o Deputado Silas Câmara, Deputado Federal pelo Amazonas.

Passo a palavra agora ao nosso próximo convidado, o Sr. Jônatas Trindade, que é Coordenador de Mineração do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama). Depois ouviremos os dois prefeitos que estão na nossa mesa. Com a palavra o Dr. Jônatas, que falará pelo Ibama.

O SR. JÔNATAS SOUZA DA TRINDADE – Bom dia. É uma honra estar nesta Casa, como servidor público, e acredito muito na República. Nós, do Ibama, prezamos por tratar de licenciamento ambiental em âmbito federal dos empreendimentos que são de nossa competência. Eu falo que, infelizmente, nós não temos nenhum empreendimento de sais de potássio, que, para mim, como geólogo de formação, avalio que é um bem mineral estratégico para a nossa Nação. Entendo que a produção desses sais viabilizará e facilitará o desenvolvimento do nosso País.

Em relação ao que posso contribuir quanto ao meio ambiente, seria em relação aos cuidados que um empreendimento desses deve ter quando de sua implantação. Seguindo o nosso normativo federal, que seria, por exemplo, todas as resoluções Conama que tratam da questão do licenciamento ambiental, eu avalio, de pronto, que os principais cuidados que se deve ter com o empreendimento da exploração de sais se daria em relação principalmente ao tratamento dos rejeitos e dos efluentes gerados que a gente conhece, que são os sais de potássio, mas incluem outros sais, principalmente porque, a partir do momento em que você disponibiliza esse sal, você tem de ter alguns cuidados com o aquífero, se você for reinjetar esses sais, ou com o meio ambiente, de forma geral, se for disponibilizar esse material na superfície.

Estudando um pouco alguns artigos na internet, a gente consegue verificar que existe tecnologia disponível para a exploração desses sais e que essa tecnologia é capaz de atender às premissas ambientais, *a priori*. Isso depende muito da qualidade de como será o cuidado da gestão ambiental desse tipo de empreendimento.

Acredito também que a questão do desenvolvimento contínuo da tecnologia de exploração e o cuidado ambiental possibilitam que esse tipo de empreendimento possa vir a ser viabilizado, tanto economicamente

como ambientalmente, principalmente tendo cuidados com a saúde de trabalhadores e a segurança ambiental no tratamento desse bem mineral.

Em relação a processos de licenciamento, nós procuramos fazer um levantamento, no Estado do Amazonas, de quais empreendimentos nós tínhamos em processo de licenciamento. Nós detemos quatro processos de licenciamento no Estado do Amazonas, todos em área de fronteira com outro Estado, porque a competência federal nesse caso seria em licenciamentos em divisa de Estado ou em Unidade de Conservação federal.

Então, no caso específico, nós só temos três processos de licenciamento: o de ouro aluvionar, que está em início de processo de licenciamento no Rio Tapajós – foi emitido o Termo de Referência – e um processo de pesquisa mineral de nióbio e tântalo no sul do Estado do Amazonas.

Outra coisa que eu poderia colocar é que o cuidado principal, como já destaquei, seria em relação ao controle e à qualidade da água. Nesse caso, o principal impacto que eu entendo numa mina subterrânea seria a questão da contaminação de aquífero.

Essas são as informações que eu entendo relevantes para apresentar nesta Comissão.

Agradeço a oportunidade.

Nós nos colocamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Jônatas Trindade, representante do Ibama nesta audiência pública.

Concedo a palavra, então, ao Sr. Joseias Lopes da Silva, Prefeito do Município de Nova Olinda do Norte.

O SR. JOSEIAS LOPES DA SILVA – Bom dia, senhores e senhoras presentes, Deputados e Senadores do nosso Estado e também Senadores e Deputados de outros Estados envolvidos nessa causa.

Quero aqui agradecer a iniciativa da Senadora Vanessa e, é claro, todo esse trabalho desempenhado em nosso Estado do Amazonas pelo nosso Deputado Sinésio Campos.

Está bem claro que a silvinita é uma realidade no Estado do Amazonas desde a década de 80, porém sem um encaminhamento que pudesse transformar, de forma efetiva, essa riqueza em bens à sociedade e ao povo amazonense. Creio que a criação da secretaria em nível de Estado é o instrumento viável para fazer, acima de tudo, essa mobilização.

Estão aqui presentes vários prefeitos do Estado do Amazonas e, de modo especial, dessa região onde há a maior concentração desse minério.

Está mais do que claro que essa riqueza não pertence simplesmente ao Estado do Amazonas, mas ao Brasil. Então, não tenho dúvida de que todos os

Senadores do Brasil estarão realmente em defesa da exploração desse minério no nosso Estado, haja vista que o nosso País provê grande parte do consumo desse minério por outros países. Então, se temos essa riqueza, precisamos buscar a viabilidade e estar sempre atentos, é claro, porque associados a todo o desenvolvimento estão os problemas. Mas, se esses problemas forem pautados e tratados junto com a sociedade, eu tenho certeza de que nós os amenizaremos bastante e estaremos colocando em pauta uma questão que eu posso aqui defender e abordar, com a permissão dos nossos prefeitos do Estado do Amazonas. Estamos aqui pela necessidade, pela esperança e pela perspectiva dessa exploração no nosso Estado.

Então, penso que todo esse desenvolvimento, todo esse envolvimento e toda essa participação realmente já houve nas audiências públicas nos diversos Municípios, começando em Nova Olinda, só neste ano, depois em Borba – não é, Zé Maria, o popular Baía.

Aqui, o Prefeito Nadiel, em Itapiranga; o Prefeito Bojó, em Silves; e Cabeça Branca, em Urucará. Aqui, representando Itacoatiara, a Vereadora Cheila, onde houve a audiência pública. Não estou vendo o Prefeito Nenê.

Tem sido realmente uma caminhada intensa, liderada, é claro, pela Assembleia Legislativa do nosso Estado, na pessoa do nosso Deputado Sinésio Campos, e também pelo nosso Secretário Daniel Nava.

Aqui, eu quero, acima de tudo, agradecer a oportunidade e a sensibilidade do Senado e da Câmara Federal em viabilizarem, o mais breve possível, a exploração da silvinita, que é uma realidade no nosso Estado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado ao Prefeito Joseias, que é Prefeito do Município de Nova Olinda do Norte.

Passo a palavra, então, ao nosso último inscrito, ao último orador convidado para esta audiência pública, o Prefeito Wanderlan Penalber Sampaio, Prefeito do Município de Autazes, que também é Vice-Presidente da Associação Amazonense dos Municípios. O senhor tem dez minutos para suas colocações nesta Comissão.

O SR. RAIMUNDO WANDERLAN PENALBER SAMPAIO – Muito obrigado, Senador.

Quero cumprimentar esta Comissão, na pessoa do Senador Blairo Maggi; todos os membros da mesa; o nosso Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Minas da Assembleia, um dos entusiastas desse processo no nosso Estado, o Deputado Sinésio Campos; o nosso Secretário de Mineração, que aqui, realmente, fez uma explanação bastante elucidativa para todos aqueles que estão aqui interessados em saber e conhecer melhor o que é o potássio do Amazonas;

a Senadora Vanessa, autora do requerimento que faz com que essa tão importante pauta possa vir a ser discutida no Senado Federal; o nosso Deputado Federal Silas Câmara, aqui presente também; o Senador de Sergipe; os representantes do Ibama e da CPRM; os colegas prefeitos que estão aqui conosco nesta Comissão, de que, a convite da Senadora e do Deputado Sinésio, estamos aqui a participar.

Senador Blairo, no início dos trabalhos desta Comissão, V. Ex^a citou algo muito importante. O setor primário deste País não é primário apenas por desenvolver uma das atividades mais antigas que os nossos antepassados e até os nossos indígenas começaram a exercê-la nos primórdios do nosso País, mas porque é considerada, sem dúvida, a mais importante. É desse setor que vem um dos principais elementos que mantêm e sustentam a vida do ser humano, que é a produção de alimentos.

Hoje, Senadora Vanessa, a senhora traz o assunto da mineração do Estado do Amazonas, em especial o nosso potássio, a nossa silvinita, para a discussão no palco mais importante da República. Hoje, esse está deixando de ser um assunto restrito ao Estado do Amazonas e passa a ser tratado como uma questão nacional. Então, a partir de hoje, Deputado Sinésio, o nosso potássio, a nossa silvinita deixa de ser, colegas prefeitos, Baía, colega Bojó, meu colega de Itapiranga, Nadiel, nosso Cabeça Branca, uma questão do Amazonas e passa a ser uma questão do Brasil, pela importância que a silvinita, o potássio, sem dúvida nenhuma, passará a ter como questão prioritária na pauta de discussão do Governo Federal.

O Senado dá esta oportunidade para que esse assunto venha a ser discutido, e discutido na sua amplitude pela importância e pelo significado que passará a ter como pauta de discussão das questões nacionais, pela importância que tem para o agronegócio deste País.

Nós, que sabemos da dependência, Vereadora, que o Brasil tem de importar 92% de toda a sua necessidade interna para abastecer o agronegócio deste País e, de repente, nos tornarmos autossustentáveis, autossuficientes e sairmos da dependência de qualquer restrição, ou do risco de sermos boicotados de alguma maneira, e termos a economia que, hoje, contribui certamente com a balança comercial deste País, que é o agronegócio do Brasil.

Então, é muito importante que, hoje, o Congresso, sem dúvida nenhuma, abra esta discussão e o potássio do Amazonas deixe de ser do Amazonas e passe a ser do Brasil, como já é o potássio extraído em Taquari-Vassouras, no Estado de Sergipe.

Então, V. Ex^a, Presidente desta Comissão, Senador Blairo Maggi, saberá também conduzir porque sabe da viabilidade que o potássio do Amazonas tem, da forma como ele poderá chegar até o nosso centro consumidor, a indústria nacional, porque já temos, hoje, uma logística. As barcas que descem com a soja, vindas do centro produtor de soja do Brasil, mais especificamente do Mato Grosso, que descem pela calha do Madeira, pela hidrovia do Madeira, até Itacoatiara, essas barcas poderão retornar com o potássio do Amazonas, de Itacoatiara, de Nova Olinda, de Autazes, voltando para Porto Velho ou também poderão descer pela hidrovia do Amazonas até o Município de Santarém e, de lá, sair pela Santarém-Cuiabá, que também é outra alternativa de escoamento do potássio do Amazonas.

Hoje, o Senado abre esta discussão e esta grande oportunidade de poder viabilizar uma potencialidade que vai, certamente, servir de sustentabilidade para o agronegócio deste País, podendo, assim, dar ao agronegócio, à agricultura a competitividade que tanto esperamos pelo custo Brasil, que, hoje, nos torna, muitas vezes, sem poder competir com a indústria e com a agricultura de outros países.

Portanto, parabeno a Senadora Vanessa e a Comissão presidida pelo Senador Blairo Maggi por dar a oportunidade desta discussão tão importante, não só para o Amazonas, mas para todo o nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/ PR – MT) – Muito obrigado ao Prefeito do Município de Autazes, o Sr. Raimundo Wanderlan Penalber Sampaio.

Agradeço a participação de todos e a presença. E, antes de passar a palavra a nossa querida Senadora Vanessa Grazziotin, que é a requerente desta audiência pública, se V. Ex^a me permitir, Senadora, eu gostaria de falar um pouquinho, porque esta é minha praia também, este negócio.

Estou ali, na região, trabalhando e, em 1994, 1996, fui um dos responsáveis pela instalação do Corredor Madeira/Amazonas, e começamos a exportar soja de Mato Grosso, passando pelo Estado de Rondônia, do porto de Porto Velho ao porto de Itacoatiara, pela hidrovia do Madeira/Amazonas. São 1.115km de hidrovia que funcionam 12 meses no ano, 365 dias no ano, com alguma restrição no mês de setembro, mas com os equipamentos que temos, hoje, no rio, podemos navegar o tempo inteiro, não há problema. Perde-se um pouco de capacidade.

Mas fiquei muito animado, Senadora Vanessa, Deputado Sinésio, os demais da Mesa, porque essa mina de Autazes, que me parece ser a menos profun-

da, a mais rasa, a mais próxima do solo, com 600m ou coisa parecida, é uma mina do padrão mundial, não tem nada de diferente do que se faz no mundo. Inclusive, o Brasil, através da Petrobras, há poucos anos e há poucos meses, até então tinha um projeto na Patagônia, na Argentina, com alguns bilhões de reais brasileiros colocados naquele projeto para fazer a extração de potássio e trazer para o Centro-Oeste, para o Brasil. Se olharmos, em termos de logística, o que acontece na Argentina e com o Brasil nessa região do Amazonas, é incomparável! Não temos de pensar na Argentina. O Brasil, o Governo brasileiro, tem de pensar muito rapidamente na questão do potássio, da silvinita, na região do Amazonas.

Ora, na foz do rio Madeira com o rio Amazonas, simplesmente chegam navios – Itacoatiara está 50km para baixo – de classe Panamax, que saem dali com 56 mil toneladas e que descem o rio Amazonas, saindo pela Calha Norte, ganhando a Europa, a Ásia, e vão embora. Quer dizer, é o porto mais distante, mais adentro do continente no mundo. O navio sobre 1.500km num rio para carregar a mercadoria brasileira e sair para a Europa e para a Ásia. Nenhum porto do mundo é tão distante do mar quanto o porto de Itacoatiara, o porto do Amazonas ou qualquer um desses que pode ser montado.

Então, na questão de logística, se temos viabilidade técnica, econômica, de extrair esse potássio, em termos de logística é maravilhoso o que tem na região, porque a hidrovia do Madeira/Amazonas, como já expliquei, funciona. Rondônia tem grande potencial agrícola, o noroeste de Mato Grosso tem grande potencial agrícola, e todos precisam de potássio. Então, retorno de barcas, retorno de caminhões, é fluxo negativo, é frete barato para se levar. Descendo pelo rio Amazonas, vamos imaginar que esteja funcionando uma dessas jazidas. Você desce, como foi dito aqui pelo Prefeito Vanderlan, você pode ir até Santarém ou vai até Miritituba, provavelmente até esta última, porque a soja de Mato Grosso vai descer a Miritituba e vai descer para Belém ou para Santana. Lá em Miritituba nós teremos caminhões, milhares e milhares de caminhões subindo e descendo todas as semanas, todos os dias, com frete barato de retorno para o centro de Mato Grosso, o norte de Mato Grosso, grande produtor, com grande potencial agrícola. Vamos descer um pouquinho mais com esses navios, com essas barcas que saem de Autazes ou de qualquer lugar. Vamos a Belém, onde tiramos esse potássio e colocamos de volta ou nos caminhões ou no trem que está sendo concessionado agora para construir uma ferrovia 400km para cima de Belém, que vai ligar Belém à Ferronorte, que vai chegar a Brasília. Então, você imagina sair de Autazes ou

de qualquer lugar do Amazonas, por hidrovia, até chegar a Belém, coloca no trem ou no caminhão, pega a Ferronorte e vem embora para o Tocantins, vem para o Pará, para Goiás, enfim, vai descer. É uma logística maravilhosa, sensacional. Uma vez isso explorado, o Brasil ganha uma competitividade muito maior do que qualquer lugar do mundo. Foi mostrado aqui, pelas transparências, que temos de sair do Canadá e dar a volta pelo Panamá para chegar com mercadoria no Brasil, temos de sair de Israel pela costa da África para chegar aqui, ou da Rússia, da Bielorrússia, Uzbequistão. Enfim, os produtos de potássio vêm dessa região.

Então, o que temos nessa província, no Estado do Amazonas, e pela posição geográfica e logística que ela tem, não tenho dúvida nenhuma, Senador Ivo Cassol, de que nós temos de fazer uma frente no Senado Federal. Nós temos de convencer o Ministro Lobão, mostrar a ele que não estamos falando simplesmente de um poço ou de uma extração de silvinita ou de potássio, nós estamos falando da competitividade do Brasil frente aos mercados mundiais na produção de alimentos. E não só isso, na exportação também, porque, se carregamos navios de 50, de 60 mil toneladas e podemos sair mundo afora com soja, por que não podemos sair também com fertilizantes, exportar, fazer esse enfrentamento no mercado internacional? Foi dito aqui, pelo Daniel, que essa jazida dá para tirar 4 milhões de toneladas por ano durante cem anos. Quer dizer, olha o tamanho! Estamos falando de uma. Vários prefeitos que estão aqui têm a ocorrência e a possibilidade, nesses 14 municípios, de ter a presença de potássio de forma comercial, economicamente viável.

Então, o assunto que traz hoje a Comissão é um assunto extremamente importante, Senadora Vanessa Grazziotin, eu lhe cumprimento por isso. Já havia conversado com o Deputado Sinésio há muito tempo, ele é um entusiasta dessa questão, haja vista o trabalho que mostrou aqui na Comissão, através do filme que apresentou. Então, estamos no caminho correto. Precisa o Senado Federal também participar disso.

Eu faria uma sugestão ao Deputado e aos demais participantes da Mesa. Devemos fazer outras audiências públicas, muito provavelmente na Comissão de Infraestrutura, de Serviços de Infraestrutura, ou de Agricultura, que tem muito a ver com isso, mas que pudéssemos preparar...

Até recebi com antecedência, minha secretária, Vanda, enviou para mim, uma palestra que mostrava as questões de logística, sai de onde, vai para onde, com as distâncias. Não sei de quem era, mas não foi apresentado aqui. Gostaria muito que, em uma próxima audiência pública, nos prendêssemos um pouco na questão do modal, dos custos. Quanto custa para

sair de Autazes e chegar a Porto Velho? Quanto custa de Porto Velho para Sapezal, por exemplo? Quanto custa para chegar em Belém ou de Belém até Palmas, no Tocantins? Quanto custa para sair de Autazes e chegar em Miritituba e de Miritituba até Sorriso, no Mato Grosso?

Gostaria de finalizar dizendo que acho que essa jazida que vocês apresentaram só não é melhor porque não é na minha fazenda, em Sapezal, para que eu pudesse tirar do poço e colocar na lavoura, mas, no mais, tenho certeza absoluta de que para o Brasil é um excelente negócio: segurança nacional, divisa para o País e agricultura sustentada.

Com a palavra, então, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Agradeço, Senador Blairo Maggi.

Quero mais uma vez cumprimentar todos os nossos prefeitos, a vereadora que representa o Prefeito de Itacoatiara.

Vir a Brasília não é fácil, não é, Prefeito Wanderlan? Mas assim que confirmamos a realização dessa audiência pública, ligamos para o Deputado Sinésio e para o Prefeito Wanderlan, que nos ajudou a fazer a mobilização. Ele disse que prefeitos de seis Municípios viriam aqui. Fora Itacoatiara, todos os outros Prefeitos estão aqui.

Quero agradecer muitíssimo e dizer que nós, e os prefeitos certamente estão aqui por isso, vemos na exploração da silvinita uma forma de desenvolvimento econômico para nossa região e de distribuição de renda, porque, quando a gente objetiva o desenvolvimento econômico, queremos que ele gere o desenvolvimento humano, o desenvolvimento social.

Acho que no Mato Grosso não é exatamente como no Amazonas, porque o Mato Grosso é um Estado produtor, diferentemente do nosso modelo econômico, cujo polo industrial, que é responsável por mais de 90%, está concentrado na capital. Os Municípios, no geral, sobrevivem com repasses, Senador Blairo, de recursos do FPM e de ICMS. Essa é a realidade. Não geram capacidade própria, não têm capacidade própria de geração de emprego, de desenvolvimento, mas a gente busca, porque toda vez que temos algum problema com a Zona Franca somos criticados: “Vocês têm que buscar alternativas!” Estamos aqui exatamente fazendo isto: buscando a alternativa. Quando a gente fala em buscar alternativa, não é apenas para explorar essa reserva gigante de silvinita que tem no Estado, mas para, a partir dela, estabelecer um polo químico, um polo petroquímico, porque produzimos gás também natural. No Estado do Amazonas temos um gasoduto de mais de 600km, que leva o gás de

Coari até a cidade de Manaus. Enfim, o que estamos fazendo aqui é isso.

O Senador Blairo Maggi preside esta Comissão com muita competência, com muita responsabilidade. Não podemos esquecer que o Senador é o maior produtor de soja do Brasil, e temos conversado a respeito disso. Essa é uma luta que não é só nossa, do Estado do Amazonas ou de Sergipe, que somos Estados produtores. É uma luta também dos Estados produtores de alimentos. Temos todo um Centro-Oeste que tem magnificência na produção de alimentos, mas é uma luta também do Brasil.

Importamos, como aqui foi dito, 92% de potássio, tendo provavelmente a maior reserva do planeta, mas importamos, o que faz com que a nossa balança comercial tenha, e não sei em quantos bilhões de dólares, Senador Blairo Maggi, um déficit nessa questão de potássio. Não me lembro de ter ouvido esse número aqui, mas acho que ultrapassa, uma vez lembro de ter lido, US\$6 bilhões. É mais ou menos isso. Esse é o déficit da balança comercial nesse item. O potássio é fundamental e indispensável para preparar a terra, preparar o solo para a produção de alimentos. O Brasil é o terceiro consumidor do mundo, só perde para a China e para os Estados Unidos.

E nós estamos aqui. O Deputado Sinésio Campos tem sido, como o próprio Senador Blairo destacou, um grande lutador. A cara dele é a cara do potássio no Estado do Amazonas. Agora, Deputado Silas, precisamos, daqui de Brasília, daqui do Senado, de lá da Câmara, dar uma contribuição efetiva para que isso seja viabilizado. O Senador Blairo falou, mas falou sem dar muito destaque, de uma frente. Vamos formar essa frente, Senador Blairo. Para nós seria um prazer muito grande se V. Ex^a, que preside esta importante Comissão, também estivesse na coordenação da frente. Seria muito importante uma frente pela autossuficiência na produção de potássio do Brasil, essa é a frente que nós precisamos formar para ajudar os Municípios, os produtores, os Estados produtores de alimentos, de modo que o Governo tome uma decisão mais efetiva.

Ontem eu falava com Manaus e diziam: “Agora vai melhorar muito por conta do marco regulatório da mineração.” Nós não precisamos do marco regulatório da mineração. Não há problema, não há dúvida. A dúvida que se tinha – eu também participo há muito tempo da discussão – era se tecnicamente era viável. Cada vez as reservas que estão sendo descobertas se aproximam mais da superfície e não estão distantes das reservas contidas no mundo inteiro. Quanto à logística, da qual o Senador Blairo falou, não vou precisar repetir, apenas assino embaixo.

O Amazonas, o norte do País, a Amazônia não tem uma boa localização geográfica se pensarmos em relação ao Brasil e apenas em rodovias; mas, se pensarmos em mundo, a nossa localização geográfica é melhor do que a do Paraná, é a melhor do Brasil, levando em consideração nossas hidrovias, nossos rios e até, num futuro próximo, a construção de uma ferrovia que ligue a Amazônia ocidental – visto que o outro lado da Amazônia, a linha norte, já há previsão –, para que possamos fazer o transporte sem pressionarmos a floresta.

É importante que o Ibama esteja aqui e nos ouça, porque uma das questões da dificuldade de implantar determinados empreendimentos é exatamente a área ambiental. Não queremos que o Governo seja irresponsável com a questão ambiental. Agora, o que não podemos aceitar é que empreendimentos demorem tanto tempo para sair do papel. Estamos há anos tentando recuperar a BR-319, uma estrada que já existia, e até agora não conseguimos o trecho do meio.

Enfim, quero dizer da importância desta audiência pública, agradecer muito ao Senador Blairo; ao Senador de Sergipe que estava aqui conosco, Eduardo Amorim; e ao Deputado Silas, que aqui está. Assim que terminarmos esta audiência, logo mais, no início da noite, estaremos com o Ministro Lobão. Quero destacar que o Ministro foi muito compreensivo em marcar a audiência ainda hoje, porque sabia da presença dos prefeitos.

Senador Blairo, seria muito importante que V. Ex^a fosse com a comitiva até o Ministro Lobão. O Senador Amorim já confirmou, o Deputado Silas Câmara, Senador Ivo Cassol, se pudesse ir também conosco, seria importante. O que estamos aqui discutindo é como melhorar a eficiência naquilo em que já somos um dos mais eficientes do mundo. Não há dúvida, o Brasil tem eficiência na produção de grãos, na produção de alimentos, e, se conseguirmos isso...

Um dado aqui me impressionou: economia de US\$178 por tonelada, tonelada que está sendo comercializada este ano, em média, por US\$430. O Brasil compra a um preço um pouco maior, US\$475 a tonelada. Uma economia de US\$178 por tonelada é significativa. Com isso ganham os produtores, com isso ganha a Amazônia e com isso ganha o Brasil.

Então, quero agradecer muito a todos os prefeitos que aqui estão. A todos, absolutamente todos: Felipe Cabeça Branca; o Bojó, que é o Franrossi; agradecer ao Nadiel; agradecer ao Baía; agradecer ao nosso Joseias; agradecer ao Prefeito Wanderlan, sua esposa está aqui também, e é uma grande militante, me passou aqui um bilhetezinho dizendo que só lá em Autazes, 36 poços, Senador Blairo, Deputado Silas, Senador

Cassol, 36 poços foram já perfurados, e em mais da metade confirmada a presença.

E seria importante que, a partir da formação da frente parlamentar – que nós já fizemos o convite aqui ao Senador Blairo Maggi para coordená-la...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Eu aceito.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) Já aceitou, olha aí, o convite para coordenar a frente parlamentar. A partir da organização dessa frente parlamentar, nós poderíamos fazer uma visita à Petrobras, uma visita à Potássio do Brasil, para encaminhar e ver se a previsão de que, saindo a licença ambiental, no ano que vem a gente possa agilizar para começar logo a produção, a extração de silvinita, com a produção de potássio aqui no Brasil.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Consulto o Senador Ivo Cassol se quer fazer uso da palavra. Depois vou conceder a palavra ao Senador... É uma previsão, pode ser, não é? Ao Deputado Silas Câmara, futuro Senador, então, pelo Amazonas.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado, Senador Blairo Maggi, nosso Presidente, Senadora Vanessa, Deputado Silas, demais Deputados, prefeitos e vereadores aqui presentes. Eu tinha um outro compromisso, mas cheguei ainda a tempo para poder participar um pouco deste debate.

Infelizmente, aqui nesta Casa – e na Câmara não é diferente –, nos sentimos um pouco impotentes, muitas vezes. Eu, às vezes, não consigo entender, como brasileiro que sou de corpo, coração e alma, quando vemos tanta riqueza que nós temos no nosso País e tantas dificuldades para explorar, e tantos interesses de alguns brasileiros, que na verdade teriam que se naturalizar ou americano, ou de outros países do mundo, e nós sendo escravos, vivendo com o pires na mão, para poder ter a condição de produzir com melhor custo e com maior resultado.

Não é só na área do potássio, que vocês estão demonstrando agora aqui, mas especialmente também para o nosso gás. Olhem o nosso gás de urucum que nós temos. O Brasil está com um problema sério de energia, está aí apagão para tudo quanto é lado. Em Porto Velho há uma termelétrica instalada de 404 mil MW, e o gás de urucum não pode ir para lá, porque a questão ambiental não deixa.

A BR-319, prefeitos. Em 1977, 1978 e 1979, eu fui motorista, e puxava banana de Porto Velho para Manaus. Eu saía de manhã cedo, de noite eu estava em Manaus. Nós estamos no novo milênio, 35 anos

depois, e a BR-319 não pode sair do papel, porque a questão ambiental não deixa. Não consigo entender.

E eu, como Senador, me sinto desapontado em tudo quanto é ponto e quanto é sentido, e me sinto impotente, porque há tantos, tantos interesses de fora que acabam colocando-nos como escravos, como pedintes desses organismos internacionais. É inaceitável. Essa riqueza, esse potencial, nós precisamos e temos, Senador Blairo, nosso Presidente, que começar a explorar ontem. É como disse o Blairo: melhor só seria se estivesse dentro da fazenda dele, que de um lado tirava, e do outro já espalhava na terra. E eu dou o exemplo disso porque também estou começando a plantar, e ao mesmo tempo, com essa diferença do dólar de poucos dias atrás, já aumentou praticamente 30% o custo, o custo desse produto que nós temos em vários Municípios do Amazonas, o potássio. Então é inaceitável.

O mundo inteiro sabe que nós no Brasil sabemos produzir com qualidade, com capacidade, com competência e com custo baixo. Imagina se nos deixarem trabalhar de verdade. Se o Poder Público não puder ajudar, mas se não atrapalhar, já é um grande resultado. Eu sempre falo isso em termos de Município, em termos de Estado e em termos de Governo Federal.

É inaceitável quando a gente ouve os ambientalistas falando da Amazônia, como se a Amazônia fosse algo que nós temos que colocar num quadro e ficar só apreciando de cem em cem anos. A Amazônia é nossa. Nós temos que preservar a questão ambiental, mas também temos, por direito, que explorar as riquezas que nós temos dentro dela, sob pena de, amanhã, o polo industrial de Manaus acabar. Um dia os incentivos podem terminar – está aqui a Vanessa, que tem acompanhado isso, temos sempre discutido aqui – e a população de Manaus não ter outro lugar para ir a não ser ir para a juquirá. Então, é produzir, e isso é ruim. Mas, se nós temos o produto para poder fornecer para as demais regiões, é uma alternativa viável e competitiva. E quando o Senador Blairo apresentou a logística aqui, ele mexeu na ferida. E é verdadeiro. Pega-se de Itacoatiara para Porto Velho, é retorno; pega-se de Porto Velho para Sapezal, é retorno; pega-se de Santarém, com o que estão fazendo agora, voltando pela 163, para Sorriso, para essa região, é retorno. Onde se mexer é retorno. E as carretas voltam vazias. Ou, se vier com produto importado, também é retorno, está vindo e carregando também esse produto.

Nós temos que começar a explorar, e aí nós precisamos do nosso coordenador do Ibama. O Ibama e o Ministério do Meio Ambiente devem começar a pensar um Brasil diferente, porque, queira ou não queira, todos os servidores públicos dependem do resultado do Brasil. E as coisas, em nível nacional, não estão boas.

Não estão boas e não adianta dizerem que o Brasil está bem. Não está. Porque toda hora há incentivo para uma coisa e outra, para poder cobrir. Os prefeitos estão se arrastando. Os Estados estão se quebrando, estão se arrebitando, e cada vez está ficando pior. Lá na frente, vai acabar atingindo todo mundo, não importa que seja da prefeitura, vai ser para todo mundo; isso vai acabar caindo.

Se nós quisermos continuar sendo fortes e competitivos, especialmente no espaço que nós temos ainda, Blairo, para crescer sem precisar desmatar, mas aumentando nossa produção, temos que otimizar o que nós temos no nosso Brasil. E aí eu sou a favor de todas as riquezas minerais.

E quando se discute o marco regulatório da mineração, temos que pensar em acabar com esse monopólio de estrangeiro que vem aqui e pega metade da Amazônia, dizendo que está explorando ouro, está explorando diamante, está explorando isso ou aquilo. E, desculpe-me a expressão, não ocupa a moita nem desocupa a moita; só fica faturando em cima disso. Nós temos que dar um basta aqui nesta Casa, nós temos que dar um basta nisso. E nós temos que trabalhar unidos.

Então, prefeitos do Amazonas, Deputados Federais, Deputados Estaduais, nós Senadores, e Governadores, o que puder ser feito para viabilizar, contem com o Senador Ivo Cassol. Eu sou parceiro, eu defendo o setor produtivo e sempre tenho dito que os ambientalistas e os produtores têm que andar de mãos dadas, como um casal. Não adianta querer dizer que, se divorciando, resolve. Resolve porque o cara vai começar a vida em outro lugar, mas vai arrumar outra parceira, ou outro parceiro. E não é diferente na vida e na produção. Os dois têm que andar lado a lado. E isso é possível.

Com certeza, faço questão de visitar essas riquezas do potássio com vocês, na hora em que for dado o pontapé inicial, para que a gente possa começar a consumir produtos nossos, e não 8% do potássio brasileiro, mas sim 100% do potássio nosso, para poder diminuir o custo da agricultura, e o nosso agricultor, lá no campo, ganhar um pouco mais, passar a ganhar um pouco mais.

E há um outro fator grave – o Blairo é conhecedor disso –, quando assistimos, em nível nacional, pouco tempo atrás, a um navio ficar 60 dias, 90 dias, 50 dias, para poder carregar. E quem é que paga o custo do transporte? Quem paga é o produtor. E quando o produtor não paga, é o consumidor, lá na ponta, que paga o produto mais caro. Infelizmente, neste País, se discursa muito, se fala muito e se faz muito pouco. E nós temos que inverter: falar menos e fazer mais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senador Ivo Cassol.

Senador, só para informação, hoje o *line-up*, quer dizer, o tempo de nomeação do navio para sair da barra e encostar em Paranaguá é de 80 dias para fertilizantes e 60 dias para soja. Quer dizer, além de pagar caro para trazer, ainda não há como descarregar. Tem que ficar esperando e gasta-se lá em torno de...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Uma pergunta. Quantos mil dólares por dia é o custo do navio?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Depende do navio. Em torno de US\$5 mil por dia, parado um navio desses.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Quer dizer, o produtor acaba pagando isso.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – É uma fortuna.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Isso é um absurdo! Isso, infelizmente, é falta de competência e visão de planejar.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Aliás, desculpe-me, é em torno de US\$15 mil por dia.

Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Passo a palavra ao nosso Deputado pelo Estado do Amazonas, que visita a nossa Comissão hoje, Silas Câmara.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pela ordem.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Estou sendo chamada à Comissão de Assuntos Econômicos, porque vou relatar o projeto de lei que regulamenta as lotéricas no Brasil. Estão todos os lotéricos lá. E peço licença para me ausentar só um pouquinho, para relatar o projeto, e já retorno.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Da minha parte, Senadora, a senhora está dispensada, não sei se os prefeitos vão deixá-la sair.

Aqui funciona assim: são várias comissões ao mesmo tempo e a gente tem que se desdobrar e ficar correndo.

Mas passo a palavra, então, ao Deputado Silas Câmara, pelo Estado do Amazonas.

O SR. SILAS CÂMARA (PSD – AM) – Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi, eu começo a minha fala justamente por onde a Senadora Vanessa acaba de encerrar aqui.

Quero pedir desculpas aos prefeitos e aos membros da Mesa pelo atraso, justamente porque eu estava na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, da qual sou Vice-Presidente, e estava presidindo uma audiência pública.

Quero saudar todos os prefeitos, o Wanderlan, de Autazes; o Baía, de Borba; o Nadiel, de Itapiranga; o Felipe Cabeça Branca, de Urucará; meu querido Bojó, de Silves; Joseias, de Nova Olinda; vereadores aqui presentes, na pessoa da Vereadora Cheila, que representa o Município de Itacoatiara; todos os membros da mesa; senhoras e senhores.

É um prazer estar aqui nesta audiência pública, que, com certeza, traz para o cenário nacional um debate que já vem sendo articulado há muitos anos no Estado do Amazonas, e eu aqui registro a importância que o Deputado Sinésio Campos tem nesse debate. Ele é uma pessoa persistente e que tem, juntamente com os prefeitos de toda aquela região, feito um belíssimo trabalho de articulação, de mobilização, de união. Eu digo que juntar pastor, Deputado e Senador num propósito só não é coisa muito fácil não. Você tem que trabalhar muito para poder...

E ele tem conseguido com muita eficiência juntar todos os políticos da região e também tem sensibilizado o Governo do Estado. Com certeza o Governo Federal, a partir dessas audiências públicas e dessas mobilizações também começará a saber a importância que tem estrategicamente o Estado do Amazonas nessa atividade para o Brasil e para o mundo.

Eu digo ao senhor, Senador Blairo Maggi, que todos sabem que eu sou municipalista também insistente e, nesta Casa, a gente vê mobilização para tudo que é possível para enfraquecer Município no Brasil. Não é à toa que os Municípios estão todos... de joelho não estão mais, porque já estão se arrastando no chão. Já estão como Mardoqueu, já estão vestidos de saco e rolando na cinza – essa é que é a verdade. Diante de tanta usurpação – vou usar essa palavra – pelo Governo Federal dos recursos que são distribuídos aos Municípios. Eu não estou aqui criticando a Presidenta Dilma, mas quem tem o poder de, quando concedo determinado incentivo para a economia nacional, retirar ou pôr dinheiro nos Municípios é o Governo Federal.

Portanto, se os Municípios, hoje, estão recebendo 33% aproximadamente, em média, a menos de FPM, com certeza, se tem alguém que eles podem dizer que pode ou não ajudar é o Governo Federal.

E essa é uma situação que, no Amazonas, se complica mais ainda. Como foi dito aqui, e é verdade, os Municípios amazonenses, exceto Coari e Presidente Figueiredo, todos, sobrevivem unicamente de FPM e ICMS.

No Estado do Amazonas, graças a Deus, ICMS tem se mantido como um verdadeiro esteio para o mínimo de equilíbrio da economia dos Municípios. E o Governador Omar Aziz faz um esforço, juntamente com o Prof. Melo, muito grande para que isso aconteça.

Portanto, quero fazer esse registro e dizer ao Brasil que assiste a esta audiência pública pelos meios de comunicação desta Casa que aqui está o Amazonas, para dizer que não queremos apenas o incentivo à Zona Franca de Manaus, inclusive por justiça, porque somos um Estado que tem 98% do nosso território preservado. E é possível fazer exploração da silvinita sem precisar fazer qualquer tipo de devastação ou prejuízo ao meio ambiente.

Agora, também precisa-se sensibilizar... E aqui eu faço um apelo ao Dr. Jônatas, que usou a palavra de forma muito cuidadosa, observei que sua palavra é muito objetiva para que não haja nenhum tipo de brecha. Mas eu digo a V. S^a que o meio ambiente no Brasil, no nosso caso, no Amazonas, é algo que a gente precisa ainda entender por que, em relação à Amazônia e, mais precisamente, ao Amazonas, ele é tão cruel, tão intransigente. Não dá para medir o Amazonas diferente de como se mede outras regiões.

Só para se ter uma ideia, embora não haja muita conexão, Deputado Sinésio, termina tendo: uma semana atrás, nós tivemos com a Ministra do Meio Ambiente falando sobre uma atividade que o Ibama desenvolveu com a Polícia Federal e com o Exército lá no Santo Antonio do Matupi, no km 180 da BR-230 onde tocaram fogo em trator, atiraram em pneus, humilharam os produtores, inclusive com cadastro de regularização fundiária já emitido pelo Ipaam com acordo assinado com V. S^{as} e a Ministra demonstrou a maior boa vontade do mundo. O problema é este: é o discurso!

Anteontem, com menos de 30 dias de diferença entre a primeira operação, começou a trolar de novo, quer dizer, ninguém consegue morar em um lugar como esse. Não apenas por não poder trabalhar, mas porque a família não resiste a um terrorismo como esse. O mal-estar deve ser uma coisa absurda!

E há uma conexão muito grande com essa questão da silvinita porque nós vamos precisar ter essa relação de entendimento de que o Amazonas precisa sobreviver, de que aquela região precisa ter uma alternativa à economia, que o Estado precisa ter uma alternativa à economia e que o Brasil, como disse o Senador Blairo Maggi, como disse o Senador Ivo Cassol, como disse a Senadora Vanessa, precisa ganhar competitividade nessa área. E a única alternativa, salvo outra informação, é Sergipe e o Amazonas, por enquanto.

Então, é justo que o Brasil olhe para a nossa região. Fazem força-tarefa para tanta coisa, quem sabe

faziam uma força-tarefa e rapidamente conseguiriam liberar para que a gente pudesse começar a produzir e gerar qualidade de vida – porque temos que começar pelo ser humano – para aquela gente e possibilidade de alternativa econômica para toda a região.

Portanto, parabéns, Senador Blairo Maggi! Não poderia ser mais apropriado um debate como este com V. Ex^a presidindo esta audiência pública. Tenho certeza de que a qualidade dela aumenta muito e também o convencimento das pessoas de que isso, economicamente, é muito importante.

Deus abençoe a todos e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado ao nosso Deputado Silas Câmara. Quero cumprimentar também, mais uma vez, todos os prefeitos e vereadores, a Vereadora Cheila Moreira, de Itacoatiara, aonde eu vou com muita frequência. Não sei a relação política que tem com o Prefeito Mamoud Amed Filho, mas leve um abraço a ele. Há poucos dias, quando passei lá, fiz uma visita pessoalmente a ele também.

Quero agradecer a presença de todos.

Senador Ivo Cassol, quer usar da palavra?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Só queria aproveitar porque, na semana passada, foi lido um requerimento da Senadora Ana Amélia e ela me pediu que subscrevesse, solicitando audiência pública conjunta com várias outras comissões para ouvir o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e o Se. Joaquín Molina, representante do Brasil na Opas. Então, eu gostaria que V. Ex^a, antes de encerrar, pudesse aprovar esse requerimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Ivo Cassol, aqui na Comissão, é de praxe – V. Ex^a sabe – recebermos o pedido, lermos e, na reunião seguinte, nós vamos apreciá-lo.

Hoje não temos como apreciá-lo.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – V. Ex^a leu na semana passada.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Nós lemos na semana passada? *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Exatamente. Temos os universitários aqui.

Hoje, a reunião é para uma audiência pública e não há como deliberar sobre esse requerimento. Mas, na semana que vem, às 8h30, nós faremos isso.

Quero agradecer a presença de todos. E, antes de encerrar, quero dar como aprovada a ata da 26^a Reunião da CMA.

Aqueles que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as atas, que serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Quero, mais uma vez, agradecer a presença de todos, principalmente do nosso Deputado Sinésio, que é um grande entusiasta e arrumou agora mais uns companheiros, junto com os prefeitos, Deputados e Senadores, para trabalharmos a fim de vermos o Amazonas como o maior produtor de potássio do Brasil.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 39 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezessete horas e cinquenta e sete minutos do dia dezenove de agosto de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e realiza Leitura dos Comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 01, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que, “*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país*”. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Senhor **Paulo Guilherme Galvão**, Diretor de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração do Departamen-

to Nacional de Produção Mineral (DNPM); o Senhor **Manoel Barreto da Rocha Neto**, Diretor Presidente do CPRM – Serviço Geológico do Brasil; e o Senhor **Carlos Vilhena**, Sócio da Pinheiro Neto Advogados. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte horas e cinquenta e sete minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no *Diário do Senado Federal*. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicados.

De S. Exª o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, recebemos o seguinte ofício:

Sr. Presidente, comunico a V. Exª que foi protocolizado na Secretaria-Geral da Mesa requerimento de autoria do Senador Clésio Andrade, solicitando a tramitação autônoma dos Projetos de Lei do Senado nºs 1 e 283, de 2011, que tramitam em conjunto, segundo cópia anexa.

Nesses termos, solicito a V. Exª a remessa dos referidos Projetos nºs 1 e 283, de 2011, que tramitam nesta Comissão, à Secretaria-Geral da Mesa, para que se possa dar seguimento e tramitação do mencionado requerimento, uma vez que sua leitura somente poderá ocorrer com os processados sobre a mesa, nos termos do art. 266 do Regimento Interno do Senado Federal.

O processo da proposição ficará sobre a mesa durante sua tramitação em plenário.

“Atenciosamente...”, [assina o Presidente do Senado Federal].

Solicito à Secretaria desta Comissão que dê seguimento ao atendimento da solicitação aqui formulada.

Segundo comunicado.

Relato da audiência pública sobre hidrelétricas a fio d'água.

Em 14 de agosto de 2013, foi realizada audiência pública conjunta das Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para debater a opção pela construção de usinas hidrelétricas a fio d'água para a expansão da geração elétrica no Brasil, com a participação do Ministro Márcio Pereira Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia; do Dr. Volney Zanardi Júnior, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); do Dr. Francisco Gomide, Pro-

fessor de Engenharia de Recursos Hídricos da Universidade Federal do Paraná e ex-Ministro de Estado de Minas e Energia; e do Dr. Sérgio Bajay, Professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

O Professor Sérgio Bajay iniciou sua exposição explicando que toda usina hidrelétrica possui um reservatório, mas, enquanto as usinas ditas a fio de água só armazenam o chamado volume morto, as usinas com reservatório de regularização, além do volume morto, correspondente ao seu nível mínimo, têm capacidade de armazenar um volume útil, correspondente à diferença entre os níveis mínimo e máximo do reservatório, exigindo para isso o aumento da área alagada.

Enquanto na usina a fio de água praticamente todo volume de água que entra sai do reservatório, no modelo com reservatório de regularização, pode ser controlada a saída de água, adequando a geração à demanda, seja em ciclos diários, semanais, sazonais ou plurianuais. Garante-se também a chamada energia firme do parque gerador com o volume útil armazenado nos horários ou dias de menor demanda, na época das cheias ou nos anos mais chuvosos, exemplificou o palestrante. Esse volume útil, segundo ele, também pode produzir benefícios em outros usos da água, como é o caso do suprimento de água para as cidades, irrigação, controle de cheias, navegação fluvial, recreação, e, nesses casos, esses reservatórios são ditos de uso múltiplo, asseverou.

Na opinião do palestrante, a opção pelas usinas a fio de água, observada no País desde a década de 80, se prende à maior facilidade de obter licenciamento ambiental para sua construção, em decorrência da pressão de grupos ambientalistas, inclusive do exterior, que associam o volume dos impactos sociais e ambientais à área alagada do reservatório.

Sem os reservatórios de regularização, cai a eficiência do uso dos recursos hídricos, e a capacidade de regularização do sistema interligado nacional fica reduzida. Isso exige o despacho frequente de usinas termelétricas, muitas com gastos operacionais elevados, aumentando o custo de geração da energia e a emissão de gases do efeito estufa, questões relevantes para o País, segundo ele.

Embora os sítios mais favoráveis à construção de reservatórios de regularização já tenham sido utilizados, existem ainda, inclusive na Amazônia, locais adequados, a exemplo de Altamira, no Rio Xingu; Chacorão, no Rio Tapajós; e Guajará-mirim, no Rio Madeira. Os sítios favoráveis à regularização plurianual são poucos, mas a regularização sazonal já ajudaria bastante na solução do problema.

Segundo ele, temos avançado na complementação entre geração hidrelétrica e cogeração com bagaço

de cana, e também com geração eólica, mas estas, segundo ele, são sazonais. Para firmar essa energia, inclusive hidrelétrica a fio d'água, ou voltamos a construir reservatórios de regularização, no que for possível, ou construímos usinas de complementação térmica que atendam a base da curva de carga. Alternativas, como aproveitamento de resíduos, energia nuclear, fotovoltaica, etc., dependem de soluções tecnológicas que não devem acontecer no curto e médio prazos, afirmou o Dr. Bajay.

Disse e teceu ele também críticas aos critérios utilizados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) nos leilões de energia, que, segundo ele, privilegiaram usinas com altos custos operacionais em detrimento de usinas a carvão e nucleares, que operam na base. Afirmou também sobre a necessidade de leilões específicos para usinas que operam na base com baixos custos para garantir energia firme.

Ressaltando que nunca houve no Brasil uma política clara para fomentar reservatórios de uso múltiplo, o palestrante listou alguns exemplos de iniciativas bem-sucedidas que geraram desenvolvimento econômico com irrigação, navegação, turismo, etc., e salientou a necessidade de aproveitar esse potencial nos novos empreendimentos, a exemplo do que foi feito no Vale do Tennessee nos Estados Unidos da América.

Em sequência, o Dr. Francisco Gomide, outro segundo palestrante daquele dia, enfatizou que barragens e reservatórios têm sido utilizados na administração de eventos hidrológicos extremos há 4 mil anos, sendo seus construtores reconhecidos e elogiados pelos benefícios decorrentes de suas obras, tais como suprimento de água, agricultura irrigada, controle de cheias, melhores condições de navegação fluvial e geração hidrelétrica, considerada esta, até pouco, energia limpa e inequivocamente renovável.

O impacto de enchentes na vida e na economia da China foi tão grande nos últimos 4 mil anos que tem reflexos na própria linguagem chinesa. O símbolo que isoladamente significa “rio”, e o símbolo que significa “dique” ou “pequena barragem”, juntos, esses dois símbolos adquirem o significado de “ordem política”, relatou o palestrante. Essa é a importância que reservatórios e obras hidráulicas exerceram nos últimos 4 mil anos, disse o Dr. Gomide.

Junto com o consenso quanto à necessidade de proteção ambiental e adequada preservação dos sistemas naturais, atingido nos últimos 40 anos, infelizmente, segundo ele, surgiram grupos alarmistas e organizações equivocadas declarando, com óbvio exagero, que obras de infraestrutura em geral e barragens e reservatórios em particular causam sérios e intoleráveis impactos ambientais, afirmou o palestrante.

Pressões bem-sucedidas sobre instituições multilaterais de crédito, como o Banco Mundial, levaram à drástica redução do apoio técnico-financeiro para construção de usinas hidrelétricas, relatou o Dr. Gomide. De acordo com grupos radicais e algumas organizações equivocadas, segundo ele, hidroeletricidade não seria limpa e não poderia ser considerada renovável por causa do reservatório.

Entretanto, informou o palestrante, com o entendimento atingido no encontro de desenvolvimento sustentável de 2002, em Johannesburgo, e de acordo com o entendimento da Conferência de Bonn, o Banco Mundial anunciou, em 2004, que considera toda a hidroeletricidade inequivocamente como energia renovável e apoiará hidroeletricidade e desenvolvimento hidroelétrico em todas as escalas, não só de pequenas centrais hidrelétricas. O custo da energia hidrelétrica é sete vezes menor e emite em sua produção 250 vezes menos CO₂ que a energia produzida com óleo combustível.

O volume de água contido em lagos artificiais (reservatórios) é insignificante se comparado com os reservatórios naturais, que são os lagos, pântanos e rios, sistemas ecológicos que prestam serviços como regularização de invasões, suprimento de água, controle de cheias, etc. A ideia por trás dos reservatórios feitos pelo homem é oferecer exatamente esses serviços, mais geração hidrelétrica, irrigação, navegação melhorada e maiores oportunidades de recreação, enfatizou o palestrante.

Como justificar a oposição ao serviço ecológico de regularização de vazões ou de suprimento de água? Como desprezar a proteção proporcionada pelo reservatório no amortecimento das cheias? Como atacar reservatórios artificiais sem lamentar a existência de lagos naturais? Como justificar a substituição de energia renovável, como a hidroelétrica, por energia térmica proveniente da combustão de carvão ou de derivados de petróleo? Como enxergar mais riscos ambientais em hidrelétricas que em centrais termoeletricas ou termelétricas? – questionou o Dr. Gomide.

Aparentemente, a oposição a barragens e reservatórios se apoia na negação da existência, para fazer frente à mudança no equilíbrio ecológico decorrente da intervenção humana, de medidas remediais que facilitam o ajustamento das espécies biológicas ao novo ambiente, e na não aceitação de que a realocação de população instalada em locais inapropriados pode e deve ser contemplada e que isso pode ser feito de forma a melhorar a vida dessas populações, sob todos os pontos de vista, explicou ele.

A América do Sul é chamada de “continente água” porque nela ocorre mais de 25% do fluxo total de água

do Planeta. O deflúvio médio anual brasileiro – significa a totalidade de chuva de água dos rios brasileiros – é de 5.667 quilômetros cúbicos, mais que o triplo do deflúvio médio anual americano. O armazenamento total de água fresca em reservatórios americanos é correspondente a 165 dias de vazão média, enquanto o brasileiro corresponde a 47 dias, caindo para menos de cinco dias se excluídas as hidrelétricas, informou o Dr. Gomide.

Quando se fala em energia eólica e em energia solar, que não podem ser armazenadas, aumenta a responsabilidade e a necessidade de reservatórios, porque há mais energia afluyente não reservada. Certamente, reservatórios afetam o equilíbrio ecológico em um primeiro momento. Mas as evidências de adaptação ao novo, e frequentemente melhor ambiente ecológico, são abundantes e os reservatórios não são apenas úteis, eles são indispensáveis.

Uma vez, relatou o palestrante, haver escrito um artigo para jornal dizendo que, na conta dele, precisaremos de 12 usinas como Itaipu nos próximos 25 anos. As perguntas que devemos fazer à sociedade brasileira são: quanto disso será térmico? Quanto disso será sete vezes mais caro que a hidroelétrica? Por que nós estamos nos retraindo no aproveitamento da nossa grande riqueza?

O projeto da expansão do setor elétrico está se autolimitando por pressão de entidades que não conseguem defender, de forma racional, a sua posição?

O atual consumo brasileiro de eletricidade corresponde a quase dois milhões de barris equivalentes de petróleo por dia. Se não tivéssemos optado pela hidroeletricidade e hoje estivéssemos gerando energia elétrica de forma térmica, nós consumiríamos as reservas prováveis da Petrobras em 23 anos. Em vez disso, em 23 anos, vamos estar com o parque hidroelétrico continuando a gerar energia elétrica limpa e renovável, lembrou ele.

Tecnicamente, Itaipu, segundo ele disse, pode ser chamada de uma usina a fio d’água. Itaipu conta com um dos maiores armazenamentos do País, que está no Rio Grande, Paranaíba, e é o somatório de todos os reservatórios que regulariza a água que vai escoar por Itaipu, pois o reservatório não precisa estar na tomada d’água. Então, não se pode dizer: “Não pode, porque a Amazônia é plana, e não se podem fazer reservatórios”, asseverou o Dr. Gomide.

Encerrando, disse ele que gostaria de fazer uma menção no sentido de que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras são privilegiados pela qualidade das suas assessorias. Há textos para discussão, produzidos pelo núcleo de estudos e pesquisas do Senado, da mais alta qualidade. Recomendou ele, em particular, a leitura do

Texto para Discussão nº 128, de maio de 2013, intitulado *Por que o Brasil está trocando as hidrelétricas e seus reservatórios por energia mais cara e poluente?*

Nesse momento, eu solicitei à Secretaria desta Comissão que distribuisse cópias desse relatório elaborado pela Consultoria do Senado para todas as Senadoras e Senadores integrantes desta Comissão.

O próprio título, portanto – *Por que o Brasil está trocando as hidrelétricas e seus reservatórios por energia mais cara e poluente?* –, já é uma grande síntese, disse ele.

A seguir, o Dr. Volney Zanardi iniciou sua exposição afirmando que a decisão entre hidrelétrica com ou sem reservatório de regulação compete ao nível de planejamento e não ao nível do projeto, onde se insere o licenciamento ambiental. A própria significância dos impactos não é simplesmente uma questão legal ou científica, ela tem a ver com o que a sociedade quer, sopesando as dimensões de outros impactos positivos, que podem ser potencializados dentro de uma perspectiva de planejamento, e a questão dos usos múltiplos é uma delas, enfatizou.

Aquele empreendimento que tiver maior complexidade vai ter que ser tratado, dentro da devida dimensão, e, com certeza, a fase do planejamento será muito importante para facilitar o processo de licenciamento. Hoje, uma das grandes dificuldades que vivemos no licenciamento é fazer uma série de compatibilizações de políticas públicas, que têm a ver com segurança, educação, saneamento, e que, muitas vezes, são tratadas dentro do licenciamento e deveriam ter sido tratadas antes, explicou o Dr. Volney.

Nós temos uma grande necessidade de trazer essa dimensão do planejamento de uma forma mais acessível à comunidade, porque todas as opções vão ter impactos, só que, muitas vezes, o que vai diferir é quem vai ganhar, quem vai perder, quem vai sofrer esse impacto, quem vai obter benefícios, disse o Dr. Volney. Essa é a grande discussão, que não é uma discussão do licenciamento, mas, sim, da política, do planejamento.

O último palestrante, Dr. Márcio Zimmermann, lembrou que grande parcela do potencial hidrelétrico brasileiro ainda não aproveitado se encontra na Amazônia, onde foram criadas diversas restrições na forma de terras indígenas, florestas nacionais e reservas extrativistas, e que o art. 231 da Constituição Federal ainda não foi regulamentado. Lembrou, ainda, que até 2004 havia no mundo grande rejeição às hidrelétricas, só sendo consideradas renováveis as pequenas centrais.

O palestrante afirmou que o Governo vê a hidroeletricidade como o caminho natural para o País e

que a opção por usinas a fio d'água é eminentemente técnica e não ideológica.

Asseverou que nas usinas em construção nos Rios Xingu e Madeira não houve alteração das características técnicas, pois não havia previsão de reservatórios de regulação, sendo apenas melhorados os projetos para mitigação de impactos ambientais e sociais.

Quanto aos possíveis aproveitamentos citados, o Dr. Márcio Zimmermann argumentou que Guajará-Mirim, por ser binacional, depende de conversações com a Bolívia, e Chacorão envolve terra indígena, portanto, depende da regulamentação do art. 231 da Constituição Federal. Os rios da Amazônia têm por característica uma queda muito acentuada da vazão em certo período do ano, o que exigiria uma capacidade de armazenamento muito grande para regularizar isso anualmente, o que, em muitos casos, inviabiliza economicamente esse aproveitamento.

O Brasil tem uma legislação ambiental feita pelo Parlamento que aumentou as exigências. Se alguém não a seguir, o Ministério Público está sempre pronto para enquadrar os órgãos ambientais, asseverou o Dr. Zimmermann. Um país que tem um consumo *per capita* de 2.4 mil KW/hora/ano, metade do consumo de energia da África do Sul, um terço da Europa e um quinto dos Estados Unidos, tem um desafio hercúleo pela frente. Com que fontes ele vai contar? Indagou o Dr. Zimmermann. Eólica, biomassa, nuclear, carvão mineral etc., todas são alternativas que precisam ser discutidas pela sociedade brasileira. Mas independentemente de como evoluir, o desafio do sistema é continuar sendo hidrotérmico, concluiu o Dr. Márcio Zimmermann.

Antes de darmos início à pauta da reunião do dia de hoje, eu gostaria de informar, mais uma vez, a todos que estão sintonizados na TV Senado, na Rádio Senado ou pela Internet, que todos poderão participar do nosso debate, enviando perguntas e comentários aos nossos convidados.

Para participar, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado pelo telefone 0800-612211 ou enviar sua contribuição pela Internet ao endereço WWW.senado.gov.br/alosenado ou ainda nos perfis do Alô Senado, no Facebook, ou pelo [@AloSenado](https://twitter.com/AloSenado).

Portanto qualquer cidadão, qualquer cidadã, ouvinte ou telespectador, como disse em nossas audiências, pode, desde já, enviar sua pergunta ou seu comentário aos nossos convidados acerca do assunto em discussão.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública sobre o tema “A Mineração no Brasil”. Este é o quarto painel do 3º ciclo, que tem como tema “Mineração: Governança e Logística, e parte inte-

grante da agenda 2013/2014, “Investimento e Gestão; Desatando o Nó Logístico do País”, da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado da República.

Vale a pena repetir que o Senado da República, por intermédio da Comissão de Serviços de Infraestrutura, se antecipa a esse debate, tendo em vista que projeto de lei do Executivo já chegou ao Congresso Nacional, especificamente à Câmara dos Deputados, com pedido de urgência – que talvez seja retirado, esse pedido de urgência, pela Chefe do Executivo Federal –, para que seja debatido o mais profundamente possível nas duas Casas.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura e o Senado da República se antecipam a esse debate de modo a que chegando a matéria a nossa Casa já possa estar, de alguma forma, mais explanada, mais acessível pela complexidade da matéria todas as Senadoras e os Senadores, a quem caberá decidir sobre a sua aprovação mediante deliberação.

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema foram convidados os seguintes especialistas, a quem aproveito e convido para que tome assento à Mesa, Sr. Paulo Guilherme Galvão, Diretor de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM; Sr. Manoel Barretto da Rocha Neto, Diretor-Presidente da CPRM – Serviço Geológico do Brasil; Sr. Carlos Vilhena, sócio da Pinheiro Neto Advogados.

Aproveito para dar a todos as nossas melhores boas-vindas, em nome dos integrantes desta Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

Iniciando a nossa audiência da noite de hoje, passo a palavra ao Dr. Manoel Barretto da Rocha Neto, Diretor-Presidente da CPRM – Serviço Geológico do Brasil.

O SR. MANOEL BARRETTO DA ROCHA NETO

– Boa noite. Senador Fernando Collor, primeiro, eu gostaria de agradecer o convite que V. Ex^a encaminhou para Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais – Serviço Geológico do Brasil.

Boa noite aos senhores e às senhoras.

Falarei sobre a CPRM e tentarei, primeiro, caracterizar a CPRM, para termos uma noção da função da instituição; e, depois, falarei a respeito da CPRM dentro da nova proposta do marco regulatório.

O chamado sistema brasileiro de mineração é composto pelo Ministério das Minas e Energia; o Ministério tem as suas secretarias – por exemplo, a Secretaria de Energia, Secretaria de Petróleo e Gás –; e, no caso específico da área de mineração, há uma secretaria específica que é a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. Ligado a esta Secretaria temos dois órgãos que são o Departamento

Nacional de Produção Mineral (DNPM) e a CPRM, que é o Serviço Geológico do Brasil. A Secretaria é responsável pela elaboração da política mineral no Brasil. Os dois órgãos são os executores dessa política: o DNPM é o gestor dos bens minerais, então todos os bens minerais brasileiros estão sob a gestão do DNPM; e a CPRM é o Serviço Geológico do Brasil, que gera o conhecimento geológico.

A nossa missão é exatamente essa de gerar e difundir o conhecimento geológico e hidrológico básico, necessário para o desenvolvimento sustentável do País.

Essa é a nossa rede operacional. Trabalhamos em todo o território brasileiro, trabalhamos também no nosso mar territorial e em águas internacionais.

Temos, aqui, em azul, o que chamamos de superintendências – são oito superintendências –, e três residências, em amarelo. Temos também alguns núcleos. Por meio dessas superintendências e residências que desenvolvemos os trabalhos, que chamamos de campo; a nossa ação é no campo.

Um panorama sobre a empresa: Recursos humanos. Temos um total de 1.946 funcionários, dos quais 710 são de nível superior, 686 de nível médio ou fundamental; temos 350 terceirizados e 200 estagiários. É importante dizer que destes 710 de nível superior, 456 são geólogos, dos quais 208 são mestres e 93 são doutores. Somos uma empresa que prima muito por essa questão da formação do seu pessoal, isso é uma tradição da empresa. Temos 44 anos de fundação e, ao longo desse tempo, é uma característica da empresa a formação de seu pessoal.

Em nível de orçamento da empresa, esse gráfico mostra o crescimento desde 2003 até agora, portanto, nos últimos 10 anos. Saímos de R\$108 milhões para R\$466 milhões de orçamento total da empresa, tanto pessoal quanto de execução de investimentos.

As áreas de atuação.

A função de serviço geológico nos dá uma atuação muito ampla. Temos uma atuação diversificada na área da geociência como um todo. Na área de recursos hídricos e ambiental, nós trabalhamos tanto em recursos hídricos superficiais quanto recursos hídricos subterrâneos, na perfuração e instalação de poços, no risco geológico, que é uma atividade relativamente nova que vimos desenvolvendo, na geodiversidade e no geoturismo.

Na perfuração de poços, temos um programa em que, atualmente, estamos desenvolvendo 20 poços que chamamos profundos, que são poços com mais de 400 metros de profundidade, cujo objetivo é um programa estruturante de enfrentamento da seca. Esse programa está sendo desenvolvido nas rochas que têm capacidade de alta produção de água. A ideia

é de que todos esses 21 poços que estamos fazendo neste ano, para terminarmos agora em dezembro, vão produzir acima de 100 mil litros de água por hora. São poços de alta produção, porque estão localizados em determinado tipo de rocha. No futuro, eles vão servir a um sistema de abastecimento, mas, agora, estão voltados diretamente para a seca, principalmente para o abastecimento de carro-pipa.

De uma maneira geral, temos dois tipos de rocha: a que chamamos de cristalina, e a outra, que denominamos sedimentar. As rochas cristalinas acumulam a água subterrânea em fraturas, então, o seu potencial é muito pequeno. As rochas sedimentares acumulam água nos seus poros; é como se fosse um depósito de petróleo, portanto, o potencial das rochas sedimentares para água é muito grande. Esses poços são feitos nas rochas sedimentares, e o objetivo é esse.

Outro trabalho na área de hidrogeologia é que estamos elaborando um mapa hidrogeológico do País, na escala 1:1.000.000. Já fizemos isso na área de geologia e agora estamos fazendo na hidrogeologia. São 46 folhas nessa escala de 1:1.000.000.

Em hidrometeorologia, o País tem uma rede que chamamos de rede hidrometeorológica, que são estações colocadas ao longo dos rios brasileiros, cuja função é exatamente fornecer dados para o Governo e também para a iniciativa privada usarem em ações da água superficial. Essa rede hidrometeorológica é uma rede da ANA, mas 75% delas são operadas pela CPRM. De um total de 5.500 estações, nós operamos 4.125. Aqui listamos uma série de dados que são coletados nessas estações, que são todas percorridas pelo nosso pessoal, o que chamamos de roteiro. Fazemos roteiro pela rodovia, barco ou avião. Imaginem a quantidade de estações que há na Região Amazônica, e você, de três em três meses, ir a cada uma delas. Realmente, há um envolvimento muito grande da empresa na execução desse programa. Todos esses pontinhos pretos são executados pela CPRM, e os vermelhos, pela iniciativa privada.

Aqui estão alguns dados: temos 160 técnicos envolvidos nessa programação. São 60 equipes em 134 roteiros. Por exemplo: a equipe sai de Manaus, estabelece um roteiro para percorrer em um mês, e volta para Manaus. São 2.500 observações de campo, 2 milhões de quilômetros percorridos, um trabalho muito grande e importantíssimo para o País. Todo o nosso sistema hidroelétrico está montado em cima dessas informações.

A partir desses dados, desenvolvemos uma tecnologia nossa, da CPRM, em que prevemos, Senador – realmente, um trabalho maravilhoso –, as enchentes que ocorrem em determinados locais.

Então, por exemplo, nós temos o “Alerta de Cheias em Manaus”. Nós damos o alerta em Manaus. Setenta e cinco dias antes de ocorrer a enchente em Manaus, nós avisamos à população que vai ocorrer uma enchente em determinado nível. E, nesse dia, 75 dias antes da enchente, nós damos um percentual de garantia. Faltando 60 dias, nós damos outro alerta com o novo percentual de garantia, e, assim, quando faltar sete dias antes da enchente total, podemos afirmar se vai ser 100% ou 90% ou 80%. Com relação a esse dado que fornecemos, fornecemos também a cota em que a água vai chegar. Isso é um detalhe muito importante porque, em função disso, a prefeitura tem condição de evacuar determinada área.

Nós colocamos isso aqui no mapa. Esse traçado em vermelho é exatamente onde vai haver enchente. Então, nós traçamos e sabemos o bairro, a rua que vai encher e até em qual rua a água vai chegar. Então, esse é um dado muito importante que nós geramos.

Nós tínhamos cinco trabalhos nesse sentido: o “Alerta de Cheia de Manaus”, o “Alerta de Cheia do Pantanal”. No Pantanal, nós avisamos, e os fazendeiros tiram o gado. Eles já têm uma relação conosco, já têm confiança nos dados que geramos. Então, quando avisamos que vai haver enchente no Pantanal, os fazendeiros tiram o gado. Realmente é um trabalho muito importante.

Esse é um outro trabalho que fazemos, que é o Mapa de Domínios e Unidades Geoambientais do Brasil, em que relacionamos geologia com a ação do homem no ambiente. Então, qualificamos e damos o traçado.

Por exemplo, essa área aqui em vermelho, em que nível ele pode ser usado em nível de agricultura, de transporte. Se você vai fazer uma estrada, aqui você sabe em que nível você pode confiar para fazer a estrada ou não.

Vejam que esse trabalho do risco geológico é muito importante que nós estamos fazendo. É um trabalho novo.

A partir daquele grande acidente que houve na serra do Rio de Janeiro, a Presidenta determinou que alguns órgãos estabelecessem um programa de enfrentamento dos riscos. Então, foram criados dois órgãos, o Cemaden e o Semad, que trabalham juntamente com a CPRM.

O primeiro dado é gerado pela CPRM, que são as informações geológicas do local. Então, nós fornecemos o que chamamos de “Mapa de Risco”, em que setorizamos o risco, qualificando-o como risco fraco, risco médio, risco alto ou se é um risco muito alto.

Elaboramos esse dado no campo. A partir do campo mesmo, mandamos esse dado diretamente para o Cemaden, que fica em São Paulo. O Cemaden

é um órgão do Ministério das Ciências, Tecnologia e Inovação. Eles trabalham esses dados, jogam em cima de uma série de dados de meteorologia e pluviometria. Utilizando fórmulas matemáticas e algoritmos chegam a um número. Esse número dá um índice de risco para eles. Então, eles disparam um alerta, dependendo do índice. Daí, a Defesa Civil, através do Cemaden, chega para evacuar a região.

É realmente um sistema muito bem montado. Está funcionando muito bem. No ano passado, em 2012, nós realizamos 286 mapas desses. Realmente foi um trabalho muito grande que nós fizemos. Agora, em 2013, nós estamos fazendo mais 280 mapas. Esses são mapas de muitos detalhes. Nós trabalhamos – como nós falamos – onde o risco está instalado.

Então, nossos geólogos vão a todos esses locais, levantam todas as casas, os números de moradores. Essas informações são importantíssimas para a Defesa Civil. É o que a gente chama de “Risco Instalado”. Então, eles observam se já há trinca no terreno, trinca nas paredes das casas, uma árvore que está pendente – por que é que ela está pendente? É porque o terreno está escorregando?

Então, todos esses dados vão dentro desse mapa, dados que são passados para o Cemaden, e isso é feito numa escala de 1:2000. Esse é em cima do risco. Agora nós estamos começando a trabalhar no Município como um todo. Um mapa geral do Município na escala 1:25.000, e nós vamos fazer em parceria com o IPT 100 mapas desses esse ano.

Bom, a área de geologia, que, eu diria ser a área que tem mais a ver com a nossa discussão aqui, nós somos responsáveis pelo levantamento geológico do País e trabalhamos com avaliação do potencial mineral, estudos metalogenéticos temáticos, realizamos geofísica terrestre e aérea, geoquímica e uma área nova que nós estamos trabalhando é a geologia marinha.

Essa é uma equipe nossa na Região Amazônica, trabalhando na Região Amazônica. Na Região Amazônica, obviamente, a gente tem que trabalhar ou de helicóptero, ou de voadeira, ou esses barquinhos, porque, de uma maneira geral, não tem infraestrutura, estradas e tal, são poucas as estradas, é um trabalho muito perigoso, muito doloso para a equipe.

Aqui um exemplo de nossa equipe. Nós trabalhamos, normalmente, subindo os rios, por causa, exatamente, dessas cachoeiras, você não pode descer o rio, porque tem risco de vida, você não sabe quando tem uma cachoeira, esses rios, normalmente, são desconhecidos para a gente. Então, nós trabalhamos sempre subindo e, quando a gente encontra, aqui, você vê a dificuldade para passar por essas cachoeiras.

Bom, nosso trabalho na área de geologia é exatamente fazer o mapa geológico dessas áreas. Então, esses quadradinhos aqui, cada quadradinho desse a gente chama de Folha. Folha é uma denominação internacional. Dependendo da escala, essa Folha, essas maiores é na escala 1:250.000, e essas menores, na escala 1:100.000. Quando a gente fala uma Folha na escala 1:250.000, os técnicos, no mundo inteiro, já sabem que é uma área que representa 18 mil quilômetros quadrados. Então, cada quadradinho desse aqui são 18 mil quilômetros quadrados, que têm, dentro deles, seis pequenas áreas dessas de três mil quilômetros quadrados, que são as escalas 1:100.000.

Bom, de 2004 a 2013, nós realizamos no País um total de 357 Folhas, o que representa 12,6% do território brasileiro, e 53 Folhas na escala 1:250000, que representam 11,2% do território brasileiro, dando um total de 23,8% do território. Realizamos nesse período aqui.

Bom, esse é um mapa geológico na escala 1:250.000. Cada cor representa um tipo de rocha, uma situação específica de geologia em que ela está enquadrada. Esses quadradinhos aqui, nós colocamos os mapas, os levantamentos aerogeofísicos dessa área, para quando o geólogo for interpretar isso aqui ele utilizará muito esses dados. Aqui a descrição que chamamos legenda de tudo que ocorre, que está representado aqui, está descrito nessa área aqui.

Do mesmo jeito, esse é um mapa 1:100.000, com mais detalhes, aquele outro contém seis desses mapas. Aqui, também, dá para vermos a geofísica com muito mais detalhe de que no anterior.

Em nível de investimento, ao longo dos anos 2004 a 2013, nós investimos um total de US\$105 milhões. É importante, Senador, colocar o seguinte: esse é um trabalho que gera informação. Nós estamos no PAC. Por que é que nós entramos no PAC? O Governo entendeu – essa era uma luta nossa há muito tempo – que geologia é um trabalho de infraestrutura. Então, um mapa geológico é tão importante para a economia brasileira e para a Nação brasileira, como o é também uma estrada ou uma outra área de infraestrutura.

Então, a partir daí, os investimentos ficaram bem mais garantidos para que esses dados que nós geramos, essas Folhas que nós geramos fossem disponibilizadas no nosso *site*. Portanto, estão à disposição da sociedade. Então, as empresas pegam essas Folhas e vão trabalhar em cima delas.

Bom, essa é uma área nova, como eu disse, de geologia marinha. Aqui foi a primeira excursão que fizemos para águas internacionais no Atlântico Sul. É um trabalho muito caro. Nós não temos, é evidente, navio. Sempre alugamos navio. Às vezes, navio de fora

do Brasil. Mas aqui temos uma equipe multidisciplinar, não só da CPRM, mas também das universidades brasileiras. Não só geólogos, mas também biólogos, porque nós tratamos também do meio ambiente local.

Esse trabalho foi feito em uma área chamada Alto do Rio Grande. Nós vamos ver um pouquinho mais à frente.

Essas são as diretrizes desse trabalho. É importante colocar isso aqui, porque não é só um trabalho do conhecimento geológico. É um trabalho também de soberania brasileira, porque essas áreas são internacionais, ordenadas pela ONU e funcionam como se fossem um DNPM internacional, em que qualquer país pode chegar e requerer essas áreas. E se um país a requerer, aquela área passa a fazer parte daquele País. Então, essas áreas são em frente ao nosso território, principalmente por causa da questão do pré-sal. Então, passa a ter uma conotação de geopolítica muito grande.

Então, exatamente a ideia do projeto é esta: consolidar a soberania brasileira sobre a plataforma continental jurídica e seus recursos minerais; avaliar o potencial da plataforma jurídica brasileira; reduzir os riscos; fomentar investimentos em exploração mineral, marinha; subsidiar o ordenamento territorial do solo e pesquisar as áreas internacionais do Atlântico Sul.

É exatamente isso aqui chamamos de plataforma profunda.

Essa outra parte aqui, a chamamos de plataforma rasa. É a parte mais próxima. É a parte da nossa plataforma continental jurídica.

Esse é um exemplo do material dragado no fundo. Aqui trabalhamos a 3,4 mil metros de profundidade. E aqui são as amostras que foram coletadas nessa draga. Aqui o pessoal fazendo os estudos.

Bom, essas são as áreas em que nós atuamos no oceano.

Essa área aqui é a área da plataforma rasa, essas áreas em que trabalhamos com até 30 metros de profundidade. Estudamos os granulados marinhos para recuperação de praia e todo esse trabalho é feito principalmente no Nordeste. O senhor, que é um homem do Nordeste, sabe disso, sabe dos problemas que existem nas praias do Nordeste. A gente pode fazer um trabalho identificando corrente marinha, erosão marinha. É isso que nós estamos pesquisando para ajudar as populações.

Esses são os projetos de águas internacionais. Isso aqui é água internacional, que é coordenada pela ONU, que é orientado pela ONU.

Esses são dois desses projetos.

Aqui é o que chamamos de Alto do Rio Grande. Isso é um Alto que existe no nosso sul do Oceano

Atlântico. Ele está localizado a 1.500 quilômetros a sudeste do Rio de Janeiro.

Aqui há um outro que chama São Paulo. Aqui é o Elevado do Rio Grande. Aqui é Cordilheira de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Quantos metros tem o elevado?

O SR. MANOEL BARRETTO DA ROCHA NETO

– Só para o senhor ter uma ideia, aqui há pontos de mais 4 mil metros de profundidade, e há pontos de mil e poucos metros de profundidade. Isso aqui é uma cadeia de montanha dentro do Oceano Atlântico, que é muito importante. Nesse trabalho, fizemos uma parceria com o governo japonês, e fizemos um trabalho muito importante.

Esse é o levantamento que a gente fez, chama-se multifeixe. Aqui seria a topografia de parte do Alto do Rio Grande. E a gente trabalhou com os japoneses com esse submarino – talvez existam cinco ou seis submarinos com essa capacidade no mundo. Esse submarininho desce a 6,5 mil metros de profundidade. Pode atingir até 6,5 mil metros de profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Quantas pessoas cabem?

O SR. MANOEL BARRETTO DA ROCHA NETO

– Três pessoas: dois técnicos e um cientista; dois pilotos e um cientista. E ele desce – esse equipamento aqui é colocado no mar –, assenta-se no leito oceânico, e, ali, as pessoas começam a trabalhar. Isso aqui são dois braços mecânicos que coletam amostras. E aqui são dois visores, aqui também, aqui embaixo, são dois visores onde temos uma visão perfeita. Podemos fazer fotos de dentro do submarino perfeitas, com fortíssima iluminação. Realmente, é alta tecnologia. É uma liga de titânio para resistir, imaginem, a 6.500m de profundidade.

Aqui é o exemplo dele trabalhando, e aí são as amostragens que ele fez. Aqui está ele, aqui é o perfil que ele fez no Alto do Rio Grande e essas são as amostras, que são areias, como se fosse areia de praia mesmo que nós encontramos e que foi uma novidade porque não se esperava encontrar, e, aqui, são crostas de ferro manganês com algumas formações de terras-raras.

E aqui encontramos uma grande surpresa, que já tínhamos encontrado quando fizemos a dragagem, porque encontramos uma rocha que normalmente não deveria estar aí. É uma rocha de continente e não de fundo oceânico. Então, isso quer dizer que, muito provavelmente essa parte que chamamos de Alto do Rio Grande é um pedaço do continente quando a América se separou da África. Provavelmente, o continente desceu. Isso foi muito divulgado no mundo inteiro,

porque é a primeira vez que se encontra uma situação dessa no Atlântico. Isso foi reportagem em televisão internacional e aqui todas as televisões brasileiras falaram sobre isso. Houve um ibope muito grande sobre isso por causa dessa amostra. Aqui está parecendo o braço mecânico coletando essa amostra, exatamente essa amostra. Nós já havíamos também encontrado essa amostra na dragagem, mas durante a dragagem não tínhamos a certeza que era do local. Agora, nós vimos, os nossos técnicos viram e coletaram a amostra nesse navio.

Realmente, é um dado científico muito importante e que pode ter uma importância geopolítica muito grande para o País, porque se ali é um continente, muito provavelmente isso faz parte do continente brasileiro. Então, a nossa plataforma pode aumentar até lá.

Esses são nossos investimentos em geologia marinha de 2009 a 2013.

Nossa outra ação muito forte é a aerogeofísica. A aerogeofísica é um mapeamento, que é feito por avião, e que feito rapidamente, principalmente em regiões muito ínvias. Então, por exemplo, a Região Amazônica, aonde tudo é dificuldade, você faz um levantamento aerogeofísico rapidamente na Região Amazônica.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Isso aí é Roraima?

O SR. MANOEL BARRETTO DA ROCHA NETO – É. E, aqui, o avião voa baixinho, a 100 metros de altitude, emite um sinal que bate e volta e recupera o dado. Essas são as áreas que voamos.

Aqui é importante dizer que esse programa talvez seja o maior programa de geofísica sendo feito no mundo. Em 10 anos voamos o que poucos países voaram – não sei se algum país no mundo voou o que voamos em dez anos.

Essa parte aqui toda em branco é o que chamamos de bacia sedimentar como falei sobre a água. E essa parte colorida são os nossos voos que é exatamente o cristalino onde, preferencialmente, estão os depósitos metálicos, daí o interesse por essas áreas. Investimentos em aerogeofísica – só para o senhor ter uma ideia – voamos 10 milhões de quilômetros lineares de 2004 a 2013, com investimentos de US\$221 milhões. Realmente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Com recursos do Orçamento?

O SR. MANOEL BARRETTO DA ROCHA NETO – Recursos do Orçamento, do PAC e do Orçamento normal antes do PAC.

Por termos esse volume de trabalho, evidente que temos que estar, como disse antes, preocupados com a questão das novas tecnologias. Então, temos o que

são processos normais na área de geologia, sensoramento remoto, laboratório de análise minerais e água, a rede de biblioteca e uma rede de litoteca.

Nós temos um banco de dados robusto muito importante. Todo nosso trabalho é colocado no banco de dados, está à disposição, qualquer pessoa que pode entrar no banco e baixar esses dados.

Esse é um laboratório onde fazemos análise. Na realidade, a nossa ideia para esse laboratório é que, num futuro próximo, seja um laboratório de excelência. A ideia é contratarmos serviços – usamos muito de geoquímica – e usar esse laboratório para checar o serviço contratado. O nosso objetivo é que seja um laboratório de excelência.

Bom, essa também é uma experiência muito boa, que são as nossas litotecas. Para a gente colocar um geólogo no Amazonas e coletar uma amostra, a gente gasta um horror de dinheiro, a gente não pode perder essa amostra. Então, nós temos que guardar essa amostra de uma maneira bem guardada e de fácil acesso. Então, nós estamos, agora, implantando o que chamamos de rede de litotecas. Aqui temos as caixas com todas as amostras catalogadas. Nessa área aqui dessas duas janelas é uma sala, onde temos um microscópio, um computador e uma lupa à disposição de qualquer pesquisador. Isso aqui está aberto, evidentemente, para nossos funcionários, mas também para a população, principalmente pesquisadores de universidades e também de empresas particulares. Realmente é um trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL. *Fora do Microfone.*) – Quantas dessas vocês têm?

O SR. MANOEL BARRETTO DA ROCHA NETO – A ideia é termos uma por superintendência. Mas nós temos – são oito superintendências, mais três em residências – nove litotecas, já. Estamos implantando às outras. Algumas estão em reforma.

Bom, o geobanco é um sistema de banco de dados geológicos corporativos da empresa, que é constituído de várias bases de dados.

Vou passar aqui, por que...

Essas são as bases de dados. Aqui são os afloramentos de rocha, aonde os geólogos chegam à rocha. Aqui são os recursos minerais. Então, nós temos 216.000 registros de afloramento.

Aqui, na geoquímica, nós temos esses dados todos de geoquímica. E um dado muito importante é que, aqui, esse dado, até ontem, o nosso banco, agora em 2013, nós tivemos 32 mil visitas, foram 300 gigas de movimentação dentro do banco e foram baixados, foram feitos *downloads* de nossas folhas, um tera de

download. Então, isso mostra a importância desse banco, como esse banco é utilizado pela sociedade.

Esse é um exemplo da nossa página, do nosso banco, esse é como é o banco. Aqui o mapa geológico. Você pode baixar esse mapa. E aqui você tem todos os dados a respeito desse mapa. Se você quiser saber de um afloramento, você pode clicar aqui e vai aparecer o afloramento, que tipo de rocha, quem coletou a amostra, que dia foi coletado, todos esses dados.

Bom, aí a gente entra no fundamental da nossa apresentação, que é a CPRM dentro do novo marco da mineração.

A função da CPRM no projeto de lei é exatamente a de subsidiar o planejamento setorial do setor mineral, assessorar o Conselho Nacional de Política Mineral, que também é uma proposta do novo projeto de lei, dando suporte técnico na definição dos blocos para a licitação. Ou seja, os blocos que o Conselho Nacional de Política Mineral vai definir para serem licitados, eles serão sugeridos pela CPRM e o Conselho define, daqueles que a CPRM está indicando, quais os blocos que serão indicados.

Evidentemente, é uma proposta que nós da CPRM entendemos que é um fortalecimento da empresa, é um reconhecimento da capacidade técnica e do conhecimento que a empresa tem no País para desenvolver esse trabalho, que a gente reputa de primordial importância dentro da proposta que o Governo está lançando.

Bom, para nós agirmos de uma maneira célere nessa nova proposta do Governo, a gente discutiu com o Governo e identificou alguns pontos que a gente precisa tornar mais ativo.

Então, foi proposta uma modificação na lei que rege a CPRM, e um desses artigos é exatamente desenvolver, apoiar e realizar estudos de pesquisa científica e tecnológica voltada para o aproveitamento de recursos naturais do território brasileiro.

Isso porque nós não somos considerados uma empresa de pesquisa. E o fato de nós não sermos considerados empresa de pesquisa é muito prejudicial para nós. Primeiro, nós não temos acesso ao portal da Capes. Isso é uma dificuldade enorme para a gente. Nós temos que assinar periódicos, renovar as assinaturas todos os anos, o que é muito caro. E, também, não podemos importar nenhum equipamento científico sem pagar imposto, porque nós não somos empresa de pesquisa. Então, a ideia é que a gente passe a ser considerado como empresa de pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL. *Fora do Microfone*.) – O que está em azul é a sugestão para adicionar?

O SR. MANOEL BARRETO DA ROCHA NETO

– Isso. O que está em azul aqui é exatamente essa nova sugestão, que modifica a lei da CPRM.

O outro aqui, o item 11, é estudar, pesquisar e avaliar recursos minerais fora da plataforma continental. Exatamente o que mostrei ali, a questão do Alto do Rio Grande. Porque a ideia do trabalho que nós estamos fazendo no Alto do Rio Grande é que o Governo brasileiro vai requerer uma área para pesquisar no Alto do Rio Grande. E já há uma definição. Esse requerimento será feito, claro, pelo Governo brasileiro, mas a CPRM é que vai fazer o requerimento. Então, a gente precisa ter um respaldo jurídico para isso. Portanto, esse item é exatamente para isso.

Outro item é que o fato de a gente prestar esse serviço para o Governo está sendo colocado que é dispensada a licitação para a contratação da CPRM por órgãos ou entidades da Administração Pública, com vistas a realizar as atividades integrantes do seu objeto. É exatamente esse trabalho que a gente vai fazer para o Conselho. Senão, toda vez que o Conselho quiser uma demanda da CPRM vai ter que ter uma licitação. Então, é colocado aqui que é liberado isso.

Também, como a gente é uma empresa muito técnica, a gente tem que trabalhar muito trazendo pesquisadores renomados, pessoas de altíssimo nível, cientistas e tal, para discutir sobre questões, novas situações que a gente detecte. Então, também está sendo colocado esse terceiro parágrafo aqui, que é exatamente para permitir isso. (*Pausa*.)

E outro é a questão da contratação, uma regulamentação simplificada para a contratação, ou seja, permitirmos que façamos contratações como a Petrobras faz e como as elétricas fazem, porque nós temos que ter uma agilidade muito grande para atingir esse objetivo de fornecer esses dados ao conselho.

Portanto, era isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Manoel Barretto da Rocha Neto, Diretor Presidente da CPRM Serviço Geológico do Brasil, pela sua exposição.

Em seguida, passo a palavra ao Dr. Paulo Guilherme Galvão, Diretor de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração do Departamento Nacional de Produção Mineral.

O SR. PAULO GUILHERME GALVÃO – Boa noite, Senador Fernando Collor, Presidente desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, a quem cumprimento e, ao mesmo tempo, agradeço pelo convite formulado ao DNPM para estar aqui presente fazendo este debate sobre esse novo momento da mineração brasileira, a nosso ver tão importante para o Brasil.

A Comissão sai na frente, promove o debate no interesse nacional no sentido de melhorar, de formular, de propor políticas para o desenvolvimento do Brasil e apostando neste segmento que é tão importante para este País.

Cumprimento meu colega Manoel Barretto e cumprimento também o advogado Carlos Vilhena, participante da Mesa comigo e aos demais presentes.

A temática que trouxemos, dentro do que esta Comissão pediu, do que V. Ex^a solicitou, é a criação do conselho de política mineral e das reguladoras de mineração.

Eu sou Paulo Guilherme, sou Diretor de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração do Departamento Nacional de Produção Mineral. É uma autarquia federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Sou servidor de carreira há quase 30 anos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Parabéns!

O SR. PAULO GUILHERME GALVÃO – Eu coloquei ali, inicialmente, um conceito nosso em que eu digo que o mundo será cada vez mais “minerodependente”, e o Brasil deve maximizar o retorno de todos os benefícios desse setor para a sociedade. Para isso, a atividade minerária tem que ser continuamente reavaliada, buscando sua competitividade, sustentabilidade e inserção no mercado mundial. As ações de governo e demais agentes do setor mineral deverão ser cada vez mais integradas e convergentes.

Eu fiz um contexto, Presidente, para chegarmos à importância desse setor, desse segmento, pegando ali as décadas 80/90 até os dias atuais, porque, ao contextualizar um pouco do que é a mineração para o Brasil e para o mundo, a gente pode tentar explicar a esta Casa e ao País por que do novo marco regulatório, por que da transformação do DNPM em agência reguladora. Por isso, eu contextualizei.

Nas décadas de 80 e 90 o Brasil não desenvolveu, ou não desenvolveu a sua potencialidade no segmento mineral devido à instabilidade econômica dos anos 80, ao mercado interno instável e um alto desemprego, restrições constitucionais, principalmente barreiras à entrada do capital estrangeiro e ainda uma legislação, que é o nosso Código de Mineração atual, que será substituído, complexa e defasada. Também o que o Manoel, que foi o primeiro palestrante, acabou de citar, a falta de levantamentos geológicos básicos e pouco investimento em pesquisa mineral; uma redução nas cotações das principais *commodities*; uma redução do nível de consumo, caracterizando, naquele momento, uma crise mundial; uma maior atratividade do capital para inversões de capitais, partindo esse

capital para outros países com regras mais claras e mais bem definidas.

No período de 2000/2013, entre 2002 e 2008, houve o *boom* da mineração. Aí houve uma alta do preço das *commodities*, uma alta rentabilidade da atividade mineral levando a uma explosão de projetos – as empresas passam a investir em grandes projetos de mineração –, havendo, por consequência positiva, a fusão e a aquisição de empresas de mineração. Especialmente, eu diria que nesse período o minério de ferro trouxe para o Brasil cerca de U\$30 bilhões de dólares entre o ano 2000 e os dias de hoje. Então, foi um capital importante que entrou no Brasil, resultado de fusões e aquisições de empresas de mineração, tendo como carro-chefe o minério de ferro.

Quando chega ao exercício 2008/2009, houve a crise do *subprime* nos Estados Unidos, a crise europeia e uma redução no ritmo de crescimento da China e gera-se, então, um ambiente de incerteza e aumento de risco. Já em 2010/2011 começa a ocorrer uma nova recuperação do setor mineral brasileiro.

No momento atual, Senador Fernando Collor, a indústria de mineração vive uma crise de confiança, que vem se refletindo na retração de investimentos; há uma redução de investimentos, pelo menos neste momento; há uma troca no comando das empresas; as grandes empresas têm baixas contábeis, elas operam com prejuízos e há um baixo retorno de projetos de mineração em todo o mundo. Há um atraso e gastos maiores do que os esperados com os projetos; os projetos acabam tendo grandes investimentos e os retornos não são aqueles que as empresas esperam. Há gestões que decepcionam os acionistas – podemos citar aqui a Anglo American e a Rio Tinto; os projetos acabam não dando mais retorno, há quebra de produtividade e alocação de capital ruim – esse capital acaba não retornando naquilo que é esperado para o investimento; há maior volatilidade dos preços das *commodities* e, conseqüentemente também passa a ter aumento dos custos trabalhistas e operacionais e uma nacionalização de recursos naturais em alguns países – como casos mais próximos de nós, podemos citar a Bolívia, a Argentina e na África, a Guiné. Com isso, o capital se afasta em escala internacional.

A indústria mineral brasileira.

O Brasil produz cerca de 80 bens minerais. Nós temos, mais ou menos, 80 cadeias produtivas. Desde a grande mineração, como disse há pouco a V. Ex^{as}, tendo como carro-chefe o minério de ferro, até a pequena mineração, a mineração em pequena escala, a mineração de agregados, por exemplo. Isso é o que – eu diria – torna a mineração algo tão atraente e algo tão importante, porque ao mesmo tempo em que você

atua em grandes projetos, em grandes empresas – V. Ex^a vê ali em cima –, são cerca de 207 grandes empresas, com produção acima de 1 milhão de toneladas por ano. Você pega as pequenas empresas, com produção acima de 10 mil toneladas, e você tem uma grande quantidade de empregos gerados nesse segmento. Isso permite, em todo o Brasil, especialmente no Nordeste – eu sou de lá –, uma agregação de valor, uma formalização da atividade e geração de emprego e renda naquelas regiões com a pequena mineração.

Para o senhor ter uma ideia, nós estamos hoje regularizando dentro do seu Estado, naquela região de Murici e Municípios circunvizinhos, cerca de 40 a 60 pedreiras que empregam famílias e moradores daquelas pequenas comunidades, o que agregará valor à produção. Hoje, naquela região ali, se produzem paralelepípedos. Vai lá um caminhão, compra ali um milheiro por R\$200,00, chega à frente, ele vende por R\$1000. A gente regularizando a atividade, formalizando-a, aquela pequena comunidade se organiza e passa a produzir e comercializar a produção diretamente, saindo de uma renda de R\$300,00 a R\$400,00 hoje, ou R\$200,00, para uma renda de R\$1000 a R\$1500 naquela região. Eu estive lá há pouco tempo com o Secretário de Indústria e Comércio do Estado, com os técnicos do Estado discutindo, fizemos uma parceria com o atual Governo do Estado, liberamos recursos, e agora estamos implementando o processo de formalização naquela região. Citei esse exemplo porque o senhor é de lá e para trazer essa questão, a importância que tem, como ela agrega valor desde a pequena mineração até a grande mineração.

O setor mineral, o valor da produção mineral brasileira em 2012 foi US\$42 bilhões. O setor mineral representou cerca de 20% do valor das exportações do Brasil em 2012. Há uma estimativa de investimentos em mineração no Brasil até 2016 da ordem de US\$75 bilhões. E aí nós vemos por que a mineração é algo atraente, é algo positivo.

Aí eu cito os impactos positivos da mineração: a geração de empregos diretos e indiretos; cria qualidade na melhoria do emprego, como acabei de falar há pouco a V. Ex^a; a formalização, a maior renda; atrai mais benefícios; aumenta a renda local; ativa o comércio local, e por isso aumenta a renda local; passa a haver mais consumo; interfere na arrecadação direta dos impostos, que vêm junto com a CFEM – a CFEM é o nosso *royalty*, daqui a pouco vou falar dela –, mas junto com isso os demais encargos, os demais impostos; a melhoria do IDH local e regional; atrai investimentos; e tem base para o fortalecimento de competitividade das diversas cadeias produtivas que envolvem e agregam a mineração em nível nacional.

Este quadro, esta figura que eu mostro, Presidente Collor, eu diria que é um dos desafios da mineração, grandes desafios do setor mineral brasileiro. Eu diria que neste quadro, nesta figura, hoje o grande desafio é o novo marco regulatório da mineração. É você criar um instrumento de gestão forte para fazer a gestão do patrimônio mineral do Brasil. O DNPM hoje é o órgão gestor do patrimônio mineral. Esse órgão sofrerá essa migração, ele migra. Ele sai da condição hoje de um departamento para uma agência reguladora, e com isso, certamente com muito mais potencialidade para gerir o patrimônio mineral brasileiro.

E aí eu mostro lá em cima o marco regulatório, mas eu mostro a parte de infraestrutura, eu boto a parte logística, as pequenas e médias empresas e os APLs, que são os Arranjos Produtivos Locais de base mineral, muito comuns no Nordeste e na Região Norte, agregação de valor e esse segmento todo que a mineração traz com ela para o Brasil. E é por isso que a gente trabalha intensamente com essa perspectiva desse projeto de lei, de que falarei daqui a pouco, trazendo um novo marco regulatório, que trabalhará, sistematizará, atuará com o setor mineral brasileiro, de maneira a trazer melhoras e um desenvolvimento sustentável para a mineração, claro, e para o Brasil.

Ao mesmo tempo, há uma percepção – eu sou um gestor público, no olhar do gestor –, a percepção para o setor privado. O setor privado hoje tem uma parte importante: a competitividade, o tempo todo; ele sofre pressão das comunidades, atuação local; os minerais, há uma diminuição da qualidade dos minerais. Você pega o teor de ferro hoje há uma baixa produção, baixo teor de minério de ferro. Os custos ambientais são cada vez maiores. Há um maior custo da produção. E o mercado se reestrutura a cada momento. Isso obriga as empresas a reduzirem seus custos e aumentarem a produtividade, para que elas possam se manter nesse mercado competitivo. Esse é um desafio que a gente vê para o setor privado.

Eu entro agora no DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral – propriamente dito. Ele foi fundado em 1934. Este órgão completou agora, em 8 de março de 2013, 79 anos de existência. Ele agora deixa de existir e dá lugar à nova Agência Nacional de Mineração.

Temos um decreto que regula o setor, o Decreto-Lei nº 227, de 1967. É um decreto com 45 anos de existência, que teve o seu papel e a sua importância. Hoje, a nosso ver, ele sai para se modernizar no novo marco regulatório.

Ele virou autarquia em 1994.

A missão do DNPM é a que acabei de falar agora: gerir o patrimônio mineral brasileiro de forma social,

ambiental e economicamente sustentável, utilizando instrumentos de regulação em benefício da sociedade.

A CFEM é o nosso *royalty*, a nossa arrecadação. A nossa CFEM, no neste ano de 2013, deve passar dos R\$2 bilhões – algo em torno de R\$2,1 bilhões. Com a aprovação do novo marco, ele reformula as alíquotas, variando com o bem mineral, e ela, então, deve chegar, Presidente Fernando Collor, a algo em torno de R\$4 bilhões a R\$5 bilhões na sua arrecadação.

Qual a importância disso aí? Ela é um *royalty*. O que ela tem de importante? Desse *royalty*, 65% vão para os Municípios; 23%, para os Estados onde há o jazimento, onde há a produção, onde há a extração mineral. Então, 88% são do Estado e do Município produtor e 12%, para a União. Como há um repasse de CFEM para aproximadamente 1.700 a 1.800 Municípios, um terço dos Municípios brasileiros, esse fator se agrega a cada região, que pode investir em infraestrutura, em educação, em saúde, em saneamento. Com ele, não se pode pagar ou aumentar salário, mas os demais itens ele pode fazer. Isso é muito bem-vindo para cada Município no Brasil.

A legislação atual, a que nós estamos propondo sua substituição pelo novo marco regulatório, dentro da nossa observação de gestor, é burocrática, focada apenas no procedimento de outorga como instrumento de gestão. O Poder concedente, a União, tem poucos instrumentos de atuação e regulação. O acesso ao título minerário se dá, muitas vezes, sem observar a qualificação técnica. No nosso entendimento, ela permite artifícios jurídicos para manter títulos inoperantes, mantendo áreas importantes, muitas vezes oneradas, improdutivas. Então, o título tem um baixo custo financeiro, é um título barato para o seu requerimento e a sua manutenção, o que acaba favorecendo a retenção desse título para aquele que deseja atuar de maneira improdutiva e oportunista. Usei o termo oportunista: nenhum demérito à palavra, à citação, mas acaba pegando aquele que não tem intenção de produzir, que atua no sentido de especular – vou usar o termo especulação –, permitindo que ele retenha esse título por tempos e tempos, deixando, muitas vezes, o Estado refém e o setor que quer produzir sem conseguir produzir. A nova legislação muda essa visão.

A legislação atual não oferece instrumentos para solucionar conflitos entre interesses públicos e privados. Muitas vezes, ela é dúbia e acaba causando lides por longos períodos.

V. Ex^a sabe que o projeto está na Câmara e que, depois, vem para o Senado Federal. É o PL nº 5.807, que chegou à Câmara Federal em 18 de junho de 2013. Este é o tripé em que ele se sustenta: o novo marco da mineração, a criação da Agência Nacional de Mi-

neração e a alteração do *royalty*, da CFEM. O projeto traz esses três normativos, essas três visões, para, a partir daí, haver a nova agência gerenciando esse novo marco e, naturalmente, adequando a cobrança do *royalty* que é hoje pago pelas empresas de mineração à União, a Estados e a Municípios.

Os objetivos do novo marco regulatório, e aí já entrando no novo marco regulatório em substituição à legislação atual: fortalecer a eficiência do Estado no processo regulatório; aperfeiçoar aquilo que nós já fazemos, para tornar melhor a fiscalização, a arrecadação e o planejamento; modernizar o Código de Mineração; promover a competitividade e a ação da mineração de forma sustentável. A nosso ver, ele cria oportunidades de investimento, atendendo, claro, ao interesse público; ele fomenta a produção mineral e torna racional o aproveitamento de jazidas; ele inibe a lavra predatória ou não sustentável; promove a exploração racional dos recursos minerais; agrega, o que falei anteriormente, na mineração de grande escala e na de pequena escala, principalmente, valor à cadeia produtiva mineral; reduz a especulação improdutiva e oportunista; provê segurança jurídica e acesso aos recursos minerais; estimula e moderniza o setor mineral e, naturalmente, com esse conjunto, ele vai contribuir para o desenvolvimento de forma sustentável.

Junto com ele vem a criação do Conselho Nacional de Política Mineral. Este será um órgão de assessoramento da Presidência da República para a formulação de política mineral.

Suas principais atribuições serão: propor medidas para o planejamento da atividade de mineração e o aproveitamento excelente dos recursos minerais; propor diretrizes para o estímulo à pesquisa, a inovação e agregação de valor na cadeia produtiva dos bens minerais; propõe que áreas sujeitas ao regime de concessão sejam precedidas por uma licitação; propõe também que haja rodadas de licitações em grandes blocos para serem explorados; e propõe diretrizes, requisitos e critérios para a emissão de autorização de exploração do bem mineral.

Portanto, ele inova e vai dar esse assessoramento à Presidência da República, para formular políticas, e será presidido pelo Ministro de Minas e Energia.

A nova Agência Nacional de Mineração (ANM), por que ela vem? Ela vem, na parte de regulação, e fiscaliza, outorga, arrecada e planeja. Ou seja, ela envolve um maior contexto estratégico e dá maior dinamicidade ao órgão gestor; ela passa a realizar licitações e chamadas públicas para as concessões, o que, a nosso ver, é um avanço na legislação; ela vem para avaliar e classificar as propostas para as concessões e, junto com ela, a sua respectiva capacidade técnica

e financeira. Agora, quem quiser requerer à área, terá de ter contrapartida, terá de ter obrigações. Ele não apenas vai requerer e sobre aquilo não pesquisar ou não investir. Ele terá de demonstrar para o Estado que ele possui a capacidade técnico-financeira para ter aquele bem mineral e para que o Estado possa dar a ele a concessão para que ele possa explorar aquele bem mineral.

Ele passa a celebrar e gerenciar os contratos; ele controla todas as obrigações com os mineradores e a agência, no que envolve informações, taxas e relatórios. É um grande trabalho; define os preços agora de referência para cobrar o *royalty*, que vai de 1% a 4%. Então, ele muda agora o modelo e, dependendo do meio mineral, ele vai variar, na sua cobrança, até 4%. Ele passa a celebrar convênios e parcerias com entidades diversas, compartilhando informações com as receitas estaduais e Federal, Ibama, e outros órgãos integrantes do ente público; e passa a ter muito mais capacidade de mediar conflitos diversos, seja nas áreas de mineração ilegal, seja entre entes do Governo, seja naquilo quando o Governo entende entre o que é importante ter a mineração, o que é importante ter uma outra atividade. Esse órgão estará muito mais aparelhado, do ponto de vista jurídico, para poder mediar esses conflitos.

Por que, então, nós defendemos a criação da Agência de Mineração?

A criação da Agência de Mineração terá o propósito de fortalecer a eficiência da ação do Estado no desenvolvimento da indústria da mineração brasileira, por meio da instituição de regras e normas regulatórias que induzam ao melhor aproveitamento dos recursos naturais, de forma sustentável, estimulando a competitividade entre as empresas e promovendo o maior grau de agregação de valor ao produto mineral. É por isso que ela é tão importante.

Quais são os desafios para essa nova Agência reguladora? Integrar-se com os órgãos e agentes do setor mineral; modernizar e aperfeiçoar as funções de controle e fiscalização; garantir ambientes regulatórios estáveis com vistas a atender às necessidades de investimento, para que o capital venha com segurança. Hoje, há uma fuga do capital de risco. O capital já não entra com tanta segurança e ele tem medo de entrar, porque ele não vê um ambiente hoje favorável; assegurar a independência decisória, que é importante, porque permite que ele tenha sempre uma atuação técnica voltada ao interesse nacional. Então, ele tem uma independência decisória; ter a continuidade administrativa e regulatória. Ele pega todo o legado do departamento e transfere para a Agência. Essa Agência passa a ser estruturada para fazer a gestão desse

legado que ela traz, com 78 anos de existência, e que é uma história de vida.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Sem dúvida.

O SR. PAULO GUILHERME GALVÃO – Não é, Presidente?

Transferência integral dos quadros de pessoal vem ao encontro do que está em cima. Acervo, competência, e lides judiciais. Isso passa a estar sob a gestão da nova Agência Nacional de Mineração. Os efeitos sob o DNPM, somente quando for publicado o decreto de instalação da Agência, somente quando publicar a lei, quando a Presidente Dilma sancionar, se assim o for, depois de amplamente debatido nas duas Casas, então, sim, o DNPM se extingue e passa a atuar na gestão desse bem mineral a nova Agência Nacional de Mineração.

A sua diretoria colegiada, de acordo com as novas regras, os seus dirigentes deverão ser técnicos também, principalmente, serão aprovados pelo Senado Federal. Isso é importante porque também traz para o Poder Legislativo a decisão da indicação desses técnicos, a ratificação da indicação desses técnicos que farão a gestão dessa nova Agência.

Aqui, Presidente, estou finalizando, coloquei um pouco, nesse quadro, nessa figura, o que é o setor mineral. A nosso ver, mesmo sendo um servidor de carreira, mas uma visão empreendedora de que o Estado deve sim sempre estar fomentando e está fazendo a parceria com o setor produtivo. Isso é muito importante, é fundamental. Sempre cito a competitividade e a sustentabilidade da mineração. Os recursos minerais estão aqui, eles existem, o Brasil é abundante em recursos minerais. A mineração competitiva deve ser sempre competitiva e sustentável. Junto com ela tem que ter um marco regulatório claro. Políticas públicas para o setor mineral, a boa governança, que permita a atração de investimentos, um ambiente que tenha baixo risco para o investimento do capital. Os recursos humanos devem ser qualificados e deve ter, além da participação do setor privado, demais agentes. Com isso, quem é o beneficiado? É a sociedade como um todo. No *royalty*, na geração de emprego e renda, nas ações sociais e ambientais, no desenvolvimento local, na agregação de valor, formalização e regularização da atividade mineral que se tem anteriormente, a melhoria da infraestrutura, a ecoeficiência e o uso futuro da área minerada, que, quando acaba, não deixa a população em estado de miséria ou pobreza, já tem que ter algo para ela vislumbrado no futuro para que possa dar continuidade numa outra atividade, qualquer que seja ela, mas que tenha um viés sempre sustentável e de

gerar, para aquela região, para aquela comunidade, emprego e renda.

Esta também é uma citação nossa. Para finalizar, o setor mineral deverá ser cada vez mais tratado como estratégico no Brasil, maximizando todas as potencialidades existentes, transformando-as em realidade e desenvolvimento sustentado no Brasil.

Eram essas as considerações, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Paulo Guilherme Galvão, que é o Diretor de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração do Departamento Nacional de Produção Mineral.

E, agora, passo a palavra ao Dr. Carlos Vilhena, sócio da Pinheiro Neto e Advogados.

O SR. CARLOS VILHENA – Boa noite.

Inicialmente, quero agradecer ao Senador Fernando Collor pelo cordial convite para, de alguma forma, tentar contribuir para o debate de assunto tão importante como é este da reforma da legislação mineral brasileira. E a minha intenção aqui será justamente e, de alguma forma, criticar aquilo que entendo de positivo e negativo na proposta governamental que, atualmente, tramita na Câmara dos Deputados.

Aproveito para cumprimentar os meus colegas de Mesa, Dr. Paulo Guilherme, Dr. Manuel Barretto, parabenizá-los pelas apresentações, e cumprimentar a todos.

Inicialmente, o Dr. Paulo Guilherme, na sua apresentação, fez um breve resumo do que se trata a proposta governamental – o Projeto de Lei nº 5.807, que está tramitando na Câmara –, mas, de toda forma, muito rapidamente, é uma proposta que muda radicalmente ou que pretende mudar radicalmente a situação, ou o sistema atual, e se baseia em três mudanças significativas, que é a mudança institucional, a regulatória, que eu chamei de arrecadação.

Então, na mudança institucional, como disse o Dr. Paulo Guilherme em sua apresentação, é o fortalecimento do Ministério de Minas e Energia, a criação do Conselho Nacional de Política Mineral e a criação da Agência Nacional de Mineração. Do ponto de vista regulatório, é uma alteração profunda da atual sistemática, está realmente se criando algo completamente novo ao nosso atual sistema de outorga, manutenção e controle bastante modelado em outros setores já existentes principalmente, parece-me, baseado no modelo que se adotou para a exploração e produção de petróleo.

E o terceiro pilar dessa proposta é a questão da arrecadação, que a meu ver, muda dois parâmetros, não extingue a CFEM, não a altera de forma significativa,

mas busca aumentar a arrecadação da CFEM e, por outro lado introduz outros pagamentos que veremos mais adiante quais são eles que, na atual sistemática, não existe, outros pagamentos do empreendedor mineral para o Estado.

Bom, então, inicialmente eu vou tratar do que eu entendo como sendo pontos positivos da proposta do Executivo.

O primeiro deles é a introdução de algo que eu particularmente e vários que militam nessa área defendem que é a introdução do chamado título único. Para os senhores entenderem, Senadores, atualmente para a atividade basicamente é necessário haver dois títulos para fases diferentes do empreendimento. Então há uma autorização do Estado para se conduzir uma pesquisa mineral, na qual o empreendedor busca encontrar uma jazida e há um título subsequente, se a jazida for encontrada, que é uma concessão de lavra que permite ao titular a produção. Há uma série de desvantagens nesse sistema de dois títulos principalmente uma possível insegurança jurídica que causa na transição entre um título e outro. É dá essência do empreendedorismo mineral que aquele que encontrou a jazida vá produzi-la. Portanto, é preciso que a legislação garanta que aquele empreendedor que encontrou uma jazida mineral, que é algo nada fácil de fazer – uma jazida economicamente viável –, que ele possa produzi-la.

Então, nesse sentido, me parece que o título único é algo positivo, é um avanço, elimina incertezas e, até pelo fato de se dar na proposta governamental por meio de um contrato e não de um ato, como se faz atualmente sob a legislação vigente, é possível até ajustar essa vigência das diferentes fases de pesquisa, o que se chama de desenvolvimento que é a construção do empreendimento mineral e a lavra que seria a produção de uma forma mais adequada a cada tipo de empreendimento do que o sistema atual em que há títulos com vigência definida.

Outro ponto que me parece positivo é o reconhecimento pelo projeto de ser mineração uma atividade de utilidade pública. E isso é muito importante, apesar da nossa Constituição já reconhecer a mineração como de interesse nacional, o reconhecimento legal de utilidade pública tem um impacto – poderá ter um impacto – significativo e positivo na discussão não só de reafirmar a importância do setor para a indústria e para a economia nacional, mas também nos impactos significativos na discussão do licenciamento ambiental. Isso porque há nas nossas leis ambientais, no nosso regulamento ambiental, algo que se chama APP (Área de Proteção Permanente), que são determinadas localidades próximas de rios, topos de morros com determi-

nada inclinação. A ocorrência de minérios, geralmente, ou em muitas situações, ocorrem justamente nessas APPs. A exceção que permite o licenciamento ambiental de atividades econômicas nas chamadas APPs é justamente aquelas atividades de utilidade pública. Então isso também parece um avanço, esse avanço já existe atualmente numa Resolução do Conama, essa realidade de reconhecer como utilidade pública, mas uma lei reforça essa afirmação.

Outro ponto sobre o qual eu concordo com a avaliação do meu colega de Mesa, Dr. Paulo Guilherme, é que a criação do Conselho Nacional de Política Mineral, sem dúvida, eleva as discussões sobre a política mineral para um nível maior dentro da nossa organização do Estado e me parece bastante positiva. Às atribuições do conselho é que eu vou fazer críticas mais adiante, mas a ideia de criação do conselho me parece algo bastante positivo, reconhecendo a importância que a mineração tem para a nossa economia e para o nosso País.

Também concordo plenamente com o Dr. Paulo Guilherme na sua fala anterior à minha, de ser positiva a criação da Agência Nacional de Mineração. Sem dúvida, é uma forma mais moderna de administração. Cria-se um colegiado, as decisões são tomadas de forma colegiada. O que me preocupa é se, de fato, essa agência terá a autonomia política e financeira que ela precisará para atuar e cumprir as missões – seja esse projeto, seja a lei que venha a ser aprovada pelo Congresso Nacional – que a ela atribuam. Parece-me que só o fato de ser agência já, de certa forma, dá a ela uma autonomia política, pelo fato de serem diretores com mandatos intercalados, aprovados em sabatina pelo Senado Federal.

O que me preocupa mais é a questão da autonomia financeira, dos recursos que terão que ser aportados para essa agência, e uma observação que foi feita no lançamento do projeto de lei: que a criação não acarretaria nenhum custo adicional ao orçamento. Eu não sou especialista em despesas de orçamento público e etc., mas com as atribuições que me parece que esse projeto está criando para a agência, ela não conseguirá desempenhar um bom papel com o mesmo orçamento que hoje tem o DNPM. Então, essa é uma preocupação, apesar de a ideia da criação da agência, a meu ver, ser positiva.

Eu vou agora passar a mencionar os pontos que eu entendo como sendo negativos. E, nesse aspecto, acho que vou divergir, com todo respeito, em vários pontos, do meu colega de Mesa, Dr. Paulo Guilherme. Eu gostaria de iniciar essa minha colocação no sentido de ser o meu entendimento, e de vários, que a atividade de mineração é uma atividade eminentemente

privada, e sempre foi. A mineração, diferentemente do petróleo, da energia elétrica, das telecomunicações, nunca foi realizada pelo Estado. Havia uma empresa estatal, durante um tempo, que era a Companhia Vale do Rio Doce, mas que funcionava como se empresa privada fosse.

Então, não há, para esse setor da nossa economia, uma transição de um sistema de monopólio estatal para um sistema privado. O sistema sempre foi privado. E sempre funcionou bem de forma privada. Evidentemente, tudo pode melhorar, a legislação pode ser aprimorada, mas não me parece que o enfoque que essa proposta tem, de um aumento significativo do protagonismo do Estado e da ingerência do Estado no setor mineral, seja positivo. Nós estamos migrando de um sistema em que a decisão de empreender, ou o momento de empreender, principalmente na pesquisa mineral, tem altíssimo risco e gera o conhecimento e o encontro de jazidas economicamente viáveis que vão virar minas, que vão produzir minérios. Estamos passando de um sistema em que a decisão é privada para um sistema em que a decisão será estatal, com a introdução desses conceitos de licitação e chamada pública, principalmente nas áreas que se chama de *greenfield*, ou seja, aquelas áreas onde se conhece muito pouco da geologia, e onde há um elevado grau de risco no investimento para se comprovar que de fato há uma jazida que terá quantidade ou características econômicas e outras para se transformar em uma mina. Esse sistema – não só aqui no Brasil como em todos os outros países que são grandes produtores de minério – é o que nós hoje temos, que é o que nós chamamos de mineração de prioridade. Ou seja, quem chegar primeiro e identificar uma oportunidade e requerer uma determinada área para realizar uma pesquisa, a ele será, desde que cumpra as regras, outorgado um título, uma autorização para realizar a pesquisa.

Esse projeto muda essa dinâmica, que, a meu ver, é a dinâmica natural do setor mineral, para que o Estado tenha o protagonismo de dizer: “Eu agora vou deixar que empresas privadas se interessem por determinada área, em determinado lugar do País.” Nesse contexto, como disse o Dr. Manoel Barretto, a CPRM passará a ter uma responsabilidade, uma atuação enorme de identificar essas áreas e levar ao Conselho Nacional de Política Mineral as informações necessárias para que este conselho tome essa decisão de colocar essas áreas em licitação.

Então, eu advogo que não é que a nossa lei mineral não possa ter um sistema de licitação. Sim, deve ter para aquelas áreas onde o Estado sabe que há um valor econômico e que, por algum motivo, não estão

nas mãos, não são de propriedade privada, ou a empresa privada não tem o direito de explorá-las, estão nas mãos do Estado. E é lógico que o Estado deve licitá-las e transferir o direito de explorar a empresas privadas pelo maior preço. Nada mais normal que isso.

Mas a lógica da pesquisa mineral, em áreas de pouco ou quase nenhum conhecimento geológico, não funciona dentro dessa dinâmica, na minha modesta opinião. E, na introdução dessa ideia de chamada pública, ainda que uma empresa privada ou um particular manifeste o interesse de pesquisar, é o Estado que vai decidir se abrirá o processo de chamada pública ou não.

Então, eu acho que é um excessivo protagonismo e ingerência do Estado. Eu discordo desta visão de que o Estado tem que ser a mola propulsora da atividade econômica na mineração. Eu acho que já está mais do que provado, na história dos países produtores de minério, que o empreendedorismo privado é o que leva ao descobrimento e à produção de minérios. É lógico que o estatal também levará, mas numa outra velocidade, a meu ver, e, principalmente, com outro custo, na minha opinião.

O segundo ponto que eu julgo negativo é a diminuição da competitividade, que é um dos pilares da justificativa para essa proposta governamental. Eu não creio que, pelo fato de se fazer licitação, aumentará a competitividade por si só. O resultado pode ser o contrário. O resultado pode ser que só grandes empreendedores, com muito poderio econômico, tenham capacidade de participar de licitações e de pagar tudo aquilo que a lei está criando como critérios financeiros, que depois vamos ver mais adiante, para se vencer a licitação. Então, eu creio que esse sistema de licitação e chamada pública, na verdade, desincentiva a pesquisa mineral por pequenos e médios, que contribuem de forma significativa para o conhecimento geológico e para a descoberta de novas jazidas.

Outra questão que me preocupa bastante é que esse modelo proposto, se transformado em lei, vai levar, a meu ver, a uma excessiva participação do Estado na pesquisa mineral. O Dr. Manoel Barretto escreveu aqui, de forma brilhante, os excelentes serviços que a CPRM presta ao País, os serviços significativos que, como ele disse e mostrou muito bem, são esforços gigantescos, financeiros, técnicos, de recursos humanos etc.

Atribuir também a CPRM o papel de uma empresa de pesquisa mineral, para suprir a possível ausência dessas pequenas e médias empresas na pesquisa mineral, a meu julgar, seria um erro, mesmo porque há capital privado disposto a fazer isso e correr esse risco. Por que o Estado arcaria com esse custo e com esse risco se há capital privado disposto a correr esse risco? Isso, evidentemente, não impede que a CPRM

faça também isso, mas o receio de que ocorra, de que essa proposta seja transformada em lei é que a CPRM passe a ser a principal empresa envolvida com a pesquisa mineral. Não me parece que essa seja a melhor forma de se avançar.

Terceiro ponto. Parece-me que esse sistema proposto está criando um altíssimo grau de subjetividade. Nós estamos saindo de um sistema – eu não estou aqui para defender o atual sistema, pois todo sistema pode ser mudado, melhorado, etc. – e não vejo nesse atual sistema todos os defeitos que o Governo, que o Ministro Lobão e outras autoridades têm apontado ao longo dos meses. Mas, enfim, evidentemente, pode ser melhorado e muito melhorado. E temos aqui uma grande oportunidade para melhorar nossa lei mineral. Mas eu não acredito que sair de um sistema que é hoje objetivo para um sistema com altíssimo grau de subjetividade seja a melhor resposta para atacar os problemas e os diagnósticos que este Governo fez dos problemas da legislação mineral. Alguns desses diagnósticos, concordo com vários pontos deles. Só não acho que o caminho seria esse. Uma das questões que mais me preocupam é justamente o elevado grau de subjetividade.

Eu acho que a proposta apresentada pelo Governo, tal como está, dá ao Executivo um cheque em branco para fixar uma série de coisas que, a meu ver, ainda que se adote esse sistema de licitação, teriam de fixar critérios em lei e não delegar critérios para uma agência. Eu tenho uma grande preocupação com essa questão, ainda que a agência venha a ser politicamente independente, financeiramente capacitada, eu acho, seja lá qual for o sistema adotado, após aprovação do projeto pelo Governo, será preciso avançar aqui no Congresso Nacional para um caminho que crie critérios mais claros e mais objetivos para a outorga de títulos, para a manutenção dos títulos, para a renovação de contratos e para a cessão de direitos. Essa é uma questão que eu gostaria de me deter por mais alguns minutos, pois é uma preocupação que o projeto tem, parece-me, muito forte, como se a cessão de direitos fosse algo que não devesse acontecer. E, por cessão de direitos, quero dizer o seguinte: um empreendedor vender seu empreendimento para outro.

Há dispositivos nessa proposta que dificultam e muito esse tipo de negócio que não é necessariamente algo maléfico. Pelo contrário, há uma dinâmica muito grande de pequenas e médias empresas que estão dispostas a correr riscos geológicos, financeiros e outros mais, que empresas grandes não estão dispostas a correr, que correm esse risco, conseguem captar recursos para seus empreendimentos, encontram jazidas e seu prêmio é: transferir a titularidade dessa desco-

berta para grandes empresas que têm a capacidade financeira e técnica de construir e operar as minas.

Então, essas limitações – digamos assim – ou restrições ou dificuldades que essa proposta impõe a essa cessão são compreensíveis no sentido de que talvez a ideia fosse limitar o que este Governo chama de especulação, o que de fato deve ser combatido, mas não creio que, da forma como foi proposta, seja a melhor maneira de o fazer.

Outro ponto que me parece negativo: aumento de custos. Está-se propondo um aumento de CFEM que não só aumenta a alíquota, dobra ou até quadruplica a alíquota, como, hoje dia, o ouro, por exemplo, pagando uma CFEM de 1%, com limite que passará a ser 4%, e o Executivo poderá aumentar a CFEM do ouro de 1% para 4%. Novamente, a proposta dá ao Executivo a competência para fixar essas alíquotas, diferentemente da atual lei do CFEM em que as alíquotas para cada minério estão fixadas em lei e não em decreto. Parece-me que há uma segurança jurídica maior, uma clareza maior se isso for fixado por lei e não por delegação do Executivo, fora o fato de a base de cálculo da CFEM estar sendo alterada de uma base de cálculo de faturamento líquido para faturamento bruto. Só isso, em determinado segmento da mineração, já aumenta significativamente a CFEM. Eu compreendo perfeitamente o pleito dos Municípios dos Estados para um aumento de CFEM. Isso é totalmente compreensível e eu acho que ninguém que lide com mineração como eu, há mais de 20 anos, vai negar que deve haver um benefício econômico da mineração para os Municípios e os Estados onde o empreendimento ocorre. Isso é inegável. Agora, o custo de se empreender na mineração no Brasil já é altíssimo. Há estudos comparativos que mostram que a carga tributária da mineração é muito alta, não só da mineração, de vários outros setores.

Então, isso precisa ser examinado dentro desse contexto também, me parece. Mas isso daria outro seminário de várias horas para discutir os impactos do aumento de CFEM nos diferentes segmentos, como disse o Dr. Paulo Guilherme, são 80 produtos minerais. A dinâmica, as cadeias produtivas são completamente diferentes, os impactos podem ser totalmente diferentes. Esse projeto também introduz três outros encargos que hoje não existem, que é o bônus de assinatura – o empreendedor que vencesse a licitação teria que pagar um bônus, um valor econômico pela assinatura do contrato –, o bônus de descoberta, que é um valor a ser pago se uma descoberta for feita, e a participação nos resultados da lavra, que é algo adicional à CFEM, que é uma forma de participação nos resultados da lavra.

Isso tudo, novamente, são introduções muito genéricas no projeto de lei, nas quais está-se dando – se aprovada tal como está – uma carta-branca para o Executivo estabelecer tudo isso.

Então, não é que não se possa haver esses encargos. Evidentemente que nenhum empreendedor... E aqui estou examinando sob a ótica do empreendedor, evidentemente, quanto menor o custo melhor. Mas esses encargos, se não forem muito bem medidos, podem significar uma não economicidade de uma jazida encontrada. O pior momento para o minerador ter mais custo é no momento da descoberta, é na descoberta que ele vai precisar de dinheiro para construir a infraestrutura, a mina, é o pior momento para se ter uma despesa a mais. Enfim, há muitas coisas que precisam ser discutidas e não temos tempo para discutir em muito detalhe, mas eu queria ressaltar.

Também acho, diferentemente do que os propositores deste projeto de lei entendem, que essa lei, tal como proposta, terá a consequência de aumentar a burocracia significativamente. Primeiro porque muda o sistema drasticamente. Estamos criando um outro sistema em que todo o *modus operandi*, o *know-how*, a “jurisprudência administrativa”, praticamente tudo se perderá e tudo terá que ser do zero. Na minha opinião, nós não estamos tratando de um segmento econômico que está começando hoje, é um segmento secular. A lei pode ter seus efeitos, mas ela funciona, senão, o Brasil não seria uma grande potência mineral, nem a mineração contribuiria significativamente para a nossa balança comercial, para as nossas exportações, para a geração de emprego, etc. Então, parece-me um equívoco essa mudança radical para atacar os problemas, o diagnóstico feito pelo Governo.

O segundo ponto que eu queria ressaltar é: o projeto, nos dispositivos de transição, com exceção das concessões de lavra, que são os títulos que permitem a produção, todos os outros títulos, que são os de pesquisa, os de pesquisa em que já identificaram uma jazida, os requerimentos de lavra, todos esses vão migrar para o sistema de contratos.

Então, tenho aqui um dado interessante que ouvi numa palestra outro dia do Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral. Ele diz o seguinte: são em torno de 140 mil processos em que os títulos minerários migrariam do atual sistema para o sistema de contrato. Se 20% deles sobreviverem à migração, ou seja, cumprirem os requisitos que a nova lei a eles impuser, serão cerca de 27,5 mil contratos a serem assinados. Se a agência assinar cinco contratos por dia útil, levará vinte anos para assinar todos eles. Então, é possível fazer? Deve ser, mas não me parece que há necessidade dessa ruptura brusca de sistema.

Os pontos falhos, a meu ver, apontados pelo Governo, muitos deles corretos no diagnóstico, podem ser tratados de uma forma, na minha opinião, mais simples.

Outro ponto, afora todos esses contratos, a criação de regulamentos, enfim, a criação da forma como se vai implementar a nova lei, a nova agência terá que... O CPRM terá que fazer o trabalho de identificar que áreas serão levadas à licitação, o conselho terá que atuar no sentido de concordar ou não com a CPRM e decidir o que vai para a licitação ou não e a agência terá o trabalho de realizar licitações que, todos nós sabemos, é uma carga de trabalho brutal e há um custo para o Estado, imagino, bastante grande.

Mais um ponto para o qual eu queria chamar a atenção que me parece negativo é a falta de clareza na transição do atual sistema para o antigo. Há – e eu reconheço – um esforço da proposta de preservar a produção, o que hoje está em produção, porém não me parece que há uma total clareza do que acontece com os títulos – e não são poucos, como mencionei anteriormente, são quase 150 mil processos – que de alguma forma terão que passar por uma fase de transição. E não me parece que os dispositivos da proposta são bastante claros nesse sentido.

Então, eu já adiantei esse eslaide de uma forma ou de outra. Parece-me que a proposta, com todo o respeito, apesar do diagnóstico em muitos pontos do Governo ser correto, nega as próprias origens da mineração, não leva em consideração o próprio conhecimento que o Estado tem da dinâmica da mineração, a meu ver, tenta importar um modelo regulatório de outros setores que, ainda que semelhantes, não se pode comparar com a mineração, como do petróleo. Petróleo, ainda que um bem mineral, é um mundo, uma dinâmica completamente diferente da mineração e vários dos artigos da proposta governamental são *ipsis litteris* cópia da lei do petróleo ou da lei do pré-sal.

Falei anteriormente sobre minha opinião sobre a importância da iniciativa privada no setor mineral, que esse projeto, a meu ver, tenta mudar essa dinâmica e acho que causará consequências negativas. E chamo a atenção para o art. 174 da Constituição, que diz justamente que o planejamento pelo Estado é determinante para o setor público, mas indicativo para o setor privado. Não me parece que esse projeto está alinhado com esse mandamento constitucional.

Eu já mencionei aqui os relevantes serviços que a CPRM presta ao Brasil, que o Dr. Manoel Barretto muito bem descreveu, e a minha preocupação de que as novas atribuições impostas à CPRM por esse projeto, a CPRM terá que ser uma super hiper CPRM, a meu ver, para dar conta. Não que isso seja impossível, mas minha pergunta é: isso realmente precisa ser feito

pelo Estado ou em grande parte pelo Estado? Essa é a minha pergunta.

O Dr. Paulo Guilherme, na brilhante apresentação, mencionou o *boom* mais recente que houve da mineração no Brasil, de 2002 a 2008, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL. *Fora do microfone.*) – De 2009 a 2011.

O SR. CARLOS VILHENA – Isso, exato. Ele teve um segundo período de recuperação. A lei atual poderia... Quero frisar, não sou defensor da lei atual, não eu estou aqui para defender a lei atual, mas a lei atual pode, sim, ser melhorada; há muita coisa nela para ser melhorada.

Mas o sistema, a base do sistema, a essência não impediu que o Brasil participasse desse *boom* mineral, que não foi nacional, foi mundial. Então é preciso pensar nisso e repensar se, de fato, a atual legislação é tão ruim assim. Evidentemente, ela pode melhorar, e muito, mas eu me recuso a aceitar essa afirmação de que a atual lei é um desastre, porque, se fosse um desastre, eu acho que a nossa indústria mineral não estaria onde está.

Há outra coisa que me chamou a atenção na apresentação do Dr. Paulo Guilherme. Ele disse que o momento atual da mineração é bastante ruim. Será que esse momento ruim é o melhor também para mexermos na lei? Ou discutirmos a lei? É algo a se pensar. Ele também falou dos grandes desafios da mineração e dos desafios do setor privado. Eu acho que a proposta dificulta, e muito, ou poderá dificultar, e muito, vencer esses desafios.

Mais uma vez quero reiterar que, ainda que eu concorde, em grande parte, com o diagnóstico dos problemas da nossa legislação mineral, acho que o projeto adotou um caminho que não trata da melhor maneira essas questões. Há muito debate a se fazer, sem dúvida, tanto na Câmara como aqui no Senado, na busca de se pensar em melhores mecanismos para combater ou tratar essas questões que o Governo apontou.

Aqui eu mostro um eslaide com uma informação retirada basicamente da mensagem presidencial sobre quais seriam os objetivos da proposta: desenvolvimento contínuo, estável e sustentável; instrumentos inovadores e eficientes para a gestão pública; complexidade da atividade mineradora; elevado risco; longo prazo de maturação; elevado aporte de investimento; caráter indutivo da atividade da mineração; fortalecimento da eficiência da ação do Estado no desenvolvimento da indústria da mineração; melhor aproveitamento dos recursos naturais de forma sustentável, estimulando a competitividade entre os agentes e promovendo maior agregação de valor ao produtor mineral; ambiente pro-

pício para o aumento dos investimentos na atividade de mineração; combater as práticas especulativas que comprometem o setor e restringem a concorrência; incentivar os empreendedores e inibir a ação de especuladores; gerar uma maior transparência, objetividade e eficiência ao processo de recolhimento da CFEM; resguardar situações legalmente constituídas e assegurar passagem para a nova sistemática regulatória sem qualquer prejuízo para os interessados; e uma preocupação com a segurança jurídica. Esses são os pontos que o próprio Governo, ao enviar o projeto, listou na exposição de motivos.

A meu ver, da minha leitura, com todo o respeito, na minha modesta opinião, se de fato esse projeto for aprovado tal como está, fortalecerá a ação do Estado e aumentará a CFEM.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Grato ao Dr. Carlos Vilhena, sócio da Pinheiro Neto Advogados, pela sua explanação.

Realmente, pelo que nós temos ouvido dos nossos palestrantes ao longo dessas audiências públicas que estamos realizando no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado da República, há uma preocupação recorrente em relação ao novo Marco Regulatório da Mineração baseado fundamentalmente em dois pontos: esse novo Marco Regulatório da Mineração induz ou afasta o investimento privado? Em segundo lugar, a segurança e a garantia jurídica que será dada àqueles que, nos últimos 70 anos, participaram e participam do setor mineral e que estiveram a ele subordinados, ou seja, a questão da garantia jurídica.

Então, no momento em que o País necessita avidamente de recursos privados internos ou externos para alavancar a sua infraestrutura, alavancar o seu processo de desenvolvimento – caso as respostas sejam afirmativas a essas duas perguntas, ou a essas duas colocações aqui recorrentemente feitas, como eu havia dito –, não seria o caso de nós fazermos uma profunda reflexão, não somente sobre esses dois pontos, mas sobre vários outros que são colocados por aqueles que participam aqui dessas audiências públicas?

Na questão da mineração, fazem às vezes comparação, mas é indevida. Temos diferenças fundamentais entre o marco regulatório, por exemplo, que foi votado pelo Congresso Nacional em relação ao pré-sal e o marco regulatório da mineração. Não podemos dar tratamento igual a algo absolutamente desigual, até porque, como dizem normalmente, mineração e eleição só depois da apuração.

Se há uma atividade de altíssimo risco é exatamente a da mineração, porque, quando se descobre

uma mina ou se encontra alguma possibilidade de que exista uma mina desse ou daquele mineral, nesse momento em que se descobre de forma rudimentar a possibilidade de ali haver uma mina, ninguém sabe avaliar, na realidade, a sua quantidade, a duração dos anos de exploração, o teor de pureza que aquele mineral traz e assim por diante. Isso somente poderá ser aferido depois de muitos investimentos na pesquisa.

A pergunta outra que se faz, que vem sendo feita nessas audiências é se o Governo teria recursos e sobretudo vontade de se imiscuir nessa questão da pesquisa, para saber a lavra, o que isso significaria, o que isso traria. É outro viés que apontam, certo viés estatizante ou de interferência direta do Estado sobre uma atividade eminentemente privada naturalmente sempre com a supervisão e o controle do Estado e que, ao longo deste anos, 70 anos...

O SR. CARLOS VILHENA – Sessenta e nove anos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – ... 69 anos, vem dando resultados positivos a ponto de transformar a Vale do Rio Doce, em algum momento, na maior mineradora do Brasil.

Então, há tudo isso, além de outros aspectos que também devem ser considerados, como a tecnologia que foi sendo adquirida com o capital privado e também com a participação, é verdade, do Estado brasileiro. De modo que é um tema que, sem dúvida, irá merecer das duas Casas do Congresso uma ampla e profunda reflexão, para que nós não estejamos, ao querer fazer algo inovador, algo promissor em termos de futuro, dando um passo atrás naquilo que hoje está dando certo, está sendo, pelo menos, pelos resultados obtidos, visto como algo que está dando resultados e, portanto, não necessitaria de uma mudança tão profunda, até porque tem também essa questão das inúmeras legislações, incluindo aí leis, decretos, regulamentação, que criaram jurisprudência ao longo destes últimos 70 anos. Então, como ficará isso nessa transição?

A agência reguladora da mineração está chamando a si atribuições que eu acredito irão torná-la – e esta é uma opinião minha, pelo que me já dado a conhecer na leitura desse novo marco regulatório –, são chamadas para si atribuições que não são próprias de uma agência reguladora. A agência reguladora tem que regular o que está estatuído em lei e não naquilo que ela própria poderá estabelecer como algo que ela irá regular. Essa indefinição em relação à questão do aumento da cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais de até 4% também é algo que preocupa porque a lei deve dizer tantos por cento. Esse adicional da Compensação

Financeira pela Exploração de Recursos Minerais é também algo em que nós devemos pensar um pouco, verificar o que é dado hoje aos Municípios, que ficam com 65% da CFEM; depois os Estados, com mais 23%, e 12% para a União.

Então, o que nós estamos verificando, hoje em dia, é que existem Municípios pequenos que têm uma enorme repasse de recurso como forma de compensação. Embora haja algumas balizas do investimento que devem ser realizados com esses recursos, sejam eles quais forem, cria-se uma enorme diferença de desenvolvimento entre aquele Município onde está localizada a mina e que proporciona essa arrecadação e os outros Municípios circunvizinhos. Ou seja, a desigualdade regional, que hoje já é grande na nossa Federação, passa também a ser considerada. E é uma consideração atual, não em função do novo Código, mas é algo em que nós devemos pensar já agora, nessa disparidade intermunicipal.

São questionamentos que, enfim, a gente vem colhendo nessas palestras que vêm sendo realizadas. E, não há dúvida nenhuma, o Congresso Nacional estará muito atento para, a tempo e a hora, oferecer a sua colaboração, para, se for o caso, melhorar, aprimorar, adequar o novo Código de Mineração, o novo Marco Regulatório da Mineração do Brasil que seja contemporâneo, do seu tempo, e com os olhos voltados para o futuro dessa exploração mineral. Nós não temos sequer o levantamento total do que há no nosso subsolo, mas, sem dúvida, nós temos uma riqueza inexplorada e ainda desconhecida, para ser traduzida em desenvolvimento social e crescimento econômico.

Temos aqui algumas indagações para serem feitas aos nossos palestrantes. Eu começaria fazendo essas indagações ao Dr. Paulo Guilherme Galvão, Diretor de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração do DNPM, que fez aqui uma explanação muito percuciente.

Dr. Paulo Guilherme, são quatro perguntas.

Com a estrutura atual e os recursos disponíveis para o DNPM, a Agência Nacional de Mineração conseguirá cumprir as suas atribuições previstas no Projeto de Lei 5.807/2013? Essa é a primeira pergunta.

Segunda: há dezenas de milhares de requisições de autorização de pesquisa em análise ou já aprovadas pelo DNPM. Segundo o Projeto de Lei 5.807, essas requisições serão transformadas em chamada pública. Isso é possível, do ponto de vista prático? Quanto tempo será necessário para realizar todas essas chamadas públicas? Isso tem um pouco a ver com o que já foi colocado aqui pelo Dr. Carlos Vilhena, sócio da Pinheiro Neto Advogados.

Terceira: o direito de prioridade, afastado pelo Projeto de Lei nº 5.807, não está sendo responsabilizado

pelas falhas da fiscalização causadas principalmente pela falta de recursos humanos e materiais do DNPM?

Por último: que método será utilizado para cálculo do valor bruto de venda quando o minério for consumido pelo próprio produtor?

O SR. PAULO GUILHERME GALVÃO – O senhor me permite, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força. PTB – AL) – Claro.

O SR. PAULO GUILHERME GALVÃO – Presidente Fernando Collor, antes de responder, permita-me apenas uma breve citação.

É claro que quero fazer uma menção à palestra do Dr. Vilhena. Temos alguns pontos de vista que divergem.

O projeto de lei está apresentado pelo Executivo, encaminhado para esta Casa e, a nosso ver, esta é a Casa do debate. Como bem disse V. Ex^a, aqui ele será trabalhado, cuidado, aperfeiçoado naquilo que tiver que ser aperfeiçoado.

A nosso ver, o projeto de lei é importante, é um avanço e permite a substituição, a transição de uma legislação que hoje, a nosso ver, está defasada para um novo conceito de marco regulatório.

O Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional terá o papel que é seu de melhorar esse projeto de lei. Não tenho dúvida disso.

Além disso, quero deixar claro, como servidor do Estado, como gestor, que não somos adversários do setor privado. Ao contrário, nós defendemos a livre iniciativa, defendemos o investimento, defendemos a vinda do capital, e essa vinda do capital com segurança. E tanto é com segurança que estamos propondo um novo modelo, um novo formato, para que esse capital seja aqui aportado com segurança. Essa é a visão nossa, mas em hipótese alguma se contrapõe no olhar, no aspecto ao adversário do setor produtivo. Ao contrário. Há um grande respeito e continua havendo pelo setor produtivo, que é a razão de o Brasil se desenvolver; é o setor que mais investe recurso. Não tenho dúvida disso.

Ao Estado cabe, sim, regular, fiscalizar e acompanhar, como bem disse V. Ex^a. Esse debate está aberto. Esse debate não está fechado.

Conforme a pergunta: “Com a estrutura atual e os recursos disponíveis para o DNPM, a Agência Nacional de Mineração conseguirá cumprir as suas atribuições, previstas no Projeto de Lei nº 5.807, de 2013?”

Sim, a nosso ver, sim. O DNPM, com 79 anos, tem um corpo técnico, a nosso ver, qualificado e com expertise necessária para atuar e para gerenciar o novo marco regulatório da mineração. É, a nosso ver, perfeitamente possível de se cumprir. É claro que o DNPM precisa, nesse momento, e terá que ser feito – o Po-

der Executivo tem de ter essa percepção – ampliar os seus quadros, tem de contratar mais técnicos, e precisa principalmente melhorar o seu orçamento, que está aquém do que ele precisa para cumprir a sua missão institucional. Porém, qual é a vantagem do DNPM? Ele possui capilaridade em todo o território nacional, ele atua nos 25 Estados da Federação, mais no Distrito Federal, sua sede central, com seu corpo técnico.

A nosso ver, ele reúne as condições para fazer valer cumprir o novo Marco Regulatório da Mineração. É claro que ele tem deficiências históricas, mas que poderão ser solucionadas com a entrada de novos quadros, de novos concursos – isso está previsto – e com a melhoria do orçamento, que também está previsto. E, aí, com o investimento na sua estrutura de logística, de tecnologia da informação.

Quantidade de projetos citados. Hoje, o DNPM tem cerca de 150 mil processo ativos em todo Brasil. Ele atua, como eu disse na minha palestra, em 80 cadeias produtivas. Essa estrutura tem de ser melhorada, inegavelmente, mas esse órgão reúne a expertise para isso, a nosso ver, tanto que já vem fazendo a gestão ao longo de 79 anos. Ele agora dá um salto de qualidade, essa é a visão nossa, partindo para o novo marco regulatório e se tornando uma agência de mineração.

A segunda questão que V. Ex^a coloca é sobre a existência de dezenas, milhares de requisições de ações de pesquisa sendo transformadas em chamadas públicas. V. Ex^a pergunta se é possível modificar essa prática. Sim, é possível. Essa conta que meu amigo colega e advogado Carlos Vilhena fez – e foi uma citação do Dr. Elmer Prata quando esteve aqui com V. Ex^a – não é tão linear assim. Eu até disse a ele: “Elmer, não faça isso, porque, em vinte anos, daqui a pouco, nós todos vamos estar mortos, e ninguém consegue fazer a transição!” Não será nesse patamar. Vai haver um processo amplo e pleno de informatização, que permitirá atuar de maneira plena e eficiente. É isso a que essa nova agência se propõe. Essa agência ampliada, aparelhada tecnologicamente e com orçamento terá capacidade de exercer essa função de trazer o investimento com segurança e ser alavancadora do setor, e não travar o setor; senão, não faz sentido ter agência. E, a nosso ver, como servidor público da casa, isso é possível e o órgão está preparado para isso.

Esse tempo, essa conta feita pelo representante da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral não é dessa forma linear. Essa conta não se dá assim: eu pego 140 mil, tiro 20%, vezes tanto dá 20 anos. Não é essa a conta. Haverá a diminuição dos processos, tirará aquilo da pessoa física e passará para pessoa jurídica, e o minerador passa a ter obrigações, responsabilidades e contrapartidas. Com isso, certa-

mente, reduzirá a quantidade de processos que hoje são improdutivos, que oneram a área e torna a ação improdutiva. Essa é questão.

O aperfeiçoamento tem de haver, o aprofundamento tem de haver, mas, a nosso ver, não será nesse formato, porque esse formato linear que está colocado aqui inviabiliza o setor. E é o contrário: o órgão dotado de tecnologia, dotado de força de trabalho qualificada, com a *expertise* que ele reúne hoje, consegue fazer esse trabalho. Tenho plena convicção disso.

A terceira é o direito de prioridade afastado pelo PL. Hoje vamos trabalhar, partindo da ideia de que haverá nova agência, com a chamada pública, com licitação. O DNPM hoje fiscaliza. Não é culpa da fiscalização. É humanamente impossível fiscalizar, de uma vez, quase oito mil concessões. Não se consegue ter atuação para isso, mas se pode fazer isso com inteligência, com tecnologia. A agência, repito, permitirá, a partir do investimento nela no aspecto tecnológico, que hoje ainda é deficiente, fazer esse trabalho com fiscalização inteligente, por amostragem, por setor, pegando a pequena mineração, pegando a grande mineração.

Não é uma culpa específica da fiscalização. Ao contrário, a nosso ver, a chamada pública permite que, alguém identificando uma área, possa comunicar isso ao órgão, que fará a licitação para que a pessoa interessada possa explorar aquela área e, havendo mais concorrente, ela possa ofertar melhor para ter aquela área para o Estado. A contrapartida, as obrigações que terá para com o Estado passam a ser diferentes, e a fiscalização terá capacidade de atuar de forma muito mais inteligente, a nosso ver, a partir da agência instalada, com recursos, com orçamento, com força de trabalho realocada e com tecnologia da informação.

Qual o método que será utilizado para o cálculo do valor bruto? A CFEM passa a ser cobrada... Agora, a CFEM atual causa conflitos, ela causa insegurança e dúvidas quanto à forma como é cobrada, como sendo a extração, após passar pela transformação, até o produto final. Hoje, a CFEM fica muito clara, a nosso ver, quando ela passa a ser um valor de até 4%, como falei na apresentação, descontando-se apenas os impostos, descontando-os os outros impostos cobrados – ICMS, ISS. Enfim, a CFEM, a nosso ver, quer mesmo ser agilizada para o valor do cálculo. Ela passa a ser valor arrecadado, extraindo-se os encargos, os impostos; ela passa a ser calculada em cima disso, ela passa a ter uma clareza em sua base de cálculo que, atualmente, não tem, a nosso ver. Nisso também ela sofre melhorias no nosso entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Quanto a essa questão de até 4%, o senhor não acha que cria uma insegurança?

O SR. PAULO GUILHERME GALVÃO – Presidente, é o que acabei de dizer a V. Ex^a, ao Plenário e aos colegas palestrantes: nós temos de fazer o debate do projeto. O que o senhor está fazendo aqui nesta Comissão que preside é chamar para o debate, à responsabilidade. Quer dizer, o projeto veio para o Congresso Nacional. Está na Câmara e, depois, virá para o Senado. Acho que isso pode ser debatido sim. Acho que se pode definir melhor isso – não tenho dúvida –, para que não gere insegurança no investidor. Quando se coloca até 4%, cria-se uma lacuna entre o que será 1% e o que será 4%, disse o Dr. Carlos Vilhena. Quer dizer, quanto você cobra do ouro? Quanto você cobra do minério de ferro? Isso, talvez, seja um ponto a ser discutido. Eu concordo com esse ponto de vista, de que até 4% fica subjetivo. Você pode definir, a partir do minério a ser explorado, a partir do bem mineral, nas oitenta cadeias produtivas, estabelecer um valor fixo àquele bem mineral. Nisso, eu concordo com o que está colocado.

Os demais pontos, acho que estão esclarecidos. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Paulo Guilherme. Agora, as indagações para o Dr. Manoel Barretto, Diretor-Presidente da CPRM Serviços Geológicos do Brasil.

O aumento da pesquisa mineral pelo CPRM previsto no Projeto nº 5.807 resultará na diminuição das outras atividades realizadas pela empresa?

A segunda pergunta: a CPRM possui títulos mineiros de áreas cujo potencial geológico é excelente e bem conhecido, desde a década de 80. Por que até hoje essas áreas não foram aproveitadas economicamente?

Terceira indagação: quem vai gerir o acervo técnico do potencial geológico do subsolo brasileiro? A agência a ser criada ou a CPRM?

Seriam essas três perguntas ao Sr. Dr. Manoel Barretto, que é o Diretor-Presidente da CPRM.

O SR. MANOEL BARRETTO DA ROCHA NETO – Bom, eu queria, também, antes de responder, Presidente, a essas perguntas, comentar um pouco as palestras. Até avançando um pouco na questão dos quatrocentos da CFEM, é que o setor mineral, basicamente, é operado por *commodities*. E a gestão das *commodities* não está na nossa governança, ela é gerida pela economia mundial. Então, é importante que o Governo possa mudar esse índice, dependendo de algumas circunstâncias de economia mundial.

Por exemplo, vou dar um exemplo para o senhor: hoje, são cobrados 2% de CFEM para a produção de ferro. Suponhamos que, em algum momento, 2% para a produção de ferro, o preço do ferro caia, como foi há

dois anos, há dez anos, para US\$50, US\$40 a tonelada, e que 2% – estou fazendo uma suposição, não é real isso – fique muito alto para a produção disso. Então, o Governo, dentro dessa proposta, tem condição de mudar esse índice, tanto nesse caso que eu estou citando, como ao contrário também. Um bem mineral que era produzido, que era vendido por US\$100, US\$50 a tonelada, e que, de repente, por uma questão de mercado mundial, passou a ser vendido por US\$200. Então, se cobrava nele 1%, por exemplo. Então, o Governo pode intervir para mudar esse índice, em uma simulação muito extrema, como por exemplo a produção de carro recente, em que o Governo interveio para, em um determinado período, não cobrar IPI e, depois, voltaria a se cobrar.

Então, essa ideia passa por aí, de o Governo ter essa possibilidade de fazer esses ajustes na produção mineral. Por exemplo, se for estabelecida uma lei de 3% para a produção de ferro e houver algum problema que tenha que mudar, tem que sair uma nova lei para mudar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Parece-me que, na questão de até 4%, como é colocado hoje no marco regulatório, quem fará essa arbitragem não será o Governo, mas sim a agência reguladora. E aí, não ficaria um pouco instável esse posicionamento?

O SR. MANOEL BARRETTO DA ROCHA NETO – Eu entendo que a agência faria isso sob uma orientação do Governo, porque a gestão do processo é do Governo. Então, o Governo pode orientar a agência para fazer isso. E a agência vai fazer isso em cima dessa ideia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Digo isso porque o conceito de agência é que agência é a reguladora dos interesses do Estado, independentemente de governo. Então, em função disso é que, como ela tem muita força e muito poder regulatório, se deixar para que ela própria faça esse regulamento, ou seja, se ele já não tiver sido explicitado em lei, e se a bitola for rigorosa no sentido de a agência fazer valer o que ela tem que regular, poderia criar esse ambiente de insegurança a que me referi.

Muito obrigado.

O SR. MANOEL BARRETTO DA ROCHA NETO – Entendo perfeitamente.

Outra questão é o fato de a proposta do marco prejudicar o setor mineral tal como ele é hoje. Fala-se muito na potencialidade do Brasil em produção mineral e na pesquisa mineral. Entretanto, o investimento em pesquisa mineral brasileira é 3%. A ideia do Governo em fazer essa proposta é aumentar a pesqui-

sa mineral. Por quê? Porque hoje a pesquisa mineral brasileira representa 3% de tudo o que é investido em pesquisa mineral no mundo. Somente 3%. É menor do que no Chile, é menor do que no Peru. Então, a ideia do Governo em fazer essa proposta é aumentar esse investimento em pesquisa, é trazer uma nova dimensão para esse valor.

O País tem possibilidade? Tem possibilidade. Temos possibilidade geológica, temos possibilidade territorial. Somos um país grande e com uma ambiência geológica favorável a mineralizações. E por que a pesquisa mineral brasileira é tão baixa, o valor agregado da pesquisa é tão baixo? Se tirarmos o ferro da produção mineral brasileira, ela cairá assustadoramente. Grande parte da produção mineral brasileira é a produção de ferro. Então, quando o Governo faz uma proposta de mudança do marco regulatório, ele está pensando no conjunto disso.

Voltando ao caso específico da CPRM, a ação que ela vai tomar a partir do novo marco, em momento nenhum vai diminuir ou intervir na ação que tem hoje. Todas as atividades que a CPRM tem hoje, que chamamos de serviços geológicos, ela continuará a ter. Tanto é que acabamos de realizar agora, no dia 4 de agosto, um concurso público para 355 pessoas, que estarão distribuídas em todas as atividades da empresa. Evidentemente, a atividade de geologia é a que terá mais pessoas, o que é normal. Se não tivesse marco regulatório, o maior número de concursados iria para a geologia. É uma tradição da empresa, é o carro-chefe da empresa. Então, de qualquer maneira, iria para a geologia.

Estamos contratando 355 novos funcionários que provavelmente em novembro estarão entrando na empresa. Desses, 206 vão trabalhar com geologia. São 206 geólogos. Desses 206 geólogos, 126 trabalharão na área de geologia pura, 50 vão para risco, 20 vão para hidrogeologia. Em momento nenhum se pensou em abandonar qualquer das áreas de que falei aqui.

Quero resgatar também o seguinte: não vamos fazer pesquisa mineral de maneira geral. Não vamos fazer pesquisa mineral. A Junior Company reclama como se fôssemos fazer exploração mineral. Não vamos fazer exploração mineral. Vamos selecionar algo, hoje, para o conselho. Hoje, fazemos mapeamento geológico básico e levantamentos aerogeofísicos. Esses dois tipos de trabalho que a CPRM faz interessam a Junior Company se interessa. Hoje, esses trabalhos são pagos pelo Governo. E a Junior Company usa esses trabalhos, são pagos pelo Governo. E qualquer cidadão brasileiro tem acesso ao mapa geológico. Está no nosso *site*. A pessoa pode acessar o *site* e baixar o mapa geológico.

Como os levantamentos aerogeofísicos são caros, nós cobramos uma taxa, que eu não diria simbólica, mas uma taxa que representa muito pouco do valor total. Somente para o senhor ter uma ideia, a história da agenda de levantamento, em um projeto, nós recuperamos no máximo 10% do que foi investido.

Por que a gente vende? Porque dá trabalho preparar o material para entregar para uma empresa. Então, a empresa compra e utiliza esse material para fazer exploração mineral. Com esse material, ela descobre jazidas. E o custo não chega a 10% do que a gente investe. Se faço um projeto de R\$5 milhões, a gente não recupera 10%. Por quê? Nós cobramos porque envolve gente para trabalhar, para fazer isso, para preparar o material, preparar os disquetes para fornecer às empresas.

Na realidade, a gente tenta amenizar um pouco esse custo, mas é um valor, inclusive, decrescente. A gente cobrou um valor no primeiro ano, nos dois primeiros anos. Depois do segundo ano, o valor cai muito. Por exemplo, se eu cobrar, hoje, por quilômetro quadrado de voo, daqui a dois anos, vou cobrar um; daqui a quatro anos, vou cobrar 0,50. E vai continuar 0,50. Então, é um valor muito irrisório para isso.

Nós, eu diria assim, damos esses dados para as empresas. Então, nós não vamos fazer pesquisa. Agora é importante a CPRM fazer isso, por quê? Porque o Governo pode ter interesse em trabalhar numa área específica. Por exemplo, potássio. As empresas não investem em potássio por quê? O Brasil é carente de potássio. Por que não se investe em potássio? Porque a pesquisa de potássio é muito cara. É muito cara a pesquisa do potássio. E as empresas não investem, porque você não acha potássio na superfície. São poços profundos. Uma pesquisa de potássio é comparada a uma pesquisa de petróleo. E, obviamente, os preços são radicalmente diferentes. Então, é uma pesquisa cara.

O Governo, em determinado momento, pode querer intervir nisso, na pesquisa de petróleo. E, se for o caso, a CPRM pode fazer essa pesquisa para descobrir o potássio e botar em licitação.

Esses são casos extremos. Nós não vamos fazer isso. No geral, nós vamos integrar dados para selecionar o que não é pesquisa, não é exploração isso. A CPRM não vai fazer exploração mineral. Nós não vamos fazer exploração mineral. Nós vamos fazer seleção de algo.

Nós temos realmente áreas. São 16 áreas de pesquisa.

Bom, tenho que contextualizar isso. A CPRM foi criada, em 1969, como uma empresa de economia mista. Sendo uma empresa de economia mista, o governo tinha duas empresas no setor mineral: a Vale do Rio Doce e a CPRM.

A Vale do Rio Doce tinha uma empresa específica para fazer pesquisa mineral, para fazer exploração mineral, que era a Docegeo. E o Governo tinha a CPRM que fazia o mapeamento geológico do País e também fazia pesquisa mineral.

Então, nós requeríamos áreas como qualquer investidor do setor. Alguns dos grandes depósitos minerais do Brasil, hoje, foram descobertos pela CPRM. Patos de Minas, por exemplo, foi descoberta pela CPRM. Pitinga, na Região Amazônica, que hoje é um depósito de terras-raras, foi descoberto pela CPRM, foi da CPRM, a CPRM vendeu. Então, nós temos uma série de outras áreas, algumas importantes. Temos um grande depósito de caulim na Região Amazônica, que se chama Rio Capim, e temos alguns outros depósitos que não são grandes depósitos minerais, são depósitos minerais medianos, não são grandes depósitos minerais. Talvez se fizessem mais pesquisas em alguns desses, poderia até aumentar a potencialidade. Esses depósitos já foram cubados, como a gente chama, já são jazidas, já foram cubados.

A CPRM tem uma legislação própria, hoje, no código vigente. Qualquer empresário, qualquer pessoa requer uma área e faz a pesquisa. Se a pesquisa for aprovada, ele tem um ano para requerer a lavra. A CPRM não; ela faz a pesquisa, quando ela entrega a pesquisa ao DNPM, se o DNPM aprovar a pesquisa, acaba a função da CPRM naquele momento. Por que isso? Porque a CPRM não lavrava. A função da CPRM era induzir o setor mineral, era descobrir e passar para terceiros. Então, nesse momento, a CPRM fica com as áreas, objetivando, no futuro, fazer a licitação. Ela fez algumas licitações e algumas não fez. É isso que nós temos. Hoje nós temos 16 áreas nessa situação.

O acervo técnico é assim. Hoje nós geramos o conhecimento geológico do País. Então, esse acervo é da CPRM. Quem tem esse acervo é a CPRM. O acervo de uma empresa que faz pesquisa e entrega esses relatórios junto ao DNPM, esse acervo vai ser da agência. É claro que a CPRM vai ter acesso a esse acervo, até para ela poder trabalhar e interpretar, porque, como mostrei, não temos o mapeamento de todas as áreas do País. Mas esse acervo é da agência e, obviamente, do Ministério de Minas e Energia. A CPRM deve ter acesso a esse acervo, como é o caso hoje da ANP, por exemplo. A Secretaria de Petróleo e Gás tem acesso ao acervo da ANP.

Não sei se...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Está muito bem. Pois não, Dr. Manoel.

O SR. MANOEL BARRETTO DA ROCHA NETO – Só, Presidente, que a proposta do CFEM será definida por um decreto da Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – O decreto em relação de até...

O SR. MANOEL BARRETTO DA ROCHA NETO – Até 4%, aqueles valores, poder mudar ou não.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Um decreto da Presidente da República?

O SR. MANOEL BARRETTO DA ROCHA NETO – Da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Isso está dito no marco regulatório?

O SR. MANOEL BARRETTO DA ROCHA NETO – Está dito no marco, na proposta. É o poder concedente.

O SR. CARLOS VILHENA – Na verdade, não está dito quem define e, na ausência de definição legal, é o Presidente da República.

O SR. MANOEL BARRETTO DA ROCHA NETO – Mas está dito que é o poder concedente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Certo, no caso, o poder...

Muito obrigado ao Dr. Manoel Barretto, Diretor-Presidente da CPRM – Serviço Geológico do Brasil.

Agora, estariam as perguntas endereçadas ao Dr. Carlos Vilhena, da Pinheiro Neto Advogados.

O Projeto de Lei nº 5.807, nas regras de transição, determina que, no caso de concessão de lavra, outorgada de acordo com a legislação vigente, a cessão do título minerário implicará na celebração de contrato de concessão, nos termos da nova lei. O senhor acredita que essa determinação provocará a chamada judicialização?

Segunda pergunta: no entender do senhor, o fim do direito de prioridade será benéfico para a mineração brasileira? Corre-se o risco de paralisia do setor por conta da lentidão governamental para realização de licitação e chamada pública?

Terceira pergunta: o Projeto de Lei nº 5.807 atrairá ou afastará os investidores? O Brasil está na contramão da legislação minerária mundial? Quais países adotam hoje uma legislação mineral nos moldes propostos pelo novo marco regulatório do setor, se o senhor tiver esse tipo de informação.

São essas as perguntas.

O SR. CARLOS VILHENA – Posso ver as perguntas, Senador, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Claro.

O SR. CARLOS VILHENA – Sim, essa questão da cessão, o que diz o projeto é que as atuais concessões de lavra, ou seja, aqueles títulos que permitem a produção serão mantidos pelas regras da lei atual. Na hipótese de o seu titular ceder ou alienar, vender essa concessão de lavra, seja de forma direta, vender o título, ou ainda vender o controle direto ou indireto da empresa que detém o título, isso requererá autorização do Estado e, como consequência, esse título migrará do sistema atual de concessão de lavra para o sistema da nova lei.

Vejo uma questão bastante complicada nessa situação, principalmente no que diz respeito à alteração de controle, por exemplo, de empresas listadas em bolsa de valores. Como o Estado brasileiro vai interferir em bolsa de valores, em muitas hipóteses, de outro país? É uma questão muito difícil de equacionar. Não vejo razão para uma mudança de regime jurídico pelo fato de esse ativo mudar de mãos, seja de uma forma ou de outra, seja pela venda da concessão de lavra, seja pela venda de ações da empresa que a detém.

Acho que o Estado tem de ter o controle, sem dúvida, de quem é o titular daquilo, direto ou indireto, se tem a capacidade financeira, técnica etc., mas, não vejo razão para uma mudança de regime, e vejo como muito complicadas de implementação essas questões em que as empresas, e muitas vezes, mesmo as pequenas empresas que se dedicam à mineração são listadas em bolsas, e em bolsas estrangeiras. Certamente, acho que esse ponto, pela sua dificuldade e dúvidas que traz, gerará sim judicialização e questionamentos jurídicos da sua constitucionalidade e legalidade.

A segunda pergunta é se a extinção do direito de prioridade será benéfica. Acho que mencionei, na minha apresentação, que, no meu entender, será maléfica a extinção do direito de prioridade. Acho que é perfeitamente possível conviver o direito de prioridade para aquelas áreas de alto risco, de baixo conhecimento geológico, com uma situação que o Dr. Manoel descreveu, onde o Estado tem um conhecimento maior da geologia, do potencial etc. e o Estado está em condições, então, de oferecer algo. Acho que esse sistema de licitação e chamada pública será maléfico no sentido de inibir o empreendedorismo do pesquisador mineral, que é fundamental para a existência ou o acontecimento de pesquisas minerais, na minha visão.

Esse é um ponto fundamental de alteração da lei, significativo da proposta. Acho que a Câmara e o Senado devem discutir isso de forma profunda, como se está tentando fazer aqui, de fato, avançar no sentido de os dois regimes conviverem. É perfeitamente possível e benéfico.

Se o PL atrairá ou afastará os investidores. Vários juristas dizem que mais importante que a lei é a forma como ela é aplicada. Então, é difícil dizer hoje se a lei, de fato, afastará investimentos. Acho que são possíveis argumentos tanto para um lado quanto para o outro, mesmo porque a lei é muito genérica. Então, é difícil vislumbrar como ela será aplicada, mas sem dúvida que o fato de ser genérica, a meu ver, traz uma série de inseguranças e pode, sim, num primeiro momento, afastar investimentos. E esses investimentos poderão voltar na medida em que se aplique a lei de uma determinada forma que dê ao investidor a segurança. Mas, a leitura fria da lei, tal como está, ou da proposta – perdão – tal como está me parece que a primeira reação seria de que a probabilidade de afastar o investimento, inicialmente, é maior do que atrair, mesmo porque, por ser genérica, traz uma série de incertezas. Os regulamentos não estão prontos, o detalhamento levará um tempo para se materializar e o investidor certamente esperará uma clareza maior para tomar uma decisão de investimento.

Não tenho exatamente a informação de quais legislações estrangeiras se aproximam da proposta. A informação que eu tenho é que as legislações estrangeiras de países produtores de minério como, por exemplo, a Austrália, o Peru e o Chile... O Canadá tem legislações provinciais e, na maior parte, divergem significativamente. Os próprios canadenses são muito críticos a respeito das suas legislações, principalmente a de Quebec, apesar de o Canadá ser um grande país minerador. Mas, dentro de uma realidade mais próxima da nossa, as legislações de Peru e Chile, que poderiam ser paradigmas, são completamente diferentes da proposta que está hoje tramitando na Câmara. Elas são no sentido da objetividade, da clareza, da prioridade. Então, de certa forma, aproximam-se muito mais da legislação que temos hoje do que da legislação que estamos buscando ter.

Não estou dizendo aqui que a legislação do Chile e a do Peru são perfeitas, são paradigmas, são exemplos. Mas deram certo porque o Peru, como disse o Dr. Manoel Barretto, atrai mais pesquisa mineral do que o Brasil, mais investimento para pesquisa mineral do que o Brasil; e o Chile também é grande produtor mineral. Não dá para se comparar, pois são realidades distintas, mas já há muitos elementos nessas legislações que são tidas internacionalmente como bem-sucedidas, mas que caminham no sentido contrário da proposta consubstanciada no projeto de lei que está tramitando na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Carlos Vilhena, da Pinheiro Neto Advogados.

Acredito que a nossa audiência pública de hoje tenha sido de boa valia para os nossos trabalhos, que vêm sendo realizados na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, antecipando-nos ao debate que se dará nesta Casa tão logo a Câmara dos Deputados, onde se encontra o projeto de lei, faça a sua análise e consequente deliberação.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todos e, muito em especial, a dos nossos convidados, Dr. Paulo Guilherme Galvão, Diretor de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Dr. Manoel Barretto da Rocha Neto, Diretor-Presidente da CPRM Serviço Geológico do Brasil; e Dr. Carlos Vilhena, da Pinheiro Neto Advogados.

Por fim, convoco as Sr^{as} e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião a ser realizada quarta-feira próxima, dia 21 de agosto, às 7h30, neste plenário, com pauta deliberativa, e audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 29, de 2013, desta Comissão, para tratar do impacto de longo prazo da qualidade universalizada da educação na economia, na infraestrutura e no bem-estar social.

Nessa reunião contaremos com os seguintes convidados: engenheiro Ozires Silva, Reitor do Centro Universitário Monte Serrat, a Unimonte; Dr. Ricardo Paes de Barro, Secretário de Ações Estratégicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; e Dr. Denis Mizne, Diretor Executivo da Fundação Lemann.

Dito isto, dando boa noite a todos que aqui estiveram e aos que acompanharam pela TV e Rádio Senado, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 17 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 50 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 7 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e oito minutos do dia vinte e um de agosto de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral**, **Jorge Viana**,

Walter Pinheiro, **Acir Gurgacz**, **Inácio Arruda**, **Valdir Raupp**, **Ciro Nogueira**, **Sérgio Petecão**, **Flexa Ribeiro**, **Lúcia Vânia**, **Blairo Maggi**, **Vicentinho Alves**, **Alfredo Nascimento**, **José Pimentel**, **Eduardo Lopes**, **Vanessa Grazziotin**, **Sérgio Souza**, **Francisco Dornelles**, e **Jayme Campos**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e aprova a ata da 34ª reunião, que é dada como lida e aprovada. São lidos os Comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da Pauta. **PRIMEIRA PARTE: Audiência Pública**, em atendimento ao **Requerimento da CI nº 29, de 2013**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que “*requer, nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura-CI, para tratar do Impacto de Longo Prazo da Qualidade Universalizada da Educação na Economia, na Infraestrutura e no Bem-Estar Social.*”, aprovado em 05 de junho de 2013. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Senhor **Ozires Silva**, Reitor do Centro Universitário Monte Serrat (UNIMONTE); o Senhor **Ricardo Paes de Barros**, Secretário de Ações Estratégicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; e o Senhor **Denis Mizne**, Diretor Executivo da Fundação Lemann. Fazem uso da palavra os Senadores **Valdir Raupp** e **Alfredo Nascimento**. O senhor **Paulo Kev**, Sócio Gerente da Kev Line Administração Empresarial faz sua exposição. Fazem uso da palavra os Senadores **Jorge Viana**, **Cristovam Buarque**, **Valdir Raupp** e **Blairo Maggi**. **SEGUNDA PARTE: Item 1 – Mensagem nº 72, de 2013**, de autoria da **Presidenta da República**, que “*submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor WALDYR MARTINS BARROSO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis– ANP*”. **Relatoria**: Senador **José Pimentel**. Resultado: Lido o Relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº 01, de 2009-CI (redação dada pelo Ato nº 4, de 2013-CI). **Item 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2013**, de autoria do Deputado **Mendonça Filho**, que “*dispõe sobre a redução a 0% (zero por cento) das alíquotas das Contribuições Sociais para o PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte municipal local*”. **Relatoria**: Senador **Jorge Viana**. Faz uso da palavra o Senador **José Pimentel**. Resultado: aprovado o projeto e as Emendas de Redação nº 01-CI e 02-CI. **Item 3 – Requerimento da CI nº 39, de**

2013, de autoria do Senador **Vital do Rêgo**, que diz: “com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para debater sobre os custos e os atrasos ocorridos na construção da ferrovia Transnordestina. Para apresentar informações e esclarecimentos, discutir o assunto e responder aos questionamentos dos senhores Senadores, sugiro que sejam convidadas para a mencionada audiência as seguintes autoridades: 1. Sr. César Augusto Rabello

Borges, Ministro dos Transportes; 2. Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em exercício; 3. Sr. Benjamin Steinbruch, Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), empresa controladora da Transnordestina Logística S.A. (TLSA)”. **Resultado:** aprovado. **Item 4 – Requerimento da CI nº 42, de 2013**, de autoria do Senador **Valdir Raupp**, que “Com fundamento nos I e II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a realização de Seminário no município de Porto Velho, no Estado de Rondônia a fim de ser debater a logística de Transportes do Estado de Rondônia integrando o desenvolvimento da Região Norte, bem como o Sistema Nacional de Viação (composto pela infraestrutura física e operacional dos vários modos de transportes de pessoas e bens, sob jurisdição dos diferentes entes da Federação, estabelecido pela Lei nº 12.379 de 2011), abordando os seguintes temas: a) Ferrovia Transcontinental trecho Porto Velho– Vilhena; b) BR 319 – A BR-319 faz ligação Porto Velho – Manaus e foi finalizada no final da década de 70, no contexto de colonização da Amazônia, na década de 90 foi asfaltada, e devido à falta de manutenção se tornou intransitável. Hoje a recuperação dos seus 800 quilômetros, está prevista através de recursos do PAC 2 (Programa de Aceleração do Crescimento) do Governo Federal; c) Rodovia BR 364 – eixo principal que corta o Estado de Rondônia – de Vilhena a Porto Velho, no estado de Rondonia (restauração e conclusão das travessias urbanas) – as restaurações na rodovia BR– 364 estão inseridas nas obra do PAC 2 , do Governo Federal; d) Rodovias BR 425 restauração e travessias urbanas nos municípios de Guajará Mirim e Nova Mamoré/ Ponte Brasil – Bolívia (Decreto nº 6.858, de 25 de maio de 2009, que formalizou o acordo celebrado em Brasília, em 14 de fevereiro de 2007, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia); e)Projeto de Lei 3129/2008 Rodovia BR 080 (acrescenta no trecho da rodovia os municípios de

Buritit, Nova Mamoré e Guajará Mirim, no estado de Rondônia) ; f) Rodovia BR 429, importante rodovia do Estado de Rondônia, inclusa nas obras do PAC, que dá acesso à fronteira com a Bolívia e abrange seis municípios rondonienses, Presidente Médici, Alvorada do Oeste, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, São Francisco do Guaporé e Costa Marques; g) Rodovia BR 421, é uma rodovia federal localizada no estado de Rondônia, que liga a BR 364, KM 516 (trevo de entrada município Ariquemes) até a cidade de Buritit, passando por Monte Negro e Campo Novo, no estado de Rondônia, restauração e manutenção incluída no PAC II; h) Rodovia BR174 (projeto para pavimentação no trecho entre os municípios de Vilhena no estado de Rondônia e Juina no estado do Mato Grosso); i) Rodovia BR 435 federalizada em 2013; j) Transporte hidroviário e a Hidrovia do Rio Madeira; l) Portos; m) Aeroportos (Interdição do Aeroporto de Guajará Mirim e situação dos demais aeroportos do Estado de Rondônia); n) Sistema Nacional de Viação– SNV. Para tanto, serão convidadas as seguintes autoridades: 1-) Excelentíssimo Sr. César Augusto Rabello Borges – Ministro de Estado dos Transportes; 2-) Excelentíssimo Sr. Fernando Bezerra Coelho – Ministro de Estado da Integração Social; 3-) Excelentíssimo Sr. José Leônidas de Menezes Cristino – Ministro de Estado Chefe da Secretaria dos Portos da Presidência da República; 4-) Excelentíssimo Sr. Moreira Franco – Ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; 5-) Dr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira – Diretor-Presidente da Empresa de Planejamento e Logística; 6-) Dr. Josias Sampaio Cavalcante Júnior – Presidente da VALEC; 7-) Dr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe – Diretor Geral do DNIT/ e Sr. André Reitz, representante do DNIT/RO; 8-) Dr. Tarcísio Gomes de Freitas – Diretor Executivo do DNIT 9-) Dr. Roger Silva Pêgas – Diretor de Infraestrutura Rodoviária do DNIT; 10-) Dr. José Florentino Caixeta – Diretor de Planejamento e Pesquisa do DNIT; 11-) Sr. Robson Braga – Presidente Confederação Nacional da Indústria, CNI e Sr. Denis Baú, representante em Rondônia– Federação das Indústrias do Estado de Rondônia– FIERO-; 12-) Dr. José Roberto Tadros – Vice– Presidente da Confederação Nacional do Comércio– CNC/ e Sr. Raniery Araújo Coelho, representante da Federação do Comércio do Estado de Rondônia– FECOMERCIO/RO; 13-) Sr. Francisco Ferreira Cabral – Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Rondônia (FAPERON); 14-) Excelentíssimo Sr. Confúcio Moura – Governador do Estado de Rondônia e seu Secretariado; 15-) Deputado Edinho Bez – Coordenador de Coordenador de Portos e Vias Navegáveis da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Infraestrutura Nacional da Câmara dos Deputados; 16-) Além de outros indicados por

Rondônia) ; f) Rodovia BR 429, importante rodovia do Estado de Rondônia, inclusa nas obras do PAC, que dá acesso à fronteira com a Bolívia e abrange seis municípios rondonienses, Presidente Médici, Alvorada do Oeste, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, São Francisco do Guaporé e Costa Marques; g) Rodovia BR 421, é uma rodovia federal localizada no estado de Rondônia, que liga a BR 364, KM 516 (trevo de entrada município Ariquemes) até a cidade de Buritit, passando por Monte Negro e Campo Novo, no estado de Rondônia, restauração e manutenção incluída no PAC II; h) Rodovia BR174 (projeto para pavimentação no trecho entre os municípios de Vilhena no estado de Rondônia e Juina no estado do Mato Grosso); i) Rodovia BR 435 federalizada em 2013; j) Transporte hidroviário e a Hidrovia do Rio Madeira; l) Portos; m) Aeroportos (Interdição do Aeroporto de Guajará Mirim e situação dos demais aeroportos do Estado de Rondônia); n) Sistema Nacional de Viação– SNV. Para tanto, serão convidadas as seguintes autoridades: 1-) Excelentíssimo Sr. César Augusto Rabello Borges – Ministro de Estado dos Transportes; 2-) Excelentíssimo Sr. Fernando Bezerra Coelho – Ministro de Estado da Integração Social; 3-) Excelentíssimo Sr. José Leônidas de Menezes Cristino – Ministro de Estado Chefe da Secretaria dos Portos da Presidência da República; 4-) Excelentíssimo Sr. Moreira Franco – Ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; 5-) Dr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira – Diretor-Presidente da Empresa de Planejamento e Logística; 6-) Dr. Josias Sampaio Cavalcante Júnior – Presidente da VALEC; 7-) Dr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe – Diretor Geral do DNIT/ e Sr. André Reitz, representante do DNIT/RO; 8-) Dr. Tarcísio Gomes de Freitas – Diretor Executivo do DNIT 9-) Dr. Roger Silva Pêgas – Diretor de Infraestrutura Rodoviária do DNIT; 10-) Dr. José Florentino Caixeta – Diretor de Planejamento e Pesquisa do DNIT; 11-) Sr. Robson Braga – Presidente Confederação Nacional da Indústria, CNI e Sr. Denis Baú, representante em Rondônia– Federação das Indústrias do Estado de Rondônia– FIERO-; 12-) Dr. José Roberto Tadros – Vice– Presidente da Confederação Nacional do Comércio– CNC/ e Sr. Raniery Araújo Coelho, representante da Federação do Comércio do Estado de Rondônia– FECOMERCIO/RO; 13-) Sr. Francisco Ferreira Cabral – Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Rondônia (FAPERON); 14-) Excelentíssimo Sr. Confúcio Moura – Governador do Estado de Rondônia e seu Secretariado; 15-) Deputado Edinho Bez – Coordenador de Coordenador de Portos e Vias Navegáveis da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Infraestrutura Nacional da Câmara dos Deputados; 16-) Além de outros indicados por

esta Comissão”. Resultado: aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e treze minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 34ª Reunião.

As Srª e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Comunicados:

Documentos Recebidos Pela Presidência da Comissão De Serviços De Infraestrutura:

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 1003-Seses-TCU-Plenário, de autoria do Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo nº TC 008.949/2013-1, que trata de auditoria realizada nas obras de implantação do Parque de Geração de Energia Eólica Casa Nova, no Estado da Bahia, conduzidas pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf). Acompanham o acórdão relatório e proposta de deliberação que o fundamentam.

Na forma do Ato nº 3 desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, de 2012, o Aviso será encaminhado à Consultoria Legislativa para análise e, caso cabível, sugestão de iniciativa ou providência a ser adotada no âmbito desta Comissão.

Cópia desses documentos encontra-se à disposição de S. Exªs as Srªs e os Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão.

Segundo comunicado:

Relato do 4º Painel do 3º Ciclo de Audiências:

O quarto painel tem como tema Mineração, Governança e Logística e, neste quarto painel, contamos com a participação dos Srs. Manoel Barretto da Rocha Neto, Diretor-Presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) – Serviço Geológico do Brasil; do Dr. Paulo Guilherme Galvão, Diretor de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração do Departamento Nacional da Produção Mineral; e do Dr.

Carlos Vilhena, da Pinheiro Neto Advogados e Especialista em Direito Mineral.

O Dr. Manoel Barretto iniciou sua exposição apresentando dados institucionais da CPRM, enfatizando sua função de órgão de execução, junto com o DNPM, da política mineral brasileira, elaborada pela Secretaria de Geologia Mineral e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, com a missão específica de “gerar e difundir o conhecimento geológico e hidrológico básico necessário para o desenvolvimento sustentável do Brasil”.

Entre as diversas áreas de atuação da companhia, o palestrante destacou a perfuração de poços de grande profundidade para o combate à seca no Nordeste; o sistema de alerta de cheias, que permite prever com 75 dias de antecedência o nível das águas, no caso aqui específico em Manaus, e orientar a consequente tomada de medidas preventivas; além da elaboração de mapas de risco geológico para a prevenção de acidentes.

Outra área que vem recebendo investimentos importantes, somando US\$60 milhões nos últimos cinco anos, é a geologia marinha – afirmou o palestrante. O objetivo é consolidar a soberania brasileira sobre a plataforma continental jurídica e pesquisar a área internacional do Atlântico Sul, onde deve ser requerida área para pesquisa na formação denominada “Alto do Rio Grande”, com perspectiva até de aumentar a plataforma continental brasileira, explicou o Sr. Manoel Barretto.

O Governo entendeu que investimento em geologia é investimento em infraestrutura, afirmou o palestrante. Por essa razão, a atividade foi incluída no PAC, e o orçamento da CPRM cresceu de R\$108 milhões, em 2003, para R\$466 milhões, em 2013. Hoje, já existe mapeamento geológico de 2.025.000km², correspondendo a 23,8% do Território nacional, dos quais 1.100.000km² na escala 1 para 100.000 e 954.000km² na escala 1 para 250.000.

Com relação ao novo marco regulatório do setor, asseverou ele que a nova função da companhia será subsidiar o planejamento setorial, assessorar o Conselho Nacional de Política Mineral e dar suporte técnico na definição de blocos para licitação.

Ele também explicou que a CPRM não é considerada empresa de pesquisa; por isso, não acessa o portal da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) do Ministério da Educação, e não tem isenção de impostos na importação de equipamentos. O expositor sugeriu a alteração e inclusão de incisos no art. 2º da Lei 8.970/94, que rege a CPRM, atribuindo essa função inclusive além da plataforma continental, e considerou que o acréscimo de

atividade de pesquisa mineral decorrente não afetará as demais ações da companhia.

Sugeriu, ainda, a inclusão na Lei de diversos dispositivos, permitindo maior agilidade e liberdade de atuação da companhia, tais como dispensa de licitação para contratar com órgãos públicos, autorização para terceirização de suas atividades e criação, por decreto, de regulamento simplificado para contratação de serviços e aquisição de bens.

Em resposta a questionamento, o palestrante argumentou que a possibilidade concedida ao Governo Federal pela legislação proposta, de variar o valor da compensação financeira pela exploração mineral – CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais), entre os limites de 1% e 4%, se faz necessária, pois minerais são *commodities*, cujo preço é regulado pelo mercado mundial, e, assim, preserva-se a flexibilidade para garantir a competitividade do produto brasileiro.

O segundo palestrante, Dr. Paulo Guilherme, afirmou que o mundo será cada vez mais “minero-dependente” e o Brasil deve maximizar o retorno de todos os benefícios desse setor para a sociedade, devendo a atividade mineradora ser continuamente reavaliada, buscando sua competitividade, sustentabilidade e inserção no mercado mundial.

Ressalvando que a indústria global de mineração vive uma crise de confiança, o palestrante informou que o setor produz no Brasil cerca de 80 bens minerais, no valor total de US\$42 bilhões, e contribui com 20% do valor das exportações de nosso País, com impactos positivos na geração e formalização de empregos, aumento da renda, atração de investimentos e agregação de valor, entre outros benefícios.

Na opinião dele, a legislação atual é burocrática, focada no procedimento de outorga como instrumento de gestão; favorece a especulação, oferece poucos instrumentos de atuação e regulação ao poder concedente e não contempla instrumentos para solucionar conflitos. O novo marco, diz ele, busca fortalecer a eficiência do processo regulatório, promover competitividade e sustentabilidade, criar oportunidades de investimento e prover segurança jurídica e acesso aos recursos minerais.

A política mineral passará a ser formulada pelo Conselho Nacional de Política Mineral, e sua regulação e execução serão conduzidas pela Agência Nacional de Mineração (ANM), agência reguladora a ser criada, caso aprovada pelo Congresso Nacional, a partir do Departamento Nacional da Produção Mineral, concentrando as atividades de fiscalização, outorga, arrecadação e planejamento num contexto estratégico e com maior dinamicidade, segundo ele.

Entre várias vantagens que deverão advir da reformulação da legislação, o palestrante citou o aumento da arrecadação com a CFEM, estimada em R\$4 bilhões a R\$5 bilhões, e a preocupação com o uso futuro das áreas mineradas, de forma a não deixar desassistidas as populações locais após o processo exploratório.

Respondendo a questionamentos, o Sr. Paulo Guilherme afirmou que a transição para o novo sistema é viável, que os processos deverão ser drasticamente reduzidos, e que o DNPM tem a *expertise* necessária para cumprir a missão atribuída à eventual futura agência, mas que vai demandar acréscimo de orçamento e de recursos humanos.

Na sequência, o Dr. Carlos Vilhena manifestou sua preocupação com a proposta do novo marco, que representa uma mudança muito radical, tanto institucional, quanto regulatória e arrecadatória. A proposta importa quase integralmente o modelo da exploração do petróleo, quando essas são atividades de características muito diversas.

Como aspectos positivos da proposta, o Dr. Vilhena citou a criação do Conselho Nacional e da Agência Nacional de Mineração; a adoção de título único para pesquisa e lavra, eliminando, dessa forma, incertezas da fase de transição e permitindo ajustar o cronograma da concessão à realidade do projeto; e o reconhecimento de atividade de utilidade pública, reafirmando a importância do setor e facilitando o licenciamento ambiental.

Os aspectos negativos, entretanto, segundo ele, são muitos. Mineração é atividade eminentemente privada, nunca estatal. A ingerência, transferindo as decisões de investimento ao Estado, não é positiva, ressaltou o Dr. Vilhena. O Estado não deve ser mola propulsora da atividade; a licitação cabe para áreas de valor conhecido e de posse do Estado, mas a lógica da pesquisa em áreas pouco conhecidas não é adequada.

A tendência é a diminuição da competitividade, pois o fim do sistema de prioridade desincentivará a pesquisa por pequenas e médias empresas, e a pesquisa pelo Estado demandará muitos recursos e assunção de riscos. Só as grandes empresas terão condições de concorrer, disse ele.

Sair de um sistema objetivo para um sistema subjetivo não é o melhor caminho. Não há na proposta critérios objetivos para fixação de área para licitação, outorga de títulos, renovação de contratos e cessão de direitos – listou o Dr. Vilhena. A cessão de direitos é muito restrita, quando, no mundo todo, as pequenas empresas ganham dinheiro descobrindo e transferindo para as grandes que têm condições técnicas e financeiras para explorar, complementou.

O custo da atividade, que no Brasil já é alto, crescerá significativamente com o aumento da CFEM, cobrança de bônus de assinatura, bônus de descoberta e participação nos resultados da lavra. A possibilidade de o Executivo mudar a alíquota da CFEM traz também insegurança jurídica, afirmou o Dr. Vilhena.

Além da falta de clareza sobre a transição de um sistema para outro, haverá significativo aumento de burocracia, pois se permanecerem 25% dos atuais 140 mil contratos, contabilizando uma média de cinco por dia, seriam necessários 27 anos para executar essa transição, avaliou ele. Tudo está por regularizar, pois muda o *modus operandi* e até a jurisprudência, além do trabalho adicional que será demandado por licitações e chamadas públicas, completou o Dr. Vilhena.

A esse respeito o Dr. Paulo Guilherme se contrapôs dizendo que, com a utilização de novas tecnologias, de sistemas e de programas de computador, esses 140 mil contratos seriam rapidamente resolvidos e não se poderia fazer, portanto, um cálculo aritmético de dividir 140 mil contratos por 20 anos, o que daria uma média de cinco por dia. Então, seriam necessários mais de 20 anos para executar essa transição.

Em resposta a questionamentos, o Dr. Vilhena afirmou desconhecer se outros países adotam legislação semelhante à proposta, mas que, Austrália, Chile e Peru, com legislações muito mais próximas da atualmente em vigor, atraem mais investimentos ao setor. Afirmou, ainda, que a proposta é muito genérica e que o efeito dependerá da forma de sua aplicação, mas que a probabilidade maior é de afastar investimentos.

As atuais concessões serão mantidas, mas como as transferências para terceiros serão regidas pela nova lei, isso afetará em especial empresas com ações em bolsa, tendendo a gerar judicialização. Dos supostos objetivos listados na exposição de motivos do projeto de lei do novo marco regulatório, a proposta torna realidade apenas o fortalecimento da ação do Estado e o aumento do recolhimento da CFEM, concluiu o Dr. Vilhena.

Terceiro comunicado da Presidência.

Panorama econômico: economias emergentes e a atual realidade internacional.

As economias emergentes sofreram bastante, como nós sabemos, com as consequências da crise de 2008, e mostram que não serão os indutores da recuperação internacional que ora se esboça.

As análises de setores intelectuais e governamentais no Brasil, que previam novo cenário mundial liderado pelos países em desenvolvimento, revelaram-se fantasiosas. Essas projeções tiveram, com frequência, um viés doutrinário e, agora, são desmentidas pelos fatos.

O Brasil, a Rússia, a Índia e a China desaceleraram seu crescimento e se veem às voltas com problemas que não lhes permitirão impulsionar a economia mundial no futuro previsível. A Índia acaba de adotar medidas de controle de saída de capitais na tentativa de estancar a desvalorização da rupia. Embora as autoridades indianas tenham declarado que são medidas que não se referem aos fluxos monetários de investimentos estrangeiros, há um efeito demonstração que afeta outros países em desenvolvimento, como o Brasil.

Os grandes fundos de investimentos internacionais têm levado seus recursos para os Estados Unidos, com vistas a se beneficiar da perspectiva do fim da flexibilização monetária – o *quantitative easing* – e da possível alta dos juros americanos. A Índia, cujo crescimento diminuiu como o dos outros emergentes, está às voltas com déficit em sua conta corrente com o exterior e tem de se preocupar com suas volumosas aquisições externas de petróleo. Suas reservas, de aproximadamente US\$280 bilhões, não são suficientes para tranquilizar o governo e os investidores externos. Algumas vantagens, como não depender da exportação de *commodities*, ter uma população jovem e um setor de serviços onde é importante a tecnologia da informação, não são suficientes para neutralizar os óbices atuais a uma retomada do crescimento.

A Rússia, que no ano passado entrou para a OMC e tenta modernizar sua economia, é exportadora de *commodities*, como o petróleo, o gás, o aço e o alumínio, sempre com pequeno grau de processamento. Apesar de detentora de uma das maiores reservas de petróleo e gás do mundo, está exposta à volatilidade de preços. Foi muito prejudicada pela crise de 2008, quando se ressentiu da escassez de crédito internacional, mas conseguiu recuperar-se bem com a ajuda dos preços do petróleo favoráveis em 2011 e 2012. Entre os fatores negativos, além da vulnerabilidade aos preços internacionais, contam o envelhecimento de sua força de trabalho e a deficiência em investimentos na infraestrutura.

A China, por sua vez, está em fase de transição, induzida pelo governo, de uma economia exportadora para o foco no consumo interno. Esse ajuste, aliado a uma economia internacional menos dinâmica, acarreta diminuição da taxa de crescimento, que deve ficar em 2013, como aqui já foi verificado, em torno de 7,5%. Seu ímpeto importador já se arrefeceu e compra menos no mercado internacional. No momento, preocupa-se com o problema do excessivo endividamento, tanto de empresas privadas quanto de governos locais.

Para combater as consequências da crise de 2008, o governo central chinês facilitou o crédito, principalmente para obras de infraestrutura e para a habi-

tação. A infraestrutura agora está superdimensionada em várias situações, e com o desaquecimento da economia o pagamento de dívidas se vê dificultado. Na verdade, não se sabe a real dimensão desse problema, pois existe na China um sistema bancário paralelo, informal, sobre o qual as informações são escassas. No longo prazo, deve-se notar que, a exemplo de outras economias, como a da Rússia, a da Alemanha e a do Japão, a população chinesa está envelhecendo. A maior idade da mão de obra diminui a produtividade e sobrecarrega o sistema previdenciário.

Em relação ao Brasil, o modelo de estímulo ao consumo adotado para combater os efeitos da crise de 2008 esgotou-se, e não se investiu de modo adequado em obras de infraestrutura. Há uma dependência excessiva da exportação de *commodities*, cujos preços têm caído. Soma-se agora a questão da desvalorização abrupta do real, causada pela saída de capitais financeiros atraídos pela possibilidade de ganhos futuros nos Estados Unidos e, em parte, pela desaceleração da nossa economia. As medidas tomadas pela Índia aumentam a desconfiança dos gestores de fundos internacionais, e nossas reservas, embora maiores do que as indianas, podem não ser consideradas suficientes pelos investidores. No cenário internacional que se desenha, não se vislumbra no futuro próximo uma melhoria da situação brasileira.

A atual retomada econômica da Europa, liderada pela Alemanha, pelo Reino Unido e pela França, bem como a recuperação do Japão e dos Estados Unidos, indicam que um possível crescimento mundial deverá ter mais apoio nas economias tradicionais do que nas emergentes. Nesse cenário, é provável que o principal propulsor seja a economia dos Estados Unidos, onde já está em curso a reanimação da indústria manufatureira. Ademais, contribuem para essa função a dimensão dos recursos, assim como a liberdade e a criatividade da economia americana.

Quarto comunicado: o panorama da infraestrutura, na palavra de especialistas.

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) divulgou dados segundo os quais, nos seis primeiros meses deste ano, o consumo total de energia aumentou 2,8% no Brasil, puxado pela demanda residencial. Somente em junho, subiu 5,2%, e no ano passado, enquanto o Produto Interno Bruto cresceu somente 0,9%, o consumo de energia aumentou em 3,8%.

Os dados revelam que a redução de tarifas concedidas pelo Governo no início do ano, de cerca de 20%, promoveu um incentivo ainda maior ao consumo. Esse aumento ocorreu no período de seca, quando as usinas hidrelétricas, que têm energia mais barata, precisaram do reforço das termelétricas para atender

a demanda, elevando, assim, os custos para as distribuidoras. Por outro lado, a implantação de medidas de incentivo à economia de energia é lenta. O sistema de bandeira tarifária, que vincula os custos da energia à tarifa, só começará a valer a partir de 2014.

Especialistas criticam sinais do Governo que consideram contraditórios. Segundo estimativa de Reginaldo Medeiros, Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceil), a redução de 20% nas tarifas vai provocar um aumento em torno de 4% na demanda de energia, e nenhuma campanha foi lançada no primeiro semestre para incentivar a economia de energia nas residências.

O Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Leite, acredita que as medidas de incentivo à economia de energia deixaram de ser adotadas por receio de que a população entendesse tais campanhas como um sinal de que havia risco de racionamento. Segundo Leite, não temos, no Brasil, medidas estruturadas para estimular o consumo consciente ou resposta pelo lado da demanda.

O presidente do Instituto “Acende Brasil”, Claudio Sales, também aponta o desconhecimento sobre o real custo da energia como um dos motivos para seu uso perdulário. No seu entender, esse problema foi agravado com a forte politização do tema quando do anúncio do corte de tarifas, pelo Governo Federal.

A coordenadora da Proteste, Maria Inês Dolci, recordou que ainda são escassas as campanhas de esclarecimento da população sobre o uso eficiente de energia. Segundo ela, “o governo anunciou a redução da tarifa, mas não fez nenhuma campanha de esclarecimento para economizar energia”.

O que inspirou o Governo a adotar a medida de redução da tarifa em até 20% na ponta, no domicílio, foi exatamente fazer com que houvesse uma diminuição no gasto com a energia, ou seja, que houvesse uma poupança nos domicílios das famílias no pagamento das tarifas de energia. O que aconteceu com isso foi que as tarifas foram reduzidas, mas o consumo aumentou. Daí essa enorme diferença entre o aumento do consumo de energia no ano passado, de 3,8%, e o crescimento do produto interno em 0,9%. Fundamentalmente, esse crescimento no consumo de energia ocorreu nas residências, nos domicílios.

Complementando a ideia, o ex-ministro de Minas e Energia Antonio Dias Leite, professor emérito da UFRJ, disse que a redução de tarifas é uma medida de efeito negativo no longo prazo, porque as empresas do setor elétrico ficam sem capacidade de investimento.

Por outro lado, o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas

e Energia, Altino Ventura Filho, rebateu as críticas de que não há uma política estruturada para buscar a redução da demanda e o uso eficiente de energia. Ele citou o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), a etiquetagem que atesta a eficiência dos eletrodomésticos e a lei que determina que as concessionárias de energia destinem 0,5% da receita para ações de eficiência e pesquisa energética. Ele afirmou que temos, sim, uma política de eficiência energética, mas admitiu a falta de recursos para algumas ações do Procel e a lentidão de sua implantação.

Por sua vez, a economista Monica Baumgarten de Bolle, doutora pela London School of Economics and Political Science (LSE) e atual diretora do Instituto de Estudos Econômicos Casa das Garças, avalia que a falta de rigor com as contas públicas e o excesso de intervencionismo do Governo Federal em setores-chave da economia, como o de energia, estão fazendo com que o Brasil trilhe um caminho muito parecido com o da Argentina, país que, durante muito tempo, foi forte em petróleo e gás.

Após vários congelamentos de preços – recordou a especialista, o setor de energia argentino acabou se esfacelando. Guardadas as proporções, o Brasil tem, na sua opinião, seguido o mesmo caminho, pois, como explicou, o artifício de segurar o reajuste dos combustíveis por tanto tempo gerou essa situação de hoje, em que a Petrobras está importando petróleo.

Ao anunciar as regras de licitação do primeiro lote de terminais portuários, em Santos e no Pará, já com base na nova Lei dos Portos, a Ministra da Casa Civil, Sr^a Gleisi Hoffmann, pediu uma trégua aos empresários que têm criticado o programa de concessão, sobretudo em relação à taxa de retorno. O Governo definiu que os novos contratos de arrendamento terão taxa interna de retorno (a chamada TIR) em torno de 7%. No caso específico dos portos, o setor privado também reclama da decisão do governo de licitar imediatamente as áreas com contratos vencidos, dentro de uma nova organização dos terminais.

Serão leiloadas 31 áreas, e o principal critério de seleção será a capacidade de movimentação de cargas, e o segundo, a menor tarifa. Os prazos da concessão vão variar entre cinco e 25 anos, de acordo com a necessidade de investimento. Ao todo, serão investidos R\$3 bilhões nos dois portos, e a meta é elevar em 48 milhões de toneladas por ano a capacidade de movimentação de cargas.

A Ministra Gleisi Hoffmann destaca que a taxa de retorno acabou virando “vilã” nas discussões sobre as concessões, mas que o Governo não pretende “tabelar” o lucro do investidor, mas tão somente indicar premissas do contrato. A ministra alegou que, no caso dos portos,

o retorno vai depender da capacidade de gestão do concessionário, porque a maioria das licitações será decidida pela capacidade de movimentação de carga.

Segundo o Ministro da Secretaria Especial de Portos (SEP), Leônidas Cristino, o objetivo do Governo é eliminar as barreiras ao fluxo do comércio brasileiro, aumentando a movimentação, a eficiência e reduzindo custos.

Por sua vez, a Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), entidade que reúne empresas do setor no País, afirmou que vê com preocupação o anúncio do início do processo de licitação de áreas de terminais em Santos e no Pará. Segundo nota divulgada por essa associação, “a medida eleva significativamente o risco de desinvestimento e de judicialização do setor portuário no Brasil, uma vez que as condições e a modelagem propostas pelo Governo não são compatíveis com a realidade de investimentos no Brasil”.

O economista Marcus Vinicius Gonçalves, Presidente para o Brasil da Franklin Templeton, empresa norte-americana que administra US\$810 bilhões em recursos de todo o mundo, alertou para o fato de que os investidores estrangeiros andam receosos em comprometer os seus recursos em aplicações de longo prazo no Brasil.

Contudo, ele encontra motivos para ser otimista, apontando o programa de concessões de infraestrutura do Governo como uma sinalização positiva para o mercado e uma chance de atrair capitais para importantes projetos. Gonçalves, todavia, criticou a taxa de retorno oferecida pelo Governo aos empreendimentos, que deveria, no seu entender, ser bem maior. Ele garante que os investidores querem uma taxa a partir de 15%, não menos que isso: “15% é o piso”, sublinhou.

Ele explicou que, hoje, o mercado tem receio de se comprometer com fundos de infraestrutura – que representam investimentos de longo prazo – sem a contrapartida de segurança, de garantia de que as regras não vão mudar e de certo patamar para o câmbio.

Segundo avaliou o investidor, todos os olhos estão voltados para as concessões de infraestrutura no Brasil. Para ele, o melhor momento para investir é quando há pessimismo e dúvidas sobre o marco regulatório, pois os retornos ficam mais interessantes, como já vimos no passado. Ele não interpreta como um problema o fato de o investidor querer um pouco mais de retorno nas concessões em razão do cenário externo e recorda que os melhores fundos costumam ter retorno acima de 20%.

Marcus Vinicius Gonçalves avalia que, sem expandir a oferta e melhorar a infraestrutura, o PIB potencial não deve avançar no Brasil. Os ciclos de expansão serão curtos, e a inflação, uma ameaça permanente.

Segundo explicou, o estrangeiro tem uma visão simplista e quer sinalização no bom sentido e regras estáveis. Construir credibilidade é um trabalho que leva anos para fazer e horas para desfazer. As manifestações populares, no seu entender, têm um lado positivo do ponto de vista econômico, pois os investidores de fora percebem que teremos, em 2014, uma demanda da nova classe média por melhores serviços, o que favorece a privatização.

Na mesma linha de pensamento, o economista José Alexandre Scheinkman apontou a existência de um “certo desânimo” [por parte dos investidores estrangeiros] com relação à economia brasileira. Para o especialista, o governo faz truques nas contas, cria desconfiança quanto à seriedade do Brasil com as metas fiscais, gerando a noção de que o País não está indo bem.

O economista constatou, também, que há uma “sensação de que o teto da meta de inflação virou o centro da meta”. Ele criticou o controle dos preços da gasolina e disse que essa política funciona como “um imposto para o etanol, o mais bem-sucedido biocombustível do mundo”. No que diz respeito à exigência de conteúdo nacional na indústria do petróleo, entende Scheinkman que essa política vai encarecer a produção do combustível e atrasar a produção no pré-sal, uma vez que toda barreira tem custo.

O especialista também defende a necessidade de se aumentar a taxa de investimento no País. O México, por exemplo, tem uma taxa de investimento da ordem de 25% do PIB, enquanto a nossa é de 18%. No seu entender, isso é um acinte para um país como o nosso.

De acordo com Scheinkman, o Governo precisa fazer um esforço hercúleo para resgatar o ambiente de investimentos. Hoje, segundo disse, o Brasil está pessimamente colocado nestes *rankings* de negócios, basicamente por conta da burocracia e da falta de infraestrutura. Concluindo, o economista ressaltou que, para aumentar a taxa de investimento na economia, o Governo terá de resgatar, primeiro, a confiança do setor privado, porque é ele quem tem que crescer mais no país, e não o setor público.

Dirigentes das mais importantes empresas do País estiveram reunidos em solenidade de entrega do prêmio “Valor 1000”, nesta segunda-feira, dia 19, em São Paulo. A tônica das palavras dos empresários foi a reivindicação por regras mais claras para tocar seus negócios e investir no País e, com isso, destravar o crescimento brasileiro.

Ao mesmo tempo em que pedem menos intervenção do Estado, as empresas listam suas próprias tarefas em busca de maior crescimento. Nessa lista destacam-se inovação, eficiência e agregação de va-

lor. Em busca de um ambiente menos regulado e mais “claro” para os negócios, os empresários apontaram a volatilidade da taxa de câmbio como uma preocupação de curto prazo, enquanto a necessidade de uma infraestrutura mais eficiente foi defendida por todos os setores.

“De maneira geral, o que impede uma maior velocidade na aprovação e implementação de investimentos são as incertezas de toda sorte. Para eliminar esse efeito, é preciso que existam maior clareza e segurança jurídica”, afirmou Tadeu Carneiro, presidente da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM). No momento em que o setor mineral brasileiro passa por importantes mudanças, com o novo marco regulatório, ao mesmo tempo em que o cenário econômico segue incerto, as empresas devem focar a busca da eficiência, asseverou o executivo.

O diretor-superintendente do grupo sucroalcooleiro Santa Terezinha, Ágide Meneguette, acrescentou que, para escapar do baixo crescimento econômico, o País terá de investir em competitividade internacional, pois só o mercado interno não absorve a produção brasileira. Do lado do setor produtivo, os empresários já estão investindo em tecnologia e treinamento de mão de obra para competir globalmente. O que impede que mais investimentos sejam feitos, disse ele, é a insegurança jurídica ainda presente no Brasil. “É preciso que a intervenção [do Estado] seja a mínima possível. A presença do governo na definição dos preços dos combustíveis vem prejudicando duramente o setor produtor de etanol”, afirmou o executivo.

Além da insegurança jurídica, o presidente da Moinhos Anaconda, José Honório de Tofoli, mostrou-se crítico do atual Governo, porque, para ele, falta uma diretriz clara na condução da economia, e o Governo age “tapando buracos”. Para ele, o câmbio ajuda a explicar a reticência das empresas a investir. “Cada dia é uma conversa: um dia o dólar não vai subir; no outro, pode ir a R\$2,70 porque é bom para exportações”, afirmou, reforçando que o problema não é apenas a desvalorização cambial, mas a falta de previsibilidade dos principais indicadores econômicos e financeiros.

Para José Roberto Ermírio de Moraes, presidente do conselho de administração da Votorantim Participações, a conjuntura externa não ajuda o crescimento econômico do Brasil neste momento. Para que consiga driblar o momento ruim e crescer, o País e as empresas que atuam em solo brasileiro precisam ser “mais proativos”. Segundo Moraes, o Governo precisa controlar despesas e o superávit primário. Já a inflação, diz, não é preocupante para o Brasil no momento, e o câmbio, afirmou, passa a ser uma preocupação quando está muito volátil.

Apesar da preocupação com a taxa cambial e as incertezas do cenário econômico, a fabricante de eletrodomésticos Whirlpool não vai parar de investir, disse o presidente da companhia no Brasil, João Carlos Brega. Para ele, o momento é de manter a mesma estratégia de épocas de alto crescimento e investir em produtos, serviços e inovação. O que mais gera dúvida hoje é a volatilidade da economia. O executivo da Whirlpool considera que há hoje uma “onda de pessimismo” e que os economistas também precisam analisar “o copo meio cheio” da economia. “Quando se exacerbam as notícias negativas, isso pode criar uma tendência ruim”, disse ele.

É preciso que haja uma mudança severa na forma como o Governo lida com questões públicas, disse Ricardo Simões, presidente da Copasa, concessionária de saneamento de Minas Gerais. “O Governo deveria intervir menos, deixar que o mercado dê suas respostas”, afirmou.

Já o presidente da mineradora de ouro Kinross, Antônio Carlos Marinho, disse ser otimista com a economia brasileira, mas enfatizou a importância de as companhias trabalharem para melhorar sua estrutura financeira para atravessar momentos difíceis como o atual, de baixo crescimento econômico. “Sustentabilidade financeira é importante sempre, não só em momentos de ‘pseudocrise’”, afirmou Marinho.

O fortalecimento do mercado doméstico de consumo, a simplificação e redução da estrutura tributária brasileira e a facilitação de investimentos são os fatores que podem ajudar o Brasil a escapar da armadilha do baixo crescimento e estimular o desenvolvimento mais forte e sustentável da economia local, acredita o diretor das Lojas Cem, Cícero Dalla Vecchia. “Um dos fatores mais imediatos é o País tornar-se independente dos investimentos externos voláteis que provocam instabilidade, inclusive cambial, e estimular investimentos permanentes”, disse.

Os Correios contam com os investimentos em infraestrutura e os aportes de investidores estrangeiros como vetores capazes de fazer a companhia driblar as armadilhas impostas pelo crescimento econômico fraco. “O lançamento do programa de concessões em infraestrutura logística vai ajudar o Brasil a dar um salto de produtividade e competitividade, garantindo crescimento sustentado no longo prazo”, disse o presidente da empresa, Wagner Pinheiro de Oliveira.

“Não é segredo para ninguém que os países da América Latina e o Brasil precisam ajustar sua infraestrutura de logística e inclusão digital. Percebemos esforços nesse sentido do Governo e de outras empresas do segmento”, disse o presidente regional para a América Latina da Level 3, Hector Alonso.

Bruno Armbrust, presidente da Gas Natural Fenosa no Brasil, que é controladora da Companhia Distribuidora de Gás do Rio Janeiro (CEG), acredita que a perspectiva de aumento da oferta de gás exigirá avançar com o marco regulatório e no desenvolvimento de um plano energético nacional de mais longo prazo, que contribua para o desenvolvimento de infraestrutura capaz de absorver esse aumento de oferta. “Hoje, 26 distribuidoras operam no País, sendo que quatro são conduzidas por operadores privados, como é o nosso caso”, afirmou Armbrust. “Essas distribuidoras, localizadas no Rio e São Paulo, têm metas de crescimento mais ousadas e buscam uma maior eficiência prevista pelo marco regulatório.”

Investir pesado em inovação para agregar valor ao produto é o que o País deve fazer para escapar da armadilha do baixo crescimento econômico, recomendou Marcelo Epstein, diretor-geral da UOL. “Demanda existe”, afirmou. “No caso das empresas de tecnologia, o desenvolvimento de novas plataformas é um dos caminhos para o crescimento de negócios.”

Uma maior previsibilidade da economia brasileira seria um vetor importante para deslançar os investimentos no País, na avaliação de Dickson Tangerino, presidente da rede de medicina diagnóstica Dasa (Diagnósticos da América). De acordo com ele, a redução da carga tributária e um menor nível da taxa básica de juros também contribuiriam para a decisão de investir dos empresários.

“O Estado é um mau gestor, interfere demais”, asseverou Carlos Alberto Bezerra de Miranda, presidente da Campos Novos Energia (Enercan). Para ele, o momento pede que o governo saia de cena, diminua a carga tributária e foque em proporcionar estabilidade regulatória. “Mudanças repentinas assustam o investidor”, afirmou. Só assim, para ele, o País terá mais fontes de investimento de longo prazo. “Hoje, ele está restrito ao BNDES.”

O baixo investimento do Estado brasileiro em infraestrutura, a instabilidade macroeconômica em decorrência da flutuação da taxa de câmbio e de juros e as barreiras às importações ainda impedem que os empresários brasileiros deslanchem projetos de investimento, na avaliação de Fernando Moller, presidente da BIC no Brasil. Segundo Moller, a empresa está buscando aumentar eficiência na administração para escapar da armadilha do baixo crescimento.

O presidente da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (Comigo), Antonio Chavaglia, afirmou que, para escapar do baixo crescimento, é preciso acabar com a insegurança jurídica, os elevados tributos trabalhistas e fiscais, além de elevar os investimentos por parte do governo em

infraestrutura portuária, ferroviária e hidroviária. Na avaliação do executivo, o mau uso do dinheiro público, a falta de comprometimento quanto a obras inacabadas, como a Ferrovia Norte-Sul, integram a lista das razões que explicam o motivo pelo qual os investimentos da iniciativa privada não deslancham no Brasil.

Para Edson Moura, presidente da Baterias Moura, a falta de credibilidade do Governo é o principal entrave ao investimento. “Os mercados estão assustados com a falta de consistência das ações de governo”, disse.

Por fim, Luiz Borgonovi, presidente do laboratório EMS, sugeriu que o Governo reveja as políticas de investimentos, tributação e marcos regulatórios, para que os investimentos deslanchem, mas ressaltou que muita coisa já tem sido feita nesse sentido.

O último comunicado.

Novo desenho para concessão de ferrovias.

Em 15 de agosto de 2012, o Governo lançou um pacote de concessões de rodovias e ferrovias com o objetivo de resgatar as ferrovias brasileiras como alternativa de logística para o País. O investimento é de R\$91 bilhões em 10 mil quilômetros de ferrovia. No entanto, outros trechos foram adicionados ao pacote, fazendo com que este valor já tenha alcançado a casa dos R\$100 bilhões.

O plano original estipulava que as obras já deveriam ter seus contratos assinados, inclusive com as obras em andamento, tendo os primeiros editais de concessão sido publicados até dezembro de 2012 e a licitação prevista para janeiro de 2013. Porém, até o presente momento, nenhum leilão foi realizado, e o pacote de concessões de ferrovia passa agora por um momento de reconfiguração.

O Governo inicialmente havia estipulado que os trechos do pacote seriam objeto de oferta única. Porém, a atual decisão tomada pelo Governo consiste em um fatiamento das ferrovias em lotes, de forma que cada trecho se torne mais atrativo ao setor privado. Como exemplo, o investimento na malha que liga a cidade de Mairinque (SP) a Rio Grande (RS), de 1,7 mil quilômetros, gira em torno de R\$ 25 bilhões. Com esta divisão em lotes, o investimento em cada um dos trechos não será tão alto. Além deste, outros dois trechos deverão ser alterados; entre eles, a malha que liga Salvador a Belo Horizonte, de 1.419km, e parte de Uruaçu, em Goiás, até Campos (RJ).

O objetivo do Governo é oferecer uma linha de corte referente aos valores a serem investidos nos trechos, cujo custo total da obra não ultrapasse R\$10 bilhões, atraindo, assim, uma disputa maior pelos consórcios das malhas que irão a leilão.

Os técnicos que participam do planejamento das concessões avaliam que essa divisão traz vários be-

nefícios. Entre eles, essa mudança, além de aliviar a pressão imposta ao setor privado, que se depara com vários tipos de ofertas de concessões, também abre um espaço maior para que as empresas de pequeno porte entrem na disputa.

Paralelamente, a desconfiança alimentada pelo mercado de que a empresa Valec – responsável pela compra de toda a capacidade de transporte de cargas e sua revenda aos interessados por meio de ofertas públicas – não honrará seus compromissos devido aos prazos das concessões de 35 anos deverá ser minimizada com essa medida.

Também com o objetivo de trazer mais segurança aos investidores e reduzir os riscos dos empreendedores, a Empresa de Planejamento e Logística (EPL) assumiu a responsabilidade do licenciamento ambiental de todos os projetos de rodovias e ferrovias até o momento de liberação efetiva da obra. Anteriormente, o compromisso da EPL se limitava em tocar o licenciamento até o momento da assinatura dos contratos.

Passando à pauta do dia de hoje, antes de iniciarmos a nossa audiência pública, eu gostaria, mais uma vez, de informar que a população poderá participar de nossos debates, enviando as suas perguntas ou os seus comentários aos nossos convidados, ligando, gratuitamente, para o Alô Senado, pelo telefone 0800-612211, ou enviando sua contribuição pela Internet, no endereço www.senado.gov.br/alosenado, ou, ainda, nos perfis do Alô Senado, no Facebook ou pelo [twitter@AloSenado](https://twitter.com/AloSenado).

Portanto, qualquer cidadão ou cidadã, ouvinte ou telespectador de nossas audiências pode, desde já, enviar a sua pergunta ou o seu comentário aos nossos convidados, acerca do assunto em discussão.

A primeira parte da nossa pauta da reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 29, de 2013, desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, de autoria do Senador Fernando Collor, para tratar do impacto de longo prazo da qualidade universalizada da educação na economia, na infraestrutura e no bem-estar social.

Para debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas, a quem aproveito para desejar boas-vindas, convidando-os para que tomem assento à mesa: Ministro Ozires Silva, Reitor do Centro Universitário Monte Serrat, Unimonte; Dr. Ricardo Paes de Barros, Secretário de Ações Estratégicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; e Dr. Denis Mizne, diretor executivo da Fundação Lemann. *(Pausa.)*

Iniciando, então, a nossa audiência pública de hoje, eu passo a palavra ao Dr. Denis Mizne, diretor executivo da Fundação Lemann. *(Pausa.)*

Desculpe, não, eu me enganei. Eu passo a palavra ao Dr. Ricardo Paes de Barros, Secretário de Ações Estratégicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e, em seguida, ao Dr. Denis. Desculpe-me.

O SR. RICARDO PAES DE BARROS – Muito obrigado.

Preparei uma rápida apresentação de alguns números fundamentais da nossa relação entre educação e desenvolvimento.

Acho que podemos abordar o sucesso e os desafios da educação no Brasil.

Os resultados estão mais bem apresentados nesses gráficos expostos pelo eslaide.

O Pisa (Programme for International Student Assessment) é uma forma de avaliação da qualidade da educação no mundo. É uma medida da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Apesar de o Brasil de não ser membro da OCDE, participa de sua avaliação, o que é muito importante, pois permite comparar os resultados da educação no Brasil com os dos países desenvolvidos.

Na verdade, o Brasil tem tido um avanço significativo na educação; não podemos negar. Grande parte da redução da pobreza e da desigualdade que o Brasil tem tido ao longo da última década tem a ver com o avanço da educação.

O Brasil avançou 33 pontos na escala Pisa nos últimos dez anos, colocando-o entre os cinco países do mundo que mais avançaram. Não temos muitas dúvidas de que o Brasil tenha avançado.

O País marcado em vermelho é o Chile, mas acho que vale a pena mencionar que, apesar de o Brasil ter avançado, o Chile avançou ainda mais que o Brasil. E o que preocupa é a posição do Brasil. Embora esteja entre os 5% que mais avançaram, está entre os 20% com pior desempenho educacional e está 38 pontos atrás do Chile. O Brasil avançou em uma década 33 pontos, porém está 38 pontos atrás do Chile. Ou seja, na verdade, mesmo que o Chile ficasse parado, e o Brasil avançasse durante dez anos, o Brasil ainda não iria alcançar o Chile. Além disso, o Chile está avançando mais rápido que o Brasil; ou seja, não há chance alguma de o Brasil alcançar o Chile, que é o mínimo a que podemos aspirar em termos de chegar perto desse índice.

Apesar de o Brasil estar melhorando, estamos 38 pontos atrás do Chile, portanto, mais de uma década atrás do Chile, mesmo considerando a velocidade fantástica com que caminhamos. O Chile está caminhando mais rápido que o Brasil.

A história é: estamos caminhando rápido, mas os nossos competidores estão caminhando mais rápido ainda; estamos muito atrasados.

Esse gráfico é mais impressionante porque mostra a educação média de um brasileiro de acordo com a data de seu nascimento. Essas datas de nascimento nós as chamamos de coorte, coorte de nascimento. Por exemplo, os nossos novos adultos são aqueles que nasceram por volta de 1980. Quando se analisam os dados de educação, a vantagem é similar ao astrônomo olhando as estrelas: com um olhar, vê-se toda a história do universo, porque a luz demora para chegar à Terra. Então, veem-se estrelas de diversas idades. Com uma foto, pode-se ver a dinâmica do universo.

Na educação é a mesma coisa. Como há pessoas com idades diferentes, que passaram por sistemas educacionais diferentes, com uma foto, hoje, da educação, dependendo da idade da pessoa, é possível ver o sistema educacional brasileiro em diferentes fases. Está certo? Então, por isso, é importante olhar para o sistema educacional por ano de nascimento das pessoas. Por exemplo, eu nasci aqui, em 54, mais ou menos perto deste ponto aqui. Vamos dizer, meu filho nasceu aqui, quase em 80, mais ou menos neste ponto aqui.

Oitenta é uma boa idade para você analisar o desempenho do Brasil, porque você quer analisar o desempenho educacional de uma população quando ela entra na fase adulta, que é mais ou menos quando ela terminou toda a fase educacional. Agora, com pós-graduação, doutorado, etc., as pessoas mais ou menos terminam o seu ciclo educacional aos 20 e muitos anos. Então, na verdade, aos 30 anos, que é quando a gente, hoje, entra na fase adulta, é um bom momento para se olhar o nível educacional alcançado naquele país. Até ali, a educação ainda está incompleta.

O que acontece? Quem nasceu em 1980, no Brasil, tinha, em média, nove anos de estudo; ou seja, mal completara o fundamental. Os nossos novos adultos – quem está entrando, agora, na fase adulta – estão entrando com o fundamental completo, lembrando que o Brasil tem, hoje, a maior população jovem de todos os tempos.

Nós temos, hoje, 50 milhões de jovens. Temos 51 milhões de jovens. Nós nunca tivemos tantos jovens e nunca teremos tantos jovens; ou seja, nós estamos no pico. O número de jovens, no Brasil, cresceu, chegou em 50 milhões e está declinando a uma das velocidades mais rápidas do mundo. Só no Brasil e na China o número de jovens vai declinar de uma maneira tão rápida.

Então, nós temos um pico de jovens, que vai ser o pico de trabalhadores brasileiros. Agora, o pico de jovens brasileiros e o pico de trabalhadores brasileiros têm essa escolaridade aqui.

A grande coisa, vamos dizer, de países do tipo do Japão e Coreia é que, quando eles tiveram o pico de jovens, esse pico de jovens estava muito bem educado. Então, quando eles tiveram a maior quantidade e a maior força de trabalho, eles prepararam muito bem essa força de trabalho.

O nosso problema é que nós passamos por essa transição demográfica sem fazer a transição educacional. Então, na verdade, nós vamos encarar um pico de população ativa com nove anos de estudo, durante 40 anos, porque essa população dificilmente vai aumentar a escolaridade dela.

Então, nós estamos...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Se eu não for atrapalhar muito, porque eu acho um prazer estar aqui e queria cumprimentar o Presidente e os convidados... Eu fico olhando o gráfico e ouvindo-o, Ricardo, mas eu acho que tudo tem muito a ver com de onde nós começamos.

O SR. RICARDO PAES DE BARROS – Claro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Quer dizer, qualquer época. Ali, o Chile já começou com seis anos de escolaridade para a população, seis anos e meio. Nós começamos com dois.

Eu, por exemplo, sou o primeiro a alcançar o nível superior da minha família.

O SR. RICARDO PAES DE BARROS – Claro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu sou de uma geração do Brasil nascida em 59 e começo de 60. As pessoas desse grupo são as primeiras a ter uma formação de terceiro grau, e assim acontece com muitos contemporâneos meus, porque, pegando de dois e meio anos de escolaridade até onde nós estamos, aumentam quatro vezes. O Chile já começou com 6,7, e ele dobrou, só.

O mesmo vale para de 60 para frente, também. Tem uma distorção grande. De 60 para frente, a gente estava perto de sete anos de escolaridade, quando a gente alcançou o que o Chile já tinha no começo do século passado, e, aí, a gente passa de nove agora. Eles já estavam lá, com nove, dez, e só aumentaram cerca de 50% do que eles já tinham alcançado. Nós tivemos...

O SR. RICARDO PAES DE BARROS – Claro. Não, o progresso...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Era isso, desculpe.

O SR. RICARDO PAES DE BARROS – Quer dizer, a questão é que o Brasil, em toda a área social, enfrenta essa mesma frase. A frase é: “Nunca alcançamos tanto quanto nos últimos 10 ou 20 anos, etc.”. A educação é um caso típico.

Por outro lado, o nosso nível de atraso é escandaloso.

Agora, a questão toda é a seguinte: nós estamos fazendo a transição demográfica junto com o Chile. Nós estamos competindo, hoje, no mercado mundial, junto com o Chile e, no momento em que o Chile passa pela transição demográfica dele, o Chile também tem a maior juventude de todos os tempos e vai ter a maior força de trabalho de todos os tempos. Quantos anos de estudos eles vão ter? Médio completo. Nós vamos passar pela nossa transição com fundamental completo; ou seja, nós vamos ter uma situação em que poucas coortes vão, digamos, representar... Quer dizer, nós temos um pequeno número de coortes no Brasil que representam 25% da população brasileira. Estão apertados nessas coortes; essas coortes estão terminando o sistema educacional, elas vão passar pela vida adulta e vão ser responsáveis, mais do que nenhuma outra, por construir o País, em particular construir toda essa infraestrutura do País. Está certo?! Porque vai ser um grupo pequeno, tanto em termos de trabalhadores como em termo de eleitores, muito concentrado em um grupo relativamente pequeno. No entanto, esse grupo que vai ser essa onda de trabalhadores estará educacionalmente muito mais mal equipado para competir, porque esses aqui vão ter que competir com esses aqui, não por alguns anos, porque depois isso pode ser corrigidos. Esses aqui vão agora competir com esses durante os 35 anos em que eles vão participar do mercado de trabalho. Quer dizer, esse grupo aqui, dos que nasceram em 1980, eles vão competir agora, de 2010 a 2040, com esse grupo chileno que tem três ou quatro anos de estudo mais do que ele. Então, a concorrência entre esses dois grupos vai ser extremamente difícil.

Mas o que esse gráfico mostra, que o Senador estava apontando? Como a gente estava falando, por exemplo, o meu filho está por aqui, e eu estou por aqui. Está certo? A escolaridade daquelas pessoas que nasceram junto comigo no Chile é igual à escolaridade das pessoas que nasceram na mesma época que o meu filho no Brasil. Quer dizer, nós temos um hiato de uma geração. Ou seja, é maior do que uma geração, porque uma geração em geral é de vinte e poucos anos; nós estamos falando de vinte e oito anos. Ou seja, nós somos uma geração atrasada em relação ao Chile. E isso está dado, essa geração já está entrando no mercado de trabalho. Ela vai passar 30, 35 anos, 40 anos, trabalhando nesse mercado de trabalho.

Então, o que isso dá em termos de dificuldades para o Brasil é sensacional. E, se você olhar a taxa de crescimento, o Brasil na última década... Quer dizer, em

geral o Brasil melhora um ano de estudo por década. Na última década ele conseguiu fazer 1,7.

Então, acelerou, e a gente pode discutir o que aconteceu com a qualidade, para permitir essa aceleração na quantidade. Está certo?

Então, o que era tradicional no Brasil: um ano a mais que deve dar para ver por aqui... Porque, se eu pegar aqui, são 60 anos e eu fui de praticamente três para nove; eu aumentei seis em 60 anos. Então, é mais ou menos um ano a mais de escolaridade por década. E, na última década, eu fui 1,7. Então, eu dei uma acelerada boa, mas, para o tamanho meu atraso, essa acelerada ainda é pequena.

Bom, isso aqui, por exemplo, é a qualidade do aprendizado. A gente deveria estar aqui e, na verdade, a gente deveria ter, pela meta do Todos pela Educação, 70% das nossas crianças, adolescentes e jovens com o conhecimento adequado. Em Matemática, por exemplo, na terceira série do ensino médio, nós temos 11% com conhecimento adequado. E eu quero chamar a atenção para a importância disso, dado que estamos aqui na presença do nosso Ministro Ozires. A questão do conhecimento de Matemática para o desenvolvimento do País é absolutamente fundamental; quer dizer, dá para ver essa diferença. Nós temos uma meta de 70%, mas apenas 11% – isso aqui incluindo as escolas privadas – dos nossos alunos sabem o adequado em Matemática na terceira série.

E o que eu queria mostrar para vocês esse gráfico, que é a coisa mais provocante que existe. Esses pontos, na verdade, são Estados brasileiros; quer dizer, isso aqui foi estimado para o Brasil, mas já foi estimado n vezes. Há um pesquisador americano chamado Eric Hanushek, que tem feito isto no mundo inteiro: tem estudado qual a relação entre saber Matemática e crescimento econômico. Esse número ele tem encontrado sistematicamente.

Esse número é o seguinte: se você souber 15 pontos a mais na escala Saeb, o seu país vai crescer um ponto percentual a mais todo ano, porque saber Matemática tem a ver com inovação, tem a ver com incorporação de tecnologia, tem a ver com várias coisas. Ou seja, você saber mais de Matemática não é que a sua renda vá ficar maior, mas saber mais Matemática é ter um impacto dinâmico. Você vai crescer mais rápido.

Então, em vez de o Brasil crescer 2%, 3% ao ano, ele vai crescer 4%. Ou seja, isso dá uma ideia do que significam 15 pontos na escala Saeb. Vou tentar mostrar o seguinte: como eu consigo 15 pontos na escala Saeb? Se eu conseguir 15 pontos na escala Saeb, vou aumentar em um ponto percentual.

Eu queria centrar a atenção nisso, mas, antes, há uma coisa clássica com a qual temos de tomar muito

cuidado no que diz respeito à educação e que é bastante preocupante. As famílias se dizem muito preocupadas com a educação. Entretanto, se pegarmos uma família de classe média, e o filho dela estiver doente, ela fica muito preocupada em encontrar um médico muito bom. Então, liga para todo mundo, tenta descobrir se aquele pediatra que vai atender seu filho é o melhor pediatra da cidade. Dificilmente, ela vai abrir mão, caso o filho tenha uma doença que ela não entenda muito bem, de ser atendida pelo melhor pediatra da cidade. Ela vai lutar por isso. Se ela tiver um problema jurídico – e ela sabe que a Justiça é uma chance só, é um processo só –, ela vai ter o cuidado de buscar um advogado, vai conversar com todo o mundo para saber se aquele é o melhor advogado.

É muito impressionante que, para escolher o professor do filho dessa família, ela se preocupe muito pouco. Ela o coloca em uma escola que as pessoas dizem que é boa, muitas vezes na escola pública, mas ela não tem preocupação alguma em saber se, naquela escola pública, aquela criança está com o melhor professor, ou não. É como se, na verdade a qualidade do professor não fosse tão importante.

Esse mesmo pesquisador que eu estava mencionando faz um estudo sobre isso. Nos Estados Unidos, fizeram um estudo que produziu um grande relatório, mostrando que o impacto do ambiente familiar sobre a educação era avassalador, o que neutralizou um pouco a informação anterior, porque as pessoas começaram a pensar que a qualidade da escola não importava, e, sim, o ambiente familiar.

Tudo isso ficou meio que travando o avanço na pesquisa sobre a educação por muito tempo, até que esse pesquisador demonstrou que, na verdade, a qualidade da escola e a do professor importam enormemente. Só que aquilo que normalmente a gente mede não é o que define a qualidade da escola. Então, a gente achava que o que definia a qualidade da escola era a qualidade da sala de aula, a escolaridade do professor, o salário do professor. No entanto, o que ele mostra é que, se você tem um professor em sala de aula com mestrado, isso pode até atrapalhar, caso ele esteja querendo fazer outra coisa e não estar dentro da sala de aula.

Então, esse resultado mostra que, se eu for a uma escola típica, com dez professores, ou uma escola típica com cinco professores e, se eu colocar o meu filho com o melhor dos cinco, ele vai ter esse aprendizado em um ano.

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO PAES DE BARROS – O meu filho vai aprender em um ano quase 20 na escala Saeb. Se eu, naquela escola, deixar o meu filho com o pior

professor, ele vai aprender dez. A diferença é de 9,6 pontos na escala Saeb. Lembrem que 15 pontos na escala Saeb são 1% a mais de crescimento. Então, esses 9% são uma enormidade. Isso significa, em termos percentuais, que o meu filho vai aprender 68%...

Nós temos uma tradição no Brasil de tratar todos os professores como se eles fossem iguais. Na verdade, se você pegar os dados salariais dos professores, professor brasileiro é a classe mais socialista do mundo. A desigualdade salarial entre pedreiros é igual – nada contra os pedreiros, pois há pedreiros de diferentes qualidades -, mas a desigualdade salarial entre pedreiros é mais ou menos igual à desigualdade salarial entre professores. Professor é uma das ocupações no Brasil com a menor desigualdade salarial. Por quê? Porque nós consideramos que existe uma coisa chamada professor. Todos os professores são iguais por definição e, portanto, todos ganham igual. No entanto, eles são dramaticamente diferentes, e o resultado de você aprender com um ou com outro é dramaticamente diferente, mas os nossos pais, as nossas famílias continuam dizendo que educação é importante, mas estão muito pouco preocupados em chegar na escola e dizer: “eu quero meu filho com esse professor e não com aquele professor”. Está certo?

A grande dificuldade da qualidade do professor é como saber que um professor ensina mais do que o outro. A gente acompanha longitudinalmente aquele professor. A gente vê que os alunos que chegam àquele professor sabem uma coisa e, quando saem daquele professor, sabem muito mais; outros chegam sabendo uma coisa e, quando saem, sabem pouco. Ou seja, a gente sabe que com alguns professores as crianças aprendem muito e com outros eles aprendem pouco.

O que a gente não sabe direito é o que faz um professor ensinar mais e outro ensinar menos. A gente sabe que tem muito a ver com o talento e a paixão dele por ensinar, muito mais do que, na verdade, ter feito uma série de cursos, de outros cursos etc. A história de que o professor tem de passar em uma série de provas para ser considerado um bom professor é que faz com que o professor, em vez de estar dedicado a ensinar para o aluno, ele está, na verdade, preocupado em estudar para fazer outros concursos e avançar na carreira, porque avançar na carreira significa fazer vários concursos.

Eu me lembro de quando as escolas do Piauí ganharam as Olimpíadas de Matemática, e o Ministro Haddad trouxe os professores de Matemática aqui ao ministério, me chamou – eu estava lá com ele – e perguntou para os professores: “Mas o que vocês fazem lá para o pessoal saber tanta Matemática?”. Primeiro, perguntou onde ele tinha se formado e ele tinha se

formado em Pedagogia em uma escola de uma cidade pequena no Piauí. Na formação dele, não havia nada de especial. Daí, perguntaram para ele: “Mas o que você faz?” “A gente não faz nada; a gente só dá aula, faz todos os exercícios do livro e corrige todos os exercícios do livro e, quando o aluno não sabe um exercício, a gente explica como é que se faz o exercício”.

Agora, qual é o professor no Brasil que corrige os exercícios com os alunos e faz os exercícios com os alunos? Então, a questão, no fundo, é bem básica.

Queria só chamar a atenção de que, por exemplo, a experiência aumenta em três pontos na escala Saeb. Quer dizer, professores mais experientes. O primeiro ano de um professor dando aula é sempre difícil. Ele ganha experiência no segundo ano e no terceiro ano e, obviamente, se o professor é importante, ter acesso ao professor também é importante. Então, turmas menores dão mais disposição, maior interação entre os alunos e entre o aluno e professor e, portanto, também implicam melhora. Isso dá um impacto de mais seis pontos percentuais.

Isso quer dizer o seguinte: há uma receita simples para acelerar a educação. São melhores professores, professores com um pouco mais de experiência e maior interação entre professores e alunos. Ou seja, você precisa de mais professores e de melhores professores.

Nisso, há uma questão salarial. Obviamente, a profissão professor tem de pagar melhor para atrair melhores pessoas, mas, se você fizer uma coisa linear do tipo paga melhor, mas paga igual para todo mundo, você, obviamente, não vai beneficiar a qualidade.

Como o Senador tem chamado muito a atenção, o Brasil é um país esquisito, porque a desigualdade de gastos com a educação e a desigualdade educacional entre os diversos Municípios brasileiros é gigantesca.

Se você comparar o mapa do sul da Bahia com o do norte do Espírito Santo, o Espírito Santo gasta duas ou três vezes mais do que o sul da Bahia. O Município do norte do Espírito Santo gasta duas ou três vezes o que gasta um Município no sul da Bahia. E a diferença de resultado é enorme. Então, ao mesmo tempo em que nós temos uma socialização – a desigualdade salarial entre os professores é uma das menores do mundo –, a nossa forma de financiamento da educação, apesar do Fundeb, permite desigualdades gigantescas.

Então, a gente tem que pensar muito seriamente numa forma – e aí o Senador tem várias propostas nesse sentido – de reduzir, garantir... Eu acho que o que o Senador tem colocado aqui várias vezes é que ir ao Banco do Brasil, ou à Caixa Econômica, em todos os lugares do Brasil, e a Caixa Econômica é sempre parecida. Você vai às escolas, e elas são todas diferentes.

Então, não dá para entender por que as escolas são diferentes. Por que é mais importante padronizar os caixas eletrônicos do que padronizar as escolas? Por que é melhor fazer com que todas as agências do Banco do Brasil tenham o mesmo orçamento, mas nem todas as escolas tenham o mesmo orçamento?

Então, é muito importante a gente reduzir a desigualdade educacional brasileira, mantendo a descentralização, obviamente, da gestão, talvez até aumentando a descentralização da gestão, mas, ao mesmo tempo, promover a meritocracia. Portanto, não interpretar a igualdade de financiamento e das diversas escolas do Brasil dizendo que todos os profissionais da educação são iguais e devem ter remunerações iguais.

A gente tem de valorizar a qualidade do profissional, porque o que a gente precisa é de uma valorização do magistério com um sistema altamente meritocrático, de tal maneira que nós vamos reter, no sistema educacional, os melhores. Vamos ser capazes de atrair os melhores, reter os melhores e permitir que aqueles que não estão tão interessados na educação busquem ocupações em outros setores, porque, como esses dados mostram, a qualidade da educação importa e, para a qualidade da educação, importa a qualidade do professor. Portanto, tem que haver um sistema de seleção de qualidade do professor, que, na verdade, é muito difícil de se fazer *a priori*. Não vai ser com uma prova, não vai ser exigindo diplomas que se vai conseguir selecionar aqueles que são mais talentosos e mais dedicados à educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Ricardo Paes de Barros, Secretário de Ações Estratégicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Passo agora a palavra ao Dr. Denis Mizne, Diretor Executivo da Fundação Lemman.

O SR. DENIS MIZNE – Obrigado, Senador. Eu queria cumprimentar o Ministro Ozires, o Prof. Ricardo Paes de Barros e agradecer a oportunidade de estar aqui discutindo este tema, que é essencial.

Eu queria, exatamente, tentar dar continuidade, talvez, a essa provocação inicial, com dados muito impactantes que traz o Ricardo Paes de Barros.

A primeira coisa – eu ia usar uma apresentação, mas não vou usar agora, e se precisar a gente olha depois lá –, mas daqueles 11% que terminam o ensino médio sabendo Matemática, na verdade, pouco menos de 50% da população de 17 ou 18 anos que terminariam o ensino médio efetivamente terminam o ensino médio; o resto saiu da escola antes de chegar ao ensino médio. E esse dado de evasão, ainda que

tenha melhorado – a gente conseguiu garantir a cobertura da educação básica no final da década de 1990 e nos anos 2000; realmente aos 6 anos está todo mundo ainda na escola – aos 13, 14, esse número começa a cair dramaticamente. Quando a gente termina a escola, a gente termina com pouco menos da metade dos alunos, o que significa dizer que, dessa geração recorde da juventude brasileira, mais ou menos uns 5% da população de 18 e 19 anos, que está entrando ou na universidade ou no mercado de trabalho, só 5% dessa população sabe o que deveria saber em Matemática. E isso é dramático, acho, no debate da infraestrutura brasileira.

Então, o drama da educação muitas vezes é que, ao olhar comparativamente, o Brasil realmente cresceu muito na última década, nas últimas duas décadas, fez um salto muito impactante, mas isso não é suficiente, porque infelizmente o tempo da criança não espera. A criança entra na escola e, se ela não aprendeu naquele ano, ela não vai conseguir no próximo e não vão conseguir no próximo. E a gente vê isso na aprendizagem de Matemática ou de Língua Portuguesa. A gente termina o Ensino Fundamental 1, onde a gente tem visto os maiores ganhos nos últimos dez anos, com 37% dos alunos sabendo o que deveriam em Português e 33% sabendo o que deveriam em Matemática. Isso de alguma maneira é quase o nosso teto, porque ensinar para um aluno no sexto ano, no sétimo ano, no oitavo ano, alfabetização, operações básicas, quando eu já tenho professores especialistas, com quem o aluno já não tem mais o vínculo emocional com o professor, como ele tem no Fundamental 1, em que é um professor para todas as disciplinas, ele começa a ficar perdido e não consegue acompanhar.

Então, quando a gente discute a crise do ensino médio – por que nas matérias, nas disciplinas há muita coisa – tudo é importante, mas fundamentalmente, se eu não aprendi a ler, a fazer as operações, eu não tive um básico muito forte, como eu vou conseguir aprender esses conteúdos mais complexos que vão vir à frente? E esse é o maior incentivo para eu abandonar a escola. Então quem fica não aprende, mas muitos ainda saem. Então o quadro é extremamente grave.

Se a gente olha para o Brasil, vemos que há essa desigualdade da educação, o sistema é muito desigual. Você tem escolas que ensinam muito e escolas que não ensinam nada. E essa irregularidade do sistema é muito grave, porque é profundamente injusto, porque, como você não tem direito à escolha da escola na imensa maioria dos Municípios brasileiros, é aquele local físico, que não é nem o País onde você nasceu ou o Estado onde você nasceu, mas a rua onde seus pais moram na hora de matriculá-lo na escola que vai

ser determinante no seu desenvolvimento. Isso é profundamente injusto, porque a lógica é a escola servir como o grande equalizador; a escola deveria ser a igualdade de oportunidades. Toda a lógica da universalização da educação tem a ver com isto: Na hora que eu universalizo a educação, eu permito um salto de qualidade.

Bom, os dados são muito negativos, apesar dos avanços. Mas é importante tentar entender como a gente chegou até aí. A primeira questão talvez esteja no que o Senador Jorge Viana apontou: começamos tarde. A gente começou muito tarde o processo de escolarização e de universalização da educação. Muita gente fala da educação pública na década de 1950 ou de 1960, mas a gente educava os mais ricos, a gente educava poucos. É muito diferente a lógica do sistema.

Quando a gente partiu para a universalização desse sistema, a gente tomou algumas medidas. A primeira delas é que a gente, para conseguir dar conta da quantidade, sacrificou o tempo de aula. Então no Brasil, o tempo médio de aula a que um aluno é exposto é de quatro horas e meia por dia. Em qualquer país que está muito bem no Pisa, são seis, sete ou oito horas de aula; na maioria, o aluno tem mais de sete horas-aula por dia. Não são atividades complementares, para o aluno não ficar na rua, como a gente diz, ou porque a família não tem condições de cuidar dele. Não: aula. Ele está lá aprendendo, ele está lá sentado em um ambiente educacional, sob orientação de um professor, discutindo o currículo e aprendendo aquilo que é esperado que ele aprenda. Então, é esse tempo. Esse é o tempo bruto, digamos, que o aluno passa na escola, essas 4,5 horas. Mas, quando a gente olha para a situação real do que acontece em sala de aula, a gente tem algumas pesquisas que nos mostram por que a gente aprende pouco em um ano letivo no Brasil.

A primeira delas é que o Banco Mundial mediu em Pernambuco e no Rio de Janeiro, e está fazendo em alguns outros Estados, quanto tempo o professor se dedica a dar aula: dar o exercício, corrigir o exercício, interagir com o aluno, saber se ele está aprendendo, passar o conteúdo. Então, no Brasil, nas escolas estudadas, mais ou menos 60% do tempo de aula são gastos com aula. Os outros 40% são: atraso do professor, atraso dos alunos, indisciplina, aviso da diretoria, liberação mais cedo no final da aula, e assim por diante. Então, dessas 4,5 horas, você joga fora 40%. Em um país em que a educação funciona, você tem mais de 85% do tempo dedicado a efetivamente dar aula. Então, eles começam lá com as sete horas e têm 85% do tempo.

O segundo problema que a gente tem é a falta do professor; não é a falta de professor. Falta de professor

é crítica: o Estado de São Paulo está com 49 mil vagas na rede estadual não preenchidas, das quais 10 mil são para professores de Matemática. E, naquele princípio de que o aluno não espera, esses 10 mil professores de Matemática vão fazer uma falta terrível. Esse é o Estado mais rico da Federação; a gente imagina como é esse quadro em outros Estados. Então, além de faltarem professores, sejam os especialistas, seja porque a carreira não é atraente e assim por diante, a gente tem um problema também do professor que não aparece para dar aula. Na cidade de São Paulo – estou trazendo exemplos de São Paulo porque é lá que a Fundação fica sediada –, no Município de São Paulo, os professores faltam, em média, 30 dias por ano. Trinta dias por ano é um dado estarrecedor. E, muitas vezes, o professor é professor na escola privada e na escola pública, mas na escola privada em que ele dá aula ele não tem esse número de faltas.

Então, não é uma questão de culpabilizar o professor. Vamos falar do professor, que é a peça central desse sistema. A gente tem que conseguir criar um sistema que seja mais inteligente em relação ao professor e mais atrativo, mas a gente precisa também reconhecer que esse problema é tremendamente grave. Então, os alunos já partem de um teto baixo. Se tudo desse certo, ele teria 4,5 horas de aula por dia. Mas, com o tempo gasto com outras questões que não são aula e com a falta de professor, esse tempo efetivamente dedicado à educação é muito pequeno.

A segunda coisa que é um problema é de onde vem o nosso professor. A gente tem selecionado os nossos professores, pela baixa atratividade da carreira, pela baixa valorização cultural da profissão de professor na nossa sociedade, entre os 30% piores alunos do ensino médio. A Finlândia seleciona entre os 10% melhores do ensino médio. A Finlândia, que tem pouco mais de 50 mil professores, é um país de 6 milhões de habitantes, muito pequenininho. É muito citado em educação, porque sempre está entre os primeiros lugares do Pisa, mas não é uma boa comparação para o Brasil, pelas evidentes diferenças. Mas, só para a gente seguir, no último concurso de professores da Finlândia, ainda neste ano, 10 mil professores passaram além da demanda para professores. Em um país com 50 mil, havia 10 mil querendo ser. Aqui sobra vaga, e a gente seleciona entre os 30% piores. Os 30% piores de qual ensino médio? Do nosso, esse que forma só 5% daqueles que sabem efetivamente.

Então, é difícil. É muito desafiador. A gente tem 2 milhões de professores no Brasil. Em muitas redes, esse professor tem uma jornada de trabalho de 16 horas, que é uma jornada que não faz muito sentido, ou de 20 horas por semana. Pouquíssimos professores

têm jornada de 40 horas, jornada integral, estão em uma escola, com aqueles alunos. Quando você tem um sistema de escola integral, obviamente o professor está ligado a uma escola. Ele conhece o aluno, ele conhece a família do aluno, ele cria vínculo. Aqui, não. A gente tem uma massa de professores, há Estados em que mais de 50% dos professores estão em jornadas abaixo de 20 horas semanais. Como um terço da jornada é de preparação, o que é importante para ele se preparar, quanto sobra para a sala de aula, para a dedicação ao aluno? Então, a gente tem um sistema que demanda muita gente. É por isso que a gente precisa de 2 milhões de professores no Brasil. Se fossem 40 horas ligadas a uma escola, provavelmente seriam menos.

Onde esse professor estuda depois que ele entra nas escolas de pedagogia? O que ele aprende nas escolas de pedagogia? Há uma matéria muito grande que, com a ajuda da Fundação Lemann, a Folha de S. Paulo publicou, há cerca de duas semanas, em um caderno especial: “Quem educa os educadores?”. Há uma pesquisa da Prof^a Bernadete Gatti, já de alguns anos, que mostra que 69% do tempo do curso de Pedagogia são dados com teoria; os outros 31%, que deveriam ser a prática, são, muitas vezes, teoria sobre a prática. O que é efetivamente prática é muito pouco.

Na Finlândia, para voltar, um professor leva sete anos para se formar, mas três anos são de residência pedagógica. Como o médico, ele faz residência, porque o essencial do professor não é aprender teoria – é muito importante ter uma boa base teórica, é claro –, mas o essencial é aprender a dar aula; é aprender como ele interage, como ele garante que um grupo de alunos diversos – que estão em pontos diferentes da matéria e que vêm de contextos diferentes – consiga aprender, e ele consiga interagir, ser inspirador, ser um desses 20% que entregam os 15 pontos por ano de Matemática, que têm esse impacto tão grande no nosso PIB.

A gente tem esse problema que é: a gente seleciona mal, a gente atrai pouco, a gente não dá a formação correta, a gente faz um concurso que é teórico, tremendamente teórico, em que se pergunta legislação, basicamente, e teoria, ou seja, questões relacionadas àquilo. Aí esse passou nesse concurso, virou professor vitalício e, então, apresentam a ele o aluno. Falam: “Parabéns! O senhor vai ser professor para o resto da vida. Isso aqui é uma sala de aula.” Isso porque o estágio é mínimo e pouco regulamentado.

Então, é quase assim: não tem como dar certo. Não é que é surpreendente que 5% cheguem ao final do ensino médio sabendo. Seria surpreendente se o

resultado fosse diferente, já que o que a gente está colocando de esforço dentro do sistema não está alinhado.

Para não falar só de más notícias, o Brasil está fazendo uma virada em vários lugares. Vários Municípios brasileiros estão conseguindo fazer viradas importantes. Municípios como Foz do Iguaçu, por exemplo, passaram de um Ideb de 4 para um Ideb de 7 em quatro anos, lembrando que a meta para o Brasil em 2022 é 6. Então, em quatro anos, com equidade na rede. A pior escola em Foz do Iguaçu, 65% dos alunos aprendem o que deveriam aprender. Sobral, no Ceará, que é um caso muito conhecido, tem resultados excepcionais – foram mais anos, mas com resultados excepcionais. Há escolas em que 100% dos alunos aprendem o que deveriam, o que é raríssimo, pela desigualdade, em um local pobre, difícil.

A Fundação Lemann fez um estudo que está disponível, chamado Excelência com equidade. Fomos olhar 215 escolas brasileiras, que, lidando com os alunos mais pobres do Brasil, conseguiram ter um resultado acima da média da OCDE. Então, escolas que estão lidando com famílias muito pobres, famílias com dificuldades, com formação educacional muito baixa, etc.

Por que eu falo disso? Todos os dados que estou colocando estão disponíveis nesse portal, que está aberto, www.qedu.org.br; “q” de qualidade da educação. Todos os dados estão nesse portal, e eu posso entrar nele, se for o caso, no debate, se houver espaço para isso. Mas se a gente ouve – a Prova Brasil pergunta aos professores – “Qual é a causa de o aluno não aprender?”, a imensa maioria dos professores diz que a causa é a família do aluno, as condições socioeconômicas e o fato de aquele aluno não ser capaz de aprender.

Então, a gente cria uma profecia autorrealizável. Quer dizer, se eu acredito que o aluno não aprende... Há pesquisas que mostram o quanto é importante eu criar autoestima para o aprendiz, eu criar um ambiente de altas expectativas. Todo mundo pode aprender. E é nisso que a gente acredita. Essas 215 escolas mostram isso. E o que elas fazem? Elas conseguem ensinar aquilo que é esperado, elas dão as matérias, os professores se engajam com a comunidade, a diretora é a rainha do processo pedagógico, ou o diretor da escola. O foco é a aprendizagem, não é a gestão do sistema, mas gestão da aprendizagem do aluno. Esse ponto é importante.

Como crescer essas experiências, que hoje estão em alguns Municípios que chamam a nossa atenção, mas ainda não estão na escala de que o Brasil precisa? Eu queria oferecer aqui quatro propostas. Quer dizer, a primeira delas é: para a gente sair de um sistema em

crise a gente precisa de alguma coisa que desate o nó. Eu acho que o que deveria desatar o nó da educação brasileira é uma definição clara do que a gente espera que os alunos saibam quando eles saem da escola. Hoje isso não é claro no Brasil. A gente não tem um currículo no Brasil, a gente não tem uma clareza do que é esperado. A gente tem parâmetros muito genéricos, ou a gente tem o índice do livro didático, que é criado pelas editoras; o Estado não está se posicionando em relação ao que ele espera que o aluno aprenda.

Como definir o que a gente espera que o aluno aprenda? Países bem-sucedidos têm feito uma reforma curricular no sentido de dizer o seguinte: a gente define o que a criança precisa saber a partir do que ela precisa saber para se dar bem na vida. Quem pega o aluno que sai do ensino médio? A universidade, o mercado de trabalho. Quais são os princípios da educação brasileira que estão na Constituição? Formar cidadãos que tenham condições de exercer plenamente a sua cidadania. Eu preciso olhar para esses vetores. Eu preciso ouvir as universidades, eu preciso ouvir o mercado de trabalho, eu preciso entender quais são as questões habilidades fundamentais e competências cognitivas e não cognitivas para eu conseguir me dar bem na vida e ser um cidadão pleno e, a partir daí, construir o que devemos ter no currículo.

Hoje não é feito assim. Além de não ter um currículo claro, a gente tem um processo que privilegia um saber enciclopédico. Eu tenho que aprender tudo de Física, tudo de Química, tudo de Matemática, quando, efetivamente, eu deveria focar em algumas competências essenciais e não de baixa expectativa. Não, alfabetiza que está bom. Não, lá no alto, expectativa muito alta, para eu ser um cidadão pleno, para eu entrar na universidade e poder aprender, para entrar no mercado e poder ser produtivo, para eu entrar na vida e poder exercer a minha cidadania. Então, a régua é alta, mas tem que ser poucas coisas de alta expectativa. Isso tem que ser claro para todo mundo. Eu acho que esse é o eixo orientador. Não resolve tudo, mas ajuda a organizar. Porque isso ajudaria a faculdade de Pedagogia a dizer o que tenho que ensinar ao meu professor.

E aí entra uma segunda possibilidade, que é uma certificação para os professores, uma prova mínima, que diga para eles, com clareza, para todas as universidades de Pedagogia, que o Governo Federal diga: olha, isso é o que a gente espera de um professor. E que envolva aquilo que é essencial para ele ser um bom professor, que não é a titulação, que não é o conhecimento teórico só, mas, fundamentalmente, a habilidade dele de engajar os seus alunos, dar uma boa aula, conseguir garantir o aprendizado dos seus alunos.

E isso tem que estar no centro, porque mudando isso, colocando isso como um certificado, se produz essa mudança no ensino superior com uma velocidade maior do que tentar convencer cada universidade, com todas as condições de autonomia, que são importantes, mas que limitam a ação, para que a gente mude os currículos da Pedagogia e que a gente consiga colocar no sistema.

A terceira coisa que acho que é essencial é a gente aproveitar a oportunidade da tecnologia. A tecnologia produziu mudanças fundamentais em quase todos os setores da nossa sociedade: nas comunicações, nos transportes, na Medicina. Mas quem permitiu que a Medicina ou que as comunicações ou que os transportes ficassem tão avançados tecnologicamente? A educação. Foi porque as pessoas foram para a escola e ganharam mais educação que elas conseguiram produzir os aviões de alta qualidade, as coisas médicas da mais alta qualidade.

A gente costuma dizer que, se pegássemos um médico do século XVIII que tivesse sido congelado no tempo e o descongelássemos hoje numa sala de operações, ele olharia para essa sala de operações e falaria: “Meu Deus do céu, onde eu estou? Cadê minha sanguessuga? Como é que vou anestesiá-lo? Como é que vou resolver esse problema?” Agora, vamos fazer esse raciocínio com um professor, pegando um professor numa sala de aula do século XVIII, congelando-o e trazendo-o para hoje. Ele vai continuar a aula de onde parou: os alunos estão sentados na mesma disposição, a tecnologia é o giz e a lousa – talvez tenha mudado –, há mais alunos na sala, o desafio é maior.

Naquele momento em que a escola foi criada, no formato que tem hoje, era uma profunda inovação, porque havia o tutor individual. Para mudar do tutor individual para uma sala com 20 ou 30 foi uma inovação tecnológica poderosíssima: isso permitiu universalizar a educação, que foi o que permitiu que a gente desse saltos tecnológicos, mas a educação se esqueceu de si mesma e não aproveitou isso.

Então, hoje há muitas experiências – e a Fundação está envolvida em várias delas – que mostram que, com o uso de tecnologia, a gente pode, sim, conseguir dar conta dos desafios da educação, garantir uma boa aula, de qualidade, dar insumos ao professor; não substituir o professor, que é o centro do sistema.

O professor tem que ser mais bem formado, mas bem remunerado, tem que ser mais atraente, mas dentro de uma lógica de valorizar saber dar uma boa aula. E esse professor do século XXI tem que saber incorporar as tecnologias dentro da sala de aula. Que tecnologias? Tecnologias que permitam a personalização do ensino, que cada aluno vá na sua velocidade.

Nem os melhores professores, das melhores escolas do mundo, conseguem ensinar 40 crianças, cada uma partindo de um ponto diferente, com conhecimento inicial diferente quando chega à sala, com um jeito de aprender diferente – uma gosta de ouvir a palestra, o outro precisa de que faça um desenho, o outro precisa que tenha números claramente. Se a gente não trouxer – e hoje a tecnologia, ao contrário do que era a tecnologia há vinte ou trinta anos, da massificação – o mesmo conteúdo para todo mundo... Hoje a tecnologia é o contrário, a gente vê isso no nosso dia a dia. É tudo personalizado: o jeito que se compra livro, o jeito que você faz buscas na Internet, o jeito que você organiza quase tudo na sua vida. E na educação também está sendo construído assim.

Há possibilidades de permitir... A Fundação tem um projeto hoje que está com 12 mil alunos de escola pública, em três Estados brasileiros, para o ensino de Matemática em que cada aluno tem o seu percurso, cada aluno vai aprender no seu ritmo, sob a orientação do professor, sob mediação do professor. Ele controla e recebe o relatório minuto a minuto de como está cada aluno dele, de modo que ele pode pensar estratégias, não após uma prova lá na frente que, talvez, vai ser feita, vai ser corrigida; ou ele vai descobrir na Prova Brasil que o aluno dele não está aprendendo. Não é lá. Você pode corrigir isso. Acho que isso é importante porque, talvez, aquele gráfico que o Ricardo colocou e que nos deixa preocupados porque se pensa: “Puxa, vamos levar...”

O Senador Cristovam fez uma provocação em um evento em que estávamos juntos: “O que queremos da educação brasileira?”. Queremos ser, daqui a dez anos, a Argentina de 20 anos atrás ou queremos ser um dos melhores do mundo? E esse é um bom ponto. A gente quer ser o Chile de 1950, ou de 1970, ou de 1990, ou a gente quer ser *top* do mundo? Se a gente quiser ser *top* do mundo, a gente vai precisar repensar profundamente o sistema, e a tecnologia nos oferece essa oportunidade. Se a gente souber incorporar isso, o Brasil pode, talvez, dar um salto de qualidade e não apostar num caminho meramente incremental. Pelo incremental, vai ser muito esforço e pouco resultado para a gente conseguir fazer a mudança de que a gente precisa. E acho que essa mudança vem da definição clara do que tem que ser ensinado, do que os alunos têm que aprender, da formação e atração de excelentes professores, mas professores para esse novo formato.

Estou encerrando.

Usei essa imagem outro dia. Hoje, com aquela formação que a gente colocou, o que a gente espera do nosso professor? Que ele seja aquela espécie de *one-man band*, aquele cara que consegue tocar gaita,

bateria, tem um violão, a equipe. Então, ele tem que saber todo o conteúdo, ele tem que saber a didática, ele tem que conseguir motivar os seus alunos, ele tem que saber construir prova, corrigir prova, ele precisa saber várias maneiras de ensinar o mesmo conteúdo para que os alunos aprendam. É quase impossível, é quase impossível.

A gente está pedindo uma tarefa hercúlea ao professor brasileiro, que não tem formação para fazer nem o básico disso que a gente está pedindo, que não tem *feedback* na carreira e não tem um processo de formação contínua. O processo de formação continuado dos nossos professores é dado pela mesma universidade que entrega um professor sem as condições perfeitas para dar aula, para ser generoso.

A gente tem que mudar para um professor maestro; não um professor que toca todos os instrumentos. Um bom professor que sabe quais são os melhores instrumentos que estão disponíveis para ajudar cada tipo de aluno que ele tem, que lê esses relatórios que vêm desses instrumentos e planeja suas próximas intervenções a partir disso e consegue fazer com que, com funções e jeitos diferentes, cada um aprenda aquilo que tem que aprender.

Isso está ao alcance da mão. Sou profundamente otimista em relação ao que pode acontecer na educação brasileira nos próximos 10 ou 20 anos, mas eu acho que depende de uma mudança de paradigma, uma mudança de visão da educação.

Estamos em uma fase de discussão de recursos a mais pela educação. E muitas vezes, quando a gente pensa em recursos para a educação, Prof. Martin Carnoy, da Universidade de Stanford, um dos maiores nomes da educação mundial e um autor que conhece muito o Brasil, é um dos coordenadores do nosso centro de pesquisa, o Centro Lemann da Universidade de Stanford, que pesquisa educação brasileira.

Ele esteve no Brasil na semana passada e falou aqui no MEC, na segunda-feira passada. Ele comentou que, em educação a gente se acostumou a ficar buscando o que tem o melhor custo-benefício. Com pouquinho investimento, eu consigo dar um salto aqui e tal, e a gente, muitas vezes, discute esse salto de maneiras percentuais: o aluno que usou isso aqui melhorou 30% em relação àquele lá. Sim. Aquele tinha nota dois e esse tem nota 2,6, mas ninguém aprendeu efetivamente. Ele fala que os militares não pensam assim, falando do modelo americano. Quer dizer, quando o cara tem que construir uma coisa ele fala: “Olha, quanto custa fazer um negócio que funciona?”. Eu não estou preocupado em saber o que é o mais barato que dá o melhor ganhozinho. Um escudo de míssil que proteja 30% mais mísseis que aquele ali

que não protege nada. Não adianta. Passou um mês, acabou a brincadeira. Talvez falte esse debate. Na hora em que a gente está falando em centenas de bilhões para a educação, talvez falte um debate, dizendo: O que realmente funciona? Quanto custa fazer uma criança realmente aprender e não ela aprender um pouquinho mais do que o vizinho? Aprender, chegar a uma escola onde todo mundo aprenda, o que custa fazer isso? Qual é o investimento? Qual é o esforço que a gente tem fazer? E correr atrás desse ideal, da excelência com equidade lá no alto e para todo mundo. É isso que a gente precisa para poder aproveitar o potencial do Brasil e poder fazer o Brasil crescer e atingir o sonho que todos nós queremos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Denis Mizne, Diretor Executivo da Fundação Lemann.

Apenas, a título de ilustração, eu gostaria de trazer a esta Comissão e aos nossos debatedores o resultado de uma série de audiências que a Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou, no ano de 2007 a 2009, sobre os desafios da nossa infraestrutura. Ou seja, naquela ocasião, quando o Brasil crescia 5%, 7%, onde estavam localizados os da infraestrutura que estariam impedindo a nossa infraestrutura de acompanhar esse crescimento acelerado do País.

E, nos resultados que nós imaginávamos – vai faltar, precisamos investir mais em portos, investir mais em ferrovias, investir mais em rodovias, e assim por diante –, qual não foi a nossa surpresa, quando verificamos, ao final dessa série de audiências públicas, que o principal impeditivo do nosso crescimento na infraestrutura era a falta de qualificação profissional, tanto no nível técnico quanto no nível superior, dos profissionais que o mercado já estava absorvendo para fazer face às demandas do crescimento do País. Foi bastante tratada a questão de Matemática e de engenheiros. E aqui temos alguns tópicos que eu gostaria de ler.

A GE também tem planos igualmente fortes no país, sobretudo para ampliar o conteúdo nacional de componentes usados em seus equipamentos. A empresa também anunciou um centro de pesquisa no país, onde contratará 150 engenheiros. Segundo Alexandre Alfredo, diretor de relações institucionais, a companhia foi buscar profissionais em quatro universidades: as paulistas USP e Unicamp e as federais do Rio e de Minas Gerais.

A GE [à época] tem planos igualmente fortes no País, sobretudo para ampliar o conteúdo nacional de componentes usados em seus equipamentos. A empresa também anunciou um centro de pesquisa no país, onde contratará 150 engenheiros. Segundo

Alexandre Alfredo, diretor de relações institucionais, a companhia foi buscar profissionais em quatro universidades: as paulistas USP e Unicamp e as Federais do Rio e de Minas Gerais.

País perde US\$ 15 bi com má formação de engenheiro. Valor é estimativa dos prejuízos com falhas nos projetos de obras públicas. CNI calcula que 150 mil vagas [vagas de engenheiro] não terão como ser preenchidas até 2012; evasão nos cursos chega a 80%.

Dessa evasão nos cursos de Engenharia, também se chegou à conclusão de que metade dessa evasão se dava por falta de condições de acompanhamento das disciplinas de exatas, sobretudo Matemática, por parte dos alunos, por deficiência no ensino médio; e a outra metade, desistia por falta de estímulo, àquela época, porque o mercado não pagava salários compatíveis.

E ele continua:

A baixa qualidade do ensino médio, sobretudo em disciplinas como física, química e matemática, tornou-se obstáculo para a formação de engenheiros no Brasil. Essa falha, agravada pela alta demanda gerada com o crescimento do país, tem custo – e não é pequeno. Cálculos de entidades de engenharia mostram que o país perde US\$ 15 bilhões (R\$ 26,5 bilhões) por ano [vejam o volume de recursos!] com falhas nos projetos das obras públicas. A cifra, equivalente a 1% do PIB, foi apresentada em encontro nacional de engenheiros, em Curitiba, na semana passada [estamos falando aqui de uma semana do ano de 2009].

A reunião [realizada em Curitiba] levou à capital do Paraná 850 engenheiros de todo o país com o único propósito: buscar meios de frear a crise sem precedentes da engenharia nacional.

Assim, nós verificamos neste exemplar que eu fiz chegar às mãos dos Srs. Palestrantes e das Sras e Srs. Senadores, onde há vários outros exemplos aqui.

O que a Comissão de Serviços de Infraestrutura deseja com esta audiência de hoje, que poderá se desdobrar em outras – esta audiência foi fruto de uma sugestão do Senador Cristovam Buarque, que é o Coordenador da Frente Parlamentar pela Universalização da Educação –, é exatamente poder trazer à discussão o grande problema que nós temos hoje para fazer com que o País cresça de forma equilibrada, de forma sustentada, que exatamente está centrado na questão da educação.

A ideia da universalização do ensino básico, colocada pelo Senador Cristovam Buarque, é um início, porque no ensino básico está a boa semente, que podendo frutificar, resultará num ensino médio de mais fácil aprendizado para aqueles que tiveram uma boa formação básica, e, conseqüentemente, também no ensino técnico de nível médio e no ensino de terceiro grau.

O fundamental, acredito, é nós sabermos de que forma aplicarmos esses recursos, a que supostamente poderemos ter acesso para aplicar na educação, fruto dos recursos do pré-sal ou mesmo fruto de recursos orçamentários, de acordo com a decisão que venha a ser tomada. Fundamentalmente a educação precisa ter maiores recursos, mas antes de termos esses recursos, nós, acredito, precisamos saber como aplicar esses recursos. Aplicar esses recursos num projeto educacional que aí está, que nos demonstra que não resolve, ou que não está resolvendo as nossas principais carências?

Precisamos ter um novo projeto, um projeto revolucionário, como foi o projeto implementado pelo querido ex-Ministro, Professor e Reitor da Universidade de Brasília Darcy Ribeiro, que, na década de 1960, implantou aqui em Brasília, dentro do *campus* da UnB, um Centro Integrado de Ensino Médio. E esse Centro Integrado de Ensino Médio, chamado Ciem, foi uma escola que revolucionou o ensino no País, porque o currículo era completamente diferente do tradicional, a pedagogia completamente diferente da tradicional. Parecia uma mágica! Eu, por exemplo, estudei nesse colégio, tive o privilégio de ser um aluno do Ciem. Saindo de uma escola particular no Rio de Janeiro, um colégio interno, vim para Brasília para estudar no Ciem, e essa experiência do professor Darcy Ribeiro, uma escola pública, foi impactante na vida de todos nós que lá estudávamos.

Eram 300 alunos; 60 professores; um sistema de *advisors* – cada cinco alunos tinham um *advisor*; passávamos oito horas na escola; tínhamos, além das disciplinas normais, embora com outro formato, como disse, com outra formatação de ensino, as chamadas práticas educativas vocacionais, em que, para aqueles que queriam ser engenheiros no futuro, que queriam ser advogados, que queriam ser físicos, que queriam ser químicos, havia professores especializados nisso, que duas ou três vezes por semana davam aulas de práticas educativas vocacionais para aqueles alunos que queriam seguir Engenharia. Então forçavam mais na matemática, forçavam mais na Física, e assim por diante. Quem queria fazer humanas, então forçavam mais no Português. Ou seja, era como se fossem aulas adicionais, de reforço para aqueles que tinham uma tendência ou que tinham uma vocação para determinada profissão. Além de outros pontos, realmente extremamente importantes na formação de todos aqueles que por lá passaram. A experiência foi revolucionária, em termos de mudança da mentalidade daqueles que ali estudavam, em função dessa nova metodologia, que não durou muito tempo.

Em 1970, se não me engano – a escola começou a funcionar em 1966 –, em 1971, ela foi fechada. E hoje, aqui na Asa Norte, nas suas antigas instalações, funciona um posto – parece-me – do INSS.

Enfim, mas é importante que nós saibamos que tipo de projeto educacional nós temos para o Brasil, porque não adianta nós colocarmos recursos em cima de um projeto, acredito eu – salvo melhor entendimento e pedindo permissão ao Prof. Cristovam Buarque, nosso Senador Cristovam Buarque – sem saber que projeto será esse, para que nós possamos realmente reformular isso que aí está, prestigiando – claro – os nossos professores. E os nossos professores precisam ter o incentivo – acredito eu – do desempenho; além do mérito, do desempenho no exercício do mérito que ele possui.

Então, é isso que eu acredito daria um incentivo adicional para que os nossos professores não tivessem, como colocou o Dr. Denis, uma média de 30 dias letivos por ano de falta às aulas. É um tempo realmente excessivo para os alunos que perdem esse tempo de aula. Ao mesmo tempo, ao permanecerem na sala de aula, as 4 horas e meia se reduzem a 2 horas e 40 minutos, o que é absolutamente insuficiente.

Nós vemos, no Chile, que está ao nosso lado, a diferença que temos no nível da sua educação. É possível fazer isso? É. Está aí a Coreia, que foi dividida, destruída há 50, 60 anos; hoje Seul, a capital da Coreia do Sul, é a capital do mundo que tem o maior de pessoas com o título de Ph.D do Planeta, em função do altíssimo investimento que fizeram em educação.

Eu acredito que esta audiência pública, em muito boa hora sugerida pelo Senador Cristovam Buarque e que nós acolhemos com muita satisfação, tem como tema principal tratar do impacto de longo prazo da qualidade universalizada da educação na economia, na infraestrutura e no bem-estar social.

Tenho o prazer e a satisfação de passar a palavra agora ao Ministro Ozires Silva, Reitor do Centro Universitário Monte Serrat – Unimonte.

O SR. OZIREZ SILVA – Muito obrigado.

Sr. Presidente. Srs. Senadores, minhas senhoras, meus senhores, nessa minha apresentação, em que tentarei ser tão breve quanto possível, coloquei “Transformar o País pela educação”, o que pode parecer um pouco presunçoso. Mas, na realidade, se nós olharmos o desenvolvimento dos países, nós vamos chegar imediatamente à conclusão de que a educação faz uma diferença enorme em todo o processo de desenvolvimento das nações.

Esse objetivo que foi colocado aqui é dos mais importantes. Essa frase eu guardei bem na minha ca-

beça, porque realmente a educação tem um resultado extremamente abrangente.

Continuando, eu diria que, se nós olharmos para o quadro mundial, aqui foi concentrado muito na área do que nós temos de fazer. É claro que nós temos de fazer, mas hoje o mundo é global e nós precisamos olhar essas comparações e começar a fazer aquelas perguntas instigantes – como foi possível? De que jeito aconteceu? –, porque a competição hoje é global, sem dúvida nenhuma.

Por outro lado, nós estamos vivendo hoje num mundo absolutamente competente. As trocas de informações e as transações comerciais atingem os países mais distantes, e produtos complexos estão entrando no mercado mundial. Nós mesmos temos acesso a esses produtos e vamos notar que todos esses produtos complexos que nós estamos vendo estão vindo do Hemisfério Norte. Quer dizer, o Hemisfério Sul não está participando do processo, e, sem dúvida nenhuma, por problemas na educação.

E o mundo hoje é global e digitalizado. Da mesma maneira que a digitalização transformou a eletrônica de um modo geral, a educação tem essa capacidade de transformar. E nós temos de nos dedicar a fundo para compreender tudo isso que foi colocado pelos expositores anteriores e, sobretudo, que isso pode ter resultados diferentes.

Hoje nós estamos com o fenômeno da produção mundial para o mercado mundial. Quer dizer, nós não podemos ignorar o que está acontecendo no mundo. A nossa comparação não é simplesmente com a América Latina ou aqui; nós estamos tendo no nosso mercado, ao atravessar a rua aqui, nós encontramos um produto coreano, um produto chinês, produtos do mundo inteiro. E, quando nós olhamos o mundo, nós não vemos produtos brasileiros de igual maneira nesses países do mundo. E o mundo está num desenvolvimento acelerado.

Eu acho que a mensagem que nós devemos ter na cabeça muito forte é que o mundo não está nos esperando. Enquanto nós ficamos nessas discussões do que tem que fazer, em debates e coisas dessa natureza, o mundo está avançando com uma velocidade bastante grande, com produtos unitários muito sofisticados e de grande valor; com o comércio exterior se desenvolvendo extraordinariamente, dobrando praticamente a cada ano. E as oportunidades estão abertas, que nós podemos preencher com maior liberdade se tivermos competência para tanto.

Hoje, parece que estamos acomodados ao ver que nos balanços de comércio exterior predomina as *commodities*, a US\$0.50 por quilo. Outro dia eu vi a Vale do Rio Doce vendendo, Presidente, o melhor minério

de ferro do mundo – o nosso – por US\$0.12! E agora estamos importando até da China produtos a US\$2 mil o quilo. Essa diferença está lá na China, fazendo essa revolução da China em termos de infraestrutura. Quer dizer, dessa diferença nós poderíamos.

Eu trouxe alguns dados, como os aviões e os eletrônicos. Nós estamos exportando hoje a US\$2 mil por quilo. Satélites, se estivéssemos fazendo, dariam US\$50 mil. Em 2003, criamos a empresa de biotecnologia, acabei de vender um produto da biotecnologia a US\$3 milhões o quilo. Quer dizer, mostrando o poder da educação de transformar realmente. Quer dizer, um país com a biodiversidade que nós temos importa 90% dos nossos fármacos! Eu acho que tinha que ser o inverso. E isso é um valor realmente extraordinário.

Os países asiáticos, se nós olharmos, usaram todas as oportunidades para mudar. Como é que nós vamos compreender que a velha Ásia se renova e o novo continente – que nós temos quinhentos e poucos anos – não se lança nessa competição com vigor, com suporte evidentemente na qualificação de cada cidadão?

Essas duas frases têm um impacto bastante grande, portanto, quando se olha e vê que produtos coreanos e chineses estão em todas as cidades do mundo, mas não há produtos brasileiros nas ruas chinesas e coreanas. Isso, apenas para exemplificar porque no mundo inteiro nós não vemos quase produtos brasileiros.

E a pergunta chave é: O que mudou?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/ PT – AC) – O Sr. podia voltar o outro por gentileza?

O SR. OZIREZ SILVA – Voltar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/ PT – AC) – O comparativo que o senhor faz por haver produtos deles em todas as cidades do mundo, mas não haver os nossos.

O SR. OZIREZ SILVA – Aqui.

E a pergunta é: O que aconteceu? Como fizeram? Eu creio que as respostas vieram por duas manchetes, em épocas diferentes, do *Financial Times*, de Londres, o jornal que é publicado lá e que foca muito na nossa América Latina: “Coréia do Sul, fanatismo pela educação”. Começou em 1970. A Coréia do Sul estava saindo, emergindo de uma revolução incruenta, que até deu a divisão das duas Coreias, e eles lançaram fanatismo pela educação. E esse fanatismo da educação foi uma causa.

Eu assisti em Detroit, Presidente, a um negócio impressionante. Na capital da indústria automobilística norte-americana, eles elegeram o carro Hyundai o carro do ano. E eu me lembro de que, quando fiz o meu curso nos Estados Unidos, eles olhavam para

Overseas com um enorme desprezo – a rua Overseas está avançando, inclusive sobre a economia norte-americana. Uma relação absolutamente clara entre razão, fundamento, educação. Resultado: qualidade de vida para população ocupar o mercado mundial. No caso da China, o mesmo *Financial Times*, agora, em outubro de 2011, publicou aquela manchete: “Maior revolução educacional do mundo moderno”. Olhem o que é que por aí ainda em termos de competência: são chineses vencendo cada brasileiro na competição pessoal.

Na reconstrução da Coreia do Sul – eu peguei esse dado ainda ontem –, nenhum funcionário público poderia ganhar mais do que um professor. Quer dizer, professor foi elevado à categoria que tinha no meu tempo de cabelo branco. Professor na minha terra natal, lá em Bauru, ele era chamado permanentemente como uma das pessoas mais importantes, o diretor da escola, tudo isso. Hoje, isso é absolutamente ignorado. Nós estamos esquecendo que realmente o motor desse crescimento caminha por aí.

No Brasil, em face das nossas falhas, nós temos, fazendo as contas – o Presidente Collor mencionou isso –, um milhão de carteiras escolares abandonadas por causa das evasões. Isso no ensino básico e fundamental. No ensino superior, nós estamos estimando sete milhões, o que significa que nós não precisamos de grandes investimentos na infraestrutura, nós temos que ter ocupação. Na área superior, que abriga hoje 70% dos jovens nas escolas privadas fazendo curso de graduação, a evasão está em 40% por ano. É um negócio trágico e, quando passa essa oportunidade e o estudante abandona a escola, a oportunidade não volta mais. Quer dizer, é definitivo.

E o Brasil não está acompanhando o mundo. Nós já temos muitos dados aí; eu não trouxe muitos não, mas, por exemplo, 70% da população brasileira são analfabetos funcionais. O que é isso? Um eufemismo elegante para dizer que se lê alguma coisa e não entende. Esse pessoal todo não lê jornais, não vê artigos, não vê coisa nenhuma. Vejam onde nós estamos! E esses 70% são um número realmente impressionante.

No caso do Pisa, que foi colocado pelo Secretário Ricardo, vejam que, na última relação que houve no Pisa de 2012, em 65 países, o Brasil aparece em 53ª posição, e notem quem estava na primeira, China; na segunda, Coreia do Sul; na terceira, Finlândia; na quarta, Hong Kong; na quinta, Cingapura. E aí vem a pergunta: por que, dos cinco primeiros, quatro são asiáticos? Agora, não pensem que eles mudaram tudo isso sem fazer esforços, sem ter a ousadia de enfrentar mudanças, essas mudanças por que o Brasil inteiro está clamando, e nada acontece.

O Brasil parece que está contente com o que está acontecendo. Comemora uma coisa aqui, comemora uma coisa ali e dá impressão de que nós estamos caminhando bem. Não estamos. O Brasil está ficando para trás.

Veja o caso dos engenheiros mencionados pelo Presidente agora nessa observação da General Electric. Nós formamos, no ano passado, menos de 40 mil engenheiros; Coreia do Sul, que é um país menor do que o Estado de São Paulo, com cinco milhões de habitantes, formou 120 mil; e a China, 620 mil. Há gente que fala: “Ah, mas a China tem uma população muito grande”, mas não estamos falando de uma população, nós estamos falando de gente especializada, competente, que está chegando ao mercado de trabalho de uma forma superlativa. E não há a menor dúvida de que os países estão vencendo ou são os que têm um passado em que foram vencedores da área da educação ou são os novos emergentes que estão ganhando.

Há décadas eu ouço que o nosso País tem um grande potencial. Primeira vez em que eu ouvi que o Brasil tinha um potencial foi quando eu li o livro de Stefan Zweig, em 1943 – minha milhagem é bastante alta, né? Desde 1943 que o Brasil tem grande potencial. Eu estou num País de grande potencial, e onde é que está esse potencial? Quando é que vamos materializar isso, com a coragem necessária e a ousadia de fazer o que nós temos que fazer? E temos um trabalho enorme para tirar da marginalidade educacional toda essa população e jogar para a competência na área econômica de desenvolvimento. Precisamos de aberturas bastante grandes na educação – que é o que eu coloco mais à frente. Com essas mudanças de que nós precisamos de cenários, nós temos que tornar possível esse desenvolvimento por que nós aspiramos e temos que conquistar uma posição de destaque, porque o Brasil é um país continente, e tem a ele reservado, sem dúvida nenhuma, papel bastante grande no mundo.

Precisamos de novas formas de gerenciar a nossa educação. Sobre os resultados, se continuarmos como estamos, pode ter certeza que nada dessas aspirações em desenvolvimento irão ocorrer. Precisamos de estratégias gerenciais modernas e eficazes que precisam ser postas em prática; não simplesmente deixar à conta do Ministério da Educação ordenar essa educação toda, sem um debate profundo com a sociedade, criando metas e tudo que seja necessário para garantirmos que a educação irá trazer o resultado que desejamos como País. Isso, eu diria, traduzindo, seria transformar a educação numa real prioridade nacional, o que não é.

Recentemente – não participando da crítica; tentando avançar –, trouxemos para o Congresso, aqui para o Senado, três propostas de diplomas legais. Primeiro, eliminar a tributação sobre estudantes. Percorri vários países do mundo e não achei nenhum outro país do mundo que tribute os estudantes. As doações, no Brasil, para uma escola, são tributadas. Uma lei de cem anos, nos Estados Unidos, estimula as doações. Stanford anunciou, ano passado, US\$2 bilhões de contribuições das pessoas físicas e das pessoas jurídicas para educação. No Brasil, inexistia isso. A Universidade de São Paulo ganhou um terreno, agora, para construir um *campus* no interior e teve que pagar imposto sobre o valor da doação que recebeu.

E há outra coisa que é extremamente grave: as empresas nacionais, quando pagam educação para os seus trabalhadores, por decisão do INSS, isso é considerado salário indireto e elas têm de pagar encargos sociais, que é uma forma de impostos colocados para que uma empresa possa treinar os seus trabalhadores, o que é um tiro no pé no processo de crescimento e desenvolvimento do País. Precisamos de regulamentos bem mais flexíveis do que nós temos todas essas orientações. Em tudo, no Brasil, parece que para se dar um passo tem que colocar um carimbo.

E o mundo desenvolvido da atualidade coloca que educação é sinônimo de oportunidade e de uma possibilidade de bom emprego. E a falha do sistema educacional leva à insatisfação e à revolta, com consequências sociais que todos nós conhecemos.

Precisamos de uma campanha nacional! A campanha nacional escrita não chega. Então, eu tive oportunidade de ir à Rede Globo, no Rio de Janeiro, conversar com os diretores e com o presidente, levando para eles a mensagem de que pela televisão podemos atingir a população brasileira, porque praticamente todos os lares brasileiros têm um televisor. E, realmente, talvez seja possível.

Então, pedi à Rede Globo para fazermos uma campanha, pela televisão, de que cada família, cada pai, cada mãe lute, o máximo que possa para conceder aos seus filhos a melhor das graduações. O entusiasmo deles foi impressionante. O Erlanger, que é o Diretor-Geral da TV, falou: “Para essa campanha nós estamos dentro!” E, imediatamente, fez uma proposta: ele disse que na programação da televisão sobram cinco, dez, 15 segundos, e como a tela não pode ficar escura, eles colocam uma publicidadezinha de uma novela ou coisa dessa natureza. Aí, ele me disse, direto: “Esses dez, 15 segundos durante a programação de toda a nossa rede são seus. Traga-me aqui alguns filmes que possam testemunhar isso.”

Acabei de fazer um acordo, e provavelmente a Disney no Brasil fará esses filmes para nós, a fim de jogar na rede. E pode ser que, até o fim de 2013, tenhamos *flashes*, em certos momentos em que sobra esse espaçozinho na Rede Globo, de graça, para a gente atingir o País inteiro. Nós precisamos também de ações pelas quais possamos entrar, para que tudo isso aconteça. Eu falo sobre exemplo de êxito que nós temos.

A Embraer é um projeto em que tive a oportunidade de trabalhar dois terços da minha vida. O que aconteceu? Ela nasceu da educação. Se não fosse a iniciativa do Governo Federal, através da Força Aérea, de colocar o ITA em São José dos Campos, nós não teríamos aviões voando em noventa países do mundo. Quer dizer, estamos exportando produtos da melhor qualidade e fazendo competição.

E foi com a criação do item, em 1950, por um cearense, um brigadeiro da FAB que dizia: “Nós só vamos fabricar avião se antes fabricarmos engenheiros e técnicos.” E foi com essa grande visão abrangente que nós chegamos aonde estamos.

Nós começamos em 1965 pensando em algo inovador, um projeto de avião que ninguém fizesse, porque era o único meio de o Brasil, com a dificuldade que tínhamos para investir no País... E nós não podíamos ter concorrência. Então, tentamos achar e achamos um avião que era diferente, criando a aviação regional que hoje é robusta e funciona bastante bem no mundo.

Fizemos nosso protótipo voar com enorme dificuldade, que nós chamamos de prova de conceito – aliás, lá em São José dos Campos ninguém acreditava que o avião ia voar, mas acabou voando e nós fomos em frente e chegamos aonde estamos hoje.

Em 1969, com apoio muito grande do Presidente da República – e nós sabemos que aqui no Brasil o Presidente da República pode, tendo a mentalidade correta, mudar tudo isso –, nós conseguimos criar a Embraer, sob a forma sociedade de economia mista. E apoiada pelo Governo, pela educação, ao lado do ITA, pôde colocar produtos no mundo inteiro e temos todos os trabalhos de assistência técnica, peça de reposição, de treinamento, empresa financeira de *leasing*, tudo que é necessário para conquistar e manter uma posição no mercado externo.

Esses aviões estão voando em todos os lugares do mundo, inclusive aqui. Infelizmente, como sabem, é muito difícil colocar produtos de tecnologia brasileira no Brasil. Nós temos 38 desses aviões voando aqui e 2 mil nos Estados Unidos, o que mostra que, de fato, é difícil. Mas temos que tentar.

Isso tudo gerou 20 mil empregos diretos lá na nossa área de São José dos Campos e 100 mil outros

no País, fornecendo componentes, equipamentos, etc. Vejam o poder de transformar!

No caso da Embraer, eu dou o número que o Governo Federal colocou para criação e desenvolvimento da Embraer em capitalização, não as encomendas da Força Área: US\$72 milhões em capitalização direta e US\$60 milhões em incentivos fiscais que vigoravam na época. Hoje, a Embraer fatura essas quantias em uma semana. Olha o poder de transformação da educação! Além desse valor direto, os valores indiretos.

E o que está acontecendo no Brasil hoje por essas faltas todas que foram colocadas, inclusive de competência técnica? Dos engenheiros que saem das nossas escolas, poucos deles estão “engenheirando” – usando essa palavra. Também estamos vendo as empresas brasileiras deslocando a sua produção parcial ou totalmente, como aconteceu com a Renner no Rio Grande do Sul, que despediu todos os empregados e está comercializando produtos chineses. Tudo por causa desse verdadeiro massacre, vamos dizer, de oportunidades que são destruídas pelo que está acontecendo.

Há um desafio, portanto, que nos atinge a cada um: inovar e vencer na competição global, porque nós não vamos escapar disso. O mundo não está nos esperando, e eles estão avançando com uma rapidez bastante grande. Precisamos de educação de qualidade mundial, interessar os alunos pelas áreas técnicas, que passa por tudo isso que foi colocado pelos meus predecessores aqui.

O art. 205 da Constituição coloca a educação como direito de todos e dever do Estado e da família; será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Hoje, não existe colaboração da sociedade. Existe um poder imperial dentro do Ministério da Educação e que a gente não consegue derrubar. As ideias que vêm da planície não chegam ao planalto. Fica muito difícil avançar.

Em outras palavras, é um dever nosso nos debruçarmos sobre o assunto.

Parabéns, Presidente, pela iniciativa de fazer esta audiência, porque realmente toca no ponto principal que falta a este País para ter uma dimensão econômica e cultural semelhante a sua dimensão geográfica.

Nós somos um País grande, que tem que estar sujeito a ideias grandes. Não temos o direito de pensar pequeno.

Há uma fome mundial pelo saber. Hoje, no mundo, se nós notarmos, as universidades estão inundadas de demanda dos países mais desenvolvidos. Agora, em menor escala no Brasil.

As classes políticas e o Governo não podem ignorar isso que está acontecendo e precisam dar resposta ao clamor público, que certamente virá. Eu não tenho

a menor dúvida, porque não podemos continuar sendo vítimas desses produtos que vêm do mundo inteiro e não respondermos à altura, ou ficamos exportando reservas minerais, produtos baratos primariamente processados, sem gerar a quantidade de empregos a que se pretende chegar.

Finalizando, se o nosso País pretende, realmente, um futuro melhor para seus jovens, é preciso garantir o direito deles de aprender. Muito menos do que discutir simplesmente as técnicas de ensino, é de se verificar se conseguimos colocar um parâmetro qualquer sobre aprendizado. Tem que ser algo contínuo. Quer dizer, colocam-se técnicas de ensino e se tem que sair com aprendizado, como aconteceu nos casos de sucesso no Brasil que aqui foram colocados. Isso se faz com investimento forte na escola, formação de professores e com políticas educacionais estabelecidas muito claramente e de uma forma estável entre o Governo e o setor privado da nossa sociedade.

As soluções terão que vir com novas iniciativas e – acentuo, mais uma vez – ousadia. Nós precisamos ser ousados, porque, se não o formos, o mundo já está sendo e vamos ficar para trás.

De modo que fundamentalmente precisamos lutar por tudo isso em que acreditamos. Vamos fazer várias audiências, o que seja possível, campanha junto à população, para convencer de que, se o nosso País não se tornar competente, certamente estaremos colocando as bases de um país mais pobre do que este de hoje.

De modo que coloquei aqui, apenas como desafio, uma última apresentação mostrando que não podemos desistir, que temos de lutar até o fim, para sobreviver. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Ministro Ozires Silva, Reitor do Centro Universitário Monte Serrat (Unimonte), pela sua explanação. E, sobretudo, os nossos cumprimentos da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de todos os integrantes desta Comissão, a S. Ex^a Ministro Ozires Silva, porque foi ele – com muita modéstia, não colocou – o idealizador, o fundador e o criador da Embraer, que hoje é um símbolo do nosso País em termos de competência, capacidade. E a prova aí está, como ele próprio disse. Diz-se que santo de casa não faz milagre, mas mostrou que santo de casa faz milagre sim. E aí está a nossa Embraer com seus produtos em 95 países do mundo, precisando vender um pouco mais ainda para o Brasil, internamente. (*Risos.*) Mas nós iremos chegar lá.

O SR. OZIRES SILVA – Se me permite, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Sim.

O SR. OZIRES SILVA – O senhor deu uma grande contribuição. O senhor não deve estar lembrado que, no dia 15 de janeiro de 1992, o senhor colocou a Embraer na lista das empresas que poderiam ser desestatizadas. Com todas as previsões ao contrário, nós conseguimos vender a Embraer para capitais brasileiros. Quer dizer, para manter a companhia sob nosso controle, porque, preste atenção, o que nós temos dos nossos aviões é propriedade intelectual; nós somos donos da propriedade intelectual e donos da marca. Então, somos livres para exportar para todo o mundo. Se tivéssemos trazido capitais estrangeiros – nada contra capital estrangeiro sob a nossa liderança –, sem dúvida nenhuma não estaríamos nesses 95 países do mundo. E por isso eu queria fazer esse agradecimento pessoal ao senhor. Aquele decreto foi precioso, porque colocou uma companhia com a dinâmica da empresa privada no mercado mundial.

Com as regras que temos hoje engessando as companhias de Estado, as sociedades de economia mista – estamos acompanhando agora o da Petrobras por causa disso –, nós estamos ameaçados de perder a maior companhia que temos no País hoje e que poderia crescer e se desenvolver da mesma maneira que aconteceu com a Embraer. Comparada com a Petrobras, é realmente a Embraer uma companhia pequena, mas, sem dúvida nenhuma, hoje faturando US\$7 bilhões por ano, é uma companhia que saltou para números que nós jamais poderíamos acreditar que aconteceriam.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, mais uma vez, ao Ministro Ozires Silva, pela sua exposição e participação nesta audiência pública.

Iniciando as nossas indagações, o primeiro inscrito é S. Ex^a o Senador Jorge Viana e, em seguida, S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, caros colegas, eu queria, antes de mais nada, agradecer ao querido colega e amigo Cristovam e ao Presidente da Comissão, Senador Collor, porque são audiências como esta que fazem valer a pena estar no Senado bem cedo. Eu cheguei aqui um pouquinho antes das 8 horas.

Ela traz um conceito junto com ela. Imagine que estamos aqui na Comissão de Infraestrutura do Senado e o que nós estamos fazendo? Debatendo educação! E baseados em quê? Em tudo que o Presidente Collor acabou de falar, dos nossos relatórios: quando a gente vai discutir melhoria do custo Brasil, quando a gente vai discutir logística, quando a gente vai discutir desenvolvimento do País, quando a gente vai discutir

economia, todos os que pensam acertadamente dizem que o problema básico que o Brasil tem que resolver, que é educação.

Então, é aqui que temos que discutir, e o Senador Cristovam tem falado da tribuna e nós estamos agora praticando. Então, parabéns e obrigado por estar materializando algo que é fundamental.

Nesta plateia – porque nós somos plateia –, tendo em vista as fantásticas exposições do Ricardo Paes de Barros, a primeira; depois, do Secretário Executivo da Fundação Lemann, Dr. Denis Mizne; e essa figura que é sinônimo deste País que a gente sonha, Ministro Ozires Silva, que eu admiro muitíssimo –, nós temos três ex-ministros, três ex-governadores de Estado, o Presidente Collor, e fico pensando que os exemplos são traduções daquilo que o País deveria e deve fazer. Desde os dados muito precisos, analisando o histórico que o Ricardo trouxe, até mesmo os exemplos que simplificam as coisas. Como se estabelece um bom padrão de atendimento de serviço bancário na Caixa Econômica e no Banco do Brasil em qualquer povoado do País e a gente não consegue o mínimo padrão para as escolas?

Mas também a gente ouviu aqui hoje do Ricardo uma afirmação que é muito perigosa, se não for considerada. Ele disse: “A categoria de professores no Brasil é a mais socialista possível; tem uma pequena margem de diferença entre o salário dos professores.” E eu ouvi isso como uma coisa muito ruim comparada com a grande diferença entre a qualidade do que fica de um professor para o outro em nosso País.

É gravíssimo, porque também temos uma mania de pedir mais dinheiro para todo mundo. Mais dinheiro para todo mundo não! Eu, quando fui Governador, tinha um critério de eleição para diretores. Qualquer professor pode se candidatar a diretor? Não é isso! Eleição direta, democracia! Havia candidato que distribuía picolé para as crianças para ganhar e virar diretor da escola. Eu, com o ex-governador Binho, que era meu Secretário, criamos prova para ser diretor de escola. E tinha que apresentar um projeto. Aí se fazia uma seleção entre os melhores professores para aqueles que podiam se candidatar a ser diretor de uma escola, o que é muita coisa.

Mas eu queria dar dois pequenos exemplos, Presidente Collor. No fundo no fundo eu já pedi, no meio das intervenções, para ter acesso às apresentações, vou estudar, vou ler e espero reproduzir também no plenário do Senado. Certamente o Senador e ex-Ministro Cristovam vai apresentar.

Quando eu assumi a Prefeitura de Rio Branco, meu Secretário era o Arnóbio Marques, que depois foi Secretário meu na Prefeitura, no Governo por oito

anos e, depois, virou Governador do Acre e, hoje, é um dos Secretários do Ministro Aloizio Mercadante no Ministério da Educação – uma figura extraordinária. E o que nós vimos, Senador Cristovam e convidados, é que as crianças, quando chegavam à escola municipal nossa – e era um número muito pequeno atendido pela escola municipal, naquela época –, a grande maioria delas, repetia o primeiro ano na escola. Aí nós ficamos estarelecidos: como pode as crianças ter que repetir o primeiro ano? Quer dizer, o que se faz no primeiro ano da escola? Aprende-se a pegar no lápis, a pegar no papel, a ter as noções básicas de contato com esses elementos.

O Binho chegou à minha sala e disse: “Prefeito, nós temos um problema”. Eu pensei, pensei e falei: nós vamos ter que ir atrás da origem, de quem são essas crianças, de quem são filhas. Aí o Binho, rapidamente, transformou isso numa pesquisa pequena. Lamentavelmente eram só quatro mil alunos que a Prefeitura tinha; nós deixamos com 16 mil quando saímos.

O problema, Dr. Ozires, é que a primeira vez que a maioria daquelas crianças pegava um lápis e um papel era quando chegava à escola. Eu falei: meu Deus, as minhas filhas são pequenas; a primeira coisa que um pai dá para um filho é papel e lápis, quando ele consegue articular os dedos. Só que, na cada da maioria dos brasileiros, isso não é verdade. Isso são instrumentos estranhos na casa de boa parte dos brasileiros. Papel e lápis são instrumentos estranhos na casa dos brasileiros.

Está todo mundo achando que nós estamos incluídos, agora, por conta das manifestações, que está todo mundo na Internet. Quantos por cento? Trinta por cento dos brasileiros. Setenta por cento continuam excluídos desse mundo.

E aí, se a gente não vir também quem são os pais... Se a gente vir quem são os pais, a gente pode ter um pouco de noção. E quando a gente põe a escola nisso a equação se agrava um pouco mais.

Então, esse é um exemplo que eu queria deixar aqui, só para dividir, compartilhar essa angústia. O Acre era o último lugar em educação no País. A gente o deixou agora disputando alguns indicadores com o Norte e o Nordeste, a gente já à frente. O Ricardo tem feito alguns estudos e já está, graças a Deus, acima da média. Mas não foi fácil. A gente fez um trabalho com professores, com a escola, com o currículo. E o governador Binho, à época, buscou financiamento, porque a gente acredita de fato que investir na educação é o melhor negócio. Então, nós pegamos financiamento do Banco Mundial para pôr dinheiro na educação.

Eu fui, recentemente, com um grupo de colegas, conhecer por que a Costa Oeste americana, que era

uma base naval, um deserto, se desenvolveu a ponto de atrair as empresas de maior tecnologia do mundo para lá, principalmente laboratórios de biotecnologia. Eu fui ouvir palestras na Universidade de San Diego, em San Francisco, na Califórnia, e quando chegamos à Universidade de San Diego, o reitor era indiano. Eu falei: meu Deus, no Brasil, imagina, hein! Um indiano era o reitor e fez uma palestra para nós.

A palestra dele foi o seguinte: tudo aconteceu em função de um centro de conhecimento. Quer dizer, foi a partir do conhecimento, da educação, que o resto aconteceu, a transformação da Califórnia no que é hoje. Ele disse: “As universidades que não estiveram no centro de tudo não aconteceram”.

Só que eu fiz uma pergunta para ele: por que, desde que cheguei aqui, encontro tantos orientais e indianos na Califórnia? Andei tanto, pensei que iria encontrar muitos americanos. “Nós somos bons em matemática. É por isso que eles estão nos trazendo para cá”. A resposta foi objetiva, o que, também, de alguma maneira, fortalece os argumentos usados nas três apresentações.

Então, Presidente, eu queria agradecer, cumprimentar e dizer que, para mim, é uma honra estar aqui e ter tido esse privilégio hoje. Eu estava em São Paulo ontem. Valeu a pena ter chegado cedo aqui – votei na sessão do Congresso – e ter tido o privilégio e a sorte.

Vou convidar o Ricardo para ir ao Acre – eu sei das dificuldades –, para a gente reproduzir esses números em um seminário, eu faço uma janela para o mundo de vez em quando; faço-o em público.

E, no mais, isso aqui inspira a gente a procurar fazer ainda mais pelo nosso País. Muito obrigado.

Parabéns, Presidente Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Como vou relatar uma primeira matéria, vou ter que ir a uma reuniãozinha e voltar já para a Comissão, para relatar o primeiro item, daqui a pouco, depois da audiência. Peço desculpas por ter que ir a uma reunião e voltar, mas já ouvi todas as palestras.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Obrigado a S. Ex^a o Senador Jorge Viana.

Passo a palavra agora ao Senador Cristovam Buarque, que é o Coordenador da Frente Parlamentar Pela Federalização da Educação e que, como eu disse, sugeriu que nós realizássemos, no âmbito desta Comissão, audiência pública sobre o impacto de lon-

go prazo da qualidade universalizada da educação na economia, na infraestrutura e no bem-estar social.

Tem V. Ex^a a palavra, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu queria dizer ao Dr. Ozires que, além do papel do Presidente Collor na dinâmica da Embraer, ele teve o papel de fazer 400 escolas federais pelo Brasil, que são os CIACs. E para mostrar o carinho dele por isso, me contou ele uma vez que, quando saiu do Palácio do Planalto – não faz mal este nível de indiscrição – pela última vez, o que ele pediu ao piloto do helicóptero foi que sobrevoasse um CIAC que ele criou na cidade de São Sebastião, o que mostra o carinho por esse projeto.

Imaginem se tivéssemos hoje 50 mil CIACs, ou seja, um quarto das escolas do Brasil, mesmo nesse período de 25 anos!

Mas, Senador Collor, quero agradecer que tenha aceitado a minha sugestão para esse encontro e dizer que, sem nenhum exagero, foi uma das melhores coisas que eu fiz nos meus dez anos no Senado. Eu não tenho dúvida de que foi uma coisa importante, porque até aqui a gente discutia educação entre educadores. Agora a gente discutiu entre aqueles que mudam a economia brasileira. Isso dá uma outra dimensão, uma outra importância.

Por isso, eu acho que esta audiência, que, além disso, teve uma qualidade excelente – as três apresentações –, tem que ser divulgada. Deve-se fazer daqui, não diria um desses programas inteiros que terminam cansando um pouco, mas uma edição do que ficou aqui e colocar na TV Senado, para que seja visto e escutado. Além disso, deve-se fazer um texto completo, com tudo o que eles falaram, e eu me coloco à sua disposição, se quiser que trabalhe a transcrição dessas falas.

A gente precisa de muito tempo para digerir tudo o que foi dito aqui, mas vou colocar algumas coisas. Primeiro, educação importa. Isso é o que ficou claríssimo aqui. Educação não é uma diversão, não. Não é mania de alguns que querem porque são professores. Educação importa. E há um item que alguns não viram e que acho fundamental, colocado pelo nosso querido, que a gente chama de PB – Paes de Barros, que diz o seguinte: cada 9,6 pontos a mais na média do Saeb na Matemática implica 1% a mais no PIB. Não é uma invenção dele, não. Ele tirou isso de estudo internacional. Ou seja, o PIB aumenta quando aumenta o conhecimento de Matemática. Essa é uma afirmação importantíssima para aqueles que veem a educação como um meio, meio de desenvolvimento. Não é nem para aqueles que veem como finalidade em si, e eu me incluo entre esses. Pois bem, essa é uma constatação muito importante, sem falar de diversas outras

que foram feitas aqui para dizer que, sem educação, não haverá progresso. Ponto.

Segundo, nós estamos mal na foto. Todos aqui mostraram que nós estamos muito mal. Podemos dizer que estamos menos mal hoje do que há alguns anos, sem dúvida alguma. Mas creio que podemos dizer que, mesmo melhorando um pouquinho, estamos ficando para trás, porque a brecha educacional, a diferença entre a melhora nossa e as exigências educacionais do mundo, essa diferença está aumentando.

Eu cito aqui um exemplo, que já citei algumas vezes, que aconteceu comigo numa praia chamada Maragogi, em Alagoas, Dr. Ozires. Eu estava ali, num pequeno restaurante. Chega o dono do restaurante, que obviamente me conheceu ali – minha família é dali, da sua terra, Senador Collor –, e disse, com dois senhores jovens ainda, de quarenta e poucos anos: “Esses senhores são representantes de uma empresa europeia, portuguesa, que quer investir aqui.” Eles se sentaram para conversar comigo e já foram dizendo: “Nós queríamos, mas não vamos mais investir.” E o que disseram para Alagoas vale para o Brasil. Eles disseram: “Não vamos mais investir porque não encontramos mão de obra qualificada.” Eu perguntei o ramo deles. Eles têm criação de cavalos. Eu até não tinha o direito de fazer a pergunta um pouco grosseira que fiz – quem é um educador, como eu –, mas perguntei: “De que informação precisam os vaqueiros de vocês?” Eles disseram: “Não, nós não temos vaqueiros. Nossos cavalos valem R\$2, R\$3 milhões. A gente só deixa na mão de veterinário. E que saiba ler a bula do remédio em inglês, porque, qualquer errinho na dosagem, nós temos um prejuízo de milhões, porque cavalo” – eu nem sabia disso – “é um animal muito sensível, que morre facilmente, conforme o que come. E nós precisávamos de dez veterinários desses e não encontramos”.

A gente não pensa nisso. Não é um veterinário para dirigir cinquenta vaqueiros. Não. São dez veterinários para cuidar sei lá de quantos cavalos. Então, essa é uma realidade. A nossa brecha está ampliando.

O segundo, que eu acho importante – o Denis falou isso, assim como o Dr. Ozires –, é que nós somos muitos modestos nos nossos objetivos. Eu fico feliz e agradeço por ter citado aquilo que eu sempre disse: nós estamos querendo chegar, daqui a 20 anos, onde a Argentina estava há 20 anos. Em vez de, daqui a 20 anos, querermos chegar pelo menos onde está a Coreia hoje. Eu nem digo onde vai estar a Coreia daqui a 20 anos porque também existe um limite. Sobe, sobe e, a partir daí, estabiliza. Então, nós somos muito modestos no objetivo da educação.

Veja que nós temos a pretensão de ser dos mais ricos em PIB; nós temos a pretensão de ser campeões

mundiais, obviamente, nos esportes; nós temos objetivos de ser os melhores do mundo em uma porção de coisa. Em educação, a gente se contenta em ser 30º, 40º. Saímos do 56º lugar, em 1965, para, vamos dizer, o 30º. Não dá para melhorar a educação ficando fora dos dez melhores. Agora, vamos ser realistas, tem que haver um prazo para isso. Não dá para dizer que vai ser em um ano, dois anos, mas tem que se fazer já o que é preciso para se chegar lá daqui a alguns anos.

E aí eu entro noutra constatação. É que existem alguns bons exemplos. O Denis falou de Foz do Iguaçu e de Sobral, como cidades. Há até outros, com escolas isoladas. Eu tenho visitado escolas que são como eu gostaria que fossem as escolas daqui a 20 anos. Mas a cidade faz uma, e poucas cidades fazem. Nenhuma cidade tem condições de fazer todas as escolas muito boas. Nem mesmo Foz do Iguaçu nem Sobral conseguiram fazer todas as escolas como a gente gostaria que fossem. E aí entram a preocupação e a bandeira que, se esta Comissão adotar, modificar, obviamente, a gente chega lá, que é como espalhar esses bons exemplos para o Brasil inteiro, ainda de forma mais ambiciosa. Como fazer isso? Não existe outro jeito a não ser o Governo Federal, a União, o Brasil assumir a obrigação com a educação das crianças brasileiras. Não adianta querer que o pobre prefeito ou o pobre governador pague um salário tão bom aos professores que consiga atrair os melhores quadros.

Eu anotei aqui, eu acho que foi o Denis que falou, que, na Finlândia, são os 10% melhores das universidades que vão ser professores. Aqui, a gente sabe que são os que não conseguiram entrar em outras carreiras. Por quê? Porque outras carreiras pagam bem. Só o Governo Federal é capaz de fazer isso. Agora, o PB, o Paes de Barros mostrou que só pagar bem a professor não melhora nada. Pode até piorar se pagar demais porque vai ter gente que odeia criança e que vai querer ser professor. Até – como se chamava aquele rei que matava crianças? – o Herodes vai querer ser professor se a gente pagar bem demais, sem escolher com cuidado. Tem que ser um processo. Nós ouvimos dizer, eu acho que foi o Denis, que são três anos de residência na Finlândia. Eu não sabia disso. Nós o ouvimos falar. São três de residência. Aqui, são três de formação e zero de residência.

Ao mesmo tempo, sem uma legislação federal, nós não vamos conseguir quebrar o corporativismo dos professores, que dificulta o avanço da educação. Conforme a expressão que o senhor usou, o problema do Brasil não é só falta de professor, é falta do professor também. Isso exige uma nova carreira, um elevadíssimo salário, mas com uma carreira de elevadíssima exigência para os professores. Aumentar os salários é

aumentar as exigências, na seleção e no dia a dia do trabalho. Isso é de leis federais. Eu defendo uma coisa que jamais os sindicatos vão aceitar: a estabilidade responsável. Prefeito, governador, colegas, pais não demitem professor, mas uma avaliação pode demitir. Se o professor demonstra que não está cumprindo sua função, que não se aprimora – e tem que se aprimorar –, não há por que deixar as crianças com ele. Isso vai exigir lei federal.

Este é um desafio grande para a gente: até que ponto a gente vai ter uma carreira nacional do magistério com regras diferentes das atuais e, obviamente, pagando aquilo que atraia os melhores. E aí vem essa ideia da importância do professor.

O Paes de Barros colocou um gráfico, e lamento que nem todos o tenham assistido – eu também cheguei atrasado, devo dizer –, em que mostra a diferença de um aluno que cai nas mãos de um bom professor e de um aluno que cai nas mãos de um mau professor. Logo, é preciso diferenciar o professor também, até que todos sejam iguaizinhos.

O salário igual não faz sentido. Ninguém reclama quando um jogador de futebol bom ganha muito mais do que outro. Ninguém reclama quando um bom artista ganha muito mais. Todo mundo aceita. Professor não aceita que a gente faça uma valorização; médico também não aceita. A gente dá medalha – não falo nem só de salário – para quem salta mais alto, para quem corre mais depressa, para quem nada mais rápido, mas não aceita reconhecer um professor. Reconhecer um professor de forma diferente de outro é ruim para a educação? Isso não faz sentido; temos que reconhecer.

Finalmente, chegou aqui, mas não se discutiu a ideia da nossa frente. Eu não vejo como fazer isso sem a federalização da educação. Como pegar os exemplos de Foz do Iguaçu e Sobral – e eu nem digo esses, porque ainda não são tantos quanto a gente gostaria – e fazer com que cheguem a todo o Brasil? Só fazendo com que algumas cidades sejam Foz, Sobral e aumentando outras e outras e outras.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E os CIACs por cidades. O CIAC foi uma grande coisa. O Brizola imaginou os CIEPs, trouxe para a sua presença essa ideia, o senhor aceitou naquela época – e o Alcení Guerra escreveu um belíssimo livro em que mostra como foram as negociações e as conversas para essa aliança sua com Brizola –, mas foi por escolas e não por cidades; esse é que foi o erro. E esse erro eu cometi quando fui Governador aqui, porque fui aumentando o número de horas de aulas de todas as escolas, aí não passei de certo nível. Se eu tivesse me concentrado em quatro cidades

do Distrito Federal e colocado ali superescolas, com a carreira especial de professor – se conseguíssemos vencer o corporativismo, obviamente –, com seis horas logo, com prédios bonitos e bem equipados, como os CIACs, teria feito algo que ninguém pararia mais.

Então, eu não vejo como fazer essa revolução – o Dr. Ozires falou da revolução que a China e a Coreia fizeram – sem a federalização, uma carreira nacional do magistério, equipamentos e edificações da maior qualidade em horário integral.

E eu aproveito para dizer que, depois da sua fala, eu vou mudar uma coisa que eu sempre digo. Eu sempre digo que o professor é cabeça, coração e bolso; cabeça bem informada, coração bem motivado e bolso bem remunerado. E tudo junto; se for só um, não funciona. Agora eu vou colocar também as mãos. Tem que ser: cabeça bem informada, coração bem motivado, bolso bem remunerado e um computador nas mãos. Porque, com um quadro-negro, ninguém consegue dar uma aula que agrade as crianças. Não vou dizer uma aula boa, porque consegue, mas que agrade não. Como se consegue dar uma aula de astronomia colocando um pontinho branco e dizendo que é o Sol; outro pontinho branco, dizendo que é a Terra; fazendo uma roda e dizendo que é a órbita? Os meninos estão acostumados a ver isso em movimento – simulado, porque ainda não há um telescópio de fora do nosso espaço solar mostrando isso, mas qualquer dia desses vai haver. Mas existe isso simulado, e temos que dar o equipamento na mão do professor também. Isso é possível com a federalização.

Se a gente gastar... E não basta dinheiro. Hoje, se a gente jogar muito dinheiro na escola, ele vira lama. O sistema atual não é capaz de absorver muito mais dinheiro; um pouco é, mas muito não. Mas se esse novo sistema – novo – for crescendo, enquanto o atual vai desaparecendo, esse outro irá assumindo. Colocando R\$9 mil por aluno, o que ainda é menos que outros países colocam, mas que já é um padrão bom, já se permite pagar R\$9,5 mil ao professor, o que custaria 6,4% do PIB no final de 20 anos. Não é uma coisa absurda, supondo um crescimento de 3% do PIB, que é menos que a média histórica brasileira. Atualmente, não está chegando a isso, mas não é um valor absurdo. E se não chegar, se a gente continuar estagnado, que levemos 30 anos. Não vamos fazer mais do que é possível, porque aí é mentir para o povo, é provocar inflação. Não, vamos fazer dentro do que for possível, mas ambiciosamente. Essa é a diferença. Existe o possível modesto e o possível ambicioso e existe o irresponsável, que é a ambição desmedida.

Eu não acho que seja possível fazer isso se não for, Senador Blairo, federalizando, e, obviamente, nas

cidades que quiserem. Vamos deixar que seja voluntário. O Governo Federal vai à cidade que quiser e diz: “Aqui eu vou botar novos professores”. Aí, incorpora os de lá que não passaram no concurso de federal para trabalharem juntos, com uma remuneração maior que a atual, mas não igual à dos novos professores. Aí constroem as escolas, aí montam o sonho dos CIEPs e dos CIACs em cidades. Essa é, a meu ver, a saída. E isso depende muito da gente.

Daí a criação dessa frente pela federalização da educação de base. E eu não tenho dúvida: se isso avançar, esta audiência de hoje terá sido fundamental na história desse movimento, porque vocês conseguiram mostrar que educação importa, que estamos mal, que estamos ficando para trás, que estamos muito modestos nas ambições, que há exemplos de funcionamento isolados e que basta a gente espalhar por aí esses exemplos, que, a meu ver, não se espalham sem o exercício fundamental da união brasileira.

É isso, Presidente.

Muito obrigado por ter permitido a excelente manhã que tivemos aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

A Comissão é que agradece a V. Ex^a por essa ideia, que foi acolhida pela unanimidade dos integrantes desta Comissão, de hoje realizarmos esta audiência pública com tão ilustres convidados para tratar do impacto de longo prazo da qualidade universalizada da educação na economia, na infraestrutura e no bem-estar social.

Passo a palavra, agora, a S. Ex^a o Senador Valdir Raupp e, em seguida, a S. Ex^a o Senador Blairo Maggi.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores convidados, já sei que perdi uma das melhores audiências públicas dos últimos tempos. Peço desculpas, pois estava instalando, na Câmara dos Deputados, uma frente parlamentar mista sobre aproveitamento de pequenas centrais hidrelétricas que, no passado, tiveram um pouco de força e hoje estão perdendo força. Enquanto o Brasil gasta mais de US\$2 bilhões em usinas térmicas, a diesel, a carvão, estamos desperdiçando nossos aproveitamentos mais limpos, como as pequenas PCHs, a energia eólica, a energia solar, a fotovoltaica, enfim. Temos que avançar muito nessa área. Foi por isso que eu não pude estar aqui no início da audiência pública.

Quero fazer apenas um questionamento.

Atualmente, um dos grandes desafios do nosso País é aumentar a produtividade, pois, nesse quesito, estamos bem atrás das sociedades desenvolvidas.

Para isso, é preciso melhorar a infraestrutura, fazer a reforma tributária e uma série de outros ajustes na relação do Estado com a economia que permitam ao País produzir mais e mais barato.

É sabido que a produtividade do trabalhador aumenta com a escolarização. Temos feito um esforço grande nas últimas décadas para ampliar o atendimento escolar e melhorar a qualidade do ensino no Brasil. Entretanto, ainda há muito a ser feito. Precisamos ampliar vagas no ensino médio, na educação infantil, na educação profissional, na educação superior, tudo isso aliado à melhoria da qualidade, conforme muito bem demonstrado pelos palestrantes.

Muitos desses problemas exigem anos de investimento, pois não é coisa fácil reverter esse quadro rapidamente e esperar que os resultados sejam imediatos na economia.

O Senador Cristovam falou muito bem que o nosso sonho seria nos igualarmos à Coreia do Sul, que, em 30 anos, conseguiu sair da situação de um país subdesenvolvido, atrasado, para a de um país de Primeiro Mundo, mas com muito investimento na área da educação. Eu visitei a Coreia do Sul há uns 4 ou 5 anos e vi lá o modelo de educação que eles têm.

Nesse sentido, perguntamos: para que o País possa, no curto e médio prazo, colher frutos econômicos do investimento em educação, quais os problemas identificados no campo da educação que devem receber prioridade estratégica?

Eu tenho aqui um pequeno gráfico do desempenho escolar no nosso País: 37% é a média nacional. Alguns Estados chegam a 25%, 26% de desempenho. Essa é a proporção de alunos que aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de texto, até o quinto ano, na rede pública de ensino. De 2.559.960 alunos, apenas 927 demonstraram o aprendizado adequado. É muito baixo o nosso rendimento. Há faculdades, sobretudo as faculdades privadas, que não gostam de reprovar alunos, porque isso pode levar à desistência, ao abandono dos cursos, e isso pode causar prejuízos às faculdades. Em alguns Estados, a rede pública também não gosta de reprovar alunos. Então, a qualidade da nossa educação vai caindo cada vez mais.

Eram esses os questionamentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Valdir Raupp.

E agora, finalizando, S. Ex^a o Senador Blairo Maggi. Em seguida, passarei a palavra aos palestrantes para que possam oferecer as respostas que julgarem

convenientes às demandas formuladas pelos nossos Senadores.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Presidente Collor.

Cumprimento nossos convidados desta manhã: o Prof. Ricardo Paes de Barros, o Dr. Ozires Silva e o Denis, que está conosco aqui.

Todos fizeram colocações importantes, como disse aqui o ex-Ministro e colega Senador Cristovam, acerca da importância da educação para o desenvolvimento do País. Acho que não se contesta mais isso, não há nem como se contestar. De fato, a educação é a única que cria oportunidades para as pessoas para que elas possam se desenvolver, crescer e, enfim, estar presentes no dia a dia da sociedade.

Eu fui Governador do Estado de Mato Grosso por duas oportunidades; dos presentes, também já foram governadores o Senador Valdir Raupp, o Senador Cristovam; o Viana, que saiu, foi Governador do Acre; dessa forma, nós temos um pouco de conhecimento e vivência no dia a dia com essas questões da educação.

Os sindicatos que lidam com essa questão são muito corporativistas e pensam que só o dinheiro resolve as questões da educação. E nós vimos, pelas palestras, que nós precisamos criar uma diferenciação de remuneração. Em todas as profissões, existem os melhores e existem os piores; os mais produtivos e os menos produtivos; existem, portanto, diferenças salariais significativas nas categorias. E, na educação, a gente não consegue ver isso, porque o sindicato dos trabalhadores na educação leva todo mundo junto. Pelo menos o sindicato lá do Estado do Mato Grosso é assim. Chama-se Sindicato dos Trabalhadores na Educação. E eles vão levando desde o porteiro, a merendeira, o guarda, todo mundo para a mesma posição, para as subidas salariais nas campanhas salariais que fazem.

Então, o dinheiro da educação que o Estado do Mato Grosso tem vai se comprometendo quase que infinitamente nas questões salariais. Lá já chegamos, certos períodos, a comprometer 83%, 84% dos recursos, dos 25% da educação, com a folha. Então, sobra muito pouco para se fazerem investimentos em outras áreas. Mesmo assim, os investimentos que conseguimos realizar... O Prof. Cristovam, Senador e ex-Governador, teve a oportunidade de visitar, em Mato Grosso, algumas escolas, por exemplo, em Lucas do Rio Verde. Ele então conheceu o padrão das escolas que construímos lá. São excelentes escolas. Claro, não consegui fazer em todos os Municípios, mas, na maioria dos Municípios, eu consegui. E é incrível ver que estruturas físicas belíssimas, com quadras poliesportivas, com piscinas, salas de primeira, com ar-condicionado, e bons laboratórios não significam,

na Prova Brasil ou em outros índices que se medem, diferenças importantes. Deveria significar.

Eu sempre pensei que, investindo em boas escolas, teríamos diferenças, ao final, na educação das crianças. Isso não é verdade. Falta o empenho do professor. Há lá o professor, mas falta o empenho do professor. E, quando conversamos com os professores, discutimos com eles essas questões – acho que o Prof. Paes de Barros conhece bem isso – e eles colocam as mazelas e problemas que têm, temos que voltar um pouco mais para trás ainda – e se falou isso aqui –, voltar à questão do engajamento da família na educação.

Conversei com alguns professores que, literalmente, disseram assim: “Olha, já houve situação aqui de a mãe chegar com o garoto pendurado pela orelha, dizendo ‘cuida desse bichinho porque eu não dou mais conta dele’”. Quer dizer, ao invés de a família ajudar na educação complementar, entrega tudo para a escola. E, aí, o professor tem que cuidar da parte do ensino e das outras áreas de responsabilidade da família. Então, é uma situação muito complicada, realmente, a educação brasileira.

Vimos aqui que os quatro ou cinco países que foram apontados como os primeiros colocados são asiáticos e um finlandês. Se olharmos a base deles, veremos que isso se deve ao que chamamos disciplina. O asiático e o finlandês têm disciplina. Aqui, no Brasil, é só entrar em uma sala de aula e ver o que a garota faz com os professores. Se o professor apertar um pouquinho mais o aluno, ele já corre, já chama a mãe, que chama o Ministério Público, e vira um escândalo.

Então, a questão da educação não passa só por questões de salários, não passa só por questões de melhoria da qualidade do professor. Passa pelo engajamento da sociedade e pela tolerância que, muitas vezes, a sociedade – leia-se órgãos de controle – tem que ter com a questão da disciplina nas escolas.

Infelizmente, temos vários estatutos: um protege a criança, outro protege os jovens, outro protege isso, outro protege aquilo. E olhamos cada um desses estatutos de forma independente. Mas, quando se coloca tudo em sala de aula, por exemplo, se for dada maior importância aos estatutos, não vamos ensinar. Tem que haver um pouco de disciplina, tem que haver um pouco de rigidez naquilo que se ensina nas escolas, senão não conseguimos avançar.

Isso nos leva a uma reflexão – e aqui no Congresso a temos feito nos últimos tempos –: mais dinheiro para a educação. Dinheiro dos *royalties*, dinheiro do pré-sal, estão tentando botar dinheiro de tudo quanto é maneira para a educação. E, aí, vem uma grande pergunta: para que esse dinheiro? Onde vamos co-

locar esse dinheiro? Porque, para mim, parece bem claro que a questão é salarial; os professores, aqueles que fazem a educação no dia a dia defendem mais dinheiro para a educação para melhorar os salários. Não tenham dúvida disso.

O professor detesta ser avaliado, o professor detesta diferença salarial, o professor detesta qualquer coisa pela qual se tente saber se ele tem qualificação e qualidade para dar aulas, para ensinar, como foi dito aqui. Detesta, se organiza, vai contra o prefeito, vai contra o governador, vai contra o Presidente da República. Eles dominam as crianças, levam para casa a situação e criam um ambiente. Tanto é que greve de professor é algo que rapidamente se dissemina na sociedade, porque as crianças levam o assunto para casa, os pais falam, os amigos falam, enfim, logo, logo vira uma grande confusão.

Então, essa questão de mais dinheiro para a educação me preocupa bastante. Não que não devemos colocar; devemos, sim, colocar mais dinheiro na educação, mas especificamente para quê? E, como falou o Prof. Paes de Barros, para que e onde? Como vamos fazer essa colocação de mais recursos na educação?

Enfim, para resumir, sei que não é uma tarefa fácil. Não é. Todos falam que educação é prioridade, ninguém tem coragem de dizer o contrário, mas como fazer o enfrentamento dessa realidade, já que as coisas são um pouco diferentes?

Eu me arriscaria a dar uma sugestão ou a fazer um comentário: deveríamos tentar criar essa escala diferencial de salários entre as categorias de professores ou criar blocos de professores nas escolas: categoria A, B, C, talvez D. Aí, vamos ver o pai e a mãe procurando a escola para que o filho dele vá para a categoria A ou então B, quando já se preencheu a primeira categoria.

Enfim, esse é o enfrentamento que tem que ser feito. Caso contrário, poderão colocar todo o dinheiro do pré-sal e mais o do petróleo na educação que vai virar salário, e não vamos ter qualidade de ensino, que é o que todos desejamos, para chegar ao que foi mostrado aqui. Sem educação, sem conhecimento, o País não avança. Não adianta.

Sr. Presidente, muito obrigado. Parabéns a todos, aos três que participaram da nossa exposição hoje, de excelente qualidade. Isso nos leva a uma reflexão, a todos nós. Como esses debates estão sendo sempre transmitidos pela TV e pela Rádio Senado, tudo o que foi dito aqui, tenho certeza, foi ouvido por milhões e milhões de brasileiros, que vão fazer reflexões, e, quem sabe, plantamos aqui uma semente para discutir um pouco melhor o futuro.

Obrigado e parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a Senador Blairo Maggi.

Passo a palavra aos nossos palestrantes da nossa audiência pública de hoje, começando pelo Dr. Ricardo Paes de Barros, Secretário de ações Estratégicas da Secretaria de Ações Estratégicas da Presidência da República.

O SR. RICARDO PAES DE BARROS – Muito obrigado.

Eu queria terminar brevemente, na verdade, muito mais inspirado por aquilo que o Denis apresentou e pelo que foi dito, praticamente dando sequência ao que eu havia apresentado.

Seguindo um pouco aquilo que colocou o Senador Cristovam, combinando essas duas posições, digo que temos duas grandes questões em que eu proporia que fizéssemos uma separação. Temos uma grande questão: vamos ou não vamos fazer uma revolução educacional? Na nossa ansiedade de fazer essa revolução educacional – volto a ela em um minuto –, acabamos misturando a discussão com outra, que é: como vamos fazer a revolução educacional. Então, na verdade, temos uma grande quantidade de pessoas no Brasil que se coloca na posição de gestor educacional. Ou seja: o que eu faria se eu fosse secretário, o que eu faria se eu fosse Ministro? Acho que deve haver um conjunto de pessoas enorme que sonha ser Ministro da Educação ou Secretário de Educação. Todos queremos dar jeito na educação, então, estamos partindo muito para o como antes de decidirmos se o País vai fazer uma revolução educacional.

Vou citar um exemplo, fazer um paralelo que, para mim, é bastante simbólico: os americanos disseram o seguinte: “Nós vamos à lua”. Acho que temos um desafio parecido, temos que fazer alguma coisa que ninguém fez. Precisamos fazer uma coisa que ninguém fez. Na hora em que eles disseram: “Vamos para a lua e vamos numa década ou até o final da década”, como o Presidente Kennedy falou, ele não tinha a mais vaga ideia de como ia chegar lá. Ele só disse o seguinte: “Temos que chegar à Lua até o final da década”. Ou seja, a questão é totalmente diferente do como – está certo? Como vão chegar à Lua é outra questão.

Então, acho que essa discussão toda foi muito importante para chamar a atenção. É o seguinte: como o Senador coloca, em vários outros ambientes, a gente discute a educação como um valor em si mesmo, ou seja, queremos que as pessoas sejam educadas porque isso é importante. Mesmo que isso não tivesse consequência nenhuma, gostaríamos de ter todas as pessoas muito bem-educadas, porque é um direito humano, é um direito social, é um direito econômico,

as pessoas têm direito a isso por mil razões e a partir de uma coisa puramente humanista: devem conhecer o mundo em que elas vivem. Isso já seria suficiente para a gente ter uma completa revolução educacional.

O que a gente discutiu aqui é o seguinte: além do valor em si, a educação tem impactos gigantescos, é aquilo que vai fazer o País crescer mais rápido, é aquilo que vai fazer o País proteger melhor o seu meio ambiente, é aquilo que vai erradicar a pobreza, reduzir a desigualdade e trazer todos os resultados que a gente quer. Sem a educação, não vamos conseguir nada.

Então, acho que temos que, talvez, separar um pouco a discussão do como daquela discussão: vamos ou não fazer uma revolução educacional. Acho que isso é importante. A maioria das discussões sobre educação – e fizemos bastante isso hoje – estamos tão ansiosos por fazer que começamos a misturar o como fazer. Quer dizer, tentamos demonstrar um pouco que não é possível fazer. E, sendo possível, sabendo ou não sabendo como fazer – aí é importante o caso americano, pois eles não sabiam como chegar a Lua, mas decidiram que iriam até lá –, acho que, muito acima de demonstrar que é possível revolucionar a educação brasileira, temos que decidir o seguinte: é inconcebível não partir para esse desafio.

O problema da questão do Denis, a que não podemos ir incrementalmente, é que temos que dar um salto. O Senador Cristovam coloca que temos que ter cuidado com esse salto, porque em educação é difícil dar salto. Temos que, em certo sentido, focar, temos que, de certa maneira, ser incrementais. Mas a questão do Denis é central, quer dizer, temos que dar um salto.

A questão de o americano ir à Lua é que ele só tinha um concorrente. Ninguém até hoje sabe se os russos realmente estavam pensando em botar alguém na Lua ou não, se eles tinham uma concorrência, ou não tinham nenhuma concorrência. De qualquer forma, eles só tinham um.

O problema da educação, como tentei colocar aqui, é que todo mundo sabe que mais educação, saber mais matemática tem um impacto enorme sobre o PIB. Então, ao contrário de outras coisas... Por exemplo, a gente pode dizer assim: “Vamos dar um salto na questão da mortalidade infantil e chegar ao nível de outros países”. Tudo bem, porque os outros países já não estão fazendo muita coisa para reduzir a mortalidade infantil, já que há muito mais a fazer porque a mortalidade infantil deles já está perto de zero, então, é fácil eliminar o hiato. Agora, eliminar o hiato em alguma coisa que todo mundo quer é muito difícil. Todos os países – a Coreia quer duplicar, triplicar o número de engenheiros – estão trabalhando para isso. A Coreia, hoje, está gerando milionários, pessoas que se

tornam milionárias com a educação, produzindo aulas que são utilizadas por milhões de alunos. Na verdade, estamos tentando dar um salto naquilo em que todo mundo está querendo dar um salto. E dar um salto, pegar todo mundo numa coisa que todo mundo está tentando fazer não é uma tarefa fácil.

Então, acho que temos que estar totalmente conscientes do nosso atraso, da necessidade do salto, das consequências de não dar esse salto. Em primeiro lugar e antes de saber como, vamos ter que dar um salto. E aí temos que criar, talvez até antes de discutir, um detalhe. Acho que a ideia do Senador, essa visão da importância do Governo Federal para a educação e para a redução da desigualdade, é absolutamente fantástica e deveria ser parte do como fazer. Mas, antes de partirmos para discutir o como, temos que fazer o que os americanos fizeram: vamos à Lua? Vamos. O.k. Então, vem cá, quem vai gerir esse negócio?

É muito impressionante saber que, quando eles decidiram ir à Lua, eles criaram um órgão de gestão para fazer esse projeto, chamaram o gestor e falaram: “Como é que nós vamos para a Lua?” O cara falou: “Temos que fazer quatro coisas”. Pegou uma transparência, botou na parede e falou: “Quatro coisas. Primeiro, temos que ser capazes de botar uma nave em órbita. Dois, temos que fazer um passeio. Depois, temos que fazer isso”. Eram quatro coisas que eles tinham que fazer.

Precisamos ter uma gestão, alguém que chegue para nós e diga o seguinte: para fazer essa revolução da educação, temos que fazer cinco coisas. A primeira coisa é essa, a segunda é essa. Obviamente, para colocar um homem na Lua, eles tiveram que inventar tecnologias do outro mundo, mas passavam por quatro grandes ideias. Então, acho que revolucionar a educação no Brasil vai também ter que passar por quatro ou cinco ideias. Se a gente não tiver isso como uma decisão de quem será o responsável e, de tempos em tempos, não o trouxermos aqui para discutir se ele está ou não conseguindo fazer isso, o que é fundamental, nem sempre as coisas vão andar bem.

No caso da viagem à Lua, a Apollo 1 explodiu, morreram as pessoas, houve uma CPI para discutir isso, e a conclusão da CPI foi, basicamente, que, no final, deveriam trazer um astronauta para dizer se deveriam continuar ou não os trabalhos. Ele disse: “Cometemos erros, mas estamos ansiosos e prontos para chegar à Lua. Por favor, deixem a gente trabalhar”. Ou seja, no fundo, você vai ter que monitorar, mas vai ter que dar certa autonomia para quem estiver pegando o desafio.

Eu queria terminar dizendo que esse desafio é muito maior do que ter uma Petrobras, uma Embraer ou ir à Lua. Por que é muito mais difícil do que ir à

Lua? Porque a educação tem uma característica, como o Governador aqui colocou com muita propriedade: ao contrário de um satélite, de um foguete, de uma nave, de um avião ou de uma prospecção de petróleo, o problema da educação é que ela só acontece se você tiver vários atores – sobre os quais ninguém tem controle – agindo de maneira cooperada. Ninguém, na verdade, ainda mais no mundo que respeita os direitos humanos das crianças... A criança tem que ter disciplina, mas, no fundo, ela é independente. Você tem que ganhar a disciplina dela, a cooperação dela. Ela age independentemente, ela tem um talento, ela tem características, ela tem motivações. Ninguém manda nela. A família é o outro componente. Se a criança vai para casa querendo estudar e o pai está com a televisão ligada no mais alto nível, o pai e a mãe estão discutindo, não há luz no quarto para a criança estudar, não adianta a criança estar motivada, porque ela não vai conseguir estudar. Ou seja, você tem a escola, você tem a família, você tem a criança. Os três são importantes para a educação, e não há ninguém capaz de ter poder discricionário sobre os três e dizer: “Você vai fazer isso, você vai fazer isso, você vai fazer isso”. Então, é muito mais difícil. Você tem que trabalhar com incentivos, incentivar essas três esferas coordenadas. Então, é muito mais difícil revolucionar a educação do que pegar uma tarefa específica como triplicar a produção brasileira de petróleo, porque isso se pode ter o poder discricionário de executar de certa maneira.

Queria, portanto, terminar, destacando a magnitude do desafio e dizendo o seguinte: científica e tecnologicamente, a gente pega um avião, seja da Embraer, seja um Airbus, decola e, se tiver combustível, aterrissa em Dubai ou Cingapura, por piores que sejam as condições do tempo, sem piloto. Ou seja, a gente conhece física, eletrônica, informática o suficiente para ligar o avião cheio de passageiros, fazer decolar, aterrissar e chegar lá. A gente tem tecnologia para isso. Até o Brasil, tranquilamente, consegue fazer isso. Só que a gente não tem tecnologia para dizer o seguinte: “Vamos montar uma escola em que funcione isso, isso, isso, isso e isso”.

Nós não temos desenvolvimento científico suficiente para saber exatamente como as pessoas aprendem, exatamente como as coisas funcionam. Portanto, como é que eu faço uma escola, como é que eu boto um robô de última geração, um supercomputador para ser diretor da escola? Não vai funcionar, porque a gente não sabe instruir esse supercomputador nem exatamente como fazer a escola funcionar. Ou seja, o mundo, cientificamente, está atrasado. Quer dizer, o mundo avançou muito mais na área da saúde do que na área da educação. Então, nós estamos tentando

fazer uma revolução em paralelo com todo o mundo, que está querendo fazer essa revolução também.

O Senador disse há pouco que a educação uma hora bate nesse teto, mas, por causa do progresso tecnológico e das inovações que está havendo no mundo, esse teto foi jogado lá para cima. Talvez se a gente tivesse com uma visão ainda da década de 60, o teto seria mais baixo e a gente teria mais chance, porque o pessoal estaria meio descuidado e já displicente. Mas não; o teto foi jogado lá para cima. Então, está todo o mundo tentando fazer uma revolução. Temos que fazer uma revolução junto com eles, num ambiente onde não temos tanta tecnologia.

Eu acho que o nosso desafio é enorme e eu proporia essa separação das atividades. Vamos, em primeiro lugar, decidir se queremos ou não fazer uma revolução educacional e depois buscar que instituição fará isso e essa instituição, então, vai buscar o melhor conhecimento da sociedade brasileira. Temos várias grandes sugestões. Eu acho que a do Senador é uma das fundamentais. Sem isso, não há igualdade possível de educação no Brasil, de como fazer. Mas decidir se vamos ou não fazer é o primeiro passo e eu acho que não é nem de longe igual a ter 10% do PIB gasto com educação. Não é essa a decisão. A decisão é sobre resultados. A decisão americana não foi gastar tanto com espaço, foi chegar à Lua. Então, nós temos que ter uma meta e, assim, a sociedade brasileira, em função dessa meta, vai buscar os recursos de que precisar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Ricardo Paes de Barros, Secretário de Ações Estratégicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Agora vamos ouvir o Dr. Denis Mizne, Diretor Executivo da Fundação Lemann.

O SR. DENIS MIZNE – Serei breve.

Eu acho que fica claro, por esta conversa, que a inércia não vai nos levar a lugar nenhum. Quer dizer, não só a inércia, mas acelerar o que nós estamos fazendo necessariamente não vai nos levar a algum lugar. Há uma frase atribuída a Einstein que é muito útil para vários temas: “Fazer a mesma coisa esperando resultados diferentes é a definição da insanidade”.

De alguma maneira, a gente está investindo num modelo que não entrega. A gente está fazendo isso. Então, para, joga fora? Não. Evidente que não. Mas a gente tem de ser capaz, sim, de ter um olhar claro nessa revolução. Acho que esse ponto é fundamental.

Desde que eu nasci, ouço falar que, para resolver o problema da educação brasileira, vão levar 20 anos, levar décadas, levar séculos. Nunca sei quando é

que vão ligar o relógio. Quando é que vão falar: “Olha, valendo. Vamos lá.” Não estou, com isso, querendo diminuir o que a gente fez nos últimos 20 anos, que foi espetacular. O que aconteceu é que isso que a gente fez nos últimos 20 anos, que foi muito importante, se a gente repetir com doses mais elevadas, não vai nos levar à lua, para seguir a metáfora.

Eu acho importante a comparação com outros países, mas me contento com a idéia de que toda criança brasileira aprenda aquilo que é esperado dela. É isso o que tem de ser. A nossa lua eu acho que é esta: um sistema educacional onde toda a criança brasileira aprenda aquilo que é esperado dela. E o primeiro passo... Exatamente porque a educação é difícil, porque educar é difícil. Acho que esse é o ponto que o Ricardo trazia agora.

Quais são os melhores exemplos educacionais de que a gente ouve falar? Harvard, Stanford, ITA, Escola da Embraer. Todas essas escolas começam como? Selecionando os melhores alunos. Os maiores sucessos educacionais começam com a fala seguinte: “Mande-me seus melhores alunos. Agora vou transformá-los nos melhores alunos.” Não é um ganho de valor agregado estupendo. Difícil é fazer o que fazem em Sobral e Foz do Iguaçu: pegam um aluno lá embaixo e o entregam lá no alto. Então, agregar valor em educação é um negócio que a gente sabe pouco como é feito. Mas acho que está claro que não vai ser feito só rodando a máquina mais vezes ou mais rapidamente.

Uma frase que outro dia trouxeram num debate da fundação que eu achei muito importante é: “Não existe longo prazo; o longo prazo é feito de curtos prazos.” Se eu quero chegar a algum lugar e para isso vou levar 20 anos, 30 anos, como diz o Senador Cristovam – e vai levar mesmo –, tudo bem, o que devo fazer hoje? E amanhã? E depois de amanhã? E como verifico o que foi feito? Como é que ajusto o rumo na hora em que explodir a primeira Apollo? Para onde eu sigo?

Acho que, talvez, além de manter esse sonho alto e de recolocar o debate da expectativa da educação brasileira, que está muito baixo... A gente se compara muito. O melhor Estado brasileiro, em educação, no ensino fundamental, no ensino de Matemática, como a gente falou aqui, ao final do fundamental II, no 9º ano, é Minas Gerais. É o melhor do Brasil. O Governador de Minas poderia estar felicíssimo, mas, em Minas Gerais, 22% das crianças aprendem o que deveriam aprender em Matemática ao final do 9º ano. Daí se entende que ser o primeiro não significa nada. Claro, é melhor do que ser um Estado que tem 3% dos alunos, que são vários. Dois terços dos nossos Estados têm um dígito dos alunos, ao final do 9º ano, sabendo a Matemática

que deveriam, dois terços dos nossos Estados. Mas 22% não é nada; 80% não sabem.

Então, a gente precisa puxar essa barra. A barra é pela aprendizagem. E eu acho que o que vai nos puxar, o que vai nos mover é uma questão clara: o que a gente quer que as crianças aprendam para podermos dizer: “Queremos que todas aprendam, e queremos que todas aprendam isso.” E agora vamos organizar o sistema, vamos ver quais são os melhores jeitos.

Meu último comentário é o seguinte: quanto a essa discussão do salto, todo mundo está querendo saltar, mas há exemplos no mundo. A África não passou pela telefonia fixa para chegar à telefonia celular. Há momentos em que a tecnologia oferece possibilidades de saltos quânticos no processo. A gente, talvez, esteja diante de um quadro desses. Não se sabe, também, o que a tecnologia vai trazer. Tecnologia não é distribuição de *hardware*, tecnologia é *software*, é pensar o que ajuda a aprendizagem, o que fortalece o professor para que a gente não dependa de encontrar deuses e tenha que falar: “Olha, se você tiver um Deus na sua sala de aula...” Alguém usou uma analogia, outro dia, importante. Falou que, quando você entra em um avião, para seguir aqui o tema da nossa conversa, não fica pensando: tomara que meu piloto seja bom. Tem tanta coisa naquele avião para evitar que o piloto seja ruim! Claro que ele bom, que tem um controle etc. Mas tem muita coisa para ajudar esse piloto a ser bom, porque o risco de ele errar é muito alto. O risco de um professor errar é muito alto também. Mas a gente não está olhando para isso, porque o acidente é de longo prazo, a consequência não acontece na hora, como numa explosão; acontece muitos anos depois. Então, acho que a gente precisa dar mais condição aos nossos pilotos: pagar melhor, dar mais condições. A tecnologia pode nos oferecer essa oportunidade.

Como eu acho que a gente deve lidar com isso? Tentar encontrar agora uma tecnologia, espalhar pelo Brasil inteiro e tal? Não, acho que não. Acho que deveríamos fazer como as grandes empresas: reservar 5%, 7% do orçamento para inovação o tempo todo, para pesquisa e desenvolvimento. Testamos, pegamos algumas escolas e vemos como isso se reproduz. Precisamos criar um ecossistema no Brasil que favoreça a inovação em educação, ter sistemas para comprar inovação em educação. Precisamos fazer isso acontecer.

Estamos muito envolvidos nesse ponto dentro da fundação e eu acho que há coisas excepcionais vindo por aí. Acho que vem um *tsunami* na educação, como não aconteceu nos últimos 300 anos. Podemos ser engolidos por essa onda de vez ou surfar nessa onda. Acho que temos que nos preparar para surfar nessa onda.

Fico muito feliz pela oportunidade de participar deste debate. Estou à disposição para participar de outros debates nessa direção.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado.

Pergunto aos Srs Senadores se têm alguma consideração final a fazer. (*Pausa.*)

Agradeço a S. S^{as}.

Encerrando esta primeira parte da nossa pauta de hoje, eu gostaria de agradecer mais uma vez ao Ministro Ozires Silva, Reitor do Centro Universitário Monte Serrat – Unimonte, pela sua participação, bem como ao Dr. Ricardo Paes de Barros, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, e ao Dr. Denis Mizne, Diretor-Executivo da Fundação Lemann, pela excepcional participação e contribuição que deram para o êxito e sucesso desta nossa audiência pública, tratando do impacto de longo prazo da qualidade universalizada da educação na economia, na infraestrutura e no bem-estar social. Muito obrigado a V. S^{as} pela presença.

Em um minuto continuaremos com a segunda parte de nossa reunião.

Segunda parte da nossa reunião no dia de hoje. Pauta deliberativa.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 72, de 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor WALDYR MARTINS BARROSO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis– ANP.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Ministro José Pimentel

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Leitura e discussão do relatório, nos termos do Ato nº 1, de 2009-CI (redação dada pelo Ato nº 4, de 2013-CI)

Será concedida automaticamente vista coletiva, após apresentação e discussão do relatório, na primeira etapa, nos termos do Ato nº 01, de 2009, desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, redação dada pelo Ato nº 04, de 2013, também desta Comissão.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Sr. Senador Ministro José Pimentel para proferir o seu relatório.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Fernando Collor, nossos pares, eu quero começar re-

gistrando que estou afônico. Por isso, não participei da primeira parte, mas é possível fazer a leitura, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Presidente da República submete à aprovação do Senado Federal o nome do Sr. Waldyr Martins Barroso para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O referido dispositivo constitucional confere competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar, por voto secreto, a escolha de titulares de cargos que a lei determinar.

O *curriculum vitae* do Sr. Waldyr Martins Barroso, anexado à Mensagem presidencial, demonstra que sua formação acadêmica e experiência profissional são compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado.

O Senhor Waldyr Martins Barroso concluiu seu curso de engenharia mecânica na Fundação Técnico Educacional Souza Marques do Rio de Janeiro em 1992 e fez especialização em Engenharia de Petróleo na Universidade Estácio de Sá do Rio de Janeiro entre 2001 e 2002. Obteve, em 2010, o título de Mestre em Ciências pela Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo concluído o curso de Pós-Graduação em Processos Químicos e Bioquímicos.

Sua experiência profissional é muito ampla e diversificada. Trabalhou inicialmente na Petrobras, entre 1986 e 2002, na função de supervisor de produção do Setor de Desasfaltação de Craqueamento Catalítico Fluido.

De 2002 a 2005, atuou como especialista em petróleo e gás, no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), na Divisão de Fiscalização e Verificação da Conformidade da Diretoria da Qualidade.

Em 2005, tornou-se servidor efetivo da carreira de Especialista em Regulação de Petróleo, Derivados, Álcool Combustível, Gás Natural e Biocombustível, e passou a trabalhar na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), na Superintendência de Refino e Processamento de Gás Natural.

Paralelamente à sua atuação na ANP, tem sido professor colaborador do curso de Especialização em Petróleo e Gás Natural da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, bem como do curso de Pós-Graduação Executiva em Petróleo e Gás Natural do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação em Pesquisa de Engenharia.

É autor de diversas publicações que tratam de biodiesel e regulação de petróleo e gás natural e, também, participou de inúmeros seminários e congressos na área.

Voto.

Sua ampla experiência profissional, aliada à formação acadêmica e elevado conceito no campo de especialidade do cargo, estão comprovadas no *curriculum vitae* do indicado.

O indicado, ademais, apresentou as declarações e as informações exigidas pelo Ato nº 1, de 2009, desta Comissão, que disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

Fica, assim, a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Waldyr Martins Barroso para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP).

Portanto, Sr. Presidente, é esse o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Grato a S. Ex^a o Senador Ministro José Pimentel, pela leitura e apresentação de seu relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do §2º, do art. 2º, do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, redação dada pelo Ato nº 4, de 2013, também desta Comissão.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 46, DE 2013

– Não Terminativo –

Dispõe sobre a redução a 0% (zero por cento) das alíquotas das Contribuições Sociais para o PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte municipal local.

Autoria: Deputado Mendonça Filho

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação

Indico como Relator *ad hoc* S. Ex^a o Senador Valdir Raupp, a quem concedo agora a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2013...

Chegou o Relator. Pode chegar aqui, Relator. Chegou o Relator Jorge Viana. Devolvo o relatório ao Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Com a permissão de S. Ex^a

o Senador Valdir Raupp, acaba de chegar ao plenário S. Ex^a o Senador Jorge Viana, Relator deste Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2013, a quem passo agora a palavra para que faça a leitura de seu relatório.

Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Valdir Raupp pela atenção e gentileza.

Senador Jorge Viana, com a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Presidente Collor, colega Pimentel – quero muito agradecer o Senador Valdir Raupp –, essa talvez seja uma das matérias de que eu tenho enorme satisfação de ser Relator, para mim é um privilégio.

Eu acho que esta é uma manhã fantástica. Lamentavelmente aqui não estava, porque também, como Vice-Presidente do Senado, tenho a atribuição de coordenar todo o programa do Plano de Assistência à Saúde e estou no meio de uma reunião lá, tratando de algo também fundamental, que é a saúde de todos os nossos funcionários, quer dizer, do Plano de Assistência à Saúde de todos nós. A reunião segue, mas faço questão de relatar esta matéria, Sr. Presidente, porque aqui há um entendimento, inclusive, da maior importância, com o próprio Governo e com os líderes da Casa, porque diz respeito à desoneração do serviço de transporte público no nosso País.

Nós tínhamos, temos uma proposta, um projeto, que eu relato, do Deputado Mendonça Filho, e temos uma medida provisória do Governo tratando do mesmo assunto. O Governo entendeu que o projeto é mais abrangente inclusive, o do Deputado, e atende plenamente ao que a medida provisória estabelece. Então há um acordo de, em essa matéria sendo aprovada, tramitar em regime de urgência.

Nós vamos desonerar esse serviço, estamos mexendo em PIS/Cofins, para a prestação de serviço de transporte público. Então, esse é um tema da maior importância na Comissão de Infraestrutura do Senado e, graças ao trabalho feito pelo nosso líder no Congresso, José Pimentel, nós temos hoje condição de, caso seja apreciado aqui e tendo parecer favorável, nós trabalharmos isso em regime de urgência. E peço antecipadamente a V. Ex^a que possamos apreciar o quanto antes no plenário da Casa. Então, há possibilidade inclusive de ir apreciando. Daí a minha correria de estar aqui, porque essa é uma missão daquelas que vale a pena cumprir.

Faço uma breve leitura, mas não sem antes pedir a compreensão de V. Ex^a, pois eu sei do rito que nós temos na Casa para não haver atraso. Mas eu sou obrigado a fazer uma pequena alteração de redação, que faz uma adequação a um novo conceito de que a própria medida provisória trata, o projeto. Então, faço um ajuste de redação e penso que isso pode ser...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Alteração de redação.

V. Ex^a pode dar continuidade à leitura do relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Passo a expor.

Da Comissão de Serviço de Infraestrutura sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2013, do Deputado Mendonça Filho, que dispõe sobre a redução a 0% (zero por cento) das alíquotas das Contribuições Sociais para o PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte municipal local. Aqui já começam os conceitos: transporte municipal local. Se não formos bem zelosos na aplicação, nós podemos distorcer o propósito da própria lei. Por isso que zelosamente nós estamos pondo a terminologia adequada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Reforçando apenas o que já está aí dito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito bem. Exatamente.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 46, de 2013 (Projeto de Lei nº 2.729-B, na Casa de origem), de autoria do Deputado Mendonça Filho, contém dois artigos. Tem o importante objetivo de reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros (art. 1º). O incentivo alcança também os serviços prestados no território de regiões metropolitanas regularmente constituídas (parágrafo único do art. 1º). A entrada em vigor da nova lei coincidirá com a data de sua publicação (art. 2º).

Na justificativa o autor enfatiza a necessidade de oferecer transporte público de qualidade e preço acessível, no que se estará beneficiando os estratos mais carentes da sociedade.

Eu fiz alguns estudos, Sr. Presidente, que rapidamente eu queria mostrar para justificar. Eu fiz um gráfico, um apanhado com a minha assessoria. De janeiro de 2000 a janeiro de 2012, tem-se um incremento de quase 200% no preço das tarifas de ônibus. A inflação IPCA nesse período foi em torno de 120%. Então, nós temos um aumento das tarifas, de fato, muito superior ao crescimento da inflação. E o aumento real do preço do veículo próprio foi de menos de 50% nesses mesmos dez anos. Então, é claro, as cidades estão cheias de carros, com menos ônibus, menos passageiros sendo

transportados, passagem mais cara e maior número de gratuidade. É uma equação que vai dar errado sempre.

O Governo Federal, mesmo antes das manifestações, já tinha uma medida provisória no sentido de desonerar. E o projeto do Deputado é absolutamente meritório nesse sentido.

Eu também fiz outro apanhado. Acho que o que nós estamos fazendo aqui são algumas sugestões – sugiro a V. Ex^a, que tem sido tão zeloso em nos ouvir e levar adiante – que já devem estar aí na pauta. Eu tenho feito falas no plenário, vou levar esse relatório ao plenário e fazer também um pronunciamento no seguinte sentido, por tudo o que levantamos das cidades do mundo inteiro. Todas elas, sem exceção, todas as grandes cidades que têm um bom modelo de transporte, todas trabalham com subsídios; isenção fiscal e subsídios. Todas! Para algumas chegam a mais de 70%.

É impossível este nosso modelo. Não se pratica, no mundo inteiro, este modelo nosso em que quem mais remunera a passagem é o que compra o bilhete, o usuário. Todas as isenções aprovadas nos parlamentos brasileiros quem banca são os usuários, todos os custos quem banca são os usuários. É um sistema fadado a gerar um conflito social, como gerou. O Movimento Passe Livre é resultado de um problema real, concreto, insustentável. Temos um serviço precário, caro, está reduzindo o número de usuários, com isso, fica mais caro e mais ineficiente, deixando as cidades insustentáveis do ponto de vista da mobilidade.

De todas as cidades – Praga, Turim, Budapeste, Madri, Nova York, Paris, Londres –, eu fiz um apanhado, para saber como é a composição das tarifas. Todas elas trabalham fortemente com subsídios, com uma equação que resolva.

Então, eu acho que esta Comissão, que trata da Federação, pode aprofundar este debate que hoje se faz de um projeto que trata de pouco mais de 4% do custo da tarifa de ônibus. Hoje qualquer 4%, 3% é realmente significativo, tendo em vista a redução de algumas tarifas que o movimento social conseguiu como conquista.

É importante dizer que os tributos federais, no caso PIS e Cofins, implicam perto de 4% do custo e é isto o que estamos discutindo hoje: uma redução de algo próximo a 4% caso aprovemos essa matéria.

Aqui eu tenho um apanhado final que mostra a complexidade da composição hoje do preço de uma tarifa de transporte: encargos de pessoal variam de 40 a 50% do custo da tarifa; combustível, de 22 a 30%; o custo do diesel cresceu também – eu vou mostrar no outro gráfico –; impostos e taxas, que alguns acham que são muito, de 4 a 10%. No fundo, encargos com pessoal e combustível chegam a 80% do custo de uma

tarifa de transporte na cidade. O próprio preço do óleo diesel também, que cresceu muito mais: nesse período de 2000 a 2012, o preço do óleo diesel cresceu perto de 250%. O preço da tarifa de ônibus chegou perto de 200%. Assim mesmo, um componente importante da composição do custo cresceu muito mais do que a tarifa, que já cresceu muito mais do que a inflação. Então, o sistema está de fato vivendo um desequilíbrio. É o que a gente vê.

Brasília hoje talvez tenha um dos piores serviços de transporte – o Governador está tentando atuar –, e era um dos melhores há alguns pares de anos.

Achei pertinente trazer essas informações para dar substância à importância da matéria e da deliberação sobre ela.

Volto aqui para a apreciação.

Da análise.

A competência de apreciar é da Comissão.

A iniciativa para a proposição tem respaldo nos arts. 48, inciso I; 61; 24, inciso I; e 195, inciso I, alínea “b”, todos da Constituição Federal. Então, é aqui o lugar apropriado para esta matéria ser apreciada.

A propósito, propomos emenda de redação ao projeto para adequá-lo às definições recentemente adotadas pela Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Quer dizer, em 3 de janeiro de 2012, nós tivemos uma nova lei, a qual traz terminologias que o projeto, por ser anterior, de 2011, não incorporava. Então, com a lei, de 2012, trazendo alguma terminologia, eu apenas estou fazendo a alteração na redação, adequando a terminologia vigente em 2012 para um projeto de iniciativa em 2011.

No quesito responsabilidade fiscal, segundo informa o parecer aprovado pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, o projeto atende às exigências de Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. A renúncia de receita estimada para 2013 e para os dois anos seguintes é da ordem de um R\$1,5 bilhão e está prevista no Orçamento anual para o exercício de 2013, bem como será considerada nas respectivas leis orçamentárias seguintes.

Em relação à técnica legislativa, a proposição foi elaborada em conformidade com a legislação vigente.

O voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2013, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA DE REDAÇÃO nº 1 – CI

No art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2013, substitua-se a expressão “transporte coletivo municipal” por “transporte coletivo urbano e de cará-

ter urbano” [é o que falei: o conceito estabelecido na lei de 2012].

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 2 – CI

No caput do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2013, substitua-se a expressão “transporte municipal local” por “transporte coletivo urbano e de caráter urbano”.

É um novo conceito. É uma adequação que dá segurança jurídica para a aplicação dessa lei.

É o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Obrigado a S. Ex^a o Senador Jorge Viana pela leitura de seu relatório.

Coloco, agora, em discussão o relatório apresentado por S. Ex^a o Senador Jorge Viana com as emendas de redação trazidas por ele. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório com as emendas trazidas pelo Relator, S. Ex^a o Senador Jorge Viana.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam o relatório com as emendas de redação trazidas pelo Relator, S. Ex^a o Senador Jorge Viana, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para seguimento de sua tramitação.

Pela ordem, com a palavra, S. Ex^a o Senador e Ministro José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/ PT – CE) – Sr. Presidente, o Plenário do Senado Federal aprovou, na semana passada, a urgência para que a matéria, após a votação nesta Comissão, fosse a plenário. Eu acredito que a Mesa do Senado é quem deverá tomar as providências, não é isso? O.k. Era só para esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Tão logo recebamos, esta matéria será enviada incontinenti à Mesa para a deliberação do Plenário.

Meus cumprimentos ao Senador Jorge Viana pelo seu relatório.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 39, DE 2013

Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para debater sobre os custos e os atrasos ocorridos na construção da ferrovia Trans-

nordestina. Para apresentar informações e esclarecimentos, discutir o assunto e responder aos questionamentos dos senhores Senadores, sugiro que sejam convidadas para a mencionada audiência as seguintes autoridades: 1. Sr. César Augusto Rabello Borges, Ministro dos Transportes; 2. Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em exercício; 3. Sr. Benjamin Steinbruch, Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), empresa controladora da Transnordestina Logística S.A. (TLSA).
Autoria: Senador Vital do Rêgo

Observação: o requerimento foi lido na reunião do dia 8 de julho de 2013.

Coloco em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o Requerimento nº 39, desta Comissão, do ano de 2013.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 42, DE 2013

Com fundamento nos incisos I e II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a realização de audiência pública (Mesa Redonda) a ser realizada no Município de Porto Velho, no Estado de Rondônia a fim de ser debater a logística de Transportes do Estado de Rondônia integrando o desenvolvimento da Região Norte, bem como o Sistema Nacional de Viação (composto pela infraestrutura física e operacional dos vários modos de transportes de pessoas e bens, sob jurisdição dos diferentes entes da Federação, estabelecido pela Lei nº 12.379 de 2011), abordando os seguintes temas: a) Ferrovia Transcontinental trecho Porto Velho– Vilhena; b) BR 319– A BR-319 faz ligação Porto Velho – Manaus e foi finalizada no final da década de 70, no contexto de colonização da Amazônia, na década de 90 foi asfaltada, e devido à falta de manutenção se tornou intransitável. Hoje a recuperação dos seus 800 quilômetros, está prevista através de recursos do PAC 2 (Programa de Aceleração do Crescimento) do Governo Federal;

c) Rodovia BR 364 – eixo principal que corta o Estado de Rondônia – de Vilhena a Porto Velho, no estado de Rondônia (restauração e conclusão das travessias urbanas) – as restaurações na rodovia BR– 364 estão inseridas nas obra do PAC 2 , do Governo Federal; d) Rodovias BR 425 restauração e travessias urbanas nos municípios de Guajará Mirim e Nova Mamoré/ Ponte Brasil – Bolívia (Decreto nº 6.858, de 25 de maio de 2009, que formalizou o acordo celebrado em Brasília, em 14 de fevereiro de 2007, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia); e) Projeto de Lei 3129/2008 Rodovia BR 080 (acrescenta no trecho da rodovia os municípios de Buritis, Nova Mamoré e Guajará Mirim, no estado de Rondônia) ; f) Rodovia BR 429, importante rodovia do Estado de Rondônia, inclusa nas obras do PAC, que dá acesso à fronteira com a Bolívia e abrange seis municípios rondonienses, Presidente Médici, alvorada do Oeste, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, São Francisco do Guaporé e Costa Marques; g) Rodovia BR 421, é uma rodovia federal localizada no estado de Rondônia, que liga a BR 364, KM 516 (trevo de entrada município Ariquemes) até a cidade de Buritis, passando por Monte Negro e Campo Novo, no estado de Rondônia, restauração e manutenção incluída no PAC II; h) Rodovia BR174 (projeto para pavimentação no trecho entre os municípios de Vilhena no estado de Rondônia e Juína no estado do Mato Grosso); i) Rodovia BR 435 federalizada em 2013; j) Transporte hidroviário e a Hidrovia do Rio Madeira; l) Portos; m) Aeroportos (Interdição do Aeroporto de Guajará Mirim e situação dos demais aeroportos do Estado de Rondônia); n) Sistema Nacional de Viação– SNV. Para tanto, serão convidadas as seguintes autoridades: 1-) Excelentíssimo Sr. César Augusto Rabello Borges – Ministro de Estado dos Transportes; 2-) Excelentíssimo Sr. Fernando Bezerra Coelho – Ministro de Estado da Integração Social; 3-) Excelentíssimo Sr. José Leônidas de Menezes Cristino – Ministro de Estado Chefe da Secretaria dos Portos da Presidência da República; 4-) Excelentíssimo Sr. Moreira Franco – Ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; 5-) Dr. Bernardo José Figueiredo

Gonçalves de Oliveira – Diretor-Presidente da Empresa de Planejamento e Logística; 6-) Dr. Josias Sampaio Cavalcante Júnior – Presidente da VALEC; 7-) Dr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe – Diretor Geral do DNIT/ e Sr. André Reitz, representante do DNIT/RO; 8-) Dr. Tarcísio Gomes de Freitas – Diretor Executivo do DNIT 9-) Dr. Roger Silva Pêgas – Diretor de Infraestrutura Rodoviária do DNIT; 10-) Dr. José Florentino Caixeta – Diretor de Planejamento e Pesquisa do DNIT; 11-) Sr. Robson Braga – Presidente Confederação Nacional da Indústria, CNI e Sr. Denis Baú, representante em Rondônia– Federação das Indústrias do Estado de Rondônia– FIERO-; 12-) Dr. José Roberto Tadros – Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio-CNC/ e Sr. Raniery Araújo Coelho, representante da Federação do Comércio do Estado de Rondônia– FE-COMERCIO/RO; 13-) Sr. Francisco Ferreira Cabral – Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Rondônia (FAPERON); 14-) Excelentíssimo Sr. Confúcio Moura – Governador do Estado de Rondônia e seu Secretariado; 15-) Deputado Edinho Bez – Coordenador de Coordenador de Portos e Vias Navegáveis da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Infraestrutura Nacional da Câmara dos Deputados; 16-) Além de outros indicados por esta Comissão.

Autoria: Senador Valdir Raupp.

Observação: o requerimento foi lido na reunião do último dia 7 de agosto de 2013.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o requerimento.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 42, de 2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de autoria de S. Exª o Senador Valdir Raupp.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todos e, mais uma vez, agradeço aos nossos convidados que participaram da primeira parte da nossa reunião: Sr. Ministro Ozires Silva, Reitor do Centro Universitário Monte Serrat – Unimonte; Dr. Ricardo Paes de Barro, Secretário de Ações Estratégicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; e Dr. Denis Mizne, Diretor-Executivo da Fundação Lemann.

Por fim, convoco as Sr^{as} e os Srs. Senadores para a próxima reunião a ser realizada quarta-feira, dia 28 de agosto, às 7h30, neste plenário, com pauta deliberativa, e para a audiência pública com a Diretora-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Dr^a Magna Chambriard, que fará exposição sobre a primeira licitação sob o regime de partilha através do leilão de prospecto de libra no horizonte geológico do pré-sal, que acontecerá em outubro.

Agradecendo mais uma vez a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 7 horas e 8 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 13 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI

ATA DA 15ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI (36ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE (51ª REUNIÃO), DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, EM 28 DE AGOSTO DE 2013, ÀS 07 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e trinta minutos do dia vinte e oito de agosto do ano de dois mil e treze, na sala número treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, reúnem-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão de Assuntos Econômicos. Presentes os Senhores Senadores **Alfredo Nascimento**, **Blairo Maggi**, **Ciro Nogueira**, **Clésio Andrade**, **Delcídio do Amaral**, **Eduardo Lopes**, **Eduardo Suplicy**, **Eunício Oliveira**, **Flexa Ribeiro**, **Francisco Dornelles**, **Humberto Consta**, **Inácio Arruda**, **Jayme Campos**, **José Pimentel**, **Sérgio Petecão**, **Sérgio Souza**, **Valdir Raupp**, **Vanessa Grazziotin**, **Walter Pinheiro** e **Wilder Moraes**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. São lidos os Comunicados da Presidência e os requerimentos dos Senadores **Ricardo Ferraço**, **Wellington Dias** e **Humberto Costa**. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, para debater a primeira rodada de leilões do pré-sal sob o regime de partilha, em conformidade com o Art. 93, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, e em atendimento ao **Requeri-**

mento nº 34, de 2013 – CAE, de autoria da Senadora **Vanessa Grazziotin**. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições a Doutora **Magda Chambriard**, Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Blairo Maggi**, **Jayme Campos**, **Flexa Ribeiro**, **Delcídio do Amaral**, **Sérgio Petecão**, **Francisco Dornelles** e **Inácio Arruda**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dez horas e quatro e dois minutos, lavrando, eu, **Álvaro Araújo Souza**, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 15ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes do Senado Federal, 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura e 51ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, ambas da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Requerimento, de autoria do Sr. Senador Ricardo Ferraço.

REQUERIMENTO Nº 44 , DE 2013

Requeiro, nos termos do §2º do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do Inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura para obter informações sobre o denominado trem-bala, o trem de alta velocidade, cujo planejamento e subsequente implantação estão em curso, sob a responsabilidade da empresa de planejamento e logística, sucessora da empresa de transporte ferroviário de alta velocidade, e debater sobre a viabilidade enxergada para o empreendimento, sua atuação condição de exequibilidade, bem como o atualizado planejamento que determinarão as ações de implementação de sua infraestrutura operacional. Considerando a motivação da audiência pública, bem como a especificidade de seu tema, solicito que sejam convidados para a exposição e debate o Sr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de

Oliveira, Diretor Presidente da Empresa de Planejamento e Logística – EPL; e o Sr. Rodrigo Villaça, Presidente Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

Será colocado o requerimento à deliberação do Plenário desta Comissão na próxima reunião ordinária.

Segundo requerimento, de autoria de S. Ex^a, o Senador Wellington Dias, e de S. Ex^a, o Senador Humberto Costa, além de outros Senadores.

REQUERIMENTO Nº 45, DE 2013 – CI

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de reuniões conjuntas da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para, por meio de audiência pública, levantar elementos acerca das denúncias de cartelização de mercado e corrupção referente à aquisição, reforma e manutenção de trens da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), com os seguintes convidados:

1. *Representante do Ministério da Justiça;*
2. *Representante da Secretaria Estadual de Transportes Metropolitanos;*
3. *Representante do Ministério Público do Estado de São Paulo;*
4. *Representante do Sindicato dos Metroviários de São Paulo;*
5. *Representante da empresa Siemens.*

Autoria: Senador Wellington Dias e outros

Da mesma forma, o requerimento será colocado à deliberação do Plenário na próxima reunião ordinária.

O terceiro requerimento, também de autoria de S. Ex^{as} os Srs. Senadores Wellington Dias e Humberto Costa, além de outros.

REQUERIMENTO Nº 46, DE 2013 – CI

Requer, nos termos dos art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal a realização de reuniões conjuntas da Comissão de Infraestrutura (CI) e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para, por meio de AUDIÊNCIA PÚBLICA, levantar elementos acerca das denúncias de cartelização de mercado e corrupção referente à

aquisição, reforma e manutenção de trens da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), com os seguintes convidados:

1. *Jurandir Fernandez, Secretário Estadual de Transporte Metropolitano;*
2. *Luiz Antonio Carvalho Pacheco, Presidente do Metrô;*
3. *Mário Manuel Seabra Rodrigues Bandeira, Presidente da CPTM;*
4. *José Luiz Lavorente, Diretor de Operação e Manutenção da CPTM;*
5. *José Luiz Portella, Ex-Secretário Estadual de Transporte Metropolitano;*
6. *Luiz Carlos David Frayze, Ex-Presidente do Metrô;*
7. *Décio Tambeli, Ex-Diretor da CPTM;*
8. *José Jorge Fagali, Ex-Presidente do Metrô;*
9. *Sérgio Avelleda, Ex-Presidente do Metrô (afastado por determinação judicial);*
10. *Nelson Scaglioni, Ex-Gerente de Manutenção do Metrô;*
11. *Ademir Venâncio, Ex-Diretor da CPTM;*
12. *Ronaldo Moriyana, Diretor da MGE;*
13. *Robson Marinho, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE).*

Autoria: Senador Wellington Dias e outros

Da mesma forma, será levado à deliberação do Plenário desta Comissão na sua próxima reunião ordinária.

Por último, requerimento também de autoria de S. Ex^{as}, os Senadores Wellington Dias e Humberto Costa.

REQUERIMENTO Nº 47, DE 2013 – CI

Requer, nos termos dos arts. 102-A, inciso III, alíneas “d” e “e”, 102-D, 104, inciso I e 113 do Regimento Interno do Senado Federal a realização de reuniões conjuntas da Comissão de Infraestrutura e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para criação de um GRUPO DE TRABALHO, composto de 13 membros, no total, sendo 08 membros da CI e 05 membros da CMA, para acompanhar e avaliar as denúncias de cartelização de mercado e corrupção referente a aquisição, reforma e manutenção de trens da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).

Autoria: Senador Wellington Dias e outros

Estará na pauta da nossa próxima reunião ordinária para deliberação do plenário desta Comissão.

Comunicados

– A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 1.022-Seses-TCU-Plenário, de autoria do Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União. Acompanham o acórdão cópias do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Na forma do Ato nº3, desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, de 2012, o Aviso será encaminhado à Consultoria Legislativa para análise e, caso cabível, sugestão de iniciativa ou providência a ser adotada no âmbito desta Comissão.

Cópias destes documentos encontram-se à disposição das Sr^{as} e Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Segundo Comunicado: Relato de Audiência Pública – Educação Universalizada

Na última 4^a feira, dia 21 de agosto, a Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou audiência pública para tratar do impacto de longo prazo da qualidade universalizada da educação na economia, na infraestrutura e no bem-estar social, com a participação do Ex-Ministro Ozires Silva, Reitor do Centro Universitário Monte Serrat (Unimonte); do Dr. Ricardo Paes de Barros, Secretário de Ações Estratégicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; e do Dr. Denis Mizne, Diretor Executivo da Fundação Lemann.

O Dr. Ricardo Paes de Barros iniciou sua exposição apresentando alguns dados sobre a educação no Brasil, enfatizando que, embora, ao avançar 33 pontos na escala do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (o conhecido Pisa) na última década, sendo um dos cinco países com maior avanço, continua o Brasil entre os 20% com pior desempenho educacional e está a 38 pontos atrás do Chile nessa escala.

No que tange à escolaridade média, o Brasil melhora um ano de estudo por década e, na última década conseguiu aumentar 1,7 anos, informou o palestrante. O número de jovens no Brasil está no pico, chegou a 50 milhões e está declinando a uma das velocidades mais rápidas do mundo. Nós vamos, segundo ele, encarar um pico de população ativa com nove anos de estudo (equivalente ao fundamental completo), porque essa população dificilmente vai aumentar a escolaridade. Durante 40 anos essa população vai competir em desvantagem com a população chilena da mesma geração, dotada de nível médio completo, comparou o Dr. Paes de Barros.

Na qualidade do aprendizado, pela meta da educação, 70% das nossas crianças, adolescentes e jovens deveriam atingir o conhecimento adequado, mas, em

média, só 25% atingem. Em matemática, por exemplo, na terceira série do ensino médio, apenas 11% atingem o conhecimento adequado. O pesquisador americano Eric Hanushek, em pesquisas realizadas no mundo inteiro, relacionando matemática e crescimento econômico, tem encontrado sistematicamente números que indicam que 15 pontos a mais na escala Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), aumentam em um ponto percentual o crescimento anual do País, ou seja, o crescimento anual do PIB.

Quinze pontos na escala Saeb correspondem, em média, ao aprendizado de um ano letivo, explicou o expositor. Conhecimento de matemática é absolutamente fundamental para o desenvolvimento do País, pois tem a ver com inovação, com incorporação de tecnologia, impactando a dinâmica e a aceleração do crescimento econômico.

Uma família de classe média se preocupa que seu filho seja atendido pelo melhor médico, ou por um bom advogado, mas não se preocupa em saber se o professor de seu filho é bom, disse ele. Experiências indicam que, enquanto a diferença de aprendizado, quando o professor é inexperiente e quando tem de três a cinco anos de experiência, é de 3,3 pontos na escala Saeb – representando 22% do aprendizado anual –; a diferença de aprendizado dos alunos dos 20% piores em relação aos alunos dos 20% melhores professores é de 9,6 pontos Saeb, representando 68% do aprendizado anual, exemplificou o Dr. Paes de Barros.

Segundo ele, nós temos uma tradição de tratar todos os professores como se fossem iguais, pois professor brasileiro é a classe mais socialista do mundo, afirmou o palestrante. O que a gente não sabe direito é o que faz um professor ensinar mais e outro ensinar menos. Contudo, sabe-se ter a ver com o talento e a paixão dele por ensinar, muito mais do que ter feito uma série de cursos, ponderou o Dr. Paes de Barros. A profissão professor tem que ser mais bem remunerada para atrair melhores profissionais, mas, pagamento igual para todo mundo, obviamente, não vai beneficiar a qualidade.

Se a escola e o professor são importantes, então o grau de exposição de um em relação ao outro também tem que ser fundamental. O aprendizado de um aluno alocado a um professor que não faltou durante o ano letivo tem tipicamente um aprendizado 44% maior do que teria, caso fosse alocado a um professor que faltou 10 dias. O mesmo ocorre no caso de um aluno alocado a uma turma com 15 alunos em relação a outro alocado a uma turma com 22 alunos, exemplificou. Ou seja, quanto menor a turma, melhor o resultado. E existem diversos mecanismos para aumentar o grau de exposição dos alunos aos professores: redução

no absenteísmo de alunos e professores; aumento na jornada diária; cumprimento efetivo do ano letivo e redução no tamanho das turmas, relacionou o Dr. Paes da Barros.

Para o desempenho das políticas educacionais o que se deseja conhecer é em quanto o aprendizado irá se alterar, caso uma determinada ação seja implementada (o chamado “impacto causal da ação”). É preciso identificar, isolar e quantificar a magnitude do impacto dos diversos fatores determinantes do aprendizado, mas a dificuldade de conseguir isso decorre da multiplicidade de fatores – aluno, família, comunidade, professor, turma, escola, sistema educacional – e da multiplicidade e variabilidade de suas características, concluiu o palestrante.

Na sequência, o Dr. Denis Mizne observou que, como apenas metade dos jovens brasileiros concluem o ensino médio, e destes apenas 11% atingem o conhecimento adequado de matemática, na realidade só 5% desse corte da população sabem o que deveria saber de matemática, o que é dramático no debate da infraestrutura brasileira.

Terminamos o ensino fundamental com 37% dos alunos sabendo o que deveriam em português e 33% sabendo o que deveriam em matemática. Se o aluno não aprendeu a ler, a fazer as operações, não teve um básico muito forte, como vai conseguir aprender os conteúdos mais complexos que virão à frente, questionou o palestrante. Então, quem fica não aprende, e esse é o maior incentivo para abandonar a escola, por isso, muitos ainda saem, constatou o Dr. Denis.

A escola deveria ser a igualdade de oportunidades, mas o sistema é muito desigual. O Estado onde se nasce e a rua onde os pais do aluno moram na hora de matriculá-lo na escola vão ser determinantes no seu desenvolvimento, o que é profundamente injusto. Fala-se da educação pública na década de 1950 ou de 1960, mas a lógica do sistema atual é muito diferente, pois a gente educava poucos, os mais ricos. Quando se partiu para a universalização desse sistema, foram tomadas algumas medidas. A primeira delas é que, para conseguir dar conta da quantidade, sacrificou-se o tempo de aula, destacou o Dr. Denis.

No Brasil, o tempo médio de aula a que um aluno é exposto é de quatro horas e meia por dia. Em qualquer país que está bem no Pisa, são de seis a oito horas de aula, sentado em um ambiente educacional, sob orientação de um professor, discutindo o currículo e aprendendo aquilo que é esperado que ele aprenda, e não atividades complementares para o aluno não ficar na rua, disse o Dr. Denis.

Nos países em que a educação funciona, eles começam com sete horas e tem mais de 85% do tem-

po dedicado a efetivamente dar aula. No Brasil, nas escolas analisadas, mais ou menos 60% do tempo é gasto com aula, enquanto os outros 40% são atraso do professor e dos alunos, indisciplina, avisos da diretoria, liberação mais cedo, etc., restando de aula efetiva menos de três horas, afirmou.

Outro problema é a falta do professor. No Município de São Paulo, os professores faltam, em média, 30 dias por ano. A segunda coisa é de onde vem o nosso professor, pois, pela baixa atratividade da carreira e baixa valorização cultural da profissão em nossa sociedade, temos selecionado nossos professores entre os 30% piores alunos do ensino médio, enquanto a Finlândia seleciona entre os 10% melhores. Ele é a peça central desse sistema, então temos que criar um sistema que seja mais inteligente e mais atrativo em relação ao professor.

Há no Brasil dois milhões de professores, dos quais muitos com uma jornada de trabalho de 16 ou 20 horas por semana e pouquíssimos com jornada integral de 40 horas. Num sistema de escola integral, o professor conhece o aluno, conhece a família do aluno, cria vínculo, argumentou. Como um terço da jornada é de preparação – o que é importante –, pouco sobra para a sala de aula. Por isso, nosso sistema educacional demanda muita gente, completou o Dr. Denis.

Há uma pesquisa da Prof^a Bernadete Gatti, que mostra que 69% do tempo do curso de Pedagogia são gastos com teoria; e os outros 31%, que deveriam ser a prática, são, muitas vezes, teoria sobre a prática. Na Finlândia, um professor leva sete anos para se formar, porém três anos são de residência pedagógica, porque o essencial do professor não é aprender teoria, o essencial é aprender a dar aula, aprender como interagir, como garantir que alunos diversos, que estão em pontos diferentes da matéria, que vêm de contextos diferentes, consigam aprender.

Seleciona-se mal, atrai-se pouco e não se dá a formação correta, sentenciou o Dr. Denis. Faz-se um concurso tremendamente teórico, em que se cobra basicamente legislação e teoria. Quem passa nesse concurso vira professor vitalício e, então, se apresenta o aluno a ele e se diz: “Isso aqui é uma sala de aula”, porque o estágio é mínimo e pouco regulamentado. Não tem como dar certo, já que o que se está colocando de esforço dentro do sistema não está alinhado, e não nos surpreende que só 5% cheguem ao final do ensino médio sabendo. Seria surpreendente se o resultado fosse diferente, concluiu.

A imensa maioria dos professores diz que a causa de o aluno não aprender é a família, as condições socioeconômicas e o fato de aquele aluno não ser capaz de aprender. Na pior escola de Foz do Iguaçu,

65% dos alunos aprendem o que deveriam aprender. Em Sobral, no Ceará, há escolas em que 100% dos alunos aprendem o que deveriam, o que é raríssimo, pela desigualdade, em um local pobre e difícil. A Fundação Lemann fez um estudo com 215 escolas brasileiras, que, lidando com alunos muito pobres, famílias com dificuldades e com formação educacional muito baixa, conseguiram ter um resultado acima da média da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Todo mundo pode aprender, essas 215 escolas mostram isso. Elas conseguem ensinar aquilo que é esperado; elas dão das matérias; os professores se engajam com a comunidade; a diretora é a rainha do processo pedagógico. O foco não é a gestão do sistema, mas a gestão da aprendizagem do aluno. Esse ponto é importante.

Nesse sentido, o palestrante ofereceu quatro propostas para ajudar a desatar o nó da educação brasileira, com reflexos nos nossos serviços de infraestrutura:

Definição clara do que a gente espera que os alunos saibam quando saem da escola;

Uma certificação para os professores, uma prova mínima que diga com clareza para eles e para todas as universidades de pedagogia o que se espera de um professor;

Aproveita a oportunidade da tecnologia;

Fazer um debate dizendo o que realmente funciona, quanto custa fazer uma criança realmente aprender.

Não temos no Brasil um currículo. Não temos clareza do que é esperado. Países bem-sucedidos têm feito uma reforma curricular no sentido de definir o que a criança precisa aprender a partir do que ela precisa saber para ter sucesso na vida.

Temos um processo que privilegia um saber enciclopédico quando deveríamos focar em algumas competências essenciais e não de baixa expectativa. A régua é alta, mas tem que ser poucas coisas de alta expectativa. E isso tem que ser claro para todo mundo.

O Governo Federal deve dizer o que se espera de um professor, indicando aquilo que é essencial para ele ser um bom professor, que não é a titulação, não é só o conhecimento teórico, mas fundamentalmente a habilidade de dar uma boa aula, engajar os seus alunos, conseguir garantir o aprendizado. Assim, explicou o Dr. Denis, se produz a mudança no ensino superior com velocidade maior do que tentando convencer cada universidade a que mude o currículo da Pedagogia.

A tecnologia da sala de aula ainda é a do século XVIII, com a desvantagem de que, à época, ainda havia o tutor individual. E hoje são 20 a 30 alunos por sala. O professor é o centro do sistema. Não o professor que toca todos os instrumentos, mas aquele que sabe

quais são os melhores instrumentos que estão disponíveis para ajudar cada tipo de aluno, que sabe ler os relatórios que vêm desses instrumentos e planejar as suas próximas intervenções a partir disso. Tecnologias que permitam a personalização do ensino, que cada aluno vá na sua velocidade e que cada um aprenda aquilo que tem que aprender estão disponíveis. O ganho incremental não vai permitir a correção do atraso da educação brasileira em prazo razoável, afirmou ele. Creio que se faz necessária uma mudança de paradigma, estabelecendo o que a criança deve aprender e como fazer para ter escolas onde todo mundo efetivamente aprenda e não simplesmente aprenda um pouquinho mais que o vizinho, concluiu o Dr. Denis.

O último palestrante, o ex-Ministro Ozires Silva, discorrendo sobre o tema “Transformar o País pela educação”, citou o exemplo da Coreia do Sul e da China, que mereceram do *Financial Times*, com as manchetes “Coreia do Sul, fanatismo pela educação” e “China, maior revolução educacional do mundo moderno”, para enfatizar a necessidade de a educação se tornar uma real prioridade nacional, que hoje não é.

A globalização ampliou a competição, outrora vivida somente entre empresas, mas que hoje cobre todos os setores, afirmou o palestrante. É o fenômeno da produção mundial para o mercado mundial, e o crescimento da competência intelectual tem sido o mecanismo mais presente na globalização.

Produtos coreanos e chineses estão em todas as cidades do Brasil e do mundo, enquanto não há produtos brasileiros nas ruas chinesas e coreanas ou em outros países. Parece que estamos acomodados de ver nos balanços do nosso comércio exterior predominarem as *commodities* vendendo o melhor minério de ferro do mundo por US\$0,12 e importando da China produtos a US\$2 mil o quilo.

Apesar da biodiversidade que temos, nós importamos 90% dos nossos fármacos. A mensagem que devemos ter fortemente na cabeça é que o mundo não está nos esperando. Precisamos aumentar o valor médio de nossas exportações, e as respostas estão na educação. Precisamos de novas e agressivas políticas para formar cidadãos de sucesso, argumentou. Eliminar a tributação sobre os estudantes, instituir estímulos para as doações e eliminar os encargos sociais quando as empresas educarem os colaboradores são exemplos de aberturas legais e regulamentos mais flexíveis. Diz o ex-Ministro Ozires Silva ter percorrido vários países e ter achado nenhum outro que tribute os estudantes. As doações para escolas, no Brasil, são tributadas. Stanford anunciou, ano passado, US\$2 bilhões de contribuições das pessoas físicas e jurídicas para educação, o que, no Brasil, inexistente.

Se 70% da população não lê nem escreve, somente podemos atingir o povo pela TV, considerou o palestrante. Diz ele ter pedido a uma emissora de TV para fazer uma campanha pela televisão para convencer os pais quanto à importância de lutar para que seus filhos tenham a melhor graduação possível. A aceitação foi imediata e nos foram oferecidos gratuitamente os pequenos espaços que sobram na programação e, provavelmente, até o fim de 2013, estaremos veiculando filmetes da campanha – que já estão sendo preparados – nesses espaços, relatou o ex-Ministro Ozires Silva.

Continuando, disse ele que, em 1950, foi criado o ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), por um cearense, brigadeiro da FAB, que dizia: “Nós só vamos fabricar avião se antes fabricarmos engenheiros e técnicos.” E foi com essa grande visão abrangente que nós chegamos onde estamos, afirmou ele. No seu primeiro período de 29 anos como empresa estatal, o Governo Federal investiu na capitalização da Embraer US\$72 milhões e US\$60 milhões em incentivos fiscais. Hoje, a Embraer fatura e vende para o exterior essas quantias em apenas uma semana. Exemplo da impressionante capacidade da educação de transformar.

Se o Brasil pretende oferecer um futuro melhor para seus jovens cidadãos é preciso também garantir a eles o direito de aprender, e isso se faz com investimentos fortes em escolas, na formação dos professores e com políticas educacionais integradas entre os Governos e o setor privado. As soluções terão de vir com novas iniciativas e ousadias, finalizou o último palestrante, o ex-Ministro Ozires Silva.

Terceiro comunicado: Panorama Econômico Internacional – Problemas Cambiais em Países Emergentes.

A indicação pelo Federal Reserve, o banco central norte-americano, de que provavelmente começará a desativar, ainda em 2013, o programa de flexibilização monetária tem levado à desvalorização da moeda de países emergentes.

Ainda não há acordo entre os dirigentes do Federal Reserve sobre a época apropriada para diminuir os estímulos, pois não há consenso sobre a firmeza da retomada econômica dos Estados Unidos. Os dados sobre consumo e emprego norte-americanos têm melhorado, mas alguns setores da autoridade monetária do país preferem esperar as informações do próximo mês de setembro para uma tomada de decisão. Mesmo com essas dúvidas, os grandes fundos de investimento internacionais têm agido no sentido de se retirarem dos países emergentes. Os investidores sentem que já se esgota a situação de juros baixíssimos que lhes permitiam fazer empréstimos no mercado americano e aplicarem em títulos públicos e ações de mercados emergentes.

Atualmente, verifica-se uma reversão dos fluxos de investimentos, que se dirigem para aplicações em *treasuries* e ações das bolsas de valores americanas, que assistem a um período de valorização. Além dos Estados Unidos, também o Japão e a União Europeia apresentam sinais de que suas economias estão se estabilizando e mesmo ensaiando uma recuperação – o que também, claro, atrai capitais.

A saída de recursos tem provocado problemas cambiais em países como a Índia, a Indonésia, as Filipinas, a Malásia, a África do Sul, a Tailândia, a Turquia e o Brasil, que veem suas moedas em fase de grande volatilidade. As economias asiáticas mais ligadas à China sofrem com a desaceleração da economia chinesa que diminui suas compras de *commodities*, ao passar de modelo exportador à prioridade ao consumo interno. Prejudicados também são os países dependentes de importações de petróleo – com exceção da Malásia, que é exportadora – e os que têm balanças comerciais deficitárias, como a Índia e a Indonésia.

A Diretora-Gerente do Fundo Monetário Internacional, Christine Lagarde, preocupada com o espraçamento do problema cambial dos países emergentes, declarou que os responsáveis pelas finanças deveriam ter planos de contingência para o caso de as turbulências de mercado piorarem. Disse, ademais, que nenhum país é uma ilha, e procurou dar uma nota de tranquilidade ao afirmar que o FMI está preparado para apoiar os esforços de estabilização, inclusive com empréstimos de emergência.

Os bancos centrais dos países afetados pela instabilidade cambial têm adotado medidas como as restrições à saída de divisas e à recompra de títulos públicos pela Índia, e a elevação de taxas de juros pela Turquia. O Banco Central brasileiro, que já estava tentando, com pouco êxito, controlar a instabilidade cambial, anunciou programa de defesa do real da ordem de US\$60 bilhões, que engloba a intenção de realizar tantos leilões da moeda americana quantos forem necessários para diminuir a volatilidade cambial.

Além da fuga de capitais, atraídos agora pela perspectiva da desaceleração do *quantitative easing* americano, os países emergentes têm que se adaptar a uma nova realidade. Nos últimos quatro anos, suas economias e empresas foram favorecidas por empréstimos feitos em termos favoráveis por causa da liquidez internacional. Mas, no novo cenário, terão de ser pagos em condições mais difíceis, com o dólar valorizado e provavelmente com juros mais altos. Entre as medidas passíveis de serem adotadas para conter a rápida desvalorização cambial, estão o controle de capitais – que é repudiado pelo mercado internacional – e a elevação das taxas de juros. Embora o aumento

dos juros costume atrair capitais, tem efeito de diminuir a atividade econômica e, portanto, alto custo político. Além de afetar o comportamento da economia, juros mais altos inibem os investimentos e aumentam a dívida dos governos. Dos países emergentes em situação de volatilidade cambial, três têm eleições no próximo ano: Indonésia, Índia e Brasil. E a proximidade eleitoral dificulta a adoção de medidas drásticas.

No que diz respeito especificamente ao Brasil, mesmo que o Banco Central consiga diminuir a instabilidade da moeda, alguns problemas persistem, como a piora das contas externas, a dependência dos produtos primários com preços em declínio, e a pouca competitividade de nossos manufaturados. E continua, como pano de fundo desses problemas, a falta de investimentos em infraestrutura. As soluções cambiais são, no entanto, efêmeras. Podem inibir importações e estimular as exportações, mas somente os investimentos em infraestrutura podem fazer com que uma economia adquira competitividade e o País consiga crescimento sustentável, de longo prazo. O Brasil perdeu a oportunidade de se dedicar às obras de infraestrutura no período de alta liquidez internacional que ora finda. Embora as condições atuais e no futuro próximo devam ser mais difíceis, pela pouca liquidez, não devemos descurar de investir em um futuro sólido, ou seja, na infraestrutura e na logística que nos garantirão crescimento constante e sem sobressaltos. *(Pausa.)*

Quarto comunicado: notícias da infraestrutura.

O International Business Report (IBR) é uma pesquisa realizada há 21 anos, que tem como objetivo fornecer informações sobre as opiniões e expectativas de empresas privadas. Anualmente são entrevistados mais de 13 mil líderes de empresas em 44 países, entre diretores, presidentes e outros executivos seniores, levando em conta os cargos mais relevantes para cada país.

O IBR apontou que boa parte dos empresários e executivos que participaram da pesquisa trimestral da consultoria Grant Thornton, não vê os países emergentes com um cenário positivo que possibilite crescimento de seus negócios devido ao baixo investimento em infraestrutura.

O relatório apontou que 45% das empresas e executivos nos países do chamado grupo BRIC – formado por Brasil, Rússia, Índia e China – consideram a falta de investimento na infraestrutura em transportes como um ponto de estrangulamento. Este índice de 45% verificado no BRIC é 22 pontos percentuais superior ao registrado no ano passado. E bem acima da média global de 12%.

Pela primeira vez, nenhum dos países do BRIC foi incluído nas avaliações positivas para um cenário de curto prazo. Segundo opiniões dadas à pesquisa, se esses países não superarem os problemas na área dos transportes, a tendência é que outros países da América Latina, como o México, Peru e Chile, ganhem mais espaço na onda de mercados emergentes.

Além da falta de infraestrutura em transportes, a falta de investimentos em outras áreas como a informação, a comunicação e a tecnologia também preocupam os empresários e executivos dos países do BRIC.

Segundo, o Ministro Chefe da Secretaria de Aviação, Moreira Franco, anunciou o lançamento de edital para ampliação e reforma de 45 dos 270 aeroportos regionais. Entre as obras previstas, está a melhoria na estação de passageiro, a ampliação de pistas e de pátios; assim como melhoria nos equipamentos de segurança de voo. Os aeroportos selecionados nessa primeira etapa do programa estão espalhados por várias regiões do País e a sua seleção foi decidida em função da importância na malha aérea brasileira, ou seja, foram selecionados os que já têm mercado e demanda, mas que não operam adequadamente devido às condições físicas do aeroporto.

No que tange ao aumento de despesas gerado pela alta do dólar, o Ministro afirmou que, apesar do pedido de ajuda das companhias aéreas na semana passada, o Governo não vai injetar dinheiro diretamente no caixa delas. No entanto, não descartou a possibilidade de ajuda indireta por meio de desonerações e redução de taxas.

Gostaria de informar que, já a partir da próxima semana, na segunda-feira, dia 2, às 18 horas, aqui nesta Comissão, nós estaremos iniciando o ciclo de audiências públicas sobre a aviação civil e o palestrante será exatamente o S. Ex^a o Sr. Ministro Chefe da Secretaria da Aviação Civil, Moreira Franco.

Último comunicado: situação dos servidores do DNIT.

Gostaria de lembrar que, no último dia 12 de agosto, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou audiência pública para debater as questões salariais e de carreira dos servidores do DNIT. A paralisação da categoria completa, hoje, 64 dias.

Na oportunidade, representantes dos servidores, bem como do Ministério do Planejamento e da direção do DNIT, tiveram oportunidade de expor, com muita clareza e equilíbrio, suas reivindicações, preocupações e propostas em curso das negociações.

Para nós, integrantes da Comissão, ficou evidente, pelo nível do debate e pelos compromissos assumidos e pela disposição das partes envolvidas que um acordo estaria muito próximo de ser concluído, com prazo

limite para o dia 30 deste mês – portanto, depois de amanhã. Passados 15 dias daquela audiência, o fato é que, até o momento, pelas notícias e informações de que disponho, infelizmente, nada avançou nas negociações.

Conforme falei naquela audiência, pelo momento vivido pela infraestrutura nacional, com todas as necessidades que tanto conhecemos e que aqui temos debatido exaustivamente, a solução dos problemas da carreira e da isonomia salarial dos servidores do DNIT com as agências reguladoras tornou-se prioridade para garantir o andamento das grandes obras em todo o País.

Ressalte-se que além dos membros indicados para as agências reguladoras, somente um outro órgão tem sua diretoria-geral submetida à aprovação desta Comissão e do Senado Federal. Esse órgão é exatamente o DNIT, o que demonstra e comprova a equivalência hierárquica e a importância funcional em relação às agências reguladoras.

Contudo, em termos de planos de carreira e base salariais, há um enorme distanciamento entre as respectivas categorias. Portanto, volto a apelar pela sensibilidade do Governo, especialmente aos negociadores do Ministério do Planejamento, para que solucionem de vez essa questão, não só com a retomada das negociações, mas principalmente com a apresentação de uma proposta factível e justa.

Tenho certeza de que esse é também o desejo e a expectativa de todos os integrantes desta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Antes de iniciarmos a audiência pública de hoje, gostaria de informar, mais uma vez, que a população poderá participar deste nosso debate enviando perguntas e comentários a nossa convidada. Para participar, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado, pelo telefone 0800-612211, ou enviar sua contribuição pela Internet, no endereço www.senado.gov.br/alosenado, ou ainda nos perfis do Alô Senado, no Facebook, ou pelo [twitter@AloSenado](https://twitter.com/AloSenado).

Portanto, qualquer cidadão ou cidadã, ouvinte ou telespectador de nossas audiências, pode desde já enviar a sua pergunta ou o seu comentário acerca do assunto em discussão.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública conjunta das Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos para debater a primeira rodada de leilões do pré-sal sobre o regime de partilha, em conformidade com o art. 93, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal e em atendimento ao Requerimento nº 34, de 2013, da Comissão de Assuntos Econômicos, de autoria de S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin.

Para debater o tema, foi convidada a Drª Magda Chambriard, Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a quem convido, com muita satisfação, para que tome assento à mesa.

Muito bom dia, Drª Magda! É uma satisfação e uma alegria recebê-la nesta manhã em nossa Comissão, nesta audiência pública conjunta, com a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Serviços de Infraestrutura.

V. Sª disporá do tempo de 30 minutos para fazer sua exposição, e em seguida S. Exªs as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores terão oportunidade de lhe dirigir algumas indagações.

Tem V. Sª a palavra.

A SRª MAGDA MARIA REGINA CHAMBRIARD

– Senador Collor, muito obrigada por este convite. Agradeço a oportunidade desta reunião, para que possamos explicar um grande projeto de Brasil que está por trás dessas três rodadas de licitação que estamos fazendo neste ano de 2013. É uma satisfação poder apresentar esse projeto aqui, na Comissão de Infraestrutura e na Comissão de Assuntos Econômicos. Então, eu agradeço muito ao senhor e agradeço ao Senador Lindbergh também por esta oportunidade.

Eu trouxe para vocês o que estamos fazendo este ano. Vou fazer um foco na licitação do pré-sal, que vai ser a primeira, e vou mostrar que o porte dessa licitação é alguma coisa que a torna um projeto de Brasil.

Depois de alguns anos discutindo as descobertas do pré-sal, o que fazer com elas, discutindo o marco regulatório, no final de 2012 nós tivemos a situação da definição da área do pré-sal, a definição da alíquota do *royalty* do pré-sal e, conseqüentemente, a definição das alíquotas de todo o resto da área do Brasil. Isso permitiu, então, que nós avançássemos e propuséssemos, para o ano de 2013, três rodadas de licitação. E eu vou mostrar para vocês o que há por trás dessas três rodadas de licitação que estamos fazendo este ano.

Eu peço que vocês olhem para o mapa do Brasil. Nesse mapa do Brasil, vocês vão ver, em amarelo claro, as áreas sedimentares brasileiras em terra. Elas são 5 milhões de quilômetros quadrados de área. Ao longo da costa, vocês estão vendo as bacias sedimentares marítimas. Elas são 2,5 milhões de quilômetros quadrados de área. Esses quadradinhos coloridos que vocês veem no mapa são as áreas que estão contratadas para exploração e produção no Brasil. Elas são da ordem de 4,5% da nossa área sedimentar. Apenas 4,5%! Isso quer dizer que 95% da área sedimentar brasileira estão, até então, fora do jogo.

Eu peço que vocês olhem no mapa, no Sudeste, no mar, um pequeno polígono vermelho. Esse é o po-

lígono que está definido em lei como a área do pré-sal. Isso quer dizer que a área do pré-sal que cobre águas profundas nas bacias de Campos e Santos tem 149 mil quilômetros quadrados e, conforme definido em lei, dentro dessa área é que a gente vai usar o sistema de partilha de produção. Em todo o resto do Brasil a gente persiste usando o sistema de concessões. Essa área do pré-sal...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Pergunto se é esse aqui.

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – É esse aí. É, esse mesmo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. *Fora do microfone.*) – É esse aqui?

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Está difícil de ver.

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Mais adiante ele vai aparecer com o foco.

Então, essa área do pré-sal representa 2% da nossa área sedimentar. Isso significa que 98% da área, ou seja, em todo o resto do País, a gente persiste usando o sistema de concessão.

Eu falei de concessão, falei de partilha, mas lá no título escrevi três sistemas. O terceiro é a cessão onerosa, através da qual se permitiu a capitalização da Petrobras e à empresa produzir até cinco bilhões de barris de certas áreas do pré-sal. Então, vamos ficando por aí: dentro do pré-sal, partilha de produção; fora do pré-sal, o antigo contrato de concessão.

Esse mapa é importante ter em mente, porque é muito comum as pessoas dizerem: “Ah, de agora em diante é tudo partilha.” Não é verdade! De agora em diante é tudo partilha só dentro daquela área pequenininha ali, mas é uma área muito boa, vocês vão ver já, já.

Então, vamos falar sobre o nosso cenário atual, onde estamos e quais são as nossas perspectivas. Nós temos 15 bilhões de barris de reserva aprovada no Brasil de óleo e produzimos, óleo mais LGN, cerca de 2,5 milhões barris/dia. Com o que nós já temos descoberto hoje no Brasil, incluindo o pré-sal e principalmente o pré-sal, a perspectiva é de dobrar a produção e reservas do País em dez anos. Isso é um tremendo esforço, porque, nos últimos 15 anos, nós dobramos as reservas e a produção do País, só que nós passamos de um para dois, acrescentamos um. Nos próximos dez anos, ou seja, em menos tempo, nós vamos dobrar as reservas do País de novo, só que desta vez vamos acrescentar dois. Então, o esforço de planejamento, o esforço de investimento é imenso.

Só para vocês terem uma ideia desse esforço de investimento e de planejamento, eu mostro aqui para vocês um *plot* feito de um estudo do BNDES. O BNDES fez um estudo em fevereiro de 2013 – ele já tinha feito ano passado, atualizou para este ano –, em que podemos ver que o setor petróleo, no período 2013 a 2016, vai investir, há previsão de que invista cerca de R\$405 bilhões. Isso é sensivelmente maior do que diversos outros setores extremamente importantes da nossa economia. Por exemplo, ninguém tem dúvida de que o setor automotivo no País é importantíssimo, mas o setor petróleo vai investir quase sete vezes mais do que o automotivo, quase sete vezes mais do que o mineral e vai por aí afora. Isso dá uma dimensão da importância desse setor de petróleo e do seu investimento para esse projeto de Brasil.

Na década vamos investir cerca de US\$400 bilhões para dobrar produção e reserva em bens e serviços e aí aparece um pilar importante de tudo que estamos fazendo. A indústria brasileira pretende parte desses US\$400 bilhões. Esses US\$400 bilhões serão em boa parte da indústria brasileira, em função da política de conteúdo local. Ou seja, para se ter direito a explorar e produzir petróleo no Brasil, há que se comprometer em adquirir boa parte dos bens e serviços necessários para essa exploração e produção na indústria brasileira.

Essa indústria brasileira, apoiada por essa política de conteúdo local, já vem dando resultado. Este mapa mostra a vocês um balanço do PAC só na parte de grandes estruturas navais: plataformas, cascos, módulos, *topsides*, etc.

Nesse balanço do PAC, vocês podem ver que, graças à política de conteúdo local, nós já temos revigorada a indústria naval brasileira e já temos estaleiros trabalhando para esse setor petróleo desde o Nordeste do Brasil até o Sul. As encomendas são inúmeras, e aí não está computado barco de apoio, não está computada uma série de pequenas embarcações que estão, também, contribuindo para revigorar a indústria naval brasileira, que tinha praticamente desaparecido.

Eu gosto sempre de falar com mapa e mostrar fotos.

É impressionante o que nós já podemos fazer no Brasil. Nós já temos resultados dessa política de conteúdo local.

Eu sou madrinha desse barco aqui. Por isso é que eu o coloquei na foto. É o único barco de apoio que há nesta foto. Mas tanto quanto os barcos de apoio, as plataformas conseguem agregar uma mão de obra muito grande. E o lançamento de cada navio desses, de cada plataforma dessas, de cada obra dessas é sempre um evento extremamente emocionante.

Essa política de conteúdo local – perdoem-me por começar por ela, mas é porque ela vai motivar todo o resto que há pela frente – evoluiu em três etapas.

No começo, de 1999 a 2002, ela era uma política de conteúdo local que já existia, mas era extremamente frágil. Qualquer pequeno investimento fazia que se atingissem os números pretendidos nos contratos de concessão.

De 2003 a 2004, essa política foi exacerbada, e nós tivemos, então, nas licitações, ofertas que foram consideradas não factíveis.

De 2005 em diante, acerta-se essa política de conteúdo local e ela passa a ter um nível mínimo de investimento no Brasil, um nível máximo, e apareceu um cartilha de conteúdo local e uma certificação de terceira parte. Enfim, a Agência Nacional do Petróleo, a partir daí, credencia empresas e as treina para apurar conteúdo local, e essas empresas emitem certificados de conteúdo local.

De 2009 a 2012, nós recebemos já 23 mil certificados de conteúdo local. E esses certificados de conteúdo local dão para nós uma boa fotografia do que está acontecendo em termos de conteúdo local, de investimento na indústria brasileira na fase de exploração, que é a primeira fase do contrato. Isso mostra que, na fase de exploração, por exemplo, 40% desse investimento é sonda de perfuração, é poço; e 60% é outro. Em sondas, nós ainda temos que avançar. Nos outros, nós estamos bem.

Hoje, é importante dizer que o Brasil já avançou bastante em tecnologia submarina. A nossa tecnologia submarina já está com 60% a 70% de conteúdo local. E esse conteúdo local é atestado pelos certificados de terceira parte. Nesses equipamentos, nós temos alta tecnologia. Nesses equipamentos, nós estamos a um passo de nos tornarmos exportadores. Isso mostra a criatividade, a dedicação e a capacitação que estamos atingindo e da sociedade brasileira como um todo.

Nesses contratos, também existe uma obrigação de investimento em pesquisa e desenvolvimento.

Em 1998, não se investia quase nada em pesquisa e desenvolvimento. Em 2002, nós encerramos o ano investindo um pouquinho mais de R\$1 bilhão. Isso faz que a gente tenha investido, no período de 1998 a 2012, R\$7,5 bilhões em diversas universidades e centros de pesquisa pelo Brasil afora, construímos laboratórios etc. E essa pesquisa em desenvolvimento é que está reforçando a política de conteúdo local. É ela que permite, por exemplo, que nós tenhamos alta tecnologia envolvida nos equipamentos submarinos.

Para os próximos dez anos, nós vamos investir mais de R\$20 bilhões em pesquisa e desenvolvimento. O número deve estar próximo a US\$10 bilhões em

pesquisa e desenvolvimento. Isso é um auxílio a essa política de conteúdo local e uma inserção de tecnologia importantíssima para o Brasil, via contratos de exploração e produção de petróleo.

Bom, é nesse contexto, então, que aparecem as rodadas de licitação. Nós já tivemos uma, vamos ter outra de concessão e a primeira do pré-sal.

De novo, eu vou falar, então, que nós fizemos a 11ª Rodada em maio último. Ela foi a primeira rodada deste ano e aconteceu sob regime de concessão, porque aconteceu fora da área do pré-sal. Mas eu queria chamar a atenção de vocês, nessa 11ª Rodada, para esse mapa do Brasil de novo e para a área dentro do mapa. Nos polígonos amarelos escuros estão as áreas que nós licitamos na 11ª Rodada de licitações, em maio último. O que tem de especial nisso? É que, até hoje, a grande produção do Brasil acontecia na Bacia de Campos, litoral do Rio de Janeiro. Quando aparece o pré-sal, ele vai aparecer de novo no Sudeste brasileiro, no litoral do Rio de Janeiro, de São Paulo, um pouquinho do Espírito Santo e um pouquinho de Santa Catarina. É, de novo, no Sudeste. Essa ocorrência do pré-sal, somada à maior ocorrência de petróleo no Brasil, que é na Bacia de Campos, vai concentrando extremamente os investimentos do petróleo no Sudeste brasileiro.

O que nós fizemos na 11ª Rodada? Estamos ofertando áreas em onze Estados brasileiros, sendo que dez deles estão no Norte e Nordeste. Então, vamos ofertar áreas da Paraíba, de Pernambuco, da Bahia e até do Amapá. Essa é uma efetiva descentralização do investimento exploratório em benefício do Norte e do Nordeste. Por que nós fizemos isso? É claro que havia toda uma lógica exploratória, toda uma possibilidade de desenvolvimento, mas o que há por trás disso é uma tremenda descentralização do investimento exploratório na direção do Norte e do Nordeste do Brasil.

O que nós fizemos aí permitiu, por exemplo, que áreas do Piauí fossem licitadas. Vocês nunca ouviram falar do Piauí como um Estado com possibilidade de exploração e produção de petróleo e gás. A partir de agora vão ouvir. O Amapá também nunca tinha aparecido nesse circuito. Vai começar a aparecer. Então, isso é o que está por trás dessa 11ª Rodada.

Nessa 11ª Rodada tem compromisso de exploração e produção, compromisso mínimo, investimento mínimo, mas também tem obrigação de investimento em pesquisa e desenvolvimento, nesses contratos, e também tem uma obrigação grande de aquisição de bens e serviços na indústria brasileira.

Nessa 11ª Rodada, nós tivemos resultados que consideramos extremamente benéficos. Nós amarramos, com essa 11ª Rodada, compromissos mínimos de

investimentos – é o gráfico debaixo, à esquerda – extremamente maiores do que todas as rodadas anteriores.

No gráfico à direita, vocês vão ver que, também em termos de bônus de assinatura, que, apesar de ser bom, é o de menos, também foi significativamente maior que todas as outras. Isso foi um resultado bom da 11ª Rodada.

O Governador do Piauí me disse o seguinte: “Diretora, o investimento mínimo amarrado para o Estado do Piauí é significativamente maior do que tudo que eu já consegui no Plano de Aceleração do Crescimento até hoje”. Então, isso deixa a gente, sem dúvida nenhuma, muito contente.

Eu vou mostrar isso aqui para vocês agora porque vai dar uma ideia do que a gente vai ter pela frente. Na 11ª Rodada nós fizemos uma inovação. As empresas, para estudar a rodada, elas recebem um pacote de dados. Na 11ª Rodada, nós permitimos que as empresas, ao invés de receber um DVD, etc., com um pacote de dados, fizessem *download* no *site* da ANP. Obviamente, nós monitoramos esses acessos, esses *downloads*. Foi com muita satisfação que nós vimos que nós tivemos 177 mil visualizações desse *site* no período da rodada. Tivemos 16 mil *downloads* de dados e tivemos *downloads* e visualizações de 21 países diferentes. Obviamente, o país que mais acessou o *site* foi o Brasil, seguido dos Estados Unidos, da China, do Japão, do Reino Unido e do Canadá, mas tivemos diversos outros. Isso já vai dando uma ideia do que nós teremos pela frente para o leilão do pré-sal.

Na 11ª Rodada, nós qualificamos 30 empresas como operadoras A. O que são operadoras A? São aquelas empresas que podem participar em qualquer exploração, em qualquer área. Então, elas podem participar desde terra até águas muito profundas. Nós tivemos 30 empresas participantes, das quais 13 vencedoras nessa 11ª Rodada. Nós classificamos como B aquelas empresas que podem operar em terra e em lâminas rasas d’água. Foram dez empresas, nove das quais vencedoras.

Por que estou dizendo isso para vocês? Porque, para o leilão do pré-sal que virá agora, estamos permitindo a entrada de empresas de petróleo com as categorias A e B. Então, dessas classificadas na 11ª Rodada, nós já vemos aqui que andam pelo Brasil, pelo menos, 40 empresas que podem participar do leilão do pré-sal.

De que países elas são? De novo: diversos deles. E vai aparecendo aquela questão de que há empresas de diversos países do mundo extremamente interessadas no que está acontecendo aqui com o nosso pré-sal e com o nosso pós-sal.

Temos também uma questão interessante: entre empresas vencedoras de áreas em terra vão aparecendo diversas empresas – nós tivemos 16 empresas vencedoras – eminentemente brasileiras. Então, vão aparecendo empresas brasileiras que estão se especializando em gás em terra; vão aparecendo empresas brasileiras que eram prestadoras de serviços da Petrobras e que aparecem com interesse de explorar e produzir. Enfim, o número de empresas brasileiras vai-se multiplicando nessas rodadas de licitação.

Por que eu mostrei os resultados da 11ª Rodada? Porque eles são um ponto de partida para imaginarmos o que pode vir pela frente na rodada do pré-sal.

Bom, Senador Eduardo Suplicy, está aqui o polígono do pré-sal em foco. Ele é esse polígono vermelho. E tudo que está dentro dele está na chamada “área do pré-sal”. Essa área aqui é o Campo de Lula; daqui para baixo, nós temos a Bacia de Santos; daqui para cima, nós temos a Bacia de Campos. Aqui está Lula, que já está produzindo; aqui está Sapinhoá, que está produzindo. Em roxinho, nós temos as áreas da cessão onerosa. Aqui é a nossa área de Libra. E essas áreas coloridas estão concedidas à Petrobras. Aqui para cima, nós temos os grandes campos da Bacia de Campos, do pós-sal.

Nesse leilão do pré-sal, que vai acontecer em 21 de outubro de 2013, se tudo der certo, nós vamos ter definidos, no edital, bônus de assinatura, programa exploratório mínimo e compromisso de conteúdo local. E eu posso lhes assegurar que os compromissos de conteúdo local são altos.

O parâmetro de oferta será um único, ou seja, será a percentagem de excedente em óleo ofertado à União. Obviamente, o vencedor é quem tiver a melhor oferta, e a Petrobras é a operadora obrigatória, com 30% de participação. Isso quer dizer que, se a Petrobras for ou não ao leilão, ela vai ter, de cara, 30%. Porém, ela tem que ir ao leilão para aumentar a sua participação. Em qualquer dos dois casos, ganhando ou não, a Petrobras precisa pagar por esses 30%, o valor da oferta vencedora.

Todas essas informações estão aqui no nosso *site* Brasil Rounds. Entrando no *site* da ANP, vocês vão ver o Brasil Rounds com edital, informações, pacotes de dados; enfim, todas as regras do edital.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT-SP) – Sr. Presidente, permita-me. Quando a Srª Magda Chambriard mencionou que “a Petrobras deve pagar”, indago: pagar a quem? Agradeço se puder esclarecer esse ponto.

A SRª MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Todo o dinheiro arrecadado no leilão vai para o Tesouro. Então, aí há três partes: o bônus de

assinatura vai para o Tesouro; *royalties*, para União, Estados e Municípios; e excedente em óleo, para o Fundo Social. Nós vamos ver adiante.

Eu queria chamar a atenção de vocês para o seguinte: está aqui novamente o polígono do pré-sal, e quero mostrar o que já está acontecendo em relação a esse polígono do pré-sal, quem foi a produção, em junho último, do *layer* pré-sal, ou seja, da camada do pré-sal dentro do polígono do pré-sal.

Já produzimos da camada do pré-sal, em junho último, 310 mil barris por dia de petróleo, produzimos dez milhões de metros cúbicos por dia de gás do pré-sal.

O Campo de Lula, através de cinco poços, está produzindo 107 mil barris de petróleo por dia. Ele se tornou um campo grande, um dos principais produtores do Brasil com apenas cinco poços.

Na área de pré-sal, temos essa área principalmente produtora, temos outra área mais ao norte na Bacia de Campos, que nós chamamos também de Parque das Baleias, extremamente produtora. O que tem aqui no meio está produzindo um pouco menos.

Então, enquanto a gente tem produções iniciais de 25 mil chegando próximo a 30 mil barris por dia no pré-sal, temos aqui, por exemplo, no Campo de Pampo, uma produção menor do que mil barris por dia. Ou seja, essa área tem alta produtividade, essa outra área no norte tem alta produtividade, aqui, no meio, tem de tudo.

O importante é que já está acontecendo pré-sal e que vai se tornar uma produção muito relevante no País daqui a dez anos.

Todos os meses, a ANP publica a produção de todos os campos de petróleo do Brasil, quem são os maiores produtores, quem são os menores produtores, quais são os postos que produzem mais, quais os que produzem menos. E eu trouxe esse gráfico que mostra os 15 maiores produtores de petróleo no Brasil, os 15 poços que mais produzem petróleo no Brasil no mês de junho.

Com a estrelinha, vocês vêem os poços que estão produzindo do pré-sal. Estrelinha verde, do pré-sal da Bacia de Santos; estrelinha amarela, do Parque das Baleias principalmente.

Então, vocês vêem que há essa linha aqui de 25 mil barris por dia. Nós temos já poços produzindo há algum tempo com mais de 25 mil. E temos diversos poços chegando bem perto de 25 mil barris por dia. O que mostra a magnitude do pré-sal. Ou seja, quatro poços produzem cem mil.

Por conta disso, nós estudamos a área do pré-sal, aquele polígono todo, e apresentamos ao Conselho Nacional de Política Energética, uma sugestão de áreas.

A primeira vez que nós estudamos, nós levamos ao Conselho uma oportunidade de área em torno de 40 bilhões de barris *in place*, isso quer dizer cerca de 12 bilhões de barris recuperáveis.

Levamos ao Conselho e dissemos assim: estamos aqui com essas áreas. Quando fizemos isso, desses 40 bilhões, 18 bilhões eram Libra, ou seja, nós achávamos naquela época que Libra era de 18 bilhões e que podia Libra produzir cinco bilhões de barris recuperáveis. Essa era a nossa visão no início do ano.

Só que dados mais novos que chegaram à mão da Agência Nacional do Petróleo, em abril último, fruto de um esforço de aquisição de dados da Agência Nacional do Petróleo, mudaram a nossa ideia sobre Libra. Nesse momento, nas etapas de interpretação sísmica, chegamos a ter o dado calibrado com o poço perfurado, etc., mas vimos que Libra era substancialmente maior do tínhamos pensado. Enquanto achávamos que Libra podia produzir cinco no começo do ano, em abril, com o novo dado, chegamos à conclusão de que era mais, que poderia ser de 8 a 12 bilhões de barris. Surpresa boa que nos levou a dizer o seguinte: “Ótimo! Então, aquelas outras áreas que tínhamos sugerido, passaram a ser demais. Vamos ver se a fica só com Libra e deixa o que nós já separamos para outras rodadas mais adiante”.

Por que isso foi possível? Porque o método sísmico é um método indireto e ele precisa ser calibrado com o poço. E nessa área nós temos o poço descobridor, que é o poço ANP-2A, onde temos uma coluna de óleo comprava de 326m. Só para vocês terem uma ideia do que seja isso, é do tamanho do Pão de Açúcar, mais ou menos. Então, é uma coluna de óleo que vai desde o nível do mar até o topo do Pão de Açúcar. Isso é muita coisa.

Esse óleo foi testado e tem 27º API, esse poço também foi testado. Ele produz. Esse teste que estou mostrando aqui para vocês e que produziu cerca de 3.600 mil barris foi feito num intervalo em que tínhamos dúvidas se iria produzir ou não. Então, tenho conforto de dizer para vocês que um poço colocado nesse local onde está o poço ANP2A, desenhado para produzir, seria um poço que poderia produzir de 25 a 30 mil barris de petróleo por dia.

Então, é isto que nós estamos licitando: uma área que está bem definida, que tem dado atualizado, que tem uma sísmica boa, moderna, poço perfurado, poço testado, óleo analisado. Levamos esse óleo para o laboratório da ANP e sabemos exatamente quanto vale esse óleo no mercado. Portanto, todos esses dados levam à condição de o Brasil estar oferecendo uma coisa única no mundo, pelo porte e pelo nível de informações a respeito.

Temos um pacote de dados, como disse, já disponibilizado. Nesse pacote temos poços, temos o que a gente chama de curva de ponto de ebulição verdadeira, ou seja, é quase como se fosse o refino do óleo, separando-o no que ele dá de partes leves, pesadas e intermediárias. Isso nos permite avaliar com detalhe o custo desse óleo, por quanto se vende esse óleo, e diversas outras informações. O pacote de Libra está bastante completo.

De novo o pacote de dados de Libra, que é uma área bem controlada. Por tudo isso, está definido que, nesta licitação, o tempo contratual vai ser de 35 anos, improrrogável. De onde vem isso? Isso vem da lei. A fase exploratória nós estimamos em quatro anos. Por quê? Porque é exatamente o que vamos ter na área vizinha, que é Franco. Ou seja, lá já havia uma descoberta, delimita-se a descoberta e logo depois já há a possibilidade de produzir. Então, estamos imaginando que, em Libra, é possível a produção a partir do quinto ano de contrato.

Temos um programa exploratório mínimo, que neste caso será de dois poços, com um bônus de assinatura de R\$15 bilhões. Pelo porte, eu diria para vocês que isso não está caro. Fizemos um patamar mínimo de participação governamental de 75%, que vou mostrar para vocês como é mais adiante, e o conteúdo local firmado em contrato.

Nessa fase de exploração, ou seja, nos primeiros quatro anos, o compromisso de conteúdo local é de 37%; na fase de produção, ou seja, onde ocorre o grosso do investimento, a partir do quinto ano, vamos ter 55% de compromisso de conteúdo local. Isso quer dizer que 55% de todos os bens e serviços necessários para Libra terão de ser comprados no Brasil. A partir de 1922, então, 59% desses bens e serviços deverão ser comprados no Brasil.

Vou mostrar para vocês também como é que a gente partilhar esse óleo e qual vai ser o parâmetro de oferta. Então, a partilha tem o seguinte espírito: existe um óleo a ser produzido; descontados desse óleo os custos, vamos ter o que chamamos de óleo-lucro. E é esse óleo-lucro que vai ser partilhado, é isso que vai ser ofertado ao Governo. Quanto mais se produz, mais se paga ao Governo. Quanto mais caro for o óleo, mais se paga ao Governo. O parâmetro de oferta é essa célula aqui. Essa célula aqui é um tipo de média do que vai acontecer no campo.

Esse parâmetro de oferta tem que ser, no mínimo, 41,65%. Então, para que a oferta seja considerada válida, as companhias e os consórcios têm que oferecer, para essa célula, pelo menos, 41,65% do óleo lucro. Se o óleo cair de preço ou se essa área produzir menos do que o esperado, a partilha diminui. Se, ao

contrário, que é o que esperamos, o óleo aumentar de preço e a produção for maior do que a esperada, a partilha aumenta. Esse é o espírito da partilha. Isso é comum no mundo.

Então, vamos focalizar aqui o que é de verdade esse óleo lucro e o óleo a partilhar. Imagine que, para cada barril que eu produza, eu tenho custos. Tirados os custos, eu tenho o óleo a partilhar. Desse óleo a partilhar, vigorando a alíquota mínima, eu tenho três partes para a União, uma parte para o grupo empreiteiro. Isso é o que significa 75% de participação governamental. Então, em se ofertando 41,65% nós vamos ter 75% de participação governamental. Se as empresas aumentarem a oferta e ofertarem 50%, a participação governamental será 80%. Se elas ofertarem 60%, por exemplo, a participação governamental se torna 86%. O que vai aumentar isso, então, é apenas a concorrência: quanto mais concorrência nós tivermos, maior vai ser a vantagem da União.

Nosso leilão vai ser no dia 21 de outubro. Até o dia 9 de setembro as empresas vão poder manifestar interesse e ter acesso ao pacote de dados. Então, hoje não temos ainda o quadro todo do interesse, mas eu vou mostrar para vocês algumas coisas que eu já tenho. Não estão aqui, mas vou dizer para vocês.

Nós adiantamos e dissemos, no nosso *site*, que os dados da partilha já estão disponíveis no nosso banco de dados. Isso fez com que as grandes empresas todas tivessem o dado, porque elas são parceiras do nosso banco de dados. Além disso, a partir da data da divulgação desse pacote de dados e do que teria dentro do pacote de dados até hoje, nós tivemos 13 empresas que já compraram esse dado. Então, nós temos todas as grandes, que já eram sócias antes, mais 13 empresas que adquiriram o pacote de dados. Isso está nos levando a acreditar que aquelas empresas todas que eu mostrei para vocês como operadoras A e B são empresas que estão demonstrando-se interessadas nesse leilão do pré-sal.

Vou mostrar para vocês também o que vai acontecer logo a seguir do pré-sal, em novembro próximo, que é a 12ª Rodada de Licitações que, como vai aparecer fora da área do pré-sal, vai ser sobre regime de concessão.

É muito importante a gente ressaltar que, no início dos anos 60, nós tivemos um consultor de petróleo no Brasil contratado pela Petrobras. Era o Mr. Link. O Mr. Link fez um relatório para o governo, que se mostrou bastante correto e adequado, em que ele dizia que o petróleo, no Brasil, estava principalmente no mar. O relatório do Mr. Link até hoje está se mostrando adequado. O que nós estamos fazendo agora é outra coisa; é, complementando o relatório do Mr. Link, dizendo o

seguinte: os estudos da ANP de 2007 até hoje mostram que o gás, no Brasil, o gás não associado, ou seja, aquele gás sozinho, pode estar principalmente em terra, porque nós temos, no Brasil, gás aparecendo e se exibindo – se a gente pode dizer assim – para nós no País todo.

Então, vamos olhar aqui do lado esquerdo e embaixo. Isso aqui é um poço que foi furado muito antigamente, no campo de Barra Bonita. É um campo pequeno que ainda não se viabilizou economicamente, mas vocês podem ver o tamanho da chama aqui.

Vou dizer a vocês que, na minha vida profissional, nunca vi uma bacia tão grande quanto a do Paraná, que está embaixo de oito Estados brasileiros, que tem 1,3 milhão de quilômetros quadrados de área, em um campo só. Isso não existe. Para que isso exista é porque a gente ainda não arranhou o fiozinho dessa meada. Temos que estudar mais, temos que explorar mais, porque, certamente, existe mais gás nessa bacia.

Outra coisa que chama muito a atenção é o Mato Grosso. Nesse Mato Grosso tem um rio superbonito que chama Teles Pires. Tenho certeza que o Senador Blairo Maggi conhece esse rio. Nesse rio tem 800 m de gás natural borbulhando, mas borbulhando com tanta intensidade que se pode gravar o ruído do gás saindo. Nessa área fizemos uma série de estudos geológicos e geofísicos, e isso está nos levando a ofertar essa área em novembro próximo. Quando fizemos isso em 2008, na décima rodada de licitação, a Petrobras comprou todos os blocos.

No Acre, que também estamos estudamos, vemos fortes evidências de gás natural, da mesma forma que na Bacia de São Francisco, que vai pegando Minas Gerais e Bahia, na Bacia do Parnaíba, na Bacia do Recôncavo e na Bacia do Sergipe-Alagoas.

Chama muito a atenção nossa o que está acontecendo aqui na Bacia do Parnaíba, no Estado do Maranhão. Até hoje toda lógica do gás se resumia em fazer uma descoberta comercial, construir um gasoduto e, através desse gasoduto, levar gás ao mercado. Então, um consórcio, OGX e Petra, mudou essa lógica em áreas adquiridas em 2007, na nona rodada de licitações da ANP. O consórcio decidiu, em vez de fazer isso, entrar em um leilão de térmica, adquirir a permissão para construir uma térmica, fazer essa térmica e viabilizar, com essa térmica, a produção do gás na Bacia do Parnaíba, porque é uma área remota. Com isso, essa bacia, hoje, já produz 4,5 milhões de metros cúbicos por dia de gás, e a exploração continua. É uma bacia imensa. São 700 mil de quilômetros quadrados de área. Tem potencial para muito mais.

Em função disso e daquela questão que disse antes de esforço para descentralizar o investimento

exploratório, na 12ª Rodada, que vai acontecer em novembro próximo, estamos oferecendo essas áreas roxas. Vejam que saímos do foco do Sudeste para o Nordeste, Norte, Centro-Oeste e Sul, um esforço claro para espalhar a exploração e produção de petróleo e gás pelo Brasil afora, já que temos 95% de área sedimentar fora do jogo do petróleo. Estamos, então, incluindo essas áreas. Qual é o sentido disso? É um sentido que está completamente apoiado nos estudos geológicos e geofísicos que a ANP tem feito ao longo desse período. *(Pausa.)*

Vou ficar muito contente se conseguirmos levar a exploração para o Centro-Oeste, para o Norte, para o Sul, etc.

Quero dizer para vocês que, quando a gente fala de gás, estamos falando de uma licitação para gás natural. No entanto, o assunto gás não convencional, ou *shale gas*, está nos abalroando por causa do sucesso americano. Os Estados Unidos conseguiram um sucesso estrondoso com a exploração do *shale gas*, o que fez com que tivéssemos que dar uma resposta para a sociedade em geral do que estamos pensando em *shale gas*.

Qual é a estimativa do *shale gas* no Brasil? A primeira coisa que tenho para dizer a vocês é que eu não sei, mas fizemos alguns exercícios. Como exercício, como primeiro passo de um conjunto de informações, que são pouquíssimas para que a gente defina isso, usamos o Barnett Shale. Por que o Barnett Shale? Porque o Barnett Shale foi a primeira área dos Estados Unidos que começou a produzir isso, porque ele não produz nem muito nem pouco e, então, a gente resolveu usar o Barnett Shale como análogo. Isso é um mero exercício, não é uma estimativa.

Usando esse Barnett Shale como análogo e considerando as informações que já tínhamos de bacias sedimentares brasileiras, imaginando que a rocha fonte, que é onde vai aparecer o gás, nós soubéssemos onde estava e soubéssemos o volume deles – claro que isso também é estimativa, fruto de poucas informações –, comparando com o Barnett Shale, nós chegamos a 64 trilhões de pés cúbicos na bacia do Parnaíba, aquela lá no Maranhão e Piauí; 124 trilhões de pés cúbicos no Parecis, aquela no Mato Grosso; 20 no Recôncavo; 80 na Bacia do São Francisco – se bem que esses 80 têm uma conotação um pouquinho diferente –; e no Paraná nos dissemos que não sabemos. Porém a agência de dados americana fez uma estimativa em 2011 de que a Bacia do Paraná, baseado nas informações que eles tinham fora do Brasil, podia ter 226 TCF.

Eu tenho até medo de somar esses números todos; obviamente eu somei, mais isso, de novo, não é uma estimativa. A única coisa que nós podemos dizer,

vendo esses números que são imensos, é que nós não podemos deixar gás natural em terra no Brasil fora do jogo. Nós temos que explorar e buscar produzir gás natural em terra no Brasil.

É isso que esses números estão dizendo, porque esses números são absolutamente imensos.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – A questão ambiental eu já digo, mas também não é um bicho de sete cabeças porque hoje já se tem uma curva de aprendizado relevante. Então, hoje, os Estados Unidos já têm mais de cem mil poços perfurados e tudo isso está sendo pelo Brasil muito estudado pela Agência Nacional do Petróleo, pelo Ministério de Minas e Energia, pelo Ministério de Meio Ambiente, pelo Ibama, enfim, está todo mundo debruçado sobre essa questão.

Mas há alguns facilitadores, que depois eu posso explicar.

Consideração final. Eu só posso dizer a vocês que essa retomada de licitações busca uma descentralização do investimento exploratório imensa, ela busca reviver, auxiliar a reviver a indústria naval, ela busca acelerar o desenvolvimento da nossa indústria brasileira, mas ela mostra uma coisa incrível: abrindo a margem equatorial brasileira, aquelas áreas no Norte e Nordeste, abrindo o pré-sal, abrindo as oportunidades para gás em terra, ela mostra um potencial imenso de Brasil. É isso que eu estou dizendo aqui para vocês.

O Brasil tem um potencial para gás e para óleo absolutamente gigantesco. Um potencial que, até então, estava fora do jogo de petróleo e não estava contratado.

Esse potencial dá para a gente um mercado imenso para as empresas de petróleo, mas ele é também um potencial imenso para aquelas empresas fornecedoras de bens e serviços, principalmente aquelas empresas que estão estabelecidas no Brasil ou que pretendem se estabelecer no Brasil. Esse é um mercado imenso.

Além disso, a indústria do petróleo também é a principal agregadora de valor ao trabalho. Então, quando nós olhamos o valor agregado ao trabalho na indústria de petróleo, que é um trabalho de alto nível, seja ele nas operadoras ou nas prestadoras de serviços, nós vemos o maior valor agregado ao trabalho de todos os setores econômicos que existem no Brasil.

Isso significa que não só essas áreas vão ofertar trabalho via as operadoras, como também nas prestadoras de serviços. Elas podem e devem. Só para vocês terem uma ideia, para cada emprego que eu gero em uma petroleira, eu gero pelo menos cinco na indústria parapetroleira. Então, essa é a pujança da indústria do petróleo, que não se resume à petroleira apenas, ela se espalha por toda uma indústria parapetroleira.

Obrigada.

Estou disponível para responder qualquer pergunta que vocês queiram.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr^a Magda Chambriard, Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, pela sua explanação nesta nossa audiência pública.

Iniciando as perguntas de S. Ex^{as} os Srs. Senadores, o Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, o Senador Blairo Maggi.

V. Ex^a está com a palavra, por favor.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, quero cumprimentar a Sr^a Magda Chambriard, que, como Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, trouxe a nós uma exposição muito importante para termos melhor consciência do extraordinário potencial que a riqueza do petróleo e do gás natural representam para o Brasil. E a senhora nos proporcionou uma informação de muita importância sobre a diversidade do Território Brasileiro, incluindo toda parte no mar. E há possibilidade potencial de o Brasil, em praticamente todas as regiões, beneficiar-se da exploração do petróleo e do gás.

Eu não sou especialista nessa área, então poderei fazer alguma indagação de quem está querendo aprender. Eu, por exemplo, quero saber... Na minha idade já deveria saber melhor isso, mas, quando se fala que o petróleo é uma riqueza não renovável e por isso a importância de pensarmos nas gerações vindouras, eu gostaria também de saber se o gás é algo não renovável, ou sempre essa chama – que a senhora mostrou e surpreendeu de tão forte –, se o gás é algo permanente, ou também vai, em algum momento, dada a exploração de gás, exaurir-se ou não. Eu deveria já saber disso, mas quero perguntar-lhe.

Agradeço também se puder nos dar uma palavra sobre a sua avaliação com respeito às decisões tomadas já pelo Poder Executivo e pelo Congresso Nacional sobre a destinação dos recursos do petróleo.

Quando houve a descoberta do petróleo na camada pré-sal, o Presidente Lula observou: “Parece que Deus é brasileiro, veio morar no Brasil e ajudou a Petrobras a encontrar petróleo no fundo do Oceano Atlântico”. E, felizmente, essa riqueza vai proporcionar ao Brasil a possibilidade de erradicar a pobreza, prover boa educação para todos os brasileiros, a boa assistência à saúde, o desenvolvimento cultural, os cuidados com o meio ambiente e tudo.

E daí houve o envio de projetos do Poder Executivo ao Congresso, que já tomou algumas decisões prevendo, por exemplo, que 50% dos recursos da ex-

ploração do petróleo na camada pré-sal vão para a educação, 25% para a saúde e a outra parte eu pediria à senhora também que nos falasse a respeito.

Agradeço se a senhora puder nos dizer como avalia a decisão tomada até agora pelo Congresso Nacional com respeito à destinação dessa riqueza?

Segundo sua exposição, o que podemos perceber é que, por exemplo, quando a senhora destacou que nos próximos anos o investimento na área do petróleo será bem maior do que nos demais setores, como o automobilístico e outros, isso vai representar para a economia brasileira uma diversificação muito importante a partir da demanda de bens e serviços que o setor petrolífero vai necessitar. Isso vai ter um efeito multiplicador, acredito positivo, para a economia brasileira nos próximos anos. Mas agradeço se puder nos dizer que perspectivas teremos, tendo em conta que o petróleo é conhecido como algo não renovável, já que essa riqueza ali depositada e uma vez explorada – a senhora mencionou que tem ali em um dos poços algo como o tamanho do Pão de Açúcar –, mas, uma vez que ele for extraído, quanto tempo vai durar aquela jazida do tamanho do Pão de Açúcar? Existe uma perspectiva de quando vai se esaurir? O que o Brasil, a Agência Nacional do Petróleo deverá então fazer? Que preparo deve ter a Nação para o momento em que tiver sido esaurido? Que horizonte temos? Podemos aproveitar essa boa riqueza e depois o quê? Vamos ter novas formas de criatividade e teremos investimentos realizados no País para que o Brasil continue a se desenvolver por outras formas, mesmo se tiver terminado o petróleo?

São indagações que me vêm à mente.

Parabéns por sua exposição.

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Obrigada. O senhor quer que eu responda agora? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/ PTB – AL) – Muito obrigado a S.Ex^a o Senador Eduardo Suplicy.

Vamos ouvir agora S. Ex^a o Senador Blairo Maggi; em seguida o Senador Jayme Campos, seguido pelo Senador Flexa Ribeiro.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/ PR – MT) – Bom dia, Sr. Presidente Collor, Sr^a Magda, Presidente-Diretora Geral da ANP.

Dr^a Magda, eu tenho uma pergunta que não tem muito a ver com o tema, mas que eu não poderia deixar de fazê-la. Há pouco tempo vimos uma desistência por parte da OGX de explorar um dos poços de petróleo que ela estava operando. Segundo comentários feitos à época pelos jornais, a quantidade de petróleo prevista não correspondeu à produção. Portanto, o que deveria

ser da ordem de 20 mil barris, parece-me que ficou em torno de 5 mil, ou coisa parecida. Enfim, a desproporção da produção com a realidade foi muito grande.

Confesso a V. S^a que essa questão específica me deixou com a pulga atrás da orelha. O que aconteceu aqui? O empreendedor errou ou as previsões do tamanho da jazida não foram bem-feitas e, na hora de fazer a exploração, não encontrou o petróleo?

É um assunto que, realmente, nos deixa bastante preocupados, porque, se nós erramos num poço, num empreendimento como esse, nós não podemos cometer os mesmos erros daqui para frente nos demais campos do pré-sal, pós-sal ou coisa parecida.

Feita essa constatação, eu gostaria de pedir um esclarecimento, se a senhora pudesse fazê-lo rapidamente. Eu sei que é uma coisa bem complexa, a senhora falou em vários pacotes de informações que há aqui; mas gostaria de saber quem é o responsável e como se delimita uma jazida dessas para se dizer assim: “Aqui há oito bilhões de barris de petróleo. Aqui há um bilhão de barris de petróleo”. E como nós podemos confirmar isso? A mim me parece, ou para o mercado, que ficou certa dúvida. Podemos colocar a culpa no empreendedor, de que ele foi muito afoito, ou podemos dizer que a estimativa foi malfeita. E, se foi malfeita, ela foi cancelada pela ANP. De qualquer forma, a ANP tem de cancelar. Ou ela não participa disso? A impressão que eu tenho – e que a sociedade tem – é a de que a ANP é que cancela isto: “Olha, lá tem isso”. E todos nós concordamos, e a União vende, faz leilão, etc. e tal, e alguém vai lá e compra, esperando ter aquela mercadoria; mas, chega lá, não tem.

Então, são essas as minhas colocações, que me deixaram bastante preocupados com o futuro do programa de petróleo no Brasil. E, mais uma vez, se erramos numa posição, podemos cometer ou ter cometido o mesmo erro nas demais.

No mais, quero cumprimentá-la pela interessante apresentação, e o lamentável é que não tenhamos feito isso antes. Acho que o Brasil vem demorando muito tempo para colocar esses blocos para o mercado, para que esse mercado pudesse florescer com muito mais rapidez.

Parabéns, e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Blairo Maggi.

Com a palavra, S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Collor; nossa amiga Dr^a Magda, que, uma vez mais, está aqui no Senado, prestando esclarecimentos e, sobretudo, enriquecendo o pouco conhecimento que nós temos nessa área;

demais Senadores e Senadoras, eu serei muito breve nas minhas observações e indagações.

V. Ex^a disse, em relação aos blocos, que estão licitando a Petrobras. Particularmente, quero fazer uma indagação de forma bem direta. Pouco tempo atrás, foi licitada a região do Parecis, que muito nos interessa ao nosso Estado, e a Petrobras ganhou, ou seja, adquiriu os blocos; eu indago à senhora sobre quanto tempo ela poderá ficar sentada nessa concorrência que foi feita para a exploração; há prazo estabelecido ou não há? Notadamente, digo isso pelo fato de nós termos interesse nessa região do Mato Grosso, até porque, quando aqui estive o ex-Presidente anunciando, nós, como homens públicos, como Senadores da República, tivemos até a obrigação de levar ao conhecimento da sociedade civil do nosso Estado, particularmente daquela região, essas informações que certamente são muito importantes. De lá para cá, nada aconteceu, e agora V. Ex^a diz que será feita uma nova licitação em relação aos blocos de gás na região do Parecis.

Eu gostaria de perguntar também à senhora o seguinte: quando a senhora fala em relação à exploração, que seria um prazer enorme, uma imensa alegria para a senhora, de exploração na Região Norte, Centro-Oeste, por que não faz as demais licitações? Qual é a dificuldade? É técnica? É jurídica? Qual fato ocorre? Qual é o entrave que há para abertura dessas licitações e, eventualmente, concessões?

E a explanação que a senhora fez foi maravilhosa.

O Brasil é riquíssimo, é fantástico nosso potencial do petróleo em mar, em terra, gás em terra, em mar, e até hoje não conseguimos atingir nossas metas, para atender pelo menos a demanda naturalmente do mercado consumidor brasileiro. E, poucos dias atrás – a senhora deve ter tido conhecimento –, o próprio Eike Batista, numa matéria no jornal *O Globo*, disse que está devolvendo 8 blocos que foram licitados, que ele adquiriu e que está devolvendo. Imagino que ele tenha pago; se o pagamento foi a prazo, se foi à vista, se foi parcelado, eu não sei; mas como é que fica? O cidadão comprou oito blocos; passados alguns meses ou anos, ele vai e devolve; como é que fica? A ANP devolve o dinheiro a ele ou coisa parecida? Ou fica relegado lá, num canto, na prateleira? Eu queria saber que critério se utiliza para isso.

Concluindo, eu queria perguntar à senhora o seguinte: há alguns dias, o Prof. Adilson de Oliveira, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em uma audiência desta Comissão, avaliou como precipitada a iniciativa da ANP de licitar áreas de xisto betuminoso. Segundo ele, o Brasil, Sr. Presidente, deveria concentrar esforços na exploração de petróleo do pré-sal, reservando as jazidas de

xisto para utilização futura, quando as tecnologias de exploração forem liberadas pelos Estados Unidos. V. S^a concorda com essa avaliação? E por quê?

Segunda pergunta: no início deste mês, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a Academia Brasileira de Ciências enviaram carta à Presidente Dilma Rousseff, pedindo a sustação dos leilões para exploração de gás de xisto porque temem pelos riscos iminentes de contaminação da água. Qual a opinião de V. S^a sobre essa preocupação dos nossos cientistas?

Concluindo, quero cumprimentá-la uma vez mais, pois a admiro pela competência e eficiência e por essa cabeça rica e maravilhosa que tem a oportunidade de fazer aqui uma explanação. São poucas as pessoas que têm essa capacidade, esse exercício de mente para trazer ao nosso conhecimento informações tão importantes para todos nós brasileiros. Parabéns. Muito obrigado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

Com a palavra, S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro; em seguida, o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senador Fernando Collor, Dr^a Magda Chambriard, Presidente da ANP, Srs. Senadores.

Dr^a Magda, há alguns anos, foi feita, pelo Governo Federal, uma ação midiática em que o Brasil seria autossuficiente em petróleo. Inclusive, alguém molhou as mãos no óleo e colocou no macacão de um operário da Petrobras. E nós sabemos que até hoje, lamentavelmente, nosso País não é autossuficiente, ainda é importador de óleo. Gostaria que V. S^a pudesse nos dizer qual é a previsão para que o Brasil realmente seja, não midiaticamente, mas efetivamente, autossuficiente na produção de óleo.

E queria ouvir a opinião de V. S^a também sobre a mudança do sistema de concessão para partilha. Se isso trouxe algum benefício para o País ou se veio atrasar efetivamente os leilões da Petrobras, para que nós pudéssemos avançar. Sabemos que, a cada ano, nossa produção está diminuindo, não estamos avançando na produção de petróleo como deveríamos avançar, até por falta dos leilões, que voltarão a ocorrer agora. Mas eu perguntaria: V. S^a, hoje, conhecendo o sistema em vigor, de partilha, faria a mudança ou manteria a concessão, como era anteriormente, apenas aumentando a participação nos poços de alta produtividade, o que seria uma compensação para resolver o sistema?

Por último, Dr^a Magda, a Petrobras, todos nós temos conhecimento, lamentavelmente, enfrenta problemas de caixa para investimentos. Como ela fará o

aporte dos 30% obrigatórios nos leilões que virão a ocorrer?

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra, S. Ex^a o Senador Delcídio do Amaral; em seguida, S. Ex^a o Senador Valdir Raupp.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Cumprimento o Presidente Fernando Collor e a Dr^a Magda, competente Diretora da Agência Nacional do Petróleo, que honra, com seu trabalho, o nosso Governo e o nosso País.

Eu não acompanhei a exposição porque os horários do Presidente Collor são meio difíceis de acompanhar pela manhã, mas vim acompanhando pelo rádio, no carro, e gostaria de fazer algumas perguntas, Magda. Primeiro, com relação à exploração e à produção, com relação ao *upstream*.

É evidente que temos verificado as dificuldades que a Petrobras tem enfrentado, especialmente no sentido de perseguir essa média de produção ou a autossuficiência ao longo desses últimos anos, com paradas de plataformas para a manutenção, além dos desafios da empresa, hoje, no sentido de fechar o ano com sete plataformas em operação. Eu acredito que, a partir de 2013, os programas de manutenção vão ser mais bem administrados ou, pelo menos, geridos com alguma flexibilidade. E quem ganha com isso é a produção.

A primeira pergunta, minha querida Magda, é com relação à reexploração de campos. A gente verifica que há um esforço grande da Presidenta Graça no sentido de reduzir custeio, ajustar a empresa, cobrar desempenho, mas, com relação à reexploração de campos, quais são os trabalhos, os investimentos necessários para não se perder produção nos campos que atualmente estão em operação? Como a ANP analisa, com o seu acompanhamento sistemático, permanente, essas ações da Petrobras principalmente no que se refere à reexploração? Eu acho que esse é um investimento importante. Não vou chamar de perenizar, mas, pelo menos, investir para que os campos continuem com produções compatíveis com o que o País espera e, evidentemente, a Petrobras também. Falam muito em leilão, nisso, naquilo, mas me refiro à reexploração de campo. Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta, Magda, é com relação a esses 30% que a Petrobras... Por exemplo, hoje, já foi dito aqui que a companhia vai buscar recursos, há uma defasagem entre o preço do petróleo lá fora e o valor com que se vendem combustíveis no País – situação agravada agora pelo câmbio. Ou seja, a Petrobras

precisa de recursos principalmente para atender ao seu planejamento estratégico e para “bidar” aqueles campos que interessam à companhia.

Como é que a ANP enxerga a questão desses 30% obrigatórios? Ou seja, em qualquer *bid* que surgir, a Petrobras necessariamente tem que aportar, pelo menos, 30% como operadora exclusiva do pré-sal.

Será que isso não tira da frente as prioridades que efetivamente a Petrobras tem no sentido de aplicar os seus recursos no planejamento da companhia que, na visão da companhia, são blocos mais compatíveis com os seus resultados ou com aquilo em que se pensa ou que se projeta no médio e longo prazo? Essa é a segunda pergunta.

A terceira pergunta, Magda, é com relação à área de *downstream*. A gente verifica que, mais uma vez, o etanol patina. Houve um esforço do Governo com relação à PIS/Cofins. Isso aliviou a situação das usinas, mas não resolveu o problema. Há ainda uma defasagem, pelo menos são as informações que nos vêm, de uns quarenta centavos, se não estou enganado, o que evidentemente poderia ser compensado se ocorresse um aumento do preço da gasolina em função dessa paridade de 70%. Pensa-se inclusive em adotar, com relação a alguns Estados brasileiros do Centro-Oeste, do Sudeste, alíquotas de ICMS que consolidem o etanol como um segmento importante da nossa matriz energética. E entendo que ele é, porque o Brasil tem tecnologia, o Brasil se preparou para isso e o Brasil não pode se frustrar novamente.

A despeito dessas dificuldades, Magda, pensando na hipótese de o setor de álcool enfrentar muitas dificuldades, como tem enfrentado, o Brasil comporta? Como seria o atendimento do mercado de automóveis, por exemplo, se nós tivéssemos dificuldades com o etanol? Hoje a produção é boa, tudo indica que vamos ter um bom ano, mas se nós não tivéssemos o santo etanol, nós teríamos infraestrutura para bancar o consumo de gasolina pelo Brasil? Ou seja, se nós não contássemos com o etanol, seria tranquila, no quadro atual, a logística ou a infraestrutura necessária para atender ao País, utilizando única e exclusivamente gasolina ou eventualmente pouco etanol? Porque a preocupação é que estamos importando gasolina e as refinarias brasileiras, as próximas, não vão produzir gasolina, elas vão produzir diesel, vão produzir outros derivados.

É um problema e, no meu ponto de vista, o Brasil tem que priorizar o programa do etanol, combustível limpo que se agrega forte para a agroindústria. O meu Estado, o Mato Grosso do Sul, será, sem dúvida nenhuma, no médio prazo, o segundo Estado maior produtor de etanol do Brasil; portanto, é um setor também pujante. Num Brasil que cresce pouco, o agronegócio

está crescendo mais de nove pontos percentuais ao ano. O etanol não é importante só como combustível, sob o ponto de vista de energia renovável, mas também tem um grande foco na agroindústria e por que não dizer também na energia de biomassa, que é a energia limpa, a geração de energia através das usinas que são instaladas para queimar o bagaço de cana e, conseqüentemente, suprir o sistema energético brasileiro.

Lamentavelmente essas usinas estão sendo misturadas com outras e, portanto, isso também é mais um desestímulo, porque isso agrega valor e melhora a rentabilidade das plantas, a partir do momento em que eu tenha condição de gerar energia usando bagaço de cana.

Acho, Magda, que é difícil equacionar essa questão sob o ponto de vista de planejamento do setor de energia. Vemos com muita preocupação isso. Portanto, essa é mais uma pergunta que eu gostaria de fazer.

A outra questão se refere ao gás. Numa das últimas conversas que tivemos, a Profª Magda sempre me aconselhando, os Estados Unidos consumiam 22 milhões de barris: produzia 5 e importava 17. Aí o Obama lançou um pacote, em 2008, baixou para 12 a importação de petróleo nos Estados Unidos. Agora, as últimas informações são de que estamos em 6. Isso vai levar a uma mudança, sob o ponto de vista de matriz, sob o ponto de vista de geopolítica mundial, extraordinária.

Eu tenho muita preocupação se daqui a pouco o pré-sal, que é uma grande riqueza, em função desse novo quadro que se avizinha, com sobras, porque vai sobrar, isso vai ter que ser aplicado em algum lugar, não sei se os Estados Unidos vão ser autossuficientes, porque há dúvidas com relação a isso, mas, evidentemente, é uma sobra. Então, eu acho que é importante acelerar a questão da produção do pré-sal, porque estão ocorrendo mudanças fortes no mercado de petróleo.

E aí, para tratar de uma coisa mais provinciana, eu vou cuidar de tratar do meu Estado, o Mato Grosso do Sul. Nós estamos com ciúme, Magda, de Mato Grosso, porque, em Mato Grosso, está aparecendo gás. E não é possível que, sendo praticamente a mesma bacia, não exista gás em Mato Grosso do Sul. Nós somos vizinhos da Bolívia, vizinhos da Província de Santa Cruz. É na Província de Santa Cruz que estão as grandes jazidas de gás natural boliviano, cujas negociações começaram com o Presidente Collor, lá nos idos de 1990.

O que está previsto, Magda, para Mato Grosso do Sul, uma vez que a gente tem convicção que, assim como existem rios onde o gás borbulha, em Mato Grosso, nós também temos algumas insurgências em Mato Grosso do Sul. Eu não podia deixar de fazer

esta pergunta também, até porque eu acho que muitas coisas boas podem acontecer em nosso Estado ao longo dos próximos anos. Eu suponho que o próximo governador vai ter uma oportunidade ímpar para dar aquela alavancada de que Mato Grosso do Sul precisa.

No mais, muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Delcídio do Amaral.

Com a palavra, S. Exª o Senador Valdir Raupp, e, em seguida, S. Exª o Senador Sérgio Petecão.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srª Presidente da ANP, Drª Magda, Srªs e Srs. Senadores, depois dessa longa exposição e questionamentos do Senador Delcídio, acho que não sobrou mais nada para a gente perguntar. Eu vou falar sobre Rondônia daqui a pouco, mas eu queria antes fazer uma pergunta à Drª Magna.

A Lei 12.351, de 2010, faculta à União celebrar os contratos de partilha diretamente com a Petrobras, dispensada a licitação. No leilão de Libra, entretanto, optou-se por licitação, em que o vencedor vai se consorciar com a Petrobras, que, em qualquer caso será a operadora única e responderá por pelo menos 30% do consórcio.

Gostaria de saber a opinião da senhora sobre os motivos de a União ter optado pela licitação, em vez de contratação direta da Petrobras. Mais especificamente, a senhora acha que falta à Petrobras condições técnicas ou financeiras para explorar Libra? A senhora acha que ela poderia explorar sozinha o campo de Libra, ou seria uma decisão política de evitar forte estatização no setor?

Por último, eu queria perguntar sobre Rondônia. Se nós temos gás no Amazonas, em grande quantidade; se vai ser prospectado o Acre – vi no mapa, parece que também há possibilidade de petróleo e gás no Acre –; se existe gás na Bolívia e no Mato Grosso, Rondônia está exatamente no meio, entre a Bolívia, Acre, Amazonas e Mato Grosso, está circundada por todos esses Estados e o país vizinho da Bolívia; se em todos esses locais existe gás, por que não existe gás em Rondônia?

O Governador, recentemente, com a ida da Ministra Ideli a Rondônia, fez esse apelo, essa cobrança. Eu tenho lutado tanto para levar um gasoduto do Amazonas para Rondônia, porque ficamos lá durante, sei lá, 20 anos, 30 anos gerando energia a óleo diesel para Rondônia e Acre, em torno de 400 a 500 mega entre Rondônia e Acre, queimando óleo diesel – e ainda queima, hoje, uma grande quantidade de óleo diesel –, e o gás bem próximo de Rondônia, no Estado do Amazonas. Não conseguimos lograr êxito na constru-

ção desse gasoduto. Mas se vai haver gás em Mato Grosso, na Amazônia e na Bolívia, eu espero também que possa haver gás em Rondônia, porque evitaria a construção do gasoduto e o gás poderia ser usado de Rondônia mesmo.

Eram esses os questionamentos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/ PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Valdir Raupp.

Com a palavra, S. Ex^a o Senador Sérgio Petecão

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Obrigado, Presidente. Quero dar um bom-dia à Dr^a Magda, agradecer pela sua presença aqui, na nossa Comissão.

Eu vou direto. Minha pergunta vai ser direta.

Dr^a Magda, lá no Acre, surgiu agora esse novo momento do gás. Eu queria saber o seguinte: quando a senhora se referiu a outros Estados, como por exemplo, Mato Grosso, o gás estava borbulhando e, em outros Estados, há uma perspectiva bem maior de gás. Quando a senhora se referiu ao Acre, a senhora não deu essa ênfase. O que existe de concreto?

Antes dessa onda do gás, dizia-se que no Acre podia haver gás, mas não era viável, por conta das reservas, por conta das condições do Estado, das distâncias. De repente virou essa febre de gás no Acre. Estou lhe dizendo isso porque alguns empresários já estão até gastando por conta desse gás.

Eu queria saber o que há de concreto de gás lá no meu Estado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Sérgio Petecão, vice-Presidente desta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

E passo a palavra agora à Dr^a Magda Chambriard para oferecer as respostas às perguntas formuladas pelos Srs. Senadores.

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Vamos começar pelo Senador Suplicy, que foi o primeiro.

Gás é não renovável também, Senador. Mas vou dizer uma coisa que mulher não devia falar. Comecei a trabalhar no petróleo com carteira assinada no dia 1º de fevereiro de 1980 e, desde aquela época, que eu escuto falar em pico de produção e que a reserva vai acabar. Isso pelo mundo foi muito comum.

A reserva, ela própria, se extingue. Mas quem fala isso desconsidera a inserção de tecnologia. Por exemplo, até 15 anos atrás, a gente furava, principalmente na Bacia de Campos, até 3.500 metros de profundidade. Nessa profundidade não seria possível o pré-sal, por exemplo. Furávamos também em lâmina d'água muito

mais rasa. Tivemos todo um desafio tecnológico para ir para mil metros, para ir para dois metros e já estamos chegando a três. Tudo isso é reserva que se agrega com inserção tecnológica.

Quinze anos atrás, a Bacia de Santos era fria. Hoje, nela aconteceu a pujança do pré-sal. Por que aconteceu a pujança do pré-sal? Porque nós conseguimos uma evolução tecnológica importante nos estudos sísmicos que permitiu imagear embaixo do sal. A gente não conseguia fazer isso antes. Conseguimos uma inovação tecnológica capaz de furar dois quilômetros de sal. Não fazíamos isso antes. Conseguimos uma inovação tecnológica capaz de furar em dois mil metros de lâmina d'água. Não fazíamos isso antes. Conseguimos furar até sete mil metros de profundidade. Também não fazíamos isso antes.

Quer dizer, toda essa inserção de tecnologia vai agregando reservas que nós tínhamos, mas que não tínhamos como acessar, ou algumas mesmo que nós nem sabíamos que tínhamos, já que não conseguimos enxergar.

Essa é a história do não convencional nos Estados Unidos também. Os Estados Unidos têm uma bacia sedimentar em área total parecida com a nossa, é um pouquinho maior. Só que os Estados Unidos já furaram lá mais de quatro milhões e meio de poços. Só de poços não convencionais já foram mais de 100 mil. Hoje, no Brasil, ainda estamos em míseros 27 mil poços. Ou seja, ainda há muito caminho pela frente no Brasil. O Brasil é muito grande. O Brasil é realmente um país continental e rico.

Então, acho que respondi a primeira questão.

Quanto à destinação, a minha avaliação sobre destinação dos recursos de petróleo. Quem sou eu, Senador Suplicy? Eu posso ter uma opinião pessoal, mas, como diretora da Agência Nacional do Petróleo, me cabe dar todos os insumos para vocês discutirem esse assunto. Esse é o meu papel.

O que eu posso dizer é que pode ser muito dinheiro e que, sem dúvida nenhuma, analisando a indústria do petróleo, a logística da indústria do petróleo, aí eu já dou uma palhinha para a resposta do Senador Delcídio, precisamos aumentar muito a infraestrutura no País.

Quanto a esse momento que o Brasil está vendo de importações e exportações, temos uma fronteira seca que ajuda muito pouco. Então, é a nossa fronteira molhada que faz todo o comércio e faz a entrada e saída de petróleo, derivados, gás etc.

Eu sou forte defensora de multiplicação de infraestrutura. Por que isso? Porque, no frigar dos ovos, se melhorarmos porto, linha de transmissão, estrada, gasoduto, se melhorarmos tudo isso, em última análise, estamos abaixando o preço do arroz também. Viabili-

zando toda essa infraestrutura de que o petróleo precisa, vamos mexer em porto, por exemplo. Hoje, quando olhamos aumento de demanda por combustíveis importados, quando antecipamos uma demanda por exportação de petróleo cru, por exemplo, nós estamos falando que nós vamos precisar de píer, de leito, de toda uma infraestrutura portuária que é importantíssima para viabilizar tudo isso. Então, eu sou forte defensora da expansão de uma infraestrutura para que o Brasil tenha o desenvolvimento que ele merece.

Em relação a tudo que nós estamos licitando, a demanda por bens e serviços é imensa. Só em Libra, nós estamos antecipando que podemos usar de 12 a 18 plataformas de grande porte. Além de uma inserção tecnológica muito forte, isso é uma demanda que ancora estaleiros, indústria naval, uma quantidade muito grande de fornecedores de bens e serviços. Além dessas 12 ou 18 plataformas, nós vamos precisar também, por exemplo, de 60 a 90 barcos de apoio, pelo menos.

Eu me lembro de que, no dia 01/02/1980, eu, lá com meus – não posso me denunciar, mas sou obrigada a fazer isto – 22 anos, recém-formada pela UFRJ, tinha alguns colegas na indústria naval. Saíram todos. Ficou um ou outro. Mas, dos meus colegas, todos que eram engenheiros navais foram para o mercado financeiro. A indústria naval praticamente desapareceu no Brasil. De forma que, quando eu vejo um eslaide daquele que eu mostrei, com estaleiros trabalhando para a indústria do petróleo, desde o Nordeste até o Sul do País, eu só posso ficar extremamente feliz de ver que estamos conseguindo reerguer uma indústria importantíssima.

Como pode um País que tem 8 mil quilômetros de fronteira molhada, que faz comércio por essa fronteira molhada, que tem milhares de quilômetros de rios navegáveis, que tem 25% da indústria de petróleo *offshore* do mundo, não ter indústria naval? Isso não faz nenhum sentido. Isso é uma aberração!

O que eu temo é que essa indústria naval, que leva pelo menos uns 30 anos para se consolidar, não tenha atenção por 30 anos. Ela precisa de atenção por 30 anos, porque, senão, não vamos conseguir competir. E acredito que não vamos ter uma segunda chance, porque não podemos ficar retratando esses assuntos como se eles fossem um bumerangue.

Acho que o País está com uma oportunidade de ouro, com toda essa demanda que está sendo gerada aí, porque a margem equatorial também é isso, todo o litoral do Norte e Nordeste também é isso etc., temos uma oportunidade de ouro para perenizar a nossa indústria naval de uma vez por todas.

Esse é um dos benefícios, dentre vários, do que nós estamos fazendo agora.

Eu espero ter respondido.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu gostaria de cumprimentá-la pela maneira como a engenheira naval aos 22 anos soube tão bem contribuir para o Brasil se tornar melhor.

Parabéns.

A SRª MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Obrigada.

O Senador Blairo Maggi está falando da desistência da OGX e me pergunta se nós podemos errar no pré-sal. Ele pergunta também como as empresas se enxergam, comprando uma mercadoria que pode não existir. Então, eu vou começar por essa última pergunta.

Quando licitamos uma área exploratória, nós licitamos uma área cuja regra é não dar certo. É esse o jogo do petróleo. Só para terem uma ideia de números, a Bacia de Campos é a área que nós temos de maior potencial exploratório. Ninguém tem dúvida de que ela é atrativa. Ninguém tem dúvida de que ela é lucrativa. Mas, para cada poço pioneiro que eu furei na Bacia de Campos, para cada seis poços pioneiros, eu só fiz uma descoberta comercial. Então, a minha chance de sucesso, no frigar dos ovos, computando todos esses poços pioneiros, é de 15%.

Na indústria do petróleo, o que eu chamo de alto potencial é 15% de chance de acertar e 85% de errar. Quando eu estou licitando essas outras áreas, esse número é muito menor. Então, eu posso ter 5% de chance de acertar. E é isso que as companhias de petróleo buscam. Por quê? Porque elas gastam uma fortuna em termos de investimentos exploratórios e esperam que as descobertas, ao serem realizadas, paguem não só aquela oportunidade exploratória, como todas as outras que elas investiram para chegar à que deu certo.

Exploração, então, é mais ou menos uma estatística, e é por isso que as empresas precisam ter portfólio grande. O portfólio grande é exatamente para permitir que a estatística ajude, porque, se você tiver um, dois blocos, a chance de eles darem errado é muito grande. Se você tiver cem, já é outra coisa. É por isso que as empresas de petróleo trabalham em parceria, mas principalmente na fase de exploração, porque, quando elas atuam em parceria na fase de exploração, o que elas estão fazendo é participando de muito mais oportunidades do que elas poderiam participar sozinhas. Então, o jogo é esse mesmo, viu, Senador?

Como é que a gente trabalha? A gente trabalha com os dados que a gente tem até então. A gente tem o melhor juízo de valor com os dados que a gente tem até então, mas só com eles, e todo mundo sabe disso. Por exemplo, a gente vai ter às vezes uma surpresa que é pior, uma surpresa que é melhor. No caso de Libra, por exemplo, foi uma dessas surpresas que foi melhor.

A gente imaginava cinco e, hoje em dia, a gente acha que tem de oito a doze – uma surpresa boa! É por aí.

No caso daquela área da Bacia de Campos onde a OGX fez a descoberta do tubarão azul, do tubarão martelo, etc., eu diria o seguinte: há outra lógica em petróleo. A gente procura petróleo onde a gente já sabe que existe alguma coisa aparecendo. É por isso que é tão importante o gás borbulhando no Rio Teles Pires e outros. Mas a gente também mais ou menos calibra produção pelos poços que a gente já tem na área em volta. E, naquela área dos tubarões, por exemplo, a gente não tem nada com mais de cinco mil barris de petróleo por dia. Portanto, esperar vinte não era muito razoável.

Uma questão que a gente se faz na Agência Nacional do Petróleo é a seguinte: nós reagimos contra documentos que são submetidos à Agência Nacional do Petróleo. Mas, agora, está aparecendo outra coisa que são declarações para a Imprensa. Nós nos perguntamos até que ponto nós temos que coletar informações do jornal e responder à mídia assuntos para os quais nós não somos provocados. Então, essa é uma questão.

No entanto, nesse caso específico dessa empresa, apareceu uma questão que eu vou tentar ver como é que a gente vai reagir a essa demanda. Ao mesmo tempo que todo um processo administrativo na Agência Nacional do Petróleo tem um tempo longo de avaliação, porque a gente começa a avaliar, faz perguntas para o concessionário, o concessionário responde, a gente fica satisfeita ou não e faz novas perguntas, e faz reunião, e vem documento de lá e para cá, etc., novas interpretações. Mas o mercado financeiro tem outro *timing*.

Então, eu estou já começando a considerar que talvez a ANP tenha que se aproximar mais da CVM, porque, no âmbito da ANP, o processo está correto e, no âmbito da CVM, ele também está correto, mas talvez haja um ganho para a sociedade na aproximação desses dois órgãos. Então, eu vou fazer um *road show* no Japão na semana que vem e, a partir daí, então, eu vou ver como é que eu faço para me aproximar da CVM. Certamente vou ter que discutir este assunto com o Presidente da CVM.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – A senhora me permite?

O que a senhora está dizendo é que, no âmbito da ANP – vamos falar de números macros –, havia um conhecimento e uma autorização para operar – entre aspas – “com 5 mil barris por dia” e, no âmbito da CVM, foram vendidos papéis da empresa por 20 mil barris por dia.

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – É um pouquinho diferente disso. Quando a gente olha os poços em volta de outras áreas, a gente vê que essas áreas não produzem 20 mil. O concessionário submete a nós um plano de desenvolvimento, que enseja todo um questionamento. E o poço efetivamente produziu bem, os poços efetivamente produziram bem. Por que eles produziram bem? Aí já há toda uma questão de geologia envolvida. Essa rocha é muito fechada. Como essa rocha é muito fechada você perfura o poço e ele fica como se fosse uma garrafa, cheio de óleo. Você vai produzindo, produzindo, produzindo. Se a rocha-mãe não conseguir alimentar esse poço na velocidade em que a bomba produz, ele vai produzir e vai secar. Aí você tem de fechar e esperar ele ser alimentado. Depois, ele produzirá bem de novo. Então, era isso o que estava acontecendo lá. Está certo?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – A preocupação é a de que os acionistas, aqueles que compraram ações dessa companhia, compraram sob uma informação de possíveis 20 mil barris por dia. É claro que haveria lucro para todo mundo, já que a senhora mesmo colocou aqui que tem apenas 15% de chance de acertar um bom poço. Quer dizer, então, quando você acerta, é um bom lucro. Nesse caso, os acionistas foram lesados. Eles compraram por um resultado e tiveram outro.

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Essa é a parte da qual discordo um pouquinho, viu Senador? Quem compra uma área exploratória – porque no fundo foi isso, a empresa não tinha áreas de produção, tinha áreas exploratórias – sabe o risco. O que acontece é que como o mercado está aberto há pouco tempo...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Diretora, concordo com a senhora. O que quero dizer é o seguinte: o que foi levado para o mercado. Então, para finalizar, acho que a ANP – a senhora colocou bem – tem de se aproximar da CVM. Acho que a CVM tem de perguntar, quando for questão de petróleo, para a ANP, se aqueles dados que estão sendo apresentados para o público, vendidos lá nos seus *road show*, se é o que a ANP está assinando embaixo, com a possibilidade, pelo histórico, pelos vizinhos dos poços etc. e tal.

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Não me lembro se foi no ano passado ou no ano anterior. Esse assunto já havia surgido um pouco na ANP por conta de um consórcio em que o operador divulgou uma previsão e o não operador divulgou outra. Isso já era uma coisa que não era usual. Quem fala pela área é o operador. Chamamos esse não operador à ANP e o fizemos ajustar seu discurso

com o do operador. No entanto, essa empresa não tinha ação no mercado brasileiro. Então, esse assunto não foi, vamos dizer assim, tão exacerbado quanto está sendo agora. Isso vai fazer, realmente, com que a ANP tenha de se aproximar da CVM, certamente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Para finalizar, Presidente, permita-me só... Então, no pré-sal existe sim um risco de não atingirmos os volumes que desejamos, que todos nós gostaríamos.

A SRª MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Por exemplo, no caso de Libra, o que está aparecendo é que Libra é maior do que a gente imaginava. Então, de novo, quando eu olho Libra e quando eu olho o conjunto de dados e informações que eu já tenho e que incluem até poço testado, posso dizer a vocês o seguinte: Libra é muito grande e muito bom. Agora, há também em Libra o esforço de delimitação. Vai ter. Por isso a gente está exigindo dois poços a mais. Vocês veem pela própria cessão onerosa. O que aconteceu na cessão onerosa? Se fez uma estimativa. Há todo um trabalho exploratório que vai ser feito e que está sendo feito. Depois, vai haver um ajuste da cessão onerosa. É a mesma coisa.

Então, acho que o mercado brasileiro tem de se acostumar um pouco mais com um animal novo com o qual ele não tratava até então, que é a exploração e produção de petróleo e entender que exploração é igual a risco. Não existe exploração de petróleo sem risco.

Isso é simplesmente algo que não existe, e até a produção existe com certo risco. O risco, em petróleo, só acaba quando abandonamos o poço.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Drª Magda.

A SRª MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Eu costumo dizer o seguinte: ninguém conhece plenamente uma jazida de petróleo até o seu abandono. Por quê?

Vamos falar da escala das coisas. Quando a gente fura um poço pioneiro, numa jazida, é como se houvesse uma esponja – imaginem uma esponja de cozinha imensa, do tamanho do Maracanã – onde se fura um poço, em algum momento, e em alguma posição dessa esponja, e esse poço tem a dimensão de um canudinho de Coca-Cola. Então, imaginem um canudinho de Coca-Cola espetado numa esponja do tamanho do Maracanã. Através desse canudinho, eu pretendo conhecer o Maracanã inteiro. É mais ou menos isso.

Isso quando a gente já descobriu e quando a gente já sabe onde tem. Imagina antes.

Então, eu acho que o mercado de ações do Brasil vai ter que se acostumar com a indústria do petróleo, mas isso, na prática, vai ser incorporado. Não tenho dúvida disso.

Senador Jayme Campos.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – S. Exª já tinha me perguntado isso antes, na minha sabatina. Está ansioso pelo gás do Parecis, e eu também, viu, Senador?

Aquela área tem um prazo para exploração, de oito anos, dividido em cinco mais três. Os primeiros cinco já passaram, e já estamos indo para a segunda fase, que são esses três. Esses outros três já têm compromisso de perfuração de poços. Está certo?

Enquanto isso, nós, na ANP, fizemos a aquisição sísmica, naquela área. Olhamos que há mais áreas boas e, por isso, estamos ofertando áreas ali. No ano que vem, se Deus quiser, a Agência Nacional do Petróleo também vai furar poço ali. Está certo?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Isso.

E isso tudo está sendo feito para que a gente acelere a resposta. Se o senhor me perguntar se o gás lá vai ser comercial, se nós vamos ter descobertas comerciais, eu vou dizer ao senhor que tem tudo para ter. Mas eu nunca vou afirmar que tem. “Quanto gás?” Eu nunca vou assinar embaixo dizendo que tem gás e que é tanto, porque isso não faz parte da lógica da exploração. Aquela área nós consideramos de novas fronteiras e, portanto, tem menos do que 15% de chance de dar certo, mas tudo indica que vai dar certo.

Ele me perguntou também se o Eike está devolvendo áreas e se ele pagou a prazo, se pagou à vista, como é isso.

Nós fizemos uma licitação em maio, e ele teria até o dia 30 deste mês, que é sexta-feira, para pagar bônus de assinatura e assinar o contrato em meados do mês que vem. O que ele está dizendo é o seguinte: “Ganhei os blocos na licitação, porém não vou assinar os contratos”. Portanto, ele não pagou ainda. Está certo?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT. *Fora do microfone.*) – Não tem uma multa?

A SRª MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Tem. O que nós temos lá?

Quando uma empresa vai participar do leilão, ela tem de depositar uma garantia de oferta. Essa garantia de oferta varia por bloco. Então, no caso dos blocos dele, ele tem garantias de oferta para blocos que variam de R\$178 mil a R\$524 mil, ou seja, ele vai assinar alguns blocos. Tem um que ele vai assinar sozinho e outros que ele vai assinar em parceria, e o que ele não vai assinar vai-lhe custar R\$3,424 milhões. Então, não assinar esses blocos vai-lhe custar R\$3,424 milhões.

O que ele vai fazer agora? O que a Agência Nacional do Petróleo vai fazer agora? Vai chamar o segundo

lugar, porque é assim. Para alguns blocos, há terceiro lugar também, etc. Então, vai chamar o segundo lugar, que tem de honrar a oferta do primeiro. Então, nós vamos ver agora se o segundo lugar vai ter interesse em assinar esses contratos. Existe segundo lugar em todos os blocos, salvo em um. Então, um desses blocos morreu, não há segundo lugar e não vai assinar. Pronto, esse volta para o balaio da ANP e, numa próxima licitação, a gente o coloca. Está bem?

Vamos lá, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Eu perguntei para a senhora, também, em relação ao Prof. Adilson e os membros da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Se for possível responder, ótimo; se não, tudo bem.

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – É possível, sim.

Muito se fala em gás de xisto. Então, a primeira coisa que vou pedir a vocês é o seguinte: não repitam esse nome – esse nome não é correto. O nome correto é gás de folhelho; xisto é outra conversa.

Esse gás de folhelho nada mais é do que o gás que já está gerado, está na rocha que gerou o petróleo, ainda não migrou para a rocha reservatório, que é a tradicional que a gente produz. Então, a gente vai lá na fonte, fratura, perfura essa fonte, e produz esse gás. Esse gás, no Brasil, tem tudo para ser muito.

O Senador Collor também tinha-me feito esta pergunta: “E o meio ambiente?” A primeira questão é: como a rocha fonte não é muito permeável, esses poços produzem, e eles só produzem até a distância que a gente alcança com a fratura.

Então, eu preciso de fratura, eu preciso de fratura boa, e, por causa disso, também, eu preciso de muito poço. Então, essa questão primeira é: gás não convencional é intensivo em número de poços – aparece aí a primeira questão. Só que o Brasil é um país muito grande, o Brasil não tem problema de terra. Então também não há problema para o Brasil ter muito poço.

Um país como a França, por exemplo, proibiu a exploração de gás não convencional, ou gás de folhelho. Por quê? Porque ele não tem terra. Ele vai furar poço onde? Então, há uma questão ambiental que é mesclada com outra questão que é a disponibilidade de terra. Como é que um país pequeno vai fazer isso? Onde é que ele vai furar poço?

Uma segunda questão é: a França é prioritariamente nuclear. Para que ocupar terra, que é preciosa para outras coisas, quando ela está com a sua energia suprida de outra forma, efetivamente, e há décadas? Então, a França não é parâmetro para a gente dizer que essa questão ambiental está, vamos dizer assim, comprometida, porque as premissas da França são

outras. E analisando país a país, nós vamos chegar a essas situações.

Além disso, existe também a questão do aquífero. Muito se fala em aquífero. Por quê? Porque, para fazer esse fraturamento, eu preciso de um volume imenso de fluído. Quando esse fluído entra na rocha, ele sai com essa lama que já não é água pura, nem potável, e mais com o contaminante da própria formação, com a qual a indústria do petróleo está acostumada a lidar. Mas, como são muitos poços, e é muito fluído, eu vou precisar reciclar essa lama. Por que eu vou precisar reciclá-la? Para não a descartar no meio ambiente, e também porque ela é muito cara. Então, hoje, eu já reciclo lama. Por quê? Porque lama é caro. Não há ninguém querendo jogar fora um negócio que é caro. Então, essa é outra premissa.

Tudo isso é tecnologia que também foi evoluindo. Então, os Estados Unidos já começaram a fazer isso 20 anos atrás. Em 2006, eu fui lá. Só a Devon, uma empresa independente deles, tinha furado 800 poços em 2006. Eles já estão nisso há muito tempo.

Outra questão é: vou contaminar meus aquíferos? O fraturamento pode conectar o reservatório, a área que estou perfurando, ao aquífero, e, portanto, contaminar o aquífero? Olha, para fazer isso, em certas situações, no Brasil, eu nem tenho bomba. Por quê? Porque o aquífero está aqui em cima e o horizonte está aqui embaixo. Há tanto espaço de rocha entre um e outro que é muito difícil haver uma bomba capaz de fraturar isso tudo.

Então, a gente já tem também a distância entre essa rocha fonte e os aquíferos como uma condição adicional de segurança. Além disso, vamos ter que tratar toda uma questão de segurança operacional e de meio ambiente, porque é nossa obrigação. Nós vamos ter que ter regra de segurança operacional. Nós vamos ter regra de meio ambiente. Mas por que é não convencional? Não, por que a gente tem regra para tudo – vamos ter para esse também.

Eu sou muito otimista com essa exploração. Acho que, quando a gente começa a botar empecilho ao desenvolvimento, a sociedade perde. A gente tem é que ter consciência do problema que nós vamos enfrentar e mitigar todas essas questões que nós conhecemos – não estamos entrando nisso, primeiro. Já há pelo menos 20 anos de experiência acumulada nos Estados Unidos.

Nós estamos indo lá, eles vêm aqui, o Ibama vai se encarregar do licenciamento, quando o projeto já tiver numa etapa mais adiantada. Enfim, existe toda uma condição de contorno que acho que está favorável para isso. Mas o que eu tenho que deixar claro aqui para vocês é o seguinte: até que aconteça um projeto

não convencional nessas bacias ainda vai demorar, porque essas bacias são bacias de novas fronteiras.

Então o que a gente vai ter é que furar primeiro, procurar o convencional e, no nosso contrato de 12ª rodada, a gente botou uma exigência de alguns postos irem até essa rocha fonte, a mostrar lá a rocha fonte, e fazer cerca de dez análises e submeter à ANP. Com isso, estamos fazendo muito mais do que dar início a um projeto não convencional agora, estamos é reunindo um pacote das informações para que o Brasil possa se debruçar nesse tipo de projeto um pouquinho mais adiante. Está bom?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Concluindo, quer dizer que V. S^a concorda com a exploração do xisto no território brasileiro.

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – O xisto não, folhelho, o gás de folhelho.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – É, por que é o termo mais usado, não é?

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Mas não só concordo como recomendo. Está bom?

Senador Flexa Ribeiro. Ação mediática. O Brasil é autossuficiente em petróleo, mas é um País importador de petróleo. Quando é que a gente vai ser autossuficiente, etc.?

O nosso parque de refino, Senador, ele tem uma capacidade de mais ou menos 2 milhões de barris por dia. Então, desde 2006, a gente vinha sendo autossuficiente. Deixamos de ser no começo deste ano e já vamos ser de novo até o fim do ano. Está certo?

Quer dizer, passa um traço aí, toda vez em que a nossa produção cai de 2 milhões, estaremos importando alguma coisa líquida, importação líquida, eu estou falando. Mas, além disso, nós sempre vamos exportar e importar alguma coisa. Por quê? Porque a gente exporta um óleo mais pesado, que em geral é de Marlim, etc., 20 API, 22, e a gente importa um óleo leve, porque a gente precisa desse *blend* para as nossas refinarias.

Então, exportando e importando alguma coisa, nós vamos sempre estar. E, em termos de importação líquida, nós já estamos deixando de precisar. Está certo? Estão entrando novas plataformas – este ano, nós temos sete plataformas para entrar; quatro já entraram; três estão por entrar. Então, a gente deve chegar ao fim do ano, pela estimativa da ANP, com 2.280 por aí, e isso já é autossuficiência.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Se o Brasil estivesse crescendo num ritmo mais acelerado do que lamentavelmente está, nós estaríamos numa situação mais diferenciada para pior na autossuficiência.

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Se o Brasil estivesse crescendo mais do que está nós teríamos que fazer um esforço muito grande de infraestrutura como um todo. Então, infraestrutura é uma palavra que, sob o meu ponto de vista, veio para ficar. Não é à toa que eu estou aqui na Comissão de Infraestrutura. Não é? Não é isso, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Concordo plenamente.

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Então, outra questão que ele me perguntou foi da mudança de concessão para partilha. Se isso traz benefício ou traz prejuízo? O nosso contrato de concessão ele é muito, vamos dizer assim, ele é muito fixo. Independentemente da jazida que eu encontrar, eu tenho 10% de *royalties*; independentemente da jazida que eu encontrar, eu tenho uma APE que vai de 0% a 40%.

Então, isso é bom para a concessão, é bom para o alto risco, mas, quando eu tenho uma coisa que é muito produtiva, eu posso ter uma situação em que eu queira, para o Estado, um retorno maior do que aquele que eu poderia ter num contrato de concessão. O que traz a partilha? A partilha traz uma flexibilidade – eu não estou entrando no mérito de o óleo ser nosso, o óleo não é nosso, eu não estou entrando nisso. Está certo?

Eu estou falando apenas pelo lado econômico da questão. A partilha traz uma flexibilidade, a partilha permite que no pré-sal eu ajuste a economicidade do projeto a cada oportunidade exploratória que tenha menor risco e que seja diferente da outra. Então, por exemplo, no caso de Libra, isso comporta facilmente um bônus de 15 bilhões. Só para vocês terem uma ideia, a Shell adquiriu, há pouco tempo, no mar do Alasca, no Ártico, no meio de um gelo danado, uma área, por que ela pagou US\$3 bilhões de bônus de assinatura – gastou uma fortuna para chegar a furar o primeiro poço, porque, no meio do gelo, não é fácil.

Só essa comparação do que ele comprou lá com o que a gente tem aqui já mostra que 15 bilhões não são absurdo, mas, certamente, se eu tivesse outra área, por exemplo, uma área que foi para cessão onerosa – então, todo mundo conhece, está na minha *homepage* e etc., pau-brasil, que também é no pré-sal. Já existe lá a sísmica, já está mapeada, etc. Se fosse pau-brasil, certamente, vamos dizer assim, a participação governamental que a gente proporia não seria a mesma que a gente propôs para Libra.

Então, essa flexibilidade o contrato de partilha está trazendo, de a gente poder avaliar oportunidade e oportunidade, e maximizar oportunidade e oportunidade de retorno para a União. Está certo? Então é isso.

O senhor me pergunta se eu faria a mudança ou manteria a concessão. Quem sou eu para responder essa pergunta, Senador. Eu sou Diretora da Agência Nacional do Petróleo, a minha função é oferecer insu- mo para o País discutir as suas questões e para o Go- verno tirar a melhor conclusão possível, mas eu estou aqui como Diretora da Agência Nacional do Petróleo. Se o senhor quiser discutir privadamente, eu até falo no corredor.

O senhor pergunta para mim também se a Petro- bras enfrenta problemas e como fará o aporte – essa pergunta também não é para mim. Eu só digo para vocês o seguinte: na década de 70, as companhias petroleiras não estatais detinham 85% da reserva aprovada do mundo, em números gerais. Em 2012, as estatais têm 90% das reservas do mundo.

Não é ruim ser estatal, portanto – estatal não sai perdendo. Isso é o que a história do mundo mostra. No caso da Petrobras, eu queria pular essa pergunta e responder essa pergunta de outra maneira: o gran- de desafio de uma empresa do petróleo é ter acesso às reservas.

Acesso à reserva é o que viabiliza a razão de ser de uma empresa de petróleo, que é produzir petróleo. A Petrobras hoje tem, só na cessão onerosa, 5 bilhões de barris garantidos para produção. Ela tem o pré-sal e ela tem garantido em lei 30% de tudo o que a gente descobrir e licitar no pré-sal.

Essa empresa está resolvida. Essa empresa não tem problema de acesso à reserva. Quer dizer, o pro- blema nº 1 das empresas de petróleo essa empresa não tem.

Então, problema a empresa não tem. O que a empresa pode ter é uma questão pontual a ser resol- vida, que eu não tenho dúvida de que vai ser resolvida facilmente, porque a situação é tão privilegiada que não permite que a gente pense que isso pode dar errado. Essa é a minha opinião.

Senador Delcídio. Ele traz outra questão que é a questão de dificuldade de perseguir uma média da produção para, por exploração e produção, relativa a paradas de plataforma para manutenção etc. Essas paradas de manutenção...

Vocês viram que, lá atrás, em 2010, nós começa- mos a interditar plataforma. Interditamos plataformas, já foram mais de 20 entre Petrobras e não Petrobras, perfuração e produção. Essa manutenção é absolu- tamente necessária. Por quê? Porque ela é o nosso passaporte para esse desafio imenso que nós temos de dobrar reserva e produção de petróleo no País.

Imaginem como seria esse pré-sal, tudo o que temos pela frente, com um acidente como o ocorrido no Golfo do México – isso é inimaginável, isso está fora

de cogitação. E a garantia para evitar um acidente é a garantia de que as nossas instalações estão brilha- do. Então, não podemos abrir mão da manutenção – a Agência Nacional do Petróleo não pode abrir mão, a Petrobras não pode abrir mão, nenhuma petroleira pode abrir mão disso.

Reexploração dos campos – certamente há ne- cessidade de discutir melhor esse assunto. Hoje, por exemplo, não é novidade para vocês que nós fizemos uma pressão muito grande para rediscutir a explota- ção dos dez maiores campos do Brasil. Esse assunto está na mesa, mas pedimos atualizações dos planos de desenvolvimento desses dez campos, e eles estão sendo analisados.

Essa discussão é um embate entre as operado- ras e a ANP, é um embate que está sendo exacerbado. Essa não é uma questão pessoal essa, não é pesso- al; essa não é uma disputa de instituições, isso é uma coisa para o bem do País. E o que estamos sentindo é que, provavelmente, nós vamos precisar ter mais investimentos.

Isso é novidade? Não, isso é assim no mundo todo, todo órgão regulador faz isso. Há pouco tempo, voltei da Noruega, e havia um grande contentamento – vamos dizer assim – no NPD, que é o órgão regu- lador na Noruega, por conta do campo de Troll. Era um campo em relação ao qual o operador não queria desenvolver um horizonte de gás. O órgão regulador da Noruega forçou o desenvolvimento desse campo de gás no qual o operador não acreditava tanto – a Noruega tem a possibilidade legal de permitir outro operador para um horizonte diferente caso o operador não queira produzir aquele horizonte.

Assim foi feito e, hoje, a Noruega se beneficia de um horizonte extremamente promissor de produ- tor de gás natural. É a ação do órgão regulador para o bem da Noruega, da mesma forma que estamos tra- balhando para o bem do Brasil. É claro que, quando contestamos um plano de desenvolvimento, há todo um processo administrativo e um processo também de convencimento do investidor, porque nós não metemos a mão no bolso do investidor, tomamos o dinheiro dele e vamos lá investir – não é isso.

Então, há todo um processo administrativo, uma discussão técnica etc. que levam a um convencimento por mais investimentos. É isso que nós acreditamos que vá auxiliar significativamente a manutenção da produção dos campos altamente produtores no pós- sal. É preciso lembrar também que esses campos já têm 15 anos de contrato – restam para eles outros 12.

Se eu pedir agora, por exemplo, uma plataforma a mais, essa plataforma deixa de se pagar em 27 anos e tem que se pagar em 12. Então, há toda uma dinâmica

econômica aí que precisa ser tratada. Mas precisa ser tratada e discutida em prol do Brasil.

Vamos lá.

O Senador Delcídio me falou dos 30% do operador único. Eu vou responder da mesma forma que antes. Como Diretora da Agência Nacional do Petróleo, não me compete dizer se os 30% obrigatórios são algo bom ou não. Eu só digo... Eu vou dizer isso de outra maneira.

Eu vou dizer o seguinte: a sociedade discutiu isso por três anos e optou pelos 30%. A natureza nos dá um Bill Gates, alguns príncipes árabes, milhões de miseráveis. A natureza nos dá um ou dois Roncador e Marlin, um Tupi, um Franco etc., e há de dar um monte de campinhos e oportunidades menores.

O que tem que ser discutido aqui é se uma empresa do porte da Petrobras precisa ser obrigada a produzir uma oportunidade pequena. Mas essa é uma discussão para vocês. E nós vamos estar lá para dar todos os subsídios de que vocês precisarem.

Defasagem de preço de combustíveis/Petrobras precisa de recursos. Todo mundo precisa de recursos, cada um de nós aqui precisa de recursos, mas historicamente o País acompanha uma tendência de preço de combustíveis – o Diretor Helder, economista, que veio se agregar ao nosso grupo aqui, sempre nos fala de tendências. Então, é desta forma que nós vemos: o País não pode – e eu tenho certeza de que o Presidente Collor passou por isso também quando foi Presidente do País – importar a sensibilidade do mercado externo.

Imaginem que nós saíssemos de casa sem saber, quando acordássemos, quanto iria custar a nossa gasolina no posto porque os Estados Unidos aumentaram preço, porque a China comprou mais etc. Não dá para trazer o humor do mercado internacional para o nosso mercado interno. É por isso que, ao longo do tempo, o País sempre optou por tendências.

Tendência quer dizer que ora vai ser mais, ora vai ser menos. Quando é que deixa de ser mais e passa a ser menos e quando é que aumenta é outra conversa. Nós vamos ter sempre tendências.

Minha primeira sabatina nesta Comissão de Infraestrutura foi no início de novembro de 2008, já faz tempo. Todos os Senadores me perguntaram, quando eu os fui visitar em seus gabinetes, por que a gasolina do Brasil era tão cara se no mercado internacional estava mais barata. Essa foi uma pergunta que eu respondi para todos vocês. É que naquela época nós também trabalhávamos com tendências e, naquela época, o cenário era inverso em relação ao que é hoje.

Então, eu não tenho dúvida de que a gasolina vai aumentar um dia – eu só não sei quando – e de que

o Brasil vai continuar seguindo essa tendência. Será que eu respondi? Acho que sim.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Outra pergunta que o Senador Delcídio me fez: como eu enxergo...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Isso depende de um poço lá no Ceará. Se der certo, fica resolvido: a tendência vai ser de baixa.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Mas o Senador já viveu isso, não é? Não é isso o que estou dizendo?

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Como a ANP enxerga os 30% obrigatórios? Eu não vou discutir a lei. A minha obrigação é implantar a lei, mas, sobre os 30%, eu já respondi com os príncipes árabes, não é?

A terceira pergunta do Senador Delcídio é: o etanol patina? PIS/Cofins não resolveu. O Brasil comporta? Eu estava lendo um livro agora, que é *Brasil: uma história – cinco séculos de um país em construção*, do Eduardo Bueno. Eu me lembrei, lendo esse livro, de que desde o século XVI nós temos um setor sucroalcooleiro no Brasil.

Canaviais existem aqui desde mil quinhentos e pouco e eles sobreviveram. Ninguém sobrevive séculos não sendo útil. Ele é útil, sem dúvida nenhuma.

Dois anos atrás, o Brasil cresceu 7%, a frota *flex*, a frota de carros, cresceu 19%. Qualquer combustível ajuda. O etanol já estava aqui havia tanto tempo, que ajuda.

Não fosse o etanol, hoje nós estaríamos importando muito mais gasolina – impacto na logística, sem dúvida. Isso tem que entrar por porto. Tem que haver píer, tem que haver berço.

Além de tudo, eu acho que o etanol está fazendo um grande trabalho. A nossa projeção para 2013 é que o etanol contribua com pouco mais de US\$10 bilhões FOB de substituição de importação de gasolina.

A mudança da mistura de 20 para 25 permitiu aumentar, por uma questão de octanagem... A gasolina tem menos octanagem; quando se coloca álcool, aumenta. Quando a gente aumentou a mistura, a gente conseguiu mais US\$1 bilhão FOB só com mais gasolina e substituição de gasolina.

Além disso, esse setor vai exportar quase US\$2 bilhões FOB, o etanol sozinho. Então, ele está ajudando a substituir gasolina. Ele está ocupando um espaço importante.

Ele ajuda o Brasil, ele aumenta a octanagem, ele melhora a produção de gasolina A na refinaria – tudo

isso a mistura faz. Além disso, ainda atenua o impacto na balança comercial, quando tem um saldo positivo. Ou seja, um valor a exportar de, pelas nossas contas, US\$1.9 bilhão FOB, ou seja, US\$2 bilhões FOB, porque nenhuma previsão é tão correta assim.

Então, enquanto a gente está com um déficit em importação de derivados, a gente está com superávit no etanol – além de ser energia verde, então altamente importante para o País. Num País em que a agroindústria vai tão bem como se apresenta, crescendo 9% ao ano – é a informação que o Senador Delcídio me deu ontem –, o setor do etanol está contribuindo para isso tudo. Tomara que progrida o mais possível, porque eu tenho certeza de que o Brasil precisa disso!

Em termos de meio ambiente, em termos de balanço de CO₂, é absolutamente vantajoso. Ou seja, não vejo prejuízo para o etanol, só vantagem.

Planejamento do setor de energia – preocupação é a pergunta. Acho que já está na hora de a gente colocar nesse planejamento tudo junto. Ou seja, a gente fala muito de derivados, mas agora há gás entrando pelos terminais de GNL. A gente fala de combustíveis, mas agora a gente tem etanol e biodiesel.

Então, esse planejamento, que antes era mais focado no mercado de derivados, precisa se expandir com mais minúcia para o setor como um todo. Por exemplo, eu falei que o setor de etanol já contribui com mais de US\$10 bilhões FOB em substituição de importação de gasolina. O setor de biodiesel já contribui com US\$2,5 bilhões FOB – esta é a nossa expectativa para este ano – em substituição de importação de diesel. Se a gente aumenta a mistura, o que a nossa logística hoje permite, a gente já ganha praticamente outro bi, dependendo da época do ano em que a gente faça isso – então, de bi em bi, a gente vai gerando superávit. Não é isso?

Gás. Mudança em relação à geopolítica mundial. Sobra? Petróleo e derivados só podem crescer. Por quê? A gente tem muito mercado emergente no Brasil. Então, se nos últimos anos a gente tirou 40 milhões de pessoas da pobreza, essas pessoas, no mínimo, passaram a comer mais – passaram a comer mais; passaram a comprar carro; passaram a precisar de combustíveis.

Obviamente, se a gente está fazendo isso, a China está fazendo isso também, a Índia está fazendo também, essa coisa vai ficar nessa direção. Enquanto isso, os Estados Unidos estão resolvendo o seu problema de demanda por energia. Hoje, a última informação que tive do subsecretário de comércio, Francisco Sánchez, que esteve aqui esta semana, disse-me: “Estamos importando 6 milhões de barris por dia” – 6

milhões é uma redução de 12 milhões praticamente do ano passado, retrasado, para cá.

Isso são três Brasis. Se os Estados Unidos deixam de comprar, nós vamos vender para a China, principalmente. Nosso mercado é este: Estados Unidos, China, Índia, etc. Nós vamos vender para a China, principalmente para a China.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Quer dizer, o problema é a China não é?

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Bom, aí é outro mérito em que não vou entrar. Eu só estou elucubrando em termos de mercado mundial.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Só está faltando petróleo e gás lá em Mato Grosso do Sul.

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – Mato Grosso. É a quinta, a quinta dele está aqui. Em Mato Grosso está aparecendo gás? Vou-lhe pedir para olhar aquele mapa lá.

Há uma grande bacia, que tem uns quadradinhos azuis no meio, que está lá no Mato Grosso, ela se chama Parecis. E aí estendo essa resposta ao Senador Valdir Raupp. Aquela bacia do Parecis tem um grande retângulo no Mato Grosso e dois dedinhos entrando em Rondônia.

Mas, no Mato Grosso do Sul, eu tenho outra bacia, que é a bacia do Paraná, chegando ali no Mato Grosso do Sul, está certo? Deixe-me mostrar. Não sei se o laser chega lá. Está aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – É que não é nesse mapa, é no outro. Está lá na R12. Esse aqui é antes.

Então está aqui. Mato Grosso, Rondônia, com esse chifrinho aqui entrando, e aqui a bacia do Paraná entrando no Mato Grosso do Sul.

Hoje, o Mato Grosso do Sul está todo sendo coberto por uma aquisição sísmica. Vocês vão ver caminhões enormes andando pelas estradas. É a sísmica que nós chamamos de vibroseis, que está em andamento.

Por que estamos cobrindo todo o Mato Grosso do Sul? Eu queria dizer que é por que o Senador Delcídio ia estar aqui e eu ia responder isso para ele, mas não foi por isso, não. Foi por que a bacia do Paraná é uma bacia difícil, ela tem uma camada de basalto muito espessa e é uma bacia difícil de margear com a sísmica no estágio tecnológico que nós temos hoje.

E nós estamos querendo entrar nessa bacia, fazendo um esforço para ver se conseguimos resolver essa bacia do Noroeste para o Sul, porque é onde há

menos basalto. Então, é por isso que o Mato Grosso do Sul foi todo contemplado. As principais estradas do Mato Grosso do Sul vão estar todas sendo percorridas por esses vibroseis, e o senhor vai encontrá-las lá – trabalho da Agência Nacional do Petróleo.

Senador Valdir Raupp.

O Senador Valdir Raupp me pergunta, sobre os contratos de partilha que vão diretamente para a Petrobras ou via leilão, por que não demos tudo para a Petrobras. Isso é uma decisão do Conselho Nacional de Política Energética. Mas eu quero lembrar a vocês a pergunta que todos vocês me fazem hoje em dia: A Petrobras consegue fazer tudo isso?

Então eu acho que a própria pergunta de vocês talvez já responda a vocês mesmo. Eu não vou responder não. Isso é uma decisão do Conselho Nacional de Política Energética.

Gás no Amazonas, em grandes quantidades. Rondônia está no meio. Por que não há gás em Rondônia, se vai haver gás no Mato Grosso? Eu mostrei a bacia lá, Rondônia está aqui – marronzinho é cristalino, não é bacia sedimentar, está certo? Amarelinho claro é bacia sedimentar.

Rondônia praticamente não tem bacia sedimentar, salvo uma beiradinha aqui, que é muito rasa, e esse chifrinho aqui. Então, estando aqui, vamos estudar e se isto aqui puder ser produzido, certamente entrará em licitação.

Senador Sérgio Petecão, no Acre, surgiu um novo momento do gás, a que nós estamos dando ênfase. Gás não tinha viabilidade econômica. O que mudou? O que mudou, Senador Petecão, é que nós, na Agência Nacional do Petróleo, reinterpretamos uma série de dados relativos ao Acre, além de coletar outros. Então, vocês devem ter ouvido falar que nós fomos ao Acre e nós coletamos amostras, uma quantidade muito grande de amostras geoquímicas, levamos para o laboratório, estudamos essas amostras. Estamos terminando o levantamento sísmico, e o que nós estamos vendo lá são evidências de gás em levantamentos geoquímicos da ANP e grandes estruturas que estão aqui, mais na divisa do Acre com o Estado do Amazonas – por aqui assim. É bacia do Acre, mas é divisa do Estado do Acre com o Amazonas – por aqui assim.

Como essa bacia é uma bacia de nova fronteira, eu vou dizer para vocês o seguinte: acredito nessa bacia, mas, se eu trouxer em números essa minha crença, vai ter 5% ou 10% de chance de dar certo. Só que, se der certo, vai pagar todo o esforço de quem investiu.

Então, é o mesmo jogo exploratório: é uma bacia de nova fronteira, promissora, com fortes evidências de gás. As evidências de gás estão quantificadas nos estudos da Agência Nacional do Petróleo, e as empresas

de petróleo estão acostumadas a lidar com esse risco. Se o senhor me perguntar “você assina que, daqui a xis anos, vai haver 10 milhões de metros cúbicos por dia de gás sendo produzidos no Acre?”, eu direi: “Não, não assino”. Se você me perguntar “você assina que o Acre está num momento favorável para a gente ir buscar esse gás?”, isso eu assino. Isso porque as estruturas podem ser grandes, e as evidências de gás estão aparecendo nos estudos. Se for grande, a gente resolve o problema.

Acho que respondi a todos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr^a Magda Chambriard.

Nós temos aqui – com permissão de S. Ex^{as} os Srs. Senadores presentes – algumas perguntas de ouvintes e telespectadores que já foram, de alguma forma, respondidas pela Dr^a Magda. Mas esta aqui é bem específica. Ela vem do Sr. Sérgio Andrade, do Rio de Janeiro. Ele pergunta:

Sr^a Magda Chambriard, na audiência passada, a senhora informou que a CGG Veritas havia feito o trabalho sísmico para o pré-sal. Pergunto: como se deu essa contratação? Concorrência internacional? Segundo a senhora informou, foi um contrato de risco para a CGG; como assim?

A SR^a MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD – A Agência Nacional do Petróleo tem alguns mecanismos para adquirir dados em território nacional, e um deles é autorizar empresas de prestação de serviços a adquirirem os dados por sua conta e risco. Então, isso custa zero para a União. As empresas demandam a aquisição de dados, nós analisamos a área, vemos se nos interessa autorizar – via de regra, interessa; o que a gente faz, às vezes, é algum ajuste para cobrir uma área a mais que nós queiramos, etc. –, e a empresa vai lá e adquire esse dado por sua conta e risco. O custo é zero. Então, não é concorrência; é apenas uma autorização.

Quando a gente autoriza, e a empresa adquire o dado, ela tem a obrigação de fornecer o dado imediatamente ao nosso banco de dados. Então, a partir daí, nós já podemos usar todos esses dados para estudar as áreas que nós vamos colocar em licitação.

Qual é a vantagem da empresa que faz isso, que paga do próprio bolso um levantamento desses? É que ela tem um período de confidencialidade. Confidencialidade para a Agência Nacional do Petróleo? Não. Ela tem um período em que os dados estão no nosso banco de dados, mas não vendemos os dados. Quem vende é a empresa. Então, por exemplo: uma empresa de aquisição sísmica que queira adquirir um dado tem dez anos para vender esse dado; a partir

do primeiro dia depois desses 10 anos, quem vende o dado é a Agência Nacional do Petróleo. Esse período de comercialidade é que viabiliza que a empresa adquira o dado por sua conta e risco, porque ela tem certeza de que vai vender para diversas petroleiras.

Então, não teve concorrência internacional, não pagamos um tostão. O dado está na Agência Nacional do Petróleo, é de boa qualidade e nos foi extremamente útil para que pudéssemos interpretar o pré-sal e, principalmente, Libra. De novo, foi um processo de autorização, não foi um processo de aquisição do dado, portanto, custo zero para a União.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado à Dr^a Magda Chambriard pelas respostas.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a, o Senador Ministro Francisco Dornelles,

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Eu queria pedir autorização a V. Ex^a para cumprimentar a Magda Chambriard pela competência como vem conduzindo os trabalhos da Agência Nacional do Petróleo.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Ministro Francisco Dornelles.

E agradecendo...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Tem o meu apoio total

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – No que tem o apoio de S. Ex^a, o Senador Inácio Arruda.

Gostaria, agradecendo à Dr^a Magda Chambriard mais uma vez, de registrar a presença nesta audiência dos Srs. Diretores da ANP, José Gutman, Florival Carvalho e Helder Queiroz.

Muito obrigado a V. S^{as} pela presença nesta audiência pública.

Eu me permitira, com a autorização dos Srs. Senadores, solicitar à Dr^a Magda Chambriard que, se desejar, permaneça conosco durante a sabatina a que será submetido o indicado para compor a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, e se não houver problemas de sua parte.

Temos que encerrar a presente reunião. Antes disso, agradeço mais uma vez a presença de todos, em especial, da nossa convidada, Dr^a Magda Chambriard, Diretora-Geral Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a quem, como disse, convido para que permaneça com assento nesta Mesa.

Antes, porém, convoco as Sr^{as} e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião a ser realizada imediatamente após o encerramento desta, na qual será apreciada a indicação do Sr. Waldyr Martins Barroso, para o cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 7 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 42 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2013, QUARTA-FEIRA, IMEDIATAMENTE APÓS A 15ª REUNIÃO CONJUNTA (36ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA), NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e oito de agosto de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Dalcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Inácio Arruda, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Wilder Moraes, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Alfredo Nascimento, Humberto Costa, José Pimentel, Eduardo Lopes, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Francisco Dornelles, Jayme Campos e Eduardo Amorim**. Registra presença como não-membro o Senhor Senador **Eduardo Suplicy**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e aprova as atas da 35ª e 36ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. Tem início a apreciação da Pauta. **Item 1 – Mensagem Nº 72, de 2013**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor WALDYR MARTINS BARROSO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis– ANP*” **Relatoria:** Senador **José Pimentel**. O Presidente submete ao Plenário e é aprovada a abertura do processo de votação. O Senhor **Waldyr Martins Barroso** faz sua exposição. Fazem uso da palavra a os Senadores **José Pimentel** e **Dalcídio do Amaral**. Atuam como escrutinadores os Senadores **Valdir Raupp** e **Dalcídio do Amaral**. É encerrado o processo de votação. Aprovado o indi-

cado com 13 votos favoráveis, 1 contrário e nenhuma abstenção. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e doze minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 35ª e 36ª Reuniões.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

ITEM 1

MENSAGEM (Sf) Nº 72, De 2013

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor Waldyr Martins Barroso para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. Sabatina do indicado, nos termos do Ato nº 01, de 2009-CI (com redação dada pelo Ato nº 04, de 2013-CI);

2. O relatório foi lido na Reunião de 21/08/2013.

Convido para que tome assento à Mesa, o Sr. Waldyr Martins Barroso, indicado para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. *(Pausa.)*

Antes de passar a palavra ao indicado, Dr. Waldyr Martins Barroso, indago a V. Ex^{as} se posso declarar aberto o processo de votação do Relatório de S. Ex^a, o Senador Ministro José Pimentel.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro, portanto, aberto o processo de votação, concomitantemente com a sabatina a que será submetido o indicado para a direção da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Dr. Waldyr Martins Barroso, a quem concedo agora a palavra.

V. S^a disporá de 20 minutos para fazer a sua exposição.

O SR. WALDYR MARTINS BARROSO – Ex^{mo} Sr. Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal; Ex^{mo} Sr. Senador José Pimentel, Relator da Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República Dilma Rousseff, que submeteu à apreciação do Senado Federal o meu nome para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, a quem agradeço o primoroso relatório; Ex^{mas} Sr^{as} Senadoras e Ex^{mos} Srs. Senadores; Il^{mos} Diretores da ANP, aqui presentes; colegas servidores; senhoras e senhores:

Muito bom dia!

Para mim é uma enorme honra estar aqui nesta Comissão como parte do processo democrático de obter do Senado Federal anuência para uma indicação vinda do Poder Executivo.

Nos próximos minutos, tentarei transmitir a V. Ex^{as} um breve da minha trajetória profissional e também alguns pontos relevantes relacionados ao papel da ANP perante a sociedade e a economia no País.

Sou mestre em Ciências pela UFRJ, em Processos Químicos e Bioquímicos, em 2010, especialista em Engenharia do Petróleo e Gás, pela Universidade Estácio de Sá, em 2002 e graduado em Engenharia Mecânica pela FTESM – RJ, em 92. Ingressei na ANP por concurso público, em 2005, na Carreira de Especialista em Regulação de Petróleo. Atualmente, exerço o cargo de Superintendente de Refino, Processamento de Gás Natural e Produção de Biocombustíveis da ANP.

Na ANP atuei ainda como membro da Comissão de Ética de 2008 a 2012, quando exerci o cargo de Presidente da Comissão de Ética, no último biênio. Anteriormente à ANP, trabalhei como Especialista em Petróleo e Gás na Diretoria de Qualidade do Inmetro por quase 4 anos. Iniciei minha carreira profissional na Petrobras, lotado na Refinaria Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, atuando em diversos processos de refino, de 1986 a 2002, em ambos os casos também por meio de concurso público.

Na área acadêmica, sou Professor Colaborador do Curso de Pós-Graduação Executiva em Petróleo e Gás Natural da Coppe – UFRJ.

Na Superintendência de Refino, Processamento de Gás Natural e Produção de Biocombustíveis, gerencio uma equipe composta de 23 pessoas, entre servi-

dores e colaboradores, cujas atividades essenciais são: regular, autorizar e fiscalizar os agentes econômicos no exercício das atividades de produção de combustíveis e biocombustíveis em suas instalações industriais. À frente dessa área, coordenei trabalhos que avalio importantes, tais como o processo autorizativo para a construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, a atualização dos ativos industriais de refino e processamento de gás natural, o aprimoramento da regulação do segmento de produção do biodiesel e também a construção do marco regulatório da cadeia produtiva de Etanol, que possibilitou recentemente a autorização à ANP da primeira planta de etanol *greenfield*.

Alguns dados estatísticos merecem destaque aqui. A produção de petróleo e gás natural no Brasil encontra-se em 2,1 milhões de barris por dia e 80 milhões de metros cúbicos, por dia, respectivamente, totalizando em torno de 2,6 milhões de barris de óleo e equivalentes por dia. No ano de 2012, a produção de gás e petróleo no Brasil rendeu, aos cofres do Tesouro, um montante de R\$31,7 bilhões assim distribuídos: R\$15,6 bilhões de *royalties* e R\$15,9 bilhões de participação especial. Além disso, foram arrecadados R\$198 milhões a título de pagamento pela ocupação ou retenção de área com exploração e produção de petróleo ou gás.

Destaco ainda a importância da cláusula de pesquisa e desenvolvimento nos contratos assinados pelas empresas vencedoras das licitações promovidas pela ANP.

Em poços de alta produtividade, as empresas concessionárias têm a obrigatoriedade de fazer investimentos em pesquisa e desenvolvimento no valor correspondente a 1% da receita bruta sobre a rubrica “participação especial”. Para conhecimento de V. Ex^{as}, esses investimentos em pesquisa e desenvolvimento, em 2012, totalizaram R\$1,22 bilhão.

A abrangência do trabalho da ANP, como diz a indústria, do poço ao posto, engloba atividades tão diversas quanto conhecer a geologia e geofísica das bacias sedimentares brasileiras, gerenciar banco de dados, licitar blocos para exploração e produção, aplicar as regras de conteúdo local, calcular e fiscalizar o pagamento das participações governamentais e de investimento em pesquisa e desenvolvimento, zelar pela segurança operacional das instalações industriais reguladas, determinar e fiscalizar padrões de qualidade de combustíveis, assegurar o abastecimento nacional de combustíveis, entre outras.

Essa indústria, como é de conhecimento de V. Ex^{as}, contempla inúmeras atividades e milhares de agentes. Atualmente, temos mais de 70 empresas

atuando na exploração e produção de petróleo e gás, 17 refinarias de petróleo, 15 polos processadores de gás natural, 70 produtores de biodiesel, cerca de 400 produtores de etanol, mais de 200 distribuidoras de combustíveis e cerca de 40 mil revendedores varejistas de combustíveis líquidos e 55 mil de GLP, entre outros.

Em todas as suas áreas de competência legal, a ANP atua por meio do estabelecimento de normas e padrões amplamente discutidos e divulgados, promovendo, quando cabível, consultas e audiências públicas e análises técnicas e jurídicas. Tais iniciativas permitem a elaboração de regras claras, justas, estáveis e equânimes, propiciando um ambiente saudável aos investidores e confiável para os consumidores.

Por outro lado, a ANP procura aplicar com rigor tanto as normativas aprovadas com cuidadosa imparcialidade por sua diretoria colegiada quanto a legislação federal vigente.

Há um esforço constante para ouvir empresários, consumidores, meio acadêmico, representações sindicais e legisladores. A agência se orgulha de manter abertos os canais de comunicação com a sociedade brasileira, tais como centro de relação com os consumidores e sítios de Internet constantemente atualizados.

Assim, registro a V. Ex^{as} a recente publicação da Agenda Regulatória da ANP, que oficializa as ações de regulamentação que a ANP tenciona realizar durante o biênio 2013-2014. E isso possibilita maior previsibilidade na ação regulatória e, conseqüentemente, efetividade na participação do mercado e da sociedade na discussão desses temas, concorrendo para o aumento da transparência, da qualidade e eficiência do processo regulatório, além de representar um passo significativo na direção de um modelo de gestão estratégica.

Por falar em gestão estratégica, encontra-se em implementação o primeiro planejamento estratégico da ANP 2013-2017, que busca mapear todos os processos operacionais táticos e estratégicos da agência, visando estruturar a gestão de suas atividades para melhor enfrentar os desafios que se avizinham.

As rodadas de licitação de blocos foram retomadas com a 11^a rodada da ANP, realizada em 14 de maio de 2013, no Rio de Janeiro, obtendo recorde de arrecadação de bônus de assinatura de R\$2,8 bilhões, programa exploratório mínimo a ser cumprido pelas empresas vencedoras de R\$6,9 bilhões, com uma área arrematada de 100,3 mil quilômetros quadrados, dos 155,8 mil quilômetros quadrados ofertados. Ao todo, 39 empresas de 12 países participaram, das quais 30 foram vencedoras, sendo 12 nacionais e 18 estrangeiras.

Foram arrematados 142, dos 289 blocos oferecidos em 23 setores, distribuídos em 11 bacias sedimentares: Barreirinhas, Ceará, Espírito Santo, Foz do

Amazonas, Pará-Maranhão, Parnaíba, Pernambuco-Paraíba, Potiguar, Recôncavo, Sergipe-Alagoas e Tucano Sul.

O maior bônus de assinatura, de R\$345 milhões, foi oferecido pelo Bloco FZA M-57, da Bacia da Foz do Amazonas, pela Total E&P do Brasil, operadora da área, com 40% de participação em consórcio com a Petrobras, 30%, e BP EOC, 30%.

O conteúdo local médio da 11ª Rodada foi de 62,32% para a fase de exploração do contrato de concessão e de 75,96% para a fase de desenvolvimento. A oferta de áreas no Norte e Nordeste, foco da 11ª Rodada, contribuirá para a redução das desigualdades a partir da descentralização da produção de petróleo e gás no País, incentivando o crescimento da indústria petrolífera em regiões que esse segmento é inexistente ou incipiente.

Em outubro próximo, como já dito aqui pela Diretora-Geral da ANP, Drª Magda Chambriard, teremos a primeira rodada do pré-sal, nossa primeira licitação sob o regime de partilha. Os resultados – que esperamos para essa área de Libra na Bacia de Santos será alvo de disputa entre as empresas mais importantes do mundo, com a presença obrigatória da Petrobras como operadora – abrangem não apenas o aumento em 7 a 10 anos da produção brasileira de petróleo em cerca de 75%, considerando os números atuais, mas também substanciais impactos positivos na economia nacional com a demanda por bens e serviços nacionais e a consequente geração de empregos, além de mais recursos para pesquisas e desenvolvimento.

Em novembro, teremos a 12ª Rodada de Licitações, focalizando a exploração de gás interno no interior do Brasil. Na 12ª Rodada, serão ofertados 240 blocos em cinco bacias de nova fronteira: Acre, Paraná, Parecis, Parnaíba e São Francisco, e em duas bacias maduras: Recôncavo e Sergipe e Alagoas, totalizando uma área de 163.905 km². Estão incluídos os seguintes Estados da Federação: Amazonas, Acre, Tocantins, Alagoas, Sergipe, Piauí, Mato Grosso, Goiás, Bahia, Maranhão, Paraná e São Paulo.

Em suma, a fiscalização decorrente do contrato de partilha em adição ao regime de concessão, à lei do gás, à regulação da cadeia produtiva do etanol, são todos os fatores que ampliam, sobremaneira, o papel da ANP no que tange a sua finalidade de promover a contratação, regulação e fiscalização das atividades integrantes das indústrias do petróleo, gás natural e biocombustíveis. Para tal, torna-se imperioso intensificar a capacitação e desenvolvimento das competências dos servidores da ANP. O fortalecimento do seu quadro de servidores é essencial para que a Agência possa atuar no nível de excelência que nossa sociedade almeja.

Nesse sentido, a experiência profissional por mim adquirida, nos mais de 16 anos na Petrobras, associada ao tempo de cerca oito anos na ANP, dos quais sete como gestor, além da experiência em gestão da ética pública, agregam competência que sustentam essa indicação ao exercício do cargo de Diretor da ANP.

Sou servidor público por opção, pautando minha conduta profissional pela retidão e transparência na busca constante do interesse público. Tais características não me são exclusivas, e posso afirmar que hoje fazem parte da cultura da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Finalmente, procurei nesta breve apresentação, transmitir a V. Exªs um pouco de minha experiência profissional e também alguns aspectos relevantes da atuação da Agência. Estou plenamente consciente dos desafios decorrentes do exercício de um cargo dessa envergadura para qualquer cidadão brasileiro, mas quero registrar aqui meu integral empenho e comprometimento em corresponder à confiança que V. Exªs venham, por bem, depositar em mim ao apreciarem a honrosa indicação que recebi da Excelentíssima Senhora Presidenta da República Dilma Rousseff. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Waldyr Martins Barroso, indicado para Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, S. Exª, o Senador, Ministro José Pimentel, Relator dessa mensagem que indica o Sr. Waldyr Barroso para a ANP. Em seguida, S. Exª, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, Fernando Collor, nosso Presidente desta Comissão de Infraestrutura; Sr. Waldyr Martins Barroso, nós o chamamos de sabatinado aqui, Dr. Waldyr; nossa Presidenta Magda, que fez excelente apresentação:

Quero começar registrando, Sr. Waldyr, que a exposição da nossa Presidenta, da nossa Diretora-Geral da ANP, facilitou muito o seu trabalho. Onde as mulheres atuam, a vida de nós, homens, fica mais fácil. Por isso, vamos homenagear a excelente apresentação que ela fez e, ao mesmo tempo, a colaboração que fez com a sua exposição.

Quero registrar que analisei o seu currículo, os dados que foram fornecidos e exigidos pela Comissão de Infraestrutura e pelo Congresso Nacional. V. Sª atende todos os pré-requisitos aqui apresentados. Esperamos que a sua experiência de servidor público, de professor, venha a somar ainda mais com a nossa

Diretora-Geral, fazendo com que a nossa ANP possa cumprir as tarefas e as obrigações aqui apresentadas.

Portanto, meu voto, embora secreto, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Ministro José Pimentel, relator da indicação do sabatinado.

Passo a palavra agora a S. Ex^a, o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Quero cumprimentar o Sr. Waldyr Martins Barroso e registrar que a audiência pública que foi realizada sob o comando do Presidente Collor, com a Dr^a Magda Chambriard, foi uma estratégia boa, porque facilita muito o bom andamento dos trabalhos.

Quero registrar, Waldyr Barroso, o acerto com relação à sua indicação. A gente percebe nitidamente uma preocupação grande, na Agência Nacional de Petróleo, com a meritocracia, e isso foi seguido na indicação dos demais diretores, com o aproveitamento de gente de carreira. Você tem uma experiência grande nessa área de *downstream*, que acho que é uma área que a ANP tem que, efetivamente, não só ser protagonista, mas ter suporte com gente especializada nessa área, até pelo seu trabalho, especialmente em refinarias.

Portanto, repetindo aqui o meu líder Pimentel, apesar de o voto ser secreto, claro, estamos votando favoravelmente e desejando muito sucesso, muito êxito.

Especialmente a ANP, que é uma agência reguladora que tem grandes desafios pela frente, que comanda um setor extremamente relevante, precisa ter gente competente para fazer frente a um mercado com companhias experientes, que já enfrentaram e implementaram grandes projetos pelo mundo. Uma agência reguladora, no meu ponto de vista, tem que ter, na direção, pessoas que falem em igualdade de condições com um mercado altamente exigente no que se refere à *expertise*.

Quero parabenizar a Presidenta Dilma, parabenizar também o Ministro Edson Lobão pela iniciativa, porque entendo que a ANP caminha no rumo certo, em função até desses desafios que se apresentam principalmente com o pré-sal e com os desafios da área de distribuição, que não são pequenos também.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Delcídio Amaral.

Indago se algum outro Senador gostaria de fazer algum questionamento ao sabatinado. (*Pausa.*)

Então dou por encerrada a fase das perguntas, agradecendo a presença do Sr. Waldyr Martins Barroso, e indago agora se algum Sr. Senador ou alguma Sr^a Senadora ainda falta votar.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – É possível nessa confusão de trezentas comissões ao mesmo tempo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Dois Senadores ainda estão terminando o processo de votação.

Logo em seguida irei declarar encerrada a votação. (*Pausa.*)

Declaro encerrada a votação e convido os Srs. Senadores Delcídio do Amaral e Valdir Raupp para atuarem como escrutinadores e S. Ex^a o Senador Ministro José Pimentel para atuar como secretário.

A nossa reunião passa agora a ser secreta.

Solicito a permanência no plenário dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras.

(*Iniciada às 10 horas e 42 minutos, a reunião é tornada secreta às 11 horas e 6 minutos e é reaberta às 11 horas e 8 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – A reunião volta a ser aberta.

Feito o escrutínio, declaro aprovado o nome do Sr. Waldyr Martins Barroso, aprovado por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado da República, para integrar a Diretoria da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, Sr. Ex^a, o Sr. Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Gostaria só de solicitar a urgência para que essa venha a ser apreciada no plenário do Senado ainda hoje, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – A solicitação de V. Ex^a será atendida.

Será remetida imediatamente à Mesa Diretora do Senado Federal para as providências cabíveis.

Gostaria de agradecer mais uma vez a presença de todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores na nossa audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, que foi o tema da primeira reunião, e, na segunda reunião, além de S. Ex^{as}, a Dr^a Magda Chambriard, Diretora da ANP, dos Srs. Diretores da Agência que aqui compareceram, das senhoras e dos senhores que participaram pelo Alô Senado, pela Internet, pelo Facebook, pelo Twitter. Muito obrigado pela colaboração e contribuição que deram aos nossos trabalhos!

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todos as Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, e convoco a nossa próxima reunião a ser realizada no dia 2 de setembro, segunda-feira, às

18h, neste plenário, quando daremos continuidade ao nossos ciclos de audiências *Investimentos e Gestão: desatando o nó logístico do País*. Nessa ocasião, iniciaremos a discussão do tema Aviação Civil, com a presença de S. Ex^a o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Dr. Wellington Moreira Franco.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 42 minutos e tornada secreta às 11 horas e 6 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 8 minutos e encerrada às 11 horas e 12 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 19ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 29 DE AGOSTO DE 2013.

Às oito horas e vinte e nove minutos do dia vinte e nove de agosto de dois mil e treze, no Plenário 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador ACIR GURGACZ, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO SUPLICY, CLÉSIO ANDRADE, SÉRGIO SOUZA, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, IVO CASOL, WALDEMIR MOKA, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS, RODRIGO ROLLEMBERG, FLEXA RIBEIRO, MOZARILDO CAVALCANTI E BLAIRO MAGGI. Deixam de comparecer, os Senadores Zeze Perrella, Benedito de Lira, Kátia Abreu e Gim. O Senador Antonio Russo entrou de licença por 180 dias, a partir de 22.01.2013, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013, prorrogada por 90 dias a partir de 21.07.2013, conforme Requerimento nº 832/2013, aprovado no dia 16.07.2013. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente dá início à Pauta de deliberação: ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, de 2011 – Terminativo – Ementa: Dispõe sobre a parceria de produção integrada agropecuária, estabelece condições, obri-

gações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras, e dá outras providências. Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 330, de 2011, com acolhimento das Emendas CCJ nº 1 a 6, 10 e 11, nos termos da Emenda (substitutiva) que apresenta, e pela rejeição das Emendas CCJ nº 7, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22. Às oito horas e cinquenta e sete minutos, o Senador Acir Gurgacz, em razão de ser o relator do projeto, passa a Presidência da Reunião ao Senador Blairo Maggi, para poder relatar o PLS nº 330, de 2011 (art. 89, § 1º, do RISF). Colocado em discussão o Projeto, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre a matéria, os Senadores Ana Amélia, Waldemir Moka, Jayme Campos, Sérgio Souza, Acir Gurgacz, Cyro Miranda e Blairo Maggi. Colocado em votação, a Emenda nº 23-CRA (Substitutivo) é aprovada. Em razão da aprovação do Substitutivo, ficam prejudicados o Projeto e as Emendas 1-CCJ a 22-CCJ (art. 300, XVI, do RISF). Resultado: Aprovada a Emenda nº 23-CRA (Substitutivo) ao PLS nº 330, de 2011, com 7 (sete) votos favoráveis. O Substitutivo será submetido a turno suplementar (art. 282 do RISF). Às dez horas e dois minutos, o Senador Blairo Maggi devolve a Presidência da Reunião ao Senador Acir Gurgacz. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, de 2012 – Não Terminativo – Ementa: Altera a Lei 5.889, de 08 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, e a Lei 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, visando a sua adequação e modernização. Autoria: Senador Blairo Maggi. Relatoria: Senador Sérgio Souza. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 208, de 2012, com três Emendas que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do autor, Senador Blairo Maggi. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, de 2011 – Não Terminativo – Ementa: Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), para permitir o emprego de espécies frutíferas na recomposição da reserva florestal legal e das áreas de preservação permanente na Amazônia Legal e em pequena propriedade ou posse rural familiar, determinar a concessão de incentivos fiscais e creditícios para essa recomposição, e dá outras providências. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pelo arquivamento do PLS nº 8, de 2011. Colocada em discussão a matéria, após a leitura do Relatório pela Senadora Ana Amélia, não houve oradores inscritos para discutir. Colocado em votação, o referido Relatório é aprovado. Resultado: Aprovado o relatório da Senadora Ana Amélia, que

passa a constituir Parecer da CRA, pelo arquivamento do PLS nº 8, de 2011. ITEM 4: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 90, de 2007 – Não Terminativo – Ementa: Susta a aplicação do artigo 3º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003, que regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, e da Portaria nº 2.658, de 22 de dezembro de 2003, do Ministério da Justiça, que regulamenta o disposto no § 1º, do artigo 2º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003. Autoria: Senadora Kátia Abreu. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela rejeição do PDS nº 90, de 2007. Resultado: Adiado. ITEM 5: AVISO Nº 30, de 2013 – Não Terminativo – Ementa: Encaminha cópia do Acórdão nº 1259/2013 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, referente à auditoria realizada na Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Mato Grosso pra verificar os controles exercidos sobre a seleção do público alvo da reforma agrária no Estado e a distribuição dos títulos de propriedade (TC 016.245/2012-1). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Sérgio Souza. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento do AVS nº 30, de 2013. Colocado em discussão o Aviso, o Senador Jayme Campos faz uso da palavra para tecer comentário sobre a matéria. Colocado em votação, o Relatório do Senador Sérgio Souza é aprovado. Resultado: Aprovado o relatório do Senador Sérgio Souza, que passa a constituir Parecer da CRA, pelo conhecimento e arquivamento do AVS nº 30, de 2013. EXTRAPAUTA: ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2012 – Não Terminativo – Ementa: Institui Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senador Jayme Campos. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 214, de 2012, com 13 emendas que apresenta. Colocada em discussão a matéria, após a leitura do Relatório pelo Senador Jayme Campos, não houve oradores inscritos para discutir. Colocado em votação, o referido Relatório é aprovado. Resultado: Aprovado o relatório do Senador Jayme Campos, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do PLS nº 214, de 2012, com as Emendas nº 1-CRA a 13-CRA. ITEM 7: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 38, de 2013 – Assunto: Requer a realização de ciclo de debates e palestras, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com a finalidade de analisar e de-

bater a diversificação da agropecuária no Nordeste, a realizar-se na cidade de Maceió, no dia 27 de setembro, de 2013, às 14:00 horas, por ocasião da Exposição Agropecuária. Autoria: Senador Benedito de Lira e Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Colocado em votação, o Requerimento é aprovado por unanimidade. Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 8: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 39, de 2013 – Assunto: Requer nos termos regimentais a realização de Ciclo de Palestras e Debates no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, no dia 6 de setembro de 2013, às 14 horas, para avaliar os avanços do Programa PAC – Máquinas e Equipamentos, que vem repassando aos municípios tratores e caminhões para utilização na melhoria da infraestrutura e recuperação de estradas vicinais, bem como as discussões no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da implantação de um Programa Nacional de Estradas Vicinais. Autoria: Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Colocado em votação, o Requerimento é aprovado por unanimidade. Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz**, Vice-Presidente da CRA no Exercício da Presidência

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

Antes de dar início às nossas votações e apreciações das matérias, faço algumas comunicações.

Sr^{as} e Srs. Senadores, no início de junho, comemoramos, com muita expectativa, o lançamento do Plano Safra 2013/2014 para o agronegócio e para a agricultura familiar, destacando o empenho da nossa Presidenta Dilma Rousseff e do Ministro do MDA, Pepe Vargas, e do Ministro da Agricultura, Antônio Andrade, em priorizarem investimentos na infraestrutura para escoamento da safra, a construção de armazéns para estocagem e a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica. Todas essas medidas são necessárias

e imprescindíveis para o desenvolvimento de nossa economia e também extremamente urgentes.

O lançamento do Plano Safra ocorreu no dia 04 de junho. Entretanto, até hoje, não foi publicada a portaria de regulamentação do Plano Safra 2013/2014 pelo Ministério da Fazenda, o que impede os produtores rurais de terem acesso ao programa de fomento. Sem essa regulamentação, os bancos oficiais não podem atender os produtores rurais e todos ficam com dificuldades para produzir, bem como para estocar a produção, visto que as linhas de crédito prioritárias seriam liberadas para armazenagem. Já fizemos esse alerta ao Governo e vamos encaminhar correspondência, em nome da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, cobrando explicações do Ministério da Fazenda sobre por que essa portaria não foi publicada e justificações pelo atraso.

Esse atraso poderá ampliar ainda mais os problemas estruturais que já enfrentamos na safra passada, quando batemos recordes na produção de grãos e presenciamos as filas de caminhões nas estradas e nos portos brasileiros, o que evidenciou para o mundo inteiro nossa deficiência estrutural e logística. Por isso, reforçamos o apelo ao Governo Federal, para que dê mais celeridade à construção, restauração e manutenção das rodovias, à modernização dos portos e hidrovias e aos investimentos nas construções de ferrovias no Brasil, em especial à ferrovia que liga Porto Velho à malha ferroviária brasileira. A agricultura brasileira depende muito desses investimentos, em face de licitações em obras ou anunciadas pela Presidenta Dilma.

O que está atrasando bastante o cronograma de obras de infraestrutura no País são principalmente as licitações e a greve dos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), que estão parados desde o dia 25 de junho último. Os servidores reivindicam a reestruturação do plano de carreiras e a equiparação com a Agência Nacional de Transportes Terrestres e com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários. O Governo ofereceu até o momento um reajuste de 15,8% em duas parcelas, e a expectativa é a de que o acordo seja fechado nesta sexta-feira, dia 30, com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Uma decisão do Superior Tribunal de Justiça determinou que ao menos 50% dos servidores permaneçam em trabalho, mas isso não tem sido suficiente para atender o bom andamento das obras, o que muito nos preocupa. Então, fica aqui o nosso apelo aos servidores e ao Ministério do Planejamento, para que entrem num acordo que seja bom para ambas as partes, o que também será muito positivo para o Brasil, visto que os prejuízos para a nossa economia são imensos.

As empresas que executam obras rodoviárias, por exemplo, deixaram de receber R\$1 bilhão, só no mês de julho, devido à greve dos servidores do Dnit. A falta de pagamento nas obras executadas pode levar à paralisação de obras importantes e atraso em outras.

Proprietários de estabelecimentos comerciais, fornecedores, inclusive donos de hotéis no eixo da BR-364 – que está sendo restaurada em Rondônia, por exemplo – estão reclamando inclusive da falta de pagamento. Ontem mesmo, recebi a Prefeita Lurdinha, de Presidente Médici, que reclamou do atraso nos procedimentos para a duplicação urbana na BR-364, no perímetro urbano da cidade de Presidente Médici. O Brasil não pode ficar refém dessa situação.

Em Rondônia, precisamos acelerar a recuperação da BR-364 e da BR-425, bem como a construção das pontes da BR-429, pois, em alguns meses, inicia-se o período das chuvas e, daí, naturalmente o ritmo das obras será outro, ou seja, muito mais lento, muitas vezes tendo que paralisar os serviços.

Precisamos estabelecer um cronograma para a retomada das construções dos viadutos de Porto Velho para que o DNIT dê continuidade às obras, pois o fluxo de caminhões dentro de Porto Velho é muito grande, o que seria amenizado com a conclusão desses viadutos e de uma via expressa, deslocando o trânsito pesado diretamente para o porto organizado, ou seja, oanel viário ou o contorno norte de Porto Velho.

O DNIT também está concluindo projeto para a complementação da duplicação do trecho urbano da BR-364, em Ji-Paraná e Vilhena, chamado de multivias, que ainda precisa ser apreciado pelo órgão para a licitação da obra.

Em relação à BR-425, de Porto Velho a Guajará-Mirim, o DNIT deverá publicar até o final deste mês a empresa vencedora da licitação que receberá a ordem de serviço para a execução do serviço. A data limite para o registro do recurso é hoje, dia 29 de agosto de 2013.

Estaremos amanhã em Guajará-Mirim com a nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para debatermos as questões econômicas, a produção agrícola da região, onde estaremos com os demais Senadores desta Comissão, do Estado de Rondônia, com técnicos da Emater, superintendente da Suframa, Prefeito, Vereadores da cidade. Portanto, convido a todos para, amanhã, participarem do nosso ciclo de palestras e debates nessa nossa grande cidade de Guajará-Mirim.

Invertendo a pauta, temos dois requerimentos para serem aprovados extrapauta.

Requerimento do Senador Benedito de Lira, subscrito por mim, pela ausência do nosso Presidente, Senador Benedito de Lira:

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO
DE AGRICULTURA E REFORMA
AGRÁRIA Nº 38, DE 2013**

Requer a realização de ciclo de debates e palestras, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com a finalidade de analisar e debater a diversificação da agropecuária no Nordeste, a realizar-se na cidade de Maceió, no dia 27 de setembro, de 2013, às 14 horas, por ocasião da Exposição Agropecuária.

Autoria: Senador Benedito de Lira e outros

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Próximo requerimento:

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO
DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
Nº 39, DE 2013**

Requer nos termos regimentais a realização de Ciclo de Palestras e Debates no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, no dia 6 de setembro de 2013, às 14 horas, para avaliar os avanços do Programa PAC – Máquinas e Equipamentos, que vem repassando aos municípios tratores e caminhões para utilização na melhoria da infraestrutura e recuperação de estradas vicinais, bem como as discussões no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da implantação de um Programa Nacional de Estradas Vicinais.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Estarão presentes os seguintes convidados: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O item 1, como é terminativo, vamos aguardar um pouco mais para recebermos a presença dos demais Senadores.

O item 2 o autor pediu para retirar de pauta.

(É o seguinte o item retirado:

**ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 208, DE 2012**

– Não Terminativo –

Altera a Lei 5.889, de 08 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, e a Lei 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, visando a sua adequação e modernização.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 208, de 2012, com três Emendas que apresenta.)

Vamos ao item 3:

**ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 8, DE 2011**

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), para permitir o emprego de espécies frutíferas na recomposição da reserva florestal legal e das áreas de preservação permanente na Amazônia Legal e em pequena propriedade ou posse rural familiar, determinar a concessão de incentivos fiscais e creditícios para essa recomposição, e dá outras providências.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pelo arquivamento do PLS nº 8, de 2011.

Observações: 1. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental perante a CAE.
2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, tendo sido aprovado parecer pela prejudicialidade do PLS nº 8, de 2011.

3. A matéria será posteriormente apreciada pela CMA em decisão terminativa.

Com a palavra a Relatora, Senadora Ana Amélia, para proferir o seu relatório.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente Acir Gurgacz, para facilitar e simplificar, vou direto à análise do projeto.

Sobre a questão relacionada ao projeto do Senador Flexa Ribeiro, nós concordamos com as ponderações adversas à aprovação do projeto, nos termos do parecer, em face da recente aprovação de novos

marcos normativos da legislação ambiental, representados pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981; 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989; e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências; e pela Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012, que altera a mencionada Lei.

Com base no acordo deste Parlamento com o Poder Executivo e com a sociedade em geral, ficou assentado o entendimento de que o cultivo comercial de espécies frutíferas usado como instrumento de recomposição de áreas de preservação permanente compromete a biodiversidade local e o desempenho das funções ambientais básicas reservadas a esses espaços, não sendo, portanto, adequado o uso desse instrumento de forma geral e indiscriminada sob pena de altos impactos ambientais.

Além disso, a necessidade de controle de origem do plantio de espécies frutíferas pelos órgãos ambientais, como decorre naturalmente do que propõe o projeto em análise, oneraria a fruticultura no País, dado o imperativo de fiscalização sobre os produtos e subprodutos obtidos de áreas florestais.

Relativamente à concessão de incentivos fiscais e creditícios para o reflorestamento calcado no cultivo de espécies frutíferas, também, seguimos a opinião da Comissão de Assuntos Econômicos, que é a comissão especializada em matéria financeira e econômica desta Casa: a Lei nº 12.651, de 2012, em seu art. 41, §1º, contemplou de forma adequada a proposta do PLS, dentro do limite legal, autorizando o executivo a implantar o programa de apoio, contudo já especificando que esse programa deverá incluir a dedução da base de cálculo do imposto, como explicitado no §1º, inciso II.

Como destacado também no parecer da CAE, nos últimos Planos Agrícola e Pecuário, foi ofertado volume superior a R\$100 bilhões em créditos a juros facilitados para a agricultura comercial, além dos R\$16 bilhões disponibilizados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), sendo inclusive financiadas ações voltadas especificamente para a recomposição das áreas de Reserva Legal e Preservação Permanente, como o Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (PROFLORA) que oferece financiamento com prazos de até 15 anos e carência e juros compatíveis. Portanto, também nesse aspecto, entendemos que já existe política pública de crédito para lidar com essa importante matéria proposta pelo Senador Flexa Ribeiro.

Por isso, considerando que houve revogação expressa da legislação que o PLS de autoria do Senador do Pará pretendia alterar e que as inovações propostas pela proposição já se encontram contempladas pelo novo Código Florestal brasileiro e pelas políticas públicas vigentes, entendemos, portanto, no que deu o parecer da CAE, que o PLS nº 8, de 2011, deva ser arquivado.

O voto é pelo arquivamento do PLS nº 8, de 2011, nos termos do inciso III do art. 133 do Regimento do Senado Federal.

Lamento. Foi muito oportuna a iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, um Senador muito ativo, do PSDB do Pará, porém, como expresse aqui, toda a proposta dele já está contemplada em legislação vigente, especialmente à luz do Código Florestal. V. Ex^a, como Presidente desta Comissão, o Senador Moka, os Senadores Blairo Maggi e Jayme Campos trabalharam intensamente no Código Florestal. Então, a matéria já havia sido vencida.

Eu queria apenas cumprimentar o Senador Flexa Ribeiro por essa iniciativa, propondo o arquivamento do projeto.

É o meu voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Ana Amélia, pelo seu brilhante relatório.

A Relatora concluiu pelo arquivamento do PLS nº 8, de 2011.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam e acompanham a Senadora Ana Amélia permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório da Senadora Ana Amélia, que passa a constituir o parecer da CRA, pelo arquivamento da matéria.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – Gostaria de solicitar a V. Ex^a, se possível, que faça a inversão de pauta e coloque extrapauta o PLS nº 214, de 2012. Inclusive, por solicitação do próprio Presidente Benedito de Lira, nós já o encaminhamos à Comissão, à Presidência, e, se possível, pediria que V. Ex^a nos desse prioridade, pelo fato de ser uma matéria relevante para os trabalhos no campo brasileiro, sobretudo na questão do cerrado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Consulto as nobres Sr^{as} e os

Srs. Senadores se concordam com a mudança da pauta e a inclusão do item extrapauta.

Se concordarem, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos concordar com o Senador Jayme Campos:

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 214, DE 2012
– Não Terminativo –

Institui Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do PLS Nº 214, DE 2012, com 13 Emendas que apresenta.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental perante a CDR.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, tendo sido aprovado parecer pela aprovação do PLS nº 214, de 2012.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Jayme Campos, para proferir o seu relatório extrapauta.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, procurarei ser mais prático e objetivo aqui em relação ao nosso relatório do projeto a que me referi.

Vem a exame desta Comissão Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2012, de autoria do ilustre Senador Rodrigo Rollemberg, que tem como objetivo instituir a Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado.

A proposição compõe-se de 11 artigos. O primeiro artigo estabelece os objetivos da Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado e prevê delimitação do bioma Cerrado pelo órgão federal competente.

Nesse caso, Sr. Presidente, com a devida vênua e naturalmente com a aquiescência dos demais Senadores, colegas desta Comissão, passo à análise.

Em nossa opinião, o grande mérito da proposta consiste em fomentar a criação de uma política pública eficaz, com o estabelecimento de fundamentos, diretrizes, objetivos e instrumentos destinados a orientar a formulação e implementação de ações de preservação de longo prazo.

Entretanto, permitimo-nos acrescentar alguns pontos que, a nosso ver, contribuirão para o aperfeiçoamento da abrangência e eficácia de algumas disposições contidas no texto original, harmonizando-o ainda mais com o espírito do Código Florestal, cuja aprovação se deu quase concomitantemente à apresentação do projeto ora sob nosso exame.

Cabe ressaltar nosso entendimento de que, além da utilização, em larga escala, de zoneamentos agroecológicos no Brasil, cada vez mais precisos, e da exigência de licenciamentos ambientais adequados para as atividades econômicas propostas, políticas específicas podem contribuir para evitar os efeitos da antropização nos biomas brasileiros e para fomentar uma política consistente de longo prazo, voltadas à preservação e à produção sustentável.

Cumpra ainda ressaltar que o enfoque de nossas sugestões no mais das vezes concentrou-se na estipulação de mecanismos de estímulo, com vistas a incentivar a participação mais ampla possível dos atores sociais e institucionais envolvidos nos processos de conservação, desenvolvimento e sustentabilidade a que se propõe o projeto, razão pela qual julgo por bem justificá-las uma a uma.

Entretanto, estão sendo apresentadas para os demais colegas Senadores aqui.

Opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2012, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CRA

Dê-se a seguinte redação ao do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2012:

Art. 1º Esta Lei institui Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado, com vistas à proteção da dignidade humana e à promoção do crescimento econômico com responsabilidade ambiental e justiça social, observando especialmente o que estabelece a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

§ 1º Somente os remanescentes de vegetação nativa e os passivos ambientais indicados pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR, terão seu uso e conservação regulados por esta Lei.

§ 2º. Para os efeitos desta Lei, o bioma Cerrado terá seus limites fixados no mapa de vegetação do Brasil elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

A justificação já se encontra aqui, Sr. Presidente. Vamos passar à frente, porque cada artigo tem sua justificação.

Outra emenda:

EMENDA Nº – CRA

Dê-se a seguinte redação ao do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2012:

Art. 2º – Na proteção e no uso dos recursos ambientais do bioma Cerrado serão observados os princípios da prevenção, da precaução, do usuário-pagador, do provedor-recebedor, da participação social, do respeito ao direito de propriedade e à função

socioambiental da propriedade, da transparência das informações e atos, da celeridade procedimental e da gratuidade dos serviços administrativos prestados ao pequeno produtor rural e às populações tradicionais, da gestão democrática, além do reconhecimento do direito adquirido, da importância da função estratégica da atividade agropecuária no crescimento econômico, na melhoria da qualidade de vida da população brasileira e na presença do País nos mercados nacional e internacional de alimentos, fibras e bioenergia.

A justificação encontra-se mais abaixo.

Outra emenda:

EMENDA Nº – CRA

Acrescente-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2012, o inciso V, com a seguinte redação:

Art. 3º

.....

V – a dignidade da população que ocupa o bioma baseado na sustentabilidade econômica e social”.

A justificação encontra-se abaixo, Sr. Presidente.

EMENDA Nº – CRA

Dê-se aos incisos II e VII do art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2012, a seguinte redação:

Art. 4º

.....

II – a interdependência entre a condução das atividades econômicas, a proteção ambiental;

.....

.....

VII – a conservação da biomassa aérea e radicular da vegetação do Cerrado, conforme definido na Lei 12.651 de 2012”.

A justificação encontra-se abaixo.

Outra emenda:

EMENDA Nº – CRA

Suprima-se o inciso XIII do art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2012.

A justificação encontra-se abaixo.

EMENDA Nº – CRA

Dê-se aos incisos III, IV e V, do art. 5º do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2012, a seguinte redação:

“Art. 5º

.....

III – a promoção de incentivos fiscais e tributários devido aos custos ambientais incorporados dos custos ambientais aos custos de produção;
IV – a recuperação dos passivos ambiental e social e a ocupação prioritária de áreas degradadas, através de incentivos fiscais e tributários;

V – a priorização de práticas e sistemas de produção sustentáveis, em todos os setores da atividade econômica;

A justificação encontra-se abaixo.

EMENDA Nº – CRA

Suprima-se o inciso IX do art. 5º do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2012.

A justificação encontra-se abaixo.

EMENDA Nº – CRA

Acrescente-se ao art. 5º do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2012, o inciso XII com a seguinte redação:

“Art. 5º

.....

XII – o potencial econômico para o desenvolvimento da agricultura e pecuária como atividade produtora de alimentos para o consumo interno e exportação”.

A justificação encontra-se abaixo.

EMENDA Nº – CRA

Acrescentem-se ao art. 6º do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2012, os seguintes incisos XI e XII:

Art. 6º

.....

XI – garantir o potencial econômico do bioma, em especial o potencial agropecuário, associado aos demais objetivos;

XII – Promover a regularização fundiária e os Planos de Manejo das Unidades de Conservação (UCs)”.

A justificação encontra-se abaixo.

EMENDA Nº – CRA

Suprimam-se os incisos X e XI do art. 7º do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2012.

A justificação encontra-se abaixo.

EMENDA Nº – CRA

Suprimam-se as alíneas a e c do inciso I do art. 9º do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2012.

A justificação encontra-se abaixo.

EMENDA Nº – CRA

Dê-se a seguinte redação à alínea d do inciso I do art. 9º do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2012:

“Art. 9º

I –

d) proteger o entorno das unidades de conservação; desde de que definidos no plano de manejo da UC, ou”

A justificação encontra-se abaixo.

EMENDA Nº – CRA

Dê-se a seguinte redação ao parágrafo único do art. 9º do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2012:

Art. 9º

I –

II –

Parágrafo único. Nas áreas passíveis de uso alternativo do solo, a supressão de vegetação de cerrado que abrigue espécie da flora ou da fauna ameaçada de extinção, segundo lista oficial publicada pelos órgãos federal ou estadual ou municipal do Sisnama, ou espécies migratórias, dependerá da adoção de medidas compensatórias e mitigadoras que assegurem a conservação da espécie.

Essa alteração tem por objetivo atender às disposições do projeto, com relação às medidas compensatórias e mitigadoras previstas no novo Código Florestal.

Sr. Presidente, é o meu voto que apresento a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos, pelo seu relatório.

O Relator concluiu pela aprovação do PLS nº 214, de 2012, com 13 emendas que apresenta.

Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório do Senador Jayme Campos, que passa a constituir o parecer da CRA, pela aprovação do projeto com Emendas 1 a 13 da CRA.

A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em decisão terminativa.

Passo a Presidência ao Senador Blairo Maggi para que eu possa relatar o próximo item.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Vamos ao próximo item da pauta, que será relatado pelo Senador Acir Gurgacz:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 330, DE 2011

– Terminativo –

Dispõe sobre a parceria de produção integrada agropecuária, estabelece condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 330, de 2011, com acolhimento das Emendas CCJ nº 1 a 6, 10 e 11, nos termos da Emenda (substitutiva) que apresenta, e pela rejeição das Emendas CCJ nº 7, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22.

Observações:

1. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental perante a CCJ.

2. O Projeto foi apreciado pela CCJ, tendo sido aprovado Parecer pela aprovação do PLS nº 330, de 2011, com as Emendas nº 1-CCJ a 22-CCJ.

3. Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Com a palavra o Relator da matéria, Senador Acir Gurgacz, para proferir o seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi, que preside esta reunião.

O PLS nº 330, de 2011, com onze artigos, no art. 1º dispõe sobre os objetivos da Lei. O parágrafo único deste artigo estabelece que a parceria de produção integrada agropecuária entre cooperativas agropecuárias e seus associados ou entre cooperativas entre si associadas constitui ato cooperativo que é regulado, portanto, por legislação específica aplicável às sociedades cooperativas.

O art. 2º apresenta os conceitos utilizados na Lei, de integração agroindustrial ou integração; produtor agropecuário integrado ou produtor integrado; agroindústria integradora; e contrato de integração.

O §1º do referido artigo equipara à agroindústria integradora os comerciantes e exportadores que, para obterem matéria-prima, bens de consumo intermediário ou final, celebram contratos de integração com produtores agropecuários. O §2º dispõe que a simples obrigação do pagamento do preço estipulado contra a entrega dos produtos agropecuários não caracteriza um contrato de integração. E o §3º estabelece que a integração é uma relação civil, e não configura prestação de serviço ou relação de emprego entre integradora e integrado, seus prepostos ou empregados.

O art. 3º dispõe que a relação de integração se caracteriza pela conjugação de recursos e esforços e pela distribuição dos resultados é um princípio orientador da aplicação e interpretação da lei.

O art. 4º estatui que o contrato de integração, sob pena de nulidade parcial ou total, deve ser redigido de forma direta e precisa, em português simples e com letras uniformes de fácil visualização, e dispõe sobre diversas informações que nele devem obrigatoriamente constar. O parágrafo único do art. 4º exige que a cláusula relativa à solução judicial de litígios deverá indicar como foro competente o da localidade onde se situa o empreendimento do produtor integrado.

O art. 5º prescreve que cada unidade da agroindústria integradora e os produtores a ela integrados devem constituir uma Comissão de Acompanhamento e Desenvolvimento da Integração e de Solução de Controvérsias, nomeada Cadisc, de composição paritária, com diversos objetivos. Cada Cadisc deverá ter regulamento próprio, sem personalidade jurídica (§1º), e suas despesas devem ser aprovadas pelos seus integrantes (§2º).

O art. 6º determina que a agroindústria integradora organizará um Relatório de Informações da Produção Integrada (Ripi), relativo a cada ciclo produtivo do produtor integrado, e estabelece que informações são essas no parágrafo primeiro. O Ripi deve ser consolidado e fornecido ao integrado até a data do acerto financeiro com a integradora (§2º), e seu conteúdo somente poderá ser fornecido a terceiros mediante autorização escrita do integrado (§3º).

Pelo art. 7º todos os bens fornecidos pela agroindústria integradora ao produtor integrado em decorrência das necessidades da produção serão tidos como de propriedade da integradora, inclusive aqueles que estiverem em processo de desenvolvimento a cargo do integrado, incluídos os animais, as sementes e plantas em fase de desenvolvimento, podendo ser estabelecidas normas que permitam o consumo próprio familiar.

O art. 8º dispõe que a agroindústria integradora elaborará e atualizará trimestralmente um Documento de Informação Pré-Contratual (DIPC), com o objetivo

de fornecer ao interessado em aderir ao sistema de integração informações sobre as atividades a serem por ele desempenhadas e as condições do processo de integração.

O art. 9º estabelece que compete ao produtor integrado atender às exigências da legislação ambiental, planejar e implementar medidas de prevenção dos potenciais impactos ambientais negativos, de mitigação e recuperação de danos ambientais. O §1º dispõe que tais responsabilidades são concorrentes, no caso de suprimento de insumos e tecnologias e supervisão do contrato pela agroindústria integradora.

O §2º do art. 9º impõe que a responsabilidade da recuperação dos danos deixará de ser concorrente se o produtor integrado adotar conduta contrária ou diversa às recomendações técnicas fornecidas pela integradora. O §3º estabelece as competências da agroindústria integradora, nas relações de integração em que haja suprimento de insumos e a tecnologia empregada seja por ela definida e supervisionada.

O art. 10 estatui que é competência concorrente do produtor integrado e da agroindústria integradora o cumprimento da legislação fito e zoossanitária, o planejamento de medidas de prevenção e controle de pragas e doenças, o monitoramento da saúde animal e vegetal e a execução de ações emergenciais em caso de surto epidemiológico.

Por fim, o art. 11 trata da cláusula de vigência.

Na justificação, a autora argumenta que o agronegócio brasileiro desenvolveu novos, criativos e eficientes mecanismos contratuais, entre os quais os contratos de integração, em que o produtor rural se responsabiliza por executar parte do processo produtivo, repassando à agroindústria matéria-prima que será processada e transformada no produto final. Entretanto, tais contratos de integração não estão oficialmente previstos na legislação brasileira, embora sejam bem mais complexos que os contratos simples de comercialização encontrados no Código Civil, ou que os contratos de parceria agrícola previstos no Estatuto da Terra. São em geral caracterizados como operação de compra e venda, ou como parceria agrícola, mas sem tratar adequadamente a relação existente entre a agroindústria integradora e o produtor rural integrado.

O PLS nº 330, de 2011, foi distribuído nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde recebeu parecer pela aprovação, com o acatamento de 22 emendas e rejeição de 4 emendas apresentadas naquela Comissão; e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), à qual cabe decisão terminativa.

Análise.

Vou direto, para tentar abreviar, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao voto.

Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2011, na forma do substitutivo apresentado, acolhidas as Emendas nºs 1 a 6, 10 e 11, da CCJ, e rejeitadas as Emendas nºs 7, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22, da CCJ.

EMENDA Nº – CRA (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, DE 2011

Art. 1º Essa lei trata dos contratos de integração vertical nas atividades agrosilvopastoris, estabelece obrigações e responsabilidades gerais para os produtores integrados e os integradores, institui mecanismos de transparência na relação contratual, cria fóruns nacionais de integração – e as comissões para acompanhamento, desenvolvimento e conciliação da integração (Cadec), ou similar, respeitando as estruturas já existentes, e dá outras providências.

Parágrafo único. A integração vertical entre cooperativas e seus associados ou entre cooperativas constitui ato cooperativo, regulado por legislação específica aplicável às sociedades cooperativas.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, entende-se por:

I – integração vertical ou integração: a relação contratual entre produtores integrados e integradores, visando a planejar e realizar a produção e a industrialização ou comercialização de matéria-prima, bens intermediários ou de consumo final e cujas responsabilidades e obrigações recíprocas são estabelecidas em contratos de integração;

II – produtor integrado ou integrado: o produtor agrosilvopastoril, pessoa física ou jurídica, que individualmente ou de forma associativa, com ou sem a cooperação laboral de empregados, se vincula ao integrador por meio de contrato de integração vertical, recebendo bens e serviços para a produção e para o fornecimento de matéria-prima, bens intermediários ou de consumo final;

III – integrador: pessoa física ou jurídica que se vincula ao produtor integrado por meio de contrato de integração vertical, fornecendo bens, insumos e serviços, e recebendo matéria-prima, bens intermediários ou de consumo final, utilizados no processo industrial ou comercial;

IV – contrato de integração vertical ou contrato de integração: o contrato firmado entre o produtor integrado e o integrador que estabelece a sua finalidade, as respectivas atribuições no processo produtivo, os compromissos financeiros, os deveres sociais, os requisitos sanitários, as responsabilidades ambientais, entre outras que regulem o relacionamento entre os sujeitos do contrato;

V – atividades agrosilvopastoris: atividades de agricultura, pecuária, silvicultura, aquicultura, pesca ou de extrativismo vegetal, para os fins desta lei.

§1º Para os efeitos desta lei, equiparam-se ao integrador os comerciantes e exportadores que, para obterem matéria-prima, bens de consumo intermediário ou final, celebram contratos de integração com produtores agrosilvopastoris.

§2º A simples obrigação do pagamento do preço estipulado contra a entrega de produtos a agroindústria ou ao comércio não caracteriza um contrato de integração.

§3º A integração, relação civil definida nos termos desta lei, não configura prestação de serviço ou relação de emprego entre integrador e integrado, seus prepostos ou empregados. Art. 3º É princípio orientador na aplicação e interpretação desta Lei que a relação de integração caracteriza-se pela conjugação de recursos e esforços e pela distribuição justa dos resultados.

Art. 4º O contrato de integração, sob pena de nulidade, deve ser escrito com clareza, precisão e ordem lógica, e dispor sobre as seguintes questões, sem prejuízo de outras que as partes contratantes considerem mutuamente aceitáveis:

I – as características gerais do sistema de integração e as exigências técnicas e legais para os contratantes;

II – as responsabilidades e obrigações do integrador e do produtor integrado no sistema de produção;

III – os parâmetros técnicos e econômicos indicados ou anuídos pelo integrador para o estudo de viabilidade econômica e financeira do projeto;

IV – os padrões de qualidade dos insumos fornecidos pelo integrador para a produção animal e dos produtos a serem entregues pelo integrado;

V – as fórmulas para o cálculo da eficiência da produção, com explicação detalhada dos parâmetros e metodologia empregados na obtenção dos resultados;

VI – as formas e os prazos de distribuição dos resultados entre os contratantes;

VII – visando assegurar a viabilidade econômica, o equilíbrio dos contratos e a continuidade do processo produtivo, será observado pelo integrador que a remuneração do integrado não seja inferior ao custo de produção de cada ciclo, definido pela respectiva Cadec, desde que atendidas às obrigações contidas no contrato;

VIII – os custos financeiros e administrativos dos insumos fornecidos em adiantamento pelo integrador;

IX – as condições para o acesso às áreas de produção por preposto ou empregado do integrador e das instalações industriais ou comerciais diretamente

afetas ao objeto do contrato de integração, pelo produtor integrado, seu preposto ou empregado;

X – as responsabilidades do integrador e do produtor integrado quanto ao recolhimento de taxas, impostos e contribuições previdenciárias incidentes no sistema de integração;

XI – as obrigações do integrador e do produtor integrado no cumprimento da legislação de defesa agropecuária e sanitária;

XII – as obrigações do integrador e do produtor integrado no cumprimento da legislação ambiental;

XIII – a obrigatoriedade ou não de seguro da produção, os custos para as partes contratantes e a extensão de sua cobertura;

XIV – a definição de prazo para aviso prévio de rescisão do contrato de integração, que deve levar em consideração o ciclo produtivo da atividade e o montante dos investimentos realizados;

XV – a instituição de Comissão de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadec), a quem as partes deverão recorrer para a interpretação de cláusulas contratuais ou outras questões inerentes ao contrato de integração;

XVI – as sanções para os casos de inadimplemento ou rescisão unilateral do contrato de integração.

Parágrafo único. O Fórum de Justiça da localidade onde se situa o empreendimento do produtor integrado deverá ser indicado no contrato de integração para fim de solução de litígio judicial.

Art. 5º Cada setor produtivo ou cadeia produtiva regidos por esta Lei, deverá constituir um Fórum Nacional de Integração, de composição paritária, composto pelas entidades representativas dos produtores integrados e dos integradores, sem personalidade jurídica, com a atribuição de definir diretrizes para o acompanhamento e desenvolvimento do sistema de integração e de promover o fortalecimento das relações entre produtor integrado e o integrador.

§1º Para setores produtivos em que já exista fórum ou entidade similar em funcionamento, será opcional a sua criação.

§2º O regulamento desta Lei definirá o número de participantes do Fórum e as entidades patronais dos integrados e integradoras que indicarão os representantes, seu regime e localidade de funcionamento e outros aspectos de sua organização.

Art. 6º Cada unidade do integrador e os produtores a ela integrados deve constituir Comissão para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadec), respeitando as estruturas já existentes e com função similar, de composição paritária e integrada por membros indicados pelo integrador e pelos produtores integrados ou suas entidades repre-

sentativas, com os seguintes objetivos, entre outros, a serem estabelecidos em seu regulamento:

I – elaborar estudos e análises econômicas, sociais, tecnológicas, ambientais e dos aspectos jurídicos das cadeias produtivas e seus segmentos e do contrato de integração;

II – acompanhar e avaliar o atendimento dos padrões mínimos de qualidade exigidos para os insumos recebidos pelos produtores integrados e dos produtos fornecidos ao integrador;

III – estabelecer sistema de acompanhamento e avaliação do cumprimento dos encargos e obrigações contratuais pelos contratantes;

IV – servir de espaço institucional para dirimir questões entre os produtores integrados e o integrador e evitar a judicialização de conflitos;

V – definir o intervalo de tempo e os requisitos técnicos e financeiros a serem empregados para atualização dos indicadores de desempenho das linhagens de animais e das cultivares de plantas utilizadas nas fórmulas de cálculo da eficiência de criação ou de cultivo;

VI – formular o plano de modernização tecnológica da integração, estabelecer o prazo necessário para sua implantação e definir a participação dos integrados e da integradora no financiamento dos bens e ações previstas.

§1º Toda e qualquer despesa da Cadec deverá ser aprovada pelas partes contratantes, por demanda específica.

§2º Em sistemas de integração nos quais já exista comissão ou entidade similar, de forma análoga, a criação da Cadec será opcional.

Art. 7º O integrador deverá elaborar Relatório de Informações da Produção Integrada (Ripi) relativo a cada ciclo produtivo do produtor integrado.

§1º O Ripi deverá conter informações sobre os insumos fornecidos pelo integrador, os indicadores técnicos da produção integrada, as quantidades produzidas, os índices de produtividade e os preços usados nos cálculos dos resultados financeiros, os valores pagos aos produtores integrados relativos ao contrato de integração, entre outros a serem definidos pela Cadec.

§2º O Ripi deverá ser consolidado até a data do acerto financeiro entre integrador e produtor integrado e fornecido integrado e, quando solicitado, à Cadec ou sua entidade representativa.

§3º Toda e qualquer informação relativa à produção do produtor integrado solicitada por terceiros só será fornecida pelo integrador mediante autorização escrita do produtor integrado.

§4º É facultado ao produtor integrado, individualmente ou por intermédio de sua entidade represen-

tativa ou da Cadec, mediante autorização escrita, solicitar ao integrador esclarecimentos ou informações adicionais sobre o Ripi, as quais deverão ser fornecidas sem custos e no prazo máximo de até quinze dias após a solicitação.

Art. 8º Todas as máquinas e equipamentos fornecidos pelo integrador ao produtor integrado em decorrência das necessidades da produção permanecerão de propriedade do integrador, devendo lhe ser restituídos, salvo estabelecimento em contrário no contrato de integração.

§1º No caso de instalações financiadas ou integralmente custeadas pelo integrador, o contrato de integração especificará se e quando estas passarão a ser de propriedade do produtor integrado.

§2º No caso de animais fornecidos pelo integrador, o contrato de integração especificará se e quando passarão a ser de propriedade ao produtor integrado.

§3º Poderá o contrato, ainda que por ajustes posteriores, estabelecer normas que permitam o consumo próprio familiar, salvo os setores que necessitam de serviços de inspeção para o consumo do produto.

Art. 9º Ao produtor integrado interessado em aderir ao sistema de integração será apresentado pelo integrador Documento de Informação Pré-Contratual (DIPC), contendo obrigatoriamente as seguintes informações atualizadas:

I – razão social, forma societária, cadastro nacional de pessoa jurídica – CNPJ e endereços do integrador;

II – descrição do sistema de produção integrada e das atividades a serem desempenhadas pelo produtor integrado; III – informações quanto aos requisitos sanitários e ambientais e os riscos econômicos inerentes à atividade;

IV – estimativa dos investimentos em instalações zootécnicas ou áreas de cultivo e dos custos fixos e variáveis do produtor integrado na produção;

V – informações claras e detalhadas acerca da obrigação ou não do produtor integrado de adquirir ou contratar quaisquer bens, serviços ou insumos necessários à operação ou administração de suas instalações zootécnicas ou áreas de cultivo apenas da integradora ou de fornecedores por ela indicados e aprovados, oferecendo, nesse caso, relação completa deles;

VI – informação do que será oferecido ao produtor integrado no que se refere a:

a) suprimento de insumos;

b) assistência técnica e supervisão da adoção das tecnologias de produção recomendadas cientificamente ou exigidas pelo integrador;

c) treinamento do produtor integrado, de seus prepostos ou empregados, especificando duração, conteúdo e custos;

d) projeto técnico do empreendimento; termos do contrato de integração;

VII – estimativa de remuneração do produtor integrado por ciclo de criação de animais ou safra agrícola, utilizando-se para o cálculo preços e índices de eficiência produtiva médios nos doze meses anteriores;

VIII – alternativas de financiamento por instituição financeira ou do integrador e as garantias do integrador para o cumprimento do contrato durante o período do financiamento;

IX – os parâmetros técnicos e econômicos indicados pelo integrador para uso no estudo de viabilidade econômico-financeira do projeto de financiamento do empreendimento;

X – o caráter e grau de exclusividade da relação entre o produtor integrado e o integrador, se for o caso;

XI – informações sobre os impostos e taxas incidentes na atividade e a responsabilidade das partes, segundo a legislação pertinente;

XII – informações básicas sobre as responsabilidades ambientais das partes, segundo o art. 10 desta Lei;

XIII – informações básicas sobre as responsabilidades sanitárias das partes, segundo legislação e normas infralegais específicas.

Parágrafo único. O DIPC deverá ser atualizado trimestralmente para os setores de produção animal e anualmente para os setores de produção e extração vegetal.

Art. 10 Compete ao produtor integrado atender às exigências da legislação ambiental para o empreendimento ou atividade desenvolvida em sua propriedade rural, bem como o planejamento e a implementação de medidas de prevenção dos potenciais impactos ambientais negativos, e a mitigação e a recuperação de danos ambientais.

§1º Nas atividades de integração em que as tecnologias empregadas sejam definidas e sua adoção supervisionada pelo integrador, este e o integrado responderão até o limite de sua responsabilidade pelas ações relativas à proteção ambiental e à recuperação de danos ao meio ambiente ocorridos em decorrência do empreendimento.

§2º A responsabilidade de recuperação de danos de que trata o §1º deste artigo deixa de ser concorrente quando o produtor integrado adotar conduta contrária ou diversa às recomendações técnicas fornecidas pelo integrador ou estabelecidas no contrato de integração.

§3º Compete ao integrador, no sistema de integração em que as tecnologias empregadas sejam por ele definidas e supervisionadas:

I – fornecer projeto técnico de instalações e das obras complementares, em conformidade com as exigências da legislação ambiental, e supervisionar sua implantação;

II – auxiliar o produtor integrado no planejamento de medidas de prevenção, controle e mitigação dos potenciais impactos ambientais negativos e prestar-lhe assistência técnica na sua implementação;

III – elaborar, em conjunto com o produtor integrado, plano de descarte de embalagens de agrotóxicos, desinfetantes e produtos veterinários, e supervisionar sua implantação;

IV – fazer, em conjunto com o produtor integrado, plano de manejo de outros resíduos da atividade e a disposição final dos animais mortos e supervisionar sua implantação.

Art. 11. Compete ao produtor integrado e ao integrador, concorrentemente, zelar pelo cumprimento da legislação sanitária, planejar medidas de prevenção e controle de pragas e doenças, conforme regulamento estabelecido pelos órgãos competentes.

Parágrafo único. Nos sistemas de integração em que os medicamentos veterinários utilizados sejam de propriedade do integrador, o recolhimento e a destinação final das embalagens de antibióticos ou de outros produtos antimicrobianos deverão ser por ele realizados.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. Fica estabelecido um prazo de até 180 (cento e oitenta) dias para adequação dos contratos de integração em vigor.

Sr. Presidente, depois de muitos debates, muitas reuniões, muitas discussões, tanto com produtores como com integradores e os Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, nós chegamos a esse voto com todo esse detalhamento; daí a importância de ler esse voto substitutivo para se dar uma noção da importância que tem esse projeto.

Optamos, então, pela aprovação do substitutivo, cumprimentando a autora do projeto, Senadora Ara Amélia, tanto pela criação quanto pelo debate, durante mais de um ano, para chegarmos a esse voto substitutivo em acordo com todas as partes que têm uma relação direta ou indireta com esses contratos.

Este, o nosso voto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Senador Acir Gurgacz, Relator do Projeto de Lei nº 330, de 2011.

S. Ex^a leu o seu relatório, uma peça extensa, e concluiu pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta, acolhendo as Emendas de nºs 1 a 6, 10 e 11; e pela rejeição das Emendas nºs 7, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22, da CCJ.

A matéria está em discussão.

Assim, as Sr^{as} e os Srs. Senadores que queiram discutir a matéria poderão fazê-lo agora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Para discutir, tem a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu espero que, durante esse tempo, venham os outros três Senadores para nós podemos compor o quórum de nove, a fim de votarmos essa matéria que penso seja, não pela autoria... E aproveito para agradecer as referências feitas pelo Sr. Relator, agradecendo, antecipadamente a dedicação que o Senador Acir teve, não só na articulação e nos entendimentos, mas no acolhimento das emendas. É sempre exaustivo o trabalho sobre uma matéria complexa como essa.

Qual o objetivo desse marco regulatório? É dar segurança jurídica para as partes. Lei boa é aquela que tem equilíbrio; ela não pune um lado para beneficiar o outro. Ela tem, como disse, equilíbrio central, o que resulta em segurança aos integrados, a parte mais fraca, no compartilhamento e na solidariedade de iniciativas como investimentos na comercialização do produto. Enfim, considerando que a avicultura e a suinocultura estão na ponta da nossa pauta de exportações como os itens mais importantes, penso que não poderíamos deixar em aberto essa circunstância.

Então, a relevância disso é indiscutível. E também penso que, do ponto de vista social, é importante que os pequenos que operam com o sistema integrado, na área da suinocultura, da avicultura, dos laticínios e da produção de tabaco, também tenham um grau de proteção. E, em casos em que a empresa integrada à indústria sofre um problema de insolvência, fecha as atividades, deixa o integrado sem nenhum tipo de proteção. Então, também nesses aspectos, essa garantia e essa segurança têm essa relevância no aspecto de criarmos um marco regulatório.

Hoje, os investidores internacionais olham o Brasil com um pouco de dúvida exatamente no caso, Senador Blairo Maggi, conhecem bem a questão da logística.

A dificuldade hoje de vir aqui o investidor é pela falta exatamente de previsibilidade e pela falta de segurança jurídica nos contratos. Quer dizer, não é só o retorno do investimento, é a segurança jurídica. Nós

costumamos, no Brasil, mudar a regra do jogo com o jogo em andamento. Então isso realmente cria uma instabilidade.

Ontem tivemos lá um grupo de Senadores com a Confederação das Instituições Financeiras e percebemos claramente isso. Então isso é, na área de produção de alimentos exportados, no complexo carne, na cadeia produtiva da carne, essa segurança para os brasileiros, para os produtores que estão há gerações, especialmente no sul do País – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul.

A secretária de agricultura do Mato Grosso do Sul, Senador Moka, esteve junto com as entidades dos produtores integrados, pedindo que aprovassem o projeto. Então, ela tem um valor que ultrapassa a questão de partidos políticos, porque ela está atendendo a uma demanda muito relevante nesses aspectos.

Eu queria agradecer muito e enfatizar a relevância de finalizarmos isso, porque, como esse projeto nasce no Senado, naturalmente, vai para a Câmara. E a Câmara terá também outro rito de tramitação. Eu espero a colaboração dos Parlamentares que estão voltados a esse setor. Então, eu queria renovar os agradecimentos ao senhor.

Eu queria agradecer também aos Senadores que vieram aqui hoje até alterando a sua viagem, como me disse o Senador Jayme Campos, para estar presente aqui, porque também em Mato Grosso tem significado econômico a produção.

Agradeço ao Senador Maggi, ao Senador Sérgio Souza, do Paraná, ao Senador Moka, também, pela gentileza, pela presença e pelo apoio. Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra então ao Senador Waldemir Moka, por Mato Grosso do Sul.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, quero cumprimentar, inicialmente, o Relator, Senador Acir Gurgacz, que realmente fez um trabalho importante, um relatório importante e detalhado.

Esse projeto passou pela Comissão de Constituição e Justiça, sofreu toda uma negociação. E eu estava conversando com a Senadora Ana Amélia, porque, em Mato Grosso do Sul, eu fui procurado pelos integrados da suinocultura, da avicultura, dando conta da importância, na avaliação deles, desse projeto.

Por quê? O agronegócio, nesses últimos tempos, desenvolveu parcerias importantes e complexas, porque são várias as cadeias. Isso não está previsto nem no Código Civil nem no Estatuto da Terra. E o projeto

da Senadora Ana Amélia é um marco regulatório. A partir da aprovação desse projeto, nós vamos poder realmente dar uma segurança jurídica em várias parcerias que hoje nem o Código Civil nem o Estatuto da Terra preveem. E isso é fundamental.

Além disso, projetos como este estimulam o associativismo, as cooperativas, que vão ter que se mobilizar. Até porque essa parceria da agroindústria, ou da integradora e do integrado, tem que ser uma parceria justa.

Eu sei, porque, em Mato Grosso do Sul, nós conseguimos – na verdade, um trabalho da nossa secretária, Tereza Cristina – que os produtores de laticínios abrissem as suas planilhas de custo e as apresentassem aos produtores de leite. E estabeleceram uma parceria importante. Isso é fundamental nessa relação.

Então, eu quero aqui dizer da importância que isso tem para o setor do agronegócio, sobretudo para a agroindústria, mas também para os produtores. No caso da suinocultura, há aqueles chamados independentes e há os integrados. Mas isso aqui, depois dessa legislação da parceria, vai melhorar muito, na minha avaliação.

Cumprimento, portanto, o Relator, Acir Gurgacz, e cumprimento também a autora, que, ao longo desse tempo, promoveu inúmeras reuniões com os dois lados. E isso é fundamental, porque o projeto chega aqui bem debatido, exaustivamente debatido, com emendas importantes, e é o consenso que a Casa se permitiu fazer.

Voto, sem dúvida nenhuma, pela aprovação do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Moka.

Sempre que estou na Presidência, vou concedendo a palavra pela ordem de chegada. O Senador Jayme chegou mais cedo, foi buscar a bezerra para tirarmos o leite. Hoje, chegou mais cedo. Então, eu passo a palavra ao Senador Jayme Campos e, depois, ao Senador Sérgio Souza, que trouxe só o balde para tirarmos o leite hoje, o queijo. Obrigado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Eu só quero cumprimentar tanto a autora como o Relator da matéria, como já bem referiram aqui o Senador Moka e a Senadora Ana Amélia.

É louvável e meritório o projeto, sem sombra de dúvida, que melhora sobremaneira a questão que tem como fim esse projeto. Cumprimento V. Ex^{as}, sobretudo o nosso Relator, que foi muito feliz, em que pese um relatório bastante extenso, longo. Isso é muito bom, democrático. E quero crer que, com isso, quem ganha é o Brasil, principalmente aqueles que trabalham nessa

atividade econômica. Parabéns, Sr. Relator. Parabéns, Senadora Ana Amélia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos. Com a palavra, o Senador Sérgio Souza, Senador pelo Estado do Paraná. Com a palavra, Senador.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Blairo Maggi, que preside esta nossa reunião. O Senador Acir conhece bem o Paraná, como V. Ex^a, Senador Blairo Maggi, como o Senador Moka, o Senador Jayme, a Senadora Ana Amélia, conhecem bem a realidade desses produtores integrados, porque no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e, no Paraná, são perto de 80%, 90% dos integrados no Brasil. Há também um pouco no Mato Grosso do Sul, um pouco em Mato Grosso, no Centro-Oeste, alguma coisa já está indo para o Nordeste.

Situações como essas, Senadora Ana Amélia, nos fazem refletir. Veja como é importante o Poder Legislativo. O que o Poder Legislativo faz? O Poder Legislativo tenta regular os costumes, o convívio em sociedade. Também tenta colocar regras para definir aquilo que está acontecendo neste momento. O Brasil era, há poucos anos, um País importador de alimentos. O Brasil era deficitário em proteína animal, há pouco tempo.

Nós, hoje, somos superavitários, somos os maiores exportadores do mundo de carne suína, de carne de frango, e isso é fruto de um trabalho de transformação do produto primário, que são os cereais – grãos, milho, soja –, em proteína animal. E essa transformação, Senadora Ana Amélia, dos grãos em proteína animal agrega valor ao nosso produto interno, e criou uma cadeia de serviços no Brasil incrível.

Nós temos algumas regiões no Paraná, como a região oeste, em que falta gente para trabalhar, em que se buscam pessoas a centenas de quilômetros, todos os dias, vão e voltam, porque não há gente para trabalhar nas unidades da agroindústria, especialmente nos frigoríficos, abatedouros de frangos e de suínos. Além disso, leva divisas ao campo.

Lá no interior da propriedade rural, há um barracão, um alojamento, para os suínos, para aves. Há propriedades que cultivam o leite. Isso agrega todo um valor. No entanto, criou-se um sistema, nos últimos anos, da integração. Eu levo lá para você – sou dono da indústria – o pintainho (pinto de um dia), levo a ração, levo os medicamentos, e você, produtor rural, com o trabalho da sua família, vai alimentar e cuidar desses frangos, durante 45 dias em média. E, ao final disso, eu vou lhe pagar um valor por unidade. Isso gera uma renda para a propriedade. O proprietário dessa terra vai ao Banco do Brasil ou à própria cooperativa, finan-

cia o barracão – não é barato, R\$300 mil, R\$400 mil, R\$500 mil –, envolve toda a sua família, aliena a sua propriedade por anos em um financiamento e, depois, vem essa relação com a empresa, que manda para ele o pintainho. Perfeito. E o que ele é? Produtor rural? Ele é funcionário da empresa? Não sabemos. Como vai ser a aposentadoria desse cidadão? De quem é a responsabilidade?

Estou fazendo essa reflexão bem rápida para mostrar que o Brasil evoluiu do ponto de vista do agronegócio, da transformação da nossa produção. Deixamos de ser importadores de alimentos como éramos nas décadas de 60 e 70, passamos a ser o segundo maior produtor de alimentos do mundo. Somos um país que agrega valor aqui, internamente. Já somos nós, o agronegócio, 25% do PIB nacional. Somos os responsáveis pela balança comercial positiva. Essa é a realidade do Brasil, mas criaram-se situações que precisam ser regulamentadas, como essa. Por isso, a iniciativa desse projeto de lei da Senadora Ana Amélia deve ser exaltada, deve ser parabenizada, deve ser registrada. A relatoria está a cargo de um Senador que conhece a realidade do sul do País, conhece a realidade de Rondônia, que conhece a realidade da agricultura, que foi presidente da Comissão de Agricultura, o Senador Acir Gurgacz. Isso é bom para o Brasil. É bom para o povo brasileiro. Parabéns a vocês.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Senadora Ana Amélia com a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – O Relator tem preferência, mas eu queria, por uma questão de justiça, agradecer o José Luís, da assessoria do Senador Acir, que teve um papel importante. Agradeço ao Marco Aurélio Ferreira, do meu gabinete, e aos demais assessores que trabalharam na assessoria legislativa do Senado Federal e que deram valiosa contribuição.

Essa matéria, esse projeto, Senador Blairo Maggi, está na agenda da Associação Brasileira dos criadores de suínos. É matéria prioritária da agenda legislativa deles, na Presidência do Marcelo Lopes, Presidente da entidade. Da mesma forma, cito Valdecir Folador, Presidente da Associação dos Criadores de Suínos do meu Estado, bem como do Presidente da Fetag, Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Sul, Elton Weber. Ela tem exatamente envolvimento geral do setor, especialmente dos criadores – no caso, suínos – que colocaram, como eu disse, na pauta. Faço esse registro, agradecendo as assessorias.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Para discutir, Senador Relator da matéria.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, agradeço a presença dos Senadores aqui, discutindo e debatendo essa matéria, que é da maior importância, como bem colocou o Senador Sérgio Souza, da Região Sul do País, que ordena e organiza esse ciclo de produção e industrialização dos integrados e integradores. É fator de segurança maior para os nossos agricultores uma renda mínima e preço justo pago pela indústria também. É o preço justo que vem trazer ao nosso produtor a melhoria ou a garantia do preço mínimo e da melhoria da sua qualidade de vida. Esse é o grande objetivo que temos aqui.

Leis como essa especificamente, Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi, já estão em vigor há muitos anos nos países da Europa, por exemplo, onde há uma relação muito grande entre o produtor e a agroindústria. Essa regulamentação faz evoluir ainda mais a relação entre o produtor e a indústria. A exemplo dos produtores que já produzem há certo tempo no sul do País, estamos trabalhando nesse caminho, nesse sentido, para levar esse sistema para o nosso Estado de Rondônia. Lá, a agricultura familiar representa a maior produtividade e a maior produção no nosso Estado. Queremos iniciar, lá, em Rondônia, já com essa lei. Queremos dar seguimento, dar prosseguimento a partir dessa lei, no nosso Estado de Rondônia, onde, repito, predomina a agricultura familiar.

Estamos agora buscando e instalando, Sr. Presidente, essas agroindústrias para dar um aumento na produtividade e na industrialização no nosso Estado. Estamos estimulando a produtividade, e entendo que essa lei venha a estimular não só os produtores, mas também as agroindústrias a se instalarem em nosso Estado. A partir daí, teremos uma garantia maior da qualidade do produto e também uma garantia de um preço mínimo para o produtor.

Dessa forma, eu agradeço a vinda dos demais Senadores para que a gente possa votar essa lei.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Falta um ainda.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Está faltando um Senador ainda, mas estamos trabalhando...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Nós podíamos suspender a análise e aguardar o quórum, enquanto...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Estamos em discussão ainda, Senador Sérgio.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Ah, não. Sim, depois que terminar.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Eu ainda nem discuti. (Risos.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Está certo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Cyro, quer discutir também?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria. PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Cyro Miranda, de Goiás, que também é grande nessa produção, na avicultura, na suinocultura. Interessa muito ao Estado esse tema também.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria. PSDB – GO) – Peço inclusive desculpas, pois estava em uma audiência com o Ministro, fora do Senado, e não acompanhei a relatoria de V. Ex^a. Sei que não existe nenhum marco regulatório entre os integrados. É isso? Quer dizer, hoje, como cresceu essa demanda... Há uns anos, uma década atrás, isso era incipiente. Então, não se tinha... Mas, de repente, desta década para cá, aquilo tomou uma proporção muito grande.

Aqui, se regula, se tem um marco regulatório que satisfaz plenamente os produtores. Perdão fazê-lo novamente ter que explicar, mas é também uma maneira de a gente esperar o quórum, o “*Mister Quorum*”.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, pelo Distrito Federal.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Obrigado, Sr. Presidente, mas não vou fazer uso da palavra neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Então, quero discutir a matéria e, como Presidente, dar minha opinião sobre o assunto.

Este assunto, trazido pela Senadora Ana Amélia, autora da matéria, tão bem relatada pelo Senador Acir Gurgacz, mostra, não só pela presença dos Senadores nesta Comissão, mas pelo número de pessoas e entidades que representam o setor e que não estão aqui presentes. Quando a matéria chega aqui meio quadrada, esse auditório se enche de pessoas para defender seus pontos de vista e tentar, em último instante, ajustar a matéria mais para cá ou mais para lá.

Então, não temos hoje um número grande de associações, o que significa que a matéria foi bem discu-

tida. A Senadora Ana Amélia me relatou que conversou com todas as entidades representativas desse setor. E essa fórmula que temos de trabalhar no setor agrícola, na área de integração é muito importante, porque cria um vínculo – e o projeto trata exatamente disso – entre as empresas e os integrados. Obviamente, interessa tanto para a empresa quanto para os integrados a permanência dessa política, a permanência econômica desse setor. De nada adianta termos a integradora forte, rica e isolada. Nós a queremos forte, rica e integrada. Ela dará a segurança aos demais, que são os integrados, ali embaixo. Mas também queremos ter os integrados fortes, ricos e satisfeitos, porque o que interessa é que, dentro da cadeia produtiva, todos os atores participem. E estamos falando só de dois elos ainda, que é o elo do produtor, com o elo da integradora. Temos ainda, nesse meio, nas cidades do interior, centenas de outros fornecedores de serviço que não estão sendo aqui regulados, não estão sendo aqui falados. Mas nós conhecemos muito bem e sabemos o quanto a chegada de uma empresa integradora a uma região modifica a região. Modifica sensivelmente e modifica sensivelmente, modifica, melhor dizendo, radicalmente, porque a economia se multiplica, a economia floresce, e todos passam a consumir, e o mercado, a cidade, tudo melhora, e tudo vai em frente.

Então, parabéns, Senadora Ana Amélia, pela iniciativa. Parabéns, Senador Acir Gurgacz pela relatoria, por ter ouvido todos os interessados. Tenho certeza de que, a partir de agora, teremos uma legislação que dará essa segurança. Isso interessa ao País, porque é a continuidade e a segurança jurídica, como foi dito aqui. Ninguém gosta de ser surpreendido no meio do caminho com mudanças de regras e, ainda mais, não só mudanças de regra, como a interpretação, muitas vezes, do sistema judicial, que nos dá essa intranquilidade no processo.

Então, parabéns a todos.

Parece que já temos um número suficiente...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Eu tenho que pedir vista.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Encerro a discussão, Senadora Ana Amélia, e vou à votação para aproveitar o quórum.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pela ordem.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria só dizer, inclusive ao Senador Eduardo Suplicy aqui, que a Senadora Ana Rita, na CDH, participou, e teve emendas acolhidas no relatório do Senador Acir

Gurgacz. Então, houve uma interlocução muito grande. Se nós deixarmos mais uma semana para discutir este assunto, em que todas as etapas foram discutidas, vencidas, tratadas... Como eu disse, a Senadora Ana Rita pediu vista, teve matérias acolhidas.

Acho que para o Congresso Nacional, em que a Câmara fez um papelão ontem, nós aqui ficamos retardando matérias que têm um grande alcance social, eu penso que...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Senadora, a discussão já está encerrada.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu agradeço.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Pois não, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu estava levantando a mão.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Não, antes de o senhor falar, eu já tinha encerrado a discussão e a votação.

A Senadora Ana Amélia é que ainda estava no meio da fala.

Então, a discussão está encerrada, mas com a palavra...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Eu havia levantado a mão.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – O senhor me desculpe. Eu não vi. Eu encerrei a discussão, concedi a palavra a V. Ex^a, mas está encerrada a discussão e vou colocar em votação.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – V. Ex^a encerrou a discussão, e eu peço vista, Sr. Presidente. Em que pese os argumentos da Senadora Ana Amélia, avalio que, tendo em conta...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Estava encerrada...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – A Senadora Ana Amélia diz que ainda há dúvidas relativas ao que o Ministério do Trabalho colocou. Eu tenho o maior respeito pela Senadora Ana Amélia. Temos tido uma atitude sempre de muita construção e respeito, mas, tendo em conta que há ainda algumas dúvidas que o Ministério do Trabalho ponderou, sinto-me ainda na responsabilidade de pedir vista, com o compromisso de encaminhar qualquer sugestão até a próxima semana, Sr. Presidente. É direito regimental.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Mas, Senador Suplicy, eu lamento. Não concederei o pedido de vista, porque já havia encerrado a discussão quando V. Ex^a pediu a palavra.

Portanto, vamos à votação.

Vou chamar pela lista de presença...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Então, sinto-me na responsabilidade de me ausentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Eu lamento muito, Senador, mas as regras são as regras. Estou seguindo o regulamento da Comissão, e, portanto, vamos em frente.

Como vota o Senador Acir Gurgacz?

Voto conhecido. Voto “Sim”.

Senador Eduardo Suplicy não vai votar.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Voto “Sim”.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Voto conhecido também. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Voto conhecido.

Senador Waldemir Moka, de Mato Grosso do Sul.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Voto “Sim”, Sr. Presidente, parabenizando o Relator Acir Gurgacz e a nossa autora, Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria. PSDB – GO) – Com meu voto de louvor à Senadora Ana Amélia e ao Senador Acir Gurgacz, eu voto “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Jayme Campos, Mato Grosso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Eu voto com a autora do projeto, Senadora Ana Amélia, e com o Senador Acir Gurgacz, Relator, e quero, sobretudo, cumprimentá-los pela louvável iniciativa. O projeto é meritório, e, com certeza, quem ganha é o Brasil. “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos. Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, quero cumprimentar a Senadora Ana Amélia, autora deste projeto, o Senador Acir Gurgacz, Relator da matéria, e registrar que, logo que houve a fusão entre a Sadia e a Perdigão, isso trouxe uma preocupação muito grande aos produtores integrados de frango do Distrito Federal. As

pessoas muitas vezes não sabem, mas o maior produto, o produto responsável pela maior parcela de exportação no Distrito Federal é o frango. Portanto, essa é uma atividade econômica extremamente importante.

Naquele momento eu fui procurado pelo Dr. Ely Toscano e um conjunto de outros produtores rurais do Distrito Federal, muito preocupados com o impacto daquela fusão. Tive oportunidade inclusive de acompanhá-los em uma audiência junto ao Cadê. E, naquela ocasião, eles manifestaram muito interesse na apreciação desse projeto. Ao longo desses meses voltei a fazer entendimentos com o setor, cujos representantes disseram que se sentiam absolutamente contemplados pelo projeto de autoria da Senadora Ana Amélia, tendo participado do processo de negociação e de ajustes.

É por isso que fiz questão de estar presente. Saí correndo da audiência pública de sabatina do Procurador-Geral para manifestar minha posição favorável a esse projeto, cumprimentando a autora, Senadora Ana Amélia, e o Relator da matéria, Senador Acir Gurgacz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Senador Rodrigo Rollemberg vota “sim”.

Senador Mozarildo Cavalcanti, do PTB.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Com o Relator; portanto, “sim”.
(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Só um minuto. (*Pausa.*)

O Senador Moka está nesta Comissão pelo Bloco União e Força. Então, estamos com os Senadores Moka, Mozarildo e Blairo Maggi. Eu não vou votar. O meu entendimento é que o Senador Mozarildo vota; a Mesa está dizendo que não. Essa é a discussão.

Vamos lá.

Então, temos o voto do Senador Casildo Maldaner. Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu posso declarar o meu voto?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Deve.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu passei esta noite olhando a proposta da Senadora Ana Amélia e o relatório do Senador Acir Gurgacz, que vieram ao encontro... Convenci-me. Havia outro compromisso pela manhã, mas saí correndo para vir aqui, porque o meu Estado, Santa Catarina, convive muito de perto e há muitos anos com isso.

A agricultura integrada surgiu praticamente em Santa Catarina, e a relação de integrados com integrados tem sido um problema que nós temos buscado... Já na época em que fui governador, o Estado já sentia

isso de perto. Mesmo antes, como Deputado Estadual, e depois, como Deputado Federal, nos anos 80, 90, a gente conviveu muito de perto com isso. Finalmente vi surgir uma brilhante Senadora no Rio Grande do Sul, região em que se convive muito de perto com isso, e outro do extremo Norte, da região de Rondônia, onde também há integrados – aliás, o Brasil inteiro, Goiás, Paraná – buscando um entendimento, criando inclusive comissões que venham a fazer o meio de campo entre integrados e integradores, dando estabilidade jurídica ao setor. Eu acho que, com isso, buscamos alguma coisa muito clara.

Então, trago um voto consciente, brindando a autora da proposta, Senadora Ana Amélia, que, na época, viveu como comunicadora, uma grande comunicadora de jornais, de televisão esse drama. E veio o Senador Acir Gurgacz, que conhece também o assunto, relatar a proposta. Então, tenho muito convicção de participar desta votação dizendo “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – Vota “sim” o Senador Casildo Maldaner, Senador por Santa Catarina.

Eu não posso votar como Presidente, e o Senador Mozarildo também ficou impedido de votar, porque o Bloco União e Força já estava completo, com as presenças dos Senadores Moka e Blairo Maggi.

Então, vamos lá.

Houve o quórum de nove, com voto do autor, voto do Presidente, mais sete votos.

Então, houve quórum suficiente.

Está aprovado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco União e Força/PR – MT) – O Senador Suplicy não votou. Ele se retirou da sessão. Mas, mesmo sem o voto dele, o projeto foi vencedor com nove votos, sendo sete votos a favor.

Está aprovado o projeto.

Comunico que o presente projeto tem caráter terminativo, exigido o quórum para votação.

Aprovado o substitutivo com sete votos favoráveis, fica prejudicado o projeto e as emendas a ele oferecidas, de acordo com o art. 316 do Regimento Interno.

Aprovado o substitutivo, ele será submetido ao turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Muito obrigado.

Devolvo a presidência ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi pela condução dos trabalhos.

Agradeço aos Senadores que estiveram aqui presentes, ajudando-nos a votar essa importante matéria,

esse importante projeto de lei que tantos benefícios trará aos nossos agricultores brasileiros.

Dando sequência à nossa sessão, há mais dois projetos para serem votados.

Item 5:

ITEM 5

AVISO Nº 30, de 2013

– Não Terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 1259/2013 – TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, referente à auditoria realizada na Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Mato Grosso pra verificar os controles exercidos sobre a seleção do público alvo da reforma agrária no Estado e a distribuição dos títulos de propriedade (TC 016.245/2012-1).

Com a palavra, o Relator, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, depois da votação desse projeto de forma entusiasmada por todos os Srs. e Sr^{as} Senadores, o outro tema chama a atenção por tratar de uma auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União entre o dia 21 de janeiro e o dia 22 de fevereiro de 2013 em assentamentos no Mato Grosso.

Vou fazer o relatório de forma sucinta, dado que sou também titular da Comissão de Constituição e Justiça, onde estamos sabatinando, neste exato momento, o indicado ao cargo de Procurador-Geral da República.

Passo, então, ao Relatório, Sr. Presidente.

Em exame da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal o Aviso nº 622-TCU, de 2013, que encaminha o Processo 016245/2012-1 e o Acórdão 1.259, proferido pelo Plenário da Corte do Tribunal de Contas da União, na sessão ordinária do dia 22 de maio de 2013.

O processo em questão trata da auditoria realizada na Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Estado do Mato Grosso, no período compreendido entre 21 de janeiro de 2013 a 22 de fevereiro de 2013.

O objetivo foi o de verificar os controles exercidos sobre a seleção do público-alvo da reforma agrária no Estado e a distribuição dos títulos de propriedade, e ainda sobre a seleção, distribuição e aplicação dos créditos de instalação em confronto com os demais recursos federais ou operações de créditos financiadas para a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

O processo teve como Relator o Ministro André Luis de Carvalho. Os trabalhos da auditoria foram conduzidos de modo a responder às seguintes questões:

1. A seleção das famílias assentadas pelo Incra é feita de maneira a atender os requisitos previstos na legislação e de modo a selecionar de acordo com os critérios que preservam a impessoalidade, a isonomia e outros princípios da Administração Pública?

2. Os assentamentos permanecem ocupados pelas famílias beneficiárias do Programa de Reforma Agrária até a transferência da propriedade aos assentados?

3. Os créditos de instalação para as famílias assentadas são utilizados de maneira adequada e atingem as finalidades para as quais foram criados?

4. A fiscalização do Incra/Mato Grosso sobre a entrega e a aplicação dos recursos referentes aos créditos de instalação permite detectar desvios e inconsistências de modo a prevenir fraudes?

5. O Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater) ou a Assistência Técnica em Extensão Rural (Ater) conseguem atingir o objetivo de promover assistência técnica ambiental e social às famílias assentadas?

6. O Incra/Mato Grosso fiscaliza adequadamente as entidades que prestam os serviços no âmbito da Ater, garantindo o pagamento correto pelos serviços prestados, bem como os resultados de sua atuação?

Sr. Presidente, a análise foi feita em todos estes itens: se a seleção das famílias foi feita em desacordo com a legislação; se há venda de lotes por parte dos beneficiários depois, lógico, de recebê-los, se eles os transmitem para outros interessados; sobre a falta de prestação de serviços de assistência técnica aos assentados; sobre o fornecimento de materiais de construção em desacordo com o contrato; sobre a baixa execução ou aplicação dos créditos concedidos pelo Incra; e também sobre a situação de abandono, depredação ou subtutilização dos bens adquiridos pelo Incra/Mato Grosso em desapropriações.

Adiantando o relatório, Sr. Presidente, posteriormente ao monitoramento das medidas corretivas determinadas pelo Incra, a CCEX/Mato Grosso também proporá à Secretaria-Geral de Controle Externo a realização de uma nova fiscalização do banco de dados do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra), nacional, com vistas a averiguar a confidencialidade, integralidade e disponibilidade das informações e a ocorrência de concessões de lotes a beneficiários em situações vedadas pela legislação do Programa Nacional de Reforma Agrária, por cruzamento com outros bancos de dados.

Esse é o acórdão do Tribunal de Contas da União.

O voto é para que esta Comissão tome conhecimento, aprove o relatório e remeta o processo ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza, por seu relatório.

Portanto, o Relator concluiu pelo conhecimento e arquivamento do Aviso nº 30, de 2013.

Em discussão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Senador Jayme Campos, para discutir.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – O relatório encaminhado pelo Tribunal de Contas da União é preciso, até pelo fato que comentava com o Senador Sérgio Souza.

Ontem recebi um grupo de Vereadores do Município de Paranaíta, que fez um apelo para que nós fôssemos até o Incra. Ou seja, são Vereadores e lideranças da área rural, do assentamento São Pedro. São 700 famílias do Município de Paranaíta. O que eles estão ponderando? Que o Incra já havia feito a seleção, conforme documento aqui, para naturalmente repassar os recursos para ampliação e melhoria das habitações. De um total de quatrocentas e poucas habitações, já tinham sido selecionadas várias.

Entretanto, a alegação do Incra sobre a posse... Naturalmente, essas vistorias... Conforme aqui fala o relatório do Tribunal de Contas da União, dificilmente o Incra teria capacidade, ou seja, facilidade para liberar os recursos, porque na prática, sempre estamos aqui dizendo que o Incra é um órgão envelhecido que lamentavelmente demora, não só na questão da regularização fundiária, mas do georreferenciamento, etc. Entretanto, quando vemos aqui o encaminhamento, acho que tem toda razão.

Quando se busca efetivamente, nesse relatório que eu estou vendo aqui, são beneficiários que nem residem na moradia e têm outra atividade econômica. Aí outros aqui dizem que são assentados, que têm carteira de CLT. Então, quando a pessoa é assentada, Sr. Presidente, não pode ser celetista em outra propriedade, seja qual for, na cidade ou no campo. Outros estão com a casa fechada.

Sérgio, eu imagino que o relatório está perfeito e desta feita o Incra agiu de forma coerente. Todavia, nós temos que buscar uma solução. Não podem cinco, seis, dez, quinze assentados prejudicarem um assentamento de 700 moradias. Ou seja, a maioria absoluta é de pessoas que estão ali trabalhando. Enfim.

O que mais me chama atenção e todos nós já sabemos, estamos acostumados a ouvir daqui, é a questão da assistência técnica. O Mato Grosso, Senador Moka e Senador Acir Gurgacz, é um dos Estados que tem mais assentamento no Brasil. Mas por incrível que pareça estão abandonados, sem assistência técnica alguma. Alguns viraram bolsão de miséria. É com tristeza que vejo. Por quê? Além de não terem assistência técnica, não têm nem meios de escoar sua produção. Daquele pouco que é produzido tiram naturalmente para comer e sobreviver, mas sobra para vender não têm!

Eu cheguei, certa feita, a uma comunidade chamada São José do Apuí. Lá, o cidadão vendia praticamente uma saca de café que ele produzia para trocar depois por cinco quilos de sal e duas latas de óleo. Por quê? Ele não tinha meios de escoar a produção. Aquilo estava sendo feito com capacidade técnica do cidadão.

Então, são políticas públicas da área da reforma agrária que precisam ser mudadas urgentemente, caso contrário, nós estamos criando... Até porque dados muito bem compilados pela Confederação Nacional da Agricultura provaram que quase 56% dos nossos assentamentos vivem abaixo da linha da miséria, sem capacidade, sem assistência técnica, sem financiamentos. Enfim, sem nenhum meio. Alguns não têm escola, não têm uma unidade de saúde.

Então, acho que quando o Tribunal de Contas da União encaminha o relatório relatado pelo valoroso, ilustre e competente Senador Sérgio Souza, retrata a verdade. Agora, é preciso, Senador Sérgio, que o Governo dê um tratamento mais digno, diferenciado, sobretudo para esses milhões de brasileiros que estão à margem de uma política pública decente. Não adianta fazer o Pronaf, implementar a agricultura familiar e não ter assistência.

Alguns agora querem renegociar. Fui procurado por um em outra comissão que disse o seguinte: “Olha, eu devo R\$10 mil, R\$12 mil; eu quero renegociar, porque não tenho. Aí me mandaram procurar o tal de 0800. Lá o gerente do Banco do Brasil, no cafundó do judas, não vai ter... Ele falou: você liga para o 0800”. Aí, 0800, há poucos dias atrás, era empresa terceirizada que fazia esse serviço para o Banco do Brasil e não estava atendendo. Então, imaginem a dificuldade. Eu estive até no Banco do Brasil conversando com o vice-presidente – com o Senador Osmar Dias e outro vice-presidente – buscando uma solução não só para os assentados, que são do programa da agricultura familiar, do Pronaf, mas também para os médios produtores rurais, que estão tendo dificuldade, muita, para renegociar. Alguns queriam pagar, mas não estavam conseguindo nem acessar para saber de quanto era

esse débito para ser quitado no Banco do Brasil e pleitear novo financiamento.

Meu caro Senador Moka, que entende muito da área, bem como o Senador Gurgacz, Ana Amélia, Senador Sérgio Souza, Casildo, essa é a situação real! A situação real do Brasil é de que o Governo tem que dar um novo direcionamento em relação aos assentamentos no Brasil. Coitados desses cidadãos que estão aqui. É uma lista enorme! Estão pleiteando ampliar... Alguns querem construir pelo menos um banheiro para tomar banho e agora estão impedidos. Financiamentozinho de mixaria! Infelizmente, o repasse do Incra não foi feito. E eu recebi essa comissão ontem, lá do assentamento São Pedro e vou procurar inclusive o Ministro Pepe, do MDA, e vou me dirigir ao Incra para ver que providências podem ser tomadas. Uma pequena minoria não pode prejudicar essa grande quantidade de pessoas que estão lá sofridas, precisando, com certeza, da participação, do apoio do Governo Federal.

Muito obrigado.

Cumprimento o Senador Sérgio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos à votação.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório do Senador Sérgio Souza, que passa a constituir o parecer da CRA pelo conhecimento e arquivamento da matéria, que será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente, se não tiver...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Só mais um segundo, Senadora Ana Amélia.

O item 4, como o Relator não está presente, fica destinado para a próxima reunião desta Comissão, semana que vem.

(É o seguinte item o item adiado:

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 90, DE 2007

– Não Terminativo –

Susta a aplicação do artigo 3º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003, que regula o direito à informação, assegurado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, e da Portaria nº 2.658,

de 22 de dezembro de 2003, do Ministério da Justiça, que regulamenta o disposto no § 1º, do artigo 2º, do Decreto nº 4.680, de 24 de abril de 2003.

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela rejeição do PDS nº 90, de 2007.)

Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS)

– Para terminar esta reunião que foi muito produtiva, demos uma resposta àqueles que a aguardam.

Como está se realizando no Rio Grande do Sul a Expointer, em Esteio, a maior feira conjunta de agromercado, que junta animais, máquinas e implementos agrícolas e também serviços, eu queria dizer que, nos primeiros cinco dias da Expointer – sei que V. Exª já a conhece, eu gostaria de renovar o convite – o Sindicato das Indústrias de Máquinas Agrícolas, através do Presidente Claudio Bier, contabilizou até ontem R\$1,1 bilhão em máquinas e implementos agrícolas e, até ontem à noite, R\$13 milhões só na comercialização de animais. Então, é possível que, ao término da feira – estarei amanhã lá na Expointer –, com a inauguração oficial, possam chegar ao total de R\$2,5 bilhões que foram negociados no ano passado e também superem a marca dos R\$13,7 milhões, no caso da comercialização de animais.

A Expointer 2013 está mostrando um otimismo dos produtores rurais, apesar das dificuldades logísticas que todos conhecemos, mas a alta do dólar para exportação das *commodities* melhorou o preço que o agricultor, especialmente o produtor de soja, recebe. Então, eu queria fazer esse registro, porque amanhã vai ser um dia importante, a inauguração oficial com as autoridades presentes lá.

E a notícia da aprovação nesta Comissão do seu relatório em relação aos integrados vai ser seguramente muito bem recebida pelos produtores, especialmente pelos trabalhadores na agricultura, liderados, no caso do Rio Grande do Sul, pela Fetag, que colocou, como eu disse, essa matéria na sua agenda legislativa.

Queria também agradecer ao Senador Casildo a presença. Ele saiu da Comissão para vir aqui. A matéria interessa muito a Santa Catarina. E agradeço a assessoria do Senador Moka e a assessoria liderada aqui pelo Marcelo Varella, porque trabalharam muito para conseguir o quórum necessário para a votação.

Então, muito obrigada, Senador Acir Gurgacz, pelo duplo trabalho aqui na relatoria e no comando dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Mais uma vez, faço questão de agradecer a presença dos Senadores que aprovaram essa matéria. Cito novamente o Senador Sérgio Souza; o Senador Casildo Maldaner; a Senadora Ana Amélia, autora do projeto; o Senador Waldemir Moka; o Senador Cyro Miranda; o Senador Jayme Campos; o Senador Rodrigo Rollemberg; o Senador Blairo Maggi, que muito bem conduziu a votação; o Senador Mozarildo Cavalcanti que, embora não tenha votado, esteve presente nos auxiliando, nos ajudando; e também o Senador Eduardo Suplicy pela presença conosco.

Convidamos mais uma vez a população de Guajará-Mirim para participar amanhã, Senadora Ana Amélia, Senador Casildo, de reunião em que estaremos, com a nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, debatendo a agricultura e o desenvolvimento dessa região que tem mais de 90% da sua área de reservas: reserva florestal, reserva indígena, reserva biológica. Nós vamos discutir, então, com a sociedade amanhã, em Guajará-Mirim, o crescimento e o desenvolvimento daquela região.

Ontem à tarde, convidei o Superintendente do DNIT do Acre e Rondônia para também se fazer presente, e ele confirmou a presença, para discutirmos a situação da BR-425, que liga Guajará-Mirim a Porto Velho. Nós já estamos discutindo esse tema há muito tempo. E vamos ter também a presença do DNIT na discussão desse assunto que é da maior importância para o agronegócio, porque poderemos escoar a produção agrícola e extrativista, que é o caso de Guajará-Mirim. Portanto, amanhã, às 13 horas, horário de Guajará-Mirim, estaremos iniciando o nosso debate com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Antecipo já a minha ausência hoje à tarde nas votações, pedindo desculpas aos nossos colegas. Não poderei estar presente, pois o voo para Guajará-Mirim sai às 16 horas.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Antes de encerrarmos, passo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner, que nos ajudou, e muito, na aprovação desse projeto hoje pela manhã.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Senadora Ana Amélia, vejo o Senador

Acir Gurgacz matando as saudades aqui, como Presidente da Comissão de Agricultura. Ele tem sido um Presidente itinerante pelo Brasil, tem levado a Comissão a todos os quadrantes, inclusive do nosso oeste catarinense, na época até da reforma do Código Florestal. O pessoal pergunta muito por V. Ex^a, tem saudades.

Mais uma vez, quero deixar aqui os cumprimentos à Senadora Ana Amélia por apresentar uma proposta para regulamentar um setor da economia fundamental para o Brasil, o da avicultura e da suinocultura, que tem um papel extraordinário na integração entre integradores e integrados. A relatoria coube a V. Ex^a, que é do Sul, mas tem residência, tem vivência no Estado de Rondônia.

Acho que foi um processo que se venceu se estabelecer um meio jurídico nesse campo para tirar, como eu disse antes, aquilo que a gente sentia há muitos anos. O nosso Estado de Santa Catarina convivia com as relações de trabalhadores, que são os integrados, com os integradores. Era muito forte essa questão jurídica. E hoje, com a Comissão, preparando esse meio, acho que chegamos a uma conclusão, a um trabalho muito forte.

Mais uma vez, quero deixar aqui os cumprimentos à Senadora Ana Amélia, que veio ao Senado e trouxe uma solução, uma luz. Aliás, eu disse antes que o Rio Grande do Sul vive isso, o Paraná, Goiás tem isso muito forte hoje, Rondônia, enfim, o Brasil tem sistema integrado em vários setores, não só na avicultura e suinocultura que são os principais ícones do setor, mas em outros setores produtivos que engloba. Foi um marco muito importante.

Quero deixar aqui os cumprimentos e mais uma vez saudá-lo por matar as saudades da Presidência desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Cassio Maldaner.

De fato, nós tentamos sempre aproximar cada vez mais o Senado da população brasileira, levando a nossa Comissão de Agricultura mais próximo da população, de onde os problemas estão. Dessa forma, esperamos estar contribuindo para os trabalhos aqui desta Casa e para aperfeiçoar a nossa produção agrícola e pecuária brasileira.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 8 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 23 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2013

Às oito horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e oito de agosto de dois mil e treze, na sala seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Lobão Filho, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro, Anibal Diniz, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento, Delcídio do Amaral, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Vital do Rêgo, Benedito de Lira e Sérgio Souza. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Zeze Perrella, João Capiberibe, Luiz Henrique, Ciro Nogueira, José Agripino, Gim e Eduardo Amorim. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento nº. 32/2013-CCT**, de autoria do Senhor Senador Vital do Rêgo, que requer a realização de audiência pública para debater o tema “MARCO CIVIL DA INTERNET – DEBATES SOBRE NEUTRALIDADE DE REDE, PRIVACIDADE E CONSERVAÇÃO DE DADOS PESSOAIS E OUTRAS QUESTÕES CONTROVERSAS”. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Demi Getschko, Diretor-Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.BR); Carlos Affonso Pereira, Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS); Veridiana Alimonti, advogada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC); José Francisco de Araújo Lima, Diretor da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT); Eduardo Parajo, Presidente do Conselho Consultivo Superior da Associação Brasileira de Internet (ABRANET); e o Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Alessandro Molon. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Cristovam Buarque, Vital do Rêgo e Aloysio Nunes Ferreira. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às doze horas e vinte e um minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária**

da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lobão Filho**, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 28 de agosto de 2013.

Antes de iniciarmos os trabalhos da nossa reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Comunicado da Presidência:

A Presidência da CCT recebeu do Tribunal do Tribunal de Contas da União o Aviso nº 1.384/TCU, que apresenta cópia do Acórdão nº 2.534, de 2011, com análise das ações do Governo Federal relativas à atuação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Trata-se de importante manifestação, com contribuições para o debate sobre o PLS 619, que institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, atualmente em trâmite na CCJ, sob a relatoria do Senador Luiz Henrique da Silveira, devendo esta Presidência encaminhar cópia do expediente ao Sr. Relator.

A documentação encontra-se à disposição dos demais Senadores da Secretaria desta Comissão.

Iniciando os trabalhos da audiência pública, que é realizada em atendimento ao Requerimento nº 30, de 2013, de autoria do Ex^{mo} Sr. Senador Vital do Rêgo, aprovado em reunião da nossa Comissão, abrimos o ciclo de debates sobre o Marco Civil da Internet – Debates sobre Neutralidade de Rede, Privacidade e Conservação dos Dados Pessoais, e Outras Questões Controvertidas.

Temos a honra de convidar para composição da Mesa: Demi Getschko, Diretor-Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR; Dr^a Veridiana Alimonti, Advogada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec); Dr. José Francisco de Araújo Lima, Diretor Técnico da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert); Sr. Eduardo Parajo, Presidente do Conselho Consultivo Superior da Associação Brasileira de Internet (Abranet);

e finalmente o Sr. Carlos Affonso Pereira, Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Composta a Mesa, oportunamente informo que esta reunião contará com a utilização do serviço de interatividade do Senado Federal, que permite aos cidadãos que encaminhem perguntas e comentários destinados aos nossos convidados, por intermédio desta Presidência.

Qualquer cidadão pode acessar o portal e-Cidadania por meio do endereço www.senado.leg.br/e-cidadania, onde também é possível acompanhar a transmissão ao vivo desta reunião. Pode também, por meio do mural do cidadão, enviar seu comentário ou pergunta. As perguntas também poderão ser apresentadas por meio do telefone do Alô Senado, 0800-612211.

Os comentários e perguntas sofrerão uma triagem da Secretaria desta Comissão, conforme definido nos termos de uso do portal, não com base na qualidade do comentário ou mérito da pergunta, mas, sim, quanto ao cumprimento de regras de respeito e urbanidade, bem como de conexão com a finalidade do debate. Cada Senador ou Senadora poderá também acessar os comentários e perguntas na página do portal e-Cidadania.

A democratização do acesso do cidadão às atividades do Senado Federal, em particular, da CCT, nos permite um ganho de qualidade no debate parlamentar, dinamizando a participação popular e incentivando o engajamento dos cidadãos na formulação das políticas públicas do nosso País e também na análise dos temas relevantes.

Dada a relevância deste assunto e a grande quantidade de partes envolvidas, dividimos os nossos debates em duas reuniões, iniciando-se hoje, com a segunda contando com a presença já confirmada das seguintes autoridades e entidades: Sr. Maximiliano **Martinhão**, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações; Sr. Jarbas José Valente, Conselheiro da Anatel; Sr. Marivaldo de Castro Pereira, Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça; Sr. Alexander Castro, Diretor de Regulação do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal; e Sr. Marcel Leonardi, Diretor de Políticas Públicas do Google do Brasil.

Apesar de o projeto de lei do marco civil da internet não ter chegado ainda ao Senado Federal, torna-se oportuno anteciparmos essa discussão em face de tudo o que acontece. Nada mais adequado, portanto, que a porta de entrada seja a desta Comissão do Senado Federal.

A discussão em torno de uma proposta de regulação da internet remonta há alguns anos e o Ministério da Justiça encaminhou ao Congresso Nacional a

proposta que se transformou no PL nº 2.126, relatado pelo Deputado Alessandro Molon, que, em breve, se juntará a nós nesta mesa.

Os avanços foram muitos desde a discussão promovida pelo Ministério da Justiça, assim também as divergências que se instalaram. Em um ambiente democrático como o nosso e numa discussão como essa, em que foram franqueadas participações pelos mais diversos atores, é natural que alcançar o consenso não seja tarefa fácil. Os trabalhos conduzidos pelo Deputado Alessandro Molon foram firmes e certamente permitiram que se chegasse à qualidade do texto atual. Há que se considerar, contudo e com o devido respeito à própria Câmara dos Deputados, que a demora em torno da apreciação do PL nº 2.126 nos causa preocupação, pois nos parece que os impasses ainda não solucionados, notadamente sobre conceitos e limites da neutralidade da rede, vêm impedindo sua apreciação pelo Colegiado.

Independendo de conseguirmos chegar ao Senado em modelos ideais, precisamos resolver esses impasses, e urge avançarmos na tramitação do projeto, inclusive para que possa ser remetido para o Senado e também ter a contribuição desta Casa na sua formatação. Porém, alguns outros pontos relacionados merecem ser também analisados.

Considerando o atual momento, faz-se necessário chamarmos a atenção novamente para a responsabilidade dos provedores, das empresas de telecomunicações e, em especial, para a proteção dos direitos dos usuários de internet, assim como sua privacidade.

A discussão em torno do PL nº 2.126 traduz grande parte da preocupação que gira em torno da regulação da internet, mas temos outras propostas que também devem ser atentamente apreciadas. O Brasil está defasado quanto à aprovação de uma legislação ampla e que atenda a diversas questões, e merece citação também o recente projeto apresentado pelo Senador Antonio Carlos Valadares que dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais dos usuários, que teve a relatoria avocada pelo Senador Vital do Rêgo na CCJ.

As recentes notícias sobre a atuação e a ingerência arbitrária das agências de inteligência estrangeiras, em especial as americanas, sobre o tráfico de dados na rede nos trazem imensas preocupações. E em um momento no qual boa parte da economia se voltou para a plataforma da internet, a inexistência de um marco legal para tratar direitos e deveres e também que proteja os usuários e sua privacidade resulta naturalmente em uma perda de confiança da sociedade sobre as instituições e sobre a própria rede.

Vários países já avançaram sobre esses temas. E mesmo que consideremos que algumas das propostas em discussão no Parlamento são importantes e de vanguarda, necessitamos de avanços e conclusões.

À sociedade deixo o convite para que participe ativamente deste debate pelos canais de interatividade do Senado Federal que divulgamos no início dos trabalhos.

Dadas essas breves palavras e em continuidade aos trabalhos da nossa reunião, informo que cada um dos expositores terá o prazo individual inicial de 15 minutos, sem prejuízo da necessidade de sua extensão. Ao final, passaremos a palavra ao Senador Vital do Rêgo, autor do requerimento e, em seguida, aos demais Senadores pela ordem de inscrição. Durante o curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, apresentando comentários e questionamentos.

Iniciamos as nossas exposições...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Pela ordem, o Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – O senhor me permite uma nota de rodapé à sua excelente abertura?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Afirmativo. Com todo prazer e honra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – V. Ex^a se referiu ao impasse que existe na Câmara que impede a aprovação do projeto. Impasse é uma palavra francesa que significa beco sem saída. Não há beco sem saída no processo legislativo. A saída é a votação “sim” ou “não”. Não há outra. A saída é essa. Aí, o projeto sai da Câmara e vem para cá, porque realmente a demora é inimiga da perfeição, no caso.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB – MA) – É sempre muito atento o Senador Aloysio Nunes, nosso mestre aqui. E tem razão. Nós podemos dar a nossa contribuição para diminuir pelo menos as partes controversas na Câmara, a fim de que possamos chegar a um consenso e votar em paz esse marco que é tão importante para a sociedade brasileira.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, me permita...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com a palavra, o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu queria fazer coro e desde já desejar um bom-dia a todos os convidados presentes.

Na condição de autor do pedido para realização desta reunião, me resguardo o direito de falar ao final,

se preciso for, até porque espero ouvir dos convidados as suas exposições, mas quero dizer que a explanação inicial de V. Ex^a foi absolutamente completa em todos os sentidos. A minha fala, Senador Aloysio, Senadora Angela e Senador Cristovam, se tornaria despicienda neste momento, desnecessária ante a completa exposição que V. Ex^a fez, na condição de Presidente desta reunião, sobre a necessidade de avançarmos na discussão dessa matéria e anunciarmos ao Brasil a posição do Senado.

Esse impasse, como bem qualificou linguisticamente o Senador Aloysio Nunes Ferreira, não pode e não deve continuar, a despeito da necessidade de a sociedade brasileira ter uma definição do seu Congresso Nacional, a Casa das leis, a respeito de um marco regulatório tão tardiamente postergado na nossa Casa. Então, o que nós queremos, neste momento, é anunciar ao País que o Senado não está leniente com o que está acontecendo na Câmara dos Deputados. Por isso, espero que possamos, a partir de hoje, dar esse farol ao País de que estamos comprometidos com essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Agradeço, Senador, pelas gentis palavras e principalmente pela iniciativa de V. Ex^a de apresentar um requerimento para que possamos iniciar um debate nesta casa sobre esse tema e, paralelamente à Câmara dos Deputados, dar nossa contribuição, aguardando que venha de lá esse projeto, para que a gente possa deliberá-lo e votá-lo nesta Casa também.

Dessa forma, passo a palavra ao Prof. Demi Getschko, Diretor-Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR.

O SR. DEMI GETSCHKO – Bom dia a todos.

Inicialmente agradeço o convite honroso para estar presente aqui feito pelo Senador Vital e a Presidência do Senador Lobão.

A minha apresentação vai se focar mais em conceitos e no sentido de que o marco civil é um reforço desses conceitos. Então, a conclusão disso seria tentar mostrar como ele interage com os demais níveis da internet e como ele se torna realmente vital, para que a internet preserve o que ela tem de bom atualmente.

Eu queria começar falando muito rapidamente que a internet é montada por milhares de redes que colaboram voluntariamente. Não existe a internet como um órgão único; ela é uma colcha de retalhos de redes que têm gestões próprias, mas que compartilham o mesmo protocolo, compartilham uma interconexão e acordam entre si, estão coordenadas entre si, para realizar o trânsito de pacotes de um lado para outro.

É importante isso, porque, de alguma forma, passa por cima de fronteiras regionais, passa por cima

de outras características; mantém uma resiliência, como se diz na área técnica, ou seja, uma resistência a problemas.

Esses sistemas autônomos – só vou abrir um parêntese para dizer que o Brasil tem dois terços dos sistemas autônomos da América Latina, incluindo o México – o que são? Os sistemas autônomos são redes que têm gestão própria.

A analogia que fiz agora de manhã conversando com a Veridiana não tem nada a ver, mas pode ser usada: se temos uma rua que não tem saída, uma rua que é *cul-de-sac*, uma rua que é fim de linha, na verdade, ela não tem autonomia nenhuma; ela depende da rua que lhe dá acesso. Então, se você é alguém que depende de um provedor de nível mais alto de acesso à internet e ele é seu único provedor, se depende integralmente dele, na verdade, você é um pedaço dele, você não tem autonomia. Se uma rua tem duas saídas, quando uma estiver ruim, você pode ir pela outra. E mais que isso: os que estão mais próximos de uma saída irão por ela; os que querem ir para uma determinada direção podem preferir ir por uma ou pela outra. Então, um sistema autônomo é um sistema, uma rede local que tem diversas saídas, ou mais de uma pelo menos, e que se gere autonomamente e decide o que faz das suas rotas.

Por exemplo, um *campus* universitário pode ter várias saídas à internet, por diversos provedores de nível mais alto. Se o provedor A estiver fora do ar, ele opta por rotear pelo provedor B. Ele pode dizer que para Europa vai por um caminho, mas que para o resto da América Latina irá por lá. Pode haver caminhos diferentes para isso.

Por que no Brasil tivemos essa maturidade de ter vários sistemas autônomos em relação a outros países? Normalmente isso poderia ser explicado por duas formas. Primeiro, porque existem alternativas; você pode se conectar a dois provedores de nível mais alto, e isso seria, digamos, uma conclusão positiva: o sujeito tem duas alternativas e usa as duas.

A segunda não é tão voltada, digamos, à competição, mas também é uma alternativa que acontece muito no Brasil. É o seguinte: nós criamos pontos de troca de tráfego em grande quantidade no Brasil. Então, se você tem uma conexão para a internet pelo seu provedor, você também abre uma segunda para um ponto de troca de tráfego em que troca com seus colegas de região. Então, um *campus* universitário pode ter uma conexão com um grande jornal da mesma cidade diretamente e manter a conexão com a internet por outro caminho. Essa conexão a esse grande jornal provavelmente vai ser feita em praça pública chama-

da de ponto de troca de tráfego, em que todo mundo chega para trocar tráfego com seus colegas.

Essas são, digamos, medidas de maturidade da rede brasileira que, de fato, são boas.

Outra característica importante da internet é que ela é uma ruptura em relação aos padrões tradicionais de telecomunicação até na forma de gerar os padrões. Os padrões Telecom são gerados na União Internacional de Telecomunicações, organismo multilateral, onde governos são representados e as grandes teles. Os padrões da internet são decididos ou discutidos longamente em reuniões da Internet Engineering Task Force, grupo de voluntários que se reúne três vezes ao ano, aberto – quem quiser dele participa. Então, palpites bons prevalecem e palpites ruins são soterrados depois de um tempo, e o consenso gera os padrões da internet. Por sorte, temos até alguns brasileiros que, sistematicamente, têm participado, o que tem gerado até propostas que viraram não padrões *standard*, mas boas normas e recomendações.

Aqui há um texto antigo do Barlow, que eu coloquei só para mostrar qual era, digamos, o espírito original e romântico da internet. Então, o que falava Barlow na Declaração da Independência do Ciberespaço? John Perry Barlow é um sujeito da Electronic Frontier Foundation nos Estados Unidos atualmente, mas ele tem uma carreira bem interessante. Foi letrista do Grateful Dead e tem pós-graduação em Sociologia, um sujeito bastante estranho. Então, ele disse que, na internet, estamos criando um mundo em que não há privilégios, nem preconceitos de raça, nem de poder econômico, nem de força militar ou lugar de nascimento, onde todos podem falar o que quiserem, não levando em conta quão estranho possa ser o que eles estão falando. E aí fala mais algumas coisas que têm a ver com esse mundo virtual. Estou colocando isso para mostrar qual era o espírito que presidia a atuação na internet em 96.

No Brasil, tivemos também uma coisa muito boa, na minha interpretação evidentemente: em 1995, antes ainda da criação da Anatel, o Governo brasileiro enxergou a internet como algo novo e separado das telecomunicações. Portanto, criou aí uma separação em norma e depois na LGT. Essa separação define o que é um serviço de valor adicionado, define o que é um serviço de conexão à internet e diz que essas coisas são separadas do sistema de telecomunicações.

Isso é importante porque, em geral, quando se começa a discutir neutralidade, a discussão sempre acaba na região das teles. E de neutralidade nas teles, teoricamente, há alguém que cuida. A Anatel deve cuidar da neutralidade em telecomunicações, mas a internet é muito mais do que telecomunicações. Neu-

tralidade, quando se fala nisso, é um corte transversal em camadas as mais variadas. Telecomunicações é uma delas. Mas temos n camadas aí que precisam ser tratadas igualmente.

Aqui é o detalhe da mesma coisa que eu já escrevi. Não é preciso entrar em detalhes. Serviço de valor adicionado, serviço de conexão à internet, o que é coordenador da internet. Esse coordenador de internet provavelmente é uma previsão do que seria o CGI (Comitê Gestor da Internet), mas nunca houve um casamento entre essas duas figuras. Quer dizer, o CGI nunca foi definido como coordenador de internet, nem vice-versa, mas está aí de qualquer forma.

A LGT, que é de 1997, define o que é serviço de telecomunicações e o que é serviço de valor adicionado, que se acrescenta ao serviço de telecomunicações, com o qual não se confunde. O grifo é meu, o negrito. Bom, em suma, de novo esse pedaço está ressaltado, já falamos aí que não se constitui serviço de telecomunicações. Muito bem.

Rapidamente, na internet se começou aquela ideia romântica que mostrei, do John Perry Barlow; depois, evidentemente, a internet virou uma rede de serviços. Correios foram substituídos pelo correio eletrônico; telefone foi substituído por voip. Há uma substituição de serviços, e, finalmente, depois, a transformação na sociedade é bastante mais profunda. A internet muda formas de pensar, formas de agir, formas de se organizar, formas de socializar-se, e tudo o mais. Então, isso é o que acontece neste momento em que estamos vivendo.

Só para levar um pouco mais para frente, além dos computadores conectados, com a disseminação da nova versão do protocolo IPv6, todos os equipamentos estarão conectados à rede e, então, cada um de nós terá uma enxurrada de endereços para usar. Nós poderemos usar endereço para todos os equipamentos de casa, para todas as coisas que quisermos imaginar. Cada usuário terá mais endereços pessoais do que a internet inteira tem hoje e, com isso, tudo estará ligado para o bem ou para o mal.

O que eu quero dizer é que isso parece muito bom, porque facilita a vida das pessoas. Porém, por outro lado, pode comprometer a sua privacidade; quer dizer, certamente a sua geladeira estando na rede, alguém pode descobrir o que você guarda na geladeira, descobrir se você gosta ou não de cerveja e tentar fazer propaganda a respeito. Se a sua balança estiver na rede, alguém pode descobrir que você está mais pesado do que o normal e que é melhor não contratar esse candidato, porque é mais gordo do que deveria ser. Se a sua ficha médica está na rede, alguém pode dizer que você é diabético, e isso não é uma boa ideia,

etc. e tal. Em suma, a privacidade fica bastante... Tudo o que pode ser feito acaba sendo feito. Então, se alguma coisa é viável de ser feita, por mais que a proteja e que se tente evitar que seja feita, se houver um caminho para aquilo funcionar, alguém vai descobrir o caminho e quebrar aquilo lá, porque o elo mais fraco na cadeia é sempre o ser humano.

Ainda sobre essa história, há uma charge que ficou famosa em 1993, quando havia esses desenhos. Não me lembro agora qual revista americana que fez essa, acho que foi *The New Yorker*. Em suma, nessa charge, um cachorro dizia para o outro: “Internet é legal, porque ninguém sabe que você é um cachorro”. Quer dizer, você participa da rede e ninguém imagina que você é um cachorro. Na verdade, hoje, todo mundo sabe que você é um cachorro. Hoje, não só se sabe que você é um cachorro, mas se sabe qual é a raça, que ração você come, quanto você pesa, se você vai ou não ao veterinário. A privacidade, de fato, mudou drasticamente.

Por que estamos dizendo isso? Porque essas coisas têm de ser protegidas. Sempre alerta que privacidade não é o outro lado da segurança ou do controle. Se você abre mão da privacidade porque acha que pode ter segurança, acaba provavelmente sem privacidade e sem segurança.

Outra coisa importante é que, em geral, não temos novos crimes na rede, mas a rede permite investigação e devassa de dados, o que não seria possível sem ela. A internet, ao contrário daquele cachorro que dizia que ninguém sabe que é um cachorro, é uma rede de controle; tudo que você faz na internet pode ser anotado, devidamente acompanhado e acumulado, para formar um perfil seu como nunca houve até hoje. É importante termos em mente que isso tem de ser, de alguma forma, pensado.

Só para dizer que existem fóruns internacionais anuais de governança na internet, tivemos um no Rio, que foi o segundo, em 2007; vamos ter um, este ano, em Bali, na Indonésia. Essas coisas são discutidas em grupos chamados multissetoriais, todo mundo participa, o terceiro setor, a comunidade científica, governos etc.

Falo duas coisas que são referência dos pioneiros reais da rede, dizendo, primeiro, que a internet é um espelho da sociedade e, evidentemente, as coisas boas e ruins são refletidas e amplificadas por ela. Se você olha para o espelho e não gosta do que vê, não adianta quebrar o espelho; você teria que consertar o original que o espelho está refletindo e não atuar sobre o espelho em si. Em segundo, Tim Berners-Lee, que criou a Web, uma aplicação sobre a internet que começou a ficar popular a partir de 1993, diz que temos de proteger a internet, a Web, da mesma forma

que protegemos a democracia. Então, é importante que a rede seja defendida para que não perca suas características originais.

Faço a última parte de citações, de novo John Perry Barlow, que escreveu aquela história da declaração da independência. Precisamos sempre ter em mente que não há nada que funcione na internet que não seja global. As coisas que funcionam são globais; as coisas locais não darão certo. Comento mais para frente que, por isso, temos de cuidar da internet no Brasil e não da internet do Brasil. Não há internet do Brasil.

O que é importante ter em mente e estar claramente expresso no marco civil? Temos que cuidar de coisas como neutralidade, como privacidade do usuário e responsabilização real na Rede. Responsabilização real significa que os reais atores responsáveis pelos atos é que devem ser responsabilizados e não a cadeia em si. Isso veio do decálogo do CG, está mais embaixo, depois ficará guardado aí.

Nos anos 2009, por aí, decisões judiciais muitas vezes afetavam o conjunto, em vez de pegar o caso específico. Lembro-me de uma vez em que houve um caso de uma atriz importante que estava na praia fazendo alguma coisa e houve uma decisão de tirar do ar o sítio de vídeos. Havia bilhões de vídeos, inclusive vários estavam sendo usados na campanha de combate à dengue por vários governos. Ao tirar do ar um sítio que tem um mar de vídeos bons e ruins misturados – isso não vem ao caso – porque um vídeo específico viola direito, você não está acertando o real ator que cometeu o eventual delito, e, sim, penalizando no geral.

Esse é o corte, só para mostrar que, quando falamos de qualquer coisa na internet, falamos em vários níveis: lógico, físico, econômico, social, político, individual. Não existe só telecomunicações, que é o lado físico, mas nomes e números, roteamento, modelos de negócio, nível social, político, individual etc. Não vou perder tempo; vou fechar nisso aqui então.

O que é o marco civil e por que ele é muito útil, na minha opinião? O marco civil é uma declaração de princípios. Essa declaração de princípios diz, por exemplo, isto que eu acabei de dizer: se alguém comete um ilícito na rede, ele é o responsável por isso. Se alguém conta uma mentira no telefone, não é a companhia telefônica que é responsável por isso. Certamente é o sujeito que falou a mentira o responsável. Isso não é defesa de impunidade de provedor ou de provedor de conteúdo, nada disso. É simplesmente uma garantia de estabilidade jurídica. Se eu criar um *blog*, por exemplo, e esse tiver sucesso, de repente, se alguém escrever uma besteira lá, genericamente, antes que eu consiga detectar isso, eu sei que serei corresponsável, eu não vou criar esse *blog*. Se eu criar um novo modelo

de negócio, e eu descobrir que sou responsável pelo mau comportamento de um usuário meu, eu também não vou me meter nisso. E a internet é um ambiente dinâmico de empreendedorismo. A gente gostaria de ver cada vez mais iniciativas brasileiras prosperando na área. Então, não podemos criar entraves que impeçam ou que criem problemas, riscos desnecessários e não sensatos com relação a isso. Assim, o marco civil é uma declaração de princípios, é um corte transversal em toda a estrutura da rede, desde aplicações até telecomunicações, no que tange à neutralidade.

A neutralidade não é uma discussão do que acontece em telecomunicações; é tudo isso. É uma contextualização de direitos. Por exemplo, o que é privacidade? Privacidade é um conceito que é contextual. A minha privacidade aqui é uma, a minha privacidade com meu médico é outra, com meu banco é outra, com meu provedor de acesso é outra. Cada um tem, digamos, o direito de saber alguma coisa de mim dentro do contexto dele.

Só para exemplificar, o que o marco civil diz em relação a isso? Se você é o provedor de conexão, se você é o cara que leva o usuário à rede, você tem que executar esse serviço, não tem que monitorar o que ele faz na rede. Se você é o taxista que leva um frequentador ao restaurante, esse é seu serviço; o que ele vai comer lá, se é feijoada ou não, se ele vai tomar caipirinha ou não, se ele conhece o *maître*, se ele lava a mão antes de comer ou não, não é um assunto que interessa ao motorista que o está levando até lá. Certamente interessa ao motorista qual é o caminho, se ele vai pagar ou não. Esse é um outro contexto. Como tudo pode ser explorado para você fazer algum tipo de receita, esse contexto acaba ficando um pouco fluido, e deveríamos evitar que isso acontecesse.

A gente gostaria que o marco civil existisse porque a legislação ficaria um pouco mais consistente em relação a isso, então ele poderia ser um orientador para a futura legislação e, finalmente, preservaria as características originais da rede.

O que o marco não é? O marco não é algo que vai impedir ilícitos na rede, da mesma forma como uma lei contra roubo não impede os roubos. Quer dizer, pode desestimulá-los e tudo mais, mas apenas qualifica, diz: “Isto é um roubo”. Você sabe que o motorista de táxi quer saber se você lava a mão antes de ir ao banheiro ou não é uma invasão da sua privacidade; isso que é importante.

O marco civil não trata de modelo de negócios. Então, a discussão sobre se a internet no Brasil é cara ou barata, se o provimento de acesso é gratuito ou oneroso não são assuntos do marco civil. Esses não são assuntos de princípios. Então, a gente gostaria

de expurgar essa discussão do tipo: “Ah, mas você vai impedir que modelos criativos ou não criativos...” A gente quer que as coisas sejam neutras. Modelos de negócios não dizem respeito aos princípios da internet.

Outra coisa que se discute é: “Não, vamos manter dados brasileiros aqui ou dados brasileiros ali.” Esse é um tema técnico, de novo, que foge aos princípios da internet. A internet não pode ser tratada como sendo algo do Brasil. O que significa dados brasileiros aqui? Se eu participo de uma discussão na Bélgica sobre um assunto – eu, três belgas e dois franceses –, a minha parte vai ficar no Brasil de que forma? Quer dizer, o que significa esse negócio? Na minha opinião, isso não faz sentido técnico, e tudo o que não faz sentido técnico ou que está ligado ao tecnicismo exagerado...

(*Soa a campanha.*)

O SR. DEMI GETSCHKO – ... não deve constar do marco civil, visto que ficará rapidamente obsoleto.

O marco civil não se sobrepõe aos diversos órgãos, apenas reconhece a sua complementaridade.

Eu termino com esta frase aqui: ele não deve tratar da internet do Brasil, mas, sim, da internet no Brasil. A melhor maneira de produzir o futuro é inventá-lo.

Obrigado. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Absolutamente a sua exposição foi muito interessante, esclarecedora.

Eu passo a palavra agora à Dr^a Veridiana Alimonti, Advogada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.

A SR^a VERIDIANA ALIMONTI – Bom dia a todas e a todos. Eu sou Advogada do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor).

O Idec é um instituto que já existe há mais de 25 anos. Dentre os seus temas fundamentais, prioritários, estão a internet e as telecomunicações.

Vimos aqui conversar um pouco sobre o marco civil na perspectiva do direito dos usuários. Nesse sentido, é importante dizer que, desde o início, o marco civil, apesar de agora passar por essa situação de ter ido algumas vezes a plenário ou à votação na comissão especial e esta ter sido adiada, foi um projeto de lei muito discutido. Na verdade, um projeto de lei concebido a partir dos anseios da sociedade em reação a iniciativas legislativas que concebiam a internet apenas na perspectiva do crime, de usuários como criminosos, como pessoas que têm condutas irregulares na rede.

Muito se discutiu a importância, antes de se ter tal visão da internet, de abordá-la como um ambiente de direitos, um ambiente de potencialidades, de liberdade de expressão, de privacidade, de criação, de compartilhamento. Isto que é o marco civil: uma carta de direitos e de princípios para internet que traz muitas

garantias importantes para os usuários. Nesse sentido, compreendendo isso, a sociedade participou ativamente da sua formulação, desde quando estava ainda em consulta pública no Governo Federal e, depois, quando chegou aqui, ao Congresso Nacional, à Câmara dos Deputados. Essa é uma perspectiva importante para se ter em vista quando se trata do marco civil.

A nossa preocupação, nós que somos um instituto de defesa do consumidor, é saber como fica a defesa dos usuários no mundo digital, no ambiente digital. O usuário de internet dispõe de muitas ferramentas e possibilidades que, no mundo analógico, digamos assim, acabavam sendo mais limitadas. Então, hoje, existem ferramentas tecnológicas que servem para acessar, numa quantidade, numa possibilidade, numa dimensão muito maior, bens culturais, produtos, serviços e ferramentas de cidadania. Inclusive, as pessoas que estão assistindo à audiência podem participar fazendo perguntas, algo que antes era mais limitado até a espaços físicos. Houve uma alteração no comportamento do consumo. Também se tem acesso a muitos mais bens e serviços de forma facilitada, sejam de fora do País, ou de outras cidades.

Há a questão já apresentada pelo Demi sobre a transmissão de dados pessoais, sobre a possibilidade de coleta, tratamento e uso desses dados que se potencializam.

Além do acesso a bens culturais, o usuário pode ter uma postura mais ativa, podendo compartilhar, criar, colaborar. E, aí, nesse sentido, há um redimensionamento do papel do usuário, que antes muito mais recebia informação, e agora pode ser um criador.

O marco civil da internet vem nesse contexto e se baseia, como o próprio Demi falou, num decálogo de princípios que foi aprovado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil em 2009.

O Comitê Gestor da Internet é um comitê multisetorial, que tem assentos do Governo, do terceiro setor, da comunidade científica e das empresas, e que é ligado ao órgão no Brasil que administra o domínio “.br”.

Esses princípios foram utilizados dentro da formulação do marco civil como referência. Então, o primeiro deles é liberdade, privacidade e direitos humanos. A regulação do uso da internet obviamente tem que ter em vista esses princípios, que têm que ser reconhecidos como fundamentais para a preservação de uma sociedade justa e democrática.

Além desses, há outros, porém, eu especifico os que agora têm mais relação com o que vou tratar mais para frente.

A neutralidade da rede diz que a existência de qualquer filtragem ou privilégio no tráfego dos pacotes da rede tem que ter em vista critérios técnicos. E

é nisso que se baseia o atual projeto de lei, na última redação divulgada, para que não seja possível, para que não seja admitido qualquer tráfego baseado em motivos políticos, comerciais, religiosos e culturais ou qualquer outra forma de discriminação ou favorecimento. Isso tem relação direta com a liberdade de expressão.

A inimizabilidade da rede já foi explicada pelo Demi, quando falou da atriz famosa e do *site* de vídeos na internet.

O item 10, ambiente legal e regulatório, tem que preservar a dinâmica da internet como espaço de colaboração, e, na nossa compreensão, o marco civil sempre teve essa preocupação. É muito importante que o projeto de lei, para que não se afaste dos princípios que o fundamentam, continue tendo isso em vista.

O marco civil da internet, portanto, é um projeto de lei que estabelece princípios, valores, responsabilidades e direitos na internet no Brasil – não do Brasil.

Na nossa opinião, existem princípios cruciais nesse projeto de lei que demandam a aprovação do marco civil. São eles: a neutralidade da rede, a privacidade e a liberdade de expressão. E eu faço a apresentação do que virá a seguir com base no último relatório divulgado pelo Deputado Alessandro Molon, de novembro de 2012.

A neutralidade da rede. O artigo principal do projeto de lei que trata da neutralidade da rede é o art. 9º, que diz que o responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem que tratar de forma isonômica os pacotes de dados que trafegam na rede, sem haver qualquer distinção, seja para privilegiar, seja para degradar, por conteúdo, origem, destino, serviço, terminal ou aplicativo. E diz que qualquer discriminação ou degradação do tráfego será regulamentada por decreto e somente poderá decorrer de requisitos técnicos indispensáveis à fruição adequada dos serviços e aplicações. Portanto, requisitos técnicos e não outros, por exemplo, requisitos comerciais, que não poderiam ser aceitos mesmo em regulamentação. A regulamentação estaria restrita a essa exceção, além da priorização a serviços de emergência.

Nessa redação existem divergências. As empresas de telecomunicações querem poder tratar de forma não isonômica pacotes de dados com relação a serviços. Elas querem poder fazer distinção com relação a serviços, e a gente vai ver mais para a frente o que é que isso significaria.

Nós somos a favor da redação como está. Por isso fizemos questão de colocar isso na apresentação, porque cada palavra faz muita diferença, por mais que, às vezes, pareça não fazer.

Além disso, há ainda outros parágrafos que dizem que, em qualquer hipótese de discriminação ou

degradação, o responsável tem que se abster de causar prejuízo aos usuários, respeitar a livre concorrência e informar previamente, de modo transparente, claro e suficientemente descritivo, quais são as práticas de gerenciamento ou mitigação de tráfego adotadas.

Além disso, também no §3º, é vedado bloquear, monitorar, filtrar, analisar ou fiscalizar o conteúdo dos pacotes de dados. Isso tem relação também com a privacidade, mas não só porque também tem relação com a possibilidade de as empresas de telecomunicações, ao saberem exatamente o que há dentro dos seus pacotes, poderem fazer o gerenciamento para privilegiar ou degradar o tráfego, a depender do tipo de serviço, conteúdo, origem, enfim, questões que não são admitidas já no *caput* do artigo. Então, esse §3º é importante da forma como está, com todas as palavras que estão presentes nele, inclusive as palavras “bloquear”, “monitorar”, “filtrar”. E as empresas de telecomunicações também têm o interesse de alterar esse parágrafo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VERIDIANA ALIMONTI – No §3º? Isso.

Muito bem. Com relação à possibilidade de as empresas poderem discriminar o tráfego em relação a serviços, por exemplo, na nossa opinião, a neutralidade da rede é uma garantia que tem relação com o acesso pleno à rede, assegura ao usuário o acesso pleno ao que há na internet.

Então, hoje o modelo de negócio é: você contrata uma velocidade, uma capacidade de transmissão – um plano de 1 megabit por segundo, de 10 megabits por segundo, de 50 megabits por segundo. Com isso, você pode acessar qualquer conteúdo ou aplicação, qualquer serviço na rede. É claro que o desempenho vai ser melhor com uma velocidade de 50 megabits por segundo do que com uma velocidade de 1 megabit por segundo, mas não há bloqueios a qualquer tipo de acesso.

Se a discriminação em razão de serviço fosse possível, haveria planos em que você só conseguiria acessar alguns tipos de serviços, como, por exemplo, planos em que você só conseguiria acessar *e-mail*, redes sociais. Mas a internet, embora já existam até alguns planos que permitem isso, vai muito além de *e-mail* e redes sociais. É certo que pessoas que têm planos mais baratos ou que não têm ainda um uso recorrente da rede podem se limitar a isso, mas falar da internet como um direito humano ligado à concretização de direitos fundamentais como cultura, educação, participação cidadã é falar de algo que vai muito além; é falar, por exemplo, do acesso a conteúdos acadêmicos, científicos, à produção, por exemplo, quando se tem acesso ao material do SciELO; é falar de transações

financeiras, serviços financeiros; é falar de acesso a bens culturais, como músicas; é falar de acesso a vídeos, também em relação a bens culturais ou notícias ou ao que está acontecendo em outros países; é falar de modelos de negócios também e comércio eletrônico – o Brasil é um dos principais países em que se utiliza o comércio via internet –; é também falar da possibilidade de conversar com pessoas em outros países, fazer reuniões por meio de videoconferências; é privilegiar, consagrar, respeitar essa mudança no papel do usuário. Hoje o usuário, além de acessar conteúdos, pode criar, compartilhar, colaborar. E é importante também que isso seja garantido.

Por fim, falo de democracia, porque teve um papel fundamental na consolidação do marco civil. Aqui, no Senado, o e-Cidadania trouxe a possibilidade de participação cidadã nos processos democráticos em consultas públicas, em audiências. Tudo isso tem relação com a internet. Se a gente fraciona, se a gente escolhe aquilo a que o usuário pode ter acesso, ele não terá acesso mais à internet. Ele terá acesso a algo que é diferente da rede que conhecemos hoje.

Há também outra discussão para deixar claro, no texto do marco civil, a autorização legal a franquias de dados. Na nossa opinião, isso não deve constar do marco civil, porque, como o Demi já disse, o marco civil é, antes de tudo, uma carta de princípios. Ele não tem que entrar em especificidades com relação a modelos de negócios. O que é importante é garantir a internet como a gente conhece hoje. E os modelos de negócios que passam por essa internet são transitórios, eles se alteram ao longo dos anos. O próprio princípio do decálogo, que diz respeito ao ambiente legal e regulatório, diz que não se deve entrar nessas especificidades, porque a internet é muito mais dinâmica do que o processo legislativo, ainda mais quando esses modelos de negócios são problemáticos.

Aqui vemos um exemplo de uma operadora X em que você verifica que há as franquias de acesso. Quando essas franquias passam de megabytes para gigabytes, isso significa que o usuário tem condições de acessar mais coisas na internet, e esse preço já sobe bastante. Essa conexão é uma conexão 3G, que deve ter mais ou menos 1 megabit por segundo, mas, depois que essa franquia é atingida, ela chega, nas franquias mais baixas de megabytes, a patamares próximos a uma conexão discada, em geral são essas conexões de 64 Kbps. Em geral, essas conexões são ofertadas como ilimitadas. Muitos consumidores, usuários não têm o discernimento para saber que o fato de existir franquia significa que não é ilimitado, que a existência de uma franquia faz com que qualquer conexão seja limitada. Enfim, é um modelo de negócio

problemático. Então, além de não ser objeto do marco civil a consagração de modelos de negócios, não seria o caso de consagrar ainda um modelo que se mostra tão abusivo na internet móvel.

Muito bem. Com relação à privacidade de proteção de dados, o marco civil traz algumas disposições. Já no marco civil, principalmente no art. 7º e nos arts. 10 a 13, há a concepção importante de que o usuário é o titular dos seus dados. Por mais que as empresas que ofereçam serviços e aplicações na rede tenham a faculdade de guardar esses dados, o titular último é o consumidor, o usuário. Portanto, ele tem o direito de saber que existe um banco de dados em seu nome, tem direito a ter acesso a esse banco de dados.

O marco civil é mais geral em relação às regras de privacidade, mas já traz disposições importantes. Além disso, há um equilíbrio entre liberdade de expressão, segurança, privacidade e responsabilidade com relação às normas que tratam da guarda de registro de conexão e registro de acesso a aplicações e serviços. E aí é importante retomar a diferença que o Demi Getschko já trouxe aqui em relação ao motorista de táxi e ao restaurante. Não interessa ao motorista de táxi o que o seu passageiro vai comer no restaurante, assim como não interessa às empresas de telecomunicações o que o usuário faz em cada *site* que ele acessa. O *site* que ele acessa tem a faculdade de guardar as informações do que o usuário fez enquanto estava acessando, assim como o restaurante tem a faculdade de saber o que os consumidores consomem quando fazem o pedido no restaurante. Agora, é claro que devem existir regras em relação à proteção dos dados dos usuários mesmo quando eles estão acessando os *sites*, os serviços, os conteúdos e esses *sites* guardam os dados do que foi acessado.

É muito importante estabelecer uma diferença aqui entre as empresas de telecomunicações terem a capacidade de guardar os dados de toda a navegação dos usuários que se conectam por meio dela a todos os *sites*, tudo que ele fez na rede, e um *site* ter a faculdade de guardar o acesso do que o usuário fez quando estava acessando aquela aplicação específica. O mapa da navegação do usuário é muito maior se as empresas de telecomunicações podem guardar tudo isso. E é claro que isso também tem relação com o modelo de negócio. As empresas de telecomunicações querem poder vender esses dados, querem poder monetizar esses dados assim como os provedores de serviços de aplicações fazem. E a possibilidade de acesso a dados quando as empresas de telecomunicações têm esse mapa geral da navegação é muito maior e muito mais temerária. Então, em nossa opinião, essa diferença é

importante, essa diferença está estabelecida dentro do marco civil e deveria ser mantida.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Qual é a solução desse problema que a senhora coloca?

A SR^a VERIDIANA ALIMONTI – A solução desse problema é: as empresas de telecomunicações devem guardar os registros de conexão, o momento em que o usuário se conecta e o número de IP desse usuário, mas elas não podem guardar dados relacionados à navegação do usuário – os *sites* que ele acessou, o que ele fez dentro de cada *site*. Elas não podem fazer isso. O marco civil já estabelece essa diferença hoje.

Com relação à guarda de dados dos usuários que acessam os *sites*, os conteúdos, as aplicações, esses *sites* têm a faculdade, pelo marco civil, de guardar. Além das regras que já existem no marco civil, existirão regras muito importantes em outro projeto de lei que virá à Câmara e depois a esta Casa com relação à proteção de dados pessoais que será mais detalhado em relação a como tratar os dados que as empresas – *on-line* e *off-line* – guardam dos usuários.

Por fim, há outra questão relacionada à inimitabilidade da rede que o Demi Getschko já havia comentado: a garantia de que, na internet, sejam responsabilizados os responsáveis finais pelos conteúdos, aplicações que sejam colocados na rede. Está no art. 15 essa disposição que garante o seguinte: que o intermediário, o servidor que hospeda um *site*, uma rede social em relação a um conteúdo postado por terceiro só poderá ser responsabilizado por um conteúdo que não foi gerado por ele se houver uma ordem judicial e ele não cumprir essa ordem. E a ordem judicial deve, enfim, estabelecer exatamente qual é o conteúdo e etc. Para nós, essa é uma garantia importante em relação à inimitabilidade da rede e à liberdade de expressão.

Foi inserida uma exceção específica em relação aos direitos autorais que, na nossa opinião, seria mais bem discutida na Lei de Direitos Autorais, não precisaria novamente estar aqui no marco civil.

Na nossa opinião, o marco civil da internet é uma das legislações relativas à internet mais avançadas do mundo, com princípios que são absolutamente relevantes, inspirada em princípios fundamentais do uso e governança da internet gerados, num primeiro momento, no Comitê Gestor da internet, que é um espaço multissetorial em que diferentes setores da sociedade puderam discutir sobre a internet e pensar quais seriam esses princípios, garante direitos essenciais do usuário, amplia a segurança jurídica, porque, em muitos casos, o Judiciário tem dificuldade de decidir como proceder, por exemplo, em relação a retiradas de conteúdos do ar, como proceder em relação à guarda de registros

quando há problemas e precisa-se identificar um determinado usuário. Também já foi suficientemente debatido em amplo processo de participação social. O marco civil é um exemplo de como a rede pode falar da própria rede de forma bastante interessante, afinal, muitas consultas públicas foram feitas pela internet e outras formas de participação que contribuíram para o marco civil ser o que ele é hoje.

O Idec tem uma campanha que encaminha *e-mails* para os Deputados solicitando a aprovação do marco civil. Já temos milhares de *e-mails* enviados.

É isto: queremos reforçar a importância desse projeto de lei para a internet no Brasil e para garantia dos direitos dos usuários.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB – MA) – Obrigado, Dr^a Veridiana Alimonti.

Passo a palavra, agora, ao Prof. Carlos Affonso Pereira, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Com a palavra o Dr. Carlos.

O SR. CARLOS AFFONSO PEREIRA DE SOUZA – Muito obrigado.

Bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer, inicialmente, o gentil convite do Senado Federal para participar da discussão, nesta manhã, sobre o marco civil.

Dentro do meu tempo, eu gostaria de focar o debate sobre o marco civil da internet em dois temas: neutralidade da rede e armazenamento e hospedagem de dados no Brasil.

Vou começar com um caso. Parece-me que estamos discutindo aqui uma verdadeira disputa sobre dados ligados a esses dois temas. A primeira disputa é: podem as empresas de telecomunicação discriminar o tráfego de dados de acordo com o seu conteúdo? Essa é a pergunta que se relaciona à questão da neutralidade da rede. A segunda questão, ligada ao armazenamento de dados do Brasil, é a discussão sobre como mais bem assegurar a privacidade de dados pessoais de brasileiros, especialmente depois que o marco civil acabou sendo elevado a essa condição de uma legislação que poderia ser uma resposta aos vazamentos de informação derivados do caso Snowden.

Muito rapidamente, vou contar uma história. No começo deste ano, eu fui à reunião da Ican, entidade americana que cuida do registro de nomes de domínio. Foi uma reunião interessante, em Beijing, na China. Foi interessante, é verdade, mas, talvez, mais interessante tenha sido perceber o seguinte: quando se pensa em China, grande parte das pessoas pensa em Muralha da China. Aqueles que conhecem um pouquinho sobre regulação na internet sabem que, quando se pensa em China e internet, a primeira imagem a vir à cabeça é o Great Firewall of China, ou seja, em vez da grande

Muralha da China, um grande *firewall*, que faria com que a China tivesse uma internet toda própria, uma internet em que não existe nem Facebook, nem Twitter, nem Youtube.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB – MA) – A internet da China.

O SR. CARLOS AFFONSO PEREIRA DE SOUZA

– A internet da China, muito diferente da exposição do Prof. Demi no início desta conversa. O curioso é que, perguntando aos chineses nessa reunião: você sente falta desses serviços? Muitos diziam: “Não; na verdade, a gente tem o WeChat.” Aqui não estou fazendo nenhuma propaganda de nenhum serviço, por favor. O meu ponto é o seguinte: esse serviço, que é uma rede social para dispositivos móveis, reúne funções típicas de um WhatsApp, de um Skype, de um Viber, ou seja voz sobre IP e também possui características de um Instagram, de um Foursquare, de um Grúnder, até mesmo de um Nextel. É um serviço muito popular na China, especialmente para os padrões chineses.

Aqui há algumas fotos que mostram esses serviços, que possuí, só na China, 300 milhões de usuários; um número bastante expressivo de chineses utilizam esse programa, que tem, hoje, 100 milhões de usuários no mundo um todo.

Por que estou falando disso? Porque uma das grandes controvérsias que a China atravessa neste ano é uma demanda das empresas de telecomunicação – e estas são as três principais: China Mobile, China Unicom e China Telecom – sobre o uso desse aplicativo pelos seus consumidores, pelos seus clientes na China. Isso causou uma rivalidade entre as empresas de telecomunicação e a Tencent, que é a empresa que produz, que desenvolve esse aplicativo chamado WeChat e gerou uma grande discussão na internet chinesa, porque uma das propostas foi: “Vamos sobretaxar, então, ou a empresa que desenvolve esse aplicativo, ou, na outra ponta, o consumidor, que, se quiser usá-lo, pagará um plano mais caro.” Por quê? Porque esse aplicativo consome muita banda. Essa foi a discussão que, enfim, hoje em dia, ainda se tem na China sobre o uso de um aplicativo que demanda um uso de banda de forma bastante diferenciada.

Estou contando a história da China porque a discussão que nós vamos levar sobre neutralidade da rede é a discussão sobre se podem as operadoras cobrar um pacote mais caro para o usuário ter acesso a um serviço específico. Será que esse é o futuro da internet?

Bom, falando sobre neutralidade da rede, muito rapidamente, cito três pontos. Primeiro, o que é. E aí eu gosto muito de uma frase do Carlos Afonso – não sou eu, não estou falando na terceira pessoa, mas o Carlos Afonso –, do Comitê Gestor da Internet, re-

presentando o terceiro setor, que diz: “O princípio da neutralidade da rede seria melhor explicado pela expressão ‘todos os datagramas que circulam na rede são iguais perante essa rede’.” É uma formulação que seria muito próxima do nosso direito: “todos são iguais perante a lei” – “tudo o que trafega na internet é igual perante a rede” ou algo que em inglês poderia ser dito como “*all bits are created equally*”, todos os bits são criados igualmente.

Essa situação, essa conceituação de neutralidade da rede nos leva a uma situação interessante: a perceber que a inteligência da internet está nas pontas, e mecanismos de filtragem, bloqueio, degradação do tráfego da internet podem gerar um impacto muito grande nessa inteligência da arquitetura ponto a ponto da rede.

Cito um exemplo muito rápido e antigo, peço desculpas. Essa é uma página da Wikipédia, que dizia, muito tempo atrás, que o Primeiro-Ministro britânico Tony Blair ia renunciar. A Wikipédia, como todos sabem, é uma enciclopédia que é desenvolvida, criada e atualizada por usuários que se cadastram no serviço e ali usam sua experiência, sua *expertise* para falar daquilo que sabem. Então, gostaria de propor para vocês uma viagem muito rápida pelo conhecimento da Wikipédia. Se você clicar em Tony Blair, você descobre que ele nasceu em Edimburgo; se você clicar em Edimburgo, você descobre que é uma cidade que foi fundada em 1492; 1492 é o ano em que Cristóvão Colombo chega às Américas; Cristóvão Colombo é um navegador; navegador, é claro, é um programa; programa pode ser um software, um programa de televisão ou o nome de um CD do Lulu Santos, lançado em 2004, um bom CD; Lulu Santos é um fã dos Beatles; Beatles é uma banda do Reino Unido; Reino Unido tinha como Primeiro-Ministro Tony Blair, que disse, na primeira página da Wikipédia, que ia renunciar. Ou seja, você tem uma viagem redonda pelo conhecimento, em que nenhuma central de produção acabou ligando esses pontos. Essa é a beleza de uma rede cuja inteligência não está no centro, cuja inteligência está nas pontas.

A questão é: como é que preservamos essa inteligência através de uma legislação principiológica como o marco civil? E aí, pessoal, sempre é bom dizer: nós não somos tão modernos assim. Lá nos Estados Unidos, em 1860, a lei sobre os telégrafos do Pacífico já discutia a ordem de se enviar um telegrama. Será que eu poderia dar privilégio para um telegrama sobre outro? Como é que eu vou operar os telégrafos? Essa lei americana, lá de 1860, já falava sobre a necessidade de ser imparcial no tratamento desse tráfego, algo muito parecido com o que a gente vai ver aqui. Mas por quê?

Por que estamos discutindo isso? Por que discriminar o tráfego na internet? Por várias razões: gerenciamento de tráfego; qualidade de serviço para vídeo, para jogos; até mesmo por uma questão que poderia gerar infrações, a concorrência, assim como eventuais competições.

O que isso afeta? Primeiro, afeta a inovação, afeta o grau de conhecimento e de usabilidade da internet por todas as pessoas que são conectadas a essa grande rede. Segundo, afeta a escolha do consumidor. E aí eu acho que esse gráfico aqui é interessante. Será que nós gostaríamos que a internet fosse assim: você pagaria um preço X para ter acesso à Internet como um todo; mais cinco – aí na conta dessa figura são dólares –, mais US\$5,00 para acessar chaves de busca; mais US\$5,00 para acessar os canais de notícias internacionais; com um pouquinho mais, você paga o pacote para acessar os canais de notícias americanos; mais US\$10,00 para acessar o canal Hollywood, aí você vê todos os filmes; e aí vêm de graça as redes sociais. Será que é esse o futuro que nós gostaríamos da internet: dividida em pacotes, dividida em serviços? Será que é esse o futuro da rede?

E mais: o que isso afeta, além da escolha do consumidor e inovação? Afeta a liberdade de expressão, porque, se eu começo a discriminar o tráfego da rede, preciso monitorar o que trafega nela, e isso pode gerar situações como a chinesa, que estávamos comentando aqui. No site Baidu, que é a principal chave de busca na China, se você procurar por *Tiananmen Square*, Praça da Paz Celestial – talvez muitos de vocês, quando pensam em *Tiananmen Square*, imaginem a foto de um sujeito na frente de um tanque, isso vocês não verão se fizerem a pesquisa dentro da China. Eu ainda fui insistente, colocando que queria ver protestos, e essas foram as fotos encontradas. A diferença é só na primeira foto das meninas sorrindo.

Há outras formas de bloqueio que vocês vão encontrar na internet do mundo inteiro. Esta é a página do Qatar do bloqueio. Esta é a página dos Emirados Árabes, do conteúdo bloqueado. Vocês podem dizer que essa é só uma questão asiática, não é? Negativo. Quando houve todas as revoltas em Londres, o quebra-quebra, algumas autoridades foram a público e disseram que era um absurdo que os manifestantes estivessem se comunicando através do *Blackberry*, e que deveriam encerrar o serviço de comunicação via *Blackberry*.

É sempre bom perguntar: para onde vamos nesse debate sobre a neutralidade da rede? Repetindo uma citação que o Prof. Demi já tinha feito, lá em 1996, o John Perry Barlow fez uma declaração de independência do ciberespaço. Logo depois, em 1999, outro

professor americano, Lawrence Lessig, disse que é importante que o Direito e a lei saibam o seu lugar na regulação da tecnologia, e esse lugar precisa ser um pouco mais modesto. É preciso compreender aqui que lei, mercado, sociedade e tecnologia são quatro forças que vão disputar a predominância sobre a regulação de um comportamento, no que diz respeito ao progresso tecnológico. E como a lei pode, então, incentivar direitos fundamentais e não restringi-los?

Sobre a neutralidade da rede, vão aqui rapidíssimos exemplos. Na Holanda, a lei proíbe o bloqueio de serviços de internet, o uso de inspeção profunda de pacotes para monitorar hábitos dos internautas, além da filtragem e manipulação de tráfego na rede expressamente. Nos Estados Unidos, a situação é curiosa. Em 2005, o FCC fez uma pauta sobre políticas para uso de internet de banda larga, e, logo em 2007, percebeu-se que a Comcast, uma das principais operadoras, estava degradando o tráfego para algumas utilizações, especialmente o *download* de arquivos *torrent* para baixar filmes e músicas na internet. A própria FCC, no ano seguinte, soltou uma decisão impedindo que a Comcast fizesse esse tipo de degradação, na época, considerada discricionária. Em 2010, a FCC lançou o seu regulamento de internet aberta, que tem três pilares: a transparência, a proibição de bloqueio e a proibição de discriminação irrazoável. Essa situação nos Estados Unidos é interessante porque levou a uma fala do Presidente, que disse: “Nós não queremos criar uma série de portais, de barreiras que vão prevenir e evitar que alguém que não tenha dinheiro, mas que tenha uma boa ideia, possa ser a pessoa que vai criar o próximo Youtube, o próximo Google na internet.” Ou seja, é uma visão, claro, muito americana ligada ao empreendedorismo e a oportunidades, mas que não deveria ser estranha também para este nosso debate sobre o futuro da internet no Brasil, porque, afinal de contas, queremos também ter os googles, os youtubes e os facebooks brasileiros competitivos e, quem sabe, gerando um futuro bom na internet. E a lei chilena – só um último comentário –, de 2010, proíbe que você tenha o bloqueio, a interferência e a discriminação arbitrária do tráfego na internet. Muito sinceramente, parece-me que o uso da expressão “arbitrária” não é adequado, porque significa sem razão, sem motivo. Portanto, se você tiver uma razão ou um motivo, você poderia discriminar, degradar o tráfego da internet.

Trazendo a discussão para o Brasil, nestes poucos minutos que me restam aqui, passamos por um período muito curioso porque tivemos, desde a criação dos Princípios para Governança e Uso da Internet no Brasil, feitos pelo Comitê Gestor da Internet, uma série de processos que, de forma colaborativa, procurou en-

tender para onde vai a regulação da internet no Brasil. Aí tivemos o marco civil, a Lei de Direito Autoral, a Lei de Proteção de Dados Pessoais, e tudo isso nos leva à discussão sobre a neutralidade da rede, conforme constante no marco civil. Hoje em dia, a neutralidade da rede aparece...

(*Soa a campanha.*)

O SR. CARLOS AFFONSO PEREIRA DE SOUZA – ... com preservação de garantia.

Já termino em dois minutinhos.

Aparece no art. 7º, garantindo ao consumidor uma informação sobre como o tráfego de rede é gerido; e, principalmente, no art. 9º, com a proibição de discriminação, o artigo sobre o qual meus colegas já falaram.

Então, vou pedir vênica para seguir adiante nos artigos e fazer uma última nota que me parece interessante, que é a seguinte: sobre hospedagem de dados e armazenamento de dados é bom ligar esse assunto com neutralidade da rede.

Desde que esse rapaz aqui acabou gerando um vazamento sobre informações de programas de monitoramento, de controle nos Estados Unidos, a nossa ideia de que os inimigos da internet estão lá do lado asiático começou a mudar e percebemos que, na verdade, práticas de monitoramento acontecem, todo momento, por diversos agentes, com o Brasil sendo, inclusive, espionado no Conselho de Segurança da ONU. E, para não ficar apenas na questão das autoridades, todo cidadão também é monitorado pelo Prism, pelo Xkeyscore e por outros programas.

E aí eu gosto muito e fico muito contente em ter oportunidade de fazer essa fala, aqui no Senado Federal, porque uma fala que acho que ressoou muito na Europa foi a do Stefano Rodotà, que não é apenas um professor de Direito Civil, mas também o ex-Presidente da Autoridade Garante, para proteção dos dados pessoais na Itália e na Europa, que disse que a Europa abriu mão da soberania sobre os dados pessoais do seu cidadão. E é claro que essa é uma crítica do Stefano Rodotà à inércia dos governos europeus sobre a revelação desse escândalo de monitoramento. A questão é saber como é que o Brasil reage.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Muitos governos europeus fazem isso também.

O SR. CARLOS AFFONSO PEREIRA DE SOUZA – Exatamente. Tivemos também a França e a Inglaterra envolvidas, além de acordo cooperação e comércio com os Estados Unidos.

Só para encerrar – e peço desculpas por ter passado um pouquinho do meu tempo –, muitas das manifestações por representantes do governo brasileiro apontaram para uma necessidade de reformarmos a

governança global na internet, o que é muito saudável. Só é importante lembrarmos aqui que a Iann, que acaba sendo colocada em muitos desses debates, é importante dizer, funciona, se permitem a metáfora, como uma lista telefônica. A Iann apenas vai dizer onde você vai procurar uma eventual informação, ela vai gerir os números IPs, mas ela não tem relação com o conteúdo em si. Então, é importante aqui não confundirmos o conteúdo em si, com o que direciona o conteúdo, que é a lista telefônica. E aí temos, é claro, uma série de questões.

Uma recomendação que eu faria e acho importante é talvez, em vez de focarmos apenas nas estruturas de governança, tomar cuidado com algumas situações. E aí são os meus dois últimos comentários. O primeiro, os Estados Unidos têm uma lei, chamada *Calea*, que é a Lei de Auxílio das Comunicações para a aplicação do Direito, que prevê que todo dispositivo conectado à internet precisa vir de fábrica com potencialidades, com habilidades para prover a possibilidade de monitoramento, ou seja, é a lei que facilita a vigilância, facilita o grampo – claro devidamente autorizado judicialmente. Mas esses dispositivos já vêm prontos para que esse monitoramento ocorra. Então, é importante pensarmos na infraestrutura de governança da internet, mas também na infraestrutura técnica, dos próprios dispositivos que nós usamos, inclusive, talvez, alguns dos roteadores e outros dispositivos que nós usualmente utilizamos para nos conectar à internet.

Só para concluir, nesse finalzinho, sobre disputa de dados, temos uma proposta sobre hospedagem de dados no Brasil e eu colocaria esses questionamentos. Parece-me que o marco civil deveria se aprovado como estava, de acordo com o relatório original do Deputado Alessandro Molon. Embora a discussão de hospedagem seja muito interessante, é muito complexa para esse momento, já que a Câmara, enfim, vive esse processo de discussão do marco civil e isso adiciona um grau de complexidade que não é desprezível.

Eu colocaria só cinco pontos, para guardar dados de brasileiros no Brasil: primeiro, como saber quem é brasileiro; segundo, como saber que essa conexão à internet parte ou chega para o Brasil, já que existem vários meios de você maquiagem a sua navegação na internet; terceiro, reciprocidade – e se outros países comessem a exigir isso de empresas brasileiras que atuam no exterior, estamos preparados para isso? –; quarto, impactos na inovação; e quinto, privacidade.

Como a própria Veridiana já mencionou na sua fala, o Brasil ainda carece de uma lei geral de proteção de dados pessoais. Armazenar os dados no Brasil, no momento em que nós não temos a infraestrutura, no caso jurídica, legal, para prover ao usuário brasileiro

a devida proteção à privacidade e aos dados pessoais talvez seja uma questão de inverter a ordem: primeiro, focar na legislação sobre dados pessoais e privacidade na internet, marco civil e essa lei geral. Depois, pensarmos em outras questões mais técnicas.

Enfim, esse é só um resumo da minha fala sobre neutralidade e sobre hospedagem como questões importantes, sobre privacidade, bloqueio de conteúdo e ação governamental. E aí deixo essas duas perguntas: podem ou devem as empresas monitorar esses dados? E: como assegurar a privacidade dos brasileiros?

Bom, aí fecho com uma fala do próprio Deputado Molon, que já está aqui:

A ausência do marco civil prejudica todos, prejudica usuários, prejudica empresas, prejudica o Governo. Todos os setores são atingidos com a ausência de um marco civil, que traria segurança jurídica e princípios para estabelecermos uma regulação da internet brasileira pelos anos que tem pela frente e pelos desafios que vamos enfrentar.

Então, agradeço muito pelo convite e peço desculpas por ter passado um pouquinho do meu tempo. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Governo/PT – RR) – Muito obrigada, professor Carlos Affonso, da PUC.

Passo a palavra agora ao Sr. José Francisco de Araújo Lima, Diretor-Técnico da Associação Brasileira da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Abert.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Srª Presidente, prazer. Agradeço o convite que a Comissão dirigiu à Abert para se fazer representar aqui.

Gostaria de fazer uma correção preliminar. Em primeiro lugar, eu queria exaltar a plateia que hoje nós temos aqui, o Senador Cristovam Buarque, que é meu modelo. Eu acho fantástico também poder falar com a presença do Walter Pinheiro, que conhece profundamente o assunto, e do nosso Senador Aloysio Nunes Ferreira, que participou muito do debate da lei em que me empenhei tanto, que foi a Lei do SeAC.

Acho que as advertências do Senador Aloysio Nunes Ferreira são muito oportunas, porque o nosso SeAC levou quatro anos e nove meses. Só na Câmara ficou quatro anos. Então, era uma lei que visava exatamente disciplinar a convergência que os meios e os recursos digitais propiciaram, e isso ficou pendurado um tempo, lamentavelmente prorrogado. No Senado foi rápido o debate, mas eu espero que esse não seja o destino do que eu estou chamando de Lei Geral da Internet.

Eu acho que a gente tem que fazer um trabalho de conciliação, até para facilitar esse processo de

tramitação nas duas Casas. E eu tenho sentido uma reação muito grande na Câmara de alguns Deputados em relação ao nome, ao pseudônimo de “Marco Civil da Internet” a um projeto de lei sobre a internet no Brasil. Eu acho que essa prevenção é justificada pelo fato de que se trata de um projeto que veio como uma mensagem do Executivo. Portanto, deveria tramitar nessa qualidade e não como um “marco civil”. Mas talvez essa denominação tenha sido resultado do debate tão amplo que o projeto, na sua forma original, provocou pelo Brasil afora.

Antes de entrar nesse mérito, eu queria explicar, é só uma correção, que eu não sou diretor técnico da Abert, até porque me faltariam as credenciais necessárias para ser um diretor técnico. Eu sou formado em Direito e um interessado e curioso da internet desde 1997, quando realmente mergulhei profundamente para conhecer esse negócio como um advogado. Daí a minha função na empresa que eu represento na Abert, que são as Organizações Globo, de Diretor da Área de Regulação das Novas Mídias. Já uma coisa de causar espanto quanto se trata de um cara septuagenário. Talvez falando pelo rádio, o cara entende. Ah, não, isso deve ser um jovem de internet. Mas não, é um jovem septuagenário, que se meteu nesse assunto e foi escalado, talvez por falta de algum advogado lá que conhecesse melhor, para ficar responsável por essa área de regulação, que eu procuro desempenhar da melhor forma possível, mas vocês já começam vendo porque eu uso lousa digital. Eu acho que sou um dos únicos remanescentes da lousa digital, é o nome que eu dou a esse negócio aí sem graça. Depois de o professor dar o *show* do PowerPoint dele, eu fico profundamente humilhado, mas não sei fazer aquilo de jeito nenhum. Então, eu vou na lousa digital.

Então, quais são os temas para os quais fomos convocados a opinar? Neutralidade da rede – quer dizer, o contexto geral do projeto, mas com destaque para a neutralidade da rede –, privacidade e conservação de dados pessoais e outras questões controversas.

E é por aí que eu vou me basear para conversar com vocês.

Uma coisa que já foi falada, mas eu queria insistir, é que o projeto é de uma concisão extraordinária, ele tem um número de artigos perfeitamente convivível, porque começar um projeto de lei que se dispõe a ser um marco mais geral da internet no Brasil, se viesse com muitos dispositivos, artigos e complicações, talvez nós tivéssemos muita dificuldade de aprová-lo e uma discussão infundável, até porque a dinâmica da internet é diária, há mudança e inovações. Todo dia tem um aplicativo novo, seja para aplicação no Android, seja no iOS da Apple. É uma loucura! São bilhões de

dólares que se vendem aos US\$0,99 cada Ap, são bilhões que hoje a Apple fatura com esses aplicativos, que, muitas vezes, a gente não tem a menor ideia até para que serve e outros extraordinários.

Então, eu separei, segreguei toda a parte que eu diria ser de caráter genérico, que servirão, provavelmente, como uma moldura limitativa das novas explorações legislativas, e que é principiológico. Tudo isso aí, o Capítulo I, com seis artigos, disciplina o uso da rede, com fundamentos, princípios, objetivos e o glossário. Depois, o Capítulo 2, dois artigos, direitos e garantias dos usuários de modo geral, sem entrar em sanções e como é que seriam sancionados aqueles que violentassem esses direitos. O Capítulo 4 com diretrizes no desenvolvimento da internet do País, e o Capítulo 5, disposições finais e transitórias, que é o fecho de qualquer lei.

Então, o que é que nós vamos focar? Nós vamos focar naquilo que ela traz, realmente, de substantivo, em termos de rede, em termos de internet. Ou seja, em temas que são tratados e disciplinam, pretendem disciplinar, de certa forma, que podem ser, depois, ampliados.

O Capítulo 3: provisão dos serviços de um modo geral, conexão e aplicações de internet, esse com dez artigos, subdivididos em seções do tráfego de dados, guarda e registros de conexão e de acesso a aplicativos e responsabilidade por danos decorrentes de conteúdos gerados por terceiros.

Então, esses são realmente os temas que eu chamo de centrais ou que, como aqui denominei, regras aplicáveis ao provimento. E nessas nós devemos nos concentrar, porque é onde falta consenso, onde há discussão. Eu não vi ninguém discutindo até agora, a não ser uma crítica que me parece facilmente superável com uma conversa e que alguns Deputados também externaram nas audiências públicas de que eu participei, que é o fato de estar repetindo a Constituição.

Mas que mal tem isso? Quantas leis trazem no seu introito ou então na exposição de motivos, seja lá onde estejam colocados esses princípios, uma repetição da Constituição! Aliás, a nossa Constituição, que, talvez, exceda em quantidade de dispositivos, o que eu não critico no caso dessa Lei Geral da Internet, eu acho que não atrapalha em nada e nem tem ensejado discussões, a não ser essa crítica que me parece injustificável para o que se pretende.

Agora, quando cai nesses temas, também observamos – e isso simplifica um pouco a abordagem – que os três temas candentes, dos quais eu excluiria o terceiro, porque também não vejo discussão alguma em torno dele, mas esses dois – a neutralidade e o problema da defesa da privacidade com regras sobre

quem pode arquivar o quê, quem pode guardar o quê –, realmente, são temas que se mostraram objeto principalmente de conflito quando se trata das operadoras de telecomunicação. E é absolutamente legítimo. Por quê? Eles estão lutando – e é natural que lutem, e quem se opuser é que deve manifestar isso – em fazer suar o seu ativo. O que chamo de suar ativo é fazer investimentos pesados que fazem algumas empresas, seja em que for, seja numa estrada, numa ferrovia ou numa hidrelétrica. O ideal é fazer suar o ativo. Então, é tentar ver a maneira, a melhor forma para ganhar dinheiro, para faturar.

Então, é natural que elas estejam defendendo e se opondo a esse rigor da neutralidade estabelecida pelo projeto. Por quê? Porque ela vai ter que se limitar a cobrar como todas as redes cobram: pelo tráfego nelas, sem qualquer interferência. Então, se ela está limitada a isso, ela não se conforma. Ela gostaria de cobrar numa ponta, como defendeu durante muito tempo. Vamos cobrar da ponta, então, dos fornecedores, que estão criando esse congestionamento na rede. Mas como? Onde tem? Que precedente é esse? Alguma vez, numa chamada telefônica, se cobra das duas pontas? Será que isso é natural? A rede não deve ser uma rede de telecomunicações? E a maior parte da rede de telecomunicações, hoje chamada de rede banda larga no Brasil, é suor do ativo, daquelas redinhas de par trançado. A maioria das “telcos” ainda opera com o par trançado. Então, se vocês se queixam, às vezes, da falta...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA –

Ah, sim. O par trançado é o processo primário das redes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu já sou quase septuagenário.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Eu já sou.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pois é. Eu já esqueci.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – O par trançado é bastante primitivo, mas está aí pendurado nos postes. É um cabo cheio de fiozinhos dentro. Cada dois fiozinhos daqueles servem um assinante. Então, se eu quiser servir mil assinantes, tenho que botar dois mil fiozinhos ali dentro. E esse ativo ainda está suando. Não são todos. Fala-se muito em banda larga por rede de fibra ótica, que é sensacional: você substituir essa frequência radioelétrica que circula ali por um fecho de luz dentro de um fio. Até houve uma época em que era meio chique – para mim, sempre cafona – fazer uns abajures com fibra ótica, que mudava de cor na ponta. Então, aquilo é o método que

hoje se utiliza para agilizar o tráfego de dados. E mais: se desenvolveu uma tecnologia em que a mudança de cor permite sobrepor na mesma fibra dados diferentes. É um negócio genial!

E o mais genial que eu vi na Finlândia foi a mais rápida implantação de fibra ótica, porque eles descobriram uma maneira de criar a rede mais barata possível. Introduziram em toda a tubulação de gás residencial. O gás residencial não se afeta com luz. Se fosse passar alguma coisa que conduzisse eletricidade, seria um caos, mas eles aproveitaram e chegaram a todos os domicílios, em poucos meses, com a fibra ótica, usando uma rede que já existia e que já transportava o gás para as residências.

Então, eu acho que essa luta é natural essa luta. Essa luta para suar ativo é natural. E como se poderia suar esse ativo? Bom, suar esse ativo, se há essa possibilidade, é cobrar na ponta de onde vem o conteúdo. Isso para a Abert seria trágico... De repente, nós sermos como pretendemos... Aliás, eu tenho que justificar a presença da Abert aqui, porque as empresas associadas são frontalmente atingidas pela internet.

Hoje há concorrência desenfreada de alternativas de distribuição de mídia pela internet. A própria televisão, o terminal que a gente usa em casa, hoje, o chamado “conectado”, permite que você navegue na internet, sentado na sua poltrona, com o controle remoto da televisão.

Então, isso significa que a Abert está preocupada. Mas somos inteiramente favoráveis a essa evolução, e todas as empresas do Brasil de radiodifusão estão se preparando para esse desafio, sabendo que um dia vão ter de migrar para a linguagem da internet, a linguagem IP. Temos de chegar lá. Por enquanto, estão mantidos os meios tradicionais.

Então, as alternativas que foram propostas pelas empresas que são titulares dessas redes são, por exemplo, cobrar em função da natureza do conteúdo que trafega, criando-se pacotes diferenciados: para quem só usa *e-mail*, para quem usa *e-mail* e mais consulta a um *site*, para quem usa consulta a *site* e lê jornal, para quem lê jornal e baixa filmes, multimídia. Então, isso seria uma limitação permanente a que você se veria imposto e a criação, naturalmente, de pacotes diferenciados para a ampliação dos serviços. Quer dizer, cada pacotinho desses ia ter uma sobretaxa, como tem a TV por assinatura.

Eu posso comprar um pacote básico, só com canais gratuitos; daqui a pouco, boto cinema, esporte, lazer infantil e estou com um pacote diamante, que é caro à beça. Então, acho que esse mecanismo também não funcionaria.

Como hoje está funcionando? Coitados, eles são punidos? Não. Hoje cobram pela velocidade pela qual você opta, que transite, que desça ou que suba informação. Sempre a que desce e rápido; o *upload*, quando você manda, é lento. Acho que todo mundo deveria instalar nos seus *devices*, seja no telefone celular, no iPad, na televisão, no computador em casa, um medidor dessa velocidade, porque ela é crítica. Mas a Anatel está criando controles muito severos, que espero que resulte...

E o condicionamento hoje também há por parte do que se baixa em quantidade de *bits*. Eles têm um bitômetro ligado, e, se você começar a exagerar em termos de *bits*, é penalizado com a redução da velocidade. Então, por exemplo, quem tem filho que fica baixando filme lá – às vezes, filme pirata, que é um negócio... Enquanto é menor de idade, a gente tem de admitir – e usa gerenciadores tipo uTorrent para baixar filme, com aquilo, daqui a pouco, se você quer fazer uma consulta importante, já não anda mais a internet. Foi contingenciada, porque seu filho numa noite exauriu a quantidade de *bits* delimitada.

Então, acho que a neutralidade tem de ficar como está. É uma rede. Não há esse negócio de você estar na Rio-Petrópolis e de repente passa um carro com uma lampadinha vermelha, dizendo “Não, eu paguei mais para circular mais rápido”. Isso não pode acontecer nem na ferrovia, a não ser nas emergências. Se vier uma ambulância, é claro que você sai da frente; se vier a necessidade de uma comunicação urgente, é claro que o dono, o proprietário, o titular da rede pode administrar.

Depois, nós há o aspecto – que também é por onde vou parar – da guarda dos registros. Também já foi falada aqui, mas quero, rapidamente, com uma imagem... Procuo sempre imagem; tenho experiência de magistério que me obrigou a criar as imagens comparativas, até porque fui desafiado a ensinar contabilidade para advogado. Então, vocês imaginam, num curso de mestrado, eu tive de fazer esta tarefa, de cumprir esta tarefa: tive de aprender imagem.

Então, na guarda de registros, eu crio a seguinte imagem: é um posto de pedágio, vem um cavaleiro que está transitando com seu caminhãozinho de entrega. No caso, escolho goiabada ou doce de leite, porque é o de que gosto. Então, ele vai entregar uma goiabada ou um doce de leite aos seus clientes, aos seus varejistas no Rio de Janeiro. Sai de Niterói, passa pelo pedágio. O pedágio registrou tudo: registrou a placa dele, o horário em que ele entrou, dimensões do carro, peso. Tudo está registrado ali. Muito bem. Ai ele vai e visita todos os revendedores dele. E esses revendedores, é claro, devem conhecê-lo. Têm o CGC

dele, o INPJ, seja o que for, têm os registros de quando foram visitados... E só o registro daquilo que ele procurou e que expôs ao comprador, ao revendedor. Mas só aquele. E ele vai visitar 10, 15 revendedores.

O que pleiteiam as “telcos”? Dizendo por analogia, pelo fato de o *site* que provê o conteúdo ou a aplicação poder conhecer o seu visitante, o navegador que o acessa – como o Google e o UOL mantêm, como qualquer *site* mantêm e depois até te oferecem serviços com base nessa visita, o que eu acho que não pode ser confundido com o que as empresas titulares de rede pretendem – as “telcos” gostariam de, ao passar a caminhoneteinha, colar um rastreador nela, que se chama Phorm. Ele existe, foi inventando na Inglaterra pelos gênios da informática. É um programa que seria um robzinho digital que vai colado e descobre tudo que você fez na rede, durante a sua peregrinação, na sua navegação.

Esse Phorm, inclusive, chegou a ser adquirido por duas titulares de rede no Brasil, mas consta, e eu acredito, que ele não o utilizem. Mas na Inglaterra, onde ele foi concebido, foi proibido. E isso significaria a quebra total da privacidade. Então, eu acho que esse pleito também é inaceitável.

Portanto, superados esses dois problemas, quanto ao terceiro não há discussão. Todo mundo concorda que é uma maneira de garantir a liberdade de expressão e evitar censura é que não se puna sem a apuração da responsabilidade de quem foi que cometeu o...

Mas isso agora está resolvido, inclusive, no PLS nº 236. O Senado vai ficar com essa incumbência. Eu separei os oito pontos que são considerados delicados na internet. Está tudo regulado agora, inclusive, usando os termos internet. Um dos que mais me impressionou foi o que trata dos crimes de inviolabilidade de correspondência e de segredos, a proteção de dados pessoais no projeto do Senado, que já está com o relatório prévio do Senador Pedro Taques – já estou usando o texto dele.

Está aqui: “Divulgar, sem justa causa, informações privadas ou reservadas assim definidas em lei, contidas ou não em sistema informático de informação ou banco de dados. Prisão de 1 a 4 anos”.

Quer dizer, tudo está aqui. O Senado vai ter agora também o papel de agilizar essa legislação. Quanto aos direitos autorais, está tudo aqui rigorosamente controlado, no caso da internet, citando sempre a rede.

Então, essa discussão não existe, porque todo mundo concorda com isso, mas faltam ainda as sanções. Por isso eu coloquei aqui que proteção de dados pessoais, que o Professor Afonso abordou com rara objetividade, depende de muita coisa, e não só depende da gente.

Os *routers* e os *switches* que estão na rede são na maioria de uma grande fornecedora americana. E a gente sabe que eles vêm com *backdoor*, porta dos fundos – e não tem nada a ver com a porta dos fundos alegre aqui do Brasil. É uma porta dos fundos instalada exatamente para que a NSA possa vir fazer o monitoramento, ler o seu *e-mail*. E temo que também leiam os *e-mails* de trocas de informações industriais, evolução de tecnologia.

Na primeira semana da discussão sobre esse tema, eu vi um grupo de engenheiros que foi entrevistado, dizendo: “Nós não tecnologia para inspecionar se o *device*, se o aparelho que foi importado, certificado pela Anatel, tem ou não porta dos fundos”. Eu digo: então quem tem? O Dr. Jarbas Valente, que virá aqui semana que vem, disse que a Anatel está se preparando para um laboratório dessa qualidade. Bom, tudo bem.

Então, eu vou ficar aqui porque o recado que eu tinha que dar era esse, do meu modo de dar, como intérprete menos técnico da abordagem do assunto.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Agradeço ao Sr. José Francisco, da Abert.

Passo a palavra agora, para sua apresentação, ao Sr. Eduardo Parajo, Presidente do Conselho Consultivo Superior da Associação Brasileira de Internet (Abranet).

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT – RJ) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Pois não, Deputado Alessandro Molon.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT – RJ) – A minha apresentação será após, mas eu peço a licença de V. Exª apenas para, antes da saída do Senador Aloysio...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – É que eu tenho que ir à Comissão de Constituição e Justiça. Vou relatar agora uma matéria. Infelizmente, esta audiência palpitante, interessantíssima, vou ter que deixar para cumprir uma obrigação parlamentar.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT – RJ) – Eu pedi licença a V. Exª apenas para, publicamente, agradecer ao Senador o apoio que ele tem dado ao projeto, o apoio à neutralidade da rede. O apoio de V. Exª é extremamente importante pela trajetória de V. Exª, pela Bancada que V. Exª lidera. Então, quero publicamente agradecer e dizer que será uma alegria ver o marco civil chegar ao Senado o quanto antes e poder contar com V. Exª debatendo a favor desse projeto, que é da sociedade brasileira. Eu queria, antes da sua saída,

agradecer publicamente o apoio que V. Exª tem dado ao projeto. Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu que agradeço, e todos nós agradecemos a qualidade do trabalho de V. Exª na Câmara. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Pois não, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu quero também pedir permissão. Hoje era um dia em que eu estava programado para outras coisas, mas, quando eu soube quem vinha aqui, eu disse “eu tenho que estar lá”, até pelo tema e por uma pergunta que eu gostaria de fazer. Fico encabulado se faço ou não, porque vou ter que sair para uma audiência que eu ajudei a convocar na Comissão de Educação, e a senhora até deve estar querendo ir para lá.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Também.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu não vou poder ficar para ouvir os demais, mas eu vou deixar aqui o tema, não a pergunta, porque, se eu não estou aqui, eu não faço perguntas.

Tem a ver um pouco com o que V. Exª colocou. Eu acho que o Brasil, o mundo, entrou em um processo de guerrilha cibernética. Através do Blackberry, como se falou, do computador, qualquer jovem tem hoje uma trincheira em casa. Ele convoca 500 pessoas facilmente. Mas, se não forem 500, são 50. E 50 fazem um estrago na porta de qualquer hospital, na porta de qualquer delegacia, para soltar uma pessoa, param uma estrada. E nós políticos não estamos preparados para esse tempo. Os instrumentos de que nós dispomos não permitem enfrentar... E a polícia está despreparada também para enfrentar essa guerrilha cibernética.

Então, eu gostaria de refletir sobre isso. Não é nem uma pergunta específica sobre o que fazer. Isso eu não vou nem fazer. O que fazer? Alguém vai dizer: “Censurar”. Aí já não é o caminho. Como é que a gente vai enfrentar um mundo em que cada pessoa tem uma trincheira em casa, sem precisar de partido, sem precisar de sindicato, sem precisar de mídia grande? Ele mobiliza onde quiser, em qualquer raio em que ele estiver, ele põe 50 pessoas na rua para fazer uma manifestação que interrompe o processo social. Eu deixo aqui a reflexão.

Peço licença. Se eu conseguir fugir de lá eu venho, mas é uma audiência com a qual eu tenho tudo a ver, e eu preciso estar lá, está bem?

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito bem, Senador Cristovam, daqui a pouco eu me encontro com o senhor lá na Comissão de Educação.

Eu passo a palavra, então, para o Sr. Eduardo Parajo, da Abranet.

O SR. EDUARDO PARAJO – Obrigado, Presidente. Obrigado pelo convite do Senado para poder participar desta audiência pública. É um prazer estar aqui e poder refletir um pouco mais sobre o marco civil da internet.

Minha apresentação será bastante rápida, mas eu gostaria de colocar alguns pontos que eu acho de extrema importância e consideração, aproveitando esta oportunidade aqui no Senado Federal.

Só lembrando um pouquinho da história, na verdade o marco civil surgiu depois de um projeto de lei que teve origem aqui no Senado, um relatório substitutivo, à época, do Senador Eduardo Azeredo. Na verdade, esse projeto de lei começava criminalizando condutas na internet. E a sociedade, no geral, reuniu-se em torno desse tema, preocupada com a questão da criminalização da internet, e começou a discutir, primeiro, direitos e deveres da internet.

Esse processo foi iniciado dentro do Ministério da Justiça, houve uma ampla consulta pública à sociedade, com mais de 800 contribuições nesse primeiro momento. Depois, o projeto de lei amadureceu, foi encaminhado para a Câmara dos Deputados, onde, além disso, foram feitas mais sete audiências públicas – oito, com a de algumas semanas atrás – e um debate bastante intenso.

É bom lembrar que esse projeto de lei, realmente, teve um debate amplo da sociedade como um todo. Isso é muito importante, porque ele está refletindo bastante do que a sociedade discutiu sobre o projeto.

Falarei um pouquinho da Abranet. A Abranet reúne mais de 300 associados – pequenos, médios e grandes associados –, desde acesso à internet a aplicações e conteúdo. E, desde o princípio, a Abranet e os seus associados participaram ativamente desse processo, com sugestões, com colocações, com ponderações, para que o projeto pudesse chegar ao relatório, com o qual concordamos, do Deputado Molon, que é o último relatório colocado por ele. Acredito que o projeto, em si, está bastante equilibrado.

E temos uma preocupação muito grande, infelizmente, com a demora na Câmara para que isso seja encaminhado para plenário, seja votado e, posteriormente, venha para o Senado. Entendemos que, como o Dr. Francisco colocou bem, o marco civil, na verdade, é a nossa Constituição da internet brasileira.

Outra coisa também bastante importante de comentar é que esse projeto de lei tem sido objeto de várias manifestações da comunidade internacional, surpresa com o desenvolvimento desse projeto, como ele foi construído, como ele foi trabalhado junto à sociedade. E foi – depois o Deputado Molon, com certeza, pode falar um pouco melhor – objeto até de estudos de outros países em cima dessa legislação.

Acredito, e repito isso sempre, que esse é um dos projetos mais avançados que há hoje relacionados à internet. E o Congresso brasileiro não pode perder a oportunidade de dar um bom exemplo ao mundo com essa legislação avançada, que é uma legislação de princípios. Não precisamos entrar em detalhes nesses princípios; cada vez que entrarmos no detalhe, vamos perder para a questão tecnológica. Isso nós debatemos bastante, à época, no projeto do Senador Azeredo, em que eu falava para ele: “Senador, cada vez que detalharmos demais, vão descobrir uma maneira de fazer de outro jeito, e perde-se a eficácia da lei”. Então, por isso, insistimos que é preciso, realmente, haver a questão principiológica.

Um dos principais aspectos que vemos nesse projeto é garantir que não se engesse a inovação e a dinâmica da rede e da tecnologia. O que estamos olhando nesse projeto de lei? Precisamos, hoje, ter uma legislação de princípios – que foi baseada no decálogo do Comitê Gestor da Internet do Brasil –, que não engesse a inovação. E a inovação é o que está buscando, o que está trazendo toda essa revolução que a internet está trazendo para nós. Isso é importantíssimo.

Então, o que entendemos que é o marco civil? Não é um projeto que vai engessar a inovação na internet, que vai coibir a inovação na internet. Por isso, nós o temos, de certa forma, apoiado interinamente.

Algo também importante e que eu sempre disse nessas discussões de leis para a internet é que a internet nunca foi um ambiente imune à lei. Um crime que é cometido no mundo real ou no mundo virtual é um crime e tem que ser punido de acordo com esse crime. Então, a internet nunca foi um ambiente imune às leis, mas princípios norteadores já são bem-vindos para evitar qualquer tipo de conflito.

Outro exemplo prático, que já foi colocado aqui pelos painelistas, no sentido de que não podemos culpar: o banco foi assaltado por criminosos utilizando um carro da marca X. Quem é culpado? Os criminosos ou a companhia que forneceu o carro? São os criminosos. Na internet é a mesma coisa: não pode ser culpada porque alguém está cometendo algum ilícito, porque alguém está denegrindo a imagem de um terceiro, ou porque alguém está fazendo qualquer coisa errada na rede.

Voltando a insistir, o formato principiológico é essencial, precisamos ter um regulamento que sobreviva às questões positivas da inovação e da tecnologia. Quanto mais detalhes colocarmos no projeto de lei, com certeza, ou a tecnologia supera e a lei fica para trás, ou a própria lei vai criar um problema para inovação.

Aí há três pontos. O primeiro talvez é o ponto que está gerando bastante discussão, que é a questão da neutralidade da rede. A internet foi criada em 1969, se não me falha a memória, num projeto do Governo americano de comunicações militares, a princípio; e o principal objetivo da criação da rede era que ela fosse uma rede que, se houvesse qualquer rompimento em determinado ponto, essa rede não parasse de funcionar, tivesse ramificações e continuasse funcionando. Esse foi o princípio da criação da Arpanet, que tem sido preservado até hoje. Na verdade, como o Demi colocou bem na apresentação dele, a internet é feita de milhões de conexões, com milhões de outros que estão conectados a milhões de outros. Se existe um rompimento, um problema em um determinado lugar, esse tráfego começa a ir por outro caminho e, por isso, a internet acaba sobrevivendo e não fica às escuras.

Quando colocarmos a internet numa posição em que uma única empresa detenha a infraestrutura, realmente teremos um problema sério. Se uma única empresa, numa determinada região, for a empresa que detiver a infraestrutura total, se essa empresa tiver um problema, todas as pessoas que estiverem utilizando aquela infraestrutura estarão fora do ar. Esse caso já aconteceu aqui no Brasil, infelizmente, em 2007, no Estado de São Paulo, que passou por uma crise com operadora que tem a maior parte da infraestrutura no Estado e teve um problema técnico que foi se alastrando. Não podemos deixar que a internet fique dependendo de uma única empresa; precisamos que a internet tenha múltiplas empresas. Esse problema foi sério, afetou serviços públicos, milhões de usuários que estavam conectados à rede, por meio daquela empresa, e tudo mais.

E o aspecto da neutralidade da rede, que defendemos e está bem explícito no art. 9º do marco civil, é que esses pacotes não podem ser discriminados, seja em razão comercial, seja em razão política, em razão religiosa, ou qualquer razão que seja. Quer dizer, se eu mandar uma mensagem para o Demi, a minha mensagem não vai chegar de forma diferente, por exemplo, se o Carlos Affonso mandar também a mensagem para o Demi. Pode ser que alguém chegue primeiro ou depois, depende de quem deu *send* primeiro; e é isso que estamos preconizando aqui dentro do marco civil, quer dizer, não pode existir distinção.

A mesma coisa, por exemplo, se aplica a um conteúdo. Se a neutralidade da rede for quebrada e um conteúdo X tiver mais recursos financeiros e pagar para as operadoras para ter prioridade no seu acesso, o conteúdo Y que não tiver esses recursos financeiros para pagar essa discriminação será mais lento.

E aí que vem o grande problema que afeta a inovação, a ideia de, por exemplo, de um YouTube brasileiro, uma inovação brasileira, um Google brasileiro ou qualquer ideia que um pesquisador nosso tiver dentro de uma faculdade não pode ser já breçada por um fator financeiro, econômico. Então esse aspecto que temos que preservar na neutralidade; e esse é o princípio básico da rede: não existe discriminação, qualquer um pode ter uma boa ideia, pode colocar a sua ideia na rede, pode ser um sucesso ou pode ser um fracasso, mas chega para qualquer um, de qualquer jeito e sempre do mesmo jeito, quer dizer, ninguém tem interferência nisso.

A outra questão principal desse projeto de lei é a privacidade. Como todos bem colocaram, o marco civil traz algumas questões da privacidade, mas, evidentemente, que não resolve todos os problemas de privacidade. A gente sabe que, como eu disse no início, o marco civil são princípios – os princípios que vão reger a internet no Brasil. E a ideia do marco civil é querer colocar princípios para a privacidade dos usuários, e não ser detalhista e chegar ao extremo, por exemplo, de falar que dados de brasileiros têm que estar no Brasil, sim ou não.

Acho que essa discussão tem que ser colocada com bastante razoabilidade, com bastante técnica, porque hoje nós temos a questão da nuvem na internet, a nuvem tecnológica. Os dados, às vezes, a gente acha que estão sendo armazenados em determinado lugar, ou eles têm cópias em outros determinados lugares, para evitar qualquer problema que possa surgir na rede.

Então, acho que a gente tem que ter bastante atenção com essa questão, e isso não vai resolver o problema. Deixar o dado aqui ou lá não resolve o nosso problema. Pelo contrário, pode criar mais problemas do que soluções. E isso não quer dizer também que nós vamos estar imunes a problemas de invasão, interceptação, coisas desse tipo.

Por isso, eu volto a insistir, o marco civil traz um norte para a questão da privacidade. Evidentemente, pode haver outro projeto de lei, não conheço o PLS nº 236, que o Dr. Francisco colocou, mas pode haver outro projeto de lei que vá mais a fundo nessa questão.

O último ponto da minha apresentação é com relação à inimizabilidade de redes. Quer dizer, como eu já comentei, não é porque houve um roubo no banco que utilizou um automóvel da empresa X que a em-

presa X, que produziu esse automóvel, vai ser punida, porque aconteceu aquele roubo. Evidentemente, quem cometeu o roubo é que tem que ser punido.

E nós temos que deixar isso muito claro em lei, porque sobre isso hoje há inúmeras – talvez, centenas – decisões judiciais adversas, no Brasil. Ao invés de punir realmente quem cometeu o delito, pune a cadeia como um todo, e isso gera problema de insegurança jurídica para as empresas, gera problema para a continuidade do desenvolvimento da internet brasileira.

Por último, para explicar bem a discussão e o ponto de que a gente está falando aqui, com relação à neutralidade de rede – e por isso a gente defende tanto essa questão no marco civil – eu gostaria de apresentar um vídeo, que foi produzido por um projeto chamado Freenet, que, acredito, que deixa bastante claro o que pode acontecer se a neutralidade de rede for quebrada. E esse aspecto é extremamente importante e relevante, para que a gente reflita sobre as questões, caso a neutralidade de rede seja quebrada, do que vai acontecer para os consumidores, para os internautas brasileiros, na comercialização do serviço.

Você pode passar o vídeo?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. EDUARDO PARAJO – Bom, isso reflete bem o que pode acontecer, caso a neutralidade de rede seja quebrada, e evidentemente o que pode acontecer com todos nós, que somos usuários da internet.

Acho que precisamos de uma internet livre. Temos que preservar a liberdade de expressão na rede, a inovação. Por isso, estamos apoiando bastante o marco civil da internet. Entendemos que ele está realmente com uma legislação avançada e que vai poder suprir todas essas questões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Obrigado, Eduardo Parajo.

Vamos passar a palavra ao Deputado Molon, para fazer sua exposição.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT – RJ) – Obrigado, Senador.

Quero cumprimentar V. Ex^a e falar que para mim é uma alegria estar aqui no Senado, podendo falar desse projeto, que espero que venha para cá rapidamente, para que o Senado possa discuti-lo ainda mais e votá-lo. Espero que a Casa da qual faço parte cumpra logo essa obrigação de votar o projeto e de fazê-lo andar.

Por isso, é alvissareira esta audiência pública, que trata do marco civil. Ela mostra – e eu já considero isso um recado claro para a Câmara – que o Senado quer ter a oportunidade de fazer esse debate também e de contribuir para o aperfeiçoamento desse projeto de lei.

Por isso, acho a mera realização desta audiência pública já cumpre uma função importante, que é dizer para a Câmara que o Senado espera que o projeto ande. E, como Relator do projeto, quero a mesma coisa que o Senado: quero que o projeto ande e que ele possa vir para cá, para o Senado, para que possa ser debatido e aperfeiçoado pelos Senadores.

Fico feliz também de esta audiência pública ser presidida por V. Ex^a, que é uma pessoa que se dedica a esse tema e a essa área há tantos anos. Tenho agora a oportunidade, o privilégio, a honra de relatar um projeto de autoria de V. Ex^a na CCJ da Câmara...

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Que é de 1999.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT – RJ) – Que é de 1999. Talvez tenha sido até de iniciativa popular, antes até de V. Ex^a ser Parlamentar. V. Ex^a talvez nem fosse Parlamentar nessa época ainda.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Não, já era Parlamentar.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT – RJ) – Já era Parlamentar.

V. Ex^a apresentou esse projeto ainda quando Deputado Federal e trata da obrigação de o Poder Público usar *software* aberto, livre. Acho que essa é uma das respostas que o País pode dar a essa questão até mesmo da espionagem. Acho que é uma resposta que V. Ex^a anteviu, há 14 anos, muito antes de o Snowden contar o que sabe.

Então, o fato de V. Ex^a estar presidindo é um prazer.

Também quero falar da minha alegria de estar aqui, fazendo parte desta Mesa, com tantas pessoas com as quais já pude aprender tanto, todos os membros desta Mesa. Quero cumprimentar todos pela exposição. Peço desculpas ao Demi e à Veridiana, cujas exposições não pude acompanhar. Perdi a do Demi e ouvi apenas uma parte da exposição da Veridiana; os outros três eu tive o privilégio de ouvir.

Quero também falar da minha alegria pelos Senadores que passaram por esta Comissão, aqui, hoje, por esta audiência pública: a Senadora Angela Portela, que presidiu até há pouco os trabalhos; o Senador Lobão Filho; o Senador Aloysio Nunes Ferreira, a quem já agradeço o interesse; o Senador Vital do Rêgo; o Senador Cristovam Buarque; o Senador Rodrigo Rollemberg, entre outros. Isso mostra já uma quantidade expressiva de Senadores, acompanhando este debate, quer dizer, praticamente 10% do Senado passaram por aqui hoje, nesta manhã.

Infelizmente, as nossas Casas Legislativas, tanto Câmara quanto Senado, desenvolvem uma série de atividades ao mesmo tempo. Eu sei como é isso. Nes-

te momento, a CCJ, Comissão da qual sou membro titular, está se reunindo. Já recebi uns dez torpedos aqui, pedindo que eu vá para lá. Então, infelizmente, as coisas acontecem ao mesmo tempo, mas aqueles que passaram por aqui mostram o interesse que esta Casa já tem pelo marco civil.

Vou rapidamente passar por minha apresentação para falar um pouco do projeto. Mas muito já foi dito e eu queria procurar complementar as informações que já foram dadas aqui.

Esse projeto é de 2011, é um projeto de autoria do Poder Executivo, mas, Senador, como talvez o senhor saiba, ele recebeu esse nome de marco civil um pouco por sua história. Ele é um projeto filho da sociedade civil organizada brasileira. Isso porque, em 2009 – 1999 é o ano de autoria do projeto de V. Ex^a, eu já ia misturando as datas –, o então Presidente Lula foi ao Fórum Internacional de Software Livre, em Porto Alegre quando ouviu da sociedade brasileira a reclamação de que ela não queria que a primeira palavra do Congresso Nacional fosse um projeto de lei que criminalizava uma série de condutas na rede, um projeto que olhava para a internet pela ótica do Direito Penal, um olhar de desconfiança da rede. E a sociedade disse: “Nós não queremos isso, nós queremos um projeto que proteja os direitos da sociedade brasileira.” O Presidente Lula determinou ao então ministro da Justiça, Tarso Genro, que constituísse um grupo de trabalho para formular um anteprojeto de lei. E o Ministério da Justiça fez isso com a ajuda da Fundação Getúlio Vargas, com o Centro de Tecnologia e Sociedade, que conta com uma série de ilustres representantes. Um dos principais representantes que contribuiu muito para a confecção desse projeto foi o Carlos Affonso, que participou da nossa audiência pública. Quero aproveitar e reiterar meus agradecimentos a ele por todo trabalho feito para que a gente chegasse aqui hoje.

O marco civil, depois de formulado como anteprojeto, foi colocado em consulta pública. Senador, é um dos motivos de orgulho que devemos ter como brasileiros é que esse projeto vai ser um referência não apenas para a internet brasileira, como também para a internet em outros países, como para o processo legislativo brasileiro e de outros países. Ele foi amplamente debatido como anteprojeto, colocado numa plataforma para consulta pública, criada especialmente para ele, uma plataforma colaborativa que recebeu 2,3 mil contribuições. Não houve nessa Legislatura, na Câmara dos Deputados, nenhum projeto que tenha recebido tantas emendas, nem os mais polêmicos, como, por exemplo, o Código Florestal, que recebeu menos emendas do que as 2,3 mil contribuições. O projeto foi alterado depois dessa consulta pública e do debate público e

aí foi enviado ao Congresso Nacional. Ao chegar à Câmara, foi constituída uma comissão especial, da qual eu sou Relator. Por essa razão é que estou aqui hoje falando do projeto.

Nós reabrimos o debate, fizemos sete audiências públicas e seminários em Porto Alegre, Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Salvador, cidade capital do Estado de V. Ex^a, em quatro regiões do País; ouvimos 62 palestrantes de todos os segmentos envolvidos nesse debate: imprensa, sociedade civil organizada, órgãos de defesa do consumidor, acadêmicos, pesquisadores, CGI, NIC.br, Abranet, Abert, SindiTelebrasil, alguns representantes dos mais diversos setores envolvidos, representantes de órgãos governamentais, enfim, todos, e colocamos o projeto em consulta pública, no e-Democracia, que é o portal de participação e transparência da Câmara dos Deputados.

Esses aí são os que participaram das nossas audiências públicas. Não vou ler os nomes, mas apenas para citar essa é a primeira transparência; essa, a segunda; essa, a terceira; essa, a quarta; essa, a quinta; essa, a sexta e essa a sétima, só para mostrar a quantidade de gente que foi ouvida nesse debate.

Depois, o projeto também foi colocado em nova consulta pública no e-Democracia, onde recebeu 45 mil visitas, 140 novas propostas. Claro que um número menor, porque das 2,3 mil boa parte era repetida, boa parte foi aproveitada, então, recebemos menos emendas e 2,215 mil comentários.

Só para citar alguns exemplos, o Manuel Castells, que é um pensador conhecido, que discute a sociedade em rede, está criando um partido na Espanha chamado Partido Del Futuro. Na página desse partido o marco civil da internet aparece como exemplo de processo legislativo que usa a rede para isso. Só para citar aqui essa forma colaborativa de construção de um projeto já é referência até para outros países.

Quais são os principais pontos do projeto? Ele trata de liberdade de expressão, neutralidade da rede, privacidade, guarda de registro e responsabilidade civil de terceiros, como nós já vimos na apresentação do Chico – didática como convém a um bom professor; o Chico nós deu aí uma aula sobre o marco civil.

Ele tem regras gerais; é um projeto que trata de regras gerais. Ele não é um projeto que tem por objetivo tecer minúcias de tudo que diga respeito à internet – seria uma bobagem pensar isso. Ele é um projeto que trata de regras gerais, uma espécie de constituição da internet, uma espécie de lei maior, de lei guarda-chuva da internet, que vai, de alguma maneira, orientar as próximas legislações sobre o tema. E ele não trata de uma série de coisas. Ele não trata, por exemplo, de cibercrimes. Então, ele é um marco civil; ele não é um

marco penal. Ele não trata de crimes na internet. Ele não trata de direitos autorais; ele deixa esse debate sobre direitos autorais para a reforma da lei de direitos autorais – essa é a nossa intenção. E ele também não trata de dados pessoais em geral; ele trata da proteção de dados pessoais no âmbito da internet. Ele quer, Senador Aloysio, que preside os nossos trabalhos, que a internet continue sendo aquilo que ela é.

Há pouco tempo, nós tivemos o privilégio de receber a visita do Tim Berners-Lee, que é um físico britânico, conhecido como o pai da internet – talvez um dos que mais contribuíram para que a internet seja o que é hoje. Recentemente, numa entrevista, perguntaram a ele: “Por que a internet, que foi criada sem lei, precisa agora de uma lei?” Ele disse: “A internet precisa de lei para proteger as suas características essenciais”. Então, nós precisamos de lei, sim, para que a internet possa continuar sendo o que ela vem sendo até aqui, porque práticas do mercado, como as que foram apresentadas aqui, colocam em risco esse futuro da internet.

Então, o marco civil se propõe a garantir que a internet continue sendo uma rede aberta, democrática, descentralizada, livre de barreiras e aberta à inovação.

Esse é o artigo que trata da neutralidade da rede. O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço terminal ou aplicativo. Quer dizer, é uma regra que garante esse funcionamento democrático da internet, sem permitir qualquer controle por qualquer empresa, por qualquer governo, por qualquer orientação religiosa, política, seja lá o que for.

Aqui, as duas únicas exceções, porque não é possível uma neutralidade absoluta – vou citar alguns exemplos depois. Essas exceções estão extremamente limitadas; são requisitos técnicos indispensáveis à prestação adequada dos serviços e aplicações – que eu vou explicar a seguir –, e priorização a serviço de emergência.

Esses requisitos técnicos indispensáveis à prestação adequada dos serviços e aplicações é, por exemplo, a priorização do *streaming*, que é uma transmissão *on-line*, ao vivo, em relação ao *e-mail*. Então, para quem está mandando ou recebendo *e-mail*, se receber esse *e-mail* com dois ou três segundos de atraso, não vai fazer diferença. Mas, para quem está acompanhando uma transmissão ao vivo, se, a cada três segundos, ela for interrompida por cinco segundos, ela fica inviabilizada. Quer dizer, o foco aqui dessa priorização está no internauta e não na empresa que presta o serviço; é por um tipo de serviço que interessa ao internauta continuar recebendo, com a devida qualidade.

A voz sobre IP; um exemplo disso é o Skype, mas poderia citar qualquer outro serviço. Se a gente vai usar um serviço de voz sobre IP e, a cada cinco segundos, ele é interrompido por cinco segundos, rapidamente, você desliga aquela ligação e a faz por um telefone comum, porque você não consegue conversar com alguém se, a cada frase que você diz, você demora um bom tempo para ouvir a resposta. Isso inviabiliza a comunicação.

Então, esse aqui é um exemplo desses requisitos técnicos indispensáveis à prestação adequada dos serviços. O foco aqui é o interesse, o direito do internauta.

Outro exemplo, outra exceção é aquela priorização de serviços de emergência...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB -SP) – Permita-me.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT – RJ) – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB -SP) – Perdoe-me, mas essa expressão “requisitos técnicos” poderia, eventualmente, ser interpretada de maneira muito elástica. Eu me pergunto se não é o caso de se recorrer a uma técnica de elaboração legislativa que é uma enumeração não exaustiva, ou seja, onde se diga “requisitos tais como”. Desse modo, na regulamentação, ficariam circunscritos realmente esses requisitos técnicos a algo que o legislador quis efetivamente estabelecer sob a expressão “requisitos técnicos”.

Fica aqui apenas uma sugestão.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT – RJ) – Muito obrigado, Senador. Eu quero agradecer a sugestão de V. Ex^a. Evidentemente, nós vamos analisar com todo o cuidado. Nós tomamos o cuidado... Talvez seja, de fato, uma boa sugestão para ser incluída. Contudo, apenas para explicar, nós tomamos o cuidado de não avançar nessa descrição pelas características do projeto e da matéria por ele tratada, que é tecnologia. Mas, como o senhor já disse, uma descrição não exaustiva, quer dizer, aberta, exemplificativa, pode ser um ótimo acréscimo, visto que isso, de alguma maneira, orientaria o espírito do decreto. Pode ser uma ótima sugestão.

E, como dizia, sobre a priorização a serviços de emergência, nós poderíamos citar um aqui. Já começamos a ver no País, só para citar um exemplo, cirurgias médicas feitas pela internet, com transmissão de dados *on-line* ou realizadas com auxílio ou com a participação de pessoas que estão em outros lugares. Esse pode ser um eventual serviço de emergência que deve ser priorizado com vistas à proteção desse bem maior que é a vida. Outro exemplo disso é a transmissão de declarações de Imposto de Renda nas duas últimas horas antes do fim do prazo. Faz sentido priorizar o envio

dessas declarações em detrimento de outros envios, com foco no contribuinte, para evitar que o contribuinte, pelo congestionamento da rede, seja multado? Porque há uma multa para aqueles que não entregam a declaração no prazo devido. Quer dizer: o foco aqui é o interesse público, não é o interesse privado, particular ou comercial. Isso apenas para citar alguns exemplos do que imaginamos depois de ouvir os especialistas que estão aqui nesta mesa.

Depois colocamos, aqui, uma regra para limitar essas hipóteses de exceção, deixando claro que elas não podem causar prejuízo aos usuários, têm que respeitar a livre concorrência, têm que ser informadas de forma clara, transparente e suficientemente descritiva, e absterem-se de praticar condutas anticoncorrenciais.

Aqui, a regra da proibição do bloqueio do monitoramento, da filtragem, da análise ou da fiscalização do conteúdo de pacotes.

Aqui, a regra da liberdade de expressão. E há aí, Senador, mais um motivo de orgulho para o nosso País. Eu, em fevereiro deste ano, participei de um seminário na Inglaterra, realizado por uma agência do Ministério das Relações Exteriores britânico, sobre liberdade de expressão na rede. E eu fui chamado para participar desse seminário, que contou com a presença de representantes de 24 países de todos os continentes, para falar do marco civil da internet, que, mesmo sendo um projeto de lei, já é referência nessa área de liberdade de expressão. Ou seja, é uma coisa boa para o nosso País se tornar uma referência positiva nesse sentido também.

Aqui, a regra da liberdade de expressão.

E eu queria terminar também falando dessa questão da privacidade, que foi apresentada também por vários dos que me antecederam. Qual é a importância dessa proteção da privacidade? Nós estamos chegando a um ponto em que a tecnologia permite um controle tal que, se não houver regras que protejam o cidadão, o indivíduo, o controle sobre a sua vida será absoluto, será total.

Já apresentou a Veridiana aqui, salvo engano, a questão de que, se ao provedor de conexão é permitido guardar a nossa navegação – e isso, Senador, já foi feito recentemente no Brasil –, tudo aquilo que nós clicamos, recebemos, enviamos, acessamos, baixamos fica gravado. Isso é um perigo muito grande, porque seria como se nós autorizássemos que as empresas telefônicas gravassem todas as ligações telefônicas para um eventual uso em caso de necessidade. Quer dizer, é evidente que o grampo telefônico pode e deve ser feito quando houver ordem judicial, mas a regra é a privacidade. Esse é o espírito do marco civil da Internet. A regra é a privacidade. A exceção é a ordem judicial

que autoriza o grampo, sempre que houver qualquer fundada suspeita sobre conduta ilícita.

Então, essa proteção à privacidade parece-me também ser algo muito importante para proteger a cidadania brasileira, o cidadão brasileiro de qualquer uso indevido das informações a seu respeito, seja por governos, seja por empresas. Quer dizer, a questão é proteger o cidadão de qualquer prática que o ameace.

Por fim, com o marco civil da internet, nós queremos que a internet continue sendo aberta, democrática, descentralizada, livre de barreiras, propensa à livre concorrência, à inovação, ao progresso e à evolução da sociedade.

O Carlos Affonso citou uma frase do Obama, mostrando como é importante que a internet tenha regras que permitam o surgimento de novos empreendimentos. Nós precisamos criar no Brasil um ambiente de segurança jurídica que permita o surgimento de uma rede social brasileira, de uma iniciativa qualquer brasileira, que talvez não tenha sido criada ainda por falta de segurança jurídica. Então, isso também serve para os empreendimentos, para a iniciativa privada, para o empreendedorismo. O marco civil tem esse espírito também, de garantir um ambiente de segurança para que isso se desenvolva.

Eu termino, pedindo ajuda aqui aos Senadores para que, no exercício dos seus mandatos, peçam à Câmara que vote logo o marco civil. O Senador Aloysio fez aqui um apelo nesse sentido, e eu quero, Senador, reforçar o pedido de V. Ex^a, como também o pedido do Senador Walter Pinheiro, que vem, há muito tempo também, se interessando por isso, perguntando-me sobre o tema, ansioso por trazer esse debate para o Senado.

Muitas matérias são votadas na Câmara e no Senado sem consenso. É claro que, sempre que seja possível o consenso, trabalha-se por ele. Mas nem sempre ele é possível; quer dizer, o dissenso também é uma realidade das casas legislativas. Se a Câmara esperar que o tema tenha consenso, que todos sejam a favor do projeto, ele jamais será votado, porque sempre haverá uma regra aqui ou ali que não será aceita por todos! E, quando não há consenso possível, a regra é o voto, e aí o Congresso terá de escolher, Senador, de que lado fica. Se fica do lado do internauta, dos cem milhões de internautas, da liberdade de expressão, da livre iniciativa, da proteção à privacidade, da neutralidade, ou se vai, de alguma maneira, ceder a interesses legítimos de empresas que atuam no setor, mas, nesse sentido, contrários ao que a população quer.

Então, nós vamos ter de decidir se vamos ficar do lado do internauta ou de um único setor econômico que é o setor que resiste ainda à aprovação do projeto, porque, como se viu nesta Mesa, todos os demais se-

tores apoiam o projeto: da academia à imprensa; dos órgãos de defesa do consumidor a órgãos do Governo; partidos os mais distintos. Este não é um projeto de um partido ou de um governo: é um projeto da sociedade brasileira, foi filho da sociedade brasileira, a sociedade brasileira o exigiu, e é ela que vai fazê-lo ser aprovado no Congresso Nacional.

Essa é a minha esperança, e, tenho certeza, com os Senadores aqui presentes, com a qualidade dos mandatos que nós temos aqui, com a liderança que ambos têm nos seus partidos, partidos extremamente importantes, ambos os partidos, nós vamos conseguir aprovar, e o Senado vai fazer a Câmara cumprir o seu dever o quanto antes, aprovando o marco civil, permitindo ao Senado que o discuta e o aperfeiçoe, porque eu tenho certeza de que ele vai ser aperfeiçoado aqui no Senado também.

Muito obrigado. Obrigado a todos pela atenção e pelo convite tão honroso para fazer parte desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Muito obrigado, Deputado Molon. V. Ex^a é sempre bem-vindo, e, seguramente, depois de aprovado o projeto na Câmara, será sempre uma voz ouvida com muita atenção por todos nós, Senadores, quando o projeto estiver tramitando aqui, o quanto antes.

Nós temos várias perguntas feitas por internautas, que já distribuí para os nossos convidados, para que possam, em seguida, começar a respondê-las. Já passo aqui para o Deputado Molon uma que chegou para ele, e vamos ouvir agora o Senador Walter Pinheiro, que tem autoridade inequívoca sobre o tema, e sobre vários outros também.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Eu sou meio jurássico, como diria meu companheiro Chico, mas eu acho que essa coisa aí, Chico... Uma das reclamações que eu tenho feito aqui é sobre o uso das ferramentas. Neste novo tempo, por exemplo, em vez de apresentar na velha lousa, como diz você, eu poderia compartilhar aqui a tela do meu *notebook* com o computador, e vocês poderiam acompanhar. Aliás, isso é perfeitamente possível; só não é aplicável na Casa, em que estamos falando de alta tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Mas a Casa já superou há muito tempo a época do par trançado. Nós já estamos...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Não, eu acho que aqui ainda continua pior. Continua ainda na época do magneto, o que eu lamento, entendeu? E até, Aloysio, por duas proezas. Uma porque meu pai foi ferroviário, e outra porque eu

fui aluno de um professor, inclusive o pai de Raul Seixas. O Raul pai foi meu professor de eletrônica. Ele era um engenheiro da Leste Brasileira. Então, eu terminei aprendendo a operar o telégrafo. Eu sei, efetivamente, me comunicar via telégrafo. Aprendi com esses dois professores. Meu pai, porque usava isso no trem; e o professor Raul, porque ele brincava muito conosco. Naquele tempo não se usava...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – E comigo V. Ex^a se comunica por telepatia, na maioria dos assuntos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – E esse é um dos problemas. Eu fiz questão de citar o negócio de 1999, Molon – acho que o Aloysio não estava aqui na hora –, em relação ao projeto, porque vários temas eu puxei em 1997, 1998 e 1999, nesta Casa, portanto, no Congresso Nacional, e fui acusado, por diversas vezes, uma hora, de louco, outra hora, de sonhador.

Um dos temas foi este: a provocação em 1999 foi para abrimos o debate no Brasil sobre o uso de sistemas com código-fonte aberto. Eu tive a proeza de ser o primeiro sujeito no Brasil. E usei o Legislativo como ferramenta para provocar. Incentivei, na época, todos os deputados estaduais que eu pude, nas 27 unidades da Federação, inclusive no Distrito Federal. Fiz cópias do projeto e dei a um deputado estadual para apresentar em cada Assembleia Legislativa. Depois fiz isso nas capitais. Nas 26 capitais, peguei um vereador e pedi que apresentasse o projeto.

A ideia não era aprovar o projeto; a ideia era fazer o debate. Porque eu sabia que não iam aprovar. Isso foi em 1999, e o Congresso Nacional não aprovou ainda. Mas era para provocar isso. Aliás, Recife e Campinas, se não me falha a memória, foram as duas cidades que introduziram a política de utilização de *software* com código-fonte aberto. Naquela época, todo mundo dizia que era uma loucura.

Eu até me lembro de um debate, Senador Aloysio, de que participei na Bahia, promovido pela nossa empresa de processamento de dados, o Prodeb, em que havia empresas constituídas para rodar folha de pagamento. Essa mentalidade não cabe mais. Você ainda encontra, em algumas cidades de alguns Estados, alguém utilizando Cobol para rodar folha de pagamento. Parece mentira, mas é verdade. Eu fui para esse debate e alguém me disse: “Pinheiro, pegue leve com tal empresa porque ela está patrocinando o debate”. Eu disse: “Mas eu não estou atacando ninguém; eu estou defendendo o *software* com código-fonte aberto”. Eu nem citei o nome da empresa. Nunca citei. Depois, para a minha alegria, os grandes do mundo nessa área de produção de *software* migraram, e migraram

de forma ostensiva. Inclusive, nada mais era do que a continuidade do Unix a questão do código-fonte aberto.

Então, eu sou desse tempo. Um rapaz de 19 anos, que entrou no Sistema Telebrás e trabalhava no centro de televisão da Embratel, em 1979. Depois, migrei para a Telebahia, para trabalhar no grupo de sistema, na central de manutenção.

Portanto, esse foi o primeiro debate que provocamos. No segundo, em que fui tachado de louco, eu dizia o seguinte: “Os provedores de internet no Brasil vão quebrar, vão desaparecer!”. Em 1997 ocorreu esse debate, numa comissão que tinha inclusive a presença do ex-Ministro, ex-Governador de Estado e ex-Embaixador Roberto Campos. E, todo domingo, eu lia o seu artigo lá na *Folha*, do seu livro *A Lanterna na Popa*, para saber o que ele pensava e combatê-lo na quarta-feira nas reuniões da Comissão de Ciência e Tecnologia. Fazia isso todo domingo, Aloysio.

Então, não era um debate de apocalipse, de que vai acabar porque vai acabar. Não era uma visão de apocalipse. Era exatamente a mudança nas regras, naquela época, daquela internet. Eu convivi com centenas de provedores. Naquele período, Senador Aloysio, as empresas do Sistema Telebrás não podiam ser provedores de internet. E qual era o conceito com que se trabalhava? Qual era o conceito que se trabalhava? Quem era dono do meio não podia prover para poder efetivamente criar competitividade. Esse foi o conceito introduzido naquela época, para o sujeito não dar o tom.

Hoje, quem controla, quem é dono do meio é, ao mesmo tempo, produtor do conteúdo e provedor de internet. Como é que um provedor pequeno de internet vai competir com quem é dono da infraestrutura, sem ter *unbundling* ou, na linguagem mais direta, compartilhamento de infraestrutura? No nosso setor, há essa sutileza de usar um bocado de palavrão e não dialogar na linguagem de cada povo.

É por isso que o chinês, como você citou... Eu fui a uma reunião com o Presidente da China Mobile, no congresso em Barcelona – Mobile World Congress –, e ele fez a sua exposição toda em chinês, Aloysio. Um ministro do Paquistão, equivalente ao ministro de comunicações, disse para ele: “Eu queria abordá-lo, mas tenho a impressão de que tradutora pode ter se atrapalhado. Então, eu queria pedir para você responder em inglês, porque eu não entendi a resposta da tradutora.” O Presidente da China Mobile voltou a falar em chinês e disse: “Ainda bem que foi pelo erro da tradutora, porque, se eu falasse em inglês e você entendesse errado, era eu que ia pagar o pato e, de preferência, laqueado. Então, continuo falando em chinês.” Então, a China faz isso.

Esse tipo de jogo no controle da língua, da produção de conteúdo dos meios não é um negócio qualquer, Aloysio. Isso é barreira, isso é impeditivo.

Essa foi uma das bandeiras que eu levantei. Naquela época, inclusive, havia na Bahia uma dezena de provedores de internet, uma dezena. Depois, um dos meus filhos, o meu filho mais velho, foi trabalhar em um grande provedor. O meu filho é *web designer*, trabalha em criação nessa área. E esse provedor comprou diversos provedores em tudo quanto foi cidade brasileira, mas, depois, tudo isso quebrou. Hoje, na Bahia – está lá de forma desafiadora –, está-se fazendo Internet no cipó. Na cidade de Cipó há um provedorzinho de internet, administrado por um cidadão e sua mulher, na base do cipó – é fio trançado mesmo, é no cipó. Ele sobe, vai, liga e tal. Então, esse tipo de coisa não gerou nem competitividade, nem oferta, nem negócios.

No marco civil da internet, Molon, além da questão de segurança, privacidade, universalidade e liberdade, há uma expectativa de negócios num setor que gerou, no ano passado, mais de R\$170 bilhões, envolvendo teles com Internet. O que se processa hoje na rede não é conversação nem ICMS mais; são dados.

Então, há necessidade por maior banda; há exigência por esse serviço em outra escala, exatamente para atender à necessidade desse novo tempo. Quando um menino quer baixar filme, entra a história da nova tecnologia. Não é à toa, Chico, que o pessoal está não só com as Femtocells, como também com as próprias ERBs (Estações Base Rádio), fazendo uma otimização do uso de infraestrutura. Uma ERB nossa, Aloysio, carrega 4 mil usuários, quando deveria carregar no máximo 1,5 mil, 2 mil. Portanto, o que as pessoas fazem para otimizar? Se o Sr. Aloysio é um sujeito que baixa muito filme, tira-se o Sr. Aloysio, porque ele está ofendendo...

Isso é quebra de contrato, isso é invasão de privacidade, isso é exclusão do direito ao acesso. Então, esse é um conceito preliminar.

Eu ouvi parte da exposição da Dr^a Veridiana, mas vamos lá. O art. 43 do Código de Defesa do Consumidor trata exatamente dos cadastros. Está escrito, eu não preciso reescrever. Está correto o que você disse. O que acontece de crime... Eu posso até dizer: “Nós precisamos fazer lei, lei, lei.” Aloysio, eu conheço coisa correlata que eu posso aplicar. Se o sujeito fizer pela rede uma trama... Por exemplo, no caso de homofobia, o sujeito entra na rede, trama para pegar alguém e pode praticar, inclusive, um ato de violência contra a vida. Isso é crime. A legislação é clara. Eu não preciso de uma lei de internet para coibir o crime de homofobia. Eu tenho que pegar a lei que já existe e aplicá-la

no caso desse sujeito. “Cadeia nele!” Portanto, existem todos os mecanismos.

Há pessoas que guardam o cadastro de outras para fazer, com todo o respeito, a malandragem de vender os dados. Por que o cadastro guardado não pode servir para se aplicar uma pena dura e descobrir quem praticou o crime na internet? Que história é essa?

Portanto, esses elementos são fundamentais.

A terceira coisa pela qual fui chamado de louco em 1999 e também em 2000 foi quando denunciei, pela primeira vez, a espionagem americana. Essa espionagem que agora é fruto de CPI, é fruto de problema no mundo inteiro, está registrada nos *Anais* da Câmara. Portanto, não é fala minha, está lá meu requerimento. Quando eu denunciei a base de espionagem Echelon, quando denunciei o acordo Ucuca (Urdu Council of USA), o Reino Unido e os Estados Unidos fizeram acordo para fazer espionagem no ano 2000. No ano 2000 eu fiz essa denúncia e pedi inclusive os dados ao parlamento europeu, ao parlamento americano, à União Internacional de Telecomunicações. E fiz isso na Câmara dos Deputados no ano 2000. E houve um jornalista que disse que eu estava na odisséia no espaço, que era 2001. E, agora, tiveram que fazer matéria dizendo que o que falávamos lá atrás é pura realidade.

Essas coisas foram acontecendo sem que tivéssemos um posicionamento, Aloysio, de forma mais contundente, do ponto de vista da proteção do cidadão. Eu fui, por diversas vezes, até indicado pelo seu colega Pedro Parente, que era da Casa Civil do governo Fernando Henrique, representando o governo Fernando Henrique, mesmo sendo líder da oposição – portanto não havia nenhuma incompatibilidade nisso –, participar dos fóruns da OMC, das negociações na UIT (União Internacional de Telecomunicações), por diversas vezes indicado pelo Governo brasileiro e, inclusive, com o Ministério das Relações Exteriores. Eu fui para um fórum da OMC onde fiquei completamente estarecido. Ao hoje Embaixador Paulo Mesquita, na época, eu dizia assim: “Paulo, só estamos eu e você aqui nesse negócio”.

Então, todo o debate, um debate literalmente de atividade econômica, centrado, já naquela época – e estou falando de 1999, 2000, 2001 –, na utilização dessa estrutura. E hoje estamos debatendo aqui o comércio eletrônico, que arrecada 25 bilhões. E todo processamento disso no mundo acontece, hoje, por exemplo, Senador Aloysio, na cidade de Miami. Eu vou todo ano a um encontro em Miami sobre a América Latina. Sabe por quê? Porque é em Miami que as coisas convergem. Então, vai para o faturamento, vai para o tráfico internacional, vai para todo tipo de transação usando rede mundial.

Em dezembro próximo passado, eu participei do fórum mundial da UIT que tratou exatamente desse tema. O Brasil foi citado e o marco civil também, apesar de não ter sido aprovado, Molon. A nossa delegação brasileira devia ter 10, 15, 20 pessoas; a delegação americana tinha 140. Eu fui para uma reunião com o Ministro Paulo Bernardo e João Rezende com o representante dos Estados Unidos, um velho conhecido meu de reunião internacional, e em provocação eu disse a ele: “Diga ao Ministro Paulo Bernardo qual o ministério que o senhor representa nos Estados Unidos”. Ele deu risada, porque já me conhece de diversas reuniões. Ele é do Ministério da Defesa, Molon. Quem representa os Estados Unidos nessas reuniões é o Ministério da Defesa, mais a Marinha, mais não sei quem, mas não sei quem, e lá no fundo aparece alguém da FCC.

Então, esse debate é exatamente com esse caráter; é estratégico. Não estou dizendo que Paulo Bernardo tem de ficar fora desse debate, mas esse é um debate que tem de ser feito pela Nação. Esse é um debate de nação. Os nossos interesses, não só para proteção do nosso cidadão como para proteção da nossa nação.

E não é a cabeça de proteção... Não estou propondo tramela, eu falei aqui brincando para o Senador Aloysio. Eu estive na China, Senador Aloysio, para discutir esse tema, por diversas vezes, a China Mobile, de que eu falei aqui, tem quase 600 milhões de usuários. Se somar com a Unicon e com a outra agora vai para quase 1 bilhão. São 800 milhões de usuários de celulares. E essa droga aqui hoje, isso que estou fazendo aqui, onde estou passando... A minha vida hoje eu toco só com isso aqui; eu não uso mais *laptop*. Uso isso aqui, acabou.

Então, você imagina na China, a pessoa da China Mobile me dizia assim, na época eu era deputado: “Deputado, o senhor imagine aqui um minuto de SMS; imagine 400 milhões de pessoas com um minuto de SMS, um minuto”. Aí vamos ver o *roaming* internacional, o nosso é o mais caro do mundo.

A relação dessa coisa com a Comunidade Europeia, inclusive, é um bom debate para a gente fazer. A Comunidade Europeia discutiu duas coisas: a teve sem fronteiras e essa questão do *roaming* internacional.

Quero chamar a atenção para o quarto ponto. Nós fizemos um grande debate sobre a questão do audiovisual brasileiro, a produção cultural e essa área, conduzido, na Câmara, na relatoria, pelo companheiro Jorge Bittar. Depois, tive, eu diria, o privilégio de ser Relator, até porque eu era autor de projeto na Câmara. Então, eu podia ser Relator do projeto, quando ele veio de lá para cá, o Projeto 332, que fiz com o Paulo Teixeira e que resultou, aqui, na Lei do Audiovisual Brasileiro.

Esse foi um dos temas. Nós começamos também com esse mesmo atrito, Aloysio, entre as operadoras e os radiodifusores. E eles diziam: “É uma bobagem, vamos ajustar. Nós podemos fazer uma legislação, de modo que possa conviver isso, e tratar, exatamente, da prioridade.” A prioridade é a gente acessar.

O quinto ponto que quero chamar a atenção é exatamente – eu não fiquei na contramão, me botaram na contramão – este do debate sobre TV digital brasileira. Eu fui a única voz discordante em relação àquela questão do padrão. “Ah! Mas tem que pegar o padrão japonês.” Eu disse: a discussão do padrão japonês é uma discussão meramente de escala e de economia. Mas vamos ver se isso vai nos dar escala e economia, efetivamente? Vamos tentar entender?

Senador Aloysio, quero parabenizar o Deputado Miro Teixeira, à época Ministro das Comunicações, que acatou a proposta nossa de botar ali 70 milhões – e aí eu vou chamar de mil réis, de mel coado, porque a pesquisa no mundo, nessa área, consumiu US\$1 bilhão. Nós fizemos com 70. E um pesquisador da Universidade do Rio de Janeiro, o nosso companheiro Luiz Francisco, foi quem conduziu, pilotou. A PUC-Rio foi a grande, eu diria, condutora de um processo em que nós mobilizamos mais de 30 universidades para conseguir produzir um *software* que tem o nome de Ginga. Quando foi oficializado no mundo inteiro, eu não vi nenhuma emissora de TV, não vi ninguém fazer a propaganda desse grande intento brasileiro. É hoje o *software* que dialoga com os padrões japonês, americano, europeu, chinês. Portanto, reconhecido no mundo, oficializado, inclusive, pela própria OIT, entendendo a capacidade de fazer essa conexão. Então, nós estamos discutindo temas que pegam exatamente nessa regra do marco civil.

Quero dizer aqui que nós estamos tratando de liberdade – é isso que estamos querendo discutir – e privacidade de direitos humanos. Eu estou tratando de governança. Não tem como não entender isso. E governança tem que ser democrática e, de preferência, colaborativa. É fundamental. Eu estou tratando da universalização, ou da universalidade, como alguém queira chamar. Acho que é importante ter isso claro, para a gente entender exatamente a diversidade, que é outro marco fundamental da nossa Nação. Então, um marco civil não pode perder isso.

Este é o País da diversidade. Assim como eu falei da queda dos provedores de internet, que agora estão se reerguendo, eu preciso também promover a capacidade de produção cultural, aproveitar essa diversidade, aproveitar todo tipo. Por que isso não pode transitar? Por que isso não pode, Senador Aloysio? É aquilo que a gente conversava, sobre a nova mídia. Eu

não vou produzir um filme de uma hora e meia para o sujeito ver numa tela. Eu não consigo assistir ao meu Bahia. Eu gosto muito do Bahia. O Bahia anda mal das pernas, aqui, ali e acolá e tal, mas eu não assisto a um jogo 90 minutos num celular. Não tenho paciência. Mas vejo os gols. Então, é uma mídia produzida exatamente para um tipo de equipamento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – O tamanho do futebol que o Corinthians apresenta, que é o meu time, já dá para ver no celular hoje, infelizmente. (*Risos.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – É isso. Então, isso vai nos criando as facilidades e, ao mesmo tempo, até as agonias. Mas o processo de inovação precisa ser diversificado, precisa ser espalhado. Este é o debate central. O uso da tecnologia não pode determinar as coisas. Quanto a tecnologia, tem de ser o contrário. Inovação não é só no aspecto de uma ter uma tela que faz isso ou faz aquilo.

Estive em San Diego para ver uma pesquisa interessante – aliás, está cheio de brasileiros nessa grande empresa. O sujeito começou a discutir a questão da tela de um *laptop* ou uma tela plana. E aí o cara começou a imaginar o seguinte: quanto mais luz na tela de um celular, na tela de um *laptop*, na tela de um computador, você não enxerga nada. E o cara fez o seguinte: “Pronto, quanto mais luz na borboleta, mais eu vejo as cores; então, tem alguma coisa na borboleta que eu posso levar para a tela de computador”. Quanto mais incide a luz do sol na borboleta, mais nítidas ficam as cores da borboleta, e o sujeito está trazendo isso para a tela do computador. Quanto mais luz incidir, nós vamos ver a borboleta com todas as suas cores.

Portanto, é você aproveitar essas potencialidades. Tecnologia é para isso; não é para poder limitar, não é para botar tramela. E aí entra a questão da imutabilidade de rede. Aí não dá para você ter essa questão tratada da forma como estamos tratando hoje.

Volto a frisar aquilo que falei da própria questão do Código. Como vou fazer isso? Aí tenho uma rede – aquilo que nós conversávamos, Aloysio – que vai ser igual à história da concessão. Eu tenho uma concessão para uma estrada, está lá – além de cobrar pedágio, porque ninguém transita em rede de graça – mas eu vou fazer o pacote. O pacote está pronto, e para cada *blog* tem um preço; se eu tenho não sei o quê tem um preço; se tenho não sei o quê tem outro. E me oferecem dez mega e me entregam um.

Aí, eu tenho um pedágio, e, no pedágio, o cara ainda bota placa e diz o seguinte: “Você vai transitar pela estrada; se você vier de fusca, não pode passar porque o fusca está fora de moda. Você só pode passar aqui com um carro que agora tem uma suspensão

não sei qual que incide menos sobre o asfalto; o peso dele vai gastar menos”. Eu tenho uma concessão para a qual pago o pedágio para passar por essa estrada, mas ainda tenho de me submeter ao sujeito para ele me dizer como vou passar nessa estrada que eu pago para passar, e o que vou levar nessa estrada por onde quero passar! Está errado! Não pode ser desse jeito. Isso trama inclusive contra a economia.

A questão da funcionalidade, segurança e estabilidade. Esse é um aspecto vital nessa estrutura.

Então, volto a frisar, Molon: não estamos propondo botar grade na internet, gaiola de fato. Não é isso. Estamos propondo só você ter essa funcionalidade com segurança e com estabilidade. Você me garantir que funcione.

Isso que eu falei aqui, Aloysio, de você me jogar... Eu estava até comentando contigo sobre a questão de baixar filme, aqui e acolá. Imagine quando alguém lhe tira de uma ERB com a suposta alegação de que você está ofendendo e lhe joga na outra, ele poderia fazer o contrário disso.

No Brasil, o telefone é chamado de celular, Aloysio, porque opera em célula; no mundo inteiro, é telefonia móvel. No Brasil é celular, porque é célula. E, na célula, a gente trabalhou com um negócio que a gente chama intercessão, que é a regra – você foi professor e sabe: se você não fizer intercessão ali, você tem de aproximar um conjunto do outro. Então, a gente aproxima duas ERBs do seu raio de cobertura para haver inserção, para não haver área de sombra. Então, o sujeito sai de uma ERB e quando ele passa cai a ligação. Então, poderia funcionar ao contrário. Se eu vou passando numa hora e aquela ERB está lotada, me joga em outra, cara pálida, para a minha ligação não cair; não só para eu não ofender como para não ser ofendido, não ficar sem ligação.

Então, vamos usar essa segurança, essa estabilidade do serviço de maneira a atender o cidadão, a você ter outro tipo de trato: a padronização e a interoperabilidade.

É coisa mais simples fazer no momento de hoje. Se fosse aí em 1999, diria: “Pinheiro, fazer padronização! Nós estamos com problema; não tenho um *software* possível”.

Não tem o quê!? Hoje, qualquer um, Senador Lobão, usa o Ginga, cara pálida, faz qualquer Ginga. Hoje não tem mais essa de eu não falo esse com aquele. Estou conseguindo pegar Cobol de mil novecentos de ontem e botar para rodar com os mais sofisticados de hoje. Acabou essa história de eu dizer que A não fala com B, porque são padrões antigos. Está arriscado eu voltar a usar a central passo a passo, Chico, e ela dialogar com uma CPA das mais avançadas, exa-

tamente. E por quê? Porque você faz essa forma de operar. É possível. Então, tecnologia tem de ser utilizada para isso.

Por último, a questão do ambiente legal e regulatório. Esse é um negócio que não é qualquer. Tenho minhas agonias com a Anatel, Aloysio, e digo sempre o seguinte: nós não fizemos agência para transformar agência em caixa registradora. Fizemos agência reguladora. Agência que aparece só depois para multar e mesmo assim não arrecada, está errado. Agência tem de chegar antes para funcionar; agência é para regular. Portanto, esse ambiente é fundamental. Disciplinar, e é isso que tem no projeto. Podemos disciplinar esses elementos no ambiente de internet. É possível disciplinar isso.. Não é fechar, não é travar; é permitir, inclusive, nessa disciplina que, na medida em que a tecnologia evolua, a minha disciplina possa ir cobrindo, portanto, fazer caminhos, diretrizes e não regras estáticas. Acho que é esse o aspecto fundamental desses pontos.

E há mais outra coisa: o direito; assegurar ao cidadão que, violado o meu direito, eu tenho como responsabilizar provedor, eu tenho como responsabilizar alguém. Isso é fundamental. Isso é um direito. Não é só o direito de ter o serviço, mas de ter o direito inclusive de me defender quando sou atingido, quando tenho o meu direito violado.

A neutralidade tem que ser um dever, ela tem que ser algo obrigatório tanto para quem é provedor de acesso como para quem é provedor de infraestrutura. Tendo isso, nós vamos trabalhar com as normas tanto de negócios como normas jurídicas. É fundamental que se tenha isso. A gente cobra muito do Judiciário, mas, se a gente não fizer isso do lado de cá, até para permitir essa analogia com a legislação, como é que o juiz vai fazer? Assim também é a questão do consumidor.

Outro aspecto que quero chamar a atenção é o das normas para o consumidor, para que ele possa exercer o seu direito. São as minhas pretensões. A minha pretensão é o cara que faz ali? Eu tenho a pretensão de usar determinado tipo de coisa; tenho que ligar e dizer: “Não, senhor, para a sua pretensão, já existe um pacote pronto aqui.” Que diabo de pretensão é essa que a minha pretensão tem de estar associada ao pacote que o cara fez? Está errado isso. A pretensão é do consumidor. Ele lá é prestador de serviço e não vai dizer como é que eu quero fazer e o que eu quero fazer. Que história é essa?!

Outro aspecto é o que diz respeito à questão do Judiciário e da Administração Pública. Esses dois foram constituídos para defender o consumidor; portanto, têm obrigação de conhecer as normas, de estar atentos a essa questão da violação. Direito básico: autodeterminação, privacidade e segurança de informação, e

aí vão os dados pessoais, o que é prestado e o que é coletado em qualquer meio, não importa qual o meio onde eu colete; em qualquer meio que eu colete. Essa é uma questão fundamental.

E, por último, a liberdade de escolha de novas tecnologias e redes de dado. Portanto, tem que ser vedada, meu caro Molon, tem que ser vedada – que fique bem claro – qualquer forma de discriminação e assédio ao consumo. Isso tem que ser regra claríssima! Isso é vedado. Portanto, esse é o horizonte, essa é a diretriz para a gente tentar constituir algo que nos permita dizer que agora temos elementos suficientes para tocar em uma área que, como diz Cristovam, está na mão. Então, não está mais assim... E está acessível a todo mundo.

Então, essas coisas, Aloysio, são essenciais para a nossa vida no dia de hoje. Isso está interferindo nas nossas relações. Você chega e... Minha mulher, ontem, até brigou comigo: “Você agora só quer saber desse negócio de WhatsApp, só manda foto, manda não sei o quê, tal e tal. Eu quero ouvir sua voz, moço!” Isso mudou a relação da gente. Todo mundo tem... Quem é que não tem uma rede familiarzinha aqui: mulher, os filhos. Eu ainda vou ficar, vou ganhar uma quinta neta neste final de semana e vou ganhar o sexto neto no final de janeiro. Lá em casa está uma verdadeira creche. Então, todo dia é um negócio de rolar foto daqui pra lá. Tudo o que minha neta de um ano e três meses faz minha nora minha nora manda pra mim. E minha neta tem um chamego comigo desgramado!

Minha neta opera um celular como ninguém. Você entrega um *tablet* a ela... Nessa semana estávamos lá com um *tablet*, e um dos fabricantes estava até me pedindo pra mandar: “Mande pra cá que eu quero mostrar o filme”, porque aparece bem a marca do fabricante. Eu disse: “Vocês são bem descarados, não é?” Aí disseram: “Eu vou lhe mandar um *tablet* de presente.” “Não, me dê o que vão faturar por cada propaganda dessa, manda pra mim, aí eu mando foto da minha netinha.” Ela pega o *tablet*, Senador Aloysio, abre. A imagem vira, aí ela pega e vira o *tablet*. Ela tem um ano e três meses.

Então, mudou o ambiente, mudou a forma de se relacionar, alterou. Então, se isso vai alterando completamente, está incidindo na economia, está incidindo na pauta do dia, mas está conseguindo fazer uma coisa que é pior: está invadindo, está violando, está quebrando regras dos direitos humanos. Portanto, a gente não pode permitir que, em nome disso, essa coisa central seja desrespeitada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Obrigado, Senador.

Nós temos agora várias perguntas de internautas que já foram devidamente distribuídas para os nossos convidados.

Eu passaria a palavra a ele, se outro Senador não quiser interferir. (*Pausa.*)

Então, vamos ouvir os nossos internautas e já vamos nos encaminhando para o final da reunião, até em nome dos direitos humanos, porque os nossos convidados estão aqui desde muito cedo, e acho que têm direito agora, depois de nos ter brindado com excelente audiência pública, contribuído com excelente audiência pública, depois dessas respostas às indagações dos internautas, já vamos encerrar a reunião.

Vou proceder pela ordem das primeiras intervenções. Com a palavra, então, o Sr. Demi Getschko.

O SR. DEMI GETSCHKO – Vou fazer um comentário muito breve sobre essa história de que seriam exceções à neutralidade.

Queria dizer simplesmente que algumas dessas providências fazem parte da própria internet. A internet tem um protocolo a que a gente costuma se referir, abreviadamente, como TCP/IP. Isso significa que existe um trecho chamado TCP rodando sobre outra camada chamada IP. Essa não é a única forma. Existem outros protocolos além do TCP/IP. Existe um protocolo, por exemplo, chamado UDP, sobre IP também.

Por que isso foi feito assim quando foi pensado pelo Vint Cerf, Robert Kahn, antes dos anos 80? Em 1982, a internet estreou.

Por exemplo, se eu quero baixar um novo *software*, quero baixar uma nova versão de um navegador, não estou muito preocupado com o tempo; estou preocupado com a perfeição daquilo que vem. O TCP é um protocolo que garante a entrega absolutamente íntegra e perfeita do que eu tentei baixar. Se eu quero baixar um documento para Imposto de Renda, não quero que chegue com dois *bits* errado, porque vai dar problema no meu Imposto de Renda. Tem que chegar perfeito. A transferência de arquivos usando um negócio chamado FTP também usa coisas tipo TCP. São coisas que garantem a entrega fim a fim.

Se estou falando ao telefone ou se estou assistindo a um vídeo, o meu objetivo na internet é que isso seja entregue o mais rápido possível, e não perfeito. Admito erros. Em uma transmissão de VoIp, de Voz sobre IP, é razoável que aconteçam erros. É razoável que, em uma transmissão ao vivo, a imagem uma hora trave, uma hora fique meio esquisita, porque estão sendo perdidos pacotes, mas essa perda de pacotes não vai ser consertada, porque prefiro perder pacotes e manter um diálogo viável a querer aquilo perfeito e um diálogo que leva segundos ou minutos entre a fala do primeiro e do segundo. A internet já prevê isso. Isso

não chega a ser nem algo que tenha de ser exemplificado como exceção, porque quem concebeu sabe que existem protocolos que têm de visar à entrega do melhor esforço, mesmo perdendo coisas, e outro que têm que visar à entrega perfeita, e o tempo pode ser variável. É diferente a entrega de correio eletrônico da entrega de Voz sobre IP. Na própria internet, isso já é diferenciado.

A pergunta que veio aqui de alguém na internet é sobre como responsabilizar o usuário final. A gente está defendendo que o marco civil é muito claro nisso. Você não deve responsabilizar o intermediário. Isso sempre foi assim. Se eu recebo uma carta anônima que me ameace por algum motivo, certamente não vou responsabilizar os Correios, que enviaram a carta e levaram para a minha casa, mas quem remeteu isso.

O fato é que, na internet, tudo o que é feito deixa rastros. Basta seguir uma cadeia investigativa para chegar a quem realmente gerou aquilo. Mesmo no correio tradicional, uma carta anônima tem carimbos dos Correios. Você vai descobrir que saiu da agência de Correios da Lapa, passou pelo correio de não sei de onde, passou pela Praça da Sé e chegou até a minha casa. Mesmo em uma situação tradicional, existem carimbos e formas de você fazer isso. Na internet, também existe isso. Mais que isso, o fato de você querer que alguma coisa seja facilitada em termos de investigação não quer dizer que você tenha que recolher dados de Deus e todo mundo como pretexto de facilitar a investigação.

Então, o que eu responderia aqui seria o seguinte. A internet sempre deixa rastros. Você sempre chegará ao destinatário final. Ser mais fácil ou difícil não deve ser motivo para penalizar o sujeito no meio da cadeia, que não tem nada a ver com aquilo. Há sempre formas de se rastrear isso e tributar quem realmente causou o problema.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Essa foi a resposta para Patrícia Cirillo.

Agora é sua vez, Dr^a Veridiana Alimonti. Também a Patrícia Cirillo formulou uma pergunta.

A SR^a VERIDIANA ALIMONTI – Muito obrigada, Senador.

Apenas dois comentários antes de entrar nas respostas à Patrícia Cirillo. Aliás, como já tínhamos falado aqui, como é importante a internet para nos permitir esse tipo de intervenção e esse tipo de intercâmbio com relação a pessoas que não podem estar aqui fisicamente, mas que têm oportunidade de fazer perguntas, ouvir nossas repostas e debater conosco. Como é importante que a internet continue permitindo esse tipo de intercâmbio. E que também não se deva estabele-

cer ou permitir que as empresas de telecomunicação definam aqueles que têm possibilidade de fazer isso e aqueles que não têm por planos diferenciados, em que certamente esse tipo de intervenção sairia mais caro do que apenas acessar *e-mails* e redes sociais.

Antes de entrar nas perguntas dela, eu gostaria de ressaltar esse grande desafio que o Brasil tem em relação à internet, tanto no que se refere à garantia do acesso a todos os brasileiros – e aí quando falamos que já estamos em 100 milhões de acessos é uma perspectiva bastante otimista em relação aos acessos que temos hoje, acho questionável esse dado. Apesar de ficar feliz com esse número, eu acho que não é exatamente isso. Mas enfim... Além do acesso, temos de discutir que acesso. Aqueles que já entraram, já têm a oportunidade de se conectar à internet, que acesso essas pessoas terão? O que elas efetivamente conseguiram fazer na internet? E claro que questões muito complexas que exigem muita banda são serviços e conteúdos muito importantes, cada vez mais importantes para as potencialidades da rede.

Então, por isso, eu acredito que o suadouro do ativo tem limites que esbarram nos direitos fundamentais que a internet permite concretizar em relação aos cidadãos brasileiros. As empresas têm de fazer o máximo para retirar recursos e lucros dos ativos que ela já tem instalados e que custam muito, mas há momentos em que suar esse ativo esbarra em direitos fundamentais. E esta Casa tem de ter condição de fazer essa diferenciação e estabelecer esses limites.

Com relação à neutralidade da rede, à possibilidade de se cobrar diferente por conteúdos, por serviços, e esse discurso das empresas de telecomunicações no sentido de que elas têm melhor do que o consumidor a capacidade de empacotar essas pretensões e definir aquilo que o consumidor quer, customizar a navegação, tudo para melhorar a experiência do consumidor, não deixa de ser, no limite, a criação de dificuldades para vender facilidades e, aí, suar cada vez mais esse ativo.

Então, acho que temos que encontrar esse equilíbrio e esse limite.

Um outro comentário antes de entrar nas perguntas da Patrícia: embora o Código de Defesa do Consumidor, no art. 43, já traga importantes normas em relação aos cadastros e aos bancos de dados, o fato de que o consumidor tem que ter conhecimento dos bancos de dados que têm seu nome, ter acesso a esse banco de dados, o marco civil e o projeto de lei de proteção de dados pessoais – me refiro ao que passou por consulta pública e ainda não foi encaminhado à Casa Civil nem a esta Casa; eu não tenho conhecimento do projeto de lei do Senador Vital do Rêgo – trazem questões importantes, como o direito

do consumidor de pedir a exclusão do banco de dados que alguns serviços da internet tenham sobre ele se ele deixar de utilizar o serviço. Isso hoje não é um direito garantido.

A necessidade de se manter a finalidade para a qual os dados foram coletados. É muito comum que um serviço colete os dados do consumidor e venda a parceiros comerciais para utilizar em outras finalidades. Então, o consumidor deveria ser informado sobre isso.

Esses são princípios que gerem a regulação da proteção de dados em vários países e, hoje, ainda não temos isso fixado em lei. Seria bastante importante para nós.

Com relação às perguntas da Patrícia Cirillo, são perguntas semelhantes em relação também à responsabilidade de intermediário que o Demi já havia respondido. Mas ela tem um enfoque diferente no meu caso. Ela pergunta se há necessidade de prestação jurisdicional para retirada de conteúdo ofensivo; se atende aos anseios da sociedade; e se não bastaria uma notificação extrajudicial para retirada do conteúdo. Qual seria o entendimento do Idec em relação a essa providência, da necessidade apenas de uma notificação extrajudicial e não de uma ordem judicial para que o provedor possa ser responsabilizado por não ter retirado do ar um conteúdo considerado ofensivo.

A nossa opinião é de que a ordem judicial estabelece um procedimento que foge de juízos privados em relação a um determinado conteúdo ofensivo. Um provedor não tem, como um juiz, a capacidade de pesar os diferentes interesses em relação a um determinado conteúdo. Tampouco também não tem o conhecimento legal em relação a todas as questões que podem estar envolvidas no conteúdo.

Por exemplo, no caso de uma violação de direitos autorais, se aquele conteúdo não se enquadra entre as exceções e limitações da legislação de direitos autorais, que permitiria a um usuário subir aquele conteúdo, mesmo protegido por direitos autorais.

Então, a intervenção do Poder Judiciário nessa avaliação, o que não aconteceria apenas com uma notificação extrajudicial, faz com que a outra parte tenha garantias que são exigíveis no que se refere a um processo judicial, como o contraditório e a ampla defesa e, além disso, estabelece um juízo que não é o juízo privado de um provedor na administração do seu negócio, mas de um terceiro desinteressado, que poderia fazer esse juízo com base no ordenamento jurídico que já temos para proteção dos diferentes interesses.

Aí, existem formas de tramitação mais rápidas que permitiriam que uma proteção ao direito fosse feita na velocidade que fosse requerida.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Bem, eu tenho aqui um comentário, não é uma pergunta, do Ederaldo Manoel, que vem da Bahia, tão bem representada aqui pelo Senador Walter Pinheiro. Ele diz o seguinte:

Nesse instante, ora pois, minha Internet não permite que eu acompanhe esse primeiro debate da Comissão de Ciência e Tecnologia, marco civil da internet, pois a taxa de bits exigida é superior ao que recebo por minha provedora de banda larga.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – É uma proeza desse novo tempo que o pessoal precisa entender. Na época do analógico, que muita gente até colocava o Bombril na antena, que não serve para porcaria nenhuma, mas tudo bem, o cara colocava e ainda via com chuva. Agora, é um ou zero: ou você tem, ou você não tem. Então, quando não se consegue acessar, ele não vê com chuva; é o que acontece: o cara fica fora do ar.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Então, vou encaminhar aqui a você, depois, o estrilo do nosso Ederaldo.

Agora, tem uma pergunta aqui que é de natureza mais para juristas. Então, dos dois juristas que estão aqui na ponta, quem vai responder? Carlos Affonso? Isso. Vamos lá. Professor Carlos Affonso.

O SR. CARLOS AFFONSO PEREIRA DE SOUZA – Então, Senador Aloysio, só dizer da minha alegria depois de ter ouvido com muita atenção os demais representantes participantes desse debate sobre marco civil. É realmente muito interessante perceber como esse debate permite tantas visões, mas parecem todas convergentes na situação de que é devido, é urgente que o projeto chegue à apreciação do Senado depois desse extenso e pioneiro processo. É bom dizer que o marco civil foi o primeiro projeto de lei que teve esse grau de consulta através da internet. Acho que já é mais do que tempo de decidirmos sobre a votação do marco civil.

Um rapidíssimo comentário que eu gostaria de fazer, depois de ouvir todos os colegas, é um comentário na qualidade... Como muito gentilmente comentou o Deputado Alessandro Molon, quando o marco civil era apenas uma ideia, o apoio do Ministério da Justiça foi fundamental nessa iniciativa. Eu, o Prof. Ronaldo Lemos, o Prof. Bruno Magrani e tantos outros pudemos, naquela época, como representantes do Centro de Tecnologia e Sociedade da Escola de Direito da FGV, participar, colaborando com o Ministério da Justiça naquela empreitada, que àquela época parecia bastante desafiadora, como ainda é, mas certamente um tanto quanto inovadora.

É curioso perceber como o Governo Federal e o Poder Legislativo acabaram se apropriando desse mecanismo de consulta e expandindo e melhorando. O Deputado Alessandro Molon comentou a palestra que foi convidado a dar na Inglaterra. Várias vezes o marco civil aparece, em debates internacionais, como um bom exemplo, não apenas pelo seu conteúdo, mas também pelo seu processo. E também por isso seria uma pena que o marco civil não fosse votado, porque a votação é o mínimo que o marco civil merece depois desse processo tão amplo, tão democrático, em que tantas vozes foram ouvidas. É no mínimo frustrante imaginar que, enfim, a votação do texto seja adiada por oito, nove vezes.

A pergunta que me foi encaminhada, do Isidoro Peres, faz um meio de campo aqui entre Direito Constitucional e Direito do Trabalho. Não sou especialista em Direito do Trabalho, mas tenho alguns conhecimentos e penso que posso ajudar.

A pergunta é:

É preciso definir o limite entre o Direito Constitucional da liberdade de expressão e o descumprimento de normas que afetem relação trabalhista, levando, inclusive, à demissão por justa causa, originário de comentários postados por empregado em redes sociais.

Então, aqui, temos a discussão sobre liberdade de expressão e relações de emprego. Para começar, muito rápido até para o direito humano de alimentação de todos os presentes, uma questão só de nota histórica. No que diz respeito não à rede social, mas ao uso do *e-mail*, o Tribunal Superior do Trabalho já vem decidindo diversas vezes que o empregador pode ter acesso à caixa postal do empregado do *e-mail* que lhe é oferecido como ferramenta de trabalho. Então, é o *e-mail*, lá, do nome do empregado, arroba, o nome da empresa, ponto com, ponto br.

OTST geralmente utiliza quatro argumentos para sustentar esse posicionamento. Primeiro, que a rede é de propriedade do empregador; segundo, que o empregador tem poder de direção (art. 2º da CLT); terceiro, que o empregador responde pelos atos do empregado (art. 932, inciso III, do Código Civil); e quarto, para evitar eventuais questões de espionagem industrial, para evitar vazamento de informação, que está muito em moda hoje em dia.

Só que é bom entender que essas decisões do TST, exaradas lá em 2005, 2006, não pegam esse momento atual, em que duas revoluções acontecem. Primeiro, o *e-mail* da empresa não é necessariamente o *e-mail* em que o empregado vai-se comunicar durante o dia. Não necessariamente ele vai conseguir manter a disciplina de usar questões profissionais só pelo *e-mail* da empresa e questões particulares no *e-mail* parti-

cular, e, dois, a internet, hoje, não está ligada apenas a esse primeiro argumento, que é tão caro a algumas decisões, de que a internet é provida pelo empregador. Muito pelo contrário. Em tempos de dispositivos móveis, em tempos de, como se diz, traga o seu próprio dispositivo, é o termo em inglês *bring your own device* (BYOD) que pauta tantas relações de emprego, especialmente na economia criativa em que o empregado leva o seu *tablet*, leva o seu *smartphone*, imaginar que esse argumento de que a pessoa só tem acesso à internet porque o empregador assim a disponibiliza é estar absolutamente de costas para essa realidade de que hoje em dia a internet perpassa a todos e não é necessariamente provida pelo empregador.

No que diz respeito especificamente aos direitos sociais, esse é um tema que ainda precisa ser desafiado no Judiciário brasileiro. Mas parece-me que, primeiro, é preciso ver que tipo de empregado é esse, que tipo de atuação profissional ele desempenha.

Eu já ouvi o argumento de algumas empresas de comunicação e de jornalismo dizendo o seguinte: a minha postura precisa ser neutra, imparcial. Então, se eu tenho um empregado meu que é, por exemplo, jornalista e ele divulga em sua conta pessoal no Twitter comentários que denotam uma vinculação ideológico-partidária, isso poderia contaminar a reportagem que ele eventualmente assina. Muito sinceramente, eu acho que esse é um ponto crucial para discutir sobre jornalismo em tempos de internet. Nós sabemos que cada vez mais existem veículos de comunicação que se assumem com uma eventual postura, e isso nos Estados Unidos é muito claro com *Fox News* de um lado, *MSNBC* de outro lado, mas fico muito preocupado com a invasão, com o exagero de repressão à liberdade de expressão do indivíduo em suas contas particulares.

É claro que a crítica é bem-vinda se for construtiva. Mas parece-me que algumas decisões judiciais começam a confundir aqui e a restringir por demais a liberdade de expressão do sujeito simplesmente pelo fato de ele ser empregado da empresa x ou y.

Agora é bom dizer ao Isidoro que o marco civil não chega a trabalhar esses detalhes. E é bom que não chegue. É bom que marco civil traga a perspectiva principiológica. E aí a crítica, a que até o Chico fez referência aqui, de que o marco civil às vezes repete a Constituição, não precisava falar de liberdade de expressão na internet. Ora, mas justamente todos esses escândalos agora de revelações sobre o Edward Snowden fazem com que seja importante que o marco civil diga que existe privacidade na internet. A Constituição também diz que existe privacidade no Brasil como um todo, dentro ou fora da internet, mas é importante que

um texto que fale especificamente de internet marque esse ponto.

O mesmo vale para liberdade de expressão, que aparece como princípio e que aparece diversas vezes no marco civil. Então, embora o marco civil não trabalhe em detalhes sobre esse problema, ele serve como um bom guia para que o magistrado, na outra ponta, desafiado por um problema como esse, possa perceber que a liberdade de expressão é um princípio que nós queremos preservar na internet brasileira e ajude a guiar em casos mais difíceis, que certamente são casos que estão chegando, e vão chegar cada vez mais, ao Judiciário brasileiro, seja na esfera trabalhista, seja nas demais esferas, como nos crimes contra a honra, na esfera penal, e nas reparações civis, nas varas e nos tribunais, trabalhando com matérias de natureza civil.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Eu também queria aproveitar, até para minhas manifestações finais, essa discussão, mas eu queria mencionar dois fatos. Primeiro, eu lamento profundamente, porque me sentiria mais à vontade se aqui também estivesse sentado alguém das “telcos”, das empresas de telecomunicações, mas puseram ele na próxima, no dia 3, junto com o Secretário de Telecomunicações, com o Conselheiro da Anatel, todo o pessoal das telecomunicações. Eu gostaria de ter pelo menos um deles sentado aqui para a gente poder conversar.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Agora o senhor pode conversar pela internet. Manda pela internet as suas perguntas.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Vou ficar ligado. A gente faz as críticas, e eles ficam privados de rebatê-las.

Há outra coisa que eu queria mencionar, porque a Dr^a Veridiana fez uma referência, e acho que é importante. Por que a Abert tem uma posição muito zelosa em relação aos direitos autorais, às infrações eventuais dentro da internet? Porque é muito mais comum do que alguém pode imaginar. Eu vi até o rigor com que o Código Penal, que está em início de discussão no Senado, impõe prisão de um a quatro anos: oferecer ao público, mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas, internet, qualquer tipo de propriedade intelectual que se refira a direitos do autor. Então, eu acho... Mas os tribunais também têm sido muito atenciosos e muito condescendentes com os pleitos feitos pelos autores.

Isso, no Brasil, faz parte, hoje, das relações de uma empresa como o Google, que tem o Youtube... Nós temos uma relação, os radiofusores, basta uma simples notificação, eles checam imediatamente, veem que aquela novela realmente pertence àquela empresa, que aquele outro filme, o direito de exibição, está com

algum outro radiofusor naquela janela, e isso é baixado até por processos eletrônicos, por meio de algoritmos que eles criaram. Desde que a gente alimente o Youtube com fotos ou cenários das peças, das novelas ou de séries que exibimos, isso é retirado automaticamente pelo sistema do Youtube.

Então, isso é um *improvement*, uma melhoria para proteger, porque, durante certo tempo, havia uma aflição muito grande entre os autores. Eu fui fazer palestra na Academia Brasileira de Letras, em que estavam todos os representantes de produção de música, literatos, autores literários, tudo que é audiovisual, uma preocupação muito grande com o que estava na internet. Realmente, há um pouco de abuso, às vezes, mas tem sido realmente atendido. Em todo pleito que se faz por notificação, é adotada uma política de... Eles vão conferir, é claro, mas baixam tão logo se certifiquem de que o autor pode ser prejudicado.

Então, no mais, é o agradecimento, mais uma vez, Presidente, por essa oportunidade única de debatermos o tema de forma tão profunda, com tantas opiniões, felizmente convergentes.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Muito bem. A Comissão é que agradece o seu comparecimento, Dr. Francisco.

Para encerrar, então, a nossa audiência pública, eu passo a palavra ao Deputado Molon, que vai responder também a questionamentos que lhe foram dirigidos.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT – RJ) – Obrigado, Senador. Eu serei bastante breve, até pelo adiantado da hora.

Eu quero cumprimentar o Senador Anibal Diniz, que nos prestigia aqui com a sua presença, com o seu interesse.

Presidente, na verdade, são dois comentários. O primeiro, do Ederaldo Manoel, que, antes de perder a possibilidade de nos acompanhar, mandou um questionamento dizendo o seguinte: “Perdemos a maioria dos suportes midiáticos para o monopólio. A internet é um meio democrático de expressão do pensamento. Não vejo...”

Está tudo bem? É só uma plaquinha, não tem problema.

Então, dizia o Ederaldo Manoel, que eu não sei se já conseguiu nos acompanhar novamente:

Perdemos a maioria dos suportes midiáticos para o monopólio. A internet é um meio democrático de expressão do pensamento. Não vejo com bons olhos esse marco civil da internet, pois, em suas matrizes, só beneficia os poderosos, na total verticalização.

Eu fiz questão de ler o comentário, exatamente para mostrar que este é um dos nossos maiores desafios. Quer dizer, primeiro, explicar para as pessoas o

que é o marco civil. Ou seja, que é uma lei em defesa do internauta, que garante uma internet democrática, aberta, contrária ao monopólio, descentralizada; em vez de vertical, horizontal. Quer dizer, é justamente o contrário disso que ele imagina que seja.

Por isso, o nosso desafio é explicar isso para a sociedade. De forma que quero pedir também aqui ajuda dos membros da Mesa, dos jornalistas que estão aqui presentes, dos Senadores, que têm tantos seguidores nas suas redes sociais, que têm a oportunidade de falar pela TV Senado, como fazemos agora, se não ao vivo, certamente com uma retransmissão mais tarde, para explicar que o marco civil é um projeto em defesa do internauta, contra o monopólio e a favor da internet livre, aberta e democrática.

Mas uma das maneiras que se tem usado para impedir a aprovação do projeto é fazer uma guerra de informação contra o projeto. Então, as pessoas dizem: “Não, o marco civil vai engessar a internet”. É o contrário; ele proíbe o engessamento da internet.

Por falar nisso, na sexta-feira, na Bienal do Livro, eu vou participar de um debate, no Acampamento Jovem, com um título muito sugestivo: “Deputados e Senadores querem reger a Internet?” O autor do convite é a favor do marco civil, mas colocou esse título justamente para enfrentar essa questão, que eu acho que é um desafio.

Por fim, a pergunta da Patrícia Cirillo, também, que me mandou uma pergunta sobre a importância... A Patrícia é uma cidadã atuante. Que bom! Ela diz:

Será que não seria necessária a intervenção regulatória da administração pública, para assegurar os direitos do consumidor, a fim de evitar a judicialização de conflito que pode ser resolvido em esfera menos severa e cara, e mais célere?

Bom, de um lado, a gente ouviu falar sobre a importância do Judiciário em algum momento, para algumas questões, e, de outro, o próprio Senador Walter Pinheiro falou da importância da regulação. E acho que fez, também, numa exposição muito brilhante, Senador, um apelo para que as agências atuem também mais preventivamente, para proteger o internauta brasileiro.

O próprio Ederaldo, que estava reclamando do marco civil, por dificuldades de acesso, não conseguiu nos acompanhar, o que mostra – e assim eu termino, Senador – que esse projeto... Há uma frase que me marcou bastante, do Tim Berners-Lee, o pai da internet, quando esteve aqui no Brasil. Ele leu o projeto. Foi traduzido para o inglês, e ele leu, entendeu, discutiu o projeto e disse: “Eu apoio, porque esse não é um projeto sobre internet; esse é um projeto de direitos humanos”.

Eu termino dizendo o seguinte. Acho que, cada vez mais, a democracia vai passar pela internet. E a

internet, para continuar sendo o que é e permitindo uma participação democrática, vai passar pela neutralidade. Então, esse projeto que estamos aqui discutindo vai muito além da tecnologia, como diz o Senador Walter. Ele, através da tecnologia, leva a uma discussão sobre o país que a gente quer construir, sobre a democracia que a gente quer construir, sobre a liberdade de expressão, sobre inclusão, sobre acesso à informação, enfim, sobre a Nação que todos nós, cada um da sua forma, quer construir. Isso nos une nesse apoio ao projeto.

Eu termino agradecendo muito ao Senador Aloysio, ao Senador Anibal, ao Senador Walter, e também aos Senadores que passaram aqui, como, por exemplo, o Senador Valdir Raupp, que esteve aqui por alguns momentos e não pôde permanecer. A todos o meu muito obrigado, pedindo para o Senado que continue cobrando da Câmara para que aprove o projeto e permita que o Senado faça essa discussão ao apreciá-lo.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Eu que agradeço, Deputado Molon.

Eu não poderia encerrar a reunião antes de ouvir também as considerações finais do Eduardo Parajo.

O SR. EDUARDO PARAJO – Senador Aloysio, eu gostaria de agradecer imensamente o convite da Comissão para participar desta audiência. Reforço também a questão de não termos a possibilidade de um debate com o setor de telecomunicações nesta audiência, porque acho que seria importante ouvir as opiniões, ver as diferenças e, evidentemente, a gente conseguir explicar para os Senadores os pontos de vista – acho que isso é que é importante. E concordo com o Senador Walter Pinheiro. Acho que, na verdade, nós estamos numa fase de desafios. Nós temos imensos desafios pela frente: desafios da inovação, desafios da continuidade, da liberdade de expressão. Mas acho que há desafios presentes hoje que nós precisamos olhar. O da comunicação eu diria que é o mais importante hoje. Nós vimos aqui um internauta que estava querendo assistir e que, infelizmente, não pôde assistir à reunião porque não tinha uma conexão.

Então, acho que, antes de a gente também só visar a questão das possibilidades financeiras com a quebra da neutralidade, eu acho que a gente tem de entregar os serviços que as pessoas estão contratando. E acho que esse aspecto tem que ser colocado e cobrado pela agência de uma forma mais preventiva, com relação ao serviço de telecomunicação. E, evidentemente, o marco civil vai trazer um outro paradigma para a internet; quer dizer, ela vai colocar mais aspectos positivos para o internauta, para quem está trabalhando com a internet, para quem está fornecendo

conteúdo para a internet, para quem está oferecendo aplicações para a internet. A gente não pode deixar, em hipótese alguma, que essa inovação seja coibida.

E só mais um esclarecimento: eu gostaria de colocar a Abranet à disposição da Comissão e do Senado para qualquer auxílio que seja necessário neste debate da internet. E também sou membro do Comitê Gestor da internet no Brasil e acho que muitas das questões técnicas deveriam ser endereçadas para o Comitê Gestor, porque o Comitê Gestor da internet tem o Demi, que é conselheiro, e várias outras pessoas, participação do Governo, da sociedade civil, a Veridiana também é conselheira no CGI, e muitas das vezes o Comitê Gestor acaba ficando alheio à discussão. E isso seria muito importante.

O Comitê Gestor tem história, vem conduzindo a internet no Brasil desde 1996 – primeiramente com uma portaria e, depois, em 2003, com um decreto. E acho que seria importante. Existe um conhecimento muito importante adquirido dentro do Comitê Gestor da internet que poderia contribuir em diversas frentes, até na questão técnica, através do NIC.br, e até na questão de política.

Então, coloco também à disposição o Comitê Gestor, para poder contribuir nesta discussão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB – SP) – Muito obrigado.

Quero agradecer, antes de encerrar, a presença e a contribuição dos nossos convidados e também dos internautas que nos acompanharam, enfim, a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 21 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2013

Às oito horas e trinta minutos do dia três de setembro de dois mil e treze, na sala dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Alfredo Nascimento, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro, João Capiberibe, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Flexa

Ribeiro, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, Ivo Casol e Sérgio Souza, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Zeze Perrella, Anibal Diniz, Lobão Filho, João Alberto Souza, Luiz Henrique, Ciro Nogueira, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino, Gim e Eduardo Amorim. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento nº. 32/2013-CCT**, de autoria do Senhor Senador Vital do Rêgo, que requer a realização de audiência pública para debater o tema “MARCO CIVIL DA INTERNET – DEBATES SOBRE NEUTRALIDADE DE REDE, PRIVACIDADE E CONSERVAÇÃO DE DADOS PESSOAIS E OUTRAS QUESTÕES CONTROVERSAS”. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Maximiliano Martinhão, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações (MiniCom); Jarbas José Valente, Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); Marivaldo de Castro Pereira, Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça; Alexander Castro, Diretor de Regulação do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SINDITELEBRASIL); João Moura, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TelComp); e Nelson Wortsman, Diretor de Ambiente e Infraestrutura da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (BRASSCOM). Não comparece à audiência o Senhor Marcel Leonardi, Diretor de Políticas Públicas do Google do Brasil. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usa da palavra o Senhor Senador Vital do Rêgo. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às dez horas e trinta minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Alfredo Nascimento**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Nascimento. Bloco União e Força/PR – AM) – Declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 3ª Sessão Legislativa

Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 3 de setembro de 2013.

Antes de iniciarmos os trabalhos da nossa reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Iniciando os trabalhos da audiência pública, que é realizada em atendimento ao Requerimento CCT nº 32, de 2013, de autoria do Ex^{mo} Sr. Senador Vital do Rêgo, aprovado em reunião da nossa Comissão, teremos a segunda audiência pública sobre “Marco Civil da Internet – Debates sobre Neutralidade de Rede, Privacidade e Conservação dos Dados Pessoais, e Outras Questões Controversas”.

Temos a honra de convidar para a composição da Mesa: Sr. Jarbas José Valente, Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Sr. Marivaldo de Castro Pereira, Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça; Sr. Alexander Castro, Diretor de Regulação do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal; Sr. João Moura, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TelComp); Sr. Nelson Wortsman, Diretor de Ambiente e Infraestrutura da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom).

Formada a nossa Mesa, informa a Presidência que novamente contaremos com o serviço de interatividade do Senado Federal para a participação popular, possibilitando o envio de perguntas e comentários pelos cidadãos que estão nos acompanhando ao vivo pelo portal e-Cidadania por meio do endereço www.senado.leg.br/e-cidadania ou pela TV Senado; pelo portal e também pelo Alô Senado no número 0800-612211.

Poderá o cidadão enviar comentários ou perguntas que serão repassadas aos nossos convidados. Os comentários e perguntas sofrerão uma triagem, conforme definido nos termos de uso do portal, não com base na qualidade do comentário ou mérito da pergunta, mas, sim, quanto ao cumprimento de regras de respeito e urbanidade, bem como de conexão com a finalidade do debate. Cada Senador ou Senadora e o próprio cidadão poderão acessar os comentários e perguntas na página do portal e-Cidadania.

A democratização do acesso do cidadão às atividades do Senado e, em particular, da CCT, nos permite um ganho de qualidade no debate parlamentar, dinamizando a participação popular e incentivando o engajamento dos cidadãos na formulação das políti-

cas públicas do nosso País e também na análise de temas relevantes.

Na semana passada, a CCT realizou o primeiro debate sobre o marco civil da internet. Contamos com uma Mesa qualificada formada por vários especialistas e autoridades, entre eles o Ex^{mo} Sr. Deputado Federal Alessandro Molon, Relator do Projeto de Lei nº 2.126, que tramita atualmente na Câmara Federal. A discussão foi bastante rica, e hoje complementamos esse ciclo inicial com várias entidades que, independente da posição que venha a ser apresentada, convergente ou divergente, certamente compõem e fecham um panorama amplo sobre o debate.

O Senado Federal, pela CCT, antecipa a discussão, dada a sua relevância, como uma forma de já trazer para esta Casa o debate que está por vir. Sabemos que certamente teremos uma reedição da discussão quando o projeto for remetido da Câmara, inclusive por eventuais alterações que ocorram em seu texto, mas é de suma importância já nos ambientarmos sobre as diversas posições, comentários, defesas e críticas relacionadas ao texto atual.

Merece destaque, contudo, a defesa aqui feita por todos os participantes, e com o devido respeito àquela Casa Legislativa, de que é necessário que a Câmara dos Deputados ponha a proposição na pauta, para votação o mais rápido possível, pois as naturais divergências com relação ao texto proposto pelo Relator aparentemente não serão mais solucionadas no campo do debate.

Sabemos, por outro lado, que, ao trazermos a discussão para o Senado Federal, mesmo que de forma antecipada, certamente estamos promovendo uma oxigenação do debate e, possivelmente novas reflexões.

Nessa linha, chamamos a atenção para o interesse despertado, tendo a Comissão recebido pedidos de participações por outras entidades, a exemplo da TelComp e da Brasscom, que certamente enriquecerão ainda mais as exposições. Isso demonstra, por si só, a relevância da iniciativa do Senador Vital do Rêgo, autor do requerimento, e desta Comissão.

Dito isso, e dando continuidade aos trabalhos da nossa reunião, informo que cada um dos expositores terá o prazo individual e inicial de 15 minutos, sem prejuízo da necessidade de sua extensão.

Ao final, passaremos a palavra para o Senador Vital do Rêgo, autor do requerimento, e em seguida aos demais Senadores, na ordem de inscrição.

Durante o curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, apresentando comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que assistem a esta reunião.

Iniciamos as nossas exposições com o Sr. Maximiliano Martinhão, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações.

Passo, agora, a palavra para o Sr. Maximiliano Martinhão.

O SR. MAXIMILIANO MARTINHÃO – Senador Alfredo Nascimento, muito bom dia; companheiros de Mesa, senhoras e senhores, é uma satisfação estar aqui, Senador, nesta oportunidade, para falar sobre o marco civil da internet, no particular do debate proposto pela Casa, relacionado à neutralidade de rede, privacidade e conservação dos dados pessoais.

Eu preparei uma pequena apresentação, Senador, que eu vou passar, para organizar a minha fala, tratando de aspectos relacionados com o Ministério das Comunicações, que foi parte do processo de elaboração do projeto, como entende essas discussões propostas pela Casa. Primeiro, vou falar por que é necessário estabelecer esses direitos e princípios relativos à internet, qual o histórico e fundamentos do marco civil e as responsabilidades do Poder Público decorrentes da aprovação do marco civil, quando acontecer.

Então, primeiro, por que estabelecer princípios relacionados ao uso da internet? O mundo, em comunicações, mudou muito ao longo da história, desde o telégrafo até o mundo em que a gente vive hoje, com inúmeros serviços à disposição da população no terminal de uso mais comum, que hoje é o telefone celular, mas também nos computadores. Então, essas novas tecnologias, aplicações, esses novos usuários, tudo isso trouxe novos desafios que devem ser acompanhados pela legislação vigente no País.

Essas novas aplicações, se a gente olhar os dados setoriais, Senador, a banda larga fixa no nosso País vem crescendo de maneira muito rápida. Em maio de 2013, o Brasil conseguiu chegar a 21 milhões de acessos de banda larga fixa – todas as cidades brasileiras são atendidas pelo serviço de banda larga fixa. O crescimento da banda larga fixa no País desde a criação do Programa Nacional de Banda Larga, em 2010, foi de mais de 60%.

A Telebras, uma empresa estatal, foi recriada e está construindo a sua rede, que alcança mais de 885 cidades brasileiras.

Um programa de expansão da banda larga fixa por meio de um pacote de serviço mais acessível à população, a R\$35,00, já está presente em 2.850 Municípios e tem em torno de 2,5 milhões de acessos. Já conseguimos alcançar 13% do total de banda larga fixa no País com esse programa.

Do lado da banda larga móvel, o crescimento também é muito rápido. Segundo dados de maio deste ano, Senador, nós temos a cobertura do 3G em mais

de 3 mil cidades e mais de 74 milhões de acesso de banda larga móvel. O crescimento da banda larga móvel, desde a criação do Programa Nacional de Banda Larga, foi de 341% em números de cidades com o serviço de banda larga móvel e de mais de 383% no número de acessos de banda larga. Esses números, Senador, são de maio; os números atuais são bem superiores a esses.

Já começamos a implantação do 4G e, em decorrência do leilão do 4G, também começamos a implantação do atendimento rural por meio da faixa de 450MHz. Então, esse projeto de expansão da banda larga se preocupa não só com a parte urbana, mas também com o provimento de serviços na área rural.

Deixando a questão da infraestrutura e do acesso à conexão de banda larga, se a gente olhar a economia que está em torno do acesso à banda larga e, em particular, a economia da internet, o Brasil hoje possui 3,3 milhões de páginas do “.br” – dados de agosto de 2013. Somos um dos principais países do mundo com páginas sob o seu domínio, no caso o “.br”.

O serviço *e-commerce*, comércio eletrônico no Brasil, atingiu no ano passado R\$22,5 bilhões. Temos quase 32 milhões de consumidores eletrônicos que adquirem serviço por meio da internet, sendo que a classe C representa 61% do faturamento do comércio eletrônico no País. Há 35 milhões de usuários de jogos digitais – dados de 2011 –; 49 milhões de usuários do Facebook – dados de 2012; 23% das operações bancárias foram realizadas por meio de Internet Banking; e 54% das médias e grandes empresas utilizam recursos de computação em nível.

No mundo, o tráfego de internet deve triplicar nos próximos cinco anos; o conteúdo de vídeo vai representar de 80% a 90% do tráfego total da internet a partir de 2017; as receitas com publicidade *on-line* nos Estados Unidos atingiram R\$36 bilhões, concentradas principalmente em dez empresas; e um terço dos dados mundiais está hospedado hoje nos Estados Unidos.

Então, a internet, além de ser um mecanismo de cidadania, de oportunidades de divulgação de informação, de obtenção de informação, é também um meio de negócio. E esse crescimento acelerado da banda larga reforça a importância do estabelecimento de princípios e direitos do usuário da internet.

Hoje, existem inúmeras legislações que já são utilizadas para reger serviços prestados na internet. O Código de Defesa do Consumidor é utilizado, assim como inúmeras outras legislações, mas é importante que haja uma legislação específica para evitar que brechas aconteçam e que sejam ruins para o desenvolvimento da internet. É nesse sentido que foi criado o marco civil da internet, um projeto de autoria do Poder

Executivo, que foi encaminhado ao Congresso Nacional por quatro ministérios: o Ministério das Comunicações, o Ministério da Justiça, o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação e o Ministério do Planejamento.

Qual foi o histórico do marco civil? Ele começa em 2009. Em uma primeira consulta pública realizada pelo Ministério da Justiça, obteve mais de 800 contribuições, em suas diversas vertentes; em abril de 2010, uma nova fase de consulta pública, já aí um anteprojeto do marco civil; em agosto de 2011, o projeto é encaminhado pelo Governo ao Congresso Nacional; em março de 2012, é instalada a comissão especial para analisar o Projeto de Lei nº 2.126, de 2011.

Desde então, o que tem acontecido é a realização de seminários e audiências públicas em todo o Brasil, mas gostaríamos de destacar que é importante que resolvamos todas as questões que existam em torno do projeto para aprovar, porque é de suma importância para o desenvolvimento da internet em nosso País.

O projeto de lei tem um conjunto de fundamentos, objetivos, princípios e traz também muitas questões relacionadas ao direito dos usuários.

Ele traz, como fundamentos, a escala mundial da rede; aspectos de direitos humanos e cidadania; pluralidade e diversidade de fontes de informação; abertura e colaboração no uso da internet; a importância da livre iniciativa, concorrência e defesa do consumidor no ambiente da internet.

Como objetivos, buscar o direito de acesso à internet pela população brasileira; acesso à informação; utilização da internet como meio de trazer a inovação; utilização de padrões abertos.

Na parte de direito de usuários, questões muito importantes, consagradas na Constituição Federal: a inviolabilidade do sigilo às comunicações; não suspensão da conexão internet, salvo por questões de pagamento do serviço; garantia da qualidade do serviço de conexão à internet; contratos claros para defesa do consumidor.

Como princípios, liberdade de expressão; privacidade; proteção de dados pessoais; neutralidade; segurança; estabilidade da rede; responsabilização dos agentes do elo de uso da internet e também a natureza participativa da rede.

Indo para os pontos do debate que foram mencionados na convocatória, Presidente, o primeiro é relacionado à privacidade. O primeiro aspecto que é trazido no projeto do marco civil é a inviolabilidade da intimidade e do sigilo das comunicações do brasileiro no uso da internet. Isso é previsão já desde a nossa Constituição, até diversas leis decorrentes, mas, trazida para a internet, ela é consagrada no marco civil.

O marco civil também diz que a coleta, armazenamento e uso de dados pessoais de brasileiros somente são permitidos após consentimento do usuário, livre, expresso, específico e informado pelo titular ou com base em legislação.

As empresas que exercem atividades comerciais no Brasil devem sujeitar-se à legislação brasileira, que assegura a inviolabilidade do sigilo nas comunicações salvo por ordem judicial. Esse é um ponto muito importante. É comum, na utilização de aplicativos de funcionalidades e aplicações na internet, o usuário deparar-se com termos de uso que fazem referência à legislação de outro país. O marco civil traz, então, essa oportunidade de assegurar que a regra que vale para a utilização de aplicativos e aplicações é a legislação brasileira e não a legislação de outro país.

Também um ponto que o Ministério das Comunicações vem defendendo é que os dados brasileiros devem, em regra, ser armazenados no Território nacional. Isso vem criar oportunidade de garantir que a legislação brasileira prevaleça no caso da prestação de serviço sobre internet que faça uso de dados brasileiros.

É importante falar que quando mencionamos esse ponto sabemos que teremos de fazer uma regulação decorrente do processo para estabelecer essa regra, mas consideramos que é fundamental ter um armazenamento dos dados de brasileiros em Território nacional.

Outro aspecto pedido também para o debate é sobre a neutralidade de redes, Presidente. A neutralidade de rede é um ponto que sempre foi apoiado pelo Poder Executivo; faz parte da proposta inicial encaminhada ao Congresso Nacional. É importante garantir a neutralidade de rede para evitar práticas anticompetitivas, violações da liberdade de comunicação do usuário e também manter o ambiente inovador da rede.

(Soa a campanha.)

O SR. MAXIMILIANO MARTINHÃO – Presidente, aqui, eu queria fazer só um comentário a respeito da neutralidade, que não é um fato novo. As preocupações com a neutralidade não são um fato novo. Para o senhor ter uma ideia, as centrais automáticas de telecomunicações surgiram por um processo semelhante à questão da neutralidade de rede.

A central automática de telecomunicações surgiu porque, no século XIX, havia uma preocupação de que, em determinadas cidades dos Estados Unidos, o serviço de conexão telefônico era feito por atendentes, e havia uma preocupação de um dono de uma funerária de que as chamadas para a funerária dele não estavam sendo encaminhadas, porque a atendente era parente do dono de outra funerária. Então, o que ela fazia? Ela encaminhava as chamadas para a funerária do seu parente e não para a do concorrente.

A partir disso, surgiram as centrais automáticas, tentando lidar com essa questão de que poderia acontecer uma prática anticompetitiva. O fato é que é uma preocupação existente, a neutralidade. O Governo apoia o projeto, mas uma questão importante é que, como todos os princípios, ele deve estar sujeito a algumas mitigações.

A gente considera importante pontuar, na questão da neutralidade, excetuar situações de emergência, aplicações de telemedicina, combate a *spam*, e no anteprojeto já são feitas referências a essas exceções. Não é um conceito autoexplicativo e também requer uma regulamentação técnica, o que também está previsto no anteprojeto.

Com respeito à guarda de registro, a guarda de registro é obrigatória nos casos de registro de conexão, devendo ser guardada por um ano; é facultativa no caso dos acessos às aplicações. Na provisão de conexão, é vedada a guarda de registro de aplicações à internet e a disponibilização dos registros, somente por ordem judicial. Registro de que estamos falando é o IP, a data em que foi utilizada e a hora em que foi utilizada.

Por fim, destaco alguns pontos importantes que a gente considera. O marco civil traz algumas diretrizes para atuação do Poder Público. E, aí, diretrizes importantes: fala de transparência nos mecanismos de governança; democracia nos mecanismos de governança e internet; interoperabilidade do serviço de governo eletrônico; interoperabilidade entre sistemas e terminais diversos; o uso de tecnologias de padrões e formatos abertos e livres; otimização de infraestruturas, capacitação, cultura e cidadania; e atendimento ao cidadão.

Também, o anteprojeto diz que o Poder Público deve buscar a compatibilidade do serviço de governo eletrônico com diversos terminais, sistemas operacionais e aplicativos, acessibilidade de todos os interessados, tratamento das informações automatizadas, a possibilidade de tratamento automatizado de informações, facilidade do serviço de governo eletrônico, fortalecimento da participação social na elaboração de políticas públicas e também...

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Nascimento. Bloco União e Força/PR – AM) – Para encerrar, Secretário.

O SR. MAXIMILIANO MARTINHÃO – Muito obrigado, Senador.

E também, um último ponto, falar sobre capacitação. Cada vez mais, a população está aderindo aos serviços de banda larga, que promovem o acesso à internet, e o anteprojeto se preocupa também com a capacitação para garantir o uso seguro, consciente e responsável da internet.

Isso tudo, Presidente – para concluir –, para dizer que esse marco civil está alinhado com os objetivos do Ministério das Comunicações, em particular com o Programa Nacional de Banda Larga, que tem uma série de vertentes, e essas vertentes se comunicam com os fundamentos, com os objetivos, com as diretrizes que estão estabelecidos no marco civil.

Sr. Presidente, muito obrigado. Desculpe-me por ter excedido um pouco o tempo.

Essa é a mensagem inicial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Nascimento. Bloco União e Força/PR – AM) – Passo agora a palavra para o conselheiro da Anatel Jarbas José Valente, que tem o tempo de 15 minutos.

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Obrigado, Presidente. Ao cumprimentá-lo, Sr. Senador, cumprimento todos os membros da Mesa.

Senhoras e senhores aqui presentes, primeiro, quero agradecer pela oportunidade de debater essa questão de termos um marco legal no Brasil sobre a internet. E, do ponto de vista nosso, da Anatel, fiz questão de trazer uma apresentação um pouco mais técnica, mas tentando trazer o debate que acontece no mundo, e refletir esse debate hoje aqui no Brasil, sobre a importância de termos uma organização nesse sentido e quais os reflexos que isso pode ter no dia a dia e na evolução dos serviços de acesso à informação; ou seja, como o serviço de banda larga, seja ele fixo, seja ele móvel, pode contribuir para o desenvolvimento da sociedade informatizada, da digitalização cada vez maior do nosso País.

A próxima, por favor.

Eu trouxe aqui o conceito que se está discutindo hoje no mundo, e é importante discutirmos esses temas para entendermos os reflexos e todos os interesses que virão a esta Casa aqui, em função desta discussão, que é essa questão da governança da internet. Vou expor os pontos mais importantes discutidos na última Conferência Mundial de Telecomunicações, realizada em Dubai, no ano passado, e que são importantes aqui, onde também estão sendo discutidos.

Um dos pontos é esse modelo telecomunicações hoje, que é um modelo aberto, com intercessão com um modelo que se tornou o modelo padrão, que é o modelo da internet. São dois temas particulares aí: um sistema aberto de telecomunicações, de uma instituição também aberta, e também o modelo do TCP/IP internet. Quero só conceituar, para deixar claro até onde vão as telecomunicações e, além disso, o que não seriam telecomunicações, e o que é regulado diretamente por nós e o que não é regulado.

A internet no Brasil e o projeto de lei. Vou dar destaque na conceituação. Para nós, ficou claro que trazemos aqui o conceito de internet como sendo um serviço de telecomunicações, e depois a conclusão frente ao que acontece no mundo e quais são as alternativas que, no Brasil, poderíamos encaminhar para o debate.

A questão da governança da internet não trata somente de pontos como nomes de domínio, tais como www.senado.gov.br, ou endereços IP – estão ali – de rede, mas envolve outras questões, como proteção de dados, *spam*, custo de interconexão, entre outros aspectos. Deve ser considerada a importância estratégica, econômica, social, tecnológica, comercial, além dos aspectos relacionados à segurança das aplicações na internet.

Como está esse modelo hoje no mundo e a dependência que o Brasil e praticamente todos os países, exceto a União Europeia, têm com relação a esse modelo?

Esse modelo de governança atual é de uma instituição chamada Icam, controlada pelo Departamento de Estado do Comércio dos Estados Unidos e pelo Departamento de Defesa. A estrutura, então, montada, para que isso seja regulado, passa por questões de interesse tecnológico, comercial, econômico, de segurança, e isso atrelado à única hegemonia no controle e no debate dessa questão da governança.

Então, em tudo o que se quer instruir e construir no mundo da internet, o mundo precisa ter autorização dos Estados Unidos. Por exemplo, se Cuba quiser ter acesso à internet, é preciso ter uma autorização. Se, por exemplo, o Irã tem interesse também, é preciso uma autorização. Então, o que se debate hoje no mundo é: como isso deve evoluir? Se é um serviço de telecomunicações, como o propósito indica, esse serviço de telecomunicações tem de ser um modelo aberto. Esse modelo aberto hoje tem sido debatido nos fóruns internacionais adequados, na ONU, no caso da UIT, que é a União Internacional de Telecomunicações.

Então, a discussão que hoje se trava é que, com todo esse poderio nas mãos, fica muito difícil para qualquer país se defender sob o ponto de vista de segurança de suas informações, mesmo que as informações sejam armazenadas no Brasil, se o modelo atual dessa governança é um modelo que praticamente não tem atribuição aos países que compõem esse cenário.

Esse é um ponto importante e que está em debate no mundo todo. Foi muito discutida essa questão em Dubai.

E qual foi a posição dos Estados Unidos e que, acho, é a posição que o Brasil deve adotar?

Eles chegaram dizendo que havia um projeto de lei, uma lei aprovada pelo Congresso americano, e

que eles não poderiam debater essa questão no fórum de telecomunicações, porque, por exemplo, a palavra “internet” jamais poderia ser discutida. E o que saiu daquela reunião e do debate foi que todos os países que queriam discutir essa questão eram países que queriam dominar, nas suas estruturas nacionais, a estrutura de comutação e de encaminhamento da internet, para ter controle dessas informações, criar censuras e começar a ter possibilidade de acesso às informações, sejam de pessoas físicas, jurídicas, etc. Então, que assim que isso mudasse, a internet acabaria, e o mundo teria suas internets, de propriedades dos países, o que não levaria ao mundo aberto, como é hoje.

E o que nós vemos hoje é exatamente o contrário: por ter, talvez, essa estrutura, tem possibilitado, como tem saído na imprensa e a gente tem visto, essa governança.

Então, é algo importante a ser debatido. Se também tivermos – e vamos ter de ter – uma lei, essa lei teria de fazer frente, mesmo que do ponto de vista operacional, a uma discussão.

O que foi discutido lá dos pontos mais importantes, para termos uma ideia? Primeiro, no preâmbulo, que falava dos direitos humanos e de acesso, a discussão basicamente era a de que a China não aceitava incluir a expressão “discussão dos direitos humanos”, porque, como todos sabem e vêm discutindo, eles teriam interesse de controle do acesso do cidadão à internet. Da mesma forma, os Estados Unidos não aceitavam a questão do direito de acesso dos Estados-membros, por exemplo, o direito de Cuba e do Irã de terem acesso à internet.

A partir do momento em que a China aceitou a expressão “direitos humanos” no *caput*, restou claro que a questão não era debater direitos humanos; a questão era manter o controle da hegemonia nesse mundo da internet. E não votaram favoravelmente a essa questão, mas assim passou, porque a maioria dos países presentes votou. Contudo, foi claro – acho que o Congresso tem esse conhecimento – que Estados Unidos, países da União Europeia e alguns outros não assinaram definitivamente esse acordo internacional.

A mesma questão com relação à segurança da internet. Os artigos específicos que ali estão – e o Brasil teve uma participação muito importante nessa questão – também foram muito debatidos. O que se colocava por trás é que a internet é livre, aberta e que não tem de haver nenhum processo de segurança. Se hoje usamos a internet para tudo, não apenas nas nossas relações pessoais, mas comerciais, bancárias, etc., como essa rede não tem de trazer princípios básicos de segurança? E essa segurança passa pela questão da governança, ou seja, da soberania dos países

envolvidos nesse mundo. Então, isso era importante, mas também não foram favoráveis. Votaram contra mais uma vez, mas os princípios básicos passaram.

Outra questão importante, mais uma vez debatida e também não aceita, foi a questão *roaming internacional*, que também está sendo discutido. Hoje, quando se viaja a qualquer país, sabemos o quanto se paga pelo *roaming internacional*. Por quê? Porque as estruturas hoje estão todas fora e não, no Brasil. Então, como não há essa possibilidade de controle, o preço realmente é quase proibitivo para uso quando se está fora.

Houve alguns acordos em nível da União Europeia, nos países europeus, mas nós não conseguimos. Mas saiu. À época também estavam contra, mas acabaram voltando atrás e aprovando esse projeto de criação dessas condições.

O que estamos falando disso aí?

É o seguinte: hoje, como a maioria do tráfego sai do Brasil e tem de ir aos Estados Unidos – porque aqui não temos a estrutura que alguns outros países, em negociação com os Estados Unidos, conseguiram por outros interesses –, a balança comercial está invertida. O Brasil encaminha hoje mais de R\$600 milhões – ou são dólares; não me lembro – das empresas brasileiras, porque o tráfego tem de ir todo para os Estados Unidos para, depois, voltar ao Brasil. Então, como essa balança está totalmente desbalanceada, nós precisamos discutir, como ocorre hoje nos serviços de telecomunicações, o pagamento pelas redes de lá e pelas redes de cá. Se o tráfego internacional é para aquele país, vai para aquele país – se é para a Alemanha, vai para a Alemanha; se é para o Japão, vai para o Japão; se é para os Estados Unidos, vai para os Estados Unidos. No entanto, não tem sentido tráfego da Argentina, Brasil/Argentina, passar pelos Estados Unidos.

Então, essa questão do *roaming* é um ponto importante e envolve, mais uma vez, a questão da estrutura da governança. Nesse sentido, o Brasil apresentou essa proposta, também foi aprovada, também contrariamente aos interesses de hoje dessa governança, uma governança unilateral, que é a possibilidade de estabelecimento de pontos de troca de tráfego internacional – é um pouco técnico para se traduzir, nível 1 –, para permitir que o tráfego nacional fique no Brasil e que o tráfego que tem de ir para Argentina já tenha uma ligação direta com a Argentina – se tiver com a Alemanha, direto com a Alemanha, e assim por diante –, e não ter de falar com esses países sempre passando pelos Estados Unidos.

Então, imaginem quanto isso aumentaria em termos de receita dos serviços que ficariam no Brasil, e aí entra a questão que o colega Max colocou, do Minis-

tério, da importância de se pensar também na estrutura de essas informações estarem armazenadas no Território nacional. É a discussão, como foi colocada aqui, dos *data centers*. Por que os *data centers* têm sempre de ficar fora? Não, depende do modelo que vai ser adotado.

Telecomunicações hoje é assim, para qualquer outro tipo de serviço. Então, há um investimento, e é importante para quê? Para a melhoria dessa qualidade, o aumento da conectividade e da resiliência da rede, incentivando a competição e reduzindo os custos das interconexões de telecomunicações, gerando emprego e renda aqui no Brasil e capacitação. Se não tenho recursos para ficar no Brasil, como eu vou treinar e instruir os brasileiros para que, um dia, tenham acesso também a essa tecnologia?

E o último ponto ficou no art. 3º desse tratado: é a questão de a governança não ser unilateral, mas ser multilateral. Ou seja, que todos os países participem, como é hoje com telecomunicações na UIT. Não houve um acordo, e isso foi por resolução anexa a esse tratado, e essa resolução abriu essa possibilidade de debate, que é o que se está debatendo hoje. Já tivemos uma reunião esse ano em maio, em Genebra. Vamos ter uma reunião em novembro ou dezembro deste ano, para poder, no nível mundial, buscar uma solução. Ao solucionar, vamos ter as condições nas legislações de cada país, como é hoje para telecomunicações, com a Lei Geral de Telecomunicações e, agora, com o marco civil da internet.

Só para enfatizar aqui a separação do mundo de telecomunicações do mundo da internet, que hoje se fundiram: do lado esquerdo, temos uma estrutura, que chamamos de camadas, como uma máquina que precisa falar com a máquina do outro lado. Até a aplicação ali, basicamente, quando você entra, coloca o seu *login* e sua senha, vem a estrutura da sua tela, as cores que vêm no seu computador, e a aplicação propriamente dita – um controle de estoque, uma folha de pagamento, ou um acesso a um banco, etc.

Isso em telecomunicações é bem segregado. No mundo da internet, que se chama de TCP/IP, chama-se a tudo isso de aplicação. Nós também chamamos de aplicação. Então, é aplicação por aplicação.

Olhando para a internet do lado direito ali, há aquele FTP, para transferência de arquivos, quando se baixa um arquivo de determinado provedor de informação. Há o SMTP, quando se enviam *emails*, há troca de comunicação; há toda a estruturação. E ali, onde se entra em todos os sites do mundo todo, que é o *www*.

Esse mundo da aplicação que chamamos praticamente de valor adicionado em todo o mundo é separado do que são telecomunicações, que está ali de rede

para baixo, tanto do ponto de vista da estrutura “telecom” quanto do ponto de vista da estrutura da internet.

Transporte, então, que é esse nível que está ali, separa esses dois mundos; caracteriza a separação do que é o mundo da aplicação e faz interface entre a aplicação e a estrutura de rede.

Estamos discutindo e se fala muito aqui... – isso foi importante para caracterizar a neutralidade de rede. Como bem disse o Max, a neutralidade de rede de telecomunicações, por natureza, é uma obrigação, não só do ponto de vista de ela ser neutra em todos os seus sentidos, como do ponto de vista também, como está na Constituição brasileira, da sua inviabilidade. Então, de rede tanto faz do ponto de vista de telecomunicações para as redes convencionais, como para as redes que dão suporte à internet –, o que está para baixo ali também constitui essa estrutura, tanto para telecomunicações quanto para internet.

Do ponto de vista do projeto de lei, eu destaco o que está no art. 5º, um dos pontos importantes, que é o que mais vem à luz, que é a caracterização do que é internet. Então, pela primeira vez, estamos colocando numa lei que internet é um sistema constituído de um conjunto de protocolos lógicos...

(*Soa a campanha.*)

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE —...Fiz questão de colocar os protocolos. São estruturados em camadas e possibilitam a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes. Isso é comunicação de dados.

Nós vamos chegar a uma posição clara, de que estamos trazendo para o mundo das telecomunicações o conceito de internet do nível 3, pelo menos, ou, quem sabe, do nível 4 para baixo.

A Constituição brasileira está totalmente de acordo com isso, segundo o art. 21, que dispõe sobre a criação da Lei Geral das Telecomunicações. Se são telecomunicações, terão de ser por autorização, concessão ou permissão. Separamos aplicação daquilo que é telecomunicação. Caracteriza também, além do art. 155, comunicação para fins de impostos, e ainda, em outro artigo que aqui já foi citado anteriormente, para garantia do sigilo das comunicações.

A Lei Geral das Telecomunicações suporta, ou seja, no art. 1º da Lei está claro que a Anatel regula, mas aqui está havendo uma proposta que pode ser feita por decreto, em alguns princípios. O art. 60 da Lei Geral caracteriza o que é serviço de telecomunicações, e está totalmente em sintonia com o conceito que está aí, de internet. E também, quanto aos serviços de valor adicionado, fica claro para nós que são serviços daquelas camadas de aplicação, e cabe à Anatel, então, regular os condicionamentos e a relação entre aqueles

e as prestadoras de serviço de conexão de internet, como está dito aqui, operadoras de telecomunicações.

Nessa linha, é importante discutirmos agora a neutralidade de rede, como está explicitado na proposta do marco civil, em seu art. 9º. Está proposto que o responsável pela transmissão, comutação e roteamento – no caso, empresas de telecomunicações, que vão prover essa internet – deve tratar de forma isonômica qualquer pacote de dados, sem distinção do conteúdo, origem, destino, serviços etc. Isso será regulamentado por decreto, como já foi dito.

Lá embaixo, no §3º, há um ponto que chama a atenção. Acho que, por isto, este debate é importante, ou seja, temos que ter cuidado ao escrever isso em uma lei, porque muitas vezes podemos criar algum tipo de condição que tornará difícil, de fato e na prática, garantir essa neutralidade da rede. Por exemplo, as empresas que vão ser responsáveis, como está posto no art. 9º, por bloquear, monitorar, filtrar, analisar, fiscalizar, não devem fazê-lo em relação ao conteúdo do pacote da informação, mas a informação que o pacote traz.

Por isso, no próximo eslaide, vamos discutir o que é neutralidade. O mundo hoje não colocou ainda a neutralidade da rede. Não temos apenas a neutralidade da rede; há outras neutralidades. Em relação a todos os dispositivos que utilizam, que conectam essa rede, pode-se permitir que alguns deles (*smartphones* ou equipamentos) possam estar conectados. Que garantias têm esses equipamentos já que não vou discriminar nenhum desses equipamentos?

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Nascimento. Bloco União e Força/PR – AM)) – Para encerrar.

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Estou encerrando.

Outras questões importantes: neutralidade em relação aos usuários, neutralidade em relação aos serviços e aplicativos e neutralidade também, como está colocado, em relação ao conteúdo.

Isso é importante, e aí vem uma figurinha. Isso aconteceu aqui, no Brasil. A empresa de telecomunicações não pode, de forma alguma – por isso é neutra – proibir o acesso de todos os que fazem conexão com a internet. No caso, especificamente, para programas de *e-mail*, houve uma discussão no mundo com relação a *spam*, no sentido de que seu acesso deveria ser bloqueado, por exemplo, à Porta 25, que permitiria o acesso. E as empresas de telecomunicações foram obrigadas a fazer isso. Não queriam fazê-lo porque, na realidade, não estava claro que essa era atribuição das empresas de telecomunicações, como exemplo de neutralidade.

Da experiência internacional, trago a do próprio FCC, órgão regulador americano, em que a neutrali-

dade, para ele, é intitulada de *open internet order*. Na realidade, ele não está discutindo a neutralidade da rede em si, até porque a própria regulação americana diferencia claramente, por exemplo, classes de acesso à internet, como serviços fixos, serviços móveis, sendo mais branda com serviço móvel porque usa infraestrutura de rede de radiofrequência e não de cabos de fibra ótica. E, então, há as características de transparência, proibição de bloqueio e de não discriminar também para todos os serviços, separando, por exemplo, o que é móvel do que é fixo.

Em síntese, o Brasil tem atualmente uma estratégia de Estado atualmente em curso, relacionada principalmente com a discussão internacional da governança da internet. Isso tem que ser refletido, de alguma forma, no projeto de lei que aqui se discute.

O projeto de lei deveria abster-se de entrar em quaisquer aspectos técnicos, relacionados à arquitetura, definição, gestão, operação da internet e suas redes. São assuntos técnicos, altamente dinâmicos e deverão ser tratados no âmbito de uma regulamentação setorial. Há de haver princípios claros para isso, para que a regulamentação possa refletir isso, uma regulamentação infralegal.

Os fatos internacionais recentes mostram que a desregulamentação, a desregulação total da internet é um mito, que embute estratégias hegemônicas de controle, perpetuação de uma relação assimétrica. Ninguém desconhece a origem da internet, mas a realidade é que hoje ela se constitui em uma infraestrutura global de suporte às comunicações e transformadora da economia, da política e das interações sociais.

Como conclusão, quais são os problemas estruturais que afetam a arquitetura praticamente no Brasil? Então, nem todos os países passam por isso. Primeira questão, a governança da internet, como eu coloquei, em função disso, essa topologia centralizada da internet, que tudo tem de ir a um determinado ponto, que é localizado nos Estados Unidos, e aí vem, em consequência também, o trânsito IP, internacional, que é a questão da segurança.

Se não discutirmos essas questões e buscarmos soluções em projeto de lei, nós podemos continuar com o que existe hoje. Em todas essas rotas internacionais de fibra, o destino sempre são os Estados Unidos; do mundo todo, como está ali, vai para os Estados Unidos. E no mundo das telecomunicações, se nós mudarmos esse processo, vamos ter rotas internacionais entre países e não de um determinado país para o outro e, desse país, para o resto do mundo.

Da mesma forma, vem a questão dos pontos de troca de tráfego, que é a questão da comutação e a garantia da segurança, em que as informações, *data*

centers, eles podiam estar nos *data centers* nacionais, porque isso facilitaria toda essa integração.

Então, esse debate é muito mais amplo do que a gente discute aqui no marco civil, em que os seus princípios são colocados. Acho que é importante trazer essa mensagem para o debate nesta Casa.

Obrigado pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Nascimento. Bloco União e Força/PR – AM) – Seguimos a nossa pauta de exposições com o Sr. Marivaldo de Castro Pereira, Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça.

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA – Obrigado, Senador Alfredo. Muito bom dia, Senador Vital, Senador Valdir Raupp e demais integrantes da Mesa.

Quero agradecer o convite formulado ao Ministério da Justiça e destacar o caráter oportuno desta audiência, tendo em vista os fatos recentemente divulgados pela imprensa. Sem dúvida alguma, o debate sobre o marco civil da internet mostra-se extremamente oportuno neste momento e extremamente importante para corrigir algumas vulnerabilidades que vêm sendo destacadas aí nas últimas semanas.

Queria, muito brevemente – até porque já foi bastante detalhado pelos demais membros da Mesa anterior o conteúdo do marco civil da internet –, colocar apenas, de um modo geral, alguns pontos.

O marco civil da internet nasce de uma demanda muito forte da sociedade pela regulamentação da internet no Brasil. A sociedade começou a se deparar, com a expansão da internet, com uma série de conflitos que não encontravam parâmetros legais para que fossem resolvidos. Então, tínhamos, por exemplo, decisões judiciais completamente antagônicas, definindo conceitos absolutamente distintos em relação à internet, todas elas com o objetivo de não se furtar à decisão sobre conflitos existentes no âmbito da internet.

Da mesma forma, temos também a discussão de uma série de normas relacionadas a temas específicos da internet, como a questão do cibercrime, como a questão dos conteúdos ilegalmente difundidos na rede, a questão do comércio eletrônico, a questão da proteção de dados pessoais, todas elas trazendo parâmetros, trazendo conceitos absolutamente distintos, conceitos esses aplicados à internet, o que certamente criaria em risco e levaria à continuidade do conflito existente na rede.

Da mesma forma, temos uma completa insegurança em relação aos contratos firmados entre os atores econômicos que atuam no âmbito da internet e os próprios usuários da rede. Então, diante de todo esse contexto e de toda a importância e relevância da

internet no dia a dia da sociedade, surge aí uma demanda pela regulamentação da internet, pela definição de parâmetros que permitam que as pessoas falem a mesma língua ao dispor da internet.

A partir dessa demanda, o Ministério da Justiça em parceria com o Ministério das Comunicações, com a FGV, Rio de Janeiro, promoveu um amplo debate público para a construção de um marco civil da internet, uma verdadeira Constituição da internet. Esse debate levou algo em tono de dois anos. Tivemos, num primeiro momento, um debate sobre pontos específicos que deveriam ser abordados pelo marco civil da internet e, posteriormente, um debate sobre o próprio texto, um debate no âmbito da própria internet, e um debate que permitia não só que os participantes encaminhassem dados para que o Governo avaliasse e incorporasse a proposta em discussão, mas uma plataforma que permitia o debate entre os próprios participantes da consulta pública; ou seja, os internautas poderiam debater entre eles sobre os pontos que gostariam de ver alterados no marco civil da internet.

Isso resultou em mais de 60 mil visitas à plataforma de consulta pública; mais de 2,3 mil contribuições ao todo, ao longo dos dois anos; audiências públicas e seminários. Posteriormente, quando o projeto chegou à Câmara dos Deputados, novamente foi submetido a consulta pública, por meio do e-Democracia, e foi muito bem recebido.

O projeto trata, basicamente, dos direitos dos usuários, garantias e princípios; dos deveres dos intermediários, no âmbito da internet; das responsabilidades, obrigações e seus deveres; e das atribuições dos Estados para a implementação de políticas públicas no âmbito da internet, com especial destaque para a própria inclusão digital.

O que ficou de fora?

Temas de extrema relevância e que, invariavelmente, são discutidos aqui no Congresso, como comércio eletrônico, cibercrimes, direito autoral, gestão técnica de protocolos, governança de rede, proibição de *spam*, regulação das *lan houses*, ou seja, temas que são específicos e que, na avaliação, à época, se fossem trazidos para o âmbito do marco civil, poderiam comprometer a sua tramitação, na medida em que são temas que envolvem certa polêmica e são específicos, contrariando o caráter geral que o marco civil buscou empreender. Assim, o marco civil busca ser a base normativa que orientará a elaboração dessas normas específicas. Ele é a norma que busca uniformizar a linguagem. Por isso, ficou conhecido também como a própria Constituição da internet.

O marco civil tem como base o Decálogo do CGI, que é um conselho de governança da internet, o Co-

mitê Gestor da Internet no Brasil, e tem como ponto central – eu gostaria de destacar –, entre os direitos e garantias do usuário: primeiro, a inviolabilidade da privacidade e da intimidade do usuário, que está previsto na Constituição e é replicado, é reproduzido, no âmbito do marco civil da internet, tema que está em grande evidência atualmente. É um tema sobre o qual nos temos debruçado, junto com o Ministério das Comunicações, e também com o Relator do projeto, no âmbito da Câmara, para avaliar em que medida podemos fortalecer ainda mais as garantias do usuário no âmbito da internet; em que medida esse usuário pode ter as suas informações protegidas – protegidas, sobretudo, nos termos previstos na Constituição brasileira.

É importante destacar que o nosso ordenamento tem uma previsão bastante garantista, digamos assim, em relação à proteção da privacidade e da intimidade dos cidadãos brasileiros, das pessoas. E isso buscou-se reproduzir no marco civil da internet. Porém, devido à estrutura da rede, à forma como funciona a internet, é importante avaliar em que medida a legislação brasileira seria suficiente para garantir essa privacidade e essa intimidade dos cidadãos que usam a internet em nosso País.

Então, esse é um debate em que, a partir do texto original que foi encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara dos Deputados, temos nos debruçado para buscar um aperfeiçoamento que melhore, cada vez mais, a garantia dos direitos à privacidade e à intimidade dos usuários na internet.

Outro tema de grande importância, que também é pauta desta audiência pública e já foi bastante mencionado aqui, é a questão da neutralidade de rede. O marco civil da internet é uma lei construída com grande foco no usuário, até porque podemos dizer que talvez seja um dos maiores exemplos de construção participativa que temos em tramitação no Congresso Nacional, em razão da ampla participação que ele trouxe. E ele tem como foco a preservação do dinamismo da internet, a preservação do caráter dinâmico da internet e também do caráter democrático da rede.

Hoje, qualquer pessoa pode criar seu *blog* e colocar ali, postar textos, notícias, divulgar a informação que quiser. Qualquer pessoa hoje, no âmbito da internet, pode ser produtor de conteúdo. Hoje, qualquer pessoa pode criar uma empresa, no âmbito da internet, e de repente iniciar ali um novo negócio. Ou seja, a internet é um ambiente extremamente democrático, que tem impacto tanto na liberdade de expressão, como também na democratização dos meios de comunicação. E está aí o seu impacto direto na nossa democracia hoje. Hoje, assistimos a uma série de mobilizações que se iniciam pela internet – tem uma grande importân-

cia, tem base na internet. Ou seja, ela é central para o amadurecimento da democracia e para o exercício da cidadania.

Hoje, temos vários portais que divulgam informações públicas. Temos o Portal da Transparência, temos os portais do Poder Legislativo. E, cada vez mais, a sociedade vai cobrando; e, cada vez mais, a internet vem sendo o mecanismo por meio do qual os poderes e a administração pública vão se modernizando e vão ampliando a sua transparência, fomentando o exercício da cidadania por parte do cidadão.

Para tudo isso, um ponto central – e é um ponto resguardado no marco civil da internet – é a neutralidade, que é a vedação à possibilidade de se discriminar conteúdo, de o provedor de conexão poder discriminar o conteúdo, salvo por questões técnicas. E é um ponto central, é um ponto que vem gerando grande polêmica, mas é um ponto bastante caro – e foi bastante caro – ao longo de todo esse debate de construção do marco civil da internet.

Talvez, quando o projeto chegar aqui, será o grande ponto a ser debatido. Vi que ele foi bastante mencionado nas questões anteriores, e o temos debatido, também, no âmbito do Governo. A princípio, o Ministério da Justiça vem dialogando no sentido de que o texto proposto no projeto original daria condições para que se tenha uma proteção da neutralidade, sem comprometer a segurança da rede, sem comprometer a integridade da rede, sem comprometer a qualidade dos serviços prestados aos internautas.

Uma grande preocupação também do marco civil é de que tenhamos uma lei que preveja as garantias, os direitos dos usuários, as responsabilidades dos atores envolvidos na rede. Qual é a responsabilidade do provedor de serviço? Qual é a responsabilidade do provedor de conexão? Mas que tudo isso não implique prejuízo à internet; ou seja, não podemos piorar a qualidade de internet no Brasil, e, por isso, você tem, mesmo no projeto original, uma ressalva à neutralidade, que são as questões técnicas. Não podemos também colocar a neutralidade acima da própria qualidade na rede, senão teríamos um contrassenso.

Dos outros pontos colocados – e aí também é um debate que deve ser amadurecido –, há a questão da guarda dos dados de usuários que estejam no Brasil. Esse é um debate que está diretamente relacionado à privacidade. Avançamos em alguns pontos. Esse tema ainda tem sido debatido no Congresso Nacional, e temos debatido, também, junto ao Ministério das Comunicações, junto à Anatel, como viabilizar a guarda desses dados no Brasil e o que é principal: como garantir que os dados de cidadãos brasileiros, os dados de usuários da internet, os dados produzidos no Brasil, estejam

resguardados pela legislação brasileira; ou seja, que o sigilo, a inviolabilidade, a intimidade dos usuários da internet do Brasil não possam ser violados. E o grande desafio é que não possa ser violado, ainda que essa violação seja autorizada por uma lei estrangeira. Acho que esse é o grande desafio que temos de enfrentar e sobre o qual temos de nos debruçar. Certamente, aqui no Senado, isso ensejará um amplo debate, tendo em vista a escala mundial da internet. Então, essa é uma grande preocupação nossa.

Nossa preocupação, também, é no sentido de que, hoje, o marco civil já passou por um amplo debate na Câmara dos Deputados, e, cada vez mais, o fatos vão-nos mostrando a urgência que temos em aprovar esse tema. A sociedade demanda que tenhamos uma lei que regule a internet no Brasil; o usuário precisa saber a quem recorrer se o direito dele estiver sendo violado, mas, primeiro, ele precisa que esse direito esteja claro na norma. Ele precisa saber a quem recorrer quando um dado dele foi ilegalmente postado na internet; teve ilegalmente dada a sua publicidade na internet. Ele precisa saber como agir quando a qualidade do serviço não é aquela efetivamente contratada.

Então, uma série de temas vão surgindo no dia a dia. Toda semana surge um tema novo que aponta a necessidade e a urgência de se discutir e aprovar o marco civil da internet.

É nesse sentido que temos debatido isso no âmbito do Poder Executivo, conversando bastante com o Relator, avaliando os pontos que merecem alteração, que ainda podem ser alterados, para agilizar e chegar a um acordo na Câmara e votar o marco civil da internet. Todo esse trabalho terá de ser feito aqui, novamente, e, por isso, a importância desta audiência pública, porque já se antecipam os pontos que estão sendo discutidos lá, permitindo já um amadurecimento deles aqui no Senado Federal, para que, quando o processo chegue até aqui, tenhamos uma tramitação bastante célere, e a sociedade tenha rapidamente um texto que contemple os seus interesses.

É importante destacar que o marco civil não foi criado com foco em nenhum setor de mercado; não foi criado com foco nas telecomunicações e nem nas empresas que estão focadas na internet. O foco do marco civil da internet é o usuário; é a preservação do dinamismo do caráter democrático da rede; é a preservação do sigilo, da intimidade e da privacidade do usuário. Todo o texto foi construído nessa perspectiva, e todo aprimoramento que tenha como objetivo resguardar esses direitos dos usuários, resguardar esse caráter democrático e dinâmico da internet será muito bem-vindo. E é por isso que o texto vem sendo bastante amadurecido.

Eu poderia colocar aqui outros pontos relacionados ao texto, mas acho que os demais colegas já os colocaram. Há bastante gente para falar ainda, e precisamos abrir espaço para o debate. Mas, desde já, agradeço a oportunidade e coloco o Ministério da Justiça à disposição para seguir debatendo este tema com o Senado Federal.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Nascimento. Bloco União e Força/PR – AM) – Obrigado, Secretário.

Usará da palavra o Sr. Alexander Castro; a seguir, o Sr. João Moura, o Sr. Nelson Wortsman e, na sequência, o Senador Vital do Rêgo.

Passo a palavra ao Sr. Alexander Castro, Diretor de Regulação do Sinditelebrasil, pelo tempo de 15 minutos.

O SR. ALEXANDER CASTRO – Bom dia, Senador Alfredo Nascimento. Cumprimento os demais Senadores presentes, os colegas de Mesa, senhoras e senhores presentes aqui nesta audiência.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer o convite para o Sinditelebrasil estar aqui hoje, trazendo a posição do setor de telecomunicações.

Para aqueles que não estão familiarizados com o Sinditelebrasil, somos o sindicato que representa as empresas operadoras de telecomunicações, abrangendo todas as empresas que prestam o serviço de telefonia, serviços de telefone fixo comutado, as empresas que prestam serviço móvel e pessoal no Brasil, e as empresas que prestam serviços de comunicação multimídia no Brasil.

Antes de começar a falar propriamente do marco civil, eu gostaria de fazer uma breve contextualização da internet, da evolução da internet no Brasil e no mundo.

Nesse primeiro eslaide, o objetivo é mostrar que, a partir de 1995, o Governo brasileiro abriu o *backbone* para provedores de acesso comercial, e tinha início, então, a internet comercial no Brasil.

De lá para cá, a internet, não só no Brasil, mas no mundo, experimentou um crescimento bastante grande e vem-se expandindo, se modernizando e se transformando. A internet está num processo de mutação, de evolução, de transformação. É um cenário, hoje, dinâmico.

Os números mostram que esse crescimento vem-se mostrando fabuloso. A cada segundo, temos 100 mil tuítes sendo colocados na rede; 684 mil itens sendo compartilhados no Facebook; 2 milhões de pesquisas no Google são feitas; 48 horas de vídeo são carregadas no YouTube; 47 mil aplicativos são baixados na *Apple Store*; 571 *websites* são criados.

O *e-commerce* na internet vem crescendo, e as previsões de receita são de que esse crescimento

vem-se realizando em 8,6% por ano, com tendência de crescimento nos próximos cinco anos.

O que é impressionante é que as aplicações de vídeo, que consomem uma considerável banda das redes de telecomunicações que suportam o acesso à internet, vêm crescendo tremendamente. Temos 340 mil anos de vídeos *on-line* vistos por dia; 4 bilhões de vídeos são vistos por dia *on-line*. Assistir a um vídeo, hoje, no computador, é quase tão comum quanto assistir à televisão entre os consumidores *on-line*.

O mundo tem aproximadamente 6,8 bilhões de pessoas, e, dessas, 4 bilhões usam o serviço móvel. Praticamente, em vários países, a metade, hoje, já usa *smartphones*, que são os dispositivos terminais que possibilitam ao proprietário acessar a internet, e isso tem levado a um crescimento de tráfego na internet via *smartphones*, ao ano, de 103%.

Então, todos esses números mostram o seguinte: a internet cresceu muito e ainda tem muito a crescer. E todo esse crescimento, aqui no Brasil, de 1995 a 2013, ocorreu sem a existência do marco civil da internet, mas em estrita obediência ao arcabouço regulatório da Anatel. As empresas de telecomunicações ofertam o acesso à internet por meio de dois serviços de telecomunicações: o serviço móvel pessoal e o serviço de comunicação multimídia. Estão, portanto, sujeitas a toda a regulamentação, a todo o arcabouço regulatório que a Anatel edita; e não só o arcabouço regulatório, mas também o marco legal encabeçado pela Lei Geral das Telecomunicações.

Então, durante esse período, essa evolução que a internet experimentou ocorreu sem quebra de privacidade por parte das operadoras, ocorreu sem quebra de neutralidade de rede e ocorreu sem interferência na gestão das redes e no modelo de negócios das operadoras.

Muito investimento foi realizado pelas operadoras. Só para mostrar números macros e bem rapidamente, a média do investimento do Brasil, de 2002 a 2011, é de quatro, nove vezes mais do que a média internacional, a média mundial; e os investimentos das empresas de telecomunicações, hoje, representam 19% da receita operacional líquida, quando a média, nos Estados Unidos, é de 12%. E isso com todos os recursos que são retirados do setor, o que reduz a disponibilidade de investimento das empresas.

Para que os senhores tenham uma ideia, só em 2012 foram recolhidos R\$41 bilhões aos cofres públicos, dos quais R\$7,9 bilhões em Fust, Funtel e Fistel, e R\$33 bilhões em tributos diversos. Somando os tributos e os fundos, a gente tem um número que representa cinco vezes o lucro líquido das empresas de telecomunicações. E, se considerarmos a receita

operacional, perceberemos que 4,8% dessa receita vão para o acionista, enquanto 30,8% vão, sob a forma de tributos e fundos, para o Estado. Vale dizer que o que o Estado recebe representa 6,4 vezes mais que aquilo que é pago aos acionistas.

Então, mais uma vez, reiterando: a internet vem se desenvolvendo, vem se modificando, vem crescendo. A internet de hoje é muito diferente da de 1995 e será muito diferente da de 2025.

Então, dentro desse cenário, o que a gente entende? O marco civil estabelece que o acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania. Com isso, a massificação do acesso, a modernização das redes, a oferta de acessos com maior velocidade, a introdução do 4G, a introdução da fibra até a casa do usuário, a redução das desigualdades sociais, tudo isso leva à necessidade de investimentos. Estima-se, através de trabalhos que foram contratados pelo Sinditelebrasil à LCA, uma empresa de consultoria bastante renomada aqui no Brasil, que nós vamos necessitar de investimentos da ordem de R\$167,3 bilhões, somente falando de Capex, sem falarmos de Opex, para fazer a manutenção dessas redes. E, associado a este Capex, a gente precisa de políticas públicas e programas visando incentivar e antecipar investimentos.

Por essa razão, a gente defende que o marco civil seja concebido de forma a, primeiro, preservar os direitos constitucionais dos cidadãos; segundo, estimular o crescimento e a modernização da internet, não freando esse desenvolvimento e não inibindo o investimento.

E o que se pergunta é o seguinte: a última versão divulgada pelo relator do projeto representa, efetivamente, uma carta de princípios para a internet no Brasil? A posição do setor de telecomunicações é a de que, para o nosso setor, não representa. A redação atual do marco civil da internet interfere, hoje, nos modelos de negócios das operadoras e na gestão das suas redes, conforme terei oportunidade de explicar um pouco mais detalhadamente.

Em síntese, a posição do setor é a de que, mais uma vez, olhando do ponto de vista do setor de telecomunicações, o marco civil inibe investimentos, impacta negativamente em projetos de massificação da internet, privilegia poucos usuários em detrimento de muitos, introduz uma assimetria injustificável e inconcebível, do nosso ponto de vista, de tratamento entre provedores de acesso e provedores de aplicação – provedores de acesso são as operadoras de telecomunicação; provedores de aplicação são todos os demais provedores, tais como provedores de armazenagem, provedores de conteúdo, provedores de entretenimento, provedores de busca, enfim, todos os demais provedores são os

provedores de aplicação – e concorre para dificultar a apuração de ilícitos na internet.

Por que inibe investimentos? Porque o marco civil propõe que as empresas operadoras, determina que só podem oferecer um determinado tipo de acesso, que é o acesso *full* à internet, o acesso pleno à internet.

Ora, a gente vê que o modelo atual tem acarretado um desbalanceamento de tráfego custo e receita. Como mencionei, os dados que apresentei de vídeo, que a gente mostrou aqui na evolução da internet, o tráfego vem crescendo numa derivada bastante significativa. Já a receita cresce numa derivada muito inferior, e, perigosamente, aproximando-se do custo do serviço.

Então, efetivamente, não somos nós as operadoras brasileiras que estão questionando. No mundo inteiro, a ETNO, na Europa, as operadoras americanas questionam que o modelo atual não consegue capturar o valor agregado correspondente ao tráfego gerado.

Dessa forma, o que se pretende? O que se pretende não é impor ao usuário nenhum tipo de plano, de oferta. O que se pretende é que o marco civil seja abrangente, seja, sim, uma carta de princípios; seja abrangente e flexível o suficiente para que permita a discussão. A discussão de quem com quem? Das operadoras de telecomunicações com as instituições que foram criadas no País para regular, fazer a gestão do setor de telecomunicações e fiscalizar a oferta de telecomunicações no País, que é a Anatel e o Ministério das Comunicações, no que diz respeito às políticas públicas, e todos os demais órgãos de controle da União.

Dessa forma, o que se pretende é ter o espaço para se discutir efetivamente alternativa. Ora, se o modelo, efetivamente, não está mais adequado em função dessa mudança enorme de enfoque da internet, então vamos discutir um modelo sem se impor nada.

Então, no fundo, no fundo, o que a gente coloca é o seguinte: 25% dos internautas hoje consomem 80% dos recursos da internet. Isso significa o quê? Que os usuários têm perfis diferentes, eles não são todos iguais. Outro ponto é o seguinte: queremos apresentar uma parafernália de planos – como sugeriram até na última audiência –, como sugeririam em um vídeo apresentado aqui? Não. Não se pretende isso. As empresas querem apenas discutir. E efetivamente os planos de serviços, pela regulamentação da Anatel, têm que ser submetidos à Anatel, para homologação. Então, efetivamente, a questão dos planos de serviços vai ser fiscalizada e controlada pela Agência.

Além disso, o usuário continua soberano e livre para decidir o que melhor lhe convier. Porque, efetivamente, a obrigatoriedade da oferta da internet *full* e plena pode ser até obrigatória, ser compulsória efetivamente. Então, ele vai ter sempre a opção de contratar

a internet *full*. Porém, proibir as empresas de ofertar outros serviços leva o que está colocado no eslaide aqui, à obrigação de você fazer um dimensionamento das redes para perfis de uso mais intenso. Consequentemente, você vai ter que superdimensionar a rede para ter que fazer mais investimentos e, com isso, para ter o retorno adequado, você vai ter que impor oferta com preços mais elevados; em decorrência disso, menor demanda, menor penetração e menor inclusão social.

O marco civil, segundo o nosso entendimento, introduz efetivamente essa simetria entre os provedores de acesso e provedores de aplicação. E eu fiz um resumo, sob o nosso entendimento, dos itens que o marco civil trata em relação aos provedores de aplicação.

Com relação à privacidade, existem determinadas fragilidades – a gente está sugerindo o aprimoramento no texto –, que beneficiam os provedores de aplicação, principalmente em situações em que os provedores de aplicação exploram o serviço no País a partir de plataformas e equipamentos que estão situados no exterior. Então, efetivamente, eles guardam os dados dos usuários no exterior, seus termos de compromisso, suas políticas de privacidade estabelecem como fóruns cidades no exterior, a Califórnia, por exemplo; além do que oferecem determinados serviços e, efetivamente, cobram a privacidade do usuário. Então, existem provedores de *e-mail* aqui que oferecem o *e-mail* de forma gratuita, mas, efetivamente, leem o *e-mail*, acessam o conteúdo dos *e-mails*, o conteúdo da informação dos usuários, para poderem oferecer publicidade para o usuário.

Outro ponto é que os provedores de aplicação não são obrigados a guardar os *logs*, os *logs* de aplicação. O marco civil da internet faculta aos provedores guardar: se eles quiserem guardar, guardam; se eles não quiserem guardar, não guardam.

Não precisam investir em *datas centers*, não precisam ter os dados armazenados no País.

O marco civil oficializa, na verdade, o monopólio da publicidade na internet, quando proíbe as empresas de telecomunicações fazerem a monitoração dos conteúdos dos pacotes, uma função que as provedoras de acesso fazem para efetivamente gerir suas redes, mas que facilitam, concorrem para que participem da publicidade da internet. Além do que, o marco civil da internet isenta os provedores de aplicação de qualquer responsabilidade na divulgação de conteúdo de terceiros. Eles só passam a ser responsabilizados no momento em que judicialmente forem notificados. Se ainda assim não retirarem o conteúdo de terceiro, aí sim passam a ser corresponsáveis. E podem prestar serviços a partir de equipamentos e plataformas no exterior.

Bom, já as provedoras de acesso às operadoras de telecomunicações, a título de privacidade, para garantir a privacidade do usuário são vedadas de monitorar, fiscalizar os conteúdos dos pacotes de dados. Ora, é importante que seja dito que a monitoração dos pacotes de dados é uma atividade fundamental para uma operadora de telecomunicações. Como eu vou garantir a estabilidade da rede se não faço a gestão da rede? E conteúdo do pacote...

(*Soa a campanha.*)

O SR. ALEXANDER CASTRO – Vou terminar já.

Dentro do conteúdo dos pacotes estão os cabeçalhos dos diversos protocolos, que existem justamente para viabilizar a gestão do tráfego desses pacotes na rede. Então, ler os cabeçalhos dos pacotes é muito diferente de ler a informação inserida ou retirada pelo usuário na rede.

Além do que, argumentar a questão da privacidade, a gente entende que é injustificável, porque efetivamente as empresas investem em *data centers*. Os maiores *data centers* da América Latina estão no Brasil e são de propriedade das empresas operadoras. Investimentos de 500 milhões em *data centers* são feitos pelas operadoras. Os dados são seguros e disponíveis quando solicitados pela Justiça.

Os sistemas de suporte de operação das operadoras têm acesso restrito, são protegidos, são rastreáveis, são fiscalizados e passíveis de auditoria pela Anatel a qualquer tempo. E o histórico atesta a possibilidade e a garantia da inviolabilidade da intimidade da vida privada e do sigilo das comunicações por parte das operadoras.

Então, em função disso, de fazer uma ingerência na gestão das redes por questões relativas à privacidade, a gente entende que é injustificável.

Por que concorre para dificultar a apuração de ilícito na internet? Esses cinco pontos a gente gostaria de mencionar, para encerrar.

Primeiro, as operadoras de telecomunicações, na telefonia, já fazem e sempre fizeram a guarda dos CDRs, que são registros da chamada. Então, quem ligou, para quem ligou, a hora que ligou e a que hora terminou a ligação. Estes CDRs são guardados por cinco anos nesses *datas centers* e, efetivamente, disponibilizados à Justiça, quando solicitados.

A partir de 2008, através de Termos de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público, nós passamos também a guardar os registros das conexões na internet. E o marco civil da internet proíbe hoje que as operadoras façam a guarda da informação de que *site* é acessado. Então, a gente somente pode guardar a informação do IP de origem. Ora, se eu tenho o IP de origem, eu me conecto e acesso diversos *sites* diferen-

tes, sejam eles quaisquer que eu esteja acessando, só vou poder informar à polícia o *site* de origem; o *site* de destino, não mais. Como os provedores de aplicação são facultados, não têm a obrigação, essa informação está perdida, dificulta e até inviabiliza a apuração. E não somos nós que dizemos isso. A Polícia Federal diz isso e vem dizendo já há bastante tempo.

No 2º Fórum da RNP, que ocorreu na semana passada, o Delegado Sobral comentou claramente que a guarda dos *logs* e a aplicação são fundamentais para apuração do ilícito na internet. Então, a gente entende que o marco civil, de uma maneira geral, deve vir para contribuir e ocupar lacunas que efetivamente existem na internet, mas mais na camada dos provedores de aplicação, porque na camada dos provedores de telecomunicações a Anatel possui um amplo e robusto marco regulatório que as empresas cumprem religiosamente e são objetos de fiscalização intensa por parte da Anatel.

Quanto aos provedores de aplicação, efetivamente existem lacunas com relação à essa legislação, que poderiam ser, de alguma forma, minimizadas pelo marco civil da internet.

A gente entende, para terminar – eu vou passar rápido com relação a essa questão da neutralidade. Eu só queria colocar, quanto à questão da neutralidade, o porquê de não termos falado de neutralidade? Porque neutralidade é uma coisa pacificada. Nós entendemos que a neutralidade, efetivamente, deve ser respeitada.

O decálogo do marco civil da internet, mencionado aqui e que foi colocado como um pilar do marco civil da internet, diz, quanto à questão da neutralidade de rede, o seguinte: “Filtragem ou privilégio de tráfego devem respeitar apenas critérios técnicos e éticos”. Ou seja, a rede não pode filtrar nem privilegiar nenhum pacote de dados. Só pode fazê-lo por motivos técnicos e éticos e não pode ser por motivo político, comercial, religioso, cultural etc.

Aqui nada se fala, em nenhum momento, com relação a modelo de negócio, com relação à oferta de tipos de serviços diferentes, inviabiliza o monitoramento dos pacotes da rede, dos conteúdos dos pacotes. Ou seja, isso é efetivamente um princípio.

O que está colocado no marco civil da internet, segundo o nosso entendimento, extrapola o conceito da neutralidade de rede. Então, como somos totalmente favoráveis ao conceito da neutralidade de rede, deixamos para fazer este registro por último.

Bom, era isso que eu queria apresentar.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade e me coloco à disposição para eventuais questionamentos e perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito obrigado.

Eu quero passar a palavra ao Sr. João Moura, Presidente Executivo da TelComp, que fará sua exposição. Resta ainda a exposição do Sr. Nelson Wortsman, Diretor de Ambiente e Infraestrutura da Brasscom e, a seguir, a palavra será concedida ao Senador Vital do Rêgo.

Quero comunicar a esta Comissão que assumirá os trabalhos da Presidência desta Comissão a partir de agora o nobre Senador Valdir Raupp.

Com a palavra o Sr. João Moura.

O SR. JOÃO MOURA – Obrigado, Senador.

Bom dia, Ex^{mas} Senadores, senhores e senhoras. Agradeço a oportunidade de participar deste debate e acrescentar algumas reflexões sobre tema tão importante para o futuro das comunicações do Brasil.

A TelComp é uma associação que existe há 13 anos e representa 55 operadoras de telecomunicações dos mais variados perfis, desde as líderes globais até empresas com perfil regional, lideradas por empreendedores locais.

A TelComp atua no fomento à competição, seguindo o princípio de que um mercado competitivo, dinâmico é o que melhor concilia os interesses do consumidor e das empresas, com incentivo à inovação, à qualidade, preço, enfim, a mais valor para todos.

Enxergamos o marco civil como uma importante iniciativa para estabelecer os princípios para o desenvolvimento da internet. Porém, dado o dinamismo das tecnologias nessa área, é importante que se preserve ampla flexibilidade para inovação em todas as suas dimensões, inclusive nos modelos comerciais, sempre preservando os interesses dos usuários.

Lembrem-se de que, no início, os serviços de telecomunicações eram cobrados de forma diferenciada, em função da duração da chamada, de distância, de hora do dia, cada consumidor pagava de acordo com seu padrão de uso. Isso significava discriminação. Esse modelo evoluiu, por iniciativa ou por efeito da própria competição no setor, para fórmulas mais simples em que prevalece a cobrança por acesso, e isso permitiu a explosão de uso que se vê hoje com a multiplicação de provedores de aplicação.

Mais tráfego, mais valor para a rede como um todo. À medida que se agregam mais usuários à rede como um todo – nós estamos falando de uma economia de rede –, a rede tem mais valor. Portanto, simplesmente aumentar preço não significa gerar mais valor. Isso pode causar detrimento para a rede como um todo.

Ao longo dessa evolução, surgiram novas aplicações maravilhosas, mas que reduziram as receitas dos serviços tradicionais, tanto de voz como de dados,

e essas receitas precisam ser repostas num processo clássico de destruição de valor, destruição criativa de valor – destruindo o que existia e substituindo por um modelo novo para recuperar as receitas que foram perdidas naquele momento.

É importante que as operadoras possam continuar a inovar em seus modelos de negócios para manter a sustentabilidade econômica de suas operações, mas isso respeitando princípios básicos como, por exemplo, a transparência não somente no contrato de serviços firmado com o consumidor, mas também com as suas práticas de gerenciamento, com os seus padrões de qualidade. Ela precisa assegurar também o acesso aberto. O usuário tem que ter a garantia de poder acessar qualquer *site* lícito, qualquer conteúdo legal, sem qualquer tipo de impedimento ou constrangimento.

A gestão de tráfego tem de ser feita por razões técnicas e também comerciais, porém, sem discriminação, possibilitando não só a otimização do desempenho da rede, mas também o surgimento de novos modelos que tragam mais valor para a rede. Para que esse ambiente funcione bem, no nosso entender, na visão da TelComp, a competição é o fator crítico. Onde tivermos operadoras dominando as comunicações, o consumidor não terá a garantia de que ele está tendo um tratamento adequado. Quando se fala em competição plena, é a facilidade de trocar de uma operadora para outra sem constrangimento, sem maiores dificuldades, existindo a disponibilidade de um serviço alternativo.

Entendemos que a Anatel tem todas as competências e recursos para fiscalizar as práticas de gerenciamento da rede e também da qualidade dos serviços prestados e do cumprimento dos contratos das operadoras com os seus usuários.

As práticas anticompetitivas que eventualmente ocorram, discriminação e desrespeito ao consumidor, devem ser tratadas no âmbito da legislação existente de Defesa Econômica, nova legislação antitruste, os programas de proteção ao consumidor. E, ainda, desde que preservados os direitos à privacidade dos usuários, os provedores de conexão, da mesma forma que os provedores de aplicação, poderiam, deveriam ter o direito de realizar a guarda e fazer o uso consentido dos registros de acesso e a partir daí poder criar soluções novas, modelos novos, e oferecer isso ao mercado.

Mais uma vez, estamos falando de um negócio de rede em que quanto mais uso mais valor temos para todos. Portanto, simplesmente cobrar mais numa ponta não é uma solução.

Em resumo, num mundo dinâmico, com a internet, a flexibilidade ampla para a inovação deve ser um princípio básico, e a competição é um bem intrínseco, que deve ser preservado, calibrado de tal maneira que

todos os participantes operem de maneira isonômica, dinâmica, e, com isso se ofereça à sociedade melhor benefício de toda essa tecnologia que nós temos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Encerrando a primeira etapa da reunião com as exposições iniciais pelos nossos convidados, com a palavra o Sr. Nelson Wortsman, Diretor de Ambiente e Infraestrutura da Brasscom.

O SR. NELSON WORTSMAN – Bom dia, senhores.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui com os senhores.

Tendo em vista que, exaustivamente, já falamos em neutralidade, em alocação dos dados, eu gostaria, na verdade, de mudar completamente o enfoque, pois, no fundo, na hora de se fazer uma legislação, a gente acredita que tem de ter um pano de fundo, o que queremos. E nós, na Brasscom, um dos pilares do que gostaríamos de conquistar, e o Executivo é testemunha disso, porque estamos trabalhando nisso desde o governo do presidente Lula, pois gostaríamos que o Brasil fosse muito importante no mundo da internet, no mundo da nuvem, que conquistássemos e fôssemos um grande polo de *data centers* dentro do Brasil, com custos adequados, e, acreditando que, com esses custos adequados, nós atrairíamos investimentos, nós atrairíamos novas receitas advindas do exterior.

Eu acho que, quando se faz uma regulação, é lógico pensar em privacidade, é lógico pensar nos direitos e deveres do cidadão, do Estado, das relações bilaterais, mas também, se nós esquecermos ou se houver o consenso de que nós queremos ser grandes... Com a minha idade, eu já vi vários trens passarem pelo Brasil. Eu vi o trem da microeletrônica, nós o perdemos. Eu vi o trem da reserva de mercado, em que eu fui um dirigente durante quase 20 anos, e vi e senti algumas coisas que ganhamos, mas muitas coisas que perdemos. Neste momento, eu posso garantir aos senhores que mais um trem está passando. Só que a decisão tem de ser rápida, porque esse trem é trem-bala.

Com relação ao primeiro conceito de nuvem, a nuvem já foi criada no sentido de que o processamento vai ser tão intenso e tão grande que se precisa minimizar o custo. Então, a nuvem já foi criada no sentido de compartilhar recursos, com esses recursos podendo ser facilmente escaláveis e com cada um pagando pelo que usa.

O mundo também está mudando, e as leis, na verdade, têm de ser... Por isso, muitas vezes, com relação ao marco civil, colocamos que o marco civil é como se fosse uma Constituinte, que pode ficar imutável, porque ela trata de conceitos que não mudam

com a tecnologia. Agora, se começarmos a fazer um marco civil que se liga à tecnologia, todos os anos vamos rever o marco civil.

Eu vou mostrar uma ideia mais para frente. Mas o que está acontecendo? Em primeiro lugar, o uso da internet ou da nuvem, principalmente está permeando de maneira astronômica muitos setores que, habitualmente, não usávamos. Vejam os casos da saúde, da educação, da segurança, a bancarização – em que temos um desafio imenso ainda pela frente no próprio Brasil de bancarizar mais 50 milhões de pessoas –, da transparência, que está começando a ficar cada vez maior, o que significa mais e mais dados, e a competitividade. Competitividade é o tema que nós não paramos de falar mais no Brasil porque nós não nos sentimos competitivos em geral.

Dentro desse trem que nós estamos vendo passar, ainda há coisas que vão acontecer: a mobilidade que está explodindo, a social mídia que está explodindo, o *Big Data* que vem vindo, a ClinTech e a segurança. Dentro do conceito já apresentado anteriormente para o SindiTeleBrasil, de fato, o que vem pela frente é alguma coisa astronômica.

Tirando uma fotografia do mundo, percebemos onde está mais iluminado e vemos que temos também um grande desafio, porque a América do Sul está quase apagada, com exceção do Cone Sul. Evidentemente, há a Amazônia, em que não há tanta necessidade, mas, de qualquer maneira, nós estamos ainda quase que terceiro-mundistas em relação à internet.

Existe uma oportunidade, e essa oportunidade, senhores, não é uma oportunidade que nós estamos enxergando sozinhos. Por isso, precisamos de marcos regulatórios amigáveis. Eu adoraria que tivéssemos processando aqui para a Alemanha, para a Espanha, para a Inglaterra e mesmo para os Estados Unidos. Para isso, nós precisamos nos preparar dentro de leis que respeitem as leis de fora e sejam suficientemente seguras para as leis brasileiras.

Esse mercado, no Brasil, atualmente, tem crescido. Há uma previsão de crescimento, no caso de *data centers*, na base maior que o crescimento de TIC, que é quase de 10% ao ano.

Nós estamos falando, num estudo que nós fizemos com a Frost & Sullivan, que

de 2013 a 2017 estamos prevendo um investimento em *data centers* de R\$47 bilhões, que se dividem em espaço físico, *hardware* e *software*, energia e refrigeração, infraestrutura e Telecom.

Aí é que vêm os problemas, porque muitas vezes a gente cria regras. Nós somos especialistas em criar mercados cinza, porque muitas vezes a gente obriga o usuário a pagar por coisas às quais ele procura

naturalmente alternativas que, muitas vezes, não são muito ortodoxas. Só para citar um exemplo, uma empresa conhecida nossa comprou um *data center* nos Estados Unidos. O susto que ele levou é que, na hora em que ele comprou esse *data center* nos Estados Unidos, esse *data center* tinha 140 clientes brasileiros, que provavelmente devem estar pagando com cartão de crédito os seus serviços.

Por que isso? Porque nós não somos competitivos. Por mais que a gente faça leis, a gente está acostumado a isso. Essa é a nossa vida de sempre. Por mais que a gente se proteja, sempre vão existir alternativas, porque o brasileiro ou o ser humano é extremamente criativo quando se trata de economizar. Quando a gente monta um *data center* no Brasil... Esses números são uma pré... Essa máxima que nós tivemos. Mas, de qualquer maneira, também houve um acompanhamento em toda a América Latina, com exceção dos Estados Unidos, que valorizou a moeda. Mas esse *data center* – estamos exemplificando com *data centers* similares –, no Brasil, custaria US\$60 milhões para ser feito; No Chile, US\$51 milhões; no México, US\$48 milhões; e, indo ao limite inferior, em Miami, por exemplo, US\$43 milhões. E a gente nota, no vermelho, que a tributação brasileira, como de costume, é a maior do mundo, principalmente entre esses nossos concorrentes.

Na hora em que nós falamos da operação destes *data centers*, se um mesmo *data center*, com a mesma configuração, estivesse instalado no Brasil, ele custaria quase US\$1 milhão para ser operado com o mesmo número de pessoas que os outros países; US\$71 milhões no Chile; no México, US\$61 milhões; e, no limite mais barato, em Miami, US\$51 milhões anuais.

Então, nós estamos vendo uma grande oportunidade passando na nossa frente. Muitas coisas que nós queremos impor aconteceriam. Por que alguém vai colocar os dados dele em outro país se ele pode colocar perto dele? Existe um problema cultural, vai existir um problema de transição – nós estamos vivendo uma ruptura –, na verdade, se ele tiver, aqui do lado, preços competitivos. É essa nossa defesa que tem sido, muitas vezes, mal-interpretada. Nós não somos contra a colocação de dados no Brasil. Nós só achamos que, com ela sendo obrigada, nós vamos gerar mercados cinza e nós vamos aumentar o custo Brasil.

Mas eu acho que o Maximiliano, que está do meu lado, é testemunha de como nós vamos de corredor em corredor no Executivo, falando: “Vamos fazer estudos e vamos fazer deste País um País extremamente competitivo em um negócio que vai ser o mais importante daqui para frente”. Nós estamos falando de uma receita de R\$84 bilhões até 2017, já com o mercado

interno, mas aqui estão os investimentos, por isso essa discrepância. Podemos ir buscar nos nossos vizinhos, que não têm escala. Nós podemos nos colocar como o *hub* da América Latina e buscar mais R\$8 bilhões, R\$9 bilhões, R\$10 bilhões de serviços, de divisas.

Então, concluindo, o que a gente pode dizer dentro desta minha colocação é que o armazenamento dos dados não obedece, desde o princípio da internet, divisões por fronteiras nacionais. O acesso não autorizado a dados dos usuários da rede envolvendo políticas de segurança nacional é fenômeno novo. O mundo todo está apanhando com isso. É um fenômeno novo e deve ser tratado no contexto das relações bilaterais e multilaterais entre nações. Nós vivemos esse exemplo nesse momento. Existem reuniões, são chamados embaixadores, a Presidenta vai desenvolver e vai conversar, e alguma coisa vai acontecer. Porque dentro...

O problema com a tecnologia é que nós vivemos uma ruptura, e uma ruptura muito grande, e nós não podemos continuar tratando, solucionando problemas como nós solucionávamos antes da ruptura. Após a ruptura, a forma de negociação, a forma de proteção, a forma de acordos começa a mudar. E o mundo todo está apanhando nisso, isso não é nosso privilégio. A Alemanha, por exemplo, agora no ano passado, trocou todas as leis que ela tinha em relação à internet, porque a anterior era de 1996 e estava completamente defasada.

Por isso nós criamos, inclusive com o Ministério da Justiça, um seminário no primeiro semestre deste ano, onde nós chamamos a União Europeia. Por que chamamos a União Europeia? Porque nós gostaríamos que as nossas leis fossem amigáveis com a União Europeia, para que a União Europeia se tornasse um mercado do Brasil. Enfim, a mesma coisa com os Estados Unidos. Há a Digital Europe, que é a Brasscom, digamos assim, da Europa. Existe a ITI, que é a brasscom dos Estados Unidos. Ou seja, todo mundo conversando para que a gente possa fazer acordos ou leis que atendam internamente, evidentemente, a todos os países, mas que também sejam amigáveis e aceitáveis, porque um alemão pode chegar aqui e dizer: “olha, vocês não estão protegendo a minha patente, vocês não estão dando a privacidade que eu gostaria que dessem com os dados.” É esse o acordo que muitas vezes eu tenho recomendado.

A segurança de dados tem sido mantida pelo uso de tecnologias adequadas e não necessariamente pela localização física dos *data centers*. A gente fala isso, mas por outro lado... A gente fala isso e a gente quer que os *data centers* venham. É um contrassenso? Não. É que a bandeira principal é o *data center* competitivo. Não precisa mais fazer esforço nenhum.

A obrigatoriedade ou não de armazenamento local de dados deve ser tratada em legislação específica. Se nós começarmos a tratar de privacidade de dados dentro do marco civil, nós vamos passar dez anos e nós vamos ainda estar discutindo o marco civil da internet. Não que não seja importante, mas é matéria extremamente complexa, e nós somos, na América Latina, perto dos países que estão querendo brigar conosco, os mais atrasados.

O marco civil da internet tem que ser votado o mais rápido possível. Os nossos vizinhos todos já estão trabalhando dentro de um guarda-chuva de proteção, e nós não temos nada. Nós já estamos perdendo *data centers* de multinacionais para outros países vizinhos. O próprio Chile, por exemplo, nós perdemos uma agora. Uma grande multinacional ia se instalar no Brasil, e está dando um tempo para ver se ela tem a proteção e os custos adequados. E acabou alugando *data centers* já existentes no Brasil para prestar o serviço enquanto ela... Ela ia investir US\$250 milhões.

As decisões de caráter temporal, acessos a dados, devem ser separadas das de caráter estrutural, localização dos dados. Nós estamos misturando muito as coisas. A primeira refere-se a políticas de governança de dados entre nações, e a segunda de competição entre nações. As decisões sobre governança...

(Soa a campanha.)

O SR. NELSON WORTSMAN —... podem afetar negativamente as políticas competitivas, com o aumento do custo Brasil e sem garantias de êxito no controle de acesso aos dados. O Brasil é o menos – eu tenho dito repetidamente isso – é o menos competitivo em custo entre os países da América Latina, tanto na implantação quanto na operação de *data centers*.

A obrigatoriedade de localização pode prejudicar o acesso a inovações, porque se nós fizermos essa obrigação, evidentemente as inovações vão ocorrer para o resto do mundo e depois elas virão para o Brasil, e nós estaremos prejudicando os nossos usuários. A obrigatoriedade pode prejudicar os usuários em acesso a serviços, funcionalidades e inovações. E pode também prejudicar a pequena e média empresa, que é o grande alicerce, quer dizer, a grande solução para as pequenas e médias empresas deverá ser a nuvem, porque isso vai trazer um barateamento muito grande, e elas são 90% das empresas do Brasil e 20% do PIB. E mais uma vez nós estamos falando em competitividade.

Para finalizar, eu não sei se há alguém do Estado de São Paulo aí, mas eu fiz umas pequenas modificações numa árvore que nós achamos muito interessante. Só que nós denominamos o tronco o marco civil da internet. Em seguida vamos continuar trabalhando

– esse é um trabalho interminável, alguns já foram feitos, outros estão em andamento – no sentido de que a gente tem que trabalhar com direitos autorais, a gente tem que fiscalizar, porque o PL nº 3.133 quer fiscalizar o Ecad; a gente tem a Lei Azeredo; a gente tem a Lei Carolina Dieckmann; a gente tem anteprojetos de uso de dados pessoais, quer dizer, há uma infinidade de assuntos, e nós vamos ficar aqui discutindo quatro, cinco anos. E nós precisamos de um marco civil da internet.

Essa é grande mensagem que, espero, dentro do Congresso se entenda que Constituinte é Constituinte e entrar no detalhe regulação é outra coisa. Nós vamos ser atropelados, inclusive, por coisas imprevisíveis porque nós estamos vivendo em um mundo completamente novo e para isso nós vamos precisar, incessantemente, de criar novas leis.

Eu quero deixar claro, porque eu acho que não ficou claro da última vez, que a preocupação do Poder Executivo na elaboração que aumente a competitividade dos *data centers* no Brasil, que acarretará um movimento natural na instalação dos *data centers* no Brasil, existe e é uma preocupação e nos dá satisfação porque nós acreditamos que seja esse o caminho para que a gente traga todos os *data centers*, todos os dados de uma maneira natural para o Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado, Dr. Nelson Wortsman.

Quero agradecer também ao Dr. João Moura – esqueci-me de lhe agradecer, porque ele foi o último expositor.

Antes de passar a palavra ao autor do requerimento, Senador Vital do Rêgo, quero dizer que o Brasil deve tirar ensinamentos dessa situação acerca da espionagem americana. Comparo essa espionagem americana no Brasil com os movimentos de ruas de junho. O Brasil deve estar se movimentando, tanto o Congresso Nacional quanto o Poder Executivo, para atender às reivindicações da população. O ensinamento que devemos tirar dessa espionagem americana é que o Brasil deve se aperfeiçoar agora com leis, com tecnologias, para que isso não aconteça. Acho que a gente deve ter até orgulho de o Brasil, hoje uma potência mundial, estar sendo espionado pelos Estados Unidos na área comercial, na área econômica; não na área de terrorismo, de guerra, que o Brasil não está nessa área, mas na área econômica. Isso é sinal de que o Brasil é uma potência e que ameaça inclusive os Estados Unidos da América.

Depois das exposições feitas pelos nossos convidados, passo a palavra ao Senador Vital do Rêgo, autor do requerimento de propositura desta audiência pública.

Com a palavra S. Ex^a.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, Valdir Raupp, eu o cumprimento estendo os cumprimentos a todos os nossos convidados, que abrilhantam esta 2ª Audiência Pública que trata dessa matéria.

Quero dizer que a autoria do requerimento, com o apoio unânime desta Comissão, visa, exatamente, ir ao encontro do que V. S^{as} disseram ainda há pouco, da urgência urgentíssima na aprovação dessa Constituinte, ou dessa Constituição, ou desse conjunto de normas e regramentos conceituais que nós balizamos como marco civil da internet.

Os fatos atuais, que são desabonadores, que mitigam a nossa soberania e que chama e convoca o Congresso Nacional para uma posição enérgica, forte, em defesa do País – Senador Raupp, V. Ex^a se manifestou sobre eles ainda há pouco –, demonstram claramente como nós estamos atrasados no tempo e como esses anos de paralisia ou letargia na Câmara dos Deputados do marco civil foram prejudiciais para que aquela árvore que o último eslaide do Dr. Nelson colocou pudesse estar produzindo frutos. Os frutos são legislações claramente protecionistas à nossa soberania.

Nós fomos pegos de surpresa. Nós estamos meio atordoados, fazendo reuniões para traçar planos e diretrizes de algo para que poderíamos estar prontos, nessa guerra cibernética, hoje, em que o Brasil, por ser uma potência em crescimento, está submetido.

As falas todas comungam para este pensamento: da celeridade e da objetividade por parte do Senado Federal. Foi por isso que, por meio do requerimento, nós tentamos antecipar, no sentido de mostrar ao Brasil que o Senado não estava paralisado, esperando de braços cruzados uma decisão que, agora, mais do que nunca, tem que sair da Câmara dos Deputados.

Nós teremos a certeza de que quando a matéria chegar – e eu espero que por força até desses acontecimentos novos, a matéria chegue com a rapidez que nós estamos esperando, tanto a Comissão de Constituição e Justiça, que eu tenho a honra de presidir, que trata do arcabouço legal, no seu aspecto de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, como a Comissão de Ciência e Tecnologia, no seu mérito, esta Comissão –, nós tenhamos um prazo, um calendário, em que não se privem as discussões, mas que essas duas reuniões e essas duas audiências, efetivamente, passem a balizar os nossos conceitos e os nossos entendimentos.

Por isso, as questões de ambiente legal, de infraestrutura, de regulação, a comunhão no conceito da neutralidade, que me parece comum a todos, mas,

no ponto específico da competitividade comercial, nós certamente haveremos de ser desafiados no Senado.

Eu gostaria de abordar dois aspectos, e aí é muito importante a presença do Secretário do Ministério da Justiça Marivaldo, que trata efetivamente entre duas arguições que eu gostaria de colocar, as exceções previstas no §1º do art. 9º do PL nº 2.129, o nosso projeto de lei, que autoriza o provedor de conexão a discriminar o tráfego na Internet.

Entre essas exceções, não foram previstas duas regras gerais, aparentemente consensuais: a preservação da segurança e integridade das redes não está prevista, e as prescrições legais, como o combate à pedofilia, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente. Uma vez que o referido dispositivo estabelece um rol exaustivo de situações legítimas para a discriminação do tráfego, isto é, elenca todas as exceções permitidas, parece-nos razoável que outras exceções sejam incluídas, para evitar que, no futuro, o regulamento do princípio da neutralidade da rede não encontre algum óbice jurídico.

Essa é uma afirmação que eu faço, uma pergunta que indago, e gostaria de quem puder, a partir do Ministério da Justiça, se posicionar.

Também, no Ministério da Justiça, há uma discussão de que apenas a legislação americana seja aplicada para analisar os pedidos de repasse de dados privados de brasileiros que estão, ou que estejam, armazenados no Brasil. Os senhores concordam com a visão das empresas, como Microsoft, Facebook e Google, que, há duas semanas, declararam nesta Casa que a localização dos dados não importa, segundo essas empresas, apenas a nacionalidade da empresa que guarda os registros? Essa é uma indagação.

Os senhores avaliam que o projeto resguarda essa privacidade? Já houve menções a esse respeito, de o cidadão brasileiro ao usar serviços ofertados por empresas estrangeiras? As pessoas têm consciência de que, ao contratarem os serviços dessas empresas, possam se sujeitar à legislação estrangeira, à legislação de outros países?

Eu me sinto extremamente compensado pela possibilidade de estar ouvindo os senhores. Acho que vamos ter um grande momento neste Senado, quando haveremos de pôr o Brasil, com essa carta de conceitos, na vanguarda ou acompanhando o desenvolvimento mundial da internet.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado a V. Ex^a.

Antes de passar a palavra ao Dr. Marivaldo de Castro Pereira, do Ministério da Justiça, para responder à indagação do Senador Vital do Rêgo, eu leio aqui uma

mensagem de uma cidadã, através do *Alô Senado*, a cidadã Maria de Fátima Anselmo Edelma, do Jardim dos Pinheiros, em Atibaia, São Paulo. Essa cidadã manifesta opinião desfavorável ao valor de contratação e à velocidade da internet. Segundo ela, adquiriu um plano da operadora NET de um mega pelo valor de R\$ 29,80 e afirma que a velocidade contratada é caríssima, enquanto em outros países a internet é até de graça. Esse assunto já foi falado pelos expositores, o preço do custo da internet no Brasil e também no *home* internacional.

Com a palavra o Dr. Marivaldo de Castro Pereira.

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA –

Quero agradecer ao Senador Vital pelas perguntas, o Senador que é um grande parceiro do Ministério da Justiça nos temas relativos à segurança pública e aos diversos temas do Ministério nesta Casa.

Senador, eu queria começar pela última pergunta, que é sobre a aplicação da legislação americana, independentemente de onde estejam os dados.

Desde o início, desde o projeto inicial, a ideia é que o que está previsto no marco civil da internet se aplica a qualquer prestador de serviços no Brasil. Prestou serviços da internet no Brasil, está sujeito às regras do marco civil. Depois de todo o ocorrido, nós temos nos debruçado sobre o texto, junto com a Anatel e o Ministério das Comunicações, para tornar ainda mais claro que esses dados estarão, sim, sujeitos às garantias da lei brasileira. De outro modo, nós teremos aí uma janela imensa para se burlar todas as garantias que o projeto pretende trazer para o usuário da internet no Brasil.

Da mesma forma, temos debatido com o relator na Câmara para deixar mais claro as informações que devem ser prestadas ao usuário da internet. Então, é fundamental que quando ele assine o contrato, as informações de como serão guardados, de qual será o uso que será dado aos seus dados pessoais, fique em destaque. Isso não pode estar no meio daquele contrato imenso que geralmente é colocado e o usuário aceita, isso tem de estar destacado. O cidadão precisa saber ao que ele está sujeito quando acessa o serviço na internet, o que será feito com os seus dados, como eles serão armazenados, qual é a legislação que será aplicada, para onde esse dado será enviado, qual é a exploração econômica que será feita desses dados, para poder dizer se aceita ou não. O cidadão é livre para dizer se aceita ou não.

Então, em tudo isso, na discussão com o relator, nós temos avançado para deixar cada vez mais claro e destacado tudo aquilo que interessa diretamente ao usuário, sobretudo aquilo que foi relacionado à garantia da sua privacidade, da sua intimidade.

Estamos de pleno acordo que o marco civil tem de se aplicar, sim, à proteção dos dados dos serviços de internet prestados aqui no Brasil, independentemente de onde estejam guardados, que é outra discussão. Ao longo desse debate sobre a necessidade de guarda desses dados no Brasil, foi colocado que seria muito difícil impedir que esses dados fossem guardados também em outro país. Ora, o contrato tem de deixar clara a proteção que aquele serviço está oferecendo ao usuário. Se aquela proteção for violada – e aí a importância de se aprovar o marco civil da internet, porque hoje não tem parâmetro para o Judiciário decidir isso, a jurisprudência que vai construindo –, se essa garantia for violada, o usuário pode, sim, recorrer ao Poder Judiciário e buscar uma reparação em razão dessa violação. Então, são dois caminhos que nós temos. Esse é um caminho em que o projeto sofreu até bastantes alterações para deixar mais clara a proteção que é garantida, para afastar qualquer dúvida sobre a proteção garantida ao usuário da internet no Brasil.

Em relação às exceções e à neutralidade. Hoje, tem uma exceção prevista para questões técnicas, que seriam disciplinadas em regulamento. V. Ex^a colocou aqui dois pontos. Primeiro, prescrições legais. As questões legais, nós entendemos que não precisam constar no projeto, porque a legislação específica poderá prevêê-las.

Então, se eu tiver ali uma previsão para pedofilia, vai ser lei ordinária, mesmo patamar, ela vai poder estar prevista ali, e é uma lei específica que vai poder dispor sobre isso. Então, não teria essa necessidade de se prever no marco civil da internet, sob pena de você permitir toda sorte de interpretações. Esse é um tema bastante sensível e bastante caro. Então, é importante que cravemos bem o que vamos permitir excepcionalizar ou não.

Outro ponto é a questão da segurança da rede. É um tema em discussão se há a necessidade de se prever ou não expressamente a questão da segurança na rede.

A princípio, entendemos que, quando se prevê a possibilidade de se excepcionalizar, por questões técnicas necessárias à manutenção da qualidade do serviço, está incluída aí a segurança da rede. E isso poderá ser disciplinado também na regulamentação.

O fato é que, se você distinguir questões técnicas que garantam a qualidade do serviço e colocar em dois dispositivos distintos a questão da segurança da rede, vai haver toda uma nova interpretação sobre o que é essa segurança da rede e isso pode dar margem a uma interpretação bastante ampla.

Esse é um tema ainda em discussão, mas, a princípio, nós opinaríamos pela manutenção do texto como

está, porque ele já dá margem para que você cerque e garanta na regulamentação, até porque essa questão de segurança tem de descer a detalhes mais técnicos.

Então, é importante que possamos, na regulamentação, onde temos essa possibilidade de detalhar um pouco mais a norma, dispor ali sobre os itens essenciais à segurança da rede, que está diretamente ligada à própria qualidade da prestação do serviço.

Eu acho que são esses dois pontos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria. PMDB – RO) – Obrigado, Dr. Marivaldo.

Pergunto se algum dos outros expositores gostaria de acrescentar alguma coisa sobre essa pergunta do Senador Vital. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, agradecendo a presença de todos, declaramos encerrada mais esta audiência pública sobre o “Marco civil da internet – debates sobre neutralidade de rede, privacidade e conservação dos dados pessoais, e outras questões controversas.”

Muito obrigado.

(Iniciada às 08 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 29 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2013.

Às nove horas e vinte e seis minutos do dia dez de setembro de dois mil e treze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro, Anibal Diniz, João Alberto Souza, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento, Benedito de Lira e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino, Gim e Eduardo Amorim. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 570, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo,

que “Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946, que “proíbe a prática ou exploração de jogos de azar em todo o território nacional”, para tipificar o crime de jogo de azar em rede de computador”. O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, faz uso da palavra para discutir o Senador Walter Pinheiro, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 133, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que “Altera a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, para simplificar o acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, e ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético.” O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o relatório é pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 250, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “Altera o art. 80 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer obrigações de universalização de serviços de telecomunicações específicas para localidades da Amazônia Legal.” O relator designado é o Senador José Agripino e o relatório é pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 4: Requerimento n.º 30, de 2013-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria Senador Rodrigo Rollemberg e outros, que requerem “..., nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública, por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), para debater sobre o Programa Espacial Brasileiro, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Marco Antonio Raupp, Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação; Sr. Antonio de Aguiar Patriota, Ministro das Relações Exteriores; Sr. Celso Amorim, Ministro da Defesa”. O Senador Flexa Ribeiro altera o nome do Ministro de Relações Exteriores de Antonio de Aguiar Patriota para Luiz Alberto Figueiredo. O Requerimento é aprovado. **Item 5: Requerimento n.º 34, de 2013-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria Senador Rodrigo Rollemberg e outros, que requer “..., nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), com as Comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Assuntos Econômicos (CAE), de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de Meio Ambiente, Defesa do

Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA), e de Relações Exteriores (CRE), para debater sobre o termo de cooperação assinado pelo Ministério da Saúde com a Organização Panamericana de Saúde (OPAS/OMS), para contratar coletivamente médicos de Cuba para atuar no Brasil. Para tanto, sugiro sejam convidados: Excelentíssimo Senhor Alexandre Padilha – Ministro da Saúde; Senhor Joaquín Molina – Representante no Brasil da Organização Panamericana de Saúde.” O Requerimento é aprovado. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 111, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL PARA O BEM DA COMUNIDADE DO POVOADO CORURUPE DA CAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ângela Portela e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 91, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ARATAQUENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arataca, Estado da Bahia.” A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 169, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à EMPRESA PORTOALEGRENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 116, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO VITÓRIA FM DE PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passagem Franca do Piauí, Estado do Piauí.” O relator

designado é o Senador Flexa Ribeiro e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis.

Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 110, de 2013, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO CARIJÓS LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 114, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DE VILA NOVA DO PIAUÍ** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Nova do Piauí, Estado do Piauí.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 140, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DE CARAVELAS** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caravelas, Estado da Bahia.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 130, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÕES JORNAL DAS MISSÕES LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Petecão e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 134, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tec-

nologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao PORTAL RADIODIFUSÃO LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Petecão e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 96, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TRIÂNGULO FM LTDA.** para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 97, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DELTA DO JACUÍ** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. Nesse momento, o Senador Zeze Perrella passa a presidência à Presidente Eventual, Senadora Angela Portela para relatar os próximos itens. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 155, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BONJESUENSE DE RADIODIFUSÃO – ACBR** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus da Penha, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Zeze Perrella e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 166, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DO PRIMEIRO DE MAIO** para executar serviço de radiodifusão comu-

nitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.” **O relator designado é o Senador Zeze Perrella** e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. Nesse momento, os Senhores Senadores Sérgio Petecão e Walter Pinheiro requerem, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimentos com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 19: Requerimento n.º 33, de 2013-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Petecão, que requer “..., nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com o objetivo de Debater a importância da realização do “WORDSKILL” na cidade de São Paulo, no ano de 2015, e a contribuição do Sistema “S” para a educação profissional, com a presença dos seguintes convidados: 1. Sr. Robson Braga de Andrade – Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; 2. Sr. Rafael Lucchesi – Diretor Geral do SENAI e Diretor de Educação e Tecnologia da CNI; 3. Sr. José Henrique Paim Fernandes – Secretário Executivo do Ministério da Educação; 4. Sr. Luiz Antônio Rodrigues Elias – Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.” O Requerimento é aprovado. **Extrapauta, Item 20: Requerimento n.º 35, de 2013-CCT**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que “Nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro autorização, como membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para participar do Painel de debates no Congresso Internacional do FUTURECOM Ano 15 sob o título: “Smart Cities: Soluções para Cidades de Países em Desenvolvimento”, que se realizará entre os dias 21 e 24 de outubro de 2013, no Riocentro, Cidade do Rio de Janeiro – RJ.” O Requerimento é aprovado. **Extrapauta, Item 21: Requerimento n.º 36, de 2013-CCT**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro e outros, que requer “..., na forma do disposto nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) de audiência pública para discussões sobre os temas “INVESTIMENTOS E QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES (MÓVEL, FIXA E BANDA LARGA) – TECNOLOGIA 4G E GRANDES EVENTOS – REGULA-

MENTO DE CELEBRAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA”, com convite às autoridades e órgãos abaixo relacionados, sem prejuízo da inclusão de outros indicados: Sr. JOÃO BATISTA DE REZENDE, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Sr. ANTONIO CARLOS FONSECA DA SILVA, Subprocurador Geral da República e Coordenador da 3ª Câmara (Consumidor e da Ordem Econômica) do Ministério Público Federal – MPF; Sr. MARCELO BARROS DA CUNHA, Diretor da 3ª Divisão Técnica da Secretaria de Fiscalização e Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações do Tribunal de Contas da União – TCU; Sra. JULIANA PEREIRA DA SILVA, Secretária da Secretaria Nacional do Consumidor – SENACOM; Sr. Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações – TELEBRASIL; e por fim à Sra. MARILENA LAZZARINI, Presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC”. O Requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e dezessete minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Zeze Perrella**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 3ª sessão legislativa ordinária da 54ª legislatura, que se realiza nesta data, 10 de setembro de 2013.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado*, juntamente com as notas taquigráficas.

Vamos, então, para o item 1, o PLS nº 570, de 2011, não terminativo.

Autoria do Senador Vital do Rêgo; Relatoria do Senador Flexa Ribeiro.

Concedo a palavra ao Relator, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Senador Zeze Perrella, Presidente da CCT, Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 570, de 2011, acrescenta o art. 3º-A ao Decreto-Lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946, que proíbe a prática ou explo-

ração de jogos de azar em todo o Território nacional, nos seguintes termos:

Art. 3º-A. Estabelecer, explorar ou permitir, por intermédio da rede internacional de computadores, bingo, aposta, ou qualquer tipo de jogo de azar não autorizado, independentemente de pagamento de prêmio:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Na justificação, o ilustre Senador Vital do Rêgo destaca o grande incremento de jogos ilegais disponibilizados via internet e argumenta que essa atividade cria oportunidades para práticas corruptas, como fraudes, resultados combinados, cartéis de apostas ilegais e lavagem de dinheiro.

Finaliza destacando que a aprovação deste projeto visa também a inibir a utilização ilícita de cartões de créditos das vítimas.

Após ser apreciada neste colegiado, a matéria segue para a CCJ, que decidirá terminativamente.

Análise, Sr. Presidente.

Não vislumbramos vícios de inconstitucionalidade.

No mérito, temos que a proposição é conveniente e oportuna.

O controle efetivo do Estado sobre os jogos de azar é imprescindível. Sem ele, os jogadores incautos tornam-se vítimas dos agentes que exploram essa atividade. Quando o jogo é disponibilizado via internet, os riscos são ainda maiores, pois as vítimas fornecem os dados de cartão de crédito ao sistema, sujeitando-se à clonagem ou mesmo ao uso indevido.

Necessário, portanto, elevar à categoria de crime esse caso particular de contravenção.

Voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 570, de 2011.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Caixa Econômica Federal entrou em contato conosco para que pudéssemos incluir uma emenda proposta por ela. Só que a emenda da Caixa Econômica pediria a inclusão no art. 3º-A, ao final do independente de pagamento de prêmio, “excetuando-se as loterias federais”, para que se protegessem as loterias federais.

No entanto, o art. 3º-A já diz que só se trata de jogos de azar não autorizados; quer dizer, não é o caso da loteria. Então, não há risco algum para os jogos da Caixa Econômica. Por isso, não incluímos o que a Caixa pedia, que era “excetuando-se as loterias federais”, porque ela é autorizada. Então, não há risco para ela.

Esse é o parecer e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Governo/PDT – MG) – A matéria está em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, muito boa a iniciativa do Senador Vital do Rêgo, mas eu queria chamar a atenção para duas coisas: uma, o aspecto da utilização por nós, de modo geral, desses mecanismos e leis e tal, para tentarmos estabelecer um conjunto de penas para determinadas atividades.

Estamos discutindo o Código Penal. Eu acho que seria importante, inclusive, que matérias dessa natureza... Por isso, acho que é até importante deixarmos tramitar e ir para a CCJ, mas que a Comissão e o próprio Relator do novo Código Penal pudessem ter um olhar um pouquinho mais aguçado para ver o que está sendo produzido e discutido aqui na Casa. Assim, a gente não fará um Código Penal e, depois, uma dezena de outros projetos, Senador Flexa Ribeiro, com essa característica. Do contrário, a gente faz um código e, depois, uma colcha de retalhos penal, por fora. Então, seria importante que tivéssemos, eu diria, essa atitude.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Isso, na CCJ.

Segunda questão: eu disse que acho esse projeto importante.

Eu me lembro, Senador Flexa, de que na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, eu participei com diversos outros Parlamentares, inclusive com a Bancada em São Paulo e o Ministério Público, de uma empreitada em que acabamos com um esquema de jogo que chamávamos inclusive de uma grande burla. Quem montou isso, inclusive, vinha exatamente como utilização da internet.

Não sei se todos se lembram dos velhos sorteios na tevê; depois, tinha aquela história na Copa, em que o sujeito ligava, e o cidadão em casa, Senador Flexa, não tinha a menor ideia de qual era a sua participação, ou seja, a sua chance. Uma das emissoras, inclusive, fez uma campanha na época da Copa e distribuiu 500 Gols para a Copa do Mundo. Eu me lembro dessa campanha.

E entramos na Justiça, fizemos esse debate na Comissão de Ciência e Tecnologia, acabamos com esse tipo de jogo, que era uma combinação entre internet, redes de tevê e televisões de modo geral. Todas elas faziam, todas as emissoras faziam isso, num esquema de promover um jogo de azar. Imagine o que é...

Vamos dar como exemplo dessa história esses Big Brother, Fazenda e companhia limitada, em que milhões de pessoas ligam para escolher alguém que fica ou que sai, ou coisa do gênero. Ou milhões de pessoas ligam para concorrerem a prêmios ofertados pela tevê, ou utilizam inclusive a rede hoje, não só de

celular, mas também a própria rede de internet, para emitirem a sua opinião sobre esse ou aquele, ou até para se escalarem aí de modo cada vez mais difícil na conquista de algum prêmio ou coisa parecida.

Então, na realidade, esse esquema é verdadeiramente vergonhoso. Na época, inclusive, muita gente disse: “Está bom, vamos deixar, então, o jogo, e a emissora ou quem patrocina o concurso, a loteria, informará a quem vai ligar quantos já ligaram, para o sujeito ter uma ideia de qual é a chance dele: um em milhões”. Imagine: quem está ligando, um sujeito que pega um telefone ou entra num computador, se arrisca, se o cara vai prestar atenção se está ou se não está... além do cartão de crédito! No caso da internet e no caso do telefone, Flexa, inclusive ainda é automático, porque eu vinculo minha conta àquela ligação, e o sujeito já morde o dinheiro na hora. Então, é uma forma inescrupulosa de você subtrair e enganar as pessoas, sem informar efetivamente quais são as suas chances e automaticamente já retirando. Não é nem para descontar no cartão no final do mês. Já entra na minha conta, ali, e acabou.

Portanto, a gente tem de coibir qualquer tipo de jogo desses. Isso é tão perverso quanto os caça-níqueis que o Ministério Público e Polícia Federal tanto têm caçado para fechar, quanto qualquer outro tipo de jogo.

Eu até, inclusive, não jogo nem na loteria. Portanto, tenho verdadeira aversão a jogos; aliás, por todo tipo de vício. Lá em casa, graças a Deus, ninguém... Não temos nenhuma experiência na família com vícios em jogos. Eu, por exemplo, não jogo, não gosto. Acho que tudo isso é uma forma, mesmo a loteria, que arrecada dinheiro para isso e para aquilo etc., em que todo mundo entra na expectativa de ter um ganho e vai contribuindo cada vez mais para aumentar o bolo.

Então, eu acho que é muito louvável essa atitude, mas a gente poderia fazer isso que eu disse aqui antes: tentar esticar um pouco para essa coisa do Código Penal que nós estamos discutindo e, ao mesmo tempo, buscar dar uma amplitude a essa questão, e não só, Flexa, na rede mundial de computadores, mas que, através da rede mundial, ainda se vincule a uma operadora ou a uma empresa de radiodifusão, qualquer tipo de mecanismos desses.

É muito comum! Nós vamos ver que há várias rádios, Brasil afora, em que muita gente termina fazendo uma espécie de sorteio do tipo “ligue e mande não sei o quê”. E todo mundo... Mesmo que você diga: “Pinheiro, mas o cara não cobra pela aposta”. E a ligação telefônica não é uma cobrança? O pulso que você paga por essa ligação não é uma cobrança? E ainda tem esse outro detalhe: o sujeito faz a ligação para uma dessas coisas e paga uma taxa, e essa taxa é dividida entre a

operadora e quem está fazendo o programa. E, ainda por cima, tem mais isso: o sujeito está pagando por algo em que ele não tem chance alguma de receber absolutamente nada.

Então, seria importante que a gente pudesse, nesse bom debate que se está fazendo hoje sobre essas coisas da cibernética, à parte a própria questão da espionagem, discutir sobre estar havendo uma verdadeira grilagem nessa área do chamado “território aéreo”, ou seja, o uso de frequência, com muita gente se apropriando disso para tentar lograr êxitos e até lucros nas costas dos outros.

Então, acho que é importante. Assim, defendendo a aprovação, desde que a gente faça esse bom debate lá na CCJ, vinculando isso e, se possível, carregando mais ainda nas tintas para ampliar o leque de proibições na utilização dessas ferramentas para o esquema de jogos de azar.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – V. Ex^a está pedindo vista?

O SR. WATER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Eu só discordo de uma coisa: V. Ex^a é viciado em jogos de azar, sim. V. Ex^a é viciado nos jogos do Bahia, e o Bahia está sempre dando azar. (*Risos.*)

O SR. WATER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Eu posso até ser um amante do futebol, mas não sou... Inclusive, o Bahia não é a minha vida. Quando o cara canta lá: “minha vida...” A minha vida, não. O Bahia é um time de que eu gosto muito, mas a minha vida, não. Eu não tenho apego a coisa alguma. Então, evito essa coisa de idolatrar qualquer coisa.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Inclusive, perdeu para o Cruzeiro de novo.

O SR. WATER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Pois é; mas nós vamos bater o Cruzeiro lá dentro, no segundo turno. Eu, inclusive, vou lá, junto com você, para ver o Bahia dar pau no Cruzeiro.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Está certo, Walter.

Em votação o relatório do Senador Flexa Ribeiro. As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 1**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 570, DE 2011**

– Não Terminativo –

Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946, que “proíbe a prática ou exploração de jogos de azar em todo o território nacional”, para tipificar o crime de jogo de azar em rede de computador

Autoria: Senador Vital do Rêgo**Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro.**Relatório:** Pela aprovação**Observações:** *A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)*

Os itens 2 e 3 serão adiados porque os respectivos Relatores não estão presentes.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 2**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 133, DE 2013**

– Não Terminativo –

Altera a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, para simplificar o acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, e ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético.

Autoria: Senador Vital do Rêgo**Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira**Relatório:** Pela aprovação**Observações:** *1) Em 20/08/2013, foi concedida Vista Coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias.**2) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.***ITEM 3****PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 250, DE 2011**

– Terminativo –

Altera o art. 80 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer obrigações de universalização de serviços de telecomunicações específicas para localidades da Amazônia Legal.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro**Relatoria:** Senador José Agripino**Relatório:** Pela aprovação**Observações:** *A matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer pela aprovação do Projeto.)*

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Eu tenho aqui o Requerimento nº 33, de 2013, e eu gostaria que o senhor o incluísse como extrapauta para votação hoje, nesta reunião. Estou com ele em mão. É interessante para nós, uma vez que se refere à realização de uma audiência pública.

Assim, se fosse possível, eu gostaria que o senhor o incluísse, como disse, extrapauta, para que nós o pudéssemos votar.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Será incluído, Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Obrigado.

O SR. WATER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Senador Zeze Perrella...

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WATER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Nós poderíamos aproveitar que temos vários requerimentos aqui, entre eles o requerimento do Senador Rollemberg para discutir o programa espacial. Quero aproveitar a discussão do requerimento para chamar a atenção de V. Ex^a para uma coisa importante. Tenho feito esse apelo aos membros da CPI – estou me referindo ao caso da espionagem – e ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores. Entrei na CPI a pedido do meu Partido, vou ajudar – na medida do possível, vou contribuir –, assim como tenho ajudado na Comissão de Relações Exteriores, na elaboração de um conjunto de propostas, para atuarmos nisso.

Tenho uma divergência brutal acerca do encaminhamento dessa questão. Falo não de divergência de conteúdo, mas de método.

Senador Flexa, esse foi um debate que sustentei desde 1997 – portanto, não é um debate novo esse da espionagem –, quando fiz um destaque no plenário da Câmara dos Deputados a um artigo da Lei Geral das Telecomunicações. Estava sendo votada em julho de 1997. O Líder do Governo era o Deputado Luís Eduardo Magalhães, que me derrotou ali. Não ganhei um destaque. Emendei toda a Lei Geral das Telecomuni-

cações e não ganhei nenhum: fui derrotado em todos. Inclusive, esse destaque que fiz naquela época, Senador Zeze Perrella, era para separarmos a Embratel do pacote de privatizações.

Qual era o argumento que eu utilizava? A Embratel era a empresa brasileira naquele momento que tinha, sob seu controle, os quatro satélites brasileiros. E a minha proposta era que a Embratel pudesse continuar operando os satélites, sendo o braço operacional do sistema de telecomunicações, auxiliando a Anatel. Eu usava uma expressão, inclusive contra o Ministro Sérgio Motta, com o qual tive bons debates e, portanto, não houve nada de acirramento pessoal, mas debati muito com o Ministro Motta acerca dessa reformulação. Eu dizia: “Ministro, o que eu estou propondo é que tenhamos uma empresa que auxilie do ponto de vista operacional, que mantenha a soberania, para que não tenhamos uma agência que seja capturada pelas empresas”. Eu dizia, naquela época, que, com a privatização, os gigantes das telecomunicações iam para o mundo. E hoje não temos nenhum *player* no Brasil que não seja *player* mundial. Mesmo a nossa Oi tem consigo a participação de um *player* mundial, que se chama Portugal Telecom.

Eu não estava, portanto, fazendo nenhuma adivinhação. Adivinhação é coisa do diabo, eu não faço adivinhação. Eu estava fazendo exatamente a leitura do que era um sistema. Então, hoje estamos discutindo aqui a espionagem. Os quatro satélites, naquela época, foram juntos com a Embratel, que foi comprada pela MCA World, que era uma empresa americana que faliu. A MCA World vendeu a sua participação, com a aquiescência do governo brasileiro, melhor dizendo, com a Anatel permitindo isso, e hoje quem opera a Embratel é o grupo mexicano, que também é operador no Brasil. Opera não só a Embratel como opera também a Claro. Não tenho nada contra o grupo mexicano, pelo amor de Deus, e nem contra ninguém. Estou discutindo o sistema como um todo.

Chamo, portanto, a atenção de V. Ex^a, porque isso fiz em 1997. Em 1999, entrei com requerimento na Câmara dos Deputados denunciando a espionagem, a mesma espionagem que o jornalista denuncia hoje. Está nos *Anais da Câmara dos Deputados* a denúncia que eu fazia. Era a Bassetlaw, fixada no Reino Unido, fruto do acordo entre o Reino Unido e os Estados Unidos, acordo que vem desde o final da década de 60. Aprofundou-se esse acordo na era Margaret Thatcher, final dos anos 70, início dos anos 80, na parceria Margaret Thatcher e Ronald Reagan, na chamada desregulamentação da economia, cujo ponto central era exatamente mexer no setor de comunicações.

A British Telecom foi a primeira empresa do mundo – entre os chamados PTTs (Push to Talk) ou empresas estatais – a passar por uma reformulação. Os governos dos Estados Unidos e o governo do Reino Unido adotaram uma política de completo tipo de controle, sem ter a empresa estatal, mas tendo, por parte dos Estados, um nível de controle sobre as comunicações.

Então, esta Comissão, Presidente, não pode ficar fora desse debate. E aí, na proposta que fiz à Comissão de Relações Exteriores, e estou renovando isso aqui, eu defendi que o Governo brasileiro fizesse um grupo de trabalho envolvendo inclusive a Comissão de Ciência e Tecnologia, a Comissão de Relações Exteriores, o Ministério da Justiça, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério das Comunicações, e, óbvio, a Inteligência do Governo brasileiro, para a gente discutir em conjunto e ter essa atuação. Não dá para o Governo tratar isso à parte, e a gente não se envolver, até porque os tratados são aprovados aqui. Então, não é para a gente ficar como coadjuvante.

Uma CPI seria bom? Sim, para a gente identificar, talvez, elementos, mas aí, Senador Anibal, quero mais do que identificar elementos. Aqui no Parlamento, Senador Flexa, a gente vai aprovar diversas leis que vão tratar de segurança de rede. Aqui, e não lá, do outro lado, no Palácio do Planalto. E a gente não pode tratar essa questão pura e simplesmente pensando assim: “Escutou o Zeze Perrella; agora, a gente tem que ver o que aconteceu”.

Assim como eu fiz um requerimento em 1999 denunciando essa questão, em março de 2000, eu fiz outro requerimento pedindo o relatório da Comunidade Europeia, do Parlamento europeu, que, de forma extremamente dedicada, analisou, estudou detalhadamente o esquema de espionagem. E defendi que o Parlamento brasileiro pudesse se encontrar com o Parlamento europeu, com o Parlamento americano, com a União Internacional de Telecomunicações, com a OEA, com a ONU para a gente discutir.

Nós não vamos tratar dessa questão da segurança só aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia e na Comissão de Relações Exteriores ou só ali do outro lado da rua. Esse é um debate mundial! Foi esse debate que presidiu toda a reunião da União Internacional de Telecomunicações na sua conferência feita em dezembro passado. Esse é o debate que vai ocorrer em Bangkok em dezembro, de novo. É desse debate que participei, inclusive, com Hélio Costa, quando ele era Ministro, que tratava exatamente do que é o espectro.

Esse é o setor que tem as coisas mais complicadas. Então, nós estabelecemos relações, mas não temos como impor a ninguém lá fora, principalmente em se tratando de rede de internet.

Quantas pessoas hoje, Zeze Perrella, fazem isto: o cara vai para a Cochinchina, a partir de lá, entra na rede mundial, banca um jogo de azar por meio desse lugar e não se identifica na rede? Quantas pessoas cometem crime? Quantas pessoas invadem a privacidade?

Se hoje, Senador Zeze Perrella, o senhor fizer uma visita a qualquer *site* de qualquer empreendimento comercial em qualquer lugar, no mesmo momento em que o senhor acessar um *site* desses para saber uma informação, se há vaga num hotel, se tem tal produto, automaticamente o seu nome vai para uma rede de negócios e, instantaneamente, o senhor passa a receber *e-mails* de figuras que começam a enxergá-lo como potencial comprador, mas também o senhor passa a estabelecer uma rede. Diversas pessoas na rede, no mundo inteiro, passam a ter acesso ao senhor. É assim que se estabelece o esquema de espionagem. É assim que se estabelece esse esquema comercial, a ponto, inclusive, de, se o senhor tomar uma informação numa rede de hotéis – vou dar um exemplo – lá em Bangkok e, de repente, o senhor for para Medellín e, conseqüentemente, a um hotel da mesma rede daquele de Bangkok ou entrar na rede, quando o senhor pisar os pés na cidade de Medellín, a rede lhe mandará um *email*, dizendo: “Venha para cá”, ou seja, alguém lhe segue, sabe onde o senhor está.

São essas as fragilidades da rede? São. As fragilidades do novo tempo? São. Então, como podemos coibir isso? Se aprovarmos aqui um conjunto de regras – por exemplo, esta que acabamos de aprovar, a proibição de jogo – se eu não fizer esse debate nesses fóruns internacionais, o sujeito vai pegar o jogo que é permitido na Espanha, Senador Flexa, vai botar na rede mundial de computadores, e o brasileiro vai poder fazer o jogo dele pela internet tranquilamente, sem problema algum. Ele vai poder arriscar a sorte grande, e eu não chamo isso de sorte. Isso aí é que é azar. Quer dizer, vai poder fazer isso!

Então, esse não é um debate que pode ser feito, Senador Zeze Perrella, só sob a ótica... Está bem, eu estou na CPI, e acho que temos de fazer para identificar as raízes, mas nós precisamos produzir algo que tenha consequência, em que eu vou poder interferir como eu vou contribuir. Isso interfere na economia.

Assim como eu falei dos requerimentos, em 1999, também, nós denunciávamos o Sivam, e todo mundo dizia que eu era maluco. Alguns jornalistas chegaram a escrever que eu estava sonhando. Aliás, uns chegaram a dizer que eu estava na odisseia do espaço 2001 – 2001 – Uma Odisseia no Espaço era o nome do filme. E 2001 já passou, e a odisseia do espaço já foi.

Portanto, Senador Zeze Perrella, estou chamando a atenção desta Comissão, porque neste tema podemos contribuir decisivamente se queremos encontrar um caminho. Nesta Casa, Senador Anibal, há vários projetos que propõem isso. Nós aprovamos aqui segurança na internet; do outro lado, está sendo discutido o marco civil da internet. Nós não vamos conseguir colocar gaiola nesse negócio. Não é assim. Eu não vou cercar isso com uma malha de aço. Eu estou tratando de algo que usa o vento, que usa frequência. Isso é o ouro desse negócio; o espectro de frequência é o ouro dessa Babilônia.

Portanto, é importante que V. Ex^a possa inclusive entrar. Eu não quero fazer debate algum nesta Comissão. Não estou propondo requerimento para isso, mas acho que seria importante termos com esta Comissão, com a Comissão de Relações Exteriores e com a CPI uma conversa, como comissão, para ver qual é o encaminhamento que devemos dar para tratar essa matéria com o rigor de que ela carece, mas com a proposta de encaminhamento que ela merece.

Então, é essa a sugestão que queria fazer a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – É excelente a sugestão de V. Ex^a, Senador Walter Pinheiro. Nós já temos algumas audiências públicas a serem sugeridas, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores. Vamos conversar com o Senador Ricardo Ferraço e também com a Senadora Vanessa. Acho a sugestão de V. Ex^a excepcional. Vamos ter essas conversas para conseguirmos alinhar isso.

Vamos ao item 4. (*Pausa.*)

Requerimento da CCT nº 30, DE 2013

O Senador Flexa Ribeiro o subscreveu. Então, concedo a palavra a S. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, o requerimento, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e do Senador Cristovam Buarque, que subscrevo em conjunto, é para que possamos aqui fazer uma audiência pública conjunta da CCT com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para debater o Programa Espacial Brasileiro. E os convidados sugeridos são o Sr. Marco Antonio Raupp, Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação; o Sr. Ministro das Relações Exteriores, que aqui ainda consta como o Embaixador Antonio de Aguiar Patriota – pediria que se alterasse no requerimento para o atual Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado; e o Ministro da Defesa, Sr. Celso Amorim, no intuito, como disse, de debater o Programa Espacial Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 30, DE 2013

Requeremos, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública, por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), para debater sobre o Programa Espacial Brasileiro, com a presença dos seguintes convidados: • Sr. Marco Antonio Raupp, Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação; Sr. Antonio de Aguiar Patriota, Ministro das Relações Exteriores; Sr. Celso Amorim, Ministro da Defesa.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg e outros

Observações: *A matéria constou na pauta da reunião do dia 20/08/2013.)*

Vamos para o item 5, subscrito pelo Senador Anibal Diniz.

Concedo a palavra ao Senador Anibal Diniz

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, esse requerimento proposto pela Senadora Ana Rita e também pelo Senador Rodrigo Rollemberg, subscrito por mim, propõe uma audiência pública conjunta que envolva a Comissão de Educação, a Comissão de Ciência e Tecnologia, a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Assuntos Econômicos, para que façamos um debate com a presença do Ministro da Saúde a respeito do Programa Mais Médicos, principalmente sobre essa necessidade premente de fazer com que os Municípios mais isolados do Brasil possam contar com atendimento médico, uma vez que temos uma grande deficiência de médicos no Brasil e precisamos encontrar uma saída para isso.

O Programa Mais Médicos tenta trazer essa resposta. Então, propomos a realização de uma audiência pública em que possa acontecer o debate amplo sobre o Programa Mais Médicos e sobre as razões pelas quais o Governo brasileiro optou por abrir a oportunidade a médicos estrangeiros ou médicos brasileiros formados no exterior. Há também o convênio que o Governo brasileiro estabeleceu com a Organização Pan-americana de Saúde (Opas) e a República de Cuba para a vinda

de quatro mil médicos que vão atender e ajudar a reforçar o Programa Mais Médicos.

Essa é a razão pela qual apresentamos este requerimento para uma audiência pública com esse tema, aqui, na Comissão de Ciência e Tecnologia, envolvendo várias outras Comissões.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 34, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), com as Comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Assuntos Econômicos (CAE), de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA), e de Relações Exteriores (CRE), para debater sobre o termo de cooperação assinado pelo Ministério da Saúde com a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS/OMS), para contratar coletivamente médicos de Cuba para atuar no Brasil. Para tanto, sugiro sejam convidados: – Excelentíssimo Senhor Alexandre Padilha – Ministro da Saúde; – Senhor Joaquín Molina – Representante no Brasil da Organização Panamericana de Saúde.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg)

Vamos ao item extrapauta:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 33, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com o objetivo de Debater a importância da realização do

“WORDSKILL” na cidade de São Paulo, no ano de 2015, e a contribuição do Sistema “S” para a educação profissional, com a presença dos seguintes convidados: 1. Sr. Robson Braga de Andrade – Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI; 2. Sr. Rafael Lucchesi – Diretor Geral do SENAI e Diretor de Educação e Tecnologia da CNI; 3. Sr. José Henrique Paim Fernandes – Secretário Executivo do Ministério da Educação; 4. Sr. Luiz Antônio Rodrigues Elias – Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Autoria: Senador Sérgio Petecão

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Temos um requerimento extrapauta, também, do Senador Walter Pinheiro.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, o primeiro é um requerimento extrapauta que trata da questão da banda larga. De uma vez por todas, vamos ver se é possível discutir, já que a Anatel está liberando uma série de normas e coisas do gênero. Então, acho que é importante que fazemos uma discussão sobre esse ponto, que é de fundamental importância para os serviços no Brasil.

A Senadora Angela vive permanentemente eu não diria nem na linha, porque ela não consegue nem entrar na linha, coitada, mas vive brigando pela banda larga na nossa Roraima. Chamo a atenção para um aspecto: a Lei Geral das Telecomunicações, a Lei nº 9472, de 1997, diz exatamente, Senadora Angela, no principal artigo, no que abre a Lei:

Compete à União, por intermédio do órgão regulador, nos termos das políticas estabelecidas (...)

Art. 2º O Poder Público tem o dever de:

I – garantir, a toda a população, o acesso às telecomunicações, a tarifas e preços razoáveis, em condições adequadas.

Condições adequadas é ter banda larga. Não dá mais para colocar apenas telefone público. Isso é conversa de português com índio, trazendo caixa de fósforo e espelho. Então, sugiro a V. Ex^a para votarmos esse requerimento. E estou propondo que se chame aqui também o time de cima dessas áreas: o presidente da Anatel, e aí acho que é importante chamar o representante da Associação Brasileira das Empresas, chamada Sinditelebrasil, e, claro, é fundamental que a gente traga o Ministério Público Federal para fazer essa

discussão, Senadora Angela Portela, para, de uma vez por todas, a gente tratar isso como direito, não mais como um mero dever das empresas, que ficam só a dever no que diz respeito à entrega desse serviço com preço, com acesso e principalmente com qualidade.

Esse é um requerimento que queria propor a V. Ex^a.

Há outro requerimento que deixo aqui também extrapauta para V. Ex^a. Dia 24 de outubro, no Riocentro, no Rio de Janeiro, vamos ter o Futurecom, um painel que acontece todo ano, um congresso que na prática já virou internacional. Este ano, inclusive, o Futurecom vai discutir a questão das *smart cities*, ou seja, soluções para cidades em desenvolvimento. Então, acho fundamental que a Comissão possa participar disso.

São esses dois requerimentos que eu gostaria de apresentar extrapauta para V. Ex^a.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente, eu queria subscrever o requerimento de pedido de audiência pública do Senador, para que a gente possa debater novamente aqui o Plano Nacional de Banda Larga. Eu confesso que, nas últimas audiências realizadas aqui, em que a gente discutiu esse tema, Senador Pinheiro, senti certa falta de sensibilidade de alguns atores, de representantes de empresas e do próprio Governo, em relação à expansão do Plano Nacional de Banda Larga em nosso País, especialmente na Região Norte, que é onde há maior carência. Ignorar o grau de insatisfação da população brasileira, da população do Norte em relação à qualidade da internet, ao Plano Nacional de Banda Larga, é uma coisa inconcebível, e nós presenciamos aqui, em questionamentos que foram feitos por mim e por outros Senadores, certa insensibilidade em relação ao sentimento, à insatisfação que a população tem em relação ao Plano Nacional de Banda Larga e ao atendimento das empresas operadoras no Norte do Brasil.

Então, quero subscrever esse requerimento do Senador Walter Pinheiro que trata do Plano Nacional de Banda Larga.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Queria indagar a V. Ex^a se já temos quórum para acelerar, porque temos outras comissões, outros compromissos. Podíamos dar uma acelerada nas votações.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Já temos quórum. Vamos só aprovar os requerimentos aqui, Senador Valdir Raupp, e vamos para a votação das rádios.

Em discussão o requerimento do Senador Walter Pinheiro, subscrito pela Senadora Angela Portela. É o requerimento que vai discutir os investimentos da qualidade dos serviços de telecomunicações. (Pausa.)

Aprovado.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA
Nº 36, DE 2013**

Requeiro, na forma do disposto nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) de audiência pública para discussões sobre os temas “INVESTIMENTOS E QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES (MÓVEL, FIXA E BANDA LARGA) – TECNOLOGIA 4G E GRANDES EVENTOS – REGULAMENTO DE CELEBRAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA”, com convite às autoridades e órgãos abaixo relacionados, sem prejuízo da inclusão de outros indicados: • Sr. JOÃO BATISTA DE REZENDE, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; • Sr. ANTONIO CARLOS FONSECA DA SILVA, Subprocurador Geral da República e Coordenador da 3ª Câmara (Consumidor e da Ordem Econômica) do Ministério Público Federal – MPF; • Sr. MARCELO BARROS DA CUNHA, Diretor da 3ª Divisão Técnica da Secretaria de Fiscalização e Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações do Tribunal de Contas da União – TCU. • Sra. JULIANA PEREIRA DA SILVA, Secretária da Secretaria Nacional do Consumidor – SENACOM • Sr. Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações –TELEBRASIL; e por fim à • Sra. MARILENA LAZZARINI, Presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC.

Autoria: Senador Walter Pinheiro e outros)

O outro é o do Senador Walter Pinheiro, do congresso da Futurecom. (Pausa.)

Aprovado.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA
Nº 35, DE 2013**

Nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro autorização, como membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para participar do Painel de debates no Congresso Internacional do FUTURECOM Ano 15 sob o título: “Smart Cities: Soluções para Cidades de Países em Desenvolvimento”, que se realizará entre os dias 21 e 24 de outubro de 2013, no Riocentro, Cidade do Rio de Janeiro – RJ. Autoria: Senador Walter Pinheiro)

Vamos para as rádios.

Passamos ao PLS de nº 111, relatoria da Senadora Angela Portela, sempre elegante.

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela.

Aliás, é do Senador Alfredo, desculpe. Como o Senador Alfredo não se encontra...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – O Senador Alfredo também é elegante.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – O próximo também é da Senadora Angela Portela. Por favor, Senadora Angela Portela, os itens 6 e 7 são com V. Exª.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Item 6. Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Organização não Governamental para o Bem da Comunidade, do povoado de Coruripe da Cal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 111, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Organização Não Governamental para o Bem da Comunidade do Povoado Coruripe da Cal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 7.

Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2013, que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Arataquense de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arataca, Estado da Bahia.*

Voto. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 91, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Arataquense de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arataca, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esses são os votos.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Obrigado, Senadora Angela Portela.

Vamos agora para o item 8. Relatoria do Senador Anibal Diniz, a quem concedo a palavra.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O item 8 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 169, que propõe a renovação de concessão de outorga à Empresa Portoalegrense de Comunicação Ltda.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 169, de 2013, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Empresa Portoalegrense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Obrigado, Senador Anibal.

Vamos para os itens 9, 10, 11 e 12.

O Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Presidente, Senador Zeze Perrella, Srª Senadora, Srs. Senadores.

O item 9 trata da aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Vitória FM de Passagem Franca, do Piauí.

O voto é pela aprovação, Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 116, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Item 10.

O item 10 trata de aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Carijós Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.

Também o voto é pelo parecer. Da mesma forma, não há reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa e não há evidência de violação da legislação pertinente. O voto também é pela aprovação.

Item 11.

O item 11 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2013, que aprova o ato que outorga *autorização à Associação de Comunicação, Cultura e Desporto de Vila Nova do Piauí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Nova do Piauí, Estado do Piauí.*

Também, Sr. Presidente, da mesma forma que os anteriores, o voto é pela aprovação. Não há violação da legislação e nem há reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O último item.

O item 12 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 140, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Caravelas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caravelas, Estado da Bahia.

Como os três anteriores, o voto também é pela aprovação. O exame da documentação do projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Opinamos também pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Senador Flexa.

Vamos, então, para os itens 13 e 14. Com a palavra, o Senador Sérgio Petecão. Itens 13 e 14, Senador Sérgio.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Item 13, Presidente.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 130, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Empresa de Comunicações Jornal das Missões Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência

modulada na cidade de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Lido, Sr. Presidente. Pela aprovação. Esse é o item 13.

Já posso ler o item 14, direto? (*Pausa.*)

Item 14.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 134, de 2013, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada ao Portal Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Pela aprovação.

Lido, Sr. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Petecão.

Item 15 e item 16 da pauta. Senador Valdir Raupp, com a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o item 15.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 96, de 2013, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Triângulo FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Obrigada, Senador Valdir Raupp. Item 17 e item 18.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Não, ainda tenho que fazer o 16. Posso fazer o 16?

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Pode.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Item 16, pois não.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 97, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Delta do Jacuí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto do item 16.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Raupp. Item 17 e item 18 da pauta.

Com a palavra, o Relator, Senador Zeze Perrella.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 155, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga à Associação Comunitária Bonjesuense de Radiodifusão (ACBR) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus da Penha, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, opinamos pela aprovação.

Item 18.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 166, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão do Primeiro de Maio, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Zeze Perrella.

Devolvo a Presidência a V. Exª. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigada, Senadora Angela.

Do item 6 ao 18, como vota a Senadora Angela Portela?

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Voto com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Governo/PT – BA) – Acompanho o voto dos Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – O Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – O Senador João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – O Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – O Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – O Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com os Relatores, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Aprovados.

(São os seguintes os itens aprovados:

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 111, DE 2013

– Terminativo –

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Aprova o ato que outorga autorização à ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL PARA O BEM DA COMUNIDADE DO POVOADO CORURIBE DA CAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.

Relatoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatório: Pela aprovação

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 91, DE 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ARATAQUENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arataca, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 169, DE 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à EMPRESA PORTOALEGRENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 116, DE 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO VITÓRIA FM DE PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passagem Franca do Piauí, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 110, DE 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO CARIJÓS

LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(sf) nº 114, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DE VILA NOVA DO PIAUÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Nova do Piauí, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 140, DE 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DE CARAVELAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caravelas, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 130, DE 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÕES JORNAL DAS MISSÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 134, DE 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao PORTAL RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 96, DE 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TRIÂNGULO FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 97, DE 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DELTA DO JACUÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Vital do Rêgo (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 155, DE 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BONJESUENSE DE RADIODIFUSÃO – ABR para executar

serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus da Penha, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 166, DE 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIO-DIFUSÃO DO PRIMEIRO DE MAIO para executar serviço de radiodifusão comunitária

na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Zeze Perrella.

Relatório: Pela aprovação.)

Não havendo mais nada a tratar, encerramos a reunião.

Nós vamos ter agora uma reunião da Subcomissão de Terras-Raras e o lançamento da revista *Em Discussão!*

Passamos a Presidência, então, para o Senador Aníbal Diniz.

(Iniciada às 9 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 17 minutos.)



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. – 70815-1

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 490 páginas

(OS: 15851/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

